



VI JORNADAS MERCOSUL

MEMÓRIA, AMBIENTE E PATRIMÔNIO

UNIVERSIDADE
LaSalle
Editora



Universidade La Salle

Reitor: *Paulo Fossatti*

Vice-Reitor: *Cledes Antonio Casagrande*

Pró-Reitor Acadêmico: *Cledes Antonio Casagrande*

Pró-Reitor de Administração: *Vitor Augusto Costa Benites*

Conselho da Editora Unilasalle

*Andressa de Souza, Cledes Antonio Casagrande, Cristiele Magalhães Ribeiro,
Jonas Rodrigues Saraiva, Lúcia Regina Lucas da Rosa, Patrícia Kayser Vargas Mangan,
Rute Henrique da Silva Ferreira, Tamára Cecília Karawejczyk Telles,
Zilá Bernd, Ricardo Figueiredo Neujahr*

Projeto gráfico e diagramação: Editora Unilasalle - *Ricardo Neujahr*

Imagem de Capa: *MKT - Unilasalle*

Revisão final: *Judite Sanson de Bem*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J82s Jornadas Mercosul : memória, ambiente e patrimônio (6. : 2020 :
Canoas, RS).
VI Jornadas Mercosul [recurso eletrônico] : memória, ambiente
e patrimônio / Judite Sanson de Bem, Cristina Vargas Cademartori,
Danielle Heberle Viegas, organizadoras. – Dados eletrônicos. –
Canoas, RS : Ed. Unilasalle, 2021.

ISBN 978-65-89486-20-6

Livro eletrônico.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: < [https://revistas.unilasalle.edu.br/
index.php/books/article/download/9008/3378](https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/books/article/download/9008/3378) >.

1. Memória social – Eventos. 2. Ambiente. 3. Patrimônio
cultural. 4. Mercosul. I. Bem, Judite Sanson de. II. Cademartori,
Cristina Vargas. III. Viegas, Danielle Heberle. IV. Título.

CDU: 930(063)

Bibliotecário responsável: Samarone Guedes Silveira - CRB 10/1418

Editora Unilasalle

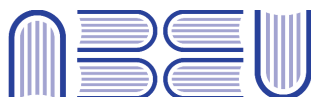
Av. Victor Barreto, 2288 | Canoas, RS | 92.010-000

<http://livrariavirtual.unilasalle.edu.br>

editora@unilasalle.edu.br

+55 51 3476.8603

Editora filiada a



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Judite Sanson de Bem
Cristina Vargas Cademartori
Danielle Heberle Viegas
Organizadoras

VI Jornadas Mercosul Memória, ambiente e Patrimônio

Universidade La Salle – Editora Unilasalle
Canoas, 2021.

SUMÁRIO

GT1

DUAS VISÕES SOBRE A PAISAGEM AGRÁRIA BRASILEIRA: UM PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA EM CAIO PRADO JR. E GILENO DÉ CARLI	12
<i>Francisco L. de Aviz Neto, Roberta Barros Meira, Mariluci Neis Carelli</i>	
INTERLOCUÇÕES PATRIMONIAIS NA LITERATURA: A PRESENÇA VIVA DA PAISAGEM NA TRILOGIA “AS AREIAS DO IMPERADOR” DE MIA COUTO	17
<i>Julio Cesar Vieira, Roberta Barros Meira, Taiza Mara Rauen Moraes</i>	
PERCEPÇÃO DE MORADORES DE GUAÍBA, RS, SOBRE A PRESENÇA DE (<i>Caiman latirostris</i> Daudin, 1802) EM ZONA URBANA	23
<i>Fernanda Ribeiro Machado, Cristina Cademartori</i>	
ÁREAS VERDES URBANAS: PARA ALÉM DE ESPAÇOS DE LAZER	32
<i>Thaís Brauner do Rosario, Cristina Vargas Cademartori</i>	
UNESCO E O PATRIMÔNIO MUNDIAL NATURAL: ESTRATÉGIAS DE GOVERNANÇA (1972-1990)	37
<i>Moroni de Almeida Vidal, Arselle de Andrade da Fontoura</i>	
PATRIMONIALIZAÇÃO DA CACHAÇA MORRETIANA POR MEIO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	43
<i>Alini Nunes de Oliveira</i>	
QUALIDADE DA ÁGUA E DO SOLO DE CULTIVO CONVENCIONAL E ORGÂNICO DE ARROZ PRÉ-GERMINADO	48
<i>Enio Sebastião Vicente de Jesus, Fernanda Siqueira Souza, Anelise Beneduzi da Silveira</i>	
QUANDO OS SILENCIAMENTOS ECOAM PELA CIDADE: HISTÓRIA DE RESISTÊNCIAS DO MARACATU EM JOINVILLE/SC	54
<i>Evelyn de Jesus Jeronimo, Roberta Barros Meira</i>	
PATRIMÔNIO MUNDIAL MISTO E TURISMO: O CASO DE ULURU-KATA TJUTA	59
<i>Valéria Fernanda Serpa Steinke, Moroni de Almeida Vidal</i>	
ESTUDO DE CASO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COLETA SELETIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA VISÃO PRELIMINAR	64
<i>Daniela da Cunha Silveira, Cristina Vargas Cademartori</i>	
PANORAMA SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO/RS	69
<i>Débora Carline Baierle, Danielle Heberle Viegas, Judite Sanson de Bem</i>	
CULTURA MATERIAL E SUBJETIVIDADE: ENTRE OBJETOS E COISAS	76
<i>Rosane Patrícia Fernandes, Jéssica Borges Caikoski, Dione da Rocha Bandeira, Mariluci Neis Carreli</i>	
EL PAISAJE CULTURAL Y EL DESARROLLO SOSTENIBLE, DISPUTAS CONCEPTUALES EN EL MAPA GEOPOLÍTICO DE AMÉRICA LATINA Y LA BUROCRACIA DE LA CONSERVACIÓN	82
<i>Lucía Riba Hernández</i>	
A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	87
<i>João De Mattia Neto, Dione da Rocha Bandeira, Patricia de Oliveira Areas</i>	

O PATRIMÔNIO GENÉTICO E OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	93
<i>Jennifer Souza da Silva, Julieine Schineider Bergmann, Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira</i>	
A INDÚSTRIA DE COURO VERSUS AMBIENTE: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A POLUIÇÃO INDUSTRIAL DOS CURTUMES (1980-1990)	99
<i>Magnus Samuel Popp</i>	
ROTA DOS BUTIAZAIS (BRASIL-URUGUAI-ARGENTINA): INTEGRANDO PAISAGENS CULTURAIS LOCAIS	105
<i>Adriana Aparecida Felini, Cleusa Maria Gomes Graebin</i>	
PATRIMÔNIO CULTURAL E PLANO DIRETOR: UMA CONVERGÊNCIA NECESSÁRIA	112
<i>Eleonora Bahr Pessôa, Mariluci Neis Carelli, Dione da Rocha Bandeira</i>	
AVALIAÇÃO DA TOXICIDADE EM ORGANISMO MODELO FRENTE À DINÂMICA DE USO DA ÁGUA DE IRRIGAÇÃO	116
<i>Gustavo Silva Achutti, Juliana da Silva, Fernanda Rabaioli da Silva</i>	

GT2

RECORTES DA PANDEMIA: O MUSEU BRITÂNICO NA PONTA DOS DEDOS	122
<i>Gelson Luiz Benatti, Robson da Silva Constante</i>	
AS POLÍTICAS HIGIENISTAS, A DERRUBADA E O ESQUECIMENTO DO MORRO DO CASTELO, NO RIO DE JANEIRO (1920 - 1922)	128
<i>Paula Purim Manfredini</i>	
ANÁLISE DO IMPACTO AO PATRIMÔNIO CULTURAL EM ESTUDOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ...	133
<i>Flávia Monaco Vieira, Judite Sanson de Bem, Rute Henrique da Silva Ferreira</i>	
FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO	139
<i>Paulo Fernando Pires da Silveira</i>	
O CASO DO PARQUE KNORR – GRAMADO/RS	144
<i>Julio Cesar Dorneles da Silva, Marcos Paulo Dhein Griebeler</i>	
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO COREDE PARANHANA ENCOSTA DA SERRA – RS	150
<i>Nathália Lehn, Marcos Paulo Dhein Griebeler</i>	
A RESPONSABILIDADE DA PRESERVAÇÃO DO CORREDOR CULTURAL DE NOVO HAMBURGO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	156
<i>Magda Rosí Brodbeck, Geisa Tamara Bugs</i>	
A EDUCAÇÃO LASSALISTA NO RIO GRANDE DO SUL: LEGADO PEDAGÓGICO	166
<i>Sergio Luiz Silveira Dias, Clóvis Trezzi</i>	
A HISTÓRIA DAS MULHERES: UM PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL	172
<i>Denise Regina Quaresma da Silva, Karina Dias da Silva</i>	
CANOAS, A CIDADE DOS AVIÕES	175
<i>Jairo Alberto Vieira Schutz</i>	

INOVAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO: UM ESTUDO PRELIMINAR	181
<i>Gabriel Lima de Castro, Ilanil Coelho, Fernando Cesar Sossai</i>	
OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E A TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CANOAS	185
<i>Maria Geraldina Venancio</i>	
INOVAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO: UM ESTUDO PRELIMINAR	190
<i>Gabriel Lima de Castro, Ilanil Coelho, Fernando Cesar Sossai</i>	
ARQUITETANDO: PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E PLANEJAMENTO URBANO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA	194
<i>Claudia Jéssica Dias Zanotelli</i>	
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA E A NOVA CULTURA RESTAURATIVA	198
<i>Moysés Lopes Prates</i>	
COVID-19 E 14ª PRIMAVERA DOS MUSEUS: PRODUÇÕES E APROPRIAÇÕES DIGITAIS	205
<i>Tatiana Araujo de Lima, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
MATERIALIDADE DA CULTURA IMATERIAL: MINGAU DE TAPIOCA	210
<i>Maria Cristina Machado de Carvalho</i>	

GT 3

PARA UMA MEMÓRIA HISTÓRICA/HUMANA: COM VOZ E CORPO PARA AS VÍTIMAS DO CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA	218
<i>Jennifer Paola Pisco Concha</i>	
CEMITÉRIOS COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA E O CASO DO CAMPO SANTO DOS IMIGRANTES	223
<i>Bianca Mascarello Giotti</i>	
A CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS COMO LUGAR DE MEMÓRIA	228
<i>Jonatan da Silva Ribeiro</i>	
LÍBANO EM CHAMAS: A FALÊNCIA DA PÉROLA DO ORIENTE MÉDIO	234
<i>Bruno Roque Younes</i>	
DIREITOS HUMANOS, MEMÓRIAS GLOBAIS E O MUSEU PARA O ICOM	239
<i>Letícia Borges Nedel, Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Renata Cardozo Padilha</i>	
PELA MEMORIALIZAÇÃO DA CASA DA MORTE E DA VIOLÊNCIA POLÍTICA	244
<i>Caroline Murta Lemos</i>	
MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO E APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO NA PEQUENA ÁFRICA	249
<i>Débora Anízio Rios</i>	

GT 4

DISCUTIENDO EL PATRIMONIO LATINOAMERICANO A LA LUZ DE LOS EPISODIOS TRAUMÁTICOS DE LAS ÚLTIMAS DICTADURAS DE LA REGIÓN	255
<i>Ana María Sosa González</i>	

UM ACERVO CONTROVERSO: O CASO DO CANHÃO EL CRISTIANO	256
<i>Jaqueline de Jesus Hoiça, Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes</i>	
COLEÇÃO OPERA OMNIA DE ARISTÓTELES: INDÍCIOS DE UM PERCURSO MULTISSECCULAR	260
<i>Christian de Lima, Celso Bordignon, Eliana Rela</i>	
A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CANOAS NAS DÉCADAS (1950-1980): MEMÓRIAS DE TRABALHADORES	265
<i>Leonel Valdenir Moraes</i>	
OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E A CUSTÓDIA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	270
<i>Djiovann Vinícius Carvalho, Vanessa Gomes de Campos</i>	
O ARQUIVO DE THIAGO WÜRTH: ARTICULANDO MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA	276
<i>Mireile Steiner de Sousa, Cleusa Maria Gomes Graebin</i>	

GT 5

LITERATURANDO A TERCEIRA IDADE	283
<i>Magali Regina Biffi</i>	
OS ESPAÇOS E OS LUGARES DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NO BRASIL COLÔNIA E REPÚBLICA 1500-1889	288
<i>Marcos Rogério dos Santos Souza, Elizandra Souza dos Reis, Denise Regina Quaresma da Silva</i>	
A DINÂMICA DA CULTURA RUSSA NO BRASIL UM DIÁLOGO SOBRE AS IDENTIDADES	295
<i>Marcos Pedro da Silva</i>	
OUTROS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: ESCOLA E O ACESSO À CULTURA	299
<i>Tatiane Peres Zawaski, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
MILONGUEANDO MEMÓRIAS: VESTÍGIOS DO NEGRO NA PAISAGEM PAMPIANA	304
<i>Jucelino Viçosa de Viçosa, Cleusa Maria Gomes Graebin</i>	
MEMÓRIA CULTURAL E ANCESTRALIDADE EM A CHAVE DE CASA, DE TATIANA SALEM LEVY	309
<i>Tanira Rodrigues Soares</i>	
A OCUPAÇÃO DA AMÉRICA: MISSÕES JESUÍTICAS E O GIRO DECOLONIAL	316
<i>Vanessa Fiorini, Marcos Rogério dos Santos Souza, Gilberto Ferreira da Silva</i>	
QUANDO A HISTÓRIA E A LITERATURA COLIDEM: O CASO DE GREGÓRIO DE MATOS GUERRA ...	321
<i>Natália Cristina Christoff</i>	
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE UM EDUCADOR FÍSICO: ENTREVISTA COM LEDA SALETE FERRI DO NASCIMENTO	326
<i>Marco Antonio Merenhque Silva, Robson da Silva Constante, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
A ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA	331
<i>Sabrina Henz, Lúcia Regina Lucas da Rosa</i>	
DISPONIBILIDADE DE CURSOS GRATUITOS ONLINE DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	336
<i>Joseane da Silva Novo, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	

A CIDADE CONTEMPORÂNEA: GOVERNANÇA E MOBILIDADE INTELIGENTE PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO	342
<i>Paulo Gustavo Sehn, Patrícia Kayser Vargas Mangan</i>	
NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA: BRIZOLETAS COMO BEM CULTURAL	347
<i>Carlos Evandro Schneider, Patrícia Kayser Vargas Mangan, Moisés Waismann</i>	
DOCENTE E INTERCULTURALIDADE: DIALOGANDO COM A PRODUÇÃO	352
<i>Masaaki A. Funakura</i>	
OBRAS LITERÁRIAS COMO METODOLOGIA DE ENSINO EM TEMPOS DE CRISE	356
<i>Monique Valgas Ferreira</i>	
ESCRITAS “DESCONCERTANTES” NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	360
<i>Zilá Bernd</i>	

GT 6

ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERATIVA DE CATADORES DE LAJEADO	367
<i>Janaína da Rocha Snel, Flávio Régio Brambilla</i>	
LÓGICA DOMINANTE DO SERVIÇO, COCRIAÇÃO E GERAÇÃO DE VALOR	373
<i>Flávio Régio Brambilla</i>	
LÓGICA DO SERVIÇO E COCRIAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO	378
<i>Flávio Régio Brambilla, Maicon da Silva, Luis Carlos Alves da Silva</i>	
CARTOGRAFANDO MEMÓRIAS DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA INTEGRAL: MEDITAÇÃO E YOGA, PARA ALÉM DO CONHECER, O CONHECER-SE	384
<i>Patrícia Branco, Tamara Cecília Karawejczyk Telles, Lúcia Regina Lucas Rosa</i>	
DEMOSCENE: O PRIMEIRO PATRIMÔNIO DIGITAL RECONHECIDO PELA UNESCO	395
<i>Maria Elena Medeiros Marcos, Fernando Cesar Sossai</i>	
REFLEXÕES SOBRE BOAS PRÁTICAS DE SECRETÁRIAS DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	400
<i>Silvia Adriana da Silva Soares, Tamara Cecilia karawejczyk Telles</i>	
AS ATIVIDADES TURÍSTICAS DO CAMINHOS DE PEDRA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	405
<i>Fabiana Tramontin Bonho, Roberto Amaral Schinoff, Judite de Bem Sanson</i>	
BRASÍLIA, PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO: A PRESERVAÇÃO DO PLANO PILOTO (1960-1987)	411
<i>Vinicius José Mira, Fernando Cesar Sossai, Diego Finder Machado</i>	
O PAPEL DE UM CENTRO DE MEMÓRIA PARA O NEGÓCIO DA BAGERGS: NOTAS DE IMPLANTAÇÃO ..	416
<i>Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves, Moisés Waismann</i>	
A GESTÃO DA FERROVIA DO VINHO COMO CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	421
<i>Roberto Amaral Schinoff, Fabiana Tramontin Bonho, Judite de Bem Sanson</i>	
MEMÓRIA DE GESTÃO CULTURAL DURANTE O PERÍODO DO REGIME MILITAR	427
<i>Thiago Buzatto Storck, Judite Sanson de Bem</i>	

LUZES DA RIBALTA - A (RE)INVENÇÃO DO TEATRO NA PANDEMIA	432
<i>Márcio Leandro Michel</i>	
CULTURA, ESPAÇO URBANO E LAZER	438
<i>Raquel da Silva Pavin</i>	
GESTÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO: A EXPOSIÇÃO QUEERMUSEU NO ESPAÇO CULTURAL SANTANDER	444
<i>Nathalie Schneider</i>	
ENTREVISTAS QUALITATIVAS NOS CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL: DA CONCEPÇÃO AO DOCUMENTO	449
<i>Ana Lérica Pacheco Gutierrez, Maria de Lourdes Borges, Artur César Isaia</i>	
O GESTOR CULTURAL GIANCARLO MECARELLI	454
<i>Paulo Fernando Pires da Silveira</i>	
PRÁTICAS DE UMA ASSOCIAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	459
<i>Gabriela Goldmeier, Maria de Lourdes Borges</i>	
DESAFIANDO A IDADE, ROMPENDO PRECONCEITOS: VAMOS FAZER UMA BANDA?	464
<i>Eliane Jost Blessmann, Patrícia Kayser Vargas Mangan, Tamára Cecília Karawejczyk Telles</i>	
TRABALHADORES IMIGRANTES, POR SEXO, NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO BRASIL NO ANO DE 2018	469
<i>Margarete Panerai Araújo, Moisés Waismann, Judite Sanson de Bem</i>	
AS PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIAS A CERCA DO ACESSO AOS DIREITOS E BENS CULTURAIS	474
<i>Estelamaris de Barros Dihl</i>	
O PERFIL DO CONSUMIDOR DE CULTURA NO BRASIL E NA CAPITAL DO RIO GRANDE DO SUL	479
<i>Cleberli Fabiano Costa de Arruda, Judite Sanson de Bem</i>	
CONSUMO DE JORNALISMO E MÍDIAS DURANTE A PANDEMIA: VALORIZAÇÃO DA CREDIBILIDADE DO PROFISSIONAL	484
<i>Adriana Seibert de Oliveira</i>	

GT 7

DEMOCRACIA E IMPERIALISMO: O PARADOXO ESTADUNIDENSE	490
<i>Gabriela Oliveira Elesbão</i>	
PARTIGIANE COMBATTENTI: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA RESISTÊNCIA ITALIANA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	495
<i>Bárbara Manon Rodrigues Munhoz</i>	
TELEDRAMATURGIA E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO HORÁRIO DAS NOVE DA GLOBO NOS ANOS 2000	499
<i>Talles Garcia Santana</i>	
RACISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA RESOLUÇÃO 3379 DA ONU ...	504
<i>Joice da Silva Ferreira</i>	

GT 8

TRADIÇÃO E HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DAS SANTIDADES DE UM EREMITA E UMA CRUZ NO NORTE PERUANO	510
--	-----

Alexandre Karsburg

A TRANSMISSÃO DO SABER-BENZER DO ORAL AO DIGITAL	516
--	-----

Mariana de Carvalho Ilheo

GT 9

GERMANIDADE E ETNICIDADE: O CASO DE ESTRELA/RS	522
--	-----

Josemir José Gregory

ESCOLA DE CAMPO: IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL	526
---	-----

Shirlei Alexandra Fetter, Universidade La Salle, Raquel Karpinski

EDUCAÇÃO COMO DIREITO: A INSERÇÃO DE IMIGRANTES NO ESPAÇO ESCOLAR	530
---	-----

Maisson da Silva Berg, Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli, Ana Cristina Tomasini

HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES QUILOMBOLAS COMO PATRIMÔNIO	535
--	-----

Bruna de Souza Medina, Raquel Alvarenga Sena Venera

INDÚSTRIA CALÇADISTA, MIGRAÇÕES E OPERARIADO EM IGREJINHA/RS (1960-1970)	540
--	-----

Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli

A LÁPIDES E OS ESCANDINAVOS: O CEMITÉRIO DO IMIGRANTE DE JOINVILLE COMO UM LOCAL DE MEMÓRIA	544
---	-----

Rebeka Hilda Rodrigues, Dione da Rocha Bandeira

DESIGUALDADES CULTURAIS E O CONTEXTO DOS QUILOMBOLAS	549
--	-----

Jorge Nascimento, Cleusa Maria Graebin, Maria de Lourdes Borges

MEMÓRIAS DE DUAS ARTISTAS PLÁSTICAS IDOSAS VINCULADAS A ASSOCIAÇÃO CHICO LISBOA ...	553
---	-----

Arlete Caye

PATRIMÔNIO EM DISPUTA: MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E SEUS TENSIONAMENTOS EM URUSSANGA/SC (1990-2010)	557
---	-----

Liziane Acordi Rocha, Michele Gonçalves Cardoso

GT 1



DUAS VISÕES SOBRE A PAISAGEM AGRÁRIA BRASILEIRA: UM PROJETO DE REFORMA AGRÁRIA EM CAIO PRADO JR. E GILENO DÉ CARLI

Francisco L. de Aviz Neto (PIBIC/CNPq)¹

Roberta Barros Meira

Mariluci Neis Carelli

Universidade da Região de Joinville

Introdução

Em 2019, o agronegócio representou 21% do Produto Interno Bruto no Brasil, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Universidade de São Paulo (USP),² congregando todo o setor, desde a agroindústria aos serviços. Diante deste cenário, que expressa o agronegócio como setor estratégico e fundamental para a economia nacional, compreende-se, à luz dos últimos dados divulgados pelo IBGE,³ em 2019, referentes à concentração de terras no país, que 1% das propriedades rurais do Brasil ocupa 47,6% da área ocupada por todas as fazendas.

Tal estrutura fundiária foi desenvolvida historicamente no país. Ao longo dos séculos, desde a colonização portuguesa, poucas transformações ocorreram no sentido da democratização agrária. Por compreender isso, a presente pesquisa, que se encontra em seus primeiros momentos, busca analisar as publicações *A Questão Agrária no Brasil*, do sociólogo e historiador Caio Prado Júnior (1981), da editora Brasiliense, e *História da Reforma Agrária*, do político Gileno Dé Carli (1985), da editora Gráfica Brasileira.

Com isso, procura-se discutir as visões destes autores sobre o agronegócio e a paisagem agrária nacional, refletindo sobre as tecnologias de produção adotadas historicamente pelo Estado brasileiro e pelo agronegócio para o desenvolvimento nacional. Apesar de ser notória a produção da história agrária é patente a maior escassez de estudos sobre o tema da reforma agrária nos períodos em análise. A especificidade das áreas rurais brasileiras dificultou a implementação de um projeto mais harmônico entre aqueles que cultivavam a terra e a possibilidade de deter um título de propriedade. Os absenteístas, especuladores e os representantes da “grande lavoura” criaram uma paisagem agrária que ainda prima pela exclusão e a violência. Nesse sentido, busca-se apontar alguns caminhos possíveis para pensar projetos distintos, mas que buscavam discutir uma sina que por vezes parece que nada pode modificar.

Caio Prado Jr. e seus marcantes posicionamentos

Paulistano, nascido em 11 de fevereiro de 1907, Prado Jr. pertenceu a umas das famílias mais abastadas e influentes de São Paulo, na qual acumulou capital com a produção cafeeira. Tal condição, permitiu a Caio Prado Jr. uma formação extremamente sólida, tendo inclusive estudado na Inglaterra por um período. Obteve, no Brasil, o título de doutor em Ciências Jurídicas e Sociais aos 21 anos, em 1928, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Politicamente, iniciou-se no Partido Democrático, em oposição ao Partido Republicano Paulista, nos

1 Agradecimento fundamental e experiência na iniciação científica oferecida pelo CNPq durante 2019 e 2020 e às orientações da Prof^a Dra. Roberta Barros Meira e da Prof^a Dra. Mariluci Neis Carelli.

2 TOOGE, Rikardy. Agronegócio cresce 3,8% e representa 21% do PIB brasileiro em 2019, diz CNA. G1, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/03/09/agronegocio-cresce-38percent-e-representa-21percent-do-pib-brasileiro-em-2019-diz-cna.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

3 Brasil de Fato. Pequenas propriedades ocupam só 2,3% das terras usadas para produção agropecuária. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/10/25/censo-agropecuario-mostra-aumento-da-concentracao-de-terra-no-brasil>>. Acesso em: 23 ago. 2020.



anteriores à Revolução de 1930, apoiando Vargas. Decepcionado com os processos de 1930, Prado Jr. filou-se ao Partido Comunista Brasileiro, em 1931 (CPDOC, 2010).

A primeira grande obra de Caio Prado Jr. deu-se em 1933 com *A Evolução Política do Brasil*, na qual travava guerra contra a perspectiva histórica de seu próprio, o PCB. A direção partidária defendia que os países como o Brasil ainda estavam desenvolvendo uma transição do feudalismo para o capitalismo. Nos anos 1930, cursou a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, fundou a Associação dos Geógrafos Brasileiros, dirigiu politicamente a Aliança Nacional Libertadora, entre outras atividades. Nos anos 1940, publicou outro célebre livro, chamado *Formação do Brasil contemporâneo*, tendo em vista uma perspectiva sobre as permanências do passado colonial brasileiro. Em 1945, publicou *História econômica do Brasil*, concluindo que a base da existência econômica brasileira é fundamentada no latifúndio, na monocultura e na escravidão (CPDOC, 2010).

Dentro do PCB, embora isolado por enfrentar a burocracia do partido, criou órgãos de imprensa e foi eleito deputado estadual em 1946 com 5.257 votos, mas tendo seu mandato cassado em pouco tempo. Em 1955, fundou a editora Revista Brasiliense, extinta em 1964, na qual publicou muitos materiais produzidos tanto por ele, quanto por outros intelectuais, como Florestan Fernandes. Em 1966, publicou seu mais polêmico livro: *A Revolução Brasileira*, onde intensificou o conflito com seu partido (CPDOC, 2010).

Após o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, Caio Prado Jr. teve sua livre-docência na USP cassada, exilando-se no Chile, em 1970. Capturado, retornou ao Brasil, foi condenado e preso até 1971. Nos anos posteriores, foi posto em ostracismo e foi impedido de continuar seu trabalho como professor. Faleceu em 1990, aos 83 anos, em decorrência de insuficiência respiratória, após cinco anos de severos problemas de saúde (CPDOC, 2010).

Gileno Dé Carli, o político-técnico

O pernambucano Gileno Dé Carli nasceu em Recife, em 22 de maio de 1908. Graduado em 1929 em Agronomia, pela Escola Superior de Agricultura, em São Lourenço da Mata, dedicou-se, inicialmente no cultivo de cana-de-açúcar, em Carpina (PE), entre 1930 e 1932, sendo fornecedor de João Cavalcanti de Petribu, seu futuro sogro. Em 1932, tornou-se secretário da Agricultura do governo do estado de Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937). A partir de 1933, Carli tornou-se também assistente técnico do Instituto do Açúcar e do Alcool. O empresário circulou, portanto, por diversos ambientes e cargos ligados à produção agrícola a partir de 1930 (CPDOC, 2010). Foi presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA de 1938 a 1946 (OLIVEIRA, 1968).

Em 1958, elegeu-se deputado federal por Pernambuco na legenda do Partido Social Democrático e assumiu cargos na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), entre outras instituições governamentais. Politicamente, Carli posicionou-se a favor da interferência estatal na economia e em setores estratégicos, bem como na defesa inalienável da propriedade privada dos meios produtivos, essencialmente a terra. Seu mandato como deputado findou-se com o Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965, filiando-se ao partido da Aliança Renovadora Nacional logo em seguida, obtendo a suplência para deputado federal nas eleições de 1966 (CPDOC, 2010).

Possuiu uma longa trajetória política de Carli foi intrinsecamente ligada ao agronegócio. Seus últimos cargos foram como diretor da Gráfica Econômica Ltda., além de membro da Associação Brasileira de Imprensa, conselheiro do Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro, conselheiros técnicos da Companhia Nacional de Alcalis e presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura do Estado do Pernambuco. Faleceu em 21 de fevereiro de 1997, deixando uma vasta obra historiográfica e jornalística (CPDOC, 2010).



Em torno dos autores e tema

A partir de uma consistente revisão bibliográfica, buscou-se analisar todas as fontes com as ferramentas e lentes da formulação de Ciro Flamarion Cardoso, conhecida como História Econômica do Mundo Rural (LINHARES apud CARDOSO, VAINFAS, 2011, p. 157-158). Dessarte, foram encontrados alguns trabalhos em torno ao tema e aos autores escolhidos pelo projeto.

Referente às perspectivas de Caio Prado Júnior deparou-se com uma enorme quantidade de artigos, dissertações e teses que prestigiam o historiador paulistano. Há uma vasta literatura tanto sobre sua biografia, quanto sobre sua vida política e propostas para a sociedade brasileira, além de lutas internas dentro do Partido Comunista Brasileiro, como dito anteriormente.

Algumas das referências coletadas são: a dissertação de mestrado (2005) e o artigo intitulado *A questão agrária, o Brasil e Caio Prado Júnior* (2010) de Fabiana de Cássia Rodrigues; o artigo *A questão agrária no Brasil: notas sobre o legado de Caio Prado Júnior* (2015), de Wécio Pinheiro Araújo; além do artigo *Caio Prado Júnior e a questão agrária no Brasil* (1999), de Rodnei de Oliveira Lima.

Esses trabalhos resgatam as contribuições do pensador sobre o tema, diante aos construtos aos quais emergem suas argumentações. Todas demonstram como o autor refere-se às continuidades da estrutura fundiária nacional herdadas do colonialismo português, com as relações sociais reiteradas pela produção e reprodução da vida pautadas na concentração de terras e as relações sociais de capital e trabalho.

Referente ao técnico Gileno Dé Carli, as produções encontradas para a revisão tratam-se do seu verbete biográfico, publicado no site do Centro de Pesquisa e Documentação da Faculdade Getúlio Vargas; o artigo de Maria Emília Vasconcelos dos Santos, intitulado *Gileno de Carli e suas memórias sobre os trabalhadores dos engenhos açucareiros, Pernambuco 1940* (2012); o artigo *Disputa territorial, conceituação e atualidade da reforma agrária no Brasil* (2013), do geógrafo Herivelto Fernandes Rocha, e a dissertação de mestrado de Êlia de Oliveira Chaves, chamada *A Reforma Agrária no Congresso Nacional – 1959 a 1979 (análise histórica do discurso político)* (1998).

O artigo de Santos (2012) versa sobre as consequências sociais da abolição da escravidão para trabalhadores dos engenhos açucareiros de Pernambuco, nos quais Carli esteve inserido. Os trabalhos de Rocha (2012) e Chaves (1998) dizem sobre diversas perspectivas e alternativas quanto a Reforma Agrária, incluindo os escritos de Carli, especialmente do livro *História da Reforma Agrária*, o mesmo que trataremos nesta pesquisa. Mas, por serem trabalhos que se debruçam sobre dezenas de autores, possuem somente sínteses dos discursos de Carli, como seu rechaço às reformas estruturais e radicais. Buscaremos, aqui, aprofundar essas pesquisas.

Diante deste quadro, prevê-se maior facilidade para o trato com as fontes produzidas por Caio Prado Jr., que para a publicação de Carli (1985). Isto possibilitará maior autonomia para a produção de uma análise mais densa e sem contaminações frente a obra do político pernambucano. Ao passo que, devido à complexidade da obra de Prado Jr., será igualmente positiva o maior contato com artigos e demais publicações dedicadas aos seus escritos.

Além das fontes citadas, a presente pesquisa também tentará utilizará outras publicações como referência para o entendimento da questão agrária. Algumas delas são: *Agricultura e transformação estrutural: estratégias econômicas de países em desenvolvimento* (1977), de Bruce F. Johnston e Peter Kilby; *A Importância do Agronegócio para o Brasil - Revisão de Literatura*, de Pacheco, Santos, Hamzé, Mariano, Silva e Zappa (2012); *A Indústria e o Agronegócio Brasileiro*, de José Roberto Mendonça de Barros (2018); *Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas*, de Juscelino Eudâmidas Bezerra (2009) e *Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil*, de Heredia, Palmeira e Leite (2010). Bibliografias que servirão tanto para complementar dados, concepções e propostas sobre a questão agrária.



Considerações finais

Enquanto primeiros passos de uma pesquisa que se propõe o estudo em inúmeras pesquisas estatísticas, formulações teóricas e propostas políticas, os levantamentos realizados até aqui respondem algumas perguntas iniciais.

São elas: a) o posicionamento dos autores no espectro político; b) a importância do agronegócio para a economia nacional; c) as problemáticas da concentração de terra; d) a relevância que uma pesquisa com esses intuítos possui para refletir a sociedade brasileira e a intervenção que o fazer historiográfico é capaz de realizar.

Enfim, as propostas que pensavam medidas de natureza econômica que englobavam a reforma agrária não eram novidade no país no último quartel do século XX. Podem já ser encontradas, por exemplo, nos escritos de André Rebouças: “Agricultura Nacional, Estudos Econômicos, Propaganda abolicionista e democrática”, publicados em 1883. Essa discussão seria consoante com muitos autores que pensaram os temas agrários em um processo de longa duração na História do Brasil, e que contrapunha quase sempre a vocação agrícola *versus* a terra como um bem que não faz parte da herança da maioria da sociedade.

As paisagens agrárias distintas almejadas pelos homens do Instituto do Açúcar e do Alcool, como Gileno Dé Carli, ou por intelectuais, como Caio Prado Júnior, fazem ressurgir os caminhos alargados de uma luta de tempos passados que ainda amputa o futuro daqueles que passam para a história de forma terrivelmente anônima ou aos olhos de Joao Cabral Melo Neto (1999, p. 169-202) apenas com “a parte que te cabe deste latifúndio”.

Referências

- ARAÚJO, W. P. A questão agrária no Brasil: notas sobre o legado de Caio Prado Júnior. – **Anais**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFMA), São Luís, MA, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo10/a-questao-agraria-no-brasil-notas-sobre-olegado-de-caio-prado-junior.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- BARROS, J. R. M. **A Indústria e o Agronegócio Brasileiro**. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2018. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/20180703_a_industria_e_o_agronegocio_brasileiro.html>. Acesso em: 09 jun. 2020.
- BEZERRA, J. E. Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas. **Revista NERA**, ano 12, nº 14, jan./jun. de 2009.
- Centro de Pesquisa e Documentação. Verbete: CARLI, G. Faculdade Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carli-gileno-de>>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- Centro de Pesquisa e Documentação. Verbete: PRADO JR., C. Faculdade Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/caio-da-silva-prado-junior>>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- CHAVES, É. de O. A Reforma Agrária no Congresso Nacional - 1959 a 1979 (análise histórica do discurso político). 1998. 240 f. **Dissertação** (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.
- DÉ CARLI, G. **História da Reforma Agrária**. Prefácio de Tancredo de Almeida Neves. Brasília: Gráfica Brasileira, 1985. 526 p.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, outubro de 2010.



- JOHNSTON, B. E.; KILBY, P. **Agricultura e Transformação Estrutural**: Estratégias Econômicas de Países em Desenvolvimento. Tradução de Rui Jungman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- LIMA, R. de O. Caio Prado Júnior e a questão agrária no Brasil. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 123-134, jul./dez. 1999.
- LINHARES, M. Y. História Agrária. In: LINHARES, M. Y.; CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da história**: Ensaios de Teoria e Metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 155-173.
- MELO NETO, J. C. de. "Morte e vida severina, Auto de Natal pernambucano, 1954-1955". Obra completa. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1999.
- OLIVEIRA, H. P. de. Os Presidentes do Instituto do Açúcar e do Alcool. **IAA**. Brasil Açucareiro, nov., 1968.
- PACHECO, A. M.; Et. al. A importância do agronegócio para o Brasil - revisão de literatura. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, Ano X, nº 19, jun. 2012.
- REBOUÇAS, A. **Agricultura Nacional, Estudos Econômicos, Propaganda abolicionista e democrática**. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureux & co., 1883.
- PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- ROCHA, H. F. Disputa territorial, conceitualização e atualidade da Reforma Agrária no Brasil. **GeoGraphos**. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 28 de marzo de 2013, v. 4, n. 50, p. 440-472.
- RODRIGUES, F. de C. A questão agrária, o Brasil e Caio Prado Júnior. – **Anais**. VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade (Universidade Estadual Paulista - Marília), Marília, SP, 2010. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret2010/Fabiana_de_Cassia_Rodrigues_a_questao_agrario_brasileira_caio_prado_junior.pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.
- SANTOS, M. E. V. dos. Gileno de Carli e suas memórias sobre os trabalhadores dos engenhos açucareiros, Pernambuco 1940. – **Anais**. XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça (Associação Brasileira de História Oral - ABHO), Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340409273_ARQ_UIVO_textoABHO.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.



INTERLOCUÇÕES PATRIMONIAIS NA LITERATURA: A PRESENÇA VIVA DA PAISAGEM NA TRILOGIA “AS AREIAS DO IMPERADOR” DE MIA COUTO

Julio Cesar Vieira

Roberta Barros Meira

Taiza Mara Rauen Moraes

Universidade da Região de Joinville - Univille

Introdução

O estudo busca identificar na narrativa literária/trilogia “*As areias do Imperador*”, de Mia Couto vetores que coalescem a identidade cultural de uma comunidade e seus possíveis diálogos com a paisagem cultural e o patrimônio ambiental.⁴ Nesse aspecto, atenta-se a possíveis correlações entre essa produção literária e sua participação nos esforços de reapresentação do continente e das culturas africanas, para o Ocidente. A elaboração do projeto, nesse sentido, atende a inquietações que surgem na observação do processo colonialista praticado no continente africano e, particularmente, no processo ocorrido em Moçambique.⁵

A presença portuguesa no território compreendido hoje como Moçambique remonta ao século XV no processo de reordenamento do mundo e na construção de uma nova noção de Império, na qual Portugal passa a desempenhar o domínio conjunto de espaços geográficos e rotas marítimas. Ressalta-se, conforme Wagner que “*a África Oriental Portuguesa não tinha nome único oficialmente reconhecido. Chamava-se Capitania ou Conquista de Moçambique e Rios, ou Capitania de Moçambique e Rios de Senna*”.

No contexto da corrida imperialista durante o século XIX, o que se observou foi a continuidade do empreendimento colonial português⁶ no território africano, com a exploração da mão de obra de seus povos e dos recursos naturais. Nesse processo, o repertório discursivo serviu como ferramenta fundamental na opressão e violação das identidades e pluralidades desses povos. Conforme apontam Kaczorowski e Fujisawa

O sistema colonial, enquanto estrutura essencialmente violenta, teve necessidade não só de oprimir objetivamente as populações pela força, mas também de controlar todas as dimensões da vida. Esse processo desmedido de subjugação do outro utilizou como uma de suas mais poderosas armas a colonização do imaginário e da subjetividade do outro, para que se mantivesse “em seu devido lugar (2016, p. 173).

Desse modo, a pesquisa delimita-se a discutir a narrativa literária escrita pelo moçambicano Mia Couto⁷ e como esta é transpassada por uma visão decolonial. Elegeu-se como *corpus* de análise a trilogia

4 Esse trabalho propõe-se a compartilhar o delineamento de um projeto de pesquisa de mestrado, no âmbito do Programa de Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille, na linha de pesquisa Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Sublinha-se ainda que esta pesquisa possui financiamento PROSUC/Capes.

5 Este país, delimitado ao norte com a República da Tanzânia e ao sul com Suazilândia e África do Sul, é organizado em onze províncias, incluindo a capital Maputo. Moçambique compreende o português como língua oficial, herança do processo colonial, mas contempla a presença de outras expressões linguísticas, especialmente àquelas pertencentes ao grupo bantu, configurando-se enquanto uma nação multilíngue (PAULA; DUARTE, 2016, p. 352).

6 A oficialização deste domínio tem lugar na Conferência de Berlim, ocorrida entre 1884 e 1885, na qual foram estabelecidas pelas potências europeias, regras e acordos de partilha e ocupação dos territórios africanos, invisibilizando as identidades culturais dos povos que ali habitavam e negando-se a história do continente africano anterior ao processo colonial (MUNANGA, 2015, p. 25).

7 Antônio Emílio Leite Couto, mais conhecido pelo pseudônimo Mia Couto, nasceu em 1955 na cidade de Beira, em Moçambique, filho de emigrantes portugueses. Sua carreira como escritor iniciou-se aos quatorze anos, com a publicação de poemas no jornal “*Notícias da Beira*” (MIGLIARI, 2018, p.240), seguindo os passos do pai, também poeta.



“*As areias do Imperador*” composta pelos volumes ‘*Mulheres de Cinzas*’, ‘*Sombras da água*’ e ‘*O bebedor de horizontes*’, publicadas no Brasil entre os anos de 2015 e 2018. Estruturada enquanto um romance, a narrativa literária perpassa o contexto histórico do sul de Moçambique no final do século XIX, quando a região era governada por Ngungunhane, o último dos imperadores de Gaza, na metade meridional do país. No ano de 1895, essa região tornou-se alvo de disputa entre a etnia Nguni (ou VaNguni, no plural) e portugueses enviados pelo rei Dom Carlos I.

A narração é desenvolvida pela moçambicana Imani e pelas cartas escritas pelo sargento português Germano de Melo (VASSOLER, 2019, p. 11) e aborda os entraves identitários dessas personagens em meio ao processo de colonização de Moçambique, inserindo na narrativa a indissociação entre corpo, paisagem e cultura. A narrativa se desenvolve num espaço marcado por “entre lugares”, na qual a escrita ficcional corrobora para a transformação, atualização e dinamização do patrimônio cultural tradicional, através de um processo de protagonismo das identidades de Moçambique (RIBEIRO; MOREIRA, 2019, p. 143).

Patrimônio ambiental e literatura moçambicana no desvelar de paisagens invisíveis

A narrativa literária, nos seus mais diversos gêneros, desvela o contexto colonial e pós-independência de Moçambique, atrelada ao processo de formação de identidades nacionais e de contestação destas violências coloniais. Escritores e escritoras moçambicanas, ao produzirem suas narrativas, buscaram nas experiências históricas de seu país a inspiração para suas histórias. Ao revistar essas experiências históricas, sejam aquelas ligadas a ancestralidade, a experiência colonial ou ao processo de independência, através de recursos literários, esses escritores e escritoras traduzem mundos, conhecidos até então pela visão europeia. O escritor Mia Couto, em uma palestra realizada na Conferência Internacional de Literatura WALTIC, em Estocolmo, no ano de 2008, declarou que escritores moçambicanos visualizam esse compromisso:

África tem sido sujeita a sucessivos processos de essencialização e folclorização, e muito daquilo que se proclama como autenticamente africano resulta de invenções feitas fora do continente. Os escritores africanos sofreram durante décadas a chamada prova de autenticidade: pedia-se que os seus textos traduzissem aquilo que se entendia como sua verdadeira etnicidade. Os jovens autores africanos estão-se libertando da “africanidade”. Eles são o que são sem que necessitem de proclamação. Os escritores africanos desejam ser tão universais como qualquer outro escritor do mundo (COUTO, 2011, p. 22).

Essa prova de autenticidade pela qual a literatura moçambicana esteve submetida reafirmou as esferas da colonialidade impostas a esse país e a esses sujeitos, particularmente no que tange ao saber, ou seja, na supressão de quaisquer modelos e visões de mundo, dissonantes da visão eurocêntrica. Essa noção está associada ao imperativo da colonialidade do poder e nas expressões modernas de domínio que deram origem a colonialidade do ser e que reverberam na produção literária e nas discussões patrimoniais de Moçambique. Conforme definido por Maldonado-Torres:

La colonialidad del poder se refiere a la interrelación entre formas modernas de explotación y dominación, y la colonialidad del saber tiene que ver con el rol de la epistemología y las tareas generales de la producción del conocimiento en la reproducción de regímenes de pensamiento coloniales, la colonialidad del ser se refiere, entonces, a la experiencia vivida de la colonización y su impacto en el lenguaje (2007, p. 130).

A língua portuguesa, como esfera da expressão literária, pontuou uma percepção redutora atrelada a estes imperativos da colonialidade do saber, na qual os códigos e cosmogonias africanas foram invisibilizados ou suprimidos na literatura de alcance ocidental. Na esfera da relação entre ambiente e seres humanos encontra-se o exemplo desses embates identitários. Embora o próprio escritor Mia Couto compreenda a noção de identidades



plurais ao salientar que “aquilo que somos não é o simples cumprir de um destino programado nos cromossomas, mas a realização de um ser que se constrói em trocas com os outros e com a realidade envolvente (COUTO, 2011, p. 53-54), no âmbito das cosmogonias africanas, as diferentes traduções de mundo operam diferentes olhares para essa relação, na qual a palavra nem sempre pode contemplar os sentidos.

Em Moçambique vivemos um período em que encontros e desencontros se estão estreado num caldeirão de efervescências e paradoxos. Nem sempre as palavras servem de ponte na tradução desses mundos diversos. Por exemplo, conceitos que nos parecem universais como Natureza, Cultura e Sociedade são de difícil correspondência. Muitas vezes não existem palavras nas línguas locais para exprimir esses conceitos. Outras vezes é o inverso: não existem nas línguas europeias expressões que traduzam valores e categorias das culturas moçambicanas (COUTO, 2011, p. 16).

Essas inversões conceituais traduzem, na narrativa literária, os esforços de contestar e elaborar um contraponto a narrativa oficial. Desse modo, a especificidade dessas narrativas encontra-se nos diálogos que concebem com o meio de onde se originam e os mecanismos de denúncia e confrontação aos poderes instituídos que operam (NOA, 2018, p. 81). No caso da trilogia “*As areias do imperador*”, escrita por Mia Couto, ao revisitar o processo de guerra colonial no sul moçambicano em fins do século XIX, são as narrativas oficiais que são contestadas.

Essa contestação se articula pela estrutura narrativa operada, manifestada na inserção dessas cosmogonias africanas, através das relações entre personagens e ambiente, elegendo os aspectos naturais ao patamar de personagens-narradores como a protagonista Imani Nsambe e de personagens externos como o do oficial português Germano de Melo que corrobora para a construção narrativa através das cartas escritas aos seus superiores, nas quais relata sua experiência e suas frustrações em Moçambique, bem como de personagens secundários como a curandeira Bibliana, que utiliza das cinzas e da água para a realização de seus rituais e Katini Nsambe, que encontra nos antepassados presentes nas árvores a orientação para lidar com a guerra.

Os embates dessas visões de mundo são ainda representados por figuras históricas como o imperador Nguni, Gungunhana, o último imperador de Gaza e o capitão português Mouzinho de Albuquerque, responsável por sua captura. Essas figuras ao serem inseridas na narrativa enquanto personagens, potencializam a busca por contestar e ampliar as possibilidades de interação com o passado. Nessa tradução de mundo, observa-se outras categorias que interagem no âmbito da narrativa e que desse modo contemplam as noções de marcadores decoloniais, conforme a definição proposta por Benzaquen e Martins (2017). Na noção apresentada pelos autores os marcadores decoloniais “*são dispositivos simbólicos, morais, estéticos e cognitivos que são mobilizados na dinâmica de reprodução dos sistemas sociais, não sendo fixos mas flutuantes de acordo com a perspectiva analítica*” (2017, p. 24). Neste caso, na análise da narrativa de Mia Couto, observa-se a presença de cinco marcadores principais, sendo eles: raça; gênero; religiosidades; memórias e determinações ecosociais, conforme Quadro 1.



Quadro 1 – Marcadores de “As areias do imperador”

MARCADORES	EXCERTO	PERSONAGEM/ NARRADOR	PÁGINA	MARCADORES TRANSVERSAIS
RAÇA				
GÊNERO				
RELIGIOSIDADES				
MEMÓRIAS				
DETERMINAÇÕES ECOSOCIAIS				

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Desse modo, a literatura contempla a experiência histórica retratada, tanto quanto as reverberações desses processos no presente. Em relação a essas investigações tomando a literatura como fonte, Chalhoub e Pereira definem que

[...] a proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo (1998, p. 7).

Nesse sentido, observa-se a narrativa literária de Mia Couto inserida no bojo das reivindicações pelo não esquecimento, mobilizada pelo escritor com o intuito de desvelar as paisagens invisíveis de Moçambique, evidenciando as narrativas subjugadas no processo colonial e permitindo um olhar mais atento aos subjetivismos que operam nas relações desses sujeitos com o espaço natural, relações anteriormente submersas pela narrativa colonial.

A paisagem invisível, desse modo, corrobora no alargamento das fronteiras de compreensão dos valores e identidades que emergem da sociedade moçambicana e que na operação empreendida por Aldo Leopold (1949), permitem ver além do óbvio (FERREIRO, 2009 p. 15). Este olhar para além do visível nos elementos que sublinham a sociedade moçambicana, concentra-se na narrativa decolonial, na qual o sujeito retratado é também o sujeito narrador e condutor de sua própria história.

Considerações finais

O testemunho da paisagem invisível baseia-se ainda na noção de patrimônio ambiental enquanto constituição de paisagens pela memória, compreendendo a cosmogonia sublinhada por Mia Couto em sua narrativa, da inviabilidade em se buscar separar ou diferenciar o ser humano do seu espaço em que vive e interage. Nessa concepção, Schama destaca que “antes de ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças, quanto de estratos de rocha” (1998, p. 7). As lembranças e rochas que compõem a paisagem permitem visualizar uma relação mais estreita entre meio natural e ser humano, na qual a paisagem se torna parte inerente da experiência humana, seja enquanto representação, no caso da experiência narrativa ou como vivência. Embora estas esferas nem sempre possam ser dissociadas.

Dessa forma, o poder da narrativa encara na face patrimonial a sua aliada maior. Conforme aponta Noa, “Poderíamos afirmar que a literatura moçambicana, à imagem de outras literaturas africanas, releva a sua condição de patrimônio particular pela sua inscrição no patrimônio universal da humanidade, através do poder do discurso que, nas



suas variadas realizações, lhe permitiu definir a sua própria singularidade” (2018, p. 85). Essa singularidade permite o diálogo entre escritores e escritoras com as experiências de seus países e podem aceder às diversidades patrimoniais da literatura, nas suas interações com a linguagem, o ambiente e a identidade.

Enfim, no que diz respeito aos espaços sombreados pelo olhar colonial pode-se perceber os indícios sob a mesma paisagem de outras realidades por trás da presença e da violência do passado de conquista e imposição de padrões culturais de outros povos. Muito ainda resta por conhecer sobre as resistências e sua relação com o forjar e o reforçar cultural que salvaguardaram a riqueza do Patrimônio do continente africano e a literatura que grafa as histórias vividas e as paisagens herdadas que desvelam e presentificam memórias nas páginas escritas.

Referências

- BENZAQUEN, J. F.; MARTINS, P. H. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos decoloniais. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, v. 2, n. 11, p. 11-31, 2017. Disponível em: <<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/1882>>. Acesso em: 20 maio 2020.
- CHALHOUB, S.; PEREIRA, L. A. (Org.). **A História contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- COUTO, M. **E se Obama fosse africano? e outras interinvenções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 208 p.
- FERREIRO, M. de F. P. Paisagens invisíveis: a Ética da Terra segundo Aldo Leopold. **Revista portuguesa de Estudos Regionais**, n. 20, p. 113-117, 2009. Disponível em: <<https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/paisagens-invisiveis-a-etica-da-terra-segundo-aldo-leopold/31301>>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- KACZOROWSKI, J.; FUJISAWA, M. Literatura e sociedade em Moçambique: breve panorama histórico. **Cadernos CERU**, v. 27, n. 2, p. 171-184, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/125082/122139>>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. p. 127-168, 2007. Disponível em: <<http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>>. Acesso em: 24 jul 2020.
- MIGLIARI, I. Mia Couto: o pensageiro. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, v. 18, n. 3, p. 235-248, 2018. Disponível em: <[doi:10.5935/cadernosletras.v18n3p235-248](https://doi.org/10.5935/cadernosletras.v18n3p235-248)>. Acesso em: 23 maio 2020.
- MUNANGA, K. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20-31, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-62-00020.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- NOA, F. O poder do discurso e a arte da narração na ficção moçambicana. IN: NOA, Francisco. **Uns e outros na literatura moçambicana**: ensaios. São Paulo: Kapulana, 2017. 152 p.
- PAULA, R. R. de; DUARTE, F. B. Diversidade linguística em Moçambique. **Kadila**: culturas e ambientes - Diálogos Brasil-Angola. São Paulo: Blucher, 2016, p. 343-362.
- RIBEIRO, O.; MOREIRA, F. Identoralidade(s) em Mia Couto. **Rev. Let.**, v. 59, n. 1, p. 135-149, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/article/view/12346/8848>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VASSOLER, S. Paisagem, interidentidade e colonialismo em As Areias do Imperador 1: Mulheres de Cinzas, de Mia Couto. Orientadora: Marcia Helena Saldanha Barbosa. 2019. 94 f. **Dissertação** (Mestrado em Letras) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

WAGNER, A. P. A administração da África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII: Notas para o estudo da região de Moçambique. **História Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 72-83, 2007. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5877>>. Acesso em: 01 ago. 2020.



PERCEPÇÃO DE MORADORES DE GUAÍBA, RS, SOBRE A PRESENÇA DE (*Caiman latirostris* Daudin, 1802) EM ZONA URBANA

Fernanda Ribeiro Machado

Cristina Cademartori

Universidade La Salle

Introdução

As interações entre seres humanos e os demais animais ocorrem desde os primórdios da humanidade e evoluíram ao longo do tempo. Segundo WILSON (1989), os seres humanos possuem uma conexão emocional inata (portanto, genética) com as demais espécies. A respeito disso, SOUTO (2014) comenta:

As interações foram se diversificando tão intensamente como a própria evolução cultural, social e tecnológica dos homens. Temos hoje relações do tipo trófica, econômica, afetiva, mítico-religiosa, médica, lúdica, simbólica, estética, artística, ergonômica, entre outras, cada uma, aliás, com uma infinidade de possibilidades (SOUTO, 2014, p. 14).

A percepção que as pessoas têm a respeito dos animais define suas atitudes, sendo diretamente influenciada pela presença do folclore e valores negativos sócio-demográficos sobre determinadas espécies de animais (CERÍACO, 2011). A existência de mitos, histórias e equívocos pode ser responsável pela perseguição humana em relação aos animais, segundo Ceríaco (2011). Este mesmo autor ainda menciona que um dos principais grupos afetados por essa perseguição são os répteis.

O Brasil é detentor de uma alta diversidade biológica; estima-se que possua cerca de 20% da diversidade biológica mundial, sendo também detentor do maior número de espécies endêmicas do planeta (ALVES, ROSA, 2007). O jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) está amplamente distribuído no estado do Rio Grande do Sul, ocupando ambientes de lagoas marginais, manguezais, brejos e pântanos de água doce ou salgada (MOULTON, et al., 1999). Também coloniza facilmente ambientes alterados pelo homem. Apesar de estar citado como vulnerável apenas em algumas regiões do país, o jacaré-de-papo-amarelo tem sofrido diretamente com o avanço antrópico sobre os ambientes naturais. Esse declínio ocorre pela crescente destruição de seus habitats, além da caça predatória humana (BRAZAITIS, et al., 1990).

A etnozologia, portanto, é o ramo da ciência que estuda o conhecimento da população sobre os animais (SANTOS-FITA, COSTA-NETO, 2007). Assim, quando se utiliza o prefixo *ethno* antes de uma área de conhecimento, como a zoologia, entende-se que os pesquisadores estão investigando não apenas a fauna local, mas a percepção de uma população sobre aquele objeto, no caso, os animais (MARQUES, 2002).

A percepção, identificação e classificação dos elementos faunísticos por parte de uma dada sociedade são influenciadas tanto pelo significado emotivo quanto pelas atitudes culturalmente construídas, direcionadas aos animais (NOLAN, ROBBINS, 2001). Dessa forma, estudos etnozoológicos são uma importante fonte de dados que visam nortear estratégias para o manejo e conservação da fauna, considerando não apenas a diversidade biológica, mas também a diversidade cultural de um dado local.

Levando em conta o contexto apresentado, teve-se, como principal objetivo, identificar a percepção de uma amostra da população do município de Guaíba, RS, a respeito da constante presença de jacarés-de-papo-amarelo na cidade, a fim de obter dados a respeito do conhecimento da população sobre os répteis, o quanto são temidos, repudiados ou admirados por esta parcela da população.

Caracterização da área de estudo

O trabalho tem como contexto o município de Guaíba, Rio Grande do Sul, situado a 25 km da capital, Porto Alegre. A cidade conta com uma área total de 376,973 km² e cerca de 100 mil habitantes (IBGE, 2010). O clima do município é quente e temperado, com as quatro estações do ano bem definidas. A amplitude térmica é elevada, com calor no verão e frio no inverno. O índice pluviométrico é de aproximadamente 1390 mm anuais, tendo predominância de chuva no mês de setembro (CLIMATE, 20).

O estudo diz respeito às diversas aparições do jacaré-de-papo-amarelo pela cidade, em especial a uma vala localizada na Avenida Lupicínio Rodrigues, no bairro Jardim Santa Rita, onde se encontram regularmente alguns indivíduos (Figura 1). O conhecido valão é parte de uma rede de esgoto sanitário que foi aberta para manutenção, onde são encontradas grandes quantidades de resíduos e objetos descartados, ocasionando, em épocas chuvosas, grandes alagamentos no bairro.

Figura 1 - Vista parcial da vala, localizada no município de Guaíba, onde frequentemente são encontrados espécimes de *Caiman latirostris*.



Fonte: Fernanda M.

População de estudo e questionário

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental a partir de reportagens na mídia sobre o assunto, em sites como Gaúcha ZH, G1 Globo e Terra, para comparação com os depoimentos colhidos posteriormente.

Informações etnozoológicas a respeito da presença dos répteis na cidade foram coletadas através da aplicação de um questionário, utilizando-se as redes sociais, *Facebook* e *Instagram*. O período de aplicação do questionário ocorreu entre 29 de abril e 18 de maio de 2020, e contou com a participação de 27 voluntários no total. No *Facebook*, o texto e as perguntas foram expostos em uma postagem (Figura 2), e os participantes foram convidados a responder a pesquisa, de forma livre, através dos comentários, contando com 12 participações. No *Instagram*, o mesmo texto e perguntas foram divididos em *stories*, porém, utilizou-se a ferramenta enquetes, onde os participantes votariam “Sim” ou “Não” (Figuras 3 e 4). Por último, foi exposto um *storie* interativo, onde as pessoas poderiam deixar seus relatos em uma caixa de respostas (Figura 5). No modelo enquetes ocorreram 15 participações, enquanto na caixa interativa apenas uma.

Figura 2 - Aplicação do questionário sobre a percepção de moradores do município de Guaíba, RS, a respeito da presença do jacaré-de-papo-amarelo em área urbana (rede social Facebook).



Figuras 3 e 4 - Aplicação do questionário sobre a percepção de moradores do município de Guaíba, RS, a respeito da presença do jacaré-de-papo-amarelo em área urbana (rede social Instagram).



Figura 5 - Aplicação da caixa de respostas sobre a percepção de moradores do município de Guaíba, RS, a respeito da presença do jacaré-de-papo-amarelo em área urbana (rede social Instagram).



O questionário foi antecedido por um pequeno texto introdutório que continha algumas informações sobre a espécie e o que se sabe, por meio da mídia, a respeito da sua presença na cidade. Em seguida, as seguintes perguntas foram relacionadas: “Você considera esses animais perigosos ou sente medo deles?” e “Você se sente incomodado com a presença deles na cidade?”, e “Neste espaço, sinta-se à vontade para deixar o seu relato de experiências, sua opinião, sugestões, críticas em relação à presença dos répteis em nossa cidade”. Nas duas redes sociais em que foi publicada a pesquisa, o texto e as perguntas eram os mesmos, a diferença consistia na ferramenta utilizada para a obtenção das respostas. No *Facebook*, 26 pessoas interagiram com a postagem através de curtidas e reações, enquanto no *Instagram*, a média de visualizações nos *stories* foi de 61 pessoas.

Análise dos dados

Os dados obtidos através dos depoimentos coletados pelo *Facebook* e *Instagram* foram organizados, observando-se as tendências ao medo/incômodo ou admiração. Levou-se em consideração a expressão da percepção, de emoções e sugestões relatadas, as quais foram sistematizadas e expressas em tabelas, associando-as a valores positivos ou negativos.

Resultados

As duas reportagens revisadas da mídia a respeito do assunto publicadas em dezembro de 2016 e maio de 2019, incluem entrevistas com os moradores do bairro, sugerindo uma tendência positiva na sua percepção. Um dos relatos afirma que os moradores sentem medo e insegurança nos primeiros contatos com os répteis, mas que logo se acostumam com a situação e passam até mesmo a admirá-los. Percebe-se que a relação das pessoas com os animais se tornou positiva com o passar do tempo, quando puderam perceber que o animal não apresentava um comportamento agressivo. De acordo com alguns depoimentos, pode-se inclusive dizer que os moradores dos arredores do “valão”, principalmente, por terem contato mais frequente com os jacarés, de certa forma banalizaram

essa convivência, visto que muitos afirmam ter uma relação de respeito mútuo, a partir da qual se subentende que os animais possam ter uma consciência de reciprocidade; outros relatos manifestam que os próprios moradores alimentam os animais. O conteúdo disposto na internet deixa evidente que a população leva a situação com bom-humor, e até como uma atração turística, e nem sequer mencionam a necessidade de remoção dos crocodilianos do local. Um ofício disponível na internet, da prefeitura de Guaíba, relata que a presença dos jacarés é registrada na cidade há pelo menos 15 anos, e que nunca houve evidência de conflitos. O documento informa que a circulação pela vala acontece por haver conexão com áreas úmidas interligadas ao lago Guaíba, e lembra sobre a proximidade com as Unidades de Conservação do Delta do Jacuí e orla do Guaíba. Também relata que a Secretaria da Cultura e Meio Ambiente faz o acompanhamento da fauna silvestre, e que a demanda referente ao Caiman latirostris sempre ocorreu em meio urbano. Contudo, a alimentação dos répteis, baseada em moluscos hospedeiros intermediários de alguns patógenos transmissores de doenças, tem sido um fator importante para controle de zoonoses, o que influi diretamente na decisão de mantê-los no local, sob supervisão.

A análise dos dados obtidos através dos questionários possibilitou conhecer a percepção da amostra da população a respeito da presença dos jacarés-de-papo-amarelo na cidade. Quando questionados de forma objetiva, através de enquetes no Instagram, observa-se um equilíbrio entre os votantes que afirmam ter medo dos répteis e os que afirmam não sentir medo. Entretanto, quando questionados a respeito de se sentirem incomodados com a presença dos animais na cidade, apenas quatro dos 15 voluntários afirmam que sim. A maioria dos participantes confirma sentir medo ou entender que os jacarés podem ser animais perigosos, embora não se sintam incomodados com a sua presença, o que pode ser justificado pelo comportamento, até então, pacífico, e ausência de registros de ataques (Quadro 1). Deve-se levar em consideração, também, que o medo das pessoas fundamenta-se, em grande parte, por se tratarem de animais silvestres aos quais se associam, automaticamente, comportamento agressivo e sensação de perigo. Em conversas informais com alguns moradores do bairro, pode-se perceber que circulam muitas lendas a respeito dos répteis, que os tratam, na grande maioria, como “monstros”. Deste modo, pode-se interpretar que uma das grandes causas desse incômodo em relação aos répteis ocorre devido ao medo que as pessoas sentem de ser atacadas, mesmo que o animal não se sinta ameaçado. Esse medo equivocado pode estar associado a diversos fatores culturais, como as lendas que versam sobre a agressividade de répteis. Um exemplo claro sobre essa influência cultural são os filmes, onde os jacarés são geralmente representados perseguindo e se alimentando de seres humanos. Segundo Friedrich e Scheid (2012), os filmes estimulam uma abordagem discursiva sobre estereótipos e representações da realidade. Muitos conteúdos produzidos pela mídia exercem uma forte influência na construção do aprendizado e percepção das pessoas quanto à fauna, desde sua formação escolar. De acordo com Gusmão e Santos (2015), a utilização de filmes como recurso didático é muito antiga. Contudo, pouco se sabe a respeito do impacto que isso gera na formação de valores das crianças fora do ambiente escolar, visto que muitos conteúdos retratam a fauna de forma divergente da realidade (COSENDEY, SALOMÃO, 2013).

Quadro 1 - Respostas do questionário sobre a percepção de moradores do município de Guaíba, RS, a respeito da presença do jacaré-de-papo-amarelo em área urbana, através do *Facebook*.

Interações no Instagram		
	Sim	Não
"Você considera esses animais perigosos ou sente medo deles?"	53%	47%
"Você se sente incomodado com a presença deles na cidade?"	27%	73%



No *Facebook*, 12 pessoas deixaram seu depoimento, das quais apenas quatro afirmam sentir medo ou incômodo com a presença dos répteis. A principal justificativa apontada é o acesso que os animais têm às ruas do bairro onde fica a vala, e os riscos que isso oferece principalmente às crianças. Um agravante para esse sentimento de aversão que algumas pessoas afirmam sentir pelos répteis é sua aparência “não carismática”. Keller (1993) afirma que o repúdio associado à aparência dos répteis pode resultar da sua morfologia e, até mesmo, do seu comportamento diferenciado de outras espécies consideradas mais carismáticas, pois a estética do animal influencia diretamente os sentimentos de simpatia ou aversão. Das oito interações restantes, que afirmam não sentir medo nem incômodo pela presença dos animais, as principais tendências que se observa nas respostas são: a consciência da necessidade de se respeitar o espaço do animal e que ele dificilmente irá apresentar um comportamento agressivo, a menos que se sinta ameaçado.

O “valão”, como é conhecido pelos moradores, é um trecho da rede de esgotos a céu aberto, que está inserido em uma avenida comercial onde ocorre um fluxo intenso de pessoas e transportes em grande parte do dia. A distância da calçada para o interior do valão é diminuta e permite fácil acesso. Segundo os moradores, em dias de chuva, o acúmulo de rejeitos no interior da vala faz com que transborde, causando diversos transtornos no bairro. Geralmente, nessas ocasiões os répteis são avistados circulando pelas ruas; há relatos até mesmo de resgate dos jacarés no quintal das residências. Uma sugestão que foi citada é que haja um monitoramento mais eficaz, principalmente quando o alagamento possibilita que os animais se locomovam pelas ruas. A implementação de cercas que os impeçam de sair da vala ou que as pessoas se aproximem também foi sugerida.

Outro fator citado é que o local não é apropriado para a espécie, visto que é constantemente foco de descarte de resíduos e que em algumas ocasiões em que o jacaré aparece para tomar sol, é apedrejado por moradores (Figura 6). O crescimento populacional e o avanço das cidades sobre os remanescentes naturais torna cada vez mais frequente o aparecimento de espécies silvestres em meio urbano. Por consequência, a implementação de ações de educação ambiental com a finalidade de prevenir a perseguição à fauna, bem como extinções locais, são fundamentais (COSENDEY, SALOMÃO, 2013). Os conflitos ambientais são cada vez mais frequentes na população, portanto, a educação ambiental é essencial em todos os níveis do processo educativo das pessoas, principalmente no período de formação escolar, pois quanto mais prematuramente se molda essa consciência ambiental, mais fácil se torna a implementação de ações efetivas junto aos indivíduos (MEDEIROS, et al., 2011).

Em vista de tudo que foi abordado, a educação ambiental é de suma importância para a sensibilização e, conseqüentemente, conservação das espécies, por meio da inclusão de valores, capacidades, conhecimentos, responsabilidades e aspectos que promovam o progresso das relações éticas entre pessoas, répteis e os demais seres vivos (ARAUJO, LUNA, 2017).



Figura 6 - Jacaré-de-papo-amarelo e tartaruga tomando sol à beira do “valão”, no bairro Jardim Santa Rita, município de Guaíba, RS.



Fonte: Gaúcha ZH, 2019.

Conclusão

Quando comparados os dados obtidos através da leitura de reportagens existentes na mídia com os que foram coletados nos depoimentos, pode-se notar certa divergência. Em grande parte dos dados obtidos na mídia, nota-se que a percepção da população sobre os jacarés coabitarem o ambiente urbano tornou-se, com o tempo, banal e até atrativa, como se os animais tivessem sido domesticados. Nota-se aqui uma tendência, talvez por parte dos próprios moradores, de simular uma relação positiva, e até mesmo de respeito mútuo com os jacarés, visto que nenhum dos relatos sugere medo ou incômodo. Em contrapartida, expressões como “relação de boa vizinhança”, “são tradição no bairro” e a afirmação “O medo de cair numa água com número incerto de jacarés nem parece lhe incomodar” são mencionados. Nenhuma das entrevistas disponíveis na internet faz menção a qualquer sentimento negativo.

Por outro lado, os relatos obtidos através da pesquisa nas redes sociais demonstram uma maior conscientização a respeito de riscos e preservação. Nota-se que a maioria dos relatos afirma ter consciência da necessidade de respeitar o espaço que o animal está utilizando como “habitat”, visto que a presença deles em meio urbano ocorre justamente como consequência da ação antrópica sobre seus habitats naturais, como já mencionado. Compreende-se que a justificativa predominante para a sensação de medo está associada mais ao fato dos jacarés terem liberdade de locomoção, do que, propriamente, a uma memória cultural equivocada. De maneira geral, os participantes da pesquisa demonstram ter entendimento sobre a importância da preservação das espécies silvestres e do ambiente. Nota-se, porém, falta de conhecimento da população a respeito das medidas de monitoramento e controle de fauna realizada pelos órgãos responsáveis, na cidade. Um dos comentários deixados no *Facebook* refere-se a uma informação por parte da bióloga da prefeitura de Guaíba, afirmando que o monitoramento é realizado pela Secretaria de Meio Ambiente da cidade e, portanto, é de suma importância que os relatos dos moradores sejam encaminhados para lá, caso ocorra algum encontro com os jacarés pelas ruas.

Diante do exposto, torna-se ainda mais evidente a importância da realização de estudos etnozoológicos que busquem compreender a percepção e memória cultural da população a respeito dos componentes faunísticos de sua vizinhança. Tais estudos são potenciais fontes de dados para que se possa planejar estratégias de manejo, que

protejam tanto a fauna silvestre da cidade quanto os moradores, mas que também possam nortear ações educativas a fim de moldar a percepção, com base em fatores científicos.

Referências

ALVES, R. R. N.; ROSA, I. Zootherapeutic practices among fishing communities in North and Northeast Brazil: A comparison. New York: **Journal of Ethnopharmacology**, v. 111, n. 1, p. 82-103, 2007.

ARAÚJO, D. F. S.; LUNA, K. P. O. **Os répteis e sua representação social: uma abordagem etnológica**. *Ethnoscintia*, v. 2, 2017.

Área territorial oficial. Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/guaiba.html>>. Acesso em: 05/6/2020.

BRAZAITIS, P. The identification of living crocodylians. **Zoologica**, v. 58, p. 59-101, 1973.

CERÍACO, L. M. P.; MADEIRA, N.; MENDES, P. B.; MARQUES, M. P.; VIÇOSA, C. M. V. Folklore and traditional ecological knowledge of geckos in southern Portugal: implications for conservation and science. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 7, n. 26, p. 1-5, 2011.

Clima Guaíba. CLIMATE-DATA.ORG. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/rio-grande-do-sul/guaiba-43822>>. Acesso em: 08/6/2020.

COSENDEY, B. N.; SALOMÃO, S. R. Visão sobre as serpentes: répteis ou monstros. **Encontro nacional de pesquisa em educação em ciências - IX**, 2013, Águas de Lindóia. 2013, p 1-3.

COUTINHO, M. E.; MARIONI, B.; FARIAS, I. P.; VERDADE, L. M.; BASSETTI, L.; MENDONÇA, S. H. S. T.; VIEIRA, T. Q.; MAGNUSSON, W. E.; CAMPOS, Z. Avaliação do risco de extinção do jacaré-de-papo-amarelo *Caiman latirostris* (Daudin, 1802) no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v.3, n.1, p. 13-20, 2013.

FRIEDRICH, S. P.; SCHEID, N. M. J. O cinema como tecnologia para o estudo das representações ambientais presentes no filme Avatar. **IV ENEBIO – Encontro Nacional de Ensino de Biologia**, n. 4, 2012, Goiânia, p. 1-8, 2012.

GUSMÃO, M. C. S.; SANTOS, R. C. Cinema, memória e processos de formação cultural: algumas considerações sobre percursos de pesquisa. **Arquivos do cmd**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 13-33, 2015.

Jacaré é encontrado em pátio de casa em Guaíba, no RS. **TERRA**, 2012. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/jacare-e-capturado-em-patio-de-casa-em-guaiba-no-rs,9288da38d43da310VgnCLD20000bbcceb0aRCD.html>>. Acesso em: 06/4/2020.

LIMA, J. R. B.; FLORENCIO, R. R.; SANTOS, C. A. B. Contribuições da etnozootologia para a conservação da fauna silvestre. **Ouricuri**, v. 4, n. 3, p. 48-67, 2014.

MARQUES, J. G. W. O olhar (des) multiplicado. O papel da interdisciplinaridade e do qualitativo na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S.M.P. (Orgs.). **Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPQ, 2002. p. 31-46.

MEDEIROS, A. B.; MENDONÇA, M. J. S. L.; SOUSA, G. L.; OLIVEIRA, I. P. A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade de Montes Belos**, v. 4, n. 1, p. 2, 2011.

MOULTON, T. P.; MAGNUSSON, W. E.; MELO, M. T. Q. Growth of *Caiman latirostris* inhabiting a coastal environment at Ilha do Cardoso, SP, Brazil. **Journal of Herpetology**, v. 33, n. 3, p. 479-484, 1999.



NETO, A. Em bairro de Guaíba, moradores dividem espaço com jacarés. *Gaúcha ZH*, 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/05/em-bairro-de-guaiba-moradores-dividem-espaco-com-jacares-cjvy97tcx01gc01pe5bcqk3bt.html>>. Acesso em: 06/4/2020.

NOLAN, J. M.; ROBBINS, M. C. E. Emotional meaning and the cognitive organization of ethnozoological domains. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 11, n. 2, p. 240-249, 2001.

SANTOS-FITA, DE.; COSTA-NETO, E. M. As interações entre os seres humanos e os animais: a contribuição da etnozoologia. *Revista Biotemas*, Feira de Santana, v. 20, n. 4, p. 99-110, 2007.

SILVEIRA, C. Prefeitura Municipal de Guaíba. 2019. Disponível em: <https://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/pdf.view.php?filename=requer_saber_se_existem_jacares_no_valao_do_bairro_santa_rita&url=uploads/11419.pdf>. Acesso em: 12/4/2020.

SOUTO, F. J. B.; MARQUES, M. P.; MADEIRA N. C. **Patrimônio cultural e biológico**: Desafios e perspectivas para conservação e uso. São Paulo: Botucatu, 2013, 142 p.



ÁREAS VERDES URBANAS: PARA ALÉM DE ESPAÇOS DE LAZER

Thaís Brauner do Rosario

Cristina Vargas Cademartori

Universidade La Salle

Introdução

Atualmente, 84,3% da população brasileira vivem em áreas urbanas, as quais representam menos de 1% do território nacional (0,63%). Estes dados, provenientes de um estudo publicado pela EMBRAPA em 2017, refletem o panorama de concentração populacional em pequenas porções do território nacional. Esta concentração nos grandes centros urbanos é a responsável por diversos problemas de ordem social e ambiental.

A rápida modernização da indústria e do setor agrícola propiciaram, a partir das décadas de 1960 a 1980, um processo conhecido como êxodo rural (ALVES, et al., 2011). Este processo, associado com a crescente expansão das áreas urbanas sobre os ecossistemas naturais, causou diversos prejuízos ecológicos. Além da perda e degradação de habitats, a rápida expansão urbana acarretou extinções locais de muitas espécies nativas, empobrecendo e homogeneizando os relictos verdes das grandes cidades. O município de Canoas está inserido na Região Metropolitana de Porto Alegre e, assim como várias cidades brasileiras, passou por uma grande transformação da sua paisagem original durante o século XX (VIEGAS, 2011; HOFMANN, et al., 2017).

A urbanização, entre outros aspectos, modificou os hábitos de vida da população nas grandes cidades, especialmente no que tange à forma de interagir com a natureza. As Áreas Verdes Urbanas (AVUs) representam uma das poucas possibilidades de contato com a natureza para grande parte da população cidadina. A falta de contato com a natureza reflete diretamente no escasso conhecimento sobre a biodiversidade local compartilhado por pessoas tipicamente urbanas.

A exiguidade de experiências e interações com componentes da natureza produz no ser urbano uma falta de empatia por outras formas de vida não humanas. A forma de interagir com o meio e a qualidade das experiências vividas implicam na construção de uma identidade ecológica (ou na falta dela). Os diferentes grupos sociais que compõem a população de uma determinada localidade ou região irão se relacionar com o meio natural de forma distinta, de acordo com a cultura particular à qual pertencem, valores e símbolos com os quais se identificam. A construção de uma identidade ecológica depende do indivíduo, de suas experiências, mas deve ser reforçada pelo coletivo para que produza resultados eficazes e duradouros. Diversos estudos demonstram que o conhecimento por si só não gera o sentimento de cuidado. Entretanto, a construção de memórias significativas leva ao sentimento de pertencimento e, por consequência, desenvolve a necessidade de cuidado e a noção de corresponsabilidade.

A partir desta problemática, a proposta deste trabalho é mapear AVUs do município de Canoas que possam proporcionar contato com a natureza e vivências significativas, de forma a contribuir para o desenvolvimento do chamado “*environmental care*” (cuidado ambiental) e para a formação de cidadãos eco-conscientes.

Área de estudo

O município de Canoas, situado na Região Metropolitana de Porto Alegre, foi fundado em 1939 e ocupa, atualmente, uma área total de 130,789 km² com uma população estimada de 346.616 habitantes, o que o coloca na quarta posição dentre os municípios mais populosos do estado (IBGE, 2019). A cidade está integralmente inserida no



bioma Pampa e sua fitogeografia original era composta por banhados e campos com formações herbáceas, capões e matas de galeria (IBGE, 2004; CORDEIRO, HASENACK, 2009; FACHINELLO, 2011). Segundo dados da prefeitura, atualmente, o município possui 113 praças urbanas, três parques urbanos e dois parques naturais. A maior parte das praças contribui apenas esteticamente com o ambiente, possuindo impermeabilização em praticamente toda a área e pouca arborização.

Métodos

Este estudo está vinculado à linha de pesquisa Memória, Cultura e Identidade do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. O trabalho consiste em uma pesquisa quali-quantitativa, que compreenderá as seguintes etapas: 1) revisão bibliográfica sobre os temas abordados; 2) mapeamento e identificação de remanescentes naturais no perímetro urbano do município de Canoas, por meio de imagens de satélite; 3) caracterização das AVUs selecionadas por meio da avaliação de parâmetros físicos e bióticos (os principais parâmetros a serem considerados serão a presença de fauna e flora nativas e espaços livres de impermeabilização); 4) levantamento rápido da fauna urbana nativa conspicua; 5) desenvolvimento e aplicação de um questionário investigativo sobre o uso das AVUs por parte dos moradores locais (o questionário será desenvolvido e disponibilizado por meio de formulário eletrônico); 6) criação do App “Fauna Urbana”, com o propósito de incluir a população local no processo de levantamento faunístico; 7) elaboração de um guia da fauna urbana do município de Canoas, destinado aos diferentes segmentos da comunidade, que trará informações acerca dos principais táxons encontrados nas AVUs (hábitos, alimentação, papel ecológico).

A escolha das áreas baseou-se em três fatores principais: 1. Ampla utilização como espaço de lazer pela população canoense e dos municípios vizinhos; 2. Estar inseridas em remanescentes urbanos capazes de manter a fauna local (oferta de abrigo e recursos para sua existência e reprodução); 3. Por suas características bióticas conspicuas (presença de fauna e flora nativas). Os critérios de escolha da fauna variaram entre os grupos taxonômicos. Enquanto as aves foram escolhidas com base em sua conspicuidade no ambiente e em espécies carismáticas, como o sabiá-laranjeira e a coruja-orelhuda, respectivamente, os mamíferos e répteis foram escolhidos primariamente por estarem em constante conflito com a população.

A base teórica do trabalho será elaborada a partir de revisão da literatura existente, incluindo artigos, dissertações e teses, que abordem a temática das AVUs, flora e fauna associada, o processo de urbanização do município de Canoas e as questões relacionadas à memória e identidade ecológica, e à psicologia da conservação. A partir destes elementos serão delimitados os parâmetros necessários à escolha das áreas alvo do estudo, as quais serão mapeadas e classificadas de acordo com suas características físicas e bióticas. A fauna nativa conspicua registrada dará origem, entre outros materiais, a um folder de cunho educativo denominado “Mapeando as áreas Verdes de Canoas”.

Resultados

Foram selecionadas, até o momento, seis áreas verdes no município de Canoas (Figura 1): três no Quadrante Noroeste (Praça das Araras, Praia de Paquetá e Ilha das Garças); duas no Quadrante Nordeste (Parque Municipal Getúlio Vargas; APA Fazenda Guajuviras); e uma no Quadrante Sudoeste (Parque Esportivo Eduardo Gomes). Cada uma destas áreas foi selecionada, pois além de propiciarem espaços de lazer à comunidade, configuram importantes áreas verdes para a fauna urbana do município de Canoas.



Figura 1 – Mapa com os limites do município de Canoas (linha vermelha) e localização das AVUs selecionadas (marcadores de localização amarelos).



Fonte: Google Earth (adaptado).

A Praça das Araras, localizada no bairro Harmonia, é AVU sem impermeabilização, que recebeu equipamentos de lazer como bancos e uma pracinha para uso pela comunidade local. Encontra-se adjacente a um dos Parques Naturais do município, uma área verde remanescente de cerca de 19 ha. A Praia do Paquetá está situada no bairro Mato Grande e é uma das APP do município, composta por banhados, campos inundáveis, matas de galeria e ilhas. O local é utilizado como área de veraneio desde o início da colonização do município, apesar de atualmente ser considerada imprópria para banho. A Ilha das Garças é uma APP com uma área total de 286 ha. Segundo dados da prefeitura, a área faz parte do Parque Estadual do Delta do Jacuí e é considerada zona de reserva biológica desde 1979. Além disso, não é permitida a instalação de moradias ou qualquer outro tipo de estrutura predial na ilha. O Parque Municipal Getúlio Vargas (também conhecido como Capão do Corvo) está localizado no bairro Marechal Rondon e foi inaugurado na década de 1980; atualmente compreende 17 ha. Em 2016, passou por uma revitalização que ampliou a área de lazer do parque, recebendo mensalmente cerca de 40 mil pessoas. Além de toda a estrutura recreativa e de lazer (playground, lago artificial, churrasqueiras etc.), o parque é sede do Zoológico Municipal (MiniZoo) e, segundo dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, cerca de 123 espécies de aves podem ser encontradas nesta área. A APA Guajuviras ou Fazenda Guajuviras, como é popularmente conhecida, é uma área de proteção ambiental criada em 2010, que abrange uma área total de 508 ha. Cerca de 50% da área (~250 ha) está destinada a um parque de proteção ambiental aberto à comunidade. A última AVU localiza-se no quadrante sudoeste, o Parque Esportivo Eduardo Gomes, e é uma área de lazer com cerca de 25 ha localizada no bairro Fátima. Conhecido como Parcão, o local é sede de diversos eventos esportivos, tradicionalistas, entre outros. Apesar de sua estrutura ser basicamente voltada à prática de esportes, a área é vizinha a uma grande mancha verde, o que pode propiciar o avistamento de aves e de outros animais da fauna urbana local.

Foram selecionadas 10 espécies de aves: *Asio clamator* (Mocho-orelhudo), *Furnarius rufus* (João-de-barro), *Turdus rufiventris* (Sabiá-laranjeira), *Colaptes campestris* (Pica-pau-do-campo), *Colaptes melanochloros* (Pica-pau-verde-barrado), *Falco Sparverius* (Quiri-quiri), *Leptotila verreauxi* (Juriti-pupu), *Tyrannus savana* (Tesourinha), *Chloroceryle americana* (Martim-pescador) e *Ardea alba* (Garça-branca-grande). Dentre os mamíferos, sete táxons foram selecionados: *Cavia aperea* (Preá), *Coendou spinosus* (Ouriço-cacheiro), *Didelphis albiventris* (Gambá-de-orelha-branca), *Galictis cuja* (Furão), *Molossus molossus* (Morcego-da-cauda-grossa), *Artibeus lituratus* (Morcego-

da-cara-branca) e *Tadarida brasiliensis* (Moeceguinho-das-casas). Apesar de serem mamíferos comuns e bastante adaptados ao ambiente urbano, a falta de conhecimento sobre os seus hábitos de vida e o fato de não fazerem parte da chamada fauna carismática acarreta conflitos constantes com a população cidadina. Por fim, três répteis foram selecionados: *Salvator merianae* (Teiú), *Phrynops hilarii* (Cágado-de-barbichas) e *Trachemys dorbigni* (Tigre-d'água). Igualmente, os répteis sofrem impactos significativos em suas populações urbanas, seja por medo (no caso dos teiús) ou por tráfico (no caso do tigre-d'água, que em decorrência do seu uso como animal doméstico).

Considerações finais

A destruição e a fragmentação de habitats são as principais causas da perda de biodiversidade no planeta. Como resultado, atualmente vive-se em um período que vem sendo designado por especialistas como ANTROPOCENO. Este período é caracterizado pela sexta extinção em massa do planeta. Extinções são eventos naturais que sempre ocorreram, espécies são extintas por falta de aptidão ou catástrofes. Entretanto, a atual extinção de espécies está ocorrendo em uma taxa alarmante e difere das outras cinco extinções anteriores na causa. A causa desta extinção em massa são as atividades antrópicas, uma força meteórica a agir sobre o planeta.

A expansão do ambiente urbano sobre os ecossistemas naturais transforma a paisagem e a forma como as pessoas se relacionam com o ambiente que as cerca. Como resultado deste avanço da urbanização, as paisagens naturais que antes predominavam hoje estão restritas a ilhas verdes em meio a malha urbana. A proteção das áreas verdes urbanas (AVUs) é importante não apenas para a conservação da biota nativa, mas também para o bem-estar da própria população, uma vez que auxiliam na estabilidade de parâmetros de ordem local (umidade, temperatura, redução da poluição e dos ruídos, entre outros), ligados diretamente ao conforto dos cidadãos. Considerando a problemática apresentada, busca-se, com este estudo e com os produtos por ele gerados, contribuir para a integração entre a comunidade canoense e as áreas verdes do município. Esta integração faz parte de um processo que visa despertar um sentimento de pertencimento as AVUs da cidade, empatia por outras formas de vida, e assim sensibilizar as pessoas para a importância da conservação dessas áreas.

Referências

- ALVES, E., SOUZA, G., MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, v. 20, n. 2, p. 80-88, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/910778>>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- CANOAS. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<https://www.canoas.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- CORDEIRO, J. L. P.; HASENACK, H. 2009. Cobertura vegetal atual do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. D. P.; MULLER, S. C.; Et al. (Ed.). **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, p. 285-299.
- FACHINELLO, A. O patrimônio ambiental em Canoas, Rio Grande do Sul: avaliação da conservação e recomendações de uso de áreas naturais remanescentes. Canoas, 2011. 118 f. **Dissertação** (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais) - Programa de Pós-Graduação em Memória social e Bens Culturais, Universidade La Salle, Canoas, 2011.
- FARIAS, A. R.; Et al. **Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil**. Campinas: Embrapa Gestão territorial, 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1069928/identificacao-mapeamento-e-quantificacao-das-areas-urbanas-do-brasil>>. Acesso em: 14 abr. 2020.



HOFMANN, G. S.; MARCOS, M. E. de M.; HASENACK, H. Expansão urbana e alterações do uso e cobertura do solo no município de Canoas (Rio Grande do Sul) no período 1984 a 2014. **Revista de Ciências Ambientais**, v. 11, n. 3, p. 71-88, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Rbca/article/view/3862>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

VIEGAS, D. H. Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/ RS (1929-1959). Porto Alegre, 184 p. **Dissertação** (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.



UNESCO E O PATRIMÔNIO MUNDIAL NATURAL: ESTRATÉGIAS DE GOVERNANÇA (1972-1990)

Moroni de Almeida Vidal

Arselle de Andrade da Fontoura

Universidade da Região de Joinville - Univille

Introdução

Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), oficializou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Essa convenção destaca-se por ser o primeiro instrumento internacional a contemplar o Patrimônio Natural e o Patrimônio Cultural no mesmo documento (GFELLER, 2013), o que era considerada uma “abordagem incomum” na década de 1970 (CAMERON, RÖSSLER, 2016, p. 27).

Esse instrumento internacional foi construído no contexto de preocupação mundial com o Patrimônio Natural durante a década de 1960 e início dos anos 1970, que está associada a um contexto de iminência da destruição da natureza devido “a expansão da industrialização e da urbanização, a modernização da agricultura e ampliação de fronteiras agrícolas, a necessidade de implantação das infra-estruturas como rede de estradas e represas” (SCIFONI, 2006, p. 36).

Nesse sentido, a Convenção do Patrimônio Mundial, instituiu a criação do “Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, que reuniria Estados que ratificaram a Convenção e algumas organizações que possuem papel consultivo⁸ para discutir assuntos atinentes ao Patrimônio Mundial, em especial, a atualização e difusão da Lista de Patrimônio Mundial (UNESCO, 1972).

Mas quais foram os critérios utilizados para reconhecer um bem natural como passível de ser patrimonializado em âmbito mundial, sendo assim incluído na Lista de Patrimônio Mundial? Além disso, quais estratégias de governança foram mobilizadas na discussão e gestão do Patrimônio Mundial Natural? Na tentativa de responder essas perguntas fez-se o uso da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando principalmente os relatórios das Sessões do Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO durante os anos de 1977 a 1990, disponíveis no site da organização e no Arquivo da Unesco em Paris.

Nesse sentido, o presente artigo⁹ foi organizado em duas seções principais para buscar responder essas perguntas: a primeira com o objetivo de discutir a construção de critérios para patrimonializar ou não determinado local de interesse natural mundial; já a segunda busca refletir de maneira incipiente a respeito das estratégias de governança do Patrimônio Mundial Natural mobilizadas pela UNESCO em associação aos Estados parte da Convenção e outras organizações com papel consultivo, como a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

8 Fazem parte dos órgãos assessores da Convenção de 1972: Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (ICCROM), Conselho Internacional de Monumentos e Locais de Interesse (ICOMOS) e União Internacional para a Conservação da Natureza e Seus Recursos (UICN) (UNESCO, 1972).

9 Esse artigo é um recorte parcial do projeto de iniciação científica “A construção da noção de Patrimônio Mundial Natural e Misto na UNESCO: história, narrativas e governança”, financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille (FAP). Esta investigação faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança contemporânea do Patrimônio Mundial (1990-2020) (PCM-III)”, coordenado pelo professor Dr. Fernando Cesar Sossai. Além disso, as discussões deste trabalho associam-se aos estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa Cidade, Cultura e Diferença da Univille (GPCCD).



A construção do valor universal excepcional do Patrimônio Mundial Natural

Na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, foram delimitados três conceitos de Patrimônio Natural: monumentos naturais¹⁰ referentes às formações físicas e biológicas; formações geológicas e fisiográficas, principalmente quando associadas ao “habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas”; sítios naturais ou zonas naturais “nitidamente delimitadas” (UNESCO, 1972, art. 2). Além disso, os três conceitos estavam vinculados à ideia de “valor universal excepcional” o que:

[...] no caso do patrimônio natural deveria se expressar do ponto de vista estético, científico e da conservação. Até esse momento, a definição do que deveria ser um valor universal excepcional encontrava-se de maneira pouco esclarecida, dificultando assim a sua própria aplicação. Como diferenciar o que tinha valor universal, nacional, regional ou local? A convenção era omissa quanto a isso (SCIFONI, 2006, p. 37).

Essa “omissão” da Convenção de Patrimônio Mundial (1972), no que se refere à falta de diretrizes em torno de como reconhecer o valor universal excepcional do Patrimônio Natural, teria o seu fim com os estudos para a construção de critérios naturais promovidas pela UNESCO em associação com a UICN e um grupo de trabalho liderado pelo *expert* estadunidense, David F. Hales,¹¹ que liderou a política ambiental e programas de sustentabilidade para a Agência dos Estados Unidos.

Nesse aspecto, o documento “Relatório Final da Consulta Informal de Organizações Intergovernamentais e ONGs sobre a Implementação da Convenção acerca da Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (UNESCO, 1976), pode contribuir para a reflexão sobre a construção do valor universal excepcional utilizado para incluir ou não um bem natural na Lista de Patrimônio Mundial. Este, possui um anexo, intitulado “Propostas apresentadas pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais”, que contém as sugestões de critérios apresentadas pelos *experts*¹² dessa organização. No Quadro 1, abaixo, é possível observar esses critérios.

Tabela 1¹³ – Comparativo entre os critérios para avaliar o valor universal excepcional sugeridos pela União Internacional para a Conservação da Natureza e os critérios presentes nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1977a)

Critérios sugeridos pela UICN (1976)	Critérios presentes nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (1977)
(A) Conter exemplos claros dos principais estágios da história evolutiva da Terra	(i) Ser exemplos excepcionais que representam os principais estágios da história evolutiva da Terra.
(B) Conter exemplos notáveis dos principais processos evolutivos e geológicos	(ii) Ser exemplos excepcionais que representam processos geológicos significativos em andamento, evolução biológica e interação do homem com este ambiente.

10 Quanto a ideia de monumento natural, Scifoni (2006, p.27) reflete que no cenário mundial a origem do patrimônio natural “decorre da preocupação com o monumento, que a princípio aparece como o histórico e o artístico, para depois se configurar, também, como o monumento natural”. Para a pesquisadora, esse conceito possui uma diversidade de acepções. Por exemplo, na legislação da França, esteve mais vinculada à “expressão de grandiosidade” e à estética da natureza, já no contexto japonês, entende-se a partir da relação da natureza com a “memória coletiva, no valor simbólico e espiritual” (SCIFONI, 2006, p.31). Entretanto, na Convenção de 1972 da UNESCO, a acepção de “monumento natural” que foi utilizada, diz respeito ao contexto francês.

11 Mais informações: em <<https://parliamentofreligions.org/users/david-hales>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

12 A UICN foi representada, nesse documento, por três estadunidenses: Raymond Dasmann, biólogo e conservacionista; Kenton Millerm engenheiro florestal; e Fred Packard ornitólogo e especialista em conservação.

13 Esta tabela comparativa foi baseada no artigo de Castro e Sossai (2020), onde os autores realizaram um quadro similar referente aos critérios culturais para o valor universal excepcional.

(C) Conter fenômenos, formações ou feições naturais únicas, raras ou superlativas.	(iii) Conter fenômenos naturais únicos, raros ou superlativos, formações ou feições ou áreas de excepcional beleza natural.
(D) Conter habitats de concentrações de espécies de plantas e animais em perigo.	(iv) Ser habitats onde as populações de espécies raras ou ameaçadas de plantas e animais ainda sobrevivem.

Fonte: Unesco (1976; 1977a)

Por meio da comparação entre os critérios sugeridos pela UICN e os critérios que foram oficializados no documento para implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, percebe-se que poucas foram as alterações feitas. Nesse sentido, pode-se refletir que “A posição de expert (individual ou coletivo) no campo do patrimônio constitui-se, então, como uma condição para a participação efetiva nas ações em torno da definição e proteção do patrimônio” (CASTRO; SOSSAI, 2020, p. 51).

Entretanto, por mais que os critérios sejam similares, é possível notar algumas diferenças, que são evidentes no acréscimo de termos como “excepcionais”, “significativos” e “raras”. Esses termos, buscavam conferir um caráter de singularidade, de “exclusividade” aos bens que seriam incluídos na Lista de Patrimônio Mundial. Mas, além dos critérios demonstrados no Quadro 1, os *experts* da UICN sugeriram outros, que dizem respeito à “adequação” e “viabilidade” do bem a ser incluído na Lista de Patrimônio Mundial:

Os bens a serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial devem, sempre que possível, atender aos três primeiros critérios a seguir: Integridade, Acessibilidade e Potencial para Fins Educacionais. Em seguida, dois fatores adicionais: Suporte e interesse internacional comprovado e capacidade de gestão (UNESCO, 1976, Anexo IV, p. 3).

Esses outros critérios e fatores também foram levados em conta no momento de incluir ou não um bem natural na Lista de Patrimônio Mundial, e relacionam-se com a governança do Patrimônio Mundial, que pode ser entendida na interação de diversas instituições, *experts* e nações pela construção e modelagem de instrumentos internacionais, assim como pela governabilidade desses instrumentos.

UNESCO, UICN e a Lista de Patrimônio Mundial: estratégias de governança

Em 1977, na primeira Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, que foi sediada em Paris na França, ocorreram discussões a respeito de como aplicar os critérios do valor universal excepcional na patrimonialização de bens. Nesse âmbito, diversos membros do Comitê expressaram o seu posicionamento de que a Lista de Patrimônio Mundial deveria possuir um caráter de “exclusividade” e buscar equilíbrio “geograficamente e entre as propriedades culturais e naturais” (UNESCO, 1977b, p. 3, tradução nossa).

Um ano depois, na Segunda Sessão Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, foram incluídos os primeiros bens na Lista de Patrimônio Mundial, o que contribuiu para a conformação de um caráter de exclusividade já que definiu “um alto padrão para a futura designação de propriedades para a Lista” (UNESCO, 1978, p. 2, tradução nossa). Assim, é possível depreender que nos anos iniciais do Comitê, a governança do Patrimônio Mundial foi estruturada a fim de garantir a credibilidade e a exclusividade da Lista de Patrimônio Mundial. Sublinha-se que quanto ao conceito de governança, entende-se que:

No nível mais geral, a governança envolve o estabelecimento e operação de instituições sociais - em outras palavras, conjuntos de regras, procedimentos de tomada de decisão e atividades programáticas que servem para definir as práticas sociais e orientar as interações dos participantes dessas práticas (YOUNG, 1997 apud SCHMIDT, 2009, p. 105, tradução nossa).



No que diz respeito aos conjuntos de regras e procedimentos de tomada de decisão, a Convenção do Patrimônio Mundial e as Diretrizes Operacionais de implementação da Convenção destacam-se como textos regulatórios da governança do Patrimônio Mundial (SCHMIDT, 2009). Além disso, essa governança possui algumas funções necessárias como:

Interagir com os desafios externos que ocorrem em qualquer sistema; evitar que conflitos entre os membros ou facções provoquem uma destruição irreparável; buscar recursos para a preservação e o bem-estar do sistema; definir objetivos e condutas destinadas a alcançá-los (ROSENAU, 2000, p. 14).

Outro desafio à governança do Patrimônio Mundial, além da questão da garantia do caráter de “exclusividade” da Lista de Patrimônio Mundial, era a da constante desigualdade entre a quantidade de bens naturais e os bens culturais, presentes desde a primeira leva de bens incluídos na Lista¹⁴ em 1978, onde havia apenas quatro bens naturais e oito culturais. Nesse sentido, as Sessões do Comitê discutiram se a Lista não estava passando a impressão de ser uma “Lista de Bens Culturais”, devido à crescente desigualdade, ainda houveram reclamações a respeito da falta de um número mais expressivo de especialistas no campo do patrimônio natural, assim como falta de candidatura de bens naturais para a Lista (UNESCO, 1979, p. 18).

A partir da década de 1980, preocupações acerca da integridade e da gestão dos bens naturais foram intensificadas nas discussões do Comitê. Essas preocupações relacionavam-se à possível destruição irreparável da integridade dos bens naturais incluídos na Lista de Patrimônio Mundial, que estavam passando por diversos desafios associados à atividade humana. Dentre esses desafios, destacam-se: construções de barragens, ferrovias, fábricas de celulose, usinas hidrelétricas, hotéis, estações de ski; caça predatória, agricultura, invasões de grupos humanos, incêndios florestais, exploração de hidrocarbonetos, mineração e turismo.

Como resposta a essa preocupação, o Comitê de Patrimônio Mundial discutiu a respeito da inclusão dos bens na Lista de Patrimônio Mundial em Perigo, um instrumento da UNESCO que possuía o objetivo de colocar um holofote nos bens em risco de perda da sua integridade. Nesse contexto, buscava mostrar à “opinião mundial a realidade do perigo que ameaça um bem” e também mobilizar esforços nacionais e internacionais pela “salvaguarda da integridade dos bens” (UNESCO, 1982, Anexo II, p. 2).

Para a inclusão de um bem na Lista de Patrimônio Mundial em Perigo, foram desenvolvidos um conjunto de critérios destinados aos bens naturais, cuja integridade estivesse em risco. Esses critérios eram divididos em dois grupos: para bens com “perigo comprovado” e com “perigo em potencial” (UNESCO, 1982, Anexo II, p. 4). Quanto à avaliação do progresso na gestão da integridade do bem natural incluído na Lista, salienta-se que esse processo era realizado pela UICN, que informava o estado de conservação nas Sessões do Comitê.

Um exemplo de um bem que foi incluído na Lista de Patrimônio Mundial em Perigo em 1984, foi o caso do Parque Nacional Djoudj,¹⁵ também conhecido por Santuário Nacional de Aves de Djoudj, no Senegal. Esse bem natural estava com sua integridade ameaçada devido a construção de uma barragem por um projeto agrícola. Entretanto, com a inclusão na Lista em Perigo, e o apoio técnico e financeiro, foi construído um canal temporário afim de evitar maiores prejuízos à integridade do local. Em 1988, devido “à assistência fornecida pelo Fundo [do Patrimônio Mundial], o estado de conservação desta propriedade melhorou muito”, e o Parque Nacional Djoudj foi retirado da Lista (UNESCO, 1988, p. 7, tradução nossa).

Portanto, pode-se refletir que a Lista de Patrimônio Mundial em Perigo, configurou-se enquanto “um instrumento eficaz para mobilizar e organizar a atenção e a ação nacional, bem como o apoio internacional, para a proteção de um sítio” (SCHMIDT, 2009, p. 117, tradução nossa).

14 A Lista de Patrimônio Mundial atualizada pode ser acessada no site a seguir, em ordem cronológica: <<https://whc.unesco.org/en/list/&order=year>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

15 Mais informações sobre esse bem, podem ser encontradas no site a seguir: <<https://whc.unesco.org/en/list/25/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.



Considerações finais

A governança do Patrimônio Mundial Natural, representou diversos desafios, inicialmente quanto a construção de critérios que pudessem conferir valor universal excepcional a um bem, tornando-o passível de ser incluído na Lista do Patrimônio Mundial. Logo depois, com a inclusão dos bens, algumas questões latentes tornaram-se tema de discussões no que tange ao Patrimônio Natural na UNESCO: a baixa inclusão de bens naturais em comparação aos bens culturais e a integridade dos bens naturais.

Enquanto a baixa inclusão de bens naturais, permaneceu de 1978 a 1990 sem grandes alterações, a governança do Patrimônio Mundial mobilizou esforços para que a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo se configurasse em uma das estratégias contra uma das principais preocupações que afligia e afligem os bens naturais: a sua “integridade”. Mas, seria a Lista do Patrimônio Mundial em Perigo a estratégia mais efetiva?

Referências

- CAMERON, C.; RÖSSLER, M. **Many voices, one vision: the early years of the World Heritage Convention**. [S.l.]: Routledge, 2016.
- CASTRO, G. L. de; SOSSAI, F. C. Autoridade sobre o patrimônio mundial: uma análise da conformação da noção de patrimônio mundial na Unesco (1970-1980). **Revista Confluências Culturais**, v. 9, n. 1, p. 45-54, 2020.
- GFELLER, A. E. Negotiating the meaning of global heritage: “cultural landscapes” in the UNESCO World Heritage Convention, 1972-92. **Journal of Global History**, Londres, n. 8, p. 483-503, 2013.
- ROSENAU, J. Governança, ordem e transformação na política mundial. IN: ROSENAU, J.; CZEMPIEL, E-O. (Orgs.). **Governança sem governo: Ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 11-46.
- SCHMITT, T. Global cultural governance: decision-making concerning world heritage between politics and science. **Erdkunde**, [S.L.], v. 63, n. 2, p. 103-121, 2009.
- SCIFONI, S. A construção do patrimônio natural. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). USP, 2006.
- UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Unesco, 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2019
- UNESCO – Informal consultation of intergovernmental and non-governmental organizations on the implementation of the convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage. Paris, 1976. 39 p.
- UNESCO – Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. 1977a. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/1977/cc-77-conf001-8reve.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- UNESCO – World Heritage Committee, 1., 1977, Paris. Final Report. Paris: Unesco, 1977b. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/1977/cc-77-conf001-9_en.pdf>. Acesso em: 28 ago 2020.
- UNESCO – World Heritage Committee, 2., 1978, Washington. Final Report. Washington: Unesco, 1978. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/1978/cc-78-conf010-10rev_e.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.



UNESCO – World Heritage Committee, 3., 1979, Cairo e Luxor. Report of the Rapporteur. Cairo e Luxor: Unesco, 1979. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/1979/cc-79-conf003-13e.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNESCO – World Heritage Committee, 6., 1982, Paris. Report of the Rapporteur. Paris: Unesco, 1982. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/1982/clt-82-conf015-8e.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNESCO – World Heritage Committee, 12., 1988, Brasília. Report of the Rapporteur. Brasília: Unesco, 1988. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/1988/sc-88-conf001-13_e.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.



PATRIMONIALIZAÇÃO DA CACHAÇA MORRETIANA POR MEIO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Alini Nunes de Oliveira

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Introdução

A demanda por produtos alimentares tradicionais, que envolvam e conectem produtores e consumidores, tem aumentado nos últimos anos. Esta é uma realidade não apenas no Brasil, mas em um contexto mundial. Ao mesmo tempo em que a globalização da economia e a abertura de mercados permite a expansão das relações comerciais, este movimento pode conduzir paradoxalmente ao reconhecimento da dimensão patrimonial e da especificidade de produtos alimentares ligados a territórios específicos.

As indicações geográficas (IG) são um dos instrumentos possíveis de valorização de produtos com identidade e, nesta pesquisa, objetivou estreitar as relações entre a patrimonialização de produtos alimentares, neste caso a cachaça morretiana e esta política pública instituída no Brasil no final da década de 1990 a respeito da propriedade intelectual. O presente trabalho é parte de uma pesquisa maior de pós-doutoramento em Turismo com apoio da CAPES e sob supervisão da professora Silvana do Rocio de Souza, a respeito das quatro indicações geográficas do Litoral do Paraná (cachaça, bala de banana, farinha de mandioca e serviço gastronômico do barreado) e as possibilidades de patrimonialização. O recorte espacial deste trabalho é o município de Morretes, localizado na região turística Litoral do Paraná e o enfoque é dado à cachaça, produto típico da cidade e que está em processo de obtenção da indicação geográfica desde 2015.

Patrimônio e indicações geográficas

O patrimônio é construído socialmente, onde cada localidade possui suas singularidades como marcas da diferenciação. Como reforça Canclini (1999), o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, sítios arqueológicos, arquitetura colonial ou objetos e antigas crenças, mas também os bens atuais, como artesanato, línguas, conhecimentos e tradições. O patrimônio é uma construção social e deve ser considerado no contexto das práticas sociais que o produziram e que ao serem retransmitidas, podem ter acrescentados novos conteúdos e significados, sendo corporificados em manifestações concretas (VELOSO, 2006).

Sendo o patrimônio uma construção social e a cultura dinâmica, qualquer sistema cultural está sujeito a um contínuo processo de modificação, sendo algumas vezes de forma mais brusca e rápida, e em outras a mudança pode ser mais lenta (LARAIA, 2009). Isso reflete diretamente no patrimônio, em que não é possível buscar uma cristalização das manifestações culturais imateriais, já que estas envolvem diretamente as práticas cotidianas de dada sociedade. Nesta reflexão pode-se incluir os bens patrimoniais gastronômicos, objeto de estudo desta pesquisa.

Além dos instrumentos de patrimonialização já conhecidos no Brasil, como o tombamento, o registro e o inventário, neste trabalho salienta-se as IG como uma outra forma de patrimonialização. No Brasil, as IG estão dentro dos gêneros de propriedade intelectual como sinais distintivos, regido sob a Lei de Propriedade Intelectual, lei nº9.279 instituída em 14 de maio de 1996. Tecnicamente, a IG “é um nome geográfico que identifica um produto ou serviço como originário de uma área geográfica delimitada quando determinada qualidade, reputação ou outra característica é essencialmente atribuída a essa origem geográfica” (SEBRAE, 2019, p. 6). Nesta lei fica mais clara a distinção do gênero indicações geográficas em duas espécies: indicação de procedência (IP) e denominação de



origem (DO). De acordo com os artigos 177 e 178 desta lei:

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (BRASIL, 2020, s/p).

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) é a entidade responsável por executar as normas que regulam a Propriedade Industrial no Brasil. As IG são regidas também pela Instrução Normativa nº 095 de 28 de dezembro de 2018, que estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas (INPI, 2020a).

Conforme salienta Dias (2005), há algum tempo proliferam iniciativas que visam proteger produtos, objetos e paisagens ligadas às especificidades do trabalho humano e à história dos lugares. Além dos processos de salvaguarda já abordados, outros meios têm sido empregados para proteção e valorização de bens culturais. Mecanismos como as IG têm sido discutidos e, muitas vezes, reconhecidos como importantes estratégias de desenvolvimento territorial por serem capazes também de fomentar a valorização de serviços e produtos agroalimentares articulados à promoção da cultural local (NASCIMENTO; NUNES; BANDEIRA, 2012).

Embora as IG tenham sido constituídas, num primeiro momento, para fins mercadológicos e de proteção legal quanto às falsificações, com o passar do tempo outros benefícios foram identificados, dentre eles a possibilidade de valorização e conservação de bens materiais e imateriais de dado território (NASCIMENTO et al., 2012), devido à sua facilidade em retratar manifestações da cultura local. A exclusividade deste signo distintivo está intimamente ligada à tradição e identidade cultural da região (NEU; AREA, 2015). Não se trata apenas de atributos inerentes ao produto, mas também de um conjunto de elementos intangíveis que compõem a cadeia produtiva, o saber-fazer, as histórias e memórias de uma população que convive com estes produtos.

A cachaça morretiana

O povoado onde hoje se localiza Morretes foi fundado em 31 de outubro de 1733, com o nome de Povoado Menino de Deus dos Três Morretes (nesta época ainda abrangia os territórios das atuais cidades de Morretes e Antonina). Em 1841 Morretes desmembrou-se de Antonina, tornando-se vila e em 24 de maio de 1869 é fundada como categoria de município, ainda com nome de Nhundiaquara e apenas em 1870 é que a denominação oficial passa a ser Morretes (MEIRA, 2013b).

De acordo com Meira (2013a) a notória produção de cachaça em Morretes tem os primeiros relatos de existência nos alambiques rústicos de aguardente desde o século XVIII. Segundo a autora, em 1796, por decreto governamental, foi instalado em Morretes o segundo engenho estatal do país. Durante o século XIX, alguns caminhos que passavam por Morretes foram abertos ou melhorados, o que contribuiu para uma maior rapidez e circulação de mercadorias, principalmente nos trajetos com destino a Curitiba e Paranaguá e estimulou o aumento da produção e comercialização no litoral paranaense, quando a extração do ouro, o cultivo de erva-mate e a agropecuária (com pequena quantidade de cana-de-açúcar) eram as principais atividades econômicas.

Devido a qualidade do solo e clima favorável, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX a produção de cachaça se intensifica em Morretes e ganha importância econômica, devido, sobretudo, aos incentivos públicos para o plantio de cana-de-açúcar, já que a atividade açucareira era fundamental para a economia do país. Nessa época, segundo Curvelo (2019) chegou a ser registrado mais de 60 engenhos na cidade.



Entre as décadas de 1930 e 1950, Morretes produzia tanta cachaça quanto todo o estado de Minas Gerais, sendo a década de 1950 o auge da produção no município (MEIRA, 2013b). A produção de cachaça, assim como outras atividades econômicas da cidade, sofreu uma forte crise, apenas superada no final da década de 1980, começo dos anos 1990, quando o município passou a investir na atividade turística, aproveitando sua localização estratégica em meio a uma extensa área florestal com belezas naturais e aproveitando-se dos aspectos culturais voltados à gastronomia que tanto chama atenção dos turistas (MEIRA, 2013a). Curvelo (2019) comenta que em 1958 houve uma forte fiscalização do Ministério da Agricultura nos engenhos, onde muitos foram fechados. Só a partir dos anos 2000, é que estes engenhos começaram a ser reativados e também novos foram surgindo, trazendo tecnologias mais modernas no sistema produtivo (MEIRA, 2013a; CURVELO, 2019).

Segundo Meira (2013b), em 2001, a partir da iniciativa da Associação Brasileira de Bebidas (ABRABE) em criar o Programa Brasileiro de Desenvolvimento da Aguardente de Cachaça em 1997, a prefeitura municipal, via Secretaria de Turismo, injetou investimento para reestruturar os alambiques locais e, com parceria com o Sebrae/PR, levou alguns produtores de cachaça para Minas Gerais, de forma a conhecer os processos de fabricação e como agregar valor ao produto.

Há em Morretes também a lei municipal n. 24/2004 que “estabelece o padrão de identidade e as características do processo de elaboração da cachaça de Morretes e dá outras providências” (LEIS, 2020). Além das especificações técnicas, a lei menciona que a cachaça deve ser processada de acordo com as características históricas e culturais do município. Assim, observa-se que esta bebida apresenta relevante importância não apenas econômica, mas sobretudo cultural e de identidade local.

Pelo seu longo histórico de produção da bebida, Morretes é conhecida como o mais tradicional produtor de cachaça do estado (MEIRA, 2013a). Atualmente, Morretes lidera a produção de cachaça do litoral e abrange cerca de 30% do mercado estadual (AGÊNCIA, 2020).

A cachaça de Morretes, ou cachaça morretiana, conquistou tamanha fama e notoriedade no mercado brasileiro que, inclusive nos dicionários Aurélio e Michaelis, o termo “morretiana” é sinônimo de cachaça. Segundo relato de alguns produtores, a cana-de-açúcar que é produzida no litoral e o processo de produção adotado pelos produtores resultam em uma bebida com acidez, pureza e aroma diferenciados (SEBRAE, 2020).

O município de Morretes recebe inúmeros visitantes, sobretudo aos fins de semana, tanto os que buscam passeios em meio à natureza, já que se encontra “aos pés” da Serra do Mar, quanto pelo seu atrativo gastronômico que é o barreado e demais produtos típicos da região, como é o caso da cachaça. Os produtos locais são vendidos nos estabelecimentos comerciais e também em feiras de rua montadas no pequeno centro da cidade. As construções históricas e o ambiente nostálgico e acolhedor da cidade por si só já são atrativos.

Além da valorização da cachaça por meio da atividade turística, as indicações geográficas também se constituem em instrumentos de promoção deste produto. Atualmente existem três IP no Brasil registradas para cachaça e aguardente de cana: IP Paraty/RJ, para aguardentes dos tipos cachaça e aguardente composta azulada, registro cedido em 2007; a IP Região de Salinas/MG, para aguardente de cana tipo cachaça, com registro cedido em 2012 e a IP Região de Abaíra/BA, também para aguardente de cana do tipo cachaça, registro cedido em 2014 (INPI, 2020b).

A cachaça morretiana está em processo de obtenção da IG desde o ano 2000, quando as primeiras discussões a respeito começaram a surgir (CURVELO, 2019). No entanto, apenas em 2015, depois de sensibilização, regularização, adequação e organização em associação por parte de alguns produtores, o processo foi depositado no INPI. Em 2019 o proponente recebeu o indeferimento do processo e este foi arquivado, sendo necessário que novos trâmites fossem feitos. Dentre as justificativas dadas pelo INPI, uma que foi igualmente estabelecida para as quatro IG depositadas (a saber, cachaça, bala de banana, farinha de mandioca e serviço gastronômico do barreado) foi de que a entidade proponente, no caso Adetur Litoral (Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná), não



representa a coletividade em questão, ou seja, os produtores dos quatro produtos com solicitação de IG (INPI, 2019). A partir disto, cada IG precisou reorganizar novo processo separadamente, criando (ou reestruturando) entidades representativas (associações) próprias de sua área de atuação. O novo depósito para o nome geográfico “Morretes”, para o produto “Aguardente de cana e aguardente de cana tipo cachaça”, na espécie IP, foi protocolado em 27 de março de 2020 (INPI, 2020c) e aguarda parecer do INPI.

Considerações finais

A alimentação é um elemento sociocultural que permite conhecer os hábitos e costumes de povos e nações, além de ser base para produção e reprodução do patrimônio. Percebe-se que, neste sentido, o litoral do Paraná apresenta uma rica diversidade de produtos alimentares que representam as características territoriais particulares e que, em alguns casos, já é bastante reconhecida e apreciada por visitantes, além de fazer parte da alimentação da população residente, caíçara ou não, como é o caso da cachaça morretiana.

O possível reconhecimento como IG é uma maneira de formalizar o quanto o território em questão, neste caso Morretes, é reconhecido como lócus de produção da cachaça e uma forma de ampliar o mercado consumidor, as qualidades inerentes ao produto e também sua valorização enquanto patrimônio regional. Após o estudo é possível observar que, embora existam outras formas de se valorizar os produtos alimentares no que se refere aos aspectos monetários e culturais, o sistema de IG pode tornar possível conciliar os benefícios legais, econômicos, culturais e ambientais.

Referências

- AGÊNCIA de notícias do Paraná. **Balas de banana e cachaça valorizam cidades históricas do Litoral**, 25 de fevereiro de 2020. Disponível em: <www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=105825&tit=Balas-de-banana-e-cachaca-valorizam-cidades-historicas-do-Litoral>. Acesso em 14 de maio de 2020.
- BRASIL. **Lei n. 9.279**, de 14 de maio de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm>. Acesso em 13 de abril de 2020.
- CANCLINI, N. G. Los usos sociales del patrimonio cultural. CRIADO, Encarnación. **Patrimonio Etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico/Comares, 1999. p. 16-33.
- CURVELO, E. B. C. Sistema agroalimentar localizado e desenvolvimento territorial sustentável: um estudo da experiência dos produtores de cachaça do município de Morretes – PR. **Dissertação** (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável), Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019.
- DIAS, J. F. D. V. da R. A construção institucional da qualidade em produtos tradicionais. **Dissertação** (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Instrução Normativa nº 095 de 28 de dezembro de 2018. Disponível em: <www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/legislacao-indicacao-geografica-1>. Acesso em 13 de abril de 2020a.
- INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Pedidos de indicação geográfica concedidos e em andamento. Disponível em: <www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>. Acesso em 15 de abril de 2020b.



INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Revista da Propriedade Intelectual**, n. 2572, 22 de abril de 2020c. Disponível em: <<http://revistas.inpi.gov.br/rpi/?revista.dataInicialp=01%2F01%2F2019&revista.dataFinalp=01%2F04%2F2019#>>. Acesso em 15 de maio de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Revista da Propriedade Intelectual**, n. 2511, 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://revistas.inpi.gov.br/rpi/?revista.dataInicialp=01%2F01%2F2019&revista.dataFinalp=01%2F04%2F2019#>>. Acesso em 15 de maio de 2020.

LARAIÁ, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LEIS Municipais. Morretes. **Lei n. 24**, de 12 de abril de 2004. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/morretes/lei-ordinaria/2004/2/24/lei-ordinaria-n-24-2004-estabelece-o-padrao-de-identidade-e-as-caracteristicas-do-processo-de-elaboracao-da-cachaca-de-morretes-e-da-outras-providencias-2004-04-12-versao-compilada>>. Acesso em 13 de maio de 2020.

MEIRA, E. D. A cachaça morretiana e seus usos turísticos na contemporaneidade. **Cadernos do CEOM**, v. 26, n. 39, p. 15-34, 2013a.

MEIRA, E. D. A história de um patrimônio cultural: a cachaça morretiana. **Dissertação de mestrado** (Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013b.

NASCIMENTO, J. S.; NUNES, G. S.; FIALHO, A. S.; BANDEIRA, M. da G. A. Indicações geográficas: agregação de valor aos produtos brasileiros e maranhenses. **Geintec**, v. 2, n. 4, p. 353-364, 2012.

NASCIMENTO, J. S.; NUNES, G. S.; BANDEIRA, M. da G. A. A importância de uma indicação geográfica no desenvolvimento do turismo de uma região. **Geintec**, v. 2, n. 4, p. 378-386, 2012.

NEU, M. F. R.; AREA, P. de O. O patrimônio cultural como ativo territorial no desenvolvimento regional. In: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial: reflexões sobre o tema e potencialidade no estado de Santa Catarina**. São Paulo: LibeArs, 2015. p. 73-85.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Origens Paraná. Morretes: cachaça e aguardente. Disponível em: <www.sebraepr.com.br/origensparana/morretes-cachaca-e-aguardente/>. Acesso em 13 de maio de 2020.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Guia das indicações geográficas: conceitos, 2019. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/indicacoesgeograficas/>>. Acesso em 17 de abril de 2020.

VELOSO, M. O fetiche do patrimônio. **Habitus**, Goiânia, v. 4, n.1, p. 437-454, jan./jun. 2006.



QUALIDADE DA ÁGUA E DO SOLO DE CULTIVO CONVENCIONAL E ORGÂNICO DE ARROZ PRÉ-GERMINADO

Enio Sebastião Vicente de Jesus

Fernanda Siqueira Souza

Anelise Beneduzi da Silveira

Universidade La Salle

Introdução

A orizicultura irrigada através do Sistema de Cultivo Pré-Germinado, utiliza grandes volumes de água, variando de 8.000 m³/ha a 15.000 m³/ha, para a formação da lama no preparo inicial do solo, propiciando a semeadura do arroz pré-germinado propriamente dito. O rebaixamento da lâmina de água, realizada com 3 a 5 dias após a semeadura lança efluentes com elevada carga poluidora nos cursos hídricos.

O sistema de cultivo de arroz pré-germinado afeta consideravelmente a qualidade da água do rio Gravataí, pelo lançamento de efluentes com elevada turbidez devido a elevada concentração de sólidos em suspensão, decorrentes deste preparo do solo. No ano de 2016 o lançamento de água drenada de lavouras arrozeiras, com elevada turbidez devido à alta concentração de sólidos em suspensão, causou a interrupção do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para o abastecimento público do município de Gravataí (FEPAM, 2016).

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) é o maior produtor brasileiro de arroz com uma área colhida de 964.537 ha com produção total de 7.241.458 toneladas na safra 2018/2019. O sistema de cultivo mínimo é o mais utilizado no estado com 60,6% da área, seguido pelo plantio convencional, pré-germinado e plantio direto com 24,9%, 12% e 2,5% da área, respectivamente (IRGA, 2019).

O cultivo de arroz pré-germinado não é o mais utilizado no RS, mas predomina na região metropolitana de Porto Alegre- RS. Os cursos hídricos frequentemente são contaminados com fertilizantes, agroquímicos e sólidos em suspensão, carregados pela drenagem das lavouras orizícolas. Devido a isso, o tratamento e o fornecimento de água de qualidade para a população são prejudicados, ocasionando em algumas situações, a paralisação do sistema de abastecimento público de água. Pretende-se com este trabalho analisar a qualidade da água de drenagem e do solo, através de parâmetros físico-químicos e microbiológicos, de dois tipos de cultivo de arroz pré-germinado no município de Viamão: o convencional e o orgânico.

A cultura do arroz no Brasil

A cultura do arroz teve origem na Ásia e as primeiras coletas de mudas silvestres para o transplântio em um 'cultivo controlado' e domesticação do arroz selvagem ocorreram na China há aproximadamente 9.000 anos (MOLINA, et al., 2011). Estudos genéticos mostraram que as três espécies de arroz cultivadas na atualidade em larga escala, *Oryza sativa*, *Oryza indica* e *Oryza glaberrima* originaram-se a partir de adaptações de arroz selvagem, o *Oryza rufipogon* (HUANG, et al., 2012).

O arroz é uma planta da família das gramíneas, do gênero *Oryza*, que possui em torno de vinte espécies, sendo a mais cultivada a *Oryza sativa* (JULIANO, 1993), sendo o segundo cereal mais cultivado no mundo, ocupando uma área aproximada de 161 milhões de hectares. A produção de cerca de 756,5 milhões de toneladas de grãos em casca corresponde a 29% do total de grãos usados na alimentação humana. O milho é o grão com maior volume produzido no mundo, correspondendo a 33% (SOSBAI, 2018).

Os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins são responsáveis por mais de 80% da produção nacional de arroz, especificamente, o RS responde por 69% da produção nacional (8,64 milhões de toneladas), cultivada em 1,12 milhão de hectares, com uma produtividade média de 7.716 kg/ha, (CONAB, 2015). A área colhida de arroz no RS na safra 2018/2019 foi de 964.537 ha, com produção total de 7.241.458 toneladas (IRGA, 2019).

Arroz orgânico e convencional

A legislação brasileira define um produto orgânico, in natura ou processado, aquele que é obtido em um sistema orgânico de produção agropecuária, ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local (BRASIL, 2019). No Brasil, o art 1º da Lei nº 10.831 (BRASIL, 2003) conceitua “sistema orgânico de produção agropecuária, todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente”. O parágrafo 2º do artigo 1º amplia o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, abrangendo também os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios.

O plantio de arroz orgânico no RS ocupou 6.000 hectares na safra 2017/2018, sendo 4.600 ha em assentamentos do Movimento Sem Terra (MST), com produtividade média de 100 sacas por hectare e o custo de produção é a metade na comparação com o cultivo que usa agroquímicos (IRGA, 2019). Quando não utilizados em conformidade com a recomendação técnica, os agrotóxicos podem contaminar solos e águas e provocar efeitos negativos sobre os organismos da biota aquática e do solo dentro dos sistemas produtivos e no seu entorno. Da mesma forma, os fertilizantes, principalmente os nitrogenados e os fosforados, podem poluir tanto as águas superficiais como as subterrâneas. Níveis elevados de nitrato e fósforo nas águas podem levar à eutrofização, um aumento do crescimento de algas e esgotamento do oxigênio, gerando consequências desastrosas para os ecossistemas aquáticos (MATTOS, et al, 2009).

Os sistemas orgânicos de produção vegetal devem priorizar a manutenção da qualidade da água e a adoção de manejo de pragas e doenças que respeitem a saúde humana e animal. Neste caso, os orizicultores orgânicos devem atentar para o uso de substâncias e práticas, pois não devem ser prejudiciais, nem produzir impacto negativo prolongado sobre o meio ambiente, assim como não deverá acarretar poluição da água superficial ou subterrânea (MATTOS, et al, 2009).

A irrigação na cultura do arroz

Independentemente do sistema de cultivo de arroz utilizado na Região Subtropical do Brasil, (convencional, direto, mínimo ou pré-germinado), o sistema de irrigação mais utilizado é o de inundação contínua ou permanente, que se caracteriza pela manutenção de uma lâmina de água com fluxo contínuo na lavoura. O manejo da água em arroz irrigado por inundação é fundamental para o desempenho da cultura, visto que a água, além de contribuir fisicamente no controle de plantas daninhas, interfere na disponibilidade de nutrientes e na incidência de certas pragas e doenças (GOMES, et al., 2008).

O sistema de cultivo de arroz pré-germinado apresenta outras peculiaridades quanto ao manejo da água, dentre as quais se destaca a drenagem inicial da lavoura, poucos dias após a semeadura, para garantir o estabelecimento adequado da cultura. Essa prática, embora de uso corrente entre os produtores, implica uso adicional de água,



remoção de sólidos em suspensão, de nutrientes e de agrotóxicos do sistema, além de possibilitar a reinfestação da área por plantas daninhas, em especial o arroz vermelho. Tais efeitos prejudiciais do manejo convencional da água para o sistema de cultivo de arroz pré-germinado foram confirmados como a perda de nutrientes (nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, sódio) e de sólidos totais (dissolvidos e suspensos) para os mananciais hídricos, com o aumento da turbidez dos recursos hídricos, e do uso da água pela cultura, além da reinfestação da área por plantas daninhas. Adicionalmente, com a adoção desse manejo, há o risco de transporte dos agrotóxicos adsorvidos em partículas do solo em suspensão para os mananciais hídricos, refletindo-se em impactos ambiental e econômico negativos (SCIVITTARO, et al., 2010).

Qualidade da água

Quando utilizamos o termo “qualidade de água”, é necessário compreender que esse termo não se refere, necessariamente, a um estado de pureza, mas simplesmente às características químicas, físicas e biológicas, e que, conforme essas características são estipuladas diferentes finalidades para a água. A atividade agropecuária possui uma importante responsabilidade na contaminação dos mananciais, sendo uma atividade com alto potencial degradador, sendo que a qualidade da água é um reflexo do uso e manejo do solo da bacia hidrográfica em questão (MERTEM, MINELLA 2002).

A poluição das águas é gerada por três fatores: a) efluentes domésticos (poluentes orgânicos biodegradáveis, nutrientes e bactérias); b) efluentes industriais (poluentes orgânicos e inorgânicos dependendo das atividades industriais) e c) carga difusa agrícola e urbana (poluentes advindos da drenagem dessas áreas: fertilizantes, defensivos agrícolas, fezes de animais e material em suspensão) (ANDRADE, et al., 2010). O Índice de Qualidade das Águas (IQA) é um indicador que analisa simultaneamente nove parâmetros físicos, químicos e biológicos considerados importantes para a avaliação da água: temperatura, pH, OD, DBO, coliformes termotolerantes ou *Escherichia coli*, nitrogênio total, fósforo total, sólidos totais e turbidez (ANA, 2018).

A drenagem inicial da lavoura, poucos dias após a semeadura, para garantir o estabelecimento adequado da cultura, implica uso adicional de água, remoção de sólidos em suspensão, de nutrientes e de agrotóxicos do sistema, além de possibilitar a reinfestação da área por plantas daninhas, em especial o arroz vermelho. Muitas dessas práticas têm demonstrado risco de impacto ambiental negativo da lavoura de arroz, particularmente sobre os mananciais circunvizinhos, pela presença de resíduos de fertilizantes e de agrotóxicos na água (SCIVITTARO, et al., 2010).

Metodologia

Área de estudo

Foram selecionadas duas propriedades agrícolas, localizadas no município de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre – RS, dentro da Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande (APABG), na zona de amortecimento do Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos (RVSBP) e na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, representativas e tradicionais no cultivo de arroz: uma com 900 ha de arroz convencional e outra com 1.500 ha de arroz orgânico (agroecológico), ambas utilizam o Sistema de Cultivo Pré-germinado. A bacia onde estão localizadas é muito importante para o abastecimento público de água para populações urbanas, com conflitos de uso em períodos de estiagem. A lavoura de arroz orgânico é irrigada por gravidade, com água da barragem Águas Claras. A lavoura de arroz convencional é irrigada com água captada no Rio Gravataí, reservatórios, de reuso/recirculação de águas sobejas próprias e oriundas da propriedade orgânica.

Coleta de amostras de água e de solo

Foram definidos 7 pontos de coleta de água e solo para as análises laboratoriais basicamente em função do cultivo: orgânico ou convencional e quanto a origem da água utilizada para irrigação: curso hídrico natural, reservatório e reuso. Os pontos de coleta 1 a 3 estão localizados na lavoura de arroz orgânico, com a água para irrigação oriunda de reservatório (ponto 1). O ponto 4 está localizado no canal de entrada da lavoura convencional das águas sobejas da lavoura orgânica. Os demais três pontos de coleta da água estão localizados na lavoura de arroz convencional, com a água utilizada para irrigação originária do Rio Gravataí (ponto 7), de reservatórios e do reuso de águas sobejas próprias e oriundas da lavoura orgânica (pontos 5 e 6).

Análises dos parâmetros microbiológicos

Para a análise dos parâmetros microbiológicos será empregado o método Colilert®, que é um substrato Cromogênico de ONPG-MUG (Orto Nitrofenil Galactopiranosídeo – Metil-umbeliferone), com resultados confirmativos para presença de coliformes totais e *E. coli* aproximadamente em 24 horas pelo desenvolvimento de coloração amarela e observação de fluorescência, sem a necessidade da adição de outros reagentes para confirmação. Método aprovado pelo EPA (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos) e incluído no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater* (APHA, 2005).

Análises dos parâmetros físico-químicos

As análises físico-químicas das amostras de água serão realizadas no Laboratório de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Nanotecnológico da Universidade La Salle e deverão contemplar os parâmetros que permitam o enquadramento dos pontos conforme a classificação determinada na Resolução CONAMA 357/2005 e Resolução CONAMA 420/2009: Condutividade Elétrica ($\mu\text{S}/\text{cm}$); Temperatura da Água ($^{\circ}\text{C}$); Temperatura do Ar ($^{\circ}\text{C}$); Turbidez (UNT); Oxigênio dissolvido (mg/L de O_2); pH; Sólidos totais dissolvidos (mg/L); Sólidos em suspensão (mg/L); Alcalinidade Total (mg/L de CaCO_3); Cloreto Total (mg/L de Cl); DQO (mg/L de O_2); Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO 5d, 20°C , mg/L de O_2); Ortófosfato dissolvido (mg/L de P); Fósforo Total (mg/L de P); Nitrogênio Total (mg/L de N); Nitrato ($\mu\text{g}/\text{L}$ de N) e Nitrogênio Amoniacal (mg/L de N).

A identificação dos metais presentes no sedimento será realizada utilizando o equipamento de Espectrometria de emissão óptica com plasma (ICP – OES), do Laboratório de Análises de Solo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde serão analisados os seguintes parâmetros: pH; Carbono Orgânico (% - m/m); Nitrogênio (TKN) (% - m/m); Fósforo total (% - m/m); Potássio total - % (m/m); Cálcio total (% - m/m); Magnésio total (% - m/m); Enxofre total (% - m/m); Cobre total (mg/kg); Zinco total (mg/kg); Ferro total (% - m/m); Manganês total (% - m/m); Sódio total (mg/kg); Alumínio total (% - m/m); Cádmio total (mg/kg); Cromo total (% - m/m); Níquel total (mg/kg); Chumbo total (mg/kg); Arsênio total (mg/kg); Selênio total (mg/kg); Bário total (% - m/m); Vanádio total (mg/kg); Molibdênio total (mg/kg); Boro total (mg/kg) e Mercúrio (mg/kg).

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil: Informe 2012 – Edição Especial**. Brasília-DF. 2012. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/arquivos/Conjuntura2012.pdf>>. Acesso em 17 de setembro de 2019.



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cuidando das Águas soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos**. Brasília-DF. 2013. Disponível em: <<https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/2489/1/CuidandoDasAguas-solucao2aEd.pdf>>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada**. Brasília – DF. 2017. Disponível em: <<http://atlasirrigacao.ana.gov.br>>. Acesso em 01 de outubro de 2019.

ANDRADE, M. H.; SOUZA, C. F.; VARALLO, A. C. T.; PERES, J. G. Impactos da produção do arroz irrigado na qualidade da água do rio Paraíba do Sul – trecho Taubaté, SP, Brasil. *Ambi-água, Taubaté*, v. 5, n. 1, p. 114-133, 2010.

ANDRES, A.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. M.; NUNES, C. D.; FRANCO, D.F.; THEISEM, G.; MADAIL, J. C. M.; PETRINI, J. A.; REIS, J. C.; MARTINS, J. F. S.; MATTOS, M. L. T.; MELO, M.; FAGUNDES, P. R. R.; SCIVITTARO, W. B. **Cultivo de arroz irrigado orgânico no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2009. 160p. (Sistema de Produção, 17).

APHA, AWWA, WPCF. **Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater**. Washington: American Public Health Association, 2005.

BRASIL. Agência Nacional das Águas. **RESOLUÇÃO Nº 903/2013**. Brasília-DF. 2013.

BRASIL. ANA. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2018: informe anual /Agência Nacional de Águas**. – Brasília: ANA, 2018. 72p.: il. Disponível em: <<http://conjuntura.ana.gov.br>>. Acesso em 30 de setembro de 2019.

BRASIL. Conselho Nacional Do Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO Nº 274/2000**. Publicada DOU nº 05, de 08/01/2001, p. 23.

BRASIL. Conselho Nacional Do Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO Nº 357/2005**. Publicada no DOU nº 053, de 18/03/2005, p. 58-63.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **RESOLUÇÃO Nº 420/2009**. Publicada no DOU nº 249, de 30/12/2009, p. 81-84.

BRASIL. **Lei nº 10.831**, de 23 dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. República Federativa do Brasil, DF, 2003.

BRASIL. MAPA – **Orgânicos**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos>>. Acesso em 13 de outubro de 2019.

COMITÊ GRAVATAHY. **Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí**. Disponível em: <<http://www.comitegravatahy.com.br/>>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

COMITÊ DO GRAVATAHY; BOURSCHEID ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S.A. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Gravataí: Relatório final**. 2012.

CONAB:Acompanhamento da safra Brasileira v.2, n. 9. Junho/2015.Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_06_11_09_00_38_boletim_graos_junho_2015.pdf>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Röessler – Relatório de Fiscalização de Emergência Ambiental 0809102016. Não publicado.

GOMES, A. S.; SCIVITTARO, W. B.; PETRINI, J. A.; FERREIRA, L. H. G. **A água: Distribuição, regulamentação e uso na agricultura, com ênfase ao arroz irrigado**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2008. 46 p. (Embrapa Clima Temperado. Documentos, 250). Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/746734/1/documento250.pdf>>. Acesso em 08 de outubro de 2019.

INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ – IRGA. **BOLETIM DE RESULTADOS DA LAVOURA - SAFRA 2018/19 – ARROZ IRRIGADO E SOJA EM ROTAÇÃO**. Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br>>. Acesso em 15 de setembro de 2019.



MERTEN, G. H.; MINELLA, J. P. Qualidade da água em bacias hidrográficas rurais: um desafio atual para a sobrevivência futura. **Agroecol. e Desenvol. Rur. Sustent.** v. 3, n. 4, p. 33-38, Porto Alegre, 2002.

SCIVITTARO, W. B.; SILVA, M. T.; BRAUN, J. A. F.; MATTOS, M. L. T. **Monitoramento da Qualidade da Água de Drenagem Inicial de Lavoura de Arroz Pré-germinado.** Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2010. 8 p. (Embrapa Clima Temperado. Circular técnica, 97).

VARELLA, C. A. A. **Análise Multivariada Aplicada as Ciências Agrárias:** Análise de Componentes Principais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Agronomia – CPGA – CS. Seropédica/RJ. 2008.



QUANDO OS SILENCIAMENTOS ECOAM PELA CIDADE: HISTÓRIA DE RESISTÊNCIAS DO MARACATU EM JOINVILLE/SC

Evelyn de Jesus Jeronimo

Roberta Barros Meira

Universidade da região de Joinville – UNIVILLE

Introdução

Esse trabalho tem como objetivo analisar como o maracatu se faz presente na cidade de Joinville/SC, através dos grupos percussivos aqui existente, bem como identificar a sua relação com os maracatus-nação de Recife. Para isso, utilizamos como fonte primária o documentário: Grupo Morro do Ouro na Noite do Dendê – Vivência com a Nação do Maracatu Porto Rico¹⁶ e os sites¹⁷ dos grupos percussivos de maracatu em Joinville. Também será analisado a repressão policial que os grupos percussivos sofrem no carnaval de rua em Joinville.

O maracatu é uma manifestação cultural, nele existem diversos elementos, como a dança, o canto, instrumentos musicais e indumentárias. Releva destacar que cada Nação de Maracatu possui seu próprio estilo musical. O mestre é quem canta as toadas (músicas), e os batuqueiros lhes acompanham tocando, tambores, caixas, taróis, mineiros e gonguê. Há também a corte do maracatu, composta pelo rei, rainha, príncipe e princesa, duque e duquesa, vassalos, escravos, lanceiros, baianas e damas do paço - que carregam as calungas (bonecas). Segundo Lima (2014) existem maracatus-nação que tem ligações com as religiões de terreiro, como o xangô, a jurema, a umbanda entre outras. O autor aponta elementos que poderia definir o maracatu nação: território, religião, práticas compartilhadas e espetáculo coletivo.

Não existe especificamente uma fonte histórica que comprove quando nasceu o maracatu. Historiadores que trabalham com o tema indicam aproximações do maracatu com as cerimônias de coroações do rei do congo, visto que nesses eventos estavam presentes o porta estandarte, o segurador do pódio, os lanceiros, os músicos e os dançarinos, esses dois últimos possuindo atividades performáticas (CUNHA, 2009, p. 91).

A partir disso, entendemos que práticas sincréticas como a coroação do Rei do Congo podem sugerir indícios dos primeiros passos de organização do maracatu. Segundo a historiadora Marina de Mello e Souza (2014), as coroações de rei congo referiam-se à cristianização do reino do Congo no final do século XV. A ação de se eleger um rei negro dentro de comunidades de negros existia em diversos locais da América, como apontam os estudos de Roger Bastide (Apud. SOUZA, 2014). Segundo ele, nas sociedades escravagista os negros se organizavam em comunidades, agrupando-se em nações, de acordo com suas identidades étnicas específicas.

Podemos considerar que as nações ressignificadas pelos negros são uma forma de substituir as linhagens entre as comunidades africanas no Novo Mundo, bem como as eleições de reis, uma peça fundamental para recriar as estruturas sociais já existentes em seus lugares de origens. Para além da questão parental, essas coroações eram de suma importância no âmbito da comunidade, pois era o rei que resolveria as questões da comunidade, isto é, sua autoridade seria aceita em parte pela sociedade senhorial escravista brasileira. É importante esclarecer que essas eleições de reis negros eram feitas por associações de distintas naturezas, corporações de ofício, cantos de trabalho e grupos quilombolas, ocorrendo de maneira geral no âmbito das irmandades de homens pretos (TSEZANAS, 2010, p. 18).

16 Documentário: Grupo Morro do Ouro na Noite do Dendê – Vivência com a Nação do Maracatu Porto Rico: <<https://www.youtube.com/watch?v=LgShjIO7Ezc&t=14s>>. Acesso em: 13 set, 2020.

17 Site Maracatu Joinville: <<http://maracatujoinville.blogspot.com/>>. Site Baque Mulher: <<https://medium.com/@baquemulher.jlle>>. Acesso em: 13 set, 2020.

Ivaldo de França Lima (2005) ressalta a importância de não focarmos apenas em um ponto de início do maracatu. Lima (2010) nos mostra que essa busca sobre as origens pode nos levar a uma história linear e homogeneizadora, congelando o maracatu no tempo, sem levar em consideração as criações e reinvenções da prática dos maracatuzeiros.

Ao contrário da ideia de uma prática ou um costume ter uma origem única, entendemos que o maracatu, assim como outras múltiplas manifestações culturais do Brasil, é fruto do cruzamento de caminhos, que se fez por aqueles que atravessaram o Atlântico carregando em seus corpos suas memórias e experiências e aqui se reconstituíram e reinventarão seus modos de vida. Nesse sentido, é nossa intenção trazer para o primeiro plano reflexões sobre o maracatu ainda em aberto, principalmente nas regiões não reconhecidas pela tradição que envolve um período de longa duração.

A presença do maracatu na cidade: trocas de saberes e a repressão ao carnaval de rua

Em Joinville temos dois grupos percussivos de maracatu: o grupo Morro do Ouro 2010 e o grupo Baque Mulher criado em 2015 - uma extensão do maracatu Baque Mulher do Recife criado em 2008, pela Mestre Joana Cavalcante - Primeira mulher à frente de uma Nação de Maracatu, o Encanto do Pina. O baque mulher é composto somente por mulheres, através das suas danças e loas, expressam a luta e a resistência pelos direitos das mulheres, como também influenciam as mulheres, principalmente as mulheres negras, a se empoderarem através de um feminismo coletivo.

É necessário também levar em consideração as diferenças de grupos percussivos e nações de maracatus. Segundo Lima (2014) praticamente todos os maracatus-nação estão localizados em uma comunidade periférica de baixa renda, constituído em sua maioria por negros e negras, e as suas interações se baseiam muitas vezes em práticas comunitárias. Os batuqueiros dos grupos percussivos em Joinville residem em diferentes lugares da cidade, e, geralmente se encontram aos finais de semana para ensaiar ou realizar oficinas abertas ao público, depende da dinâmica de cada grupo, como se organizam, se encontram, estudam e ensaiam. Sem dúvida a Sociedade Kênia Clube é um espaço de destaque no fazer e na prática dos grupos percussivos de maracatu, é nesse espaço que os grupos ensaiam, guardam seus instrumentos, bem como realizam as oficinas com os maracatuzeiros que vem de Recife.

O Baque Mulher de Joinville realizou oficinas de percussão ministradas por batuqueiras que vieram de Recife. Nessas oficinas também se estuda os ensinamentos, e fundamentos e as religiosidades do maracatu. Consideramos que as trocas de saberes que perpassam diferentes culturas também são as músicas que circulam de um lugar para o outro. Ou seja, são músicas de Recife, mas também são tocadas em Joinville, sempre fazendo referências as nações do Recife. Em Joinville, no carnaval, especificamente na rua das palmeiras, mas também em praças, os grupos cantam e tocam em alto e bom som toadas das nações do Recife, expondo para a cidade um pouco da história do maracatu.

As toadas são fundamentadas em religiosidades afros que combatem o racismo, reverência a suas rainhas e combate ao machismo, temas como escravidão e história do Brasil, dentre outros. Lembrando que cada grupo percussivo - tanto o Morro do Ouro como o Baque Mulher - funcionam de diferentes formas, cada um com as suas especialidades, não podendo ser confundidos como a mesma coisa.

As primeiras publicações no blog¹⁸ do grupo morro do ouro são de 2009. Já em 31 de julho de 2010, é postado por eles, que o projeto “Grupo de Percussão e Estudo de Maracatu de Baque Virado” foi aprovado pelo edital do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura e em 2012 o grupo teve dois projetos aprovados no edital de apoio à cultura do Simdec (Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura) da Fundação Cultural de Joinville e Prefeitura Municipal, que foram aprovados na categoria Cultura Popular e Intercâmbio

18 Site Morro do Ouro: <<https://maracatujoinville.blogspot.com/>>. Acesso em: 13 set, 2020.

Cultural, as quais seriam: “Qualificação, Expansão e manutenção das atividades do Grupo Morro do Ouro de Maracatu de Baque Virado” e o segundo projeto, “Grupo Morro do Ouro na Noite do Dendê – Vivência com a Nação do Maracatu Porto Rico”.

O documentário¹⁹ “Grupo Morro do Ouro na Noite do Dendê – Vivência com a Nação do Maracatu Porto Rico” tem vinte oito minutos. Nele o grupo foca em gravar os principais momentos da 5ª Noite do Dendê realizado em 29 de setembro de 2012, assim como entrevistam algumas pessoas da Nação. Recebidos na comunidade do Bode em Recife, conhecem a sede da Nação do Maracatu Porto Rico. Deivison Santos (Pelezinho) é entrevistado e fala que a Noite do Dendê faz uma homenagem ao Mestre Chacon Viana e aos batuqueiros da Nação. Esse evento foi pensado para não se perder as tradições e religiosidades. Deivison acrescenta que a comunidade do Bode ajuda e participa muito das atividades da Nação, enfeitando a rua e saindo no carnaval. Para ele, a comunidade ajuda em todas as partes da vivência do Maracatu. O José que é porta-estandarte mirim, relata a importância dos estudos sobre o maracatu que a Nação realiza, aponta que se não tiverem os estudos sobre maracatu, eles não tocam, primeiramente são cobrados os estudos e depois o maracatu, nesse momento mostra a sala de informática, onde faz suas pesquisas.

É na frente da Igreja do Pina que inicia o cortejo da Nação Porto Rico, o padre da igreja, fala abertamente ao público e a Nação, que concebe a Nação como sendo sua também, e segue o baque do Porto Rico pelas vielas adentro, trazendo toda a sua religiosidade e afeto para e com a comunidade. Também podemos observar o palco montado da Noite do Dendê e as chegadas das Nações e grupos convidados. Iniciam-se as apresentações no palco com as diversidades culturais: Xirê com as Yalorixás do Pina, Mestre Teté do Maracatu Almirante do Forte, Maracatu Rosa Vermelha, Maracatu Nação Aurora Africana, Nação Encanto da Alegria Baque Mulher com a Mestra Joana Calvacante, e o Coco dos Pretos.

Com essa viagem de Joinville até Recife se fez uma troca cultural dos ensinamentos do Maracatu, onde o grupo percussivo Morro do Ouro, preenche cada vez mais os seus saberes e vínculos através dessas experiências. Experiência essa que a música como arte sagrada transpassa nas Nações de Maracatus. O Morro do Ouro e o Baque Mulher, bem como outras pessoas que fazem o carnaval acontecerem quebram a narrativa que foi e é construída pelos grandes empresários e governantes que Joinville é a Manchester de Santa Catarina, a cidade da ordem e dos grandes patrões. Essa narrativa é excludente, e contribui para o apagamento da história da cultura popular da cidade. Podemos identificar tais narrativa no Caderno “Joinville cidade em dados” (2018) realizado pela prefeitura, no caderno consta porque Joinville recebeu a denominação de “Manchester Catarinense”:

Entre as décadas as de 1950 e 1980, Joinville viveu outro surto de crescimento. Com o fim do conflito mundial, o Brasil deixou de receber os produtos industrializados da Europa. Isso fez com que a cidade se transformasse, em pouco tempo, num dos principais polos industriais do país, recebendo, por isso, a denominação de “Manchester Catarinense” (referência à cidade inglesa de mesmo nome (JOINVILLE CIDADE EM DADOS, 2018, p. 17).

Outro fator que está ligado a história dos grupos percussivos de maracatu em Joinville é a violência policial a qual o grupo enfrentou em alguns carnavais. Em 2017 aconteceu o “Arrastão de Carnavá” promovido pelos integrantes dos grupos, os foliões tiveram sua festa de rua interrompida pela polícia militar:

A guarnição procurou, sem sucesso, impedi-los de externarem, pelas ruas de Joinville, o cortejo que sairia do MAJ em direção à Rua das Palmeiras. Desse modo, os foliões do Maracatu, ignoraram o decreto do MP. Nota-se que, uma vez que “povos, países e cidadãos têm direito à liberdade de expressão” (MAMBERTI, 2003, p. 16), o Maracatu exerceu uma garantia fundamental, ao concluir seu trajeto ao som dos tambores (COUTINHO, 2020, p. 206).

19 Documentário: Grupo Morro do Ouro na Noite do Dendê – Vivência com a Nação do Maracatu Porto Rico: <<https://www.youtube.com/watch?v=LgShjIO7Ezc&t=14s>>. Acesso em: 13 set, 2020.

Nesse mesmo dia antes dos foliões saírem do Museu de Arte de Joinville para iniciar o arrastão pela cidade, diversas viaturas policiais estavam paradas acompanhando a festa. Aqui podemos nos perguntar qual o risco que uma manifestação cultural dá para a cidade? Sabendo que o carnaval é um direito cultural. No espaço de concentração dos grupos, estavam presentes a companhia de patrulhamento tático (CPT) - o tático tem por objetivo nas suas ações a preservação da Ordem Pública por meio de medidas preventivas e repressivas. Segundo a matéria do jornal ND+,²⁰ o tático é acionado em situações onde há riscos de confronto, para isso usam armamento exacerbado como submetralhadoras e fuzis de alto calibre.

Campos e Silva (2018) nos ajudam a pensar o porquê de tantas viaturas policiais no carnaval dos maracatus joinvilense. Os autores lembram os estudos de Mesquita Neto, para explicar a violência policial, uma delas seria a explicação processual a qual seria a organização policial utilizar da violência para resolver conflitos beneficiando a si próprios como policiais ou em benefício de uma classe ou do Estado. Embora não sabendo se de fato houve violência física estamos considerando a violência simbólica que segundo Bordieu:

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11).

A naturalização das coisas também está no bojo da violência simbólica. Sendo assim não podemos conceber como algo natural o acompanhamento e a vigilância da polícia e até mesmo a sua ação de interrupção no baque. Devemos problematizar a naturalização de que a polícia está ali para proteger, pois sabemos que a narrativa de proteção é camuflada para manter a dita Ordem Pública.

Considerações finais

Em Joinville a repressão policial aos carnavais de ruas promovidos pelos grupos percussivos de maracatu, é exercida através do forte armamento, a presença do tático, o baque interrompido, essas são algumas das repressões produzidas pela polícia ao comando do Estado enquanto instituição de dominação. É necessário começarmos a estudar os grupos de maracatu na cidade, para principalmente entendê-los e preservar a sua manifestação cultural, tão atacada em Joinville. Mediante o exposto, analisar e trazer para o plano das trocas de saberes históricos que os grupos da cidade realizam com o Maracatu Nação Estrela Brilhante, Porto Rico e Encanto do Pina é ressignificar os discursos sobre a cidade germânica - quebrando o silêncio imposto pela violência com as vozes e os tambores que ecoam a história e a cultura vida de outros povos.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CUNHA, Maximiliano Wanderley Carneiro da. O som dos tambores silenciosos: performance e diáspora africana nos maracatus nação de Pernambuco: **Dissertação**. Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia. O Autor, 2009. 232 folhas.

20 Companhia de Patrulhamento Tático (CTP): <<https://ndmais.com.br/seguranca/policia/proposta-criacao-do-primeiro-batalhao-de-patrulhamento-tatico-do-estado-em-joinville/>>. Acesso em 13 set, 2020.

COUTINHO, J. F. As máscaras da folia joinvilense: os desfiles carnavalescos como direito cultural. (1988-2018)/Joceli Fabrício Coutinho: orientadora Dr. Luana de Carvalho Silva Gusso, coorientadora Dra. Ilanil Coelho. – Joinville: UNIVILLE, 2020.

CAMPOS, G. de A.; SILVA, F. M. S. P. da. Polícia e Segurança: o controle social brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.I.], v. 38, p. 208-222, 2018.

POGAN, Ian; FERNANDES, Rhuan Carlos; MEIRA, Roberta Barros. Vamos bailar?: a Sociedade Beneficente Cênia Club em Joinville, sc. In: ENCONTRO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM PATRIMÔNIO CULTURAL, 4, 2019, Joinville. **Ebook**. Joinville: Univille, 2020. v. 1, p. 109-117.

LIMA, I. M. de F. **Maracatu-nação**: ressignificando velhas histórias/ Ivaldo Marciano de França Lima. Recife: Bagaço, 2005.

LIMA, I. M. de F. Entre Pernambuco e a África. História dos maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-2000). **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.

LIMA, I. M. de F. As Nações de Maracatu e os grupos percussivos: diferenças, conceitos e histórias. **Revista Afro-Ásia**, n. 49, p. 71-104. Salvador, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE Joinville cidade em dados características gerais. Joinville. 2018. 297 páginas. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/Joinville-Cidade-em-Dados-2018-Character%C3%ADsticas-Gerais.pdf>>. Acesso em: 13 set, 2020.

SOUZA, M. de M. e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da Festa de Coroação de Rei Congo / Marina de Mello e Souza. – 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TSEZANAS, J. P. **O maracatu de baque virado**: história e dinâmica cultural. 2010. 120 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Cap. 3.



PATRIMÔNIO MUNDIAL MISTO E TURISMO: O CASO DE ULURU-KATA TJUTA

Valéria Fernanda Serpa Steinke

Moroni de Almeida Vidal

Universidade da Região de Joinville - Univille

Introdução

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), criada oficialmente em 1945, em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial, destacou-se no transcurso do século XX enquanto uma organização de referência no que tange às discussões de Patrimônio Mundial. Isso se deu, principalmente, após a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, considerada a convenção que “possui maior repercussão política e econômica nos Estados-Partes e mobiliza mais recursos” (BO, 2001, p.101).

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar as relações envolvendo a Unesco, a governança de patrimônios mundiais mistos – especificamente, por meio de um estudo de caso acerca do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta – e o turismo.

Para a realização desta investigação, foram utilizadas como metodologias: a pesquisa bibliográfica, que envolveu a análise de trabalhos pertinentes ao enfoque do artigo; e pesquisa documental, utilizando documentos disponíveis nos sites oficiais da UNESCO e do Uluru-Kata Tjuta National Park. Ademais, foram utilizados também documentos do *UNESCO Archives*, digitalizados *in loco* por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Cidade Cultura de Diferença da Univille (GPCCD) em julho de 2018.

A respeito da organização desse artigo, sublinha-se que está dividido em duas seções principais: a primeira dedica-se à contextualização referente às discussões de patrimônio misto na UNESCO durante o final do século XX; já a segunda procura refletir sobre a relação entre a governança do patrimônio misto mundial e o turismo à luz de um estudo de caso sobre o Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta.

Unesco, Patrimônio Misto e Paisagem Cultural: um panorama geral

Em 1972, a Convenção do Patrimônio Mundial definiu o que era passível de ser patrimonializado em âmbito mundial, e o fez diferenciando o que era cultura e o que era natureza, criando assim, uma divisão (GFELLER, 2013). A noção de Patrimônio Cultural defendida no documento, dizia respeito aos: monumentos, conjuntos de interesse e obras do homem. Ou seja, aquilo que expressasse a grandiosidade da criação humana, e expressasse um valor universal excepcional,²¹ na perspectiva da história, da arte, da ciência, da etnologia e da antropologia (UNESCO, 1972, art. 1).

Já no que diz respeito ao Patrimônio Natural, no documento constava que correspondiam aos bens naturais: monumentos naturais; “formações geológicas e fisiográficas” associados à “habitat de espécies ameaçadas”; e “locais de interesse natural” (UNESCO, 1972, art. 2). Essas perspectivas estavam atreladas também a um valor universal excepcional, onde três valores norteavam a seu reconhecimento: o valor estético, o valor ecológico e o valor científico (SCIFONI, 2006, p. 40).

21 Os critérios para avaliar o valor universal excepcional de um bem a ser incluído na Lista, pode ser acessado na primeira versão das Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1977).



Essas conceituações junto aos critérios do valor universal excepcional incluídos nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1977), forneceram justificativas para a inclusão de bens na Lista do Patrimônio Mundial.²² Esse instrumento, destaca-se enquanto um inventário dos bens entendidos como detentores do valor universal excepcional. Além disso, duas organizações fornecem papel consultivo à Convenção: o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), avaliando a candidatura de bens culturais e mistos; e a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), avaliando os bens naturais e mistos.

No primeiro ano de efetivo funcionamento da Lista de Patrimônio Mundial (1978), a divisão entre bens naturais e culturais foi conservada e foram incluídos apenas quatro bens naturais e oito culturais. A primeira inclusão de um bem misto (reconhecido pelas características culturais e naturais) ocorreu um ano depois, em 1979, com a patrimonialização do Parque Nacional Tikal,²³ um sítio arqueológico maia, na Guatemala.

Entretanto, quando se analisa o parecer da UICN quanto à inclusão desse bem, entende-se que nesse momento a inclusão de um bem misto foi entendido a partir de uma noção hierárquica entre natureza e cultura: “Parque Nacional Tikal é primeira e principalmente um bem cultural” (UNESCO, 1979, p. 1, tradução nossa). Nesse aspecto, reflete-se, quanto à inclusão dos primeiros bens considerados mistos na Lista de Patrimônio Mundial, que:

Essa relação inicial parece estar estruturada em um sistema binário de pensamento, no qual um termo possui privilégio sobre o outro, que passa a ocupar posição subalterna, mas essa lógica, sob a perspectiva de desconstrução e deslocamento de uma ordem conceitual, fornece subsídios para pensar a patrimonialização do Parque Nacional de Tongariro como uma paisagem cultural em 1993, como um processo de desconstrução no modo como se pensava a relação de cultura e natureza na invenção da noção de bens mistos no âmbito da Unesco (VIDAL; FONTOURA, 2020, p. 352).

O caso do Parque Nacional Tongariro,²⁴ desvela a “reinvenção” da noção de bens mistos no âmbito da governança do Patrimônio Mundial Misto (VIDAL; FONTOURA, 2020). Essa “reinvenção” está atrelada ao conceito de paisagem cultural associativa, oficializado em âmbito mundial nas Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial de 1994. Por paisagem cultural associativa, entende-se um termo que “abraça uma diversidade de manifestações da interação entre seres humanos e o meio ambiente” (UNESCO, 1994, p. 14, tradução nossa).

É nesse contexto, que o Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta,²⁵ localizado na Austrália, é reconhecido como um bem misto e uma paisagem cultural associativa, em 1994. Mas, desde 1987, este bem estava incluso na Lista de Patrimônio Mundial, tendo apenas suas características naturais consideradas na patrimonialização. Entretanto, desde sua inclusão na Lista, o Comitê do Patrimônio Mundial reconhecia a existência de características culturais já que este: “elogiou as autoridades australianas pela maneira como a gestão desta propriedade deu uma combinação adequada das características culturais e naturais desta propriedade” (UNESCO, 1987, p. 4, tradução nossa).

Mas o que teria de “adequada” na “combinação de características culturais e naturais” no Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta? E mais, essa condição se manteria nos próximos anos? Além disso, seria o turismo um aliado neste cenário?

22 Para conferir a Lista de Patrimônio Mundial acesse o site: <<https://whc.unesco.org/en/list/&order=year>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

23 Mais informações sobre o Parque Nacional Tikal podem ser encontradas no site a seguir: <<https://whc.unesco.org/en/list/64>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

24 Este bem, localizado na Nova Zelândia, foi incluído em 1990 apenas como Patrimônio Natural. Foi apenas três anos depois que suas características culturais foram reconhecidas em associação às naturais. Mais informações: <<https://whc.unesco.org/en/list/421>>. Acesso em 29 ago. 2020.

25 A página do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta encontra-se no link: <<https://whc.unesco.org/en/list/447/>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

A governança do patrimônio mundial misto e o turismo: o caso do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta

O Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta está localizado na parte central da Austrália, no continente da Oceania, e localiza-se, mais especificamente, no deserto central australiano, contendo, no total, 1.326 km² de área. Suas duas principais atrações são a *Uluru* e a *Kata Tjuta*, ambas formações rochosas imponentes. A *Uluru* contém 318 metros de altura e quase 10 quilômetros de circunferência, sendo também conhecida como *Ayers Rock* ou, simplesmente, *The Rock*. Por sua vez, a *Kata Tjuta* contém 516 metros de altura e 22km² de área.²⁶

Oficialmente, o nome do Parque é Uluru-Kata Tjuta por ser de origem aborígine, e porque esse povo é considerado os donos tradicionais do Parque Nacional. Tratando-se da questão de posse das terras, em 1985 o governo australiano devolveu a propriedade que abriga o Parque Nacional aos aborígenes. Estes, por sua vez, arrendaram de volta ao governo australiano pelo período de 99 anos como Parque Nacional. Ou seja, até o ano de 2084, o Parque será oficialmente propriedade aborígine, mas estará arrendado ao governo da Austrália.²⁷

Além das discussões envolvendo o âmbito de domínio e propriedade destas terras, outra questão debatida na esteira destes acontecimentos é a relação entre os aspectos culturais espirituais dos aborígenes em relação ao Parque e o turismo. Para o povo *Anangu*, comunidade tradicional aborígine que vive em tais terras, o Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta é uma paisagem cultural viva, “onde a terra e as memórias existem como uma só. Mais do que a oportunidade de tirar uma bela foto, nossa icônica formação de rochas esconde sabedoria ancestral e uma variedade de vida animal e vegetal” (ULURU-KATA TJUTA NATIONAL PARK, 2020, tradução nossa).

O conflito de interesses entre a comunidade tradicional aborígine e os turistas que visitam o Parque Nacional é caracterizada, principalmente, pela escalada, por parte dos turistas, na *Uluru*. Considerada uma formação rochosa sagrada pelos *Anangu*, onde eles acreditam que espíritos criadores habitam, o ato de escalada na rocha pelos turistas é considerado um ato profano e desrespeitoso na visão dos aborígenes. Tão importante a importância do respeito à *Uluru* por parte da comunidade tradicional, existe uma placa situada à frente de uma das principais entradas da formação rochosa que diz:

Por favor, não escale. Nós, os donos tradicionais Anangu, temos isso a dizer: *Uluru* é sagrada na nossa cultura. É um lugar de grande conhecimento. Debaixo de nossa lei tradicional, a escalada não é permitida. Essa é nossa casa. Como guardiões, nós somos responsáveis pela sua segurança e pelo seu comportamento. Muitas pessoas não ouvem à nossa mensagem. Muitas pessoas já morreram ou se machucaram aqui, causando a nós grande tristeza. Nós nos preocupamos com você e nós nos preocupamos com a sua família. Por favor, não escale. Nós convidamos você a caminhar em volta da base da Rocha e descobrir um profundo entendimento deste lugar (ULURU-KATA TJUTA NATIONAL PARK, 2020, tradução nossa).

Uma das principais reivindicações do povo *Anangu* sobre os turistas²⁸ que visitam o Parque Nacional diz respeito à escalada na *Uluru*. Por considerarem a Rocha sagrada, o ato de escalá-la se torna profano para os aborígenes, que desaprovam tal prática. Tal relato também é registrado nas Diretrizes de Gestão para Paisagens Culturais do Patrimônio Mundial, publicado no ano de 2000 pela Unesco:

Os Anangu não querem que os turistas subam ao topo do “The Rock”, pois ele é considerado um lugar sagrado segundo suas crenças e pode ser profanado pelos visitantes. Entretanto, eles não

26 Informações acerca do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta podem ser encontradas em seu site oficial: <<https://parksaustralia.gov.au/uluru/>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

27 Para maiores informações sobre o direito de terras do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta visite <<https://parksaustralia.gov.au/uluru/discover/history/>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

28 Aproximadamente 300 mil turistas visitam a região do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta anualmente. Disponível em: <<https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/australia-vai-proibir-escalada-de-turistas-na-montanha-uluru.ghtml>>. Acesso em: 14 set. 2020.



proíbem essa prática e, em vez disso, pedem aos visitantes que façam caminhadas alternativas. O plano de gerenciamento legal não proíbe a escalada, mas restringe a rota e fornece alternativas em torno da base da rocha (Management Guidelines for World Heritage Cultural Landscapes, 2000, p. 76, tradução nossa).

No que tange à relação entre turismo e patrimônio mundial, Steinke (2020) afirma que em meados da década de 1970, o diretor geral da Unesco à época, René Maheu, já expressava, nos Programas da referida Organização, a consternação de que o turismo poderia vir a causar consequências no contexto sociocultural de determinada comunidade inserida próxima a algum bem patrimonial. Além disso, a autora ainda traz o seguinte questionamento, especificamente sobre o caso em questão envolvendo o Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta: “supondo que os valores e crenças que a comunidade tradicional possui continuam os mesmos, até que ponto a vida neste patrimônio vale a pena em troca do reconhecimento da Unesco na Lista do Patrimônio Mundial?” (STEINKE, 2020, p. 87).

No entanto, reconhecendo a importância do significado que a *Uluru* tem para o povo *Anangu*, a partir de outubro de 2019 o governo australiano decidiu proibir legalmente a escalada, por parte dos turistas, à Rocha em questão.²⁹ Segundo Butterly e Lixinski (2020), essa atitude do governo australiano não é isolada. Conforme os autores, essa última década foi palco de mudanças fundamentais em se tratando de leis envolvendo o patrimônio cultural dos aborígenes da Austrália.

Corroborando esta esteira de acontecimentos, Grey e Kuokkanen (2019) afirmam que

Cada sociedade tem seus próprios sistemas de governança e formas de expressar e descrever como governa. Simplificando: governança é sobre um povo escolher, coletivamente, como se organiza para administrar seus próprios negócios e tomar decisões; compartilhar poder, autoridade e responsabilidades; lidar com divergências internas e heterogeneidade de opinião e perspectiva; e projetar as ferramentas necessárias para implementar as decisões (GREY; KUOKKANEN, 2019, p. 8, tradução nossa).

No caso envolvendo o Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta, notadamente nas divergências envolvendo a subida ou não da *Uluru*, o conceito de governança expresso por Grey e Kuokkanen (2019) pode ser exemplificado na ação dos *Anangu* em parceria com o governo australiano, resultando em decisões que favoreceram os interesses da comunidade tradicional aborígene em detrimento dos interesses dos turistas em escalar a *Ayers Rock*. Todavia, a lei que proíbe a escalada da *Uluru* não deveria ser vista como negativa pelos turistas, mas como uma mediação que satisfaz tanto as necessidades do povo aborígene como a dos turistas, que ainda podem visitar o Parque Nacional sem demasiadas restrições.

Considerações finais

A relação entre patrimônio mundial e turismo se constrói em adversidades e contrariedades, as quais, possivelmente, ainda perdurarão por tempo indeterminado acompanhando o desenrolar desta interligação. Contudo, no caso apresentado neste artigo, envolvendo de um lado os interesses da comunidade tradicional, e, de outro, os caprichos dos turistas em querer escalar a *Uluru*, a medida adotada para resolver as discordâncias ali existentes tentou contemplar os dois lados envolvidos. Ainda que a lei proibindo a escalada favorece, à primeira vista, apenas os *Anangu*, é preciso considerar que a mesma não acarretou uma perda tão significativa para os turistas, que ainda podem visitar o Parque Nacional livremente, com apenas uma restrição.

29 Austrália vai proibir escalada de turistas na montanha Uluru. Disponível em: <<https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/australia-vai-proibir-escalada-de-turistas-na-montanha-uluru.ghtml>>. Acesso em: 14 set. 2020.

Além disso, o reconhecimento do Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta como uma paisagem cultural associativa e bem misto da humanidade, sete anos depois de ser incluído na Lista do Patrimônio Mundial apenas por suas características naturais, pode desvelar a tentativa de reparar a divisão histórica entre natureza e cultura presente na governança do Patrimônio Mundial na Unesco no transcurso do século XX.

Referências

- BO, J. B. L. **Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003.
- BUTTERLY, L.; LIXINSKI, L. Aboriginal Cultural Heritage Reform in Australia and the Dilemmas of Power. **International Journal Of Cultural Property**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 125-149, fev. 2020. Cambridge University Press (CUP).
- GFELLER, A. E. Negotiating the meaning of global heritage: “cultural landscapes” in the UNESCO World Heritage Convention, 1972-92. **Journal of Global History**, Londres, n. 8, p. 483-503, 2013.
- GREY, S.; KUOKKANEN, R. Indigenous governance of cultural heritage: searching for alternatives to co-management. **International Journal Of Heritage Studies**, [S.L.], p. 1-23, 17 dez. 2019.
- SCIFONI, S. A construção do patrimônio natural. **Tese**. (Programa de Pós Graduação em Geografia Humana). USP, 2006.
- STEINKE, V. F. S. O Patrimônio e o Turismo: um estudo sobre a construção da ideia de patrimônio mundial (Unesco, 1960-1980). **Dissertação de Mestrado** (Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville, 2020.
- ULURU-KATA TJUTA NATIONAL PARK. Uluru-Kata Tjuta National Park. Disponível em: <<https://parksaustralia.gov.au/uluru/>>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Unesco, 1972. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- UNESCO – IUCN Review. Unesco, 1979. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/64/>>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- UNESCO – Management Guidelines for World Heritage Cultural Landscapes. Paris: UNESCO, 2000.
- UNESCO – Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. 1977. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/1977/cc-77-conf001-8reve.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- UNESCO – Operational guideline for the implementation of World Heritage Convention. 1994. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/opguide94.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019
- UNESCO – World Heritage Committee, 2, 1987, Paris. Report of the Rapporteur. Paris: Unesco, 1987. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/1987/sc-87-conf005-9_e.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- VIDAL, M. A.; FONTOURA, A. de A. da. De Tikal a Tongariro: Unesco e a (re)invenção de bens mistos. In: SOSSAI, F. C.; Et al. (Org.). **Patrimônio e sociedade: desafios ao futuro**. Joinville, SC: Editora UNIVILLE, 2020. p.346-355.



ESTUDO DE CASO SOBRE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COLETA SELETIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA VISÃO PRELIMINAR

Daniela da Cunha Silveira

Cristina Vargas Cademartori

Universidade La Salle

Introdução

A mudança nos hábitos de consumo, o aumento da obsolescência dos produtos, o uso de materiais cada vez mais tóxicos ao meio ambiente como matéria-prima e a falta de diálogo entre os poderes têm contribuído para o agravamento dos impactos ambientais. Isso é evidenciado pelos inúmeros problemas resultantes da gestão dos RSU e Coleta Seletiva em muitas cidades brasileiras.

Diariamente são veiculadas pelos meios de comunicação notícias que enfatizam a importância da Educação Ambiental (EA) na formação de cidadãos conscientes e engajados na preservação ambiental. O Art. 1º da Lei 9.795/1999 define EA como o processo de construção de valores sociais para a conservação do meio ambiente, prevendo-a como componente essencial e permanente da educação nacional.

A gestão e a disponibilização final inadequada dos resíduos, sólidos ou líquidos, têm fortes efeitos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, e provocam muitos impactos negativos às populações, em especial às urbanas, em decorrência do estilo de vida adotado nas cidades de médio e grande porte. “A geração de resíduos sólidos é um fenômeno cotidiano, diário e inevitável, que provoca degradação ambiental” (BECHARA, 2013, p. 2).

No passado, as escolas não tinham como objetivo principal a formação de cidadãos comprometidos com a sustentabilidade ambiental. Na atualidade, contudo, com a crise ambiental se aprofundando, entender conceitos ecológicos sem uma mudança efetiva de postura não é o bastante. Por esses motivos, a EA tornou-se um importante processo pedagógico para a conservação e o uso adequado dos recursos naturais, bem como dos processos ecológicos responsáveis pela manutenção da vida no planeta. É esperado, tanto pela sociedade quanto pelas Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que as instituições de ensino atuem com responsabilidade ambiental, impulsionem o movimento pró-ambiente e que sejam exemplo para a comunidade escolar.

Objetivos

Em face do contexto apresentado, teve-se, como objetivo geral, avaliar o conhecimento de alunos do Ensino Médio de uma escola de Educação Básica sobre a disposição correta de resíduos sólidos. E como objetivos específicos:

- analisar o conhecimento aplicado dos alunos em relação a norma CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001, que estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos;
- avaliar o conhecimento teórico sobre a norma CONAMA nº 481, de 03 de outubro de 2017, que estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos e dá outras providências;
- conhecer a percepção dos estudantes sobre a destinação adequada dos RSU e a norma CONAMA nº 313, de 29 de outubro de 2002.

Metodologia

Neste trabalho são apresentados os resultados parciais sobre resíduos sólidos urbanos e coleta seletiva obtidos na Educação Básica. Esta avaliação preliminar é parte da dissertação de mestrado, intitulada “Resíduos Sólidos Urbanos e Coleta Seletiva: ações e percepções, um estudo de caso na educação”, desenvolvida no PPG em Avaliação de Impactos Ambientais da Universidade La Salle.

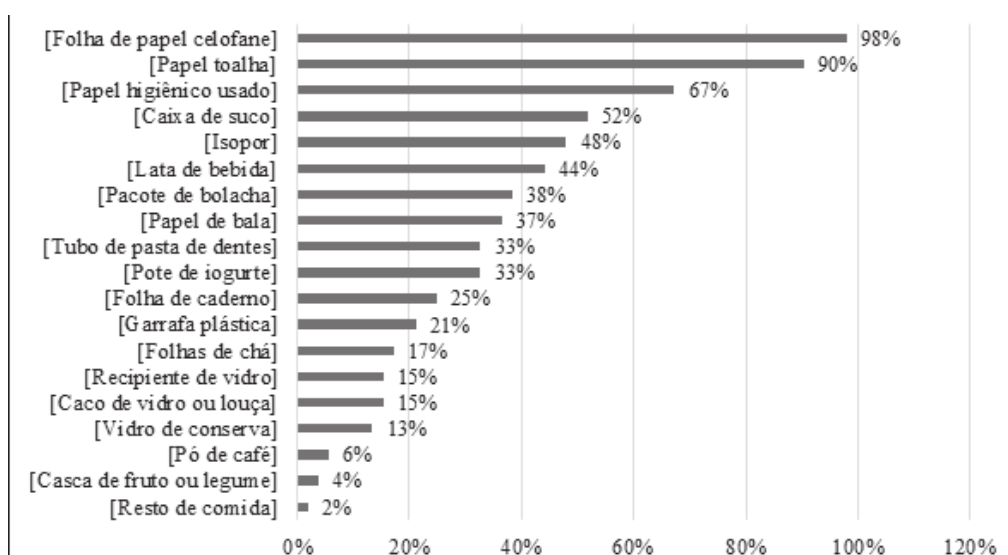
Uma das etapas da pesquisa consistiu na aplicação de questionário sobre Coleta Seletiva e RSUs, dividido em cinco perguntas de múltipla escolha e uma pergunta aberta, com o propósito de caracterizar o conhecimento da comunidade escolar sobre o tema em foco. O questionário foi aplicado de modo remoto para professores, funcionários, alunos e familiares de alunos, via formulário elaborado por meio da plataforma Google. Neste trabalho apresenta-se a análise das respostas dos 52 alunos participantes quanto aos seguintes aspectos: a) cor dos coletores e resíduos de descarte, b) potencial de reciclagem de resíduos e c) o local adequado de descarte.

Resultados e Discussão

A maioria dos alunos participantes apresentou idade superior a 16 anos; 58% se declararam do sexo masculino, 25% dos respondentes foram alunos do Ensino Fundamental e 65% alunos do Ensino Médio.

Uma série de resíduos comuns na rotina escolar foi apresentada em associação com a cor adequada do coletor de descarte, segundo a resolução nº 275 do CONAMA. O melhor desempenho encontrado foi em relação ao descarte de restos de comida, com 98% de associações corretas, enquanto o menor percentual de acertos foi referente à folha de papel celofane. A figura 1 apresenta os resíduos em ordem decrescente de percentual de erros em relação à cor de coletor de descarte.

Figura 1 - Percentuais de erros de associação entre alunos de uma escola da rede privada do município de Cachoeirinha, RS, quanto à cor correta de coletores para descarte de resíduos, segundo a resolução nº 275 do CONAMA.



Fonte - Autoria própria, 2020.

A cor dos coletores de descarte foi corretamente associada com o tipo de resíduo por 65% dos alunos participantes da pesquisa. No estudo realizado por Dantas, *et al.* (2020), em uma escola da rede pública do sertão alagoano, apenas 19,3% dos alunos do ensino médio souberam indicar as cores dos coletores corretamente.

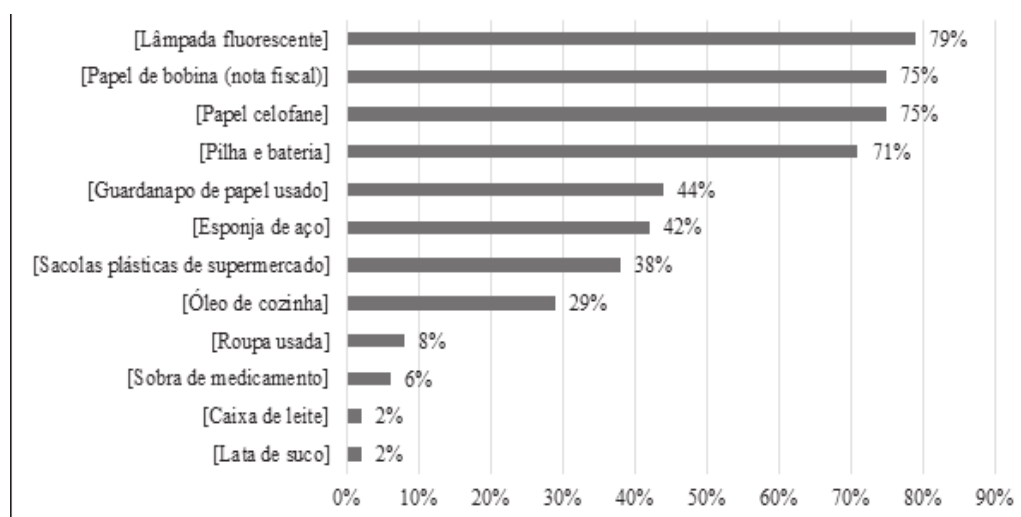
Os resíduos orgânicos foram os que apresentaram menor percentual de erros no questionário. Restos de



comida e cascas de frutas ou legumes tiveram percentual de erros de 2% e 4%, respectivamente, nas respostas. O menor grau de dificuldade de associação correta para os resíduos orgânicos pode estar vinculado à palestra ministrada pela professora de Geografia, sobre a reciclagem de resíduos orgânicos, em meados do mês de março de 2020. Esse resultado demonstra que a EA é um importante recurso para a promoção de mudanças de atitude dentro e fora do ambiente escolar. Estas informações poderão subsidiar práticas pedagógicas voltadas à melhoria do processo de gerenciamento dos resíduos na escola.

No que tange ao conhecimento sobre a reciclagem dos resíduos, foram obtidas 624 respostas, divididas em 12 itens. Dessas, 48% foram incorretas e 58% foram corretas. Os itens com melhores resultados foram caixa de leite e lata de suco, ambos com 98% de acertos. A figura 2 apresenta os percentuais de erros para cada um dos itens da pesquisa.

Figura 2 - Percentuais de erros entre alunos de uma escola da rede privada do município de Cachoeirinha, RS, quanto à reciclagem de resíduos, segundo resolução nº 481 do CONAMA.

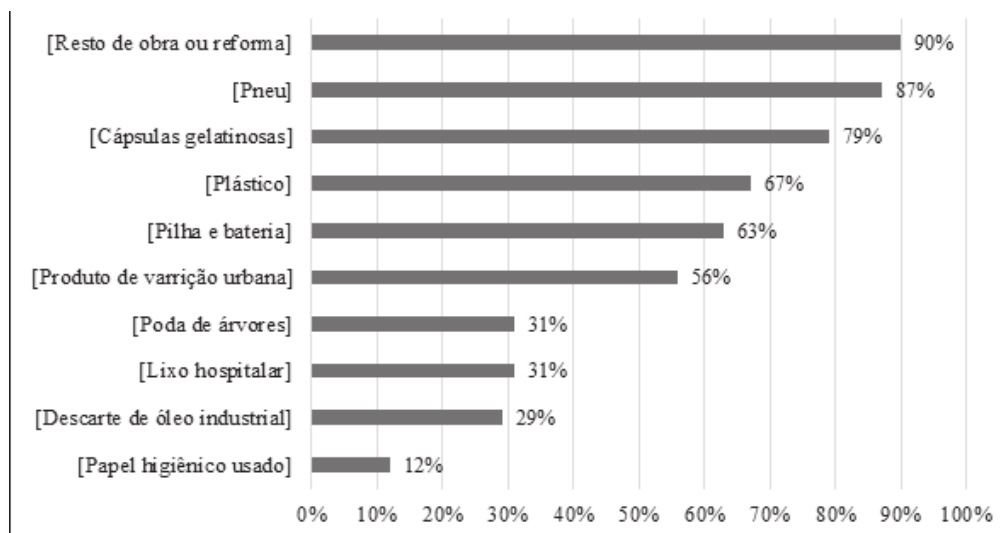


Fonte - Autoria própria, 2020.

Em pesquisa publicada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), apenas 4% dos entrevistados tinham conhecimento sobre a reciclabilidade de embalagens longa vida (TetraPak), resultado bastante diferente daquele obtido neste estudo, em que 98% dos entrevistados responderam corretamente esta questão. E, ainda, segundo os autores da pesquisa, a falta de conhecimento seria um dos principais obstáculos à melhoria dos processos de reciclagem no Brasil. Freire *et al.* (2016), entretanto, em estudo realizado em escola de Alagoas, obtiveram 87,7% de acertos em relação ao conhecimento sobre reciclagem entre os alunos, um resultado 35% melhor do que o obtido neste estudo. Segundo os autores, a prática da Coleta Seletiva nas escolas é eficaz e por meio dela se pode minimizar os problemas relativos aos RSUs.

O conhecimento sobre o destino adequado dos resíduos entre aterro sanitário, aterro industrial e aterro especial, em concordância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, também foi alvo de análise. O percentual total de erros e acertos entre os 52 participantes da pesquisa foi de 54% e 46%, respectivamente. Os resíduos e os percentuais de erros estão presentes na figura 3.

Figura 3 - Percentuais de erros entre alunos de uma escola da rede privada do município de Cachoeirinha, RS, em relação à destinação correta de resíduos sólidos, segundo resolução nº 3013 do CONAMA.



Fonte - Autoria própria, 2020.

Segundo o artigo 54 da Lei 12.305/2010, a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos deveria ter sido amplamente implantada por todos os municípios brasileiros até 2014. Entretanto, segundo dados apresentados pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2019), 40,5% dos RSUs coletados no Brasil foram despejados em locais inadequados. Mais de 29 milhões de toneladas de RSUs acabaram em lixões ou aterros impróprios.

Bicalho e Pereira (2017) constataram, no município de Lavras/MG, que 53% da população desconheciam o destino do material coletado. Segundo os autores, o conhecimento de toda a cadeia produtiva dos RSUs pode ser um fator essencial para o aumento da Coleta Seletiva e da conscientização da população. O estudo realizado no município de Lavras também demonstra a importância da EA e da divulgação de informações à população, uma vez que a gestão dos resíduos implica em responsabilidade compartilhada. Neste sentido, o conhecimento e a participação de toda a sociedade nas ações e na fiscalização das políticas públicas vigentes, bem como da aplicação da legislação prevista, são fundamentais.

Considerações finais

Na maioria das escolas de Educação Básica existem programas e projetos de Educação Ambiental. Entretanto, essas propostas quase sempre têm caráter exclusivamente teórico. Dessa forma, a maior dificuldade consiste em desenvolver atividades e ações atrativas, que sensibilizem e contribuam para a alfabetização ambiental dos alunos, e levem em conta suas realidades vivenciadas nos ambientes escolares e de convívio social. A mudança de postura em relação ao problema da geração de resíduos sólidos é, assim, uma necessidade, e ações de EA que resultem na redução de geração, segregação correta e reutilização dos resíduos, sejam sólidos, líquidos, ou gasosos, devem ser prioritárias, de modo a se atingir, gradativamente, maior controle sobre os efeitos sociais, ambientais e de saúde, provocados por sua geração.

O propósito desta etapa do projeto de dissertação foi mapear o conhecimento sobre RSU e Coleta Seletiva em uma escola de Educação Básica localizada na região central do município de Cachoeirinha. Os resultados obtidos foram importantes e satisfatórios do ponto de vista pedagógico, pois demonstraram que os alunos detêm conhecimento quanto à cor dos coletores e à reciclabilidade dos materiais. Contudo, há necessidade de implementar

ações ligadas à destinação adequada de resíduos e refletir sobre práticas cotidianas. Apesar da necessidade de estudos complementares para definir as ações de EA mais indicadas para o gerenciamento de RSUs na comunidade escolar, este estudo produziu um diagnóstico preliminar que levou em conta a realidade da escola e suas especificidades.

O panorama apresentado pode subsidiar um melhor planejamento de ações e estratégias, visto que os resultados revelaram a necessidade de maior integração entre teoria e prática. Estratégias como instalação de pontos de coleta de orgânicos e recicláveis, valorização do tema e envolvimento da comunidade escolar em ações socioambientais para a destinação adequada dos resíduos seriam algumas medidas importantes a serem adotadas. Valores ambientais devem ser cultivados por meio de exemplos e ações que sejam significativas para os alunos.

Referências

- ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019.
- BECHARA, E. (Org.). Aspectos relevantes da política nacional de Resíduos Sólidos: **Lei n. 12.305/2010**. São Paulo: Atlas, 2013.
- BICALHO, M. L.; PEREIRA, J. R. Participação social e a gestão dos resíduos sólidos urbanos: um estudo de caso de Lavras (MG). **Gestão & Regionalidade**, v. 34, n. 100, 2018. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2968/2373>. Acesso em: 10 de setembro 2020.
- BRASIL, MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA n. 275**, de 25 de abril 2001. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>>. Acesso em 01 de junho de 2020.
- BRASIL, MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA n. 481**, de 29 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/residuos/CONAMA3132002.pdf>>. Acesso em 01 de junho de 2020.
- BRASIL, MEC. Ministério da Educação. **Lei 9.795 de 1999**.
- FREIRE, M. C.; Et al. Análise da concepção dos alunos sobre a geração e descarte de resíduos sólidos no ambiente escolar. **Diversitas Journal**, v. 1, n. 1, p. 03-07, 2016.
- IBOPE, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. Desinformação é maior dificuldade para a reciclagem no Brasil. Disponível em: <<https://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/desinformacao-e-maior-dificuldade-para-a-reciclagem-no-brasil/>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.



PANORAMA SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO/RS

Débora Carline Baierle

Danielle Heberle Viegas

Judite Sanson de Bem

Universidade La Salle

Introdução

São Leopoldo é um município do estado do Rio Grande do Sul (RS) e está localizado a 31 km da capital Porto Alegre. Possui uma área territorial de 103,012 km² e faz divisa com os municípios de Sapucaia do Sul, Novo Hamburgo e Portão (IBGE, 2019). Apresenta uma população estimada, em 2020, de 238.648 mil habitantes, sendo que a maior parte está na área urbana e apenas uma pequena parte na área rural do município (IBGE, 2020). São Leopoldo faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) que, segundo a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (2020, s.p.) a RMPA concentra-se mais de 4 milhões de habitantes, cerca de 37,7% da população total do Estado. A RMPA apresenta 9 municípios com mais de 100 mil de habitantes do RS.

A partir da segunda metade do século XX, São Leopoldo, assim como outros municípios da então chamada Grande Porto Alegre, começaram a receber um grande fluxo de migrantes do interior do Rio Grande do Sul em busca de trabalho nas indústrias da região, ali já estabelecidas desde os anos do século XIX. Diversos municípios formaram-se nesse lastro, como Esteio e Sapucaia do Sul, que emanciparam-se de São Leopoldo e passaram abrigar muitos trabalhadores.

Nas décadas de 1970 e 1980, empresas nacionais e multinacionais, instalaram-se no município. Segundo Bender (2007, p. 48), “a indústria passou a ser o setor econômico mais desenvolvido seguido pelo comércio e prestação de serviços”. Em 1973, a Região Metropolitana de Porto Alegre foi institucionalizada como um grande polo industrial do Estado do Rio Grande do Sul, sendo São Leopoldo um dos municípios de maior destaque neste quadro.

No lastro desse breve panorama, o município de São Leopoldo, como tantos outros municípios brasileiros com alto grau de industrialização e concentração populacional, enfrenta problemas com a gestão dos RSU. Mesmo possuindo a coleta seletiva compartilhada com as cooperativas de reciclagem, realizada 100% em todos os bairros e mecanizada, o descarte irregular dos resíduos nas ruas e calçadas do município ainda persiste (PREFEITURA DE SÃO LEOPOLDO, 2020).

Objetivo geral

A presente pesquisa tem como traçar um panorama quantitativo acerca da coleta e gerenciamento os resíduos sólidos urbanos do município de São Leopoldo/RS.

Objetivos específicos

- Apresentar o histórico da coleta seletiva em São Leopoldo após a Política Nacional de Resíduos Sólidos/2010.
- Expor um panorama quantitativo dos RSU coletados e recuperados da coleta seletiva de 2013 a 2018 de São Leopoldo.

- Comparar a situação do município em relação ao estado do Rio Grande do Sul e Brasil quanto ao percentual de RSU recuperado.

Metodologia

Metodologicamente, o estudo é quantitativo, pois foram coletados dados municipais, estaduais e federais sobre RSU no Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) de 2013 a 2018 e documentos do município de São Leopoldo. Esses dados foram analisados quanto ao aspecto quantitativo em relação ao apresentado pelo Estado e o País. Os dados foram analisados a fim de que se possa apresentar um panorama geral sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) realizado no município, e um comparativo com a situação do Estado e do País.

Gerenciamento dos RSU no município de São Leopoldo/RS após a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei Federal nº 12.305/10

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é uma Lei Federal criada no ano de 2010 e que procura organizar a forma como o país deve tratar o gerenciamento de RSU incentivando a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a destinação final ambiental dos rejeitos, além da responsabilidade compartilhada entre os setores públicos e privado, para a busca de uma sociedade mais sustentável. Destaca ainda a importância de capacitar e educar a sociedade, para que os objetivos da política sejam atingidos nos próximos anos (PNRS, 2010).

Em 2012, em consonância com a Lei Federal 12.305/10, houve a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de São Leopoldo (PMGIRS), a Prefeitura Municipal forneceu subsídios para que, em 2014, a coleta seletiva incorporasse às cooperativas de recicladores/as, fornecendo estrutura e melhores condições de trabalho e renda para a comunidade (MACIEL, 2019). O gerenciamento dos RSU em São Leopoldo é realizado pela Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Mobilidade e Serviços Urbanos (SEMURB), que fiscaliza “os serviços públicos de limpeza e manejo de RSU, executando-os por meios próprios ou adjudicando-os a terceiros, de forma remunerada ou gratuita” (Lei Municipal nº 9.145/2019, art. 1º).

Segundo a Lei Municipal nº 9.145, de 20 de dezembro de 2019, São Leopoldo possui a coleta seletiva e coleta regular. A coleta seletiva no município de São Leopoldo é 100% mecanizada e realizada pelas cooperativas de reciclagem cadastradas na SEMURB e licenciadas junto ao órgão ambiental que percorrem duas vezes por semana nos bairros e turnos estabelecidos pela SEMURB (REVISTA NEWS, 2019 e Lei Municipal nº 9.145/2019). Nesta coleta, segundo a Lei Municipal nº 9.145 apenas “[...] os resíduos potencialmente recicláveis, originários de atividades domésticas em imóveis, residenciais ou não, devidamente acondicionados, independentemente de seu volume[...]” (3º art. Inciso III, 2019) devem ser encaminhados pela população. Os materiais coletados pelas cooperativas passam pela separação, prensamento e comercialização dos materiais recicláveis que é de responsabilidade delas.

A coleta regular dos resíduos domiciliares em São Leopoldo acontece três vezes por semana em todos os bairros, nos turnos diurnos e noturnos (COLETA, 2020). É realizada pela empresa Urban Serviços e Transportes LTDA, empresa terceirizada que encaminha os resíduos coletados, diretamente, para o aterro sanitário denominado Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos (CRVR), conforme MACIEL et. al. (2019). Segundo a Lei Municipal nº 9.145, os RSU a serem recolhidos pela coleta regular devem ser:

[...] originados de atividades domésticas em residências urbanas que possam ser acondicionados em sacos plásticos com volume igual ou inferior a 100 (cem) litros, compostos por resíduos orgânicos,



de origem animal ou vegetal, e rejeito, que são resíduos para os quais ainda não há reaproveitamento ou reciclagem, e que possam ser destinados aos sistemas de tratamento disponibilizados pelo Município de São Leopoldo (Art. 3º Inciso II, 2019).

Na coleta regular, a população leopoldense deve reservar os resíduos que não são reaproveitados pela reciclagem, pois após o recolhimento pela empresa terceirizada, passa pela pesagem e é encaminhado, diretamente, para o aterro sanitário CRVR em São Leopoldo.

São Leopoldo além de possuir a coleta seletiva e a coleta regular, possui três entrepostos que são locais para depositar os resíduos extradomiciliares gerados no município com volumes de até um metro cúbico, como restos de construção e demolição, restos de podas, pneus e móveis. Foram pensados e criados para reduzir o descarte irregular no município. Tudo que é recebido, é separado e encaminhado para ter a destinação adequada, como reciclagem, reaproveitamento do que pode ser reutilizado ou para o aterro (SÃO LEOPOLDO, 2020).

O município de São Leopoldo possui oito cooperativas de catadores de materiais recicláveis, tais quais: Cooperativa de Trabalho dos Recicladores do Loteamento Santo Antônio (2006), Cooperativa de Trabalho dos Recicladores do Loteamento Santo Antônio (2010), Cooperativa de Trabalho dos Recicladores do Loteamento Santo Antônio (2012), Cooperativa de Trabalho dos Catadores e Recicladores de São Leopoldo Mãos Dadas (2012), Cooperativa de Trabalho e Renda UNIVALE (2013), Cooperativa de Trabalho e Renda UNIVALE (2014), Cooperativa de Trabalho de Catadores Nova Conquista (2015) e Cooperativa de Trabalho dos Recicladores e Catadores da Fênix (2018) (SNIS, 2018 e SEMURB, 2020). Também possui a cooperativa Mundo Mais Limpo, específica para tratamento de óleo de cozinha, transformando-o em produtos de limpeza para comercialização.

Análise dos dados e resultados

Resíduos sólidos urbanos coletados e recuperados em São Leopoldo - 2013 a 2018

Os RSU coletados e recuperados no município de São Leopoldo pelas cooperativas, dados publicados no SNIS estão representados na imagem 1. A partir desses dados é possível apresentar um panorama do município quanto seu gerenciamento dos RSU no período de 2013 a 2018. O primeiro item a ser analisado é a quantidade de resíduos recolhidos e recuperados em São Leopoldo pelas cooperativas nesse período como consta a imagem 1.

Imagem 1 – Quantidade anual dos RSU coletados e recuperados no município de São Leopoldo pelas cooperativas de recicladores/as (2013 a 2018)



Fonte: SNIS, 2013 a 2018, adaptado pela autora

Na imagem 1, percebe-se que de 2013 a 2016 houve um aumento de 161,79% de resíduos recolhidos, exceto matéria orgânica, enquanto que 2016 a 2018 houve um movimento inverso, com uma redução de - 36,57%. Em relação a quantidade de resíduos recuperados de 2013 a 2016, é possível perceber que ocorreu um aumento de 141,70%. Já, de 2016 a 2018, mostra uma redução de - 31,99% de materiais recuperados.

Os dados do SNIS de 2016, informam que o número de associados nas cooperativas de reciclagem de São Leopoldo, praticamente, dobrou em relação ao ano anterior. Em 2015, o município contava com 93 associados e em 2016, aumentou para 182 (SNIS, 2015 e 2016).

Segundo Pasqualetto (2018), durante o ano de 2016 ocorreram incentivos e formações para os catadores através do Fórum dos Recicladores do Vale dos Sinos (FRVS) com a parceria da Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS/POA). Houve uma formação de dicção para às mulheres catadoras e um curso de informática para os trabalhadores das cooperativas. Estes cursos tiveram a parceria da Apoena Ambiental e do Projeto Eu-Cidadão, de Inclusão Digital - UNISINOS, para que eles tivessem condições de realizar os controles de produção de suas cooperativas. A verba utilizada para realizar essas formações foi a sobra de um recurso do PRONINC 2014-2016, que “*ao invés de devolver o recurso para o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), junto com a incubadora da Unisinos, foi utilizado para as formações*” (PASQUALETO, 2018, p. 140).

Segundo Pasqualetto (2018, p. 140) “foram realizados intercâmbios e oficinas sobre a separação de materiais, com ênfase nos plásticos”. Confeccionaram banners com tipos de materiais para contribuir no trabalho de triagem dentro das cooperativas, além de produzir um vídeo institucional do Fórum.

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2016, as cooperativas de São Leopoldo que possuíam contratos de prestação de serviços de coleta seletiva solidária ficaram quase 60 dias sem seus pagamentos, o que causou “*indignação e revolta dos catadores, que dependem deste contrato para o pagamento de veículos locados, coletores e despesas previstas dentro do contrato*” (MNCR, 2016, s.p). A falta desse pagamento, por parte da Secretaria da Fazenda e do município de São Leopoldo, deixou as cooperativas em situação crítica nesse período. O problema de atraso de pagamento continuou no ano de 2017 e Pasqualetto (2018, p.138) lembra que neste período o Brasil passava por uma “*crise econômica e política [...] a qual se reflete na morosidade de repasses de recursos dos estados e municípios, ocasionando atrasos de pagamentos tanto de fornecedores como de servidores*”, com isso ao invés de melhorar para os catadores tornou-se difícil a manutenção dos contratos (PASQUALETO, 2018).

Em 2017, Pasqualetto (2018) ainda diz que teve a diminuição de participação de cooperativas no Fórum e aponta três motivos para isso: criação de fóruns municipais, pouco incentivo das lideranças para adesão do grupo e pouco interesse particular de algumas cooperativas que só participam dos fóruns quando há algum benefício para receber. Destaca-se que em 2017, o número de associados não consta no SNIS e nem a SEMURB soube informar, já em 2018, o número de associados das cooperativas de São Leopoldo registrado pelo SNIS foi de 107, sendo que, em abril do mesmo ano ocorreu o fechamento da Cooperresíduos, maior e a mais antiga cooperativa de recicladores/as de São Leopoldo (SNIS, 2018). A imagem 2, identifica os tipos de resíduos recicláveis no município de São Leopoldo e a quantidade recuperada no período de 2013 a 2018, sendo que os anos de 2017 e 2018 não constam no SNIS.



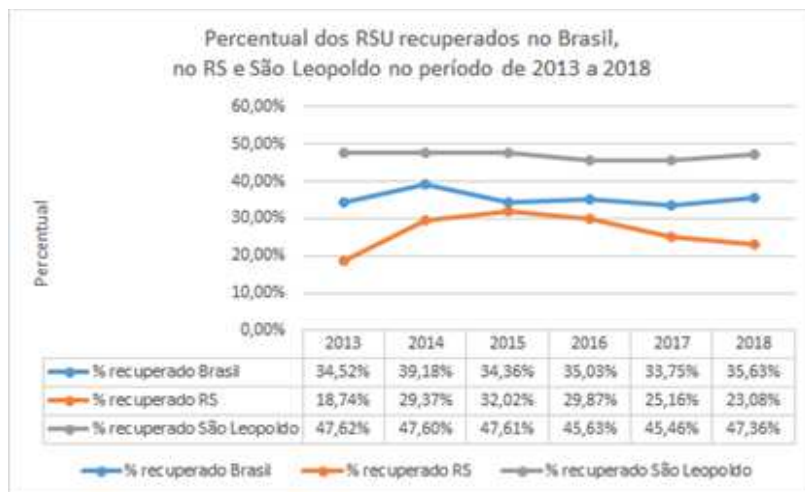
Imagem 2 – Quantidade anual e tipos de resíduos recuperados no município de São Leopoldo de 2013 a 2018



Fonte: SNIS, 2013 a 2018, adaptado pela autora

Na imagem 2, verifica-se que em 2013 e 2014 o papel/papelões apresentou a maior quantidade recuperada. Em 2015, o plástico se destacou. Já, em 2016, o papel/papelões voltou a ser o líder de recuperação entre os materiais. Em São Leopoldo de 2013 a 2016 é possível perceber que o metal, que inclui o alumínio não foi o resíduo de maior quantidade de reaproveitamento no município. Segundo ABRELPE (2018) identifica que o papel, teve mais toneladas coletadas no Brasil, seguido do plástico e, por último, o alumínio. Importante ressaltar que os dados do SNIS, apontam para uma diferença significativa em relação ao percentual de resíduos recuperados pelo município, outra característica que difere do panorama Estadual e Federal como consta na imagem 3.

Imagem 3 - Percentual dos RSU recuperados no Brasil, RS e São Leopoldo no período de 2013 a 2018.



Fonte: SNIS, 2013 a 2018, adaptado pela autora.

Na imagem 3, observa-se que no município de São Leopoldo os percentuais de recuperação de RSU publicados no SNIS entre 2013 e 2018, seguem entre 45% e 50%, em média 15% acima do alcançado no Estado e na Federação, dado este, significativo para a gestão de RSU do município.

Considerações finais

São Leopoldo apresenta uma história de preocupação com a reciclagem, pois assim que a PNRS/2010 foi criada, o município fez com a coleta seletiva passasse às cooperativas, dando incentivo e apoio para essa coleta compartilhada, implantando-a em 2014 através do PMGIRS. Mesmo apresentando esta realidade, São Leopoldo ainda tem grandes desafios quanto a gestão e gerenciamento de resíduos para que, atinja melhores resultados futuramente. É necessário que o município de São Leopoldo apoie, invista e aumente mais o potencial de suas cooperativas de reciclagem para que a população participe mais da coleta seletiva. É preciso também, ações para o reaproveitamento dos resíduos, campanhas para a separação dos materiais, mais divulgação dos dias e horários da coleta seletiva, um cronograma já existente no município e um trabalho de educação ambiental mais efetivo nas escolas.

Referências

ABRELPE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2017**.

BENDER, S. M. Capital social e desenvolvimento em São Leopoldo. **Dissertação** (Mestre em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, 2007.

COLETA de lixo domiciliar tem horários antecipados em São Leopoldo. Jornal Vale dos Sinos. São Leopoldo, s.p. Disponível em: <<https://www.jornalvs.com.br/noticias/regiao/2020/03/26/coleta-de-lixo-domiciliar-tem-horarios-antecipados-em-sao-leopoldo.html>> Acesso em: 20 mai. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População estimada 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-leopoldo/panorama>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Território e ambiente 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-leopoldo/panorama>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MACIEL, J. P.; Et al. **Gestão de resíduos sólidos urbanos em São Leopoldo/RS**. João Pessoa/ PB – Brasil. Jun. 2019, p. 1-9.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Prefeitura de São Leopoldo atrasa pagamento e catadores podem passar Natal sem dinheiro. 22 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/noticias/blog-do-sul/prefeitura-de-sao-leopoldo-atrasa-pagamento-e-catadores-poder-passar-natal-em-dinheiro>> Acesso em: 07 jun. 2020.

PASQUALETO, K. C. O protagonismo político e consciência de classe: O caso dos recicladores de materiais recicláveis do Vale do Rio dos Sinos. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Nível Mestrado - UNISINOS, São Leopoldo, 2018.

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - PNRS, **Lei n. 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PREFEITURA DE SÃO LEOPOLDO. Histórico do Programa da Coleta Seletiva: Município de São Leopoldo. Disponível em: <http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/download_anexo/5+-+Hist%C3%B3rico+da+Coleta+Seletiva.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

REVISTA NEWS. São Leopoldo tem novo cronograma da Coleta Seletiva. 21 jun. 2019. Disponível em: <<https://revistanews.com.br/2019/06/21/sao-leopoldo-tem-novo-cronograma-da-coleta-seletiva/>> Acesso em: 22 jun. 2020.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Região Metropolitana de Porto Alegre. Disponível em: <<http://https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-de-porto-alegre-rmpa>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SNIS - SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO. Diagnóstico de manejo dos resíduos sólidos 2013 a 2018. Disponível em: <<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/site/index>>. Acesso em: 18 jun. 2020.



CULTURA MATERIAL E SUBJETIVIDADE: ENTRE OBJETOS E COISAS

*Rosane Patrícia Fernandes**Jéssica Borges Caikoski**Dione da Rocha Bandeira**Mariluci Neis Carreli*

Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE

Introdução

A vida e a experiência humana é constituída por uma gama de interações entre as pessoas e as coisas e a natureza que as cercam. Esta é uma condição que chama a atenção de cientistas sociais que se debruçaram em estudos que deem conta de explicar a cultura material como componente essencial da organização da vida social e de suporte para pensar os fenômenos de longa duração que se reproduzem nos fazeres sociais. Dito isso, o artigo trata de aspectos teóricos e conceituais sobre o tema da cultura material e de toda a materialidade que arquiteta nosso existir a partir das reflexões de Heidegger (1987) que rebuscou elementos filosóficos para diferir as coisas fluidas dos objetos encerrados em si mesmos, Olsen (2003) que faz menção às coisas que necessitam serem lembradas, Ingold (2007, 2012) que suscita a voz dos objetos no fluxo cotidiano entre outros que discutem a relação híbrida e robusta entre humanos e não humanos e unem esforços em defesa das coisas, numa intervenção daqueles membros subalternos do nosso coletivo sociocultural que insistem em resistir ao imperialismo social e humano.

Como a materialidade age em nós e sobre nós

Miller (1987, p. 217) ao estudar o fenômeno do consumo em massa a partir da cultura material escreveu que se deparou com “*um surpreendentemente ilusório componente da cultura moderna*”, que insistia consistentemente em evadir-se dos olhares acadêmicos, e continuava sendo (a cultura material) o que menos se destaca de todos os fenômenos centrais da modernidade. O mesmo autor, 26 anos após lançar o Livro *Material Culture and Mass Consumption*, aponta para a impossibilidade de separar os sujeitos dos objetos e dizer que as pessoas fazem os objetos ou que estes últimos fazem as pessoas. O que temos de acordo com ele, é um processo dinâmico em que fazemos objetos e estando estes últimos integrados às nossas práticas cotidianas, eles passam a nos influenciar, já que eles dão suporte para que a vida aconteça. O autor explica que as coisas e os objetos materiais se configuram enquanto um cenário arquitetando o habitat de nossa espécie, que sempre está ali e sempre estará, nos acompanhando desde o nascimento até a morte. Elas nos falam sobre o cotidiano, orientam nossas ações, ditam o que é apropriado e inapropriado e assim sucessivamente vão organizando nosso sistema sócio cultural, para Latour (2012) os humanos tem estendido suas relações sociais para os não-humanos (artefatos) agentes, com os quais eles trocam adequadamente laços coletivos e formadores de comportamento.

Starace (2017) ao falar sobre os cenários desde o desenvolvimento infantil, aponta para as mudanças que, à medida em que vão crescendo, as crianças vão fazendo com as coisas do quarto, da casa, do ambiente. O autor versa sobre os símbolos que acompanham de perto a passagem dos anos, e que vão sendo ressignificados e substituídos ao longo do tempo. Essas mudanças acontecem aos trancos, vão se acumulando coisas que passam a destoar daquela realidade dada para determinada idade, mas que permanecem ali para então serem substituídas quando se tornam anacrônicas e passam a contrastar com o que se está vivendo no momento.

Ao interagir com os artefatos, o sujeito acessa normas culturais e sociais que norteiam seu fazer e agir,



embora nosso comportamento seja movido por atividade endógena, acaba por desenvolver ação própria atingindo o material representativo que anima mundo externo. “Todas essas entidades físicas a que nos referimos como cultura material, são seres no mundo ao lado de outros seres, como humanos, plantas e animais”. Agora que vivemos a pós modernidade, a “materialidade é crescente e mais e mais as tarefas são delegadas a atores não humanos; mais e mais ações mediadas por coisas” (OLSEN, 2003, p. 3). Diante disso, o sujeito se constitui à medida que interage e se apropria do mundo material - o transforma e modifica a si mesmo nesse processo em fluxo único e vital. Por atuarem como um cenário que é naturalizado, as coisas interferem nas identidades e ao serem utilizadas pelas pessoas agem no comportamento e sobre os corpos implicando determinados usos corporais (MAUSS, 2003).

O mundo das coisas se apropria do mundo natural e social, em uma simbiose constante e fluida no espaço e no tempo. Para Deleuze e Guattari (2004, *apud* INGOLD, 2012, p. 26) a matéria, o não-humano não é parado e inerte num mundo onde há vida, “a relação essencial se dá não entre matéria e forma, substância e atributos, mas entre materiais e forças” como em um movimento cósmico, materiais de diferentes naturezas variadas e variáveis fossem avivados, fundindo-se dando origens a outras coisas (INGOLD, 2012).

Desse modo, o fazer sociocultural em meio natural, em síntese, é um movimento de “autopoiese” cultural que pode ser lida e interpretada à luz da cultura material deixada ao longo da trajetória humana e social, materializada em coisas, objetos, artefatos e paisagens e assim sempre será. Para Ostrower (2012, p. 9),

Desde as primeiras culturas, o ser humano surge dotado de um dom singular: mais do que “homo faber”, ser fazedor, o homem é um ser informador. Ele é capaz de estabelecer relacionamentos entre os múltiplos eventos que ocorrem ao redor e dentro dele. Relacionando os eventos, ele se configura em sua experiência de viver e lhes dá um significado. Nas perguntas que o homem faz ou nas soluções que encontra, ao agir, ao imaginar, ao sonhar, sempre o homem relaciona e forma [...] O ato criador abrange, portanto, a capacidade de compreender; e esta por sua vez, a de relacionar, ordenar, configurar, significar.

Para Heidegger, embora toda essa transformação aconteça em movimentos sutis ou não, e nada mais parece ser o que era antes (humanos e não-humanos) a essência das coisas sempre será a mesma, de estado natural, de ser a mesma coisa em outra coisa na cadeia evolutiva

“quando uma única coisa modifica as suas propriedades, isto pode ter consequências sobre uma outra. As coisas actuam umas sobre as outras e opõem-se umas às outras; de tais relações entre as coisas resultam, depois, outras propriedades, que as coisas passam igualmente a ter.” Sem perder a essência natural, que o autor chamou de concepção natural do mundo, para ele “permanecemos nela de modo totalmente natural, independentemente de toda a metafísica profunda e de todas as teorias extravagantes e inúteis acerca do conhecimento. Permanecemos naturalmente e deixamos também as coisas entregues à sua própria natureza” (HEIDEGGER, 1987, p. 41).

Para Tim Ingold (2012, p. 27) a

“ atual ênfase da literatura na agência material é consequência de uma redução das coisas a objetos, e da sua correspondente “retirada” dos processos vitais (...)nos processos vitais exige -se que abordamos não a materialidade enquanto tal, mas os fluxos de materiais” que dá vida as coisas e nos constitui o que somos e como agimos sobre o mundo. “A cultura material é produzida para desempenhar um papel ativo, é usada tanto para afirmar identidades quanto para dissimilá-las, para promover mudança social, marcar diferenças sociais, reforçar a dominação e reafirmar resistências, negociar posições, demarcar fronteiras sociais e assim por diante” (LIMA, 2011, p. 21).

As coisas estão diretamente engendradas às significações, e as significações estão atreladas à lei, à linguagem, aqui nos referimos não somente a uma linguagem verbal, mas também das coisas materiais que adquirem significados



subjetivos em seu agenciamento ao discurso, à estrutura social, e que, portanto, respondem a essa lei. Conforme coloca Starnino (2016) por uma incompletude que nos é originária, somos cativados pelo jogo das identificações. Dessarte nas relações institucionais o sujeito molda o próprio desejo e se engaja em determinadas identidades e grupos sociais. Ocorre segundo Lacan uma relação primordial de alienação a um Outro que destina sua identidade: alienação à cadeia significante, ao Outro, ao desejo do Outro (LACAN, 2003). Os afetos, o desejo de ser o desejo do Outro pode vir a corroborar para identificações com a ideologia dominante, visto que há uma hegemonia posta no discurso social, no interior do qual o sujeito se vai se constituir. Desse modo, as coisas assim como as palavras influem nas subjetividades, e nos dizem sobre as trocas simbólicas, agenciamentos e posições tomadas pelos sujeitos no mundo.

As coisas que nos rodeiam fazem muito mais que apenas falar e expressar significados, elas revelam desde os primórdios como as relações com o mundo foram sendo estabelecidas. Neste sentido, os estudos da cultura material como fonte histórica busca relações ontológicas e epistemológicas para desvendar os processos culturais materiais e imateriais que organizam a vida social, usando a materialidade como suporte para pensar as pessoas, pensar nós mesmos, nossos hábitos, comportamentos, conflitos e demais relações sociais (TILLEY, 1990; LIMA, 2011).

Tilley (2007) ao considerar a *materialidade* como fenômeno social estruturante compara-a “as paisagens, contextos e movimentos sociais, a estratégias políticas” e aos efeitos que as diferentes coisas têm sobre as pessoas, a maneira como elas as percebem e compreendem. Assim, o fenômeno da materialidade é ir além da própria coisa em si, é situá-la em relação com outras coisas que nos cercam, nos afetam e estruturam.

Nesta dialética interacionista dos humanos e não-humanos Ingold (2012, p. 27) argumenta que vivemos um emaranhado de coisas

“num sentido preciso e literal: não uma rede de conexões, mas uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento[...] linhas ao longo das quais as coisas são continuamente formadas” como um fenômeno estruturante. “Se as pessoas podem agir sobre os objetos que as circundam, então, argumenta-se, os objetos “agem de volta” e fazem com que elas façam, ou permitem que elas alcancem, aquilo que elas de outro modo não conseguiriam (INGOLD, 2012, p. 36).

Essas interações do homem com a materialidade geram as práticas sociais, desvelando relações de poder, padrões de pensamento e processos de simbolização, ao mesmo tempo que hierarquizações sociais e funcionais.

Entre objetos e coisas

Ingold (2012) enfatiza que o mundo em que habitamos é composto não por objetos, mas por coisas. Coisa é a expressão mais usada para designar qualquer forma material que têm influência, ou desempenha uma função em nossa vida, assim como a palavra Objeto compartilha da mesma semântica tanto no senso comum quanto discurso intelectual, onde o termo é usual. Já, o substantivo artefato significa

“feito por arte ou habilidade e, portanto, tem uma visão estreita do que constitui objetos materiais, concentrando-se na parte de sua natureza que envolve aplicação da tecnologia humana ao mundo natural” (PEARCE, 1994, p. 6).

No entanto,

“o objeto coloca-se diante de nós como um fato consumado, oferecendo para nossa inspeção suas superfícies externas e congeladas[...] A coisa, por sua vez, é um “acontecer”, ou melhor, um lugar onde vários aconteceres se entrelaçam” (INGOLD, 2012, p. 29).

O autor faz referência ao estudo do ensaio sobre ‘a coisa’ desenvolvido pelo filósofo Martin Heidegger (1987)



que buscou elementos que pudessem diferenciar uma coisa de um objeto. Neste sentido o filósofo argumenta que uma coisa é,

“Um centro, à volta do qual giram propriedades mutáveis, ou um suporte em que estas propriedades se apoiam, qualquer coisa que tem em si outras coisas. Independentemente das voltas que lhe dermos, a estrutura das coisas mostra-se deste modo; e em torno delas, como aquilo que as enquadra, estão espaço e tempo[...] O que é então uma coisa? Respost’ uma coisa é o suporte subsistente de diversas propriedades, que nela subsistem e se modificam” (HEIDEGGER, 1987, p. 40-41).

O objeto, a partir dessa definição de coisa, em Heidegger (1987), está fadado a não perder a forma, a não se transforma em outro artefato, essa característica performática estaria presente somente nas coisas que fixa a determinação “essencial tradicional da coisalidade da coisa com as designações conhecidas e usuais” (HEIDEGGER, 1987, p. 41). E é neste fluxo evolutivo e interacional que as coisas influenciam os comportamentos, direcionam práticas e plasmam nossas experiências de dentro para fora, o que foi concebido no imaginário e vive no âmago do sujeito, adquire forma e fluxo vital no mundo externo a partir das coisas criadas por sua ação sobre o meio. Depois disto (da concepção) as coisas existem e figuram no mundo sob diferentes circunstâncias de acordo com seus meios e modos de apropriação e até se transformarem em outras coisas (INGOLD, 2012, p. 31). Nós podemos ocupar um mundo repleto de coisas e objetos, “para o ocupante os conteúdos do mundo parecem já se encontrar trancados em suas formas finais, fechados em si mesmos. É como se eles tivessem nos dado as costas. Habitar o mundo, ao contrário, é se juntar ao processo de formação”. Contudo, Tilley (2007, p. 17) argumenta que mesmo que não nos damos conta “há um mundo processual [...] que ocorre alheio em relação às ações e pensamentos sociais e políticos dos humanos”. Assim é o mundo das coisas, neste ínterim, os processos envolvendo humanos e não humanos são complexos e requerem um trabalho interpretativo diferenciado que aborda necessariamente a vida social das pessoas e das coisas.

“Assim concebida, a coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, as coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas[...] Nós participamos, colocou Heidegger enigmaticamente, na coisificação da coisa em um mundo que se modifica” (INGOLD, 2012, p. 29).

A reflexão sobre as coisas e as mudanças que elas sofrem, há de mover-se sobre o horizonte das experiências humanas cotidianas sobre as próprias coisas, considerando o seu significado social e as histórias de vida das pessoas com as coisas, tanto no passado como no presente (TILLEY 2007). Cujo sentido e valor transformam-se no tempo e no espaço, na medida em que as interações entre os sujeitos e a natureza transformam a materialidade agregando novos sentidos, significados, conexões culturais e sociais, tal ação “domina todo o pensamento científico; e não apenas o pensamento teórico, mas, igualmente, todo o comércio com as coisas, o seu cálculo e a sua avaliação social” (HEIDEGGER, 1987, p. 41).

Ao abordar valor e sentido atribuído às coisas em relação aos sujeitos, Tilley (2007, p. 17) diz que se faz necessário levar em conta alguns aspectos como “significado e importância, semelhanças e diferenças, lugares de origem, modos de fabricação, contextos posicionais em relação aos lugares, caminhos e paisagens”. O autor argumenta que novos modelos interpretativos pós-empiristas são essenciais à compreensão da relação significativa entre pessoas e coisas. Somente assim, seria possível lançar novas interpretações entre sujeitos e suas organizações sociais através da materialidade refletida em hábitos, crenças, valores que fluem para a qualificação social. Para Dohmann (2017) as coisas emanadas da materialidade pelo homem são uma sucessão dos seus processos sociais, culturais, espirituais, tecnológicos, econômicos e também simbólicos, entrelaçados na prática cotidiana entre humanos e não humanos, denominada por Latour e outros cientistas sociais como ação “Ator-Rede”. Olsen (2003,



p. 96) partindo dos estudos de Jonh Law aventa que a rede processual de fazeres sociais e culturais poderia estar sustentando “uma semiótica da materialidade” afastando-se dos binômios dicotômicos cultura-natureza, humano-não humano e aproximar-se da mediação entre artefatos e outras entidades onde a “realidade não é encontrada nas essências, mas em imbróglis e misturas perfeitas, tecidas semelhantes a rizomas da cultura e da natureza que ligam humanos e não humanos em íntimo relacionamento” (OLSEN, 2003 p. 98). Estudos desta natureza, visam desvelar os processos mentais estabelecidos entre pessoas e seus mundos, inteirar-se *da*

“maneira pela qual as propriedades materiais das coisas profundamente afetam a conduta humana, permitindo e fortalecendo a vida das pessoas e também restringindo-os” (TILLEY, 2007, p. 19).

Considerações finais

A cultura material enquanto fonte de pesquisa, nos fornece insights acerca do social, da subjetividade humana, das trocas simbólicas, ressignificações e movimentos dados ao longo da História. A materialidade tem a capacidade de fazer criar e lembrar, podendo funcionar como um suporte físico capaz de acionar memórias, o que acontece no caso dos monumentos. As coisas estão diretamente engendradas à forma como os sujeitos se constituem, de modo que é impossível fragmentar tangível e intangível, e conceber a possibilidade de uma subjetividade alheia ao universo material. Como discutimos, as entidades materiais, os cenários com os quais nos engajamos em interações constantes, integram uma linguagem, a qual acessamos já ao nascimento, e é no interior dessa linguagem, dessa lei, que performamos nossa identidade e nos constituímos enquanto sujeitos. Os objetos enquanto aparatos da lei, do simbólico, nos dizem sobre o que é apropriado ou inapropriado dentro de determinada conjuntura social. As coisas são abertas às significações, não são fechadas em si mesmas, elas funcionam em cadeias significantes, são combinadas e recombinadas à medida que se relacionam com outros significantes, elas escapam a significados fixos, elas “vazam”. A diferença entre os objetos e as coisas reside exatamente nessa abertura das coisas, no movimento, na possibilidade de transformação, de fluxos, as coisas estão em movimento engendrando processos vitais, enquanto os objetos são entidades fechadas.

Referências

- DOHMANN, M. Cultura material: sobre uma vivência entre tangibilidades e simbolismos. **Revista Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 41-53, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://dialogo.espm.br/index.php/revistadcec-rj/article/view/113/pdf>>. Acesso em julho de 2020.
- HEIDEGGER, M. **Que é uma coisa?** Doutrina de Kant dos princípios transcendentais. Carlos Morujão (trad.). Lisboa: Edições 70, 1987.
- LACAN, J. **A identificação**: seminário 1961 - 1962. Tradução: Ivan Corrêa; Tradução: Marcos Bagno. Recife: Centro de estudos freudianos do Recife: Copyright, 2003.
- LIMA, T. A. Cultura Material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan. /abr. 2011.
- LATOURETTE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: COSACNAIF, 2003.
- OLSEN, B. Material culture after text: re-membering things. **Norwegian Archaeological Review**, v. 36, n. 2, p. 87-104, 2003.

GT1

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PEARCE, Susan. **Interpreting Objects and Collections** (Leicester Readers in Museum Studies) New York- London: Routledge, 1994.

STARACE, G. **Os objetos e a vida**: Reflexões sobre as posses, as emoções, a memória. [s.l.] Martins Editora, 2017.

STARNINO, A. **Sobre identidade e identificação em Psicanálise**: um estudo a partir do Seminário IX de Jaques Lacan. **DoisPontos**, v. 13, n. 3, 28 dez. 2016.

TILLEY, T. Materials against materiality. **Archaeological Dialogues**, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2007. Disponível, em: <https://canvas.harvard.edu/files/718803/download?download_frd=1&verifier=AbOMA2iU1t3gdej2ZtJkEHBp0cKBDRg4srbg6JaB>. Acesso em setembro de 2020.



EL PAISAJE CULTURAL Y EL DESARROLLO SOSTENIBLE, DISPUTAS CONCEPTUALES EN EL MAPA GEOPOLÍTICO DE AMÉRICA LATINA Y LA BUROCRACIA DE LA CONSERVACIÓN

Lucía Riba Hernández

Universidade Federal da Bahia

Introducción

Este breve texto procura aportar algunos elementos de análisis que vinculan la conservación de los paisajes culturales en América Latina, en el marco del desarrollo sostenible como meta que fue construida e institucionalizada de forma que actuase como “universal”, y la dificultad que esto conlleva para el reconocimiento y la efectivación de la salvaguarda de estos paisajes en contextos de disputas territoriales, abruptas desigualdades sociales y contextos político-económicos en tensión permanente, problemas asociados a las demandas del mercado de los bienes comunes. Los paisajes culturales, se reconocen como diversos, complejos y con mayor presencia en los últimos años en las narrativas de la burocracia internacional, que bajo la bandera del desarrollo sostenible se han convertido en un agente más dentro del espacio de disputa por su gestión y conservación. Se plantea que estas nuevas versiones del paisaje cultural podrían estar reproduciendo prácticas de carácter extractivo, y no necesariamente garantizando el buen vivir de las comunidades y su efectiva conservación.

El paisaje cultural, concepto polisémico.

Específicamente, el paisaje, tal como ha sido instituido dentro del repertorio de la conservación patrimonial, no se distancia de la idea de patrimonio producto de la ideología romántica, que durante el siglo XIX consagra en Europa las nociones de excepcionalidad y monumentalidad en asociación con la idea de belleza y grandeza, siendo constituidos como criterios de selección (SANT’ANNA, p. ii, 2004). Esta misma perspectiva ancla el paisaje con la idea pictórica de la perspectiva y en la naturaleza como sus elementos esenciales (RIBEIRO, 2007; FIGUEIREDO, 2013), requisitos aún prevalecientes en la idea más generalizada del paisaje.

El paisaje es objeto de trabajo de distintas disciplinas, entre ellas la Arquitectura, la Geografía, la Historia, la Ecología, la Arqueología y el Arte, debido a esta diversidad de ámbitos, se considera un concepto polisémico (METZGER, 2001; FIGUEIREDO, 2013), lo cual puede representar una amplitud importante de énfasis, según el enfoque dado y los intereses de investigación. Concretamente, desde la Geografía Cultural, y de acuerdo con Milton Santos (1988, p. 21), asumimos que el paisaje corresponde al “resultado de las relaciones sociales, de las formas de producción, de las funciones y sentidos que pueden describirlo en cualquier condición como cultural y como producto heterogéneo de la multiplicidad”. Posteriormente, Santos amplía este concepto aclarando que el paisaje no es espacio, sino más bien “el conjunto de formas que, en un dado momento, expresan las herencias que representan las sucesivas relaciones localizadas entre hombre y naturaleza”, por consiguiente, corresponde solamente a una porción visible de la configuración del territorio (SANTOS, 2014. p. 103).

El paisaje cultural, como categoría y noción de conservación patrimonial, retoma estos elementos y es traducido en distintas versiones, algunas de ellas tienen un papel discursivo de mayor alcance y se han construido como referencias casi obligatorias para el campo de la conservación patrimonial. Tal es el caso de la Convención para la Protección del Patrimonio Mundial de 1972, cuya Guía Operativa en su versión de 2019 lo define como

... “la obra combinada de la naturaleza y el hombre”, como definido en el Artículo 1 de la



Convención. Son ilustrativos de la evolución de la sociedad y los asentamientos humanos a los largo del tiempo, bajo la influencia de restricciones físicas y/o las oportunidades presentadas por su ambiente natural y de las sucesivas fuerzas sociales, económicas y culturales, tanto internas como externas”^{[1][2]}(UNESCO, p. 20, 2019, traducción nuestra).

Por otro lado, el concepto utilizado por la Convención Europea del Paisaje, que aunque no detalla el término cultural, ha sido acuñado por paisajistas, especialistas de las conservación y sus agentes gestores, y ha sido también categóricamente instituido como una referencia obligatoria. La Convención señala que el paisaje “significa un área, tal como percibida por las personas, cuyo character es el resultado de la acción y la interacción de factores naturales y/o humanos” (CONSEJO DE EUROPA, p. 3, 2000, traducción nuestra).

Ambas definiciones coinciden en ser contextualizadas como categorías que responden a la meta del desarrollo sostenible como componente estructural que debe orientar las acciones de gestión y conservación del paisaje, y concretamente de los paisajes culturales. Los paisajes en este caso, son colocados en el escenario de la praxis de la conservación, tanto del patrimonio cultural como del natural, siendo ahora transformados en bienes que requieren la activación de esfuerzos para evitar la desaparición tanto de sus componentes biofísicos, como de los culturales, los sensoriales, los socio-productivos y de los valores que a ellos se atribuyen; no obstante, en el caso de la naturaleza, la categoría contempla teóricamente, desde una perspectiva occidental, los valores dados a especies, lugares y ecosistemas que representan recursos para mantener la vida en el planeta, pero que principalmente son parte de las cadenas productivas que permiten la reproducción de capital y la sobrevivencia del mercado.

Según lo señala Scifoni (2006, p. 27), la institucionalización del patrimonio natural se sustenta en las prácticas de la conservación del patrimonio cultural y en dos ámbitos, el mundial que se adhirió a la noción de monumentalidad y belleza, ideas constituyentes de la noción de patrimonio en su versión occidental y eurocentrada, y cuyo marco de referencia es la Convención de 1972; y el estatal, que se articula ante las demandas de los movimientos comunitarios, académicos y colectivos. Sin embargo, podríamos agregar un tercer ámbito, el de la filantropía internacional que opera a partir del discurso del desarrollo sostenible mediante mecanismos económicos y burocráticos que sustentan una red importante de organizaciones no gubernamentales (ONGs). Esta red interactúa con las dos anteriores y responde a un “mercado” en el que las ONGs tienden a modular su postura política de acuerdo con sus objetivos, las alianzas establecidas y los intereses político-económicos que la agenda del ámbito “mundial” moviliza.

El desarrollo sostenible, el concepto “bueno” y estratégico

Según Leff (2004, p. 100), la crisis ambiental de la década de los 60, relacionada con la expansión urbana, los síntomas de las consecuencias de las tecnologías de la producción sobre la biodiversidad y los ecosistemas, junto con la ampliación de la brecha de la desigualdad social, evidenció que límites de crecimiento económico estarían siendo ultrapasados, de manera que la disponibilidad de recursos y fuentes de energía llamados por Hardim “los comunes” (HARDIM, 1968, p. 2) se encontrarían en serio riesgo. La respuesta inicial de los Estados fue responsabilizar al crecimiento poblacional como la causa, especialmente en el llamado Tercer Mundo, sin que fuesen expuestos los mecanismos de exploración de la naturaleza y las personas que el capitalismo activaba desde el Siglo XVI y que ahora eran más críticos.

Como respuesta teórica y política a la crisis, en 1987, el Informe Burndtland de la Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y Desarrollo de las Naciones Unidas, propone el término Desarrollo Sostenible, como aquel “que entraña la satisfacción de las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las futuras generaciones para satisfacer sus propias necesidades, debe convertirse en el principio central de orientación de las Naciones Unidas, los gobiernos y las instituciones, organizaciones y empresas privadas” (ONU, 1987, p. 62-63). Queda así instituido un concepto que hasta la fecha es de carácter obligatorio para toda acción o discurso asociado al desarrollo, el bienestar



y la conservación. Esta retórica lo instituye también, como un concepto “bueno e indispensable” para la inclusión del ambiente en los discursos políticos, y para la venta de proyectos por parte de una buena cantidad de organizaciones que actúan bajo la sombrilla de la cooperación internacional, y a la vez, justifica para el libre mercado la idea de que el crecimiento económico no tiene límites y maquilla prácticas con impactos sociales y ambientales negativos y significativos. Los resultados de este proceso sobre los territorios y los paisajes, se resumen en la intensificación en las prácticas neoextractivistas,³⁰ que tal y como lo señala Svampa (2019), generan un mapa que describe a América Latina como:

... la región más desigual del planeta, es también la región con la peor distribución de tierras a nivel global, a raíz del avance de los monocultivos y la desposesión, en beneficio de grandes empresas y latifundistas privados... Así, la expansión de la frontera agrícola se hizo en favor de los grandes actores económicos, interesados en implementar cultivos transgénicos ligados a la soja, la palma de aceite, la caña de azúcar, entre otros (SVAMPA, 2019, p. 120, apud OXFAM, 2016).

Esta estrategia discursiva busca codificar y reconvertir a la cultura y a la naturaleza dentro de la lógica del capital. Estrategia que, como lo menciona Giglo (2001, p. 91), se refleja en los sesgos persistentes en la descripción y clasificación del patrimonio que comprende a la naturaleza, bajo la denominación de recursos naturales realizada en América Latina y el Caribe, bajo distintos dispositivos políticos:

1. A partir de la jerarquización casi exclusiva de los bienes y recursos que son de interés para los países desarrollados en función de sus transacciones en el mercado internacional, establecida con base en los mecanismos que universalizaron una noción de la naturaleza sujeta a la exploración, como materia prima para soportar al capitalismo y, del otro lado, sujeta a la conservación en porciones territoriales delimitadas, las cuales son también capitalizables para la extracción de energía y el turismo, por ejemplo.
2. La importancia de los bienes y recursos que tienen un papel cada vez más relevante en la situación ambiental global, como el patrimonio genético y los bosques tropicales. Estos “bienes comunes” entran en las listas de riesgo y son valorizados mediante cuentas patrimoniales que terminan, la mayoría de las veces, transfiriendo responsabilidades para los Estados y ganancias para el sector de las multinacionales que los usufructúan.
3. Los procesos de transculturización y aculturación que modifican los modos de vida y tienden a subvalorar tradiciones y costumbres de las comunidades en la región, lo que crea cambios significativos en el uso y valorización del patrimonio natural.

Esta breve contextualización se enmarca en un sistema que articula a los Estados y la burocracia internacional, mediante acuerdos multilaterales y la creación de Programas con una agenda permanente que incluye proyectos, convenios público-privados, eventos y la realización periódica de Conferencias y Cumbres, y donde el paisaje aparece cada vez con mayor frecuencia. Concretamente, desde la Conferencia de Estocolmo de 1972 y hasta la Agenda para el Desarrollo 2030, la “agenda internacional” mantiene una noción de naturaleza anclada en sus aspectos ecológicos, cuya relación no económica y vinculada a la cultura se trata solamente en lo respectivo a las comunidades tradicionales, principalmente las indígenas. Este sistema, constituido en su totalidad bajo una perspectiva eurocentrada, ha establecido comités, oficinas regionales, proyectos y programas, algunos de carácter permanente en América Latina y el Caribe, y como es el caso de Uicn e Icomos están activamente integradas en las discusiones del Comité del Patrimonio Mundial y con mayor recurrencia han incorporado un lenguaje y acciones

30 Svampa (2019, p. 34) define desarrollo neoextractivista como “aquel patrón de acumulación basado en la sobreexplotación de recursos naturales, en gran parte no renovables, así como en la expansión de las fronteras hacia territorios antes considerados como «improductivos». El neoextractivismo instala una dinámica vertical que irrumpe en los territorios y a su paso va desestructurando economías regionales, destruyendo biodiversidad y profundizando de modo peligroso el proceso de acaparamiento de tierras, al expulsar o desplazar a comunidades rurales, campesinas o indígenas, y violentando procesos de decisión ciudadana.”



propias de la diplomacia del desarrollo sostenible, creando nuevos objetos de trabajo que tienen al paisaje como foco, tales son, por ejemplo, los Paisajes Productivos, los Corredores Biológicos, los Pueblos Mágicos y los Paisajes Históricos Urbanos.

El paisaje cultural y su presencia como sub-categoría en la Lista del Patrimonio Mundial se concreta en 1992, en la sesión número 16 del Comité del Patrimonio Mundial, y representó, al menos discursivamente, una ampliación al contenido operativo de la Convención y sería la vía para crear la interface entre las nociones de naturaleza y cultura, dicotomía ampliamente criticada, integrar el desarrollo sostenible ahora ya universalizado por el sistema de las Naciones Unidas, y cumplir con los compromisos para nivelar la composición de la Lista, con el fin de compensar la fuerte presencia de ciudades y centros históricos en la categoría de patrimonio cultural, en contraste con el patrimonio natural inclusive, así como de aquellos localizados en Europa (casi el 50% de la totalidad se ubica en esta región), principalmente.

El paisaje cultural ahora ya institucionalizado por el Comité y el sistema Unesco, es propuesto como una categoría que responde también a las actualizaciones y ampliaciones conceptuales del patrimonio, pero continuaría reproduciendo los esquemas que tradicionalmente han caracterizado el discurso de la Unesco y del Comité, en relación con el patrimonio. Concretamente, ese paisaje cultural no desafía en la práctica, a la versión iluminista que consolidó la idea de la naturaleza como su elemento central, su carácter bucólico, productivo de base agrícola, de gran escala y cuyo contenido urbano estaría restringido a las ciudades de media y pequeña escala, conformadas mayoritariamente por arquitecturas tradicionales. Rio de Janeiro, con la declaratoria de una porción de la ciudad como paisaje cultural patrimonio de la humanidad levantó el debate al respecto, finalmente la decisión del Comité confirmó la permanencia de los patrones discursivos anteriormente mencionados, de belleza, dominio de la naturaleza con exclusión de las áreas urbanas de mayor diversidad y complejidad, tal como lo expone ampliamente Zamant (2015).

Consideraciones finales

El paisaje cultural aparece en el repertorio de la conservación patrimonial bajo el discurso de que éste podría ser una salida más hacia el desarrollo sostenible, y en el contexto de una discusión de larga data que el Comité mantiene sobre la necesidad de lograr el adecuado balance en la composición de la Lista, no obstante; desde una mirada más crítica, el paisaje cultural entra a participar también como recurso, como bien capitalizable para las industrias culturales y del turismo, tal como lo hace el patrimonio mundial, con casos mejor o peor sucedidos, y como el concepto que le permite a la burocracia de la conservación justificar proyectos de gran escala e inversión, que crean nuevas denominaciones según las coyunturas político-económicas.

Se hace necesario insistir en descentrar a la propuesta del desarrollo sostenible como única vía posible para el bienestar humano, lo cual conlleva reconocer que en América Latina la forma en que hemos practicado e inventado el patrimonio continua manifestando síntomas de dependencia teórica. Son casos muy específicos en los que los ejercicios de patrimonialización han integrado políticas y discursos cuyo lenguaje se distancian de las categorías eurocentradas, de los criterios dictaminados y con la inclusión activa de quienes conviven y producen el patrimonio, lo cual implica una trabajo horizontal que pocas veces se realiza. Estas tensiones implican comprender al paisaje cultural, tal como ha sido defendido, como concepto complejo y dimensión cuya administración, debe ultrapasar esas formas de dependencia colonial fijadas, ya que, como lugar colectivo su conservación debe partir de la autodeterminación de sus agentes, especialmente las comunidades, en relación con los intereses, necesidades, valores y expectativas que a él se atribuyen.



Referencias

- CONSEJO DE EUROPA. Convenio Europeo del Paisaje. Florencia: Consejo de Europa, 2000. Acceso 30 de Agosto, 2017. Disponible en: <<https://rm.coe.int/16802f3fbd>>. Accesado en 10 de setiembre de 2020.
- FIGUEIREDO, V. A categoria da paisagem cultural na prática da UNESCO, avanços, incoerências e desafios. IN: **Anais do IV Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado**. Salvador: FAUFBA, 2013.
- GIGLO, N. **La dimensión ambiental en el desarrollo de América Latina**. CEPAL. 2001. Disponible en: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2262/S2001612_es.pdf>. Accesado en 31 de agosto de 2020.
- LEFF, E. **Racionalidad ambiental: la reapropiación social de la naturaleza**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 2004.
- METZGER, J. P. O QUE É ECOLOGIA DE PAISAGENS? **Biota Neotropica**, v. 1, n. 1 e 2, 2001. Disponible en: <<http://www.biotaneotropica.org.br/v1n12/pt/abstract?thematic-review+BN00701122001>>. Accesado en 10 de setiembre de 2020.
- RIBEIRO, W. R. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro. IPHAN/COPEDOC: 2007.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp. São Paulo: 2014
- SANTOS, M. Paisagem e espaço In: SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo, 1988, p. 21-26.
- SANT'ANNA, M. A cidade atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90. **Tese** (Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo) UFBA, 2004.
- SCIFONI, S. A construção do patrimônio natural. **Tese** (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana) USP, 2006.
- SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina, conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Alemania: Colección CALAS, 2019.
- UNESCO. Operational Guidelines for the Implementation of World Herirage Convention. París: World Heritage Center. 2019.
- ZAMANT, V. Constelações para além do Atlântico: dinâmicas entre Brasil e Europa em torno do Valor Universal Excepcional da cidade do Rio de Janeiro. **O público e o privado**, Revista do Programa em Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Ceará. n. 22, p. 57-70, jul./dez. 2013.



A MEDIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

*João De Mattia Neto**Dione da Rocha Bandeira**Patricia de Oliveira Areas*

Universidade da Região de Joinville – Univille

Introdução

A proteção jurídica do patrimônio arqueológico é realidade desde o ano de 1961, com o advento da Lei n. 3.924. Posteriormente, a citada lei foi recepcionada pela atual Constituição Federal de 1988, que também protege o patrimônio arqueológico e demais bens culturais no artigo 216. Apesar da proteção legal ser uma realidade, na prática muitas vezes não se mostra efetiva, sendo insuficiente para impedir ameaças e danos ao patrimônio arqueológico. Tradicionalmente, quando o patrimônio arqueológico é lesado, as medidas jurídicas adotadas partem para o caminho tradicional do litigioso, sem que os partícipes vislumbrem uma maneira adequada para atender o interesse de todos os envolvidos e afetados. Este caminho tradicional, por ser moroso e passar por uma série de formalidades processuais, não resguarda o patrimônio que a própria legislação, ao menos no aspecto formal, visa proteger. Enfim, o caminho tradicional do direito e adotado pelas instituições legitimadas cada vez se mostra mais ineficiente para lidar com conflitos complexos, como aqueles afetos ao patrimônio cultural. Mas existem outros caminhos? A mediação pode ser uma alternativa?

O que se objetiva com o presente trabalho é demonstrar a existência de outro método para solucionar conflitos no campo cultural, em especial ao patrimônio arqueológico. Assim, o trabalho está dividido em três partes. A primeira parte vai abordar a mediação como instrumento de solução de conflitos. A segunda parte irá versar sobre a aplicação da mediação no campo do patrimônio arqueológico a partir de experiência internacional. E a última parte do trabalho abordará uma breve análise de caso no Brasil, no qual a mediação poderia ter sido uma ferramenta eficaz não apenas para proteger o patrimônio, mas também para resguardar a sustentabilidade de uma determinada comunidade.

A mediação como instrumento de solução de conflitos

No campo do direito, a mediação é um método alternativo (ou adequado) de resolução de conflitos, pois, no Brasil, sempre que nos deparamos com algum conflito é natural pensar no caminho tradicional da demanda, passando necessariamente pela solução adjudicada³¹ do Poder Judiciário.³² No entender de Tartuce (2019, p. 71), a litigiosidade faz parte da tradição brasileira, “o que acaba afastando as pessoas do caminho natural da negociação e conduzindo o destino dos problemas privados ao Estado”.

Por isso que se pode afirmar que a mediação é uma alternativa ao caminho padrão do Poder Judiciário, sendo aplicável aos mais variados conflitos, tratando estes de maneira adequada. A mediação, como instrumento de tratamento aos conflitos, pode ser utilizada tanto dentro da esfera do Poder Judiciário (mediação judicial), como

31 A solução adjudicada se refere à sentença judicial, quando um terceiro (juiz) chama para si - adjudica - a responsabilidade de decidir pelas partes.

32 “Por muito tempo cultivamos a ideia de que só a solução adversarial seria legítima e que a autocomposição seria instrumento próprio de sociedades primitivas, que não haviam desenvolvido seu aparelho estatal. Retomar, porém de forma estruturada, o uso da autocomposição, exige a promoção da mudança da cultura e da nossa educação” (ANDRIGHI, F. N. A mediação, um propósito de transcendência para o ensino. In: BRAGA NETO, A.; SALES, L. M. de M. (Orgs.). **Aspectos atuais sobre a mediação e outros métodos extra e judiciais de resolução de conflitos**. Rio de Janeiro: GZ, 2012, p. 83).



também fora do Poder Judiciário, no âmbito privado (mediação extrajudicial). De acordo com Mendonça (2014, p. 66), a mediação

É uma interessante alternativa ao uso do Judiciário e do processo legislativo tradicional, por ser um processo mais rápido, com efeitos duradouros, por evitar batalhas destrutivas no Judiciário, levando em conta todos aqueles que têm uma relação com o conflito e porque oportuniza explorar as racionalidades e necessidades dos participantes.

A mediação possui o seu foco no conflito, e não no problema superficial que aparece na reclamação das partes envolvidas. O mediador, utilizando técnicas das mais variadas disciplinas, vai acolher as partes e fazê-las refletir sobre o real conflito que permeia ao caso, fazendo com que elas próprias construam eventuais soluções. Não há, dúvidas, assim, que a mediação é um método que valoriza o diálogo e a capacidade das próprias partes de construir soluções e identificar seus reais interesses e necessidades. A mediação, portanto, é um método que visa a pacificação dos conflitos e uma convivência harmônica.

No Brasil a mediação é regulamentada pela Lei 13.140, de 26 de junho de 2015. De acordo com a redação legal, já no seu primeiro artigo, a mediação é definida como “a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia” (BRASIL 2015). O marco legal da mediação, representado pela Lei 13.140/2015, não apenas traz uma definição, como também dispõe da mediação entre particulares e também no âmbito da administração pública. A lei também dispõe no seu artigo 3º que “Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação” (BRASIL, 2015). Cabe, assim, saber se esses limites são transponíveis ou intransponíveis e se afetam ou não o campo do patrimônio arqueológico. Considerando que o espaço não permite uma análise profunda sobre direitos disponíveis, indisponíveis e, ainda, a possibilidade de transação, cabe apenas sintetizar o entendimento acerca da matéria. Inicialmente, citando Câmara (2018, p. 133), “Não existe na CF a definição do que são direitos indisponíveis. O que se tem apenas é, no seu artigo 127, a menção à legitimação do Ministério Público na tutela desses direitos e interesses”. Assim, a análise do que é indisponível e, por exclusão disponível, não passa de entendimento doutrinário dos operadores do direito. E para alguns doutrinadores, a exemplo de Martel (2010, p. 17), “A doutrina publicista brasileira refere, com poucas exceções, que os direitos fundamentais são indisponíveis”. Os demais direitos, por exceção, seriam disponíveis. E quanto a possibilidade de negociar (transacionar) sobre direitos indisponíveis, Venturi (2016, p. 391-426) defende a teoria liberal dos direitos fundamentais. Silva (2004, p. 163-167), ao trabalhar a mesma teoria liberal, assim complementa:

Ora, se os direitos fundamentais são essencialmente direitos de liberdade do cidadão, nada mais coerente que aceitar a liberdade de não exercitá-los, de deles dispor ou de a eles renunciar. Renunciar a direitos fundamentais seria um exercício do direito geral de liberdade, imanente à essência dos direitos fundamentais. Essa é uma posição que, embora aceite algumas ressalvas e limitações e ainda que possa causar desconforto em alguns autores, é perfeitamente compatível com uma teoria liberal acerca dos direitos fundamentais.

É possível afirmar que quando a lei assinala direitos indisponíveis que admitam transação, não significa que o objeto em conflito – no caso o patrimônio arqueológico – será flexibilizado ou relegado para prestigiar um particular. A transação, via mediação, pode abraçar o patrimônio, dando às partes novas possibilidades de lidar com o conflito. Para Venturi (2016, p. 391-426), “A transação não importa necessariamente renúncia ou alienação dos direitos”. O autor também acrescenta que no plano dos fatos, negociar os direitos, mesmos os indisponíveis, quiçá seja a única forma de efetivamente protegê-los, diante da ineficiência do Estado como pacificador.

Ademais, ainda que o patrimônio arqueológico seja um direito difuso e indisponível, como visto anteriormente, sabe-se que o método tradicional de solução de “conflitos” (na verdade solução de demandas) pelo Poder Judiciário, via sentença, não apresenta resultado útil no plano fático. Conforme frisa muito bem Mendonça (2014, p. 66), a



punição imposta pelo Poder Judiciário em conflitos da espécie não impede o desmatamento ou a destruição das áreas que se busca proteger. Em poucas palavras, o Judiciário resolveu a demanda, mas não o conflito e a visa social.

Assim, numa mediação envolvendo o patrimônio arqueológico não se abrirá mão desse direito, pelo contrário, a mediação pode atuar como uma forma de conscientizar as partes sobre a importância desse relevante patrimônio. Verifica-se que a mera classificação do interesse (ou direito) como sendo indisponível não é empecilho de adotar o procedimento da mediação.

Por fim, não esquecendo da literalidade do artigo 3º do marco legal da mediação, em se tratando o patrimônio arqueológico de direito indisponível, mas com a transação admitida, a mediação deverá contar com a participação do Ministério Público e o seu termo deverá tão somente ser homologado pelo Poder Judiciário.

Mediação e arqueologia: experiência internacional

Uma análise internacional da aplicação da mediação é interessante, pois permite fazer relações entre a realidade alienígena e a nacional. Ao estabelecer estas relações e analogias, pode-se adotar uma nova prática patrimonial em nosso país, pouco difundida e sem nenhum reflexo prático. Assim, a análise do uso da mediação em casos análogos em outros países é de extremo relevo.

No ano de 1996 foi publicado no Canadá o livro com o seguinte título: *Building consensus for a sustainable future: putting principles into practice* (CORMICK, 1996). O livro é muito interessante por ter como objetivo a divulgação de ferramentas para atingir o desenvolvimento sustentável e a sua aplicação prática. A publicação compila uma série de casos e defende como um processo consensual, envolvendo todas as partes interessadas e utilizando negociação e mediação é muito mais efetivo do que um processo em que a decisão é tomada por um terceiro, sem o envolvimento das partes. No prefácio do livro (CORMICK, 1996) já consta a menção de que “o processo consensual pode desenvolver de forma cooperativa os relacionamentos e soluções inovadoras para alcançar a sustentabilidade”.³³

De todos os casos citados, vou abordar a extensão de uma rodovia na província de Quebec, que possivelmente traria impactos para o patrimônio arqueológico, sendo o conflito resolvido por mediação. No ano de 1992, a cidade de Lévis (província de Quebec) apresentou um projeto com uma nova rota de tráfego urbano, com o objetivo de reduzir o congestionamento e possibilitar a criação de uma nova zona de expansão industrial. Um conselheiro municipal levantou algumas preocupações sobre os impactos da extensão da rodovia, inclusive impactos ao patrimônio cultural, em especial com os recursos arqueológicos possivelmente existentes na rota de prolongamento da rodovia.

Todas as preocupações acima foram direcionadas ao ministro do meio ambiente da província de Quebec, que na sequência encaminhou o caso para o BAPE (*Bureau d'audiences publiques sur l'environnement*), um órgão de aconselhamento dos ministros sobre assuntos envolvendo o meio ambiente. A exemplo de outros casos semelhantes, o BAPE conduziu uma mediação entre os envolvidos. A mediação foi dividida em três etapas e durou apenas algumas semanas. O acordo entre as partes na mediação teve alguns resultados, sendo o mais importante, um estudo arqueológico no local para se certificar se tal patrimônio estaria em risco.

O executor do projeto, depois da mediação, contratou uma empresa especializada para conduzir um estudo arqueológico, com o objetivo de verificar se o prolongamento da rodovia poderia atingir o patrimônio arqueológico canadense. Caso isso fosse confirmado, medidas seriam adotadas para preservar esse patrimônio, inclusive com o resgate arqueológico.

Como resultado das escavações, os poucos achados indicaram a presença de assentamento humano em

33 Livre tradução pelo autor. No original: that a consensus process could develop the cooperative working relationships and innovative solutions necessary to achieve sustainability.

ambiente agrícola já no século XX. Para os pesquisadores, o estudo não forneceu informações relevantes ou inéditas. A conclusão do estudo foi pela possibilidade da construção da extensão da rodovia, pois não traria nenhum dano ao patrimônio arqueológico.

O que fica evidente na abordagem canadense é que a mediação foi o instrumento utilizado para solucionar um conflito que poderia colocar em risco o patrimônio arqueológico. E o mais importante é que ao longo de poucas semanas as partes chegaram a um consenso que atendeu aos seus interesses. Em suma, a experiência do Canadá possibilita o atendimento dos interesses de todos os envolvidos, não eternizando o conflito no Poder Judiciário, caso esse fosse o caminho adotado para barrar o projeto e pleitear estudos técnicos complementares.

Uma breve análise de caso no Brasil

Um exemplo claro em que o patrimônio foi afetado por ausência de medidas adequadas para lidar com o conflito ocorreu na cidade de Manaus, por ocasião de obras de um conjunto habitacional. O projeto habitacional Nova Cidade tinha como escopo a construção de casas populares para aumentar a oferta de moradias na cidade de Manaus. Iniciado o trabalho de terraplanagem no local, vizinhos denunciaram a suposta destruição de material arqueológico. O IPHAN, em vistoria realizada *in loco* no ano de 2001, constatou uma série de danos ao patrimônio arqueológico, alguns irreversíveis.

A vistoria realizada pelo IPHAN subsidiou ação civil pública ajuizada no ano de 2003 pelo Ministério Público Federal para tentar proteger o patrimônio arqueológico. Em decisão liminar, ainda no ano de 2003, o juízo determinou a paralisação das obras, o isolamento da área do sítio arqueológico, impedindo o acesso de pessoas não autorizadas, o custeio do salvamento emergencial dos artefatos arqueológicos, dentre outras medidas.

Em que pese o processo ter sido ajuizado no ano de 2003, com a rápida concessão da liminar, o fato é que o processo ficou paralisado por cerca de dez anos, sem qualquer solução ao conflito. E mesmo depois que o processo retomou o seu regular andamento, no ano de 2013, até o presente momento não se teve nenhuma solução. Em síntese, até a presente data sequer foi proferida a sentença. Além disso, no ano de 2018 o Ministério Público ingressou outra ação judicial com o intuito de retirar do local pessoas que invadiram a área e hoje estão lá residindo de forma irregular, justamente na área onde se encontram artefatos arqueológicos. E o conjunto habitacional paralisado, sem atender a demanda social da localidade.

O que fica claro, diante do caso acima apontado, é que o patrimônio não foi protegido. Pelo contrário, depois do ingresso da medida judicial que deveria resguardar o patrimônio, o dano apenas foi majorado. A resposta encontrada pelo Estado e demais envolvidos frente ao conflito posto (dano ao patrimônio arqueológico) foi o modelo tradicional, o qual não atendeu a necessidade do bem maior que necessita de proteção, nem das pessoas que precisam de moradia. Mesmo o Juízo indagando, em diversos despachos, se as partes chegaram a alguma composição, o fato é que não houve esforço do próprio Poder Judiciário em designar uma audiência de mediação para lidar com a complexidade do conflito. Nenhuma esfera pública teve a mesma iniciativa que as autoridades canadenses tiveram no caso relatado anteriormente. Diante da forma tradicional de lidar com o caso, um novo conflito surgiu – invasão da área do sítio, o que dificulta ainda mais uma solução adequada ao caso.

Assim, caso não sejam adotadas práticas modernas de lidar com os conflitos no campo do patrimônio arqueológico, este relevante patrimônio, protegido pela legislação, não será efetivamente salvaguardado. A mediação, como modelo alternativo à solução de conflitos, pode trazer uma perspectiva diferente para os conflitos envolvendo o patrimônio arqueológico.



Considerações finais

Na contemporaneidade, num mundo dinâmico e em constante evolução, não se pode admitir que os conflitos inerentes a toda e qualquer relação social sejam tratados da maneira tradicional e formal, aguardando de um juiz uma decisão. O Poder Judiciário é sinônimo, para qualquer pessoa (leiga ou não), de morosidade e formalidade, preocupado com uma solução técnica, mas não necessariamente justa para atender o real conflito entre os envolvidos.

O contraponto dos casos relatados (Canadá e Brasil) é a prova de que os conflitos não podem mais ser tratados da mesma forma, pela via tradicional, pois não solucionam de fato os conflitos. No máximo, o Judiciário coloca fim a uma demanda, mas o conflito persiste ou o direito que era objeto de proteção se perde, dando lugar a uma cifra pecuniária. O campo do patrimônio cultural demanda um olhar especial, pois além de complexo, afeta a comunidade ao seu redor, como nos casos de Manaus e da cidade de Lévi.

A mediação, apesar das parentes limitações legais, pode ser utilizada para solucionar conflitos no campo do patrimônio arqueológico, uma realidade há décadas no Canadá, com histórico de sucesso e pacificação, sinônimo, via de consequência, de sustentabilidade.

O sucesso da experiência internacional demonstra que estamos na contramão do desenvolvimento sustentável, eternizando litígios e não dando amparo ao patrimônio que deveria ser protegido, nem mesmo à demanda social das pessoas menos favorecidas que são impactadas por viver próximas aos sítios arqueológicos. No Brasil, até quando o debate sobre o patrimônio precisa seguir a trilha do antiquado, da morosidade e do descaso com a sustentabilidade? A mediação é uma realidade, sendo que a sua negação como instrumento de proteção do patrimônio cultural é negar o próprio patrimônio em si.

Considerando que o patrimônio arqueológico pertence a todos e possui proteção constitucional, a utilização da mediação é mais do que urgente, inclusive na discussão das políticas públicas patrimoniais.

Referências

BRAGA NETO, A.; SALES, L. M. de M. (Orgs.). **Aspectos atuais sobre a mediação e outros métodos extra e judiciais de resolução de conflitos**. Rio de Janeiro: GZ, 2012, p. 83

BRASIL. **Constituição Federal** (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 23.09.2020.

BRASIL. Marco Legal da mediação. **Lei 13.140**, de 26 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13140.htm>. Acesso em 23.09.2020.

BRASIL. **Lei 3.924**, de 26 de julho de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm>. Acesso em 23.09.2020.

BUREAU D'AUDIENCES PUBLIQUES SUR CENVIRONNEMENT, 1994. *Prolongement À Lévis Et Réaménagement À L'Autoroute De La Côte Du Passage Des Accès Jean-Lesage*. Quebec: BUREAU D'AUDIENCES PUBLIQUES SUR CENVIRONNEMENT.

CORMICK, G.; Et al. **Building Consensus for a Sustain Zble Future: Putting Principles into Practice**. Ontario, 1996.

ETHNOSCOP, 1995. *PROLONGEMENT DE LA COTE DU PASSAGE, LEVIS - RECH. ARCH*. Centre de documentation en archéologie.

MARTEL, L. de C. V. Direitos fundamentais indisponíveis – os limites e os padrões do consentimento para a autolimitação do direito fundamental à vida. **Tese** (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. p. 17-18.

MENDONÇA, R. **A ética da mediação ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

OLIVEIRA, M. M. F. de.; MONTEIRO, M. A. F. Destruição de sítio arqueológico por ocasião das obras de construção do projeto habitacional nova cidade em Manaus. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/destruicao-de-sitio-arqueologico-por-ocasio-das-obras-de-construcao-do-projeto-habitacional-nova-cidade-em-manaus/>>. Acesso em 20.09.2020.

SILVA, V. A. da. A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares. **Tese**. Livre Docência. São Paulo: USP, 2004. p.163-167.

TARTUCE, F. **Mediação nos conflitos civis**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método: 2019.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF 1 – Ação Civil Pública número 0008184-75.2003.4.01.3200 (numeração antiga – 2003.32.00.008189-1). Disponível em: <<https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/index.php>>. Acesso em 19.09.2020

VENTURI, E. Transação de direitos indisponíveis?. **Revista de Processo**. v. 251/2016, DTR\2016\63, p.391-426, 2016.



O PATRIMÔNIO GENÉTICO E OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Jennifer Souza da Silva

Julieine Schineider Bergmann

Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira

Universidade de Caxias do Sul - UCS

Introdução

A pesquisa versa sobre o patrimônio natural e o patrimônio cultural, especificamente em relação aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético brasileiro. O trabalho tem como problema de pesquisa: Como se dá a relação dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético com o patrimônio cultural imaterial?

Dentro desta perspectiva, tem-se como objetivo geral da pesquisa debater os conceitos de patrimônio genético e conhecimentos tradicionais e a sua importância enquanto patrimônio cultural. Assim, a primeira parte da pesquisa esclarece-se o conceito de meio ambiente ecologicamente equilibrado e explica-se a sua dimensão natural, imaterial, cultural e humana no ordenamento jurídico brasileiro. Na segunda fase da investigação analisa-se a concepção de patrimônio genético e sua possível vinculação aos conhecimentos tradicionais. Por fim, aborda-se a ideia de patrimônio genético como patrimônio imaterial, e conhecimentos tradicionais enquanto patrimônio cultural.

Como possível resposta ao problema de pesquisa apresentado, foi delineada a seguinte hipótese principal: a) A relação dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético com o patrimônio cultural imaterial se dá a partir da intenção de salvaguardar os conhecimentos mantidos pelas comunidades tradicionais para as gerações futuras.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado: para além do natural

A Constituição Federal de 1988 tutela o bem ambiental no artigo 225 e reconhece seu valor para a preservação e qualidade de vida (LEITE, 2015). Sendo assim, conforme dispõe o artigo 225 o meio ambiente é um bem difuso, o qual pertence a todos. Devido à dimensão do meio ambiente, a CF/88 estipula formas de proteção a este bem, que consistem na preservação e proteção do meio ambiente (ANTUNES, 2019).

Tendo em vista a relevância do meio ambiente para a sadia qualidade de vida, a CF/88 determina o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental destinado a todos os seres humanos em território nacional, sendo inerente à condição de cidadão (ANTUNES, 2019). No ordenamento jurídico brasileiro o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental e transindividual, ou seja, bem difuso pertencente à coletividade.

O artigo 3º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 apresenta o conceito normativo de meio ambiente, considerando-o como bem incorpóreo e imaterial (LEITE; AYALA, 2020). O conceito de meio ambiente na legislação brasileira engloba os elementos natural, artificial, cultural e do trabalho, evidenciando a relação entre ser humano e natureza (LEITE, 2015). Essas dimensões do meio ambiente buscam garantir a integridade e equilíbrio ecológico. A inclusão desses elementos ao conceito de meio ambiente se deve a visão antropocêntrica alargada, que destaca a interdependência e interrelação entre homem e natureza (LEITE; AYALA, 2020).



De acordo com Antunes o “meio ambiente é natureza mais atividade antrópica, mais modificação produzida pelo Ser Humano sobre o meio físico de onde retira o seu sustento” (ANTUNES, 2019, p. 4). Desse modo, as dimensões do meio ambiente englobam meio ambiente natural, composto por exemplo, por rios, árvores, fauna e flora, inclusive o ser humano, e, o meio ambiente artificial, isto é, propriedade de valor paisagístico ou valor histórico, entre outras formas (LEITE; AYALA, 2020).

Desse modo, os artigos 215 e 216 da CF/88 estipulam o patrimônio cultural e sua natureza material e imaterial. Em consonância ao que dispõe a CF/88 o meio ambiente ecologicamente equilibrado deve ser compreendido no conceito amplo, considerando os aspectos cultural e imaterial.

O patrimônio genético brasileiro e os conhecimentos tradicionais associados

A garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado está relacionada a proteção do patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados. Desse modo, com o objetivo de garantir a conservação da biodiversidade foi celebrada a Convenção sobre Diversidade Biológica de 5 de junho de 1992, sendo o Brasil um dos primeiros signatários. Entende-se por diversidade biológica, de acordo com o artigo 2º da CBD/1992, a variabilidade de organismos vivos, de ecossistemas de espécies, e entre espécies.

A CDB/1992 reconhece a soberania dos Estados, por isso, imputa aos Estados signatários o dever de regular e decidir acerca da natureza jurídica do patrimônio genético que se encontra sob sua soberania (BERGER FILHO; SILVEIRA, 2020). Assim, diferentemente da legislação brasileira, a CDB/1992 utiliza as expressões recursos e material genético para se referir ao que é denominado na legislação brasileira de patrimônio genético. De acordo com o que dispõe o artigo 2º da CDB/1992 material genético é “todo material de origem vegetal, animal, microbiana ou outra que contenha unidades funcionais de hereditariedade”. Em contrapartida, recursos genéticos é “material genético de valor real ou potencial”.

A terminologia patrimônio genético utilizada pela CF/88, artigo 225, §1º, inciso II está contida na natureza jurídica de meio ambiente ecologicamente equilibrado, ou seja, bem indivisível e intergeracional (BERGER FILHO; SILVEIRA, 2020). A legislação brasileira utiliza a terminologia patrimônio genético, alcançando um número maior de atividades, e não se restringindo a apenas a DNA e RNA (LAVRATTI, 2005). Dessa forma, em 1988, antes mesmo da CDB/1992 ser celebrada, o artigo 225, §1º, inciso II CF/88 já determinava a preservação do patrimônio genético (AZEVEDO; LAVRATTI; MOREIRA, 2005).

O conceito de patrimônio genético segundo o artigo 2º, inciso I da Lei 13.123 Lei 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, conceitua patrimônio genético como “informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos”. O artigo 1º, inciso I da Lei 13.123 de 2015 estipula o patrimônio genético como bem de uso do povo.

Ocorre que os bens comuns são classificados pela legislação civil como bens públicos do Estado, em razão disso Colombo (2020) relacionando a natureza jurídica atribuída pela legislação ao patrimônio genético com a abordagem dos bens comuns elabora críticas a insuficiência da classificação jurídica.

O artigo 216 da Constituição Federal reconhece as manifestações dos povos como patrimônio cultural. Dessa forma, os conhecimentos tradicionais referem-se aos “saberes, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais relacionados” (CDB, 2012). O conhecimento tradicional associado consiste em “informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético” (Lei 13.123 de 2015, artigo 2º, inciso II). Em vista do que determina a Lei 13.123 de 2015 no artigo 8º, § 2º, os conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético consiste em patrimônio cultural.



O uso dos conhecimentos tradicionais vinculado ao uso sustentável da biodiversidade se relaciona aos recursos genéticos (BERGER FILHO; SILVEIRA, 2020). Assim, a diversidade biológica também resulta da ação humana, apresentando-se como um fenômeno cultural, isto é, o patrimônio sociocultural (SANTILLI, 2003).

Dessa forma, nota-se que o termo patrimônio genético é termo mais abrangente do que as terminologias utilizadas pela CDB/1992. Ademais, a legislação brasileira determina a natureza jurídica do patrimônio genético como bem de uso comum do povo.

O patrimônio genético como patrimônio imaterial e os conhecimentos tradicionais enquanto patrimônio cultural

O patrimônio cultural tem como definição a inclusão tanto de bens tangíveis como intangíveis que compõem a cultura histórica nacional. Desta forma, pode-se afirmar que o folclore, as tradições, as culturas, as artes, as paisagens naturais, as diversidades de genes e espécies, os conhecimentos, entre outros; integram a descrição do patrimônio cultural (BEAS RODRIGUES JR., 2010).

Além disso, é possível distinguir este patrimônio em material e imaterial; no que diz respeito ao patrimônio material, segundo o Decreto-Lei nº 25/1937, diz respeito a tudo que é tangível, seja ele móvel ou imóvel, com vinculação a fatos memoráveis à história nacional e que a sua conservação seja de interesse público (DECRETO nº 25). Por outro lado, o patrimônio cultural imaterial, segundo a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, compreende “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados –” (UNESCO; Convenção, 2003).

Assim, a Constituição Federal Brasileira traz no artigo 216 o conceito de patrimônio cultural de forma a abranger na proteção constitucional do patrimônio nacional tanto os bens de natureza material, quanto os bens imateriais. Diferente do patrimônio material, a preservação do patrimônio imaterial requer instrumentos jurídicos específicos de proteção, dado a sua natureza e a necessidade de condições favoráveis para a sua existência e continuidade (BELAS, 2017).

Com o intuito de assegurar a proteção do patrimônio imaterial como um todo, foi realizado no dia 17 de outubro de 2003, em Paris, a 32ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, tratando sobre o tema e dando origem ao documento Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO; Convenção, 2003). A Convenção entrou em vigor no Brasil 1º de Junho de 2006, sendo que em 12 de abril de 2006 foi assinado o Decreto nº 5.753, que promulga a Convenção (DECRETO 5.753, 2006).

A Convenção tinha como objetivo, principalmente, salvaguardar o patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos, apontando em plano local, nacional e internacional a importância da conservação deste patrimônio e de seu reconhecimento (UNESCO; Convenção, 2003). Além disso, ao tratar sobre o conceito de patrimônio cultural imaterial, a Convenção aborda junto a associação de tais práticas com as comunidades tradicionais:

(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural.
(...) (UNESCO; Convenção, 2003).

De acordo com a definição apresentada pela Convenção, é possível notar que ao expressar sobre a continuidade das culturas através das gerações dentro das comunidades ou afins, abriu-se uma oportunidade de expandir a discussão sobre o tema conhecimentos tradicionais.



Os conhecimentos tradicionais associados são associados devido à sua vinculação com os recursos genéticos, e tradicionais devido ao cunho cultural de dado grupo. Dessa forma, o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados são integrantes do chamado Patrimônio Biocultural Imaterial (BEAS RODRIGUES JR., 2010).

Nesse sentido, os conhecimentos tradicionais associados são patrimônio cultural, uma vez que integram os saberes dos povos tradicionais e a biodiversidade (BEAS RODRIGUES JR., 2010). O patrimônio genético, no entanto, é patrimônio imaterial. Isso se deve a natureza de informação do patrimônio genético que, por sua vez, evidencia as dimensões ambiental, cultural e humana, à proporção que sofre ação humana, bem como de comunidades tradicionais, e, ainda, está integrado a natureza. Ressalta-se a importância das comunidades tradicionais para a diversidade biológica e vice-versa, à vista da interdependência de ambas, sobretudo, para a continuidade dos conhecimentos tradicionais (BEAS RODRIGUES JR., 2010).

Assim, os bens imateriais abrangem as mais diferentes formas de criar, saber e fazer, o qual inclui os conhecimentos, inovações e práticas culturais conservadas pelas comunidades tradicionais, sendo elas os povos indígenas, quilombolas e outros. Os conhecimentos resguardados por estes povos, vão desde os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, como sistemas ecológicos e espécies com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas; até métodos de caça e pesca (SANTILLI, 2005).

Dessa maneira, valorizar e preservar o processo histórico de institucionalização de políticas de conservação cultural destes povos, transmite a importância do patrimônio cultural e valorização da cultura viva do saber popular presente no cotidiano das comunidades tradicionais (SANTILLI, 2005). Ademais, a biodiversidade é fator cultural, pois há contribuição dos povos e comunidades tradicionais no manuseio de recursos genéticos (SANTILLI, 2003), conservando-os para as presentes e futuras gerações.

Considerações finais

Os conhecimentos tradicionais das comunidades associados à biodiversidade são uma herança deixada às próximas gerações, especialmente porque são as detentoras de formas e meios para conservar e utilizar sustentavelmente tais recursos naturais. Além disso, considerando que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental e transindividual, que deve ser preservado pelo Estado e a comunidade, também, são os conhecimentos tradicionais.

Desta forma, ao responder o problema de pesquisa, qual seja: Como se dá a relação dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético com o patrimônio cultural imaterial? Confirmou-se a hipótese principal: a) A relação dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético com o patrimônio cultural imaterial se dá a partir da intenção de salvaguardar os conhecimentos mantidos pelas comunidades tradicionais para as gerações futuras.

Primeiramente, observou-se que o meio ambiente é composto pelo natural e artificial, evidenciando que o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados são essenciais para garantia do seu equilíbrio. Nota-se que a preservação desses bens ambientais contribuem para a conservação da biodiversidade, também garantindo qualidade de vida para os seres humanos.

Verificou-se que a introdução no plano jurídico-institucional do patrimônio genético e conhecimentos tradicionais como patrimônio cultural imaterial nacional é uma forma de valorizar a cultura singular de cada comunidade tradicional que compõe a cultura nacional e, desta forma, preservar a história e o meio ambiente para as gerações futuras.

Ademais, com base na proteção constitucional dada ao meio ambiente e a relação desta proteção com a



preservação dos conhecimentos tradicionais associados a diversidade biológica, observa-se que a relação com o patrimônio cultural imaterial contribui para conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Referências

ANTUNES, P. de B. **Direito ambiental**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

AZEVEDO, C. M. A.; LAVRATTI, P.; MOREIRA, T. C. A convenção sobre diversidade biológica no Brasil: Considerações sobre sua implementação no que tange ao acesso ao patrimônio genético, conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios. *Revista dos Tribunais: Revista de direito ambiental*, v. 37, p.113-143, 2005.

BEAS RODRIGUES JR., E. Tutela Jurídica dos Recursos da Biodiversidade, dos Conhecimentos Tradicionais e do Folclore: Uma abordagem de desenvolvimento sustentável. **Tese de Doutorado**. (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo). USP, 2010.

BELAS, C. A. A “NOVA” LEI N.º 13.123/2015 NO VELHO MARCO LEGAL DA BIODIVERSIDADE: ENTRE RETROCESSOS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS. Inobservância da Obrigação do Estado de Proteger o Patrimônio Cultural. São Paulo: Inst. O Direito Por Um Planeta Verde, 2017; p. 208-216.

BERGER FILHO, A. G.; SILVEIRA, C. E. M. da. Patrimônio genético ou recursos genéticos? Tratamento conceitual face às normas de acesso e repartição de benefícios. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, Caxias do Sul, v. 10, n. 1, p. 265-291, 2020. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/8604>>. Acesso em: 05 set. 2020.

BERTOLDI, M. R. SABERES TRADICIONAIS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DINAMIZADOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Novos Saberes Jurídicos Eletrônico**: CAPES, Brasília, v. 2, n. 19, p. 559-584. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/6018>>.

BRASIL. **Lei nº 13.123**, de 20 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm>. Acesso em: 05 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.753**, de 12 de Abril de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm>.

BRASIL. **Decreto nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>.

COLOMBO, G. O estatuto jurídico do patrimônio genético no Brasil: abordagem a partir do paradigma do comum. **Dissertação de Mestrado** (Programa de Pós-graduação em Direito). UCS, 2020.

LAVRATTI, P. C. O acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados no Brasil. *Medio Ambiente e Derecho: Revista electronica de derecho ambiental*, v. 13, n. 12, 2005. Disponível em: <<https://huespedes.cica.es/gimadus/>>. Acesso em: 02 set. 2020.

LEITE, J. R. M. (Coord.). **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEITE, J. R. M.; AYALA, P. de A. **Dano Ambiental**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SANTILLI, J. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 29, p. 83-102, 2003.



SANTILLI, J. Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos. **Revista do Patrimônio: Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, v. 2005, n. 32, p. 62-79, 14 nov. 2005. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=revista+do+patrimonio>>.

SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Convenção sobre Diversidade Biológica: ABS. Disponível em: <<https://www.cbd.int/abs/infokit/revised/web/factsheet-tk-pt.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2020.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <<https://patrimonioculturalimaterial.org/multimedia/ficheiros/Documentos/UNESCO2003.pdf>>.



A INDÚSTRIA DE COURO *VERSUS* AMBIENTE: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A POLUIÇÃO INDUSTRIAL DOS CURTUMES (1980-1990)

Magnus Samuel Popp

Universidade La Salle

Introdução

O processo de industrialização na região da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos teve seu auge na década de 1970 com a incrementação do mercado externo em contrapartida os impactos da industrialização não foram estimados durante o processo de industrialização. O presente artigo tem como objetivos de contextualizar a participação das indústrias de curtumes na década de 1980 na região do Vale do Rio dos Sinos e apontar os tipos de poluição dessas indústrias e quais estruturas se utilizaram para proteger a região da Bacia da Poluição.

Este texto utilizara a perspectiva da História Ambiental revelando o processo de industrialização trouxe problemas ambientais graves para a região do Vale do rio dos Sinos, estes problemas fizeram a sociedade civil agir de forma enérgica.

O presente artigo se justifica, pois o ecossistema da bacia hidrográfica do rio dos Sinos sofre de maneira persistente com estes impactos, se configurando como possuidor de umas das águas mais poluídas do Brasil.³⁴ Trabalhos de cunho científico é possível afirmar que a indústria coureiro-calçadista teve grande responsabilidade sobre esse problema.

Para empreender tal esforço, nos reportamos aos estudos de história ambiental, que nos apresenta o ambiente como um agente ativo na história, visto que as pessoas organizam e reorganizam suas vidas relacionando-se com o meio natural. A história ambiental, conforme Martins (2007) não pode ser caracterizada como um espaço disciplinar autônomo, como, por exemplo, a história econômica e a história cultural. Isto decorre de que, ao contrário das instâncias do “econômico” e do “cultural”, por exemplo, que podem ser entendidas como dimensões específicas da realidade histórica, o conceito de “ambiente” engloba uma rede complexa de elementos naturais (físicos e biológicos) e sociais (econômicos, demográficos, culturais, jurídicos, etc.), o que impede a delimitação de “objetos ambientais” específicos.

A crise ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos engendrou uma importante mobilização social, institucional e política no final do século XX, tornando-se um caso exemplar para a análise dos impactos ambientais no Brasil em perspectiva histórica. Na obra “*História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*”, Rückert aponta que o desenvolvimento desses movimentos foi acompanhado de uma importante politização e que eles conseguiram produzir uma cultura ambientalista cujos atores faziam uso da escrita como instrumento de difusão e socialização de um discurso centrado na necessidade de mudança do comportamento humano diante da natureza

Para entender a dinâmica empresarial do setor coureiro-calçadista destaca-se a obra de Martins (2011). No trabalho ele descreve como a cidade de Novo Hamburgo, a partir dos incentivos oriundos do governo federal, teve a expansão produtiva da indústria calçadista tornando-se um polo econômico e político da região no momento da explosão da exportação do calçado. E aponta que o fenômeno ficou conhecido no Brasil como “milagre econômico”.

Como o trabalho terá como base a análise documental é necessário pormenorizar se adota o

34 Segundo a reportagem do Jornal NH, um jornal local, as águas da Bacia Hidrográfica listam como um dos mananciais hídricos mais poluídos do Brasil e o Rio Grande do Sul. Disponível in.: <<https://www.jornalnh.com.br/2017/10/noticias/regiao/2182459-entre-os-dez-mais-poluidos-do-pais-sinos-cai-e-gravatai-ainda-tem-esgoto-como-vilao.html>>.

conceito de documento de Apolinário (2009, p. 67), que propõe que documento é “uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros”.

Dentre os documentos encontrados até o momento existem em atas, estatutos, relatórios de projetos, folhetos, informativos, folders e jornais regionais com menções diversas a poluição dos curtumes e aos movimentos sociais que se contrapunham a esse processo. Essas fontes se encontram atualmente no acervo do Museu Visconde de São Leopoldo, outras no Museu Ambiental da Instituição Evangélica de Novo Hamburgo, outras nas Câmaras Municipais das cidades banhadas pelo rio dos Sinos, no arquivo da Escola de Curtimento do Senai em Estância Velha.

A Indústria e a Poluição

Um dos principais setores poluidores do rio dos Sinos é o setor coureiro calçadista. Este segmento da indústria surgiu a partir da década de 1890 na região, em especial nos distritos do município de São Leopoldo, que vivenciou um intenso crescimento das indústrias locais, especialmente com a ingresso dos curtumes, posteriormente, com a indústria calçadista na cidade (SCHEMES et al, 2005; SCHEMES, 2006). Para Costa (COSTA, PASSOS, 2004, p. 12), “O desenvolvimento da manufatura do calçado na região teve como fatores estimulantes a presença, entre os imigrantes, de sapateiros, curtidores e outros artesãos ligados ao trabalho com couro”. Foram esses fatores, agregados ao fato da criação extensiva de gado no Rio Grande do Sul, que possibilitaram o fornecimento de couro em grande escala e auxiliaram no desenvolvimento do setor coureiro calçadista já em finais do século XIX.

Nas décadas de 1950 e 1990 houve transformações importantes que mudaram a relação da industrialização da região da bacia hidrográfica do vale do rio dos Sinos. Conforme destacado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Adaptado pelo autor, A indústria de curtumes do Rio Grande do Sul. In: COSTA, A. B.; PASSOS, M. C. (Orgs.). A indústria calçadista no Rio Grande do Sul. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2004.

Algumas características da história do desenvolvimento econômico e comercial dos curtumes	
Ano	Características
1950-1960	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado voltado pela política governamental federal voltada para o mercado interno • Empresas fortemente capitalizadas; • Margens de lucro altas • Crescimento da indústria de couro gaúcha resultado da materiais- primas locais de melhor qualidade que em outros estados
1970	<ul style="list-style-type: none"> • Internacionalização do mercado de couro gaúcho • Os incentivos governamentais para as exportações de calçados • Surgem empresas especializadas em segmentos de produção de couros • Aumento do rebanho bovino no centro do país, deslocando a origem da matéria-prima para os curtumes gaúchos • Diminuição da lucratividade
1980	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão das empresas beneficiadoras de couro • Aumento das exportações de couro em todos os estágios de curtimento; • Eliminação das barreiras tarifárias; • Redução da margem de lucro dos curtumes integrados devido ao aumento da competitividade; • Integração vertical de alguns curtumes que passam a produzir calçados.

1990	Valoração cambial, a alta de Juros Queda da qualidade da matéria-prima Perda de competitividade devido as taxas de importação Divisão do setor coureiro nacional; Aumento do custo da matéria-prima; Aumento do consumo de produtos sintéticos na produção de calçados; A expansão da indústria de calçados em outros territórios brasileiros.
------	--

Fonte: SANTOS, André Mauricio dos.

O desenvolvimento da indústria originada da imigração tendo os curtumes como um dos protagonistas trouxe a urbanização nas cidades do baixo rio dos Sinos. Esse desenvolvimento socioeconômico foi importante transformador da paisagem e do espaço. Segundo Castells, as cidades atraem a indústria devido a dois fatores essenciais: mão-de-obra e mercado. Como consequência, a indústria desenvolve novas possibilidades de empregos e serviços. Porém, o processo inverso também ocorre: onde há matérias-primas e meios de transporte, a indústria provoca a urbanização. Portanto, nos dois casos, o elemento dominante é a indústria, que vai organizar a paisagem urbana. (1, p. 23).

Todo esse desenvolvimento econômico, a poluição industrial no rio causou um problema socioambiental. A poluição dos curtumes do setor coureiro calçadista se tornou um problema grave. Segundo a análise geral do engenheiro José Wagner Faria Pacheco (2005, p. 30), a poluição causada pelas indústrias do couro é um processo químico complicado, nos curtumes a longa utilização de produtos químicos durante o processo de curtimento do couro gera uma carga inorgânica bastante significativa, caracterizada pela presença de cromo e sulfeto. Conforme a tabela 2 podemos ver os principais impactos ambientais:

Tabela 2 - Guia Técnico Ambiental de Curtumes. 1 ed. CETESB, 2005. São Paulo.

Etapa Básica do Processo	Poluição	Aspecto ambiental emissão	Impacto ambiental potencial
Conservação e Armazenamento das peles	1. Ar. 2.Hídrica. 3.Solo/ materiais sólidos	1.NH3 (Gás Amônia) e COV's (Compostos Orgânicos Voláteis) 2.Eventuais líquidos eliminados pelas peles 3.Alguns pedaços/ apêndices de peles e sal com matéria orgânica	1. Odor – Incomodo ao bem estar público. 2. Prejuízo à qualidade dos corpos d'água. 3. Eventual contaminação do solo e de águas subterrâneas.
Ribeira	1.Ar. 2.Hídrica. 3.Solo/ materiais sólidos.	1. H2S (Gás sulfúrico), NH3(Gás Amônia) e COV's (Compostos Orgânicos Voláteis) 2. Banhos residuais de tratamento das peles e águas de lavagens orgânica e produtos químicos (sulfetos, sais diversos e outros). 3. Carcaça, pelos aparas/ recortes e raspas de pele, sem e com produtos químicos.	1.Odor – Incomodo ao bem estar público. 2.Prejuízo à qualidade dos corpos d'água. 3. Eventual contaminação do solo e de águas subterrâneas.
Curtimento	1.Hídrica	1. Banho residual de curtimento das peles- cargas orgânicas e produtos químicos (cromo, taninos, sais diversos e outros)	1. Prejuízo à qualidade dos corpos d'água

Acabamento	1.Ar 2.Hídrica. 3.Solo/ materiais sólidos	1. COV's dos solventes dos produtos aplicados 2. Banhos residuais de tratamento dos couros – carga orgânica e produtos químicos (cromo, tanino, sais diversos e outros). 3. Pó/ farelo/serragem de rebaixadeira, recortes de couros curtidos, semiacabados e acabados, pó de lixa, resíduos de produtos de acabamento (tintas resinas e outros)	1. Odor – Incomodo ao bem estar público. 2.Prejuízo à qualidade dos corpos d'água. 3.Eventual contaminação do solo e de águas subterrâneas.
------------	---	---	---

Fonte: adaptado pelo autor de: PACHECO, José Wagner Faria.

As indústrias curtidoras passaram a poluir o rio com seus efluentes químicos já desde o início de suas atividades, quando os restos de couro e outros lixos, que não tinham uma determinação correta, passaram a ser ali jogados, causando uma série de problemas ao meio ambiente e à população local. O lixo industrial era livremente despejado no rio devido à falta de fiscalização como também em função da ideia senso comum vigente na época de que água dispensaria eficientemente tais detritos.

Como proteger o ambiente Natural?

As primeiras denúncias de poluição dos curtumes foram feitas pelo pioneiro da defesa da natureza no Rio Grande do Sul, o ex delegado florestal Henrique Luiz Roessler.³⁵ Ele realizou uma série de denúncias através de crônicas que escrevia nos jornais locais. No suplemento Rural do Jornal Correio do Povo, Roessler destacou situação do rio diante da poluição dos curtumes.³⁶ Em outra crônica, publicada em fevereiro de 1958, Roessler tratou de ressaltar que existiam leis voltadas para a proteção do rio³⁷ que determinavam o tratamento das águas pelas indústrias antes da sua devolução ao curso natural e que os empresários comumente as desrespeitavam.³⁸

Assim, através das crônicas de Roessler, é possível observar que naquela época já existiam políticas públicas que objetivavam reduzir ou pelo menos controlar a poluição causada pelas indústrias ao rio dos Sinos. No entanto, os empresários criaram artimanhas para fugir das autuações se, fosse por má fé ou por desinformação, esses empresários viam no rio apenas um esgoto e desconsideravam a necessidade de qualquer tratamento dos detritos industriais.

Mais tarde, as décadas de 1960 e 1970 trouxeram consequências marcantes para o movimento ambientalista em todo o mundo, proporcionando: a expansão do movimento ambientalista mediante a criação de ONG's nacionais e internacionais, principalmente nos países mais desenvolvidos; o surgimento das primeiras formas institucionalizadas

35 Henrique Luiz Roessler, é considerado por muitos ambientalistas e acadêmicos como um importante precursor do movimento em defesa do meio ambiente no Rio Grande do Sul. Ele chegou a trabalhar como delegado florestal entre as décadas de 1930 e 1950, tendo sido destituído do cargo em 1954. Porém, buscou continuar seu trabalho de defesa do meio ambiente e, inspirado em exemplos da Alemanha, dos Estados Unidos e mesmo do Brasil, trabalhou pela fundação da UPN (União Protetora da Natureza), onde conseguiu se manter atuando como fiscal ambiental e, por meio de sua rede de relações, obteve uma credencial da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul que lhe permitia apreender armas e caças ilícitas, bem como multar infratores da caça e da pesca irregular em qualquer cidade do Estado (PEREIRA, 2011, p. 189).

36 Águas envenenadas nos nossos rios. Correio do Povo, Porto Alegre, 15/02/1957. Arquivo UPAN - Museu Visconde de São Leopoldo.

37 Roessler se refere a Portaria de 02/57 de 08/03/1957, que proibia lançamento de resíduos e detritos industriais comprovadamente tóxicos nas águas interiores e obrigava os industriais a submeter suas águas servidas a processos que as tornassem inócua à fauna aquática.

38 O rio dos Sinos é um esgoto. Correio do Povo, Porto Alegre, 21/02/1958. Arquivo UPAN - Museu Visconde de São Leopoldo.

de tratar do tema e traçar metas políticas claras, o que se concretizou, por um lado, com a celebração de conferências e convenções internacionais da ONU e a criação de instituições específicas; e a promulgação das primeiras leis ambientais em alguns países, bem como a criação de organismos estatais com competência específica sobre o assunto (PIERRI, 2005, p. 33).

No Rio Grande do Sul, surge em 1974 a Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE),³⁹ o primeiro órgão público a zelar pelo equilíbrio ambiental, cujos técnicos saíam a campo para investigar e encontrar as empresas potencialmente poluidoras. E como esse órgão público visava enquadrar as empresas nas normas de saneamento vigentes, os empresários do setor coureiro ficavam ofendidos com a fiscalização e chegavam a ameaçar de morte a sua equipe técnica (BONES, HASSE, 2002, p. 43).

Pouco mais tarde foi criado o DMA (Departamento do Meio Ambiente), órgão ligado à Secretaria Estadual de Saúde e Meio Ambiente (SSMA), o qual adotou como política de tratar o setor coureiro separadamente dos demais poluidores em potencial e criar uma legislação específica para o controle ambiental dos despejos deste ramo industrial no Rio Grande do Sul. A SSMA estabeleceu a portaria 03/79 exigindo que as indústrias baseadas em couro realizassem tratamentos primários e secundários dos seus efluentes líquidos prevendo prazos para a realização delas.⁴⁰

No início da década de 1980, o movimento ambientalista regional se torna mais profissional na defesa do rio dos Sinos. Esses grupos, que surgiram como reflexo de um processo mundial de criação e afirmação de movimentos sociais verdes e agiam enquanto grupos de pressão,⁴¹ começavam a se organizar de forma institucional tornando-se bastante combativos. Dentre os mais destacados entre os referidos movimentos estão a UPAN, de São Leopoldo, e o Movimento Roessler, de Novo Hamburgo. Ambos os grupos, e em especial a primeira, utilizavam como estratégia principal o acionamento dos órgãos públicos para solicitar desde informações até a tomada das providências legais cabíveis.

As lutas da comunidade contra a poluição industrial ganham reforço com o surgimento o Comitesinos que foi criado através do decreto estadual nº 32.744 de 17 de março de 1988, assumiu o papel de reunir representantes da população e do setor industrial, sendo o primeiro comitê de bacia de hidrográfica de domínio estadual no Brasil. Assim, com uma atuação relativamente independente, o referido comitê tratou de estabelecer algumas estratégias importantes para o rio dos Sinos, seus efluentes e afluentes.

Considerações finais

Consideramos que a problemática ambiental relacionada às atividades industriais é resultado de vários fatores que como resultado gerou efeitos negativos da poluição industrial, o processo de saneamento dos problemas ambientais foi resultado de várias frentes; de um lado uma a formação de uma legislação ambiental a nível estadual,

39 O artigo 4º do Decreto Nº 23.082, de 26 de abril de 1974, que instituía a Política Estadual de Proteção Ambiental e organizava sob a forma de Sistema as atividades de Proteção do Meio Ambiente e dava outras providências, criava a Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico, órgão relativamente autônomo da administração direta, nos termos do artigo 8º do Decreto Nº 19.801, de 8 de agosto de 1969, vinculado à Secretaria da Saúde. Já o artigo 5º instituía que caberia à Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico o planejamento da proteção ambiental no Estado e o acompanhamento da execução pelos órgãos competentes da administração estadual, dos planos e programas a ela concernentes.

40 A portaria estabelecia 6 meses para o curtume apresentar o seu projeto de tratamento primário e que este deveria conter: gradeamento fino, homogeneização, decantação e reciclo ou tratamento das soluções como sulfeto e cromo e para implantação desse projeto o curtume tinha um prazo de 2 anos; já o tratamento secundário deveria conter operações de aeração biológica, sedimentação secundária, manuseio e disposição de gerador e tinha um prazo de implantação de 5 anos.

41 Aqui entende-se como grupo de pressão conforme definido por Pasquino (1998, p. 575) atividade de um conjunto de indivíduos que, unidos por motivações comuns, buscam, através do uso de sanções ou da ameaça de uso delas, influenciar sobre decisões que são tomadas pelo poder político, seja a fim de mudar a distribuição prevalente de bens, serviços, honras e oportunidades, seja a fim de conservá-la frente às ameaças de intervenção de outros grupos ou do próprio poder político



federal e uma pressão de diversos setores da sociedade civil principalmente o movimento ambientalista que conseguiram uma de certa forma se profissionalizar.

No sentido de reconstituir o processo de aperfeiçoamento de políticas públicas e da mobilização da sociedade civil para a gestão de águas, no sentido da sustentabilidade social e ambiental e para mensurar os efeitos ambientais do processo desenvolvimentista brasileiro.

Tais questionamentos são relevantes pois paradoxalmente a água doce é considerada um dos bens mais valiosos e indispensáveis e os recursos hídricos historicamente têm sofrido com a expansão das atividades humanas, especialmente industriais e agrícolas, e o crescimento desordenado das cidades, que vem deteriorando a sua quantidade e da sua qualidade.

Referências

BONES, E. **Pioneiros da Ecologia**: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: JÁ Editores, 2002.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COSTA, A. B. da. A trajetória competitiva da indústria de calçados do Vale do Sinos. In: COSTA, A. B.; Passos, M. C. (Orgs.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2004.

MARTINS, M. L. **História e meio ambiente**. São Paulo: Annablume/Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MARTINS, R. P. A produção calçadista em Novo Hamburgo e no Vale do Rio dos Sinos na industrialização brasileira: exportação, inserção comercial e política externa: 1969-1979. Porto Alegre, 2011. 198 p. **Tese** (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PACHECO, J. W. F. Guia Técnico Ambiental de Curtumes. CETESB, 2005. São Paulo. (Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/Tecnologia/producao_limpa/documentos/curtumes.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019

PASQUINO, G. Grupos de pressão. In: BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO. **Dicionário de política**. 11. ed. v. 2. Brasília: UnB, 1998.

SCHEMES, C.; Et al. **Memória do setor coureiro-calçadista**: Pioneiros e Empreendedores do Vale do Rio dos Sinos. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.



ROTA DOS BUTIAZAIS (BRASIL-URUGUAI-ARGENTINA): INTEGRANDO PAISAGENS CULTURAIS LOCAIS

Adriana Aparecida Felini

Cleusa Maria Gomes Graebin

Universidade La Salle

Introdução

A Rota dos Butiazais é uma rota turística criada em novembro de 2015 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em conjunto com a Embrapa Clima Temperado de Pelotas (RS), envolvendo a valorização dos butiazais do Brasil, Uruguai e Argentina. Compreende Pescaria Brava (SC); Torres, Vacaria, Pinhal da Serra, Passo Fundo, Giruá, Quaraí, Barra do Ribeiro, Barão do Triunfo, Tapes, Pelotas, Santa Vitória do Palmar (RS); Castillos, Rocha, San Luís (Uruguai); e Entre Ríos (Argentina). De acordo com Marene Machado Marchi (2020): “É uma rede que conecta pessoas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade associada aos butiazais”.

Nos mapas a seguir (Figura 1), temos a primeira configuração da Rota dos Butiazais em 2016 e a sua situação em 2020.

Figura 1 - Mapa da Rota dos Butiazais (2016) / Mapa da Rota dos Butiazais (2020)



Fonte: Embrapa Clima Temperado

É possível perceber nos mapas da Figura 1 o crescimento em cinco anos e a inserção de butiazais na Rota, tanto no Brasil, quanto Uruguai e Argentina. Chamamos a atenção para um dos seus objetivos, que é a preservação da biodiversidade associada aos butiazais e butiás. Podemos inferir que o aumento de unidades está de acordo com a narrativa de Marchi, para quem:

A Rota é uma rede que nasce do emocional. Do sentimento de cuidar, de valorizar o local, a história do indivíduo. Por isso tem um apelo participativo muito forte, que nasce do sentimento, do conhecimento e cresce dia a dia com a adoção de novos parceiros, no Uruguai, Argentina e Brasil (MARCHI, 2020).

Em trabalhos já publicados (2016, 2019 e 2020), estudamos os butiazais como paisagem cultural, ou seja, uma “[...] porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009). Entre os estudos que relacionam paisagem cultural e turismo, destacamos três trabalhos:

(a) “Enoturismo e paisagem cultural: a viticultura em nova proposta”, em que Costa (2010) discute os saberes



implícitos e valores agregados à uma rota que envolve a produção de vinho.

(b) O estudo de Borges (2018), “Rota das emoções: paisagem cultural e turismo do Polo Costa Delta”, que mostra a rota como produto agregador de atrativos e outros elementos da oferta turística da região litorânea dos estados Ceará, Piauí e Maranhão, tendo como objetivo uma unificação, respeitando as diferenças entre os estados e municípios partícipes. Para Borges (2018), “Rota Turística define-se pelo conjunto de atrações produzidas que estimulam a circulação de pessoas e mercadorias entre áreas distintas e servem de estímulo ao desenvolvimento econômico através do turismo” (p. 83).

O artigo “A Paisagem Cultural como linha de concepção de uma rota turística: o exemplo do Alto Barroso - Norte de Portugal” de Souza (2012) apresenta como a relação multissecular entre os processos naturais e as atividades antrópicas possibilitou o desenvolvimento de um equilíbrio dinâmico, assentado numa estrutura de interdependência e complementaridade de funções. Em função disso, essa Paisagem Cultural pode ser considerada uma Paisagem Viva, continuada através do seu papel social, articulado com a preservação e a evolução sustentável dos modos de vida e processos produtivos tradicionais.

Esses trabalhos inspiraram este trabalho, em estágio inicial, o qual partiu da construção do seguinte problema: é possível haver articulação entre os butiazais como paisagens culturais, sua preservação de forma sustentável e a Rota como produto turístico cultural? Como objetivos temos: descrever os principais elementos dos butiazais como Paisagem Cultural; verificar os elementos básicos da criação da Rota dos Butiazais; analisar a Rota como vetor da preservação dos butiazais e do seu desenvolvimento sustentável.

Teoricamente, nos fundamentamos nos conceitos de Paisagem Cultural, turismo cultural e rota turística. Metodologicamente trabalhamos com: História Oral, recorrendo à entrevistas temáticas, pesquisa documental (legislação brasileira, uruguaia e argentina para Paisagem Cultural), pesquisa bibliográfica e informações provenientes de recursos virtuais.

Os butiazais como Paisagem Cultural

Existem, segundo Ribeiro (2007), diversas interpretações para a categoria Paisagem Cultural, mas há consenso de que esta é produto da intervenção do homem, em diferentes escalas, no espaço que habita. Podem ser feitas diferentes leituras e olhares sobre a paisagem, mas o que se discute é a atribuição de valor e o seu reconhecimento em termos de preservação do patrimônio cultural.

Desde o final do século XIX e ao longo do século XX, disciplinas como a geografia têm dado atenção para a discussão sobre a ideia de Paisagem Cultural, relacionando bens culturais e naturais nas suas dimensões materiais e imateriais. No Brasil, desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1937, já havia a preocupação com os bens arqueológicos, etnográficos e paisagísticos, embora que ainda não se usasse a ideia de paisagem cultural. Segundo a Constituição de 1988, Artigo 216, “constituem o patrimônio cultural brasileiro, [...] os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988).

Ribeiro (2007) informa que a compreensão dessa categoria do patrimônio tem avançado no país, com reflexões teóricas e metodológicas que dão suporte aos processos de inventário, identificação, diagnóstico e preservação. Os estudos realizados fora do Brasil também trazem aportes relevantes para possibilidades de ações e estratégias que se adequem às nossas realidades e legislação.

Em 1992, pela convenção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dá-se a definição da categoria Paisagem Cultural e critérios para sua inclusão na Lista de Patrimônio



Mundial. No Brasil, a categoria foi incorporada pela Portaria número 127 de 2009 do IPHAN, instituindo também um instrumento jurídico para sua proteção — a chancela, que significa “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009).

Segundo Scifoni, o que define Paisagem Cultural:

[...] é a sua escala de abrangência: a paisagem cultural diz respeito à determinada porção espacial ou recorte territorial. A paisagem cultural é entendida, assim, sempre como conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente. O recorte espacial é estabelecido a partir de uma condição peculiar e representativa de determinadas relações estabelecidas entre os grupos sociais com a natureza. Ou seja, do ponto de vista da preservação, o que identifica as paisagens culturais a serem protegidas é o caráter peculiar dessa relação tecida ao longo do tempo e que se revela a partir das formas específicas de uso e apropriação da natureza pelo trabalho humano. Essas relações podem tanto materializar-se na sua morfologia, como podem ser explicitadas por meio de valores que lhe são atribuídos socialmente (SCIFONI, 2016, s/p).

Para a UNESCO, o conceito de paisagem cultural integra as relações entre os humanos e seu ambiente, entre o cultural e o natural, as noções de sentido, significado, pertencimento, valor atribuído ao lugar e sua singularidade.

Costa e Serres (2016) discutem a expansão do conceito de patrimônio e dos instrumentos de preservação a partir da categoria Paisagem Cultural. A relação natureza-cultura, material-imaterial (em esfera integrada), inseriu diferentes tipos de bens e referências culturais de grupos até então ignorados ou invisibilizados. A noção de Paisagem Cultural parece indicar um novo posicionamento no contexto patrimonial, com a inclusão de construções de memórias e pertencimentos no que tange ao discurso sobre patrimônio cultural.

Nesse sentido, Castriota (2017) informa que a introdução da categoria paisagem cultural traz três deslocamentos no campo de estudos do patrimônio cultural. O primeiro rompe com a separação entre natureza e cultura ao reconhecer que a atividade humana deixa seus reflexos no território. O segundo deslocamento importa na relação estreita entre a paisagem cultural com saberes e fazeres tradicionais no manejo da natureza, o que remete ao patrimônio material e imaterial e aos lugares de aprendizagem sobre a relação entre povo, natureza e ecossistemas. O terceiro deslocamento remete à ideia de patrimônio genético, pois ao salvaguardar as paisagens culturais, preserva-se a diversidade genética da Terra. Nesse sentido, elementos culturais e naturais precisam ser pensados e trabalhados em conjunto.

Para a UNESCO, a delimitação da paisagem cultural tem de levar em conta a sua extensão e limite, a fim de garantir a sua inteligibilidade e funcionalidade, podendo ser um recorte ilustrativo e representativo das qualidades e caráter da totalidade. Dos dez critérios para a inscrição de bens culturais ambientais na Lista de Patrimônio Cultural, destacamos:

[...] II. Mostrar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou em uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do desenho de paisagem; III. Mostrar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido; ou IV. Ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana; ou V. Ser um exemplo destacado de um estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura (ou várias), especialmente quando se torna(m) vulnerável(veis) sob o impacto de uma mudança irreversível; ou [...] VII. Conter fenômenos naturais excepcionais ou áreas de beleza natural e estética de excepcional importância; ou VIII. Ser um exemplo excepcional



representativo de diferentes estágios da história da Terra, incluindo o registro da vida e dos processos geológicos no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos importantes; ou IX. Ser um exemplo excepcional que represente processos ecológicos e biológicos significativos da evolução e do desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos ou aquáticos e comunidades de plantas ou animais; ou X. Conter os mais importantes e significativos habitats naturais para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas que possuem um valor universal (SCIFONI, 2016, s/p).

De acordo com o IPHAN, a legislação brasileira para Paisagem Cultural se define pelo art. 1º que diz: “é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”. A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico no artigo 2º, que tem como finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes nos termos preconizados na Constituição Federal.

Os Butiazais, tendo como indício o Vale dos Butiazais de Giruá, um dos componentes da Rota dos Butiazais, podem ser compreendidos como testemunhos excepcionais de uma tradição cultural, como exemplo de ecossistema que ilustra períodos significativos da história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Neste sentido, é representativo de culturas indígenas, de imigração europeia e de interação de humanos com o ambiente e está associado as ideias, crenças, obras artesanais, culinária, obras literárias e à construção de memórias. Também representa área de beleza natural, sendo habitat de espécies que têm valor na salvaguarda de outros ecossistemas. Dos dez critérios indicados pela UNESCO, em um primeiro levantamento empírico, sem maior profundidade, os Butiazais do Rio Grande do Sul preenchem, no mínimo, cinco dos exigidos.

Os Butiazais também podem ser definidos como Paisagem Cultural, de acordo com as definições do IPHAN, considerando-se que da imbricada relação do homem com a natureza surge uma característica fundamental de paisagem cultural: “[...] a ocorrência, em determinada fração territorial, do convívio entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um desses elementos isoladamente” (IPHAN, 2009). A particularidade observada nesse conceito remete vividamente ao trabalho junto aos butiazais, à relação de uso sustentável e à identidade conferida aos artesãos e culinários do butiá.

A rota dos butiazais

A Rota dos Butiazais surgiu a partir de um projeto de pesquisa desenvolvido pela Embrapa Clima Temperado de Pelotas com apoio financeiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA) de outubro de 2015 a junho de 2017. Teve como objetivo conectar pessoas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade nas áreas de ocorrência de ecossistemas de butiazais no Brasil, no Uruguai e na Argentina.

A Rota dos Butiazais é composta pela diversidade, com um público amplo, formado por extrativistas, artesãos, agricultores familiares, ecológicos, grandes fazendeiros, mulheres rurais ligadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores, artistas plásticos, extensionistas, chefs de cozinha, cozinheiras, empresários, jornalistas, consumidores, estudantes, professores, ONGs, formuladores de políticas públicas, prefeituras municipais e sindicatos rurais. Mas para mim, o que nos une, o principal, é a conexão com o butiá, com a cultura do uso, a tradição, os campos naturais, a floresta, a vegetação associada com o ambiente natural onde se encontra o butiazeiro (MARCHI, 2020).

O planejamento dessa rota, que unifica entidade governamental com pesquisadores, butiazeiros, agricultores, artesãos e demais “apaixonados” pelo butiá, também é compartilhada em um aplicativo de mensagens (WhatsApp),



que conta com a participação de 199 pessoas. De acordo com Ana Paula Noronha:⁴²

[...] o grupo de WhatsApp da Rota, na verdade, foi criado como uma demanda...se não me engano, final de 2014, início de 2015 quando o Pillon da Embrapa surge com o termo Rota dos Butiazais, eu lembro né do Professor Enio Sosinski e da Rosa Lia conversando sobre isso e aí nós vínhamos discutindo isso no caminho: como articular esses diferentes atores, como conseguir construir um espaço de diálogo que permitisse o empoderamento das pessoas né, que tipo, não fosse só meramente nós, [...], nós enquanto Embrapa vamos administrar isso e eles vão ser meros coadjuvantes, não. Ao contrário, um processo de empoderamento dessas pessoas, de se conhecerem de trocarem experiências, de tornar esse grupo um grande caldeirão [...], hoje então nós temos já os pesquisadores e o pessoal que trabalha na Argentina, no Uruguai, em outros Estados do Brasil, né, trazendo diferentes olhares, usos e formas de manejo e conservação do Butiá [...] nós precisamos que ela se torne algo orgânico, algo vivo ... (NORONHA, 2020)

Um mapa distribuído pela Embrapa no ano de 2020 mostra outros biomas brasileiros para além do Bioma Pampa, fazendo parte da Rota: Mata Atlântica e Cerrado. A Rota está avançando para o Cerrado, onde o butiá é conhecido como coquinho azedo.

Apesar de não contar mais com o apoio financeiro do Ministério do Meio Ambiente, a Rota dos Butiazais continua ativa pelo empenho de várias instituições públicas, ONGs, artesãos e agricultores, que buscam continuamente realizar atividades para valorizar o butiá nos diversos locais que compõem essa rede.

Figura 2 - Gastronomia através do butiá



Fonte: Acervo de Marizete Borges (2016)

Como exemplo, trazemos a imagem (acima) que ilustra a produção de Marizete Borges, butiazeira de Santa Vitória do Palmar, que produz composta de geléias, compotas, licores, vinhos, cachaça, artesanato e biscoitos feitos com as amêndoas extraídas do coquinho seco. Além da preservação ambiental que se faz nas várias comunidades de butiazais, há também o comércio sustentável, em que o butiazeiro produz artesanato e gastronomia.

Considerações finais

Efetivamente, a Rota dos Butiazais já está abrindo várias possibilidades para a comercialização de produtos pelas comunidades locais, além de permitir a geração de renda com atividades de ecoturismo. A valorização das

espécies e da cultura relacionada com os butiás junto à comunidade vêm sendo feita de forma participativa pela equipe da Rota dos Butiazais, através de palestras, seminários, oficinas de culinária e artesanato com butiá, publicação de livros, exposições fotográficas, vídeos e divulgação por meio digital (Facebook e YouTube), como forma de estimular a conservação pelo uso e atingir um público amplo e bastante diversificado (EMBRAPA, 2015).

Referências

- BIODIVERSIDADE RS. **Bioma Pampa**: Patrimônio Cultural e Ambiental. Pelotas, 2016.
- CASTRIOTA, L. B. Paisagem cultural e patrimônio: desafios e perspectivas. In: CASTRIOTA, L. B.; MONGELLI, M. de M. **Anais**. 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017, p. 20-30. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/anaispaisagemculturalweb_2.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.
- COSTA, L. de C. N.; SERRES, J. C. P. Memória, identidade e paisagem cultural: interfaces na constituição do patrimônio brasileiro. **Patrimônio & Memória**, São Paulo, Unesp, v. 12, n.1, p. 158-178, jan-jun, 2016.
- EMBRAPA. **Butiás, butiazeiros e butiazais**: boas práticas para o manejo e colheita sustentáveis. Pelotas, 2016.
- EMBRAPA. CLIMA TEMPERADO. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/clima-temperado>>. Acesso em: 05 set. 2020.
- IPHAN. **Paisagem Cultural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Livreto_paisagem_cultural.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- IPHAN. **Patrimônio mundial**: fundamentos para seu reconhecimento - a convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural de 1972, para saber o essencial. Brasília, DF: Iphan, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha_do_patrimonio_mundial.pdf>. Acesso em: 4 set. 2020.
- IPHAN. **Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**. Brasília: IPHAN, 2011. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/19930_20110518_093241.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.
- IPHAN. **Relatório Técnico**. Disponível em: <portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2020.
- MARCHI, M M. **Rota dos Butiazais**. WhatsApp: 8 set.2020. 14:00. 1 mensagem de WhatsApp.
- MARCHI, M. M. **Rota dos Butiazais**. WhatsApp: 8 set.2020. 14:10. 1 mensagem de WhatsApp.
- NORONHA, A. P. **Rota dos Butiazais**. WhatsApp: [Grupo Rota dos Butiazais]. 8 set. 2020. 15:30. 1 mensagem de WhatsApp.
- NORONHA, A. P.; BARBIERI, R. L.; SOSINSKI JUNIOR, E. E. **Festa do butiá**: valorização e conservação de butiá yatay no Rio Grande do Sul, Brasil. 10º SIRGEALC, Bento Gonçalves, 2015. Disponível em: <www.10sirgealc.com.br/anaisirgealc.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- RIVAS, M.; BARBIERI, R. L. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do butiá**. Brasília: Embrapa, 2014.
- SCIFONI, S. Paisagem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/82/paisagem-cultural>>. Acesso em: 12 set. 2020.

SCOFANO, G. B. A elaboração de planos de gestão da paisagem cultural brasileira como subsídio à proteção do patrimônio arqueológico: o caso da “Ilha de Laguna” - SC. **Dissertação** apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%2B%C2%BA%2B%C3%BAo%20Guilherme%20Butter%20Scofano.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2020.



PATRIMÔNIO CULTURAL E PLANO DIRETOR: UMA CONVERGÊNCIA NECESSÁRIA

Eleonora Bahr Pessoa

Mariluci Neis Carelli

Dione da Rocha Bandeira

Universidade da Região de Joinville - Univille

Introdução

Atualmente, 54 (cinquenta e quatro) por cento da população mundial vive em áreas urbanas e, segundo o relatório *World Urban Prospects* da ONU (2014), a projeção é que essa proporção chegue a 66 (sessenta e seis) por cento até 2050. Esse grande percentual da população mundial vivendo nas cidades implica em mudança nos modos de vida e em um reordenamento do desenvolvimento urbano, capaz de transformar os espaços ocupados para promover o direito às cidades sustentáveis.

A trajetória histórica das cidades e a ocupação desordenada do território influenciou a necessidade de planejamento e de ordenação do espaço. Para este fim, a legislação urbanística criada contribui para organizar melhor a vida, proteger o meio ambiente e criar um lugar capaz de gerar bem-estar para toda a população que vive nas cidades. Diante disso, esse trabalho pretende demonstrar que a ocupação acidental, seja no campo ou na cidade, que ocorre apenas em atendimento a interesses econômicos e privados não deu conta de promover o tão necessário e desejado bem-estar nas cidades. Como um fragmento da dissertação de mestrado, busca conhecer teorias e metodologias que permitam unir esforços para que o desenvolvimento das cidades promova o bem-estar das pessoas e de todos os seres vivos.

Dessa forma, neste trabalho serão abordados temas relacionados ao tema da pesquisa, discorrendo sobre o direito à cidade sustentável, sobre o patrimônio cultural e sobre cidades sustentáveis e plano diretor.

O direito à cidade sustentável

Do ponto de vista legal, o direito à cidade sustentável já está contemplado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), a qual traz em seu arcabouço um capítulo dedicado à legislação urbanística. Os capítulos 182 e 183 destacam que a política de desenvolvimento urbano será executada pelo poder público municipal conforme diretrizes gerais fixadas em lei (Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257). Ao regulamentar os dois artigos constitucionais citados, o Estatuto da Cidade considerou a necessidade de interligar os conceitos (função social, ambiental, cultural e arqueológica) para alcançar os objetivos previstos constitucionalmente - ordenar o pleno desenvolvimento e gerar o bem-estar da população.

Foi Henri Lefebvre quem defendeu pela primeira vez o termo “Direito à cidade” como o direito da população ter acesso à vida urbana, desenvolvido no livro de mesmo nome publicado em 1968 em francês: “Le droit à la ville”. Sendo assim, o conceito de direito à cidade requer a construção de uma cidade sustentável.

Patrimônio cultural e cidades sustentáveis

Em setembro de 2015, a ONU (web, 2015) aprovou a Agenda 2030, que prevê a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com 17 objetivos globais e 169 metas para o período de 2016 a 2030.



O 11º objetivo é tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Dentre as metas desse objetivo destacamos a meta 11.4, que é fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo. Sendo assim faz-se necessário observar que,

Em suma, a gestão do patrimônio cultural – independentemente de seu nível de reconhecimento: mundial, regional, nacional ou local – só rompe seu isolamento e se harmoniza com o real sentido de desenvolvimento sustentável, se fizer parte da pauta e do esforço de planejamento governamental e das ações do poder público e da iniciativa privada. Cada vez mais a dimensão cultural deverá se incorporar às outras dimensões do desenvolvimento, como a social e a econômica, relegando ao passado as soluções parciais, incapazes de proporcionar alternativas para uma realidade complexa e dialética”. Anais 3 - Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável. IPHAN 2012.

Ademais, deve-se considerar que as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade (a partir da CF-88) determinam: a garantia do direito a cidades sustentáveis, a gestão democrática e a inclusão da política patrimonial no planejamento e na gestão do desenvolvimento urbano.

É comum associar como sinônimos os termos desenvolvimento e crescimento econômico. Autores como Ignacy Sachs e Amartya Sen, teóricos do desenvolvimento, concordam que crescimento econômico só gera desenvolvimento se promover o combate à pobreza, à desigualdade e à concentração de renda. A partir do Relatório Brundtland - Nosso futuro comum (1991) - documento produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), compreende-se como desenvolvimento sustentável “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991).

Ignacy Sachs (2001), economista desenvolvimentista, defende o planejamento como uma das ferramentas para alcançar o desenvolvimento sustentável. Ele destaca que tal planejamento deve envolver vários grupos, entre eles: empresários, trabalhadores, a sociedade civil organizada, bem como o Estado. O autor defende ainda que o planejamento deve começar pelo nível local. Logo, o planejamento participativo para a elaboração do plano diretor municipal envolve os diversos segmentos da comunidade na sua elaboração, implementação e acompanhamento. O envolvimento desses grupos poderá garantir que a gestão democrática e participativa efetivamente aconteça. Sachs (2001) ainda afirma que a capacidade do desenvolvimento de um país está diretamente relacionada a sua habilidade cultural de pensar o que deseja para o seu próprio futuro.

Para garantir uma cidade sustentável - que gere bem-estar para as presentes e futuras gerações - se faz necessário que o planejamento urbano, por meio da gestão democrática, garanta que as políticas de proteção do patrimônio cultural, ambiental e arqueológico estejam asseguradas no plano diretor. Nesse contexto, é mister observar o conceito de patrimônio cultural, conforme Constituição Federal de 1988, Art. 216 que diz:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Importante ainda observar que o meio ambiente cultural brasileiro tem origem na relação entre o homem e a natureza, uma vez que o seu meio e suas atividades são moldadas por aquilo que era próprio das populações tradicionais indígenas e das transformações trazidas pelos diversos grupos colonizadores e escravos africanos. Sendo assim:

É unanimemente reconhecido que o conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades



humanas assume uma importância fundamental para toda a humanidade, permitindo-lhe reconhecer as suas raízes culturais e sociais. O patrimônio arqueológico constitui um testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. A sua proteção e gestão cuidadas são, por conseguinte, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e a outros especialistas o seu estudo e interpretação em nome e para benefício das gerações presentes e futuras (CARTA DE LAUSANNE, 1990).

Faz-se necessário destacar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216º, quando conceitua o patrimônio cultural, inclui na listagem de bens as paisagens, possibilitando assim a experiência da proteção das paisagens culturais brasileiras. Porém, vale lembrar que a:

“[...] paisagem cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e que se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material” (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 32).

Diante disso constata-se que a paisagem da cidade é patrimônio e que nela estão compreendidos os fatores favoráveis e também os desfavoráveis à vida dos homens... Conforme Hugues de Varine o “o desenvolvimento não é sustentável, e, portanto, real, se não se faz em harmonia com o patrimônio e se não contribui para a vida [...] (DE VARINE, 2013, p. 21). Sendo assim, não será possível alcançar o desenvolvimento sem gestão democrática efetiva, especialmente na construção do plano diretor.

Plano-diretor

Villaça (2011, p. 37), baseado na concepção de que “[...] o espaço urbano é socialmente produzido, ou seja, não é dado pela natureza, mas é produto produzido pelo trabalho humano”, aponta que “o maior problema do Brasil não é a pobreza, mas a desigualdade e a injustiça a ela associada. Desigualdade econômica e desigualdade de poder político”. Partindo deste cenário, a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade definem o plano diretor como um instrumento básico, de forma que este seja a peça que estava faltando no enfrentamento dos principais dilemas urbanos - como a desigualdade urbana instalada - quando elaborado e implementado de forma eficaz.

A Constituição Federal de 1988 trouxe ainda um princípio básico para a equidade urbana e a justa distribuição dos custos e benefícios do processo de urbanização: o princípio da função social da cidade e da propriedade como fruto da mobilização da sociedade e luta dos movimentos sociais envolvidos na reforma urbana, estabelecendo em seu Art. 39, que a propriedade cumpre sua função social quando atende às exigências expressas no plano diretor [...] (BRASIL, 2001).

Sendo assim, faz-se necessário definir o que é um plano diretor, uma vez que este têm recebido diversas definições e conceituações, e suas características têm variado de município para município. Diante disso, o Estatuto da Cidade conceituou o Plano Diretor como “um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano”. (BRASIL, 2002, p. 40). Na mesma direção, Saboya conceitua o Plano Diretor como:

um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano converjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos (SBOYA, 2007, p. 39).

Portanto, pode-se afirmar que as definições acima destacadas convergem entre si no sentido de que o



plano diretor deve ser um instrumento que orienta as ações de intervenção sobre o território, quer elas sejam ações realizadas pelo setor público ou setor privado.

Considerações finais

A partir dos autores e documentos citados neste trabalho, conclui-se que não há como praticar a cultura da sustentabilidade sem preservar o seu bem comum que são: os patrimônios culturais materiais e imateriais, seu patrimônio ambiental e arqueológico. Também ficou demonstrado que as políticas de proteção do patrimônio cultural, ambiental e arqueológico, devidamente inseridas no planejamento do plano diretor, poderão promover o direito constitucional à cidade sustentável.

Concluimos também que é pertinente realizar investigações sobre como o patrimônio tem sido abordado nos planos-diretores de municípios específicos. Dessa forma, o seguimento desta pesquisa se dará a partir do município de Joinville com o objetivo de problematizar como ele abordou o patrimônio cultural, com ênfase no patrimônio ambiental e arqueológico, nos seus planos diretores, de 1965 até o tempo presente.

Referências

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2020.
- BRASIL. **Lei n 10.257** de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequence=6%20Calizaya>>. Acesso em 05 de junho de 2020.
- ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM PATRIMÔNIO MUNDIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2012, Ouro Preto, **Anais 3 - Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável**. Ouro Preto: Iphan, 2012. 73 p.
- ICOMOS, Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM. Carta de Lausanne, 1990.
- ONU . Department of Economic and Social Affairs, Population Division World Urban Prospects: The 2014 Revision, Highlights, United Nations, 2014.
- ONU. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável: Objetivo 11. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods11/>>. Acesso em 01 de maio de 2020.
- SABOYA, R. Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos. 2007. **Tese** de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal de Santa Catarina.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SACHS, I. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o papel da política. In: ABRAMOVAY, R.; Et al. (Orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp/Edusp, 2001.
- VARINE, H. de. **As Raízes do Futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução Maria de Lourdes Parreira Horta. Porto Alegre. Medianiz, 2013.
- VILLAÇA, F. Segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, São Paulo, 2011.



AVALIAÇÃO DA TOXICIDADE EM ORGANISMO MODELO FRENTE À DINÂMICA DE USO DA ÁGUA DE IRRIGAÇÃO

Gustavo Silva Achutti

Juliana da Silva

Fernanda Rabaioli da Silva

Universidade La Salle

Introdução

O crescente interesse por boas práticas agrícolas na produção de alimentos, juntamente com a discussão acerca da utilização de agroquímicos nas lavouras e a busca por meios sustentáveis de produção agrícola, geram a preocupação de como a produção orizícola afeta os corpos hídricos e a fauna dos locais onde ela ocorre. Além disso, mudanças na paisagem agrícola nos locais de cultivo de arroz são observadas, já que o seu cultivo é peculiar devido ao desenvolvimento das plantas em ambiente aquático, alterando completamente o local das lavouras. Nestes ambientes, campos ou várzeas de corpos d'água são inundados, saturando o solo, transformando-os em um ambiente aquático e trazendo características totalmente distintas ao local.

Para garantir uma boa colheita e uma lavoura uniforme, há a necessidade de grande aporte de corretivos, fertilizantes e agrotóxicos. A começar pela correção da fertilidade do solo, que deve ser feita de forma a repor os nutrientes com menos disponibilidade. Para isso, é utilizada adubação química, com NPK (nitrogênio, fósforo e potássio), seguindo recomendações baseadas na análise do solo (GOMES, VERNETTI, 2014). Uma aplicação em excesso ou em época errada gera um carregamento destes compostos químicos para os corpos d'água, podendo causar eutrofização e contaminação de mananciais (LIPP-NISSINEN, 2018). Na implantação da lavoura e no controle de pragas e doenças da mesma, ocorre a aplicação de dessecante antes da semeadura (como por exemplo, o glifosato), seguida de herbicida de pós-emergência (como imazetapir e imazapique, por exemplo), inseticida (como por exemplo, tiametoxam) após a semeadura e logo antes da irrigação e, com o passar do tempo, de acordo com a necessidade, pode-se aplicar outras doses de inseticidas (piretróides, por exemplo) ou fungicidas (triazol, por exemplo) (ANDRES, MACHADO, 2014).

Portanto, a crescente utilização de insumos químicos nas lavouras, somada ao fato de que a água é um recurso natural que pertence a todos, levam a uma preocupação em relação à poluição deste recurso: qual a qualidade da água que resulta nestas culturas? Assim, o objetivo é avaliar a toxicidade de amostras de água utilizadas para a irrigação de lavouras de arroz em diferentes períodos de coleta e em diferentes organismos-teste.

Metodologia

Área de estudo e amostragem

As coletas de amostras de água foram realizadas na Fazenda Embireira (coordenadas geográficas: -30.023837°, -50.897450°), que localiza-se no município de Viamão, Rio Grande do Sul. O empreendimento de irrigação está situado na Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Foram coletadas amostras em quatro pontos distintos, demonstrados na Figura 1: Ponto 1: -30.021599°, -50.880455°, canal de irrigação; Ponto 2: -30.013023°, -50.895072°, ponto de esgotamento da lavoura; Ponto 3: -30.004383°, -50.923700°, ponto de captação próximo ao Rio Gravataí; e, Ponto 4: -30.027977°, -50.906358°, canal de irrigação.

Figura 1 - Locais de coleta de água.



Fonte: imagem do Google Earth.

As coletas foram realizadas em dois momentos: antes da semeadura e aplicação dos primeiros produtos fitossanitários (herbicida e inseticida) e após a irrigação das lavouras, com aplicação de herbicida, inseticida e fertilizante, nos meses de novembro de 2019 e janeiro de 2020, respectivamente. Foram observadas nas datas os parâmetros meteorológicos do período e os agroquímicos e fertilizantes utilizados.

A próxima etapa, após a coleta do material para a análise, são os ensaios de toxicidade. Para os ensaios de ecotoxicidade serão realizados testes de evitamento e sobrevivência com oligoquetas do gênero *Eisenia spp.*

Aclimação das minhocas e exposição

Os anelídeos da espécie *Eisenia fetida* serão cedidos pelo Laboratório de Ecogenotoxicologia da Universidade La Salle em Canoas e aclimatados por um período de sete dias com a temperatura de 20 °C e com o ciclo de 12 h de luz e 12h no escuro em terra orgânica. Após esse período, serão utilizados indivíduos adultos, caracterizados pelo clitelo bem desenvolvido e pesando entre 500 mg e 700 mg. Os indivíduos serão separados em quatro grupos com doze organismos cada e expostos pelos tempos de 0h (controle), 24h, 48h e 72h em uma placa contendo a água coletada. Ao final deste período, os animais serão lavados com água destilada e massageados para extrair qualquer conteúdo intestinal e para evitar a contaminação do material biológico a ser coletado.

Teste de evitamento e sobrevivência

A toxicidade para as minhocas será avaliada através do ensaio de comportamento de fuga “Teste de Evitamento” de acordo com a norma ABNT NBR 17512-1 (2011). Primeiramente o solo-teste será peneirado em malha plástica de 2,5 mm, disposto em bandejas e secado em ambiente protegido de luminosidade. Após realizar a



preparação do solo-teste com amostra de água coletada, será realizado o ajuste do pH e da umidade no solo-controle (SAT), conforme o procedimento de preparo descrito para o solo-controle. As amostras com 600 g de solo-teste e 600 g de SAT (controle) serão divididas em triplicatas (200 g de solo-teste e 200 g de SAT), constituindo uma lâmina de solo-teste e solo-controle de aproximadamente cinco centímetros nos recipientes usados para o teste e divididos em duas seções, separadas por meio de um divisor plástico removível. Os recipientes utilizados serão de polipropileno branco, de 180, 130 e 110 mm, com capacidade de 2 litros. Todos recipientes serão previamente identificados. Após o preparo do solo, os anelídeos serão divididos em quatro grupos de exposição, conforme as amostras de solo e esquema que segue: cada grupo será composto por 30 minhocas adultas da espécie *E. fetida* previamente aclimatadas em SAT, nas 24 horas anteriores ao ensaio. Em cada réplica o divisor de plástico será removido, as dez minhocas serão expostas ao mesmo tempo na linha média de separação dos dois solos, possibilitando que elas cavem para um dos lados dos substratos, e se repetirá o procedimento para os quatro grupos. Em seguida, os recipientes serão fechados com tampas plásticas, evitando a fuga das minhocas, com pequenas aberturas possibilitando ventilação adequada, sem alimentação, permanecendo expostas sob estas condições durante 48 horas. Serão considerados ainda uma temperatura controlada do ambiente em $20 \pm 2^\circ\text{C}$, com fotoperíodo de 12 horas de luz (400 a 800 lux) e 12 horas de escuro com umidade aproximada de 50% da capacidade de retenção do solo; para isso, será adicionada água destilada (10 mL a cada 100 g de solo) sempre que necessário (ABNT NBR 17512-1/2011). Para o controle positivo, será utilizado o ácido bórico (H_3BO_3), quimioesterilizante de solo, com função biocida, na concentração de 750 mg.kg⁻¹ de solo (ABNT NBR 17512-1/2011). Além disso, neste ensaio será realizado um grupo de exposição para o controle (dual-test), usando SAT em ambos os lados (1 e 2) do recipiente-teste. Após o período de incubação de 48 horas, o solo-teste e o solo-controle serão separados pela inserção de um divisor de plástico e o número de minhocas será determinado nas duas seções dos recipientes-teste. Ao término do teste serão calculados os percentuais de minhocas presentes no solo-teste e no solo-controle, em todos os grupos de exposição.

Ensaio de toxicidade aguda

O principal parâmetro avaliado em testes de toxicidade aguda é a letalidade. Para a avaliação das amostras de água coletadas, será averiguada a mortalidade dos indivíduos expostos nos quatro grupos de exposição, com 30 organismos, 10 em cada recipiente, durante o período de 14 dias de exposição. Para a realização dos ensaios de toxicidade aguda serão seguidas as recomendações e normas disponíveis nos protocolos da OECD (1984) e ABNT NBR 17512 (2011). Para o ensaio, será utilizado um recipiente-teste de polipropileno transparente, de 170 mm de comprimento, 130 mm de largura e 50 mm de altura, com capacidade de 500 mL, com tampa plástica e perfurados para ventilação, para evitar fugas. Os recipientes serão previamente identificados. Os grupos de exposição serão compostos em triplicata utilizando 450 gramas de substrato (solo) com água coletada em cada recipiente-teste. No Grupo 1 utilizamos Solo + água 1; Grupo 2, Solo + água 2; Grupo 3 Solo + água 3, Grupo 4 Solo + água 4, Grupo 5, grupo de controle foi usado SAT; Grupo 6, controle positivo com SAT+(B3HO3).

As minhocas selecionadas ($n=120$), todos anelídeos adultos, com um clitelo bem desenvolvido e com massa individual média de 250 a 600 mg, serão aclimatadas por 24 horas em solo artificial (SAT) antes do ensaio, com umidade ajustada em 50% (como descrito anteriormente). Os anelídeos serão avaliados quanto ao peso médio, sem realizar o esvaziamento intestinal, antes, durante e ao término do ensaio. Os recipientes com o teste serão mantidos com temperatura $20 \pm 2^\circ\text{C}$ até o final do experimento, sem adição de alimentação. A luminosidade durante o teste será ajustada de acordo com a norma e aferida com luxímetro digital. Serão realizados acompanhamentos semanais (7º e 14º dia) para a análise de umidade das amostras e adição de água destilada quando necessário. A mortalidade será observada e registrada no 7º e no 14º dia, pela transferência do solo do recipiente-teste para uma bandeja, seguida da segregação dos organismos, onde serão estimulados mecanicamente com o auxílio de uma pinça e verificados quanto à letalidade. Após o primeiro registro de mortalidade, será realizada uma reavaliação da

capacidade de retenção da umidade, a fim de ajustá-la novamente para aproximadamente 50%. Os organismos vivos serão realocados no recipiente de origem, onde serão mantidos durante mais sete dias, totalizando ao final do ensaio 14 dias de exposição, quando a segunda verificação será realizada e a mortalidade dos indivíduos avaliada para que seja evidenciado de forma qualitativa o grau de toxicidade dos contaminantes. Ao final do teste, os organismos sobreviventes serão removidos dos recipientes, contabilizados e aferidos por pesagem. O percentual de mortalidade e o peso obtido serão comparados com o controle. A perda de peso dos organismos sobreviventes será avaliada considerando o peso individual médio de cada organismo, pesados antes e depois do ensaio.

Análise estatística

A distribuição dos dados obtidos será testada utilizando o teste Kolmogorov-Smirnov. Os valores obtidos para o grupo exposto serão comparados com os do controle através de ANOVA. Quando os dados possuírem uma distribuição normal ou Gaussiana será utilizado teste paramétrico Dunnet, e se seguirem uma distribuição não paramétrica será utilizado teste Tukey, utilizando o programa GraphPad Prism 5.0, onde valores de $P \leq 0,05$ serão considerados estatisticamente significativos.

Resultados esperados

Espera-se estimar através dos ensaios e testes descritos, quais os possíveis efeitos tóxicos causados pelas amostras de água provenientes da irrigação do arroz. Cabe salientar, que a água que se utiliza na lavoura volta aos cursos hídricos naturais e, portanto, é a mesma que posteriormente será utilizada para o abastecimento humano.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISO 17512-1 Qualidade do Solo - Ensaio de fuga para avaliar a qualidade de solos e efeitos de substâncias químicas no comportamento - Parte 1: Ensaio com minhocas (Eisenia fetida Eisenia andrei). Rio de Janeiro, 2011.

ANDRES, A.; MACHADO, S. L.O. Plantas daninhas em arroz irrigado. In: GOMES, A. S.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. M. **Arroz irrigado no Sul do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2004. p. 457-534.

AZAMBUJA, I. H. V.; VERNETTI JÚNIOR, F. J.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. M. Aspectos socioeconômicos da produção do arroz. In: GOMES, A. S.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. M. (Ed.). **Arroz irrigado no Sul do Brasil**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado; Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 23-44.

CANDELLO, F. P. Comportamento de fuga de minhocas na presença do antimicrobiano sulfadiazina em solo. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo. 2014.

COMITÊ GRAVATAHY. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Disponível em: <<http://www.comitegravatahy.com.br/>>. Acesso em 15 set. 2019.

GHERARDI-GOLDSTEIN, E.; Et al. **Procedimentos para utilização de testes de toxicidade no controle de efluentes líquidos**. São Paulo: CETESB, 1990. 17 p. (Série Manuais, 6).

IRGA - INSTITUTO RIO-GRANDENSE DO ARROZ. BOLETIM DE RESULTADOS DA LAVOURA - SAFRA 2018/19 – ARROZ IRRIGADO E SOJA EM ROTAÇÃO. Disponível em: <<http://www.irga.rs.gov.br>>. Acesso em: 10 de setembro. 2019.



LIPP-NISSINEN, K. H. Licenciamento ambiental para irrigação superficial da orizicultura no RS: manual de orientação. Porto Alegre: Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, 2018.

LOPES, A. de M.; ROCHA, A. C. P. N. da. **Alguns aspectos econômicos e sociais da produção mundial de arroz em 2005**. EMBRAPA, 2006, p. 9-18.

MAGALHAES JUNIOR, A. M. de.; GOMES, A. da S.; SANTOS, A. B. dos (Ed.). **Sistema de cultivo de arroz irrigado no Brasil**. Embrapa, 2004, 270 p.

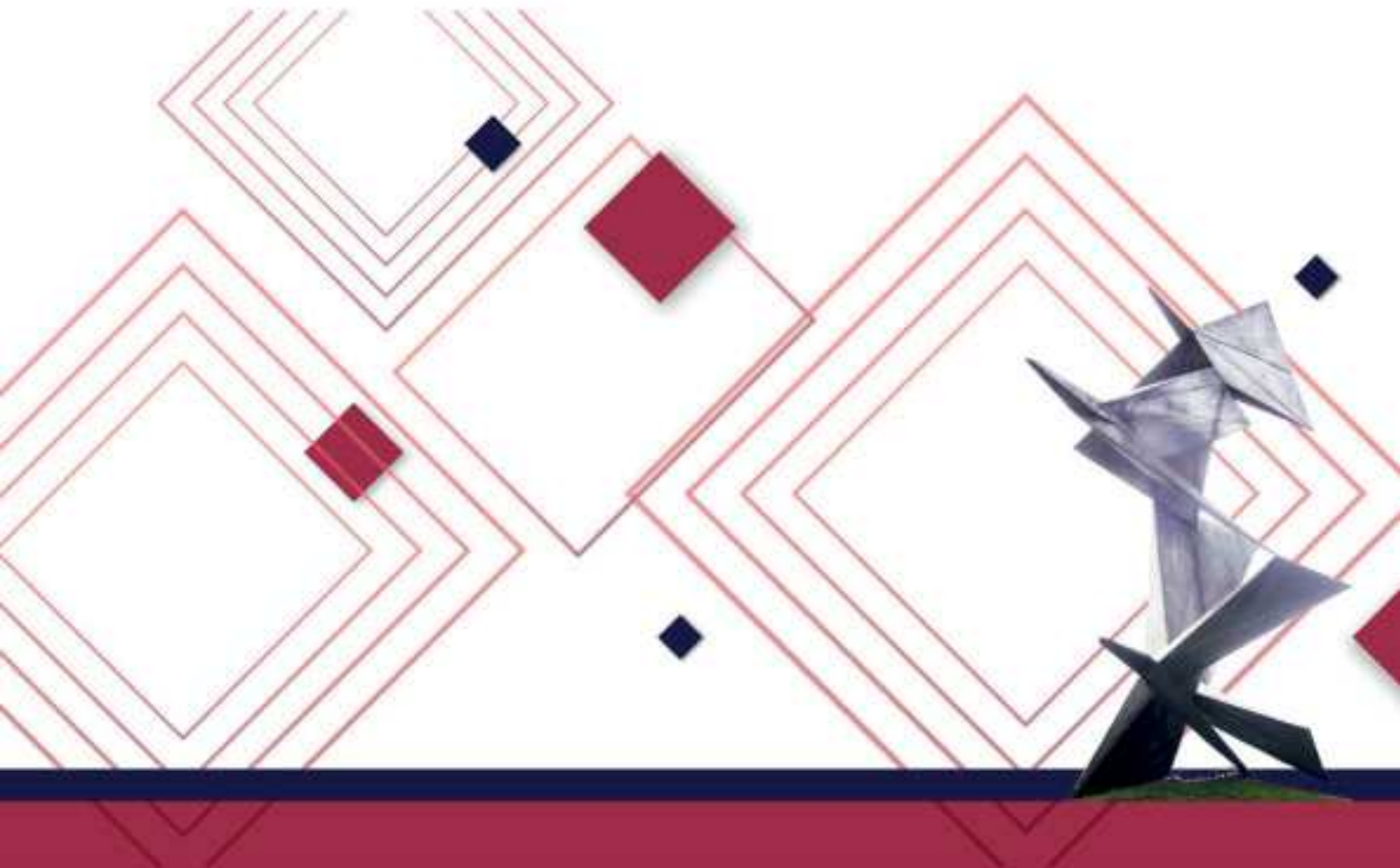
SBCS - Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Manual de adubação e de calagem para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Comissão de Química e Fertilidade do Solo. 10. ed. Porto Alegre, 2004. STAHL, R. G. 1991.

VERNETTI JUNIOR, F. de J.; GOMES, A. da S. Sistema convencional de arroz irrigado. In: GOMES, A. da S.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. M. de. (Org.). **Arroz irrigado no Sul do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. p. 339-348.

ZAGATTO, P. A.; GOLDSTEIN, E. Toxicidade em águas do Estado de São Paulo. **Ambiente**, v. 5, n. 1, p. 13-20, 1991.



GT 2



RECORTES DA PANDEMIA: O MUSEU BRITÂNICO NA PONTA DOS DEDOS¹*Gelson Luiz Benatti**Robson da Silva Constante***Universidade La Salle****Introdução**

Em um livro magistral, Chabouté (2018) conta a vida de um banco de praça, onde desfila, ao longo de décadas, uma coleção de memórias. Servindo de palco para histórias de amor, espaço de rebeldia, lugar de brincadeiras inocentes, este “pedaço de madeira e aço” se torna um lugar onde nascem e se mantêm as memórias: é no banco que um casal entalha suas iniciais dentro de um coração; é o banco que anos que o casal para reforçar o amor; é no banco que, em momentos de dúvida, o casal reflete, e, motivados pelas memórias ali presentes, decide continuar. Ao longo de emocionantes 340 páginas não há um único diálogo: tudo é transmitido por desenhos. Mediada pela visão e pelo silêncio, a relação entre a memória e os lugares dispensa palavras.

Os museus também são identificados como “lugares de memória” e de “conservação”, seja por representarem a história e identidade de um povo, seja por abrigarem coleções de produtos naturais ou objetos criados pelo homem (BORGES, 2011). Em Bernd & Mangan (2017, p. 218), são definidos como “lugar de conservação ordenada, identificada, compreendida e valorizada (...), revelando-se como testemunho do passado de um povo, de uma comunidade.” O *International Council of Museums - ICOM*, reforça, em seu Código de Ética, que os museus são instituições abertas ao público, para fins de estudo, educação e lazer.

Seja na ficção, seja na realidade, seja no banco da praça, seja no museu, seja para interação, seja para observação, as relações entre lugar, memória e patrimônio se estabelecem pela presença física, tanto das obras e objetos como de seus visitantes. É pela silenciosa contemplação presencial que reverenciamos a memória presente nos lugares e nos museus. Mais recentemente, a inovação e a tecnologia permitiram o surgimento de museus virtuais, entendidos como uma “vertente virtual de um museu físico [...] tão ou mais eficaz quanto o museu físico”, representando “uma nova possibilidade de interação com o patrimônio” (BERND, MANGAN, 2017, p. 222). Até então, entretanto, a visita virtual sempre foi tratada como uma opção secundária, mera concessão da forma tradicional de apreciar a cultura à modernidade nascente.

Eis que, no caminho, tinha um vírus. E, na quarentena, isolados, nada de sair de casa, de visitar, de estar presente. No mercado cultural, se notabilizaram as lives de artistas populares, ganharam força as visitas virtuais. Espaços que exigiam a presença física em outros continentes ficaram a um clique de distância, recriando-se pela apropriação de inovações e desenvolvimentos tecnológicos.

Museus virtuais

Os museus virtuais existem, basicamente, desde que se popularizou a própria internet. O Museu da Arte Computacional, por exemplo, localizado em (<http://moca.virtual.museum/>), foi criado em 1993 (VENTURELLI, 2017). Com o tempo, muitas instituições entraram na onda, digitalizando seus acervos físicos e ampliando o alcance de sua visitação. Atualmente, entretanto, o que antes era uma alternativa parece ter se tornado o único

1 Artigo produzido na Disciplina de Oficina de Marketing Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, em 2020/01.



caminho possível. Mas será que a tour virtual pode substituir a visita presencial? Será que uma visita “clificada”, galeria por galeria, no Museu de Artes de Boston substitui a experiência de estar frente a frente com Nydia, a menina cega de pompeia (imagem 1)?

Imagem 1 – Nydia. Randolph Rogers, 1856.



Fonte: <<https://www.mfa.org/event/spotlight-talk/nydia-apocalypse-and-epiphany>>

Vamos olhar alguns exemplos.

No site do Louvre (<https://www.louvre.fr/en/visites-en-ligne>), é possível navegar por um acervo de praticamente 35.000 réplicas digitais, com informações sobre cada peça, dados sobre o artista e comentários de críticos. Infelizmente, as imagens não estão em formato grande, e não é possível fazer um zoom, por exemplo, na Mona Lisa, que nos permita apreciar, de perto, a técnica do artista. E, se você realmente quiser sentir a emoção de estar em frente à icônica pirâmide de vidro, precisara ir a Paris. Você poderia, portanto, afirmar que o virtual não proporciona a mesma experiência que o presencial.

Se você visitar o Guggenheim (<https://www.guggenheim.org/collection-online>), perceberá que a visita on-line modificou sensivelmente a experiência visual única que é a marca registrada do museu: no presencial, as coleções ali expostas não se dividem em departamentos, mas são distribuídas livremente pelo espaço, misturando artistas consagrados com estrelas em ascensão. A versão digital, por outro lado, é totalmente dividida e classificada por estilo, artista ou idade da obra. Em contrapartida, há uma vasta disponibilidade de informações sobre cada obra, o que transforma a visita, para além de uma experiência sensorial, em uma aula sobre arte. Você perceberia, neste caso, que a experiência virtual não substitui a presencial (já estabelecida como diferenciada), mas que se trata de uma nova forma de apreciar o museu.

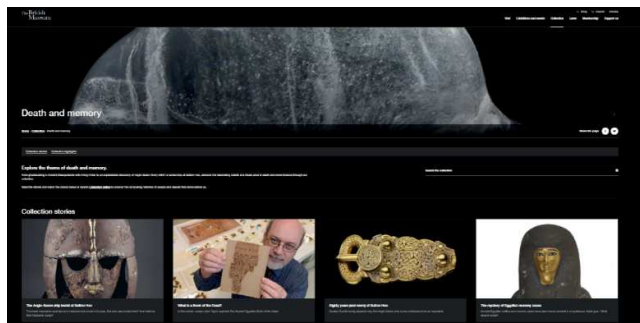
No caso da National Gallery of Art, mais de 30.000 obras estão disponíveis para visita on-line, com recursos tecnológicos agregados que permitem, por exemplo, o zoom intenso, que permite observar, no detalhe, as pinceladas individuais (algo que um visitante comum jamais conseguiria fazer, por exemplo, no Louvre, seja na visita presencial ou on-line). Você perceberia que, neste caso, o virtual te permite aprofundar e apreciar ainda mais a experiência da visita.

E a menina Nydia? Neste caso, você pode acessar o site do museu, pesquisar pelo nome da obra e agendar a participação em um dos 07 (sete) horários disponíveis para assistir um spotlight talk, onde um guia especializado vai falar, durante 15 minutos, sobre a história, as técnicas e os fatos que envolvem a obra. No dia marcado, você deverá estar em Boston, acotovelando-se com os demais turistas inscritos. Mas não agora. No momento, o site do museu informa que “devido à atual crise sanitária, o museu está temporariamente fechado”.

Perambulando pelo Museu Britânico

O acervo do Museu Britânico (<https://www.britishmuseum.org/collection>) abrange toda a história humana e permite a realização de uma visita totalmente imersiva, que, se não for acompanhada de cuidado, pode levar o visitante a permanecer horas interagindo obsessivamente com uma única obra. Foi o que fiz. A partir da página inicial, fui até a seção de coleções, e, a partir da chamada “faça sua imersão em dois milhões de anos de história”, selecionei a seção “Morte e Memória” (<https://www.britishmuseum.org/collection/death-and-memory>).

Imagem 2 – Tela inicial do British Museum.



Fonte: <<https://www.britishmuseum.org/collection/death-and-memory>>.

No canto inferior esquerdo da tela (figura 2), fui atraído pela imagem do elmo Sutton Hoo. A exposição é uma visita ao cemitério de navios Anglo-Saxão. Depois de ser direcionado para uma página de apresentação e clicar em dezenas de links, tal como se perambulando pelo espaço físico do museu, entrei na Sala 41 e me detive a examinar, em detalhe, o Sutton Hoo Helmet. Pude ter informações sobre o tipo de objeto; número de acervo do item; título; descrição detalhada; escola/estilo da obra; período/cultura; data e local de produção; local onde foi encontrado; materiais utilizados e suas descrições; técnicas presentes e suas descrições; dimensões; comentários dos curadores; referências bibliográficas; localização física; histórico da exibição; assuntos relacionados (guerreiros, mamíferos, danças); nome do doador; data da aquisição; departamento do museu; tipo de conservação utilizada. Em mais de duas dezenas de campos, pude clicar em links, que me levaram a novas páginas, onde pude aprender, ao longo de quase duas horas de leituras, uma quantidade gigantesca de detalhes sobre a obra e sua história, como, por exemplo, que, em 29 de julho de 2002 (<https://www.britishmuseum.org/collection/term/61050:1>), a obra passou por um processo de limpeza, onde:

...a sujeira e o pó foram removidos das superfícies douradas, estanhadas e prateadas com cotonetes de algodão embebidos em álcool destilado industrial (etanol). O pó foi removido das áreas de gesso reconstruídas usando borracha vulcanizada. A poeira foi escovada das áreas originais de ferro com uma escova de cabelo de zibelina.

Isso tudo antes mesmo de visitar a seção de fotografias (https://www.britishmuseum.org/collection/object/H_1939-1010-93), que começa com a seguinte descrição:

Capacete de ferro e liga de cobre estanhado, composto por muitas peças de ferro, agora incorporado à reconstrução, formando boné, bochechas, máscara e protetor de pescoço. Coberto com painéis de folhas de liga de cobre estanhado. As chapas de liga de cobre são estampadas com vários padrões, incluindo entrelaçamento animal e motivos guerreiros representados em dois painéis. Três matrizes diferentes foram usadas para as cenas figurais e duas para o entrelaçamento. Os motivos do guerreiro são conhecidos como “Guerreiro Dançante” e “Guerreiro Caído”. Uma crista passa sobre a tampa do capacete e desce o rosto em uma linha reta, formando o nariz, que é uma liga de cobre dourado. A crista em si é de ferro e possui terminais de animais dourados na testa e na parte de trás da cabeça, os animais tendo olhos de granada cloisonné. A crista de ferro e as sobrancelhas de liga

de cobre são incrustadas com fio de prata; as sobrançelas têm terminais zoomórficos dourados que consistem em cabeças de javali e tiras de granada cloisonné funcionam imediatamente acima das órbitas oculares. O nariz e o bocal são fundidos como um; eles são feitos de uma liga de cobre parcialmente dourada e parcialmente estanhada, com detalhes gravados e incrustações de prata.

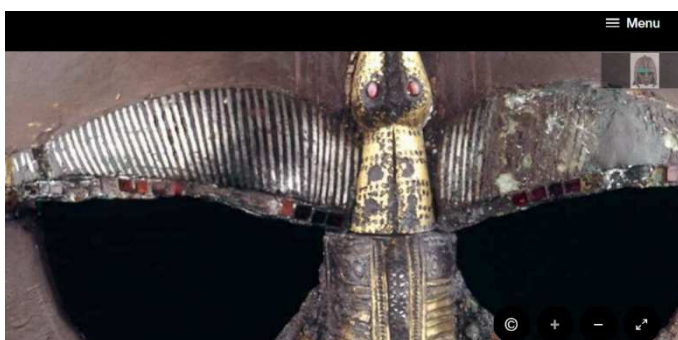
A seção de fotos tem 35 (trinta e cinco) fotos. Cada uma delas permite visualização em tela cheia e aproximação, com zoom, que permite uma visualização incrível dos detalhes. Veja, por exemplo, a comparação entre uma foto sem zoom (imagem 3) e até obter a visualização máxima de um detalhe na sobrançela do capacete (imagem 4): observe, no canto superior direito, que, na miniatura da foto, existe um pequeno retângulo verde, que permite definir onde será colocado o destaque do zoom. Você imagina que, estando fisicamente no museu, eu conseguiria chegar tão perto da obra? Praticamente pegar com a mão e manipular o capacete, para olhar de perto seus pequenos detalhes, sem adotar nenhum dos rigorosos cuidados e detalhadas preparações que deveriam ser utilizadas presencialmente.

Imagem 3 – Elmo Sutton Hoo: Visão Geral.



Fonte: <<https://www.britishmuseum.org/collection/death-and-memory>>.

Imagem 4 – Elmo Sutton Hoo: Foco.



Fonte: <<https://www.britishmuseum.org/collection/death-and-memory>>.

Outra vantagem da seção de fotos é a possibilidade de registrar de quando a obra foi encontrada e de seu estado antes das restaurações (imagem 5). Ou seja, não só tive acesso à obra, tal como ali exposta, mas sim a todo o percurso que ela traçou, desde o momento de sua descoberta até o momento em que passou a ser exposta no Museu.

Imagem 5 – Elmo Sutton Hoo: Restauração.



Fonte: <<https://www.britishmuseum.org/collection/death-and-memory>>.

Considerações finais

É inegável que a experiência de uma visita virtual a um museu pode ser uma experiência única, com muitas vantagens em relação à congênere presencial. Entretanto, não se pode afirmar que ela seria uma simples substituta. Esta hipótese levantaria muitas perguntas, nenhuma delas trivial. Vamos citar somente duas: se não é necessária a presença física, não correm os museus o risco de se tornarem meros depósitos de objetos? Se, na modalidade presencial, os museus já enfrentam sérias dificuldades em manter o interesse da população, como contornar o problema da falta de inclusão digital, condição essencial para uma experiência de visita satisfatória?

No momento, além de não conhecer as respostas, temos muitas perguntas em aberto. Ponte (2020), afirma que “reabrir um espaço cultural não é uma questão de passar álcool em gel na maçaneta”. Temos, pela frente, um imenso desafio, que envolve não somente protocolos sanitários, mas questões de sustentabilidade financeira e de um novo posicionamento de mercado para o ecossistema cultural.

Há uma imensa lista de perguntas, muitas delas ainda não formuladas. Um vasto campo de oportunidades para quem habita o universo da pesquisa neste cenário. A crise causada pelo covid-19 é uma das mais graves já enfrentadas pela humanidade. Mas ela também é uma daquelas oportunidades de reinvenção que aparecem somente uma vez a cada geração. Talvez nossa forma de “*contemplação pública de relíquias artísticas*” (VEIGA, 2013), vigente desde que os gregos passeavam pelos templos de Atenas e Delfos, esteja no limiar de um novo modelo.

Dan Spock aponta que a pandemia “*nos prendeu fora da caixa: estamos fora dos museus, das salas de concerto, dos teatros e dos espaços culturais*” (PONTE, 2020). Como voltaremos para dentro delas? É o desafio de quem atua e pesquisa no mercado cultural pós-pandemia.

Referências

BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Editora Unilasalle, 2017.

BORGES, M. E. L. (Org.). **Inovações, coleções, museus**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CHABOUTÉ, C. **Um pedaço de madeira e aço**. São Paulo: Pipoca & Nanquim, 2018, 340p.

ICOM. **Código de Ética**. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=30>. Acesso em 06/08/2020.



PONTE, Beth. **Reabertura cultural além dos protocolos**. Disponível em <<https://medium.com/@pontebeth/reabertura-cultural-al%C3%A9m-dos-protocolos-445dff7c4dc9>>. Acesso em 06/08/2020.

VEIGA, Ana C. R. **Gestão de projetos de museus e exposições**. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

VENTURELLI, Suzete. Arte interativa computacional (ART-I): software art. IN: 26° Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. **Anais do 26° Encontro da Anpap**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2017. p.400-411. Disponível em: <http://anpap.org.br/anais/2017/PDF/S07/26encontro____VENTURELLI_Suzete.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2020.



AS POLÍTICAS HIGIENISTAS, A DERRUBADA E O ESQUECIMENTO DO MORRO DO CASTELO, NO RIO DE JANEIRO (1920 - 1922).

Paula Purim Manfredini

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

Introdução

O Morro do Castelo – demolido no ano de 1922, durante a Primeira República do Brasil – foi o local de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Considerado um local insalubre, reduto da pobreza e da imoralidade, sua derrubada foi incentivada e legitimada pelo discurso médico-científico da época, que, partidário da Medicina Social, pretendia a inserção do Brasil nos moldes europeus de modernidade e progresso – os quais condenavam as condições em que o Castelo se encontrava. Adotando a relação entre higienismo e urbanismo como escopo principal deste artigo, revisitando a cidade do Rio de Janeiro, pretende-se responder à seguinte problemática: qual foi a influência das políticas higienistas, pautadas na melhoria das condições de saneamento, nos argumentos legitimadores da derrubada do Morro do Castelo no início do século XX? Para tal, foram analisados trechos retirados do *Jornal do Brasil*. Referido periódico, uma vez caracterizado como “*popularíssimo*” (PAIVA, 2008), privilegia a apreensão desses argumentos, visto que, publicado diariamente, evidencia a relação de seu editorial com assuntos do cotidiano popular da época, e debate temas considerados de interesse da ampla população. O jornal, posicionando-se de forma contrária ao desmonte, evidencia seus argumentos legitimadores para então refutá-los. Referidos argumentos são aqui compreendidos como discursos interdependentes de representações sociais, ou seja, considera-se aqui que os argumentos utilizados não se caracterizam como um reflexo direto do cotidiano no Castelo, mas um reflexo do discurso que se constrói sobre ele. Nesse sentido, selecionou-se como metodologia a análise do discurso, fundamentada em autores como Michel Foucault (1996) e Dominick LaCapra (1983).

O Morro do Castelo: berço da nação

A primeira metade do século XX se apresenta como um período de grande esforço pela ressignificação do Brasil aos olhos estrangeiros. Referido processo foi comandado pelo governo nacional e previa diversas modificações de caráter urbano e social do país – buscando a inserção nos moldes da modernidade europeia. Enquanto os últimos momentos da Monarquia presenciaram a abolição da escravidão em seus moldes oficiais, os primeiros anos da República no Brasil assistiram ao surgimento do início das relações capitalistas no país, marcadas por alterações nos padrões de habitação e mão de obra, principalmente nos centros urbanos, além de revoltas, alterações na constituição, no voto e nos símbolos do governo, caracterizando a transição pela qual o país estava passando e adequando-o a seus novos moldes (CARVALHO, 2017; SCHWARCZ, 2015). Juntamente com o advento da República na nação, surge a necessidade de adequá-la aos moldes de civilidade e progresso, pautados no Positivismo – que, de acordo com Eric Hobsbawm (1977, p. 265), apresentam-se como reflexo dos anos finais do século XIX e da exaltação da ciência como normatizadora da vida cotidiana –, incorporando novos padrões sociais e valores inexistentes até então (MACHADO, 2011) e conferindo à nação “a sensação de proximidade com o mundo europeu e de confiança na inevitabilidade do progresso e de civilização” (SCHWARCZ, 1993, p. 46).

Um Brasil moderno seria necessariamente um Brasil europeizado. Apesar das tentativas de adequação da nação aos moldes europeus de civilidade, um dos impedimentos para a inserção do Brasil na modernidade era sua precária condição de higiene e saneamento, resultando em diversos surtos epidêmicos, principalmente nos centros urbanos, que afastavam os navios e viajantes europeus. Mesmo com um considerável crescimento econômico nas



primeiras décadas da República, esse foi um período delicado em se tratando da questão sanitária no Brasil.

Os setores governamentais enfrentavam a necessidade de criar políticas de gestão para os surtos de moléstias que acometiam a cidade, em especial as regiões mais pobres, “onde há falta de tudo, principalmente hygiene e cujos moradores são completamente desprovidos dos meios necessários ao combate a uma epidemia” (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 295, v. 03, n.p.). Seu silêncio em relação ao estabelecimento de medidas sanitárias era rapidamente comentado nos jornais, os quais, ao relatarem que “a Saúde Pública ainda não assentou nenhuma providência tendente a impedir a propagação da terrível doença. Entretanto, é bom de ver o perigo que a ameaça a população” (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 295, v. 03, n.p.)², cobravam ações do governo acerca da situação de insalubridade. Consolidasse, então, no Brasil, como resposta ao panorama apresentado, o pensamento higienista, que associa doença e moral e concebe a educação higiênica e sanitária dos indivíduos como ferramenta para o controle das epidemias, visando à manutenção da ordem, base da nova organização social (SIAL, 2005). De acordo com Vanessa Sial (2005, p. 21), uma das características marcantes das políticas higienistas e de iniciativas legitimadas por essas é a sobreposição de seus interesses em detrimento dos interesses particulares dos indivíduos, não importando possíveis consequências que tais iniciativas possam provocar no modo de vida das camadas mais populares.

Nesse sentido, são diversos os trechos publicados no *Jornal do Brasil* nos quais se comenta “a obsessão do Prefeito Carlos Sampaio” com o arrasamento do Morro do Castelo, acusando-o de conceder a licença da demolição à Adamczyk & C. por motivações exclusivamente econômicas de benefício ao governo e não à população como um todo. Como mencionado anteriormente, Carlos Sampaio era reconhecido por “apresentar inúmeras características moraes perfeitamente semelhantes aos do grande prefeito Pereira Passos”, uma vez que compartilhava com esse “visão larga e brilhante ao gerir os negócios administrativos da grande metrópole brasileira” (JORNAL DO BRASIL, 1922, ed. 132, n.p.). Podem ser encontradas no periódico analisado publicações da população que contestam a derrubada do morro utilizando de argumentos patrimoniais (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 313, n.p.) e econômicos (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 249, n.p.). Uma vez que a iniciativa se dirigia a um marco histórico nacional e local, não apresentava intenção de indenização ou realocação de seus moradores (NONATO, SANTOS, 2000) e, ainda, aos olhos dos autores das publicações, não era compensatória no âmbito econômico – sendo seus gastos maiores dos que os possíveis benefícios. Mencionadas colocações foram desconsideradas pelos governantes, confirmando a característica apontada como concernente à derrubada do Morro do Castelo.

Cercados por pântanos, os morros já eram ambientes naturalmente associados – pela teoria dos miasmas, muito influente no higienismo brasileiro – à propagação de doenças, uma vez que eram responsabilizados pela suposta precariedade na circulação de ar na cidade do Rio de Janeiro. Juntamente à aglomeração de moradias coletivas, esse argumento embasava discursos que defendiam suas derrubadas, corroborados essencialmente pelos saberes médicos da época. Os intelectuais proferiram discursos inundados de termos relacionados à educação e à higiene, nos quais a disciplinarização dos ambientes por meio das práticas “higiênico-eugenistas”, era fator crucial (JANZ JR, 2011, p. 109). O discurso médico se dirigia às mais diversas esferas da sociedade, visando, em nome do governo, normalizar as condutas – fazendo-se presente nos mais diversos veículos de comunicação e difundindo seus debates.

Tanto na leitura das bibliografias mencionadas anteriormente, quanto nos dados obtidos como resultado da pesquisa com periódicos, é possível verificar a interdependência entre a medicina e o meio social – visto que o profissional da classe médica modifica direta e indiretamente a sociedade por meio de sua atuação e de seu discurso. A prática médica que se percebe indiretamente pela análise dos periódicos, uma vez que não está sendo feita a análise de periódicos médicos e afins, se assemelha àquela descrita por Foucault no que tange à função do discurso médico, pois esse assume um caráter normativo e atua por meio do controle do corpo, preocupando-se, além da cura, com

2 Os trechos aqui mencionados foram retirados de um artigo publicado no ano de 1920 no *Jornal do Brasil*, o qual mencionava uma erupção de um surto de varíola no Morro do Castelo, em relação ao qual o governo não havia tomado providências até o momento.

o controle da desordem. Faz-se, nas próprias publicações do *Jornal do Brasil*, a associação entre insalubridade e imoralidade, as quais se apresentam como reflexo da consolidação das representações sociais por meio do discurso – uma vez que essa era a imagem do Morro reforçada pelas elites e pelo discurso científico.

É periódico o aparecimento de grandes projectos com relação ao morro do Castello, mas, por isto mesmo, não se cuida do que é urgente e indiscutivelmente devido aos contribuintes que alli tem residência. Queremos nos referir, por hoje, à via pública que pela rua Azevedo Lima vae ao cumo da montanha. O Sr. Dr. Carlos Sampaio, tão bem-intencionado e que vem dando provas de uma ponderada actividade, não deve demorar em fazer uma visita à moribunda escadinha que dá acesso à essa via-crucis. Alli não falta nada em matéria de immundice, de inesthética, de insegurança e de imoralidade, do que caracteriza o “bairro dos cachorros” em Stamboul. E.S. Ex: lá não vá sem se precaver de uma dose de philosophia e de um bom desinfetante (JORNAL DO BRASIL, 1920, ed. 211, v. 02, n.p. grifo nosso).

A dificuldade em conter o avanço das doenças na capital, diretamente proporcional aos conhecimentos incipientes no que tange o campo da microbiologia, legitima a intervenção médica nas mais diversas esferas da vida cotidiana. O caráter normalizador da medicina acima destrinchado se manifesta no discurso presente nas falas apreendidas pelo periódico estudado no que tange à demanda por orientações acerca da conduta para com os doentes e, logo, para com os redutos de proliferação de doenças – tal qual se percebia o Morro do Castello. Se toda a capital se encontrava sujeita às reestruturações em prol das políticas sanitárias, os redutos socialmente mais frágeis eram os primeiros a passar pelo “pente-fino” higiênico do governo – caracterizando-se como os ambientes que mais sofreram com a tentativa de limpeza e embelezamento dos centros urbanos.

Em sua maioria, os habitantes dos morros eram integrantes da parcela pobre da população, reflexo da vinda de imigrantes e da crise do café, para além dos ex-escravizados e seus descendentes, grande parte dos habitantes dos morros havia se deslocado para os centros urbanos ao perceberem-se obrigados a buscar atividades remuneradas nos centros urbanos. Referida situação resulta no aumento do número de cortiços, habitações simples que abrigavam diversos indivíduos, normalmente em condições insalubres, contra os quais a cidade do Rio de Janeiro trava uma duradoura luta, em oposição ao seu estabelecimento. De acordo com Sidney Chalhoub (1996), a oposição aos cortiços ocorre em decorrência tanto da disseminação do ideal de progresso – o qual levava à ideia de que a cidade deveria ser regida por critérios técnicos e científicos –, quanto pela transformação, no imaginário social, de “classes pobres” em “classes perigosas”. Isto é, pela associação entre doença e imoralidade, que pode ser percebida nas menções do periódico sobre o Castello. Como defende Julia O’Donnell (2013), em sua obra “*A Invenção de Copacabana*”, estabelece-se no Rio uma “ideologia da higiene”, de acordo com a qual as classes mais pobres seriam as responsáveis pela disseminação de doenças, pelo contágio moral e físico da população, refletindo na luta das autoridades conta a aglomeração de moradias.

Considerações finais

Tendo como base as escolhas teórico-metodológicas apresentadas anteriormente, foi possível perceber a constante presença de temas relacionados à higiene pública e à emergência de enfermidades nas publicações do *Jornal do Brasil*. Em artigos que relatam a insalubridade das ruas, medidas são cobradas do governo – entidade a qual se refere com indignação pelo descaso com a população. Foi possível também perceber a associação entre *insalubridade* e *imoralidade* nas publicações, a qual se entende como reflexo da apropriação do discurso proferido pelas classes mais abastadas. Como mencionado anteriormente, o discurso não raramente é utilizado como ferramenta de poder e, quando recorrentemente proferido por membros detentores de prestígio social ou/e intelectual, tem a capacidade de consolidar ideias e atribuir a esse caráter de verdade. Dessa forma, a compreensão de ambientes insalubres como redutos imorais e a preocupação popular com esse fato se apresenta como resultado da consolidação e propagação



do discurso oficial, divulgado por médicos e governantes, embasado pela Medicina Social e determinado a inserir o país nos moldes da modernidade, utilizando das políticas higienistas para tal.

Os argumentos oficiais utilizados para justificar a necessidade da derrubada do Castelo foram encontrados de duas formas: em um primeiro momento, foram evidenciados em publicações que se dedicavam a questioná-los e, para isso, precisavam repeti-los. Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível perceber a incorporação desses argumentos pelo discurso popular, que emprega termos dos discursos médico-científicos da época - como “imundice”, “imoralidade”, “insalubridade” e “higiene” - para comprovar a necessidade de intervenção governamental no Morro. Encontra-se, de fato, nas publicações selecionadas, demandas por planos de ação do governo voltados às regiões mais simples da cidade, que mais sofriam com a proliferação de moléstias. São realizadas solicitações em nome dos moradores do morro para que esse passe a ser foco das reformas sanitárias. Porém, quando a atenção do governo se volta ao Morro do Castelo, as críticas não cessam: os planos de demolição do Castelo não agradam seus moradores, visto que apresentavam benefícios unicamente ao governo em detrimento da população – mais uma característica das políticas higienistas.

Para além disso, os comentários publicados no jornal acerca do Morro do Castelo tecem pedidos de melhoria das condições de higiene do reduto e nunca de sua demolição. O esquecimento da existência do morro se sobrepõe a sua lembrança. Apesar de ter sido considerado o berço fundador da cidade do Rio de Janeiro, que foi por muitos anos a capital da nação brasileira, o Castelo foi apagado da história nacional – e as homenagens a ele se limitam às obras baseadas em sua destruição. As obras que relatam o esquecimento do Morro do Castelo contemplam apenas uma pequena parcela da cultura de apagamento do patrimônio nacional – seja esse intangível ou “de pedra e cal” – que se propaga no Brasil. De acordo com Abreu (1997), são poucas as cidades brasileiras que apresentam resquícios materiais consideráveis do passado, fato esse resultado da ideologia propagada no país que visa o enaltecimento do futuro e das inovações prometidas por esse – representada por bordões como “Brasil, o país do futuro”. Desenvolve-se uma sociedade cuja cultura legitima a destruição de sua própria história em prol do urbanismo moderno, do desenvolvimento – apagando de sua memória qualquer resquício dela.

Conclui-se, com base nos periódicos analisados, que as políticas higienistas tiveram extrema influência nos argumentos oficiais utilizados para defender e efetivar a demolição do Morro do Castelo – desde a demanda popular por planos de ação higiênicos no reduto, bem como no modo como a demolição foi realizada, em completo descaso com os moradores da região. Esses argumentos chegaram a ser incorporados pelo discurso popular, uma vez que, ao serem proferidos por membros de classes de poder, possuíam legitimidade em seu conteúdo. Tanto na leitura das bibliografias selecionadas quanto nos dados obtidos como resultado da pesquisa com periódicos, é possível verificar a interdependência entre a medicina e o meio social – visto que o profissional da classe médica modifica direta e indiretamente a sociedade por meio de sua atuação e de seu discurso. Pode-se perceber que a preocupação com a insalubridade da cidade se mostrava presente na linguagem médica e na formação do cidadão brasileiro, que tinha sua conduta, no que tange à saúde e à higiene, normatizada pelas falas propagadas pela classe médica. A prática médica que se percebe pela análise dos periódicos se assemelha àquela descrita por Foucault no que tange a função do discurso médico, uma vez que esse assume um caráter normativo e atua por meio do controle do corpo – preocupando-se, além da cura, com o controle da desordem.

Referências

ABREU, M. de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Revista de Urbanismo e Arquitetura. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987. 147 p. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3073>>. Acesso em 18 de agosto de 2020.

- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. Companhia das Letras, 2017, 174 p.
- CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. Cia das Letras, 1996, 288p.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Loyola, 1996, 80 p.
- HOBSBAWM, E. **A Era do Capital (1848-1875)**. Tradução de Luciano Costa Neto. Editora Paz Terra, 1977, 518p.
- JANZ JR, D. C. O valor da eugenia: eugenia e higienismo no discurso médico curitibano no início do século XX. **Cordis. História, Corpo e Saúde**, n. 7, jul./dez. pp. 87-120, 2011.
- JORNAL DO BRASIL. Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_03&pasta=ano%20191&pesq=morro%20do%20castelo>. Acesso em 15/05/2019.
- LACAPRA, D. **Rethinking Intellectual History**: texts, context, language. Cornell University Press, 1983, 350p.
- MACHADO, G. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas conseqüências espaciais. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710_ARQUIVO_GiseleCardosodeAlmeidaMachado-ANPUH.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2020.
- NONATO, J. A.; SANTOS, N. M. **Era uma Vez o Morro do Castelo**. IPHAN, 2000, 368p.
- O'DONNELL, J. **A invenção de Copacabana**. Zahar, 2013, 255p.
- PAIVA, J. F. de. Trajetória Histórica do Jornal do Brasil. **Revista do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Midiáticas Intermídia**. v.1, n.2, 2008.
- SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930). Cia das Letras, 1993, 268p.
- SCHWARCZ, L. **Brasil, uma biografia**. Cia das Letras, 2015, 792p.
- SIAL, V. V. de C. Das Igrejas ao Cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife no século XIX. **Dissertação**. Universidade Estadual de Campinas, 2005, 358p.



ANÁLISE DO IMPACTO AO PATRIMÔNIO CULTURAL EM ESTUDOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Flávia Monaco Vieira

Judite Sanson de Bem

Rute Henrique da Silva Ferreira

Universidade La Salle

Introdução

A Constituição Federal garante o pleno exercício dos direitos culturais (art. 215) e define como patrimônio cultural brasileiro “[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, art. 216).

Ainda de acordo com a CF/88 o patrimônio cultural deve ser protegido pelo Poder Público com a colaboração da comunidade. Por meio do licenciamento ambiental pode-se exercer o controle das atividades que interferem nas condições ambientais, inclusive no aspecto cultural. Segundo Miranda (2013, p. 2),

[...] todos os impactos sobre os bens culturais materiais (tais como cavernas, sítios arqueológicos e paleontológicos, prédios históricos, conjuntos urbanos, monumentos paisagísticos e geológicos) e imateriais (tais como os modos de viver, de fazer e se expressar tradicionais, os lugares e referenciais de memória) devem ser devidamente avaliados para se averiguar a viabilidade do empreendimento e para se propor as correspondentes medidas mitigadoras e compensatórias.

O licenciamento ambiental é um instrumento instituído pela Política Nacional de Meio Ambiente e tem como finalidade a aprovação ambiental de empreendimentos com potencial de degradação ambiental.

Os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), conforme a Resolução Conama nº 001, 23 de janeiro de 1986, devem considerar, no mínimo, a situação da área de inserção dos empreendimentos, antes da implantação de cada projeto e destacar o impacto aos sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, entre outros (IPHAN, 2020).

Apesar da norma, Bonfim, et. al. (2019) destaca que é conhecida a insuficiência de dados e análises apresentados pelos empreendedores sobre os impactos ambientais de aspectos socioeconômicos, diante da complexidade do patrimônio cultural aliada à ausência de normativa padrão estabelecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para os autores (2019, p. 13) “[...] tal lacuna pretendeu ser sanada quando o Iphan publicou a Instrução Normativa nº 01/2015”.

A Instrução Normativa IPHAN nº 001, de 25 de março de 2015, estabeleceu procedimentos administrativos a serem observados pela entidade, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar como deve ser realizada, durante o processo de avaliação ambiental de empreendimentos potencialmente poluidor, a verificação dos impactos ao patrimônio cultural.



Licenciamento Ambiental

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, trouxe em seu artigo 9º diversos instrumentos para Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), sendo um deles o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (inciso IV).

Em 1986 o CONAMA, por meio da Resolução nº 1, estabeleceu definições, responsabilidades, critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação da avaliação de impacto ambiental como um dos mencionados instrumentos da PNMA. A referida norma define impacto ambiental como,

[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986, art. 1º).

A Resolução especifica quais as atividades dependem de elaboração de estudo de impacto ambiental (EIA) e do respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA). Entre as atividades, estão relacionadas: ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, linhas de transmissão de energia elétrica, extração de minérios e combustíveis fósseis, aterros sanitários, entre outras.

Segundo o artigo 6º da Resolução Conama nº 001/1986, o estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas: (i) o diagnóstico, (ii) a análise de impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, (iii) a definição das medidas mitigatórias dos impactos negativos e (iv) a elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento. No diagnóstico do meio socioeconômico, o projeto deverá descrever e analisar,

[...] o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconômica, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos (BRASIL, 1986, artigo 6º, I, c).

Com o objetivo de revisar procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, e efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, previsto na PNMA, foi editada a Resolução Conama nº 237, de 1997. A norma definiu o conceito de licença ambiental, bem como dispõe sobre os empreendimentos e atividades a serem licenciados pelo IBAMA (art. 4º), pelos Estados e o Distrito Federal (art. 5º) e pelo Município (art. 6º) (BRASIL, 1997).

A análise de impactos ao patrimônio cultural é obrigatória nos Estudos de Impacto Ambiental, conforme previsto no artigo 6º da Resolução CONAMA nº 01/1986. Entretanto, Miranda (2013, p. 5) destaca que,

[...] na maioria das vezes a análise técnica realizada a tal respeito restringe-se a apenas alguns aspectos superficiais do patrimônio cultural, não cumprindo o intento da norma protetiva que, obviamente, pretende que todo e qualquer impacto ao patrimônio cultural material (histórico, turístico, artístico, paisagístico, arqueológico, espeleológico, paleontológico, geológico, científico, etc.) ou imaterial (modos de ser, de fazer, de viver, de se expressar etc.) seja devidamente identificado e interpretado, sendo considerado na análise da viabilidade do empreendimento, embasando as correspondentes medidas de mitigação e compensação.

Desta forma, para orientar a análise dos impactos nos estudos ambientais, os órgãos de proteção ao patrimônio cultural elaboraram o Termo de Referência. Este documento “[...] estabelece aspectos mínimos a serem abordados, propiciando a realização de estudos mais consistentes, gerando maior segurança tanto para os empreendedores quanto para os próprios órgãos licenciadores” (MIRANDA, 2013, p. 5).



Estudos ambientais e seus impactos ao patrimônio cultural

Normalmente, nos estudos de impactos ambientais realizados por empreendimento potencialmente poluidor, os impactos positivos são derivados dos aspectos social, econômico e político, enquanto que os efeitos sobre a natureza (flora, fauna) e patrimônio cultural tendem a apresentar impactos negativos (DELPHIN, 2020).

Alguns casos práticos de danos ao ambiente cultural, causados por negligência no estudo de impacto ambiental, são:

A destruição de ruínas históricas para a abertura de uma rodovia; a alteração dos modos de vida tradicionais e das relações socioculturais em decorrência do reassentamento de uma comunidade inteira para a construção de uma hidrelétrica; os impactos paisagísticos e a perda de referenciais geográficos e de memória da cultura popular provocados em uma montanha por atividades minerárias; a supressão de uma cachoeira que constitui importante atrativo turístico e ponto de convivência social para a construção de uma barragem (MIRANDA, 2013, p. 3).

No entanto, o patrimônio cultural ganha reconhecimento quando inserido ao conceito de sustentabilidade, pois possibilita o ingresso de dinheiro nas comunidades por meio do turismo, melhorando a qualidade de vida de seus habitantes, além de consistir em instrumento de divulgação dos valores a ele incorporados (CAMAGO, 2019).

O IPHAN realiza a gestão do patrimônio cultural segundo as características de cada grupo relacionado abaixo (IPHAN, 2020):

Patrimônio Material – São bens imóveis e móveis tombados com objetivo de impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras. Tem-se como exemplo de bens imóveis: cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos. E bens móveis: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

Patrimônio Imaterial – Esse patrimônio é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade. Dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas), entre outros.

Patrimônio Arqueológico – Os bens de natureza material de valor arqueológico são definidos e protegidos por lei. Todos os sítios arqueológicos quando são reconhecidos devem ser cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA). São considerados sítios arqueológicos os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, “estações” e “cerâmicos”, as grutas, lapas e abrigos sob rocha, entre outros.

Patrimônio Mundial – são bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. A UNESCO criou um título internacional que destaca espaços e manifestações da cultura imaterial, a chamada Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, prevista pela respectiva Convenção.

Como forma de proteção, o Brasil conta com instrumentos como o tombamento, o registro de bens culturais de natureza imaterial, o estudo de impacto ambiental, o estudo de impacto de vizinhança, o licenciamento ambiental e o zoneamento ambiental e urbano (CAMAGO, 2019).

Para Camargo (2019) antes de se pensar em fomentar a conservação do patrimônio cultural é necessário evitar sua prévia destruição. Segundo Delphim, (2020) quando paisagens são destruídas, populações nativas são removidas de seu meio tradicional, a cultura autêntica é degradada, havendo prejuízos a toda sociedade. Assim sendo, o patrimônio cultural se apresenta indissociável dos valores materiais e imateriais de qualquer bem cuja preservação interesse à humanidade.



De acordo com Bonfim, et. al. (2019, p.24),

[...] Estudos de Impacto Ambiental, com a devida análise dos aspectos relativos ao patrimônio cultural, são de fundamental importância para se verificar a viabilidade técnica de um determinado empreendimento, bem como para estabelecer medidas mitigadoras e compensatórias, de maneira que o desenvolvimento econômico não venha a prejudicar a preservação do meio ambiente e das referências culturais brasileiras.

Para IPHAN (2020) a Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural (AIP), “[...] no âmbito do licenciamento ambiental, colabora para identificar e proteger o patrimônio cultural, possibilitando entender a formação da sociedade brasileira e do povoamento desse território”.

Neste contexto, o licenciamento ambiental constitui um valioso instrumento de proteção ao patrimônio cultural. Sendo o IPHAN o órgão responsável pela anuência no que tange aos aspectos socioeconômicos atrelados à proteção do patrimônio cultural.

Apesar da incumbência ao IPHAN de promover e proteger o patrimônio cultural do país, o órgão até recentemente não possuía um instrumento legal que estabelecesse os critérios de avaliação definidos para seu procedimento de análise quanto à concessão de anuência ao licenciamento ambiental (BONFIM, et. al., 2019).

Antes de 2009, os impactos ambientais eram analisados somente em relação ao patrimônio arqueológico, ficando à margem os impactos do patrimônio cultural de natureza material e imaterial. Percebendo a necessidade de estabelecer um procedimento padrão para o licenciamento federal e estadual, em 2015 foi publicada a Instrução Normativa nº 001 (BONFIM, et. al., 2019).

A IN IPHAN 001/2015 estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela entidade, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento em bens culturais acatados em âmbito federal.

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa são os seguintes os bens culturais acatados em âmbito federal:

- I - tombados, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;
- II - arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961;
- III - registrados, nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000; e
- IV - valorados, nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 (IPHAN, 2015).

Bonfim, et. al. (2019, p. 15) ressalta que “[...] os bens protegidos por esferas estaduais ou municipais deverão ser procurados pelo empreendedor e seguir as regras específicas de cada órgão de proteção governamental”.

Conforme a IN 001/2015, o IPHAN se manifestará nos processos de licenciamento ambiental a partir da solicitação formal do órgão ambiental licenciador, sendo necessário o preenchimento da Ficha de Caracterização da Atividade - FCA (art.3º). Com base nas informações da FCA, o IPHAN emitirá o Termo de Referência Específico - TRE no prazo máximo de quinze dias (art. 10), a avaliação de impactos aos bens acatados serão realizados conforme o tipo de bem: bens culturais tombados, valorados e registrados (art. 13) e bens arqueológicos (art. 14 a 23).

Na FCA constam as informações essenciais para instalação ou exercício das atividades do empreendimento. O TRE indica o conteúdo mínimo para a realização dos estudos com vistas à avaliação do impacto do empreendimento sobre os bens culturais acatados em âmbito federal.



O IPHAN, após a avaliação, poderá exigir esclarecimentos, detalhamentos ou complementações aos estudos apresentados ou emitir sua manifestação conclusiva (art. 24) e se manifestará em relação aos planos, programas, projetos e medidas de controle previstas no Plano Básico Ambiental ou documento equivalente (art. 31).

Em 2018, o IPHAN por meio da Portaria nº 375 instituiu a Política de Patrimônio Cultural Material, reforçando alguns conceitos importantes para o licenciamento ambiental, tal como a avaliação de impacto, que visa garantir a preservação do patrimônio cultural, por meio do estabelecimento de um conjunto de princípios, práticas e procedimentos. Segundo artigo 43, parágrafo único da referida lei,

Devem se submeter ao processo de avaliação, as atividades e empreendimentos potencialmente causadores de impactos em bens culturais acautelados em âmbito federal, nos termos da Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015 e da Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.

Apesar das normas contribuírem para análise dos aspectos relacionados ao patrimônio cultural junto aos estudos ambientais, seja para se verificar a viabilidade técnica de um determinado empreendimento ou como estabelecer medidas mitigadoras e compensatórias, alguns gargalos quanto a proteção do patrimônio cultural ainda são percebidos. Segundo Bonfim et al. (2019, p. 24), “[...] o que se percebe, em diversas situações, é que, apesar da legislação posta, interesses econômicos e políticos ainda se sobrepõem ao interesse da preservação do meio ambiente natural e cultural”.

Caldarelli e Caldarelli (2015) apontam que na IN 001/2015 três classes distintas de bens (protegidos, valorados e tombados) recebem tratamento indiferenciado. Segundo os autores (2016, p. 251),

Somente os bens arqueológicos, que pertencem à União, recebem tratamento específico. Essa discrepância entre a importância dada a esses bens em comparação aos demais chega ao ponto de erigir, em muitos casos, a interferência sobre as condições vigentes do solo, que nem sempre, ou quase nunca, servem de critério para a avaliação de impactos sobre as outras classes de bens criadas pela IN, como sendo as que devem presidir essa avaliação [...].

De todo modo, o patrimônio cultural deve ser uma constante preocupação dos estudos de impacto ambiental. “Com o comprometimento de todos, o patrimônio cultural é reconhecido, valorizado e protegido para as próximas gerações” (BONFIM, 2019, p. 25).

Conclusão

A Política de Meio Ambiente, em 1981, previu a avaliação de impactos ambientais por meio de estudos e relatórios ambientais, e a Resolução Conama nº 001/1986 definiu a aplicação desse instrumento nos processos de licenciamento ambiental de atividades com potencial de degradação ambiental. Deste então, a análise de impactos ao patrimônio cultural foi obrigatória nos estudos de impacto ambiental.

Desta forma, as atividades modificadoras do meio ambiente, deveriam no mínimo, avaliar a situação da área de inserção do empreendimento, antes da implantação de cada projeto e destacar o impacto aos sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, entre outros.

No entanto, até 2015 não havia uma normativa do órgão de proteção de bens culturais, referente aos procedimentos administrativos, o que dificultava a estudo de avaliação dos impactos culturais.

A partir da IN IPHAN nº 001/2015, todos os empreendimentos que buscarem o licenciamento ambiental, devem avaliar os impactos sobre o patrimônio cultural, e em caso de interferência na Área de Influência Direta caberá ao IPHAN se manifestar.



Acredita-se que com a conscientização e o reconhecimento do valor do patrimônio cultural, os empreendimentos buscarão proteger esses bens, até lá, a sociedade brasileira precisa contar com políticas públicas que ajudem a equilibrar os interesses econômicos à conservação ambiental.

Referências

BONFIM, P. M. R.; HENKES, J. A.; GUIMARÃES, G. M. A cultura no licenciamento ambiental: a anuência do instituto do patrimônio histórico e artístico nacional (Iphan). *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 8, n. 4, p. 3-29, 2020. DOI: <<http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v8e420193-29>>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 05 de outubro de 1988. Brasília/DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução Conama nº 237**, de 19 de dezembro de 1997. Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução Conama nº 001**, de 23 de outubro de 1986. Define as situações e estabelece os requisitos e condições para desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental. Brasília, 1986.

CALDARELLI, C. E.; CALDARELLI, S. B. Patrimônio cultural e impacto ambiental no processo de avaliação ambiental brasileiro: avanços e retrocessos. IN: CAMPOS, J. B.; PREVE, D. R.; SOUZA, I. F. (Orgs.) **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade. Curitiba: Multideia, 2015, p. 229-254.

CAMARGO, J. R. Licenciamento ambiental como instrumento de proteção ao patrimônio histórico-cultural no ambiente urbano. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica). UNIVALI, 2019.

DELPHIM, C. F. de M. **Patrimônio cultural e licenciamento ambiental**. Paisagem Cultural da Estrada Real. Disponível em: <<http://www.paisagemestradaareal.com.br/Download/Artigo?arquivo=d5ac100a-ba8b-4bb4-9fb1-b38cc83ed0ba.pdf>>. Acesso em: 01 de set. 2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Avaliação de Impacto ao Patrimônio Cultural (AIP)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1761/>>. Acesso em: 01 de set. 2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução Normativa nº 001**, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 01 de set. 2020.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 375**, de 19 de setembro de 2018. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Análise dos impactos ao patrimônio cultural no âmbito dos estudos ambientais. **Revista Espinhaço**. UFVJM, p. 2-19, 2013. Disponível em: <<http://revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/28>>. Acesso em: 01 de set. 2020.



FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

Paulo Fernando Pires da Silveira

Pertencimento institucional

Introdução

O presente trabalho trata de uma investigação sobre dois bairros que em séculos passados foram referência de resistência e/ou sobrevivência de Paraty / RJ, o Caboclo e o Quilombo do Campinho da Independência. Ambos passaram por mudanças significativas após o início do Ciclo do Turismo, afetando as suas memórias.

Na década de 1970, assim como a fotografia, Paraty era uma paixão, mas de ambas pouco se sabia, e com certeza que sobre a cidade histórica menos ainda até aquele momento. Foram realizados registros em julho de 1979, de Paraty e do Caboclo, que embora realizados de forma intuitiva, vão muito ao encontro das teorias e métodos etnofotográficos aplicados por Spini (1982) e Luisi (1982, 2019). Ao retornar ao Caboclo em 2018 foram realizados os primeiros registros do Quilombo, dessa vez inspirado metodologicamente na etnofotografia.

Etnofotografia e Memória

Em 1979, com um pretense olhar de antropólogo - por gostar, desde a adolescência, de observar, registrar e relatar, antes desenhando, depois fotografando - já percebia-se que além da questão estética uma imagem podia contar histórias e despertar reflexões, principalmente quando desvinculada de legendas. A fotografia é uma oportunidade de exploração e investigação “que promete frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para decifração de seus conteúdos, e por consequência, da realidade que os originou” (KOSSOY, 2001, p. 32).

Em 1970, Sandro Spini (1982) já se ocupava com certo interesse da Etnofotografia, mas começou a desenvolver seriamente a ciência após o contato com o antropólogo e professor americano John Collier Junior em um Congresso de Antropologia, fato que ocorreu em 1973 na cidade de Chicago. A etnofotografia é na verdade uma ciência que se ocupa do estudo do homem, da casa, do trabalho, dos seus hábitos, da sociedade de uma maneira geral. E a fotografia toma um aspecto, a função de uma documentação em si. Nesta perspectiva, pode-se dizer que uma das funções desta ciência seria ajudar as pessoas pesquisadas “a viverem melhor, num certo sentido”, e o retorno do pesquisador é justamente deixar para a população uma memória do que são as suas tradições que “pouco a pouco tendem a desaparecer” (LUISI; SPINI, 1982).

Sem memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Não produz mais do que um sucedâneo de pensamento, um pensamento sem duração, sem lembrança de sua gênese que é a condição necessária para a consciência e o conhecimento de si. (CANDAU, 2018, p. 59-60).

Na prática, em campo, em busca de documentar uma identidade, podemos também fazer um recorte, focando em apenas uma casa da rua escolhida inicialmente, onde esta tem todo um contexto, uma razão de ser, uma razão de existir na comunidade. Então obviamente não limita-se a fotografar apenas a casa, mas todo o seu entorno, os vários aspectos da comunidade que estão ligados à existência da casa escolhida (SPINI, LUISI, 1982). Somando ao pensamento dos italianos, Pollak esclarece que existem lugares “particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico”. Algo “muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu” (POLLAK, 1992, p. 2-3).

Na defesa de uma memória e independente de qual patrimônio se está falando, material ou imaterial (fazeres, saberes...), um fator importante é evitar produzir um trabalho simplesmente folclórico [como o olhar de um turista por exemplo], fotografar apenas aquilo que é belo (SPINI, LUISI, 1982). De um olhar contemplativo, ainda está registrado em memória, das “lembranças de adulto”, caminhando pela rua do Hotel Coxixo, o espanto ao encontrar no Centro Histórico mais estrangeiros do que nativos da região, os caixaras tomando conta das lojas, restaurantes e pousadas. Pelo olhar de Halbwachs (2006, p. 51), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. Para o autor, toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo.

Na mesma época caminhar com os pés descalços pelo Centro Histórico da Paraty ainda com postes e fios, tornou-se algo restrito às crianças. Já se encontrava caixara de pele clara, cabelo loiro e olhos azuis. Já estava tornando-se comum a gentrificação na década de 70. Já era o Centro Histórico passando por um “processo de emburguesamento” (MENDES, 2015, p. 214).

Cada sujeito, na busca por suas lembranças, não é nada mais que um instrumento das memórias do grupo, mesmo quando lembra individualmente. Ou seja, “ainda que se trate de eventos [experiências individuais], em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos, nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros” (HALBWACHS, 2006, p. 26) [Grifo do autor].

Portanto uma imagem, cada vez que é analisada/contemplada, pode nos fazer reviver ou repensar as nossas memórias e as mais vagas lembranças, que eventualmente por interesses sociais, políticos ou mesmo dentro do contexto familiar, possam ser excluídas, só para acelerar um processo de apagamento – resultando um esquecimento dos seus significados em nossas memórias. “Com o correr do tempo, podemos ver mais ou menos coisas em uma imagem, sondar mais fundo e descobrir mais detalhes, associar e combinar outras imagens, emprestar-lhe palavras para contar o que vemos” (MANGUEL, 2001, p. 25).

O[s] Retorno[s]

No retorno de 2018 listou-se dois bairros para visitar com o propósito de amadurecer uma pesquisa com inspiração etnofotográfica do Caboclo e do Quilombo do Campinho, nesta ordem. Estes dois bairros são carregados de memória e história, principalmente o Quilombo do Campinho, por ser o primeiro a conseguir legalizar as suas terras no litoral Fluminense. Resultado da busca constante dessa comunidade tradicional, que passou a ter direito à propriedade de suas terras em 1999, no dia que marca o Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, 21 de março.

Foi na tarde do dia 18 de setembro de 2018, sem Guia de Turismo, sem hora marcada, desapegado daquele olhar de um nativo apaixonado pela sua cidade, que se chegou ao Quilombo Campinho da Independência, com uma câmera fotográfica, um tablet para possíveis gravações, apenas com o desejo de conhecer os “vizinhos do Caboclo” pela primeira vez. Embora surpresas pela visita não agendada, duas senhoras quilombolas, mãe e filha, que comandam o quilombo, receberam muito bem o visitante. Em diálogo com elas, foi possível descobrir que a comunidade surgida no final do século XIX com o declínio do regime escravocrata “foi fomentada de três negras, escravas da Casa Grande que receberam as terras por parte do senhor de escravos, dono da fazenda Independência”. Ao longo desses anos a comunidade Quilombo Campinho da Independência se organizou socialmente, mantendo como base o regime matriarcal.

Passou-se horas agradáveis contemplando e fotografando a comunidade – com gente bonita, repletas de paz e energia e cheias de histórias para contar. Percebe-se o quanto os quilombolas da comunidade estão dispostos e atentos



aos benefícios de um turismo cultural sustentável organizado, que mesmo com a “visita surpresa” demonstraram o quanto estão preparados para recebê-las. Elas não escondem a satisfação e o orgulho em relatar a conquista da comunidade quilombola: além do riquíssimo artesanato, o restaurante com a prática de uma culinária sustentável, “experiência que temos na cozinha vem dos nossos ancestrais” usando ao máximo os produtos da terra em pratos elaborados e feitos pela comunidade. Os turistas não são os únicos clientes, os moradores do município também frequentam o restaurante, inclusive em dias de semana. Dependendo do período do ano, o público muda, chegam grupos de alunos e professores, gente que vem ministrar cursos, oficinas etc. E os eventos culturais que acontecem no Centro Histórico em geral acabam refletindo no Quilombo.

Embora com uma certa reserva, a conversa fluía, enquanto narravam as suas histórias e demonstravam os seus artesanatos, até o momento que resolveu-se contar que nasceu no caboclo. Um silêncio repleto de olhares surgiu, literalmente escaneando o visitante. “Como assim, branco, alto, nascido no caboclo?” deviam estar pensando. Foi necessário, para romper aquele breve silêncio, mostrar a elas no tablet duas fotografias: o visitante e sua mãe biológica em dois momentos diferentes. Estas imagens foram então o passaporte para a expansão do diálogo.

A mudança do contexto foi instantânea, da desconfiança para a contemplação dos traços daquela mãe, onde um estrangeiro talvez não conseguisse definir se tratar de uma mulher negra ou uma índia. Bem, após o desconforto, surge o convite para sentar, tomar um café e desta forma as memórias de ambos os lados fluíram. Pela primeira vez foi vivenciada a função de “passaporte” que uma fotografia pode ter, ajudando a cruzar fronteiras. As imagens mostradas atestaram, para as anfitriãs, a presença de “atores sociais que atuaram em um determinado contexto sócio-cultural” (CANABARRO, 2005, p. 25). Funcionaram “como uma espécie de passado preservado, lembrança imutável de um certo momento e situação, de uma certa luz, de um determinado tema” (KOSSOY, 2005, p. 136-137). A memória coletiva e social do quilombo, era o “passado preservado” daquelas duas senhoras e a soma da memória dos outros sujeitos da comunidade.

O Quilombo não é só casa de sapê, aliás isto é o que menos se encontra lá. Atualmente as casas são de alvenaria, com telhas de barro ou de cimento-amianto, com a nostálgica cerquinha e a plaquinha de madeira anunciando que ali naquela casa tem o “picolé caseiro”. O quilombo é organizado, tem associação, tem líderes, tem artesanato, oficinas que permitem o pesquisador e/ou turista vivenciar do que é constituído um quilombo, os seus fazeres e saberes.

Aquilo que não é mais

No dia seguinte conseguiu-se chegar ao Caboclo, mas neste bairro só foi possível com a presença de um guia de turismo. A cada distância de estrada de terra percorrido a ansiedade aumentava, até que para surpresa o pavimento da estrada mudou, passou-se a rodar sobre blocos de concreto, similares a estes utilizados nos shoppings das grandes capitais. As lembranças começaram a ficar confusas, pois não tinha mais as casas de barro, com telhado de palha e de chão batido. De um lado do Caboclo só havia casarões e do outro, segundo o guia, hoje pertence ao “Don Joãozinho”, herdeiro da família real Orleans e Bragança. Os olhos procuravam as crianças que brincavam na beira do rio, enquanto as suas mães agachadas sobre grandes pedras lavavam as roupas e as panelas com a “água entaquerada”. Onde estavam os pretos-velhos que se encontrava caminhando pelas trilhas da mata e aproveitavam os dias de sol forte para espalhar o café sobre “a pedra do café cheiroso”? Não havia, mais nada. As casas de alvenaria substituíram as casinhas de sapê, a estrada de chão pela pavimentação de blocos de concreto. Confirma-se então que “quando as pessoas ficaram dispersas pelo mundo afora, então também a memória do local se dissolve com eles” (ASSMANN, 2011, p. 348).

No final do dia, em choque com aquele apagamento e com toda a transformação social presenciada, lembrava apenas da frase final, no retorno a Paraty, do guia de turismo: “muito lindo aqui, só não sei por que se chama caboclo”. Impossível não tecer uma comparação sobre a transformação social entre os dois bairros. Lógico que cada sujeito

terá o seu olhar, podendo haver aqueles que vão classificar o bairro do Campinho como atrasado, estagnado e o do Caboclo, como moderno e contemporâneo. Parece que, como afirma Assmann (2011, p. 321), se “o ser humano quer realizar em si os potenciais civilizadores disponíveis, deve ser suspenso o parentesco entre homem e local, o elo afetivo deve ser cortado, a magia do solo, vencida”. Mas afinal o que era o Caboclo, quem eram os moradores e quantas eram as famílias que viviam no Caboclo? Pelo cruzamento das histórias e constatação visual, a ocupação do Caboclo deve ter começado com uma família de índios por parte de avós paternos e outra família de negros por parte de avós maternos. Com o tempo, devido aos novos relacionamentos afetivos, brancos foram se agregando ao local. A vida no Caboclo girava em torno de um precioso rio, uma cachoeira, na simplicidade de suas moradias de teto de palha e chão batido, mas que foram alguns dos elementos vitais para a sobrevivência da comunidade. E essa sobrevivência era pautada por um relacionamento com o próximo, remontando um passado repleto de proteção, amizade e parceria em todos os afazeres. A agricultura familiar e a pesca, eram os responsáveis pela sustentação e conservação das famílias e também parte da produção era comercializada na cidade de Paraty. O meio de transporte, o acesso e a relação do Caboclo e os seus moradores com a cidade de Paraty para comercializar a produção das hortas, realizar compras básicas e mesmo para estudar, parecia ser uma aventura diária, uma vez que não havia grandes estradas ligando o Centro Histórico aos bairros mais distantes. Dos fazeres e saberes, a alimentação geralmente é um dos patrimônios que nos transporta no tempo e no espaço. Mesmo dentro de um contexto tão restrito, algumas famílias tinham mais condições de melhor se alimentar do que outras e um dos motivos para esta diferença estava no número de filhos. No Caboclo, tanto no consumo como na produção, havia costumes e processos rudimentares bem peculiares em relação à alimentação, marcando a cultura de uma comunidade em uma época. A vida no Caboclo não se restringia à lida na roça. Rezas, ladainhas, jogos e brincadeiras faziam parte dos seus costumes para passar o tempo.

A casa de sapê com chão batido, sem luz e sem água encanada, onde a simplicidade era visível, fica para trás. Mas a felicidade e alegria se faziam presentes. As lágrimas que embarcaram na Kombi e duraram os três dias de viagem, junto a oito crianças pequenas, uma máquina de costura e uma gaiola com passarinhos, que somados ao choque de chegar em uma cidade grande e estranha, com novas lutas e separações, geraram para um dos personagens o desejo forte de querer apagar essas memórias por terem sido felizes, como “uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado” (POLLAK, 1992, p. 13). Então, em maio de 1964 começa um novo ciclo, onde o real motivo de tantas mudanças em alguns momentos das gravações e das conversas nos bastidores ficou confuso: pobreza, saúde ou política.

Preciso voltar | Considerações [não] finais

O Quilombo é muito daquilo que o Caboclo não chegou a ser, pois “talvez” nas décadas de 1970 e 1980 tenha começado a sofrer um apagamento, embora os resultados preliminares desta pesquisa mostrem que não existem indícios de que a grilagem de terras e a gentrificação possam ter uma relação direta com a saída de brancos, negros e índios do Caboclo. Até o momento constata-se que a decisão das famílias – dos personagens contatados - de saírem das terras do Caboclo, gira em torno da pobreza, da doença, da busca por familiares e por novas oportunidades.

Este não é o tipo de artigo que tem um fim. Ele é uma provocação para um retorno ao Quilombo e principalmente – mesmo diante das proibições – ao Caboclo também. Hoje, o que se narra do Quilombo do Campinho poderia ser o Caboclo visto em um espelho, um duplo nas memórias, histórias. Dói na mente, dói no coração... Saber, ter a sensação que nas terras onde se nasce, em que se dá os primeiros passos e que também se aprende a correr de pés descalços, por desconhecer o que era sapato, que hoje para entrar precisa-se de autorização e justificar por quê.



Referências

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural / Aleida Assmann; tradução: Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- CANABARRO, I. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXI, n. 2, p. 23-39, dezembro, 2005.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- COLLIER, J. **Antropologia visual**: a fotografia como método de pesquisa. Tradução: Iara Ferraz e Solange Martins Couceiro. São Paulo, EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- KOSSOY, B. **Fotografia e história**. 2. ed. rev. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
- LUIZI, E. Museu da imagem e do som / instituto italiano di cultura. **Antropologia visual: a fotografia**. São Paulo, 1982.
- LUIZI, E. A fotografia como memória do instante transitório. **Festival internacional de fotografia - Paraty em foco 2019 - Paraty / RJ**, 2019.
- MANGUEL, A. O espectador comum: a imagem como narrativa. In: MANGUEL, A. **Lendo imagens: uma história de amor e ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 15-34.
- MENDES, L. F. G. M. Leituras sobre a cidade – as novas formas de gentrificação – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, **Revista Cidades**, Volume 12, Número 20, 2015.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, p. 200-212, 1992.
- SPINI, S. Museu da imagem e do som / Instituto Italiano di Cultura. **Antropologia visual: a fotografia**. São Paulo, 1982.



O CASO DO PARQUE KNORR – GRAMADO/RS

Julio Cesar Dorneles da Silva

Marcos Paulo Dhein Griebeler

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT

Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar o caso do tombamento do Parque Knorr (Aldeia do Papai Noel) – Belvedere – Gramado (RS), ocorrido em 05 de junho de 2018, por decreto firmado pelo prefeito João Alfredo de Castilhos Bertolucci. O Parque Knorr, também conhecido como “Aldeia do Papai Noel”. A casa ou “mansão Knorr” foi construído entre os anos 1938 e 1940 em estilo bávaro (KNORR, 1995).

O atual município de Gramado, fundado em 15/12/1954, integra a região turística denominada Serra Gaúcha, localizada no extremo sul do Brasil, a uma distância de 117 km da capital do Estado do Rio Grande do Sul (RS), a cidade de Porto Alegre. Gramado nos dias atuais é considerada um dos principais polos turísticos do Brasil, sendo o principal destino turístico de inverno e o segundo geral no Brasil, atrás somente da capital fluminense, a cidade do Rio de Janeiro (BARBOSA, 2008; BRASIL, 2018).

No contexto de sua formação histórica, Gramado apresenta uma dinâmica à semelhança do que outros municípios gaúchos que o precederam ao longo do século XIX, a qual parte de um núcleo formado por imigrantes luso-açorianos. (BARROSO, DAROS, 2000; MIRANDA, 2000).

Gramado apresentava em princípios dos anos 1900 junto ao pioneirismo de colonizadores luso-açorianos, uma colonização praticamente concomitante por descendentes de alemães e italianos, e a estes, uma presença de *mascates e comerciantes* de origem sírio-libanesa. Sendo essa a conformação histórica inicial do território onde atualmente se localiza o município de Gramado foi já em suas primeiras décadas resultado de uma composição multiétnica (lusos-açorianos, alemães, italianos e sírio-libaneses) em que está inserido em 1940 o Parque Knorr, como legado de Oscar Knorr (BARROSO, DAROS, 2000).

Gramado: a paisagem natural e cultural como moldura para o Turismo

A visão dos pioneiros, dos historiadores e dos gestores vinculados à história gramadense parece convergir para a visão de que a moldura natural, a própria paisagem de Gramado, sua localização, o “gramado” original (na Linha Nova, interior do município) de paragem para descanso e contemplação de tropeiros, viajantes, comerciantes e veranistas serviu de território para o desenvolvimento de uma cidade ímpar. Gramado é hoje sabidamente o principal destino turístico de inverno e o segundo destino turístico geral do Brasil.

Por volta de 1918, com o fim de Primeira Guerra Mundial chegaram a Gramado profissionais de diferentes origens europeias, dentre os quais: médicos, professores e pintores. Em 1919 Gramado se liga à capital Porto Alegre através do transporte ferroviário, impulso inicial à criação de hotéis e ao fluxo de veranistas. Na década de 30, também de grande significado foi a criação do Loteamento Joaquina Rita Bier (1932-1937), por Leopoldo Rosenfeld, origem do Bairro Planalto, que seria a origem da “mentalidade europeia” de Gramado, pois os terrenos do loteamento foram vendidos a famílias de com diferentes procedências no continente europeu, em especial, a famílias germânicas (GEVEHR, BERTI, 2018; SPARREMBERGER, 1995). Ao falecer Leopoldo Rosenfeld, do espólio o município recebeu em doação: o Lago Negro, o Lago Joaquina Rita Bier, além dos terrenos em que se encontram a Cascata Vêu das Noivas,



a Cascata dos Narcisos e vários outros onde ainda hoje se encontram praças de lazer do município (KOPPE, 2018).

Nesse contexto, foi de relevância para o patrimônio cultural da cidade de Gramado também devem ser referidos: a introdução em sua moldura natural das flores de hortênsias (vindo a dar o nome à região do COREDE das Hortênsias), a criação do Parque Knorr, em 1940, e a criação da Festa das Hortênsias por Oscar Knorr e Walter Bertolucci, com sua primeira edição em 1958. Nesse mesmo ano a imagem da casa de Oscar Knorr, emoldurada pelas hortênsias, tornou-se o primeiro cartão postal colorido de Gramado (KOPPE, 2018).

Considerando-se a paisagem natural e cultural que configuram a moldura de Gramado como polo turístico, passa-se a apresentar a figura histórica de Oscar Knorr e seu legado específico para a cidade de Gramado.

O legado de Oscar Knorr e o tombamento do Parque Knorr

A edificação, segundo registros históricos, influenciou e disseminou na região (Região das Hortênsias/Serra Gaúcha) certa estética referenciada no “estilo bávaro” (GEVEHR, BERTI, 2018). Ainda em sua integridade preservada (veja Figura nº 1, abaixo), a casa de Oscar Knorr foi construída com paredes revestidas de madeira, tendo sido originalmente decorada com afrescos em tinta vinda da Europa, e com motivos florais pintados por um artista suíço (KNORR, 1995). Mas, segundo o próprio prefeito afirmou em entrevistas concedidas por ocasião do tombamento, projetos imobiliários que tramitavam no município ameaçavam desfigurar totalmente a paisagem natural e cultural do Parque Knorr (MUGNOL, 2018; MÜLLER, 2018).

Figura 1 – Casa de Oscar Knorr



Fonte: Fotografia de Leonid Streliaev, acervo do autor (2019).

Oscar Knorr era filho de pai de nacionalidade alemã e mãe de polonesa. Nasceu em Taquari (RS/Brasil) em 1893. Morou em diferentes períodos em São Leopoldo (Vale do Sinos, RS/Brasil), Porto Alegre (RS/Brasil), Hamburgo e Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina) e, novamente em Porto Alegre. Sua vida profissional de significativo sucesso iniciou na sua atividade de caixeiro-viajante (*Musterreiter*, mascate, representante comercial nos dias atuais), cuja atividade o fez viajar por todas as regiões do RS. Nos anos 30 do século 20 veio a conhecer a localidade, atual sede do município de Gramado mediante um convite de Leopoldo Rosenfeldt. (KOPPE, 2018).

O *personagem* histórico Oscar Knorr criou e recriou sobre o cenário da paisagem que emoldurava o entorno de sua casa. Ali introduziu um mirante com pérgola equipada com sistema de som a fim de possibilitar uma contemplação em detalhes do Vale do Quilombo e, possivelmente a expressão mais simbólica e real de seu legado para Gramado: a introdução das hortênsias na paisagem, iniciando pelo plantio destas no declive que rodeava a curva da estrada que pertencia à Viação Férrea Riograndense. O que, sem dúvida, é o mote para a identificação de Gramado como “Cidade Jardim das Hortênsias” (as hortênsias estão presentes no brasão de Gramado – vide figura

nº 2) e da região toda como “Região das Hortênsias”. E, enfim, a inspiração para a Festa das Hortênsias, como já referido, idealizada por Oscar Knorr e Walter Bertolucci (KNORR, 1995; KOPPE, 2018).

Figura 2 – Brasão (símbolo oficial) do Município de Gramado



Fonte: GRAMADO (RS). Brasão do município.

Disponível em: <<https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/municipio-gramado-rs-br/>>. Acessado em 12.jan./2019.

Caracterizado, ainda que de forma breve, o personagem histórico Oscar Knorr e seu legado, procede-se à descrição das medidas da administração municipal de Gramado que resultaram no ato de tombamento do Parque Knorr, enquadrado como paisagem cultural de relevância mundial (GRAMADO, 2016, 2017, 2018).

A título de enquadramento conceitual, aproximando-se do inventário do caso desse tombamento no Município de Gramado, na região da Serra Gaúcha, importa lembrar que, segundo rege a Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

O caso do Parque Knorr guarda correspondência com o marco constitucional definidor de patrimônio cultural brasileiro, com especial assento no que se refere à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, no caso, dos grupos de origem germânica que migraram para o Brasil, primeiramente em 1824, mas também ao longo do século 19 e nos períodos que foram marcados pelas duas grandes guerras mundiais. No que diz respeito ao direito à memória, vale dizer, o que remete à ideia de proteção, cuidado e respeito pelas gerações passadas. Que, portanto, não há como as gerações atuais acessarem “o passado” com significado sem que haja a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural das gerações que as precederam. (MAIA, 2003).

Nesse sentido, o instrumento do tombamento do patrimônio histórico e cultural busca não somente a preservação dessa memória, mas também comunicabilidade entre gerações, fatos e processos históricos. O ato de tombamento é inscrever em um livro – O Livro do Tombo. Segundo o IPHAN (2019): “O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal”. O instrumento existe no direito administrativo brasileiro desde a edição do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que foi o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural brasileiro, sendo o primeiro das Américas (IPHAN, 2019). Quando do tombamento de determinada propriedade, seja ela pública ou privada, esta passa a ser considerada de interesse social e submetida a um regime peculiar com o fito de protegê-la de qualquer degradação ou uso inadequado, conservando inclusive seu entorno, seu contexto. Portanto, impõe-se um regime especial de tutela pública sobre o bem tombado seja este móvel ou imóvel (MAIA, 2003; TELLES, 1992).

O caso do Parque Knorr, objeto desse artigo, vincula-se perfeitamente ao sentido legal e formalístico do instituto do tombamento, não somente pelos aspectos significativos históricos, culturais e patrimoniais que tornam o Parque Knorr (Aldeia do Papai Noel) e o Município de Gramado absolutamente entrelaçados, mas por tratar-se



da proteção de um patrimônio histórico, cultural, ambiental e paisagístico de Gramado ameaçado pela expansão do mercado imobiliário e hoteleiro.

O assédio do mercado imobiliário sobre o Parque Knorr já era objeto de ações da Promotoria de Justiça de Gramado (Ministério Público Estadual). Em 2016 houve mobilização da comunidade local e do Movimento Ambientalista da Região das Hortênsias – MARH, este em carta aberta às comunidades de Gramado e Canela (MARH, 2016). Mas foi com o advento da administração do prefeito João Alfredo de Castilhos Bertolucci, o Fedoca, que o poder executivo municipal de Gramado teve a iniciativa do tombamento do Parque Knorr. Através do inventário do patrimônio cultural e ambiental do município, de atos administrativos apropriados e do decreto de tombamento do Parque Knorr (GRAMADO, 2016, 2017, 2018). O inventário (GRAMADO, 2016) propôs o enquadramento do Parque Knorr-Belvedere (Aldeia do Papai Noel) como “Paisagem Cultural” de relevância “mundial”. Através do Ofício nº 283/2017, de 03 de novembro de 2017 (GRAMADO, 2017)

Em ato contínuo à aprovação pelo Conselho de Proteção Histórico, Artístico, Ambiental e Cultura de Gramado, o Edital de Notificação de Tombamento Provisório do Parque Knorr foi emitido sob nº 01/2017, em 10 de novembro de 2017. O grupo Tropical Hotelaria foi notificado em 21 de novembro de 2017. O decreto de tombamento do Parque Knorr-Belvedere (Aldeia do Papai Noel) foi assinado pelo prefeito de Gramado em 05 de junho de 2018, em alusão direta ao Dia Mundial do Meio Ambiente (MÜLLER, 2018).

O tombamento do Parque Knorr não afeta as atividades da atração turística “Aldeia do Papai Noel”, que está há vinte anos de forma interrupta em atividade na área objeto de tombamento, antes, assegura que o ambiente, que em seu conjunto natural, artístico e cultural criou uma atmosfera que traz ao turista a memória, no sentido de uma memória coletiva (HALBWACHS, 2004), de um mundo mágico (simbólico) e ao mesmo tempo real, presente, seja preservado.

Contudo, o empreendimento turístico não poderá fazer qualquer edificação sem autorização do Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Gramado.

Considerações finais

O presente estudo tratou de apresentar o caso do tombamento do Parque Knorr, com a devida contextualização histórica, dado tratar-se de ato de iniciativa muito recente que marcou os primeiros dois anos da administração do atual prefeito de Gramado, João Alfredo de Castilhos Bertolucci, o Fedoca. Importa referir que a atual administração tem mantido vínculos simbólicos com princípios como a sustentabilidade ambiental e com a preservação da memória histórica da cidade de Gramado diante da expansão das atividades turísticas e do mercado imobiliário este, sendo o setor da economia local que mais pressão exerce na área central urbana desse município.

Registre-se que a atual administração municipal já sinalizava essa via pela busca da preservação do patrimônio histórico e natural ao editar nos primeiros dias de governo ainda em janeiro de 2017, um decreto que estabelecia uma moratória na tramitação de empreendimentos imobiliários que buscavam aprovação ambiental e urbanística. Ato contínuo, foi a administração municipal que propôs o tombamento do conjunto arquitetônico, natural e cultural do Parque Knorr – Belvedere (Aldeia do Papai Noel).

Em que pese ser ato administrativo recente, o tombamento desse conjunto guarda harmonia com a história de sucesso no desenvolvimento de Gramado como polo turístico de ampla atração nacional e que ultrapassa, inclusive, o âmbito nacional, atraindo turistas do chamado Conesul, de todo o continente Americano e mesmo da Europa (BARBOSA, 2008; BRASIL, 2018). O que revela um vínculo simbólico de valor imaterial com um patrimônio que é ao mesmo tempo natural, histórico e cultural e absolutamente vinculado àquela memória afetiva daqueles que construíram “o Gramado” da Região das Hortênsias.



Referências

- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/ DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.
- BARROSO, V. L. M.; DAROS, M. (Orgs.). **Raízes de Gramado**: V Encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre : EST, 2000.
- BARBOSA, L. G. M. (Org.). Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional - **Relatório Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MIOLO_65xdestinosx_revisao4set.pdf>. Acessado em: 08.fev.2019.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Dados e fatos – Diagnóstico de Turismo 2018 – ano Base 2017. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05/item/366-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-turismo-2018-ano-base-2017/366-anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-de-turismo-2018-ano-base-2017.html>>. Acesso em 08.fev.2019.
- GEVEHR, D. L.; BERTI, F. Uma pequena Europa na Serra Gaúcha: as apropriações culturais na arquitetura do espaço urbano de Gramado (RS). **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 01, p. 48-57, jan./jun.2018.
- GRAMADO (RS). Brasão do município. Disponível em: <<https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/municipio-gramado-rs-br/>>. Acessado em 12.jan./2019.
- GRAMADO. Inventário do Patrimônio Cultural e Ambiental – Bens naturais – Município de Gramado/RS. Gramado, Secretaria de Cultura/Secretaria de Meio Ambiente/VRP Arquitetura Estratégica, [outubro] 2016.
- GRAMADO. Documentos relativos ao tombamento do Parque Knorr: ofícios 282 e 283/2017, da Secretaria de Cultura, Edital de Notificação de tombamento provisório nº 01/2017, do Conselho de Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural de Gramado. Gramado, Secretaria da Cultura, 2017.
- GRAMADO. [05/06/2018]. Decreto de tombamento do Parque Knorr – Belvedere. Gramado, RS, 05.jun./2018.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- IPHAN. **Bens tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acessado em 02.março/2019.
- KNORR, I. K. Parque Knorr: por um ideal. In: DAROS, M.; BARROSO, V. L. M. (Orgs.). **Raízes de Gramado**: 40 anos. Gramado, EST, 1995, p. 108-114.
- KOPPE, I. C. **Gramado**: o lago, as hortênsias e o turismo. Caxias do Sul: Lorigraf, 2018.
- MAIA, F. A. Direito à memória: o patrimônio histórico, artístico e cultural e o poder econômico. **Movendo Idéias**, Belém, v. 8, n. 13, p. 39-42, jun. 2003.
- MARH, Movimento Ambientalista da Região das Hortênsias. Carta aberta às comunidades de Gramado e Canela. GRAMADO. **Jornal de Gramado** (01/07/2016). MARH se mobiliza em defesa dos parques de Gramado e Canela. Disponível em: <https://www.jornaldegramado.com.br/_conteudo/2016/07/noticias/regiao/357536-marh-se-mobiliza-em-defesa-dos-parques-de-gramado-e-canela.html>. Acessado em: 11.fev.2019.
- MIRANDA, M. E. **Continente de São Pedro**: a administração pública non período colonial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, Ministério Público do Estado do RS, Corag, 2000.
- MUGNOL, B. (06/06/2018). Parque Knorr é tombado pela Prefeitura de Gramado. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/06/parque-knorr-e-tombado-pela-prefeitura-de-gramado-cji3la1oj0b0w01pah6c4hrw4.html>>. Acessado em: 12.jan./2019.

MÜLLER, Ilton. (08/06/2018) Parque Knorr é tombado como patrimônio histórico e ambiental de Gramado: espaço teve reconhecido seu valor histórico e natural pela Prefeitura de Gramado. Disponível em: <https://jornaldegramado.com.br/_conteudo/2018/06/noticias/regiao/2277158-parque-knoor-e-oficializado-como-patrimonio-de-gramado.html>. Acessado em: 12.jan./2019.

SPARREMBERGER, I. A identidade cultural de Gramado. In: DAROS, M.; BARROSO, V. L. M. (Orgs.). **Raízes de Gramado**: 40 anos. Gramado, EST, 1995, p. 137-150.

TELLES, A. A. Q. **Tombamento e seu Regime Jurídico**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO COREDE PARANHANA ENCOSTA DA SERRA – RS

Nathália Lehn

Marcos Paulo Dhein Griebeler

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT

Introdução

O assunto “violência contra a mulher” faz parte do cotidiano mundial, sendo uma situação comum nas relações afetivas e lares familiares. Diversas são as motivações que ocasionam tais violências, sendo, muitas vezes, assumida a culpa do ato violento pela própria vítima por conta das opressões geradas pelo agressor.

De acordo com Minayo (2006), a violência é um fenômeno da ordem do vivido cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia.

No Brasil, a violência contra a mulher tem sua representatividade na Lei Federal Maria da Penha de nº 11.340, criada em 07 de agosto de 2006, cujo objetivo principal é

estipular punição adequada e coibir atos de violência doméstica contra a mulher. Tendo sua definição no artigo 5º: violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou um estudo que indicou que 15 a 71% das mulheres sofrem violência física e/ou sexual praticada por um parceiro íntimo em algum momento de suas vidas, tendo como consequência uma vasta gama de problemas físicos, mentais e de saúde sexual a curto e longo prazo (OMS, 2010).

A realidade das mulheres vítimas desse fenômeno infelizmente foi amplamente prejudicada devido às ações adotadas desde março de 2020 para o enfrentamento da pandemia Covid-19. De acordo com a nota técnica publicada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, diferentes países do mundo verificaram crescimento dos números de violência contra mulheres durante a pandemia. Nota-se, portanto, que tem sido notório o desafio para as vítimas na medida em que muitas das mulheres estão confinadas com seu agressor e tem muita dificuldade de fazer a denúncia em um equipamento público (FBSP, 2020).

Com base em Gil (2014), a proposta metodológica do estudo consiste em uma pesquisa descritiva que busca verificar os índices do fenômeno “violência contra mulher” registrados no órgão competente do Corede Paranhana Encosta da Serra do Estado do Rio Grande do Sul, no período de janeiro a junho de 2020. Os dados analisados no presente estudo foram disponibilizados de forma online pela Secretaria de Segurança Pública – Departamento de Integração, Planejamento e Política de Segurança – do Rio Grande do Sul, onde obteve-se os índices de registros que apresentaram os indicadores de ameaças e agressões físicas contra as mulheres.

Algumas definições sobre violência contra a mulher e a relação com a saúde pública

Enfrentar a violência contra a mulher exige romper barreiras como os “pré-conceitos” e machismos naturalizados, além de fatores que mantêm as mulheres em silêncio como temor, vergonha, crença na mudança do parceiro e re-vitimização por parte de autoridades e da sociedade (SCARANCA, 2019).



A violência exibe variadas faces; não é uniforme, tampouco homogênea. Ao mesmo tempo em que a extensão e o grau da atrocidade cometida pelo ato criminoso e violento condenam o agressor a extirpá-lo por meio dos mecanismos jurídico-legais da sociedade, a discriminação, o isolamento e a invisibilidade social marcam de forma silenciosa e eficaz a violência contra suas vítimas (ESCORSIM, 2014).

A violência sofrida por mulheres afeta fortemente a saúde por conta dos problemas ocasionados, pois diminuem a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e evidenciam a necessidade de uma atuação mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial visando às necessidades das cidadãs (MINAYO, 2006).

De modo geral, as mulheres vítimas possuem um risco maior de desenvolverem dor crônica, transtornos psicossomáticos, problemas gastrointestinais e diversos problemas para a saúde reprodutiva (NOGUEIRA, et al, 2008).

Infelizmente, ainda são muito usuais opiniões e críticas advindas do “senso comum” pela população em relação à temática, o que acaba atrapalhando a resolução dos casos e a diminuição dos índices, além de dificultar o acesso das vítimas aos serviços de proteção, prevenção e promoção da saúde e segurança.

Em relação à política de enfrentamento e punição dos agressores, a Lei Brasileira Maria da Penha é reconhecida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres, mas ainda assim existe uma lacuna entre leis e índices em relação à violência no Brasil (FBSP, 2020).

O país conquistou leis proclamadas dentre as melhores do mundo para a defesa das mulheres, mas, ao mesmo tempo, permanece recordista em índices de violência. Apesar dos esforços e da maior conscientização da sociedade, a violência se mantém estável e crônica (SCARANCA, 2019).

No item a seguir encontra-se a análise do Corede Paranhana Encosta da Serra – RS, de modo a identificar a situação da população em relação ao fenômeno, sendo possível o uso do estudo como ferramenta de reflexão/ação para a atuação dos gestores sociais da região na formação de políticas adequadas para a diminuição dos índices de forma eficaz.

Análise dos índices de violência contra a mulher no Corede Paranhana Encosta da Serra 2020-01

O Corede³ em análise é o Paranhana Encosta da Serra, que é composto por duas microrregiões distintas na organização geográfica e administrativa. A primeira microrregião, a do Paranhana, é formada pelos municípios de Igrejinha, Parobé, Rolante, Riozinho, Taquara e Três Coroas, e distribui-se ao longo das RS 239 e RS 115, localizadas na região das Hortênsias e o Litoral Norte. A outra microrregião, a da Encosta da Serra, é formada pelos municípios de Lindolfo Collor, Presidente Lucena, Santa Maria do Herval e Morro Reuter, mais próximos da capital, Porto Alegre.

Na tabela a seguir consta a população estimada desses municípios, com base no crescimento em relação ao último sendo oficial dos municípios quando levada em consideração a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3 Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional. O Estado conta, atualmente, com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Recuperado de <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>>.



Tabela 1 – Variação demográfica de municípios do Corede Paranhana Encosta da Serra (2019)

Município	População (ESTIMADA 2019)	% Variação da população
Igrejinha	36.899	22,16
Lindolfo Collor	6.054	3,50
Morro Reuter	6.407	3,09
Parobé	58.272	28,63
Presidente Lucena	2.901	1,76
Riozinho	4.653	1,37
Rolante	21.349	7,88
Santa Maria do Herval	6.331	1,18
Taquara	57.466	11,94
Três Coroas	28.220	18,49
Total	228.552	100,00
Rio Grande do Sul	11.377.239	6,01

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>.

Diante dos dados disponibilizados pela Secretária de Segurança Pública do Estado no período em análise, obteve-se o total de 537 ocorrências (afetando diretamente 2,35% da população) pertinentes à violência contra mulher registradas nas delegacias dos municípios, sendo classificadas de acordo com a tipificação do crime.

Dentre os municípios pertencentes ao Corede há grande oscilação entre os índices de registros. O destaque negativo foi o município de Parobé, com 157 (29,24%) ocorrências. Já o positivo foi o município de Riozinho, que não registrou nenhuma ocorrência no primeiro semestre do ano.

De acordo com os dados da tabela 2, em relação às ocorrências registradas nos municípios da primeira microrregião, a do Paranhana, houve, no primeiro semestre do ano, em Igrejinha, 45 ocorrências registradas de ameaça (14%) e 42 ocorrências registradas de lesão corporal (22%). No município de Parobé, houve 108 ocorrências registradas de ameaça (33%), 45 ocorrências registradas de lesão corporal (24%), 03 ocorrências registradas de estupro (19%), e 01 ocorrência registrada de feminicídio consumado (50%). No município de Rolante, houve 24 ocorrências registradas de ameaça (7%), 13 ocorrências registradas de lesão corporal (7%) e 04 ocorrências registradas de estupro (25%).

Como ponto de destaque positivo, em Riozinho não houve nenhum registro de ocorrência. No município de Taquara, houve 87 ocorrências registradas de ameaça (27%), 59 ocorrências registradas de lesão corporal (31%), 05 ocorrências registradas de estupro (31%), 01 ocorrência de feminicídio consumado (50%) e 02 ocorrências de feminicídio tentado (100%). No município de Três Coroas, houve 44 ocorrências registradas de ameaça (13%), 24 ocorrências registradas de lesão corporal (13%), e 02 ocorrências registradas de estupro (13%).

Na segunda microrregião, a da Encosta da Serra, os registros se deram da seguinte forma: no município de Lindolfo Collor, houve 06 ocorrências registradas de ameaça (2%), 01 ocorrências registradas de lesão corporal (1%) e 01 ocorrência registrada de estupro (6%). No município de Presidente Lucena, houve somente 01 ocorrência registrada de ameaça (0%). Em Santa Maria do Herval, houve 08 ocorrências registradas de ameaça (2%), 03 ocorrências registradas de lesão corporal (2%) e 01 ocorrência registrada de estupro (6%). No município de Morro Reuter, houve 05 ocorrências registradas de ameaça (2%) e 02 ocorrências registradas de lesão corporal (1%).

Tabela 2 – Índice registrado pela SSP em relação às ocorrências de violência contra a mulher por município do Corede no primeiro semestre de 2020

Item	Município	Total Parcial											
		Ameaça	%	Lesão Corporal	%	Estupro	%	Fato Consumado	%	Fato Tentado	%	Soma Geral	% Relativa
1	Igrejinha	45	14%	42	22%	0	0%	0	0%	0	0%	87	16,20%
2	Lindolfo Collor	6	2%	1	1%	1	6%	0	0%	0	0%	8	1,49%
3	Morro Reuter	5	2%	2	1%	0	0%	0	0%	0	0%	7	1,30%
4	Parobé	108	33%	45	24%	3	19%	1	50%	0	0%	157	29,24%
5	Presidente Lucena	1	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	0,19%
6	Riozinho	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0,00%
7	Rolante	24	7%	13	7%	4	25%	0	0%	0	0%	41	7,64%
8	Santa Maria do Herval	8	2%	3	2%	1	6%	0	0%	0	0%	12	2,23%
9	Taquara	87	27%	59	31%	5	31%	1	50%	2	100%	154	28,68%
10	Três Coroas	44	13%	24	13%	2	13%	0	0%	0	0%	70	13,04%
Totais		328	100%	189	100%	16	100%	2	100%	2	100%	537	100,00%
Total % Ocorrências Mês	Total Até 06/2020												
	537												
% Mês	100%												

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados disponíveis em: <<https://www.ssp.rs.gov.br>>.

Em relação aos meses em que a política de isolamento social como forma de enfrentamento à pandemia foi mais rígida no Estado, é perceptível a diminuição nos registros de ocorrência de violência contra a mulher. Porém, ao contrário do que pode-se pensar em um primeiro momento, isso não significa que os casos de violência doméstica tenham diminuído, e sim que o acesso das mulheres vítimas aos órgãos competentes à denúncia está mais difícil, pois, na maioria das vezes, o agressor não permite a saída das mesmas de seus lares. Os dados denunciam que os menores números de ocorrências foram registrados nos meses de maio (14%), junho (15%) e julho (12%).

Tabela 3 – Índice registrado pela SSP em relação às ocorrências de violência contra a mulher em % ao mês no Corede VPES

Mês/2020	Ocorrências no mês	% ao mês
Janeiro	126	23%
Março	101	19%
Abril	92	17%
Maio	73	14%
Junho	83	15%
Julho	62	12%

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados disponíveis em: <<https://www.ssp.rs.gov.br>>.

Como ferramenta de enfrentamento ao fenômeno durante o período de isolamento social, os municípios de Igrejinha e Três Coroas adotaram como política pública a Patrulha Maria da Penha, que tem por objetivo apoiar a mulher vítima de violência e também fortalecer as ações de fiscalização das medidas protetivas de urgência, contribuindo para o desenvolvimento pessoal das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (IGREJINHA, 2020).

Em relação aos demais municípios, não foram encontrados registros de ações realizadas através de políticas públicas para o enfrentamento aos casos de violência, sendo que se realizou pesquisa no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) na aba “Cidades”.

Exemplos de ações políticas que podem contribuir ao progresso incluem medidas legais e sociais de proteção aos direitos de propriedade das mulheres; promoção da saúde e medidas para aumentar o acesso à educação (OMS, 2011).

Considerações finais

A parte inicial deste artigo visou contextualizar o fenômeno que está presente e assombra os lares e mulheres vítimas dos indivíduos da sociedade que desrespeitam a igualdade de gênero e diminuem as mulheres ao mínimo, a fim de agredi-las fisicamente e/ou psicologicamente das mais variadas formas. Em seguida, situou-se o leitor acerca do local selecionado para o levantamento de dados secundários para a investigação científica dos seus autores. Logo após, foram trazidas referências bibliográficas sobre violência contra a mulher e saúde pública, e por fim, expôs-se a forma metodológica da coleta e demonstração dos resultados.

É evidente que os índices de violência contra a mulher são altíssimos em determinados municípios do Corede Paranhana Encosta da Serra, e que a violência e conflitos transformam-se em problemas gravíssimos à sociedade e à saúde pública, resultando em mulheres vítimas de baixa autoestima, depressão e ansiedade. Com isso, a problemática gera, nas mesmas, dificuldades de comunicação com a sociedade, transformando-as em mulheres que deixam de desempenhar com destreza papéis fundamentais enquanto cidadãs.

Sugere-se que sejam criados protocolos e ações de cuidados às pessoas em situação de risco, disponibilizando aos profissionais da saúde informações sobre as ocorrências destas violências, gerando, assim, uma contínua corrente de enfrentamento a esse fenômeno que ocasiona a violação dos direitos humanos.

Referências

- COSTA, M. C. da. Violência contra mulheres rurais, agendas públicas municipais e práticas profissionais de saúde: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio. **Tese**. UFRGS. Porto Alegre, 2012. <<https://www.ssp.rs.gov.br/tese-de-doutorado-enfermagem-ufrgs-martha-cocco>>.
- ESCORSIM, S. M. Violência de gênero e saúde coletiva: um debate necessário. UniBrasil. Florianópolis, 2014. <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v17n2/1414-4980-rk-17-02-0235.pdf>>.
- FBSP- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. 2. ed. 2020. <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>>.
- GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Ed. Atlas, 2014.
- GOV-RS. Perfil Socioeconômico Paranhana Encosta da Serra. Porto Alegre, 2015. <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134135-20151117103226perfis-regionais-2015-paranhana-encosta-da-serra.pdf>>.



IBGE. Cidades. Recuperado a partir de <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.

IGREJINHA. Portal da cidade, 2020. Recuperado de <<https://igrejinha.portaldacidade.com/index.php/noticias/policial/brigada-militar-inicia-patrolha-maria-da-penha-em-igrejinha-e-tres-coroas-1626>>.

Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Recuperado a partir de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. <<https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>>.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência. Biblioteca da OPAS 2010. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44350/9789275716359_por.pdf;jsessionid=E6B6DDBC853A774F4E50909C3E882A12?sequence=3>.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Mulheres e saúde: evidências de hoje, agenda de amanhã. Biblioteca da OPAS 2011. <https://www.who.int/eportuguese/publications/Mulheres_Saude.pdf?ua=1>.

SANTIAGO, D. As interseccionalidades necessárias às questões do enfrentamento da violência contra a mulher. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, 2019. <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>>.

SSP-RS. Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul. Indicadores da Violência Contra Mulher – Lei Maria da Penha, 2020. <<https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher>>.

SCARANCE, V. Violência contra a mulher: um desafio para o Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, 2019. <https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=15122190154826262839&hl=pt-BR&as_sdt=2005&scioldt=0,5>.



A RESPONSABILIDADE DA PRESERVAÇÃO DO CORREDOR CULTURAL DE NOVO HAMBURGO COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Magda Rosí Brodbeck

Geisa Tamara Bugs

UniRitter

Introdução

O Corredor Cultural de Hamburgo Velho (CCHV), conjunto arquitetônico, com área que compreende 270 lotes e 90 imóveis, conta com relevante acervo remanescente de uma comunidade de origem teuto-brasileira, com exemplares do tipo residências, estabelecimentos públicos, privados e comerciais. A área em questão trata-se do itinerário histórico de ligação entre o antigo aldeamento, Centro Histórico de Hamburgo Velho (CHHV) e a área central de Novo Hamburgo, local onde fora instalada a primeira linha de Trem do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1874. Com reconhecida importância histórica e cultural para o município e região, esta área esteve com processo de tombamento sob avaliação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) em 2015. O IPHAE é um órgão ligado à Secretaria Estadual da Cultura (SEDAC), e esta arquivou o processo do tombamento da região, em 29 de março de 2019, alegando limitações de estrutura e pessoal que inviabilizam o cuidado de áreas de tombamento tão grandes, afirmando que é a prefeitura, e não o governo do Estado, quem deve assumir o protagonismo da conservação da área. A partir daí se deram vários acontecimentos nas esferas judiciais, órgãos públicos e comunidade, a fim de reverter este ato e definir a tutela da área. Estes acontecimentos serão pormenorizados neste trabalho através de pesquisa bibliográfica documental. Com informações encontradas na internet, em sites de jornais, sites de notícias e de órgãos públicos estaduais e municipais. Foi feito também uso de documentação tais como legislações, mapas e atas. Ainda a fim de enriquecer as informações do artigo com opiniões e informações vindas da sociedade civil engajada na causa, foram realizadas entrevistas com duas pessoas, através de perguntas abertas que permitem respostas descritivas qualitativas.

Breve histórico sobre a preservação do patrimônio em novo hamburgo

Conhecido como *Hamburguer-Berg*, o núcleo gerador da cidade de Hamburgo Velho foi iniciado em 1824, com a chegada de imigrantes alemães e italianos. No local havia estradas que ligavam o povoado a Porto Alegre. Com a construção da ferrovia, em 1876, o movimento comercial se deslocou e surgiu a *New Hamburg*. O novo núcleo progrediu, deixando o original em situação secundária. Novo Hamburgo é considerada a maior cidade de origem alemã do Rio Grande do Sul (IPHAN, 2020).

O poder público municipal percebeu, nos últimos anos, a importância de promover a cidade de Novo Hamburgo através da valorização de seu patrimônio edificado e natural. A partir de 2004 a cidade elaborou um Plano Diretor que passou a contemplar as questões de preservação do patrimônio. Mas, é possível constatar que, mesmo havendo leis específicas, estas tiveram pouca influência, assim como os Planos Diretores, nas ações de preservação de patrimônio de Novo Hamburgo (OLIVEIRA, 2009).

Portanto, até o ano de 2007, as políticas públicas de preservação de patrimônio e de conservação do núcleo inicial da cidade foram poucas, e não houve iniciativa de tombamento tanto na esfera estadual ou municipal. Até este ano (2007) a cidade possuía um único bem tombado na instância federal, a Casa Schmitt-Presser (OLIVEIRA, 2009). E só no ano de 2015 o Centro Histórico de Hamburgo velho foi tombado pelo órgão federal IPHAN (NOVO HAMBURGO, 2015).



Legislação

O Plano Diretor, conforme a Lei Municipal nº 1.216 de 20 de dezembro de 2004, (NOVO HAMBURGO, 2004) institui o PDUA do Município de Novo Hamburgo e contempla, pela primeira vez, as questões de preservação, prevendo em seu macrozoneamento uma grande zona miscigenada dividida em quinze setores. Dentre estes está inserido o bairro de Hamburgo Velho, no qual se encontram o Corredor Cultural e o Centro Histórico de Hamburgo Velho (OLIVEIRA, 2009).

Os bens imóveis e sítios urbanos classificados como patrimônio artístico e cultural têm sua salvaguarda e tutela prevista na legislação federal, mas a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural recai constitucionalmente sobre todos os entes da federação, como disposto no art. 23, III e 216 da Constituição Federal :

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...] Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, [...] (BRASIL, 1988).

O centro histórico de hamburgo velho

O CHHV passou a ser oficialmente denominado como tal a partir do Plano Diretor de 2004 e também por questões de conformação da cidade. No entanto, o centro histórico não coincide com o centro da cidade o qual se localiza cerca de três quilômetros na direção sul.

Núcleo inicial da formação histórica de Novo Hamburgo, o CHHV foi tombado pelo IPHAN em 2015, e soma-se a este tombamento, além dos imóveis, o acervo da Fundação Ernesto Frederico Scheffel com cerca de 400 obras do artista. A área tombada abriga cerca de 70 imóveis que recontam a história do município e o seu desenvolvimento histórico e arquitetônico. Nos exemplares imóveis, são de relevância algumas técnicas de construção, como as casas em enxaimel, o estilo neoclássico, a arte déco e o estilo de frontão recortado, como pode ser visualizado na Figura 1, do Apêndice A deste artigo. Este é um dos primeiros núcleos urbanos gerados pela imigração alemã no estado e isso se confirma graças ao patrimônio material e imaterial ali consolidado ao longo dos anos (IPHAN, 2020).

O corredor cultural e o seu (des) tombamento

O CCHV corresponde ao percurso da Rua General Osório, a partir da Praça 20 de Setembro (Rua Júlio de Castilhos), até o entroncamento com a Rua General Daltro Filho, como demarcado na Figura 2 do Apêndice A deste artigo.

Seguem descritos a seguir os acontecimentos acerca do tombamento e arquivamento do processo de tombamento do CCHV. As informações estão datadas e comprovam os fatos que podem também ser observados de forma resumida no Diagrama Linha do Tempo contido na Figura 3 do Apêndice A.

No dia 11.05.2017, com o intuito de criar políticas de preservação do patrimônio na cidade, a Secretaria de Cultura (SECULT) reuniu-se com representantes do IPHAN e IPHAE. O encontro foi o primeiro com a participação tanto dos órgãos de proteção nacional como estadual. Na ocasião, a diretora do IPHAE, responsável pelo projeto de tombamento provisório do CCHV, Mirian Rodrigues, salientou a necessidade de avaliar o projeto para que o local fosse tombado definitivamente (NOVO HAMBURGO, 2017).



Em 2019, no dia 29 de março, dois anos após a primeira reunião, a Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC) publicou um Aviso de Notificação, com o arquivamento do Processo de Tombamento Estadual do CCHV de Novo Hamburgo (RS). Em seguida, no dia 01.04.19 o Conselho Estadual de Cultura (CEC-RS), em Sessão Extraordinária, aprovou parecer de inconformidade com o arquivamento do tombamento estadual (BEHREND, 2019).

No referido parecer o CEC-RS manifesta desacordo com a atitude e afirma que o processo administrativo de tombamento já estava concluído por parte da SEDAC e enfatiza a importância histórica da região, como pode ser conferido em trecho do documento que segue:

[...] entendemos a retirada de tutela sobre a área tombada em questão como um grave retrocesso na política de preservação do patrimônio cultural do Estado, que fere o direito a memória da sociedade gaúcha. Caminho do desenvolvimento e da industrialização das antigas colônias alemãs que marcaram a história de nosso Estado, não restam quaisquer dúvidas da relevância histórica e sociocultural do conjunto. Todas as justificativas estão detalhadas no estudo de tombamento realizado no âmbito dos próprios IPHAE e IPHAN; comprovando a viabilidade de seu reconhecimento por tombamento estadual. A devida notificação, inclusive, já foi realizada e publicada no D.O.E. em 17/12/2015; estando o processo concluído e desde então apenas no aguardo da assinatura que configura a homologação final. Esta notificação de tombamento justificava o reconhecimento textualmente “em razão do seu elevado valor histórico, artístico e cultural”. Como dispõe a Portaria SEDAC nº 02/2012, caberia a Sra. Secretária Beatriz Araújo apenas efetivar a homologação do tombamento, concluindo assim o processo administrativo e iniciando uma nova etapa no reconhecimento do sítio, em que moradores e empreendedores teriam acesso a novos instrumentos de fomento para viabilizar a sua conservação preventiva, restauração e valorização (CONSELHO, 2019).

Ainda no mesmo documento, o CEC qualifica o ato da publicação do arquivamento como sendo um destombamento. E afirma que com esta ação estaria desconsiderando o princípio constitucional de corresponsabilidade dos poderes públicos e sociedade civil na promoção e proteção do patrimônio cultural, presentes na nossa Constituição Federal no seu artigo 216. E discorre também sobre descumprimento de acordo onde o IPHAN efetivou o tombamento do Sítio Histórico correspondente ao aldeamento original de Hamburgo Velho e com isso o Estado realizaria o tombamento do Corredor Cultural e com isso o Município realizaria a proteção da área central através de tombamentos e inventários.

No dia 08.04.2019 a Fundação Ernesto Frederico Scheffel, organização instalada em prédio histórico do CCHV, encaminhou uma carta ao governador do estado pedindo revogação do arquivamento do tombamento do CCHV (NABINGER, 2019b).

No dia 11.04.19 ocorreu uma reunião, noticiada pelo site Gaúcha ZH, onde relata que representantes da Prefeitura de Novo Hamburgo e da SEDAC se reuniram para definir os rumos do CCHV. A Diretora do IPHAE, Renata Galbinski Horowitz expressou, nesta reunião, a sua opinião quanto ao caso afirmando ser a prefeitura, e não o governo do Estado, quem deve assumir o protagonismo da conservação da área. Segundo a diretora, o IPHAE tem limitações de estrutura e pessoal que inviabilizam o cuidado de áreas de tombamento tão grandes. Renata propõe uma solução, sendo um termo de cooperação técnica, onde o IPHAE ajudaria a capacitar uma equipe do município a ter autonomia para zelar pelo acautelamento dos imóveis. Ela diz ainda que o estado tem 497 municípios e que se efetivarem tombamentos de áreas de grandes extensões, chegarão a um número inadministrável. E com isso, propõe uma nova metodologia, sendo a instituição dos municípios responsável pela preservação destas áreas. E menciona que é uma forma que ocorre em vários lugares do país, citando o exemplo da cidade do Rio de Janeiro, onde o Corredor Cultural foi instituído pelo município e é extremamente preservado (LUCCHESI, 2019).



No dia 23.04.2019 aconteceu na sede do Ministério Público (MP) em Novo Hamburgo, uma reunião a fim de mediar acordo, envolvendo Estado e Município sobre a responsabilidade da preservação do CCHV. Após longo debate a Prefeitura Municipal ficou responsável por confirmar, até o final daquela semana, seu comprometimento com a proteção preventiva da área para implementação de um projeto de preservação local com auxílio técnico do IPHAE. Neste ato, ficou acertado que a SEDAC desarquivará o processo por 30 dias para que o Município desenvolva um projeto próprio de gestão do local, aproveitando os estudos que já foram feitos pelo IPHAE. Em condição de que, caso a administração municipal não cumpra o acordo, o Estado poderá arquivar novamente o processo e o MP poderá ajuizar ação civil contra o Estado (RIO GRANDE DO SUL, 2019b).

O Município de Novo Hamburgo não cumpriu o prometido na referida reunião e o MP moveu ação civil pública no dia 31.07.2019, de número 019/1.19.0009316-0, tendo como réus o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Município de Novo Hamburgo, requerendo a determinação para restaurar todos os efeitos decorrentes do tombamento do Corredor Cultural e do seu respectivo entorno. Como resultado, no dia 01.08.2019, a Justiça concedeu uma liminar da 4ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública de Novo Hamburgo que restabeleceu o tombamento do Corredor Cultural. Conforme o despacho, a Justiça concordou com os argumentos do MP quanto à nulidade do arquivamento do processo (NABINGER, 2019a).

De acordo com Ertel (2019), o Estado apresentou um agravo de instrumento e, em 04.11.2019, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) publicou a decisão de manter a suspensão do tombamento. Enquanto o processo aguarda um julgamento do colegiado do TJ, pois o parecer atual é apenas do relator do caso, o arquivamento do tombamento ficou mantido. Quando em 01.06.2020 o TJ-RS publicou decisão dando provimento ao agravo apresentado pelo Governo no Estado. Com isto, no dia 23.06.2020 o Ministério Público-RS instaurou outro agravo no processo da ação civil e este, até o momento, encontra-se aguardando julgamento (RIO GRANDE DO SUL, 2019c).

No dia 04.03.2020 a Prefeitura de Novo Hamburgo promoveu uma audiência pública para tratar o futuro do Corredor Cultural. Antes da audiência, a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Roberta Gomes, explicou à fonte indicada, que a Administração tem a opção de proteger essa área por meio do Plano Diretor Urbanístico e Ambiental (PDUA). Segundo a secretária, a Prefeitura está prestes a fazer a revisão do PDUA, que teve a última atualização em 2010, e uma das pautas da audiência será se o Município aguarda o início deste processo para então incluir o Corredor Cultural na lei ou já altera o plano atual, incorporando o tombamento que havia sido feito pelo IPHAE. Se a segunda opção for colocada em prática, será preciso uma nova audiência e depois a aprovação na Câmara de Vereadores (ERTEL, 2019).

A fim de investigar o tema deste artigo, elucidar algumas questões relativas a atos administrativos teóricos, colher informações para este trabalho e obter a opinião da sociedade civil engajada na causa patrimonial, foram entrevistadas duas pessoas. A apresentação dos entrevistados, as questões encaminhadas a eles e suas respectivas respostas seguem no apêndice deste artigo.

Considerações finais

Ao discorrer cronologicamente os fatos acerca da discussão sobre a tutela de preservação do CCHV, percebe-se que apesar do amparo legal e das responsabilidades firmadas na constituição, ainda existem fatores que pesam para que este acautelamento não ocorra de forma natural. A relevância a nível municipal não é questionada, tanto que o CCHV já é reconhecido e incluso no PDUA/2004 da cidade de Novo Hamburgo. Seu reconhecimento e também as necessidades de ações de preservação são reiterados no momento em que o órgão federal, IPHAN, reconhece e tomba o CCHV como patrimônio nacional e indica o polígono do CCHV a ser preservado à cura do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir deste reconhecimento o que se percebe são ações pouco eficazes no sentido de efetivar o tombamento do CCHV a nível estadual, compilando em ato administrativo de arquivamento do processo, o que provocou uma série de manifestações sociais e judiciais.

Em relação às entrevistas feitas sobre o assunto e que estão descritas no Apêndice B, podemos perceber, nas respostas, que a questão da tutela do CCHV ficou claramente definida pelo princípio em relação à gestão compartilhada, entre IPHAN e IPHAE. A questão do tombamento provisório do CCHV, nas respostas, foi relatado como não sendo o caso, pois a portaria de tombamento publicada no DOE (Diário Oficial Estadual) não teria indicado um tombamento provisório, mas definitivo, visto que já estava concluído o estudo de tombamento.

Sobre o ato de “destombamento” que teria ocorrido, as respostas foram igualmente positivas quanto ao ato e à nomenclatura, pois revogaram um ato administrativo de tombamento publicado no DOE. E foi destacado também o entendimento de que o tombamento CCHV deveria, em primeiro lugar, ser de interesse municipal, o qual deveria assumir esse, na ausência ou desinteresse do órgão estadual. Sobre a gestão do patrimônio CCHV as opiniões foram de que o mais acertado seria uma gestão compartilhada e que o município e o estado deveriam sobrepor a proteção. Quanto ao risco que a área corre ao ficar sem proteção os entrevistados evidenciaram o perigo eminente a danos irreversíveis, visto que a área pode sofrer no sentido da desqualificação dos imóveis históricos.

Desta forma pode-se concluir que a discussão sobre a quem pertence a referida responsabilidade de cautela deste patrimônio, ainda não foi decidida definitivamente. O município tenta articular definições para ações de preservação preventiva, mas nada ainda ficou decidido. Enquanto isso, o CCHV mantém-se respaldado apenas pelo PDUA vigente no município, o qual se limita a definir índices construtivos para a área.

A questão que se pode abordar é: qual seria o reflexo ou consequência que isso tudo pode gerar no patrimônio construído? Este desacordo entre os diferentes órgãos públicos, que apesar de reconhecerem o valor histórico do bem em questão, não assumem a responsabilidade para si, pode causar ainda outros tipos de danos ao patrimônio, que permanece sem proteção.

Referências

BEHREND, M. **Um golpe contra o patrimônio histórico e cultural de Novo Hamburgo**. 03 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.martinbehrend.com.br/noticias/noticia/id/6083/titulo/um-golpe-contra-o-patrimonio-historico-e-cultural-de-novo-hamburgo>>. Acesso em 19 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/188546065/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

ERTEL, D. **População pode opinar nesta quarta-feira sobre Corredor Cultural**. 03 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.jornalnh.com.br/noticias/regiao/2020/03/02/populacao-pode-opinar-nesta-quarta-feira-sobre-corredor-cultural.html>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

IPHAN. **História** – Novo Hamburgo – RS Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1677/>>. Acesso em 25 jun. 2020.

JORNAL DO COMÉRCIO - Conservação do Corredor Cultural de Novo Hamburgo é tema de reunião. 12 abr. 2019. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/cultura/2019/04/679335-tombament-do-corredor-cultural-de-novo-hamburgo-e-tema-de-reuniao.html>. Acesso em: 19 jun.2020.



- LUCCHESI, A. **Sem tombamento, futuro do Corredor Cultural de Novo Hamburgo está em discussão.** 15 abr. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2019/04/sem-tombamento-futuro-do-corredor-cultural-de-novo-hamburgo-esta-em-discussao-cjuef4wwg01uj01rtxhff4jmf.html>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- NABINGER, F. Justiça restabelece tombamento do Corredor Cultural Prefeitura e Estado, réus no processo, ainda podem recorrer. 02 ago. 2019a. Disponível em: <<https://jornalnh.com.br/noticias/regiao/2019/08/2463974-justica-restabelece-tombamento-do-corredor-cultural.html>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- NABINGER, F. **Em carta ao governador, Fundação Scheffel pede manutenção do Corredor Cultural.** 10 abr. 2019b. Disponível em: <<https://www.jornalnh.com.br/impresso/comunidade/2019/04/2400023-fundacao-scheffel-apela-ao-governador.html>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- NOVO HAMBURGO. Ata da Audiência Pública Corredor Cultural de Hamburgo Velho e Seu Entorno. 04 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.novohamburgo.rs.gov.br/atos-publicos>>. Acesso em: 27 jun. 2020.
- NOVO HAMBURGO. Câmara Municipal. Conselho defende tombamento do Corredor Cultural de Hamburgo Velho. 15 abr. 2019. Disponível em: <https://portal.camaranh.rs.gov.br/pm3/informacao_e_conhecimento/noticias/conselho-defende-tombamento-do-corredor-cultural-de-hamburgo-velho>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- NOVO HAMBURGO. Hamburgo Velho é Patrimônio Histórico Nacional – 08 maio 2015. Disponível em: <<https://novohamburgo.rs.gov.br/noticia/hamburgo-velho-patrimonio-historico-nacional>>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- NOVO HAMBURGO. **Lei Municipal nº 1.216**, de 20 de dezembro de 2004. Institui o PDUA do Município de Novo Hamburgo. Disponível em: <<https://www.novohamburgo.rs.gov.br/servicos/pdua-plano-diretor-urbanistico-ambiental>>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- NOVO HAMBURGO. Reunião entre SECULT, IPHAE e IPHAN define demandas hamburguenses. 12 maio 2017. Disponível em: <<https://www.novohamburgo.rs.gov.br/noticia/reuniao-secult-iphae-iphan-define-demandas-hamburguenses>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- OLIVEIRA, S. V. de. Os planos diretores e as ações de preservação de patrimônio edificado em Novo Hamburgo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.
- RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual De Cultura. Manifestação sobre o arquivamento do tombamento do corredor cultural. 01 abr. 2019. Disponível em: <http://www.conselhodeculturars.com.br/atualidades_conselho.asp?idmenu=5&idnoticia=1430>. Acesso em 19 jun. 2020.
- RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público AÇÃO CIVIL PÚBLICA nº 019/1.19.0009316-0. 31 Jul. 2019a. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/buscas/proc.html?tb=proc>>. Acesso em 28 jun. 2020.
- RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. MP MEDIA ACORDO PARA PRESERVAÇÃO DO CORREDOR CULTURAL. 24 abr. 2019b. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/noticias/ambiente/48936/>>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Ação agravo de instrumento. Acórdão em ação n. 70083122994. Ministério Público RS e Estado do Rio Grande do Sul. Relator Des. Nelson Antonio Monteiro Pacheco. 24 out. 2019c. Disponível em: <<https://www.tjrs.jus.br/buscas/proc.html?tb=proc>>. Acesso em: 28 jun. 2020.



Apêndice A

Figura 1 – Centro Histórico de Hamburgo Velho - Imagens ao nível do observador da Av. General Daltro Filho



Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place>>. Acesso em: 27 jun. 2020, Montagem da autora

Figura 2 – Corredor Cultural de Hamburgo Velho – Demarcação da Rua General Osório



Corredor Cultural Hamburgo Velho - Rua General Osório

Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place>>. Acesso em: 27 jun.2020, Montagem da autora

Figura 3 – Diagrama com linha do tempo dos acontecimentos



Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place>>. Acesso em 27.06.2020, Montagem da autora

Apêndice B

Entrevistas:

A fim de investigar o tema deste artigo, elucidar algumas questões relativas a atos administrativos teóricos, colher informações para este trabalho e obter a opinião da sociedade civil engajada na causa patrimonial, foram entrevistadas duas pessoas. A apresentação dos entrevistados, as questões encaminhadas a eles e suas respectivas respostas seguem abaixo:

Apresentação Dos Entrevistados

Jorge Luís Stocker Junior: Arquiteto e Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Atua no campo do patrimônio cultural através de estudos técnicos, inventário de patrimônio cultural arquitetônico e paisagístico, projetos de conservação e reabilitação, pesquisa e educação patrimonial.

Suzana Vielitz de Oliveira: Arquiteta e e mestre em Planejamento Urbano e Regional. Atua como professora na Universidade Feevale. Tem experiência docente na área de Arquitetura, com ênfase em preservação de patrimônio cultural. Como profissional liberal, tem experiência de exercício na elaboração de projetos arquitetônicos na área de restauração, além de elaborar laudos e diagnósticos nesta área.

Perguntas e Respostas

1- Em sua opinião, por que o Corredor Cultural de Hamburgo Velho (CCHV) não foi tombado pelo IPHAN na ocasião do tombamento do Centro Histórico?

Jorge - Houve no momento o entendimento dos gestores do IPHAN, IPHAE e do Município de Novo Hamburgo, em aplicar o princípio da gestão compartilhada; “distribuindo” a área inventariada entre os três diferentes entes. Pode-se apontar um equívoco conceitual neste caso, uma vez que foi auferido o “valor nacional” dos sítios, mas se definiu pelo tombamento em níveis menores para fins pragmáticos de facilitar a gestão.

Suzana - O tombamento foi uma decisão em conjunto, parte foi assumido pelo IPHAN e outra parte pelo IPHAE. Talvez em função da existência de um levantamento minucioso elaborado pela arquiteta Marília de Lavras Pinto, que na época era técnica do IPHAE (logo depois Marília se licenciou, estava doente, faleceu em ano.).

2- O que seria um tombamento provisório? E em sua opinião isto já garante algum tipo de proteção ao bem?

Jorge - O tombamento provisório é efetivado antes da conclusão do estudo de tombamento, quando já existe indício do valor cultural e risco eminente de perdas. Entretanto no caso do Corredor Cultural, a portaria de tombamento publicada no DOE não indica tombamento provisório, mas definitivo, visto que já estava concluído o estudo.

Suzana - O tombamento fica provisório até que se efetive. Para que o tombamento se efetive, há necessidade de abertura de um processo que instrua o tombamento, no caso de uma área ou conjunto, o trabalho de instrução é ainda maior, necessita de historiador, eventualmente sociólogos, arqueólogos, dos levantamentos in loco, etc...o nossos Institutos de Patrimônio, em especial o estadual não dispõe de muitos profissionais para dar conta da demanda, portanto, esses processos são lentos, muitas vezes são engavetados com mudança de políticas - em especial com as constantes trocas dos diretores do referido Instituto. Com certeza no momento da abertura do processo para o Tombamento o bem já tem a proteção mesmo que provisória, no caso do Corredor Cultural de Hamburgo Velho, com o “destombamento” se perde a proteção, porém o Corredor Cultural de Hamburgo Velho tem vários prédios em inventário, o que também garante proteção.

3- Na sua opinião o arquivamento do processo de Tombamento do Corredor Cultural pode ser qualificado como um destombamento?

Jorge - Sim, uma vez que não foi feito o arquivamento de um estudo, mas a revogação de um ato administrativo de tombamento anteriormente publicado no DOE.

Suzana - Não entendo o termo destombamento enquanto palavra, nem sei se existe, mas neste caso, parece a que melhor define o que ocorreu, ou seja, mudanças de políticas, desvalorização do trabalho anterior, ou outros motivos que levaram a essa atitude. O arquivamento significa que não interessa mais a este Instituto o tombamento



estadual, porém não significa que o Corredor não tenha valor que justifique sua preservação. Assim, entendo que o tombamento do Corredor de HV em primeiro lugar deve ser do interesse do município, que deveria assumir esse, na ausência ou desinteresse do IPHAE.

4- O protagonismo da conservação desta área do CCHV, no ponto de vista (ideal) deveria ficar sob gestão de qual (is) órgão (s)?

Jorge - A legislação brasileira preconiza a gestão compartilhada, deste modo, as três instâncias deveriam se debruçar em diferentes níveis de proteção (por exemplo: o IPHAN gerencia a paisagem urbana e os imóveis P1, o IPHAE os imóveis P2 e o município as áreas de entorno, também intermediando os debates locais).

Suzana - Pois, como me refiro acima, na ausência ou falta de posição política na instância estadual, há necessidade de ser reconhecido no seu território, ou seja, com certeza é dever do município de NH reconhecer a importância desse local, uma vez que já está expresso este reconhecimento pelo Plano Diretor, ao instituir o Corredor, pelo Inventário Municipal, ao considerar dezenas de casas como de interesse em preservar nesta rua. Se os da casa não tem interesse em garantir a preservação deste espaço, como esperar que o estado o faça? Acho inclusive que em consideração ao levantamento existente, o município e o estado deveriam sobrepor a proteção, evidenciando a importância do local para a cultura local e estadual.

5- No seu ponto de vista qual (is) o risco (s) que o patrimônio edificado desta área corre ao ficar sem proteção durante os trâmites desta discussão?

Jorge - A área fica sujeita a danos irreversíveis, no sentido da desqualificação dos imóveis históricos ou descaracterização do entorno com a possível aprovação de edificações em altura nas áreas sujeitas a controvérsias pelo plano diretor vigente.

Suzana - Não, porque enquanto não for definida por lei tombamento municipal ou estadual, e enquanto não for revisado o Plano Diretor de NH, foi definido em audiência pública no dia xxx de março, que o local seria temporariamente assumido como o que estava proposto pelo IPHAE, independente de processos ou discussões jurídicas.



A EDUCAÇÃO LASSALISTA NO RIO GRANDE DO SUL: LEGADO PEDAGÓGICO

Sergio Luiz Silveira Dias

Clóvis Trezzi

Universidade La Salle

Introdução

Este artigo tem como objetivo resgatar, com breves apontamentos, o nascimento do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, na França, e a chegada dele ao Rio Grande do Sul - Brasil; a seguir, a educação lassalista no Rio Grande do Sul no século XX: contribuições à educação e à cultura; concluindo com o patrimônio cultural da educação lassalista para o Rio Grande do Sul.

A metodologia empregada para o levantamento de dados foi a pesquisa bibliográfica. Os dados referentes ao legado cultural da educação lassalista no Rio Grande do Sul foram retirados de Compagnoni (1980), historiador que fez exaustivo relato da história da vinda dos Lassalistas ao Brasil. Foram, também, consultados outros autores: Bressane (1988), Justo (2003) e Nesello (2011).

O Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs (Irmãos Lassalistas) foi fundado por João Batista De La Salle, aristocrata francês, com a participação dos primeiros mestres, em 24 de junho de 1680, data em que De La Salle leva os referidos mestres a fazer as refeições em sua casa, pois desde 15 de abril de 1679, funcionava a Escola São Maurício, anexa à Paróquia de mesmo nome, fundada com a participação do Sr. Adrien Nyel.⁴

A chegada dos Irmãos Lassalistas ao Brasil, em 1907, coincide com momentos de dificuldade, tanto no Instituto quanto no próprio Brasil. Além da crise no Instituto, provocada pelas perseguições - que só terminaram na metade do século XX -, o Brasil acabava de se tornar República, 17 (dezesete) anos antes. Com isso, começava a expansão da educação pública e laica, conforme exigido pela Constituição Republicana de 1891. Por outro lado, o Estado não dava conta de abrir e manter escolas para a população, razão pela qual os diversos governos e dioceses começaram a pedir a ajuda de Congregações Religiosas europeias para que se fixassem no Brasil e abrissem escolas.

Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs: da França ao Rio Grande do Sul – Brasil

João Batista De La Salle (1651-1719), fundador do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, viveu grande parte da sua vida no século XVII. Foi contemporâneo de Pierre Corneille (1606-1684), Edme Mariotte (1620-1684), Jean de La Fontaine (1621-1695), Jean-Baptiste Poquelin Molière (1622-1673), Blaise Pascal (1623-1662), Nicolás Boileau-Desprèaux (1636-1711), Luiz XIV (1638-1715), o “Rei Sol”, entre outros (JUSTO, 2003).

Se o século XVII - o de Luiz XIV - foi o da centúria áurea da França, pois floresceram as ciências, as artes e as

4 Adrien Nyel (? - 1687), professor em Rouen, foi enviado desta cidade a Reims pela Sra. Jeanne Dubois Maillefer (Madame de Maillefer), prima de La Salle, com uma carta de apresentação à Superiora das Irmãs do Santíssimo Menino Jesus, para abrir uma Escola para meninos pobres. Nyel também trouxe uma carta para De La Salle. No dia 09 de março de 1679, este encontra-se, pela primeira vez, com Adrien Nyel na recepção do Convento das referidas Irmãs. De La Salle e Nyel não se conheciam. A partir desse encontro, começaram a trabalhar para iniciar uma escola gratuita para pobres. No dia 15 de abril de 1679 (data geralmente aceita, todavia não há documentação para prová-la), com o apoio de La Salle, tal escola foi aberta na Paróquia São Maurício, em Reims - França, a qual foi atendida por Adrien Nyel. Todavia, diante da despreocupação de Nyel, De La Salle teve que assumir o sustento da escola, e a preparação e moradia dos mestres (o que fez reunindo-os numa casa alugada).

letras, foi também o de grandes misérias e de grandes crises. Essas crises eram de diversas naturezas, como apontado por Hengemüle (2007) e Fièvet (2001), das quais apontamos algumas: religiosa, provocada ainda pelo movimento da Reforma Protestante (1517), por parte de Martinho Lutero (1483-1546) e do Concílio de Trento (1545-1563), pois a França adotou as normas deste Concílio ao redor de 100 (cem) anos após o seu encerramento, além das heresias como o Jansenismo; econômica, provocada pelos excessos da Corte do luxuoso e dispendioso reinado de Luís XIV (1638-1715); pelas intempéries (só o grande inverno seco de 1693/1694 matou mais de 1.500.000 [um milhão e quinhentos mil] de pessoas na França de fome e frio), pelas mudanças na economia que começava a migrar as pessoas do campo para a cidade e pela miséria generalizada; assim como a educacional, pela falta de escolas para os filhos da população mais pobre e pela ausência de uma educação organizada.

No item III: Contexto histórico da vida de São João Batista De La Salle, na Introdução Geral das Obras Completas de La Salle, encontramos

[...] a maior parte da população era constituída pela classe baixa, integrada por artesãos, diaristas, camponeses e pequenos lojistas e vendedores. Em sua maioria, careciam de estudos. Abaixo deles estavam os muito pobres, isto é, os mendigos que, por não possuírem nada, viviam pedindo esmolas, sobretudo nas cidades. (LA SALLE, Introdução Geral, 2012, v. 1, p. LIII).

Foi para atender os mais pobres que, numa caminhada sem volta, De La Salle, sob a inspiração divina, fundou, com improvisados mestres, a Sociedade das Escolas Cristãs, para atender essa clientela desvalida. O objetivo da sua obra era atender os filhos dos trabalhadores, denominados, filhos dos artesãos e os filhos dos mais pobres, numa tentativa de superação do problema social reinante.

Durante a sua longa caminhada passou por muitas crises pessoais e institucionais. Foi injustamente acusado, muitas vezes, de querer ocupar o lugar das escolas de caridade e das escolas dos mestres calígrafos. As crises o levaram a reelaborar os seus propósitos e a prosseguir no seu desiderato: estabelecer as escolas para os meninos pobres.

A obra lassalista cresce. Abrem-se escolas em muitas cidades na França. De La Salle, ao longo da vida funda, inicialmente, com a parceira de Adrien Nyel, as primeiras, e a seguir outras, perfazendo o total de 58 (cinquenta e oito) escolas, em 26 (vinte e seis) localidades. No ano de sua morte, 1719, funcionavam 42 (quarenta e duas) instituições educativas, em 22 (vinte e duas) cidades. (INDICES, 2010).

Durante a vida do Pedagogo de Reims, o Instituto esteve presente na França, a partir de 1679, e na Itália, a partir de 1702. Após a sua morte, espalhou-se pelo mundo inteiro, começando pela Suíça (1750), Martinica (1774), Bélgica (1792), Ilha da Reunião (1817), entre outros países, (GALLEGO, 1981), chegando, em 1907, ao Brasil, particularmente, ao estado Rio Grande do Sul.

Registre-se que em 1882, vinte e cinco anos antes da chegada dos Irmãos Lassalistas ao Brasil (1907), um brasileiro torna-se Irmão Lassalista na Europa. O jovem Agnelo, paraense, foi enviado à França, em 1879, para estudar na Escola dos Irmãos de Nantes. Tomou o nome de Irmão Agnelo-Maria. Nascido em 1863, no Belém do Pará - Brasil, faleceu em 1933, em Grinõn - Espanha. (COMPAGNONI, 1980).

É mister mencionar, também, que antes da presença dos Irmãos no Brasil, estes já eram conhecidos por meio de suas obras didáticas.

Segundo Compagnoni (1980, p. 69)

Um acontecimento marcante, no entanto, viria exaltar no Brasil, nos idos de 1883, os méritos pedagógicos dos Irmãos das Escolas Cristãs, conhecidos e reconhecidos na Europa, porém insuspeitados entre nós, com exceção de autoridades eclesiásticas e outras personalidades que haviam tomado contato com as obras educacionais lassalistas europeias, mormente na França e na



Bélgica. A EXPOSIÇÃO PEDAGÓGICA DO RIO DE JANEIRO, de 1883, veio despertar a atenção das autoridades educacionais da época, inclusive a do próprio Imperador Dom Pedro II, para os eficientes e exitosos métodos didático-pedagógicos lassalistas, cujos trabalhos, mostrados naquela Exposição, constituíram-se em autêntico destaque entre os demais.

Desde 1842 - e talvez antes, só que não documentado - autoridades civis e religiosas, solicitavam, insistentemente, ao Superior Geral Lassalista o envio de Irmãos ao Brasil. Os pedidos partiram dos Estados do Pará (terra natal do Irmão Agnelo-Maria), do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia, de São Paulo e de Mato Grosso. (COMPAGNONI, 1980).

Por diversas circunstâncias, o Rio Grande do Sul foi o último dos Estados brasileiros a solicitar e o primeiro a ser atendido, quanto ao envio de Irmãos Lassalistas. As tratativas iniciaram em 1904 e foram concluídas em 1907, com a chegada dos primeiros Irmãos em terras brasileiras no dia 19 de março de 1907. O longo epistolário encontra-se no Arquivo da Sede Geral, em Roma. (COMPAGNONI, 1980).

Encerrando esse item atrevemo-nos a citar três possíveis causas da vinda dos Irmãos das Escolas Cristãs ao Brasil:

a) com a canonização do Bem-aventurado João Batista De La Salle, em 24 de maio de 1900, houve uma expansão do Instituto, sob o governo do então Irmão Gabriel-Marie ([Edmond Jean-Antoine Brunhes] 1897-1913), Superior Geral. (JUSTO, 2003).

b) os 26 (vinte e seis) pedidos para o envio de Irmãos ao Brasil, sendo que os 6 (seis) últimos: 1898, 1904, 1905 (de três localidades) e 1906 (de outras duas localidades) chegados à mesa do Irmão Gabriel-Marie. (BRESSANE, 1988).

c) a obra educacional dos Lassalistas na França passou por muitas crises provocadas pelas leis anticlericais dos governos franceses, no período de 1874 a 1904, particularmente, pelas leis de Émile Combes.⁵ Estas foram eliminando, progressivamente, as escolas dirigidas pelas Congregações Religiosas quer masculinas quer femininas, bastando lembrar que, em 1914, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, só restavam 13 (treze) escolas dirigidas pelos Irmãos Lassalistas. (COMPAGNONI, 1980; GALLEGO, 1981). Em janeiro de 1904, a situação era a seguinte: 1.157 (um mil e cento e cinquenta e sete) casas, 10.621 (dez mil e seiscentos e vinte e um) Irmãos e 201.521 (duzentos e um mil e quinhentos e vinte e um) alunos. Com a supressão das escolas lassalistas alguns Irmãos se secularizaram (passaram a andar sem o hábito) para salvar algumas obras; alguns poucos saíram do Instituto, solicitaram a dispensa dos votos, voltaram à vida secular; outros partiram para países vizinhos; outros, ainda, foram reforçar comunidades religiosas fora da França; e, outros, finalmente, foram fundar novas escolas em outros países. (GALLEGO, 1981). Graças, portanto, a essa dispersão de Irmãos, chegou a vez do Brasil, notadamente para o Rio Grande do Sul.

A educação lassalista no Rio Grande do Sul no século XX: contribuições à educação e à cultura

A partir da chegada dos Irmãos Lassalistas ao Rio Grande do Sul, em 19 de março de 1907, estes começaram a perceber as diferentes necessidades do povo, e começaram a fundar escolas. A primeira foi a Escola São João Batista De La Salle, em Porto Alegre - RS, no Bairro Navegantes; a segunda, Colégio São Carlos, em Vacaria - RS. A primeira funcionou de 1907 a 1942, enquanto a segunda durou um ano e meio, de junho de 1907 a dezembro de 1908. Esta foi encerrada pois o Intendente requereu o local onde funcionava o Colégio e, em troca, ofereceu um prédio que não tinha condições de abrigar a Comunidade Religiosa dos Irmãos nem os internos, conforme relato do Irmão Marcel-Sylvain, do primeiro grupo de Irmãos chegados ao Brasil, em 1907. Esta carta está nos Arquivos da Província La Salle Brasil-Chile.

5 Émile Combes (1835-1921) foi Primeiro-ministro da França, entre 7 de junho de 1902 a 24 de janeiro de 1905.



Até 02 de julho de 1910 chegaram ao Brasil 44 (quarenta e quatro) Irmãos: 36 (trinta e seis) franceses, 3 (três) alemães, 3 (três) belgas, 1 (um) holandês e 1 (um) português, pois as necessidades eram muitas e era necessário fundar escolas.

Em 1908 foram abertos os atuais Colégio La Salle Dores (03/02/1908), em Porto Alegre - RS; Colégio La Salle Carmo (03/02/1908), em Caxias do Sul - RS; e o Instituto São José, hoje Colégio La Salle (04/03/1908), em Canoas - RS, que permanecem operando até os dias de hoje.

Destaca-se nesses empreendimentos o pioneirismo e a ousadia dos primeiros Irmãos em fundar, no intervalo de 30 (trinta) dias 03 (três) escolas, considerando as distâncias e os recursos daquela época. Portanto, em 1908, funcionavam 5 (cinco) Escolas Lassalistas, no Rio Grande do Sul.

Aos poucos, a obra Lassalista expandiu-se pelo Brasil, chegando a ter instituições lassalistas em 9 (nove) Estados e no Distrito Federal, e em todas as regiões do Brasil. Hoje os Lassalistas estão no Distrito Federal e nos estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. As obras no estado de Minas Gerais foram descontinuadas. No Rio Grande do Sul, houve primeiro uma expansão e depois um encolhimento. Diversas obras educativas foram fechadas por falta de alunos ou por escassez de Irmãos.

Em 30 de setembro de 1941 ocorreu em Canoas - RS, a solenidade de criação das Escolas Normais, com a presença de importantes autoridades educacionais do Estado. Em 1942, a Escola Normal La Salle, de Canoas - RS, e a Escola Normal Rural La Salle, de Cerro Largo - RS iniciaram as aulas. Essas instituições buscaram atender às necessidades de melhoria da educação no Estado, colocando em prática uma das intuições de João Batista De La Salle: para que as escolas tenham êxito é necessário preparar bem os professores. La Salle foi pioneiro e inovador ao propor programas para a formação de professores, criando o primeiro Seminário para Mestres (*Séminaire des Maîtres de Campagne*, em francês) posteriormente conhecido como Escola Normal ou Curso de Magistério.

A Escola Normal, de Canoas, inicialmente aberta aos Irmãos com o objetivo de bem formá-los, passou, a partir de 1970, a ser mista. Preocupava-se com a formação de professores para as zonas urbanas, enquanto que a Escola Normal, de Cerro Largo, para a zona rural do Estado. A Escola de Canoas diplomou, em seus 63 (sessenta e três) anos de existência (1942 a 2004), 3.739 (três mil e setecentos e trinta e nove) docentes, enquanto que a de Cerro Largo formou, durante os seus 31 (trinta e um) anos de vida (1942 a 1972), 493 (quatrocentos e noventa e três) professores para as séries iniciais, hoje do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental.

Na década de 1970, os Irmãos decidiram reativar o Ensino Superior, pois em 22 de janeiro de 1937 foi criado em Pelotas - RS, o Curso Superior de Administração e Finanças e, em 22 de setembro de 1945, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, posteriormente transferidos para a atual Universidade Católica de Pelotas. Em janeiro de 1949 foi fundado o Instituto Geobiológico La Salle, em Canoas - RS, com a finalidade de ser um centro de estudos e pesquisas científicas, desativado em 30 de janeiro de 1957.

Em 09 de agosto de 1976 iniciaram as aulas dos Cursos de Estudos Sociais e Letras e, a partir de março de 1977, o de Pedagogia, no então Centro Educacional La Salle de Ensino Superior (CELES). Este, em 30 de dezembro de 1998, foi transformado em Centro Universitário La Salle (UNILASALLE) e, finalmente, em 08 de maio de 2017, passou a Universidade La Salle. Até 31 de julho de 2020, a Instituição graduou 13.430 (treze mil e quatrocentos e trinta) alunos.

A Universidade La Salle, em 2020, foi criativa para dar continuidade às suas atividades, tendo presente a pandemia da COVID-19. Graças ao empenho da Reitoria, Professores e Alunos e Pessoal Técnico-administrativo não foi perdido um dia de aula. Todas as atividades docentes e administrativas foram realizadas online e com êxito, tendo presente o mote do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristão para 2020: grandes coisas são possíveis!



Além das instituições educacionais, o patrimônio cultural lassalista se estende em outras áreas, como a música, a arquitetura e a arte sacra. Boa parte deste patrimônio se encontra em Canoas, naquela que foi e é uma das primeiras e mais completas instituições lassalistas no Estado, fundada em 1908. A edificação, com uma arquitetura própria do início do século passado, abriga a Capela São José, uma das mais antigas de Canoas e com uma beleza arquitetônica própria. A Capela possui um dos maiores órgãos do Estado, além de bela Via Sacra, e a Universidade abriga um museu histórico-pedagógico.

Destaca-se, na entrada principal da Universidade La Salle, o belo grupo estatuariário, representando São João Batista De La Salle, rodeado por crianças, figurando os cinco continentes, onde atuam os Irmãos Lassalistas, obra de Bartolomé Llull, escultor catalão, inaugurada em 20 de maio de 1941. Pela Rua 15 de Janeiro, entrada secundária, encontramos o Pórtico, datado de 1980, homenageando os 300 (trezentos) anos de fundação do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, e a Via Sacra, igual à da Capela, junto ao Bosque (Túnel Verde). Esta, também, obra de Llull. (NESELLO, 2011).

Além das obras do catalão encontram-se espalhados pelo *campus* as Estátuas do Sagrado Coração de Jesus, de Nossa Senhora da Vocação, do Menino Jesus e do Crucifixo, quase todas recebidas por doações de familiares de Irmãos, além de quase uma dezena de placas, que recordam datas e fatos importantes da presença dos Irmãos Lassalistas, em Canoas - RS. (NESELLO, 2011).

Há, também, a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, obra feita pelos jovens Irmãos, e inaugurada em 08 de dezembro de 1944, assim como o Calvário com as estátuas de Jesus na cruz, de Nossa Senhora Mãe de Deus e de São João, também, do escultor catalão. (NESELLO, 2011).

Conclusão: o patrimônio cultural da educação lassalista para o Rio Grande do Sul

A chegada dos Irmãos das Escolas Cristãs ao Rio Grande do Sul, em 1907, foi um marco para a história da educação no Estado. Além dos Lassalistas, já estavam em atividade, com muitas escolas abertas, os Irmãos Maristas, e diversas outras congregações religiosas masculinas e femininas. Mas a demanda era grande, especialmente pelo elevado número de imigrantes europeus chegados ao longo do século XIX e XX.

O patrimônio cultural e educacional dos Lassalistas no Estado não se limita às edificações escolares nem ao legado material. Este patrimônio pode também ser medido pela formação de diversas gerações de gaúchos em internatos e orfanatos, passando pela educação agrônômica, formação de professores, educação básica, escolas técnicas, ensino superior, formação para a vida religiosa, centros de assistência social, centros de formação para a juventude, construções e reformas de capelas e igrejas, manutenção de museus.

Se no século XVII, com a participação efetiva de La Salle, ocorreu uma verdadeira revolução educacional com o surgimento da pedagogia moderna, esta pesquisa mostra que a educação lassalista não se restringiu à colaboração naquele período; continuou se expandindo e revolucionando a educação e a cultura ao longo dos séculos.

Exemplo disso é a vinda dos lassalistas ao Brasil e conseqüente influência na educação e cultura do Rio Grande do Sul. Os Irmãos, exímios pedagogos - a presença na Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro em 1883 assim o atesta -, trouxeram da Europa para o Brasil o que de mais moderno havia em termos de teorias e práticas pedagógicas. Se La Salle com os primeiros mestres foram revolucionários naquele tempo, os Irmãos continuaram sendo vanguardistas depois.

O legado educativo e cultural dos Lassalistas no Rio Grande do Sul, do que este estudo destaca alguns aspectos, é vasto e muito rico. A escolha de São João Batista De La Salle como patrono do magistério público do Rio Grande do Sul pelo governador Ildo Meneghetti, por meio do Decreto Nº 9.872, de 22 de dezembro de 1958, mostra esse reconhecimento.



Referências

- BRESSANE, H. **A Caminhada do instituto dos irmãos das escolas cristãs**. Canoas: [s. n.], 1988. Mimeografado.
- COMPAGNONI, I. C. **História dos irmãos lassalistas no Brasil**. Canoas, RS: La Salle, 1980. (Coleção religiosos no Brasil; 5).
- FIÉVET, M. **Les enfants pauvres à Pécole: La révolution scolaire de Jean-Baptiste de La Salle**. Paris, França: Imago, 2001.
- GALLEGO, S. **Huellhas fecundas: Compendio de la historia del Instituto de los Hermanos de las Escuelas Cristianas**. Madrid: Villena, 1981.
- HENGEMÜLE, E. **Educação lassaliana: que educação?** Canoas, RS: Salles, 2007.
- ÍNDICES DE LUGARES, DE PERSONAS, ANALÍTICO Y CRONOLÓGICO. **Las cuatro primeras biografías de San Juan Bautista de La Salle**. Madrid: La Salle Ediciones, 2010. Tomo IV.
- JUSTO, H. **La Salle: patrono do magistério: vida, bibliografia, pensamento, obra pedagógica**. 5. ed. Porto Alegre: Salles, 2003.
- LA SALLE, João Batista de, Santo. **Obras completas de São João Batista de La Salle**. Canoas, RS: Ed. Unilasalle, 2012. 4 v. em 6.
- NESELLO, N. L. **1908 La Salle 2008: cem anos de presença em Canoas/RS**. Canoas, RS: La Salle, 2011.



A HISTÓRIA DAS MULHERES: UM PATRIMÔNIO SOCIOCULTURAL

Denise Regina Quaresma da Silva

Karina Dias da Silva

Universidade La Salle

Introdução

O estudo aborda uma discussão sobre o papel social exercido pela mulher durante muitos séculos, um resgate sociocultural daquelas que eram, foram e ainda são submissas, caladas, sexo frágil, cuidadoras do lar, responsáveis pelos filhos, excluídas socialmente, sem voz de liberdade e direitos. Mulheres oprimidas por uma ideologia machista, se tornaram pessoas sem vontade, sem desejo pela vida, não desfrutando da dignidade tão pouco de direitos conquistados com lutas por elas mesmas, por outras mulheres. A partir das inquietações o estudo vem problematizar.

Por que as mulheres ainda lutam pela igualdade de gênero no século XXI?

No entanto para buscar respostas ao problema definiu-se o seguinte Objetivo geral: de contextualizar os acontecimentos históricos das mulheres promovendo uma abordagem sociocultural de memórias. Assim, os objetivos específicos foram:

- a) Investigar o papel e comportamento das mulheres no contexto histórico sociocultural;
- b) Analisar acontecimentos marcantes da luta das mulheres em prol de direitos de igualdade de gênero;
- c) Promover reflexões sobre o papel social da mulher no século XXI.

A história das mulheres é marcada pela desigualdade de poder, pois não tinham voz, tão pouco vontade própria e direitos. Comportamentos submissos aos homens que passou de geração para geração ao longo de muitos séculos. Os quais hoje em dia, muitas mulheres brasileiras provedoras do sustento familiar lidam com a desigualdade salarial em relação aos homens, e carregam nos ombros o fardo das responsabilidades domésticas e com filhos ainda mais em tempos pandêmicos.

Trajetória Metodológica

A pesquisa de cunho qualitativo, exploratório procedendo com revisão bibliográfica sobre as literaturas, contextualizando o papel da mulher no contexto sociocultural. Desta forma, “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias” (GIL, 2002, p. 41).

Na pesquisa usou-se uma metodologia qualitativa, exploratória que permite ao pesquisador maior liberdade para construção e expressão de ideias acerca do tema em estudo.

Dados e Fatos da História

A vidas das mulheres no período colonial se remete ao papel social de mãe, boa esposa e dona-de-casa, uma construção sociocultural enraizada no contexto atual tem tempos pandêmicos do século XXI. Essa cultura



patriarcal definiu de quem é poder assim como os papéis e funções sociais de homens e mulheres. Na virada do século XIX para século XX, mulheres isentas de direitos, necessitam de autorização dos maridos para sair de casa, trabalhar. Quando jovens submissas ao pai, após o casamento na idade da adolescência sua tutela passava a ser responsabilidade do marido. Assim, ao revisitar o contexto histórico entende-se a responsabilidades da mulher do século XXI, responsabilidades trazidas da cultura patriarcal, herança portuguesa (NORONHA, 2009).

Para Teles (1993), as lutas dos movimentos feministas são políticos, vem indagar a opressão, repressão sofrida pelas mulheres que remete ao poder patriarcal herança cultura portuguesa. No período do Brasil colonial, a sociedade se organizou neste modelo onde predominava o poder, as decisões políticas, sociais estavam sobre os homens. Assim, “as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade” (LOURO, 2000, p. 06).

Enquanto a maioria das mulheres do século XVIII cuidava do lar, uma delas vestiu-se de coragem para lutar na Guerra pela Independência do Brasil em 1853, tendo que ser uma mulher oculta no meio dos homens, sendo chamada de soldado Medeiros. Era Maria Quitéria, que nasceu no sertão da Bahia em 1792 e vestida de homem, alistou-se para ajudar no combate as tropas portuguesas. Usava um pseudônimo de José Medeiros, lutou tão bem e conquistou seu espaço como mulheres obtendo reconhecimento do príncipe “lutou tão bem que recebeu o posto de cadete⁶, recebeu de Dom Pedro I a insígnia dos Cavaleiros da Imperial Ordem do Cruzeiro” (TELES, 1993, p. 25).

De acordo com a Legislação Brasileira, a Constituição Federal de 1988, dispõe sobre “igualdade entre homens e mulheres” conforme o Art. 5º “(...) todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”. (BRASIL, 2020).

Neste sentido, entende-se o objetivo do governo em promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres, registrados no papel, pois desde 1988 quando criou-se à Constituição Federal até os dias atuais ainda existe uma desigualdade de direitos humanos entre homens e mulheres, tanto na equivalência salarial quanto nas relações de poder na sociedade, nem políticas públicas para incluir a diversidade de gênero e promover igualdade de direitos para todos.

No início século XX, surge os primeiros movimentos feministas no Brasil, uma delas é Leolinda Figueiredo Daltro, pioneira na luta pelo sufrágio feminino e emancipação da mulher. Considerando a *Lei nº 3.071 de 1916, do antigo Código Civil*, retrata o perfil da mulher submissa ao homem sem poder, sem independência. Assim o Art. 05 declara “são-absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil” e segue o inciso II “as mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal”. (BRASIL, 1916).

Em 1932, Getúlio Vargas, atendeu os pedidos dos movimentos feministas e concedeu o voto as mulheres, consolidando o novo Código Eleitoral. (DUARTE, 2019). Por meio de movimentos feministas, mulheres conquistaram direitos como o voto, fim da tutela de pais ou maridos, criou-se o Conselho Nacional às Mulheres (CNDM), delegacia feminina, “igualdade” de direitos segundo a Constituição Federal de 1988, conquistaram o direito a escolarização, Lei Maria da Penha, ONU Mulher (apoio aos movimentos feministas), Lei do feminicídio em 2015.

Assim, elucidando as memórias do passado cultura sobre o papel da mulher, hoje inseridas no mercado de trabalho se deparam com um novo obstáculo, uma barreira conhecida como “glass ceiling” (teto de vidro), um fenômeno internacional, que se refere às barreiras, impe cípios a ascensão profissional da mulher. (COELHO, 2014). Neste sentido, mulheres ocupantes de mesmos cargos que os homens com mesma escolaridade ou superior não conseguem equiparar seus salários. Uma discriminação neutra que produz a desigualdade e a discriminação (OIT, 2007).

6 Cadete: “designação dos militares em formação para se tornarem oficiais nas forças armadas e nas forças de segurança de vários países”. WIKIPÉDIA. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cadete#:~:text=Cadete%20C3%A9%20a%20designa%C3%A7%C3%A3o%20dos,de%20seguran%C3%A7a%20de%20v%C3%A1rios%20pa%C3%ADses>>. Acesso em: 01 Out. 2020.



Uma forma de promover a igualdade é a criação de políticas públicas eficazes como criação de programas e ações estratégicas específicas para mulheres, como forma de compensar as desigualdades enfrentadas pela condição de gênero ao longo da história. (ABRAMO, 2007).

Desenlace

As mulheres durante muitos séculos viveram sempre submissas aos homens, para responder ao problema de pesquisa: *Por que as mulheres ainda lutam pela igualdade de gênero no século XXI?* Volta-se ao período do Brasil colonial para retratar A História das Mulheres que são consideradas um Patrimônio Sociocultural, pelo seu contexto histórico de sobrecarga com as responsabilidades do lar, vivendo em uma sociedade machista enraizada pela cultura do poder patriarcal, herança Portuguesa.

No entanto para buscar respostas ao problema definiu-se o seguinte Objetivo geral: foi contextualizar os acontecimentos históricos das mulheres promovendo uma abordagem sociocultural de memórias, assim responder aos objetivos específicos.

Para responder ao primeiro objetivo: Investigar o papel e comportamento das mulheres no contexto histórico sociocultural; corrobora, (TELES, 1993), descrevendo que enquanto a maioria das mulheres do século XIX, cuidava do lar, uma delas vestiu-se de coragem para lutar na Guerra pela Independência do Brasil em 1853. Mulher oclta no meio dos homens, foi chamada de soldado Medeiros, era ela Maria Quitéria.

Assim, para responder ao segundo objetivos: Analisar acontecimentos marcantes da luta das mulheres em prol de direitos de igualdade de gênero; destaque a igualdade direitos conforme dispões o Art. 5º da Constituição Federal do Brasil. As lutas das feministas e as conquistas das mulheres pelo, voto, delegacias e políticas públicas direcionadas a elas.

Quando ao terceiro objetivo: Promover reflexões sobre o papel social da mulher no século XXI, uma forma de promover a igualdade é a criação de políticas públicas eficazes como criação de programas e ações estratégicas específicas para mulheres, como forma de compensar as desigualdades enfrentadas pela condição de gênero ao longo da história (ABRAMO, 2007).

Assim, romper com as desigualdades sociais trazidas da cultura patriarcal, para que as mulheres hoje possam atravessar essa barreira conhecida como “glass ceiling” (teto de vidro). As memórias do passado das mulheres ficam, ainda há tempo de se construir um futuro de igualdade para todos e todas.

Referências

ABRAMO, L. W. A inserção da mulher no mercado de trabalho: Uma força de trabalho secundária? *Tese*. Programa de Pós-graduação em Sociologia – Universidade de São Paulo.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 de Julho 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.071**, 1º de Janeiro de 1916. Dispõe sobre o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 19 de Junho de 2020.

COELHO, D. Ascensão profissional de homens e mulheres nas grandes empresas brasileiras. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/260400727>>. Acesso em: 2020. 01 Out. 2020.



DUARTE, C. L.; CASTRO, M. G.; BANDEIRA, L. M.; ARRUDA, A.; RAGO, M.; HOLLANDA, H. B. de (Organizadora). **Pensamento feministas brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LOURO, G. L. **O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NORONHA, O. M.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Navegando pela História da educação brasileira: 20 de Histedbr**. Campinas: Histedbr, 2009.

OIT. ABC dos direitos das mulheres trabalhadoras e igualdade de gênero. 2. ed. Organização Internacional do Trabalho, 2007.

TELES, M. A. de A. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.



CANOAS, A CIDADE DOS AVIÕES

Jairo Alberto Vieira Schutz

Universidade La Salle

Introdução

Como arquiteto e urbanista, residente em Canoas desde o ano 1966, sempre tive desejo de investigar o complexo temático dos espaços públicos, do patrimônio cultural, dos sujeitos e suas práticas culturais. Neste sentido, entre vários aspectos analisados, procuro ponderar neste artigo, a forma como está sendo realizada a gestão destes espaços pelo poder público canoense.

Apoio-me na pesquisa intitulada “Pedagogias culturais, representações e identidades: a Praça do Avião, patrimônio cultural imaterial de Canoas, RS” (SCHUTZ, 2019), que desde sua inauguração transformou-se em local referencial para Canoas, bem como para a Região Metropolitana de Porto Alegre, RS.

“A praça! A praça é do Povo, como o céu é do Condor. É antro onde a liberdade cria águias em seu calor”, falava em seus versos o poeta Castro Alves. É palco do povo, protagonista de seus próprios espetáculos, é um espaço público de reunião, construído para e pela sociedade, imbuída de símbolos e significados, marcos centrais da constituição de trajetos, do ir e vir, ponto de chegada e partida, concentração e dispersão. Espaço para pedestres – palco representativo da dimensão cultural e histórica da cidade (FONT, 2003, p. 5). Pode ser um local, simplesmente de encontro ou de passagem, onde pessoas conversam, crianças brincam, idosos descansam e histórias vão se tecendo.

Muitos desses lugares, às vezes, são esquecidos pelos administradores públicos ou são planejados para atender a desejos individuais em vez de coletivos, ou construídos privilegiando a tecnologia dos automóveis. Repensar estes espaços, adaptá-los às necessidades atuais, ou simplesmente dar-lhe ressignificação, é fundamental, necessário para que ele possa ter novas apropriações, em face do desenvolvimento local.

Neste sentido trago como exemplo o debate promovido na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em 2019, sobre parcerias com a iniciativa privada para a conservação, manutenção de praças, parques, espaços públicos, que por vezes desajustados necessitam de ações e onde o poder público tem agido de maneira indiferente. O projeto de lei 011/2018, foi aprovado por um placar de 24 votos a favor e 12 votos contra, permitindo dessa maneira que a Prefeitura conceda a empresas privadas os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação e melhoramento da infraestrutura de praças e parques na cidade, e em troca a empresa vencedora da licitação, poderá efetuar cobrança de ingresso para acesso a áreas fechadas e explorar publicidades no mobiliário e outros equipamentos integrantes da concessão, cujo prazo será limitado a 35 anos.

A empresa responsável - conforme o projeto de lei - deverá garantir a manutenção de serviços ambientais, funções ecológicas, estéticas e de equilíbrio ambiental, de acordo com as regras de manejo das árvores, proteção das nascentes, fauna, flora e permeabilidade do solo.

Percebe-se que o urbano tornou-se pouco atraente, com pouca oferta e qualidade de lazer e recreação, de espaços culturais, naturais e amplos, o que em parte justifica ações como a comentada em parágrafos anteriores sobre parcerias entre a Prefeitura de Porto Alegre e empresas privadas. O espaço público perdeu expressão como lugar de encontro, diálogo, vivências e interações. Mumford (1945) já destacava a importância de introduzir todas as etapas da vida na planificação urbana, implantando espaços públicos de dimensão acessível, que incrementem o encontro entre os cidadãos de todas as idades. Na contemporaneidade, estes espaços ressignificados, assim como praças e outros lugares públicos, abrigam atores individuais e coletivos, fazendo usos territoriais institucionalizados ou não e cotidianamente configurados.

Segundo HARVEY (1992), “as cidades estão em constante movimento, deslocando seus sentidos e práticas, constituídas de múltiplos fragmentos de cidades e de identidades que se entrecruzam, que se sobrepõem e que permanecem sempre em aberto, podendo ser investigadas e estudadas de diversas e distintas maneiras”.

Espaços públicos em Canoas foram ressignificados, adequando-se às novas condições urbanas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, onde seus desdobramentos aceleraram o povoamento das regiões que estavam próximas à Porto Alegre. Canoas, pela sua proximidade à capital do Estado surge como um promissor parque de trabalho, sendo que os bairros foram crescendo de forma desordenada e espalhados ao longo da BR-116, na maioria das vezes, sem as mínimas exigências urbanísticas, localizados ocasionalmente em áreas alagadiças e banhados.

Com a Praça do Avião, não foi diferente, assume ao longo de seis décadas, contextos e apropriações diferentes. Já foi Praça Cinquentenário La Salle, Praça do Avião, e agora Alberto Santos Dumont. Outro símbolo importante foi colocado na Praça, um mastro de 35 metros com a bandeira do Brasil, desde 1995. Hasteada permanentemente, a bandeira é vista de vários pontos da cidade e também serve como localização do centro de cidade. O Monumento homenageando as origens de Santos Dumont também se encontra neste local. A Praça e seus monumentos, estão majoritariamente associadas à presença da Base Aérea e dos militares na cidade. Passantes são permanentemente avisados ou lembrados da presença desses militares, em função sua localização às margens da BR-116, e também pelas luzes das turbinas, que à noite ficam acesas, reforçando este aviso. Nessa Praça, a manutenção do monumento Avião é feita pelos militares da Aeronáutica e a da Praça, pela Prefeitura.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa documental, combinada com observações, anotações e posteriores análises de distintos ângulos, realizei coleta de informações a partir de textos, livros, revistas e jornais diversos na Biblioteca Pública Municipal João Palma da Silva, em Canoas. Contudo, artigos, teses e dissertações pesquisei na rede mundial de computadores, a internet. Outra fonte pesquisada foram matérias jornalísticas publicadas no jornal local “O Timoneiro”, porém não descartei o que foi noticiado em outros jornais, alguns ainda em circulação.

Dentre os trabalhos acadêmicos mapeados, destaco um questionário, aplicado a 115 pessoas, sendo 96 moradores e 19 não moradores (BECKER; PEREIRA, 2019), que procurou compreender os espaços públicos de Canoas, sob a ótica dos moradores e visitantes. Apoio-me também em artigo (GRAEBIN; VIEGAS, 2018), onde as autoras debatem a cidade de Canoas, políticas, urbanismo e sobre o reconhecimento de um centro histórico.

Canoas, origem e espaços públicos

Canoas é uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, fazendo divisa com Esteio, Porto Alegre, Cachoeirinha e Nova Santa Rita. Desde o início de seu povoamento urbano, o município apresenta algumas fases bem demarcadas no imaginário social acerca de sua tipologia. “Cidade de veraneio”, “cidade dormitório” e “cidade industrial” são três alcunhas estabelecidas por pesquisadores, sendo a de “cidade dormitório” a mais recorrente e lembrada. A urbanização municipal se deu a partir da transformação de grandes áreas de terras da Fazenda do Gravataí, adquiridas por famílias ricas de Porto Alegre, tornando-se casas de veraneio (JAEGGER, 2018, p. 14).

Gradativamente, o município foi abandonando a vocação agrícola e de veraneio para tornar-se cidade dormitório e industrial. A estrada de ferro que ligava São Leopoldo a Porto Alegre, passando por Canoas, representou um marco importante para a cidade. A 26 de novembro de 1871 teve início sua construção, sendo concluída três anos depois, em 14 de abril de 1874. Canoas desenvolveu-se no entorno da estação férrea, quando ainda pertencia aos municípios de Gravataí e São Sebastião do Caí, sendo o primeiro loteamento aberto no mesmo ano da inauguração



da estrada de ferro, junto à estação local. Despertando o interesse dos comerciantes, os loteamentos foram sendo instalados de forma acentuada (PENNA, CORBELLINI, GAYESKI, 2004, p. 23).

O processo de emancipação política de Canoas, com relação à Gravataí, deu-se mais aceleradamente, após o ano de 1935, quando instala-se, em Canoas, o V Comando Aéreo Regional - V COMAR. Emancipado em 27 de junho de 1939, pelo Decreto Estadual Nº 7839, o município foi instalado a 15 de janeiro de 1940, data lembrada no nome da principal rua do centro da cidade, tendo como primeiro prefeito o Sr. Edgar Braga da Fontoura.

Em Canoas, alguns espaços públicos tinham destaque, por sua posição geográfica e também pela sua função, antes mesmo da Praça do Avião, como as Praças da Bandeira e a da Emancipação. O local que se transformou na Praça da Bandeira, em frente à Igreja Matriz São Luis Gonzaga, já se constituía em espaço comercial em 1940, pois além da Casa Vargas - armazém de secos e molhados, que ali estava instalado desde 1912, - também abrigava a sede da prefeitura no segundo pavimento. A Praça da Emancipação nasce pós emancipação política.

Em 1946, o prefeito Nelson Paim Terra adquiriu para a prefeitura municipal o quarteirão compreendido entre as atuais ruas Ipiranga e Frei Orlando, da avenida Victor Barreto até a BR-116, a fim de nele instalar o Centro Cívico da Cidade. Em 1948, a área foi fracionada com a abertura da rua XV de janeiro e iniciada a construção do prédio da atual prefeitura municipal. A área na frente da prefeitura foi destinada à edificação de uma futura praça (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, 2019), que viria a ser construída somente em 1958, na gestão de Sezefredo Azambuja Vieira (1956-1959), a Praça da Emancipação. A inauguração aconteceu no dia 26 de abril de 1958. O ato tornou-se um marco histórico e assinalador da emancipação como município independente. O objetivo da praça era torná-la um lugar onde as pessoas que procurassem o quarteirão cívico e as suas repartições públicas, tivessem oportunidade de aguardar seu atendimento nas sombras das árvores.

Por algum tempo, a Praça da Emancipação substituiu a Praça da Bandeira, defronte à Igreja Matriz de Canoas, como o local de celebrações oficiais da municipalidade (GRAEBIN e VIEGAS, 2018, p.287). As autoras relatam, ainda, que mesmo antes de ser construída a Praça da Emancipação, o espaço já era tido como largo da prefeitura. Abriga na contemporaneidade monumentos relacionados à memória oficial da cidade, assim como o Monumento do Sino, inaugurado em 1968, e a escultura de Vinício Cassiano, chamada de “O Futuro”.

Sobre a inauguração do monumento Avião, em 20 de janeiro de 1968, o jornal “O Timoneiro” abriu sua edição com diversas menções à “Praça do Avião” em suas manchetes. Na edição de 24 a 31 de janeiro de 1968, segundo o semanário, Lagranha, prefeito à época, teria afirmado “que este será o mais importante ponto turístico de nosso município”, lembrou também dos laços de amizade que existiam entre os civis e militares no município, assim como o brigadeiro Nei Gomes da Silva, em seu discurso, relembrou que o “Monumento é símbolo do Amor da FAB a Canoas”.

Este espaço já se constitui de outras praças. Originalmente foi Praça Cinquentenário La Salle em 1958 - mesmo ano da inauguração da Praça da Emancipação - homenageia a chegada dos irmãos lassalistas à Canoas, depois Praça do Avião em 1968, e conforme noticiado pelo jornal “Fato Ilustrado” em 21 de outubro de 1977, em comemoração à Semana da Asa, passaria a chamar-se Praça Alberto Santos Dumont. Segundo o autor do projeto de lei que alterou o nome da Praça, o vereador Mussoline La Roque de Quadros, “para os corações dos mais sentimentais ela continuará sendo chamada de Praça do Avião”. Nota-se aqui uma ressignificação deste espaço público em função dos seus usos, com a troca dos nomes.

A Força Aérea Brasileira em Canoas e seu vínculo com a Praça

Ao ingressar na década de 1950, a Força Aérea Brasileira era, quantitativamente, a mais bem equipada entre seus pares sul-americanos. Porém, a cada ano, ela perdia terreno no que dizia respeito à qualidade de seu equipamento. Durante a gestão do brigadeiro Nero Moura, como Ministro da Aeronáutica, optou-se pela aquisição



de 60 aviões Meteor FMk 8 e 10 Meteor TMk 7 biplace, trocados por 15 mil toneladas de algodão, no ano de 1953.

Por sua importância para a história da aviação militar brasileira, a FAB passou a presentear bases aéreas e órgãos públicos com versões “modificadas” do Meteor, após sua aposentadoria, para servirem de ornamento. Aviões encontram-se expostos em quatro locais distintos no município. O primeiro e mais relevante, o da Praça do Avião, referência deste município e artefato desta pesquisa; um no V COMAR; outro na Base Aérea; e o último na frente do prédio da ULBRATECH, Parque Tecnológico da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Campus Canoas.

A FAB efetivamente foi instalada neste município no ano de 1938, sob o comando do capitão aviador Miguel Lampert. Entre tantas dificuldades surgidas, desde o início da administração da unidade militar, estava aquela decorrente de sua distância da sede municipal, a cidade de Gravataí. Lampert em reunião com a oficialidade do regimento em seu gabinete, pôs em pauta a emancipação de Canoas, que se constituiria em município com a anexação de Santa Rita dos Sinos, na época distrito rural de São Sebastião do Cai, atendendo a um antigo desejo dos canoenses.

Sobre a Praça do Avião ainda não é patrimônio cultural tombado. Procuo dar uma dimensão imaterial a ela, pelas práticas e usos. A exemplo trago a primeira praça tombada como patrimônio mundial imaterial, segundo PELEGRINI e FUNARI (2013), a Fna Djamaa, principal praça da cidade de Marrakech. Durante séculos, foi ponto de encontro de camponeses e mercadores da região montanhosa do Alto Atlas e do sul do Marrocos. Um local que deixou de ser ponto de encontro, marco geográfico, e passou a ser marco cultural em Marrakech.

Considerações Finais

Em análise ao questionário aplicado aos moradores e visitantes (BECKER; PEREIRA, 2019), as autoras procuraram compreender os espaços públicos de Canoas. Sobre a identidade de Canoas, segundo seus moradores, percebe-se que a Praça do Avião é, para os entrevistados, o espaço que melhor demonstra a imagem de cidade, seguida da BR-116. Percebeu-se, nas respostas, que o patrimônio cultural edificado não apresenta relevância no imaginário do canoense. Desvelou-se uma outra identidade de Canoas, a de “cidade de passagem”, e os elementos ao longo destes trajetos ganham força na construção da identidade.

Dando suporte à análise das respostas do questionário, Richard Sennett (2008, p. 16) nos diz que com a tecnologia da locomoção, para além da periferia, o espaço tornou-se um lugar de passagem, medido pela facilidade com que dirigimos por ele ou nos afastamos dele.

Canoas é a cidade dos aviões, muito mais do que símbolos, eles representam a decisiva participação dos oficiais ligados à Base Aérea e ao V COMAR (hoje ALA 3) na vida política e social de Canoas. Anuncia-se a presença destes militares no município em vários momentos, por exemplo, quando o quartel militar tem os portões abertos para recepcionar a população, em evento alusivo ao Dia da Criança. Sua influência não se resume aos voos rasantes dos aviões de caça que cortam os céus ou aos monumentos aviões espalhados pela cidade.

Os espaços da Praça do Avião, assim como as edificações no seu entorno, passaram por modificações ao longo de meio século. Dentro deste contexto, surge a necessidade de avaliar ações empregadas para preservação dos núcleos urbanos, a fim de identificar práticas preservacionistas que permitam o desenvolvimento de ações sociais, como a promoção de atividades culturais, de lazer e outras, conciliando o crescimento urbano e a conservação da história e da memória dos espaços das cidades.

Durante a pesquisa, verifiquei o uso deste espaço por ocasião de datas festivas, sendo anunciada, por exemplo, a ornamentação alusiva à celebração natalina. O uso não deixa de ser contraditório, pois associa um artefato de guerra, ataque e morte ao de renovação de esperança. Contudo, em qual outro lugar do município esta iniciativa teria mais destaque?



Entre os bancos da praça, restam remanescentes do tempo de inauguração da Praça Cinquentenário, em 1958, identificáveis pelos anúncios publicitários patrocinados por comerciantes locais. O próprio avião de guerra, por si só marco memorial na vida de civis e militares, heróis de guerra, personalidades, usuários anônimos, enfim, um trânsito e um intercâmbio permanentes de informações e sentidos em torno da praça e deste monumento.

Referências

- FATO ILUSTRADO: A Praça do Avião tem novo nome: Alberto Santos Dumont. Canoas, 27 out. 1977.
- FONT, M. A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- GRAEBIN, C. M. G.; VIEGAS, D. H. Cidade, política e urbanismo: debates e desafios no reconhecimento de um centro histórico metropolitano. *Seculum - Revista de História*, João Pessoa, p. 277-293, 2018.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- JAEGER, J. M. A cidade no museu: Representações da cidade de Canoas no museu Hugo Simões Lagranha. 2017. 88 f. **TCC** (Graduação) - Curso de Museologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- MUMFORD, L. La pianificazione per le diverse fasi della vita. *Urbanistica*, n. 1, p. 7-11, 1945.
- O TIMONEIRO. Canoas, 31 jan. 1968.
- O SUL: Vereadores de Porto Alegre aprovam projeto que permite concessão de parques e praças urbanos à iniciativa privada. Porto Alegre, 11 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.osul.com.br/os-vereadores-de-porto-alegre-aprovaram-o-projeto-da-prefeitura-que-permite-a-concessao-de-parques-e-pracas-urbanos-a-iniciativa-privada/>>. Acesso em: 28 set. 2020.
- PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. **O que é patrimônio imaterial cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- PENNA, R.; CORBELLINI, D.; GAYESKI, M. **Canoas – Para lembrar quem somos**: Centro. Canoas: Gráfica La Salle, 2004.
- PEREIRA, B. B.; BECKER, D. Os elementos formadores de identidade urbana: um estudo sobre o caso da cidade de Canoas -RS. **XVIII ENANPUR** - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano Regional, Natal, 2019.
- SCHUTZ, J. A. V. Pedagogias Culturais, Representações, e Identidades: a Praça do Avião, Patrimônio Cultural Imaterial de Canoas, RS. 2019. 121 f. **Dissertação** - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2019.
- SENNETT, R. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2008. Tradução de Marcos Aarão Reis.



INOVAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO: UM ESTUDO PRELIMINAR

*Gabriel Lima de Castro**Ilanil Coelho**Fernando Cesar Sossai***Universidade da Região de Joinville****Introdução**

A presente proposta de comunicação tem o objetivo de socializar discussões que vêm tomando corpo no desenvolvimento do projeto de dissertação intitulado “Um estudo sobre o potencial inovador das políticas de proteção ao patrimônio no nordeste de Santa Catarina (Joinville e São Francisco do Sul, 1980-2020)”. Tal projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS), da Universidade da Região de Joinville (Univille), e é apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) por meio de uma bolsa de pós-graduação.

O referido projeto tem como objetivo analisar o potencial inovador (efetividade, eficácia e eficiência) das políticas de proteção ao patrimônio no nordeste de Santa Catarina, tomando como referência os documentos de políticas de patrimônio de Joinville e de São Francisco do Sul produzidos entre 1980 e 2020 e as avaliações de gestores governamentais, técnicos e conselheiros envolvidos na gestão pública do patrimônio cultural.

No que se refere aos esforços de proteção do patrimônio em âmbito mundial, desde a década de 1980, nota-se a crescente importância atribuída ao envolvimento da população local com os seus patrimônios e suas políticas de gestão. Nessa direção, o patrimônio só faria sentido se vivido pelas pessoas e integrado à sua realidade, sendo sua preservação um direito das pessoas e um dever do Estado.

Tal perspectiva é evidenciada em documentos como a Declaração do México. No documento redigido no âmbito da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais de 1982, organizada pelo ICOMOS, reivindica-se uma relação mais próxima entre a cultura e a comunidade:

A cultura procede da comunidade inteira e a ela deve retornar. Não pode ser privilégio da elite nem quanto a sua produção, nem quanto a seus benefícios. A democracia cultural supõe a mais ampla participação do indivíduo e da sociedade no processo de criação de bens culturais, na tomada de decisões que concernem à vida cultural e na sua difusão e fruição (ICOMOS, 1985).

Essa concepção passou a ser incorporada a documentos elaborados no âmbito dos Estados Nacionais com a finalidade de regulamentar as ações de proteção do patrimônio ao redor do mundo.

Em âmbito nacional, essas discussões já apareciam desde o final dos anos 1970, tornando-se mais presentes a partir da década de 1980, no período de redemocratização. Um marco legal representativo da inclusão das populações nos esforços de salvaguarda do patrimônio é a própria Constituição Federal de 1988, que no parágrafo 1º do artigo 216 aponta que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro [...]” (BRASIL, 1988).

Uma vez que as políticas patrimoniais coordenadas por entes internacionais e pelo IPHAN têm como proposta articular-se aos contextos políticos e socioculturais locais, em que medida o envolvimento das populações locais efetivamente se concretiza na elaboração e na prática das políticas de proteção do patrimônio empreendidas em Santa Catarina? Frente a essa questão, propomos um estudo sobre as políticas de patrimônio de dois municípios



da região Nordeste do Estado: Joinville e São Francisco do Sul.

Esta perspectiva vai ao encontro do que se entende por inovação social, conceito que tem se constituído como a principal discussão na atual fase de desenvolvimento do projeto. Tal conceito, profundamente ligado à participação, já é discutido no campo das ciências sociais desde a década de 1970 (BIGNETTI, 2011) e conta hoje com uma considerável produção. Dessa forma, o que propomos para a comunicação é expor os avanços que tivemos no sentido de alinhar as noções de inovação social produzidas na academia à produção e incorporação de políticas públicas para o patrimônio cultural, tendo como foco, sobretudo, a cidade de Joinville, Santa Catarina.

Inovação Social nas políticas públicas para o patrimônio

Entre as definições para o conceito de inovação social, talvez a mais introdutória seja a de Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008, p. 39, tradução nossa), podendo ser uma inovação social “*um produto, processo de produção ou tecnologia [...], mas também [...] um princípio, uma ideia, uma legislação, um movimento social, uma intervenção ou alguma combinação deles*”.

Segundo Bignetti (2011, p. 6), as noções que hoje circulam sobre inovação social apontam que “esse tipo de inovação procura beneficiar os seres humanos antes de tudo, diferentemente das noções econômicas tradicionais sobre inovação, voltadas fundamentalmente aos benefícios financeiros”. Portanto, a inovação social tem como objetivo produzir “*valor social, ao invés de um valor em benefício do empreendedor individual*” (HULGARD, FERRARINI, 2011, p. 258).

Segundo Nicholls, Simon e Gabriel (2015, p. 2), “*mais especificamente, há duas conceptualizações interligadas de inovação social, focadas em novos processos sociais ou em novos produtos e resultados sociais*”. Com o foco dado no resultado, compreendemos que a inovação social está presente no produto e nos resultados que ele pode dar na resolução de problemas sociais, ou na ampliação de acesso a recursos e direitos básicos. Com o foco dado no processo, a inovação está presente nas tomadas de decisões participativas que acontecem durante a concepção, elaboração e aplicação do resultado. A inovação social vista como processo é marcada pela ampla participação e pelo fato de esse processo se opor a práticas tradicionais, paternalistas e pouco democráticas (BIGNETTI, 2011; HULGARD, FERRARINI, 2011). Nesse sentido, o conceito de inovação social se alinha às discussões do projeto à medida que tem uma profunda ligação com a ideia de participação.

Hulgard e Ferrarini (2011, p. 261) ainda apontam que “*experiências participativas*” possibilitam, “*por um lado, processos de inovação institucional e, por outro, a inovação [social] caracterizada como processo (e não apenas como resultado)*”. Com isso, podemos considerar que o potencial inovador de uma política pública voltada para a proteção do patrimônio cultural reside na sua capacidade de ampliar a participação das populações locais tanto na criação das políticas, como na gestão destas e dos bens patrimoniais de sua localidade.

À vista disso, o projeto em desenvolvimento tomou como conceitos fundamentais - além de inovação social - os de participação cidadã e de democracia cultural. Por participação cidadã, entendemos aquela que permite a integração do “*cidadão em forma individual ou em forma coletiva, na tomada de decisões dos assuntos públicos*”. A participação cidadã se associa “*ao exercício direto do poder político, que se dá pelo compartilhamento da tomada de decisão*” (DASSO JUNIOR, 2012).

Por sua vez, o paradigma da democracia cultural é discutido com mais vigor por agentes internacionais ligados aos direitos humanos, à cultura e ao patrimônio cultural – como ONU, UNESCO e ICOMOS – a partir da década de 1960 e se configura como “*um modelo de gestão da cultura*” baseado na “*noção de direitos culturais*”, reconhecendo “*o direito à cultura e à participação do indivíduo na vida cultural da comunidade como direitos básicos do ser humano*” (SAMPAIO, MENDONÇA, 2018, p. 19). Tal perspectiva de cultura como direito, está intimamente



ligada à participação do cidadão na decisão sobre as políticas públicas para a cultura: “É o debate em torno do poder de decisão nas políticas culturais que vai demarcar a diferenciação entre uma política pública que entende a cultura como um bem de consumo e a política pública que entende a cultura como um direito do cidadão” (SAMPAIO, MENDONÇA, 2018, p. 19).

Acerca da relação entre a inovação social nas políticas públicas, a participação cidadã e o paradigma da democracia cultural, podemos nos remeter a Hulgard e Ferrarini (2011), quando estes apontam que o processo de inovação social:

por si só é promotor do exercício de cidadania, por meio da aquisição de conhecimentos, da inserção em processos decisórios, ou seja, da participação da sociedade civil como cogestora em instâncias deliberativas, avaliativas e no controle social da política - e não apenas na sua execução. Isso possibilita que a sociedade civil passe de objeto para sujeito cogestor da política pública (HULGARD, FERRARINI, 2011, p. 261-262).

Dessa forma, podemos afirmar que a produção de políticas para o patrimônio sob os paradigmas da democracia cultural e da participação cidadã se alinham com as noções de inovação social produzidas na academia nos últimos anos. Para além disso, pensar a produção de políticas públicas do ponto de vista da inovação social implica em pensar as instituições públicas como um dos principais atores no processo de inovação.

Embora a bibliografia localizada por nós assinala uma preferência pelo estudo de ações de inovação social encabeçados por entes privados, ou pela sociedade civil, Bignetti (2011, p. 11) aponta que “*o papel das instituições públicas deve ser também ressaltado, pois em todas as esferas governamentais são desenvolvidas ações inovadoras que visam a atender necessidades de indivíduos, grupos e comunidades carentes ou que buscam transformações sociais permanentes*”.

Ademais, Nicholls, Simon e Gabriel (2015, p. 3) introduzem ainda mais uma classificação, identificando a inovação social dividida em três níveis: incremental, institucional e disruptivo, tendo este último o objetivo de “*mudar as relações de poder, alterar hierarquias sociais e reformular questões em benefício de grupos que de outra forma seriam privados de direitos*”.

Segundo os autores, mesmo “*os empreendedores políticos internos às estruturas do Estado também podem impulsionar a inovação social disruptiva, concentrando-se na reforma da democracia e ampliando ou aprofundando os papéis dos cidadãos dentro dela*” (NICHOLLS, SIMON, GABRIEL, 2015, p. 3 e 4). Ou seja, iniciativas para uma transformação nas relações de poder e na hierarquia social podem partir não apenas da atuação de agentes externos ao Estado – como os movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil – mas também de dentro da estrutura estatal, tendo papel predominante no processo a participação cidadã.

Na presente proposta, o debate sobre inovação social nas políticas públicas para o patrimônio em Joinville terá como fonte uma trajetória de políticas patrimoniais que remonta à década de 1980, com a criação da Fundação Cultural de Joinville e da Comissão do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural de Joinville (COMPHAAN). Tais políticas têm sua prática reforçada a partir dos anos 2000, com uma série de tombamentos, e, em especial, a elaboração do Plano Municipal de Cultura, tornado oficial em 2012, e constituindo um marco nas políticas patrimoniais da cidade, concretizando os esforços no sentido de expandir a participação da população nos assuntos relacionados ao patrimônio.

Considerações finais

Entendemos que é importante para o desenvolvimento dos debates sobre políticas públicas para o patrimônio



que estes sejam incluídos no ciclo de debates sobre inovação. Para isso, é necessário o deslocamento do conceito de inovação para que este se alinhe às discussões do campo do patrimônio, distanciando-se da inovação tecnológica e aproximando-se da inovação social.

A inovação social nas políticas públicas para o patrimônio perpassa debates sobre participação cidadã e democracia cultural, evidenciando a importância do debate público e da efetiva participação da população no processo decisório dessas políticas. Sob esses espectros, lançar olhares sobre o caso de Joinville permitirá a localização de uma discussão deveras importante em um momento de crise democrática como o que estamos mergulhados em diversas frentes, entre elas a do patrimônio cultural.

Dessa forma, o que buscamos com a presente proposta é suscitar debates que contribuam não só no sentido de desenvolver o projeto de dissertação apresentado na introdução deste resumo, mas também no de projetar caminhos para pensar as políticas públicas para o patrimônio cultural de maneira participativa e democrática, ou, em outras palavras, inovadora.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- DASSO JÚNIOR, Aragon Erico. A participação cidadã além do poder local: em busca de diretrizes e princípios universais para uma gestão pública emancipadora. **Anais**. XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la administración. Cartagena: CLAD, 2012.
- ICOMOS. Declaração do México. México: 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>.
- LACERDA, A. P. Democratização da Cultura X Democracia Cultural: os Pontos de Cultura enquanto política cultural de formação de público. **Anais**. Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e práxis. Bahia: Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), 2010
- NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. Introduction: dimensions of social innovation. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. **New Frontiers in Social Innovation Research**. [S. L.]: Palgrave Macmillan, 2015. p. 1-26.
- PHILLS JUNIOR, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering Social Innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Palo Alto, v. 6, n. 4, p. 34-43, fall, 2008
- SAMPAIO, A. B.; MENDONÇA, E. de C. Democracia cultural, museu e patrimônio: relações para a garantia dos direitos culturais. **E-cadernos Ces**, [s.l.], n. 30, p. 14-38, 15 dez. 2018. OpenEdition. <<http://dx.doi.org/10.4000/eces.3674>>.



OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E A TRANSFORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CANOAS

Maria Geraldina Venancio

Universidade La Salle

Introdução

O surgimento dos resíduos sólidos está diretamente ligado como o modo de vida das pessoas, crescimento populacional e modelo de consumo. Estes resíduos não tendo destino correto acabam causando um prejuízo, ambiental, socioeconômico à comunidade local e a sociedade em geral. Fatores como: o aumento da expectativa de vida da população, a intensa urbanização, surgimento de novas tecnologias, viabilizando a produção exponencial de bens de consumo, sobretudo os não duráveis, propiciam o aporte na produção de imensas quantidades de resíduos, desafiando o poder público em sua capacidade de resolução do problema.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito humano fundamental, apesar de não estar relacionado no artigo 5º da Constituição que trata dos direitos humanos. Nas palavras de Derani (1998, p. 97):

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito à vida e à manutenção das bases que a sustentam. Destaca-se da garantia fundamental a vida exposta nos primórdios da construção dos direitos fundamentais, porque não é simples garantia à vida, mas este direito fundamental é uma conquista prática pela conformação das atividades sociais, que devem garantir a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, abster-se da sua deterioração, e construir a melhoria geral das condições de vida na sociedade.

Segundo FADE/BNDES (2014), dentre outros fatores, a geração de resíduos está atrelada à renda da população e ao seu crescimento populacional. No Brasil entre o período de 2001 à 2010 a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB foi de 1,17% ao ano, alcançando 12,3% na década. O PIB cresceu 3,6% ao ano e o PIB per capita médio foi de 2,4% para o período (IBGE, 2010).

Os indicadores socioeconômicos (Produto Interno Bruto – PIB e o aporte para a análise do desenvolvimento humano local através do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH) são relevantes para análise e dimensionamento da transformação ocorrida no município de Canoas/RS.

Para a realização do trabalho serão utilizados os dados de Diagnóstico de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos – RSU, Despesa per capita com Resíduos Sólidos Urbanos, Total da População Atendida e Declarada, Despesas segundo o Agente Executor e a Despesa Recorrente da Prefeitura. Esses indicadores socioambientais servem como uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade. Os dados utilizados foram extraídos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os indicadores da transformação socioambiental em Canoas

O município de Canoas está próximo da capital Porto Alegre e tem uma área territorial de 131,10 km². Os seus limites são: ao norte com Esteio, ao sul com Porto Alegre, ao oeste com Nova Santa Rita e ao leste com Cachoeirinha. A cidade está localizada na latitude 29° 55' 04" Sul e longitude de 51° 11' 01" Oeste, em uma altitude de 8 metros em relação ao nível do mar e uma densidade populacional de 2.470,15 hab/km², segundo IBGE (2010).



A quantidade de Resíduos domiciliares recolhidos diariamente é de aproximadamente 280 toneladas/dia e o recolhimento atende a aproximadamente 98,9% da população em seus dezenove bairros (Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – SNIS, 2018).

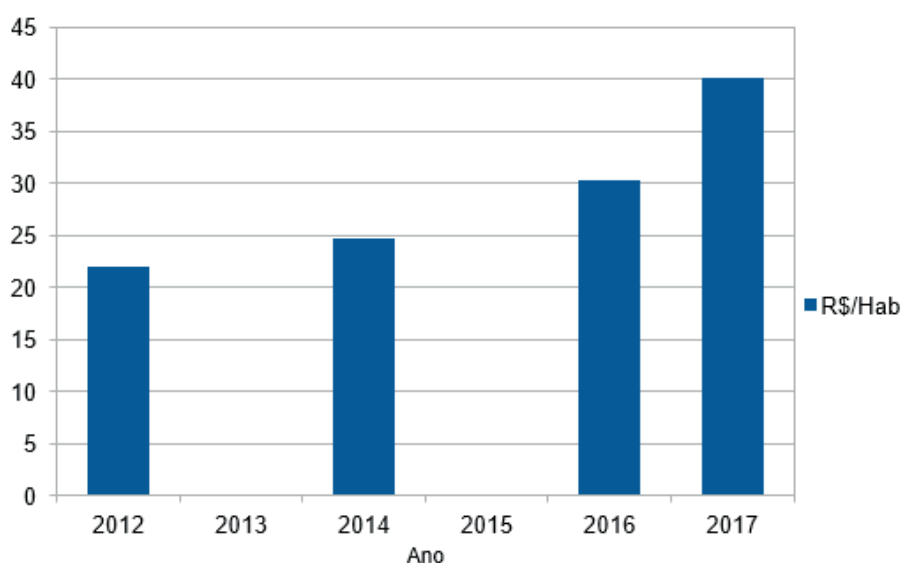
O número total de cidadãos que possuem o serviço de coleta de lixo no município é de aproximadamente 320.461 habitantes e a geração per capita de resíduo gerado é de aproximadamente 0,86 kg/hab/dia (SINIS,2018).

O PIB e o aporte para a análise do desenvolvimento humano local através do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, são relevantes para análise e dimensionamento da transformação socioambiental nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, no município de Canoas/RS. A transformação socioambiental em Canoas teve seu êxito a partir da criação e desenvolvimento das políticas públicas de saneamento e salubridade ambiental nos termos da legislação federal de 2007 e em Canoas nos meados de 2012.

O Plano de Saneamento municipal de Canoas consta no anexo ao Decreto nº 413, de 27 de dezembro de 2013 (Canoas, 2013). O plano objetiva melhorar a qualidade do saneamento básico, manter o meio ambiente equilibrado em busca do desenvolvimento sustentável e orientar o poder público e a coletividade na defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, nos termos da Lei Federal 11.445/07.

A figura 1 apresenta a despesa per capita com resíduos sólidos urbanos – RSU.

Despesa per capita com Resíduos Sólidos Urbanos - RSU

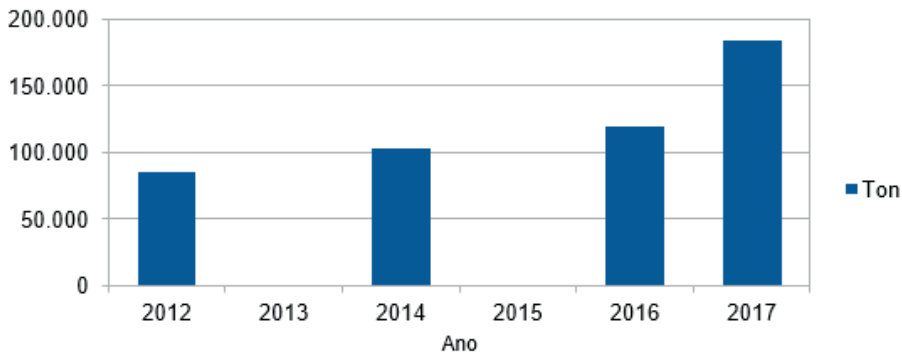


Fonte: Autora

A despesa per capita com resíduos sólidos urbanos (RSU) em 2012 foi de R\$22,00 por habitante e no último ano (2017) o valor final foi de R\$40,20 por habitante.

A figura 2 apresenta o total de resíduos sólidos coletados (domiciliar e público).

Total Resíduos Sólidos coletados (Domiciliar e Público)

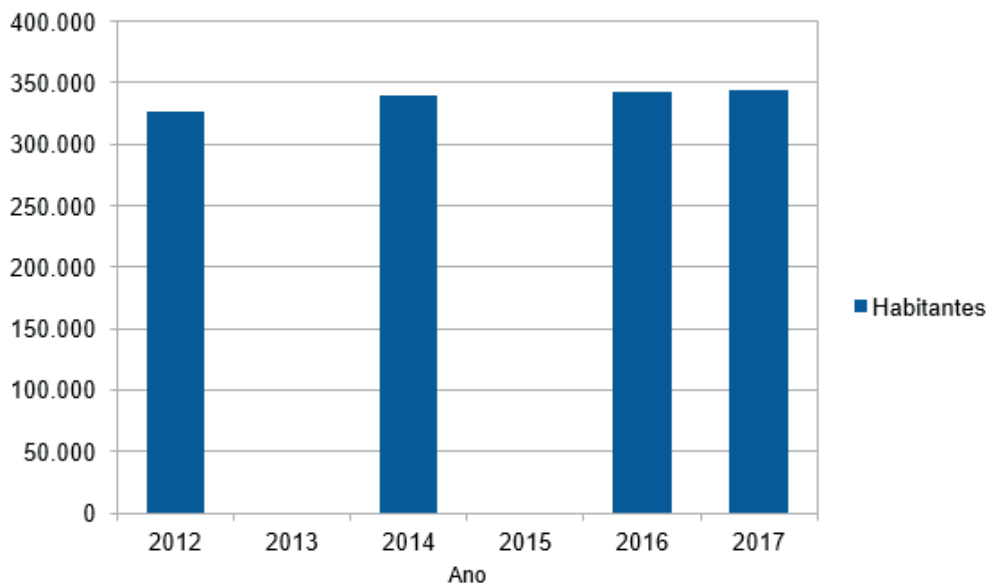


Fonte: Autora

A figura 2 foi composta para analisar o montante total de resíduos (domiciliares e públicos) sólidos coletados no período em estudo. No ano de 2012 o total foi de 85.123 toneladas e no último ano (2017) o resultado foi de 184.412 toneladas.

O total da população atendida está na figura 3.

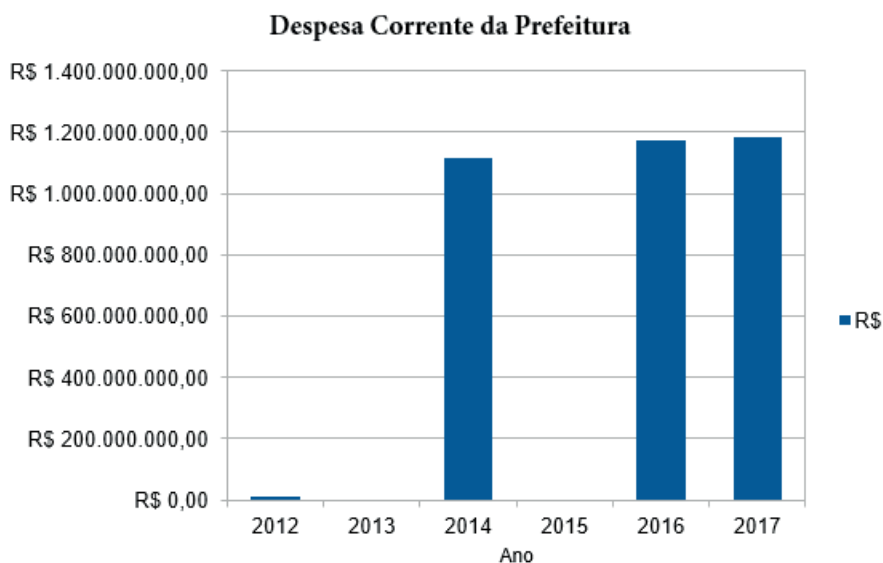
Total da População Atendida e Declarada



Fonte: Autora

A análise da figura 03 foi do total da população atendida e declarada como contemplados do sistema de coleta de lixo que nos anos de 2012 atingiu um total de 326.505 habitantes e em 2017 o número foi de 345.853 habitantes, já nos anos de 2013 e 2015 o índice não tem apontamentos.

Quanto as despesas da prefeitura, a figura 4 apresenta os dados de despesa corrente da Prefeitura.



Fonte: Autora

Os valores demonstrados na figura 4 demonstra os recursos utilizados para saneamento básico no município de Canoas no quesito de coleta e seleção de resíduos sólidos e a sua rede de atendimento à população. Para o ano de 2012 o valor foi de R\$ 11.302.926,93 e no ano de 2017 o valor final é de R\$ 1.185.425.211,75.

Consideração finais

A pesquisa apresentou alguns dados responsáveis pela transformação socioambiental de Canoas na intenção de verificar a coleta dos resíduos sólidos, para que se possa analisar as mudanças em relação ao comportamento e comprometimento do setor público por essa demanda social.

A existência da superprodução e do alto consumo na população trouxe o fenômeno da descartabilidade, criando problemas ambientais e a necessidade de tratamento e o desenvolvimento de sistemas reversos, como a reutilização, a reciclagem e o reuso.

As Despesas per capita com Resíduos Sólidos Urbanos – RSU apresentam o crescimento de 182% que foi percebido durante os anos 2012/2017, no Total de Resíduos Sólidos Coletados (Domiciliar e Público) foi identificado um crescimento de 216% no mesmo período, para o Total da População Atendida e Declarada o crescimento foi de 106% para o período, o que corrobora para o fortalecimento dos indicadores socioeconômicos como taxa relevante para o dimensionamento da transformação ocorrida no município de Canoas/RS. Na última figura, Despesas Correntes da Prefeitura foi percebido um aumento de 10487% nos anos de 2012 até 2017, gastos que envolvem a contratação de terceiros para realização, manutenção e a administração no âmbito do panorama geral dos resíduos sólidos do município de Canoas/RS.

Referências

BRASIL. (2010c) **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: O que é – O que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. Max Limonad, São Paulo, 199.

MITCHELL, G. **Problems and fundamentals of sustainable development indicators**. Sustainable Development, v. 4, n. 1, p. 1-11, 1996.

MUELLER, C.; TORRES, M.; MORAIS, M. **Referencial básico para a construção de um sistema de indicadores urbanos**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1997.

NETO, P.N. **Resíduos sólidos urbanos: perspectivas de gestão intermunicipal em regiões metropolitanas**. São paulo: Atlas, 2013.

PRABHU, R., COLFER, C. J. P., DUDLEY, R. G. **Guidelines for developing, testing and selecting criteria and indicators for sustainable forest management**. Toolbox Series, n. 1. Indonesia: CIFOR, 1996

SHIELDS, D.; SOLAR, S.; MARTIN, W. The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability. **Ecological Indicator**, v. 2, n. 1-2, p. 149-160, nov. 2002.

IBGE, 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01/08/2020.

Panoramas de Resíduos Sólidos – SNIS – Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/PaginaCarrega.php?EWRErterterTERTer=104>>. Acesso em 29/09/2019.

UNITED NATIONS. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, Brasil: United Nations Conference on Environment & Development, 1992. 338 p. Disponível em: <http://www.sidsnet.org/docshare/other/Agenda21_UNCED.pdf>. Acesso em: 12/09/2019.



INOVAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO: UM ESTUDO PRELIMINAR

*Gabriel Lima de Castro**Ilanil Coelho**Fernando Cesar Sossai***Universidade da Região de Joinville****Introdução**

A presente proposta de comunicação tem o objetivo de socializar discussões que vêm tomando corpo no desenvolvimento do projeto de dissertação intitulado “Um estudo sobre o potencial inovador das políticas de proteção ao patrimônio no nordeste de Santa Catarina (Joinville e São Francisco do Sul, 1980-2020)”. Tal projeto está vinculado ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade (PPGPCS), da Universidade da Região de Joinville (Univille), e é apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) por meio de uma bolsa de pós-graduação.

O referido projeto tem como objetivo analisar o potencial inovador (efetividade, eficácia e eficiência) das políticas de proteção ao patrimônio no nordeste de Santa Catarina, tomando como referência os documentos de políticas de patrimônio de Joinville e de São Francisco do Sul produzidos entre 1980 e 2020 e as avaliações de gestores governamentais, técnicos e conselheiros envolvidos na gestão pública do patrimônio cultural.

No que se refere aos esforços de proteção do patrimônio em âmbito mundial, desde a década de 1980, nota-se a crescente importância atribuída ao envolvimento da população local com os seus patrimônios e suas políticas de gestão. Nessa direção, o patrimônio só faria sentido se vivido pelas pessoas e integrado à sua realidade, sendo sua preservação um direito das pessoas e um dever do Estado.

Tal perspectiva é evidenciada em documentos como a Declaração do México. No documento redigido no âmbito da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais de 1982, organizada pelo ICOMOS, reivindica-se uma relação mais próxima entre a cultura e a comunidade:

A cultura procede da comunidade inteira e a ela deve retornar. Não pode ser privilégio da elite nem quanto a sua produção, nem quanto a seus benefícios. A democracia cultural supõe a mais ampla participação do indivíduo e da sociedade no processo de criação de bens culturais, na tomada de decisões que concernem à vida cultural e na sua difusão e fruição (ICOMOS, 1985).

Essa concepção passou a ser incorporada a documentos elaborados no âmbito dos Estados Nacionais com a finalidade de regulamentar as ações de proteção do patrimônio ao redor do mundo.

Em âmbito nacional, essas discussões já apareciam desde o final dos anos 1970, tornando-se mais presentes a partir da década de 1980, no período de redemocratização. Um marco legal representativo da inclusão das populações nos esforços de salvaguarda do patrimônio é a própria Constituição Federal de 1988, que no parágrafo 1º do artigo 216 aponta que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro [...]” (BRASIL, 1988).

Uma vez que as políticas patrimoniais coordenadas por entes internacionais e pelo IPHAN têm como proposta articular-se aos contextos políticos e socioculturais locais, em que medida o envolvimento das populações locais efetivamente se concretiza na elaboração e na prática das políticas de proteção do patrimônio empreendidas em Santa Catarina? Frente a essa questão, propomos um estudo sobre as políticas de patrimônio de dois municípios



da região Nordeste do Estado: Joinville e São Francisco do Sul.

Esta perspectiva vai ao encontro do que se entende por inovação social, conceito que tem se constituído como a principal discussão na atual fase de desenvolvimento do projeto. Tal conceito, profundamente ligado à participação, já é discutido no campo das ciências sociais desde a década de 1970 (BIGNETTI, 2011) e conta hoje com uma considerável produção. Dessa forma, o que propomos para a comunicação é expor os avanços que tivemos no sentido de alinhar as noções de inovação social produzidas na academia à produção e incorporação de políticas públicas para o patrimônio cultural, tendo como foco, sobretudo, a cidade de Joinville, Santa Catarina.

Inovação Social nas políticas públicas para o patrimônio

Entre as definições para o conceito de inovação social, talvez a mais introdutória seja a de Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008, p. 39, tradução nossa), podendo ser uma inovação social *“um produto, processo de produção ou tecnologia [...], mas também [...] um princípio, uma ideia, uma legislação, um movimento social, uma intervenção ou alguma combinação deles”*.

Segundo Bignetti (2011, p. 6), as noções que hoje circulam sobre inovação social apontam que *“esse tipo de inovação procura beneficiar os seres humanos antes de tudo, diferentemente das noções econômicas tradicionais sobre inovação, voltadas fundamentalmente aos benefícios financeiros”*. Portanto, a inovação social tem como objetivo produzir *“valor social, ao invés de um valor em benefício do empreendedor individual”* (HULGARD, FERRARINI, 2011, p. 258).

Segundo Nicholls, Simon e Gabriel (2015, p. 2, tradução nossa), *“mais especificamente, há duas conceptualizações interligadas de inovação social, focadas em novos processos sociais ou em novos produtos e resultados sociais”*. Com o foco dado no resultado, compreendemos que a inovação social está presente no produto e nos resultados que ele pode dar na resolução de problemas sociais, ou na ampliação de acesso a recursos e direitos básicos. Com o foco dado no processo, a inovação está presente nas tomadas de decisões participativas que acontecem durante a concepção, elaboração e aplicação do resultado. A inovação social vista como processo é marcada pela ampla participação e pelo fato de esse processo se opor a práticas tradicionais, paternalistas e pouco democráticas (BIGNETTI, 2011; HULGARD, FERRARINI, 2011). Nesse sentido, o conceito de inovação social se alinha às discussões do projeto à medida que tem uma profunda ligação com a ideia de participação.

Hulgard e Ferrarini (2011, p. 261) ainda apontam que *“experiências participativas”* possibilitam, *“por um lado, processos de inovação institucional e, por outro, a inovação [social] caracterizada como processo (e não apenas como resultado)”*. Com isso, podemos considerar que o potencial inovador de uma política pública voltada para a proteção do patrimônio cultural reside na sua capacidade de ampliar a participação das populações locais tanto na criação das políticas, como na gestão destas e dos bens patrimoniais de sua localidade.

À vista disso, o projeto em desenvolvimento tomou como conceitos fundamentais - além de inovação social - os de participação cidadã e de democracia cultural. Por participação cidadã, entendemos aquela que permite a integração do *“cidadão em forma individual ou em forma coletiva, na tomada de decisões dos assuntos públicos”*. A participação cidadã se associa *“ao exercício direto do poder político, que se dá pelo compartilhamento da tomada de decisão”* (DASSO JUNIOR, 2012).

Por sua vez, o paradigma da democracia cultural é discutido com mais vigor por agentes internacionais ligados aos direitos humanos, à cultura e ao patrimônio cultural - como ONU, UNESCO e ICOMOS - a partir da década de 1960 e se configura como *“um modelo de gestão da cultura”* baseado na *“noção de direitos culturais”*, reconhecendo *“o direito à cultura e à participação do indivíduo na vida cultural da comunidade como direitos básicos do ser humano”* (SAMPAIO e MENDONÇA, 2018, p. 19). Tal perspectiva de cultura como direito, está intimamente



ligada à participação do cidadão na decisão sobre as políticas públicas para a cultura: “É o debate em torno do poder de decisão nas políticas culturais que vai demarcar a diferenciação entre uma política pública que entende a cultura como um bem de consumo e a política pública que entende a cultura como um direito do cidadão” (SAMPAIO, MENDONÇA, 2018, p. 19).

Acerca da relação entre a inovação social nas políticas públicas, a participação cidadã e o paradigma da democracia cultural, podemos nos remeter a Hulgard e Ferrarini (2011), quando estes apontam que o processo de inovação social:

por si só é promotor do exercício de cidadania, por meio da aquisição de conhecimentos, da inserção em processos decisórios, ou seja, da participação da sociedade civil como cogestora em instâncias deliberativas, avaliativas e no controle social da política - e não apenas na sua execução. Isso possibilita que a sociedade civil passe de objeto para sujeito cogestor da política pública. (HULGARD, FERRARINI, 2011, p. 261-262)

Dessa forma, podemos afirmar que a produção de políticas para o patrimônio sob os paradigmas da democracia cultural e da participação cidadã se alinham com as noções de inovação social produzidas na academia nos últimos anos. Para além disso, pensar a produção de políticas públicas do ponto de vista da inovação social implica em pensar as instituições públicas como um dos principais atores no processo de inovação.

Embora a bibliografia localizada por nós assinale uma preferência pelo estudo de ações de inovação social encabeçados por entes privados, ou pela sociedade civil, Bignetti (2011, p. 11) aponta que “*o papel das instituições públicas deve ser também ressaltado, pois em todas as esferas governamentais são desenvolvidas ações inovadoras que visam a atender necessidades de indivíduos, grupos e comunidades carentes ou que buscam transformações sociais permanentes*”.

Ademais, Nicholls, Simon e Gabriel (2015, p. 3, tradução nossa) introduzem ainda mais uma classificação, identificando a inovação social dividida em três níveis: incremental, institucional e disruptivo, tendo este último o objetivo de “*mudar as relações de poder, alterar hierarquias sociais e reformular questões em benefício de grupos que de outra forma seriam privados de direitos*”.

Segundo os autores, mesmo “*os empreendedores políticos internos às estruturas do Estado também podem impulsionar a inovação social disruptiva, concentrando-se na reforma da democracia e ampliando ou aprofundando os papéis dos cidadãos dentro dela*” (NICHOLLS, SIMON, GABRIEL, 2015, p. 3 e 4, tradução nossa). Ou seja, iniciativas para uma transformação nas relações de poder e na hierarquia social podem partir não apenas da atuação de agentes externos ao Estado – como os movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil – mas também de dentro da estrutura estatal, tendo papel predominante no processo a participação cidadã.

Na presente proposta, o debate sobre inovação social nas políticas públicas para o patrimônio em Joinville terá como fonte uma trajetória de políticas patrimoniais que remonta à década de 1980, com a criação da Fundação Cultural de Joinville e da Comissão do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural de Joinville (COMPHAAN). Tais políticas têm sua prática reforçada a partir dos anos 2000, com uma série de tombamentos, e, em especial, a elaboração do Plano Municipal de Cultura, tornado oficial em 2012, e constituindo um marco nas políticas patrimoniais da cidade, concretizando os esforços no sentido de expandir a participação da população nos assuntos relacionados ao patrimônio.

Considerações finais

Entendemos que é importante para o desenvolvimento dos debates sobre políticas públicas para o patrimônio



que estes sejam incluídos no ciclo de debates sobre inovação. Para isso, é necessário o deslocamento do conceito de inovação para que este se alinhe às discussões do campo do patrimônio, distanciando-se da inovação tecnológica e aproximando-se da inovação social.

A inovação social nas políticas públicas para o patrimônio perpassa debates sobre participação cidadã e democracia cultural, evidenciando a importância do debate público e da efetiva participação da população no processo decisório dessas políticas. Sob esses espectros, lançar olhares sobre o caso de Joinville permitirá a localização de uma discussão deveras importante em um momento de crise democrática como o que estamos mergulhados em diversas frentes, entre elas a do patrimônio cultural.

Dessa forma, o que buscamos com a presente proposta é suscitar debates que contribuam não só no sentido de desenvolver o projeto de dissertação apresentado na introdução deste resumo, mas também no de projetar caminhos para pensar as políticas públicas para o patrimônio cultural de maneira participativa e democrática, ou, em outras palavras, inovadora.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- DASSO JÚNIOR, A. E. A participação cidadã além do poder local: em busca de diretrizes e princípios universais para uma gestão pública emancipadora. IN: **Anais**. XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la reforma del Estado y de la administración. Cartagena: CLAD, 2012.
- HULGARD, L.; FERRARINI, A. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública?. **Ciências Sociais Unisinos**, [S.L.], v. 46, n. 3, p. 256-263, 23 dez. 2010. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.
- ICOMOS. Declaração do México. México: 1985. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>.
- NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. Introduction: dimensions of social innovation. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. **New Frontiers in Social Innovation Research**. [S. L.]: Palgrave Macmillan, 2015. p. 1-26.
- PHILLS JUNIOR, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering Social Innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Palo Alto, v. 6, n. 4, p. 34-43, fall, 2008.
- SAMPAIO, A. B.; MENDONÇA, E. de C. Democracia cultural, museu e patrimônio: relações para a garantia dos direitos culturais. **E-cadernos Ces**, [s.l.], n. 30, p. 14-38, 15 dez. 2018. OpenEdition. <<http://dx.doi.org/10.4000/eces.3674>>.



ARQUITETANDO: PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E PLANEJAMENTO URBANO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA*Claudia Jéssica Dias Zanotelli***Universidade La Salle / CNPq**

A presente comunicação pretende a identificar, analisar e tipificar, sob ponto de vista arquitetônico, edificações históricas situadas na região metropolitana de Porto Alegre/RS. O recorte da pesquisa, em um primeiro momento, são edificações localizadas na cidade de Canoas/RS e posteriormente em regiões definidas por bairros de Porto Alegre/RS que hoje são mistas em seus desenhos urbanos e possuem áreas comerciais e residenciais. Traçando uma malha urbana que defina um percurso entre os imóveis, criando um circuito tecnológico da região.

Imagem 1 – Casa Canônica da igreja São Luiz Gonzaga.



Fonte: a autora

Nesse sentido, está sendo realizado o levantamento prévio de obras com valor arquitetônico, tombadas ou não, como patrimônios municipais. Uma das metas da pesquisa é contribuir para o processo de reconhecimento do centro histórico de Canoas, junto a capital, tendo em vista que a cidade é pouco valorizada do ponto de vista arquitetônico e patrimonial e tem potencial para atrair público afim de explorar esse lado da cidade. Como é possível ler em *Canoas para lembrar quem somos*, parágrafo que evidencia essa diferença de imagem entre as cidades.

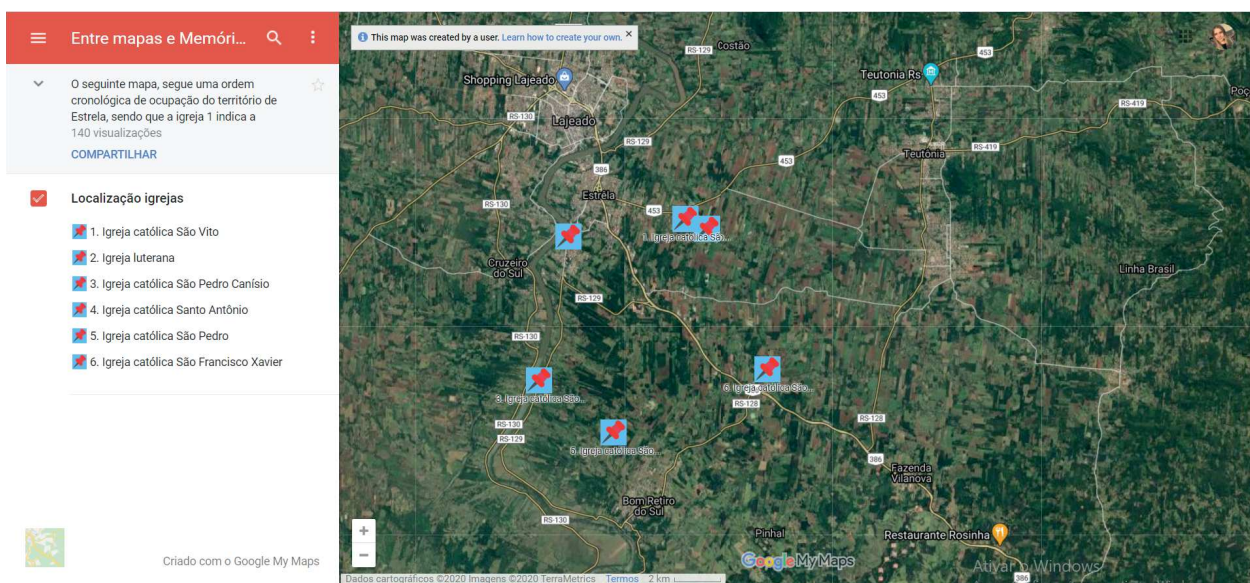


A proximidade da capital certamente contribuiu para inibir a formação de uma imagem autônoma da cidade. Quais os reflexos dessa problemática na imagem-identidade de seus moradores, já que se entende memória e identidade como um fenômeno coletivo e social, construído coletivamente? (2004, p. 21).

Criando então um circuito entre elas, disponibilizando informação objetiva ao usuário através de um programa virtual vinculado a plataforma Google Maps, a partir do conceito *minimal computing*, que se refere à aplicação de recursos computacionais limitados por questões de hardware.

O uso dessa ferramenta de tecnologia, a ser criada por meio do Google Maps e Google Sites, permite a informação em qualquer lugar, trazendo a conexão do cidadão com seu espaço. Desta forma, pretende-se aproximar e instigar o usuário da cidade sobre obras presentes em seu dia a dia, além de oferecer informações técnicas de forma objetiva a visitantes de outras localizações.

Imagem 2 – modelo similar a ideia, desenvolvido com igrejas da cidade de Estrela.

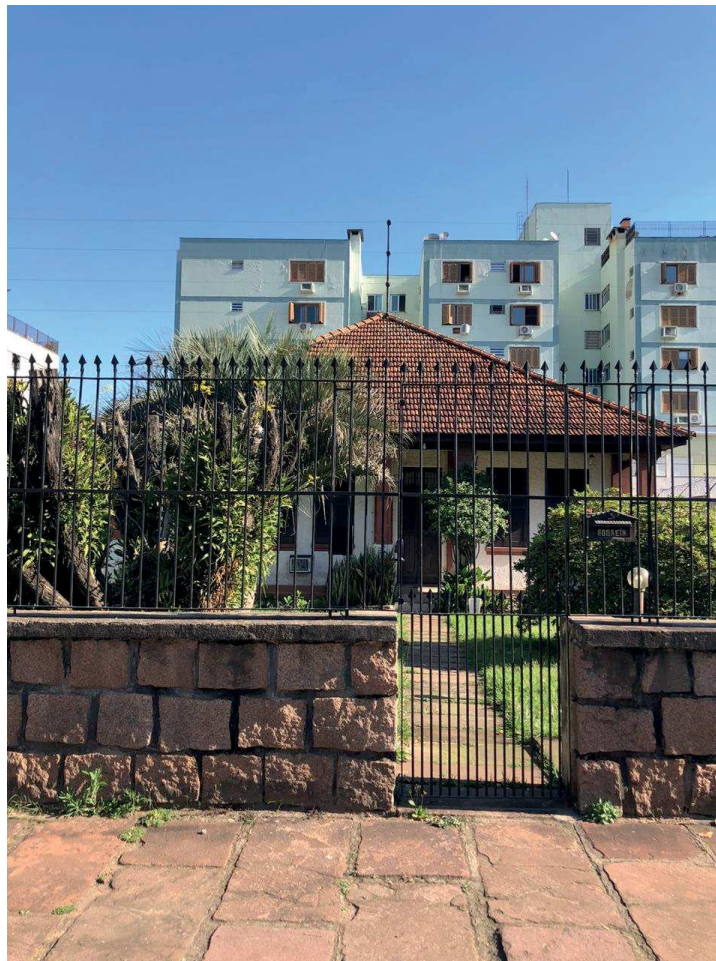


Fonte: <<https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1HdtdbQbE181tqv2T0P-QKv4Uinlh4LrzY&ll=-29.525099292240476%2C-51.8700072196696&z=12>>.

Situada em uma área de grande população do Estado do Rio Grande do Sul, as cidades possuem casarões que contam histórias, e são pouco valorizados diante do que revelam sobre a história da urbanização presente. Como cita Halbwachs, “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.” (2013, p.55)

Este estudo, portanto, possui justificativas acadêmicas e sociais, tendo em vista o retorno à comunidade que os desdobramentos podem proporcionar, auxiliando a salvaguardar a história e a memória local, além do estímulo do direito à cidade. Metodologicamente, a pesquisa conta com saídas a campo para geração de fotografias, a identificação e a tipificação das obras, a partir de catálogos de história da arquitetura. Além de construções já reconhecidas como patrimônios históricos, a pesquisa busca lançar luz sobre outras edificações passíveis de estudo e classificação, mas que ainda não foram consideradas em estudos correlatos.

Imagem 3 – Casa com planta quadrada com telhado quatro águas



Fonte: a autora

Em levantamento prévio, algumas das edificações são moradias tradicionais, outras adaptadas à edificações comerciais, estando muitas delas sem os cuidados necessários para sua preservação, levando em conta o período de sua construção, sendo latente a necessidade de reformas e restauros para mantê-las como originais. Teoricamente, a pesquisa está baseada nos preceitos da história urbana e da memória social, principalmente nas obras de Jane Jacobs e Maurice Halbwachs. O estudo faz parte do projeto “Planejando o terceiro mundo: transnacionalidade e circulação de ideias em experiências de planejamento urbano no Sul do Brasil do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais da UniLaSalle.

Referências

PENNA, R. **Canoas para lembrar quem somos** – Centro. Canoas: Prefeitura Municipal de Canoas, 2004.

GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

MOURA, M. A. **Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes**. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2019.



HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

GRAEBIM, C. M. G. **De residência da família ludwig à casa das artes: trajetória do primeiro patrimônio tombado de canoas (RS)**. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9441/6174/>>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

STOCKER JR., J. L. **Sob o Königsberg: Paisagem e Patrimônio Cultural da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo. Dissertação**. Mestrado em Planejamento urbano e Regional, UFRGS, 2019.



CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA E A NOVA CULTURA RESTAURATIVA

*Moysés Lopes Prates***Universidade La Salle****Introdução**

“a verdade essencial da vida: ela é um sistema instável no qual se perde e se reconquista o equilíbrio a cada instante; a inércia é que é o sinônimo de morte. A lei da vida é mudar”. (BEAUVOIR, 1976, p. 339).

Justiça. Desde tempos ancestrais o homem como ser social busca o equilíbrio com seus pares. Justiça trata-se então de um conceito abstrato que remete o homem a um ideal de equidade que garanta a boa convivência com os seus. Aspirando criar meios que garantissem uma Ordem social o homem no correr da história buscou estabelecer regras de comportamento visando atender essa necessidade. Como expresso por Montesquieu:

“As leis escritas ou não, que governam os povos não são fruto do capricho ou do arbítrio de quem legisla. Ao contrário, decorrem da realidade social e da História concreta própria ao povo considerado. Não existem leis justas ou injustas. O que existe são leis mais ou menos adequadas a um determinado povo e a uma determinada circunstância de época ou lugar.” Charles-Louis de Secondat, Barão de Montesquieu, O Espírito das Leis (1748).

Para melhor compreensão da construção do conceito de Justiça que temos hoje em nosso mundo ocidental, vamos acompanhar o desenvolvimento dessa ideia e de como essa disposição de pensar foi sedimentada em nossa MEMÓRIA SOCIAL. Exemplo disso: Idade Antiga 3.200 a.C - 476 a.C, Código de Hamurabi. É a legislação mais antiga de que se tem conhecimento. É assim chamado essa compilação de 282 leis da antiga Babilônia (atual Iraque), a qual foi aplicada por volta de 1772 a.C. pelo rei *Hamurabi*, sexto rei da Babilônia, responsável por seu decreto., e o seu trecho mais conhecido é a chamada lei de talião, que prevê o princípio da reciprocidade, ou da retaliação: *“olho por olho, dente por dente”*.

Objetivo daquele modelo de JUSTIÇA: Babilônia era polo comercial e multicultural da antiguidade, atraindo visitantes de todos os povos. Aquela legislação visava estabelecer um regramento igualitário a todos assegurando sucesso à economia.

Ainda na Idade Antiga, desta vez na Grécia, berço da civilização e da democracia. Os Espartanos, guerreiros governantes, viviam para a guerra visando defender suas fronteiras. Lá a eugenia teve seu auge – o sacerdote ao receber os recém nascidos os selecionava. Aqueles que nasciam com alguma deficiência eram jogadas do penhasco, pois não atendiam as necessidades sociais vez que o objetivo do modelo de JUSTIÇA era a produção de indivíduos aptos à guerra, sendo necessários outros à produção. Manter a estrutura de poder e a hierarquia social composta também por escravos (*hilotas*) e trabalhadores da terra (*periecos*) era o objetivo. Infanticídio, escravidão? Tais atos não eram criminalizados.

Outro modelo desse período: Roma, 450 a.C. Lei das Doze Tábuas. Foi proposta como um código legal oficial, de modo que os plebeus pudessem conhecer a lei e não serem surpreendidos pela sua execução. Deu origem ao DIREITO ROMANO.

Tábua IV – Direito de Família- O pai tinha, sobre a sua esposa e seus filhos o direito de vida, morte e de liberdade. Eles consistiam em seu patrimônio (páter), surge o paternalismo. Origem do “pátrio poder”.

“Se uma criança nascer com alguma deformidade deverá ser morta”. As crianças com deficiência não eram



capazes de serem soldados romanos ou mesmo agricultores e, portanto, não serviam à sociedade nem ao Estado. Elaborada para assegurar o direito de propriedade e regerar as relações.

Nos primeiros séculos da igreja as perseguições sofridas pelos cristãos tinham caráter político e religioso, vez que estes se recusavam a cultuar a imagem do governante. César significa Imperador e Augusto, Divino. A contracultura do Cristianismo prejudicava assim a estrutura social firmada no reconhecimento de sua divindade. Além disso, em razão de sua mensagem redentora, o Cristianismo obteve enorme sucesso entre os excluídos daquela sociedade - mulheres, pobres e, especialmente, escravos, o que o tornou mais popular. O Império Romano que se estendia Europa adentro entra em decadência. Não tendo mais como reprimi-lo o Imperador Constantino, em 313d.C, promove o Edito de Milão, assegurando a liberdade de culto. Anos depois o imperador Teodósio, em 390, torna o Cristianismo a religião oficial do Império, fundindo-o a religião romana, criando assim o catolicismo (que significa universal), declarando herege quem não a seguisse. Com esse ato buscava exercer um controle sobre a fé cristã, utilizando a estrutura da Igreja como instrumento de poder. Como o Cristianismo havia se expandido nos territórios agora ocupados pelos povos germânicos, a Igreja se tornaria como que um estado dentro daqueles estados. Os ocupantes dos territórios ocupados passam a agir sob orientação do bispo de Roma, que exerce sobre eles controle espiritual, culminando na associação da Igreja/Estado. Assim tem início a Idade Média em 476 d.C. As ações do Estado, (entre eles o exercício da Justiça) passou a ter caráter divino.

Em razão disso, já na Idade Média 476 a. C - 1453 d.C a Igreja Católica monopolizou não só a religião como também se apropriou da regulação da conduta social dos indivíduos, imprimindo a ideia de Justiça condicionada à obediência papal para julgar as condutas desviantes. Como além de tudo a Igreja se apossara do sistema de ensino, o analfabetismo era regra e a educação destinada a poucos, nobres ou clero. A própria missa era rezada em latim, então nem na parte espiritual havia entendimento pelo povo. A grande massa se bestializou e aceitava passivamente as afirmações da Igreja como sendo direito divino. A Igreja se associou a nobreza e garantiu uma massa uniforme, temerosa e resignada para trabalhar para os nobres, os quais de sua riqueza faziam polpudas contribuições à Igreja Católica. Este ciclo durou mil anos, a idade das trevas. Naquele tempo o suplício no corpo do apenado era comum, tendo como objetivo extrair do investigado a confissão e, ao mesmo tempo, purifica-lo do pecado decorrente desse ato, como exposto por FOUCAULT:

Neste período temos o surgimento de dois tipos de encarceramento:

O cárcere do Estado e o cárcere eclesiástico.

O primeiro com o papel de cárcere-custódia, utilizado no caso do Rei, ou da nobreza, colocar o indivíduo “à ferros” à espera de sua punição.

O segundo, era destinado aos clérigos rebeldes, que ficavam trancados nos mosteiros, para que, por meio de penitência, se arrependessem do mal e obtivessem a correção. Neste momento surge o termo “penitenciária”, que tem precedentes no Direito Penal Canônico, que é a fonte primária das prisões.

Observa-se que a palavra pena é derivada do grego ‘*poine*’ que significa: suplício, sofrimento.

Para dar maior legitimidade instalou-se o tribunal do Santo Ofício (inquisição) a fim de avaliar se na conduta praticada pelo desviante houve heresia, vez que o Rei era autoridade constituída por Deus.

Esse tribunal avaliava a pena a ser aplicada.

Nascia o Inquérito como meio de coleta de prova, e a tortura era seu instrumento.

Objetivo do modelo de JUSTIÇA: assegurar o poder à igreja católica e ao Rei, visando controle social pelo medo e ignorância, assegurando desenvolvimento econômico pelas apropriações em guerras (cruzadas) - legitimando-as.



Já na Idade Moderna (1453-1789), que começa com a queda de Constantinopla (hoje Istambul / Turquia). Esta cidade, além de ser um dos maiores polos econômicos da antiguidade era o maior símbolo do modelo de união Estado/Igreja, trazendo consequências para a abertura do pensamento humano. Foi um período de transformação mundial, caracterizado pelo surgimento dos Estados Nações, dos descobrimentos, do expansionismo e de abertura ao pensamento.

Há um despertar, uma inquietação que gerou questionamento e necessidade de uma nova visão sobre as coisas e o mundo. Nesse período aflora na Itália, em Gênova, o movimento denominado renascimento.

A cultura renascentista teve quatro características marcantes, a saber:

Racionalismo - os renascentistas estavam convictos de que a razão era o único caminho para se chegar ao conhecimento, e que tudo podia ser explicado pela razão e pela ciência.

Experimentalismo - para eles, todo conhecimento deveria ser demonstrado através da experiência científica.

Individualismo - nasceu da necessidade de o homem conhecer a si próprio, firmar sua própria personalidade, mostrar seus talentos, atingir seus objetivos e satisfazer suas ambições, através da concepção de que o direito individual estava acima do direito coletivo.

Antropocentrismo - colocando o homem como a suprema criação de Deus e como centro do universo.

Nesse diapasão é impressa, em 1455 a Bíblia de Gutenberg.

1517 ocorre a reforma protestante protagonizada por Martinho Lutero permitindo ao homem comum a leitura e, conseqüente, interpretação das Escrituras.

Thomas Hobbes 1588-1679, filósofo inglês. Na obra *Leviatã*, explanou os seus pontos de vista sobre a natureza humana e sobre a necessidade de um governo e de uma sociedade fortes. Para Hobbes, no estado natural, a tendência do homem é satisfazer seus anseios, sem senso coletivo. E sendo alguns homens mais fortes ou mais inteligentes do que outros, esses outros serão prejudicados, pois estarão sujeitos aos interesses daquele. Desse modo, cada um satisfazer seus interesses, ter direito a tudo e, sendo as coisas são escassas, existe uma constante guerra de todos contra todos. Ao mesmo tempo, os homens têm um desejo, que é também em interesse próprio, de acabar com a guerra e, por isso, formam sociedades através de um contrato social.

De acordo com Hobbes, a sociedade ideal necessita de uma autoridade à qual todos os membros devem render o suficiente da sua liberdade natural, de forma que a autoridade possa assegurar a paz interna e a defesa comum. Este soberano, ou a Lei deveria ser, como o *Leviatã* (mítico monstro bíblico) a quem todos se curvariam, uma autoridade inquestionável.

Objetivo do modelo de Justiça na Idade Moderna: Romper com o Antigo Regime que, como visto anteriormente dava atributos divinos a vontade do rei, onde a ideia de justiça estava atrelada ao seu querer arbitrário. Há então um despertar para a formulação de códigos de leis que fossem acessíveis a compreensão e a submissão de todos. É proposta uma visão racional no trato do indivíduo, que busca algo mais do que a condição de súdito, deseja ser cidadão. Os Estados nações que se formam estabelecem então suas constituições com visões mais racionalistas, exaltando o Poder do Estado, não mais da pessoa do rei, mas ainda assim, sobre essas leis são conservadas a influência moral dos valores da igreja.

O renascimento proporcionou uma exaltação ao individualismo, gerando uma profusão de interesses que, aliado aos ideais iluministas de LIBERDADE, IGUALDADE e FRATERNIDADE fazem desencadear a Revolução Francesa. Com a queda da Bastilha (local de execução aos desobedientes ao rei – símbolo máximo de sua autoridade arbitrária), dá-se o marco do início da Idade Contemporânea.



Na Idade Contemporânea, que segundo a sociologia histórica vai de 1.789 a 1989, ocorrem alterações profundas no ideal de execução da Justiça, como expresso no pensamento do filósofo Beccaria (*Cesare Bonesana*, 1738-1794), considerado o principal representante do Iluminismo Penal). Este lançou novo olhar sobre a Justiça Penal, sugerindo, em suas obras, novos fundamentos para aplicação da pena, princípios estes que serviram de base para a Declaração dos Direitos do Homem, quais sejam: as penas não poderiam atingir direitos básicos, como a vida e a integridade; o juiz não poderia ser arbitrário, devendo basear-se na lei; as leis deveriam ser conhecidas por todos; a prisão preventiva somente se justificaria com prova da existência do crime; a admissibilidade em juízo de todas as provas; o fim da pena de confisco; o fim da tortura.

Contudo, no Brasil o sistema de JUSTIÇA estava ainda arraigado aos interesses extrativistas e paternalistas:

De 1580 até 1830 o Brasil foi regido pelas Ordenações Portuguesas, que tinham como principal interesse assegurar o direito de propriedade dos donatários (extrativistas).

Em 1.792 José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, nascido na Capitania das Minas Gerais é morto em razão de liderar o movimento denominado Inconfidência Mineira. Se insurgia contra a Lei do *Quinto*, imposto cobrado por Portugal sobre o ouro extraído de Minas Gerais. Com a queda de extração do ouro Portugal estabeleceu a Lei da *derrama*, que determinava a cobertura do valor faltante com o confisco dos bens. Tiradentes sofreu as sanções do Livro V das Ordenações Filipinas: Enforcado, decapitado e esquartejado. Para que os súditos da Coroa nunca se esquecessem da lição, sua casa foi incendiada, a cabeça de Tiradentes foi encravada numa estaca e exposta em praça pública em Vila Rica, e seus membros, espalhados pela estrada que levava ao Rio de Janeiro.

Objetivo do modelo de Justiça: Manter a ordem social, inibir revoltas e manter a submissão a Portugal.

1808 - Com medo das invasões Napoleônicas a família real foge para o Brasil, onde D. João VI resolve estruturar seu reinado. Cria a Intendência Geral de Polícia da Corte, embrião da Polícia Civil.

1810 - Criado a função do Comissário de Polícia.

Objetivos dessa estrutura: reprimir atividades envolvendo escravos (fugas, revoltas, alforrias e a prática da capoeira), a mendicância, a embriaguez, os jogos e os movimentos políticos. Ou seja, praticamente tudo que afetasse a ordenação e o funcionamento da sociedade.

Miguel Nunes Vidigal, (1745-1843), policial que se destacou por ser considerado um perseguidor implacável do candomblé, das rodas de samba e especialmente das capoeiras, punindo os infratores com torturas a base de chicote, a chamada 'Ceia dos Camarões'.

1824. Primeira Constituição (outorgada, ou dada pelo rei) reconheceu quatro poderes políticos: Legislativo, Moderador (rei), Executivo e Judicial. No entanto, a autonomia do Judiciário, essencial para a garantia dos direitos políticos e civis do cidadão, foi limitada pela autoridade conferida ao imperador de suspender e remover magistrados, bem como perdoar ou moderar as penas impostas nas sentenças e conceder anistia.

Já no código criminal de 1830 é humanizada a pena de morte, sem tortura; estabelecida proibição das penas cruéis, sem enforcamentos e decapitações, etc. mantida as penas de degredo, banimento, galés, multas, privação dos direitos políticos, desterro.

Em 1832 ocorre a Reforma do Código de Processo Criminal Brasileiro, com o fortalecimento do Coronelismo, pois aos proprietários rurais das províncias foi passado poder para escolher seus representantes políticos: os Juizes de Paz que eram autoridade Judiciária nos município, eram também Chefes de Polícia, sendo-lhes assegurado ainda nesse Código o direito à propriedade e manutenção da escravidão.

No Código Penal de 1.890 ocorrem alterações, atendendo interesses igreja:



Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas - de prisão celular por um a seis meses e multa

E, reflexo desse período, em 1910, por comandar um motim, indignado com a aplicação da pena da chibata sobre a tripulação do navio no qual servia como marinheiro, a maioria composta por negros e mulatos, o cabo JOÃO CANDIDO FELISBERTO, conhecido como Almirante Negro, foi condenado ao desterro na Ilha das Cobras, de onde foi resgatado para ser internado como louco e indigente no Hospital dos alienados. A lei contra a qual se insurgia, publicada no Diário Oficial de 1890, dizia:

“Para as faltas leves, prisão a ferro na solitária, por um a cinco dias, a pão e água; faltas leves repetidas, idem, por seis dias, no mínimo; faltas graves, vinte e cinco chibatadas, no mínimo” (CÂNDIDO, 1913).

Por seu turno no Brasil República, através do Código Civil de 1916, a Legislação apresentou “avanços” em relação a ideia de Justiça:

“O Código Civil de 1916 dava às mulheres casadas o status de “incapazes”. Elas já podiam assinar contratos ou trabalhar fora de casa caso tivessem a autorização expressa do marido”. Jornal do Senado, Edição de 04 de julho de 2013.

Tal Lei, à luz da 1ª grande guerra (1914), visava o sustento da prole e à manutenção do patrimônio familiar, vez que o homem poderia ser convocado à guerra e teria de ter alguém que arcasse com o sustento da casa.

Àquela época, a família patriarcal posicionava-se como coluna central da legislação e prova disso foi a indissolubilidade do casamento, como também a capacidade relativa da mulher. O artigo 233 do Código Civil de 1916 designava o marido como único chefe da sociedade conjugal. Além disso, à mulher era atribuída somente a função de colaboradora dos encargos familiares, consoante artigo 240 do mesmo diploma legal.

Quanto aos bens, conforme o artigo 377 daquele Código: “quando o adotante tiver filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de adoção não envolve a de sucessão hereditária”. O instituto da guarda estava atrelado à culpa na separação e não no bem-estar da criança, como é na atualidade, sendo aquela atribuída ao consorte não culpado pelo desquite.

Em 1940 é elaborado o Código Penal Brasileiro, ainda vigente.

Com o fim da segunda guerra mundial (1945) o mundo fica polarizado entre a URSS e os EUA e seus respectivos aliados. Socialismo x Capitalismo. As grandes potencias firmam alianças e se estabelece um clima de tensão global, a Guerra Fria.

Buscando minimizar essas tensões em 1948 a ONU proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos que prevê o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Essa declaração irá afetar a legislação de diversos países, alterando também o Sistema de Justiça de diversos países, inclusive o nosso.

Nos idos de 1949, no Brasil, entrou em vigor a Lei nº 883, que tratava do reconhecimento dos filhos ilegítimos, através de ação de reconhecimento de filiação, os quais passariam a ter direito, inclusive, a alimentos provisionais.

Em 27 de agosto de 1962, foi publicada a Lei nº 4.121, que versava sobre a situação jurídica da mulher casada, denominada Estatuto da Mulher Casada. Revogou vários dispositivos do Código Civil de 1916 e dentre outros direitos, a mulher obteve aquele de exercer o poder familiar, ainda que constituísse novo casamento. Contudo, essa atividade ainda era bastante restrita, considerando que a redação do parágrafo único do artigo 380, explanava que, caso houvesse divergência entre os genitores, quanto ao exercício do pátrio poder, prevaleceria a decisão do pai,



ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz para a solução daquele conflito.

O surgimento da globalização proporcionado pelos meios de comunicação, rádios, cinema, TV, transmissões via satélite etc contribuíram para o estremecimento das verdades totalitárias, culminando em 1989 com a queda do Muro de Berlim, símbolo máximo da polarização global.

Observando o período histórico até aqui analisado, confrontando a ideia de JUSTIÇA entendemos a afirmação de Montesquieu, de que *“as leis [são] mais ou menos adequadas a um determinado povo e a uma determinada circunstância de época ou lugar”*

Constatamos também que as leis, em razão das mudanças civilizatórias, sofreram alterações para atenderem as necessidades da sociedade local.

Por fim observamos em todo esse processo uma característica comum, a de que o sistema de Justiça, em especial a Criminal, ao longo dos séculos está atrelado a ideia de punição pelo Estado. Com isso formamos a ideia de JUSTIÇA focada na ideia de PUNIR (“fazer sofrer”) e atender o interesse de manutenção da ordem estatal, para que outros, percebendo o sofrimento do infrator, não se sintam estimulados em praticar tal ato, o que nos leva a depreender que nosso sistema de Justiça tradicional (“olho por olho” com diversas roupagens) está firmado em dois princípios:

DOR – para punir os agentes por castigo físico, segregação, degradação, confisco, tortura, morte etc. (modelo antigo), seja pela prisão simples, multa (modelos atuais)

MEDO DA DOR – a fim de inibir outros a praticarem.

Concluimos então que os modelos de aplicação da JUSTIÇA para TODO E QUALQUER TIPO de desvio, em todas as sociedades, está condicionado a manutenção da Ordem Estatal, com a imposição de algum sofrimento ao dissonante.

Esse modelo de Justiça foi aplicado historicamente focado na retribuição pela dor. A execução dessa JUSTIÇA é denominada RETRIBUTIVA, que significa re(tributar), ou seja, retribuir com pena (usando o sistema de penalização do processo penal) o autor de um fato criminal.

Pena = do grego *poine*, significa: sofrimento, castigo.

Assim ingressamos no período denominado por muitos autores como PÓS MODERNIDADE. Conceito este da sociologia histórica que designa o momento do mundo atual após a queda do Muro de Berlim (em 1989) e da Guerra Fria (1992), o qual além de demonstrar o fracasso das ideologias de exceção e das estruturas totalizantes, abriu espaço para a globalização, potencializando o processo de informação e comunicação no qual vivemos HOJE.

Concomitantemente a essas profundas transformações no mundo, aqui no Brasil ocorre a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição cidadã, que prevê em seu preambulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL” (grifo nosso).

Estudiosos do mundo, ainda a luz das Declarações dos Direitos Humanos, passam a pensar então um novo modelo de Justiça mais humano e voltado ao resgate do tecido social. Desenvolve-se a ideia da Justiça Restaurativa.

Esta remonta práticas ancestrais dos aborígenes da tribo Maori da Nova Zelândia os quais reuniam-se em



conselho colocando frente a frente ofendidos e ofensores para discutirem a resolução dos conflitos visando uma solução que permitisse a restauração do convívio tribal.

Porém, o uso dessa expressão tem origem numa obra publicada no ano de 1977 pelo psicólogo americano ALBERT EGLASH em sua obra “Além da Restituição: Restituição Criativa” cunhando a expressão Justiça Restaurativa.

EGLASH baseou seus estudos a partir da experiência em trabalhar na Penitenciário do Estado de Michigan (EUA), onde fazia acompanhamento psicológico com os detentos. Ali observou que o modelo retributivo de Justiça não possibilitava a chance de recuperação e reinserção do indivíduo em sociedade por não permitir a oportunidade de reparação, vez que a Justiça Retributiva visa somente o estabelecimento da culpa e da pena.

A proposição de um modelo de Justiça Restaurativa seria então focado não somente na definição e responsabilização do culpado, mas iria se distinguir por pensar o futuro das relações entre os litigantes, visando à construção de um viés pacífico e de entendimento entre as partes.

Este pensamento se consolida através da Resolução 12/2002 das Organizações das Nações Unidas que concita os Estados membros a aplicarem a Justiça Restaurativa na esfera criminal.

Iniciativas são adotadas neste sentido a partir de então.

O Conselho Nacional de Justiça através da Resolução 125/2010 passa a orientar os Poder Judiciário a fazerem uso desse método. Nessa mesma linha o Conselho Nacional do Ministério Público, através da Resolução 118/2014 orienta os Promotores de Justiça e, aqui no RS, na Polícia Civil, também no ano de 2014, passa a Justiça Restaurativa a ser aplicada nas Delegacias de Polícia, oportunizando às partes litigantes a construção de soluções para seus conflitos através da Mediação.

Conclusão

Algun desavisado poderia questionar, mas o que a ideia de Justiça tem haver com a matéria ou o Programa de Pós-Graduação de Memória Social e Bens Culturais? Entendo que a resposta para essa possível indagação seria a de que o conhecimento sobre aquela(a Justiça), que segundo Aristóteles é a mais sublime de todas as virtudes humanas, que estabelece e regula as ações do indivíduo e do coletivo, não pode e nem deve ser propriedade de uma ciência somente, como o Direito, antes disso deve ser esmiuçado por todas áreas humanísticas para sua maior compreensão. E discutir modelos de desenvolvimento, pesquisar a partir da visão do PPG de Memórias permitirá uma maior compreensão de nossa sociedade, a partir de suas referências culturais e propor aplicação sistemática de um modelo de Justiça que assegure o bem-estar da população. Como dito por Simone de Beauvoir “a lei da vida é mudar”. E isso se aplica aquilo que chamamos de JUSTIÇA.

Referências

BEAVOIR, S. **A velhice**: realidade incômoda. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1976, 339 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 35. ed. São Paulo: Vozes, 2008, p. 31.

CÂNDIDO, J. **Memórias de um Marinheiro**. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1913.

SECONDAT, C. L. **O Espírito das Leis**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora : Martin Claret, 2015



COVID-19 E 14ª PRIMAVERA DOS MUSEUS: PRODUÇÕES E APROPRIAÇÕES DIGITAIS

Tatiana Araujo de Lima

Patrícia Kayser Vargas Mangan

Universidade La Salle

Introdução

A *14ª Primavera dos Museus: Mundo Digital em Transformação* foi promovida, no Brasil, pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que é uma autarquia vinculada ao Ministério do Turismo do Brasil, criada por meio da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, com a missão de “promover a valorização dos museus e do campo museal a fim de garantir os direitos às memórias, o respeito à diversidade e a universalidade de acesso aos bens musealizados” (IBRAM, 2020a). Ainda a partir disso “dentre suas atribuições, estão a coordenação da Política Nacional de Museus (PNM), além da promoção de políticas públicas, programas e projetos voltados à organização, gestão e desenvolvimento dos museus brasileiros e da memória nacional”. (IBRAM, 2020a); além do “aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros” (IBRAM, 2020b).

Para que possamos compreender o foco dessa pesquisa, é significativo contemplar o que consistiu o evento, assim como o fato pontual de que se tenha tornado totalmente digital nesta edição de 2020. Tal evento, já em sua décima quarta edição, tem significado abrangente para diferentes instituições culturais e museais brasileiras. Em 14ª PRIMAVERA DOS MUSEUS (2020) é possível acessar dados relativos a sua formulação, assim como toda a programação que abrangeu atividades de 21 à 27 de setembro de 2020, em âmbito digital; também nos sendo possível vislumbrar detalhes que subsidiaram o fato desta edição privilegiar o digital e suas possibilidades em ambientes digitais, redes sociais e websites na internet.

Para que pudessem ter sido realizadas algumas das análises que subsidiam tal pesquisa houve acompanhamento sistemático de variáveis pertinentes, assim como o uso de possibilidades netnográficas vislumbradas em Kozinets (2014) aplicadas à programação completa do evento, contextualizando aspectos referentes a sua repercussão digital. Das observações preliminares, há ênfase em aspectos entrelaçados respectivos à natureza das apropriações digitais empreendidas pelas diferentes instituições culturais e museais participantes do evento. Tais resultados serão divulgados e compartilhados em maiores detalhes na apresentação a ser realizada nesta sexta edição do *Jornadas MERCOSUL Memória, Ambiente e Patrimônio*, buscando também problematizar contextos vinculados à natureza das apropriações digitais de algumas instituições culturais e museais participantes. É significativo frisar que dentro dessa pesquisa, se pretende privilegiar diferentes olhares que também contextualizem aspectos referentes à gestão cultural e opções vinculadas à gestão estratégica de conteúdo digital na internet e redes sociais, sob diferentes finalidades; dentre elas, o estreitamento de laços com o público e ressignificação desses espaços, abrangendo aspectos vinculados à participação social, colaboração, cocriação, interatividade e imersão.

Uma primavera com museus no mundo digital

Desta forma, para que se possa alcançar o objetivo de analisar e compreender as apropriações digitais empreendidas pelas instituições culturais e museais, definimos uma amostra de 522 instituições participantes. Essas instituições foram analisadas quanto a sua presença nas diferentes mídias sociais, no caso, melhor especificadas para



compreensão aqui como redes sociais. Deste modo, se busca uma maior compreensão das publicações por parte dessas instituições culturais e museais nas diferentes redes sociais e ambientes digitais na internet, tendo em vista o foco na programação oficial divulgada na 14ª PRIMAVERA DOS MUSEUS (2020). Nos interessa, nesse âmbito, possíveis relações suscitadas e a importância significativa que se pretende dar em relação à participação, colaboração e cocriação surgidas a partir do público que interage com essas publicações.

Em relação a essa participação, que se pode dizer aqui, tratar-se de uma participação social, é imprescindível afirmar-se de que é algo que atua em meio ao digital, de forma potencial, na maneira como atua de forma a alavancar em forma de compartilhamento de publicações e ações, para outros âmbitos e outras redes de contatos, ressignificando, potencialmente, o que foi postado pelos participantes desta edição da 14ª *Primavera dos Museus*. Tal aspecto amplia, consideravelmente, o potencial multiplicador dessas informações, podendo inclusive, ser um formador de opinião e, mesmo, uma forma de estreitar laços com novos públicos em escalas globais talvez antes nunca imaginadas.

Também nos parece interessante o fato de cada vez mais as instituições culturais e museais se preocuparem com o papel transformador do digital, associado também as suas possibilidades de apropriação digital bastante visíveis nas propostas temáticas de um número considerável dos participantes. Ao refletir acerca das ações digitais promovidas pelas instituições culturais e museais ao longo da 14ª *Primavera dos Museus*, há um incremento na possibilidade potencial de tais atividades no que tange o estreitamento de laços com o público, sendo, muitas vezes, o público que já acompanhava a programação dessas instituições, como também outros públicos que passaram a se interessar em conhecer de forma mais apurada o acervo e as especificidades dessas instituições.

Dentre as propostas observadas e mapeadas, dentro do escopo dessa amostra, destaca-se o fato de duas instituições participantes da 14ª *Primavera dos Museus* optarem por divulgar ações digitais na rede social Tik Tok (criado em setembro de 2016 e atualmente bastante popular entre adultos, adolescentes e crianças). Se pensarmos no fato de que duas instituições brasileiras buscam se tornar visíveis nessa rede social, fazendo questão de organizar e divulgar ações específicas digitais na programação presente na 14ª PRIMAVERA DOS MUSEUS (2020), há possibilidades que desejem estreitar laços com novos públicos, ou mesmo, se utilizar de uma linguagem mais direta e pontual em suas postagens. O Tik Tok tem sido amplamente utilizado de forma estratégica como uma das redes sociais principais pelo *Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS*, mantido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul; em que publicam diferentes vídeos relacionados as suas coleções e, principalmente, realizam *Lives* ao vivo pelo Tik Tok, articulado às publicações do *Facebook* e ao website do museu. Também se destaca no uso do Tik Tok, o *Museu Imperial*, sediado em Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, o qual compartilhou nas semanas do evento, uma série de pequenos vídeos respectivos a curiosidades acerca de seu acervo.

Pelo levantamento realizado, houve o uso, preferencialmente, pelas instituições dessa amostra, das redes sociais *Facebook* e *Instagram*, sintonizadas, em alguns casos, também com o *YouTube*, e mesmo, o *Twitter*. Dentre a maior parte das instituições que optaram por realizar *Lives*, muitas permaneceram gravadas e disponíveis em suas principais redes sociais, destacando-se, o *Facebook*, o *Instagram* e o *YouTube*. Contudo, foi bastante significativo, ao observar-se essa amostra perceber que há instituições que parecem não ter uma gestão estratégica que abarque todas suas redes sociais; visível no fato de que mesmo estando presentes em várias redes sociais, muitas delas se encontravam totalmente desatualizadas em publicações, o que dificulta a efetividade de ações de marketing e conteúdo digital.

Tais questões, possivelmente, entrelacem-se com o fato de que a pandemia de COVID-19 surgiu de forma intempestiva, trazendo a demanda do digital de forma contundente para muitas instituições culturais e museais. Desta forma, há a hipótese de que muitas dessas instituições ainda não tinham uma organização efetiva e nem colaboradores com formação adequada, para lidarem imediatamente com esses desafios digitais, provavelmente, ainda no processo de eclosão da pandemia no Brasil, surgido em março de 2020. Entretanto, é bastante visível o quanto muitas instituições têm sido criativas em soluções digitais originais, empreendendo ações bastante curiosas e interessantes, em busca de conquistarem maior participação social, estreitamento de laços com novos públicos e,



avanços relacionados à cocriação e colaboração social, principalmente, ao buscar vincular a atenção desses públicos para suas ações e publicações de cunho digital.

Contudo, nem sempre uma boa proposta digital, é bem compreendida, ou mesmo reconhecida pelos pares, pois também depende de como ela têm sido compartilhada nas redes sociais. Para que ações digitais estratégicas possam ser reconhecidas, é preciso que a proposta chegue, de forma exponencial e, mesmo, viral, a muitas pessoas, de diferentes grupos, para que sinergicamente, ela também possa ser compartilhada entre muitos pares.

Dentro deste ponto de vista, não se trata apenas da natureza da apropriação digital que é feita por uma determinada instituição cultural ou museal, mas também o quanto esse conteúdo vinculado digitalmente é posto em diálogo com o público, o quanto também essas iniciativas são propulsoras de novos diálogos e ressignificações. Para que haja participação social vinculada a proposta disponibilizada junto a um determinado conteúdo digital, é preciso também que essa seja resignificada pelo público que acompanha e interage com as publicações. E para que possam atingir cada vez mais grupos de pessoas e cheguem a conquistar novos públicos, essas propostas precisam sinergicamente se fazer presentes, de forma dinâmica e estratégica, em diferentes redes sociais, ambientes digitais e sites; que possam ser interessantes tanto para divulgar tais propostas, quanto para estimular maior engajamento do público, assim como o compartilhamento espontâneo desses conteúdos digitais para outros pares.

Desta maneira, não bastam apenas as instituições culturais e museais somente desenvolverem ações digitais vinculadas à *14ª Primavera dos Museus*, mas também que se atentem ao fato de continuar a dar continuidade ao fluxo de postagens e ações digitais em suas principais redes sociais de maior abrangência e popularidade. De forma que o público que possa ter se interessado ao longo da vigência do evento, seja constantemente estimulado a visitar as principais redes sociais dessas instituições; o que pode trazer ganhos em vínculo, estreitamento de laços e, em maior escala, ganho de novos públicos, por meio da participação social propagada por meio do compartilhamento de postagens dessas instituições para pares desse público interessado.

Para que se possam compreender melhor as intersecções entre as apropriações digitais e a participação social no meio digital, vinculada aos museus, há alguns aspectos em que Reis (2019) corrobora, um deles relativo aos desdobramentos digitais relacionados à apropriação digital, que passam a ser vistos como instrumentos de preservação, especialmente, em relação a sua potência privilegiada de compartilhamento de informações, em que os esforços de preservação, notoriamente, estariam vinculados à participação social em meio ao contexto da era digital e o surgimento de novas formas de preservação.

Ao avançar acerca das contribuições de Pollak (1992) é possível vislumbrar a importância que o autor dá aos elementos constituintes da memória, referida aos eventos, pessoas e personagens; em que os lugares de memória são aqueles constituídos pelos vínculos a uma determinada lembrança, que pode ser pessoal, ou mesmo ligada aos grupos, ou que pode ser vinculada a uma lembrança recente ou mesmo distante do espaço e tempo que estamos no momento em que estamos vivendo.

Sob essas diferentes perspectivas, pode-se avançar na reflexão que as instituições culturais e museais são, sob certo aspecto, parte preponderante das memórias coletivas. E ainda, que tais representações da memória, estão subjetivamente, em constante processo de ressignificação, pois sempre estão em relação com as pessoas e os grupos coletivos que se relacionam com esses espaços da memória, os constituem e o resignificam ao longo dos tempos.

Para além destas perspectivas, Côrrea (2017), enfatiza que os museus adquirem papel potencial de extrema importância acerca da democratização da informação. Há mais de duas décadas Lévy (1999), também já enfatizava o fato da existência de uma nova dinâmica que passa a ser questionada, presente nas novas formas de construção do conhecimento vinculadas ao digital, que contemplam a democratização do acesso à informação.

Embora ambos autores discorram em torno de diferentes aspectos, um em relação aos museus e o outro em relação à construção do conhecimento em meio à cultura digital; é interessante o quanto a democratização do acesso



a informação estava presente em ambas reflexões. É contundente e ao mesmo tempo significativo se observar tal questão, porque a democratização do acesso à informação está em seu cerne, tanto cada vez mais presente na cultura digital quanto cada vez mais emergente e significativa para os museus em sua dimensão sócio-cultural-econômica.

Desta forma, é bastante interessante se perceber, na contemporaneidade, e, principalmente, nesse período pandêmico, o incremento de ações por parte dos museus, em direção tanto ao estreitamento de laços com o público quanto da democratização de seus acervos; uma vez que passam a se utilizar em grau muito maior e mais intenso de diferentes possibilidades de apropriações digitais, usando soluções que vão muito além da disponibilização de seus acervos, na direção a inovações da ordem do híbrido, ou mesmo na criação de ambientações digitais e estratégicas, investindo na imersibilidade e na realidade aumentada, os quais extrapolam a simples disponibilização de acervos para acesso digital.

Tais diferentes propostas em apropriações digitais trazem possibilidades tão singulares, que muitas dessas trazem inovações antes nunca usadas ou mesmo pensadas como possíveis, trazendo significativas rupturas que necessitam ser compreendidas à luz de olhares mais pontuais, sutis e atentos. Em relação ao digital e suas possibilidades engendradas pelas apropriações digitais a ser observadas e pesquisadas, há aspectos relevantes, como por exemplo, a democratização dos museus, surgida também em virtude dos incrementos em forma de participação do público junto aos museus.

No que tange as problemáticas relativas à gestão cultural, é pertinente considerar, os apontamentos de Baltá (2020), relativos aos principais desafios no período pós COVID-19, em que o autor enfatiza ser cada vez mais necessário que as implicações sociais, econômicas, ambientais, políticas e éticas façam parte da ação cultural e de sua gestão; enfatizando a importância de tornar mais presente e mais visível o senso de responsabilidade da cultura em relação à sociedade como um todo. É bastante significativo ao autor, o fato de mesmo em meio a todas as dificuldades, a gestão cultural ater-se em ajudar a articular os diálogos e colaborações necessários por meio do reconhecimento de que o período de crise pandêmico fez da cultura um elemento-chave da vida de muitas pessoas. Há ainda ênfase nos aspectos relacionados à colaboração como um elemento importante na definição de novas maneiras de fazer as coisas a partir da gestão cultural.

E no que tange em especial, nosso interesse de pesquisa pelas apropriações digitais e suas possíveis relações com a gestão cultural, torna-se interessante refletir acerca das palavras de Baltá (2020) quando cita François Matarasso em relação ao fato de assumir que todas as instituições culturais terão que rever as formas de se relacionar com os públicos; sublinhando, essencialmente, a necessidade de revisar os modelos de governança, oferecendo novas maneiras de participar coletivamente tanto na tomada de decisões quanto no gerenciamento de processos e atividades culturais.

Considerações Finais

Em relação às apropriações digitais em meio à pandemia de COVID-19, é significativo que se atente ao fato de que não se deseja afirmar que antes desse período essas não existiam, ou mesmo, museus e instituições culturais não se legitimavam no digital ou investiam em publicações em redes sociais e ambientes digitais imersivos, interativos ou mesmo, virtuais e até híbridos. Contudo, há a hipótese que a pandemia e seus desafios trouxeram significativos aportes para algumas instituições culturais e museais, que passaram a se desenvolver com muito maior desenvoltura nos ambientes digitais, buscando nos desafios pandêmicos fôlego para ousar e investir em soluções digitais, que em suas historicidades, muitas vezes, antes nunca tinham sido utilizadas, ou mesmo, talvez até imaginadas possíveis. É muitas vezes em meio a grandes desafios que a criatividade traz em seu bojo possibilidades em forma de inovações.

É a partir desse contexto detectado acima que pode tornar-se perceptível, em algumas instituições culturais e museais e suas apropriações digitais, o desenvolvimento de diferentes soluções digitais, almejando tanto a criação de ambientes híbridos como também a própria resignificação dos ambientes museológicos; imbricando-se com



propostas de visitas realizadas ao vivo e em tempo real, aos quais junto a outras possibilidades em apropriações digitais, têm estreitado laços pela internet a níveis globais, assim como se ampliado em possibilidades de ressignificação da arte, das instituições culturais e dos museus, acrescentando significado advindo de uma possível democratização dos museus e seus acervos patrimoniais.

Referências

- BALTÁ, J. 10 reflexões e desejos para a gestão cultural pós COVID-19. **Observatório da Diversidade Cultural**. 29 maio 2020 Disponível em: <<http://observatoriodadiversidade.org.br/site/noticias/gestao-cultural-pos-covid-19/>>. Acesso em: 13 set. 2020
- CÔRREA, V. F. Patrimônio Arquivístico Digital: práticas memoriais de preservação digital dos arquivos públicos no Brasil. 2017. 197 f. **Tese** (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese73.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- IBRAM. WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation], 21 jun. 2011. 2020a Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Brasileiro_de_Museus>. Acesso em: 20 set. 2020.
- IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus. Mundo digital: museus em transformação. **14ª Primavera dos Museus**, 2020. Online. Disponível em: <<http://eventos.museus.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2020.
- IBRAM. Portal IBRAM. [Brasília, 2020b]. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/sobre-o-orgao/>>. Acesso em: 20 set 2020.
- KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5 n. 10, p. 200-212, 1992.
- REIS, M. G. dos. Patrimônio Cultural Brasileiro na era digital: da digitalização de acervos à preservação participativa na internet. 2019. 181 f. **Tese** (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5483>>. Acesso em: jun. 2020.



MATERIALIDADE DA CULTURA IMATERIAL: MINGAU DE TAPIOCA

Maria Cristina Machado de Carvalho

Universidade La Salle

Introdução

Este artigo tem por objetivo trazer uma análise sobre os modos de fazer do mingau de Dona Mariana. Trata-se de uma reflexão sobre um saber tradicional que ainda se constitui como uma prática cultural cotidiana realizada no Município de São Gonçalo dos Campos-BA. No caso do Mingau de Tapioca é preciso considerar, dentre outras, a identidade compartilhada entre as pessoas que partilham as experiências dos encontros na feira, nos sábados, no Mercado Municipal para comercializarem alimentos, entre os quais a farinha de mandioca, beiju, a farinha de tapioca, a massa puba, estes produzidos ao longo da semana pelas famílias de pequenos agricultores – isto é uma produção artesanal da mandioca e de seus derivados. Nesse sentido, o mingau de tapioca, feito por Dona Marina, pode representar a construção e permanência de uma identidade cultural dos pequenos agricultores familiares no Município de São Gonçalo dos Campos.

Sobre a produção e a comercialização do mingau, feitos a partir da Tapioca é uma prática artesanal. Há, ainda, o cuidado movido pela ideia de que a tradição está se perdendo, pois a produção de mandioca, outras atividades econômicas realizadas pelos moradores das zonas rurais do Município corre o risco de ser extinta. Por exemplo, a produção de mandioca já não é mais realizada por parte das famílias, pois a comercialização da farinha e dos derivados já não é tão valorizado.

Consta-se que as comunidades negras rurais, a partir das quintas-feiras, passam a executarem tarefas destinadas a comercialização nas feirinhas livres nos sábados e nos domingos pelas manhãs. Portanto, a produção do mingau de tapioca que se inicia na plantação da mandioca é um patrimônio cultural que remete à riqueza construída e transmitida, de geração para geração, como o legado que influencia a identidade dos indivíduos e grupos sociais nesta região.

Memórias Transgeracionais

A semente que me conduziu a sistematizar as narrativas orais para capturar os hábitos, costumes, valores e padrões de comportamento transmitidos e, também, questionados de geração em geração, quicá, pelas histórias do meu pai, Expedito Pinheiro de Carvalho, sobre tempo passado, por ele não vivido, que traziam as experiências de minha bisavô Teodora, quando criança na Fazenda Bonfim, região pertencente a Feira de Santana e, depois de sua fuga, na Fazenda Dendê, em São Gonçalo dos Campos.

Sendo a família um espaço de convivência de diferentes gerações, local onde ocorre o diálogo entre diferentes concepções de mundo, fiquei sabendo do trabalho, dos costumes, dos modos de fazer e saber e as diversas experiências da vida de minha bisavó Teodora e de outras mulheres, crianças e homens escravizados e descendentes de escravas de diferentes gerações.

Em sentido histórico e patrimonial a narrativas orais que as gerações carregam e transmitem tornam-se as medidas das mudanças e permanências dos contextos econômico, social e cultural nos quais as famílias, os grupos e as comunidades estão inseridas. Semelhantemente as tradições orais, as memórias transgeracionais, são utilizadas, preservadas e difundidas pelos descendentes de escravizadas como um legado da África, como uma tradição preservada e que mantém viva a memória dos antepassados, como afirma Ki-Zerbo (2010) sobre a tradição oral



africana. Percebem-se, que a lógica da narrativa se dar no período de sua nascitura, na permanência/vivência em cada tempo/geração e as repercussões em cada época que estão vinculadas as experiências transgeracionais.

É possível perceber ainda que diferente das concepções das transmissões traumáticas evidenciadas pela psicanálise, em que os sujeitos transmitem seus traumas e medos inconscientemente para as futuras gerações, a transmissão das experiências, dos costumes, dos modos de fazer e saber é um processo consciente, ocorre em nível verbal e com expressão corporal durante as narrativas das histórias, nas quais os detentores do conhecimento apreendido estão envolvidos numa cadeia genealógica, cultural e social de significantes. Nesse sentido, as narrativas orais analisadas são produtos de muitas heranças que ocorrem no interior de cada grupo e comunidade, mas também das heranças e relações estabelecidas com os diferentes grupos e comunidades em que entram em contatos. As memórias transgeracionais transluzem a revivescência das experiências, dos modos de fazer e saber, o entrelaçamento dos fios, que ligam as diversas temporalidades, espaços, sujeitos e grupos presentes na história e que garantem à continuidade dos saberes e viva a ancestralidade.

Na casa de farinha, raspando mandioca ou no oitão⁷ da casa, amarrando e pendurando o fumo que foram retirados da roça, as histórias eram lembradas e transmitidas espontaneamente. As narrativas que tratavam sobre o trabalho de crianças e adultos, exibiam-se nos diversos espaços das comunidades, nas rodas de trabalho, nas rodas de conversa, nas rodas de samba, entre outras. Nas narrativas provinham as histórias do tempo da escravidão, histórias que transpunham o tempo vivido, mantidas de geração em geração como um fio que ligavam os ancestrais aos seus descendentes nas memórias transgeracionais. Tania Gandon (2005), ao tratar sobre a história contada pelos pescadores de Itapuã, observa as multiplicidades dos tempos da memória. Destacando o “tempo dos antigos” ou “dos mais velhos”, relatos de acontecimentos que ouviram falar; “no meu tempo”, refere-se às temporalidades vividas pelos entrevistados; o “hoje”, é a história que dá conta do presente imediato e as transformações radicais que os entrevistados vivenciam no presente. Gandon estabelece essas periodizações da memória e afirma que medir a duração do tempo vivido não é uma tarefa fácil.

Na perspectiva de Jaques Le Goff (1990), a história, o tempo e a duração têm sido um dos grandes problemas dos historiadores, dada a dificuldade em estabelecer relações entre eles, sendo a cronologia o fio condutor da história. Desse modo, “essas histórias pessoais, além de relevantes em sua singularidade, servem para melhor perceber experiências coletivas e iluminar contextos e processos históricos mais amplos e complexos”(2008. p. 316).

As memórias dos antepassados figuram na rede de fontes para a história local, de modo a fornecer subsídios as investigações sobre as memórias sociais e patrimonial da cultura imaterial.

Como detentora das histórias transgeracionais, contadas por minha família, resolvi investigar essas memórias a partir da preservação dos costumes, dos modos de fazer e saber, que carregam os moradores do Recôncavo da Bahia, especificamente São Gonçalo dos Campos. Na diversidade de histórias aparece Dona Marina, negra, de 69 anos de idade, que através dos saberes transmitidos pelas suas ancestrais trabalhou desde sua infância, sustentou sua família e deixou sua marca nas identidades de feirantes, açougueiros e pequenos agricultores que aos sábados deslocavam até o Centro de Abastecimento para comercializarem os diversos frutos de seus trabalhos semanais em suas pequenas propriedades. Todavia, neste artigo discutiremos sobre a mandioca e seus derivados, destacando a sua importância social, cultural e econômica.

O estabelecimento do cultivo da mandioca no Recôncavo da Bahia

As primeiras pesquisas a tratar sobre a agricultura de subsistência relatam que essa se desenvolveu no período

7 Nome dado aos fundos da casa onde se amarrava fumo e colocava na secar. Esse nome é dado para definir o local que no período de chuva, o corte de fumo não molharia. Desde modo, o nome oitão é dado para referir ao local em que secava o fumo e não molhava.

colonial português no Recôncavo. Barickman divide o Recôncavo em três regiões econômicas: do açúcar, do fumo e da mandioca. A primeira representava a região dos produtores mais abastados e as duas outras eram formadas por pequenas e médias propriedades, especialmente. São Gonçalo dos Campos integrava a extensa área do Recôncavo dedicado à produção fumageira, todavia consorciado a essa produção existia a agricultura de subsistência onde o carro-chefe era a mandioca. O historiador estadunidense, Stuart B. Schwartz, na obra *“Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial”*, faz alusão a produção de fumo aproximando seu grau de importância econômica ao açúcar (SCHWARTZ, 1988, pp. 84-85). Já mandioca foram vista como uma economia complementar as outras, sendo cultivada especialmente por um grupo de proprietários menos abastados, bem como pela população escravizada que utilizava seus derivados (a farinha) como alimentação diária.

Segundo Barickman (2003), no Recôncavo (açucareiro, fumageiro e mandioqueiro), na primeira metade do século XIX, havia o costume entre os proprietários de cultivar mais de um tipo de gênero agrícola. Sendo mais largamente utilizado pelos pequenos e médios produtores, todavia os maiores produtores também tinham estes costumes, uma vez que nos períodos de secas e nas crises da economia açucareira, os prejuízos com o cultivo, por só produzir apenas um gênero, eram bem maiores. Freire (2012) notou, na segunda metade do século XIX, em Feira de Santana, nas propriedades rurais além da criação de gado bovino, possuíam roças com diversos gêneros de subsistência, bem como a produção de fumo. Ana Paula defende que,

A mandioca apesar de ser produzida em praticamente todas as propriedades fumageiras exigia pouco investimento, apresentava-se também como uma produção necessária para a manutenção do sistema escravista, e fundamental para as atividades mais lucrativas. Além da mandioca, como produção de alimentos, cultivava-se feijão, milho, outras raízes e um pomar diversificado também voltados para a subsistência e pequeno comércio (SILVA, 2015, p. 35).

Segundo Barickman a farinha de mandioca tinha importância alimentícia, sendo indispensável sua presença na dieta diária dos escravos, dos pobres e ricos moradores do Recôncavo ou da Capital da Província. Acrescenta-se o valor comercial e o abastecimento das embarcações para suprir os escravos durante a travessia Brasil-África (BARICKMAN, p. 53, 76, 96 e 101). Os diferentes usos da terra, podem ser observados em diferentes épocas no Recôncavo, experiências vividas desde o século XVII. Isso leva-me afirmar que a diversidade produtiva protegia os proprietários de possíveis prejuízos decorrentes do clima ou das pragas, e também garantia de maior lucratividade, caso tudo corresse como planejado.

A pluralidade das fazendas policultoras, que ao mesmo tempo produziam para o mercado externo e para o abastecimento interno, na segunda metade do século XIX, foi responsável pelo crescimento populacional e pela larga utilização da força de trabalho escrava na região. De acordo com Schwartz “O cultivo do fumo fez surgir em Cachoeira e nas regiões vizinhas e, em certa medida, também em Maragogipe uma organização social e econômica distinta no Recôncavo” (SCHWARTZ, 1988, p. 85).

Portanto, esses espaços se constituíram e caracterizaram-se a partir das relações sociais e de trabalho entre mulheres, homens e crianças. Espaço que estava separado e distinto em sua rede de relação tecida pela população fumageira e escravizada que transitava (re)inventando os seus modos de vida, buscando a sobrevivência. Aparecem como trabalhadoras predominantemente na atividade econômica fumageira, na policultura de gênero de subsistência como mandioca, feijão, milho e, em menor escala, na criação de gado e sentido leste no cultivo da cana para o fabrico de rapadura e aguardente, como aparece nos inventários poucos engenhos e alambiques.

Inventários e diversas fontes cartoriais revelam ambiente das fazendas em São Gonçalo dos Campos: as casas de moradias, casas de farinha, senzalas, armazém, sobrados, curral, plantações fumageiras e mandioqueiras, bem como a vasta natureza no entorno das propriedades marcou as experiências dos sujeitos em diversos aspectos, especialmente nas relações de trabalho, como será detalhado adiante. As famílias dos lavradores de fumo habitavam nas casas de moradia das fazendas, com suas construções de adobe, portas e janelas e cobertas de telhas, local em que



as crianças escravas compartilhavam com as livres seus aprendizados. Como demonstrado na figura 1, que representa a fazenda Tabuleiro do Gandu, pertencente a José Borges Falcão, uma construção que já passou por reformas, todavia exibe a arquitetura utilizada nas fazendas da Freguesia na segunda metade do século XIX.

Figura 1 – Fazenda Tabuleiro



Fonte: Fotografia de Maria Clara Lo Bianco Oliveira Ferraz (2018).

As imagens acima mostram duas casas da fazenda Tabuleiro. A fotografia foi retirada em 2018, desse modo, fica evidente que muitas restaurações foram feitas. Os relatos de Robson Silva Torres (*Nascido em 7 de dezembro de 1976, entrevista concedida em 11 de setembro de 2019*) confirmam que essa construção preserva a mesma estrutura do século XIX, apesar de ter passado por algumas reformas. Nosso colaborador, Robson Torres, nasceu em São Gonçalo dos Campos, local onde cresceu ouvindo de sua avó e dos “antigos”, histórias das centenárias fazendas que pertenceram aos seus ancestrais: Preguiça, Murim, Tabuleiro e Gravatá (estas últimas, ainda preservadas). As histórias do passado nas senzalas, da escravidão e dos senhores de escravos conduziu-o uma empreitada em busca deste passado, pesquisando os indícios genealógicos, paleográficos de seus ancestrais, assim como através da tradição oral transgeracional contribuiu com valiosas informações.

A casa grande é o local de morada dos senhores. Observam-se os aspectos de grandeza em que a construção se destaca, em relação às demais construções ao redor. Ao lado direito, notamos a presença de outra construção, que possivelmente seja a casa de farinha ou armazém de fumo. Do lado esquerdo, observa-se um telhado e as paredes feitas de madeira. Essa construção é o curral, de criação de animais bovinos. Em outra fotografia foi possível verificar que o piso/chão da casa de morada era de tijolos, conforme a tradição oral, feito em orlarias por escravizados (*Robson Silva Torres, nascido em 7 de dezembro de 1976, entrevista concedida em 11 de setembro de 2019*).

A fazenda estava localizada ao oeste da freguesia – partindo dos pontos cardeais e referências dadas no período são possíveis definir as demarcações de suas terras. Pelo oeste (poente), divide com a Estrada Real; ao norte, pelas terras da Fazenda Tabuleiro, de João Borges Falcão; ao leste (nascente), parte das terras da Fazenda denominada Murim; ao sul, com terras da fazenda Boa Vista, de D. Inês de Oliveira (*APEB. José Borges Falcão (1859). Registros Eclesiásticos de Terras*



de São Gonçalo dos Campos. Livro nº 4807 (1857-1863). Do lado direito da fazenda (figura 2) tem uma construção mais simples, que é a casa de farinha, nela tinha bolandeira – uma bola/roda que servia para moer a mandioca, transformando-a em massa, a qual passaria pela prensa de parafuso para retirar a água. Quando seca a massa da mandioca, o peneirador passaria na urupemba⁸ e, em seguida, a torragem, transformando-a em farinha.

Ressalvando o estilo de escrita romântica e naturalista própria do século XIX, D. Pedro II relata em seu diário sua passagem pelo Recôncavo da Bahia, em 6 de novembro de 1859. Em sua narrativa romantizada, a paisagem que cobria o caminho que fez de Capoeiruçu (Cachoeira) à Freguesia de São Gonçalo era exuberante. D. Pedro relata que no caminho avistou belos campos cobertos com extensas plantações de fumo e mandioca, formando extensos tabuleiros que “a vista se perde sem poder chegar ao fim”.

As narrativas de José Jorge Alves Pontes, líder e morador da Comunidade Quilombola Bete II (*Nascido em 8 de outubro de 1961, entrevista concedida em 22 de setembro de 2020*) a produção de mandioca também era realizada pelos escravizados e aqueles que fugiram da escravidão. Além da produção da farinha, principal produto extraído dessa raiz, a água - purapueira – que expelia da massa quando colocado na prensa para secar. Esse líquido saía pela bica da prensa era deixado em um local para que fosse misturado a outros materiais orgânicos, folhas, pedaços do caule da própria mandioca, entre outras coisas que com um determinado tempo transformava se em adubo para ser usado nas roças.

Como o adubo que consistia em um trabalho manual realizado pelos escravizados e, posteriormente, por seus descendentes a transformação da raiz da mandioca em farinha, massa puba, massa de tapioca, farinha de tapioca, fulego⁹, beiju e os demais derivados eram feitos de maneira artesanal.

A transformação da raiz da mandioca resulta em diversos derivados. O trabalho artesanal para confecção de cada um é muito importante, mas neste momento iremos nos restringir a discussão do Mingau feito da Tapioca e a importância social e econômica dele.

Patrimônio Imaterial: os Modos de Fazer do Mingau de Tapioca

A tapioca é de origem indígena, que se desenvolveu especialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ribeiro (1987), traduz o sentido etimológico, “Typy-oca” como sedimento, o resíduo do sumo da mandioca. Conforme Bezerra (2005), a palavra “tapi” significa pão e “oca” quer dizer casa, deste modo, “pão de casa”.

A tapioca é a goma da mandioca retirada da água espremida com pano a mão. É deixada em um vaso para assentar. Depois de um tempo a água é retirada, lavada a goma mais uma vez. Deixa por outro tempo para assentar, depois desse tempo é retirada, ficando pronta a massa da tapioca.

Para que seja comercializada como farinha, depois de retirada e peneirada é passada em um forno quente para torrar. É dessa farinha que é feito o Mingau da Tapioca. As técnicas não são difíceis, mas é necessária muita paciência e cuidado, pois se não ficar no ponto certo corre o risco de ficar com um caldo muito expresso ou muito ralo.

O Mingau da Tapioca é bastante consumido e comercializado em padarias do Recôncavo, mas seu principal sentido identitário foi dado por Dona Marina dos Santos. Ela nos conta que suas técnicas foram apreendidas de sua sogra, que transmitiu para ela os modos de fazer da culinária, dos chás e lambedouros¹⁰ que lhe foram transmitidos por outras mulheres de suas comunidades.

8 Peneira de fibra vegetal para farinha de mandioca, milho etc. LAROUSSE CULTURAL. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo. Nova Cultural, 1992, p. 1133.

9 Um tipo de bolo feito na palha de banana e assado no forno que antes fazia a farinha.

10 Um tipo de xarope caseiro feito por diversas folhas medicinais capazes de curar tosse, secreção no peito, constipação, resfriado, bronquite, asma e tuberculose. Esses saberes só quem detinham eram mulheres rezadeiras e/ou parteiras. Toda vez que uma pessoa estava acometida por uma dessas doenças recorriam-se a elas para que o xarope fosse feito e a pessoa teve sua cura.



Dona Marina como uma boa aprendiz guardou todos conhecimentos transmitidos por sua sogra e desde então passou a usar suas receitas, especialmente as gastronômicas para fazer deliciosas comidas para comercializar na feira no sábado.

É importante relatar que o valor do Mingau de Tapioca transpõem o histórico, cultural, social e econômico. Quem poderia dizer que não tomou o mingau de tapioca durante a infância? Mingau feito com a tapioca com leite de vaca ou de cabra? Pois bem, um dos alimentos bastantes utilizados pelos mães para as crianças em terna idade era o mingau de tapioca.

Ele fazia parte da dieta infantil no período matutino ou noturno. No caso do Mingau de Dona Marina o que torna ainda mais especial é a identidade compartilhada entre as pessoas que compartilham as experiências dos encontros na feira, nos sábados, no Mercado Municipal para comercializarem alimentos, entre os quais os derivados da mandioca: a farinha de mandioca, beiju, a farinha de tapioca, a massa puba, estes produzidos ao longo da semana pelas famílias de pequenos agricultores.

O mingau de dona Marina torna público e com mais força a importância deste patrimônio cultural compartilhada socialmente pelos agricultores que saíam as cinco horas da manhã levando em suas carroças sacos de farinhas para que a moradores da cidade adquirissem o fruto daquele trabalho. O caminho fatigante até a rua, através de estradas de barros e aos galopes de um burro em uma carroça era bastante cansativo e fadigante para aqueles trabalhadores que no sábado comercializava a farinha para com o dinheiro daquela comercialização comprar o alimento para a família e ciclicamente retomar a rotina semanal do cuidado com a terra, com as nascentes de água, com as plantações garantindo um alimento de qualidade e saudável para os moradores da cidade.

Do outro lado, estava dona Marina. Embora experiente do trabalho na roça, agora na cidade, dedicava-se em outros afazeres. Entre os diversos afazeres que era obrigada a fim manter sua família, dedicou-se a fazer o mingau e ir para o mercado, não sozinha, mas com sua sogra, sua mestra e orientadora para vender o mingau que dedicara a fazer desde a quinta feira às 8 h da manhã.

Primeiramente, ela quebrava, descascava e ralava o coco. Essa atividade não era feita com ajuda de máquina. Tudo era realizado manualmente. Depois que terminava o trabalho com o coco, passava para a farinha da tapioca.

A farinha era medida e colocada em um vaso com a água. Fica por um tempo de molho na água, pois se fosse direto para o fogo o mingau poderia não dar certo. A farinha de tapioca avolumar, deste modo, na água ela avolumara suficientemente para que o mingau ficasse no ponto indicado para seu cozimento.

No ponto indicado para que o mingau fosse levado ao fogo, Dona Marina, acrescentava o coco, açúcar, cravo, canela e leite. Em fogo médio em uma panela grande com uma colher de pau nas mãos, o passo seguinte seria mexer a mistura para que não embolasse. Seguido todos esses passos o mingau estava pronto. Por volta das cinco horas da manhã elas também estavam preparadas para saírem de táxi com a panela cheia de mingau quente para ser comercializado no Mercado Municipal.

Considerações finais

O mingau de tapioca e todos derivados da mandioca representam a identidade do Nordeste do Brasil. Levando em consideração a formação do território do Recôncavo e a importância da produção de mandioca para os pequenos agricultores e escravizados podemos sugerir que além de sua importância econômica, especialmente para as famílias de que sobrevivem da agricultura de subsistência no Recôncavo da Bahia, podemos notar sua importância social e cultura ao longo da história como definidor da identidade local das famílias egressas da escravidão e os seus descendentes. Portanto, o mingau de tapioca é um patrimônio cultural que remete à riqueza construída e transmitida, de geração para

geração, como o legado que influencia a identidade dos indivíduos e grupos sociais, na região supracitada.

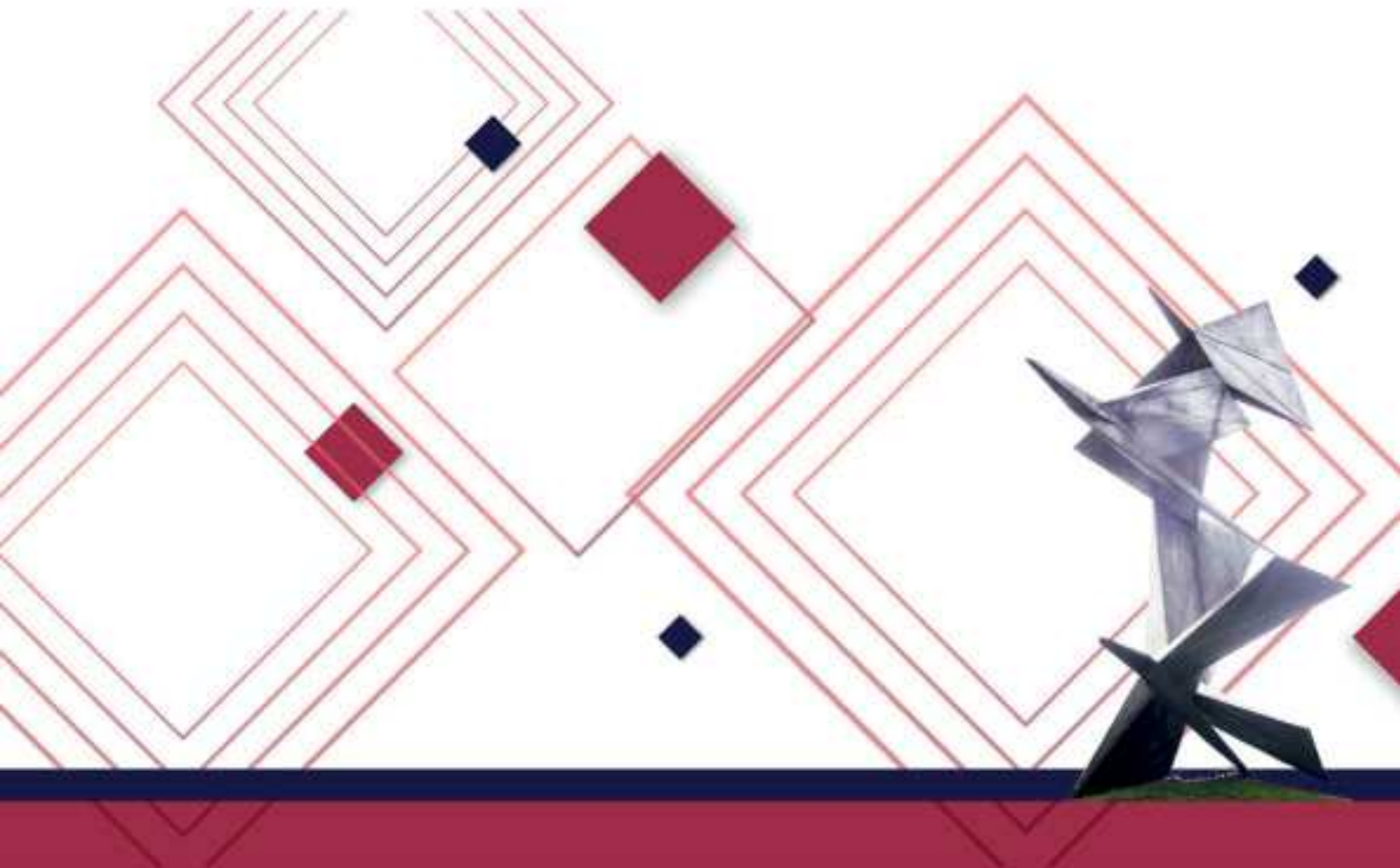
As definições de patrimônio cultural em relação ao modo de fazer do mingau podem partir de diferentes relações: a afetiva, a econômica, a ambiental, a cultural, entre outras. É uma tradição facilitadora da continuidade de ações e do processo interpretativo dos modos de fazer tradicionais, uma vez que permanece materializada na sobrevivência das comunidades negras rurais. Porém, com a descaracterização das zonas rurais e a educação voltada para formação da mão de obra para o mercado industrial da região contribuiu para que os processos tradicionais da agricultura familiar tenha dificuldade em sua reprodução no tempo atual. Isso reforça o medo da “perda” da identidade da agricultura familiar que, também, pode ser definida como etnoagricultura, no Município de São Gonçalo dos Campos. Em outras palavras, o patrimônio cultural, evoca a permanência do passado, a necessidade de resguardar um modo de fazer significativo no campo das identidades desta região, bem como resguardar do desaparecimento.

Referências

- BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1780-1860.** Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FREIRE, L. C. M. **Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888.** Feira de Santana: Ed. UEFS, 2012.
- GANDON, T. R. d'A. Entre Memória e História: Tempos Múltiplos de um Discurso a Muitas Vozes. **Projeto História.** v. 21, jun de 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10733>>. Acesso em 15 set. 2016.
- GANDON, T. R. d'A. Etnotexto e identidade cultural na construção da memória. **Revista da FAEEBA,** Salvador – BA, Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Educação – Campus I, v. 14, n. 23, p. 227-233. jan./jun. De 2005.
- LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- NARDI, J. B. **O Fumo Brasileiro no Período Colonial: lavoura, comércio e administração.** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- REIS, J. J. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, A. P. de A. Produção fumageira: fazendas e lavradores no recôncavo da Bahia 1774-1830. 2015. 121f. **Dissertação.** Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.



GT 3



PARA UMA MEMÓRIA HISTÓRICA/HUMANA: COM VOZ E CORPO PARA AS VÍTIMAS DO CONFLITO ARMADO NA COLÔMBIA

Jennifer Paola Pisso Concha

Universidade Federal de Mato Grosso

Introdução

Para uma compreensão histórica e contextualizada do artigo, é pertinente mencionar que a Colômbia é afetada pelo conflito armado há mais de cinquenta anos e até o momento (2020), mesmo depois do Acordo de Paz entre o governo de Juan Manuel Santos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) - assinado no dia 26 de setembro de 2016 -, não é possível estabelecer com clareza quantas vítimas tem deixado desde seu início. Em relação às estatísticas no decorrer do tempo indicam que: Ação Social registrou 1.877.328 vítimas até 2007, enquanto a Conferência Episcopal e a Consultoria para Direitos Humanos e Deslocamento (CODHES) anotaram mais de três milhões de pessoas no país nesse ano. Por sua vez, a Revista Semana (2013) no 'Projeto Vítimas' aponta 5.405.629 pessoas cadastradas na Unidade de Vítimas. Depois, no ano 2017, durante a comemoração do 'Dia das vítimas, memória e perdão' contabilizou-se 8.376.463 pessoas afetadas pelo conflito (PORTAFOLIO, 2017). As atualizações mais recentes registram, segundo o Cadastro Único de Vítimas, 8.970.712 no país (09 de fevereiro de 2020), enquanto o Escritório de Direitos Humanos (na ONU) declarou 14.000 deslocados ao longo desse ano (23, ago. 2020).

Em tais casos, note-se a recorrência do termo 'vítima[s]' assumido em coletivo e a partir de estatísticas que, muitas vezes, deixam por fora a sua voz e corpo. Isto é, que a narração dos acontecimentos deveria ir além de esboçar só cifras que tornam as situações de violência como "pão de cada dia", sem ser cientes da dor alheia ou tornando a 'realidade mais fria' pela forma como os eventos são apresentados aos cidadãos.

Em correlação, compreende-se vítima segundo a Lei 1448 de 2011 e a Lei 1592 de 2012, que detalham os eventos vitimizantes e garantem os direitos da vítima à verdade, justiça e reparação, levando ainda em consideração que o termo "deslocado" é insuficiente para narrar o conflito, e o de vítima é um termo mais amplo porque vai além do deslocamento forçado. Concordando com Molano (2001), certamente, "as pessoas não se deslocam, mas são desterradas, expulsas, obrigadas a fugir e a se esconder" (p. 41).

Portanto, se analisa o conflito armado sob olhar sensível dos protagonistas, além das medialidades na sociedade contemporânea colombiana, considerando o 'cemitério emocional' que o país tem sofrido. Aliás, se evidencia como as histórias de vida narradas e a implementação da oficina de reparação psicossocial "Reconciliando-me com meu passado", contribuem para uma memória histórica/humana em lugares de sofrimento.

Neste direcionamento, a pesquisa se localiza no município de El Tambo,¹ Cauca, Colômbia, e apoia-se na narração/história de vida das vítimas pertencentes à Associação de Vítimas de Conflito Armado de El Tambo, Cauca, Colômbia (Asodestambo), permitindo refletir que "existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar" (FREIRE, 1987, p. 44), ou seja, o conflito armado vivenciado na própria pele. Isto, quanto narrado constrói/fornece uma memória histórica que foca em aspectos humanos, culturais e políticos como ponto de encontro entre a memória e a história (PEDREÑO, 2012).

1 Segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE, 2020), é um dos municípios mais afetados pelo conflito, apresentando grandes deslocamentos internos, sendo ao mesmo tempo, receptor de vítimas de outros municípios e departamentos. Os membros que mais marcam presença no território são a nova Marquetalia, dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

Nessa visão, tem-se a relação história de vida-memória não como recuperação completa do que já passou, mas como a base para o patrimônio em lugares de sofrimento, “enquanto texto de vida, de cultura e de representação, mesmo quando nos colocamos diante dos desastres, dos fragmentos, das memórias atribuladas e conflituosas, do mal-estar ou da possibilidade de redenção” (FERREIRA, 2004, p. 73).

Metodologicamente, trata-se de uma abordagem qualitativa, apoiada na observação participante, no método de história oral e na etnometodologia, que contribuíram para o processo de coleta de dados. Em relação ao primeiro instrumento, conforme Malinowski (1961), permitiu-nos a compreensão histórica dos fatos, gerando processos de reflexão e conscientização sobre as vítimas de conflito armado no país. Por sua vez, o método de história oral, segundo Galeano (2004), promoveu nos participantes uma aproximação da sua realidade imediata, bem como do seu passado. Finalmente, e não menos importante, a etnometodologia que, de acordo com o sociólogo Garfienkel (2006), contribuiu para o entendimento das histórias de vida como representação de um fragmento de nossa realidade colombiana, levando em consideração que as vítimas, pertencentes a Asodestambo, têm em comum o fato de buscarem em El Tambo uma oportunidade para [re]construírem suas vidas, frisando um olhar íntimo sobre o conflito armado. Em outras palavras, são as suas feridas na alma e a força da “ave Fênix” para seguirem o[s] caminho[s] em pé. Eis seu corpo e a sua voz.

Em correlação, a pesquisa dividiu-se em duas fases: na primeira, buscou-se que as pessoas tivessem interesse em narrar sua história, disponibilidade de tempo e veracidade dos fatos, garantindo respeito e confidencialidade o tempo todo, este último elemento apelando à proteção das fontes na Colômbia. É relevante esclarecer que, os nomes das vozes foram alterados no artigo. Cabe ainda mencionar que, nessa primeira fase, embora se fizeram entrevistas profundas, a elaboração dos questionários, a transcrição das falas na íntegra e a triangulação das informações obtidas, verificando dados judiciais com acesso público nas instituições do Estado; certamente, foi mais um exercício de afundada escuta, sem julgamentos, e a cumplicidade de colocar-me na sua pele. Já, na segunda fase, fez-se oficina de reparação psicossocial que se chamou “reconciliando-me com meu passado”, pois a voz imersa em cada passado tem um ponto de referência na linha do tempo e é particular em cada história de vida. Assim, o presente artigo apresenta os resultados obtidos na pesquisa, a seguir.

Vítima: indo além dos números estatísticos do conflito armado

E as vozes tomaram-se corpos e as memórias juntaram vidas, é o que se começa a tecer além das estatísticas do conflito armado, e ao visar nas vítimas. Desse modo, de um lado, discute-se os resultados obtidos do processo de escuta na ótica sensível dos protagonistas sobre o conflito armado, além das medialidades na sociedade contemporânea colombiana. De outro lado, como as histórias de vida narradas e a oficina de reparação psicossocial “reconciliando-me com meu passado”, contribuem para uma memória histórica/humana em lugares de sofrimento.

Em virtude do processo de escuta, é importante reparar que falar sobre o conflito armado deve começar por vozes em primeira pessoa, já que nesse lugar de fala se cruzam vivências, sentimentos, realidades únicas e particulares. Assim sendo, não são as instituições do Estado, os documentários/filmes feitos ou as mídias que dão vozes aos nossos protagonistas - lutadores incessantes -, são eles mesmos que legitimam suas próprias experiências sobre guerras nas quais não pediram ser o alvo de ataque. Porém, as suas histórias em processos de remediação, acabam por ser complementares aos roteiros estabelecidos pelo outro. No fundo, porque naquela visão eurocêntrica do poder e exclusividade existe um jogo sobre quem fala e quem não, sendo importante [re]pensar “o espaço que é capaz de deslocar o conhecimento hegemônico desde uma perspectiva do subalterno” (MIGNOLO, 2000, p. IX-X, tradução minha).

Para exemplificar o caráter de relevância da voz protagonista, note-se a narrativa² feita pelo evento noticioso

2 Todas as narrativas indicadas no artigo se apresentam em Espanhol e fiéis na íntegra da transcrição - com exceção do evento



e da vítima ‘Carmen’, sobre o evento acontecido no dia 26 de abril de 2012, quando na comemoração do dia das crianças, *guerrilleros* estouraram uma bomba na sede do município:

[O jornal “El Tiempo” intitulou: Seis feridos em uma explosão em El Tambo (Cauca), as autoridades presumem que foi colocado por guerrilheiros].³ La detonación se presentó hacia las 11:00 de la mañana cerca de la plaza de toros, en la cabecera urbana del municipio, en el centro del departamento caucano, a media hora de Popayán. *Las esquiras causaron lesiones a tres militares y tres civile[s]*. Dos de ellos debieron ser remitidos a una casa de salud de la capital del Cauca. *Hubo daños en un carro. Es el segundo drama por explosivos en las últimas horas en esta región. El miércoles pasado dos personas salieron heridas y 40 casas resultaron averiadas por una carga que presuntamente fue puesta por las Farc* (El Tiempo, 2012, grifos meus).

Aquel 26 de abril, me inquieté mucho al pensar que si mi hija María no hubiera regresado a España días previos, su final habría sido otro, pues de ese cuarto sólo quedaron escombros y tierra. Eso fue un ¡Pluum!, y ¡agáchese mijo! [Pedro, su nieto]. Yo le rogaba a Dios Padre Todopoderoso que se llevara a pelear a los “leones” [Sexto Frente de las Farc] a la selva. Allí no le hacen daño a nadie. Nosotros nos agachamos muy cerca del piso y vimos como la tierra se levantaba, el vidrio de la entrada principal hizo ¡plash!, los bombillos se fundieron, la energía quedó bajita, y las esquiras volaban por todos lados. Luego, mi nieto salió ayudar a un soldado que se quedó sin su pierna derecha, se le veían los pedacitos de carne colgando de su cuerpo, llevaba su gorra, su celular y su granada sin detonar (‘Carmen’, 2020).

Em relação às duas narrativas, no primeiro caso, é passada para o leitor como qualquer outro acontecimento no cotidiano, esboçando cifras de feridos e grupos envolvidos, ou seja, o conflito armado a partir de números que dão o caráter de relevância da notícia, enquanto a segunda narrativa, permite ocupar esse espaço e tempo, já no passado, que é trazido com elementos de carne e osso: é o medo, a preocupação-proteção de nossos amados, o efeito de uma bomba na infraestrutura/pessoas; a riqueza na oralidade para dar vida/som às palavras [onomatopéia] e enxergar a hierarquia dos sujeitos envolvidos [as metáforas]: Deus - fé; “leões” - o grupo subversivo. Portanto, destaca-se as histórias de vida sem remediação, enxergando corpos falantes da história, ou seja, os próprios protagonistas da realidade vivenciada, “valorizando a oralidade dos personagens que é muito mais rica e direta que os conceitos teóricos” (LULLE et al., 1998, p. 104, tradução minha) sobre o conflito armado.

Portanto, nesse olhar sensível para o conflito armado leva em consideração que no deslocamento forçado não só fica a presença do ato violento em corpo e mente individual, mas coletivo, além de relembrar em nuances cinzas daquilo que se perdeu e a incerteza flutuante de acontecer de novo. Seja uma razão a mais, para ir traz novas oportunidades que exigem grandes esforços dos protagonistas para ser parte de um novo espaço social, político, cultural e educativo como na sua legitimação de seus direitos e voz, diante da crua realidade que não apaga a dor da perda e da tentativa de assassinato; a sensação de ficar no meio dos combatentes e o império do tráfico de drogas. Fica o desafio de olhar para morte, ainda com fé de dias melhores, de anseios e desejos, de uma família. Eis então, a grande necessidade de aprender a ver e ouvir tão humanamente quanto possível, pois o conflito armado não são só as fontes oficiais, os mortos e os assassinos que ocupam as primeiras páginas e telas, mas os sobreviventes, guerreiros cotidianos, com voz e corpo que ficam na luta e se juntam em um credo de esperança para a humanidade.

De forma complementar, a oficina de reparação psicossocial reforçou a trilha por uma memória histórica/humana acolhendo vozes e corpos de crianças, jovens, homens, mulheres e idosos, já que nesse espaço se geraram processos de identificação, luta e autoconhecimento que certamente misturou, episódios tristonhos, mas também lembrou de tudo aquilo que faz bem e tira fôlego, já que a referência de um passado comum através da oficina,

noticioso -, a fim de evitar processos de remediação na tradução, já que se busca esse olhar sensível, no qual acredito que o leitor ultrapassará as fronteiras de língua para a sua compreensão.

3 Evento noticioso disponível em: <<https://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-11668142>>. Acesso: 21 ago. 2020.



permitiu “construir sentimentos de autoestima e maior confiança tanto individual quanto no grupo” (JELIN, 2002, p. 10, tradução minha).

Além disso, “Reconciliando-me com meu passado” apoiou-se em brincadeiras, contos de histórias, trabalho coletivo, rodas, desenhos e um chá com bolo que fez os participantes se sentirem mais próximos. Em convergência surgiram três categorias que nutrem a memória histórica/humana: 1) antes e depois dos fatos de violência; 2) momentos felizes e, 3) a importância de uma casa e a família.

Portanto, verifica-se a relevância de enxergar a própria voz das vítimas, fornecendo uma memória histórica/humana que em lugares de sofrimento, também estimula processos de [auto]confiança, solidariedade e luta por escrever sua história no dia a dia, ainda que, em algumas circunstâncias, o sol parece ficar por trás das montanhas.

Possíveis conclusões

Conforme discutido ao longo do texto, [re]pensar o conflito armado na Colômbia além das midialidades e das estatísticas, tais como: números de deslocamentos forçados, assassinados e mortos no país, permite frisar nas vítimas não exclusivamente como as pessoas que perderam um espaço ou um ser amado, mas aprender a escutar a sua voz e corpo falante em novos lugares que se ressignificam e os laços afetivos que se constroem de dentro para fora, ou seja, tanto individual como coletivamente; em família e no Outro[s] em ato de representação e identificação, mas sempre legitimando a sua fala e a sua história de vida sem processos de remediação e sim, sob processos de escuta e de reparação psicossocial que permitem conviver com um passado-presente e o presente-futuro, através de um olhar sensível-visível sobre a guerra interna e a violência na sociedade colombiana, para além de ver nos lugares de sofrimento, um assunto alheio.

Em concordância, naqueles lugares de sofrimento [El Tambo, Cauca] através da voz própria das vítimas, também contribui-se para uma memória histórica/humana que não é alheia aos fatores que influenciaram e influenciam caminhos que entrelaçam um ‘cemitério emocional’ que o país tem sofrido, juntamente com outras memórias ao longo do país e no mundo: “Si mi hijo ya no tiene vida, quiero que mi vida valga la pena para encontrar a los de mis compañeras” [Vítima colombiana]; “La apuesta a futuro es lograr un memorial que recupere el nombre de las miles de personas muertas en esta guerra” [Vítima mexicana], porque como me falou o Gregorio na sua história de vida em El Tambo-Cauca: “Uno si habla y conversa con la gente, pero nadie sabe la herida que uno tiene”. Isto é, um grande esforço por alcançar um memorial que possa recuperar o nome dos milhares de pessoas mortas nesta guerra dos esquecidos.

A modo pessoal, memória[s] histórica[s]/humana[s] ainda que deixa[m] o coração batendo na garganta, empurra para uma direção de não rendermos como sociedade, porque o mais próximo de viver o conflito armado na própria pele, foi cada história de vida que revivi com aqueles guerreiros do cotidiano, também acredito que existe uma força sobre-humana que diz: - Não desista[mos]!

Referências

ACCIÓN SOCIAL. **Informe sobre las víctimas de conflicto armado**. Bogotá, Colombia, 2007.

CONFERENCIA EPISCOPAL; CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO. **Informe sobre las víctimas de conflicto armado**. Bogotá, Colombia, 2007.



DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Informe sociodemográfico de El Tambo**. Cauca, Colombia, 2020.

FERREIRA, J. Tantas memórias ou um difícil passeio pelos modos de pensar a memória. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas, Brasil, 2004. n. 13. p. 65-74.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, M. E. **Estrategias para investigación social cualitativa**: el giro de la mirada. Medellín: La Carreta Editores, 2004.

GARFINKEL, H. **Estudios en etnometodología**. Barcelona: Anthropos, 2006.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España Editores y Social Science Research Council, 2002.

LEY 1448 de 2011. **Ley de víctimas**. Por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones, 2011. Disponible em: <<https://www.unidadvictimas.gov.co/sites/default/files/documentosbiblioteca/ley-1448-de-2011.pdf>>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

LEY 1592 de 2012. **Ley de Justicia y Paz – Cejil**. La cual tiene por objeto facilitar los procesos de paz y la reincorporación individual o colectiva a la vida civil de miembros de grupos armados al margen de la ley, garantizando los derechos de las víctimas a la verdad, la justicia y la reparación, 2012. Disponible em: <https://www.cejil.org/sites/default/files/ley_975_de_2005_0.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

LULLE, T.; VARGAS, P.; ZAMUDIO, L. **Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales**. Barcelona: Anthropos y Bogotá: Centro de investigaciones sobre Dinámica social de la Universidad Externado de Colombia, 1998.

MALINOWSKI, B. **Argonauts of the Western Pacific**. New York: EP Dutton, 1961.

MIGNOLO, W. **Local histories/ Global designs**: coloniality, subaltern knowledges and border thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MOLANO, A. **Desterrados**: Crónicas del desarraigo. Bogotá: El Áncora editores, 2001.

OFICINA DE DERECHOS HUMANOS EN LA ONU. **Víctimas por desplazamiento en Colombia**, 2020. Disponible em: <<https://www.semana.com/nacion/articulo/cifras-de-victimas-y-mapa-de-masacres-recientes-en-colombia--noticias-del-dia/696426>>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

PEDREÑO, J. M. ¿Qué es la Memoria Histórica? **Pueblos, Revista de información y debate**. Madrid, 2012. n. 12 (II Época). p. 10-12.

PORTAFOLIO. **Las víctimas de conflicto armado en Colombia**, 2017. Disponible em: <<https://www.portafolio.co/economia/gobierno/el-numero-de-victimas-del-conflicto-armado-en-colombia-504833>>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

REGISTRO ÚNICO DE VÍCTIMAS. **Informe sobre las víctimas de conflicto armado**. Bogotá, Colombia, 2020.

REVISTA SEMANA. **Proyecto víctimas**, 2013. Disponible em: <<http://www.semana.com/Especiales/proyectovictimas/#cifras>>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.



CEMITÉRIOS COMO ESPAÇOS DE MEMÓRIA E O CASO DO CAMPO SANTO DOS IMIGRANTES

Bianca Mascarello Giotti

Universidade de Caxias do Sul

Introdução

A caracterização do patrimônio material como um mecanismo de proteção da memória é amplamente trabalhada na área da história. Dentre as bibliografias já publicadas, permanece a máxima de que os espaços caracterizados como patrimônios representam certa relevância àquela comunidade, seja no quesito cultural, histórico, religioso, entre outros. Nesse núcleo, vemos que a maioria das edificações incluídas nessa classificação de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) são construções domésticas ou institucionalizadas que hoje abrigam museus, casas de memória e arquivos. Com o viés teórico metodológico com influência da Escola de Annales, esse texto apresentará os espaços cimiteriais como espaços de memória, sendo exemplificado no município de Flores da Cunha/RS, no cemitério Campo Santo dos Imigrantes. A região da serra gaúcha é popularizada por imigrantes europeus no fim do século XVIII e início do século XIX e, com eles, chega também o catolicismo. A crença faz com que a prioridade das edificações sejam as de carácter religioso, como igrejas e cemitérios. Os espaços fúnebres se concretizam como espaços de lembranças aos entes lá enterrados e ao longo dos anos são preservados pelas comunidades locais. Foi devida à essa proteção, inicialmente afetiva e emocional, que hoje pode-se analisar outras visões dentro dos cemitérios.

O conceito de patrimônio

As diferentes formas de pensar história abrangem a ideia de patrimônio e de memória. Na obra de Halbwachs, ele explana sobre a memória coletiva vista “de dentro”, o que permite que o grupo “no momento que em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo” (p. 86). Ao discorrer sobre a Memória Coletiva e o Espaço (p. 131), o autor apresenta que “o lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa” (p. 133) e que não há memória coletiva sem estar inserida também em um espaço (p. 143). Esse espaço relacionado como lugar de memória está exposto no trabalho de Pierre Nora (1993). Ele afirma que esses locais são seu próprio referente, que se inserem na valorização social: “um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (Nora, 1993). E são justamente essas significações que fazem com que a ideia de patrimônio seja amplamente trabalhada nos estudos históricos. Funari e Pelegrini (2009) conceituam o patrimônio no contexto mundial, caracterizando sua origem latina na relação daquilo que pertence ao patriarca da família. As modificações dentro do conceito vão se desenvolvendo ao longo da história e desta forma os autores o caracterizam para a modernidade e destacam a ampliação da sua significação.

Gonçalves (2003) classifica o patrimônio como uma das palavras mais populares em nosso cotidiano e que pode ser distribuída no âmbito econômico, cultural e natural, apresentando as diferenças no patrimônio material e imaterial (p. 27). Ao tratar da significação do patrimônio, com conotação religiosa e espiritual, o autor explica que os objetos utilizados nas celebrações são valorizados não por seu valor material, mas sim pelo o que representa e no que essa representação contribuirá:



O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (2003, p. 31).

As noções de que estruturas físicas podem ser significadas e assim identificar grupos e comunidades sociais são recorrentes nos estudos de bens patrimoniais. Isso se dá principalmente pelas referências na preservação da história e memória dessas comunidades, que podem ser trabalhadas nas e delas distintas edificações, objetos ou costumes. A seguir, explanaremos sobre a patrimonização de um espaço não tão usual para esse fim: os cemitérios.

A origem dos espaços fúnebres e suas possíveis análises

A preocupação com o corpo após a morte remete ainda ao início do desenvolvimento da humanidade. De acordo com Otobelli e Vailatti (2007), há registros arqueológicos que comprovam o enterro de corpos já nos primórdios da raça humana, nos períodos que antecedem a escrita. Esse interesse se torna mais nítido nas sociedades antigas e clássicas através do uso das pirâmides, túmulos subterrâneos, catatumbas e ritos funenários, conforme explana Bellomo (2000). O cristianismo, com sua crença em vida após a morte, desenvolve o zelo com o corpo finado e por isso eram enterrados nas igrejas, conventos e capelas particulares. Otobelli e Vailatti (2007) explicam que essa prática perdurou até o século XVIII, quando o acúmulo de sepultados nesses locais e as questões sanitárias tornaram necessária a criação de um espaço específico para esse fim, os cemitérios. No Brasil, esse espaço próprio surge seguido da Independência de 1822, após ser proibido o sepultamento dentro das igrejas. De acordo com as autoras, é depois do aparecimento dos cemitérios que os ritos fúnebres ganham força, com inúmeras manifestações religiosas praticadas nos locais.

A mudança do local de enterro é contextualizada também por Castro (2008), que cita os ideais higienistas como influência em algumas práticas prejudiciais à saúde e assim uma nova forma de pensar nas cidades e no sepultamento, que deveriam ser em locais arejados e fora das igrejas. Timpanaro (2006) descreve a insatisfação da população nessa mudança, pois agora os falecidos não seriam lembrados cotidianamente, mas sim apenas por aqueles que procurassem o sepultamento (p. 43). Já citada, Castro (2008) relaciona ainda os preceitos da nova ordem econômica, a burguesia que, em ascensão nesse período, altera a paisagem urbana e hábitos comuns (p. 37). Daí inicia a chamada “geografia social da morte”, com distinção da classe econômica e social dentro das necrópoles. Nessa interpretação, Bellomo (2000) afirma que “a morte igualitária só existe no discurso, pois, na realidade, a morte acentua as diferenças sociais” (p. 15). Para ele, nos cemitérios são divididos economicamente, pois existe a área dos mais ricos, com grandes mausoléus, a área da classe média, que geralmente se caracterizam por túmulos menores e catatumbas na parede, e a parte destinada ao pobres e marginais.

O surgimento dos cemitérios também é identificado pelo caráter público desse espaço, destinado ao sepultamento de todos daquela região, mas feito de forma distinta, conforme já explanado. Ainda que comunitário, cada indivíduo ou familiar busca a singularidade e o contato com o divino. O uso de objetos que remetem a identidade se torna comum, como o uso de fotos, apelidos, brinquedos e os populares epitáfios (OTOBELLI, VAILATTI, 2007). A arte cemiterial também se enquadra nesse contexto, com a presença de cruzeiros e representação de santos católicos.

Na atualidade, os espaços fúnebres já estão consolidados na paisagem urbana, estando presente na grande maioria das cidades e comunidades rurais. A solidificação dos cemitérios está ligada à pura necessidade de enterro dos corpos, mas principalmente ao significado religioso que o sepultamento contempla. O catolicismo é predominante na região da serra gaúcha, muito relacionado ao movimento imigratório que povoou a área no século XIX. Conforme já citado, a crença na ressurreição engloba a doutrina católica e assim os cemitérios são mantidos



com zelo e cuidados pelos familiares e comunidade. Pelo caráter pessoal e emocional que o espaço contempla, ele acaba se tornando singular, carregado de imagens que remetem às crenças familiares e ao próprio sepultado. Assim, são diversas as observações que ali podem ser feitas.

À primeira vista, o cemitério pode apresentar simples função fúnebre religiosa, mas ao lançar um olhar mais atento ao espaço se nota inúmeras outras narrativas que podem ser analisadas. A forma como os túmulos são construídos, as imagens santas e as cruzes reproduzidas e principalmente a distinção presente nos mausoléus são fontes a serem estudadas. A obra de Bellomo (2000) apresenta algumas áreas principais de conhecimento que podem ser estudadas dentro desses espaços: a etnicidade, genealogia, preservação da memória familiar e da comunidade, crenças religiosas, ideologia política, gosto artístico, evolução econômica e posição da população em relação à morte (p. 18).

Ao olhar os nomes das famílias e suas fotografias, o autor afirma que se pode conhecer a formação étnica e a genealogia da região através de seus sobrenomes. As inscrições que ali são preservadas são fundamentais para a formação da identidade e permitem que se conheça a atuação das diversas gerações e o processo histórico. O estudo das crenças locais também pode ser realizado através de inscrições, símbolos, estátuas e pinturas. A cruz, símbolo mais recorrente nos cemitérios estudados por Bellomo (2000), também é o mais característico do Campo Santo dos Imigrantes, cemitério e objeto central desse estudo. Toda a estatuária presente pode ser analisada de acordo com seu significado e como expressão do gosto artístico dos envolvidos.

Ao observar esses itens, Dalmáz (2000) conceitua a “simbologia cemiterial”, que tem por objetivo transmitir e expressar os valores culturais. Cabe destaque as interpretações que as cruzes apresentam, por ser um símbolo representativo do cristianismo e o mais comum presente nos espaços santos, como capelas, igrejas, procissões e claro, cemitérios. Dalmáz (2000) atesta que ela representa um dos princípios mais fortes do cristianismo: a crença da morte e ressurreição de Cristo. Seu significado contempla a morte, a dor e sofrimento dessa morte, mas também indica a esperança da ressurreição: “é graças a isso, portanto, que a cruz também se torna símbolo da vida eterna” (p. 125).

Outra análise pertinente a se fazer dentro do espaço fúnebre é a questão social e econômica. Já foi visto que a morte igualitária não é verídica, com sua diferenciação desde os primeiros ritos até o local de próprio enterro. Bellomo (2000) cita que os túmulos maiores e melhor localizados dentro daquele espaço pertencem a elite local e as sepulturas mais humildes aos menos ricos. Essa última característica está presente nos cemitérios da cidade de Flores da Cunha, conforme será exposto a seguir.

Estudos nos cemitérios de Flores da Cunha – o caso do “Campo Santo dos Imigrantes”

Em Flores da Cunha/RS, foi em 2018 que o primeiro bem foi tombado como patrimônio municipal, sendo ele justamente um cemitério. O espaço, localizado no interior do município, foi construído pelos primeiros imigrantes italianos no fim do século XIX e se destaca pelo carinho que a comunidade, principalmente as famílias descendentes daqueles lá enterrados, mantém com o local. O Cemitério Campo Santo dos Imigrantes foi construído ainda no fim do século XIX e teria encerrado suas atividades fúnebres na década de 40, quando um outro espaço foi construído na comunidade para esse fim. Foi então que o local passou a receber cuidados das famílias vizinhas do terreno, principalmente a família Caldart, e, juntamente com o apoio da Associação Amigos do Museu Pedro Rossi de Flores da Cunha, foi classificado como patrimônio histórico e cultural do município

Foram preservadas no local 21 cruzes, confeccionadas de forma artesanal, com ferro genuíno e repleta de adornos, lembrando a arte gótica. São diversas as formas que esse símbolo pode ser representado, e cada um deles apresenta uma própria significação. Aqui, vale destacar a simbologia em torno dos modelos presentes no Cemitério Campo Santo. A cruz com haste transversal, mais comum ao representar esse ornamento, traz o significado, de acordo com Dalmáz (2000), da humanidade atraída por Cristo e sua caridade. Ao ser fixada diretamente no chão,



como é o caso do Campo Santo, significaria a fé fundamentada profundamente, além de remeter a esperança ao céu pelo seu direcionamento (p. 125).

Outra análise pertinente a se fazer dentro do espaço fúnebre é a questão social e econômica. O referido Campo Santo, por sua vez, representa a variedade social pela presença do espaço “não-sagrado”, o limbo; o espaço onde estariam enterrados os mortos da Revolução de XXIII, formado hoje com cruzes de ferro que os identificam, e o diferencial no túmulo de Domenico Caldart, o único confeccionado em pedra gres.

Ainda pode-se encontrar no Campo Santo dos Imigrantes um objeto de estudo da própria história do Rio Grande do Sul, principalmente no que tange a Revolução de 1923. Conforme entrevistas orais realizadas no ano de 2019, o confronto que percorreu o interior do estado na década de 20 teve batalhas travadas no interior de Flores da Cunha. A oralidade permitiu a divulgação do fato que 40 combatentes desse confronto, que eram maragatos, apoiadores de Assis Brasil, foram enterrados no Campo Santo. A memória coletiva dos entrevistados confirma que as lutas teriam ocorrido na comunidade vizinha, que se negou a enterrar esses corpos pois seus habitantes eram chimangos, apoiadores de Borges de Medeiros. Mesmo sem ter relação direto com os velados, a comunidade do travessão São Martinho insere cruzes de madeira para identificá-los. Após a deterioração pelos agentes do tempo elas acabaram se perderam e foram recolocadas por Plínio Mioranza e Domingos Caldart em meados de 2005, dessa vez confeccionadas em ferro, presentes até hoje. Cabe frisar que não há registros oficiais desse acontecimento, apenas a convicção dos familiares que presenciaram o fato, demonstrando na prática a formação da memória oral repassada pelas gerações.⁴

Considerações finais

A necessidade de enxergar a história em espaços não tão convencionais proporciona uma diferente leitura, principalmente quando se analisa necrópoles. Ainda ao buscar a contextualização dos conceitos de memória e patrimônio, compreendemos a importância de estar preservando espaços como o Campo Santo dos Imigrantes. Estritamente relacionado com a identificação cultural de uma comunidade, o pensar em patrimônio como meio de preservar a memória nos reafirma a necessidade de existir legislação vigente para que isso ocorra. Outro ponto que pôde ser destacado na função do patrimônio é a permanência daquilo que já não faz parte da sociedade atual, permitindo conhecimento e análise do que já existiu. Esse valor é mutável, conforme tempo, espaço e sociedade. No Campo Santo, vemos a significação do local muito relacionada com o enaltecer da imigração italiana presente na cultura regional. Sem dúvidas, o processo de identidade da comunidade São Martinho, e do município de Flores da Cunha, tem relação direta com a memória e história desses imigrantes. Já o olhar para o cemitério além da ótica relacionada à religiosidade permite conhecer diversos pontos da sociedade na qual ele está inserido: a memória da família e da comunidade, a etnicidade, ideologia política, diferenças econômicas e toda a simbologia utilizada. Ao conhecer essa diferente visão, pudemos compreender que o espaço da necrópole não tem somente a função religiosa, mas sim pode se tornar um campo de pesquisa no meio acadêmico, principalmente nas humanidades. Ao conhecer as histórias que cercam o Campo Santo compreendemos a necessidade de protegê-lo além da relação com a imigração italiana, mas também pelo seu vínculo com a Revolução de 23, contextualizando a história do Rio Grande do Sul. Dessa forma, a tomada de consciência da importância da preservação deve continuar sendo ensinada através de ações de educação patrimonial, que proporcionará ao Campo Santo a utilização como referência na identificação cultural e histórica regional.

4 As informações presentes nos últimos parágrafos foram obtidas através de entrevistas orais realizadas pela autora, em 2019, com a autorização prévia de todos os participantes para divulgação. Todas as entrevistas encontram-se em posse da autora e estão disponíveis para consulta mediante solicitação prévia.



Referências

- ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- BELLOMO, H. R. A Arte Funerária. In: BELLOMO, H. R. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CASTRO, E. T. Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008). **Dissertação** (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE, UFSC, Florianópolis/SC).
- DALMÁZ, M. Símbolos e seus significados na arte funerária cristã do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, H. R. **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade e ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000 CA.
- DREHER, M. N. Imigração e religião no Rio Grande do Sul do século XIX. In: GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. **Imigração e Cultura**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007, p. 191-204.
- FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio - Ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.
- KNACK, E. R. J. Reflexões acerca do conceito "Patrimônio". In: ZANOTTO, G.; MACHADO, I. P. (Orgs). **Momento Patrimônio**. Volume IV -Erechim/RS: Graffoluz, 2015.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1950.
- NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. São Paulo, 1993. **Revista Projeto História**. v. 10, dez. 1993.
- TIMPANARO, M. **A morte como memória: Imigrantes no Cemitério da Consolação e do Brás**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.
- SARETTA, C. M.; PAULETTI, C. S. Reflexos das Revoluções de 1893 e 1923 no distrito de Nova Trento. **Monografia** - Universidade de Caxias do Sul, 2001
- SILVEIRA, M. M. da. **Verso e Reverso: Igreja, Moral e Imigrantes**. Flores da Cunha: Coleção Talentos, 2016.
- SPULDARO, M. Uma relíquia construída pelos imigrantes. **Jornal O Florense**. Flores da Cunha, ano 29, n. 1366, 8 Mai. 2015. Caderno Especial, p. 9.
- VAILATTI, G. L.; OTOBELLI, D. **Benedictus: os cemitérios de Flores a Cunha: arte, história e ideologia**. Flores da Cunha: Seculum, 2007.
- ZANIN, F. Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - A atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado. **Dissertação** - UFRGS, 2006.



A CASA DA MORTE EM PETRÓPOLIS COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Jonatan da Silva Ribeiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

Criada como um centro clandestino de opressão política, a Casa da Morte foi um dos piores porões da ditadura, em que o ódio a violência contra os que não concordavam com as medidas e políticas da ditadura, conheceram o lado mais nefasto e sombrio do período.

Mesmo sendo declarada de utilidade pública e desapropriada, devido a intensa luta de movimentos sociais que surgem a partir do ano de 2010 a Casa da Morte ainda não foi transformada em um lugar de memória, em um patrimônio histórico para lembrar tal período conflituoso e de opressão, por conta da intervenção de seu atual morador, trazendo uma memória dividida conflituosa em seus aspectos. Esse trabalho inicial a desenvolver-se em uma pesquisa de dissertação de mestrado se propõe a expor o debate entre esses movimentos sociais que buscam a transformação da Casa da Morte em lugar de Memória e põem em jogo o pensamento dos interesses de um outro grupo que defende a não transformação em centro de memória, envolvendo uma série de narrativas e disputas pelas memórias em torno de um mesmo lugar. Fazendo uma reflexão da construção da Casa da Morte de Petrópolis enquanto lugar de Memória, identificando as memórias em disputa, demonstrando a relevância social da Casa da Morte para a memória coletiva nacional, bem como para a memória do município de Petrópolis. É fundamental abordar aqui a “Casa da Morte” como um lugar de memória, a fim de que posteriormente seja reconhecida como patrimônio histórico da memória social (GONDAR, 2008).

Contextualização teórica

Decorridos pouco mais de 30 anos desde o fim do regime de exceção, muitos acontecimentos permanecem desconhecidos. Ao mesmo tempo, se observa a existência de importantes lacunas nas articulações entre o passado e o presente no que tange ao legado da ditadura e a memória daqueles que a ela se opuseram ativamente.

No Brasil, a reconstituição factual e a reflexão crítica acerca da Ditadura Militar encontram-se ainda incompletas e permeadas por zonas de silêncio e interdições. O processo para o estabelecimento da democracia (década de 1980) deu-se através da imposição de um silêncio entre as elites civis e os militares, após terem a plena garantia de limitações quanto aos esclarecimentos sobre as décadas anteriores. Tal acordo teve como consequência: a contenção do esclarecimento dos crimes da ditadura e a construção incompleta das memórias sobre aquele momento. As transições políticas interferem diretamente na constituição da herança do regime político anterior, ao passo que esses momentos de transformação na relação Estado e sociedade espelham “atos fundacionais” nos quais entram em conflito novas e velhas leituras do passado (JELIN, 2002, p. 43-44).

A análise temática da memória permite reconhecer a existência do esquecimento, dos silêncios e dos não-ditos. O esquecimento pode resultar de uma opção individual ou coletiva de restringir certas lembranças ao essencial. A memória é seletiva, o esquecimento deve ser uma opção, principalmente no que diz respeito a experiências traumáticas. O ato de lembrar é fundamental como mecanismo que permite a socialização da memória entre os membros do coletivo específico (PADRÓS, 2010).



A memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que existe a necessidade de criar arquivos, a memória pendura-se em lugares. (POLLAK, 1989; NORA, 1993).

A memória opera a partir de um processo seletivo e pode se tornar uma arma política para as vítimas de guerras e genocídios, em que o esquecimento estabeleceu sua hegemonia. A memória individual revela apenas a complexidade das interações sociais vivenciadas por cada um. Halbwachs mostra que a memória individual não pode ser distanciada das memórias coletivas, a memória é constituída por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo (ARAÚJO; SANTOS, 2007).

A sociedade tem por missão propiciar a sobrevivência da memória e os processos de patrimonialização são definidos como defesas de um conjunto de bens que passa a ser considerado como o patrimônio cultural da nação. A patrimonialização é o processo que leva a eleição de certos bens como patrimônios culturais, tornando-os bens visíveis e de reconhecimento público, que deve antes passar por um processo de decisões políticas, estratégias sociais e práticas culturais, passando a ser de propriedade de uma nação (ABREU, 2003). No caso do Brasil, o Estado, na figura de seus especialistas e burocratas é que define o que pode se tornar oficialmente patrimônio, com a participação e questionamento da sociedade, sendo uma prática cultural que implica em um processo de identificação e atribuição de valor.

Contribuindo para as reflexões deste trabalho, podemos citar Halbwachs (2004), pois este desenvolveu a categoria de memória coletiva, que tem por definição uma representação coletiva de grupos sociais, com a finalidade de mantê-los coesos e unidos. Nesse sentido, as memórias individuais somente fariam sentido dentro de quadros sociais de memória mais amplos. Essa memória coletiva, porém, só poderia ser apreendida e reproduzida mediante as práticas sociais dos grupos, ou seja, empiricamente. Assim, a preservação da memória dos grupos sociais é reivindicada como o fundamento da preservação dos próprios grupos sociais. Sem a preservação e valorização da memória coletiva, a identidade dos grupos e sua coesão interna estariam ameaçadas.

O patrimônio cultural tem uma origem ligada aos monumentos históricos e outra parte associada a cultura material, representado fortemente pelas coleções. A valorização dos monumentos históricos quanto a da cultura material está ligada a uma relação de distanciamento com o passado, que passa a ser conceituado como algo ameaçado de extinção (CHUVA; TEIXEIRA; LEAL, 2013).

O Decreto-Lei 25/1937, que organizou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dispõe que a União manterá, para a conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, tantos quantos museus forem necessários, devendo providenciar no sentido de favorecer as instituições de museus estaduais e municipais (Capítulo V – disposições gerais; artigo 24).

O papel essencial do museu é, em relação ao patrimônio cultural, de acordo com o Icom (1956), o de proteger os bens móveis incluídos em seu acervo. O decreto do Ibram reafirma o papel dos museus na guarda e proteção dos seus acervos de bens móveis. Os documentos, reunidos em arquivos são a materialização da memória de povos, sociedades e Estados. Nesse sentido, o documento não é apenas uma fonte de informação, mas também um suporte de memória, ou seja, é a base material na qual se registra a memória (LE GOFF, 1990). Não foi apenas o passado que precisou ser conservado, através de documentos escritos, o próprio presente precisava fundar sua legitimidade nesses documentos (BELLOTO, 2006).

Com a memória se entrelaça o processo de construção das identidades dos grupos sociais e, por conseguinte, dos sujeitos. Respeitar o direito dos indivíduos de se lembrar do seu passado é uma maneira de assegurar a preservação e o fortalecimento de suas identidades culturais, constituindo sua subjetividade (SANTOS, 2007). O acesso aos arquivos



auxilia para o processo de construção da história, na medida em que permite que os cidadãos tenham conhecimento integral das informações neles contidos, que podem servir para esclarecer, ampliar e aprofundar as lembranças dos indivíduos. Somente ampliando esse acesso, fica possível a construção de um conhecimento histórico-crítico possível e qualificado capaz de proporcionar maior respeito pelas memórias coletivas de uma sociedade (NORA, 1993).

Metodologia

Cellard (2008, p. 296, apud ALMEIDA; GUINDANI; SÁ-SILVA, 2009, p. 7) mostra que ao privilegiar uma abordagem mais ampla de documento, a Escola de Annales, uma das linhas teóricas da História, estende para além do texto dos arquivos oficiais, a noção de documento. Desta forma, segundo o autor anteriormente citado, o conceito de documento passa a ser: “tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’” (CELLARD, 2008, p. 296). E mais: “pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc.” (p. 297).

Os dados coletados na imprensa municipal produzidos tanto pelos movimentos sociais como pelo proprietário do imóvel Renato Noronha, o Relatório da Comissão Municipal da Verdade, como documento oficial de Estado, o acervo de um dos principais movimentos sociais o (CPL), as reportagens da imprensa televisavam como fontes testemunhais (FERRO, 1993), foram imprescindíveis para a elaboração desse trabalho.

Oliveira (2007, p. 69, apud ALMEIDA; GUINDANI; SÁ-SILVA, 2009, p. 6) faz uma importante distinção entre pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Para essa autora a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científicos tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Como característica diferenciadora ela pontua que é um tipo de “estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica” (p. 69). Argumenta que a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é proporcionar aos pesquisadores o contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo: “o mais importante para quem faz opção pela pesquisa bibliográfica é ter a certeza de que as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico” (p. 69). Ela se posiciona sobre a pesquisa documental: “a documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação” (p. 69).

Resultados

Esforços por parte do Governo Federal (2015) foram realizados a fim de esclarecer os fatos que violaram os Direitos Humanos no país durante a Ditadura Militar. Por meio do Decreto 893, de 11 de dezembro de 2015 (Diário Oficial do Município nº 4847 de 12/12/2015) é instaurada a Comissão Municipal da Verdade em Petrópolis, composta pela sociedade civil, com o objetivo de transparecer as atrocidades contra os Direitos Humanos ocorridas na cidade, entre os anos de 1964-1985.

A “Casa da Morte”, localizada na Rua Arthur Barbosa, número 120, Caxambu, na cidade de Petrópolis, funcionava como um ativo centro clandestino de repressão coordenado pelo CIE (Centro de Informações do Exército) no início dos anos de 1970. O imóvel foi cedido pelo empresário alemão Mário Lodders, era um espaço afastado das demais localidades e sem moradores ao redor, tornando-se um ambiente propício às sessões de tortura. Considerada como um dos piores porões de tortura da Ditadura Militar ficou também conhecida como a Casa dos Horrores e Codão, pois era quase impossível sair vivo do local, com exceção de Inês Etienne Romeu, a militante sobrevivente que relatou as violações que ali passou.

A partir de 1980, a casa passou a pertencer a Renato Firmento de Noronha, que ainda vive no local, mas um decreto foi constituído declarando o imóvel como de utilidade pública para fins de desapropriação. Em 2013, a prefeitura de Petrópolis reeditou o decreto de desapropriação do imóvel ampliando o objeto do documento anterior para abrigar o imóvel vizinho à “Casa da Morte”, que está localizado no número 200, pois fazia parte do mesmo lote.

Movimentos sociais de Petrópolis em 2014, propuseram ao poder legislativo municipal a criação de uma instituição responsável por investigar os acontecimentos envolvendo a Ditadura Militar na cidade, tal proposta ocorreu durante a atuação da Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012 e no quadro estadual em 2013. No dia 31 de março para o primeiro de abril de 2014 acontece a primeira vigília em frente a “Casa da Morte”, organizada pelo Partido dos Trabalhadores de Petrópolis, inaugurando a “Semana da Verdade e Justiça”, tal evento teve repercussão midiática nacional. Coletivos de Direitos Humanos e outros movimentos da cidade como o Comitê Petrópolis em Luta (CPL) e a União da Juventude Socialista (UJS), iniciaram um debate sobre a criação de uma Comissão da Verdade no município. Sua aprovação se deu no dia 23 de julho, criando-se a Lei Municipal nº7.207, em que os objetivos formais eram a investigação dos acontecimentos que envolviam a Ditadura Militar e a cidade, bem como a divulgação parcial e final dos resultados dentro de um mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois se necessário (RCMVP, 2018, p. 18), sendo tal evento uma das primeiras tentativas de construção de lugar de memória da “Casa da Morte”.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH) em 2010, através de uma abaixo-assinado obteve mais de 2.000 assinaturas e realizou várias atividades de diálogo na cidade. Em 2011 o Comitê Petrópolis em Luta (CPL), coletivo posteriormente incorporado ao Movimento 9 de Junho, ingressou na campanha pela desapropriação da “Casa da Morte”, iniciada pelo CDDH, coletando mais de 500 assinaturas, nesse período outro grupo formado por jovens politicamente ativos, em Petrópolis, a Juventude do Partido dos Trabalhadores, também se alinhou ao movimento, no dia 21 de agosto de 2012 um primeiro avanço na construção da “Casa da Morte” enquanto lugar de memória da resistência, fora a decretação do imóvel como de utilidade pública.

Em 2017, outro grupo de trabalho para a desapropriação da “Casa da Morte”, formado pelo Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis, Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade do Rio de Janeiro e o apoio do Ministério Público em Petrópolis avaliou ser impossível, naquele momento tentar renovar a desapropriação do imóvel, dado o esgotamento do prazo de cinco anos.

Para o ex-proprietário Renato Noronha, a atitude de transformar a casa em museu foi desrespeitosa. O engenheiro aposentado pela Petrobrás e filho de um ex-oficial da Marinha afirma em entrevista, cedida a mídia local, estar angustiado com a situação do imóvel e que comprou a casa sem a menor ideia de seu passado tenebroso, diz não haver provas contundentes de que funcionava ali, um centro clandestino de torturas. A família Noronha mudou-se do Rio de Janeiro para Petrópolis em 1978, quando a mulher de Renato, a arquiteta Lilian Pitta, conseguiu emprego na prefeitura da cidade. Desde que chegaram à casa algumas modificações foram realizadas na estrutura da construção. “Tem sentido construir um memorial num lugar que já foi tão descaracterizado?”, intervém o segundo filho do engenheiro, o economista Luís Eduardo. “O que vão fazer? Pendurar um pau de arara na sala para mostrar como era a coisa?”

Cruzando os relatos de parte a parte, é complexo compreender tal paradoxo impregnado nas paredes de um mesmo lugar. O quarto de onde o filho do senhor Noronha, ainda garoto, admirava a serra ao acordar foi onde Inês, como prisioneira política, sofreu por 40 dias, as consequências do atropelamento ocorrido durante a sua captura, até estar em condições de ser torturada. Na cozinha, era obrigada a ficar nua e preparar a comida de seus algozes, que serviria também a inesquecível lasanha que Renato preparava para os filhos e sobrinhos aos domingos. O quarto, que hoje acolhe a simpática empregada do engenheiro, é o mesmo onde os militares aplicavam choques elétricos e pentacol sódico, o soro da verdade nos interrogatórios da guerrilheira (Comissão Nacional da Verdade 2014).



Noronha afirma em entrevista, prestada a imprensa local, que enquanto houver recursos jurídicos a seu favor não abrirá mão de morar no imóvel. Assim temos uma memória dividida⁵ e conflituosa, complexa em seus desdobramentos. Carregada de relações sociais locais, de história, de memórias, de significado público, de sentimentos privados, indo muito além de seu aspecto arquitetônico, a “Casa da Morte” e sua memória, consiste em um objeto para a reflexão e construção do conhecimento histórico com diversificadas características e fatos sociais.

De forte expressão para a memória coletiva (HALBWACHS, 1968) municipal e também para a política nacional, a “Casa da Morte” em Petrópolis merece um cuidado especial, sua memória deve ser preservada, com fins de reparação as vítimas que ali sofreram os horrores da repressão. É pertinente que o imóvel seja transformado em um espaço que rememore a trágica política de repressão e autoritarismo estatal no período do regime militar.

Defende-se que esse espaço, anteriormente usado pelo aparelho repressivo de forma clandestina, deva ser transformado em Patrimônio Histórico e nele armazenados objetos, fotos, documentos, depoimentos, vídeos, gravações, estudos, bem como um memorial dos denominados subversivos que ali sofreram violências do Estado, para contribuir com a consolidação da democracia no país. Deverá ser aberto à visitação pública: pesquisadores interessados no tema, historiadores, estudantes, entre outros.

É muito importante que as fontes utilizadas nas pesquisas e investigações realizadas pela CNV estejam presentes na “Casa da Morte”, devendo se tornar um local em que “lembrar para não esquecer” seja uma práxis. Para que isso ocorra, torna-se necessário um trabalho historiográfico reconstruindo a memória e relacionando a necessidade de memória e patrimonialização histórica do local.

Com relação a transformar a “Casa da Morte” em patrimônio histórico,⁶ a este se inclui a noção do termo como um bem valioso a ser transmitido às futuras gerações. O significado de um monumento histórico passa a ser o de testemunha da história com a qual se identifica. O monumento histórico marca uma relação de distanciamento com a tradição e com a memória, sua relação com o passado é o saber.

O advento das tecnologias faz a memória viva perder cada vez mais a sua importância, em um mundo onde a escrita tem suprimido as tradições orais, em que o ato de lembrar depende intensamente de matérias que auxiliem a rememorar o passado. Os livros, os museus, os arquivos, as bibliotecas e mais recentemente os computadores e mídias informatizadas diminuíram cada vez mais a necessidade do exercício da memória.

Considerações Finais

A memória em Pierre Nora está viva, sempre em evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento. A História seria uma representação do passado. Existe uma dimensão simbólica do lugar de memória, de acordo com o autor (NORA, 1993).

Como informado anteriormente tal trabalho está em andamento, e é possível concluir a existência de memórias em disputa em torno de um mesmo objeto, fazendo-se necessário dentro desse contexto a utilização de uma teoria aprofundada dentro dos estudos da memória relacionando seus respectivos sujeitos em torno da experiência.

A memória é um direito do cidadão, como ação de todos os sujeitos sociais e não como produção oficial da

5 PORTELLI, A. O massacre de Civitella val de Chianna. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996

6 Para este trabalho utilizamos a noção de patrimônio cultural definida pela Constituição de 1988, que em seu artigo 216 estabelece que “[...] constituem os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos da sociedade brasileira [...]” e que responsabiliza o Poder Público, em conjunto com a colaboração da comunidade, pela promoção e proteção do “[...] patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988).



História. É fundamental levar em conta o papel dos movimentos sociais na luta em prol de seus direitos, bem como sua cidadania. A cidadania patrimonial está diretamente relacionada a noção social weberiana, sendo possível a percepção de grandes atuações de grupos sociais e étnicos quando interagem com as políticas patrimoniais. (FILHO, 2015).

Referências

- ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.; SÁ-SILVA, J. R. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. ano. 1, n. 1, 2009.
- ARAÚJO, M. P. N.; SANTOS, M. S. História, Memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 79, p. 95-11, Dezembro, 2007.
- BELLOTO, H. L. **Arquivos Permanentes**. Tratamento do documental. RJ: FGV, 2006.
- BICUDO, H. 2006. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. (Ed.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CNV – Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: Presidência da República. 2014.
- CHUVA, M. “Intelectuais e Estado: disputas em torno da noção de patrimônio nacional”. **Anais**. Museu Histórico Nacional. v. 37, 2005, p. 41-51.
- DODEBEL, V; FARIAS, F.R; GONDAR, J. Por que Memória Social? **Revista Morpheus**. Edição Especial, v. 9, n. 15, p. 7-318, 2016.
- FERRO, M. **Cinema e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FILHO, M. F. L. Cidadania Patrimonial. **Revista Antropológicas**. p. 134-155, 2015.
- GONDAR, J. O. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus** (UNIRIO. Online), v. 13, p. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4815>>. Acesso em: 14.09.2019.
- GUIMARÃES, M. S. “História, memória e patrimônio”. In: OLIVEIRA, A. J. B. (Org.). **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, **Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação**, 2008, p. 17-40.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- JELIN, E. 2002. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI. LE GOFF, J. 1994. **História e memória**. 3. ed., Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- NORA, P. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, 1993.
- OLIVEIRA, M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- PADRÓS, E.; Et all. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul 1964 - 1985: História e Memória. Conexão repressiva e Operação Condor**. v. 3. 2º ed. Ver. e Ampl. Porto Alegre: Corag, 2010.
- POLLAK, M. A gestão do indizível; WebMosaica, **Revista do Instituto Judaico Marc Chagall**, v. 2, n. 1, p. 9-49, 2010.
- POLLAK, M. “Memória, Esquecimento e Silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.



LÍBANO EM CHAMAS: A FALÊNCIA DA PÉROLA DO ORIENTE MÉDIO

Bruno Roque Younes

Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP-EC

Introdução

O Oriente Médio⁷ sempre foi um local considerado um barril de pólvora por várias nações, desde os primórdios de sua história vários povos se estabeleceram ali pós-processo de sedentarização e começaram a disputar por territórios e criar assim suas nações. Não é de hoje que percebemos que este local sempre será de disputas entre as grandes potências. A quantidade de matéria-prima que se encontra neste local chama a atenção das grandes empresas, e a principal é o petróleo.

Durante o processo da Primavera Árabe, o Líbano acabou sendo uma exceção neste cenário. Em 2005 tivemos o assassinato do ex-primeiro-ministro Hafik Hariri que levou o país a mergulhar em uma grande crise não somente política, mas também social e principalmente econômica, que resultou na chamada Revolução dos Cedros,⁸ que levou a retirada após de 29 anos das tropas da Síria do território libanês. Tais acontecimentos fez com que o país fosse dividido em dois grandes grupos partidários: de um lado a liderança comandada pelos xiitas que é representado pelo Grupo Terrorista Hezbollah e o outro pelo filho do ex-primeiro-ministro Hafik Hariri, Saad Hariri, que mais tarde acabou sendo nomeado como Primeiro Ministro do país. Após a saída das tropas da Síria do Líbano, o país se desligou da tutela de Damasco (capital da Síria), assim, podemos afirmar que a Primavera Árabe passou bem longe do Líbano.

Mesmo não passando pelas revoltas populares nas mesmas proporções como os países da Tunísia, Síria e Egito, o Líbano nos últimos anos tem se arrastado em crises econômicas e de representação nos últimos anos. Atualmente, o país tem tido problemas internos sobre as vagas no Parlamento e no Executivo, pois como é um país considerado sectarista, onde a religião tem grande participação principalmente nas questões políticas, isso tem resultado em uma fragilidade desde a última guerra civil na década de 1990.

Contudo, este quadro vem se agravando desde 2019 quando o país mergulhou em uma grande crise econômica por causa dos escândalos de corrupção, o caos humanitário na sua vizinha Síria (com o governo de Bashar al-Assad) e principalmente, o desemprego que tem aumentado gradativamente, segundo dados da CEIC Leading Indicator, o Líbano possui uma taxa de desemprego em 11,35% desde 2018, e vem aumentando progressivamente.

Nesse contexto, a pérola do Oriente Médio tem tentado reascender a sua luz por diversos momentos, onde a própria população tem feito movimentos sociais reivindicando novas eleições para o Parlamento e principalmente, que fossem destituídos do poder os governantes corruptos e sectaristas. Por mais que estas multidões possam estar nas ruas pedindo por mudanças, poucas possuem lideranças fortes que possam levá-las ao principal objetivo, que é a derrubada do governo. Nos últimos meses, percebe-se que vários grupos armados ligados a questões religiosas e inclusive a do próprio governo tentaram, de forma violenta retirá-los das ruas, mas sem grande sucesso.

7 “Formado por quinze países e uma Autoridade Nacional Palestina, sendo eles: Turquia, Síria, Líbano, Israel, Palestina, Egito, Jordânia, Arábia Saudita, Iêmen, Omã Emirados Árabes Unidos, Bahrain, Catar, Kuwait, Iraque e Irã”. Conf. Zahreddine, D.; Lasmar, J.M.; Teixeira, R.C. 2011. *O Oriente Médio*. Curitiba: Editora Juruá.

8 A Revolução dos Cedros ocorreu logo após a morte do ex-premiê Rafik Hariri em 2005 que foram manifestações da população libanesa, onde acusavam Israel de terem feito tal atentado, estas manifestações tiveram como resultado a saída do exército sírio no dia 27 de abril deste mesmo ano. Conf. MEIHY, Murilo. *Os Libaneses*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.



Este quadro teve uma piora considerável após o momento em que o mundo inteiro foi acometido pela pandemia da Covid-19, e o Líbano, mais uma vez acabou sendo atingido, e por último, no dia 4 de agosto de 2020, os olhos do mundo se voltaram para a grande explosão que ocorreu em um armazém que fica no principal porto de Beirute, onde aflorou mais ainda a revolta da população, demonstrando dessa forma que o governo não havia criado nenhum tipo de proteção neste armazém. Este local é considerado o principal ponto da economia do país pois é ali que ocorre as principais transações de importações e exportações, assim, este trabalho se desdobrará, utilizando memórias e fatos da guerra civil de 1975-1990 que resultou na atual conjuntura do país.

A Guerra Civil no Líbano 1975-1990

A Guerra Civil que ocorreu no Líbano entre os anos de 1975-1990 ainda possui resultados alarmantes para a sociedade, pois há ainda famílias que acabaram saindo de seu país e tiveram que se refugiar em outros, em busca recomeçar suas vidas já quem em seu país esta opção já não era mais possível.

Esta guerra civil que ocorreu no país é resultado de uma política que não obteve sucesso onde tentaram dividir os poderes entre os principais grupos confessionais que existem no país, no entanto, esta tentativa acabou resultando em um governo sectarista, onde tivemos 3 grupos presentes no poder: os cristãos maronitas, os drusos e os muçulmanos (O'BALLANCE, 1998, p. 53).

Não se sabe realmente se o Líbano estava pronto para ter uma guerra naquele exato momento, para falar a verdade nenhum país está pronto para ter uma guerra, pois havia uma crise na gestão do governo, onde, personagens externos passaram a serem os primeiros protagonistas do conflito, como a Síria e a Arábia Saudita.

Em 1976, houve a instalação da “linha vermelha” entre a Síria e Israel, dividindo assim o norte do Líbano entre essas duas nações, mas, o Líbano não aceitou tal ação. A mediação das negociações foi conduzida pelos Estados Unidos, e assegurava a credibilidade necessária ao acordo para a opinião pública internacional. Esse cenário foi formado pela eleição de um novo presidente com aval sírio, com o objetivo de conter uma crise interna (MEIHY, 2016, p. 97).

Neste cenário foi criado então o mais poderoso e permanente grupo terrorista do país – o Hezbollah, com o apoio iraniano. Ele foi ganhando espaço onde o Estado libanês não conseguia atuar, pois a população aceitou a simpatia do grupo pela força da eficiência, onde as forças armadas atuaram em rede de escolas, hospitais e órgãos que foram atingidos diretamente pelo conflito.

Uma das principais características da guerra civil do Líbano foi a participação externa de vários outros países, um deles, a Síria, onde este possui muitos interesses, tanto econômicos como estratégicos, estudos demonstram que a Síria interferiu de forma indireta na guerra:

A Síria, é verdade, negou-se oficialmente a atender aos apelos de Joumblatt para se unir aos muçulmanos na luta contra o que ele chamou de “longa mão de Israel”, isto é seus inimigos da Falange. Mas sabe-se que guerrilheiros ligados a Saiqa, organização palestina dominada pelo governo sírio, ocuparam várias aldeias ao redor de Beirute (VEJA, 1975, p. 30).

A primeira ação datada pelo grupo Hezbollah foi em 22 de outubro de 1983, quando um caminhão repleto de explosivos explodiu e atingiu a Embaixada dos Estados Unidos em Beirute, matando cerca de 200 soldados. A partir deste momento, o Líbano se tornou um campo minado aberto, onde ocorriam várias tentativas de disputas para influenciar a maior parcela do território.



A cortina de fumaça chamada de paz

Na primeira tentativa de negociação de paz pós-guerra civil libanesa, os governantes do país tentaram criar um projeto que iria recriar a história do Líbano a partir da formação de uma nova política do país, para que assim pudessem formular uma nova identidade para o Líbano, já que a recém guerra havia deixado não somente destruições físicas, mas principalmente, havia arrancado da população libanesa sua identidade.

Para o historiador Murilo (2016), essa tentativa de reescrever a história do Líbano foi feita desde o momento em que o país conseguiu a sua independência da França em 1943 até o término da guerra em 1990. A partir disso, foi criado um acordo com todas as milícias que deveriam se desarmar, a ideia era reconstruir um país onde a população pudesse andar pelas ruas sem medo de uma guerra ou que algum atentado ocorresse.

Nesse mesmo período, o Hezbollah não deixou de ganhar força, no entanto, um novo personagem surgia em meio ao Conselho de Ministros, Rafiq Hariri se fortaleceu como uma nova liderança sunita.

Em 2005, ocorreu uma nova sublevação no Líbano, esta ficou conhecida como a Revolução dos Cedros, onde, confirmou a saída dos sírios do território libanês. Mas outro acontecimento tomou as ruas do país, um atentado em 14 de fevereiro deste mesmo ano, uma bomba com grande quantidade explosiva estourou em uma das áreas mais nobres de Beirute. O número de mortos chegou a 21, e entre eles estava o premiê Rafik Hariri. Este acontecimento colocou novamente o Líbano nos noticiários, levando a Síria e o Irã a dizerem que os israelenses eram culpados pelo atentado.

Durante os últimos 10 anos, a estabilidade política e econômica tão necessária ao Líbano ainda é um sonho a ser conquistado. Depois de 15 anos do assassinato de Rafik Hariri o Líbano ainda tenta se reerguer, mas isso não é uma tarefa tão simples quanto muitos pensam. O ano de 2020 não tem sido fácil para os libaneses, pois desde 2018 o país tem passado por uma grave crise do governo, acusado de corrupção.

A crise do Líbano hoje

No último dia 4 de agosto, a cidade de Beirute foi assolada pela explosão que até agora se contabilizou com mais de 135 mortos e 5000 feridos, além dos 300 mil desabrigados. Esta explosão comprometeu o funcionamento do porto de Beirute, principal economia do país, onde se tinha a entrada de insumos hospitalares e suprimentos na capital.

Como agravamento dessa situação, o país já estava enfrentando uma crise interna. Esta explosão ocasionou um prejuízo enorme. Além disso tudo, os hospitais já sofriam com a superlotação ocasionada pela covid-19, e agora há grandes dificuldades de ajudar essas pessoas.

Atualmente o país possui tensões em relação as suas fronteiras com Israel e o aumento da quantidade de sírios refugiados. Cerca de 1/3 da população libanesa vive abaixo da linha de pobreza, resultado de 25% de desemprego e por último a queda do valor da moeda de 80%.

Essa situação foi agravada desde 2019, quando o governo do ex-primeiro ministro Saad Hariri (filho de Rafik) quis criar tributos sobre vários serviços, principalmente na rede de telefonia. Já em 2020, tivemos uma nova eleição para primeiro-ministro, Hassan Diab eleito no meio do caos tentou melhorar a infraestrutura do governo, no entanto, até agora não obteve grande êxito.

Durante as manifestações sociais sempre há um lugar específico que ocorre tais movimentos, por exemplo, no caso da Primavera Árabe que ocorreu no Egito, a praça Tahrir foi o local onde a população se reuniu e pedia a saída do ex-presidente Hosni Mubarak, dessa forma, esta praça se tornou o principal local memorável nestas manifestações. No Líbano, o local onde a população se reunia para lutar contra as tropas do governo foi a *Praça dos Martyrs* ou também conhecida como Praça dos Mártires, este local ficou na memória da população libanesa, pois se



tornou o símbolo da Guerra Civil Libanesa (1975-1990), e novamente, o povo se reúne neste local com o intuito de reviver este sentimento nacionalista e reconstruir o país através dos ideais de seus antepassados.

Considerações finais

Há muito tempo se busca paz na região do Oriente Médio, no entanto, a globalização tem se colocado no caminho. Se observar realmente o que está acontecendo nessa parte do mundo não há muita esperança, pois há uma grande tensão entre os povos que ali se encontram, desde árabes cristãos, muçulmanos e judeus que, infelizmente não conseguem chegar a um acordo. Essa situação ainda manterá o Oriente Médio como um lugar de grande instabilidade que concomitante influenciará o mundo inteiro.

Durante várias sessões da ONU (Organizações das Nações Unidas) tem se discutido que a única solução para tais movimentos é que se acredita que uma pressão de fora será a única resposta para acabar com o violento impasse na região. Outra solução seria que ambos grupos que se encontram nesta localização negociem uma solução honesta para ambos lados.

No caso do Líbano, percebe-se que há um certo movimento em que a própria população tem pedido ajuda para outras nações, mas que esta ajuda chegue direto onde realmente precisa e não nas mãos do governo corrupto, sectarista e negligente. Após a explosão, vimos o presidente Macron da França ir até o local para ouvir e tentar alinhar juntamente com outras autoridades um movimento pelo Líbano, até o Brasil que é o país que mais recebeu imigrantes libaneses na história está atuando como intercessor na pessoa do ex-presidente Michel Temer, nomeado pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que após uma reunião com vários líderes que pautaram o que deveria ser feito para ajudar o Líbano neste momento tão delicado e importante para a economia, política e sociedade.

Por fim, este cenário pode significar que uma grande mudança interna no país estar para acontecer, pois a população libanesa com grande representatividade de jovens entre 18 a 30 anos estão se esforçando para derrubar o governo logo após vários ministros se demitirem. A reflexão que podemos aqui ter é que, será que a Primavera Árabe que demorou tanto chegar neste pequeno país do Oriente Médio pode ter finalmente achada sua razão para fazer com que a pérola do Oriente volte novamente a brilhar?

Referências

BHABHA, H. K. Como o novo entra no mundo: o espaço pós-moderno, os tempos pós-coloniais e as provocações da tradução cultural. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, cap. 11, p. 293-325.

BRANCOLI, F. "Racismo, revoltas e pandemia no Líbano". **Horizontes ao Sul**, 6 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/07/03/RACISMO-REVOLTAS-E-PANDEMIA-NO-LIBANO>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp. cap. 7, p. 283-350.

CEIC Leading Indicator. **Líbano taxa de desemprego**. Disponível em: <<https://www.ceicdata.com/pt/indicator/lebanon/unemployment-rate>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

HOBSBAWAM, E. Rumo ao novo milênio. **A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. cap. 19, p. 537-562.



- HOUAISS A. V. M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- JOHNSON, M. **All honourable men: the social origins of war in Lebanon**. Londres: The Centre for Lebanese Studies, Oxford em associação com I.B. Tauris & Co Ltd., 2001.
- LEITÃO, M. A fraternidade entre Brasil e Líbano **Revista Veja**, 6 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/a-fraternidade-entre-brasil-e-libano/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2020.
- MEIHY, M. **Os Libaneses**. São Paulo: Editora Contexto, 2016
- O'BALLANCE, E. **Lebanon Civil war (1975 - 1992)**. Nova York: Palgrave, 1998.
- PRESTON, M. **Ending civil war: Rhodesia and Lebanon in perspective**. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2004.
- REVISTA VEJA, **Edição 374**, 5 de novembro de 1975, p. 30.
- SALIBI, K. S. **A House of many mansions**. The History of Lebanon Reconsidered. Londres e Nova York: I.B. Tauris, 2005.
- SANZ, J. C. Sete Anos de frustração desde a eclosão da Primavera Árabe, **El País**, 16 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/16/internacional/1513454978_043457.html>. Acesso em: 13 de outubro de 2020.
- SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- YOUNES, B. R. Líbano em chamas: a falência da pérola do Oriente Médio. **Brasil de Fato RS**, 6 de agosto de 2020 Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/08/06/artigo-libano-em-chamas-a-falencia-da-perola-do-oriente-medio?fbclid=IwAR2n_ja4QeVTBLhqtK2dV9EzXOiExvg4gS6roCwowXi9FSczVqN695aZkeQ>. Acesso em: 13 de outubro de 2020.
- ZAHREDDINE, D.; LASMAR, J. M.; TEIXEIRA, R. C. 2011. **O Oriente Médio**. Curitiba: Editora Juruá.
- ZISSER, E. **Lebanon: the challenge of independence**. Londres e Nova York: I.B. Tauris & Co ltda, 2000.



DIREITOS HUMANOS, MEMÓRIAS GLOBAIS E O MUSEU PARA O ICOM

*Letícia Borges Nedel**Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes**Renata Cardozo Padilha***Universidade Federal de Santa Catarina****Introdução**

Um traço marcante da história do tempo presente é o interesse fecundo de seus praticantes pelos fenômenos de transmissão cultural. O foco investigativo sobre o contemporâneo e a atenção direcionada aos usos políticos do passado convergem para a centralidade adquirida pelo tema da memória política nessa linha historiográfica, a qual contempla uma forma de exercício profissional muitas vezes identificada com a história pública. É bem verdade que historiadores e historiadoras, quaisquer que sejam seus alinhamentos teórico-metodológicos, sempre tomam parte das histórias que escrevem, já que estas são tributárias de uma conjuntura de memória em que a própria narrativa produzida por eles procura intervir. Não obstante, o caráter aberto dos fenômenos sob escrutínio é um componente que faz da análise de processos recentes algo não *'sem riscos nem sem efeito'*, para usar as palavras de Henry Rousso (2016, p. 47). Sendo a memória, ela mesma, um problema contemporâneo, no contexto das transformações que afetam nossas relações com o tempo e o vivido, o vínculo (político) da história do tempo presente com o testemunho passa pela concorrência ou colaboração, em todo caso por uma relação necessária com práticas disseminadas de gestão pública do passado. Ao serem confrontados com a legitimidade de outros mediadores situados em uma rede cada vez mais vasta e diversificada de atores e espaços em que se formulam e negociam os enquadramentos narrativos da experiência dos grupos, os profissionais que investigam essas interconexões na atualidade exercem sua profissão na condição comum à dos contemporâneos. Fazem história em circunstâncias que não escolhem nem podem prever.

Se esse princípio de indeterminação atravessa os substratos ontológico e epistemológico da História, alcança com tanto mais propriedade os avatares heurísticos da Museologia, área que mantém com as formas sociais de rememoração uma relação orgânica e sempre atual. Nesse campo, o advento das redes sociais como canais de transmissão simultânea e inscrição de memórias em uma esfera pública global ampliou extraordinariamente o repertório, por si já bastante diversificado, de práticas que estão na base do saber constituído sobre museus. Longe de ser governadas pelas teorias museológicas, elas incitam os profissionais da área à permanente revisão de seus princípios éticos e de seu arcabouço teórico. A começar pelo conceito basilar de museu, submetido a revisões periódicas pelo ICOM desde os anos imediatamente seguintes à criação do órgão, em 1946, e que em 2019 deveria ter chegado à sua sétima revisão consensual.⁹

Neste artigo interrogamos os limites dessas normatizações, levantando alguns condicionantes históricos para o impasse instalado a respeito do conceito de museu na 25ª Conferência Geral do ICOM em Quioto, em 2019. Partindo de uma retomada dos parâmetros teórico-interpretativos das museologias “crítica” (LIZANA, 2007; NAVARRO, TSAGARAKI, 2009), “tática” (BUNTINX, KARP, 2006; PADIGLIONE, 2013) e “pós-crítica” (DEWDNEY, DIBOSA, WALSH, 2013), identificamos no debate museológico contemporâneo ecos de transformações mais abrangentes, que reconfiguram o modo como as sociedades lidam com o passado, em especial com as histórias respectivas de violência política.

9 Fundado em 1946, o ICOM é uma organização composta por 40 mil membros, congregando profissionais e gestores de museus de 140 países de todos os continentes. A decisão do Comitê Executivo, de proceder a nova revisão do conceito foi tomada em dezembro de 2018, visando “desenvolver uma definição alternativa que fosse mais relevante e apropriada aos museus do século 21[...]” (SANDAHL, 2019, p. 3).



De acordo com Navarro e Tsagaraki (2009, p. 51) é “La museología crítica surge de la crisis constante del concepto de museo como espacio de interacción entre el público y una colección, y como consecuencia de una política cultural”. Ao mesmo tempo que critica, passa a ser questionada pela Museologia pós-crítica que busca refletir sobre a defasagem da Museologia crítica, entre teoria e prática, uma vez que não ressaltam maneiras de realizar as ações do campo diferentes do habitual pensamento colonial. Honorato afirma que (2019, p. 95), “Há nessa ‘crítica’ da crítica, portanto, não uma tentativa de se afastar do pensamento sobre o presente, mas sim uma objeção ao pensamento que apenas se sustenta teoricamente”.

Ressaltamos que é sobre os efeitos dolorosos que esses passados exercem no presente que um imperativo imprescritível de memória busca atuar enquanto medida reparadora. No contexto em que a memória, ela mesma, se movimenta no interior da cultura dos países democráticos e adquire outros sentidos que não só o de celebrar, os direitos humanos ganham centralidade do debate sobre museus, levando à ruptura de consensos históricos a respeito do que lhes é constitutivo.

A este deslocamento finalístico articulam-se as possibilidades conceitualmente inclusivas abertas pelo ativismo museológico em meio digital. Neste domínio os usos contestatórios da memória legitimada pela categoria museu se disseminam por meio de uma práxis tecnológica tornada (e confirmada pela pandemia de Covid 19) a regra - e não a exceção - no mundo atual dos museus (CASTELLS, 2001, p. 8). Tal como as “museologias táticas”, as performances museais virtuais se articulam em rede, deixando-se guiar menos pelos aspectos formais da museologia do que pelos processos evocativos, instrumentais e críticos (BUNTIX, KARP, 2006, p. 208) do museu. Ambos se beneficiam do capital simbólico acumulado por ele, ao tempo em que servia às utopias de modernidade, para imprimir-lhe uma direção combativa, pautada por novos e divergentes conteúdo. Com seus efeitos desconstrutivos, essas apropriações táticas intervêm sobre o campo e os conceitos da Museologia, pressionando por uma mudança de ênfase na definição estatutária dos museus. Estes passam de instituições de preservação, estudo e divulgação de coleções referenciais para a memória dos grupos a mediadores críticos da memória pública em escala planetária.

Situado no entroncamento de diferentes demandas, o museu já não pode, de fato, ser descrito como um lugar de conhecimento onde se preservam, estudam e comunicam coleções, como se a coleção remetesse a uma forma unívoca de agrupamento de signos e artefatos, linguísticos uns, materiais outros, posicionados em uma escala de valores universal. Em uma perspectiva processual, eles emergiram de trocas materiais e simbólicas realizadas quase sempre em condições assimétricas, entre atores, práticas e saberes variados. Dadas as condições desiguais e coercitivas em que tais encontros - coloniais - ocorreram, a própria ideia de reciprocidade teve que ser posta em perspectiva (CLIFFORD, 1999). Essa é uma das razões pelas quais, contemporaneamente, os museus aparecem menos como repositório de tesouros culturais e artísticos de valor inquestionável do que “zonas de contato e conflito” (CLIFFORD, 1999) travados em torno de narrativas, identidades e direitos.

Entre as décadas de 1980 e 2000 foram muitos os investimentos intelectuais e acadêmicos de diferentes áreas, mas prioritariamente da Museologia, da Antropologia e da História da Arte, que contribuíram para alargar os limites do olhar crítico dirigido ao objeto “museu”. Embora esses estudos críticos venham sendo acusados (por outros estudos autodesignados “pós-críticos”) de oferecer aos profissionais de uma área já cindida entre teoria e prática ruminações teóricas como “prescrição para a transformação progressista do mundo” (DEWEY, DIBOSA, WALSH, 2013, p. 222), eles serviram, quando mais não fosse, para revelar a natureza problemática das concepções de cultura mobilizadas no processo de reaproximação interventiva e reflexiva das humanidades com os museus. Daí emergiu o debate, hoje consolidado, sobre as formas de tratamento museográfico de objetos representativos de culturas não ocidentais e as demandas internas e internacionais de repatriação e restituição de bens culturais às comunidades de origem (MESSAGE, 2013; FERRACUTI, 2008).

Conflito, crítica, direitos, igualdade, dignidade, justiça são palavras centrais ao conceito de museu proposto pela CMDPP (*Committee for the Museum Definition, Prospects and Potentials*) à Assembléia Geral do ICOM em 2019:



Os museus são lugares democratizantes, inclusivos e polifônicos, dedicados ao diálogo crítico sobre passados e futuros. Reconhecendo e abordando os conflitos e desafios do presente, são depositários de artefatos e espécies a serviço da sociedade. Salvaguardam memórias diversas para as gerações futuras e garantem a igualdade de direitos e de acesso ao patrimônio para todos os povos. Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes, trabalham em colaboração ativa com e por comunidades diversas, a fim de coletar, preservar, estudar, interpretar, expor e melhorar as compreensões do mundo, no sentido de contribuir à dignidade humana e à justiça social, à igualdade mundial e ao bem-estar planetário.

A definição de 2007 era substantivamente mais curta e mais branda. Dizia que “O museu é uma instituição permanente e sem fins lucrativos a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu contexto para fins de educação, estudo e deleite” (ICOM, 2016).

Na comparação entre ambas fica evidente a diferença de escalas de atuação do museu. Na proposta da CMDPP, que acabou rejeitada por ampla parcela dos afiliados, salvaguardar memórias e lutar por direitos são objetivos que apelam aos macro-contextos da “*dignidade humana*”, “*igualdade mundial*” e do “*bem-estar planetário*”. Ao “deslocar o centro de gravidade dos museus”, da preservação e transmissão de narrativas performadas por coleções referenciais para a identidade dos grupos em direção à “defesa dos direitos humanos em seu conjunto”, o conceito proposto teria, segundo alguns membros daquela organização, tomado o museu pelo que ele não é - um “lugar polivalente” -, além de despir-lhe qualquer especificidade em relação a outros espaços de militância identitária (ICOM, 2020, p. 9). Sem considerar os problemas relativos a uma certa diplomacia dos museus, visando à superação das conjunturas políticas e estruturas legais de países que mantêm uma relação tensa, quando não autoritária, com o passado, o processo revisionista atingia cláusulas estatutárias e regimentais do ICOM, pois que o conceito de museu é a base legal do recrutamento de profissionais e acadêmicos pela organização. Além disso, a generalidade do conceito foi entendida, sobretudo pelos representantes de museus da França, como uma forma de descartar uma unidade arduamente conquistada entre os profissionais de museus, juntamente com os parâmetros empregados na atualização do conceito por sucessivas revisões (em 1946, 1951, 1961, 1974, 1998, 2007).

No entanto, mesmo que a definição proposta pela comissão encarregada pelo Conselho de Administração do ICOM tenha inovado o vocabulário sem incorporar todos os tópicos das formulações anteriores, ela procurou abraçar, na revisão de 2019, questões que já vinham sendo tema de reflexão na comunidade museológica internacional há anos, como a inclusão cultural e abertura dos museus às causas societárias, a incorporação da extensão imaterial e natural dos patrimônios, a sustentabilidade e mesmo paz e os direitos humanos. A respeito destes últimos, parece ter se consolidado, no presente, a convicção de que não haverá paz nos museus enquanto a luta por direitos não universalizar suas conquistas.

Essa transformação na função social dos museus e na maneira como são percebidos pelos públicos se entrelaça aos elementos novos de historicidade advindos de processos subsequentes às experiências de destruição em massa e deslocamento forçado ao longo do século XX. Funda-se aqui “uma nova relação com o passado marcada por uma obrigação política e moral” (ROUSSO, 2016, p. 218) e, como resposta ao desafio de reconstruir uma memória coletiva global, capaz de abarcar esse e outros tantos passados difíceis, “o aparecimento das primeiras políticas públicas de memória em larga escala”. (ROUSSO, p. 219, 2013). Enquanto estas teriam derivado dos processos de desnazificação na Europa ocidental, o movimento seguinte traria uma alternância de protagonismo nos discursos e narrativas sobre as tragédias da história política. A figura do herói, preponderante no imediato pós-guerra, cede lugar à vítima de guerra, tendo contribuído para isso a produção da filosofia crítica da Escola de Frankfurt na década de 1960 e o estímulo à rejeição da juventude europeia por uma geração de descendentes de deportados. Mais recentemente, Daniel Levy e Natan Sznajder (2006) citaram a evolução de uma memória cosmopolita que cria uma “*memória imperativa*”, transnacional e transcultural, moldando a forma como indivíduos e grupos relembram.



Inequivocamente, o lugar atribuído à memória na cultura dos países ocidentais deslocou-se do registro das comemorações nacionais para o direito à dignidade humana. No contexto das políticas de memória imprescritibilidade dos crimes de lesa humanidade não só afeta o modo com que os historiadores/mediadores culturais/museólogos e a sociedade encaram a vivência pregressa de violência política, mas alcança outro tipo de experiência, mais multifacetada e mais abrangente, que se descortinou depois das catástrofes mundiais: a experiência do tempo. Se antes a tradição colocava-se como garantia da marcha para o progresso, agora o passado não se localiza mais atrás de nós, mas à frente, como um desafio a superar, um problema a resolver, uma falta a reparar. Segundo Rousso (2013, p. 270), este novo regime de historicidade imerso em uma cultura de valorização da memória, desenvolve-se lado a lado com a emergência de um novo espaço público global que contribui para mudar nossa visão da História.

Uma espécie de repto fundamental se impõe à vista de quem, no presente, olha para o futuro dos museus. Como impedir que nele se repitam os erros do passado, quando serviram a projetos coloniais e totalitários? As tendências emergentes na Museologia dos anos 2000 corroboram essa preocupação, atribuindo maior centralidade à questão dos direitos humanos na área. Mas isso não se faz sem cisões, dado que, fora dos muros da organização, a plasticidade da categoria museu continua servindo para ampliar o sentido das práticas museológicas, de forma que a própria Museologia, enquanto área de conhecimento, é levada a posicionar-se como contraponto no interior de um olhar contemporâneo sobre a memória dos grupos.

Considerações finais

À medida que a memória se desloca do registro da celebração para o universo dos direitos civis, a musealidade acompanha esse movimento e se consolida como um recurso eficaz no exercício dos deveres para com a memória. Assim, quanto maior a pertinência social dos museus nas iniciativas de reparação do Estado e da sociedade para com as vítimas da história, maiores as dificuldades que se interpõem à definição normativa e jurídica de seus atributos. O ingresso do ativismo museológico no universo das redes, com a proliferação de museus, memoriais e outras práticas de base rememorativa nessa plataforma, não só contesta a legitimidade das definições normativas deliberadas em comitês onde se definem as normas profissionais da Museologia como atesta os limites concretos daquelas formulações. Para além das definições abstratas, importa ressaltar o vínculo significativo dos semióforos com o desejo de memória e a luta pelo reconhecimento de direitos e heranças. Aqui reside a operosidade contemporânea dos patrimônios, situados em uma escala geopolítica de dimensões globais, bem como o crescimento em importância de causas que extravasam fronteiras nacionais, como a luta pela igualdade racial, de gênero e pela preservação ambiental. Porém, se concordarmos com as formulações de Jan Assmann (2010, p. 123) - entre elas, a de que *“embora possamos falar de uma ordem global ou de globalização, não é possível existir uma identidade global”*, dado que não existe uma alteridade planetária equivalente - a memória global defendida por esse museu do futuro é uma *“noção paradoxal”*.

O caso analisado neste trabalho pode servir como demonstração empírica do pressuposto de Koselleck (1992), para quem os conceitos detêm a dupla função de indicadores linguísticos de uma realidade extra-linguística e fatores de transformação dessa mesma realidade. A análise pretendeu demonstrar que a natureza polissêmica e mutável do conceito de “museu” é coextensiva à natureza performativa das práticas de representação das quais se origina. No limite, os usos sociais de categorias instituidoras como “museu”, “acervo” e “coleção”, levam-nos a retomar, como fez Koselleck, a consideração de Nietzsche em Genealogia da Moral, segundo a qual *“Só é passível de definição o que não tem história”*. (NIETZSCHE, Apud KOSELLECK, 2006, p. 109). Esta falta não se aplicaria, por certo, aos museus.



Referências

- ASSMANN, J. "Globalization, Universalism, and the Erosion of Cultural Memory". In: ASSMANN, A.; CONRAD, S. (editors) *Memory in Global Age. Discourses, Practices and Trajectories*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, p. 121-137.
- BUNTIX, G.; KARP, I. "Tactical Museologies". In: KARP, I.; KRATZ, C. A.; SZWAJA, L. YBARRA-FRAUSTO, T. *Museum Frictions*. Public Cultures, Global Transformations. Durham and London, Duke University Press, 2006.
- CASTELLS, M. "Museus na era da informação: conectores culturais de tempo e espaço". Brasília, MUSAS - *Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 5, p. 8-21, 2011.
- CLIFFORD, J. "Los Museos como Zonas de Contacto". In: *Itinerários Transculturales*. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 233-270.
- DEWDNEY, A. DIBOSA, D. WALSH, A. V. *Post-critical Museology*. Theory and Practice in the Art Museum. New York: Routledge, 2013.
- FERRACUTI, S. 'Attriti museali': dalle zone di contatto alle friction globali. *Antropologia Museale*, n. 19, p. 27-32, 2008.
- HONORATO, C. A museologia pós-crítica segundo os Tate Encounters. *Mouseion*, n. 33, p. 93-107, 2019.
- ICOM. Museum Definition; Creating a new museum definition – the backbone of ICOM. Accessed September 30, 2019. Retrieved from <<https://icom.museum/en/activities/standards-guidelines/museum-definition/>>.
- ICOM. INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - PORTUGAL. 2016. Não paginado. Acesso em: 12 fev. de 2016.
- ICOM FRANCE, COMITÉ NATIONAL FRANÇAIS DE L'ICOM. De Quelle Définition les musées ont-ils besoin? *Actes de la Journée des Comités de l'ICOM*. Paris, mars 2020. Disponível em: <https://www.icom-musees.fr/sites/default/files/2020-06/Dequelledéfinitionlesmuséesontilsbesoin_numerique.pdf>. Acesso em: 20/09/2020.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.
- LIZANA, M. R. ¿De la Crítica Museológica a la Museología crítica o cómo evaluar los grandes eventos mediático-culturales? In: BALLANO, B. S. J. (coord.) *Patrimonio cultural y medios de comunicación*. Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico - Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, p. 47-55.
- MESSAGE, K. *Museum and Social Activism*. Engaged Protest. N. York, London: Routledge, 2013.
- NAVARRO, O.; TSAGARKI, C. Museos en la crisis: una visión desde la museología crítica. *Museos.es Revista de la Subdirección General de Museos Estatales*, n. 5-6, p. 50-57, 2009.
- ROUSSO, H. *A Última Catástrofe*. A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.
- ROUSSO, H. Rumo à uma Globalização da Memória. *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 1, jan/abr. p. 265-279, 2014.
- SANDAHL, J. The Museum Definition as the Backbone of ICOM. *Museum Internacional*. v. 71, n. 1-2, 2019.
- SODARO, A. *Exhibiting Atrocity*. Memorial Museums and the Politics of Past Violence. London: Rutgers University Press, 2018.



PELA MEMORIALIZAÇÃO DA CASA DA MORTE E DA VIOLÊNCIA POLÍTICA

*Caroline Murta Lemos***Universidade Federal de Minas Gerais****Introdução**

Durante muitos anos no nosso país prevaleceu uma política de “esquecimento”, de “silenciamento” e de “manipulação” dos fatos ocorridos na ditadura civil-militar (BRITO, 2017). Segundo Lemos & Zarankin (no prelo), essa política de “esquecimento” é consequência do que Bauer (2015) chama de “ideologia da reconciliação”. Essa política teve início com a promulgação da Lei da Anistia (lei 6.683/79) que responsabilizou, de forma equiparada, tanto o Estado quanto os militantes pelos atos de violência política cometidos na época, estimulando uma reconciliação entre as partes e, com isso, o silêncio e o esquecimento (BAUER, 2015), e perdurou por todos os governos democráticos, que buscaram o consenso por meio de suas ações políticas, silenciando pessoas, fatos e lugares (FERRAZ, CAMPOS, 2018). Como Vieira & Neves (2015) colocam muito bem, a ideia de que a Lei da Anistia pudesse ser um ponto final, no qual toda história simplesmente seria esquecida, intensificou o trauma e dificultou a sua superação o que, por outro lado, resultou na perda de vestígios autoritários no período democrático, como a atuação violenta das forças policiais.

É por causa dessa política de “reconciliação” e “silenciamento” que a quantidade de lugares de memória da ditadura oficialmente reconhecidos no nosso país, de acordo com Lemos (2016), é ínfima. Os lugares de memória, segundo Nora (1993), são espaços que têm a potencialidade de transmitir, por meio de sua materialidade, memórias de acontecimentos que não são mais reconhecidos pela sociedade ou pelos grupos sociais a eles envolvidos como parte do seu passado. Sendo assim, os lugares de memória da ditadura seriam memórias materiais (monumentos, memoriais etc.) das experiências traumáticas ligadas a esse regime que o discurso histórico oficial buscou silenciar e distorcer. Mas quais são os lugares de memória da ditadura brasileira?

Além de alguns poucos monumentos construídos no país que homenageiam mortos e desaparecidos políticos, o único centro de memória da ditadura existente no Brasil foi criado em 2009, o Memorial da Resistência de São Paulo, sediado no antigo DOPS/SP, que foi tombado como patrimônio histórico em 1999 (LEMOS, 2016). Em 2015, foi montado um grupo de trabalho, pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), com o objetivo de desenvolver um estudo do ex-CCD Casa Azul para subsidiar seu tombamento, mas até o momento as pesquisas não foram finalizadas. A Ilha das Pedras Brancas (Ilha do Presídio - RS), que abrigou um presídio que funcionou durante a ditadura, foi tombada em 2014, mas não se tornou um memorial. Por outro lado, o DOI-CODI/SP e o edifício das Auditorias Militares de São Paulo também foram tombados, respectivamente em 2014 e 2002, visto que existe um planejamento para se tornarem centros de memória. De forma semelhante, o DOPS/MG, tombado em 2016, irá se tornar o “Memorial de Direitos Humanos”. Entretanto, se considerarmos que a Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014) levantou mais de 230 locais onde ocorreram violações de direitos humanos no país, vemos que estamos lidando com casos pontuais de preservação e memorialização desses lugares.

Neste contexto, o tombamento da Casa da Morte, ex-centro clandestino de detenção (ex-CCD) da ditadura, que funcionou em Petrópolis de 1971 a 1973 e que, segundo a CNV (2014), chegou a ser por algum tempo o principal centro destinatário de operações clandestinas no Brasil, teria sido uma conquista de suma importância no reconhecimento e preservação dos lugares de memória deste regime. Acontece que neste ano seu tombamento, realizado pelo Conselho Municipal de Tombamento Histórico Cultural e Artístico (CMTHCA) com o Decreto nº 610, em 13 de dezembro de 2018, foi anulado pelo Tribunal de Justiça do estado este ano devido à uma ação movida pelos proprietários do imóvel. Este trabalho tem como objetivo discutir a importância do tombamento da Casa da Morte e demonstrar



que as materialidades destes locais podem funcionar como testemunhos das histórias ligadas à repressão política do Terrorismo de Estado ditatorial, dando visibilidade a essas narrativas que por muito tempo foram silenciadas.

Sobre a Casa da Morte e a importância da visibilização de sua história

Os centros clandestinos de detenção (CCDs) da ditadura civil-militar, como a Casa da Morte, foram órgãos repressivos estatais secretos que torturavam, exterminavam e/ou transformavam presos políticos em agentes infiltrados do regime. Esses órgãos foram utilizados principalmente a partir da década de 70, em uma tentativa do Estado de manter uma aparência de legalidade enquanto aumentava sua política repressora por meio dos desaparecimentos forçados (CNV, 2014, 2014b, 2014c). E como eles foram criados justamente para dificultar a identificação dos agentes que atuavam nesses locais e dos presos políticos capturados (CNV, 2014), pouco se sabe sobre o funcionamento desses aparelhos (TELES, 2011). De fato, o levantamento realizado pela CNV sobre esses órgãos estatais e suas vítimas foi um passo importante para o início da modificação deste contexto de desconhecimento (ver CNV, 2014, 2014b). Entretanto, as histórias destes locais e dos presos políticos que por eles passaram ainda não foram pesquisadas de forma aprofundada e não foram suficientemente divulgadas para a população em geral.

Em relação à Casa da Morte, boa parte do que se sabe sobre seus agentes e sobre o que aconteceu com alguns dos presos políticos que foram levados para lá, se deve à denúncia que Inês Etienne Romeu, a única presa política que saiu viva deste CCD, fez ao Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil (OAB) ainda em 1979 (CMV, 2018; CNV, 2014). Nessa denúncia, Inês relata as experiências pelas quais passou quando foi capturada e levada ao DEOPS/SP, em 5 de maio de 1971, e quando permaneceu na Casa da Morte, de 8 de maio de 1971 até 11 de agosto do mesmo ano (OAB, 1980). Além da denúncia de Inês, depoimentos de agentes da repressão cedidos em entrevistas, nas audiências da CNV e escritos em livros, também oferecem subsídios importantes para entender o que aconteceu ali dentro: como as declarações do agente do CIE Paulo Malhães,¹⁰ do militar e médico Amílcar Lobo¹¹ e do sargento Marival Chaves Dias do Canto¹² (CMV, 2018).

Até o momento, sabe-se que a Casa da Morte, CCD montado em uma casa cedida por um empresário na cidade de Petrópolis, foi coordenada e mantida pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e pelo Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna do Rio de Janeiro (DOI-CODI/RJ) (CMV, 2018; CNV, 2014). Embora tenha servido como apoio ao DOI-CODI/RJ, recebendo o codinome de “Codão”, prisioneiros de vários estados foram enviados para lá, fazendo desse CCD um dos principais do país (CNV, 2014). O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) e o DOI-CODI/SP, por exemplo, mandavam presos para a Casa da Morte esporadicamente (GODOY, 2015).

Sabe-se também que pelo menos 7 pessoas (ainda desaparecidas) foram assassinadas neste local (CEV-Rio, 2015; CNV, 2014). Entretanto, é importante ressaltar que o número de assassinatos que ocorreram na Casa da Morte deve ser muito maior do que esse aqui apresentado, levando em conta que, para Canto (2014), mais de 100 pessoas morreram nesse CCD e que, segundo o Antônio de Lima (“Camarão”),¹³ tiveram períodos nos quais eram mandados presos para lá diariamente (CMV, 2018). Malhães, por outro lado, comenta que nesse CCD eram mantidos, em média, de 4 a 6 presos (MALHÃES, 2014). Por meio desses números apresentados, por mais que estejam incorretos,

10 Malhães foi chefe de uma das equipes que atuaram nesse centro (CNV, 2014c) e foi um de seus idealizadores (CEV-Rio, 2015).

11 Lobo prestava assistência médica no DOI-CODI/RJ e na Casa da Morte, ajudando a reanimar presos e estabelecendo se eles tinham condições de continuarem a ser torturados (CNV, 2014).

12 Canto serviu como um analista do DOI-CODI/SP na década de 70 e do CIE na década de 80, manuseando, produzindo e estudando diversos documentos ligados à repressão política e, em suas declarações à CNV, ofereceu informações sobre vários CCDs (ver CNV, 2014).

13 O “Camarão” era o caseiro da Casa da Morte, mas também participava das torturas dos presos políticos.

dá para constatar que, com certeza, na Casa da Morte houve mais casos de vítimas fatais do que a Comissão Nacional da Verdade conseguiu levantar por meio de relatos e documentações e que ali foi, sem dúvida, um centro de tortura e extermínio. Inês, por exemplo, só saiu viva de lá porque fingiu aceitar trabalhar como infiltrada (OAB, 1980).

Percebe-se então que o compartilhamento da história da Casa da Morte é essencial, pois, por meio disso, é possível fazer com que mais pessoas tenham conhecimento sobre o papel que os CCDs desempenharam no aparato repressivo da ditadura e à violência política a eles atrelados, dando maior visibilidade a discussões como Terrorismo de Estado, direitos humanos, estado democrático de direito e etc. E uma das melhores formas de fazer com essas narrativas sejam compartilhadas e fortalecidas é, sem dúvidas, desenvolver estudos sobre estes locais e suas materialidades e transformá-los em centros de memória.

As materialidades como testemunhos da violência política

Se for considerado que a memória é inseparável das coisas que nos rodeiam (ZARANKIN, SALERNO, 2012), que ela é construída por meio dos lugares e dos objetos (MALPAS, 2012), desempenhando um papel crucial em processos de lembrança e de esquecimento, então a preservação da materialidade dos órgãos repressivos da ditadura, como as instalações dos ex-CCDs, pode ser vista como algo crucial. De acordo com Gastaldi (2014), as materialidades ligadas aos regimes ditatoriais podem se tornar símbolos materiais importantes que dão visibilidade para aquilo que se pretendeu manter oculto e ausente.

Por exemplo, os ex-CCDs ESMA, Olimpo e Club Atlético, localizados na cidade de Buenos Aires e que foram declarados como sítios históricos, acabaram se tornando, na atualidade, sinônimos das atrocidades cometidas pelo regime ditatorial do país (ZARANKIN, SALERNO, 2012). Talvez isso se deva ao fato de que, segundo Zarankin & Salerno (2012), a visita às instalações destes antigos órgãos repressivos tem a capacidade de gerar sensações e emoções que aproximam as pessoas das experiências de encarceramento, tortura e extermínio vivenciadas nestes locais, ou seja, que aproximam os visitantes das histórias daqueles que experimentaram a repressão política.

No Chile, vários ex-CCDs também já foram transformados em sítios de memória, como o Parque por la Paz Villa Grimaldi (onde funcionou o ex-CCD Cuartel Terranova), o Londres nº38, o Nido 20 e o ex-CCD y Clínica Santa Lucía (GUTIÉRREZ, 2018). Para Guglielmucci & López (2019), que analisaram a experiência da memorialização de ex-CCDs nesses dois países, esses lugares:

(...) refuncionalizados nos interpelan desde una materialidad que parece resistirse al tiempo y a las acciones de los perpetradores para borrar las huellas de crímenes masivos. En este sentido, su materialidad es entendida y manipulada como una poderosa herramienta para traer el pasado al presente y actualizar las demandas de verdad y justicia (ibidem, p. 76).

Conclui-se então, por meio das experiências chilenas e argentinas, que a construção de centros de memória a partir da materialidade dos ex-CCDs do regime civil-militar brasileiro pode desempenhar um papel central no compartilhamento de narrativas mnemônicas sobre a violência estatal, os presos políticos que foram torturados e exterminados nestes “não-lugares” e sobre direitos humanos. Nesse sentido, é inadmissível que bens culturais como a Casa da Morte ainda não foram devidamente patrimonializados pelo Estado brasileiro, que deveria prezar pelo avanço da Justiça de Transição no país e garantir a preservação, proteção e acesso da população ao seu patrimônio cultural.

Referências

BAUER, C. S. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. *Anos 90*, v. 22, n. 40, 2015, p. 115-152. Disponível em: <<https://seer.>



ufrgs.br/anos90/article/view/53185/36144>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

BRITO, A. P. **Escrachos aos torturadores da ditadura**. São Paulo: Expressão Popular, 2017, 160 p.

CANTO, M. C. D. do. **Entrevista**. Brasília, Comissão Nacional da Verdade, fev. 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Marival_Chaves_Dias_do_Canto_-_07.02.2014_-_ct_rp.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

CEV-Rio, Comissão da Verdade do Rio. **Relatório**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, 456 p.

CMV, Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. Relatório da Comissão Municipal da verdade sobre os crimes e graves violações de direitos humanos cometidos na cidade de Petrópolis entre 1964 e 1985. Petrópolis: CMV, 2018, 400 p.

CNV, Comissão Nacional da Verdade. Relatório/Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, 976 p.

CNV, Comissão Nacional da Verdade. Relatório preliminar de pesquisa centros clandestinos de violação de direitos humanos. Brasília: CNV, 2014b, 54 p.

CNV, Comissão Nacional da Verdade. Relatório preliminar de pesquisa sobre a “Casa da Morte de Petrópolis”. Brasília: CNV, 2014c, 33 p.

FERRAZ, J. D. F.; CAMPOS, L. P. Os lugares de memória da ditadura: disputas entre o poder público e os movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 55, n. 11, p. 179-208, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.36572/csm.2018.vol.55.06>>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

GASTALDI, M. R. Materialidades que importan: visibilización y apropiación de los centros clandestinos de detención en Argentina. El caso del ex CCD Puesto Caminero de Pilar (Córdoba, Argentina). IN: BIASATTI, S.; COMPAÑY, G. (Eds.) **Memorias sujetadas: hacia una lectura crítica y situada de los procesos de memorialización**. Madrid: JAS Arqueología S.L.U., 2014, p. 167-196.

GODOY, M. **A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de seqüestro, tortura e morte da ditadura militar**. São Paulo: Alameda, 2015, 612 p.

GUGLIELMUCCI, A.; LÓPEZ, L. La experiencia de Chile y Argentina en la transformación de ex centros clandestinos de detención, tortura y exterminio en lugares de memoria. **Hispanic Issues On Line**, v. 22, 2019, p. 57-81. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/332593582_La_experiencia_de_Chile_y_Argentina_en_la_transformacion_de_ex_centros_clandestinos_de_detencion_tortura_y_exterminio_en_lugares_de_memoria/link/5cbf6dff299bf120977ac575/download>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

GUTIÉRREZ, P. S. Las políticas de protección patrimonial de Sitios de Memoria en Chile, 1996-2018. Aproximaciones desde un campo en construcción. **Persona & Sociedad**, v. XXXII, n. 1, 2018, p. 63-97. Disponível em: <<https://personaysociedad.uahurtado.cl/index.php/ps/article/view/132>>. Acesso em 29 de agosto de 2020.

LE MOS, C. M. Construindo “memórias materiais” da ditadura militar: a Arqueologia da Repressão e da resistência no Brasil. **Revista de Arqueologia**, Belém, v. 29, n. 2, 2016, p. 68–80. Disponível em: <<https://www.revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/8/6>>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

LE MOS, C. M.; ZARANKIN, A. **O desenvolvimento da Arqueologia da Repressão e da Resistência no Brasil: avanços e desafios**. No prelo.

MALHÃES, P. **Entrevista**. Rio de Janeiro, Comissão Nacional da Verdade, mar. 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/agentes_publicos/Paulo_Malhaes_-_25.03.2014_-_rp.pdf>. Acesso em 28 de agosto de 2020.



MALPAS, J. Building Memory. **Interstices: Journal of Architecture and Related Arts**, v. 13, 2012, p. 11-21.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, v. 10, dez. 1993, p. 7-28.

OAB, Ordem dos Advogados do Brasil. **Processo nº F-CDH-017/80**. Rio de Janeiro: Conselho Federal – Comissão de Direitos Humanos, 1980.

TELES, J. de A. Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. **Tese**. (Programa de Pós-Graduação em História Social). USP, 2011.

VIEIRA, A. M.; NEVES, T. C. da C. Memória autoritária: a ditadura brasileira em editoriais e artigos sobre os 50 anos do golpe. **Ipotesi**, v. 19, n. 2, jul./dez. 2015, p. 42-52. Disponível em: <<https://periodicos.uuff.br/index.php/ipotesi/article/view/19519>>. Acesso em 27 de agosto de 2020.

ZARANKIN, A.; SALERNO, M. “Todo está guardado en la memoria...”; Reflexiones sobre los espacios para la memoria de la dictadura en Buenos Aires (Argentina). In: ZARANKIN, A.; SALERNO, M.; PEROSINO, M. C. (Eds.) **Historias Desaparecidas; Arqueología, violencia política y memoria**. Córdoba: Brujas, 2012, p. 11-21.



MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO E APROPRIAÇÕES DO PATRIMÔNIO NA PEQUENA ÁFRICA

Débora Anízio Rios

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Introdução

A quase dez anos atrás, a zona portuária do Rio de Janeiro testemunharia a emergência de um lugar que viria mexer com a sua estrutura social e política, interligando a cidade, e o Brasil, a outros sítios do mundo. Desde 2009, os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo passavam por reurbanizações impostas pelo projeto Porto Maravilha, política pública de intervenção urbana visando a revitalização do porto para sediar eventos ligados aos Jogos Olímpicos de 2016, contudo, foi a partir de 2011, que acontecimentos imprevisíveis tensionaram parte da agenda oficial, pois provocaram mobilizações sociais envolvendo a insurgência de memórias da escravidão e, junto a ela, a reivindicação pelo reconhecimento público do território Pequena África.

Tal desdobramento se refere a descoberta de vestígios materiais do antigo Cais do Valongo e Cais da Imperatriz. Esse último foi assim denominado, pois recebeu em 1845, a princesa das Duas Sicílias, Teresa Cristina Maria de Bourbon, que viria a se tornar a Imperatriz do Brasil, e, por razão de sua chegada, o primeiro, Cais do Valongo, foi aterrado. Esse, que de aproximadamente 1811 a 1831, foi o lugar de desembarque de africanos para serem escravizados, guardou por mais de duzentos anos parte da biografia dessas pessoas, representadas nas mais de um milhão de peças como contas, figas, crucifixos, chifres, garras, conchas (búzios) e cristais, e em suas pedras encontradas durante escavações arqueológicas, que agora permanecem expostas na forma de sítio arqueológico.

Apontado de extrema relevância por membros da sociedade civil, Organizações não Governamentais, pesquisadores e movimentos sociais, o Cais do Valongo foi considerado um sítio de memória sensível pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e possui, desde 2017, o título de Patrimônio da Humanidade, fato que o tornou símbolo da diáspora africana na região. Dentre as repercussões do seu achado, destacam-se as iniciativas para sua salvaguarda, tais como a criação de um Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico, visando a criação de um circuito, estabelecido, desde então, como o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, as Recomendações do Valongo (2011), e o próprio Dossiê de Candidatura a Patrimônio da Humanidade enviado à Unesco em 2016, no qual constam propostas que viriam a contribuir para sua preservação, impedindo possíveis silenciamentos das memórias da escravidão nas Américas.

Assim, os lugares estabelecidos no circuito foram pensados para que cada um deles remetesse a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes, estando divididos em três grandes categorias: sítios arqueológicos, sítios históricos e sítios vivos, que, hoje, configuram-se como um museu de território. Sendo assim, por meio de uma revisão bibliográfica, apresentaremos discussões que possam contribuir para a reflexão sobre a relação entre o local e o contexto global de emergência das memórias da escravidão; o aspecto processual da institucionalização desses lugares como patrimônios culturais, que reafirmam, na sua existência, a identificação da região como lugar de herança africana; e as possibilidades de apropriação desses sítios, mais especificamente, no que tange o surgimento do que tem sido denominado como turismo de diáspora em países da África Ocidental e do Caribe, e, de maneira embrionária, no Brasil.



Memórias da escravidão: do global para o local

Os lugares estabelecidos pelo Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, baixado pelo decreto municipal nº 34.803, de 29 de novembro de 2011, inicialmente foram o Centro Cultural José Bonifácio, o Cemitério dos Pretos Novos (Instituto Pretos Novos), o Cais do Valongo e da Imperatriz, os Jardins do Valongo, o Largo do Depósito e a Pedra do Sal. Contudo, os pilares que sustentaram a candidatura a Patrimônio da Humanidade foram o Instituto dos Pretos Novos, pois era o local onde se enterravam em covas rasas os africanos que não sobreviviam a viagem da África às Américas, o local de desembarque dessas pessoas, esse, o Cais do Valongo, e a Pedra do Sal, representando a resistência e união entre pessoas de diferentes origens africanas, das quais se originaram as manifestações culturais diaspóricas afro-brasileiras.

Assim sendo, podemos considerar, nos termos de Macdonald (2009), que esses lugares se enquadram no que autora denominou de *Difficult Heritage*, ou seja, patrimônios difíceis. O silenciamento do passado, responsável por subtrair da história oficial aspectos relacionados ao tráfico de africanos para as Américas, graças aos acontecimentos recentes, passou a ser, pelo menos, contestado. Grupos passaram a reivindicar essa memória pública e a responsabilização pelos acontecimentos, na perspectiva de não somente lembrar para não esquecer, mas rememorar na tentativa de subverter e tensionar os enquadramentos oficiais, responsáveis pela manutenção de uma herança estrutural escravocrata que se reflete, no presente, na forma de violências simbólicas. Ainda segundo a autora, os vestígios materiais desafiam o esquecimento e funcionam como *mnemonic intrusions*, ou seja, intrusos mneumônicos, constringendo as narrativas oficiais.

Nessa perspectiva, contudo, estão os patrimônios, que, segundo Smith (2001) deveriam ser aprendidos como produtos de negociações e disputas que se dão nas relações sociais, e nos quais são depositados valores e significados. Essa proposição contribui para controverter a sacralidade do patrimônio, oferecendo a possibilidade de interrogá-lo como parte dos processos sociais, históricos e culturais, e, dessa dinâmica, compreender quais são os objetivos e consequências de seu alçamento a essa categoria.

A Pequena África, nesse sentido, representa o resultado de um esforço discursivo feito por pesquisadores, pela sociedade civil, pelo movimento negro e por instituições públicas e privadas que, dentro de um contexto favorável à sua emergência, almejavam a valorização de um conjunto de lugares como parte fundamental da trajetória e herança afro-brasileira. Ademais, na medida em que são acionados como lugares de memória, eles contribuem para reforçar a retórica que visa estabelecer formas de reparação histórica pela escravidão a que foram submetidos os africanos, e pelos desdobramentos vivenciados por seus descendentes.

Nesse sentido, esses lugares têm se tornado novos pontos de referência social (HALBWACHS, 2001), nos quais indivíduos se voltam para rememorar o passado que só foi possível de ser contemplado no presente. Esses lugares podem ser entendidos, ainda, a partir da discussão sobre identificação espacial aprofundada por Pollak (1992), que considera que acontecimentos traumatizantes fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem ser transmitidos por meio de uma socialização política ou histórica, de forma que ocorra um “[...] fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.” (POLLAK, 1992, p. 201), sendo assim, um elemento constituinte do sentimento de identidade.

Destarte, a rememoração desses lugares de memória a partir do desterramento do Cais do Valongo em 2011, deve ser vista como parte de um contexto mais amplo e anterior, que envolve a amplificação de uma discussão global, envolvendo a reformulação de diretrizes da Unesco e o lançamento do projeto *Rota do Escravo: resistência, liberdade e herança* em 1994, que, segundo Cicalo e Vassallo (2015), foi uma iniciativa que contribuiu, deu visibilidade, e força política aos pedidos de reparação, que se fortaleceram no início do século XXI, de forma que,

Quando o Cais do Valongo foi desenterrado, os principais atores que giravam em torno da sua patrimonialização já estavam informados sobre o Rota do Escravo, o potencial turístico dos locais



consagrados por esse projeto, as analogias com o holocausto judeu, as ideias de crime contra a humanidade, as emoções que despertam e, acima de tudo, a possibilidade latente do seu reconhecimento como patrimônio da humanidade (CICALO; VASSALLO, 2015, p. 216).

Objetivando a criação de lugares de memória, como sítios históricos e monumentos que referenciassem o tráfico negreiro nos portos de países da África Ocidental, tais como Benin e Gana, fundou-se um comitê científico reunindo mais de vinte países, solicitando a cada um deles a realização de um inventário nacional dos lugares de memória da diáspora africana (CICALO; VASSALLO, 2015). Considerado como principal continente de chegada desses cativos, as Américas representavam um lugar-chave e receberam grande atenção. O *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*, foi publicado em 2014, e foi resultado do esforço de pesquisadores da temática, e das suas integrações com o programa e as suas diretrizes.

Os autores notam ainda que se produziu uma localidade, o Cais do Valongo como território afrodescendente e como lugar de memória da diáspora africana, e que a reivindicação dessa herança não se deu linearmente. A esse respeito, chama a atenção, por exemplo, o fato de que os primeiros a reconhecerem o Cais do Valongo como de relevância histórica foram os arqueólogos e outros pesquisadores, que mobilizaram a sociedade civil e iniciaram o movimento para sua salvaguarda. Ademais, no âmbito do circuito, os autores destacam o processo de seleção dos seus pontos, no qual, alguns, como o Jardim Suspenso do Valongo, estariam parcialmente descolados da trajetória experimentada pelos africanos, porém conectados a conduta do projeto Porto Maravilha, pois era um lugar recentemente restaurado como parte de sua política cultural. Contudo, como Cicalo (2013) aponta que, a criação do patrimônio público da escravidão poderia ser considerado um fenômeno de - *racialising* e de - *colonial*, e que essas foram, possivelmente, algumas das ações mais promissoras dos últimos anos, no que tange a tentativa de promover um tensionamento e um confronto frente aos discursos oficiais sobre a escravidão, e mesmo o silenciamento dela. Prosseguimos, então, a partir do cenário que se coloca no presente, e alguns de seus desdobramentos no âmbito global e local.

Turismo de diáspora e o encontro com “patrimônios difíceis”

Segundo Cicalo e Vassallo (2015) o dia 20 de novembro de 2013, Dia da Consciência Negra no Brasil, foi marcado pela colocação de uma placa comemorativa no sítio arqueológico Cais do Valongo, “[...] *reconhecendo-o como um importante lugar de memória da diáspora africana*” (CICALO, VASSALLO, 2015, p. 240). Na presença da delegação e funcionários da Unesco, o lugar foi narrado como um testemunho da diáspora africana sem igual no mundo. Tal ação, o conectou simbolicamente a outros sítios de memória do tráfico transatlântico, que já estavam no processo de serem apreendidos a partir de sua utilização turística, matéria fomentada pela própria Unesco, visando a salvaguarda dos patrimônios culturais desde a década de 60, do século passado.

Araújo (2010) e Bruner (1996) estão entre os autores que buscaram compreender os desdobramentos do programa Rota do Escravo em países e cidades africanas, refletindo sobre a construção de lugares, monumentos, rotas e narrativas nem sempre coesas das memórias da escravidão e sua utilização turística. Araújo (2009) reconhece que parte da memória pública sobre a escravidão no Benin, foi criada para preencher as expectativas de afro-americanos e afro-caribenhos que visitavam a cidade, e que a religião *Vudun*, foi utilizada como meio de conectar o ocidente africano às diásporas, além de considerar que as narrativas se apresentavam como simplificadas, reforçando as representações de dor e sofrimento e omitindo, por exemplo, a participação de países africanos no tráfico, principalmente no oriente.

Bruner (1996), por sua vez, buscou explorar o crescimento das visitas de afro-americanos nos castelos de Elimina e Cape Coast, em Gana. De sua contribuição, destaca-se a disputa sobre a narrativa a ser contada sobre os



mais de 500 anos de existência desses lugares, que são referenciados, quase exclusivamente, por sua ligação com a escravidão. O autor destaca o interesse expressivo pela visita das masmorras do castelo por afro-americanos, e as suas reações emotivas ao presenciar o espaço, sensações essas nem sempre compreendidas e compartilhadas pela população local. Ademais, na busca por uma África como gênese, Bruner (1996) demonstra que o sentimento de encontro com um semelhante parte somente dos visitantes, pois, por meio da utilização da palavra *obruni* pelos nativos, que significa “homem branco”, e é utilizada para identificar europeus, americanos e asiáticos independentemente da cor de pele, era reforçada a distinção entre eles e os afro-americanos.

Contudo, segundo Leite (2005), esses lugares se tornam pontes para o passado para essa parcela que os visitam. A autora contextualiza que a vida na diáspora significaria estar permanentemente separado de sua pátria, por um deslocamento traumático e um exílio permanente, apontando que, para esses viajantes, o turismo diaspórico seria homólogo a experiência de uma peregrinação. O turismo seria a via pela qual os participantes encontrariam os meios de ‘retornar’ de alguma forma para esse lugar perdido, alcançado quase inteiramente por um trabalho de imaginação (LEITE, 2005, p. 278).

No Brasil, destaca-se o trabalho de Pinho (2018) o qual discute o turismo diaspórico na cidade de Salvador, e o que veio a chamar de “mapa da africanidade”,¹⁴ compreendendo a Bahia como uma África mais próxima, principalmente para afro-americanos que passaram a escolher a cidade como destino. Entre as atividades realizadas por esses viajantes estão a visita a escolas de capoeira, templos de Candomblé, quarteirões de bloco afro, passeios a cidade de Cachoeira e a participação no festival da Irmandade da Boa Morte, e a passagem por organizações ligadas ao empoderamento econômico e social da população afro-brasileira. Recentemente, em 2020, a prefeitura de Salvador lançou um Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo Étnico-Afro de Salvador, reconhecendo a relevância de suas práticas culturais afrodiaspóricas para o turismo, afirmando que “Tais aspectos também estão presentes no cotidiano da população soteropolitana, que constantemente ressignifica e desenvolve as culturas negras, a partir de demandas do presente, construindo a identidade única de Salvador” (SALVADOR, 2020, p. 10).

Considerações finais

No curto percurso desse trabalho foi possível refletir sobre a emergência das memórias da escravidão no presente, e sua relação com contextos históricos e sociais, que ultrapassam fronteiras locais tornando-se um fenômeno, mais especificamente, ocidental. A análise das consequências disso na Pequena África, contudo, ainda depende de pesquisas mais aprofundadas, pois muito se discutiu sobre a trajetória, as disputas e negociações que a configuraram como tal, porém, suas apropriações, como, por exemplo, pela atividade turística, demonstram ainda carecer de atenção científica para que se evidenciem paralelos, distinções, as novas formas de assimilação desse espaço pela sociedade, e, assim, contribuir para uma melhor gestão desse território.

Contudo, a hipótese de existência dessas dinâmicas tem sido afirmada a partir dos resultados iniciais de trabalho de base etnográfica elencadas no âmbito da pesquisa de doutorado, por meio de entrevistas e observação participante. A metodologia tem evidenciado a presença de viajantes afro-americanos na região da Pequena África, embora seja imprudente afirmar quais as suas motivações e experiências subjetivas ao entrar em contato com esses sítios de memória. Também se destaca a presença constante de moradores da própria cidade do Rio de Janeiro, que buscam visitar o território, seja por intermédio de visitas guiadas ou com a família, bem como de crianças em passeios escolares, frequentemente promovidos pelo Instituto dos Pretos Novos. De todo modo, a emergência da Pequena África, ainda que careça da efetivação de políticas públicas e diretrizes transparentes de gestão do espaço, resiste, a

14 Todos esses destinos, para a autora, deveriam ser analisados de forma interconectada, de maneira a formarem um mapa simbólico, que veio a chamar de “mapa da africanidade” (PINHO, 2018, p. 119).



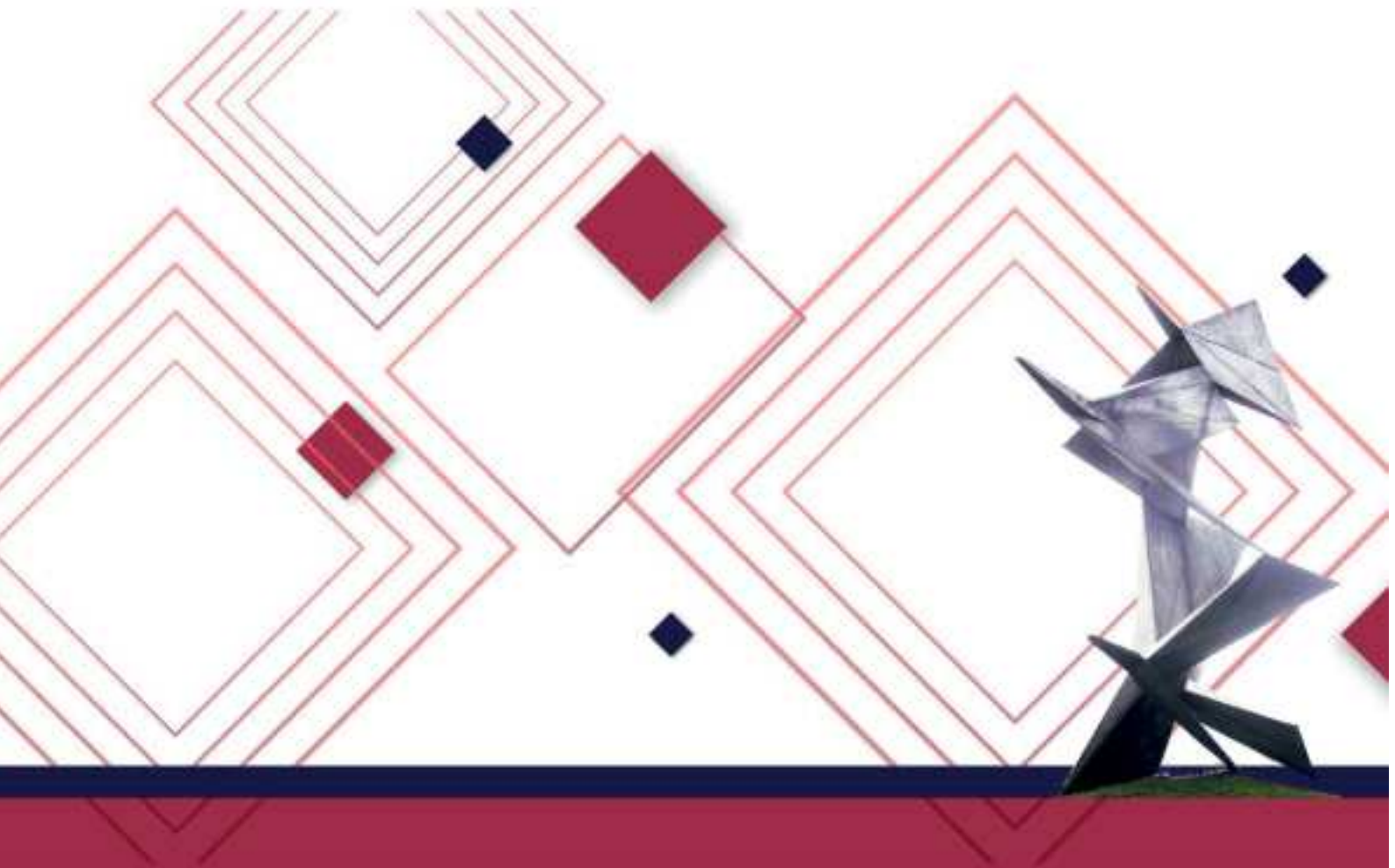
exemplo das experiências que se desenvolvem no território apesar da presença ou não de instituições. As inúmeras intercorrências ao longo desses últimos dez anos, contribuiu para que as memórias da escravidão emergissem, e muitos são os interesses que cercam o território e seus sítios, contribuindo para que esses permaneçam sob tensões e negociações constantes, cabendo ao pesquisador o olhar científico sobre seus desdobramentos.

Referências

- ABREU, M.; GURAN, M.; MATTOS, H. (Orgs.). **Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil**. Niterói. PPGH-UFF. 2014.
- ARAÚJO, A. L. Welcome the Diaspora: slave trade heritage tourism and the public memory of slavery. **Ethnologies**, v. 32, n. 2, 2010, p. 145-178.
- ARAÚJO, A. L. Caminhos atlânticos: memória, patrimônio e representações da escravidão na Roda dos Escravos. **Varia história**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 129-148, jan./jun. 2009.
- BRUNER, E. Tourism in Ghana: the representation of slavery and the return of the black diaspora. **American Anthropologist**. v. 98, n. 2, p. 290-304, 1996.
- CICALO, A.; VASSALLO, S. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015.
- CICALO, A. A voice for the past: making 'public' slavery heritage in Rio de Janeiro. **International Journal Tourism Anthropology**, v. 3, n. 2, 2013.
- HALBWACHS, M. **Los Marcos Sociales de la memoria**. Barcelona: Antrophos Editorial. 2001.
- LEITE, N. Travels to an ancestral past: on diasporic tourism, embodied memory and Identity. **Anthropologicas**, n. 9, p. 273-302, 2005.
- MACDONALD, S. **Difficult heritage**: negotiating the Nazi past in Nuremberg and beyond. Routledge, 2009.
- PINHO, P. **Mapping diaspora**: African American roots tourism in Brazil. University of North Carolina Press. 2018.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212. 1992.
- SALVADOR. Plano de Ação para o desenvolvimento do Turismo Étnico-Afro de Salvador. 2020.
- SMITH, L. El "Espejo Patrimonial". ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples?. Antípoda. **Revista de Antropología y Arqueología**, n. 12, jan./jun, 2001. Bogotá. p. 39-63.



GT 4



DISCUTIENDO EL PATRIMONIO LATINOAMERICANO A LA LUZ DE LOS EPISODIOS TRAUMÁTICOS DE LAS ÚLTIMAS DICTADURAS DE LA REGIÓN

Ana María Sosa González

Universidade Católica de Rio Grande do Sul

La siguiente propuesta aborda las nuevas experiencias en la puesta en valor del patrimonio, en especial, el vinculado a memorias dolorosas, es decir, nuevos lugares que se patrimonializan, y al hacerlo, se hace necesario reflexionar sobre las “nuevas” maneras de comprender el patrimonio cultural, así como las dificultades que el mismo conlleva cuando se trata de memorias recientes y dolorosas. Se toma como eje para esta discusión el estudio de los usuarios de museos y lugares de memoria vinculados al pasado reciente (tomando como foco el Uruguay), para analizar el vínculo con los públicos que podrían denominarse “fieles”, en especial el público directamente vinculado con los procesos que se narran en dichos lugares, y los “nuevos públicos”, o sea, las nuevas generaciones que no han vivido los episodios que se conmemoran.

El punto de partida será los sucesos que se vienen dando en los últimos años, en lo que respecta al conjunto de acciones que reivindican el derecho a la memoria y la lucha por la verdad en los países latinoamericanos que se vieron afectados por la violación sistemática de los derechos humanos durante las dictaduras de las décadas de 1960, 1970 y 1980. Recientemente estos Estados, en respuesta a las diversas reivindicaciones de sectores políticos y de organizaciones de la sociedad civil plantean una serie de políticas públicas de memoria con la finalidad de dar a conocer los dolorosos episodios de las dictaduras y concientizar a la población sobre los mismos.

En este marco, los Estados han impulsado también la creación de espacios físicos –museos y memoriales– que informan sobre los acontecimientos del período pre-dictatorial y dictatorial a través de un variado acervo documental (oral y material) y de una amplia gama de propuestas y recursos comunicacionales para llegar a todo público; es decir, no solo para quienes fueron testimonios de aquel período sino especialmente a las generaciones posteriores, con el objetivo de concientizar para que no vuelva a ocurrir, de sensibilizar y promover los derechos humanos en su más amplia expresión.

La presente ponencia discutirá estos procesos focalizando los aspectos intangibles imprescindibles para la comprensión de este patrimonio tangible. Con ello se podrá comprender de qué manera, a través de la puesta en valor de un pasado reciente y traumático, se genera un proceso de patrimonialización de lugares de dolor que obliga a rever y reformular las antiguas conceptualizaciones sobre el patrimonio. El mismo presenta características y especificidades de lo que podría denominarse un “nuevo” tipo de patrimonio, lo que una vez más obliga a ampliar y problematizar el concepto a la luz de los nuevos discursos que activan dicho patrimonio –en el sentido que Llorenç Prats lo coloca– y con ello contemplar la dimensión moral y concientizante de este tipo de patrimonio.

Por último, atendiendo a los nuevos desafíos de la cultura, la historia, la memoria y su difícil gestión cuando se trata de episodios recientes, se propone una discusión más profunda sobre los diferentes roles de los actores sociales implicados en estos procesos y muy especialmente en el trabajo de los académicos, investigadores y gestores culturales, abordando la dimensión ética implícita en todos los espacios de la actuación profesional, especialmente al tratarse de memorias dolorosas, de la existencia de individuos que vivieron y padecieron varios episodios de violencia de Estado y las dificultades de un campo que trata de un “pasado que no pasa”, cuyas memorias sensibles no siempre son narrables.



UM ACERVO CONTROVERSO: O CASO DO CANHÃO *EL CRISTIANO**Jaqueline de Jesus Hoiça**Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes***Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE****Introdução**

Em 2020 comemora-se a efeméride dos 150 anos do fim da Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, conflito histórico ocorrido entre 1864 e 1870 e que envolveu Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. No entanto, mesmo tanto tempo depois, a Guerra ainda é um assunto presente e bastante discutido. Especialmente na última década uma grande polêmica, ainda sem desfecho, se instaurou no campo patrimonial brasileiro: a referente ao canhão *El Cristiano*. Este objeto foi capturado pelo exército brasileiro durante a Guerra do Paraguai e foi trazido para o Brasil como troféu de guerra. O *El Cristiano* faz parte do acervo do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro e recentemente, mais especificamente no ano de 2010, quase foi restituído ao Paraguai. Um processo de devolução chegou a ser iniciado, envolvendo um trabalho em conjunto entre o governo federal e instituições responsáveis pelo patrimônio cultural brasileiro, como o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, porém, não foi concretizado. Nesse sentido, este artigo pretende trazer novos olhares a respeito do porquê o processo de restituição do *El Cristiano* ao Paraguai não ter sido efetivado.

Contextualização histórica

A Guerra do Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, foi um dos maiores conflitos armados da América do Sul e teve intensas consequências para os seus envolvidos - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - sendo um marco na história e na relação entre os países que compõem a Bacia do Rio da Prata. As origens do conflito remontam a duas questões principais: o litígio de fronteiras entre os países (um problema existente desde o período colonial e da ocupação territorial de Portugal e Espanha no continente sul americano) e a busca pela livre navegação na bacia do Rio da Prata - único acesso ao mar para o Paraguai, via de trânsito e comunicação com o interior do Império brasileiro e ponto estratégico para o comércio dos portos de Buenos Aires, na Argentina, e Montevidéu, no Uruguai. Resultado do processo de construção e consolidação destes Estados nacionais, a Guerra se estendeu por seis anos, durante os quais diversas batalhas foram travadas entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai, tendo fim somente em março de 1870 (DORATIOTO, 2002).

No que se refere ao *El Cristiano* propriamente, o canhão foi tomado em 1868 quando o exército aliado conseguiu ultrapassar a Fortaleza de Humaitá, localizada no Rio Paraguai, principal ponto de defesa paraguaio naquele momento do conflito. O canhão recebeu este nome (em português “O Cristão”) pois foi fundido com 12 toneladas de bronze provenientes de sinos de diversas igrejas do Paraguai, num momento em que o país se encontrava cercado pelos aliados e não conseguia ter acesso à matéria prima necessária para produzir o material bélico e continuar lutando na Guerra. Vale destacar ainda que, apesar de ser conhecido popularmente como canhão, o objeto é uma peça de artilharia do tipo obuseiro, criado especificamente para disparar balas ocas. Após a conquista de Humaitá, os canhões que compunham a artilharia da fortaleza foram divididos entre os aliados e o *El Cristiano*, especificamente, foi trazido para o Brasil como troféu de guerra (FLECK, 2018). No país, o objeto foi levado para o então denominado Arsenal de Guerra da Corte, espaço físico que hoje compreende o Museu Histórico Nacional – MHN, no Rio de Janeiro, e desde então passou a fazer parte do acervo desta instituição (FERNANDES, 2010).

A questão da restituição do *El Cristiano* ao Paraguai

A bibliografia que discute o caso do *El Cristiano* costuma afirmar que o processo de devolução iniciado pelo governo brasileiro no ano de 2010 foi resultado do discurso proferido na efeméride dos 140 anos do fim da Guerra pelo então vice-presidente do Paraguai Federico Franco. Em sua fala, Franco afirmou que a devolução do canhão ao seu país de origem significaria a cicatrização das feridas ainda abertas no povo paraguaio (FERNANDES, 2010; CASTRO, 2014; FABRIS, 2017; SALIBA; FABRIS, 2017; FLECK, 2018). No entanto, a análise da documentação relativa a este processo revelou novas informações que são relevantes para compreender melhor as questões que permeiam este caso.

Na década de 1970, em meio às negociações para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o governo militar que ocupava o poder brasileiro à época devolveu ao Paraguai uma série de objetos tomados durante a Guerra e que compunham até então o acervo do MHN – dentre um dos mais significativos estava a espada que pertenceu ao líder paraguaio Francisco Solano López (FERNANDES, 2010). Porém, uma das informações que até o momento não haviam sido apresentadas é a de que o *El Cristiano* também fazia parte do rol de objetos que deveriam ser devolvidos ao Paraguai naquele período (BRASIL, 2011a). Isto somente não aconteceu por conta das dificuldades logísticas e operacionais para a retirada do *El Cristiano* de dentro das instalações do MHN, visto que é um objeto de grande porte, pesado e que o processo de remoção do mesmo poderia causar eventuais danos a outros objetos que compõe o acervo do museu e ao próprio prédio da instituição, tombado em sua totalidade desde 2009 (FERNANDES, 2010).

Nesse sentido, a devolução do canhão ao Paraguai é um interesse antigo do governo brasileiro frente às questões políticas e econômicas que permeiam as relações com o país vizinho. Este aspecto é ainda mais evidenciado nas discussões sobre o *El Cristiano* que surgiram novamente em 2010. Os documentos analisados revelaram que à época as relações entre os ministros da cultura do Brasil e Paraguai eram bastante próximas. Tanto que, em uma das reuniões com os representantes de ambos os países foi o próprio ministro da cultura do Brasil quem levantou a ideia de devolver o canhão ao Paraguai, tendo em vista um aprofundamento das boas relações e cooperação entre as nações “irmãs” (BRASIL, 2011b). Nesse sentido, ao contrário do que se pensava, o início do processo de devolução do *El Cristiano* não foi resultado dos discursos proferidos por Federico Franco em 2010, mas uma retomada de negociações, iniciadas na década de 1970, pelo governo brasileiro. Pelo contrário, os discursos de Franco foram considerados um “atropelo” (BRASIL, 2011b), especialmente tendo em vista as conversas e os acordos que já haviam sido firmados entre os ministros da cultura de ambos os países.

Porém, para que essa decisão em devolver o canhão pudesse ser concretizada, uma questão deveria primeiramente ser resolvida: como o MHN e o seu acervo são tombados em sua totalidade, para sair do país o *El Cristiano* precisaria passar por um processo de destombamento. O cancelamento de um tombamento no Brasil é algo estritamente excepcional, visto que tal instrumento jurídico tem como objetivo justamente proteger e salvaguardar o patrimônio cultural do país. Nesse sentido, a necessidade de um destombamento complicou o processo de devolução do canhão, prolongando esse processo até os dias de hoje.

No entanto, apesar de esse ser um aspecto bastante determinante para esse caso, pouco se fala a quantas anda a questão sobre o destombamento ou não do canhão, bem como se a sua devolução ao Paraguai irá de fato ser concretizada. Até então, o que havia sido afirmado é que o processo havia sido arquivado durante o mandato da Presidente Dilma Rousseff e que, entre 2015 e 2018, encontros com representantes dos dois países foram realizados para tratar deste assunto, mas nada sobre o que foi discutido nas referidas reuniões foi divulgado (FLECK, 2018). A documentação consultada, no entanto, fornece informações que não confirmam esse suposto arquivamento. Na verdade, o processo para o destombamento e retorno do canhão ao Paraguai avançou durante o período.

A decisão pela devolução do *El Cristiano* para o Paraguai, mesmo com a questão da necessidade de seu destombamento, parecia seguir o caminho para se efetivar. No ano de 2016, mais especificamente no mês de



setembro, um ofício do Ministério da Cultura foi enviado aos presidentes do IPHAN e do IBRAM com o objetivo de deixar as instituições informadas sobre as novidades referentes ao caso da devolução do canhão. O documento informava que um projeto de decreto havia sido elaborado pelo próprio ministro da cultura e tinha como objetivo revogar parcialmente o tombamento do complexo arquitetônico do MHN e suas respectivas coleções, apenas e tão somente no que se refere ao canhão *El Cristiano*, tendo em vista permitir o seu retorno em caráter definitivo para o Paraguai (BRASIL, 2016a).

Tendo em vista que a decisão em assinar tal decreto é do Presidente da República, o último documento analisado entre aqueles que constam no processo sobre o *El Cristiano* é uma nota técnica do IBRAM. Tendo em vista o conhecimento do projeto de decreto, o documento determina que diferentes conselhos consultivos ligados ao patrimônio cultural discutam esse caso e elaborem sugestões e recomendações. Tais manifestações deveriam ser encaminhadas ao Presidente da República de forma a subsidiar a sua decisão. Provavelmente o impeachment de Dilma Rousseff e a consequente posse de um novo presidente pode ter sido a causa da não continuidade do processo desde 2016.

Considerações finais

Como pode ser constatado a partir da documentação analisada, era de interesse do governo brasileiro devolver o canhão *El Cristiano* já na década de 1970, frente as negociações relativas à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu na fronteira entre Brasil e Paraguai. O retorno do canhão ao seu país de origem apenas não foi concretizado visto as dificuldades técnicas de se retirar o *El Cristiano* do Museu Histórico Nacional. Em um segundo contexto, mas ainda pensando as relações de cooperação estabelecidas entre Brasil e Paraguai, especialmente no âmbito do MERCOSUL, a questão veio novamente à tona a partir de conversas e encontros entre os ministros da cultura de ambos os países. Num gesto de boa vontade e com o objetivo de aprofundar a boa relação já estabelecida entre as nações “irmãs”, o ministro da cultura do Brasil manifestou posição favorável à devolução do canhão. Tal constatação contradiz a ideia que se tinha até então de que o governo brasileiro instaurou o processo de devolução do *El Cristiano* como uma resposta aos discursos do então vice-presidente paraguaio.

Além disso, desde 2009, o canhão é um bem cultural tombado. Nesse sentido, para poder retornar ao Paraguai, o objeto deve, primeiramente, passar por um processo de destombamento. Apesar da afirmação de que o processo de devolução havia sido arquivado, a documentação mostrou que em 2016 o assunto ainda estava em discussão. É relevante o projeto de decreto submetido à Presidência da República pelo ministro da cultura visando revogar o tombamento do *El Cristiano*, bem como também a conclusão do IBRAM em encaminhar diferentes manifestações ao Presidente para subsidiar a decisão. No entanto, essas são as últimas informações que puderam ser levantadas a partir da documentação analisada. O que se sabe com certeza é que o *El Cristiano* continua compondo o acervo do Museu Histórico Nacional e que nenhuma decisão concreta foi tomada.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei n. 3.866**, de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3866.htm#:~:text=O%20Presidente%20da%20Rep%C3%ABlica%2C%20atendendo,30%20de%20novembro%20de%201937>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Memorando. Proteção/DEPAM/nº 78/10. Rio de Janeiro, 25 de março de 2010. Informa sobre o retorno do canhão El Cristiano ao Paraguai. Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2011a. Processo 01415.004639/2011-16, volume I.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ata da 65ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2011b. Processo 01415.004639/2011-16, volume I.

BRASIL. Ministério da Cultura. Departamento de Promoção Internacional. Ofício-Circular nº9/2016/DEINT/SADI/MINC. Brasília, 23 de setembro de 2016. **Instituto Brasileiro de Museus**, Brasília, 2016a. Processo 01415.004639/2011-16, volume II.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. Coordenação de Acervo Museológico. Departamento de Processos Museais. Nota Técnica Nº 13/2016/CAMUS/DPMUS/IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, 2016b. Processo 01415.004639/2011-16, volume II. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/mhn/61992>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

CASTRO, A. H. F. de. O poder político vem do cano de uma arma. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (Orgs.). **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. p. 111-123.

DORATIOTO, F. F. M. **Maldita Guerra**: Nova história da Guerra do Paraguai. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FABRIS, A. L. South-South Cooperation on the Return of Cultural Property: The Case of South America. **Western Reserve Journal of International Law**, Estados Unidos, v. 49, n. 1, p. 174-196, 2017. Disponível em: <https://scholarlycommons.law.case.edu/cgi/view_content.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=2505&context=jil>. Acesso em: 07 out. 2019.

FERNANDES, L. S. P. Guerra contra a memória: a devolução de peças do acervo do Museu Histórico Nacional ao Paraguai. **Anais**. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 42, 2010. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/mhn/20565>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

FLECK, J. P. DA GUERRA PARA O MUSEU: A tentativa de repatriação do canhão “El Cristiano”. 2018. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189732>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

SALIBA, A.; FABRIS, A. L. O retorno de bens culturais. **Revista de Direito Internacional**, UniCEUB, v. 14, n. 2, p. 490-509, 2017. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4663/pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2019.



**COLEÇÃO OPERA OMNIA DE ARISTÓTELES:
INDÍCIOS DE UM PERCURSO MULTISSECLAR***Christian de Lima**Celso Bordignon***Museu dos Capuchinhos/MUSCAP***Eliana Rela***Universidade de Caxias do Sul****Introdução**

Este texto tem como objetivo apresentar a *Opera Omnia de Aristóteles*, analisando seu percurso, enquanto material histórico de referência, até a cidade de Caxias do Sul, a fim de evidenciar sua importância e a necessidade de sua preservação e conservação. A coleção é formada por três exemplares, datados do ano 1548. Esses livros são os únicos catalogados, até o momento, pelo PLANOR – Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras -, que realiza a identificação, recuperação e divulgação de obras raras em instituições culturais, públicas e privadas pelo país.

Os três volumes em questão foram recebidos, por doação, pelo Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul (MusCap), localizado em Caxias do Sul. O MusCap iniciou suas atividades em 1980, na cidade de Porto Alegre, com o propósito de resguardar e preservar a memória dos Freis Capuchinhos da Província do Sagrado Coração de Jesus.

Sobre memória, Pollak (1989) afirma que a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar, sua complementaridade, mas também suas oposições. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer preservar, se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. De posse das memórias, é possível construir a história como fonte para uma consciência coletiva que leva em consideração usos, valores e sentidos.

No ano 2000, em Caxias do Sul, o Museu foi instalado no antigo prédio da Editora e Gráfica São Miguel, com o objetivo de atuar na difusão e conservação do acervo, formado por obras oriundas das bibliotecas dos conventos e seminários da Ordem Capuchinha. Concomitantemente, transformou-se em espaço educativo, seja para realização de cursos e oficinas nas áreas cultural e artística, como para iniciativas de educação patrimonial. Em relação a estas últimas, o MusCap desenvolve programação que acolhe estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior.

É preciso salientar que, nos primeiros anos de trabalho da instituição, não foi objetivo criar uma coleção bibliográfica. A origem do museu se justifica nas reformas proclamadas pelo Concílio do Vaticano II (1962-1965) que, dentre as novas diretrizes litúrgicas que estabeleceu, autorizou mudanças na arte e a bibliografia relacionada à Igreja. Essa remodelação afetou diretamente os Conventos e Seminários, uma vez que cada espaço era detentor de sua própria biblioteca. Encontravam-se, entre os títulos que compuseram o acervo do MusCap, por exemplo, obras publicadas em Latim e Grego colocadas em desuso após as novas diretrizes formativas do Concílio.

Segundo Le Goff (1996, p. 103), no que concerne à história das instituições, a importância de seus documentos é indiscutível, são eles que trazem os dados para serem entendidos e analisados, como veículos de significados que abrangem diferentes tempos e espaços. Neste estudo, compreende-se um documento como qualquer material escrito que possa ser utilizado como fonte de informação sobre o comportamento humano.



Para organizar um acervo documental, é necessário respeitar alguns fundamentos. Conforme Bellotto (2004), documentos de arquivo não devem ser separados para efeitos de organização: é fundamental manter o critério de proveniência como fundamento do arranjo.

Dessa maneira, compreendendo a importância dessas obras para a história e para a formação intelectual dos membros da Província dos Freis Capuchinhos do Rio Grande do Sul, estabeleceu-se que elas deveriam ser destinadas para o Museu. Inúmeros livros foram perdidos, queimados ou descartados sem passar pela avaliação de uma comissão especializada. Apesar disso, mais de 50 mil obras foram preservadas e confiadas ao Museu – dentre esses títulos, a *Opera Omnia de Aristóteles*, que integra a Coleção de Obras Raras do MusCap. Em quase cinco séculos de existência, os exemplares que a compõem sofreram ações do tempo registradas em sua materialidade, e se encontram em situação de frágil conservação.

Décio Bombassaro, em entrevista concedida para o Frei Celso Bordignon (2020), narra que:

Os livros citados são de Aristóteles, traduzidos para o latim, o que era comum para a época. Os comentários sobre as três obras são de responsabilidade do teólogo alemão Philipp Schwarzerd, dito Melanchton, amigo de Lutero e um dos líderes do protestantismo. As obras, de conteúdo filosófico, foram impressas pela “*officina*” (tipografia) de Ioan (provavelmente Johan) Opirini. Cidade e data: Basileia, Suíça, 1548. (...) Aristóteles, chamado pai da Lógica, foi o que ensinou, a todos que vieram depois dele, a pensar com clareza (Entrevista concedida em junho de 2020).

Sobre o contexto e a história dos livros no século XVI, período em que foi produzida a coleção em estudo, Ramos, Acosta e Rela (2020) comentam:

Alguns objetos culturais alteram modos de viver e, com o passar do tempo, integrados ao processo histórico-cultural das sociedades, naturalizam-se. Hoje, ler um livro é natural e pode ser sinônimo de praticidade. Com suportes eletrônicos móveis, tem-se acesso a e-books (registro de texto em formato digital e conexões de hipertexto, disponibilizado por meio da rede internet). A história desse artefato, que tem relações com contextos políticos e econômicos, foi influenciada por inovações técnicas. É uma história escrita com diferentes suportes: papiro (fibra vegetal), pergaminho (pele de animais), pasta de papel. E diferentes formatos: do rolo ao códice (vários pergaminhos costurados dando origem ao livro como objeto), e desse à tela. Até o final do século XIV, a fixação das palavras foi manuscrita por pessoas especializadas na atividade, eram os chamados copistas. Nesse período, na Europa, Gutemberg desenvolve a imprensa com tipos móveis reaproveitáveis, um processo para imprimir os livros dando velocidade à produção e também portabilidade, que favorece a circulação da informação escrita (p. 146).

A materialidade de uma coleção única

A coleção, hoje com 472 anos, apresenta originalidades, como capa e lombada em couro, esta última com ornamentações douradas, indicando o título e o volume de cada exemplar. As obras foram impressas em papel de trapo, material utilizado nos séculos XV e XVI, que usava como matéria prima pedaços de linho e algodão. Segundo a pesquisadora de Obras Raras Ana Virginia Pinheiro, esse foi um período em que os livros assumiram novas características: a utilização do papel artesanal (papel de trapo) como suporte principal foi uma delas, e a utilização de páginas de rosto identificando o título da obra, também (2009, p. 33).

Entre os volumes, o primeiro com 211 páginas, o segundo com 667 e o terceiro com 555, é possível identificar, no corpo dos exemplares, elementos que ajudam na sua classificação como obras raras, a título de exemplo, reclamos e notas de corandel. Os primeiros – atributo encontrado maiormente nos incunábulos, primeiros livros impressos por tipos móveis entre 1455 a 1500 - tratam-se de palavras, ou partes delas, posicionadas no canto inferior de cada página, correspondendo ao termo que iniciará a página seguinte. As segundas, as notas de corandel, são pequenos



comentários alinhadas às margens laterais da coluna principal do texto.

No início de cada texto, identificam-se letras capitulares ornamentadas com simbologias sacras, com animais e outros elementos da natureza. Há também marcas manuscritas ao longo dos livros com tinta ferrogálica, em língua grega, formando pequenos comentários e anotações a respeito das obras, além de assinaturas não identificadas. O Tomo II, além de possuir linhas numeradas, contém ilustrações (desenhos) com formas que revelam equações físicas. No mesmo volume – e também no volume três -, ao encerrar o texto de cada capítulo, identifica-se a técnica de escrever em forma triangular, similar a uma taça, denominada copo de médicos.

Outro fator importante nas obras são as marcas de proveniência ou propriedade. Conforme estudos de Pinheiro,

As características do exemplar, do item em mãos, reiteram a noção de raridade pelo caráter monumental do livro, verificável em todas as inserções, subtrações, complementações que não compunham o livro no momento seguinte à conclusão de sua produção – tais como: marcas de propriedade e procedência (ex libris, super libris, ex dono) (PINHEIRO, 2009, p. 36).

Nos volumes, os registros foram feitos por carimbo e assinatura. São marcas que proporcionam reconhecer o percurso - ou partes dele - até a chegada na biblioteca. No Tomo I, identificam-se os carimbos: *BIBLIOTHECA - P. R. CAPUCCINORUM CAXIAS; RR. PP. Capucins* e *BIBLIOTHECA CAPUCCINORUM PORTUS ALACRIS*. O primeiro, que se repete nos demais exemplares, permite identificar a sua última marca de registro, um carimbo referente à cidade de Caxias do Sul.

As obras de Aristóteles possivelmente foram enviadas ao Rio Grande do Sul pelo Império Otomano, a fim de auxiliar na missão Capuchinha. No livro *A Igreja e os Capuchinhos do Rio Grande do Sul 1895-1909*, o texto escrito por Frei Caetano Angheben descreve a chegada de professores e estudantes vindos de Ghazier, Líbano, em fevereiro de 1899 e junto a eles “*grandes caixotes dos quais retiravam livros e mais livros, e grossos volumes*” (2007, p. 20). Era no Império Otomano que os Capuchinhos mantinham seus estudantes de Teologia e Filosofia. O percurso desses estudantes começa em seu deslocamento da França para o Império Otomano, onde permaneceram por pouca duração. Segundo frei Vanildo Luiz Zugno, “*Manter os estudantes no Líbano tornou-se altamente dispendioso. Em carta ao Ministro Geral, o provincial de Sabóia, em 3 de setembro de 1891, manifesta a necessidade de buscar outro lugar, possivelmente na América*” (2017, p. 68).

Os estudantes foram novamente deslocados, dessa vez para a missão no Rio Grande do Sul, com início em Garibaldi. É possível que as obras de Aristóteles os tenham acompanhado durante todo o trajeto. No livro citado no parágrafo anterior, encontra-se, também, na íntegra, todas as correspondências emitidas pelo Frei Bruno de Gillonnay, fundador da Província Capuchinha no Rio Grande do Sul, em que há outra possível hipótese da vinda das obras. Nas cartas, notam-se menções à necessidade de novos livros: “*Ficarei feliz se vós me mandardes a autorização pedida o mais rápido possível, pois estes livros ser-me-ão muito úteis*” (2007, p. 31). Em outra passagem, o frei escreve: “*Nós vamos interromper por um tempo nossos pedidos de livros: a aduana acaba de estabelecer regulamentos impossíveis. Ainda não pude retirar as quatro primeiras caixas: mas espero poder fazê-lo. A aduana turca é um Paraíso comparada à brasileira*” (2007, p. 186).

Atualmente, os livros da coleção apresentam, além de manchas nos suportes, cortes nas folhas e perdas de fragmentos em praticamente todas as páginas. Esses danos são decorrentes de infestações de insetos xilófagos, como traça, broca e cupim. O ataque afetou da mesma forma, com perfurações, a lombada dos livros, criando rupturas na encadernação e deixando as folhas soltas da costura. As obras passaram posteriormente por uma intervenção de restauro, na qual, por um processo mecânico, perderam-se as extremidades das folhas, que foram guilhotinadas e tiveram parte do corte superior, inferior e frontal removidos. Procedimentos mal executados como esse deixam marcas que, com o tempo, podem causar danos irreparáveis às obras.



Considerações finais/Conclusão

Toda a matéria sofre a ação do tempo, e o seu destino final é a deterioração: o que tem “vida” irá morrer, se transformar. Tudo o que é confeccionado e utilizado pelo ser humano desgasta-se, cai em desuso e se decompõe. Assim também acontece com as obras de arte, documentos e livros.

Os museus abrigam uma grande variedade de acervos dos mais diversos materiais: metal, madeira, terracota, fibras, plástico etc. Todos os objetos e fragmentos que foram musealizados necessitam de constante monitoramento e conservação para que se prolongue ao máximo a sua existência como documentos da história.

No vasto Acervo Bibliográfico do Museu dos Capuchinhos, entre os livros raros encontram-se três volumes denominados: *Opera Omnia de Aristóteles*. Estes trazem em seus corpos as marcas do tempo provocadas pelo uso, incúria na sua guarda, ação de fungos e insetos, bem como por “restaurações” realizadas no passado não muito adequadas às suas patologias. Atualmente eles não podem ser consultados ou manipulados sem que corram o risco de sofrer mais deteriorações e rupturas. É, portanto, urgente que estes volumes sejam restaurados e digitalizados. Num futuro bastante próximo, o Museu dos Capuchinhos pretende realizar um projeto para o restauro e digitalização desses três volumes que contém a obra de Aristóteles.

A importância de um Museu, Arquivo ou Memorial pode ser medida pela relevância do seu acervo. Preservar é conservar o patrimônio cultural de grupos humanos, constituindo uma grande variedade de itens, como edificações, objetos utilitários, documentos, fotografias, vestuário, pinturas, esculturas e livros.

O Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul (MusCap) possui uma política de preservação e conservação de acervos e sempre deu atenção ao seu Acervo Bibliográfico. Uma das iniciativas empreendidas pela instituição foi o projeto “Salve um livro”, realizado em duas etapas, de restauro e conservação de livros do século XVI ao XIX, com diferentes suportes. Existe o consenso de retomar esse projeto, começando pelos três volumes que contém as obras de Aristóteles, raras e únicas no Brasil.

Referências

- ANGHEBEN, C. As origens e a Sorbonne: 1958. In: GILLONAY, B. **A igreja e os Capuchinhos do Rio Grande do Sul 1895 - 1909**. Porto Alegre: EST Edições, 2007, p. 19-25.
- ARISTIMUNHA, C. P.; FAGUNDES, L. K.; MATTOS, L. **Preservação do Patrimônio Cultural**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul, 2013.
- ARNS, P. E. **A técnica do livro segundo São Jerônimo**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BOMBASSARO, D. **Opera Omnia de Aristóteles**. [Entrevista cedida a] Frei Celso Bordignon. Caxias do Sul, junho de 2020.
- BRANDI, C; **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- CALLOL, M. V. **Biodeterioração do Patrimônio histórico documental**. Rio de Janeiro: Museu da Astronomia e Ciência Afins, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.
- CAMBRAS, J. **La Rilegatura: Le tecniche e i procedimenti passo passo per proteggere e abbellire i libri**. Milano: Il castello, 2006.

CESSARES, N.; TANAKA, A. P. H. **Preservação de Acervos Bibliográficos: Homenagem a guita Mindlin**. São Paulo: Associação Brasileira de Encadernação e Restauro, Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

GILLONAY, B. **A igreja e os Capuchinhos do Rio Grande do Sul 1895 - 1909**. Porto Alegre: EST Edições, 2007.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Unicamp, 1996.

PINHEIRO, A. V. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, H. de C.; BARROS, M. H. T. C. de (Orgs.). **Ciência da Informação: múltiplos diálogos**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2009, p. 31-44.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. RJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMOS, F. B.; ACOSTA, C.; RELA, E. (2020). Da capa à contracapa. **ETD - Educação Temática Digital**, 22(1), 145-163. Disponível em <<https://doi.org/10.20396/etd.v22i1.8653276>>; <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8653276/22101>>.

ZUGNO, V. L. **Capuchinhos Franceses no Rio Grande do Sul: Presença e missão na Região Colonial Italiana e Campos de Cima da Serra**. Porto Alegre: ESTEF, 2017.



A INDUSTRIALIZAÇÃO DE CANOAS NAS DÉCADAS (1950-1980): MEMÓRIAS DE TRABALHADORES

Leonel Valdenir Moraes

Universidade La Salle

Introdução

Este é um projeto de pesquisa em memória social que se insere no campo de estudos de memória, cultura e identidade deste Mestrado Profissional, tendo como tema as memórias de ex-trabalhadores sobre o processo de industrialização de Canoas entre as décadas de 1950 e 1980. Sua proposta de produto final é a constituição de um repositório para reunir as narrativas de ex-trabalhadores. Trata-se de uma espécie de Memorial Virtual do Trabalho e dos Trabalhadores de Canoas (MVTTC) com acesso universal, custodiado no site do Museu Histórico La Salle, da Universidade La Salle.

Minha proximidade com este tema está relacionada à minha própria trajetória de vida e profissional. Minha família, de pequenos agricultores, migrou do município de Camaquã, zona sul do Estado, para Canoas, em 1964. O meu pai foi trabalhar nas obras de construção da Refap e uma irmã empregou-se na metalúrgica Micheletto. Na década de 1970, foi a minha vez de ir trabalhar nas indústrias canoenses, começando pela Metalúrgica Liess, passando pela Massey Ferguson e chegando na Refinaria Alberto Pasqualini, onde permaneci por quase 30 anos. Sendo que, ao final da minha graduação em História, em 2019, o meu trabalho final foi justamente uma pesquisa sobre o processo de industrialização de Canoas e a implantação desta refinaria da Petrobras, que constituiu-se em um marco fundamental para o desenvolvimento econômico do município. Fiz apresentações desta pesquisa na Feira do Livro de Canoas, em 2019 e no V Colóquio de História, Cultura e Religiosidades Afro-brasileiras da Universidade La Salle.

Para a compreensão da memória dos ex-trabalhadores, assim como a do trabalho em Canoas, é preciso contextualizar que a cidade, que se emancipou do município de Gravataí em 1939, desde os primórdios, foi investida de medidas públicas para que se tornasse um polo industrial. Seja pela proximidade com o Quarto Distrito de Porto Alegre que se industrializou a partir da Era Vargas, ou por ser caminho para as colônias alemãs de São Leopoldo e Novo Hamburgo, que se ligavam à capital por ferrovia e mais tarde pela estrada que viria a ser a BR 116, Canoas era conhecida como “cidade dormitório de Porto Alegre”, para depois se tornar um dos principais polos industriais do Estado.

Canoas, Industrialização e Crescimento Urbano

Os relatos históricos, neste sentido, dão conta de que a primeira região da cidade que recebeu a instalação de indústrias foi a mais próxima de Porto Alegre, ao lado do rio Gravataí, hoje conhecida como o bairro Rio Branco. A inauguração, em 1936, do matadouro e frigorífico Frigosul (Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros) pode ser considerada a primeira grande instalação industrial de Canoas. Mais tarde, ainda na margem do rio Gravataí, se instalaram algumas indústrias do ramo de fertilizantes. O frigorífico atraiu muitos trabalhadores de outras regiões do estado, fazendo com que a empresa instalasse ao lado uma vila com casas populares para os seus operários morarem perto do local de trabalho. Do outro lado da estrada de ferro, surgia a Villa Nictheroy, que atraía trabalhadores de Porto Alegre e locais, pois era possível encontrar terrenos com preços mais acessíveis para construir suas moradias (VIEGAS, 2011).

Com o crescimento da industrialização a partir da Segunda Guerra Mundial, Porto Alegre se constituiu, nas décadas 1950/60, no terceiro polo industrial mais importante do país. Sendo a maior concentração de empresas no chamado Quarto Distrito, justamente na divisa com Canoas, fato que também acompanhou um grande crescimento

populacional nesta região, pois os operários preferiam residir próximo ao local de trabalho. Com o passar do tempo, muitas destas indústrias, ou por falta de espaço para ampliação ou por exigências ambientais mais rigorosas, passaram a se deslocarem para regiões mais espaçosas de Porto Alegre e outras mudaram-se para Canoas, que as atraía com incentivos fiscais e boa localização para o escoamento da produção (FORTES, 2004).

Entre as várias empresas que deixaram a capital e se transferiram para Canoas nessa época temos: a indústria de embalagens de papel Moschetti, fundada em 1928, que se instalou no bairro São José em 1954; a metalúrgica Micheletto, fundada em 1912 e que começou a fabricar parafusos em 1919, transferindo-se para o bairro São Luiz em 1963, e a Metalúrgica Liess, fundada em 1946, instalando-se no Bairro Igara em 1973.

A partir da metade do século XX, o Rio Grande do Sul e o Brasil, de forma geral, passaram por um forte processo de urbanização, seja por políticas de estado, que fomentaram a industrialização das cidades, ou por crises na produção agrícola voltada para a exportação. Dados dos censos demográficos realizados pelo IBGE, demonstram claramente isto: em 1940, tínhamos um total de 3.320.689 habitantes no Estado, 2.286.294 vivendo no campo e 1.034.395 nas cidades; em 1960, a população gaúcha cresceu para 5.388.659 habitantes, 2.969.690 viviam no campo para 2.418.969 nas cidades; já em 1980 a proporção se inverteu, o estado tinha 7.773.837 habitantes, com 5.250.940 vivendo nas cidades e 2.522.897 no campo (SOARES, 2007).

Neste sentido, Soares afirma, em História Geral do Rio Grande do Sul: na segunda metade da década de 50, a indústria porto-alegrense extravasou os limites da Capital, convertendo, segundo Paul Singer (1977), os núcleos urbanos de Guaíba, Canoas e Sapucaia do Sul em autênticos “subúrbios industriais”, com relação aos quais havia uma perfeita continuidade urbana. (SOARES, 2007, p. 303). Todos estes grandes complexos industriais proporcionam grande procura por mão de obra, tanto de fora do Estado, como, principalmente, do interior do Rio Grande do Sul, com a predominância da zona sul devido à crise no setor primário e na indústria de alimentação.

Canoas salta de uma população de 95.401 habitantes em 1960, para 220.448 habitantes em 1980, consolidando-se como o quarto município mais populoso do Estado, posição que mantém até hoje, sendo que no último censo do IBGE do ano de 2010 é contatada uma população de 323.827 habitantes, sendo a cidade com maior população da Grande Porto Alegre. Todo este crescimento populacional, trouxe ao poder público municipal muitos desafios em termos de moradia e saneamento básico para estes moradores. Desde a década de 1940, começam a surgir vários loteamentos irregulares em áreas alagadiças e de preservação ambiental, que aos poucos foram sendo regularizadas e melhoradas. Foram nesses loteamentos que se fixaram os trabalhadores do parque industrial canoense.

Trabalho, História e Memória

A indústria constitui hoje um dos setores mais avançado e dinâmico da economia e traz consigo um conjunto de transformações, como a criação e a difusão da tecnologia, o surgimento de novas classes sociais, o crescimento das cidades, o aceleramento do comércio nacional e internacional, entre outras. Dentre as novas classes sociais surgidas no processo de produção fabril, os trabalhadores constituem uma das dimensões importantes do processo produtivo e de novas relações sociais e culturais, isso porque o espaço fabril se coloca como marco organizatório e disciplinador de uma nova modalidade de trabalho, de formação técnica desse setor social e de relações econômicas e sociais de trabalho

A partir de novas visões sobre o estudo e pesquisas históricas, na segunda metade do século XX e com a aproximação com outras ciências como sociologia, filosofia, antropologia e psicologia, os historiadores passaram a usar uma diversidade maior de fontes e deste modo desvendaram vários aspectos da vida cotidiana, dando voz e visibilidade a sujeitos históricos até então invisibilizados. Alguns chamaram de “história vista de baixo”, outros de história social. “Sob este pano de fundo, podem-se reunir desde pesquisas em história social do trabalho e da urbanização, em sentido clássico, até as formulações mais recentes relativas à vida cotidiana, às identidades sociais, ao controle social e à cidadania (CASTRO, 1997).



Tendo em vista este cenário, como questão inicial proponho o que segue: Como ex-trabalhadores que atuaram no processo de industrialização de Canoas reconstruem memórias sobre esse período? Outras perguntas alinhadas a esta são: Quem eram esses trabalhadores? Qual a sua procedência? Como chegam e passam a residir em Canoas? Como foi sua inserção no mercado de trabalho local? Vincularam-se a algum grupo político, a alguma organização sindical, partidária e/ou comunitária? Como se articularam para viver em Canoas, em termos de ocupação dos espaços urbanos, moradia, lazer?

A partir desses questionamentos pretendo, por um trabalho de memória: mapear ex-trabalhadores de indústrias que se estabeleceram em Canoas entre as décadas de 1950 e 1980, realizando entrevistas orientadas na metodologia da História Oral. De modo que estes antigos trabalhadores relatem as suas experiências de vida e possam se reconhecer neste processo de construção da cidade de Canoas.

Ao abordarmos o conceito de memória e memória social, vemos que a psicóloga Jô Gondar faz importantes considerações no sentido de que o termo, além de polissêmico é também transdisciplinar, ou seja, pode ser abordado por vários campos da ciência separadamente assim como pode ser transversal às várias abordagens, buscando áreas de convergência:

A memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito. Este conceito se encontra em construção a partir de disciplinas diversas (GONDAR, 2005, p. 15).

A autora ainda nos diz que toda a vez que nos posicionamos em questões relacionadas à memória social, estamos fazendo escolhas e seguindo algum direcionamento “sobre o que vale ou não ser recordado”, pois não existe uma lembrança ou um documento neutro, sem sentido, estes são sempre o resultado do quadro social ou da sociedade que os produziu:

Há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do conservar e do que interrogar. Há nessa escolha uma aposta, um penhor, uma intencionalidade quanto ao porvir. Tanto quanto o ato de recordar, nossa perspectiva conceitual põe em jogo um futuro: ela desenha um mundo possível, a vida que se quer viver e aquilo que se quer lembrar (GONDAR, 2005, p. 17).

Quando tratamos de questões ligadas à memória humana, não podemos deixar de recorrer a Maurice Halbwachs, um dos precursores dos estudos neste campo, no início do século XX que nos diz que embora o ato de lembrar seja pessoal e individual, ligado ao subconsciente, está sempre influenciado por elementos externos, conforme os grupos sociais que o indivíduo participa:

...mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque na realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Isto remete ao que se pretende neste estudo, ou seja, as narrativas de trabalhadores sobre suas experiências de trabalho e de vida em comunidade no período estudado.

Halbwachs também nos fala sobre a relação de memória coletiva e o espaço onde atuamos, lugar onde vivemos e que ocupamos. Não só um espaço físico, mas um espaço social, abstrato onde recordamos e preservamos as nossas lembranças:

É sobre o espaço, sobre o nosso espaço - aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir - que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 143).



Michael Pollak nos traz outras contribuições sobre os estudos da memória, dentre as quais a noção de “memórias subterrâneas” que trata de privilegiar as camadas sociais menos favorecidas e as minorias marginalizadas. Podemos considerar neste espectro as questões relacionadas aos movimentos sociais e dos trabalhadores que desenvolvem o seu trabalho de forma, às vezes, quase imperceptível e que vem a tona em momentos de crises sociais:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4).

Pollak também faz considerações sobre a relação entre memória e identidade, afirmando que estas são construções sociais, tanto individualmente como coletivas:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 205).

Neste sentido, será importante perceber como esses ex-trabalhadores que serão entrevistados se inserem neste processo de industrialização e urbanização de Canoas no período estudado, até que ponto eles teriam consciência das transformações sociais em curso e o reflexo em suas vidas.

Etapas da Pesquisa

A pesquisa, quanto a sua abordagem, enquadra-se como qualitativa, visando a obtenção de dados sobre as pessoas e seus locais de trabalho no contexto social do município de Canoas no período em questão. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. O que é muito adequado às ciências sociais. Já na sua natureza, enquadra-se como aplicada e seus objetivos são descritivos.

A pesquisa bibliográfica consistirá na busca e catalogação, fazendo fichamentos de publicações científicas que se relacionem com a temática da pesquisa, atinentes à memória social, história social do trabalho e constituições de memoriais. Tratam-se de materiais para embasamento teórico para o meu trabalho e de exemplos para a formação do meu produto final. Alguns autores que se dedicam aos estudos de memória e memória social já foram consultados, como citados anteriormente.

Reunião de documentação e imagens sobre o processo de industrialização, as condições de vida dos trabalhadores e seus envolvimento sociais e comunitários para serem catalogadas e fazer parte do Memorial. Tenho como possíveis fontes, jornais da época no Arquivo Histórico Municipal Dr. Sezefredo Azambuja Vieira, documentos existentes nos arquivos da Câmara de Vereadores de Canoas, nos arquivos da Câmara de Indústria e Comércio de Canoas, de sindicatos e por fim, possíveis acervos pessoais de pessoas a serem contatadas para colaborarem com a pesquisa.

O campo será realizado a partir da metodologia da História Oral (ALBERTI, 2005). Pretendo realizar pesquisa com antigos trabalhadores de indústrias de Canoas, previamente contatados, com roteiros temáticos para relatarem suas experiências e também trajetórias de vida. Assim, o narrador poderá narrar sobre sua própria experiência ou aquela contada por outros. O interesse está naquilo que é lembrado sobre a sua vida laboral e a conjuntura social da época. Penso em começar ouvindo trabalhadores de algumas empresas que marcaram este processo, seja por importância econômica ou que geraram muitos empregos, por exemplo: o Frigosul, que foi a primeira grande empresa do município e hoje extinta; a Refap que iniciou operações em 1968 e até hoje tem grande importância em arrecadação de tributos; a metalúrgica Minuano que começou montando automóveis na década de 1950, passou por Massey Ferguson e hoje é AGCO.

Quanto à escolha final dos entrevistados, vou procurar seguir os preceitos que Alberti (2005) indica para pesquisas de história oral, ou seja, pessoas que estejam de acordo com os objetivos da pesquisa, que não é baseada em amostragem quantitativa e sim que o entrevistado possa agregar dados com sua experiência de vida. Fazer uma lista prévia de possíveis entrevistados sempre é recomendado, e neste momento estou trabalhando para isto, uma iniciativa tomada foi solicitar o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas para a indicação de trabalhadores aposentados das indústrias mais antigas e representativas para posterior contato.

Considerações Finais

A relevância deste trabalho, que se encontra em fase inicial, consiste na ampliação da construção de conhecimentos sobre o trabalho e o trabalhador em Canoas, a partir de suas próprias percepções, uma vez que são tidos aqui como atores principais do processo. Também, com a produção e reunião de fontes no Memorial Virtual, contribuo com a constituição de uma memória auxiliar, que venha a somar na compreensão das mudanças no mundo do trabalho contemporâneo.

Fazer pesquisa sobre memória do trabalho e dos trabalhadores reveste-se de relevância, tanto a nível local, regional e nacional, tendo em vista que existem lacunas na literatura sobre esse tema. Apesar dos estudos sobre Canoas já terem avançado e mantido sua continuidade, faz-se necessário aprofundamentos em relação aos movimentos comunitários, sindicais e operários no município.

Referências

- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- CASTRO, H. História Social, In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FORTES, A. **Nós do Quarto Distrito: A Classe Trabalhadora Porto-Alegresense e a Era Vargas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- GONDAR, J. Quatro Posições Sobre Memória Social, In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Orgs.). **O Que é Memória Social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Edições Vértice, São Paulo, 1990.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**. CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso: em 12 jun. 2020.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 31 Jul. 2020.
- SOARES, P. R. R. Do rural ao urbano: demografia, migrações e urbanização (1930-85). In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Meritas, 2007.
- VIEGAS, D. H. Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959). **Dissertação**. (Mestrado em História) – Fac. de História, PUCRS. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2376?mode=full>>. Acesso em: maio 2019.

OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E A CUSTÓDIA DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Djiovan Vinícius Carvalho

PPGH/UPF e IHPF

Vanessa Gomes de Campos

PPGH/UPF e AHCMPA

Introdução

Nascidos com a proposta de se pensar a história da região onde se inseriam, os Institutos Históricos e Geográficos (IHG) foram os principais espaços de produção historiográfica sobre temas locais e/ou regionais, entre os séculos XIX e XX. Para além de produzir história, muitos IHG tornaram-se locais profícuos para a custódia de documentos, constituindo-se em verdadeiros centros de memória. Como se observa na maioria dos estatutos dos Institutos, calcados no paradigma institucional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), os objetivos principais convergiam em coligir, classificar e conservar os documentos, livros, cartas geográficas e objetos relacionados à História, Geografia, Arqueologia, Etnografia, Paleontologia, Línguas Indígenas e Folclore, a fim de se constituir o arquivo, a biblioteca e o museu.

Com a mudança paradigmática nos locais da produção historiográfica - deslocada dos Institutos para as universidades -, essas instituições passaram a questionar-se sobre seu papel na sociedade atual. Muitos desses questionamentos, ao menos do RS, encetaram-se com a realização dos encontros e fóruns de IHG, realizados durante os anos 2000, retomados em 2017.

Partindo do pressuposto que algumas inquietações são geradas a partir do nosso cotidiano profissional, propomo-nos a refletir sobre o papel dos IHG, tendo como base as instituições rio-grandenses, enquanto instituições de memória e de custódia de acervos. Por meio da aproximação entre a História e a Arquivística, o texto objetiva ampliar as discussões acerca da atuação dessas instituições na atualidade, considerando o deslocamento de espaço privilegiado de produção historiográfica para transformar-se em um local de custódia do patrimônio documental.

O IHGB e os Institutos Provinciais

Conforme Guimarães (2011), a compreensão das operações de visibilidade e incorporação dos “restos e traços do passado” em dado contexto pode ser determinante na definição destes mesmos restos como patrimônio histórico. Nesse sentido, condicionantes como seleção, guarda e disponibilização de acervos em instituições de memória podem definir como são elaborados os discursos e narrativas partilhados coletivamente, assim como o contrário.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surgiu em 1838, na capital do Império, atendendo a demandas específicas para a definição de nação brasileira, unida, reforçada historicamente, a fim de se confirmar perante as demais nações. Calcada no Iluminismo dos fins do século XVII e do século XVIII, quando o conhecimento era produzido nas academias literárias e provinciais, a história deveria ser adotada como “mestra da vida” concebida e inserida em uma tradição de civilização e progresso (GUIMARÃES, 1988, p. 8). Como afirmam Thiesen (2009) e Guimarães (2011), a Revolução Francesa teria sido o grande marco na mudança de pensamento em relação à necessidade de se criarem instituições que organizassem o passado.

A escrita da história nacional brasileira foi confiada ao IHGB, “instituição oficial sob a proteção de Sua



Majestade Imperial” (LAZZARI, 2004, p. 23), a qual objetivava construir a imagem do Brasil como frente avançada de uma civilização esclarecida e longe do caos (GUIMARÃES, 1988, p. 13), contando com a centralização de matérias e materiais que proporcionassem tal abordagem.

Tendo em vista esse projeto, iniciou-se um grande empreendimento de identificação e localização de fontes primárias, com viagens e excursões pelo interior do país, a fim de encontrar material que subsidiasse a escrita da história nacional. De acordo com Maleval (2019, p. 629), “a unidade, que com muita dificuldade estava sendo perpetuada no âmbito político, era uma possibilidade, ainda que distante, no campo da escrita da história e do estabelecimento de uma memória brasileira”. A expectativa da centralização de materiais na capital do Império atenderia à organização da memória, assim como a própria organização do passado. Para contribuir com o projeto, apontava-se a necessidade da criação de “institutos históricos provinciais”, que canalizariam de volta para o Rio de Janeiro informações sobre as diferentes regiões do Brasil (GUIMARÃES, 1988; BOEIRA, 2012).

Em 1º de março de 1860 foi criado o Instituto Histórico da Província de São Pedro, constituído por cidadãos eminentes e sob a autorização do presidente da província, Joaquim Antão Fernandes Leão, que também integrava seu quadro social. Na sessão inaugural foi declarada a filiação ao IHGB, representado pelo porto-alegrense Antônio Álvares Pereira Coruja, radicado no Rio de Janeiro, membro do IHGB e, a partir daquela data, sócio correspondente do congênere sul-rio-grandense. Nas fileiras do mesmo Instituto provincial, encontrava-se o general Manoel Marques de Souza, o barão de Porto Alegre, único presidente da instituição (LAZZARI, 2004). O IHGPSP sobreviveu entre os anos de 1860 a 1864 e, apesar de sua curta duração, foi representativo em sua trajetória político-militar, pulverizado com representantes nas entranhas do território.¹

Findada a experiência do século XIX, apenas na década de 1920 novo contexto histórico, social, político e cultural possibilitou o surgimento de outra instituição similar em território sul-rio-grandense: o IHGRGS. Conforme Martins (2015, p. 18), o IHGRGS se estabeleceu como “a principal instância intelectual no campo historiográfico no Rio Grande do Sul”, tendo encontrado o momento propício para definir um espaço social aos intelectuais rio-grandenses, cujas pretensões eram a organização e institucionalização do saber histórico.

Nesse espírito, foram elaborados os estatutos da nova instituição, que objetivava coligir, classificar e conservar os documentos (sempre chamados de manuscritos), livros, cartas geográficas e objetos relacionados à História, Geografia, Arqueologia, Etnografia, Paleontologia, Línguas Indígenas e Folclore, a fim de constituir o *arquivo*, a *biblioteca* e o *museu* do IHGRGS.² Assim, o IHGRGS também surgia com a tarefa de constituir seu próprio acervo, tal como a proposta do IHGB, quase um século antes.

Produção do saber histórico: entre perdas e legitimidades

Martins (2015) identificou dois momentos significativos na conformação da esfera intelectual do IHGRGS: um de protagonismo, enquanto integrantes de uma instituição privilegiada e detentora do monopólio da produção histórica, e outro de crise institucional instaurada, perdendo gradativamente a legitimidade a partir da década de 1950. O processo que se seguiu culminou na década de 1980.

1 O IHGPSP foi a primeira tentativa de criação de uma instituição equivalente ao IHGB no período monárquico, seguida pela província de Pernambuco (1862), ainda existente e hoje denominado Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. No período republicano, nasceram os de São Paulo e da Bahia (1894). Em 1902, criou-se o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e em 1907, o de Minas Gerais. Antes do IHGRGS (1920), foi criado o do Pará (1917) e, após, o de Amazonas (1931).

2 Importante referir que o art. 1º dos estatutos do IHGB, cumprido desde a sua fundação, como menciona Vicente Costa Santos Tapajós, é o de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessário para a História e Geografia do Brasil” (ALBUQUERQUE, 1990, p. 17).



Entre os anos de 1950 a 1970, o IHGRGS seguia com suas funções de competência científica, “emitindo pareceres demandados pelas próprias autoridades educacionais do estado” (RODRIGUES, 2002, p. 191) e mesmo com a criação do curso de História e Geografia da Universidade de Porto Alegre em 1940, de acordo com as pesquisas de Rodrigues (2002), não houve sequer indícios de disputa entre as duas instituições no campo da pesquisa: “se o curso possibilitava uma atuação profissional mais especializada nas áreas de estudo que abrangia, não oferecia, porém, o estatuto de autoridade científica aos seus docentes/pesquisadores” (p. 191).³

Na segunda metade do século XX a progressiva perda de legitimidade se consolidava, à medida que a História se desenvolvia como disciplina e se inauguravam entidades específicas para lidar com os mais variados assuntos, tal como a regionalização dos órgãos de patrimônio histórico (MEIRA, 2018).

A década de 1980 mostrou-se como um momento de transformação da produção historiográfica. Período de redemocratização da política, de ampliação dos conceitos e das políticas culturais, a época foi marcada, também, pela interiorização e fortalecimento dos programas de pós-graduação em História,⁴ o que consolidou o deslocamento da produção historiográfica dos IHG para as universidades.

Institutos Históricos e custódia do patrimônio documental

Ao longo dos séculos XX e XXI foram sendo criados os demais Institutos por todas as áreas do estado. Com o evidente objetivo de pensar a história de sua região, os Institutos, em muitos casos, tornaram-se locais atrativos para a doação de acervos: documentos, livros, objetos, etc., oriundos de diversas proveniências, o que tornam, hoje, os IHG polos de preservação de bens culturais.

Nesse ponto, tomamos como exemplo a criação do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), atualmente o mais antigo IHG do interior do estado em funcionamento. Fundado em 15 de abril de 1954, o IHPF foi pensado inicialmente como um Centro de Estudos Históricos Pró-Centenário de Passo Fundo, visando levantar as mais variadas informações para a programação do 1º Centenário de emancipação do município, o qual iria ocorrer no ano de 1957. No período subjacente, o IHPF tornou-se a entidade responsável por redigir pareceres históricos sobre os mais variados temas, tendo voz ativa na escolha de homenagens aos “vultos históricos” do município de Passo Fundo e, a partir da produção de seus membros, papel de destaque na produção historiográfica local; também passou a ser uma das principais instituições de guarda de documentos, a partir da aquisição dos acervos pessoais de seus próprios membros (CARVALHO; MATTOS; MIRANDA, 2019).

Sendo assim, além da institucionalização do saber histórico é possível identificar os IHG como lugares onde a memória se ancora, institucionalizando-se os restos e traços do passado. Tal como afirma Heymann (2009, p. 12), o local de guarda funciona como legitimador e age no sentido de valorizar os materiais.

3 Na década de 1940, foi criado o curso de História e Geografia da Universidade de Porto Alegre. Mara Rodrigues (2002), que investigou sobre o processo de institucionalização da formação superior em história na Faculdade de Filosofia da UPA/URGS, analisou a relação entre o IHGRGS e o curso de História e Geografia da UPA/URGS nas décadas de 1940 e 1950. A historiadora concluiu que a posição da direção da faculdade parecia ser de “indiferença”, pois “não havia uma atitude clara de disputa que pudesse explicar a escassez de contatos formais entre ambos” (p. 184). O que explicaria essa situação de indiferença seria a concepção da direção da faculdade como sendo vocacionada para uma “Escola Normal Superior”. Assim, uma e outra instituição teriam concepções distintas sobre os seus fins e atribuições: uma voltada para a pesquisa e outra para o ensino. A orientação confessional católica era mais importante do que o pertencimento ao IHGRGS no padrão de ingresso e recrutamento para o corpo docente do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia da UPA/URGS e a produção escrita não era uma qualidade exigida como critério de seleção para o corpo docente da Faculdade de Filosofia (p. 189).

4 Iniciada no Brasil em 1971, a pós-graduação em História teve rápido crescimento. Entre 1971 e 1979 foram criados 12 cursos de mestrado e um de doutorado, na década seguinte foram criados mais cinco cursos de mestrado e quatro de doutorado. Ou seja, em fins dos anos 1980 estavam funcionando no Brasil, 16 cursos de mestrado e cinco de doutorado (FICO; POLITO, 1992).



Os IHG são instituições que se revestem de significados como locais legítimos de preservação de materiais relacionados à história, seja ela individual/familiar e/ou local/regional. Os acervos, formados especialmente através de doações, recebem documentos, livros, mapas, objetos, tanto dos sócios (vivos ou falecidos), quanto da sociedade em geral, que confia e delega a custódia de itens a que atribui valores culturais e históricos. E essa relação é importante para entendermos a atuação dos Institutos Históricos atualmente, pois é preciso compreender que custodiam bens culturais que dizem respeito à história e à memória de diversos grupos e, que, portanto, tornam-se patrimônio.

Com isso, entendemos que o atributo de “guardiões da memória” dos IHG está ligeiramente defasado, à medida que a produção historiográfica já não é mais o eixo norteador de seu funcionamento e a instituição precisa ressignificar-se e encontrar seu novo papel social. O acervo acumulado ao longo do funcionamento dos IHG – e que ainda continua a receber e acumular – será o principal responsável em atualizar a função institucional, que passa de “guardião da memória” para a o entendimento e atuação em torno à noção de custódia do patrimônio.

Nesse sentido, a custódia, independente de vínculo de propriedade, (SILVA, 2016) implica aos IHG assumirem as responsabilidades de *guarda*, enquanto lugares de preservação que conferem autenticidade e legitimidade permanentes, e *proteção*, pois é preciso cuidar e deixar seguros os acervos compostos por materiais frágeis e vulneráveis. Haverá uma relação entre o material custodiado e quem o custodia, demandando-se o tratamento técnico profissional dos acervos, a fim de devolver à sociedade materiais que constituem sua memória e patrimônio.

Cabe mencionar que os acervos mais volumosos ou mais significativos custodiados pelos Institutos são de origem privada, provenientes de famílias, indivíduos ou de empresas que, muitas vezes, tiveram sua guarda recusada em instituições públicas. A isso, agregam-se duas importantes constatações, sobretudo vinculadas ao *patrimônio documental*: a tradição de recolher-se aos arquivos públicos apenas a documentação produzida/recebida pelos órgãos das instituições públicas (concebendo-se que os acervos pessoais e privados pertenciam às bibliotecas) e a ausência de políticas de proteção a esse tipo de patrimônio no Brasil. Desde as origens, o patrimônio histórico relacionava-se aos bens de caráter material (móveis, obras de arte, peças arqueológicas, conjuntos urbanos, igrejas, sobrados) que fizessem menção aos “fatos memoráveis da História do Brasil” (CHUVA; NOGUEIRA, 2012), sendo o patrimônio documental propriamente dito, segundo Camargo (1999, p. 15), marginalizado pelas políticas públicas de proteção. OS IHG são *custodiadores* de importantes materiais, uma vez que os arquivos pessoais ou privados se configuram como um espaço privilegiado para a compreensão de fatos e contextos históricos, redes intelectuais, além de sistemas políticos, econômicos e culturais, por guardarem documentos que não dizem respeito somente ao titular do acervo. Indo mais além, Luciana Heymann (2005, p. 1-2) posiciona-se dizendo que “o arquivo pessoal pode ser reconhecido como patrimônio, legado e lugar de memória”. Seguindo essa mesma noção, Oliveira (2012, p. 31) afirma que “os arquivos pessoais e familiares passaram a se destacar quando entendidos como patrimônio a ser preservado pela sociedade”, ou seja, a partir do reconhecimento de seu valor para os estudos históricos.

Considerações finais

Inseridas dentro de contextos específicos, as criações dos Institutos Históricos e Geográficos (IHG) no Brasil tinham como proposta inicial pensar a história de suas regiões. Ao longo dos séculos XIX e XX, essas instituições consolidaram-se como os principais espaços de produção historiográfica, contudo, para além de produzir história, muitos IHG tornaram-se espaços para a custódia de documentos, constituindo-se em verdadeiros centros de memória.

Na década de 1980, com a consolidação da pós-graduação no Brasil, e conseqüentemente na ampliação da produção historiográfica vinculada à academia, os IHG perderam o status de principais representantes da historiografia. Essa mudança paradigmática fez com que as instituições questionassem seu papel social, o que levou a uma série de reflexões sobre sua atuação.



No caso das instituições estabelecidas no Rio Grande do Sul, articuladas por meio de fóruns de discussão, chegou-se à conclusão que algumas delas deslocaram seu status de entidades produtoras de história para instituições de memória e de custódia de acervos. Nosso objetivo, nesse texto, não foi encerrar as discussões acerca desses deslocamentos, mas sim refletir, a partir de um deslocamento de espaço privilegiado de produção historiográfica para transformar-se em um local de custódia do patrimônio documental, aproximando-se a disciplinas, como a Arquivística, que proporcionem o tratamento adequados aos materiais e auxiliem na reflexão acerca do papel dessas instituições na atualidade como *mediadoras* na construção do saber.

Referências

- ALBUQUERQUE, C. C. (Coord.). **IHGB: 150 Anos**. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.
- CAMARGO, C. R. A margem do patrimônio cultural: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). **Tese** (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 1999.
- CAMPOS, V. G. de (Org.). Inventário dos Institutos Históricos e Geográficos no Rio Grande do Sul: de guardiões da memória à custódia do patrimônio. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, 2018.
- CARVALHO, D. V.; MATTOS, I. N. de.; MIRANDA, F. B. de. **Dar realidade a um ideal: de centro de estudos históricos a Instituto Histórico de Passo Fundo**. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2019.
- CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.
- FICO, C.; POLITO, R. **A história no Brasil (1980-989): Elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: UFOP, 1992.
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Histórica**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUIMARÃES, M. L. S. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, História e Patrimônio, n. 34, p. 91-111, 2011.
- HEYMANN, L. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no **I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania** apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 de ago de 2005.
- HEYMANN, L. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. **Reunião de Antropologia do Mercosul**, 8, 2009, Buenos Aires. Processos de patrimonialização da cultura no mundo contemporâneo. Buenos Aires, 2009, GT 33.
- LAZZARI, A. Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910). **Tese** (Programa de Pós-Graduação em História). UNICAMP, 2004.
- MALEVAL, I. T. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850). **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 627-650, set/dez 2019.
- MARTINS, J. T. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudos das redes de solidariedade (e conflitos) entre os intelectuais (1920-1956). **Tese** (Programa de Pós-Graduação em História). PUCRS, 2015.



MEIRA, A. L. G. Retrospectivas das políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural no sul do Brasil. In: FRAGA, H. J. de.; *Et al* (Orgs.). **Experimentações, políticas culturais e patrimônios**. Porto Alegre: EST Edições, 2018, p. 15-30.

OLIVEIRA, L. M. V. de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

RODRIGUES, M. C. de M. A institucionalização da formação superior em história: o curso de geografia e história da UPA/UFRGS – 1943-1950. **Dissertação de Mestrado**. UFRGS, 2002.

SILVA, M. da. A custódia como guarda e proteção aos arquivos: uma abordagem etimológica. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 45-60, jul/dez, 2016.

SILVEIRA, D. O. “O passado está prenhe do futuro”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em História). UFRGS, 2008.

THIESEN, I. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção de conhecimento. **MAST Colloquia**, v. 11. **Museus e Museologias. Interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST-MCT, 2009.

WEHLING, A. **De formigas, aranhas e abelhas**: reflexões sobre o IHGB. Rio de Janeiro: IHGB, 2010.



O ARQUIVO DE THIAGO WÜRTH: ARTICULANDO MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA

Mireile Steiner de Sousa

Cleusa Maria Gomes Graebin

Universidade La Salle

Introdução

Este trabalho dá continuidade ao estudo realizado sobre o Professor Thiago Matheus Würth⁵ (1893-1979), intelectual generalista, memorialista, pesquisador, escritor e personagem destacado não só nos cenários canoense/sul-rio-grandense/brasileiro, como no exterior, tendo em vista, entre outros, sua contribuição em relação à inclusão de crianças e jovens com deficiências, escotismo, curadoria do artista plástico Portinari na Exposição Munique 1953.

Figura 1 – Thiago Matheus Würth



Fonte: Arquivo Pessoal Thiago Würth

Thiago Würth (Figura 1) nasceu em Kaiserslautern, Alemanha, em 28 de fevereiro de 1893. Passou os primeiros anos de sua vida nas cidades de Lyon, Genebra e Paris, frequentando a Escola Comunal das Battignolles e College Chaptal. Em 1909, concluiu seu curso de magistério, com os Irmãos Maristas. Casou com Johanna Thoma em 1917, vindo para o Brasil, em 1919. Em 1926, fundou o Instituto Pestalozzi na cidade de Porto Alegre, instituição pioneira no Brasil, em educação especial, transferindo-se para Canoas no ano seguinte.

Desde 2016, uma das autoras faz a curadoria do Arquivo Pessoal de Thiago Würth, o qual permaneceu sem tratamento e consulta por cinquenta anos após a sua morte. Trata-se de um Fundo Documental que abrange, entre outros documentos, teses, artigos, traduções, conferências, imagens fotográficas e diversos escritos não publicados, intitulados por “Memórias”. Estes últimos têm como ponto de partida, experiências vividas pelo pesquisador indicando lugares, fatos históricos e considerações sobre o grupo social ao qual pertencia.

Após dois anos de trabalho na curadoria, entende-se que este tem relevância histórica/social e educacional, caracterizando-se como um bem cultural, passível de patrimonialização, pois se trata de conjunto documental sobre a trajetória histórica do professor, pioneiro na educação especial e participante ativo em diferentes atividades, entidades e organizações. Neste sentido destaca-se Thiago Würth como: membro regional da Liga de Defesa Nacional; membro do Serviço de Comunicação do Governo de Getúlio Vargas; criador da Federação de Escoteiros do Rio Grande do Sul; fundador da União dos Professores e do Sindicato dos Professores Particulares do Rio Grande do Sul; representante do Brasil como Adido Cultural da Embaixada Brasileira em Bohn e Munique; membro da Comissão Nacional do Código de Menores (1949); membro da Comissão de elaboração do Estatuto e Regulamento do Serviço Social de Menores do Rio Grande do Sul; membro da Academia de Letras do Rio Grande do Sul; membro do Conselho da Cruz Vermelha Brasileira; membro representante do Brasil na Union Mondiale pour La Sauvegarde de l'enfance et de l'adolescence - U.M.O.S.E.A, pasta que antecedeu *Organização das Nações Unidas* - O.N.U; participante em Congressos Internacionais sobre deficientes mentais de 1939 à 1969; Congresso Mundial da Associação Internacional de Juízes da Infância - Congresso Mundial da Associação Internacional de Educadores de Jovens Inadaptados, Bruxelas; Congresso Mundial da União Internacional de Proteção à Infância-Zagred-Iugoslávia; Congresso Internacional Ortopedagogia Viena, entre outros. Além disso, o acervo foi constituído abrangendo importantes períodos da história do Brasil e do Rio Grande do Sul, marcados pela Segunda Guerra Mundial, transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, o que o torna relevante para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

A situação em que o acervo se encontrava (Figura 2) motivou o seu Arranjo⁶, procedendo-se ao estudo da classificação e a ordem dada pelo seu titular, as quais são consonantes com a sua trajetória de vida e estudos realizados. O trabalho envolveu: a) Constituição do Fundo⁷ documental; b) preservação das informações do personagem Thiago Würth; b) segurança no armazenamento dos arquivos; c) salvaguarda de documentos particulares. Por ser de caráter particular/privado, é mantido sob a custódia de familiares e somente pessoas autorizadas têm acesso a ele.

Figura 2 – Documentos encontrados na Vila Joana Residência Thiago e Johanna Würth
1ª Fase da Organização documental



Fonte: Arquivo Pessoal Thiago Würth

De acordo com Bellotto, procurou-se manter a “organicidade de seus conjuntos e de suas relações com o criador e com o contexto de produção” (2008, p. VIII). Após fez-se um inventário sumário e um guia de busca.

A documentação foi organizada em um Fundo, por equipe composta por quatro integrantes, com níveis

de participação que foram desde o arranjo do Fundo, seguindo as normas da Arquivística, à digitalização de documentos: a) organização dos documentos, uns em relação aos outros; b) das séries, umas em relação às outras, algumas com respectivas subséries; c) identificação dos documentos através das caixas arquivos por cores (cinza, azul, preto, amarelo, vermelho, verde e transparente); d) colocação em maços e caixas; e) ordenação nas estantes; f) digitalização de documentos (por exemplo, 1596 imagens fotográficas).

O arranjo totalizou 101 (cento e uma) caixas-arquivo, de polipropileno com as dimensões 35 x 13 x 25 cm, contendo os maços de documentos. O período abrangido pela documentação compreende desde a data de 1905 até 2011. A documentação constante neste acervo está redigida nos idiomas: francês, alemão e português. O critério utilizado para organizar a documentação em séries e subséries foi temático ou tipológico.

O Fundo tem a seguinte configuração: 1) Série Instituto Pestalozzi (período de 1926 até 1979). Documentos subdivididos nas séries: Atas, Relatórios, Fotografias, Correspondências, Recortes de jornais – total de 9 caixas arquivo; 2) Série Conferências Internacionais; documentos subdivididos nas séries: Congresso Internacional Juizes de Menores 1939, Congresso Mundial da UMOSEA em Tunis, Congresso de Bruxelas em 1954, Colóquio Brasil-Europa, Estudos do Congresso de Napoli em 1962, Congresso dos Juizes de Menores de Paris em 1966 - total de 25 (vinte e cinco) caixas arquivo; 3) Série Estudos Nacionais e Regionais; documentos subdivididos nas séries: SESME, FEBEM, Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, Juizes de Menores do Brasil, SAM – Rio de Janeiro, SEM – São Paulo, Escola de Reforma Padre Cacique, Juizado de Menores de Porto Alegre, Plano de curadores de menores, Menores Transviados, Direitos dos Menores. Total de 49 caixas arquivos; 4) Série Genealogia da família de Thiago Würth; 2 caixas arquivos; 5) Série Clube de Mães Johanna Würth; total de 2 caixas arquivos; 6) Série Documentos diversos da Família Würth; total de 2 caixas arquivos; 7) Série Correspondência Particular Família Würth, cartas, cartões, postais e bilhetes dos familiares Würth; total de 4 caixas arquivos; 8) Série Armando Würth documentos diversos; total de 8 caixas arquivos. Na sequência, na Figura 3, uma imagem da situação do Arquivo no momento em que este trabalho é produzido.

Figura 3 – Arquivos Séries Conferências Internacionais - Vila Joana



Fonte: Arquivo Pessoal Thiago Würth.

Ao longo do tempo de trabalho na curadoria do Arquivo Pessoal de Thiago Würth, retomou-se o sociólogo francês Maurice Halbwachs que, em suas reflexões e escritos sobre memória coletiva, tangenciou a relação desta com acervos pessoais. Também, buscou-se Aleida Assmann cujo entendimento sobre arquivos os coloca como

“testemunho do passado” (2011, p. 367). Questionou-se se o Arquivo contém, neste caso em particular, a memória dos eventos, das atividades, enfim, da trajetória de Thiago Würth ou se seu acervo documental possibilita um trabalho de “[...] fixar a pertinência dos ‘quadros sociais’, das instituições e das redes de convenção verbal no processo que conduz à lembrança” (BOSI, 1987, p. 25-26). Neste sentido, o objetivo deste trabalho, ainda em fase inicial, é o de compreender como, a partir de um arquivo pessoal, é possível tratar-se sobre memória coletiva, familiar e grupal.

Teoricamente, trabalha-se com memória coletiva como construção social e a instrumentalidade dos arquivos. Metodologicamente, trata-se da compreensão da gênese do acervo documental nos contextos em que foram originados e produzidos e as razões da sua acumulação.

Acervos pessoais e suas definições

VIDAL questiona sobre acervos pessoais, definindo-o: “como o conjunto dos documentos produzidos ou/e pertencentes a uma pessoa, um indivíduo, resultante de uma atividade profissional ou cultural específica” (2007, p. 6). Neste sentido é fundamental ao pesquisador, investigar o motivo que leva alguém a preservar documentos, sejam eles de cunho pessoal ou gerados a partir de atividades diversas. Esse autor informa que nem tudo é arquivado, mas uma pessoa guarda aqueles aos quais confere maior importância. Assim, Britto assevera “existe uma Intencionalidade do titular do arquivo inerente em seus documentos, seja para formar um discurso sobre si, imagem de si ou outra finalidade” (2017, p. 165).

No verbete Arquivo pessoal, a Fundação Getúlio Vargas define: “são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas” (FGV,2020) Da mesma forma que Vidal, a compreensão dos autores do verbete identificam o caráter privado e intencional do titular em acumular documentos de acordo com as atividades desempenhadas e a valoração, segundo seu de juízo, de quais documentos irão compor o seu arquivo.

Para corroborar a pertinência da preservação/e ou conservação de acervos pessoais foi efetuado levantamento nos Bancos de Pesquisas Acadêmicas utilizando as palavras-chaves: arquivos pessoais, bens culturais, gestão de arquivos. Para tanto, promoveu-se um diálogo entre os autores Guedes, Britto, Bellotto e Vidal sobre a importância e pertinência para o campo da pesquisa do acervo pessoal na esfera de bem cultural.

De acordo com Guedes (2016) o bem cultural é compreendido como aquele bem que deve ser protegido, em virtude de seu valor e de sua representatividade para determinada sociedade. Deverá ter proteção legal, fazendo parte de uma lista, tanto em escala local, regional, nacional, mundial, dependendo de sua excepcionalidade, em diferentes categorias.

Em se tratando da relação arquivo pessoal e memória, Britto, ressalta que independentemente de quem era o titular do acervo, “um arquivo pessoal conterá informações que representarão tanto à memória individual como a memória coletiva” (2017, p. 158). Vidal comenta que a leitura de documentos de um arquivo privado permite o acesso “à sensibilidade de um período, para entender de forma mais aguda como se articula uma vida pessoal com os acontecimentos mais gerais” (2007, p. 6).

Ainda Britto, citando Tognoli e Barros, refere à conexão entre memória individual e coletiva ressaltando que: “O arquivo pessoal é a materialidade mais contundente na relação que estabelece entre a memória individual e a coletiva, à medida que os documentos ali encontrados fazem parte do ideário individual de uma pessoa, que fez parte de um grupo político e/ou artístico e produziu documentos, ou seja, ele foi influenciado e influenciou os saberes e discursos produzidos em uma determinada época” (2017, p. 158).

As considerações teóricas e conceituais de Britto repisa o ponto de vista de Assis sobre arquivos pessoais explicam que:



Arquivos pessoais podem ser percebidos como uma escrita de si: pessoas selecionam documentos – desde aqueles mais pessoais até aqueles relacionados à vida pública, passando por fotografias, objetos e correspondências – com o objetivo de compor relatos de suas histórias de vida. Os arquivos pressupõem, portanto, registros e lembranças de vida íntima, da vida profissional e, no caso, dos políticos e homens públicos, da vida pública, das redes de convivência e solidariedade (2017, p. 159).

Neste sentido, os estudos sobre o Arquivo Pessoal de Thiago Würth já permitem a verificação das diversas relações profissionais e sociais do titular e dá indícios de suas motivações na participação em movimentos e causas sociais, algumas tendo o papel de pioneiro e em outras como incentivador.

A relevância dos arquivos pessoais foi abordada por Bellotto (1978) identificando a problemática dos arquivos privados: “decorrem da reunião dos documentos, no seu mais lato sentido, originados da vida particular e profissional de políticos, estadistas, cientistas, escritores, líderes de movimentos sociais, filósofos cujas atividades tiveram importância para algum ramo do conhecimento ou acontecimento de relevância” (1978 p. 8). Ainda, indica a necessidade de preservação, cadastramento e divulgação dos acervos pessoais, destacando a importância da função arquivística em dissipar as desconfianças dos proprietários dos arquivos econômicos, sociais e privados de interesse para a história local e nacional.

É preciso ressaltar sobre a relevância dos arquivos pessoais, não o considerando secundário em relação a aquele de categoria institucional, bem como, fazer a crítica de posicionamentos que o remetem à construção biográfica de um sujeito. Assis informa sobre a valorização dos arquivos pessoais, comentando que esta

Ocorreu em um contexto de renovação da prática historiográfica: desenvolvimento da nova história cultural, redefinição e alargamento do conceito de documento/monumento, mudanças na escala de observação (a micro história) e na temática (vida privada, história do cotidiano, gênero, marginais. Representações, cultura material, etc.) e, por fim “redescoberta” do indivíduo (2009, p. 43).

Como tantos outros arquivos pessoais, o de Thiago Würth não foi criado por ele com propósitos de constituir-se em testemunho do seu legado, porém, ao longo do tempo veio a ter valores testemunhais, na medida em que faz a ponte entre suas experiências individuais e o contexto em que vivia. Também, como informa Assis, a seleção de documentos que foram guardados é indício de uma escrita de si, isto é, uma narrativa a partir de fragmentos, apontando para uma construção identitária.

Considerações finais

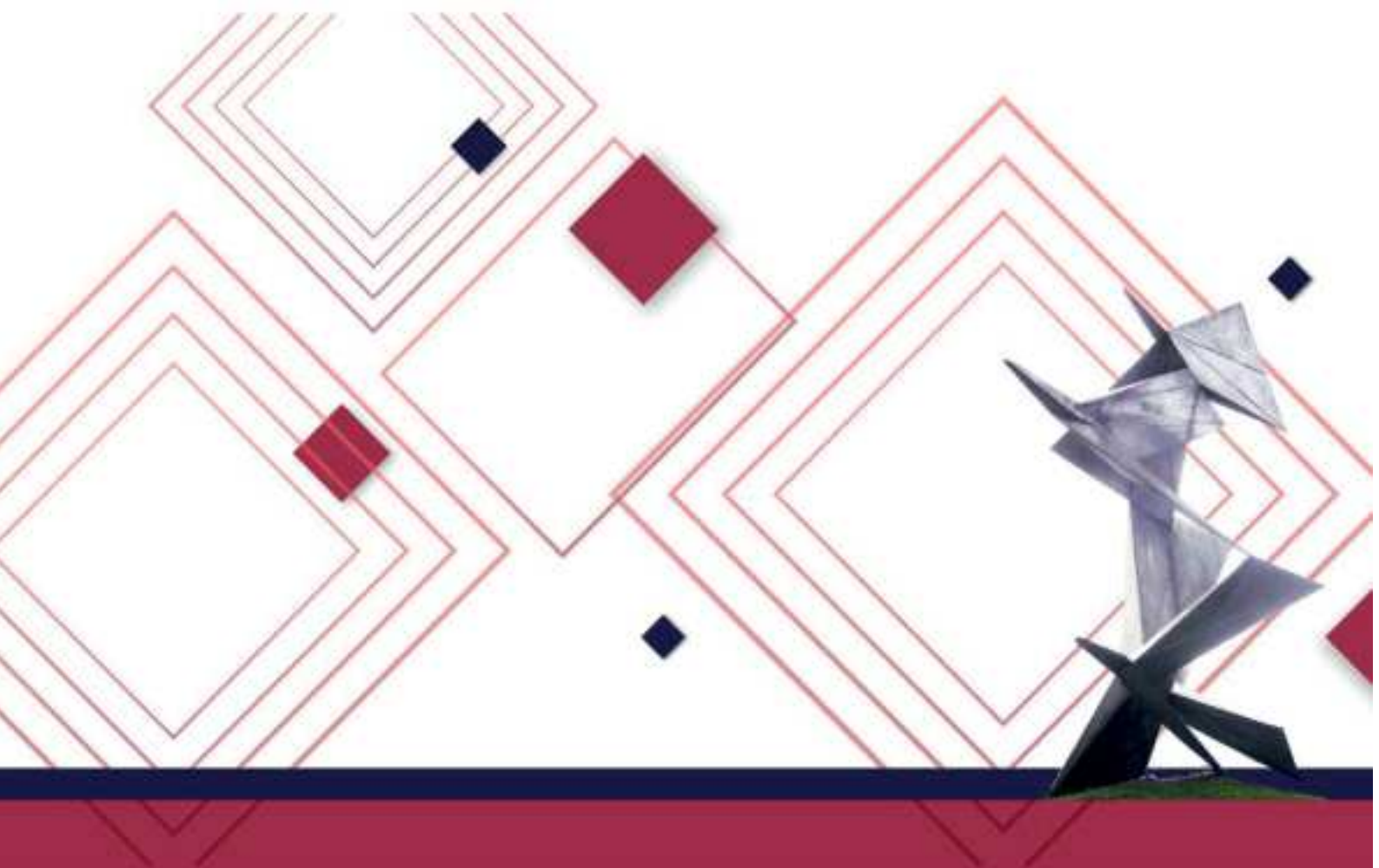
A organização do acervo de Thiago Matheus Würth proporcionou, por meio da sua execução, a consciência do macro universo de relações profissionais e sociais, como também as suas motivações para a guarda de documentos. A seleção desses, na formação do arquivo, mensura, por exemplo, o resultado do trabalho de pesquisa exaustivo que empreendeu ao compor suas teses para conferências internacionais em prol da criança e adolescente. A partir dessas reflexões, justifica-se a relevância desse estudo, pois o pesquisador, ao deparar-se com este arquivo pessoal, trabalhará com um conjunto de “intencionalidades” que serão interpretadas a partir do seu presente. É nesse sentido que a sua formação pode auxiliar a analisar a época e a sociedade na qual Thiago Würth viveu, acompanhando a reconstrução de sua memória individual e da memória coletiva.



Referências

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.
- ASSIS, A. Um lampião dentro da mala: O Arquivo Pessoal de Octávio Pacheco – memória e autobiografia. São João Del Rei, 2009. 264 p. **Dissertação** (Mestrado em Letras), Universidade Federal de São João Del Rei, 2009.
- BELLOTTO, H. L. Problemática atual dos arquivos particulares. **Arquivo & Administração**, v. 6, n. 1, 1978. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/49790>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- BELLOTTO, H. L. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.
- BRITTO, A. C. L. Considerações Teóricas e Conceituais sobre Arquivos Pessoais – **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 3, p. 148-169, dez. 2017 disponível em: <www.pontodeacesso.ici.ufba.br>. Acesso em: 15 de out. de 2020.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiróz, Edusp, 1987.
- GUEDES, M. T. F.; MAIO, L. M. Bem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonio Cultural/detalhes/79/bem-cultural](http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural)>.
- VIDAL, L. **Acervos Pessoais e Memória Coletiva** – Alguns Elementos de Reflexão. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 3, n. 1, 2007 p. 3-13.
- CPDOC. **O que são arquivos pessoais** – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>>. Acesso em: 15 de out. de 2020.

GT 5



LITERATURANDO A TERCEIRA IDADE

Magali Regina Biffi

Universidade La Salle

Introdução

Entende-se que marketing é todo o processo de planejamento e execução das ideias, determinação de preços, promoção e distribuição, com o intuito de atender às metas organizacionais e individuais.

Marketing pode ser descrito através de três dimensões: dimensão filosófica, que refere-se à orientação da empresa para o consumidor, ou seja, as decisões são tomadas com direcionamento ao seu público alvo (seus clientes); dimensão funcional, que são os relacionamentos de troca, e só ocorre esta troca quando há criação de valor para ambas as partes envolvidas na negociação; e dimensão operacional, que é a implementação do conceito de marketing: produto, preço, distribuição e promoção (KOTLER; KARTAJAYA, SETIAWAN, 2017).

Porém, não se pode deixar de citar Abrucio, Avelino Filho e Grin (2014), que o marketing surge como uma ferramenta de sustentabilidade para as empresas que atuam cada vez mais em um ambiente competitivo e flexível. Afinal, é através do marketing que as organizações desenvolvem estratégias buscando a confiança e fidelização com os públicos de seus interesses. Sendo assim, levando-se em consideração esse novo cenário caracterizado pela evolução da tecnologia digital.

Gabriel (2010) destaca o surgimento do marketing digital, como um instrumento que utiliza a internet como ferramenta de trabalho para o incremento de suas atividades, através da melhoria no que se refere à, como também socialização.

Entende-se que para instigar o público da terceira idade para um produto que atenda suas demandas, apresento um projeto propõe o desenvolvimento de um calendário de mesa com um link para uma página no Facebook, como complemento comunicação entre empresas e clientes. Neste cenário, participar do mundo virtual para realizar compras era uma questão de importância para algumas pessoas; porém na atualidade tornou-se necessidade, pois tornou-se difícil não acessar a internet para realização de pesquisas de preços, promoções, locais de vendas, escolha de novos produtos e/ou marcas de leitura. Temos várias formas através do marketing de desenvolver este produto.

Para tanto, pode-se desenvolver frases de efeito onde o produto torne-se atraente e importante, como: Você já sentiu vontade de começar a semana com uma motivação, mas não sabe onde procurar? Às vezes procura alguém para conversar. Um livro para ler e encontrar um incentivo para o dia, para a semana? E se você tivesse um calendário com frases de pessoas que você admira? Pessoas que você conhece, que já nortearam sua vida e que te deixaram com vontade de saber mais sobre elas? Para que a semana seja leve e serena e cheia de bons pensamentos para que você continue sempre em frente, contando os dias.

Justificativa

Este projeto de marketing cria um Calendário de Mesa, com frases de incentivo para a terceira idade, para facilitar a visualização dos dias da semana, feriados e datas importantes. Para fazer o planejamento dos dias, semanas e meses, guardar prazos, marcar compromissos, e outras funcionalidades.

O calendário de mesa não é fixo e pode acompanhar o idoso em qualquer cômodo da casa. Os calendários são indispensáveis na organização do dia a dia e para evitar perder datas importantes. Mesmo com toda a tecnologia à disposição sabemos que a terceira idade, que não tem familiaridade com ela, dá preferência ao bom e velho



calendário de papel, que além de frases para treinar a mente, tem o verso de cada folha para fazer anotações.

Quando falamos em literatura nosso cérebro já começa a lembrar de alguns contos, histórias, livros. Alguns nós podemos ter lido, outros nós escutamos dos pais, avós, professores [...]. Por isso, quando ouvimos alguém contar um desses textos, nossa memória recorda a história, a época em que ouvimos e as pessoas que contavam. Lembramos de velhos amigos, de fatos passados, de problemas vencidos, da família [...]. E com aquelas histórias vêm a necessidade de contar as nossas histórias.

Ao longo dos anos, essas memórias vão se perdendo ou permanecendo conosco, dependendo de como esses fragmentos e as próprias pessoas vão se relacionando com a nossa memória, nas práticas sociais, na teia do discurso. Conforme nos relata Braga (2000), Bartlett, fazendo estudos experimentais sobre a memória durante as décadas de 1920 e 1930, usou algumas dessas histórias nas suas pesquisas. Para testar a relação entre recordação e percepção, imaginação e pensamento, e as condições sociais que marcavam esses processos, ele escolheu um conto popular norte-americano para ser recordado por pessoas, em sua maioria ingleses com grau de instrução elevado, e com classes socioculturais diferentes da narrada. As reconstituições da história apresentaram bastantes alterações, (diminuições, omissões, importações etc.) que foram relacionadas pelo pesquisador ao profundo processo de reconstrução que caracteriza a recordação. Um dos aspectos destacados foi a dificuldade de compreender os elementos sobrenaturais, porque o autor interpretou que carecia de uma ordem racional. Conforme os padrões de seu grupo. Pois essas lembranças também são relacionadas a aspectos sociais, como a formação e a profissão. Então, com base nessa experiência, o adágio popular – “*Quem conta um conto, aumenta um ponto*” – poderia ser modificado. Não só aumenta um ponto; mas às vezes omite, modifica, simplifica, inventa. Quem lembra, conta uma história um pouco diferente.

Então, os estudos sobre memória começaram a ser vistos como um processo relacionado à natureza social do homem, às práticas dos grupos e à linguagem. Dentre esses estudiosos está Halbwachs que, trabalhando as ideias de Durkheim sobre a determinação social do conhecimento humano, elaborou a teoria sobre os quadros sociais da memória. A memória implica o homem como ser social, para Halbwachs. A memória individual é uma nuance, um ponto de vista da memória coletiva. A memória individual alimenta-se da memória coletiva. A memória autobiográfica insere-se na memória histórica. O ato de lembrar não é autônomo, mas agregado ao movimento interpessoal como a família, a classe social, a escola, a profissão, a religião, o partido político etc. – a que o indivíduo pertence.

Nesse padrão, nossas lembranças se expressam a partir do nosso contato com o grupo social, incluindo-se aí, a família, (mesmo que estejamos sós). Lembramos e esquecemos através da nossa convivência com membros de grupos e lugares que passamos. Assim, Halbwachs (2003), relaciona a memória à convivência em um grupo social, em uma comunidade afetiva, de forma que, quando nos lembramos, deslocamo-nos de um grupo a outro, em pensamento. Acerca desse caráter social, entendemos o quanto a memória do indivíduo depende do grupo que estamos inseridos, das palavras de outras pessoas, das histórias lidas e contadas, das obras de arte, não só pelo contexto em que estão inseridas, mas por pertencerem à histórica.

A memória, para Halbwachs, depende da linguagem e dos significados que adquirem socialmente. Vivendo em sociedade, usamos palavras, cujo sentido é a condição do pensamento coletivo. O significado de cada palavra se faz acompanhar de lembranças; e não há lembranças sem que a elas correspondam palavras. Nossas lembranças nos vêm à mente antes de pronunciá-las. Isso é linguagem, e tem um sistema de convenções sociais solidário a ela, que nos permite rememorar o passado cada vez que dele fazemos uso.

Esse processo de construção de uma história precisa que a memória desenvolva uma estrutura narrativa.

Sobre o ato de lembrar e de narrar, Bosi (1994), em “*Memória de velhos*”, escuta a narração de lembranças e percebe o quanto essas lembranças refletem as vozes dos grupos sociais em que estão inseridas e como constituem uma memória histórica. Nesse estudo sobre memórias de velhos o material são narrativas de histórias de vida e isso permite que ela reflita sobre aspectos da memória, como: a divisão social do tempo; a força do afeto e o significado



dos espaços (como a casa da infância) e das lembranças da família; as marcas dos fatos públicos, da situação concreta dos sujeitos (classe, profissão, partido etc.) na memória política; a memória do trabalho que penetra todas as demais lembranças (desde a lida do pai e da mãe até a comparação do tempo da “*vita activa*” como o da aposentadoria). Ela reflete sobre a narração de lembranças como uma função social do velho na sociedade e sobre o seu decaimento nos dias atuais. “No ato de narrar, os fatos passados matizam-se, o sujeito se dobra sobre a própria vida. Somos levados a pensar em como, pela narração de nossas lembranças, vamos nos tornando sujeitos e nos inscrevendo na história. Lembrar é narrar. Narrar é lembrar” (BRAGA, 2000).

Neste cenário, para maior interação e sugestões futuras deste público, este calendário também estará disponível digitalmente através de uma página do Facebook.

Objetivo geral

Desenvolver um produto, que oportunize um meio de organização e incentivo para a mente da terceira idade, através de um calendário.

Objetivos específicos

- a) Desenvolver um calendário físico para terceira idade.
- b) Desenvolver um calendário digital para terceira idade.
- c) Para a impressão, desenvolver um layout (fonte, imagens, autores, obras, cores, etc.).
- d) Para o digital, desenvolver uma página no Facebook.

Metodologia

O método proposto para este trabalho é o estudo de caso definido por Yin (2010) como: uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, “quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas” (2010, p. 32).

O método é utilizado para o pesquisador construir um conjunto de ferramentas para o levantamento e análise das informações do fenômeno estudado. Dessa forma, “o estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes” (YIN, 2001, p. 26).

O produto refere-se há um calendário de papel para mesa. Cada semana em uma folha com a frase e foto de um autor da literatura e da arte. No verso de cada folha, um espaço para anotar compromissos e registrar cada dia. Formato triangular para suporte e espiral, tipo caderno para virar as folhas. Na última folha os feriados do ano.

No que se refere a diagramação se faz necessário checar se os dados do calendário têm visibilidade, se a fonte pode ser entendida com facilidade, se há um bom espaço entre as letras, se as palavras não estão muito achatadas, entre outros. O calendário deve ser fácil de entender, a ideia é que quem o está usando consiga bater o olho e identificar a data e os dias da semana.

Entendemos o Facebook, como estratégia para instigar o leitor a buscar mais informações sobre os autores, através de uma abordagem informal, e as postagens sempre trazem informações relacionadas à literatura, obras de arte, e a significação para este público.



Público alvo

Para conhecer o seu público alvo, é preciso se aproximar de seus consumidores e construir um bom relacionamento com eles. Sendo assim, neste projeto busca-se a terceira idade como foco, onde a utilização de um calendário oportuniza um meio de organização para uso próprio, com frases de autores da literatura e obras de arte.

O composto de marketing 4 P's

O composto de marketing é formado pela combinação de estratégias relativas ao produto, canais de distribuição (praça), preço e promoção.

No contexto do marketing o produto não deve ser visto como algo oferecido pela empresa, mas sim em função do valor que ele agrega e de seu significado para o consumidor. Neste caso o calendário de mesa.

Preço é a tipologia de posicionamento que abrange desde a alta moda/qualidade cujo preço é alto até produtos de preço baixo. Sendo assim, estima-se que o preço final do calendário, poderá variar de R\$ 25,00 à R\$ 30,00. Irá depender do custo para produção; incentivo financeiro para produzir, valor do material e mão de obra, como também impressão.

Já no que se refere a promoção, o processo de comunicação em marketing envolve um diálogo interativo entre empresa e cliente a partir de estágios de pré-vendas, vendas, consumo e pós-venda. Propaganda na internet, livrarias, palestras, grupos de terceira idade, e outros.

A propaganda, a promoção de vendas, a venda pessoal e as relações públicas, enfim, os elementos do mix promocional que se reforçam mutuamente, têm como objetivo comum promover o sucesso de vendas dos produtos. Neste cenário, se utilizará meios como Facebook, Whatsapp e outros meios de comunicação acessíveis ao público da terceira idade.

Considerações finais

A terceira idade tem sido esquecida pela sociedade, há muitos produtos voltados para as crianças, jovens, mulheres, homens, mas a terceira idade tem sido contemplada com poucos produtos específicos para alegrar o seu dia-a-dia. Um produto que dê a chance de interagir com outros da mesma faixa etária.

A partir da leitura das frases nos calendários e a interação na página do Facebook, almeja-se valorizar a terceira idade, como uma fase da vida em que é possível, criar, interagir e ter uma vida social condizente com os tempos atuais. Sentir-se importante, poder contar coisas novas para a família.

Precisamos nos lembrar de que, a velhice, além de ser um destino do indivíduo, é uma categoria social. A sociedade rejeita em não oferece sobrevivência aos velhos e suas obras. Perdendo a força de trabalho, ele já não produz, nem reproduz. O velho já não participa mais da produção, não faz mais nada. Acaba sendo tutelado como um menor. Nos cuidados com a criança o adulto investe para o futuro, mas em relação ao velho, age com duplicidade e má fé. Prega-se respeito aos velhos, mas querem fazê-los ceder lugar aos jovens, afastando-o, os velhos, delicadamente da direção (BOSI, 1994, p. 77-78).



Referências

- ABRUCIO, F. L.; AVELINO FILHO, G.; GRIN, E. J. A ponte entre imagem institucional e marketing: caminhos estratégicos para a sustentabilidade. In.: **Administração bancária: uma visão aplicada**. FARO, C. de. (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- BRAGA, E. S. O trabalho com literatura: memórias e histórias. Cafajeste. **CEDES**, Campinas, v. 20, n. 50, p. 84-102, abril de 2000. Disponível em: <<https://cutt.ly/dyOYAmg>>. Acesso em: 22 maio 2020.
- GABRIEL, M. **Marketing na era digital**. São Paulo: Novatec Editora, 2010.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Editora Centauro. 2. ed. São Paulo. 2003.
- KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 4.0: do tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



OS ESPAÇOS E OS LUGARES DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA NO BRASIL COLÔNIA E REPÚBLICA 1500-1889

Marcos Rogério dos Santos Souza

Elizandra Souza dos Reis

Denise Regina Quaresma da Silva

Universidade LaSalle

Introdução

O presente artigo é uma pesquisa bibliográfica na qual se faz reflexão e análise sobre o tema “Os espaços e os lugares da formação inicial e formação continuada dos professores do Brasil Colônia a Proclamação da República”. Diante disso, buscando refletir sobre as questões políticas, econômicas, religiosas, sociais e culturais nas quais o Brasil estava inserido e os espaços e lugares que os educadores ocupavam e, ainda, como os governos dos períodos em questão comandavam/administravam a política educacional e a formação continuada dos docentes. Quais as emergências que insurgem do contexto histórico político social e a memória social dos profissionais da educação.

A educação brasileira tem suas raízes no período colonial quando as ordens religiosas tiveram autorização por parte da coroa portuguesa de se fixar na colônia com o propósito de evangelização dos nativos do “novo mundo”. Desta forma, as ordens religiosas, que recebem autorização para iniciar sua missão na colônia no primeiro momento, eram as dos jesuítas, dos franciscanos e as ordens dos capuchinhos, das carmelitas e dos mercedários que desenvolveram o projeto de evangelização proposto na colônia brasileira conforme pontua Casimiro (2006).

Referencial Teórico

A educação no Brasil Colônia à Proclamação da República, tinha cunho evangelizador e era destinada aos índios, filhos dos colonos que aqui viviam e, ainda, aos escravos que ficavam responsáveis pelos serviços domésticos nas fazendas de engenho. De acordo com (COSTA, 2006, p. 08) “A evangelização fazia parte inerente daquele contexto, pois era tarefa do rei – tarefa aliás natural, independentemente de qualquer atributo jurídico – levar a verdadeira religião àqueles que não a tinham. Junto com a espada ia a cruz! ”. A ocupação missionária dos jesuítas passa primeiramente pela região litorânea e após penetra no interior do Brasil. Como destaca Bittar e Ferreira (2006):

Uma outra fonte primária imprescindível para os historiadores da educação é o *Ratio Studiorum*, o plano pedagógico da Companhia de Jesus, aprovado em 1599, depois de décadas de elaboração e experimentação conjunta. É quase impossível tratar de qualquer aspecto da educação do período jesuítico sem utilizá-lo, uma vez que ali se encontram não apenas as regras de estudos, os procedimentos que os mestres deveriam seguir, como também está subjacente em todo o compêndio a concepção de conhecimento professada pelos jesuítas. Só para ilustrar, observemos o que prescreve ele em matéria de aprendizagem, disciplina e punições (BITTAR; FERREIRA, 2006, p. 18).

A partir da política de ocupação do solo brasileiro, com a cana de açúcar e com a utilização da mão de obra escrava africana, a Igreja Católica entrará em conflitos com os interesses econômicos dos latifundiários, por meio da proibição da escravização do “índio” e autorização da escravização dos africanos, neste projeto, o negro era considerado “sem alma”, por isso a possibilidade da escravidão. Já a escravidão dos povos autóctones não seria possível uma vez que Igreja defendia a “existência de alma” dos nativos. Conforme Casimiro (2006):



Subjacente às regras e à práxis religiosa e educacional, como um dos fatores mais importantes no direcionamento, não só da educação, mas da moral, da ética, dos direitos e dos deveres do homem colonial, constatamos, ainda, a presença de uma pedagogia religiosa, cujos contornos não se limitaram à geografia ibérica nem à colonial, mas circunscreveram todo o espaço cristão do Ocidente, partindo do pressuposto básico de que a fonte de tudo era Deus e de que o direito divino deveria subordinar o direito humano. Essa pedagogia religiosa, de contornos imprecisos, foi um dos fatores mais importantes no direcionamento da educação, da moral, da ética, dos direitos e dos deveres do homem colonial (CASEMIRO, 2006, p. 4-5).

Diante dos acontecimentos históricos, os jesuítas se deslocam para a região do Tape bacía do Jacuí, em 1626, com o objetivo de fundar as reduções jesuíticas como dilatação das reduções do Paraguai dos trinta povos das missões, trazendo consigo grande número de cabeças de gado. Por volta de 1640, com as incursões dos bandeirantes e das entradas nas reduções jesuíticas, a fim de pressionar índios para serem vendidos como mão de obra escrava, os jesuítas abandonaram a região e se deslocam para o outro lado do rio Uruguai, deixando no atual Rio Grande do Sul/RS uma imensa reserva de gado que conhecida como Vacaria Del Mar, uma vez que havia gado do oeste ao leste do atual estado do RS.

No ano de 1682, os jesuítas retornam ao RS e fundaram os Sete Povos das Missões e iniciam a preia do gado xucro formando reservas de gado na chamada Vacaria ou campos de Vacaria. Devido aos Sete Povos das Missões serem uma zona economicamente rica e constituindo uma ameaça à coroa, temia-se que estariam os padres e os “indígenas” criando um “Estado dentro do Estado”, em 1750 é colocado em pauta o Tratado de Madri, e no ano de 1759 a Companhia dos Jesuítas é expulsa das terras do reino e por sua vez acaba com as missões nas reduções (projeto educacional na redução).

Em 1808, a coroa portuguesa fixa a sede no Brasil com a vinda da família real e da corte lusitana, tendo em vista que o reino de Portugal havia sido ocupado pelas tropas de Napoleão. D. João VI, príncipe regente iria fazer melhoramentos na colônia com o objetivo de atender aos interesses da corte durante sua estada em solo brasileiro. Deste modo, podemos observar como destaca Castanho (2006), algumas medidas realizadas durante a permanência da coroa no Brasil que propõe a criação de escolas com diversificadas funções:

Algumas outras medidas governamentais vieram somar-se a essa: uma companhia de artífices no Arsenal Real do Exército (1810), a instituição do aprendizado na Real Impressão (1811), a Carta Régia de 1812 que “manda formar uma escola de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros para se ocuparem de preparar fechos de armas” na capitania das Minas Gerais, onde ainda têm lugar a aprendizagem de lapidação de diamantes e uma tentativa não de todo exitosa de estabelecer o ensino têxtil (CASTANHO, 2006, p. 10).

Com a independência do Brasil em 1822, observamos que a economia ainda ligada fortemente à agricultura e enraizada na mão de obra escrava, e com a pressão política de partidos políticos restauradores, liberais e conservadores pressionam o imperador D. Pedro I no jogo de interesses políticos e econômicos que contemplavam os interesses exclusivos de segmentos aos quais representavam esses políticos. Neste período não observamos no campo da educação alguma mudança, o ensino continuou preponderante elitista da mesma forma que irá percorrer como marca durante o primeiro reinado, período regencial e segundo reinado. Destacadamente a mão de obra escrava neste período não possibilita que crianças negras pudessem frequentar as escolas, desta forma, observa-se o caráter conservador com a manutenção da escravidão e observamos que o Brasil será o último país a acabar com a escravidão pressionada pela política externa. Conforme destaca Gondra:

Educar e civilizar são aí representados como atos solidários. Dupla ação a convergir para um único fim: eliminar os fatores adversos e produzir um futuro novo, regenerado, sem vícios e grandioso para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado. No entanto, esta finalidade só seria atingida caso



a educação escolar funcionasse como um verdadeiro decalque do projeto construído em nome da racionalidade médico-higiênica. Assim, planejado, medido, controlado, integrado e hierarquizado, este modo de intervenção funcionaria como um efetivo programa civilizador, erigindo nos trópicos uma réplica complexa do que era, então, considerado como padrão civilizatório a ser disseminado, imposto e adotado no mundo ocidental (GONDRA, 2004, p. 2).

A visão desenvolvida no Brasil pelas elites agrárias de como governar o Estado não passa pelo anseio de desenvolvimento de uma política de desenvolvimento da nação, mas uma política que deseja governar, moralizar, disciplinar e higienizar, ou seja, civilizar a sociedade remetia a princípios europeus que ganhavam força e aplicabilidade na política interna brasileira para atender aos anseios desta elite agrária e política. Diante do exposto, a escola será pensada como possibilidade para governar a sociedade em benefício do projeto da elite agrária.

Neste contexto, o Brasil estava sob a égide do período regencial que termina com o golpe da maioria em que o príncipe Pedro Alcântara será coroado imperador do Brasil com o título de D. Pedro II, sua estada no governo será até 1889, quando o então marechal Deodoro da Fonseca juntamente com o apoio do partido republicano fará a proclamação da república no Brasil. Durante o período imperial é criado em 1854 a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC), neste escopo propõe profissionalização da instrução, regras e permanência de alunos e professores, cria uma nova estrutura para o ensino primário e secundário, buscando redefinir os saberes que seriam dados nas escolas. Com forte vigilância sobre a organização escolar e de seus sujeitos, pela qual buscava a eficiência e eficácia na instrução primária e secundária no império GONDRA (2018). O Ato Adicional de 1834 autoriza as assembleias legislativas provinciais sobre o ensino público de seus estabelecimentos e também como promovê-los, pouco ou quase não contribuiu para a ampliação da oferta do ensino primário e secundário nas províncias do império. Conforme argumenta Castanha:

Há, pode se dizer, uma unanimidade nos discursos da historiografia da educação brasileira, com relação ao grau de influência das medidas descentralizadoras desencadeadas pelo Ato Adicional de 1834. A maioria dos historiadores argumenta que a instrução primária ou elementar no período imperial foi um fracasso geral. (CASTANHA, 2008, p. 14)

A partir de 1848, teremos sob o viés fortemente conservador e alinhado com exigências externas de formação da população, sendo promulgados o Regulamento das Escolas de Primeiras Letras da Província do Espírito Santo, como também 1849 o Regulamento da Instrução Primária na Província do Rio de Janeiro e em 1854 a promulgação do Regulamento do Município da Corte (GONDRA, 2018).

Conforme o Regulamento da Província do Espírito Santo de 1848, sobre o provimento e habilitação dos professores, prevê exame público, sendo feito perante o presidente da província, por uma comissão tendo os editais expostos na capital e nos municípios. Para a seleção dos professores de primeira classe, o exame que os candidatos fariam seria sobre livros, análise gramatical, além dos examinadores possuir um momento em que poderiam fazer perguntas aos candidatos que julgar necessário e conveniente. A comissão votaria por escrutínio secreto, sendo o resultado oficial lavrado pelo oficial maior da secretaria, que era designado pelo presidente da província. Já a contratação para docência na segunda classe não havia a exigência de exame, podendo não ser aplicado, o professor contratado teria que ser brasileiro com idade de vinte e um anos, reconhecida mari geração, quando não houver candidatos brasileiros, poderia ser aberto a estrangeiros, mas que pronunciasse corretamente a língua nacional, podendo neste caso ser aplicada a prova de gramática e também havia a preocupação com o estrangeiro em profetizar a religião do estado.

O Regulamento ainda determina quem não pode participar dos exames de seleção e nem nomeados os professores que tenham sofrido condenação por homicídio, furto, roubo, juramento falso ou falsidade, que tenham sido demitidos por maus costumes ou incorrigíveis no desempenho das funções. Ainda sobre a contratação de professores primários, senhoras que se mostrassem habilitadas no exame ainda seria aplicado exame de postura,



bordados e de outras prendas que seriam averiguadas por uma ou duas senhoras designadas para comprovação dos dotes (GONDRA, 2018).

Como podemos observar, a partir da reflexão acerca do Regulamento da Província do Espírito Santo de 1848, fica evidente a postura controladora do estado e de seus dirigentes sobre a contratação do quadro docente, sendo fortemente alinhado à moral ilibada que deveria ter o candidato, com verificação a partir de exames sobre o domínio dos saberes necessários ao exercício docente, chama a atenção no tange o alinhamento com a fé católica, sendo expresso no próprio regulamento o dever dos professores, após nomeação, acompanhar os alunos nas missas e fazer zelar pela boa conduta dos mesmos fora do espaço escolar. Observamos que a regulamentação buscava modernizar e alinhar aos interesses do governo e da política externa com controle sobre a formação docente e quem e quais poderiam se fazer docentes. Esses docentes tinham uma vida bastante vigiada pelos órgãos do estado devendo manter-se alheio a envolvimento que pudessem macular sua imagem diante da comunidade e tendo sempre que necessário solicitar permissão as autoridades para se afastar da localidade se assim o desejasse.

Sobre o Regulamento da Província do Rio de Janeiro de 1849, sobre as exigências para ingresso no magistério público e privado, estabelece que os candidatos ao magistério público sejam cidadãos brasileiros, maiores de vinte e um anos, reconhecida mari geração, não tenham sofrido condenação por crime de estupro, rapto, adultério, roubo, furto ou ofensa à moral pública e a religião do estado. O regulamento determina que essas justificativas devam ser apresentadas no dia do exame em que o candidato demonstrará capacidade ao cargo, ao inspetor geral e ou ao presidente da província. Podendo ser dispensados do exame os candidatos que apresentarem comprovação de curso completo em algum liceu da província bem como professores particulares que tiverem mais de cinco anos de magistério com boa nota e os professores adjuntos sendo suas nomeações para a segunda classe.

É reforçado que o professor da segunda classe poderia ser nomeado para a primeira, independente de exame, depois de cinco anos de serviço com vista do inspetor e do conselho de inspeção. Sobre os exames, determina-se que sejam na capital da província, em uma sala do palácio, sendo examinadores o inspetor geral e mais duas pessoas nomeadas pelo presidente da província, podendo esse participar do exame sempre que puder. O presidente poderia autorizar a realização do exame na casa da câmara municipal perante os conselhos. No exame, a ser aplicado para o professor de segunda classe, seria observado exercícios de leitura, pronúncia, conhecimento de pontuação, salienta-se que os textos apresentados seriam de diferentes formas de impressão e caracteres, ortografia, discurso da oração, conjugação dos verbos, questões de aritmética, cálculos, pesos e medidas.

Propõe ainda situações da vida que possam exigir soluções conforme a moral seriam aplicadas orações e regras do catecismo. Para o professor de primeira classe, o exame será mais completo em especial com gramática e aritmética, geografia, história nacional, leitura do evangelho explicado, história sagrada, música e algum exercício de canto. Para o exame de professoras, os examinadores ouvirão professora pública ou senhora designada pelo presidente da província sobre os trabalhos de agulha e bordados. Podendo ainda o presidente e/ ou inspetor do município fazer perguntas que quiser ao examinando. No desempenho do magistério, o professor não poderá exercer outra função sem autorização do presidente da província e fica expressa a proibição de atividade comercial. Ao final será atribuído grau de habilitação sendo ótimo, bom ou sofrível (GONDRA, 2018).

Em relação aos professores das escolas particulares, o regulamento versa que será contratado maior de 21 anos, que tenha bom procedimento civil, moral e capacidade profissional. Esses documentos devem ser emitidos pelo pároco da localidade, e pelo conselho municipal (solicitado no local em que tenha vivido os três últimos anos). Realizará exame simples a partir de prova perante o inspetor geral e de duas pessoas designadas pelo presidente, o exame será sobre as matérias elementares que pretende ensinar. São excluídos do exame aqueles que tiverem sido aprovados em liceu da província, graduados em ciências ou letras pelas escolas públicas do império e também os professores públicos e os adjuntos quando tenham obtido dispensa do magistério público provincial. Havia ainda a dispensa do exame a pessoas com capacidade aptidão reconhecida. As senhoras ainda precisavam apresentar

certidão de casamento, se viúvas, certidão de óbito do marido e se separadas a sentença que decretou a separação. Sobre a instrução pública secundária dos professores do liceu na província do Rio de Janeiro era dada no liceu existente. Só podendo exercer o magistério público no liceu cidadãos brasileiros e maiores de 21 anos, de reconhecida morigeração, sem condenação por crime de estupro, rapto, adultério, roubo ou furto e qualquer outra ofensa à moral pública e a religião do estado. Sobre os professores do liceu depois de cinco anos de efetivo exercício no magistério era considerado vitalício e tendo os mesmos direitos de jubilação dos professores primários.

Ainda sobre o professor do liceu, esse após a nomeação, deveria redigir uma dissertação sobre algum ponto da doutrina que leciona, devendo uma cópia ficar no liceu e outra ser enviada para a secretaria do governo (GONDRA, 2018). Análise sobre o Regulamento da Província do Rio de Janeiro de 1849 demonstra que tanto na província do Espírito Santo como do Rio de Janeiro, havia fortemente a preocupação dos agentes de estado com a reputação dos candidatos ao cargo de magistério público e privado, mantendo uma conjuntura similar sobre a aferição sobre a conduta e ainda mantendo fortemente a preocupação e um caráter fortemente policialesco sobre a vida profissional e pessoal desses docentes, não observamos no regulamento apenas a preocupação com a formação intelectual e pedagógica do candidato, mas também com a formação moral que deveria ser vigiada por todos na comunidade.

O Regulamento da Corte de 1854, propõe a regulamentação para a reforma do ensino primário e secundário na corte do Rio de Janeiro. O regulamento estabelecia as condições para exercer o magistério aos cidadãos brasileiros, com maioria e capacidade profissional. A capacidade profissional seria realizada através de exame, oral e escrito que teria a presidência do inspetor da província e dos examinadores nomeados pelo governo. Não poderia ser professor público o indivíduo que tiver sofrido acusação judicial de furto, roubo, estelionato, bancarrota, rapto, incesto e adultério ou por ofensa a moral pública e a religião do Estado. As professoras deveriam apresentar certidão de casamento, se viúvas certidão de óbito do marido e ou sentença de separação para avaliação da causa. As solteiras, para participarem do magistério público, só com 25 anos de idade completo salvo se ensinarem em casa e seus pais fossem de reconhecida moralidade. A prova de capacidade profissional seria feita de forma oral e escrita sob a presidência do inspetor geral e dos examinadores nomeados pelo governo, os exames seriam sobre as matérias de ensino, sobre o sistema prático, método de ensino seguindo as instruções do instrutor geral e aprovadas pelo governo e precedidas de audiência do conselho diretor. Haveria ainda, para as professoras, exame de trabalhos de agulha com o juízo de uma professora ou de senhora nomeada pelo governo. Sobre a indicação final essa seria encaminhada pelo instrutor geral ao governo, os candidatos aprovados que lhe parecerem preferíveis com o acompanhamento das provas de todos os concorrentes. O professor público nomeado não poderia exercer nenhum emprego administrativo sem autorização prévia do inspetor geral.

Considerações finais

Com a leitura do Regulamento das Escolas de Primeiras Letras da Província do Espírito Santo de 1849, o do Regulamento da Instrução Primária na Província do Rio de Janeiro de 1854 do Regulamento do Município da Corte, que encontra-se na íntegra nos anexos da obra de José Gonçalves Gondra de 2018, podemos perceber que não há uma emergência social sobre a importância da educação para a transformação social dos cidadãos e com vista a um projeto de Estado, até porque os decretos eram bem objetivos em determinar que escravos, crianças não vacinadas e com doenças estavam excluídos do ambiente escolar, percebemos forte preocupação com o controle sobre as escolas públicas e privadas e principalmente no que tangencia a formação docente que é nosso foco nesta escrita, diante disso podemos ter bem claro a posição de ambos os decretos quanto a necessidade de professores qualificados para o atendimento das crianças, adolescentes e podendo também ser atendido adultos em horário diferenciado.

Não observamos, em ambos os decretos, uma política pública de alfabetização de jovens e adultos, desta forma,



podemos perceber que não havia essa preocupação dos agentes públicos com esse segmento da sociedade. Constatamos ainda forte preocupação com a formação moral dos educadores e o alinhamento a religião do estado e também a exigência sobre as professoras nos domínios de práticas domésticas (bordado, costura, crochê e outras prendas).

Podemos evidenciar, desta forma, a forte preocupação dos dirigentes com o controle sobre os profissionais e por sua vez controle sobre a formação dos educandos e evidenciando desta forma que a educação estava a serviço dos interesses da elite agrária que aleijou a construção de um Estado e de uma nação.

Discorremos também sobre a formação continuada, ou melhor, a formação em serviço a partir da Conferências Pedagógicas e também as Conferências Populares ou Literárias, essa última organizada pelos próprios professores com discurso claros e simples sobre temas de interesse e bem-estar material e moral da sociedade que ocorriam no salão do edifício das escolas públicas da freguesia da Glória no Rio de Janeiro (GONDRA, 2018). As Conferências Pedagógicas nascem dos anseios e angústias dos professores frente a precarização das condições de trabalho, qual era a função do magistério frente ao projeto imperial de “civilização” uma vez que acusavam o governo de prejudicar o combate a ignorância (GONDRA, 2018).

Neste escopo, observamos na atualidade o quadro caótico em que se encontram nossas crianças e adolescentes advém de uma educação deficitária na qual são expostos, que serve para reproduzir um sistema claramente alienante, que mantém a dominação sobre o conhecimento e que fere a subjetividade individual e coletiva de uma nação. Assim, retira de ambos as possibilidades que possam advir de uma educação de qualidade, que garanta ao sujeito a construção de sua individualidade, de seus desejos e esses questionamentos desacomodam os educadores no sentido real da palavra educador.

No que diz respeito aos filhos de cidadãos pobres, muitas vezes, são destinados as piores escolas, sem recursos e com falta de professores. Em conformidade, as raras escolas públicas com estrutura e ensino de qualidade, são destinadas aos filhos de uma elite econômica e intelectual. Ferem-se, com isso, os princípios básicos defendidos em nossa constituição e na LDB 9394/1996.

Embora saibamos que o desejo dos pais é ter escolas com estruturas e ensino de qualidade, isso ficará para um futuro distante, tendo em vista a política educacional e econômica de nosso país. Logo, o futuro dessas crianças e de seus pais, é rompido por essa política, que aniquila a possibilidade da realização de sonhos e desejos, já que vivemos em um país, no qual a democracia reside em currais eleitorais e/ou em campos ideológicos.

Observamos, ainda, que muitas universidades/faculdades no Brasil formam professores, com base em currículos deficitários, habilitando técnicos em determinada área (Biologia, Geografia, História, Português, Literatura, Artes entre outros), deixando de fornecer subsídios em didática e principalmente alicerçando os educadores com conhecimento em psicologia, para que possam compreender as relações entre o desejo de aprender e o desejo de ensinar, que são fundamentais no processo de aprendizagem. Por certo, não estamos aqui conjecturando apenas um currículo que instrumentalize o professor, mas que se proponha a transpor os limites dos conceitos, possibilitando ao professor fazer de sua prática, um ato orquestrado, no qual ele saiba e consiga dirigir o fazer pedagógico visando com exclusividade à autonomia do educando, respeitando sua subjetividade e sua inserção como cidadão.

Durante a realização do seminário “Estudos em História da Educação”, como apresentado inicialmente tivemos discussões sobre temas variados, mas direcionei minha escrita com vista a refletir sobre a educação no Brasil, formação de professores e as políticas públicas, ou melhor, a ausência destas por parte da atual gestão do ministério da educação. Observa-se que os seminários sempre foram produtivos, embora lamento o tempo que parecia sempre pouco para explorarmos os temas propostos pela professora e pelos colegas.



Referências

- BITTAR, M.; FERREIRA JR, A. **O estado da arte em história da educação colonial**. Navegando pela história da educação brasileira. Campinas: HISTEDBR, v. 1, p. 01-23, 2006.
- CASIMIRO, A. P. B. S. **Pensamentos fundadores na educação religiosa do Brasil Colônia**. Navegando na História da Educação Brasileira. Campinas-SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.
- CASTANHA, A. P. **Pedagogia da Moralidade: a ordem civilizatória imperial**. 2008.
- CASTANHA, A. P. Pedagogia da Moralidade: a ordem civilizatória imperial. **Revista Piquiriguaçu**, Cascavel-PA, p. 14-15, 20 maio 2007.
- CASTANHO, S. Educação e trabalho no Brasil colônia. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2006.
- COSTA, C. J. **A educação no Brasil Colônia: pelo fim da visão iluminista da história**. Campinas: Gráfica da Unicamp-Faculdade de Educação, 2006.
- GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. 2004.
- GONDRA, José G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, 562 p.



A DINÂMICA DA CULTURA RUSSA NO BRASIL UM DIÁLOGO SOBRE AS IDENTIDADES

Marcos Pedro da Silva

Universidade Federal de Mato Grosso

Introdução

Discutir a identidade é um tema bastante complexo do ponto de vista sociológico e antropológico, mas podemos perceber o reconhecimento de que as relações dos homens, em meio à complexidade do mundo moderno, interferem significativamente na sua construção social. Essa interação entre homem e sociedade dá-se através de mediações de uma série de símbolos, sentidos e valores que se tornam importantes para o ser e o influencia na formação do sujeito. É um movimento interior e exterior ao ser, porque ao mesmo tempo em que internalizamos esses significados e valores, projetamo-las para fora de nós através de identidades culturais.

A identidade do sujeito pós-moderno que é o tema primordial desta reflexão, partindo de uma perspectiva e de um olhar contemporâneo a comunidade Russa de Primavera do Leste e Campina das Missões, com suas tradições bem representada em sua cultura, essas comunidades, passam por um processo de incerteza, fissuras, no entanto, havia certa necessidade de estarem inseridos no mundo globalizado, que as transformações reais aconteceriam naturalmente em suas práticas e cotidiano. Muitas comunidades russas hoje, deixaram de afirmar sua prática cultural, a partir do momento em que se estabeleceram em nossa pátria durante o processo migratório no início do século XX (VOROBIEFF, 2006).

O início de tudo, deu-se com o contato com outras culturas, que rompeu com alguns princípios e valores que antes era preservado com muita veemência. Surgem então, uma identidade móvel, múltipla e fragmentada, a única semelhança que ainda existe entre as comunidades russas no Brasil, é a forma litúrgica do catolicismo ortodoxo, celebrado nos moldes dos seus antepassados.

As comunidades russas estão espalhadas por diversos países. A Revolução Russa foi o fator determinante que essa cultura migrasse para outros territórios. O que aproxima uma da outra são suas práticas ritualísticas e religiosa, com sua forma litúrgica e características primitivas de cultura. Demonstrem através de sua fé a solidez, contra a influência da sociedade contemporânea que apresenta, novas possibilidades da relação com o outro e com o uso de novas tecnologias que, embora em menor projeção, também os alcançou.

O fluxo identitário e outros significado na cultura

Este processo de ressignificação da identidade, segundo Hall (2002), não caberá mais pensar de modo única e estável, mas, em uma composição de diversas identidades vivenciadas pelo ser que nem sempre estarão em concordância admitindo-se que estas possam ser inclusive contraditórias. No entanto, as mudanças nas comunidades reconfiguraram e agregaram em suas práticas culturais um fluxo contínuo e instável e os conectou ao mundo pós-moderno. Esse fluxo identitário trouxe outros significados na cultura.

Neste contexto, os homens da comunidade incorporaram com maior facilidade essa influência, porque a figura masculina, tem muito mais abertura dentro da do grupo, segue um modelo patriarcal. As determinações pelos princípios religiosos que estabelece os padrões e regras de conduta nessa cultura.

Hoje em dia, essa rigidez que a própria religião impõe dentro dessa cultura e nesse fluxo contínuo transitório, está fragmentada. Algumas famílias têm oportunizado aos seus filhos novas possibilidades de experiências pessoais e



profissional, como: estudar e morar foram da comunidade. Isso, vem rompendo com os padrões e regras, por serem extremamente conservadores. No entanto, essa relação contactual com o outro, tem gerado sérios conflitos internos, isto, traz uma nova perspectiva de um novo ambiente multicultural em sua volta com seus diversos significados, das quais, incorporam-se as suas práticas do seu dia-a-dia.

Em pleno século XXI, a comunidade ainda busca ressignificar e dar continuidade a preservação de sua cultura, mesmo diante de tanta instabilidade ou interferência dos meios social e tecnológico. Talvez, na forma de se vestirem tenha se percebido poucas mudanças, mas foram fundamentais para mostrarem suas fragilidades na contemporaneidade.

Com crescente processo migração no início do século XX no Brasil, essa fissura aproximou de outras realidades culturais, e a cultura passam cada vez mais a ser híbridas e heterogêneas. A diferenciação ficando menos importante, conseqüentemente a identidade, composta de forma veemente nesta diferença, vai perdendo também sua força (HALL, 2002). Mas lembremos que essa “força” está ligada à identidade como a conhecemos: aquela unificadora, que transmite a segurança do pertencimento. Uma vez que a diferença não é exaltada, a identidade também ficará em segundo plano, ou se ressignificará. Tornar-se-á deslocada da centralidade que um dia lhe foi atribuída.

Entretanto, as mudanças são inevitáveis. O contato mediado com outras culturas - identidades - sempre gera fissura e torna suas práticas culturais a ser subjetivas no seu dia a dia. Segundo os registros históricos da comunidade russa, se demonstra como eram as condições vividas pelos seus antepassados: eram pessoas muito simples, tímidas, pacatas, retraídas, desconfiadas, mais tementes a Deus e às leis dos homens. Com a chegada ao Brasil, eram tachadas de comunistas. Neste conturbado momento, Zabolotsky (2007) descreve que as casas dos imigrantes eram revistadas. Muitos documentos foram queimados, livros, ícones e relíquias foram destruídos.

Hoje os filhos e netos não querem mais falar a língua mãe (russa) e boa parte de suas tradições estão ficando obsoleto. Isso se deu pela relação com o outro de outra cultura, fragmentou ressignificou e aos poucos, vêm diminuindo sensivelmente o número de praticantes de sua tradição. Por outro lado, os mais conservadores têm procurado engessar veementemente estas mudanças.

Embora, neste ambiente hostil de conflitos e crises culturais, procuram de certa forma conservar sua fé da maneira mais viva possível. Contudo, nessa busca veem a necessidade de ressignificação da tradição, tendo um novo olhar, sem perder a sua essência que o tempo tenta ofuscar no imaginário dos seus integrantes.

Ao procurarmos compreender esse ambiente de mudanças na prática cultural da comunidade russa em Primavera do Leste e Campina das Missões, é tão visível que além do contato com o outro, surgem também a relação com os meios midiáticos, principalmente o uso do celular e da televisão, que dão outros significados na forma de ver o mundo que está em sua volta. A influência que esses meios de comunicação na comunidade, ressignificam o seu cotidiano, conectando cada vez mais a juventude a uma multiplicidade cultural tecnológica, agregando novos valores e elementos que se somam às suas práticas.

Embora para alguns seja difícil compreender tais mudanças, diante de tudo que têm presenciado, não existem fronteiras que possam deixá-los isolados, intactos e longe do mundo globalizado. Esses contatos se dão constantemente com a comunidade urbana que, direta ou indiretamente, interfere na vida comum, em que, aos poucos, vão absorvendo as novas práticas.

Para quem conhece as comunidades, a utilização desses meios de comunicação até algum tempo atrás não era permitida. Na atual conjuntura, algumas famílias não permitem o uso do celular e da televisão. As proibições, para eles se resumem nos princípios religiosos do catolicismo ortodoxo, que vê o mundo como uma má influência e que até mesmo poderá desviar dos bons costumes ou negar a sua própria fé (ZABOLOTOSKY, 2007).



Um ponto determinante, como já citado, vem sendo o uso do celular e da televisão; o uso ainda continua muito restrito, embora os princípios religiosos que norteiam, e outrora eram estabelecidos, passa por uma negociação constante. Hoje, nas comunidades por estabelecerem em área extremamente restrita, utilizam uma tecnologia industrial bem avançada, nos plantios e nas negociações do agronegócio.

Para isso, é necessário entender um pouco mais como isso ocorreu. Quais fatores que determinaram as mudanças, ou não? Como os jovens da comunidade visualizam e absorvem essas influências no seu dia a dia? Esses questionamentos precisam ser respondidos na atual circunstância.

As novidades que são apresentadas por outras pessoas com as quais eles se relacionam, segundo os mais conservadores, acabam por desviar os bons costumes. Uma gama de informações e novidades desperta na juventude das comunidades o desejo de ressignificar as suas práticas.

Se, por um lado, as tecnologias têm estado presentes nas comunidades, por outro, Silva (2014) demonstra que, na visão dos mais velhos e conservadores, estes não expressam nenhum interesse, mas não desaprovam também, e acabam por permitir a integração e negociação entre o religioso e o profano, que a atual geração possa utilizar de maneira ponderada essas tecnologias e, sobretudo, que possa dialogar e viver de uma forma harmoniosa, sem perder a fé.

Contudo, compreende toda essa transição na pós-modernidade configura-se que todas as identidades são construídas ou forjadas na exclusão e que um processo não natural, mas naturalizado, faz com que as pessoas aceite as identidades para elas designadas e determinem seus espaços (HALL, 2002).

Considerações finais

Cada vez mais as comunidades russas vêm se posicionando no contexto globalizado, suas práticas passam por uma atualização. Estabelecem procedimentos de comunicação com as tecnologias, pelos quais as práticas culturais se expandem, se socializam, e passam a conviver com outras cadeias comunicacionais, construindo na relação com outro ou por influências das mídias e das tecnologias, modificando quando apropriadas por tais signos.

Para compreensão da atualização ocorrida nas comunidades russas, está levando ao colapso as identidades culturais, mais ao mesmo tempo constroem outros significados identitários. Isto é, está produzindo uma fragmentação cultural, a multiplicidade de estilos, a ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente, na diferença, no pluralismo cultural e na hibridação.

Nesta análise das comunidades, nas representações históricas e fatos que foram extremamente importantes desde sua vinda, carregam consigo o significado das práticas religiosas. Contudo, as experiências vividas estão entrelaçadas ao seu modo de vida anteriormente cultuado na velha Rússia. O modelo tradicional de sua cultura deveria ser praticado em sua nova pátria o Brasil.

Entretanto, confrontados com a dura realidade do país, multicultural, e as experiências vividas, anteriormente, de diversas culturas de outras partes do mundo por onde passaram, sofrendo, fugindo das guerras e das revoluções, houve um choque entre culturas. Nesse impacto cultural, agregaram-se e atualizaram outros valores e símbolos, às vezes imperceptíveis às suas práticas. Este conjunto de símbolos e tradições culturais apresentados é contemplado no discurso de Lucena Filho (2007), quando afirma que: as manifestações da cultura de um povo abraçam não apenas as suas instituições e linguagens. As culturas se expressam via transmissão de múltiplos signos, símbolos e ícones, vivenciados nas suas crenças, danças, na musicalidade, na religiosidade, nas comidas típicas, na literatura, na oralidade, nas suas produções artísticas e nas suas festas. Isso procede na construção social das identidades.



Referências

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HALL, S. Da **Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LUCENA FILHO, S. A. **A festa junina em Campina Grande-PB**: uma estratégia de Folkmarketing. João Pessoa-PB: Editora Universitária UFPB, 2007.

SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. (Orgs.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

VOROBIEFF, A. Identidade e memória da comunidade russa na cidade de São Paulo. **Dissertação** (Mestrado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. USP, 2006. 258f.

ZABOLOTSKY, J. A. **A Imigração Russa no Rio Grande do Sul**: os longos caminhos da esperança. 4. ed. Porto Alegre: Editora Martins Livro.



OUTROS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: ESCOLA E O ACESSO À CULTURA

Tatiane Peres Zawaski

Patrícia Kayser Vargas Mangan

Universidade La Salle

Introdução

Uma das funções da escola é o oferecimento de condições para o acesso e a ampliação da cidadania, por meio de práticas educativas que sistematizam os conhecimentos acumulados pela sociedade. Assim, na visão de Silveira, Nader e Dias (2007), cabe à escola permitir que os educandos se apropriem dos bens culturais, historicamente produzidos pela sociedade, contemplando em seu currículo ou práticas pedagógicas, atividade de acesso à cultura.

Estamos em tempos que requer reflexões e mudanças de paradigmas dentro das instituições escolares. O acesso à cultura é fator previsto na Base Nacional Comum Curricular, tendo uma competência que prevê a inserção e a participação em práticas diversificadas. Segundo este documento, ao finalizar o Ensino Fundamental os alunos devem ter vivenciado sua identidade, experienciar diversas culturas, compreendendo-as, valorizando-as e respeitando-as, reconciliando, assim valores e perspectivas culturais.

Nesse sentido, este estudo objetiva investigar se as escolas municipais, localizadas em um município da região metropolitana, propiciam aos alunos o acesso à cultura, através da inserção de atividades culturais em seu currículo. Para tanto, a coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista escrita, encaminhada para as Supervisões e Coordenações Pedagógicas.

A seguir trataremos uma breve discussão sobre Cultura, seus acessos e as políticas culturais em nosso país. Abordaremos o tema a partir da perspectiva educacional, por acreditar na importância de seu desenvolvimento a fim de incentivar a apreciação e, também, o acesso à mesma. Na sequência, serão trazidos alguns dados já coletados, tendo em vista que a pesquisa ainda está em andamento. Por fim, os dados serão analisados e na conclusão traçaremos algumas propostas para que sejam refletidas nas instituições.

A relação cultura e educação

A cultura faz parte de nossa história, pois ela é construtora de nossa identidade. Ao mesmo tempo que criamos a cultura, somos propagadores dessas manifestações que são expressas de diversas formas e espaços. Na concepção de Candau (2003), a cultura é um processo uniforme e plural, envolvendo-se em um paradigma de criação e recriação. Em razão dessa pluralidade e dessa possibilidade recriadora, concebemos a cultura e a educação como fenômenos interligados, de forma que ambas possibilitam um novo agir e pensar do ser humano.

Entendendo que a cultura é expressa das mais variadas formas, ao dispormos o acesso a ela dentro do contexto escolar, estamos possibilitando ao educando experienciar outras formas de aprendizagem, assim como os ensinando a valorizar um patrimônio, refletindo sobre ele e ressignificando-o. A valorização das diversas manifestações artísticas e culturais é uma das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), sendo que a participação em atividades práticas está prevista na Lei.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), cada instituição de ensino da educação básica deve articular em seus currículos a valorização das diversas manifestações artísticas e culturais por meio



da vivência, da compreensão e da valorização de sua identidade, assim como dos contextos sociais, culturais e históricos. Além disso, proporcionar que os alunos tenham experiências por meio das artes, discutindo e refletindo sobre manifestações culturais.

Muitas são as experiências possíveis, contudo, para que a aprendizagem seja significativa, acreditamos, assim como Ausubel (*apud* MOREIRA, 2001) que atividades práticas sejam um caminho mais viável, principalmente se pensarmos a partir do tema proposto neste estudo. Com isso, a valorização da cultura por meio de atividades que envolvam teatro, cinema, visitas a museus, exposições artísticas ou cidades históricas propiciarão que o educando vivencie outras culturas e se aproprie de diferenças identitárias comuns em um país multicultural como o Brasil.

Além da possibilidade dessas inserções fora do espaço escolar, outras atividades podem ser ressignificadas dentro das instituições, como a organização de eventos artístico-culturais em que se promova manifestações culturais típicas das diversas regiões brasileiras, se atente as festividades locais e se analise obras artísticas e a própria literatura que tem tanto a retratar. Enfim, uma diversidade de propostas pode ser disposta nos currículos escolares, incluindo a construção de projetos interdisciplinares que vislumbrem os acessos à diferentes equipamentos culturais e a sua prática nestes ambientes.

Os valores culturais, assim como o conhecimento, não podem ser transmitidos apenas em conteúdo específicos, como bem destaca Perrenound (2002), mas por meio de atitudes e vivências que valorizem a diversidade cultural existente, atentando para outros espaços fora do ambiente comum de aprendizagem, onde os educandos, enquanto cidadãos, possam valorizá-lo e compreendê-lo como constituinte da identidade de um povo.

As políticas culturais no brasil: um percurso de tradições e desafios

Segundo Rubim (2007), as políticas de acesso à cultura sempre ocuparam um plano secundário no Brasil. Segundo o autor, tradições prevalecem na trajetória das políticas culturais do Brasil, das quais destaca o autoritarismo, as ausências e profundas instabilidades.

A história das políticas de acesso à cultura no Brasil foi demarcada por um regime autoritário e de profundo controle, como bem destaca Oliveira (2012). Na concepção de Rubim (2007) os anos 1930 foram um marco das políticas culturais no país. A experiência inovadora de Mário de Andrade teve uma importante contribuição no que tange a política cultural, contudo, mais tarde foram evidenciadas algumas deficiências.

Provedo de um espaço-tempo mais presente, atentamos ao governo de José Sarney (1985-1990), o qual destaca-se a criação do Ministério da Cultura, com incentivos e investimentos no campo cultural. Na sequência, Fernando Collor de Mello (1990-1992), implanta a lei Rouanet, que ficou conhecida pela política de incentivos fiscais para projetos e ações culturais. Nos anos de 1995-2002, Fernando Henrique Cardoso reformula as leis, concebendo a cultura como um “negócio”.

Para Rubim (2007), novos desafios foram impostos no governo Lula (2003-2011), com o ministério de Gilberto Gil. Segundo o autor, as políticas de financiamento estavam distorcidas, aliados a um quadro de autoritarismo, intervenções do estado na cultura, assim como fragilidades institucionais e uma incapacidade de elaboração de políticas culturais, dentre outros.

No ano de 2010 foi instituído o Plano Nacional de Cultura, pela Lei 12.343 (BRASIL, 2010). Este plano estabeleceu um planejamento na área cultural, tendo sido de suma importância, pois o mesmo traçou estratégias, ações e metas que orientaram a formulação de políticas públicas culturais, objetivando o desenvolvimento de programas, projetos e ações que visavam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no país.



Atualmente, o Ministério da Cultura passou a ser uma secretaria vinculada ao Ministério do Turismo. A Secretaria Especial de Cultura é marcada por muitas trocas ministeriais, assim como pela falta de incentivo e a necessidade de políticas efetivas que voltem a valorizar este campo importante para a sociedade. Nesse sentido, corrobora-se com Rubim (2007) que destaca as políticas culturais como secundárias no país. No tocante, já que faltam incentivos por parte do poder público, novas alternativas precisam se articular como forma de valorização cultural, a fim de que futuramente políticas eficazes sejam propiciadas para a disseminação e preservação da cultura.

Dialogando com os resultados

Este estudo, baseado em uma pesquisa qualitativa, buscou investigar se e como as escolas da rede municipal de ensino, de uma cidade da região metropolitana, propiciam aos alunos o acesso à cultura, através da inserção de atividades culturais em seu currículo. Nesse sentido, optou-se por aplicar o questionário escrito, como instrumento investigativo, tendo em vista o período a que estamos vivendo, o questionário online foi uma forma efetiva de buscar informações em tempos de isolamento.

A mensuração dos dados será efetivada até o final da aplicação deste instrumento, datado para o dia trinta de setembro do corrente ano. Assim, de posse destas pesquisas elas serão analisadas em uma perspectiva de análise do conteúdo (BARDIN, 2011), com foco em refletir sobre os questionamentos realizados. Para tanto, foram elaboradas questões com respostas de cunho dissertativo, questionando sobre o acesso à cultura, projetos e parcerias da instituição, abertura para atividades culturais e projetos realizados.

Para fins de uma melhor organicidade dos resultados, eles serão analisados em categorias, sendo elas: Acesso à cultura no país e na região, Acesso à cultura na escola, Projetos e parcerias Culturais, Atividades Culturais em tempos de pandemia e, por fim, Currículo e Cultura. Abaixo seguem os dados preliminares em suas distintas categorias.

a) Acesso à cultura no país e na região

Diante do questionamento “O que pensa sobre o acesso à cultura em nosso país? E na região metropolitana, em particular? ”, constata-se que as responsáveis pedagógicas das instituições destacam a precariedade, segundo relato de uma das entrevistadas, há muita diversidade para ser trabalhada, mas os acessos é o que dificulta a prática em si.

Outras afirmativas realizadas por muitas das entrevistadas é que são poucos os espaços disponibilizados, mas aliam o período pandêmico como uma oportunidade para buscar acessos que não são tão facilitados na modalidade presencial. A baixa renda também fora um fator mencionado, já que acessar cinemas, teatros e shows torna-se inviável, o que para elas é considerado como “seletiva”, já que atinge uma parcela muito limitada da sociedade.

Com isso, corrobora-se com Spat e Suptitz (2015) que entendem a cultura como relevante para o desenvolvimento social de uma comunidade. Nesse sentido, experiências inovadoras estão sendo deixadas de lado, em virtude da falta de oportunidades disponibilizadas para as instituições, assim como políticas públicas que atentem essas demandas.

b) Acesso à cultura na escola

A partir do questionamento “A escola proporcionada aos alunos acesso à cultura? De que forma? ”, foram citados projetos pedagógicos, acesso à vídeos, trabalhos sobre origens/tradições, saídas pedagógicas à museus e teatros, assim como acesso à leitura nas bibliotecas escolares.



Alguns relatos trazem as dificuldades em relação ao orçamento para que fossem propiciadas mais atividades culturais durante o ano. Nesse sentido, o vínculo com empresas parceiras poderiam ser uma fonte de incentivo quanto aos orçamentos, já que as comunidades, por vezes, têm dificuldades para destinar valores específicas que cubram transporte e ingressos destes locais, principalmente se levarmos em consideração o direito fundamental de acesso à cultura (SPAT E SUPTITZ, 2015).

Outra possibilidade é o estabelecimento de parcerias com projetos pedagógicos dentro de locais específicos, como museus, teatros, espaços culturais, enfim, muitos deles proporcionam estes acessos, desde que as instituições tenham a iniciativa da procura e a apresentação de projetos. Dentre eles, destaco Iberê Camargo, que no ano de 2019 realizou um projeto junto à Secretaria Municipal de educação de Porto Alegre. A Casa de Cultura Mario Quintana realiza oficinas com valores simbólicos destinados à manutenção do espaço e a compra dos materiais da oficina.

c) Projetos e parcerias culturais

As coordenações pedagógicas foram questionadas sobre o desenvolvimento de projetos pedagógicos, solicitando exemplos destes e, também sobre possíveis parcerias para a promoção da cultura, pedindo exemplos de parcerias exitosas ou ações problemáticas. Quanto às parcerias, todas as escolas responderam não ter este estabelecimento com órgãos ou instituições, o que, de certa forma, dificulta ainda mais os acessos, se levar em consideração as questões financeiras, destacadas na questão anterior.

Quanto aos projetos, foram citadas Feiras literárias, Semana da consciência Negra, Feira de iniciação científica, Oficina de música, Projetos de diversidade, enfim, diversas inserções para que se trabalhe a cultura em suas diversas modalidades. Nesse contexto, percebe-se o engajamento e a iniciativa das instituições para promoção dessas atividades.

d) Atividades culturais em tempos de pandemia

A partir do questionamento “Em tempos de pandemia, a instituição proporcionou atividades culturais? Se sim, quais e de que forma? ”. Em unanimidade as respostas foram favoráveis, já que proporcionaram inserções culturais de distintas maneiras, em meios virtuais. Dentre as atividades destacam-se festa Farroupilha e Junina, diálogos com autores, palestras, gincanas culturais, contação de histórias e festividades em datas comemorativas.

Nesse contexto atenta-se às diversas iniciativas das instituições para a promoção do acesso à cultura junto ao corpo discente. Mesmo em um tempo atípico o acesso à cultura, por meio das facilidades tecnológicas, continuou sendo promovido, disponibilizando aos alunos uma diversidade de atividades culturais para tornar suas aprendizagens mais significativas. O reinventar cultural destacado por Calabre (2020) proporcionou uma reinvenção, com o fenômeno de produção da arte cultura online.

e) Currículo e Cultura

O último questionamento é um pedido para que as coordenações se posicionem sobre a inserção do tema “cultura” nos currículos escolares, argumentando sobre ele. Destaca-se a necessidade de incentivos, relatadas por muitas profissionais. Acreditam ser de extrema importância, principalmente pelo fato de preservação da cultura sempre que ela é trabalhada junto aos alunos.

As entrevistadas destacam o direito ao acesso à cultura não conseguindo vislumbrar a escola sem este acesso e este trabalho. Concebendo a escola como um espaço plural, as trocas culturais ocorrem e necessitam ser respeitadas e detalhadas para que todos a conheçam, mesmo que o acesso a muitos locais não se efetive, pela falta de parcerias e pelo pouco recurso destinado a esta atividade.



Considerações finais

Por meio da pesquisa, constata-se que as instituições educacionais municipais se preocupam com a inserção de atividades culturais em seu currículo, proporcionando diversas práticas de acesso à cultura aos educandos. Mesmo com pouco investimento e sem parcerias, os alunos são levados a refletir e participar de momentos culturais. Nesse sentido, atenta-se ao exposto por Spat e Suptitz:

Nessa perspectiva, o reconhecimento da cultura como direito fundamental dos seres humanos deve ser efetivado mediante ações efetivas e, igualmente, em conjunto com a sociedade civil. Além disso, a cultura não deve ficar unicamente adstrita a uma ornamentação supérflua destinada a camadas sociais mais elevadas da sociedade, sendo, inclusive, vista apenas como um momento de entretenimento (SPAT, SUPTITZ, 2015, p. 14).

E no entender da cultura como fundamental, salienta-se que essa necessita cada vez mais estar sendo trabalhada nas instituições escolares, proporcionando aos educandos a reflexão sobre ela. Aqui corrobora-se com Spat e Suptitz (2015), entendendo que o papel da cultura é além do lazer, mas que ela possibilita o desenvolvimento das capacidades intelectuais e morais.

Neste ano, a pandemia e o movimento de aulas remotas não foram empecilhos para que as práticas culturais ocorressem. Segundo o relato das coordenações, constata-se que diversas práticas foram promovidas, assim como algumas festividades que mantêm viva a cultura da região. Certamente, após este período será necessária a continuidade da promoção de acessos aos locais culturais por meio da tecnologia, esse caminho pode ser o início de uma caminhada reflexiva que permita uma maior igualdade de acesso à cultura.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Lei 12.343**, de 02 de dezembro de 2010. Plano Nacional de Cultura.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- CALABRE, L. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7–21, jan. /jun. 2020.
- CANAU, V. M. F. Educação escolar e Cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, 2003.
- MOREIRA, A. F. B.; CAUDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos, **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/99YrW4ny4PzcYnSpVPvQMYk/?lang=pt>>.
- MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. **Aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001.
- PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- SILVEIRA, R. M. G.; NADER, A. A. G.; DIAS, A. A. **Subsídios para a Elaboração das Diretrizes Gerais da Educação em Direitos Humanos** – versão preliminar. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
- SPAT, G. M.; SUPTITZ, C. E. O direito à cultura na sociedade em rede: políticas públicas do governo federal e sua efetivação no município de Santa Maria/RS. **Anais**. 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>>. Acesso em: 26 set. 2020.



MILONGUEANDO MEMÓRIAS: VESTÍGIOS DO NEGRO NA PAISAGEM PAMPIANA

*Jucelino Viçosa de Viçosa**Cleusa Maria Gomes Graebin***Universidade La Salle****Introdução**

Esta comunicação traz como tema o estudo da milonga como gênero poético-musical característico da região do Pampa, entendido como vestígio cultural que conta, também, com a participação de africanos escravizados trazidos em diáspora e de seus descendentes. Busca-se identificar marcas da presença negra na paisagem pampiana a partir das construções poéticas e dos registros históricos e memoriais. Considerada como um sinalizador da composição identitária do gaúcho/*gaucho* pampiano, a milonga evoca a atuação do negro enquanto participante, ao lado de outras etnias, da construção da memória cultural do Pampa.

Metodologia

Quanto à abordagem, será utilizada a pesquisa qualitativa, voltada ao aprofundamento do que se pretende compreender a respeito de aspectos de uma realidade que não estão sujeitos a uma quantificação de valores, ou não atrelados à prova de fatos ou afirmações, considerando-se que os dados em análise não são simétricos e apoiam-se em distintas abordagens (GHERARDT; SILVEIRA, 2009). Desse modo, a pesquisa qualitativa será responsável por possibilitar a análise de traços da presença afrodescendente evidenciados em fragmentos de poemas dos autores Alfredo Zitarrosa, João Sampaio, Jorge Luis Borges e Vitor Ramil; na qualidade de representantes da cultura pampiana, e pelo enfoque dado ao Pampa como paisagem da memória.

A milonga em seus acordes iniciais

Os autores escolhidos para esse estudo; Alfredo Zitarrosa, João Sampaio, Jorge Luis Borges e Vitor Ramil justificam-se, primeiramente, por terem ligação com a geografia pampiana e os espaços onde nasceu e se estruturou a milonga, por exemplo, nos subúrbios de Montevidéu, no caso de Zitarrosa; na fronteira Brasil-Argentina, na figura de Sampaio; nos arrabaldes de Buenos Aires, com Borges; e na zona sul do Rio Grande do Sul, quase nos limites do Pampa, com Ramil.

Pode-se dizer que a milonga está diretamente relacionada à construção identitária do fronteiriço, enquanto gênero musical de origem pampiana, cujo resultado provém de elementos de origem africana, ibérica e dos povos nativos, forjada na paisagem do pampa; trazendo consigo as peculiaridades dos indivíduos da região tracejada pelo imaginário campeiro e urbano, caracterizando-se como uma narrativa específica de fronteira (CARRARO; MACHADO, 2018); conforme se verifica em Sampaio (1997): “*Por isso nos corredores, / Quando a estrada se alonga / Ando eu a minha guitarra, / No rastro de uma milonga*”.

A milonga pode ser entendida como um vestígio da presença negra no Pampa, em que este se torna lugar de enunciação e sinalizador das fronteiras entre Brasil, Argentina e Uruguai, do contato linguístico-cultural entre índios, portugueses, espanhóis, africanos e demais imigrantes chegados, ao longo dos séculos, na forma de espaço paisagístico “atravessado” pela sensibilidade artística presente nas milongas e que evidencia a mescla entre o *gaúcho* brasileiro e o *gaucho* da Argentina e do Uruguai (OLIVEN, 2006), como se observa em Zitarrosa (1968): “*Milonga*



pájaro soy / y he nacido en libertad. [...] Milonga pájaro soy, / canto negro y volador”.

O cenário pampiano tem uma diversidade musical representativa da multiculturalidade observada e que se sobrepõe à simplificação de que existem apenas duas línguas (espanhol e português) e duas culturas. A música do Pampa revela-se um produto cultural híbrido ao abordar crenças e vivências, além de representação de tradições, de vida e de acontecimentos históricos. Assim que visto como “território subjetivo”, isto é, zona capaz de extrapolar limites geográficos e, ao perpassar as vozes dos poetas estudados, poderá significar a marca multicultural de um povo, cuja cultura e história se configuram como repletas de contribuições; como destaca Borges (1974, p. 965) “*Alguien pensó que los negros / No eran ni zurdos ni ajenos / Y se formó el Regimiento / De Pardos y de Morenos*”.

A valorização da paisagem oportuniza que se verifiquem desdobramentos que direcionam o olhar para o prazer da reconfiguração, pois permite a multiplicidade do espaço e do sujeito que, entrelaçados, possibilitam a “revivescência” da memória, enquanto arquivo de fatos e lembranças como capacidade de favorecer a criação de novas paisagens no imaginário do leitor. “Paisagem vista como a inscrição poética de uma passagem”, ou seja, o registro literário de um dado momento histórico emerge como ampliação de horizontes, capaz de oportunizar a demarcação de novos caminhos poéticos (BERWANGER, 2009); conforme sinalizam os versos de Ramil (1980): “*No pampa meu pala a voar / Esteira de vento e luar / Vento e luar*”.

A importância da memória cultural reside na oportunidade que as pessoas têm de construir suas memórias a partir de vestígios que identificam sua língua, a reverência às imagens do passado, assim como dos ritos que constituem as mais diversas práticas culturais. Por vestígios memoriais, entendem-se aqueles fragmentos ou traços que se manifestam, por exemplo, na linguagem de um sujeito e onde estão também incluídos os elementos não verbais (BERND, 2013). Além disso, para Assmann (2011), esses vestígios podem servir como indicadores da memória cultural de uma dada sociedade; como capacidade que o ser humano tem de acessar suas lembranças a qualquer momento e a partir dos mais diferentes estímulos (ASSMANN, 2011); de acordo com a poesia de Zitarrosa (1972): “*Negro hijo de negro oriental, / tuvo abuelo negro bozal, / que se alzó en armas junto al general / y un cañón lo partió en Marmarajá*”.

Na milonga, o sujeito é o detentor da palavra e a torna uma sonoridade característica dessa região, fato que a constitui em marco representativo de miscigenação racial e cultural, além de representar um fenômeno estético relacionado à cultura e à construção identitária do sujeito pampiano. Imersa nesse contexto está a presença negra na paisagem do Pampa, com destaque para a participação de indivíduos escravizados que, inobstante os martírios sofridos em face do sistema escravista, deixaram significativos legados nas mais diversas áreas, como na alimentação, no vestuário, em manifestações artísticas e literárias, entre outras; com destaque, nesse estudo, para a música, em especial à milonga como importante vestígio de atuação negra na sedimentação da base cultural da região pampiana; conforme expressa Borges (1974, p. 58): “*Pampa: / Yo diviso tu anchura / que ahonda las afueras / yo me estoy desangrando en tus ponientes*”.

Segundo Rossi (1958), a milonga teria como berço os bairros portuários de Montevidéu, a partir do ingresso de escravos africanos durante o século XIX, como milonga-baile, por meio de marinheiros cubanos, de origem africana, nos portos de Montevidéu; enquanto a milonga-canto se constitui de versos improvisados, com ou sem acompanhamento musical; com o passar do tempo, o versejar sem acompanhamento se estabeleceu com o nome de payada,² ficando a milonga sendo executada mediante acompanhamento musical, com o emprego do violão;

1 Em um artigo intitulado A milonga e as narrativas na região do Pampa, Jeremyas Machado Silva (2015) argumenta que além de ser considerada como um fenômeno histórico, em razão do contexto econômico e político onde se situa, bem como das dimensões de tempo e de espaço, a milonga também pode ser entendida como um fenômeno social e estético, tendo em vista sua origem rio-platense, a transposição de fronteiras, e os hábitos e características identitárias dos envolvidos com esse estilo; proposição que se verifica no presente estudo, ou seja, o enfoque da milonga sob o contexto histórico, social e identitário a partir de sua construção estética.

2 A *payada* ou *pajada* consiste numa apresentação em que o artista improvisa os versos a partir de um tema livre ou na chamada *payada* de contraponto, onde se dá o desafio frente a outro *payador* a respeito de um tema escolhido ou de tema livre. A estrutura dos versos é sob a forma de décimas e há o acompanhamento pela guitarra/violão (DORRA, 2007).

tese corroborada por Oliveira; Mello (2018), em que a milonga, a partir de seu amplo espectro semiótico e ênfase na oralidade, vincula-se à tradição oral que remonta à ancestralidade africana enquanto criação diaspórica, tendo o Pampa como lugar de enunciação. Por outro lado, Ayestarán (1997) refuta a origem africana da milonga, ao associá-la aos trovadores da Idade Média e apoiando na estrutura melódica do ritmo em associação a outros.

A influência africana está representada já em seu significado dialetal, pois de acordo com Cascudo (1972) milonga tem origem bundo-congolesa, e sinaliza o plural de mulonga (ou melunga), que significa palavra, algo próximo a conversação, palavreado. Houaiss; Villar (2009) trazem três acepções para o vocábulo: em seu sentido musical, aparece como canto e dança de cunho popular originários nos subúrbios de Buenos Aires e Montevidéu, ou música platina, de ritmo cadenciado, executada sob acompanhamento do violão; também tem o sentido de enganar, ludibriar, desconversar; além de, em sua conotação religiosa, ser entendida como feitiço, despacho; de acordo com o que expressa Sampaio (2020) “*milonga é cura e feitiço / Do outro lado do oceano / Palavra afro trazida / Pelo escravo africano*”.

Além de integrar o léxico musical, pode-se dizer que o termo milonga representa uma estratégia de manutenção de marcas africanas locais, pois conforme Oliveira; Mello (2018) indica o nome de uma cidade de onde proviam boa parte de escravizados que aportaram no Prata, e que pertence ao Congo (República Democrática do Congo), na região limítrofe com Angola. Ainda, de acordo com Oliveira; Mello (2018), a milonga pode ser considerada como traço diaspórico significativo da introdução de pessoas oriundas da África por meio do tráfico luso-espanhol, e conseqüente migração e deslocamentos para zonas urbanas e rurais ao longo do Rio da Prata e, por extensão, no Pampa, integrando-se a uma identidade por meio de suas expressões performáticas, poéticas e musicais; a esse respeito, expressam as autoras que

Nesse mosaico, no entanto, havia a recorrente preocupação com a afirmação das origens e com estratégias de produção de memória e sociabilidade traduzidas na constituição de espaços onde práticas culturais performáticas, como o candombe e a milonga entre outros, seriam os meios mais eficazes para os grupos de africanos na configuração de elos simbólicos entre as estruturas de sentimentos preexistentes e suas novas demandas sociais (OLIVEIRA; MELLO, 2018, p. 02).

A milonga traz em si, portanto, matizes africanos e aspectos da cultura e do folclore das regiões que integram o Pampa, abrangendo o Uruguai, parte da Argentina e o extremo sul do Rio Grande do Sul, ou seja, provém da tríplice fronteira demarcada pelo rio Uruguai, caracterizada como pampiana. Solidifica-se, então, como efeito da diversidade cultural presente nas periferias de Buenos Aires e de Montevidéu, e seu ingresso no Rio Grande do Sul teria sido pela Fronteira Oeste, numa migração das periferias urbanas para o campo (ALBORNOZ, 2016).

No Pampa, a paisagem pode ser vista como produto do olhar do sujeito, em que o propósito está na construção cultural com base em uma ressignificação pessoal, onde fatores subjetivos são o ponto de partida para corporificar a natureza e o espaço contemplados (COLLOT, 2013). Berwanger (2010) ressalta que a paisagem tem o dom de se desdobrar em outra paisagem, pois a geografia simbólica permite que um lugar se transforme em outros lugares por meio da ressimbolização geográfica; bem como poetiza Ramil (1997): “*Milonga é feita solta no tempo / Jamais milonga solta no espaço / Sete cidades frias são sua morada*”

É por meio do que Collot (2013) cunhou como “pensamento-paisagem” que se dá a transformação do espaço geográfico sob a ação da subjetividade, e a própria paisagem permite a aproximação entre aspectos subjetivos e realidade objetiva observada. Com base nisso, enfatiza-se que na paisagem do Pampa há sim a inserção do negro, desde sua chegada, e que durante muito tempo tal presença foi invisibilizada pelos registros oficiais, fato que se comprova diante das revisões historiográficas e da documentação existente, evidenciando assim que, desde os primórdios, o negro é um dos agentes de construção da memória cultural pampiana.

Os poemas se tornam, assim, representações literárias e artísticas, capazes de indicar semelhanças e diferenças como forma de aproximar o passado a uma realidade presente, permitem a reconfiguração de novas paisagens a



partir do olhar dos poetas e da significação de seus versos, onde cada texto produzido é um símbolo representativo da paisagem geográfica e subjetiva; o que se constata em Sampaio: “*Eu também sou campesino, / Nasci ouvindo o pampeiro / E também sou carreteiro, / Por ofício e por destino;*”

Com base no exposto, entende-se o pampa como espaço de confluência entre três diferentes países, com uma identidade construída de modo muito próximo, simbolizada pela figura do *gaucho*/gaúcho, cujos vestígios memoriais apontam para uma efetiva participação de africanos, aqui inseridos por meio da escravidão, e de afrodescendentes, podendo a milonga ser vista como marco referencial da memória cultural afro e da multiplicidade étnica na construção identitária pampiana.

Considerações finais

A milonga pode ser entendida como marco a transpor fronteiras, inserindo-se no contexto da pluralidade cultural latino-americana, enquanto gênero musical representativo do Pampa, fruto da mescla de elementos nativos, africanos e ibéricos. Uma vez que, a partir de diversas expressões poéticas e musicais, a incorpora elementos africanos originários em seu conteúdo e em sua trajetória histórica, bem como marcas das periferias e subúrbios platinos, a melancolia e o apego à terra por parte do campeiro pampiano, a demonstrar sua pluralidade cultural.

O Pampa pode, assim, assumir a condição de “território subjetivo”, no qual a paisagem oportuniza que se verifiquem desdobramentos capazes de direcionar o olhar para o prazer da reconfiguração, culminando na multiplicidade do espaço e do sujeito, e lugar de enunciação onde a milonga se traduz em atitude poética que materializa a palavra e sinaliza seu caráter ancestral. O negro ocupou, ao lado do branco, o mesmo espaço paisagístico, urbano e rural, da região do Pampa; agregue-se a isso o fato de ter sido invisibilizado, bem como a observância de questões calcadas na tradição e na cultura dominante, de modo que, os vestígios podem ser considerados elementos propícios a fazer-se uma resignificação do passado; do mesmo modo que os poetas escolhidos, por meio de suas milongas e com sua sensibilidade poética, são capazes de recompor a paisagem pampiana e evidenciar a presença negra na memória cultural da região.

Referências

- ALBORNOZ, J. A interpretação na milonga *sureña* de Juan José Ramos: entre o popular e o erudito. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Sohete. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AYESTARAN, L. **El folklore musical uruguaio**. Montevideu: Arca, 1997.
- BERND, Z. **Por uma estética dos vestígios memoriais**: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.
- BERWANGER, M. L. **Paisagens do dom e da troca**. Porto Alegre: Literalis, 2009.
- BERWANGER, M. L. Regionalismo mundializado. **Raido – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFDG**, Dourados (MS), v. 4, n. 8, jul. /dez. 2010.
- BORGES, J. L. **Para las seis cuerdas**. Obras Completas (1923-1972). Buenos Aires: Emecé Editores, 1974.



- BORGES, J. L. **Al horizonte de un suburbio**. Obras Completas (1923-1972). Buenos Aires: Emecé Editores, 1974.
- CARRARO, G.; MACHADO, J. Entre acordes e versos: da identidade fronteiriça aos aspectos históricos e estruturais da milonga. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 154, p. 77-88, jul. 2018.
- CASCUDO, L. C. **Dicionário do folclore brasileiro**. 3. ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.
- COLLOT, M. **Poética e filosofia da paisagem**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.
- DORRA, R. El arte del payador. **Revista de Literaturas Populares**, Ano VII, n. 1, jan. /jun. 2007.
- GHERARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banca de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- OLIVEIRA, S. A. de; MELLO, C. C. **De payadas e milongas: os saberes da voz**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/2176-8552.2011n1p71>>. Acesso em: 12 out. 2018.
- OLIVEN, R. G. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil**. Nação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- RAMIL, V. **Semeadura**. 10ª Califórnia da Canção Nativa. Uruguaiana, 1980.
- RAMIL, V. **Milonga de sete cidades**. Ramilonga (A estética do frio). Satolep Music, 1997.
- ROSSI, V. **Cosas de negros: las orígenes del tango y otros aportes al folklore rioplatense**. Buenos Aires: Libreria Hachette, 1958.
- SAMPAIO, J. **No rastro de uma milonga**. Sapecada da Canção Nativa. 5ª Edição, 1997.
- SAMPAIO, J. **Milonga feitiço negro**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IUAC2ARWO0s>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- SAMPAIO, J. **De campeiro pra campeiro**. 17ª Gauderiada da Canção Gaúcha: Rosário do Sul. 1999.
- ZITARROSA, A. Milonga pájaro. In: **Yo sé quién soy**. The Orchard Music, 1968.
- ZITARROSA, A. Romance para un negro milonguero. In: **Alfredo Zitarrosa**. Sony Music Entertainment, Argentina.



MEMÓRIA CULTURAL E ANCESTRALIDADE EM A CHAVE DE CASA, DE TATIANA SALEM LEVY

Tanira Rodrigues Soares

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Introdução

A ancestralidade é um tempo difuso e um espaço diluído. Evanescente, contém dobras. Labirintos se desdobram no seu interior e os corredores se abrem para o grande vão da memória. A memória é precisamente os fios que compõem a estampa da existência (OLIVEIRA, 2005, p. 11).

Memória é vida, fragmentos, particularidades, trata-se de uma ação motivada no presente e que permite reconstruir peculiaridades de um passado, uma percepção sobre um tempo e um espaço pretéritos, é afetiva e sensível aos interesses individuais e/ou coletivos, é uma construção em permanente processo de reelaboração e/ou transformação, e associada ao esquecimento. Com base nisso, pode-se dizer que a memória se configura num elemento presente nas sociedades, uma vez que, por seu intermédio, podem ser transmitidas informações, tradições, manifestações culturais, ritos, entre outros, de geração a geração.

O estudo da memória tem relação direta com a ancestralidade, uma vez que a memória não envolve somente a esfera do individual, do subjetivo, mas também a dimensão coletiva e a comunicativa, além dos elementos integrantes da cultura³ e da tradição.⁴

Portanto, parte-se do indivíduo inserido na contemporaneidade e em busca de informações sobre seu passado, de modo a dialogar com sua formação e constituição enquanto sujeito social e cultural, integrante de um contexto cultural responsável por delinear aspectos identitários e o sentimento de pertencimento.

Nessa perspectiva, a interioridade, a anterioridade e a ancestralidade estão em diálogo constante, pois, como assegura Aleida Assmann (2011, p. 109), “[...] a constituição do eu é a resultante de um ato produtivo e contínuo de aquisição de experiências passadas e possibilidades futuras”. A interioridade articulada pelo indivíduo busca encontrar um equilíbrio entre a memória do passado (anterioridade e/ou ancestralidade), a memória da ação (presente) e a memória de uma espera (futuro), conforme se pode verificar no romance em estudo.

Memória Cultural e Ancestralidade

Maurice Halbwachs (2006) menciona que cada sociedade recorta o espaço a fim de constituir um contexto fixo e, dessa forma, reencontra suas lembranças; o autor enfatiza o quanto o espaço torna-se um lugar imóvel para ser acionado pela memória e, conseqüentemente, servir como sustentação para diferenciar as atitudes e posicionamentos através do tempo, pois “[...] a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar o passado no presente” (HALBWACHS, 2006, p. 189), gerando, assim, a sensação de estabilidade do espaço e tempo.

3 Entende-se por Cultura “[...] todas as manifestações da vida de uma comunidade: língua, crenças, usos e costumes, indumentária, técnicas e, em suma, tudo que nela se pratica, evita, respeita e abomina (VARGAS LLOSA, 2013, p. 31)

4 Tradição aqui está diretamente relacionada à memória e à transmissão e, de acordo com Mário Cezar Silva Leite (2017, p. 297-298), “[...] a tradição só pode funcionar, existir, sobre-existir, no paradigma da linha temporal linear e num pressuposto de passado coerente e garantido pela memória. Para Zumthor, é a memória do grupo que sustenta e assegura a coerência de um sujeito na apropriação de sua duração: ela gera a perspectiva em que se ordena uma existência e, nessa medida, permite que se mantenha a vida. Desse modo, ela evidentemente cria a história, ata o liame social conseqüentemente conferindo continuidade aos comportamentos que constituem uma cultura”.



Cada ser humano dialoga com diversos grupos que integram seu contexto e passa a estabelecer certas linhas de fronteiras que irão definir os princípios de pertencimento ou exclusão, de aproximação ou distanciamento, de identificação ou repulsa, ou seja, o indivíduo irá negociar a presença do “eu” e do “nós” em diversos contextos sociais e culturais. A esse respeito, Aleida Assmann (2011) sustenta que o “eu”, primeira pessoa do singular, não vive sozinho, ao contrário, o “eu” incorpora as diversas formas do “nós”, primeira pessoa do plural, pois integra diferentes grupos que adotam determinados posicionamentos e estabelece valores, experiências, narrativas e compartilhamento de memórias. “A família, a vizinhança (bairro), o grupo de pares, a geração, a nação, a cultura são grandes grupos aos quais os indivíduos se referem como “nós” (ASSMANN, 2011a, p. 223).

Estas diversas formas do “nós” estão relacionadas à memória coletiva, trabalhada por Maurice Halbwachs (2006) e enfocada, em nova abordagem, pelos estudiosos Aleida Assmann (2011; 2011a) e Jan Assmann (1995; 2008) sob o prisma das tradições, transmissões e transferências, resultando em um outro desdobramento denominado memória cultural.

Cabe também mencionar que a memória coletiva, a familiar e a geracional são corporificadas, assim como a memória comunicativa, isto é, as pessoas e/ou grupos compartilham valores, crenças, hábitos, atitudes e testemunham eventos diretamente relacionados aos acontecimentos que vivenciaram ou presenciaram. Ocorre uma comunhão em torno do compartilhamento das informações, pois os indivíduos se sentem parte integrante, são elementos atuantes na busca por informações relativas ao passado.

Diferente das memórias que são corporificadas, as memórias política⁵ e cultural são mediadas, precisam de suportes duráveis e se utilizam de signos externos e representações materiais, tais como bibliotecas, museus, monumentos, artes e outras formas de armazenamento disponíveis na sociedade contemporânea; ultrapassando a esfera do individual e do coletivo (ASSMANN, 2011a).

Para Jan Assmann (1995; 2008), a memória cultural extrapola o grupo de convivência englobando em sua constituição o armazenamento de informações que perduram por séculos, sendo que, nesse caso, os portadores de memória cultural não são os seres vivos, mas os objetos, monumentos, documentos, símbolos, artes e demais expressões que podem atravessar longos períodos de tempo e carregar consigo valiosos significados. A relação estabelecida com a memória cultural integra o processo identitário dos indivíduos, vindo a resultar numa dinâmica de produção e de contínuas aprendizagens no que diz respeito ao passado (ancestralidade), permitindo que o indivíduo possa se constituir e se consolidar enquanto vivencia o presente e projeta um futuro.

Cabe ressaltar que ancestralidade e anterioridade são conceitos epistêmicos e que envolvem uma fronteira permeável e de permanente negociação, na qual os indivíduos não estão sozinhos no momento da constituição de suas subjetividades e identidades e tampouco solitários no armazenamento de informações e conhecimentos presentes em toda a imensidão da memória humana. Dessa forma, é importante destacar que a anterioridade, tem ligação com uma ascendência direta que envolve a comunicação oral entre os membros do grupo e/ou sociedade, isto quer dizer que anterioridade está relacionada à memória coletiva, à familiar e à geracional. Os indivíduos partilham seus inúmeros contextos de convivência de memórias, de forma a oportunizar o estabelecimento de laços de afetividade, de pertencimento e de reconhecimento. “A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Evidencia-se que a anterioridade e a ancestralidade, em algumas vezes, são utilizadas como sinônimos, pois

5 A memória política é abordada por Aleida Assmann (2011a) ao enfatizar que “[...] uma memória política é necessariamente uma memória mediada. Residem, em meios materiais, símbolos e práticas que devem ser enxertados nos corações e mentes dos indivíduos. À medida que eles se apoiam depende da eficiência da pedagogia política, por um lado, e do nível de fervor patriótico ou ético, por outro” (p. 216). Todas as traduções apresentadas no artigo foram realizadas pela própria autora.



sua episteme remonta ao que é anterior, e não há necessidade de haver uma separação estanque e delimitada em se tratando de abrangência de tempo e espaço. Para fins desse estudo, considera-se o uso como sinônimo, mas acrescenta-se a noção de que a anterioridade está relacionada a uma certa proximidade com o tempo pretérito, ao passo que a ancestralidade está mais ligada aos aspectos culturais e à tradição de uma sociedade e/ou grupo, remetendo a um tempo bem mais antigo e mítico.

Entende-se por anterioridade uma “qualidade, estado ou condição de anterior, isto é, precedência em tempo, ordem e posição” e tem relação com a palavra anterior que deriva do latim *anterior, ōris* (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 144). Nesse contexto, a anterioridade está ligada ao modo de como a narradora, a partir da subjetividade, busca no passado alguns fatos, acontecimentos ou personagens, enfim, informações pertinentes à memória para expor episódios ligados à sua ascendência geracional. A anterioridade pode servir como um guia a iluminar o passado, considerando-se a necessidade de reconstruir aspectos familiares que se caracterizam como importantes no delineamento de seus processos identitários.

Já a palavra ancestralidade deriva de *antecessor, ōris* do latim (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 128), bem como refere-se ao legado dos antepassados, que ultrapassa a geração dos avós e parentes mais próximos e envolve um ancestral mítico, uma personalidade que está em conexão com os fundamentos originários de um povo ou sociedade.

A ancestralidade é o movimento que articula as esferas que tradicionalmente têm sido entendidas como separadas, provocando uma re-ligação desses elementos que aparecem semioticamente separados, quando, em verdade, estão ontologicamente unidos. A ancestralidade converte-se, assim, numa ontologia do mistério revivido no corpo (OLIVEIRA, 2005, p. 44-45).

A ancestralidade tem vínculo com a memória cultural, uma vez que esse tipo de manifestação ultrapassa as gerações e circula na esfera da cultura dos povos e/ou sociedade, podendo ser transmitida sem interrupções significativas ou sofrer colapsos de esquecimento e apagamento, mas que pode ressurgir como estratégia de agregação e pertencimento. A ancestralidade está ligada ao que Jan Assmann (1995) denominou de “ilhas do tempo”⁶, isto é, pontos fixos do passado que são revisitados no presente e apresentados em formatos de rituais, obras de artes, poemas, imagens, textos, enfim, aspectos culturais materializados e armazenados no decorrer do tempo, atuando como elemento propulsor e desencadeador de identificação e de pertencimento.

Cabe apontar que a ancestralidade não envolve apenas a relação consanguínea de parentesco, ao contrário, em sua constituição, engloba as práticas e representações, princípios e valores, signos, símbolos e significações, enfim, elementos associados à cultura e à tradição, abrangendo o conceito de memória cultural, pois ultrapassam o tempo cronológico do vivido e ingressam no tempo mítico, do início de tudo, das origens.

O romance *A chave de casa*, de Tatiana Salem Levy, é composto por 109 fragmentos ou capítulos, não identificados como tal, que não apresentam uma linearidade em sua estruturação, ao contrário, evidenciam uma desordem que adquire sentido na medida em que o leitor avança na trama narrada. A narradora, sem nome e sem idade definida, decide escrever para libertar seu corpo de um aprisionamento e, com isso, realiza um processo de retorno ao passado que envolve informações relacionadas à migração de seu avô materno, uma ligação intensa com a mãe, mesmo depois de morta, um relacionamento amoroso tumultuado e uma investigação familiar de ancestralidade; após receber do avô uma chave, levanta da cama que a aprisiona e busca respostas no passado para sua inércia no presente.

Em *A chave de casa*, a narradora expressa sua interioridade ao fazer a viagem em busca dos parentes e

6 No fluxo das comunicações cotidianas, festivais, ritos, épicos, poemas, imagens, etc., formam “ilhas do tempo”, ilhas de uma temporalidade completamente diferente, sustentada pelo tempo. Na memória cultural, tais ilhas do tempo expandem-se em espaços de memória da “contemplatividade retrospectiva” (J.ASSMANN, 1995, p. 129).

das origens, embora o constante questionamento sobre a necessidade de conhecer a história familiar e, como consequência, o conhecimento de si mesma e a aceitação de sua condição de herdeira. A luta entre o medo, a inércia e a falta de perspectiva está presente na personagem, conferindo-lhe uma interioridade carregada de negativismo, contrapondo-se ao otimismo e vontade de transpor barreiras de sua mãe, como se pode observar no diálogo ficcional entre ambas: “Quero apenas que tente enxergar as coisas como elas são, que acredite nessa viagem, que acredite que pode e merece ser feliz” (LEVY, 2013, p. 123).

Na viagem que realiza à Turquia, a narradora, após ter visitado uma mesquita, se depara com um canto de chamamento para as orações.

O canto continua, prolonga-se ainda umas quatro vezes, ecoando de maneira inesperada em alguma parte arcaica do meu corpo, alguma memória que ignoro. A voz – um gemido, uma lamúria – se expande por toda a cidade até cessar. Istambul parece então morta, e sinto que há em mim algo muito antigo que começa a renascer (LEVY, 2013, p. 54).

Já os fatores relacionados à ancestralidade e/ou anterioridade podem ser observados nas passagens em que a narradora se autodenomina portadora de uma herança carregada de sofrimentos e silêncios. “Você confirma então que se trata de uma herança? Que herdei da família todas as dores? Que belo presente!” (LEVY, 2013, p. 123). Ela luta para livrar-se desse peso que carrega nas costas, como a vergar todo o seu tronco, porém somente quando inicia a contar a história do avô materno, intercalada com a história de vida dos pais, especialmente da mãe, e os momentos derradeiros do adeus, consegue encontrar uma identificação com as origens familiares e, ao mesmo tempo, permite-se sonhar com um futuro de esperança e de amor.

Embora a narradora/protagonista de *A chave de casa* seja uma judia de origem, neta de um turco judeu, as migrações da família desenvolveram um distanciamento com relação aos aspectos culturais desse povo como, por exemplo, a ausência da língua ladina, em contrapartida, os elementos culturais relacionados com a alimentação foram preservados e transmitidos.

Todos me olhando com ar de recriminação, como se tivesse cometido uma falta grave, se não mortal. Eu acuada, ouvindo-os, inconformados, falar entre si na língua que não falo. [...]. Meu avô precisou esquecer o passado e por isso nunca falou ladino com minha mãe. Um verdadeiro judeu não esquece o passado, retrucou, firme o Raphael avô. Talvez meu avô não fosse um verdadeiro judeu, pensei, sem dizer nada. [...]. Apesar desse incidente inicial, aos poucos fui percebendo afinidades entre nós. Quando disse que em casa fazíamos aquela mesma comida, o Raphael avô se soltou um pouco, sorriu pela primeira vez, feito pensasse que o passado não está só na língua (LEVY, 2013, p. 147-148).

Com essa passagem, fica ilustrado que a identidade cultural⁷ não está cristalizada em sua estruturação, ao contrário, encontra-se em processo de transformação e está aberta às interconexões de identidade, memória e tempo, ensejando que novas ressignificações sejam realizadas, caracterizando as transformações do processo identitário.

Verifica-se uma necessidade de encontrar no passado, na ancestralidade, motivações e significações para reorganizar o presente. Joël Candau (2014, p. 61) enfatiza que “Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas interações a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido”.

7 “Fala-se em identidade cultural quando se quer referir a grupos que não se apoiam em um Estado-Nação, mas que reivindicam a pertença a uma cultura comum. Nesse caso, não se mobiliza a referência geográfica, e a tendência desses movimentos é ser transnacional, baseando-se em categorias tão diversas como raça, etnia, gênero, religião. Todavia, também nesse caso, trata-se de determinar um patrimônio comum e difundi-lo. Isso implica na revisão histórica e no questionamento da cultura hegemônica, que não os incluiu, na busca de antepassados, na criação de uma linhagem, na escolha de símbolos” (FIGUEIREDO; NORONHA, 2005, p. 200).



Nota-se que as palavras estrangeiro⁸ e judeu⁹ carregam em sua constituição muitos aspectos culturais que, ao simples fato de serem mencionadas, automaticamente já remetem, a quem ouve, informações adquiridas na esfera cultural que podem distinguir essas identidades com base em conhecimentos que foram transmitidos por diversas gerações e perduram na memória cultural dos contemporâneos.

Portanto verifica-se que as identidades culturais assumidas pelas protagonistas estão diretamente relacionadas ao conceito de memória cultural, uma vez que elas se identificam como portadoras de características que remetem a determinado grupo e/ou sociedade (judeus e estrangeiros). Deixam transparecer em suas manifestações a memória cultural de que são portadoras que estão interligadas com as implicações decorrentes do que é ser judeu e estrangeiro na contemporaneidade. Dessa forma, aproximam-se dos contextos de épocas anteriores e ultrapassam a esfera do coletivo e da comunicação oral para emergem no contexto cultural.

Salienta-se que nesse processo percorrido pela narradora de *A chave de casa* foram empregadas múltiplas memórias, pois a reconstrução dos acontecimentos no passado envolve o grupo familiar (mãe e avô materno), mas também tem ligação com a ancestralidade do povo judeu, além do seu passado recente de sofrimento e de dor.

Desse modo, mesclam-se interioridade, anterioridade e ancestralidade, pois “O que trago comigo sem escolha dói. Essa nossa conversa, mãe, também dói. A história de amor que me arrancou a carne dói. A história do meu avô, a sua história, a tortura, o exílio, tudo dói” (LEVY, 2013, p. 137). A narrativa é construída sob o prisma da dor, dor que envolve a interioridade, a anterioridade e a ancestralidade, pois as privações do presente se fazem sentir e trazem consigo reflexos de um passado com suas dificuldades e superações.

A narradora, como uma descendente de judeus não praticante da religião,¹⁰ mas que mantém certos atos cerimoniais e ritualísticos característicos desse grupo cultural, algumas vezes questiona sua ligação com a ancestralidade judaica e, ao mesmo tempo, atribui esse sentimento ao fato do avô, logo que chegou ao Brasil, ter trocado o nome e buscado, no decorrer dos anos, apagar sua origem turca e judaica, conforme exemplificado nessa passagem do romance.

Se ele quisesse, poderia conservar seu nome, sua origem. Preferiu criar outros, dar um novo nome e uma nova origem à vida que o aguardava. Sentia que para recomeçar precisava de outra identidade. Se não deixasse para trás tudo o que havia sido seu até então, estaria para sempre amarrado ao passado (LEVY, 2013, p. 39).

Por esse motivo, o avô entrega a chave como símbolo dessa ancestralidade que tentou apagar ao ingressar no Brasil e oferece a possibilidade para que a neta (re)crie uma história que foi esquecida, negligenciada e, com isso, atribua sentidos às transformações ocorridas no grupo familiar. A neta se torna a responsável por reviver o passado adormecido dessa ancestralidade judaica presente na esfera familiar, e se caracteriza como capaz de (re)interpretar e (re)produzir significados para a realidade contemporânea; a ancestralidade “[...] ao mesmo tempo, é enigmático e revelação-profecia. Indica e esconde caminhos” (OLIVEIRA, 2005, p. 17).

8 Julia Kristeva realizou um estudo significativo para demonstrar a arqueologia cultural do estrangeiro no Ocidente, abrangendo a identidade do estrangeiro desde o mundo helenístico até a contemporaneidade, em seu livro *Estrangeiro para nós mesmos* (1994).

9 No livro *Os judeus e as palavras* (2015), Amós Oz e Fania Oz-Salzberger produziram uma narrativa com características essenciais da história do povo judeu, enfocando especificamente a relação dos judeus com as palavras.

10 Mais especificações quanto à diferença entre judeidade e judaísmo podem ser verificadas no capítulo *Herança judaica e autoficção em Tatiana Salem Levy*, no livro *Mulheres ao espelho* (2013), de Eurídice Figueiredo. “A judeidade se distingue do judaísmo, que designa a religião; a judeidade tem mais a ver com as práticas culturais herdadas dos ancestrais, o respeito a alguns valores, tradições e instituições – como as festas religiosas – que até fazem parte da religião, mas que não são expressão de uma verdadeira religiosidade” (FIGUEIREDO, 2013, p. 181).

Considerações finais

Cabe mencionar que interioridade, anterioridade e ancestralidade se interpenetram no decorrer do romance pois a narradora está imbuída do desejo de buscar algumas explicações nas brechas que o passado familiar oferece, respostas essas fragmentadas, incompletas, carregadas de vestígios e rastros que servem para uma reconstrução memorial familiar. Nessa busca por respostas, muitas vezes não têm o questionamento formulado de forma consciente, talvez por se sentir deslocada e ciente da necessidade de revisitar o passado como forma de entendimento para sua individualidade que demonstram o quanto a diversidade está presente nas suas ações e posicionamentos frente à vida.

À ancestralidade identificada no romance *A chave de casa* está relacionada à descendência do povo judeu, que culmina em uma narrativa cuja neta irá buscar no passado do avô materno informações para ressignificar esse tempo pretérito e atribuir sentido de pertencimento com a história dessa ancestralidade que ultrapassa a esfera da família e interliga-se à origem e surgimento desse povo.

Quando o indivíduo nasce, já está inserido em um contexto social e cultural que carrega informações da memória humana, sendo essa transmitida de geração a geração. Dessa forma, ao se perceber enquanto indivíduo em constante processo identitário, com uma subjetividade permeada pela sensibilidade de percepção e compreensão dos acontecimentos que o rodeiam, esse indivíduo irá negociar com as memórias da ancestralidade para delinear de forma clara e objetiva o seu pertencimento, a sua exclusão ou a recusa de pertencer a determinado grupo.

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2011.
- ASSMANN, A. Memory, individual and collective. In: GOODIN, Robert Eduard; TILLY, Charles (ed.). **The oxford handbook of contextual political analysis**. Volume 5. New York: Oxford, 2011a. p. 210-224.
- ASSMANN, J. Collective Memory and Cultural Identity. **New German Critique**, n. 65, Cultural History/Cultural Studies, p. 125-133, 1995.
- ASSMANN, J. Communicative and cultural memory. In: ERLI, A.; NÜNNING, A. (Ed.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.
- CANAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- FIGUEIREDO, E. **Mulheres ao espelho**: autobiografia, ficção, autoficção. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- FIGUEIREDO, E.; NORONHA, J. M. G. Identidade nacional e identidade cultural. In: FIGUEIREDO, E. (org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Niterói: EdUFF, Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 189-205.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banca de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KRISTEVA, J. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994
- LEITE, M. C. S. Tradição e pós-modernidade. In: BERND, Z.; KAYSER, P. (org.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2.ed. Canoas (RS): Editora Unilasalle, 2017. p. 296-300.



LEVY, T. S. **A chave de casa**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

LLOSA, M. V. **A civilização do espetáculo**: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Tradução Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

OLIVEIRA, E. D. de. Filosofia da ancestralidade: Corpo e Mito na Filosofia da Educação Brasileira. **Tese**. Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará (UFC): Fortaleza, 2005.

OZ, A.; OZ-SALZBERGER, F. **Os judeus e as palavras**. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



A OCUPAÇÃO DA AMÉRICA: MISSÕES JESUÍTICAS E O GIRO DECOLONIAL

Vanessa Fiorini

Marcos Rogério dos Santos Souza

Gilberto Ferreira da Silva

Universidade La Salle

Introdução

A ocupação do Continente Americano pelos grupos alóctones, a partir do estreito de Bering, nos possibilita refletir sobre a penetração do homem no “território americano” por meio das migrações que se espalharam inicialmente da América do Norte ao extremo sul da América. Deste modo, esses agrupamentos “humanos” que aqui chegaram seriam a base para a construção dos povos primitivos que ocuparam todas as regiões do que se conhece por América (MOURE, 1994). Neste sentido, o objetivo é refletir sobre as reduções jesuíticas dos Sete Povos das Missões/RS e seu principal cacique Sepé Tiaraju compreendendo sua importância frente ao Tratado de Madri a defesa das terras guaranis e o giro decolonial a partir de Sepé Tiaraju. Em Mignolo (2007, p. 44) “A força e a energia do pensamento decolonial estavam sempre ‘lá’, na exterioridade, no que era negado pelo pensamento imperial/colonial.”

Busca-se primeiramente fazer uma provocação sobre o pensamento decolonial partindo da ideia de que somos fruto de uma única raiz africana, que por meio de correntes migratórias ou mudanças geológicas ocupa o “velho mundo e o novo mundo”. Afinal o que nos torna tão iguais e tão diferentes? A respeito do pensamento decolonial, se for tomada a constituição pré-histórica como fonte de ocupação autóctone não faz sentido que ainda se tenha uma forte posição eurocêntrica sobre o pensamento americano por parte de muitos intelectuais? A pretensão é iniciar essa reflexão, visto que as ocupações em solo americano pelo homem primitivo fizeram do território ocupado seu local de cultura que o insere numa outra dinâmica histórico-social na qual o legitimou como “dono desta terra”, livre das amarras que sustentavam os reinos ibéricos.

Ocupação do território sul-riograndense, giro decolonial e pós- colonialismo

Com vistas a compreensão sobre o pensamento decolonial, retoma-se e reflete-se acerca da chegada dos europeus ao Continente Americano em 1492 com os espanhóis na América Central e, mais tarde, em 1500 com a chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral na América do Sul em nome da coroa portuguesa. Desta maneira, para excluir-se qualquer possibilidade de “descoberta” por parte do velho mundo, reflete-se a respeito do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, cujas coroas da Espanha e de Portugal, com o aval da Igreja Católica, definem a divisão das terras do que eles chamaram de “Novo Mundo”.

Compreende-se que a esquadra de Cabral sabia muito bem onde chegaria e que o governo português tinha conhecimento acerca das riquezas saqueadas “descobertas” na América Central pela coroa espanhola. Diante disso, almejava também encontrá-las em seus domínios. Por isso, seria necessário legitimar a ocupação e a exploração das novas terras e dos povos autóctones em nome da coroa portuguesa.

Foi a partir da metade do século XX que aconteceram processos de descolonização do chamado “Terceiro Mundo”. Este tempo histórico refere-se à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo, inclui-se também os continentes asiático e africano. Neste sentido reflete-se a respeito do gesto decolonial em Icle e Haas:



O gesto decolonial, portanto, está relacionado com pensamentos e práticas que rompem com a colonialidade do saber e do poder, contribuindo para a emergência de falas e saberes locais: indígenas, mestiços, femininos, africanos, campesinos etc. A opção decolonial põe em xeque as ideologias totalitárias da modernidade, por meio de uma lógica anti-universalista e anti-homogeneizadora, que afirma outro-modo ou modo-outro de vida, sempre em processo de fazer-se e refazer-se (ICLE; HAAS, 2019, p. 98).

O giro decolonial faz alusão, também, a um conjunto de contribuições teóricas originárias de estudos literários e culturais de algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra. O pós-colonialismo como um movimento epistêmico, intelectual e político foi reforçado pelo movimento *Subaltern Studies*. O Grupo de Estudos Subalternos formou-se no sul asiático na década de 1970. Em diálogo com este grupo, Walter Dignolo, Aníbal Quijano e outros estudiosos vindos da América Latina assumem o desafio epistemológico do giro decolonial, que para Miglievich-Ribeiro “exige a vivência e o testemunho dos desmandos da colonialidade e da experiência nodal da subalternidade para tornar mais radical a crítica realizada à modernidade eurocêntrica-setentrional” (2012, p. 72), surgindo, então, o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos.

O Grupo Modernidade/Colonialidade, formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, tiveram seus primeiros encontros em 1998 após o grupo latino ter findado por conta de divergências teóricas. O objetivo deste grupo era atualizar a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferecer releituras históricas e problematizar velhas e novas questões para o continente. De acordo com Ballestrin (2013, p. 8), o grupo “Defende a opção decolonial – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva”.

Desta forma, percebe-se que “Embora a reflexão sobre o giro epistêmico decolonial seja recente, a prática epistêmica decolonial surgiu “naturalmente” como resultado da formação e implementação da matriz colonial de poder” (MIGNOLO, 2007, p. 28). Após a chegada dos portugueses (da esquadra portuguesa) em terras ameríndias, que se divide em dois grandes grupos os tupis-guarani e os tapuias, o escrivão Pero Vaz de Caminha narra ao rei de Portugal tudo que havia avistado em solo e suas possíveis riquezas. A esquadra portuguesa de Cabral segue o caminho da rota às Índias, que até então era o ponto central para o estado português, com as especiarias orientais, economicamente viáveis aos interesses lusitanos.

O Tratado de Tordesilhas legitima a divisão das terras entre as coroas ibéricas com a tutela da Igreja. O que se observa no domínio espanhol e português situa-se no campo do genocídio, seja pela exploração das riquezas desses povos, seja a partir das doenças e males trazidos pelos europeus. Em Freyre “Superioridade que os triunfantes não raras vezes atentaram contra vencidos, mandando amarrá-los à boca de peças de artilharia que, disparando, “semeavam a grandes distâncias os membros dilacerados”, ou infringindo-lhes suplícios adaptados dos clássicos às condições agrestes da América” (FREYRE, 1990, p. 186). Os povos autóctones que ocupam essas terras tiveram sua etnografia ceifada a partir do olhar e da construção histórico social europeia e que pretendia com a ocupação das terras exercer uma política mercantilista e monopolista frente aos povos que habitavam a América.

Os povos autóctones da bacia platina

Os povos aos quais essa escrita se dirige estão localizados na bacia Platina, região que compreende o atual estado do Rio Grande do Sul, República Oriental do Uruguai, República da Argentina e República do Paraguai. Destacamos que dentre os povos que ocupavam essa região sem fronteiras políticas viviam os guaranis, os tapes, os arachanes, os carijós, os pampeanos, os charruas, os guenoas, os minuanos, os chanás, os iarós, os mbohanes, os kaingangas, os coroados, os ibijaras, os gualachos, os botocudos (MOURE, 1994). Destaca (TAVARES, 1999, p. 49) A civilização dos povos indígenas na Argentina, no Brasil, Paraguay e Uruguay, constitui uma admirável tentativa de



ocidentalizar autóctones americanos, especificamente os guaranis, sem prejuízo da sua identidade étnica e cultural”. Esses são alguns dos povos autóctones que migravam pela região considerando suas especificidades culturais e ainda os conflitos bélicos que haviam entre os mesmos pela disputa local. É importante situarmos esses povos com particularidades culturais em relação a caça, coleta, pesca, poligamia, antropofagia e produção de artefatos. Em Mignolo: “Nenhum dos que defendeu os povos indígenas no século XVI, nem aqueles que se manifestaram contra a escravidão no século XVIII chegaram a pensar a partir do espaço e das experiências da ferida colonial inflada aos índios e negros” (2007, p. 29).

A região da bacia Platina não despertou interesse da coroa espanhola, uma vez que fazia o escoamento da prata peruana saqueada dos povos nativos a partir da América Central e do Oceano Pacífico. Já a região Platina estava sob o controle de aventureiros que escoavam pelo Rio da Prata o contrabando de metais preciosos dessas regiões. Neste sentido, no século XVI a coroa espanhola volta sua atenção para a região Platina tendo em vista o intenso comércio que se fazia naquela área e desta forma busca assegurar a arrecadação de impostos para si. Com a ocupação e intensificação do comércio na bacia Platina os espanhóis despertam o interesse da burguesia lusitana devido a possibilidade de eles também obterem lucros com o forte comércio que se fazia na região (GARCIA, 2010).

Neste contexto, vigorava o Tratado de Tordesilhas, embora os interesses lusitanos fizessem os burgueses o ignorarem e fazerem uso do princípio do *uti possidetis*, pois assim legitimavam a penetração e ocupação da região. Conforme Mignolo (2007, p. 41), “As divisões imperiais/nacionais são deixadas nuas quando vistas das consequências da lógica da colonialidade: lutas imperiais sobre bens humano”. Em Ferreira: “Admitia-se assim um novo princípio regulador da posse da terra, o *uti possidetis*, que em sua tradução literal significa tal como possuiis: o direito respeita a posse, ou seja, a ocupação efetiva da terra” (FERREIRA, 2007, p. 427).

Neste período, o Tratado de Tordesilhas é rompido e é dada concessão à burguesia lusitana de comercializar escravizados negros em terras espanholas e também a concessão de *asientos* na região platina. Neste ínterim, os comerciantes espanhóis na região se impõem e exigem da coroa a não renovação dos *asientos* aos portugueses na região. Enquanto durou a União Ibérica esses comerciantes se mantiveram na região, mas logo após seu fim se desfizeram de suas propriedades e deixaram a bacia platina.

Diante desses acontecimentos históricos, os jesuítas, em 1626, se deslocam para a região do Tape, na bacia do Jacuí, com o objetivo de fundar as reduções jesuíticas como dilatação das reduções do Paraguai dos trinta povos das missões, trazendo consigo grande número de cabeças de gado. Por volta de 1640, com as incursões dos bandeirantes e das entradas nas reduções jesuíticas a fim de apresar índios para serem vendidos como mão de obra escravizada, os jesuítas abandonaram a região e se deslocaram para o outro lado do rio Uruguai, deixando no atual Rio Grande do Sul (RS) uma imensa reserva de gado que será conhecida como Vacaria *Del Mar*, uma vez que havia gado do oeste ao leste do estado (MOURE, 1994).

No ano de 1682, os jesuítas retornam ao RS, fundaram os Sete Povos das Missões e iniciaram a preia do gado xucro formando reservas de animais na chamada Vacaria ou campos de Vacaria. Devido aos Sete Povos das Missões ser uma zona economicamente rica e constituindo uma ameaça à coroa, em 1750, é colocado em pauta o Tratado de Madri e, no ano de 1759, a Companhia dos Jesuítas é expulsa das terras do reino. Em Mignolo (2007, p. 44) “A força e a energia do pensamento decolonial estavam sempre ‘lá’, na exterioridade, no que era negado pelo pensamento imperial/colonial.”

Com o fim da União Ibérica e expulsos da região platina, os portugueses fundam, em 1680, na margem esquerda do rio Uruguai, a Colônia do Santíssimo Sacramento. Em contrapartida, os espanhóis fundaram os Sete Povos das Missões na segunda fase das reduções jesuíticas na região da banda oriental do rio Uruguai. A organização econômica nas reduções e a sua autonomia política na região, gerou conflitos junto a Roma e ao governo espanhol que temia a constituição de um “Estado dentro do Estado”. Sobre isso Pesavento escreve: “Os Sete Povos tornaram-se importantes centros econômicos, onde além de erva-mate e criação de gado, realizavam-se trabalhos de fiação, tecelagem, metalurgia,



ofício vários e trabalhos artísticos com destaque na arquitetura e escultura” (PESAVENTO, 1998, p. 12).

A partir deste quadro ideológico, político e econômico, compreende-se a assinatura do Tratado de Madri entre as coroas de Portugal e Espanha que determina aos padres jesuítas e aos índios dos Sete Povos que abandonem a região uma vez que a partir do tratado passou a pertencer à coroa portuguesa e em contrapartida é dado a Colônia do Sacramento à coroa espanhola.

O Tratado de Madri de 1750 será estopim para o conflito político que dará origem na região missioneira a Guerra Guaranítica, uma vez que os indígenas sob o comando do cacique Sepé Tiaraju irão se opor ao tratado, tendo como princípio que as terras dos Sete Povos tinham dono e não caberia as coroas da Espanha e de Portugal decidir sobre os rumos dos missionários. Sepé Tiaraju, cacique guarani/missioneiro, gira em torno do mito e, principalmente, no ideal de líder que suscita a revolta diante dos mandos do Tratado de Madri, com autonomia intelectual para pensar sua existência e de seu povo declara “essa terra tem dono”. Conforme Brum e Jesus (2015): “[...] a Sepé Tiaraju põem em relevo o seu valor simbólico na construção das identidades regionais sulinas” (BRUM; JESUS, 2015, p. 206).

Neste sentido, destaca-se a Guerra Guaranítica que irá consagrar a magnitude que o cacique Sepé Tiaraju representa ao povo guarani e ao povo missioneiro que ainda vive em aldeias próximas ao sítio arqueológico de São Miguel no Rio Grande do Sul. Conforme Baioto *et al*:

A Batalha de Caiboaté dignificou-se na memória do guarani-missioneiro, pois produziu o primeiro herói indígena, Sepé Tiaraju, o qual ultrapassou os limites daquele fato histórico e se transformou num mito. Sua morte virou uma lenda guardada e reconstituída no imaginário coletivo popular do indígena, a lenda “lunar de Sepé”. (BAIOTO *et al.*, 2006, p. 22).

No tocante a frase atribuída a Sepé Tiaraju “essa terra tem dono!”, pondera-se nesta a afirmação o giro decolonial. Refletirmos acerca das coroas ibéricas que decidem retirar os indígenas e padres de suas terras pois temiam que a magnitude em que se alicerçará as reduções/missões poderia colocar em risco o poder monárquico das casas europeia. Em Brum e Jesus “A representação de sua figura abrange conjuntamente o Sepé guerreiro e o líder político, um estadista indígena que não se dobra aos caprichos dos comandantes “estrangeiros” ibéricos, representados como usurpadores, invasores, na sua ótica nativista” (BRUM; JESUS, 2015, p. 208). É importante pensar que o papel desenvolvido nas reduções, com a evangelização a partir da Companhia de Jesus, era também outro fator, pois temia-se a criação de um estado teocrático, dentro dos domínios das coroas ibéricas. Evidencia-se que, sob o ponto de vista econômico, a redução mantinha produção para consumo interno e também exportava para a região de Buenos Aires e região das Minas Gerais onde os portugueses haviam estabelecido a exploração de ouro no interior do Brasil. Busca-se compreender o “Giro decolonial”, como termo originado de Nelson Maldonado-Torres em 2005, cujo significado, à lógica da modernidade/colonialidade, seria um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico. De acordo com Tavares (1999, p. 49) “As missões guaranis, de forma concreta e eloquente, a busão colonialista de que os índios seriam incapazes para a vida sedentária e formas superiores de civilização, argumento esgrimido para escravizá-los ou exterminá-los.” Acredita-se que Sepé Tiaraju exerce o giro decolonial, tendo em vista a ruptura criada com as coroas europeias. E o desfecho da batalha do Caiboaté, que em que herói missioneiro morre em defesa do povo guarani.

Considerações Finais

Buscamos construir nossa escrita de forma que conduzisse a leitura pela ocupação da América e os tratados que se construíram a partir de interesses hegemônicos, que se colocaram de forma vertical sob a história dos povos que habitavam e habitam o solo americano em destaque aos povos reduzidos nas missões jesuíticas. Assim refletir



sobre o desenvolvimento geo-político, ideológico, econômico, religioso e cultural em que viviam os povos nativos e ainda a autonomia intelectual que habitava o espaço e o tempo dos povos primitivos da Bacia Platina.

Pensarmos como os sujeitos que ocupam os espaços e os tempos pensavam e se organizam nas relações histórico-sociais que se montam e se desmontam é de suma importância para que possamos compreender o desenvolvimento desses povos. Sendo necessário reforçar no discurso americano que somos e temos condições de construirmos uma história alicerçada na e a partir de nossa própria História. Não existe cultura melhor ou pior, existem homens e mulheres que se constroem e se reconstruem nas dinâmicas do tempo e do espaço, e nesta dinâmica vislumbramos a importância de Sepé Tiaraju ao povo guarani e o legado deixado ao povo gaúcho. Por fim, precisamos permitir que o protagonismo do cacique Sepé Tiaraju sobressaia do imaginário e se imponha no discurso, não podemos viver sob a tutela de concepções eurocêntricas. Desta forma, pensamos o que Tolstói propõe “se queres ser universal cante sua aldeia” (DE CARVALHO, 2017, p. 1), assim o fez Sepé quando impôs a vontade de seu povo sobre as duas maiores potências políticas e econômicas do período. Que possamos aprender com esse índio que ainda tem muito a nos ensinar sobre a defesa e as ideias que dignificam um homem e uma mulher.

Referências

- BAIOTO, A. R.; QUEVEDO, J. R.; BRUM, C. K.; PESAVENTO, S. J. **Sepé Tiaraju muito além da lenda**. Porto Alegre/RS: Comunicação Impressa, 2006.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência e Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BRUM, C. K.; JESUS, S. C. de. Mito, diversidade cultural e educação: notas sobre a invisibilidade guarani no Rio Grande do Sul e algumas estratégias nativas de superação. **Horizontes Antropológicos**, n. 44, p. 201-227, 2015.
- DE CARVALHO, M. Se queres ser universal, cante sua aldeia (Leon Tolstói). **Revista Médica da UFPR**, v. 3, n. 4, 2017.
- FERREIRA, M. C. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia História**, v. 23, n. 37, p. 51-69, 2007.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 20. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- GARCIA, F. C. de. **História do Povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.
- ICLE, G.; HAAS, M. Gesto decolonial como pedagogia: práticas teatrais no Brasil e no Peru. **Urdimento-Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 3, n. 36, p. 096-115, 2019.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 66-80, 2014.
- MIGNOLO, W. **Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.
- MOURE, T. R. **História do Rio Grande Do Sul**. São Paulo: FTD, 1994.
- PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre/RS: Mercado Aberto, 1982.
- TAVARES, E. **Missões**. São Leopoldo: Unisinos, 1999.



QUANDO A HISTÓRIA E A LITERATURA COLIDEM: O CASO DE GREGÓRIO DE MATOS GUERRA

Natália Cristina Christoff

UNIVILLE

Introdução

Nos últimos anos, a interdisciplinaridade ganhou força¹¹. Os holofotes estão voltados para o ensino e a pesquisa que são capazes de unir matérias distintas para uma melhor compreensão do tema. Quando se trata da História, frequentemente se escuta falar de Sociologia e Filosofia, mas raramente Literatura. Qual o motivo? Certamente não é pela incompatibilidade das matérias. Então o quê? Falta material para que os professores utilizem nas suas aulas? Por quê? Os pesquisadores não se interessam pelo tema? Se sim, por que não lhes foi apresentado essa possibilidade durante sua formação ou porque lhes falta erudição? São muitas perguntas sem respostas conclusivas. Lajolo sumariza o pensamento deste artigo ao dizer:

Literatura, história e história da literatura entrelaçam-se em vários níveis. As duas primeiras dão-se as mãos, tanto quando a Revolta de Canudos é estudada a partir de Euclides da Cunha, como quando o movimento abolicionista é convocado para explicar a poesia de Castro Alves. (LAJOLO, 1993, p. 1)

Há tempos a História se utiliza da Literatura para ensinar, porém nunca além dos poucos nomes que escolheu. Outro pecado capital do historiador é simplesmente mencionar obras e ignorar os nomes e a vida dos autores. A proposta deste artigo fica como uma tentativa de ampliar os horizontes de quem trabalha com a História.

A figura de Gregório de Matos é somente um entre muitos outros exemplos. Filho de um fidalgo português, senhor de engenho, sentiu na pele o que foi a crise açucareira que assolou a Bahia no século XVII. Ignorar seus escritos – suas sátiras, principalmente – é desperdiçar fontes históricas. O Boca do Inferno, como foi apelidado, transitou das classes mais altas até as mais baixas da sociedade baiana durante o período colonial. E por navegar entre o povo, denunciou com humor os problemas que enxergava na Bahia, não poupando nome sequer.

Há muitos outros literatos capazes de demonstrar a cultura de uma classe ou uma sociedade inteira durante certo período de tempo. Neste artigo, somente a figura de Gregório de Matos será explorada. Mas não sem antes dar um passo para trás e compreender certos pontos.

Literatura; muitos ismos e um só oco

Antes de tudo: o que é Literatura? Em uma rápida pesquisa no dicionário, termos como “arte”, “linguagem” e “estética” preenchem o olhar. No entanto, Lopes e Nascimento (2019) definem de uma maneira mais precisa: “Literatura é considerada como um conjunto de práticas enunciativas que configuram um campo discursivo literário.”

Observando desta forma, a Literatura vai além das formas escritas. Possui, sim, uma estética (cada uma delimitada por uma escola ou movimento literário) e sendo uma expressão artística, mas agora dá a impressão de ir além. A Literatura não é somente o que é dito e escrito, mas também o que provoca. Das quatro funções que lhe são atribuídas (estética, catártica, cognitiva e sócio-política), duas são majoritariamente associadas ao despertar algo em quem lê.

11 Este artigo foi escrito baseado em uma oficina sobre o mesmo tema para o segundo ano do curso de História da UNIVILLE, no mês de setembro de 2020.



Há de se pontuar que a Literatura vem do ócio. É notável que a maior parte dos escritores vem das classes mais altas da sociedade. Um homem que trabalha até a exaustão durante o dia dificilmente encontrará disposição para entender a mente e os escritos de grandes literatos. Literatura vem do poder refletir, parte do ócio para o ponto de tormenta e questionamento. É quando colide diretamente com a História: quando deixa fontes escritas.

Barroco; a pérola imperfeita

O Barroco nasce na Europa, mais precisamente na Itália, no século XVII. Este movimento artístico transcorre por mais cem anos, mas a cultura barroca se estende e chega até a atualidade. O contexto geral é a Contrarreforma, quando a Igreja percebe que poderia apanhar mais fiéis através da arte. A figura dos mecenas ainda tinha importância na península itálica, mas agora com padres e bispos de renome entre eles (SILVA, 2009, p. 31).

Quando se trata da literatura, o Barroco assume ares ainda mais rebuscados. Normalmente seus poemas (sonetos e redondilhas) são complicados de interpretar e compreender pelos jogos de ideias e palavras que aparecem em conjunto. Figuras de linguagem não faltam, como como hipérboles, antíteses e metáforas, mas nunca eufemismos. O tema principal, claramente, é religioso (WISNIK, 2010, p. 23-33).

No último ponto, fala-se da cultura. Pode soar estranho, pois o barroco é conhecido apenas como um movimento artístico, mas este também afeta as pessoas do seu tempo. A sociedade barroca é teatral, dramática tal como nas pinturas, exagerada. O luxo faz as aparências transbordarem em ouro e o que importa não é ter, mas *parecer ter*. A dualidade de pensamento marca a época, pois a religião perdura como um ponto importante na vida dos homens, mas agora, depois do período do Renascimento, o antropocentrismo coloca-se em plena luz. Tal questionamento surge a partir do ócio, amplamente valorizado no século XVII, enquanto o trabalho braçal é delegado aos pobres (SILVA, 2009, p. 31-33).¹²

A vida conturbada de Gregório de Matos Guerra

Gregório de Matos Guerra é o perfeito exemplo que a História não é feita de datas, mas sim de fatos cronológicos. Todos os anos mencionados na biografia do autor são incertos, até mesmo o do seu nascimento. De maneira geral, o único fato a respeito dele é que existiu um doutor assim chamado formado em Direito na universidade de Coimbra.

Matos Guerra nasceu em 1633,¹³ na cidade da Bahia. Foi o terceiro filho de um fidalgo que se acredita ter sido um senhor de engenho (este fato posteriormente influenciará nos escritos do poeta). Com 17 anos, mudou-se para Portugal onde cursou Direito na universidade de Coimbra. Já em solo português, era reconhecido por suas sátiras (WISNIK, 2010, p. 17-18). Regressou ao Brasil em 1683, viúvo e depois de cair na desgraça do rei (algumas fontes supõem ser por causa dos seus versos satíricos e outros, por se negar a cumprir certas ordens). Voltou para sua cidade natal, onde trabalhou na burocracia da Sé da Bahia, porém logo foi deposto por “não querer usar batina e nem aceitar a imposição das ordens maiores” (GOMES, 2012).

Matos Guerra casou-se novamente e também recebeu uma porção de terras como herança. Não tardou até que tenha vendido tudo e deixou as moedas de ouro que recebeu em um saco no canto da casa. A partir desse ponto, viveu como boêmio, recitando seus versos pelas ruas, frequentando festas e adentrando banquetes quais

12 Com uma análise não muito demasiada, facilmente traça-se um paralelo com a sociedade do século XXI. Não há espaço para aprofundar o tema neste artigo, mas a proposta de uma pesquisa com tal tema é algo a se pensar. A cultura barroca deixou marcas ainda existentes no Brasil.

13 Preferi adotar este ano pois, a meu ver, é a data mais provável do seu nascimento.



fosse convidado a participar (GOMES, 2012). Seus poemas satíricos se avolumam neste período, quando ganha o apelido de “Boca do Inferno”. Gregório não poupou nem ao menos o prefeito da sua cidade e não surpreende ter sido denunciado à Inquisição pelo seu estilo de vida lascivo. Felizmente, pela admiração que o governador João de Alencastre tinha por si, recebeu uma pena branda e foi exilado na Angola. Após dez anos, retomou ao Brasil sob duas condições: não se instalar novamente na Bahia e não mais escrever versos satíricos (GOMES, 2012). A primeira certamente foi acatada, pois viveu em Pernambuco até a sua morte, em 1696. A segunda, entretanto, é difícil dizer.

Boca do Inferno por um motivo justo

Certamente, a escrita de Gregório de Matos chama a atenção de quem lê. É difícil passar pelo autor e continuar indiferente. Seus maiores poemas são do estilo satírico (ainda que escreveu religiosos, amorosos, erótico-irônicos e encomiásticos também) e o que melhor podem ser utilizados por historiadores para analisar a Bahia do século XVII. Muitas são as funções da sátira, entretanto, a de denúncia é a mais impactante. Por provocar forte catarse e fazer brotar o riso, muitos escritores se utilizam desses versos para trazer luz a problemas locais.

Vale lembrar, antes de analisar seus versos, do contexto no qual Gregório de Matos vivia. A crise açucareira atinge a Bahia no século XVII, sendo um dos grandes temas dos seus poemas, e os holandeses invadem as terras da colônia. Na Europa, a União Ibérica se rompe e novos acordos são feitos com a Inglaterra. Sem contar com o fato que Portugal passa a depender economicamente de suas colônias. Para resumir em uma palavra: caos.

Quando o poeta escreve “À cidade da Bahia”, nota-se o sentimento de pesar pelo o que sua terra natal um dia foi. Este é um dos seus poemas mais notáveis.

Triste Bahia! ó quão dessemelhante
 Estás e estou do nosso antigo estado!
 Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
 Rica te vejo eu já, tu a mi abundante.
 A ti tocou-te a máquina mercante,
 Que em tua larga barra tem entrada,
 A mim foi-me trocando, e tem trocado,
 Tanto negócio e tanto negociante.
 Deste em dar tanto açúcar excelente
 Pelas drogas inúteis, que abelhuda
 Simples aceitas do sagaz brichote.
 Oh se quisera Deus que de repente
 Um dia amanheceras tão sisuda
 Que fora de algodão o teu capote!

(---. Poemas escolhidos de Gregório de Matos. Ed. José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 44)

Nos dois quartetos, Matos Guerra demonstra tristeza e certo desprezo pelo quê a Bahia se tornou. O ponto mais importante é sobre a “máquina mercante”, o comércio. Frequentemente Gregório de Matos critica o movimento de intensificar o comércio nos portos da Bahia enquanto o açúcar é deixado de lado. O comerciante é o vilão de muitas de suas sátiras que, no primeiro terceto, prefere explorar as drogas do sertão à cana que ergueu a Bahia.

Quanto ao epigrama “Juízo anatômico dos achaques que padecia o corpo da República em todos os membros, e inteira definição do que em todos os tempos é a Bahia”, Gregório de Matos aborda não só um, mas diversos pontos



da sociedade de sua época. Para focar nos pontos importantes, algumas estrofes foram selecionadas.

E que justiça a resguarda?... Bastarda.
 É grátis distribuída?... Vendida.
 Que tem, que a todos assusta?... Injusta.
 Valha-nos Deus, o que custa
 O que El-Rei nos dá de graça.
 Que anda a Justiça na praça
 Bastarda, vendida, injusta.

(---. Poemas escolhidos de Gregório de Matos. Ed. José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 41-43)

A questão do justo é regular em seus poemas para denunciar o quanto ela é falha. Aqui, expõe que a justiça baiana é bastarda, vendida (no sentido que quem tem mais dinheiro sai ganhando) e injusta.

Outro ponto interessante é como o Boca do Inferno não culpa o Rei. Não somente neste, mas também em outros poemas, Gregório de Matos faz sátiras e ridiculariza diversas figuras importantes (a exemplo de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, governador da Bahia), mas nunca o Rei. Nem ao menos poupa os clérigos. Ao trabalhar na burocracia da Sé da Bahia por um ano, o escritor tem contato direto com as práticas religiosas e suas formas depravadas.

Que vai pela clerezia?... Simonia.
 E pelos membros da Igreja?... Inveja.
 Cuidei que mais se lhe punha?... Unha
 Sazonada caramunha,
 Enfim, que na Santa Sé
 O que mais se pratica é
 Simonia, inveja e unha.
 Por fim, comenta sobre a crise do açúcar que vivencia na pele:
 O açúcar já acabou?... Baixou.
 E o dinheiro se extinguiu?... Subiu.
 Logo já convalesceu?... Morreu.
 À Bahia aconteceu
 O que a um doente acontece:
 Cai na cama, e o mal cresce,
 Baixou, subiu, morreu.
 A Câmara não acode?... Não pode.
 Pois não tem todo o poder?... Não quer.
 É que o Governo a convence?... Não vence.
 Quem haverá que tal pense,
 Que uma câmara tão nobre,
 Por ver-se mísera e pobre,
 Não pode, não quer, não vence.

Aos olhos do poeta, a Bahia empobrece aos poucos. O açúcar perde valor e a inflação aumenta. Sua cidade, antes tão rica, agora se encontra no seu leito de morte. Sobre os poderes da Câmara, comenta o quão inúteis são. “Não pode, não quer, não vence” enquanto a metrópole continua a sugar tudo o que pode da sua colônia.



Conclusão

O Boca do Inferno é, inerentemente, uma figura literária que pode se tornar sujeito histórico. O maior entrave para isto, é a própria vontade do historiador de entrelaçar a Literatura nas suas pesquisas e ensinamentos. Seus poemas, seus sonetos satíricos, são fontes históricas a serem dissecadas para melhor compreensão de como era a Bahia do século XVII. Se a História Oral ganha força por tratar diretamente com o objeto histórico, por que não analisar os versos de Gregório da mesma forma, como um diário de quem viveu na sociedade baiana durante a crise açucareira?

É fato que a literatura é coberta por um véu de licença poética (por vezes tão fino que se torna irrisório, em outros momentos tão denso que cobre todo o contexto histórico), mas isso cabe ao historiador removê-lo através da sua erudição e outros documentos que apoiam sua pesquisa. É mais do que tempo de expandir estudos mesclando ambas as áreas para obter informações e respaldos singulares.

Referências

GOMES, C. O Boca do Inferno e a crise do século XVII. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 180-192, jul./dez. 2012.

LAJOLO, M. **Literatura e História da Literatura**. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636200>>. Acesso em: 4 set. 2020.

LOPES, A.; NASCIMENTO, J. Arquivum Literário, Espaço De Memória, Em Enunciados Satírico-Burlescos De Gregório De Matos. **Verbum**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 23-42, dez. 2019.

MATOS, G. **Poemas escolhidos de Gregório de Matos**. Ed. José Miguel Wisnik. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MEDINA, M. Gregório de Matos: o problema, o método e o problema do método. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, jan/jun, 2013.

RODRIGUES, J.; SILVEIRA, D. **Sarcasmo em Gregório de Mattos e Guerra**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/263651-Sarcasmo-em-gregorio-de-mattos-e-guerra.html>>. Acesso em: set. 2020.

SILVA, K.; SILVA, M. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.



REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE UM EDUCADOR FÍSICO: ENTREVISTA COM LEDA SALETE FERRI DO NASCIMENTO

Marco Antonio Merenhque Silva

Robson da Silva Constante

Patrícia Kayser Vargas Mangan

Universidade La Salle

Introdução

A ideia do presente artigo nasceu após uma entrevista realizada para uma pesquisa de mestrado de caráter qualitativo, na área de Memória Social, pois a trajetória de vida da entrevistada é inspiradora e merece ser divulgada. Na manhã de 27 de julho de 2020, ocorreu virtualmente a entrevista, pelo programa Google Meet. Entrevistado e entrevistador se conheciam dos corredores da Universidade La Salle, entre um degrau de escada e outro e na sala do coordenador do curso de Educação Física. Porém, nunca houve anteriormente a oportunidade de conversarem sobre questões mais pessoais. Os orientadores que já a conheciam há vários anos, como colegas de universidade, fizeram a indicação considerando seu papel como educadora física e como gestora do esporte, mas, não deram indícios ao mestrando sobre a história que ele iria conhecer. Neste preâmbulo, a ideia foi contextualizar o que o mestrando considerou uma sorte do destino, pois a necessidade de entrevistar um profissional da área de Educação Física permitiu a honra de conhecer mais sobre a trajetória de vida dessa menina, esportista, atleta, técnica Olímpica e atualmente professora do curso de Educação Física do La Salle. Ao discutir a entrevista com os orientadores, surgiu a ideia de “costurar” a seis mãos essa narrativa para que mais pessoas tivessem acesso a tal trajetória.

Deste modo, a narrativa que agora será apresentada demonstra como surge um professor, um educador. Os relatos foram obtidos por meio de técnicas de história oral (MEIHY, 2005), onde após a professora reviver suas recordações, ficou claro a possibilidade de escrever este artigo e laurear essa grande mulher que virou uma grande educadora física e esportista.

Assim, a partir dos registros de memória obtidos pela entrevista temática, apresenta-se a trajetória de vida de Leda Sallette Ferri do Nascimento, uma mulher que se tornou referência para muitas outras pessoas, principalmente outras mulheres como técnicas Olímpica e Maratonista. Atualmente, ela é docente na Universidade La Salle, na cidade de Canoas/RS, atuando no curso de Educação Física. A entrevista temática (BAUER; GASKELL, 2004) transcorreu, como indicado anteriormente, virtualmente por medidas de segurança devido a pandemia do vírus COVID-19. A entrevista foi gravada e teve duração de 01:24:19.. A entrevistada, Leda Sallette Ferri do Nascimento, contou sua trajetória do início de sua infância até os dias atuais. Nas próximas seções são apresentados alguns desses períodos expressivos nesta trajetória. Em particular, a narrativa busca guiar o leitor em uma inspiradora trajetória, permitindo também conhecer o porquê da escolha de sua profissão como educadora física, e sua visão de mundo. As narrativas de si, enquanto metodologia que possibilita a recuperação das memórias, destas histórias únicas, compreende procedimentos de um processo que promove um encontro “consigo mesmo” e que busca o desvelamento sobre “como me tornei no que sou” e “como tenho eu as ideias que tenho” (JOSSO, 1988, p. 41). A relação entre entrevistado e entrevistador é buscar a essência das histórias que encontram-se marcadas na trajetória de vida do entrevistado. Nas próximas seções apresentamos a trajetória na “voz” da entrevistada por meio das referidas narrativas que emergiram desse diálogo, ou seja, o texto será em primeira pessoa.

Autobiografia: Como você descreveria sua história de vida?

Desde meus primeiros anos de vida, a prática esportiva fez parte de meu cotidiano escolar, grande parte dessa trajetória veio me auxiliar no tratamento de uma doença respiratória, para a qual o exercício se tornaria como uma receita médica, diminuindo o risco de insuficiência cardiorrespiratória. Minha luta perdurou por muitos anos, e com isso várias experiências esportivas foram vivenciadas e praticadas com muita disciplina e dedicação. Em cada modalidade que eu participava, percebia meu encanto pelo esporte. Infelizmente, eu era uma das poucas crianças que gostava das aulas de educação física, pois muitos de meus colegas levavam atestados médicos para burlarem as aulas. Isso me entristecia profundamente; e eu, de porte dos atestados, os rasgava para poder fazer as atividades. Apesar da doença, sempre pude participar de todas essas práticas, jogando, correndo, subindo em árvores, muros, virando cambalhotas, sempre com muita agilidade e alegria. Não há como apagar isso da memória, pois toda criança deve ter o seu tempo de brincar. O brincar deve fazer parte do cotidiano do ser humano – “quero ser criança até o final: a criança é fase criadora por excelência” (PIAGET, 1998, p. 29). Meus anseios e encantamentos por esportes fizeram com que, ao longo de minha vida, buscasse um futuro profissional voltado para a área da saúde, do movimento, do corpo. Queria realizar o sonho de tornar-me uma educadora em Educação Física (EF). Aos doze anos, conheci a Ginástica Olímpica, hoje chamada de Ginástica Artística (GA); assunto que irei aprofundar adiante. Fiquei deslumbrada com todas aquelas piruetas e saltos na cama elástica. Não fui uma ginasta de alto rendimento, mas aprendi movimentos importantes. Ao longo de minhas aulas de educação física, percebi a facilidade que tinha para desenvolver atividades que exigiam coordenação, impulsão, agilidade. Quando cheguei à faculdade, passando pela disciplina de ginástica, não encontrei nenhum obstáculo, pois já havia presenciado todos aqueles movimentos. Em compensação, minhas colegas quase foram reprovadas, pois nunca tinham vivenciado quaisquer daqueles exercícios.

Eu quanto atleta, tive o privilégio de vivenciar o quanto o esporte corrobora no processo formativo educacional do ser humano, haja vista a disciplina que precisamos ter para atingirmos nossos objetivos, a organização dos horários, a sociabilização, o espírito de equipe e o destaque no desenvolvimento do equilíbrio das habilidades motoras. Enfim, participei de todas essas propostas, percebi o quanto elas me ajudaram quando me tornei técnica de Ginástica Artística (GA); pois até hoje prego essa disciplina as minhas atletas; considerando a motivação na execução das aulas, a determinação do cumprimento dos objetivos e a importância que a prática esportiva tem para uma melhor qualidade de vida.

Formação Acadêmica: Como você descreve seu percurso formativo?

Eu sou formada em Educação Física Plena pelo Centro Universitário Metodista - IPA (1986), Pós-Graduação em Ginástica Rítmica, Trampolim e Ginástica Artística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002), Mestrado em Educação pela Universidade La Salle - Canoas (2010) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Por ter trabalhado por muitos anos com a ginástica artística, após minha especialização eu me via somente como técnica. Não pensava me vendo desenvolvendo uma outra atividade, então após o término de 24 anos como técnica voltei a sala de aula na rede La Salle onde a Instituição me ofertou uma bolsa de 50% para que eu fizesse o Mestrado. Foi então que convidei para participar da banca o professor Dr. Augusto Nivaldo Triviños hoje já falecido, pois o olhar e o carinho que esse mestre teve comigo durante a minha especialização e no mestrado me fez enxergar a essência mais pura que significa “ser professor”.

Essa expressão que dedico “ao meu mestre com carinho, Triviños” vem à mente. Poderia ficar horas escrevendo sobre esse ser, educador, formador, com um olhar atento às dificuldades dos alunos, um mestre por excelência, obrigado por acreditar em mim, apesar de saber de minhas limitações, sempre colocou palavras sábias e de uma disposição de ensinar indescritível, obrigado por não ter desistido ainda quando apresentava muitas dificuldades na vida. Da banca de mestrado esse “homem” me incentivou a fazer o doutorado, ficou na UFRGS até a minha entrada



no programa pós-graduação, em minha entrada a família retirou o mesmo da instituição por motivos de saúde terminal, eu corri como uma maratonista, focada para ele ver minha banca, mas, no dia em que eu marquei a banca o professor “Triviños”, veio a falecer.

Então 2013, eu corria para terminar o doutorado e conseguir homenagear meu professor que sempre foi meu incentivador a entrar no programa de doutorado pelas incansáveis aulas que o professor Triviños dedicou na minha construção até a entrada no doutorado”. Pois nesta época meu estado de desgaste psicológico era grande, meu mestre que sempre esteve ao meu lado que nunca hesitou a desistir da menina Leda e sempre torceu pelo meu sucesso.

Campo esportivo: Quais são suas experiências no campo esportivo?

Antes de podermos falar sobre meu amor a carreira x esporte, temos que compreender em minha ideologia esse processo de escolha da profissão que eu escolhi e quais os fatores que levam a escolher determinada profissão. Os fatores se iniciou na a adolescência a escolher a profissão, meus motivadores vieram de família em primeiro momento, mais por parte de meu pai, as amizades contribuíram, a escola em seu contexto institucional também foi fundamental na influência desta construção. O papel da escola é capacitar os alunos por intermédio dos professores, sendo o facilitador neste processo de conhecimento para uma futura escolha, pois as disciplinas fazem o saber sobre os conhecimentos necessários para cada profissão. Eu tive todas essas vivências ao meu favor, pois o pai sempre apoiou minhas escolhas, minha mãe tinha receio por causa da limitação de saúde por causa do problema respiratório que já relatei, mas, minha persistência e todo o apoio se fizeram positivos para seguir no esporte.

Trabalhei por 4 anos no programa Institucional de bolsas de iniciação à docência (Pibid) - Educação Física e Docente do Curso de Educação Física da Universidade La Salle - Canoas/RS nas disciplinas de: Ginástica Geral, Introdução à Educação Física, Ginástica Laboral e Postural, Ensino da Educação Física - Fundamental e Médio e Estágio Profissional Curricular. Também atua como conselheira Técnica da Federação de Ginástica do Rio Grande do Sul. Atuou como Árbitra Internacional de Ginástica Artística pela Federação Internacional de Ginástica Artística (FIG) por 6 ciclos que são 24 anos, encerrando nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro - 2016. Na carreira tive muitos desafios, medos e derrotas que me fizeram me transformar em uma profissional completa, pois esses desafios me trouxeram também muitas conquistas pessoais e em equipe que levo guardado em minha memória, já faz 23 anos entre um título e outros, mas, todos eu trago em minhas recordações como se fosse nos dias de hoje.

Profissão: Quais os motivadores que levaram à sua escolha da profissão?

Meu motivador veio desde o ensino fundamental (escola), uma professora de educação física que tinha nas séries iniciais, nesta época a gente chamava de primário, ela fazia torneio de handebol, voleibol, basquetebol, atletismo e ginástica eu tive tudo isso nos anos iniciais, ela era uma professora completa e militar. E na época ela formou times de handebol, eu já fiquei apaixonada eu até achei que eu fosse ser treinadora de Handebol que eu joguei 7 anos e ela era uma referência para mim. Depois eu fui fazer ginástica artística com 12 anos, eu fui por causa de uma coleguinha minha que fazia, eu sempre digo aos meus alunos, eu não fui ginasta, é diferente ser ginasta e tu fazer ginástica, eu participei, eu queria ficar de cabeça para baixo, eu era moleca, eu fazia de tudo, tudo que eu fazia eu me dava bem. E eu tinha “nascido para o esporte”, mas, a asma me atrapalhou muito, tive muitas crises quando era criança, então eu tive que nadar desde muito cedo, mas, meus pais não tinham condições de pagar uma piscina térmica, então eu não podia entrar em uma piscina fria, tinha que esperar esquentar a temperatura em Porto Alegre para poder entrar na piscina, então tive que fazer exercícios de preparações físicas. Mesmo assim nas minhas piores crises eu fazia esporte, mesmo que eu tossisse a noite inteira, isso era uma bronca entre meus pais, meu pai sabia o amor que eu tinha e deixava eu ir já a minha mãe ficava brava e dizia que ia me bater se eu fosse. Era uma briga entre



eles e meu pai venceu, graças a deus. Eu digo que 70% da minha asma foi melhorada em função da minha insistência e amor ao esporte. Minha professora acompanhou toda essa minha trajetória escolar. E no mestrado eu fiz questão que ela estivesse na minha apresentação, eu corri toda Porto Alegre para encontrar ela, busquei as redes sociais como o Facebook e outras rede sociais para encontrá-la, eu sabia onde ela morava, mas, existiam inúmeros blocos e ninguém a conhecia pelo nome dela, até que eu consegui encontrá-la e fiz essa homenagem no dia do mestrado. Então eu posso dizer que ela foi uma referência tão grande na minha vida ao ponto de eu atuar como ela atuou, nessa rigidez, seriedade, compromisso com a educação física.

Considerações finais

A produção deste artigo produzido se deu por relatos autobiográficos, transcrevendo as experiências de vida da entrevistada por meio da oralidade. A escrita de si é um recurso importante nesse percurso, uma vez que, ao ter-se a si como objeto de uma narrativa, e ao produzir-se como objeto de reflexão, a professora opera a sua própria memória, que a todo o momento sugere um passado que segue questionando, plantando perguntas, intervindo sobre o presente. Os caminhos favoráveis e desfavoráveis que a entrevistada relatou em seu percurso de formação e os professores que nunca deixaram de incentivá-la, pois essa recordação e guardada a sete chaves em sua memória, hesitou em nenhum segundo de recordar destes personagens em sua história de vida. Ilustramos a passagem da atleta maratonista com a profissão de técnica olímpica, árbitra olímpica e hoje professora universitária, por meio do mosaico na figura 1. Essas imagens são de matérias disponíveis na web referentes aos anos 2002 até 2020. Pois os referidos anos trazem histórias da entrevistada de superação e determinação, apaixonada pelo “esporte” especificamente a modalidade maratona e a ginástica artística. Na fase de formação a professora teve períodos longos entre uma formação e outra, mas, como afirma: “nos dias atuais percebo que eram fases de aperfeiçoamento, período de maturação profissional, pois quando me deparei com o doutorado, relutei, mas, sabia que aquele era o momento de fazê-lo, tanto que terminou em três anos e meio com um objetivo”. Ela também tem noção de que “Foram tempos difíceis que tive que passar em minha vida, nesse período o desgaste intelectual e emocional ao término da minha dissertação de mestrado (2010), sendo convidada pelo meu coorientador a ingressar no doutorado da UFRGS”, “. Ainda é interessante considerar o relato pessoal que consta na dissertação de mestrado da entrevistada:

Corroborando Piaget (1980) a chamada “criatividade” (e a criatividade é a aspiração máxima dos educadores que repelem a reprodução) está sempre ligada ao nível de desenvolvimento. (“Ninguém é obrigado a fazer o que não pode”, diz o adágio popular). E se houve “criatividade”, houve espontaneidade. (Criar é uma combinação livre dos esquemas de ação motores, verbais e mentais) (NASCIMENTO, 2010, p. 44).

Nossa entrevistada em nenhum momento esqueceu os melhores pontos que a levaram ser essa “mulher” iluminada e profissional na arte de ensinar, pois entende que o esporte é sua maior paixão e se não devolver todo o ensinamento que obteve durante esses 58 anos de vida, não completará seu ciclo acadêmico como cidadão. A redefinição de carreira trouxe novos desafios, ao refletir sobre as próprias memórias da escolarização permitem a emergência de um lugar e de uma prática privilegiada no processo de formação docente. Nesse sentido, o que está em “nosso espírito” seria reforçado pelos testemunhos dos outros, pelas imagens reconstituídas por meio desses testemunhos. Meu interesse em demonstrar o perfil profissional e a referência que a entrevistada é no mercado da Educação Física. Essas imagens, que nos são impostas pelo meio ao qual pertencemos, destacou Halbwachs (2004, p. 32), têm a capacidade de transformar as impressões que guardamos de fatos do passado ou, mesmo, de pessoas que conhecemos, reproduzindo exatamente o que estava preservado em nossa memória ou nos apresentando lembranças as quais já se estavam perdidas. Esse é um dos motivos que nossa profissão “educador físico” cresceu nos últimos 40 anos, por causa de profissional igual a professora Dra. Leda, carreira de excelência que demonstra em sua trajetória profissional.

Figura 1 – Fotos da carreira como atleta, técnica, árbitra e professora docente.



Fonte: Google reportagens encontradas na rede.

Referências

- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- JOSSO, M. C. Da formação do sujeito... ao sujeito da formação. In: NÓVOA, António e FINGER, Matthias (orgs). **O método (auto)biográfico e a formação**. Portugal/Lisboa: Pentaedro, Tradução: Maria Nóvoa, Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988, p. 35-50 (Cadernos de Formação).
- LIMA, L. de O. **Por que Piaget? A educação pela inteligência**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.
- MEIHY, J. C. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.
- NASCIMENTO, L. S. F. **Ginástica artística: equilíbrio corporal no desenvolvimento das habilidades motoras na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental**. 2010. 103 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2010.
- PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.



A ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Sabrina Henz

Lúcia Regina Lucas da Rosa

Universidade La Salle

Este resumo apresenta um recorte temporal de uma pesquisa em fase inicial que visa, futuramente, investigar o processo de construção da identidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Professor Guilherme Sommer – Teutônia/RS, analisando as características identitárias a partir de registros e vestígios de memórias – fotografias, documentos escolares, notícias locais e narrativas de alguns diretores e professores que passaram pela instituição ao longo da sua história. Trata-se da análise documental das políticas e ações tomadas no âmbito municipal para o enfrentamento da pandemia do coronavírus (Covid-19), quando o funcionamento dessa escola passou a oferecer o ensino de forma remota e, com isso, alterou também o formato das interações sociais. Acredita-se que tamanha mudança no *status quo* escolar possa trazer implicações nos futuros resultados dessa pesquisa.

Em março de 2020, data em que a EMEF Professor Guilherme Sommer celebrou 30 anos de existência, foi o momento escolhido para a entrega de um novo prédio escolar – cuja edificação, para além da ampliação da estrutura física, traz em sua arquitetura a materialização de elementos da identidade da escola. Devido ao contexto atual da pandemia mundial de coronavírus, entretanto, é possível que o ano fique registrado na memória da comunidade escolar mais pelos desafios impostos ao ensino, após suspensão das aulas presenciais, do que pela ampliação da estrutura há tanto tempo desejada e expressa nos *Projetos Políticos Pedagógicos* (PPPs 2007, 2014).

É justamente o fato de elementos da identidade da escola serem transpostos até para a arquitetura do novo prédio, dada sua relevância naquele contexto, juntamente com a comemoração de três décadas do educandário - um marco temporal, que suscitou o desejo de se investigar a trajetória dos elementos constituintes da identidade do educandário. Ainda que a identidade seja um processo de contínuo movimento de (re)construção, rememorar seus caminhos possibilita a compreensão desse sentimento identitário.

Breve apresentação da escola

Inaugurada em março de 1990, a escola Professor Guilherme Sommer é mantida pela Prefeitura Municipal de Teutônia, estado do Rio Grande do Sul, e atende, anualmente, cerca de 400 alunos, em turmas de Educação Infantil Pré-Escolar e Ensino Fundamental, no período da manhã e tarde. Conforme dados expressos no último PPP (2019), 55 alunos destes eram atendidos em turno inverso, permanecendo o dia inteiro na escola. É considerada, na rede municipal, uma escola de médio porte.

Geograficamente, a escola situa-se numa das principais avenidas do município, que interliga os dois bairros mais movimentados, ficando numa das extremidades do bairro Centro Administrativo, caracterizado por ser o local da sede da Administração Municipal e se concentrarem boa parte dos demais serviços públicos, além de muitas residências e pouco comércio (PPP 2019). Por estar localizada em uma região geográfica de limite com outro bairro, muitas vezes, no senso comum, está mais vinculada à vila onde se situa do que ao bairro oficial. A saber, a escola é popularmente conhecida como a escola da Vila Popular. (PPP 2014)

Ainda segundo o atual PPP (2019), para os diferentes segmentos que a compõem (professores, alunos, responsáveis), essa escola significa, além de conhecimento e saberes, acolhida e pertencimento. “Um lugar bom de estar, lugar de aprendizado, prática de esportes, onde se faz amigos e prepara para o futuro, se aprende a viver com a



comunidade, a socializar e respeitar”, relatam os alunos. Um lugar onde se ensina o básico para a vida, para viver em sociedade e exercer a cidadania, onde seus filhos são bem acolhidos e há preocupação com a qualidade do ensino, na visão dos responsáveis. Um espaço “de acolhida e empatia ímpar na rede municipal”, apesar dos desafios impostos pela diversidade cultural e social, para os professores.

Esse é o contexto, cujas modificações decorrentes do surgimento do Covid-19 serão investigadas. Em meados de março, com a declaração da situação de pandemia mundial de coronavírus, governantes de todas as esferas de poder viram-se compelidos a adotar medidas de contenção de contágio acelerado, o que acarretou na suspensão das atividades presenciais nas instituições de ensino. Com menos de um mês de aula, às pressas e com poucas orientações dos sistemas ou rede de ensino, a EMEF Professor Guilherme Sommer viu-se na obrigação de transformar o ensino puramente presencial em remoto, implicando uma reorganização tanto das práticas pedagógicas quanto das rotinas familiares dos estudantes.

Além disso, em fase de conclusão, a nova edificação seria entregue ao final do mesmo mês, o que não foi possível dadas as medidas rigorosas de distanciamento social impostas pelo Governo Estadual nas primeiras semanas de enfrentamento à pandemia. A solenidade de entrega foi feita meses depois (em agosto), apenas para a equipe diretiva, em ato simbólico, sendo que nem alunos nem professores tiveram a chance de usufruir das novas instalações ainda.

Escola, espaço de cultura e memória

A escola é um espaço de cultura e de memória. É um espaço privilegiado para o entrecruzamento de grupos sociais e o surgimento de diversas manifestações culturais, previstas em algum grau no currículo escolar mas, principalmente, trazidas e geridas pelos indivíduos que a compõem. Segundo Barros (1999), “*a experiência e formação cultural de um indivíduo são [...] o resultado do desenvolvimento, a partir de processos de socialização, de um repertório [...] compartilhado com o grupo social a que pertence*”. Esse repertório, próprio de cada grupo, ao mesmo tempo, possibilita sua existência e delinea sua identidade. Nesse sentido, a cultura é formadora da identidade de um grupo ou sociedade. A escola, depois da família, é a instituição social em que o indivíduo permanece mais tempo de vida – da infância à juventude; portanto, espaço de imersão e produção de uma cultura compartilhada que, em seus percursos formativos, constituirá a identidade da instituição na comunidade em que está inserida.

Se a cultura forma a identidade de um determinado grupo, é a memória que consolida ou desfaz esse sentimento de identidade com o passar do tempo. A memória é o resultado de uma relação complexa e paradoxal entre a lembrança e o esquecimento (CANDAU, 2019; GONDAR, 2016; HALBWACHS, 1990). Mas a memória não é pura, essencialista, rígida, estável, perpétua. É, pelo contrário, fragmento, processo, reconstrução. “*Sua única fixidez é a reconstrução permanente*”, afirma Gondar (2016). É sempre representativa, na medida em que organiza “*os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas de futuro*” (CANDAU, 2019, p. 63). Sobre isso, Halbwachs (1990), ao elaborar a noção dos quadros sociais, esclarece que tudo que é lembrado do passado faz parte de construções coletivas do presente. Para ele, a memória (coletiva) é sempre construída no contexto de grupos sociais determinados, ou seja, fruto de interações sociais que ocorrem no presente.

“*O trabalho da memória é [...] uma maiêutica da identidade, renovada a cada vez que se narra algo*” (CANDAU, 2019, p. 76). A memória é sempre uma narrativa da identidade, uma forma de contá-la, que legitima essa representação como uma totalização existencial. (ANDERSON, 1996 *apud* CANDAU, 2019) A escola, enquanto espaço de história e cultura, é reduto de vestígios, registros e narrativas de memórias, ou seja, espaço referencial para a memória. A investigação da identidade da EMEF Professor Guilherme Sommer passa pela reconstituição do passado e pela (res)significação das lembranças ou rastros que permanecem dessa trajetória, para compreender seu significado para a coletividade no presente e prospectar seus caminhos no futuro. Reside aí a importância de se documentar, ainda que brevemente, o contexto singular que a suspensão das aulas presenciais implicou para,



futuramente, analisar a sua influência (ou não) nas características da identidade do educandário.

As políticas e ações municipais para a escola em tempos de pandemia

O último dia de aula presencial de 2020 na EMEF Professor Guilherme Sommer foi 18 de março. Conforme o quinto artigo do *Decreto Municipal Nº 2721, de 17 de março de 2020*, as aulas foram suspensas por, pelo menos 15 dias, sem prejuízo na manutenção do calendário recomendado pelo Ministério da Educação. O período da “suspensão excepcional e temporária” das aulas foi, então, prorrogado (inicialmente) até 30 de abril, pelo Decreto seguinte, *Nº 2732, de 02 de abril de 2020*, que também informou que a Secretaria de Educação estabeleceria um “*plano de ensino e medidas necessárias para o cumprimento das medidas de prevenção de transmissão da Covid-19*”, ao mesmo tempo em que permitia alterar o regime de trabalho dos servidores para “*o teletrabalho, trabalho remoto ou outro tipo de trabalho a distância*”. [sic]

Segundo Pontes e Rostas (2020, p. 282), “*a educação, já fragilizada pela ausência de políticas públicas que a fortaleça, apresenta duras perdas nesse processo de remotização do ensino. Se para o docente as condições estão difíceis, para o estudante não é diferente*”. Enquanto professores precisam se apropriar de sistemas de ensino e aprendizagem diferentes dos quais foram capacitados, muitas vezes vinculados a ferramentas tecnológicas que não dominam, e verificam seus horários de trabalho extrapolarem a jornada de trabalho prevista no contrato; as famílias, pertencentes a uma multiplicidade de classes e condições sociais, precisam cumprir sua rotina de trabalho diária que, na maioria das vezes, é semelhante ao período anterior à pandemia, e prover condições tecnológicas e intelectuais para dar suporte ao estudante.

“*Buscando garantir os direitos de aprendizagem sem perdas ou retrocessos, bem como garantir a permanência do vínculo com a rotina de estudos*” (EMEF PROFESSOR GUILHERME SOMMER 2020, p. 4), a EMEF Professor Guilherme Sommer passa a ofertar atividades não presenciais durante todo o período de suspensão das aulas da rede municipal, expressas num plano de atividades quinzenal. Conforme o *Plano de Ação para Aulas Não Presenciais* (2020), o plano de atividades quinzenal deve ser impresso para todos os alunos da escola, visto que nem todas as famílias têm acesso a serviços de internet, computador, impressora. Cabe aos responsáveis o deslocamento até a instituição para retirada dos trabalhos, em datas e horário previamente agendados e divulgados, onde serão atendidos respeitando todos os protocolos sanitários recomendados. O retorno das atividades desenvolvidas, por sua vez, acontece de diferentes formas, em conformidade com o nível de ensino, podendo ser através de fotografias ou vídeos enviados por Whatsapp ou publicados na página da escola no Facebook, ou através da devolução física do material. A comunicação com as famílias acontece presencialmente nos dias de entrega de tarefas ou por essas mídias sociais, principalmente pelo aplicativo Whatsapp.

Aos professores, enquanto a situação de distanciamento social persistir, cabe desempenhar seus ofícios de docência através do teletrabalho. Compete-lhes, conforme o *Plano de Ação* (2020), desenvolver os planos de atividades quinzenal, dar retorno das atividades corrigidas para as famílias, “*realizar avaliação socioemocionais, diagnósticas e formativas junto a suas turmas, a fim de alinhar seus planejamentos*” (p. 5), participar de reuniões, fazer cursos de formações continuadas em plataformas digitais e estar sempre à disposição da equipe diretiva. Conforme Pontes e Rostas (2020), o ensino remoto trata-se de um desafio ao profissional da educação:

O docente ganhou novas atribuições que ultrapassam o domínio de conteúdos e estratégias pedagógicas envolvendo o processo de ensino e de aprendizagem. A ele, em tempo recorde, foi dada a atribuição de inteirar-se a ferramentas online e adequar-se ao ensino remoto, dando-lhe, inclusive, a responsabilidade de despertar o interesse dos estudantes, mesmo diante de todas as incertezas no âmbito das questões sanitárias. (2020, p. 279)

A partir de agosto, projetando o retorno das aulas presenciais, a Secretaria Municipal de Educação (SME)



apresenta o documento *Orientações às Escolas Municipais de Teutônia para o Retorno às Aulas Presenciais* (2020), no qual sugere um modelo híbrido e alternado como possibilidade de retomada das aulas *in loco* para a EMEF Professor Guilherme Sommer, quando grupos presenciais reduzidos (metade da turma por vez) comparecem em semanas alternadas enquanto os outros conectam-se com as aulas e materiais de ensino por meio de tecnologias digitais. Sobre esse provável retorno, há autorização para sua realização tanto na rede municipal como rede privada, desde 21 de setembro, de forma facultativa, conforme o *Decreto Nº 2834 de 15 de setembro de 2020*, mas até a conclusão deste recorte de pesquisa não havia calendário de retorno oficializado para o ensino fundamental.

Considerações finais

O período de afastamento das atividades escolares presenciais configura-se um desafio tanto para educadores quanto para estudantes e familiares. Passado meio ano dessa medida, a nível de rede municipal, só há um documento orientador disponibilizado pela SME, que versa sobre orientações para o retorno presencial. Não há formalização de orientações anteriores, para a regulamentação do ensino remoto. A suspensão e a autorização para o retorno das aulas encontram-se em Decretos Municipais. Do mesmo modo, considerando que há relatórios do que foi feito na escola, em modo remoto, até o final de maio, o *Plano de Ação* da EMEF Professor Guilherme Sommer foi construído, presume-se, a partir de junho, quando o ensino já funcionava empiricamente nesse formato há dois meses. Isso revela a demora de reflexão ou reação da Educação para a criação de estratégias e políticas em períodos de crise ou calamidade, o que, segundo Pontes e Rostas (2020), não é exclusividade desses momentos mas uma constante na área da Educação.

Outro aspecto relevante na busca dessas políticas específicas da rede municipal para as escolas no período de pandemia versa sobre a inexistência documentada dos desafios, das angústias e da complexidade de transformar o ensino presencial em remoto por parte do corpo docente. Em agosto, uma pesquisa foi realizada pela SME quanto a essas questões bem específicas da docência no período da pandemia, mas seus resultados ainda não foram compartilhados publicamente. Não foi realizada pesquisa semelhante em nível de escola.

A partir disso, sendo 2020 um ano tão atípico e desafiador na cultura escolar, ficam questões emblemáticas para a pesquisa deste capítulo da trajetória da identidade da EMEF Professor Guilherme Sommer: o afastamento temporário do espaço físico da escola implicará na noção de pertencimento? Os novos formatos de interações sociais presenciais, em grupos escalonados e mantendo distanciamento físico, trarão mudanças sociais e culturais? As limitações impostas pelos protocolos sanitários serão, adiante, lembranças ou esquecimentos da memória coletiva do grupo? A ampliação do prédio escolar, sem uma solenidade de entrega significativa, será ou não um marco da memória no futuro? Em síntese, o rompimento com um padrão de ação de 30 anos será ou não fator determinante para as características identitárias da escola que serão constatadas ao final da pesquisa?

Referências

BARROS, J. M. **Cultura, memória e identidade** - contribuição ao debate. Cadernos de História, Belo Horizonte: PUC Minas, v. 4, n. 5, 1999, p. 31-36.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

GONDAR, J. Cinco proposições sobre a memória social. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social., v. 9, n. 15, 2016, p. 19-40.



HALBWACHS, M. A **memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

PONTES, F. R.; ROSTAS, M. H. S. G. Precarização do trabalho docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, v. 18, Ed. Especial COVID-19, jul. 2020, p. 278-300. Disponível em: <<http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923/1597>>. Acesso em: 23 set. 2020.

TEUTÔNIA. **Decreto Nº 2.721**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do novo Coronavírus. Teutônia: Prefeitura Municipal, [2020]. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/t/teutonia/decreto/2020/273/2721/decreto-n-2721-2020-dispoe-sobre-as-medidas-para-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-novo-coronavirus?q=aulas>>. Acesso em: 22 set. 2020.

TEUTÔNIA. **Decreto Nº 2.732**, de 02 de abril de 2020. Reitera a declaração de estado de calamidade pública no Município de Teutônia/RS e consolida os Decretos que dispõem sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do surto epidêmico de coronavírus (COVID-19), nos termos da Lei 13.979/2020 e do Decreto Estadual nº 55.154/2020. Teutônia: Prefeitura Municipal, [2020]. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/t/teutonia/decreto/2020/274/2732/decreto-n-2732-2020-reitera-a-declaracao-de-estado-de-calamidade-publica-no-municipio-de-teutonia-rs-e-consolida-os-decretos-que-dispoem-sobre-medidas-para-o-enfrentamento-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-surto-epidemico-de-coronavirus-covid-19-nos-termos-da-lei-13979-2020-e-do-decreto-estadual-n-55154-2020?q=aulas>>. Acesso em: 22 set. 2020.

TEUTÔNIA. **Decreto Nº 2.834**, de 15 de setembro de 2020. Altera o Decreto Municipal nº 2.832, de 11 de setembro de 2020 que autoriza o retorno de aulas presenciais no Ensino Infantil na Rede Municipal de Educação e na Rede Privada e dá outras providências. Teutônia: Prefeitura Municipal, [2020]. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/t/teutonia/decreto/2020/284/2834/decreto-n-2834-2020-altera-o-decreto-municipal-n-2832-de-11-de-setembro-de-2020-que-autoriza-o-retorno-de-aulas-presenciais-no-ensino-infantil-na-rede-municipal-de-educacao-e-na-rede-privada-e-da-outras-providencias?q=aulas>>. Acesso em: 22 set. 2020.

TEUTÔNIA. Secretaria Municipal de Educação. **Orientações às escolas municipais de Teutônia para retorno às aulas presenciais**. Teutônia: Prefeitura Municipal, 2020.



DISPONIBILIDADE DE CURSOS GRATUITOS ONLINE DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

Joseane da Silva Novo

Patrícia Kayser Vargas Mangan

Universidade La Salle

Introdução

A utilização de cursos online é uma realidade na formação continuada, por meio de cursos livres (extensão), nas últimas décadas. Já em 2000, Marçal indicava que a “demanda crescente de formação continuada voltada para novos contextos de trabalho nos coloca o desafio de rever nossos paradigmas educacionais, tendo em vista a formação de competências e a ampliação do atendimento a um perfil de aluno que requer uma modalidade de ensino a distância” (p. 267). Principalmente na última década, cursos disponíveis online, via de regra gratuitos, ofertados para um grande volume de pessoas passaram a estar disponíveis em diferentes plataformas, sendo conhecidos como MOOCs (Cursos Online Abertos Massivos). Forno e Knoll (2013) fizeram um interessante levantamento com base nos dados das plataformas edX e OpenupEd, no período compreendido entre agosto e novembro de 2013. Com o início da pandemia de Coronavírus (COVID-19) em março de 2020, essas possibilidades passaram a ser ainda mais conhecidas e divulgadas na mídia tradicional e nas redes sociais.

O objetivo geral deste artigo é sistematizar dados relativos à oferta de cursos online durante o período da pandemia de Coronavírus. A pesquisa foi realizada por meio do buscador Google utilizando palavras chaves relacionadas à oferta gratuita de curso. A busca usando a expressão “cursos online gratuitos pandemia” retornou com a indicação de cerca de 19.700.000 resultados, enquanto utilizando a expressão “cursos online gratuitos 2020” retornou 487.000.000. Para as buscas foram consideradas os primeiros 30 resultados, sendo que houve sobreposições. O algoritmo de busca do Google é personalizado com relação ao perfil do usuário, indicando respostas diferentes para distintas buscas, como já discutido por autores como Caldeira (2015). Por isso, mesmo sabendo que a maioria dos usuários acessa apenas as primeiras informações recuperadas (CALDEIRA, 2015), optou-se por avançar nas respostas seguintes. Possivelmente, ao replicar esta pesquisa, com outro perfil de usuário ou outro período de tempo, a indicação de temas e sites relevantes poderia indicar outras respostas. Ainda assim, mostra-se uma visão que permite avaliar parcialmente a relação da oferta destes cursos.

Na próxima seção são apresentados dados relativos às principais matérias divulgadas em portais online de notícias, as quais foram publicadas entre março e setembro de 2020. Materiais com acesso restrito a assinantes não foram considerados para a análise. Na sequência, são elencadas as principais oportunidades de cursos online gratuitos referenciados nas matérias e/ou obtidos diretamente nas buscas via Google. Estas informações foram sistematizadas para facilitar a visualização. Finalizando o artigo, algumas considerações finais são apresentadas.

Análise das matérias jornalísticas

Iniciando a análise dos resultados obtidos através da expressão “cursos online gratuitos pandemia”, a primeira matéria encontrada é de Jean Pecharki, do jornal paranaense Gazeta do Povo,¹⁴ de 21/07/2020, o qual apresenta nove plataformas de capacitação online com mais de 500 cursos gratuitos de diversas áreas, entre elas, idiomas, tecnologia da informação e educação financeira. Algumas dessas plataformas são voltadas aos profissionais de saúde, com o

14 <<https://www.gazetadopovo.com.br/gazz-conecta/plataformas-de-cursos-online-para-melhorar-o-curriculo/>>.

intuito de oferecer cursos e treinamentos específicos para o tratamento da Covid-19. A matéria destaca o aumento expressivo na procura por cursos de qualificação profissional durante o período de pandemia, em comparação a 2019, em especial, na área de marketing digital, devido a necessidade de trabalhar de forma remota, em virtude do isolamento social. Já a Revista Quero, através do site Quero Bolsa¹⁵ traz uma lista de sites de entidades com cursos gratuitos voltados para estudantes que almejam aperfeiçoar seus conhecimentos, buscando a Formação Superior. Entre as instituições citadas está a famosa Universidade de Harvard (mais de 100 cursos gratuitos) e a renomada empresa Faber-Castell (17 cursos online sem custos, para o público adulto e infantil). Além disso, a matéria aproveita para informar que o site Quero Bolsa oferece descontos de até 75% para cursos à distância, aproveitando para impulsionar seu site de hospedagem. Outro dado na matéria é que, de acordo com o Google Trends “a busca pelo termo “cursos gratuitos triplicou em comparação ao mesmo período em 2019”. No site de notícias CIO¹⁶ do grupo IDG, há uma abordagem um pouco diferente. O conteúdo, de 28/05/2020, aponta as 12 plataformas de cursos online gratuitos mais visitadas durante a quarentena. O autor da matéria afirma que existe um vasto rol de possibilidades de cursos profissionalizantes e de aperfeiçoamento na área de tecnologia da informação, ratificando o que já havia sido publicado em outros sites com o mesmo assunto, porém, critica a quantidade de anúncios e ofertas, afirmando que apenas algumas empresas promovem este serviço de maneira responsável. Na revista eletrônica Valor Investe¹⁷, do grupo Globo, a reportagem de 27/07/2020 trata sobre o surgimento de novos hábitos na vida das pessoas para driblar o tempo ocioso durante o período isolamento. Entre eles, a realização de cursos gratuitos na modalidade EAD. Conforme a autora, a procura por essa modalidade cresceu em larga escala.

Oportuno salientar que algumas matérias jornalísticas não foram analisadas, pois o acesso do conteúdo na íntegra só se encontrava disponível para assinantes, sendo possível visualizar apenas a manchete. A própria Valor Investe utilizou uma estratégia semelhante para limitar o acesso às suas reportagens: durante a pesquisa, observou-se que este site só permite que o usuário acesse os conteúdos uma única vez; caso contrário, surge uma mensagem oferecendo o serviço de assinatura. Mais uma vez, este fato demonstra que alguns sites, além de oferecerem informação sobre conteúdos gratuitos, têm intenção de anunciar ou vender algum produto. Os demais resultados obtidos nessa primeira fase das buscas foram sites de instituições de ensino públicas e privadas que desenvolveram projetos de cursos gratuitos em suas próprias plataformas virtuais, para atender toda a comunidade durante pandemia. Encontraram-se, ainda, inúmeros anúncios de cursos pagos e venda de literatura sobre o assunto em questão.

Dando seguimento à análise, com relação aos resultados das buscas com a expressão “cursos online gratuitos 2020”, surgiram algumas outras matérias. A primeira matéria encontrada é de 04 de julho de 2020, na seção de economia do site UOL¹⁸, que cita 24 plataformas online que oferecem cursos grátis. O destaque da notícia aparece logo na manchete, informando que todos os cursos possuem certificado. Um fato interessante é que, ao conferir a lista de plataformas mencionadas na publicação, a maioria delas já aparece em forma de anúncio em ambas as expressões utilizadas no buscador Google. Em seguida, vem a matéria do site G1-RS¹⁹, de agosto de 2020, destacando que a UFRGS (Universidade do Rio Grande do Sul) oferece 60 cursos com certificação nas áreas de ciências exatas, biológicas, humanas, sociais e tecnológicas. Apesar de tratar-se de cursos promovidos por uma universidade federal, o texto explica para qual público estes estão destinados, neste caso, para qualquer pessoa interessada, e traz também um link de acesso à plataforma da universidade. Relevante citar que o site do jornal Zero Hora²⁰ traz a mesma notícia, em

15 <<https://querobolsa.com.br/revista/lista-cursos-gratuitos-coronavirus>>.

16 <<https://cio.com.br/as-12-plataformas-de-cursos-on-line-gratuitos-mais-visitadas-durante-a-pandemia/>>.

17 <<https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2020/07/26/procura-por-cursos-online-explode-na-pandemia-veja-opcoes.ghtml>>.

18 <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2020/07/04/plataformas-que-oferecem-cursos-online-e-gratuitos-com-certificado.htm>>.

19 <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/08/14/plataforma-da-ufrgs-oferece-60-cursos-online-gratuitos.ghtml>>.

20 <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/08/plataforma-da-ufrgs-oferece-60-cursos-online-e>>



11 de agosto de 2020. Outro resultado encontrado foi a matéria publicada no site do PRONATEC²¹ (Programa Nacional de Acesso a Cursos, Empregos e Concursos) que indica as melhores opções de cursos gratuitos e com certificado em 2020. Trata-se de um site governamental que traz, no corpo da notícia, explicações detalhadas de como efetuar a inscrição nos cursos, links de acesso, entre outras informações pertinentes. Ao contrário das demais reportagens analisadas até aqui, trata-se de uma matéria veiculada em um site específico para quem busca qualificação, não só em tempos de pandemia.

Na sequência, um artigo de Ana Letícia Loubak, do site TechTudo²², publicado logo no início da pandemia no Brasil já apontava 10 instituições nacionais e estrangeiras que oferecem cursos gratuitos, nas áreas de marketing, finanças e empreendedorismo, porém, destaca que a oferta é por tempo determinado. A matéria foi publicada em 23 de março de 2020, em contraponto ao período de publicação da maioria das matérias analisadas, que compreende o segundo semestre deste ano.

Análise de ofertas de cursos

Os resultados obtidos no Google foram sistematizados em duas tabelas, contendo informações sobre qual empresa ou instituição está ofertando, que tipos de cursos disponíveis e endereço eletrônico para acesso. Pode-se notar que não são apenas as entidades educacionais ou públicas que estão oportunizando formação continuada gratuita durante a pandemia. Empresas como Intelbras e Bradesco, ao disponibilizarem cursos gratuitos de qualificação em áreas técnicas do conhecimento, que são pré-requisitos para alcançar uma vaga de emprego, estão cumprindo um papel social nesse período, onde o desemprego afetou significativamente muitos trabalhadores informais por conta das medidas de isolamento social. Nesse contexto, a plataforma do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) aparece como uma importante ferramenta para integrar, principalmente o público jovem, no mercado de trabalho, não só com a oferta de cursos totalmente gratuitos, mas também com programas e medidas socioeducativos.

Referente às modalidades de formação continuada que estão sendo oferecidas, são aulas, palestras, cursos de formação, extensão, aperfeiçoamento, preparatórios, treinamento, especialização, técnicos, entre outros. Apesar da diversidade, algumas áreas possuem maior publicidade, como educação e marketing, que, segundo o site da CIO/IDG revelaram “um notável crescimento em sua procura, indicando um aumento de 247% para cursos de educação online gratuitos e marketing online, 49%”. Por outro lado, a busca revelou que algumas instituições optaram pela oferta de formação continuada em áreas específicas do conhecimento, como a Fundação Demócrito Rocha, que possui cursos gratuitos de enfrentamento a violência doméstica e familiar contra mulher, prevenção a automutilação, prevenção ao suicídio e literatura cearense. A busca mostrou, ainda, que existe uma grande variedade de cursos disponíveis, não só para quem pretende continuar a formação, mas também para aqueles que desejam aproveitar o período de isolamento para aprender um ofício ou ampliar conhecimentos sobre assuntos em evidência no Brasil e no mundo. Todas as instituições analisadas propõem cursos gratuitos, porém, algumas também anunciam cursos pagos. A duração varia de acordo com a área pretendida; de um modo geral, os cursos são 100% online, com materiais e recursos didáticos disponíveis. O SEBRAE conta com aulas ao vivo transmitidas para todo o país através da sua plataforma virtual. Algumas plataformas virtuais desenvolveram cursos específicos de prevenção e combate a Covid-19, tanto para profissionais da área da saúde, quanto para pessoas interessadas em aperfeiçoar medidas de proteção e cuidado com o vírus. Abaixo, a tabela dos principais resultados obtidos:

[gratuitos-veja-como-se-inscrever-ckdqebcjj005l0147wcbvhrze.html](#)>.

21 <<https://pronatec.pro.br/cursos-gratuitos-online-com-certificado-gratis-confira-as-melhores-opcoes-para-2020/>>.

22 <<https://www.techtudo.com.br/listas/2020/03/curso-online-gratis-veja-dez-opcoes-para-fazer-durante-a-quarentena.ghtml>>.



Tabela 1 – Cursos ofertados utilizando a expressão “cursos online gratuitos pandemia”

Quem oferta:	Que tipos de cursos:	Como acessar:
LinkedIN	Cursos como foco em como organizar a rotina para trabalhar remotamente.	https://www.linkedin.com/learning/paths/trabalho-remoto-colaboracao-foco-e-productividade
SEBRAE	Cursos e treinamentos nas áreas de empreendedorismo, planejamento, finanças, mercado e vendas, inovação, e cooperativas.	https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline
SENAC	Cursos nas áreas de artes, beleza, comunicação, comércio, /design, educação, games, gastronomia, gestão, idiomas, informática, meio ambiente, moda, saúde, segurança, tecnologia da informação e turismo.	https://www.ead.senac.br/usuario-unico/cadastro
Hospital Albert Einsten	Cursos com foco na área da saúde.	https://www.ensino.einstein.br/
SESI/SENAI	Cursos em áreas de arquitetura, empreendedorismo, logística, matemática, inclusão digital, administração, comunicação e tecnologia da informação.	https://eadsenaies.com.br/
Kultivi	Curso de idiomas.	https://www.kultivi.com/login/cadastro
CIEE	Cursos de informática, orientação pessoal e profissional, comunicação e matemática.	https://portal.ciee.org.br/estudantes/saber-virtual/
Certificado Cursos Online	Curso com foco em como operar a Bolsa de Valores.	https://certificadocursosonline.com/cursos/
Pensar Cursos	Cursos nas áreas de administração, agricultura e meio ambiente, arquitetura e urbanismo, entretenimento, comunicação e marketing, gastronomia, desenvolvimento pessoal, direito, economia, educação, estética, idiomas e informática.	https://www.pensarcursos.com.br/cursos
Facebook	Curso de marketing digital	https://www.facebook.com/business/learn

Tabela 2 – Cursos ofertados utilizando a expressão “cursos online gratuitos 2020”

Quem oferta:	Que tipos de cursos:	Como acessar:
Fundação Demócrito Rocha	Curso técnico em secretaria escolar, cursos de extensão em gestão e liderança, enfrentamento a violência doméstica e familiar contra mulher, prevenção a automutilação, prevenção ao suicídio, literatura cearense e artes.	https://cursos.fdr.org.br/
Intelbras	Cursos de aperfeiçoamento de redes de comunicação, controle de acesso, energia solar, incêndio e nobreak.	https://treinamentos.intelbras.com.br/lms/#/home
Fundação Bradesco	Cursos nas áreas de administração, contabilidade e finanças, desenvolvimento pessoal e profissional.	https://www.ev.org.br/
Ginead	Cursos com foco na educação e desenvolvimento infante-juvenil.	https://www.ginead.com.br/cursos/de/educacao&gclid
Google Ateliê Digital	Cursos nas área de comunicação e marketing, empreendedorismo e análise digital.	http://atelierdigitalportugal.withgoogle.com
UNEB	Curso de tecnologia em saúde.	http://www.extensaounead.uneb.br
FIOCRUZ	Cursos nas áreas de prevenção e combate a Covid-19.	https://camposvital.fiocruz.br/gestordecursos/hotsite/covid19
AvaMEC	Cursos de tecnologia, informática, matemática e educação.	https://avamec.mec.gov.br
UNINTER	Cursos de extensão no combate a Covid-19.	https://www.uninter.com/extensao/eventos/cursos-gratuitos-covid-19/
Cursos Online SP	Cursos com foco em educação.	http://cursosonlinesp.com.br

Fonte: Google



Considerações finais

A análise das matérias jornalísticas revelou que a procura por cursos online aumentou significativamente em relação ao ano de 2019, seja para enriquecer o currículo, conseguir um emprego ou apenas aproveitar o isolamento social. Há um espaço temporal em alguns casos de seis meses entre as publicações das matérias e a análise das informações, logo, ao acessar o link de alguns cursos, constatou-se que alguns já se encontravam com o período de inscrição encerrado e outros não estavam mais disponíveis na plataforma. Também foi possível perceber que alguns cursos, como tecnologia da informação, educação e marketing possuem maior procura e oferta simultaneamente. Empresas multinacionais e estrangeiras abriram suas portas, tornando acessível a realização cursos exclusivos e de excelência no mercado, o que para algumas pessoas, inviável, não só pelo alto valor investido, mas por ser um conteúdo voltado para uma fração menor da sociedade, ou seja, algo impensável antes da pandemia. Estas entidades ao ofertarem formação de qualidade e totalmente gratuita para todos, mobilizaram-se no sentido de minimizar alguns efeitos negativos da pandemia no mundo, colaborando com o crescimento pessoal e profissional das pessoas.

No entanto, a gratuidade e o caráter temporário dos cursos trouxeram algumas indagações: por um lado, o limite de prazo para realização do curso faz com que o interessado não postergue o processo, por outro não leva em consideração eventuais dificuldades técnicas de acesso. Também demonstra que isso pode ser uma interessante estratégia de marketing para, após esse período, algumas empresas voltarem a oferecer estes e outros produtos de forma paga. Foi constatado, ainda, que nem todos os cursos ofertados possuíam certificação, podendo restar em outra estratégia de marketing, pois muitos cursos oferecidos sem custos são feitos de forma intensiva ou fracionada, servindo como atrativo para, em alguns casos, buscar outros produtos, para obter por completo determinada certificação. Como exemplo, a empresa Certificados Cursos oferece em sua plataforma de cursos gratuitos a opção de adquirir um “certificado válido” mediante o pagamento de taxas (no valor de R\$ 49,90). Pensando em estratégias de marketing, cabe mencionar o acontece atualmente com plataformas online como Youtube e Spotify, que deram início às suas atividades oferecendo apenas conteúdos grátis aos seus usuários. Hoje, vem se tornando cada vez mais difícil consumir os conteúdos gratuitos dessas empresas sem ser obrigado a assistir anúncios, propagandas ou se submeter às inúmeras restrições. E é por esse motivo, que essas plataformas lançaram, intencionalmente suas versões “premium”, uma modalidade paga sem os incômodos da versão gratuita. No que se refere à oferta de formação continuada, o SENAC apresenta uma estratégia análoga: para ter acesso aos cursos gratuitos é necessário que o interessado preencha uma série de requisitos, entre eles, renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Caso contrário, é adotada uma política de descontos, de acordo o curso pretendido, ou optar por um curso pago. Outra questão interessante é que alguns cursos, apesar de se mostrarem muito atraentes por pertencerem a grandes marcas, como Microsoft e MIT, não estão ao alcance de todos. Isso porque essas plataformas oferecem apenas cursos na língua inglesa, o que cria restrições para todos aqueles que não dominam este idioma.

Finalmente, embora a pesquisa tenha revelado uma boa oferta de formação continuada gratuita e, a princípio, de qualidade em tempos de pandemia, nem todos estão conseguindo usufruir destes recursos, pois muitas pessoas não dispõem de condições financeiras ou estruturais para ter acesso à internet nesse período. Outra questão é que nem todos os segmentos interromperam suas atividades durante a quarentena, alguns trabalhadores aumentaram sua jornada, a exemplo dos profissionais da saúde. Logo, nem todas as pessoas possuem tempo disponível para investir na sua qualificação durante a pandemia, ainda que gratuitamente.

Referências

CALDEIRA, F. H. O mecanismo de busca do Google e a relevância na relação sistema-usuário. *Letrônica*, v. 8, n. 1, 2015. p. 91-106. Disponível em <<https://doi.org/10.15448/1984-4301.2015.1.19616>>.



FORNO, J. P. D.; KNOLL, G. F. Os MOOCS no mundo: um levantamento de cursos online abertos massivos. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente/SP, v. 24, n. 3, p. 178-194, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.14572/nuances.v24i3.2705>>.

MARÇAL, J. C. Novas tecnologias da informação e comunicação no contexto da formação continuada à distância. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 267 - 273, jul./dez. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23348>>.



A CIDADE CONTEMPORÂNEA: GOVERNANÇA E MOBILIDADE INTELIGENTE PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Paulo Gustavo Sehn

Patrícia Kayser Vargas Mangan

Universidade La Salle

Introdução

Diante do avanço do cenário econômico nacional temos o crescimento acelerado das cidades. Os centros urbanos estão cada vez mais populosos e as ruas mais cheias. As aglomerações urbanas são cada vez mais densas e nos trazem inúmeros desafios. Porém, cabe ressaltar a importância deste crescimento, seja econômico, social, político, religioso e, mais ainda, cultural. Ao passo que a evolução sistemática das cidades acontece, emerge um contraponto. A maioria das pessoas migram para os centros urbanos em busca e melhores condições de vida, sejam elas de infraestrutura, oportunidades de trabalho ou qualidade de vida (ETEZADZADEH, 2016, p. 3). Mas, o aumento populacional, decorrente dessa migração, gera desafios para a gestão das cidades e da busca pela tecnologia para saná-los emergem as iniciativas denominadas de cidades inteligentes (smart cities). Ações imediatas precisam ser tomadas para que as cidades inteligentes, de fato, sejam uma prática e os resultados dessas ações repercutam positivamente para uma vida mais saudável à todas as pessoas. Somente assim, as cidades inteligentes serão, de fato, para as pessoas.

O objetivo deste trabalho é problematizar os impasses entre o propósito das cidades e alguns dos problemas advindos da ascendente urbanização: o impacto no patrimônio material gerado pela poluição dos veículos automotores e a mobilidade inteligente para a minimização destes impactos. Estamos no século XXI e novas formas de mobilidade, bem como de gestão para as cidades, precisam entrar em vigor, pois emergem da necessidade da população. Melhorar o fluxo das vias, estreitar laços e caminhos entre as pessoas com o trabalho, lazer e saúde, por exemplo, poderão acontecer se evitar o uso desnecessário dos veículos com combustão interna tornar-se uma prática social, se a tecnologia da informação fizer parte do planejamento das cidades, se o monitoramento do trânsito de veículos e pessoas for aplicado de forma inteligente, se os sistemas de segurança estiverem interconectados, dentre outros conceitos de cidades inteligentes que serão apresentados a seguir.

Sobre cidades e cidades inteligentes

Sobre cidades, os conceitos são múltiplos e retomam à história antiga. No século XVIII, algumas cidades eram desenhadas uniformemente sendo que algumas construções “obrigatórias” compunham a área central dela. A mesma, deveria ficar num lugar alto e de visibilidade unilateral. Ansay e Schoonbrodt, (1989:156-7; VITRUVIUS, 1960:16) corroboram dizendo:

...que se leve em conta a escolha de um lugar são, daí alto e pouco sujeito à neblina; que se comece pela construção das muralhas e torres; que se trace a localização das casas e alinhe as ruas segundo a melhor disposição em vista do vento; que se escolha o lugar dos edifícios comuns a toda a cidade — templos, praças públicas — considerando a utilidade e comodidade do público; que os templos sejam edificadas para que seus altares dirijam-se para o oriente; que o tesouro público, a prisão e a prefeitura estejam na praça, e que o teatro seja construído em lugar são, com fundamentos sólidos etc (ANSAY, SCHOONBRODT, 1989:156-7; VITRUVIUS, 1960:16).

A partir do momento que viagens começaram a ser necessárias, as vias também entraram nos planos da



arquitetura desta época. Vale ressaltar também as projeções para um futuro, pensando assim no progresso das cidades quando ainda no século XVIII, ruas e pontes passaram a ser projetadas longe do cunho militar.

Relacionados aos problemas sociais advindos do crescente populacional, no século XIX as cidades, no século XX, receberam um propósito mais industrial e coletivo, a fim de aproximar trabalhadores e patrões e tornar menos desgastante as rotinas de labuta diária. A organização das cidades, inclusive, aproxima as mulheres do trabalho, encurtando as distâncias delas aos afazeres do lar como lavanderias, cuidado com os filhos (creches), alimentação, entre outros. As cidades passam a ter uma visão mais sustentável, colocando lado a lado a atividade industrial e a agricultura.

As cidades projetadas, ainda pensadas no século XIX, entram em cena no século XX, com um pensamento voltado à mobilidade urbana, fluxos de mercadorias, de pessoas, expansão ordenada, saneamento.

Assim, chegamos ao século XXI, onde as cidades contemporâneas estão praticamente em um “espaço selvagem”. Segundo a United Nations (2009), a maior parte da população está nos grandes centros e deixou de ser rural, desde 2009, fazendo com que a maior parcela da população esteja concentrada num menor espaço físico, gerando situações desconfortáveis e que as cidades não comportam mais. Problemas de infraestrutura, saneamento, segurança, (entre outros) e de mobilidade, o qual iremos nos deter, são um impasse ao avanço ordenado das cidades.

Temos muitas redes de informação, marketing, política, cultural, desportista (entre outros) que interferem nas nossas vidas. Há dificuldades de vislumbrar perspectivas de mudança, visto que o planejamento urbano visa cada vez mais espaços, principalmente para a mobilidade dita tradicional, por meio de veículos automotores. Estes, por sua vez, além de ocuparem mais espaço nas ruas, trafegam muito aquém da sua capacidade e geram inúmeros problemas urbanos: congestionamentos, atrasos, stress, acidentes, entre outros. Ainda que uso de veículos automotores seja necessário para a mobilidade urbana, esse estudo parte da premissa que a adoção de outros meios de locomoção pode ajudar a resolver muitos dos problemas contemporâneos das cidades mencionados acima.

Em uma visão geral, cidade inteligente repercute conceitualmente em melhorar a qualidade de vida das pessoas. Porém, tais definições, repercutirão também em uma mudança sistemática e cultural de muitas famílias. Dentre várias definições para cidades inteligentes, algumas vêm ao encontro do nosso propósito: investimento em capital humano e social, aplicações inteligentes no sistema viário, participação social na gestão municipal, utilização dos recursos tecnológicos (Tecnologia da Informação e da Comunicação) para monitoramento e tomada de decisões.

A city to be smart when investments in human and social capital and traditional (transport) and modern (ICT) communication infrastructure fuel sustainable economic growth and a high quality of life, with a wise management of natural resources, through participatory governance (CARAGLIU et al. 2011).

A participação do governo é fundamental para transformar a cidade em inteligente. Pensar políticas públicas que trazem benefícios à (saúde da) população e engajar os munícipes nestas decisões são primordiais para todos fazerem parte do processo e serem co-responsáveis pelo desenvolvimento sustentável das cidades do século XXI. Engajamento este que vai ao encontro de um dos princípios das cidades inteligentes: a interconexão entre as pessoas, estruturas e negócios.

A city connecting the physical infrastructure, the IT infrastructure, the social infrastructure, and the business infrastructure to leverage the collective intelligence of the city (HARRISON, et al. 2010).

Proporcionar caminhos para que essa interconexão aconteça, de fato, é fundamental. Viver no coletivo, de forma saudável diante dos desafios que a vida moderna nos impõe, implicará certamente em aplicar os conceitos das cidades inteligentes no cotidiano das famílias. Mas, mais do que isso, é fazer com que elas participem do processo de



construção de uma cidade inteligente mostrando a todos o quão benéfico é viver melhor.

A smart city, according to ICLEI, is a city that is prepared to provide conditions for a healthy and happy community under the challenging conditions that global, environmental, economic and social trends may bring (GUAN, 2012).

Para tanto, é de suma importância a utilização dos recursos tecnológicos que estão à disposição para tornar inteligente uma cidade, interconectando e integrando seus mais diversos setores, a gestão municipal e consequentemente as pessoas, tendo em vista o encurtamento das distâncias entre todos a fim de aproximá-los.

The use of Smart Computing technologies to make the critical infrastructure components and services of city which include city administration, education, healthcare, public safety, real estate, transportation, and utilities more intelligent, interconnected, and eficiente. (WASHBURN, et al. 2009).

Giffinger (et al. 2007) nos apresenta seis dimensões para verificar a inteligência das cidades. São elas:

- Economia inteligente: verifica o preparo econômico de uma cidade utilizando como parâmetros a qualidade e o nível empreendedor das empresas instaladas nas cidades;
- População inteligente: a partir de educação, emprego e renda mede o nível de desenvolvimento da população de uma cidade;
- Meio ambiente inteligente: leva em conta índices de sustentabilidade como utilização dos recursos naturais, de energia, produção e reciclagem de lixo;
- Vida inteligente: leva em conta índices como utilização de espaços públicos (praças, parques), bibliotecas, segurança, cultura, lazer e até índice de homicídios;

Tão importantes quanto estes apresentados, considero primordiais e são objetivo deste artigo:

- Governança inteligente: transparência das informações dos órgãos públicos, acesso aos serviços públicos, coleta e tratamento de dados através dos serviços interligados para aplicação inteligente dos recursos públicos;
- Mobilidade inteligente: mede a facilidade de mobilidade urbana em todos os sistemas de transporte (carro, ônibus, bicicleta, metrô/trem). Verifica congestionamentos e fluxo de veículos através de sistemas de monitoramento em tempo real e sensores espalhados pelas vias que são capazes de orientar, inclusive, vagas de estacionamento. Verifica e incentiva também o uso de transporte público e sustentável, como por exemplo, a bicicleta.

Estes dois últimos pensamos que merecem destaque e trazemos à discussão. Não individualmente, mas no coletivo. Precisamos da junção destes serviços para proporcionar uma gestão adequada dos bens culturais materiais e também uma vida mais saudável aos munícipes, encaminhando assim uma cidade para ser inteligente.

Sobre Gestão de Bens Culturais e Cidades Inteligentes

Fazer uma cidade inteligente não significa torná-la inteligente. Mas sim, fazê-la para que as pessoas usufruam dos seus recursos. Salientamos aqui dois vieses já citados acima e que nos preocupam. Através da gestão inteligente alcançamos a mobilidade inteligente. Já através da mobilidade inteligente, melhoramos as condições de vida e saúde da população, bem como, com a redução dos índices de poluição, a preservação dos bens culturais materiais das cidades. Sobre saúde, parece ser corriqueiro mencionar, mas: sem congestionamentos, com melhores condições de trafegabilidade, com redução dos índices de poluição, com redução do uso dos sistemas de saúde, com redução de gastos pessoais, com



maior produção individual e coletiva no setor comercial/industrial, entre outros, alcançamos o bem-estar coletivo.

Os efeitos da poluição do ar também atingem a economia, pela redução da produtividade do trabalho, dos gastos adicionais com a saúde, perdas de produção agrícola e florestal, que acabam refletindo nas indústrias e no comércio. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que esses custos aumentarão para cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) europeu em 2060, levando a uma redução na acumulação de capital e uma desaceleração na produção (EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY, 2017, p. 13)

Segundo o Art. 1º do Decreto-lei no 25, de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

E sobre a preservação dos bens culturais materiais, patrimônio, podemos mencionar a deterioração deles a partir da poluição gerada pela combustão dos veículos automotores. Um exemplo, é o Taj Mahal, na Índia.

...que está ameaçado de deterioração, em razão da poluição densa ao seu redor, provocada “pela combustão doméstica de combustível, trens e ônibus a diesel e geradores”, conjuntamente com “as fundições, indústrias químicas perigosas e refinaria de Mathura”. Os efeitos perniciosos são verificados tanto no exterior do Taj Mahal – pois, devido à chuva ácida, o mármore branco e brilhante está sendo corroído, dando lugar a uma cor amarelada, com manchas escuras – como em seu interior, atingindo a conservação das “sepulturas originais de Shah Jahan e Mumtaz Mahal” (SUPREMA Corte da Índia, 2013, p. 87- 88).

Ambos poderão ser encaminhados através de diversas ações, dentre as quais destaca-se o uso da bicicleta para se locomover e percorrer, de forma segura, pequenas distâncias cotidianas. Diversos trabalhos acadêmicos vêm discutindo o potencial turístico - e sustentável como p.ex. indicam González e Rodríguez (2017) - de incentivar o uso de bicicletas, mas que poderia ser melhor explorado como uma forma de auxiliar na preservação de patrimônios edificados centenários. Ainda, como o espaço físico ocupado pela bicicleta é muito inferior ao espaço dos veículos automotores, destacamos que não é necessária a destruição de nenhum bem material para viabilizar o tráfego delas. As vias já existem e, viabilizá-las para o uso seguro da bicicleta como meio de transporte ao invés do veículo automotor, é papel da gestão pública com a governança inteligente acima mencionada, mas, a participação na construção desses fatores é mútua. Precisa-se da participação da gestão pública visto que temos uma “via de duas mãos”. Tornar uma cidade inteligente para ninguém usufruir não faz o menor sentido, considerando a infinidade de desafios que fazem parte deste processo. Assim, é primordial a participação da comunidade não só na construção da cidade inteligente, mas também na participação naqueles recursos resultantes deste trabalho.

Considerações finais

É possível concluirmos o quão benéfico é transformar uma cidade em inteligente, porém, é imprescindível salientarmos que na maioria das vezes a população é mera coadjuvante e pouco participa do processo de elaboração das cidades inteligentes. Muito se concentra na gestão pública e no que ela oferece para uma cidade se tornar inteligente. Neste caso, pensamos que a participação mais efetiva da população, além de fornecedores de dados, seja de grande valia para que, de fato, as cidades sejam feitas para quem vive nelas. Ainda, dados os inúmeros problemas sociais gerados pela urbanização desenfreada, é necessário sim um planejamento, mas várias ações podem ser imediatas para que a população possa sentir os benefícios advindos da mobilidade inteligente e, estas ações imediatas, desencadear outras a longo prazo já com a participação da comunidade. Através da gestão pública inteligente, melhorar a qualidade de vida das pessoas e reduzir os problemas oriundos da evolução, trará benefícios coletivos e encaminhará as cidades para um novo conceito, já do século XXI.



Referências

- ANSAY, P.; SCHOONBRODT, R. (orgs.). **Penser la ville**: choix des textes philosophiques. Bruxelles: Archives d'Architecture Moderne. 1989.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº25**, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 14 out. 2020.
- CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart cities in europe. **Journal of urban technology**, v. 18, n. 2, p. 65–82. 2011.
- ETEZADZADEH, C. **Smart city – future City?** Springer Vieweg, 2016 (E-book).
- EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY. **Air quality in Europe – 2017 report**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017 (n. 13). Disponível em: <<https://skupnostobcin.si/wpcontent/uploads/2017/10/airquality2017-15-29.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2020.
- GIFFINGER, R.; FERTNER, C.; KRAMAR, H.; KALASEK, R.; PICHLER-MILANOVIC, N.; MEIJERS, E. **Smart cities-ranking of european medium-sized cities**. Technical report, Vienna University of Technology. 2007. Disponível em: <http://curis.ku.dk/ws/files/37640170/smart_cities_final_report.pdf> . Acesso em: 14 out. 2020.
- GONZÁLEZ, D. B.; RODRÍGUEZ, M. L. H. Sustentabilidad y Autogestión Viajan en Bicicleta. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Sept. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319728550_SUSTENTABILIDAD_Y_AUTOGESTION_VIAJAN_EN_BICICLETA>. Acesso em: 15 out. 2020.
- GUAN, L. Smart steps to a better city [online]. **Government News**, v. 32, n. 2, May 2012: 24-27. Disponível em: <<https://search.informit.com.au/documentSummary;dn=521507841779512;res=IELBUS>>. Acesso em: 14 ou 2020.
- HARRISON, C. et al., Foundations for Smarter Cities, **IBM Journal of Research and Development**, v. 54, n. 4, pp. 1-16, July-Aug. 2010. Disponível em: <<http://fumblog.um.ac.ir/gallery/902/Foundations%20for%20Smarter%20Cities.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2020.
- SUPREMA Corte da Índia. O processo de preservação do Taj Mahal. Juízes Kuldip Singh e Faizan Uddin. Traduzido por Sandra Almeida Passos de Freitas e Vladimir Passos de Freitas. **Revista Magister de direito ambiental e urbanístico**, Porto Alegre, v. 49, p. 86 – 120, ago./set. 2013.
- UNITED NATIONS. **Urban and Rural Areas 2009**. New York: Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2010.
- WASHBURN, D.; SINDHU, U.; BALAOURAS, S.; DINES, R. A.; HAYES, N.; NELSON, L. E. **Helping CIOs Understand “Smart City” Initiatives**: Defining the Smart City, its Drivers, and the Role of the CIO. Cambridge: Forrester Research, 2010.



NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA: BRIZOLETAS COMO BEM CULTURAL

*Carlos Evandro Schneider**Patrícia Kayser Vargas Mangan**Moisés Waismann***Universidade La Salle****Reminiscências**

O interesse pelo tema desta pesquisa parte da experiência de um dos autores que, durante um primário inteiro em uma brizoleta multisseriada, a vinte minutos a pé de sua casa, fizesse chuva ou sol, iniciou o gosto pelo estudo.

Naquela brizoleta, cinza com aberturas e detalhes em azul claro, típico das construções do Estado, com assoalho vermelho escuro a base de muita cera em pasta, em salas pintadas totalmente de “amarelo bebê”, haviam cortinas em um tergal bege as quais a mãe do referido autor projetou, costurou e estampou de acordo com suas competências e habilidades manuais.

Essa escola, em particular, foi uma das 1.045 Escolas primárias construídas em convênio com os municípios interessados no projeto. E havia muitas outras, nos mesmos moldes, pudera, eram pré-fabricadas e vinham com paredes inteiras a serem levantadas inclusive com os vidros nas janelas. Essa “Brizoleta” criada em 25 de janeiro de 1947 no município de Bom Retiro do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, na época ainda município de Taquari, fez parte da família do autor que estudou em 1989, depois da sua mãe ter frequentado ela em 1965, aproximadamente.

O sentimento de pertença à Escola é traduzido nas palavras do referido autor, quando descreve que, na 4ª série, era o único aluno da turma, e o mais velho e, portanto, o “mais responsável”. Deveria, por isso, ajudar a Professora nos trabalhos burocráticos e administrativos, tais como registro de livros da biblioteca, montagem de matrizes para cópia no mimeógrafo e coisas do gênero. Toda esta trajetória, aparentemente sofrida, é lembrado de forma saudosa, fez com que o senso de pertencimento com o local, torna o autor possuidor daquele lugar. Não dono único, mas um dentre as centenas de donos que passaram por aquele espaço e se “adonaram” daquele prédio tomando-o como referência da trajetória de uma fase da vida em que os alunos eram responsáveis pelo corte da grama, pela poda das árvores de uva japonesa e pela manutenção da horta.

Este sentimento de posse, pode ser entendido devido ao fato da brizoleta ter se tornado um bem cultural material para aquele grupo, pois possui um valor que remete às memórias e experiências únicas e coletivas vivenciadas por aquelas pessoas. (COLOMBO, 2017).

Esta Brizoleta é um espaço de memória, assim como tantas outras Brizoletas foram o lugar para tantas outras crianças, por todos os municípios que compõem o estado, pois, as memórias coletivas estão contempladas entre os aspectos material, simbólico e funcional. Têm a materialidade de um lugar de referência para o grupo e de manter e difundir as memórias e, ao mesmo tempo, são as expressões de nossa convivialidade em nossas memórias autobiográficas (BLANK, 2017).

Todas estas são memórias autobiográficas, são recortes e elementos de uma história de vida. A memória autobiográfica se apoia na memória histórica, pois,

[...] toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso (HALBWACHS, 1990, p. 55).



Há um certo sentimento de orgulho naqueles que fizeram parte de um dos maiores planos educacionais da América Latina, o Serviço de Expressão e Descentralização do Ensino Primário (SEDEP) instituído pelo governo de Leonel de Moura Brizola (daí Brizoleta) durante seu governo Estadual que previa “Nenhuma criança sem Escola no Rio Grande do Sul”, de 1959 até 1963, durante o qual foram construídas 6.302 Escolas (4.508 ou 1.045)²³ como uma forma de combater o analfabetismo, que a nível nacional chegava a 67%.

As brizoletas foram um avanço imensurável, uma proposta de longo prazo, uma demonstração de preocupação para o desenvolvimento social de todo um Estado. Foram criadas nos locais mais diversos possíveis, com ajuda direta das comunidades nas quais foram inseridas. Provavelmente, este envolvimento obrigatório de quem queria uma Escola para os seus filhos, também criou um laço de pertencimento da comunidade com a Escola, até porque foram edificadas, em muitos casos, em lugares que não tinham nenhum ponto de referência comunitária, como igreja ou salão comunitário, por exemplo. Como por exemplo, na unidade edificada, da qual o autor se refere, os luteranos utilizavam-se da brizoleta por não possuírem um local para as celebrações dos cultos; também havia as reuniões de formação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) na Escola; e as mães dos alunos integravam o Clube de Mães Flor de Maio.

As memórias que vêm à tona são compostas de fragmentos, que linkadas a fragmentos de outras pessoas vão se constituindo numa sequência lógica, formando uma história inteira que faz parte de uma memória coletiva composta por todos e todas que tiveram relação com aquele local. A brizoleta de referência, é o ponto de convergência que estabeleceu o elo das memórias coletivas da Barra do Silva Jorge, localidade onde ela está construída, criando um local significativo para muitos que preencheram seu tempo com várias histórias de vida utilizando-se daquela referência.

Estas Escolas, portanto, constituem-se em bens culturais, pois referenciam a história de um grupo social e são entendidos como obras de relevante interesse histórico e são uma marca com valor de civilização (ALEXANDRINO, 2011), no sentido que se refere a construção do legado educacional de uma época.

A história de tantas outras Brizoletas foi contada no livro “Marcas do tempo: imagens e memórias das brizoletas”, de Claudemir de Quadros, e é, praticamente, um registro histórico de uma memória que demonstra que a união faz a força. “[...] a memória é um fenômeno individual e psicológico que se liga também à vida social.” (PACHECO, 2017, p. 195).

Entende-se que, bem é tudo aquilo que temos à nossa disposição, e que patrimônio é o que produzimos a partir dos bens. Daí deriva-se a dúvida do que é um bem cultural. “As exigências contemporâneas fizeram com que se ampliasse a designação “patrimônio histórico e artístico” para “patrimônio cultural”, levando-se em consideração toda a produção humana como bem cultural.” (ARARIPE, 2004, p. 119). A partir desse excerto, nos encaminhamos para a definição de bem cultural, conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 216, Seção II – Da Cultura, que também é citada por Araripe (2004),

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

23 Estes dados são diferentes em diferentes fontes. Claudemir de Quadros, parece ser o mais exato, entretanto, os próprios vídeos institucionais do Governo do Estado à época, Leonel de Moura Brizola, são controversos.



Na sequência é feito um contraponto sobre a degradação destes espaços, enquanto estruturas físicas, e como estas decisões podem ser tomadas.

Esquecimentos

Em cada momento da evolução social humana, as nações vão definindo quem deve estar na Escola, ou seja, com que idade as crianças devem iniciar a frequentar a Escola e até com que idade devem permanecer nela. Esta é uma das dimensões que são inerentes ao processo educativo no que tange à gestão de um sistema de ensino, garantir o acesso à Escola.

Como foi apontado, em uma época onde o analfabetismo atingia a quase três quartos da população, a construção de salas de aula era uma necessidade muito grande. Deriva daí a política pública implementada pelo Governo Brizola, também há um certo ufanismo nesta história, mas é importante salientar a relação estabelecida entre desenvolvimento e Educação, tão defendida por muitos, mas ainda pouco praticada.

O memorial, que ilustra a introdução do trabalho, traz a tona uma discussão acerca de um assunto muito importante, que atinge a zona rural de uma parcela muito grande de nossos municípios, em todo o país.

Hoje, muitas brizoletas já não existem mais, ou por extinção pela desativação da escola, ou por modificação arquitetônica ou por demolição e construção de um prédio mais moderno ou maior. Isto poderia querer dizer que, na verdade, elas não constituíam um bem cultural, pois, embora tenham marcado pessoas e grupos sociais, tais como pequenas comunidades e até municípios, elas não foram, de forma coletiva, escolhidas para a preservação (GUEDES; MAIO, 2016). No entanto, é preciso ponderar que elas foram construídas tendo forte identificação com um político, portanto, o “esquecimento” ou falta de interesse em sua preservação pode ser um movimento intencional. Assim, se estas Escolas, hoje, são lembranças daqueles que por elas passaram, mesmo que até tenham interferido na identidade local, não parece ter havido quaisquer movimentos mais significativos visando a preservação desses prédios enquanto patrimônio edificado.

A manutenção destes espaços é um assunto muito complexo, pois, refere-se diretamente à questão orçamentária e econômica do Estado. As comunidades rurais estão aos poucos diminuindo frente ao aumento dos centros urbanos, potencializado pelo êxodo rural e pela diminuição da taxa de natalidade no estado. Assim, é natural sua perda de função original, seja porque essas escolas estivessem em locais que não tinham mais demanda escolar, ou seja porque ao contrário passaram a ter uma demanda por uma infraestrutura maior e mais contemporânea.

Enfim, as Escolas do interior, como são chamadas, vão sendo relegadas ao esquecimento, pois, quando o número de alunos diminui, torna-se muito difícil mantê-la em funcionamento, descartando-se (não necessariamente de forma intencional) todo o conteúdo cultural intrínseco à edificação. Quando o prédio degrada por falta de uso e manutenção, há uma comoção da comunidade, pela lembrança e sentimentos que aquela estrutura suscita, mas nem sempre isso é suficiente para manter a Escola em funcionamento, ou pelo menos, de pé.

Talvez, as palavras de Braga (2009) se apliquem aqui, quando ele fala sobre a necessidade de ampliar o conceito de bem cultural e, a partir daí, construir formas de preservação que sejam condizentes com a identidade local, quando esta assim a necessitar.

Considerações finais

O texto buscou fazer um contraponto entre a intenção de se manter prédios escolares da década de 1960 como bens culturais que remontam uma história e cultura de um determinado lugar, e a falta de recursos financeiros e até pela própria perda da necessidade destes prédios nos locais onde foram construídos originalmente.



Entretanto, há uma disputa inerente a estas circunstâncias, e assim podemos inferir que

reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservação e destruição (CHAGAS apud SOARES; REMPEL, 2010, p. 84s).

Desta forma, é muito importante que seja proporcionado melhor qualificação à população, de uma forma geral, como postula o Plano Nacional de Cultura.

A questão de manter ou não um prédio que está desocupado, ou sem uma função definida é uma decisão difícil, pois, além das questões administrativas, envolve também o entendimento da comunidade do que está envolvido nestas discussões e quem pode, ou deve, discutir sobre o assunto.

Assim sendo, é importante que a tomada desta decisão seja feita de forma participativa e compartilhada entre gestores e comunidade para que cause o mínimo de impacto, financeiro se manter o funcionamento, cultural, se encerradas todas as atividades na Escola.

Referências

- ALEXANDRINO, J. A. M. O conceito de bem cultural. In: GOMES, C. A.; RAMOS, J. L. B. **Direito da Cultura e do Patrimônio Cultural**. Lisboa: AAFDL, 2011. p. 223-244. Disponível em: <<https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/565-466.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- ARARIPE, F. M. A. **Do patrimônio cultural e seus significados**. Transinformação. Campinas: PUC, 2004. p. 111- 122. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tinf/v16n2/01.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2020.
- BLANK, V. A. Memória e tempo. In: BERND, Zilá; MANGAN, Patrícia Kayser Vargas (Org.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 150-151.
- BRAGA, R. O bem cultural na Amazônia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 33-36, 2009. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252009000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal nº 1, de 05 de outubro de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 abr. 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Análise e avaliação qualitativa das metas e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC) / Ministério da Cultura**. Secretaria da Diversidade Cultural. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2019/01/EBOOK_PNC_28_01_19_final.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- COLOMBO, N. C. T. de J. Bens culturais materiais. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K. V. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 31-32.
- GUEDES, M. T. F.; MAIO, L. M. Bem cultural. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990.



PACHECO, M. R. P. Memória e tempo. In: BERND, Z.; MANGAN, P. K.V. (Org.). **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. Canoas: Unilasalle, 2017. p. 195-197.

PICILONE_. **Realizações do Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul – 1962**. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5dxsx4EmIEk>>. Acesso em: 08 out. 2020.

QUADROS, C. de. Brizoletas: a ação do governo de Leonel Brizola na Educação pública do Rio Grande do Sul (1959-1963). **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jan/jun 2001. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23870>>. Acesso em: 19 aug. 2020.

QUADROS, C. de. **Marcas do tempo: imagens e memórias das brizoletas**. Santa Maria: Unifra, 2005. 120p.

SOARES, A. L. R.; REMPEL, A. H. Alguns conceitos necessários para as ações de Educação Patrimonial. In.: KLAMT, S. C.; SOARES, A. L. R. (Orgs.). **Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, 203 p., p. 77-96.

TIJOLOG. **Brizola - Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul**. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4pYZJcdkj1k>>. Acesso em: 08 out. 2020.

UNIVIU. **Documentário Brizoletas Nenhuma Criança sem Escola**. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vB7w9qTSEGo>>. Acesso em: 08 out. 2020.



DOCENTE E INTERCULTURALIDADE: DIALOGANDO COM A PRODUÇÃO

Masaaki A. Funakura

Universidade La Salle

Introdução

Este presente trabalho faz parte do novo projeto intitulado “Interculturalidade na formação de professores desde América Latina: perspectivas descoloniais” sob supervisão do professor Dr. Gilberto Ferreira da Silva e apoio do CNPQ. Projeto no qual desenvolve pesquisas, direcionado ao fenômeno da diversidade cultural e suas atuações no campo educacional, estreitando as práticas pedagógicas com formação continuada de professores visando também os anseios dos docentes que vivem o dia-a-dia no chão da escola. O objetivo deste trabalho é compreender como vêm se consolidando os estudos no campo da formação continuada de professores no contexto e quais os principais avanços na área. Para dar conta desse propósito a pesquisa lança mão de um levantamento bibliográfico, do tipo estado da arte, em bases de dados disponíveis no formato on-line de pesquisas produzidas nos últimos 10 anos. Toma-se por referência estudos que conjuguem esforços de iniciativas no campo da formação continuada e interculturalidade no contexto brasileiro. Estruturamos a apresentação da discussão, neste texto, a partir de três momentos centrais. O primeiro deles apresenta o tema e discute as concepções de formação continuada de professores e a interculturalidade, demarcado no território nacional brasileiro. No segundo apresenta-se elementos de caráter metodológico que orientaram a construção e execução das buscas e como os dados foram analisados. No terceiro momento apresentam-se os dados. No quarto faz-se uma discussão dos resultados obtidos. Finalmente apresentam-se em formato de síntese os resultados do que o processo permitiu produzir.

Formação continuada de professores e interculturalidade

A formação continuada nos remete a o que acontece com o profissional quando finaliza a sua formação inicial. Os aspectos que giram em torno dos diversos campos que compõem um conjunto de preocupações que atravessam a formação continuada de professores, sejam elas voltadas para a didática, profissional, trabalho docente ou até mesmo a carreira docente, é neste estudo que existe um interesse em lançar um olhar para as estratégias que vem sendo realizadas para dar conta da formação continuada de professores da educação básica, com uma ênfase no ensino fundamental e abrangendo a questão da interculturalidade.

Numa época cheia de incertezas e interesses próprios que hoje nos incomodam, sempre procuramos em uma sociedade em que existam esforços por uma educação e sociedade, especialmente em políticas sociais mais justas e igualitárias, cabendo citar a importância de Catherine Walsh, autora que toma corpo nesta discussão e se torna uma leitura importante e necessária para entender que a compreensão da interculturalidade não é necessariamente ser um indígena ou ser um erudito no mundo latino-americano, basta ser responsável por si mesmo e pelos outros, gerando uma compreensão da realidade e conseqüentemente uma compreensão da realidade política e cultural, e estabelecendo uma forma de convivência diferente.

Aspectos metodológicos do processo de construção da pesquisa

Para iniciar a nossa busca foram determinado um período de cinco anos, entre 2019 a 2014, buscando os descritores “formação continuada”, formação de professores” e interculturalidade” no Banco de dados da Capes,



selecionando “mestrado – dissertação”, ano de publicação na temática Ciências Humanas e área de concentração Ciências Humanas obtendo um total de 15 resultados, por estar muito amplo os nossos resultados, em conversa com o orientador, decidimos cinco pesquisas que vão ao encontro de nossos objetivos, interculturalidade e formação de professores, sendo assim, passando para a fase final que é a interpretação dos dados, analisando os principais aspectos que se destacaram nos dados.

Para embasar a nossa análise de dados recorreremos para as contribuições de Bardin (2011) em Análise de Conteúdo (AC). Sendo uma pesquisa qualitativa e orientada através dos estudos de Bardin (2011). Passando pela etapa da pré-análise dos dados, onde o pesquisador seleciona o material, a segunda etapa é voltada para a exploração do material na busca de uma apropriação do conteúdo e na terceira etapa é a da análise onde os dados pesquisados ganham corpo e ganha sentido quando exposto.

Apresentação dos dados

	Título	Teses ou Dissertações	Ano	Região do Brasil	Instituição de Ensino Superior
1	Educação Intercultural e sensibilidade: Possibilidades para a Docência	Tese	2013	Sul	Universidade Federal de Santa Catarina
2	Formação Continuada de Professores Indígenas e Não Indígenas: Implicações e Possibilidades interculturais em contexto presencial e em redes sociais.	Tese	2015	Centro-Oeste	Universidade Católica Dom Bosco
3	Pratica de la Interculturalidad, descolonización y formación docente: el programa académico cotopaxi del Ecuador	Tese	2016	Sudeste	Universidade Federal de Minas Gerais
4	Formação Continuada de Professores no Brasil: Um estado da Arte (2013 – 2016)	Dissertação	2017	Sudoeste	Universidade Federal do Acre
5	Autonomia do professor formador: formação continuada de professores e prática docente	Dissertação	2019	Nordeste	Universidade Estadual do Ceará

Na primeira pesquisa de Copette (2013), a autora busca aproximar a educação intercultural e o desenvolvimento da sensibilidade em contextos escolares, podendo assim ser uma alternativa viável de acesso aos bens culturais e valorização de saberes. O objeto de pesquisa da autora são 28 professores do Estado de Santa Catarina. Com isso foi possível encontrar seis categorias que emergiram das análises da pesquisa da autora: necessidade do diálogo, respeito e valorização da diversidade (importância da aceitação de diferenças, importância do acolhimento e afeto) unidade da diferença, entajuda e interdependência de todos, relação entre escola, família e comunidade reestruturação cultural das formas de agir, pensar e sentir o mundo. A autora considera que essas categorias são as dimensões que articulam a aprendizagem intercultural em sua relação com a sensibilidade, pois estão interconectadas dentro dos contextos de sujeitos em interação auxiliando no processo de aprendizagem.

Em Santos (2015) ”, tem como proposta a formação continuada oferecida para um grupo de professores que pertencem à comunidade indígena da Escola Indígena General Rondon, localizada na Aldeia Bananal, Distrito de Taunay, a 60 km do Município de Aquidauana/MS e 190 km de Campo Grande, capital do estado de MS, tem como objetivo analisar a formação continuada de professores indígenas e não indígenas na modalidade presencial e em redes sociais evidenciando suas implicações e possibilidades interculturais. As questões que o Santos (2015) alavancou durante a sua pesquisa, vão ao encontro de seus objetivos proposto e sobrou ainda questões que podem ser ponto de partida para outras pesquisas, com uma determinada oralidade pessoal em sua resposta sobre a análise da formação continuada de professores indígenas e não indígenas, a sua percepção foi de que o “nosso

olhar intimidada e discrimina os indígenas muitas vezes não conseguimos perceber que o conhecimento do grupo carrega marcas do saber, do poder e do ser colonial e isso desconstrói nossos pensamentos” (SANTOS, 2015, p. 187), porém foram construindo um diálogo intercultural, prezando os saberes dos professores indígenas Terena e compondo outros modos de pensar, conhecer e compreender empenhando em ambos os lados, a busca pela compreensão do outro.

O estabelecimento dessas relações obtidas através da formação continuada dos professores, foi possível notar uma que as atividades/práticas pedagógicas na aldeia são fortemente carregadas de costumes que não pode se afastar das questões vitais para a comunidade, e que essas questões são a valorização da própria cultura e da certeza de sua continuidade.

Na pesquisa de Rodriguez (2016) a sua construção da pesquisa é voltada a um Programa Acadêmico Cotopaxi (PAC) no Equador, tendo como objetivo compreender as possibilidades, distensão e os paradoxos das práticas da interculturalidade na formação dos professores para a Educação local e educação intercultural bilíngue no Equador como um potencial descolonizador. Ao estudar o Programa Acadêmico de Cotopaxi (PAC), é possível encontrar uma relação entre a educação e a organização indígena e o papel importante que o PAC vem realizando ao encontro da necessidade de formação de docentes como parte do projeto político dos povos indígenas sempre analisando as possibilidades da construção, prática e fortalecimento das relações interculturais e as práticas da descolonização, resistências e alteridades que o papel do PAC realiza. Para a obtenção de um sólido embasamento teórico a autora utiliza autores voltados para as discussões de Interculturalidade/decolonialidade e práticas pedagógicas desde autores vinculados à perspectiva da descolonialidade.

A pesquisa de Monteiro (2017) tem como proposta uma análise das pesquisas sobre a formação continuada no Brasil, nas produções científicas dos principais programas de pós-graduação em Educação de universidades brasileiras, verificando as ênfases das temáticas abordadas, descrição dos referenciais teóricos, identificar as abordagens metodológicas e examinar os resultados. A autora é assertiva ao dizer que existe uma ascendência de procedimentos metodológicos muito bem consolidados no país, existindo a possibilidade de inovação nas pesquisas científicas, que favoreçam, a compreensão do fenômeno educativo de uma forma multifacetada e complexa, com as contribuições das diversas áreas das ciências humanas conectadas à realidade brasileira. (MONTEIRO, 2017). Quando comentado sobre a realidade brasileira não podemos deixar de mencionar que no texto, o autor nos mostra as dificuldades que os professores enfrentam quando colocado em um contexto atual, onde existe “uma proposta de uma “nova” política nacional de formação de professores gestada pelo Ministério da Educação, sem o devido diálogo com as instituições formadoras, ou seja, as entidades representativas dos profissionais da educação.” (MONTEIRO, 2017), sem mencionar também, as más condições de trabalho é um problema há décadas enfrentados no Brasil e isso, conseqüente, reflete na formação inicial e continuada dos professores.

E em Freitas (2019) tem por objetivo a autonomia do professor formador na formação continuada dos anos iniciais, compreendendo os aspectos da prática, e da possibilidade de uma constituição de autonomia do professor mediante as instituições responsáveis pelo processo formativo, no caso a autora, o seu objeto de estudo são os professores e a Secretaria de Educação do município de Fortaleza. Em seus apontamentos dos dados analisados, a autora, relata que em suas entrevistas, os sujeitos, não encontram muitas soluções para a realização de uma formação continuada que aborde as reais necessidades da escola. Alguns professores têm autonomia para falar e acrescentar, porém não encontram em seus pares o apoio necessário para ocorrer essa mudança, “os formadores dos formadores de professores adotam uma postura metodológica tecnicista, sendo um transmissor de conteúdos e parece-nos que não são adeptos ao diálogo e à reflexão na sala de aula, o que dificulta o desenvolvimento da autonomia dos formadores de professores na elaboração de um planejamento.” (FREITAS, 2019. p. 108).

Por isso a autora defende que a autonomia do professor, tem um vínculo com a consciência crítica, pois os formadores discutem com os professores, para “aprender, aperfeiçoar ou transformar, sejam eles relacionados aos



conteúdos, gestão de sala de aula, teorias da educação, temáticas vinculadas às experiências dos alunos e a realidade social na qual estão inseridos” (FREITAS, 2019). E isso só é possível quando há um diálogo entre dos formadores e professores juntamente com os órgãos responsáveis pela elaboração da formação, no caso a rede municipal de educação.

Considerações finais

Nos trabalhos aqui elencados, ainda serão destacados alguns aspectos no âmbito de formação continuada e as práticas relacionadas dos autores e a interculturalidade presente nas pesquisas que abordam este tema. Vale ressaltar que para as autoras Gatti e Barreto (2009) a concepção que prevalece, é a de formação continuada como um processo crítico-reflexivo do saber docente, onde as propostas de formação priorizam um papel político emancipatório e o papel ativo do professor no âmbito da instituição escolar. Para a autora Torres (200) aborda um estudo de forma precisa e crítica no campo educacional sobre a questão da formação de professores, tendo como base os estudos realizados pela UNESCO/OREAL que mostram uma necessidade de repensar as formas convencionais de trabalho na formação docente sobre as velhas e novas certezas na prática de fazer educação. É neste caminho que ainda serão analisados e discutidos os aspectos e os dados obtidos dos artigos apresentado conversando com os estudos de Torres (2000), Gatti e Barretto (2009) e Walsh (2012), para amparar e salientar algumas questões que nos são pertinentes.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. 294 p. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2019/04/Professores-do-Brasil-impasses-e-desafios.pdf>>. Acesso: 13 out. 2020.

TORRES, R. M. Balance y perspectiva de la formacion docente em America Latina. **Ciencia y Sociedad**, v. 25, n. 3, 2000. p. 1-27.

WALSH, C. **Interculturalidad crítica y (de)colonialidad Ensayos desde Albya Yala**. Serie Pensamiento decolonial, Quito-Ecuador, 2012.



OBRAS LITERÁRIAS COMO METODOLOGIA DE ENSINO EM TEMPOS DE CRISE

Monique Valgas Ferreira

Universidade La Salle

Introdução

O presente texto versará sobre a relação entre memória social e escritas de si e propõe a criação de uma metodologia de ensino, aplicada em duas oficinas, baseada no uso de obras literárias. Para isso, são utilizadas duas obras referenciais: *Quarto de despejo - diário de uma favelada*, de autoria de Carolina Maria de Jesus publicada originalmente em 1960 e *Tudo nela brilha e queima*, de Ryane Leão publicada em 2017. Busca-se refletir, especialmente, sobre o uso da literatura como uma fonte para o ensino de História e humanidades em escolas públicas de Ensino Médio da Região Metropolitana de Porto Alegre/RMPA. Ambas as obras são escritas por mulheres, negras, possuem gêneros textuais diferentes, contextos sociais distintos, porém através de suas obras relatam o cotidiano e vivências de mulheres em suas temporalidades trazendo questões como racismo, gênero e violência.

A pandemia causada pelo coronavírus impactou o mundo. Muito além de prejuízos econômicos, não se tem ainda perspectiva de quantas vidas infelizmente serão perdidas enquanto não há vacina ou medicamentos específicos para o vírus. No Brasil e no mundo aulas foram suspensas, continuaram como modo de ensino a distância, ou foram adaptadas sendo utilizadas ferramentas digitais para a conexão dos alunos e professores para a continuidade das aulas. Nesse sentido o produto relato nesse texto se torna profícuo devido a situação do ensino atual. A metodologia que será desenvolvida baseada nas obras literárias terá como forma de ser aplicada online e presencial.

Relação da metodologia de ensino com o marketing cultural

Ao desenvolver um produto para o mestrado profissional, há várias questões que se tornam imprescindíveis. Muitos alunos não possuem interesse em obras literárias, desenvolver um produto que seja atrativo para as escolas, professores e professoras é necessário para que o grupo escolar também se empenhe no desenvolvimento da oficina. Porém é de suma importância que seja atrativo também para os participantes, afinal os alunos e alunas serão os protagonistas das oficinas e seus relatos e produções serão tão relevantes quanto as obras apresentadas aos mesmos. Um dos fatores é analisar a situação da educação brasileira.

A rede pública de ensino é a que mais tem sofrido em meio a pandemia, trocas de ministros da educação, diversas posições do governo em relação aos rumos que a educação deve seguir. A rede particular de ensino conseguiu adaptar-se um pouco mais rápido as tecnologias como ferramenta protagonista das aulas, pois muitas já as utilizavam antes, como por exemplo a rede Unilasalle. Assim compreender o contexto social e econômico do público alvo evidencia caminhos para desenvolver um produto que seja útil para a sociedade.

O marketing cultural é uma ferramenta indispensável na confecção do produto final dentro do mestrado profissional a fim de que se possa definir parâmetros para a pesquisa. As aulas a distância, utilizando ferramentas do Google se tornaram o principal meio de compensar a distanciamento social que se fez necessário. A análise SWOT é fundamental para auxiliar no desenvolvimento, assim como Rojo e Couto explicam o termo:

O método SWOT que tem por significado de suas siglas, traduzindo do inglês para o português, strengths (forças), weaknesses (fraquezas), opportunities (oportunidades) e threats (ameaças); segundo Ghemawat (apud ROJO, 2006) o método SWOT consiste numa análise a partir dos critérios, forças, fraquezas, ameaças e oportunidades; os quais são a própria tradução do termo em inglês SWOT. (2008, p. 74)



Assim foi criada uma tabela que relaciona força, fraqueza, oportunidades e ameaças com a proposta de produto final que é o desenvolvimento de uma metodologia de ensino para as humanidades baseada nas obras *Quarto de despejo - diário de uma favelada* (1960) e *Tudo nela brilha e queima* (2017).

Análise SWOT		
	Fatores Positivos	Fatores Negativos
	Strengths/ Força	Weaknesses/ Fraqueza
Fator interno	Ao se tratar de uma plataforma digital, a maioria dos alunos e alunas sabem utilizar. Devido ao uso frequente das redes sociais e afins	Muitas escolas da rede pública não possuem acesso a computadores ou a rede de internet que suporte todos os alunos. No caso das aulas a distância principalmente os alunos da rede pública não possuem suporte tecnológico em casa.
Fator externo	Oportunities/Oportunidades	Threats/Ameaças
	É uma ferramenta que os alunos poderão interagir e compartilhar suas memórias e vivências. Além de poder ler os relatos dos colegas.	Alguns alunos ao saberem que poderão ser identificados através de seus relatos poderão ficar apreensivos em compartilhar suas histórias.

Fonte: Elaboração da autora.

Os 4ps do marketing são importantes, pois funciona através de questões norteadoras, como por exemplo: qual o público alvo do produto, os custos para a produção, qual formato ele será disponibilizado, divulgação, entre outros. Essas indagações é que irão ajudar a construir um produto final coeso com a problemática de pesquisa.

Os trabalhos analisados sobre os 4Ps são importantes para auxiliar os profissionais interessados em adotar técnicas mercadológicas em unidades de informação. Podem representar o destaque de importantes tópicos para reflexão. Entretanto, além de entender o assunto, os profissionais da informação precisam romper as quatro paredes do local de trabalho, buscando encontrar a fundamentação necessária ao desenvolvimento das atividades de marketing, aprendendo que as unidades de informação devem ser vistas como um “negócio” igual aos demais, embora guardadas suas especificidades. (2000, p. 57)

A tabela a seguir é um reflexo das questões levantadas a partir dos 4ps do marketing juntamente com a proposta metodológica de ensino, com intuito de aprimorar o produto final.

PRODUTO	PREÇO
A criação de uma metodologia de ensino para a disciplina de História e humanidades. Além da confecção de diários eletrônicos utilizando ferramentas do Google, exposição, sarau, entre outros desenvolvidos pelos próprios alunos e alunas participantes das oficinas.	As oficinas e os diários eletrônicos e outras produções serão desenvolvidos em plataformas online gratuitas.
PRAÇA / DISTRIBUIÇÃO	PROMOÇÃO/ COMUNICAÇÃO
A construção desses diários eletrônicos se dará por uma plataforma online, onde os alunos e alunas poderão escrever seus relatos utilizando de celulares ou computadores com acesso à internet.	A promoção do produto se dará por meio dos próprios alunos.

Fonte: Elaboração da autora.

Com o aumento do acesso as tecnologias e o surgimento em larga escala de ferramentas digitais era esperado que chegasse ao âmbito da educação. Porém devido a pandemia muitos professores e profissionais da área da educação ainda estavam preparados o suficiente para realizar as aulas somente a distância.



As experiências propostas pelo poder público, no sentido de capacitar o professor a trabalhar com as tecnologias digitais nos ambientes escolares, são, via de regra, desarticuladas da formação inicial de professores. Nos currículos das licenciaturas, as tecnologias não têm ainda um lugar de destaque. A ênfase no processo de capacitação recai sobre a formação continuada. (2012, p. 51, 52)

A precariedade dos alunos em ter acesso e conhecimento necessário para utilizar tecnologias é uma problemática em grande escala dentro do contexto brasileiro. A oficina desenvolvida de forma online visa minimizar e incentivar os alunos, que mesmo estudando a distância se mantenham incentivados a produzir, ler, questionar. A problemática que permeia a pesquisa é: como é possível problematizar didaticamente obras literárias que relacionam memória social e escritas de si? Dentro do contexto atual, se faz mais do que necessário os registros e escritas de si desses alunos e alunas, afinal nunca dentro da história passamos por uma pandemia desse modo. Além de valorizar e unir mesmo que virtualmente as angustias e anseios, vivências e especificidades de cada indivíduo.

Considerações finais

Elaborar o produto final após compreender sobre marketing cultural é modo de facilitar a pesquisa. Assim é possível se atentar mais aos detalhes e especificidades que o produto final deve ter. Como no caso de uma metodologia de ensino não basta pensar somente no produto, mas é necessário se pensar em como ele irá impactar os participantes das oficinas. Compreender que pessoas comuns também compõem a história e podem ser protagonistas é indispensável, como Angela de Castro Gomes cita:

Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de serem lembradas. (GOMES, 2004, p. 11)

Fazer com que os alunos e alunas sintam que suas vivências são relevantes, para com que experiências que dividirem através dos relatos sirvam de modo que os façam refletir sobre a sociedade no qual estão inseridos.

Referências

- ACCORSSI, A.; CORCINI, E. L. Trauma / memórias traumáticas. IN: BERND, Z.; KAYSER, P. **Dicionário de expressões da memória social, dos bens culturais e da cibercultura**. 2. ed. rev. e ampl. Canoas: Ed. Unilasalle, 2017
- AMARAL, S. A. do. Os 4Ps do composto de marketing na literatura de ciência da informação. **Transinformação**, v. 12, p. 51-60, julho/dezembro, 2000.
- AXT, M. Tecnologia na educação, tecnologia para a educação: um texto em construção. **Informática na educação: teoria & prática**, v. 3, n. 1, setembro, 2000.
- BARRETO, M. C.; MAIA, D. L. Tecnologias digitais na educação: uma análise das políticas públicas brasileiras. **Educação, Formação & Tecnologias**, v. 5, n. 1, 2012, p. 47-61.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018.
- COUTO, E. R. do; ROJO, C. A. Diagnóstico estratégico com utilização integrada das 5 forças de Porter, análises SWOT e BSC em um Atelier de alta costura. **Revista TECAP**, n. 2, v. 2, 2008.



GOMES, A. C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Â. de C. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 7-24.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KARNAL, L. **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

LAGÔA, A. M.; GRINBERG, K.; GRINBERG, L. Oficinas de História. **Projeto curricular de Ciências Sociais e de História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

LEÃO, R. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.



ESCRITAS “DESCONCERTANTES” NA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Zilá Bernd

Universidade La Salle

Objetiva-se apresentar um exemplo na literatura brasileira contemporânea, de romance que Dominique Viart classifica como “desconcertante”. Analisar o romance de Carola Saavedra, *Com armas sonolentas*. Ler, na perspectiva da memória intergeracional, o trabalho da rememoração e do esquecimento realizado não para ir em busca das raízes (árvore genealógica), mas para reencontrar as identidades rizomáticas e crioulizadas que dele decorrem. Mostrar que uma série de jovens escritoras brasileiras, como Carola Saavedra entre outras, fazem sucesso, na virada do século XXI, inaugurando uma revivescência do contemporâneo através de estratégias de desvendamento da invisibilidade e da inaudibilidade de sua ancestralidade. Concluir sobre as estratégias utilizadas pela autora as quais irão caracterizar o romance dito “desconcertante, jogando com novas formas de temporalidade e novas técnicas de narratividade que “desconcertam”, na medida em que “não procuram corresponder às expectativas dos leitores, mas contribuem para deslocá-las” (2008, p. 12).

Ser contemporâneo é ser capaz de se orientar na obscuridade e, a partir daí, ter a coragem de reconhecer e de se implicar no presente com o qual não é possível coincidir (SCHOLLHAMMER, 2009, p. 9).

Introdução teórica

O livro de Johan Faerber, *Après la littérature; écrire le contemporain*, pode nos ajudar a melhor entender o que ele chama de « romances do depois » para evitar o que o ator chama de fadiga do pós (pós-moderno, pós-contemporâneo, etc.). Criticar a fadiga do Pós é algo que outros teóricos já tentaram fazer como Pierre Ouellet em um texto de 2008: *Le monde d'après : mémoire et posthistoire*. Segundo o autor, o *pós* está em “todos os molhos” como, já acontecera com o *neo* (neo-baraoco, etc.).

Ele fala de um tempo depois do tempo ou tempo suplementar que se tornou o tempo de toda enunciação:

ce serait l'après tout la modalité dominante de la fiction contemporaine, qui ne porte seulement sur la fin de l'histoire [...] mais qui emporte avec elle, transporte d'époque en époque l'état de fait et l'état d'âme limites que l'expression après tout désigne en français où elle est synonyme de locutions comme « en définitive », « tout bien considéré » : après tout la terre tourne même si l'histoire semble arrêtée » (2008, p. 341).

Seria o “depois de tudo” a modalidade dominante da ficção contemporânea, que não trata somente do fim da história [...] mas que leva com ela, transporta de época em época o estado de fato e do estado de alma limites que a expressão “après tout”(definitivamente) designa em francês onde ela é sinônimo de locuções como “em definitivo”, “tudo bem considerado” : après tout/definitivamente a terra gira mesmo que a história pareça ter parado. (a tradução é minha)

Onde os dois autores parecem coincidir é no que diz respeito à concepção do contemporâneo que, para eles, não é a do tempo presente ou em sincronia com ele. Uma obra literária pode ser considerada contemporânea mesmo que ela evoque temáticas muito antigas – como é o caso da autora que menciono nessa apresentação – desde que essas temáticas sejam ressignificadas no presente.

Para Faerber (p. 8), a literatura do « depois » « toma o dissenso como paradigma hermenêutico e político, pois a literatura não está aí para reparar os homens vivos ou o mundo ».



Quando falamos de *dissenso*, estamos justamente no *transdisciplinar* e no *transcultural* que inaugura a passagem para o deslocamento das disciplinas, que deixam assim de ter como objetivo o consenso, para vislumbrar o dissenso, deixando lugar para a criação de objetos culturais novos e originais.

Durante muito tempo, no âmbito dos estudos literários, três tipos de abordagem se impuseram:

disciplinar (o estudo de uma disciplina sem a possibilidade de se valer dos saberes de outras disciplinas);

multidisciplinar (quando se convocam diferentes disciplinas para dar conta de um objeto dado sem a preocupação de estabelecer relações entre elas);

interdisciplinar (quando diferentes disciplinas focalizam um objeto, estabelecendo um diálogo que visa chegar a um consenso);

Na perspectiva *transcultural e/ou transdisciplinar*, abandona-se a diferenciação das culturas vistas como entidades estáveis, evacuando as relações binárias redutoras para favorecer o relacional do qual nos falava Édouard Glissant.

Será somente com a perspectiva transcultural que se poderá romper com o pacto (que está presente no inter e multicultural) de tomar a síntese (e o consenso) como horizonte. Ultrapassando os limites da reciprocidade, a perspectiva transcultural vê as culturas como trajetórias coletivas de contornos transculturais e é justamente da dissensão e do dissenso que produtos culturais novos podem ser engendrados.

É somente no plano da transculturalidade que fazemos face ao entrelaçamento das identidades culturais, que se definem e se transformam em ressonância umas com as outras. Dito de outra forma, a concepção da cultura na perspectiva transcultural é « fundamentalmente relacional e performativa » (Benessaieh, 2012, p. 85). A literatura do « Depois » é, se eu compreendi bem Johan Faerber, transdisciplinar par excelência. Escrever na perspectiva transcultural é viver no extremo contemporâneo.

Como exemplo da literatura do « Depois », escolhi o romance que considero « desconcertante », *Com armas sonolentas* (2018), da escritora brasileira Carola Saavedra.

O conceito de romance “desconcertante” de Faerber baseia-se na classificação estabelecida por Dominique Viart (2008, p. 10-15) segundo a qual haveria uma literatura “consentante” (permissiva), proporcionando uma leitura de distração, como o best-seller; uma literatura “concertante” (que se harmoniza), a que deixa ecoar os clichês do momento, e a “déconcertante” (desconcertante/ desarmônica) que se pensa explicitamente ou não como atividade crítica, criando estranhamento, desarmonia.

Com armas sonolentas

Somos a nossa herança, uma herança gravada nas palavras de nossos ancestrais (CAROLA SAAVEDRA, 2018, p. 250).

A escritora brasileira Carola Saavedra²⁴ em seu romance *Com armas sonolentas* (2018) faz emergir as memórias de três gerações de mulheres inspiradas pelos poemas de Sor Juana Inés de la Cruz (1651-1695), centrados no sonho de liberdade. Esta busca da memória ancestral ultrapassa os limites das gerações na obra de Saavedra, isto é, ultrapassa a busca de uma raiz única. Sor Juana Inés de la Cruz – que é, segundo Octavio Paz, a figura feminina mais importante das Américas em sua época - é essa mãe ancestral que se manifesta através de seus poemas disseminados no texto os quais correspondem a uma derivação rizomática no sentido em que – no romance – mais importante do que lembrar os afetos e os abandonos, através de três gerações

24 Nascida no Chile em 1973, sua família se transfere ao Brasil quando ela tem 3 anos de idade.

(a mãe, a filha e a neta), é escutar as vozes das mulheres ancestrais como a avó, cuja voz acompanha a filha em seu exílio no Rio de Janeiro, e como Sor Juana Inés de la Cruz cujos poemas são quase esquecidos, na atualidade, apesar de seu feminismo *avant la lettre* nas Américas. Disseminadas no romance, as ideias de Sor Juana iluminam os impasses das personagens mulheres:

Lo que solo he deseado es estudiar para ignorar menos: que según San Agustín, unas cosas se aprenden para hacer y otras para solo saber (2018, p. 265).

No romance, as três gerações de mulheres se deslocam: a mãe (que não tem nome) é enviada pela família nordestina para ser empregada doméstica no Rio já que a família não tem como alimentar todos os seus filhos. Lá trabalhará em condições similares às da escravidão, vivendo confinada em exíguo quarto de empregada. Estuprada pelo filho dos patrões, engravida e terá uma filha, Anna, criada mais pela patroa do que pela própria mãe.

Quando Anna cresce encontra um diretor de cinema alemão e vai com ele para a Alemanha onde sofre um choque cultural por não saber nem a língua nem os costumes do país. Assim, como a mãe, sente-se abandonada, desamparada, sofrendo com a ausência dos afetos da mãe e dos amigos. Desiludida com sua escolha de emigrar, não aceita sua gravidez e acabará abandonando em um parque a filha recém-nascida em pleno inverno europeu, antes de regressar ao Brasil. Essa criança será adotada por uma família alemã e se chamará Maike.

O que fascina no livro, cuja narrativa não obedece a nenhuma cronologia uma vez que as três gerações assumem as rédeas da enunciação, criando as condições de uma narrativa polifônica, é a reprodução, a cada geração, do que se pode chamar de “poética da ausência”, já que as trajetórias das personagens são marcadas pelo exílio, o abandono e a invisibilidade. Se a primeira geração silencia, a segunda (Anna) assume-se como herdeira, contando sua história em uma peça apresentada em teatro no Rio de Janeiro. Somente a terceira (Maike) terá condições de ser a transmissora, pois decidiu-se por viajar da Alemanha ao Rio com a intenção de aprender português e de encontrar sua mãe biológica.

É usual na chamada « poética da ausência », a representificação de uma pessoa querida já morta²⁵. A mãe, empregada doméstica, ouve os conselhos da avó, já morta, durante os momentos de angústia e solidão entre estranhos em uma cidade que lhe é estranha. O fantasma da avó rememora sua sabedoria oral, sua arte de sobreviver em meio de extrema pobreza e sobretudo seu conhecimento da cultura expressa em *nheengatu*, a língua geral dos tapuias, língua praticamente desaparecida na atualidade e que, segundo a autora, seria nosso ponto de partida, por ter sido a primeira língua que nos mapeou, “antes mesmo de saber quem somos” (2018, p. 213).

O saber oral como ponto de partida do qual fala a narradora é o conhecimento das narrativas anônimas, em língua geral, bem como os versos citados de Sor Juana Inés de la Cruz os quais são apresentados no original em espanhol e em tradução para o português no final do livro. Será unicamente através da redescoberta de mulheres excepcionais e esquecidas como Sor Juana Inés e a avó, que sabe de cor passagens das epopeias ameríndias primordiais, ou seja, mulheres que vão em busca da origem, que as personagens poderão sair de sua invisibilidade, assumindo plenamente sua voz. As vozes que habitam a avó devem ser transmitidas e é por essa razão que ela se representifica diante da filha que nunca encontrou seu lugar na cidade grande, afastada de sua terra natal.

A transmissão destas vozes permitirá à descendência da avó de ressignificá-las na diversidade do presente para que tudo possa recomeçar. Cada uma das três personagens – mãe, filha e neta – fazem suas experiências de exílio e abandono, aprendendo “o quanto custa renegar o país natal” (2018, p. 174). A partilha dos conhecimentos primordiais pode inaugurar a relação com o outro na diversidade.

Constatamos, no livro de Saavedra, a importância do pensamento de rizoma que está na base do que Édouard Glissant chama de *Poétique de la Relation*, segundo a qual « toute identité s’étend dans un rapport à l’Autre »

25 Ver F. Catroga, A representificação do ausente. IN: *Memória, História, Historiografia*. FGV, 2015, p. 53-86.

(1990, p. 23). A narradora tenta mostrar, no romance *Com armas sonolentas* – que é aliás um verso do poema « Primero sueño » de Sor Juana Inés de la Cruz - que a identidade das mulheres de três gerações não vem de uma raiz genealógica única; será somente colocando em relação as afiliações memoriais e suas ressignificações no presente que as personagens se percebem enquanto mulheres de seu tempo. Lembremos que uma possível significação do título (armas sonolentas) corresponde às « armas » de que dispõem as mulheres que não são as da força física nem as da racionalidade, mas as da intuição sensível de que já falava Maurice Halbwachs, associada à importância da memória individual e coletiva.

Concluimos, assim, que esse romance de Carola Saavedra pode ser lido no âmbito do que o historiador português Fernando Catroga chama de *poética da ausência* a qual pode ser definida como um modo de tornar presente o que não existe mais. É uma literatura que nos convida a revisitar o presente como se nunca aí estivéssemos estado, parafraseando a famosa fórmula de Giorgio Agamben para definir a contemporaneidade. Realizar, através da rememoração, o inventário das perdas e ausências transforma as personagens: a narrativa de sua invisibilidade as deixa disponíveis para realizar seus sonhos.

Conclusões

E engana-se e priva-se do melhor quem se limitar a fazer o inventário dos achados e não for capaz de assinalar, no terreno do presente, o lugar exato em que guarda as coisas do passado (BENJAMIN, 2004, p. 2019-2020).

Depois da leitura do recente livro de Carola Saavedra, importa salientar alguns aspectos que nos permitem considerá-lo como obra que se encaixa na concepção de Extremo contemporâneo, por:

a) retrazar a *memória intergeracional*, não na perspectiva de encontrar uma raiz única (árvore genealógica), mas na busca das identidades rizomáticas e crioulizadas. Esse romance, chamado por Dominique Viart de romance de filiação ou parental, interroga a ancestralidade da narradora e procura encontrar na memória genealógica e até mesmo geracional, as respostas às questões fundamentais da existência dos personagens. Tal busca, no caso da obra em análise, ultrapassa as três gerações para ir além, em busca de subsídios memoriais na palavra poética fundadora do feminismo nas Américas, a de Sor Juana Inés de la Cruz. *Com armas sonolentas* corresponde ao esforço de realizar o trabalho de transmissão desta memória ancestral que servirá de âncora para a reconstrução identitária de seus personagens. A obra corresponde a uma narrativa da perda e da ausência; a narradora problemática leva bastante tempo para se tornar a legítima herdeira do legado memorial da avó para poder, enfim, realizar a tarefa essencial da memória que é a transmissão. A obra corresponde, portanto, a uma necessidade de realizar a transmissão geradora de sentido da qual falava Ricoeur (1985).

b) recusar-se a corresponder às expectativas do leitor; contribui, ao contrário, a deslocá-las. Segundo Viart, as obras desconcertantes “escapam às significações pré-concebidas, ao *prêt-à-penser* cultural” (2008, p. 13). O romance de Carola Saavedra apresenta caráter inovador tanto do ponto de vista da forma quanto do ponto de vista dos procedimentos de desconstrução de estereótipo. Sua obra trabalha no sentido de engendrar a *revivescência do passado*, através de estratégias de *desvendamento da invisibilidade e da inaudibilidade* de sua ancestralidade. Penetrar na intimidade de suas antepassadas assim como na parte sombria de suas narrativas, permitirá á narradora compreender “que nós somos a nossa herança, uma herança gravada nas palavras de nossos ancestrais” (SAAVEDRA, 2018, p. 250).

c) apoiar-se no *inventário das ausências*, jogando com novas formas de temporalidade. O Cronos devorador não dá conta das sutilzas dos encontros com o espectro da avó. A narradora passa assim a utilizar outras



temporalidades além da cronológica como o Kairós, que é o tempo do acontecimento, e Aion, tempo da perenidade.

d) Construir-se *na perspectiva transcultural* onde o passado é não apenas revisitado pelas personagens como é reresentificado no presente: o retorno ao tempo presente da avó corresponde á encenação da poética da ausência que pode ser definida como um modo de tornar presente o que não existe mais (cf VENTURINI, 2017, p. 137). A memória é trabalhada como processo transcultural que leva a uma recontextualização de perspectivas. Como afirma Patrick Imbert, o transcultural visa “a recomposição do mundo no reconhecimento das exclusões cometidas pela dominação dos mitos das origens como dos mitos do progresso” (IMBERT, 2015, p. 4). Na perspectiva transcultural, o autor não é obrigado a buscar a síntese ou o consenso entre a proposição A e a proposição B, podendo buscar uma terceira via com a criação de propostas literárias novas.

O exemplo que acabamos de analisar, comprova que Michel Chaillou (apud Dominique Viart, 2008, p. 20) tinha razão quando afirmou: « L'extrême contemporain c'est mettre tous les siècles ensemble » (O extremo contemporâneo é colocar todos os séculos juntos.) É o que Saavedra fez em seu romance *desconcertante*: o deslocamento das expectativas da maioria do leitorado. Seu romance deixa de reproduzir velhas receitas literárias, passando a exercer uma atividade crítica que desloca as significações pré-concebidas, convidando os leitores a reavaliar seus conceitos e sua consciência de estar-no-mundo. Trata-se de uma literatura que nos convida a visitar o presente como se aí nunca estivéssemos estado... segundo a fórmula de Giorgio Agamben. Realizar, através da rememoração, o inventário das perdas e das ausências, ressitando-as no “terreno do presente”, irá transformar as personagens. Retomar o fio da narrativa de sua invisibilidade as libera para realizar seus sonhos.

Referências

- BENESSAIEH, A. **Transcultural Americas/Amériques transculturelles**. Ottawa : Presses de l'Université d'Ottawa, 2010.
- BENESSAIEH, A. “Après Bouchard-Taylor : multiculturalisme, interculturelisme et transculturalisme au Québec” In : B. Fontille, B.; Imbert, P. (Orgs.) **Trans, multi, interculturelité/trans, multi, interdisciplinarité**. Québec: Presses de l'Université Laval, 2012, p. 81-98.
- BENJAMIN, W. **Imagens do pensamento**. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.
- BERND, Z. **La persistance de la mémoire**; les romans de l'antériorité et leurs modes de transmission intergénérationnelle. Paris: Société des écrivains, 2018. (Prefácio de Robert Dion).
- BERND, Z.; SOARES, T. R. Inventariando ausências: literaturas brasileira e quebequense em perspectiva comparada. **Revista Interfaces Brasil-Canadá**, v. 19, n. 3, p. 85-103, dez. 2019. <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/17695>>.
- CATROGA, F. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182.
- CATROGA, F. A presentificação do ausente. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2015. p. 53-86.
- GLISSANT, É. **La poétique de la relation**. Paris: Seuil, 1990.
- HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: Albin Michel, 1997.



IMBERT, P. Comparer le Canada et le Brésil : de l'exclusion au transculturel. IN : IMBERT, P.; BERND, Z. (Orgs.) **Envisager les rencontres transculturelles Brésil-Canada**. Québec : PUL, 2015. Coleção Americana.

FAERBER, J. **Après la littérature; écrire le contemporain**. Paris: PUF, 2018.

OUELLET, P. **Le monde d'après : mémoire et post histoire**. Chaire de recherche du Canada en esthétique et poétique. Montréal : UQAM, 2008.

OUELLET, P. Après tout. **Hors-temps; poétique de la posthistoire**. Montréal : VLB, 2008.

OUELLET, P. Le temps restant; résistance de l'histoire et persistance de la mémoire. Traduzido para o português por Z. Bernd e publicado In: BERND, Z.; GRAEBIN, C. M. G., (Orgs). **Patrimônio e memória: narratividade, rememoração, reminiscência**. Canoas: Editora UniLaSalle, 2019. V. 11. Série Memória e patrimônio.

RICOEUR, P. **Temps et récits III**. Paris : Seuil, 1985.

SAAVEDRA, C. **Com armas sonolentas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

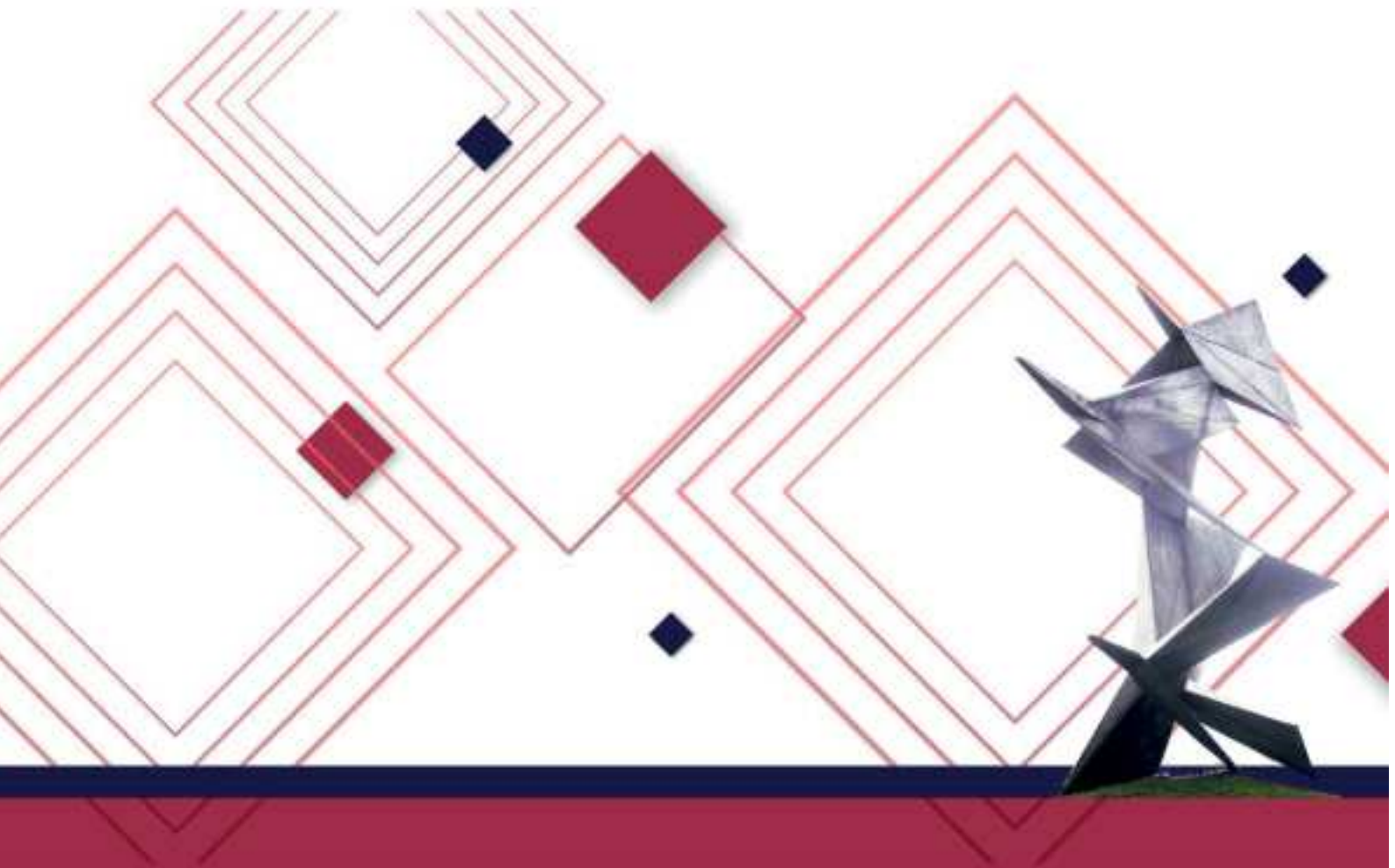
SCHOLLHAMMER, K. E. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

VENTURINI M. C. História e memória em (dis)curso: Fernando Catroga e a poética da ausência. **Interfaces**, v. 8, ed. Especial, 2017, p. 127-145.

VIART, D.; VERCIER, B. **La littérature française au présent**. 2. ed. Paris: Bordas, 2008.



GT 6



ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERATIVA DE CATADORES DE LAJEADO*Janaína da Rocha Snel***Ministério da Economia (Governo Federal)***Flávio Régio Brambilla***Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)****Introdução**

A Economia Solidária surge no século XX, com uma ideia de igualdade, cooperação e solidariedade como alternativa para o desemprego, exclusão social e miséria. Com isso, deseja-se verificar os empreendimentos que integram a Economia Solidária, dentro do qual se insere o cooperativismo, a influência das cooperativas de catadores de materiais recicláveis que se estruturam sobre os princípios de igualdade, dignidade, ajuda mútua, solidariedade e autogestão participativa. Alcântara et al. (2020) diferencia a economia solidária da economia tradicional pela mudança do foco da acumulação de capital para noção de geração de capital comunitário. Martin et al. (2019) complementam com a noção do cooperativismo, que representa uma ação de cidadania, democracia e autonomia e liberdade, onde existe a participação centrada no grupo.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é compreender os fatores (econômicos, sociais, jurídicos) envolvidos na criação de empresas cooperadas do Rio Grande do Sul no contexto da economia solidária. O estudo se propõe a responder: Quais os aspectos existentes na criação de empresas cooperadas, organizadas por trabalhadores, no contexto da economia solidária?

Cooperativismo e Economia Solidária

O cooperativismo surge durante a Revolução Industrial, na Inglaterra, e com o passar do tempo ganha espaço. As cooperativas têm como finalidade a prestação de serviços aos associados, sem que tenham finalidade de lucro, voltada ao atendimento de seus associados. Essas organizações não têm discriminação social, de gênero, raça, política ou religião. Sociedades simples, regidas por legislação específica. Trabalham pelo desenvolvimento sustentável das comunidades.

Devido à contribuição das cooperativas para o desenvolvimento social, econômico e sustentável é fundamental buscar compreender o cooperativismo baseado na Economia Solidária, considerando fatores históricos e jurídicos. Para que assim, se compreenda a criação e existência desse sistema que privilegia uma camada da sociedade que através das cooperativas buscam uma alternativa para sustentar suas famílias.

A Economia Solidária é um assunto de interesse, tanto na sua prática quanto na academia. Alcântara et al. (2020) estudaram esta temática vinculada com o cooperativismo, e assim como neste artigo, teve como *locus* uma cooperativa de reciclagem no interior de São Paulo. Como resultado, os autores identificaram esta estrutura e sua aproximação com governo e sociedade como a melhor alternativa para a geração de valor para todos os envolvidos. Em mesmo escopo, Borges, Scholz e Cargnin (2015) conduziram estudo na região metropolitana de Porto Alegre, RS, em outra cooperativa de catadores, demonstrando a pertinência do tema. Mediante a noção da estratégia-como-prática identificaram os resultados favoráveis do trabalho cooperativo.

Acerca da capacidade advinda da economia solidária, Cezar e Fantinel (2018) identificaram que esta forma de cooperação no trabalho proporciona não somente a gestão compartilhada, mas também uma modalidade que



valoriza o ser humano. Conti e Antunes (2020) aplicaram este conceito ao turismo de base comunitária, expandindo as possibilidades de aplicabilidade. Entende-se, portanto, que em linhas gerais, e com base nos estudos supracitados, que a economia solidária representa iniciativa de inovação social (DANTAS, OLIVEIRA, CORREIA, 2018). Salientam Gonçalves e Dutra (2016), com base em estudo feito com cooperativa de catadores que a confiança é um elemento constitutivo fundamental neste tipo de iniciativa social.

Cooperativismo: Origem e Contextualização

Durante a Revolução Industrial na Inglaterra, a mão de obra com baixos salários e longa jornada de trabalho perdeu o poder de troca. Segundo Hobsbawn (1987, p.208), “em Londres, de maneira geral, os pobres não podiam escolher onde morar, sendo obrigados a acomodar-se às circunstâncias nas quais foram colocadas pelo seu emprego”. Nesse cenário de dificuldades declarou-se a revolta dos trabalhadores contra as condições de vida e de trabalho impostas pela burguesia, através de movimentos sociais, que influenciaram no Cooperativismo.

De acordo com Santos (1998), o movimento cooperativista no Brasil iniciou no ano de 1847 quando o francês Jean Maurice Faivre fundou com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Teresa Cristina, organizada em bases cooperativas. No ano de 1902, surgiram cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul e a partir de 1906, nasceram cooperativas no meio rural, arquitetadas por produtores agropecuários. Os imigrantes, na maioria alemã e italiana, trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas.

Em 1971 houve a promulgação da Lei 5.764, em 16 de dezembro de 1971, tendo como objetivo a unificação do sistema em torno da representação única pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a substituição de toda a legislação anterior a respeito do Cooperativismo, dando início à autogestão (BRASIL, 1971). Em 1998 nasceu o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), pela Medida Provisória nº 1.715, de 3 de setembro de 1998 e suas reedições, regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. Tem como objetivos principais: organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares, e o monitoramento, a supervisão, a auditoria e o controle das cooperativas em todo o território nacional (SESCOOP/RS, 2020).

Economia Solidária no Contexto do Cooperativismo

No estudo de Hansen et al. (2019) é conduzida uma investigação que agrega economia solidária e cooperativismo, demonstrando a aderência conceitual e operacional. Assim como no presente trabalho, o estudo foi conduzido em uma associação de catadores de material reciclável. Identificou-se que esta vinculação promove não apenas a inovação, mas o empreendedorismo.

Lopes, Rigo e Silva Júnior (2018) estudaram a noção de utilidade social em uma rede de economia solidária no nordeste do Brasil. Essa noção de utilidade pode ser expandida através da análise do trabalho de Machado et al. (2019) que traz o conceito de empreendedorismo social, onde esta ação proporciona inclusão social, por intermédio de uma cooperativa de reciclagem. Assim como em outros estudos do tema, foram identificados benefícios sociais, econômicos e ambientais, quais não somente favorecem os cooperados, mas a comunidade como um todo.

Em mesma orientação de estudos, Martin et al. (2019) fazem uma verificação da relação entre o cooperativismo e a participação, contemplando tanto a gestão social, quanto a estratégia adotada. Diferente de outros estudos, os resultados obtidos demonstram alguns problemas gerenciais da falta de formação, bem como a existência de alguns comportamentos individuais como forma de participação, ofuscando a noção de participação coletiva. Ao contrário



disso, Pirotti, Bitencourt e Wegner (2017) apresentam um caso com resultados positivos (o que demonstra as diferentes possibilidades de resultados), considerando igualmente uma cooperativa de caráter de economia solidária, onde noções como aprendizagem, legitimidade e ganhos coletivos financeiros e sociais emergem como resultado das boas práticas obtidas mediante ambientes de colaboração.

Por fim, Souza, Sauer e Benini (2019) fazem um estudo centrado na institucionalização da economia solidária em empreendimentos solidários, o que é diretamente relacionado com as organizações cooperativas deste tipo. Em sua grande maioria, estas iniciativas são de caráter coletivo, e como objetivo essencial se busca alternativas para a redução do desemprego, bem como proporcionar para as pessoas condições de dignidade e inclusão social.

Cooperativas de Catadores de Lajeado RS

O município de Lajeado/RS produz diariamente cerca de 80 toneladas de resíduos, dos quais 5% é reciclado. Como estímulo para coleta seletiva, a prefeitura Municipal de Lajeado tem programação especial para abranger todos os bairros, estimulando a sociedade a fazer separação, sendo também uma forma de inclusão social para os catadores.

O controle de cooperativas é feito pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), onde há o cadastro de duas cooperativas de catadores: Cooperativa Sepé Tiaraju e Cooperativa Tupi Guarani. Este artigo foi conduzido no formato de Estudo de Caso Único, onde foi estudada a Cooperativa Sepé Tiaraju, uma das organizações cadastradas na SEMA.

Existe preocupação da gestão municipal em auxiliar as cooperativas. Para isso, o município organiza as coletas seletivas determinando os bairros divididos pelos dias da semana. Devido à distância entre a sede das cooperativas e o centro da cidade, o município cedeu um galpão mais próximo ao centro para facilitar o transporte dos materiais recicláveis.

Método

O presente estudo surgiu com a ideia de compreender o cooperativismo no contexto da Economia Solidária, com base em informações jurídicas, econômicas e sociais. Neste sentido, optou-se pelo desenvolvimento de um Estudo de Caso, tendo como orientação os preceitos propostos por Yin (2010) para a coleta e análise dos dados. A metodologia utilizada para atingir os objetivos propostos abrangeu, inicialmente, pesquisa bibliográfica e de legislação pertinente. Apesar das contribuições destas análises, nem todos estes elementos foram adicionados ao texto.

Os dados qualitativos primários foram coletados mediante informações da Cooperativa Sepé Tiaraju de Lajeado, com base em entrevista semiestruturada com o representante da cooperativa. A entrevista continha questões no sentido de compreender como surgiu a cooperativa, quantas pessoas estão envolvidas, a importância da cooperativa para a vida dos catadores, a importância para a sociedade, o recebimento de auxílios, verificação da compreensão sobre cooperativismo como parte da Economia Solidária e, qual a visão de futuro do seu gestor. A coleta de dados envolveu a entrevista com o gestor, análise de dados secundários e observação não participante.

Como técnica para a análise dos dados coletados foi feita triangulação de dados, conforme orientação de Yin (2010) onde, com base na teoria, foi elaborado roteiro para entrevista. Esta elaboração teórica posteriormente foi utilizada como parâmetro na análise das relações entre entrevista com o gestor, documentos e a legislação analisada e, observação.

Análise dos Resultados

O cooperativismo é um movimento socioeconômico que tem conquistado seu espaço, baseado em participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É uma forma de produção solidária por permitir aos trabalhadores associados gerarem renda e reinvestirem parte dela em benefício do grupo. Nas cooperativas inexistente a relação de emprego, e nem vínculo entre ela e seus associados. O fato de trabalharem de forma coletiva representa uma vantagem em relação a empreendimentos individuais.

As cooperativas de Catadores de materiais recicláveis surgiram com o objetivo de geração de renda e emprego, inclusão social e orientação ambiental. Decisões nestes ambientes são tomadas de modo democrático, onde vendas e resultados são do domínio de todos. Não há liderança única da qual dependam as decisões, e os associados representam o empreendimento como donos.

Observou-se durante a pesquisa que o estado do Rio Grande do Sul tem destaque na história do cooperativismo. Houve necessidade, para obtenção de entendimento do funcionamento social, da busca por informações, com base em uma das cooperativas do município de Lajeado/RS.

Através do contato com as Cooperativas Sepé Tiaraju e Tupi Guarani foi identificado que são formadas pelos mesmos associados e possuem mesmo endereço, sendo que os associados ao se identificarem, respondem pela Cooperativa Sepé Tiaraju. Por meio de entrevista, o responsável da Cooperativa Sepé Tiaraju destacou que a confusão com os nomes existe pelo motivo de antes serem uma associação. No entanto, para estarem aptos a receber incentivos governamentais, deixaram de ser Associação Sepé Tiaraju e constituíram a Cooperativa Sepé Tiaraju.

A cooperativa Sepé Tiaraju tem aproximadamente 25 associados, que são responsáveis pela coleta seletiva do município de Lajeado, abrangendo todos os bairros, com escala em diferentes dias da semana. A cooperativa foi constituída pela necessidade de renda e têm a consciência de sua importância para a cidade e para o meio ambiente.

Os cooperados promovem seu próprio trabalho de forma organizada e democrática, organizam-se de forma coletiva como forma de desenvolvimento onde se aglutinam em diversas forças para um objetivo comum. Segundo o responsável pela cooperativa, para os catadores a união através da Cooperativa torna-se um grupo de trabalhadores que buscam por melhoria em suas vidas. Acreditam que adquiriram olhares diferentes da sociedade, e se sentem responsáveis em cuidar da cidade e do meio ambiente. Entendem a cooperativa pertencendo aos catadores, não é particular, e há divisão dos lucros. Participam de reuniões da Economia Solidária e sabem que cooperativismo é parte desta noção. Apresentam como sonho a união de todos os catadores do município para obterem uma usina, diminuindo progressivamente o uso dos aterros sanitários.

Considerações Finais

Objetivou-se neste trabalho compreender o Cooperativismo e a sua relação com a Economia Solidária em diversos sentidos. Para tanto, foi necessário buscar por um caso real para análise.

Os dados analisados apontam que no Rio Grande do Sul, desde 1930, houve crescimento significativo nos Empreendimentos Econômico-Solidários, sendo o Estado um dos pioneiros no país. Observa-se que a criação das empresas cooperadas emerge das crises sociais, pois o mercado não absorve toda a demanda de profissionais. Evidencia-se com o trabalho que apesar do estímulo jurídico, há discrepâncias principalmente no âmbito trabalhista. Este tipo de arranjo de trabalho permite que pessoas menos favorecidas consigam espaço laboral, adequando assim suas atividades profissionais com as suas necessidades e condições de vida.

O estudo apresentou uma visão geral sobre Cooperativismo relacionado com a Economia Solidária,



demonstrando a influência e o surgimento de ambos. Dentre as diversas alternativas do Cooperativismo, destacamos os Catadores de Materiais Recicláveis com evidências advindas do Município de Lajeado, RS, onde existem duas cooperativas de Catadores registradas.

Sugere-se um melhor acompanhamento referente ao cadastramento das cooperativas, para que os projetos de apoio sejam adequadamente distribuídos. É preciso profissionalizar a gestão dos dados. Como sugestão, é preciso responsabilizar os municípios pela organização dos arranjos de trabalho. Há necessidade de capacitação dos cooperados, assessoria técnica e financeira, além de assessoria para geração e gestão da renda, para colaborar com o desenvolvimento local.

Referências

ALCANTARA, L. C. S.; SILVA, A. G.; COSTA JUNIOR, J. M.; PEREIRA, A. G.; VICENTINI-POLETTE, C. M. Economia Solidária: Estrutura de Atuação e Conhecimento da Cooperativa de Recicladores 'Araras Limpa' de Araras/SP. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 51, p. 355-368, 2020.

BORGES, M. L.; SCHOLZ, R. H.; CARGNIN, T. D. M. Estratégia como prática na economia solidária: resultados e ações de catadores de uma cooperativa. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 108-142, 2015.

BRASIL. **Lei 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm>. Acesso em: 28 jul. 2020.

CEZAR, L. C.; FANTINEL, L. D. Entre um Bom Papo e um Café se Vende o Artesanato: Representações Sociais em um Centro de Comercialização da Economia Solidária. **Brazilian Business Review**, v. 15, n. 5, p. 475-493, 2018.

CONTI, B. R.; ANTUNES, D. C. Turismo e Economia Solidária: Uma Aproximação Relutante. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 1, p. 106-128, 2020.

DANTAS, C.; OLIVEIRA, V. M.; CORREIA, S. N. Inovação Social como Promotor de Empreendimentos de Economia Solidária: Uma Proposição Teórica. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 7, n. 1, p. 53-72, 2018.

GONÇALVES, D. M.; DUTRA, I. S. The Influence of Trust in the Constitution of a Brazilian Cooperative of Selective Waste Pickers. **Revista de Administração FACES Journal**, v. 15, n. 1, p. 25-43, 2016.

HANSEN, K.; MACIENTE, C.; ANDRADE, D. M.; LIMA, J. B. Inovação e Ação Empreendedora em uma Associação de Catadores de Material Reciclável Localizada no Sul de Minas Gerais. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 20, n. 1, p. 660-676, 2019.

HOBBSAWN, E. J. **Mundos do Trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

LOPES, L. M. S.; RIGO, A. S.; SILVA Jr., J. T. Utilidade Social na Percepção dos Usuários de Organizações da Sociedade Civil: Primeiras Análises a Partir de uma Rede de Economia Solidária na Bahia-Brasil. **Revista Alcance**, v. 25, n. 1, p. 38-60, 2018.

MACHADO, R. E.; RAFAEL, D. H.; CABRAL, S. M.; FIGUEIRÓ, P. S. O Empreendedorismo Social como Oportunidade de Inclusão Social: O Caso de uma Cooperativa de Reciclagem. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 1-18, 2019.

MARTIN, D. G.; CASTRO, S. O. C.; MENDES, W. A.; ARAÚJO, J. M. Cooperativismo e Participação: Dicotomia entre Gestão Social e Estratégica. **Desafio Online**, v. 7, n. 3, p. 417-434, 2019.

PIROTTI, T. M. C.; BITENCOURT, C. C.; WEGNER, D. “Sozinhos não Vamos Vencer”: Práticas Colaborativas e Ganhos Coletivos em uma Rede de Empreendimentos da Economia Solidária Brazil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 3, p. 37-55, 2017.

SANTOS, A. C. L. Cooperativismo: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

SESCOOP/RS: **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.sescoopr.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SOUZA, A. L. A.; SAUER, L.; BENINI, E. G. O Processo de Institucionalização da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul. **Desafio Online**, v. 7, n. 1, p. 142-178, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



LÓGICA DOMINANTE DO SERVIÇO, COCRIAÇÃO E GERAÇÃO DE VALOR

Flávio Régio Brambilla

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Introdução

A Lógica Dominante do Serviço (LDS), originalmente proposta em Vargo e Lusch (2004), promoveu mudanças significativas em parte do entendimento da área de Marketing. A ideia de que tudo resulta em serviço, e que os bens são o mecanismo na distribuição do serviço mudou o entendimento da área. Neste cenário é assumido que somente a proposição de valor é viável, e que não é a empresa, mas o beneficiário (consumidor) que determina o que é valor.

Nesta perspectiva, a cocriação, que busca a interação entre ao menos empresa e cliente, ou provedor e beneficiário do serviço, proporciona a obtenção de resultados com maior intensidade de valor. Além da alteração na forma de geração, o próprio valor foi modificado quanto ao que efetivamente é significativo, passando de uma orientação de posse para uma noção de uso. Assim sendo, o valor deve ser entendido para além da transação (troca), para sua utilidade em diversas e complexas dimensões de valor (valor de uso em contexto social). Com base nestes preceitos, o objetivo deste artigo é o desenvolvimento de um ensaio teórico fazendo a conexão entre as noções da LDS, cocriação e da geração de valor. Através da caracterização destes conceitos, de forma sistemática, é possível deixar evidente como o fenômeno da LDS se desenvolve.

O conceito da Lógica Dominante do Serviço

A Lógica Dominante do Serviço (LDS) é discutida em uma série de estudos contemporâneos de marketing. Por isso, não pode ser caracterizada como nova, mas sim como uma temática crescente nas discussões de marketing (LUSCH, VARGO, 2006b). O serviço passa a ser ‘tudo’, seja oriundo de produto (bens como mecanismos que distribuem serviço) ou diretamente na forma de serviço, que os autores definem como benefícios que uma a parte promove para a outra (VARGO, MORGAN, 2005). O valor é resultado do serviço adequadamente desenvolvido.

Vargo, Lusch e Morgan (2006) definem serviço como algo que é feito para e, em conjunto, com a outra parte em um relacionamento de troca. A definição no singular de SERVIÇO é proposta em Lusch e Vargo (2006a), e aprimorada posteriormente em Vargo e Lusch (2008), porque serviço indica que algo é feito para outrem, enquanto o plural ‘serviços’ indica uma noção de unidades de saída, mais próximo de uma lógica de produto. Serviço e produto não são elementos concorrentes, mas coexistentes, onde há uma visão integrativa (TROCCOLI, 2009).

Vargo e Lusch (2004) salientam a importância desta visão, na qual a customização é uma atividade cocriada, onde o papel do consumidor é imperativo. Bolton (2006) entende que esta postura é estratégica, e Webster Jr. (2006) reconhece que é uma discussão importante para a área, onde as visões tradicionais de marketing são rompidas, e uma nova visão integrativa toma forma. Lusch e Vargo (2006b) classificam a LDS como uma orientação integrativa de marketing. Entretanto, não é possível ainda caracterizar a LDS como uma teoria (VARGO, 2007a).

A LDS é orientada por onze premissas fundacionais, quais foram desenvolvidas em evolução através dos artigos de Vargo e Lusch (2004), Lusch e Vargo (2006a), Vargo e Lusch (2008) e, Vargo e Lusch (2016), onde foram revisadas as conceituações anteriores e neste último artigo proposta uma décima primeira premissa. O entendimento adequado da LDS e de suas premissas “implica que marketing é uma série contínua de processos sociais e econômicos” (VARGO, LUSCH, 2004, p.5). Na lógica do serviço, o entendimento de produto passa a ser orientado pela visão e uso do cliente (VARGO, 2007b).

Embora sejam mencionadas as onze premissas, o presente estudo foca em apenas uma delas. Trata-se da Premissa Fundacional n.6, onde é proposto que “o valor é cocriado por múltiplos atores, incluindo sempre o beneficiário” (VARGO, LUSCH, 2016, p.8).

Cocriação e Coprodução: conceito e características

Os termos cocriação e coprodução de valor são sinônimos, quando genericamente tratados como formas de interação com o consumidor. Estão contemplados, segundo Troccoli (2009), por uma rede de relações de caráter social e de mercado, que impactam nas decisões de consumo. É importante destacar que cocriação é termo mais amplo, e toda a coprodução é uma cocriação, mas existem formas de cocriação diferenciadas da coprodução. A coprodução envolve a geração de ‘unidade de saída’, na lógica do produto. Ambas representam o diálogo e a interação entre empresa e cliente (PAYNE, et al., 2009), e configuram alternativas para que os consumidores permaneçam mais próximos da organização e em contato com ela (AUH, et al., 2007).

Bendapudi e Leone (2003) manifestam que é perceptível o encorajamento do cliente para que assuma postura ativa no desenvolvimento do serviço, o que serve para aumentar a percepção de valor na perspectiva do consumidor, que é o beneficiário (AUH, et al., 2007). Como apresentado por Lusch e Vargo (2006a), na coprodução há uma maior aproximação com a lógica de produto, porque o processo implica em fazer algo, gerando unidade de saída. Na LDS, os consumidores são vistos como cocriadores de valor (fazer-com), um ajuste apontado em Vargo e Lusch (2008).

Cocriação de valor, como termo mais abrangente, incorpora dois elementos, que são a própria cocriação de valor (centrada na relação interativa entre empresa e consumidor, onde o produto é mecanismo para prover serviço), e a coprodução (onde existem investimentos compartilhados, *design* conjunto e produção compartilhada de bens). Pode ocorrer do consumidor com a empresa ou entre as empresas em uma rede de valor (LUSCH; VARGO, 2006a).

Um dos elementos mais importantes da cocriação está relacionado com a qualidade da interação. O sentido é que as relações com os clientes sejam para eles únicas (PRAHALAD, RAMASWAMY, 2004), o que resulta em experiências de maior valor. Ramírez (1999) destaca que os elementos centrais da relação permeiam interdependência e cooperação.

Há engajamento dos consumidores na cocriação de valor, o que se aplica tanto ao serviço tradicional quanto ao autosserviço (DONG, EVANS, ZOU, 2008). Bendapudi e Leone (2003) abordam o autosserviço, bem como o viés que pode ocorrer na sua realização (se tudo correr bem, o mérito é do cliente; se algo der errado, a culpa é da empresa), e destacam que para a cocriação ocorrer adequadamente é importante proporcionar ao consumidor a escolha, o poder de decidir livremente pelo desejo de cocriar.

Prahalad e Ramaswamy (2004) apresentam a cocriação de valor no formato de blocos de interação (Modelo DART), contemplando: Diálogo, Acesso, Risco/benefícios e, a Transparência. Diálogo é um elemento interativo inerente a cocriação de valor, afirma Ramírez (1999), e para Prahalad e Ramaswamy (2004) implica interagir, engajar, e na iniciativa de ação tanto da empresa quanto do consumidor. A partir do diálogo os demais elementos propostos se tornam claros, já que ocorre abertura de comunicação e interação superior ao normal do mercado.

Lusch, Vargo e O’Brien (2007) dizem que cocriação de valor se baseia no comprometimento incidental sobre processos colaborativos junto ao consumidor. Marketing, justamente, se propõe como área destinada à criação de valor (TROCCOLI, 2009). Como bem destaca Ramírez (1999), não se adiciona valor, ele é (co)criado. Vargo e Lusch (2004) complementam lembrando que a cocriação ocorre junto ao consumidor. Prahalad e Ramaswamy (2003), no mesmo sentido, destacam que esta relação de cocriação junto ao consumidor ocorre em cada relação específica.

Apontam Payne, Storbacka e Frow (2008) que a cocriação de valor atinge seu objetivo quando o serviço



prestado atende ou supera ao que é esperado pelo consumidor, conforme a sua determinação de valor. Semelhante ao já proposto por Prahalad e Ramaswamy (2004), e alinhado com Berry (2002), Manikutty (2010) destaca a relevância da geração de valor para cada cliente no plano individual, num processo fundamentado por diálogo e transparência.

Empresas que desejam cocriar, ou atuar mediante a noção de relacionamento, devem estabelecer o diálogo com os consumidores a respeito do serviço que está sendo realizado (RAMASWAMY, 2009). A cocriação de valor é por isso, contingencial (RAMÍREZ, 1999). A noção de serviço consiste de uma relação de serviço por serviço, onde uma entidade troca com outra, e a integração de recursos é multidirecional (VARGO, 2008). A LDS estabelece que as relações de mercado ocorram diante de relações entre diferentes sistemas de serviço. A criação de valor, de forma colaborativa, ocorre na interface entre diferentes configurações de trocas mútuas, dizem Vargo, Maglio e Akaka (2008) e, por isso, cocriação é resultado de um processo colaborativo entre, pelo menos, duas partes (VARGO, 2007a), que na relação típica de mercado são conhecidas como empresa e cliente. Vargo (2009) menciona que é numa situação relacional e arraigada que ocorre a cocriação de valor.

Conceitos e evolução da noção de Valor

O conceito tradicional de valor no ambiente de negócios apresenta uma noção inicialmente econômica, como resultado da transação (PAYNE, HOLT, 2001). Entretanto, somado ao aspecto de expressão monetária e do processo, o Marketing traz o importante componente relacional, presente nas relações de mercado (VARGO, MORGAN, 2005).

O conceito de valor é multifacetado e complexo. Valor de troca se refere à transação, e o valor de uso ao benefício recebido e percebido, que é oriundo do serviço (VARGO, 2007a). Vargo, Maglio e Akaka (2008), na perspectiva da LDS, associam o valor de troca aos bens (produto) e, o valor de uso ao desempenho (serviço). Entretanto, Lusch (2007), menciona a necessidade de uma visão coexistencial entre os valores de troca e uso, quais estão presentes de alguma forma em toda relação de troca. Na noção de serviço, o valor existe quando cocriado, mediante experiência do consumidor, que o determina (VARGO, MAGLIO, AKAKA, 2008). A criação de valor é contextual e também colaborativa, estabelecida em tempo e em espaço definidos, diante das contingências de cada situação particular (VARGO, 2009).

Edvardsson, Tronvoll e Gruber (2011) evoluem o conceito de valor ao estudo da cocriação, com a noção de valor em contexto social. O valor é uma definição coletiva (sociedade), onde as estruturas de significado coletivas e individuais interagem e se moldam ao longo do tempo. Além de Edvardsson, Tronvoll e Gruber (2011), também Vargo (2009) e Gummesson (2008) salientam que devem ser estudadas as relações imersas no tecido social, porque este é o contexto 'real'.

Para Sheth, Newman e Gross (1991) o valor é multidimensional, baseado em cinco dimensões (funcional, condicional, social, emocional e epistêmica), quais podem coexistir em diferentes intensidades. Esta noção demonstra as variações na determinação de valor dos beneficiários, o que justifica a complexidade de identificar o que representa valor para os consumidores. Outras quatro características do conceito de valor são apresentadas em Vargo, Akaka e Vaughan (2017): fenomenológico, cocriado, multidimensional e emergente. Estes conceitos são complementares.

Considerações Finais

Com base nos conceitos supracitados, o presente ensaio teórico teve por objetivo apresentar uma noção atualizada da LDS, Cocriação e do Valor. Embora de caráter conceitual, este artigo apresenta ao longo de sua construção uma abordagem ampla e clara sobre os temas tratados.

Os estudos da LDS, que contemplam a cocriação como forma de geração de valor, estão apenas em fases



inicias. Há muito a ser desenvolvido, não apenas em termos de refino e precisão conceitual, mas também com base em aplicações empíricas. O presente trabalho pode servir aos pesquisadores como ponto de partida para identificar na prática como estas relações ocorrem.

Referências

- AUH, S.; BELL, S. J.; McLEOD, C. S.; SHIH, E. Co-Production and Customer Loyalty in Financial Services. **Journal of Retailing**, v. 83, n. 3, p. 359-370, 2007.
- BENDAPUDI, N.; LEONE, R. P. Psychological Implications of Customer Participation in Co-Production. **Journal of Marketing**, v. 67, p. 14-28, 2003.
- BERRY, L. L. Relationship Marketing of Services: Perspectives from 1983 and 2000. **Journal of Relationship Marketing**, v. 1, n. 1, p. 59-77, 2002.
- BOLTON, R. N. Foreword. *In*: LUSCH, R. F.; VARGO, S. L. (Editors). **The Service-Dominant Logic of Marketing: Dialog, Debate, and Directions**. New York: M. E. Sharpe, p. IX-XI, 2006.
- DONG, B.; EVANS, K. R.; ZOU, S. The Effects of Customer Participation in Co-Created Service Recovery. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 36, n. 1, p. 123-137, 2008.
- EDVARDSSON, B.; TRONVOLL, B.; GRUBER, T. Expanding Understanding of Service Exchange and Value Co-Creation: A Social Construction Approach. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 39, n. 2, p. 327-339, 2011.
- GUMMESSON, E. Extending the Service-Dominant Logic: From Customer Centricity to Balanced Centricity. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 36, p. 15-17, 2008.
- LUSCH, R. F. Marketing's Evolving Identity: Defining Our Future. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 26, n. 2, p. 261-268, 2007.
- LUSCH, R. F.; VARGO, S. L. (Editors). **The Service-Dominant Logic of Marketing: Dialog, Debate, and Directions**. New York: M. E. Sharpe, 2006b.
- LUSCH, R. F.; VARGO, S. L.; O'BRIEN, M. Competing through Service: Insights from Service-Dominant Logic. **Journal of Retailing**, v. 83, n. 1, p. 5-18, 2007.
- LUSCH, R. F.; VARGO, S. L. Service-Dominant Logic: Reactions, Reflections and Refinements. **Marketing Theory**, v. 6, n. 3, p. 281-288, 2006a.
- MANIKUTTY, S. CK Prahalad and his Work: an assessment. **Vikalpa**, v. 35, n. 2, p. 1-7, 2010.
- PAYNE, A. F.; HOLT, S. Diagnosing Customer Value: Integrating the Value Process and Relationship Marketing. **British Journal of Management**, v. 12, n. 2, p. 159-182, 2001.
- PAYNE, A. F.; STORBACKA, K.; FROW, P.; KNOX, S. Co-Creating Brands: Diagnosing and Designing the Relationship Experience. **Journal of Business Research**, v. 62, n. 3, p. 379-389, 2009.
- PAYNE, A. F.; STORBACKA, K.; FROW, P. Managing the Co-Creation of Value. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 36, p. 83-96, 2008.
- PRAHALAD, C. K.; RAMASWAMY, V. Co-Creation Experiences: The Next Practice in Value Creation. **Journal of Interactive Marketing**, v. 18, n. 3, p. 5-14, 2004.

- PRAHALAD, C. K.; RAMASWAMY, V. The New Frontier of Experience Innovation. **MIT Sloan Management Review**, p. 12-18, 2003.
- RAMASWAMY, V. The Rules of Engagement: Are You Ready for the Co-Creation Movement? **IESE Insight**, v. 2, n. 3, p. 29-35, 2009.
- RAMÍREZ, R. Value Co-Production: Intellectual Origins and Implications for Practice and Research. **Strategic Management Journal**, v. 20, p. 49-65, 1999.
- SHETH, J. N.; NEWMAN, B. I.; GROSS, B. L. Why We Buy What We Buy: A Theory of Consumption Values. **Journal of Business Research**, v. 22, p. 159-170, 1991.
- TROCCOLI, I. R. Co-Criação de Valor e Fidelização dos Clientes: Uma Visão Integrada. **Inter Science Place**, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2009.
- VARGO, S. L.; AKAKA, M. A.; VAUGHAN, C. M. Conceptualizing Value: A Service-Ecosystem View. **Journal of Creating Value**, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2017.
- VARGO, S. L. Customer Integration and Value Creation: Paradigmatic Traps and Perspectives. **Journal of Service Research**, v. 11, n. 2, p. 211-215, 2008.
- VARGO, S. L.; LUSCH, R. F. Evolving to a New Dominant Logic for Marketing. **Journal of Marketing**, v. 68, p. 1-17, 2004.
- VARGO, S. L.; LUSCH, R. F. Institutions and Axioms: An Extension and Update of Service-Dominant Logic. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 44, p. 5-23, 2016.
- VARGO, S. L.; LUSCH, R. F.; MORGAN, F. W. Historical Perspectives on Service-Dominant Logic. *In*: LUSCH, R. F.; VARGO, S. L. (Editors). **The Service-Dominant Logic of Marketing: Dialog, Debate, and Directions**. New York: M. E. Sharpe, p. 29-42, 2006.
- VARGO, S. L.; LUSCH, R. F. Service-Dominant Logic: Continuing the Evolution. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 36, p. 1-10, 2008.
- VARGO, S. L.; MAGLIO, P. P.; AKAKA, M. A. On Value and Value Co-Creation: A Service Systems and Service Logic Perspective. **European Management Journal**, v. 26, p. 145-152, 2008.
- VARGO, S. L.; MORGAN, F. W. Services in Society and Academic Thought: An Historical Analysis. **Journal of Macromarketing**, v. 25, n. 1, p. 42-53, 2005.
- VARGO, S. L. On a Theory of Markets and Marketing: From Positively Normative to Normatively Positive. **Australasian Marketing Journal**, v. 15, n. 1, p. 53-60, 2007a.
- VARGO, S. L. Paradigms, Pluralisms, and Peripheries: On the Assessment of the S-D Logic. **Australasian Marketing Journal**, v. 15, n. 1, p. 105-108, 2007b.
- VARGO, S. L. Toward a Transcending Conceptualization of Relationship: A Service-Dominant Logic Perspective. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 24, n. 5/6, p. 373-379, 2009.
- WEBSTER Jr., F. E. Foreword. *In*: LUSCH, R. F.; VARGO, S. L. (Editors). **The Service-Dominant Logic of Marketing: Dialog, Debate, and Directions**. New York: M. E. Sharpe, p. XIII-XV, 2006.



LÓGICA DO SERVIÇO E COCRIAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO

*Flávio Régio Brambilla**Macon da Silva**Luis Carlos Alves da Silva***Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)****Introdução**

A partir da Lógica Dominante do Serviço (LDS), Vargo e Lusch (2004) defendem a troca de orientação nos bens intangíveis, para os benefícios intangíveis (representados por habilidades, conhecimentos especializados e processos), afastando a área de Marketing de uma visão focada apenas na troca de bens tangíveis, ou produtos manufaturados. Essa abordagem coloca o cliente em uma posição de orientação para o serviço, e também o vê como cocriador, em experiências que agregam valor ao processo e sugere novas estratégias que garantam maior satisfação.

Cocriação de valor neste estudo segue a orientação promovida pela LDS. Nesta lógica, valor é construído sob a perspectiva de valor em uso criado pelo usuário de modo individual e social, durante a utilização dos recursos e processos (GRÖNROOS; VOIMA, 2013). Esta interpretação rompe com parte do argumento no contexto *Business-to-Consumer* (VARGO; LUSCH, 2008).

A visão proposta na LDS desafia os princípios econômicos convencionais, e se alinha com as ideias de compartilhamento e de fazer-com as pessoas. Esta perspectiva está ganhando espaço na área, e propõe um novo quadro em que o serviço representa a vanguarda dos sistemas de trocas econômicas, contrapondo a visão baseada em produtos (MORAES; COSTA, 2012). Como proposta empírica deste estudo, o objetivo consiste em apresentar os elementos essenciais da LDS e da Cocriação de Valor, tendo como contexto de investigação o ensino superior privado.

Lógica Dominante do Serviço

A Lógica Dominante do Serviço (LDS) é uma orientação da área de Marketing, que conforme o trabalho de Vargo e Lusch (2004) apresenta, tomou boa parte das discussões acadêmicas mais relevantes das últimas décadas, em eventos e revistas, bem como nos cenários empresariais.

LDS é a base para o desenvolvimento da Ciência de Serviço, liderada pela IBM, que articula compreensão humana e organizacional com base tecnológica e de negócios, para categorizar e explicar os sistemas de serviços. O Serviço é a base fundamental da lógica, que evoluiu para a noção de que as economias são sistemas de serviço (MAGLIO; SPOHRER, 2013). Na LDS o valor do bem, e do serviço (lógica de inclusão entre produto e serviço), engloba a participação dos diferentes atores envolvidos (VARGO; LUSCH, 2004; VARGO; MORGAN, 2005; VARGO, MAGLIO; AKAKA, 2008; BRAMBILLA, 2013; GRÖNROOS; VOIMA, 2013).

Ao deslocar o valor para a experiência, os relacionamentos entre empresa e cliente favorecem a cocriação (BALLANTYNE, 2004; PRAHALAD; RAMASWAMY, 2004; VARGO; LUSCH, 2004; BALLANTYNE; VAREY, 2006). Para Prahalad e Ramaswamy (2004), os consumidores ativos se tornam cocriadores de valor pela interação junto da empresa ('fazem-com', e não, 'fazer-para'). Esta definição está em sintonia com a LDS, onde serviço é entendido como "a aplicação de competências especializadas [...] para o benefício de outra entidade ou da entidade em si" (VARGO; LUSCH, 2008, p. 26).



O foco da LDS em entender quais são os problemas que os clientes enfrentam é o ponto de partida para propor soluções adequadas e cocriadas (interativas na sua elaboração). Trata-se de buscar por soluções adequadas aos beneficiários/clientes (BAKER; HART, 2008). A LDS está representada por 11 Premissas Fundacionais (PFs), quais serão abordadas a seguir.

Premissas Fundacionais da Lógica Dominante do Serviço

Conforme anteriormente abordado, a Lógica Dominante do Serviço (LDS) é fundamentada em 11 Premissas Fundacionais (PFs), as quais são tratadas neste estudo, tendo ênfase na PF6, que trata da cocriação de valor. A construção destas premissas abrange o período entre os anos 2004 e 2016, quando Vargo e Lusch (2016) refinaram as premissas e estabeleceram uma nova.

As oito premissas iniciais (PFs) foram estipuladas em Vargo e Lusch (2004), sendo a nona em Lusch e Vargo (2006) e a décima, bem como o refino de todas as premissas, estabelecida em Vargo e Lusch (2008), em trabalho que teve por objetivo dar continuidade na construção da LDS e das suas PFs. Por fim, em Vargo e Lusch (2016) foi estabelecida uma décima primeira PF, em outro trabalho orientado para o esclarecimento e evolução dos princípios da LDS, temática esta que segue como uma das vertentes mais trabalhadas no Marketing contemporâneo. Assim como as PFs, o trabalho evoluiu na proposição de cinco delas para a condição de axiomas, ou seja, que representam conceitos consolidados e aceitos pela comunidade acadêmica. Na ‘Tabela 1’, segue a apresentação das PFs conforme vigentes até a elaboração deste artigo, em setembro de 2020.

Tabela 1 – Premissas Fundacionais da Lógica Dominante do Serviço.

Axioma 1	PF1	O serviço é a base fundamental da troca.
	PF2	A troca indireta masacra a base fundamental da troca.
	PF3	Bens são um mecanismo de distribuição para a prestação de serviço.
	PF4	“Operant resources” são a fonte fundamental o benefício estratégico.
	PF5	Todas as economias são economias de serviço.
Axioma 2	PF6	O valor é cocriado por múltiplos atores, incluindo sempre o beneficiário.
	PF7	Atores não podem entregar valor, mas podem participar da criação e oferta de proposição de valor.
	PF8	Uma visão centrada no serviço é inerentemente orientada ao beneficiário e relacional.
Axioma 3	PF9	Todos os atores sociais e econômicos são integradores de recursos.
Axioma 4	PF10	O valor é sempre único e fenomenologicamente determinado pelo beneficiário.
Axioma 5	PF11	A cocriação de valor é coordenada através de insuições geradas por aores e arranjos insituacionais.

Fonte: Adaptado de Vargo e Lusch (2016).

Como adequadamente a ‘Tabela 1’ apresenta, a PF6, que trata da cocriação de valor, obteve o *status* de axioma. Esta importância destinada para a cocriação de valor na LDS ilustra relevância teórica e prática do conceito, que representa um dos pilares da LDS e da geração de valor. A partir da LDS, a criação de valor passa a ocorrer via sistema de troca de experiências, propondo uma narrativa baseada em integração de recursos e provisão de serviço, com atores cocriando, filosofia que deve ser adotada também no ambiente educacional (VARGO; LUSCH, 2016).

Cocriação de Valor

A Cocriação de Valor faz do mercado um espaço aberto para o diálogo entre organizações e consumidores. O mercado é visto como local para troca de experiências, onde os consumidores deixam claro sua disposição de participar (PRAHALAD; RAMASWAMY, 2004). À medida que aumenta a competitividade, torna-se importante que as empresas intensifiquem a preparação de sua equipe de contato, tanto no aspecto do conhecimento para prestar melhor atendimento e serviço possível, como também para elevar a colaboração, o relacionamento e a interação com os clientes (BENDAPUDI; LEONE, 2003; PRAHALAD; RAMASWAMY, 2004).

Conquistar o cliente ao atender suas necessidades mais particulares por meio da cocriação, considerando suas necessidades e vontades, pode ser o diferencial para gerar satisfação e auxiliar na percepção positiva da empresa (ZMOGINSKI *et al.*, 2009). Prahalad e Ramaswamy (2004) argumentam que a vantagem competitiva está relacionada com o processo de cocriação de valor com os consumidores. O consumidor é considerado um agente ativo no processo de Marketing (LUSCH, 2007; PRAHALAD; RAMASWAMY, 2004).

A cocriação de valor ocorre através da participação ativa do consumidor no desenvolvimento de um produto ou serviço customizado e que atenda às necessidades e expectativas. A essência da cocriação em serviço reside na busca por uma melhor composição de valor ao consumidor (o beneficiário), atendendo seus interesses no plano individual, e também coletivo (*stakeholders*), situação que caracteriza fundamento essencial da LDS (BRAMBILLA; DAMACENA, 2011 e 2012). Na cocriação de valor, não há a distinção clara dos papéis no desenvolvimento de um resultado customizado. Cova e Dalli (2009) afirmam que, embora os consumidores contribuam para a construção, há a necessidade de explicitar o valor que geram na colaboração empresarial.

Ramaswamy (2009) contribui afirmando que é necessário compreender os papéis de cada cocriador (envolvendo todos os *stakeholders*, como consumidores, empresas e sociedade). Do ponto de vista organizacional, todos os colaboradores devem se envolver no processo, em todas as etapas de um processo transacional (RAMASWAMY, 2009). Dessa forma, é viável a criação de um ambiente propício para cocriação de valor entre cliente e empresa.

Serviço Orientado pela Cocriação de Valor no Ensino Superior: Nível Mestrado

O presente artigo tem uma orientação predominantemente teórica. Entretanto, faz o aporte de alguns relatos de docentes e discentes, para fins ilustrativos sobre a cocriação de valor no ensino superior. Trata-se de falas obtidas em um Programa de Mestrado em Administração (PPG) no sul do Brasil. Por critérios de sigilo, os nomes da Universidade e dos respondentes são suprimidos.

Diante da importância das premissas orientadas pela LDS, a do consumidor na condição de cocriador de valor é uma das mais relevantes. É importante pontuar a complexidade do serviço educacional que é ofertado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) privado. Nesse sentido, a importância da cocriação para a geração de valor, mais precisamente em um curso de Mestrado em Administração em Universidade no sul do Brasil é utilizada como objeto de captação de alguns relatos ilustrativos. A IES é a prestadora do serviço, sendo que a mesma responde por parte do desempenho para o desempenho mínimo de aprovação e capacitação profissional dos alunos. Foram coletados relatos junto dos docentes e discentes, tendo como objetivo identificar práticas e condutas associadas com a cocriação de valor nos resultados e práticas educacionais. Foram obtidos, ao final do ano de 2019, cinco relatos de professores e cinco de alunos:

Professor 1: *O papel do professor é discutir e apresentar as principais abordagens teóricas, bem como instigar o debate com os alunos.* O relato inicial indica que no serviço, a cocriação de valor no ensino, resulta do encontro em que a instituição de ensino através de seu corpo docente (professores) precisa promover para instigar o debate a respeito das temáticas propostas em aula.

Professor 2: *Formando um sujeito ético, crítico, e que saiba da sua responsabilidade.* Neste relato, o papel do professor vai além de sua função como educador, ou seja, o mesmo contribui para formar sujeitos que precisam construir sua própria personalidade nesse processo de valores éticos e morais, os quais são fundamentais para crescimento de cada indivíduo.

Professor 3: *O processo de aprendizado não é completamente individual e requer interação.* A aprendizagem não depende somente dos alunos, mas sim do engajamento do professor que contribui para a formação. Assim, a interação entre professor e aluno sob a ótica da cocriação de valor resulta na criação de conhecimento entre as partes envolvidas no processo.

Professor 4: *O professor é um construtor do conhecimento junto com o aluno.* O desafio do professor nos últimos é deixar de ser um replicador de conhecimentos, pois cabe ao professor se colocar como mediador entre o aluno e as diversas formas de aprender, ou seja, juntos professor e aluno aprendem, pois quanto maior for o envolvimento entre partes, melhor o resultado.

Professor 5: *O professor que ministra a disciplina precisa seguir a ementa básica, e os conteúdos que foram aprovados pela instituição de ensino e pela Capes.* Nesse relato, a universidade disponibiliza ao professor a ementa de determinada disciplina que o mesmo for lecionar, mas cabe ao docente (professor) além de seguir o conteúdo programático, buscar novas formas de transmitir o conteúdo dentro da sala de aula, pois inovar é uma das práticas propostas em estudos relacionados com a cocriação de valor, e que se aplica ao contexto educacional.

Aluno 1: *Desenvolver da melhor forma possível o conhecimento, e, trazer de uma forma reformulada essa questão do ensino.* A partir deste relato o aluno busca desenvolver novos conhecimentos, onde promove uma mudança de mentalidade, na forma de pensar, a fim de assegurar uma melhor qualidade na sua aprendizagem.

Aluno 2: *Muito importante para o meu crescimento profissional.* Neste relato, se tornam visíveis as possibilidades de crescimento. Por isso, é importante enquanto acadêmicos, procurar certificações específicas nas áreas que se pretende atuar como profissional, já que basicamente contará com o esforço pessoal para poder crescer (vinculação do saber e da certificação).

Aluno 3: *Quando o serviço é ofertado com qualidade, é um investimento que se está fazendo na vida.* O aluno deve estar atento na hora de escolher um serviço educacional de qualidade, pois quem determina se a qualidade de um serviço é boa ou não é o cliente (aluno), sendo a qualidade do serviço educacional prestado indispensável na hora de escolher por determinada IES e curso.

Aluno 4: *Existem muitas pessoas que estão vestindo a camisa da instituição, e que são realmente parceiros da instituição de ensino e que fazem acontecer.* Percebe-se neste relato a responsabilidade social da IES, bem como de formação, para com seus stakeholders.

Aluno 5: *É importante, por que a construção do conhecimento não é só dentro da sala de aula.* Este relato por sua vez, entende que a construção do conhecimento não depende somente dos alunos, mas sim da interação com os professores. O aprendizado que se obtém dentro de sala de aula, pode ser estendido para outros espaços dentro e fora da IES, presenciais ou virtuais. Na ótica da cocriação de valor, o envolvimento entre grupos de pessoas proporciona debates, trocas de informações e experiências que proporcionam diferentes formas de construção do saber.

Percebe-se com os relatos de docentes e discentes que, embora a expressão cocriação de valor não se faça presente nos relatos, ela emerge como uma prática regular e significativa no ensino. Assim como outras propostas e métodos utilizados no ensino, a cocriação de valor é uma ferramenta e método pertinente para evolução e desenvolvimento do contexto da sala de aula.



Considerações Finais

O presente artigo, em abordagem predominantemente teórica, respondeu acerca dos conceitos da LDS, Cocriação de Valor, e ainda fez uma abordagem acerca da sua possibilidade de uso no contexto do ensino superior. Identifica-se que além do contexto empresarial, a cocriação de valor é uma prática válida para as mais diversas interações de serviço, como é o caso do ensino.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribuiu com uma abordagem sintética e concisa acerca da LDS e de como a cocriação é posicionada neste contexto com vistas ao valor. Na prática, os relatos obtidos com docentes e estudantes proporcionam alternativas para atuar em sala de aula, tendo como referência aquilo que os estudantes desejam, e que para eles representa valor. Longe de esgotar o estudo da LDS e da cocriação no ensino, este trabalho representa uma etapa inicial, e deve ser continuado e testado nos diferentes contextos e níveis educacionais existentes.

Referências

- BAKER, M.; HART, S. **O Livro de Marketing**. USA: Routledge, 2008.
- BALLANTYNE, D. Dialogue and its role in the development of relationship specific knowledge. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 19, n. 2, p. 114-123, 2004.
- BALLANTYNE, D.; VAREY, R. J. Creating value-in-use through marketing interaction: the exchange logic of relating, communicating and knowing. **Marketing Theory**, v. 6, n. 3, p. 335-348, 2006.
- BENDAPUDI, N.; LEONE, R. P. Psychological implications of customer participation in co-production. **Journal of marketing**, v. 67, n. 1, p. 14-28, 2003.
- BRAMBILLA, F. R.; DAMACENA, C. Cocriação de Valor no Ensino Superior Privado: Uma Análise Etnometodológica com Alunos de Administração de uma Universidade do Sul do Brasil. **RAEP – Administração: Ensino e Pesquisa**, (ANGRAD), v. 13, n. 3, p. 455-490, 2012.
- BRAMBILLA, F. R.; DAMACENA, C. Lógica Dominante do Serviço em Marketing: Estudo dos Conceitos e Premissas Aplicados à Educação Superior Privada na Perspectiva Docente. **REMark: Revista Brasileira de Marketing**, v. 10, n. 3, p. 151-176, 2011.
- BRAMBILLA, F. R. Perspectiva Multi-Canal do Valor na Lógica Dominante do Serviço em Marketing. **Diálogo**, v. 24, p. 105-114, 2013.
- COVA, B.; DALLI, D. Working consumers: the next step in marketing theory? **Marketing Theory**, v. 9, n. 3, p. 315-339, 2009.
- GRÖNROOS, C.; VOIMA, P. Critical service logic: making sense of value creation and co-creation. **Journal of the academy of marketing science**, v. 41, n. 2, p. 133-150, 2013.
- MAGLIO, P. P.; SPOHRER, J. A service science perspective on business model innovation. **Industrial Marketing Management**, v. 42, n. 5, p. 665-670, 2013.
- PRAHALAD, C. K.; RAMASWAMY, V. Co-Creation Experiences: The Next Practice in Value Creation. **Journal of Interactive Marketing**, v. 18, n. 3, p. 5-14, 2004.
- RAMASWAMY, V. Liderando a transformação para co-criação de valor. **Estratégia e Liderança**, v. 37, n. 2, p. 32-37, 2009.
- VARGO, S. L.; LUSCH, R. F. Evolving to a New Dominant Logic for Marketing. **Journal of Marketing**, v. 68, p. 1-17, 2004.



VARGO, S. L.; LUSCH, R. F. Instituições e axiomas: uma extensão atualização da lógica dominante do serviço. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 44, n. 1, p. 5-23, 2016.

VARGO, S. L.; LUSCH, R. F. Service-Dominant Logic: Continuing the Evolution. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 36, p. 1-10, 2008.

VARGO, S. L.; LUSCH, R. F. Why Service? **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 36, p. 25-38, 2007.



CARTOGRAFANDO MEMÓRIAS DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA INTEGRAL: MEDITAÇÃO E YOGA, PARA ALÉM DO CONHECER, O CONHECER-SE

Patrícia Branco

Tamara Cecília Karawejczyk Telles

Lúcia Regina Lucas Rosa

Universidade La Salle

Introdução

Esta pesquisa insere-se na linha de pesquisa de Memória, Cultura e Identidade, trazendo a reflexão sobre a prática meditativa e de Yoga, realizada numa turma de 3º ano do Ensino Fundamental do Colégio Santo Antônio de Estrela (crianças de 8 a 9 anos), a fim de promover o desenvolvimento integral dos educandos. Esta prática compõe um currículo diferenciado que leva para a sala de aula, como parte integrante das atividades diárias, a vivência de Meditação e Yoga, a qual é incomum compor o currículo escolar. Em geral, vê-se apenas a prática de Yoga para crianças como atividade extracurricular, ou em escola especializada para essa atividade.

Vivemos um tempo em que o sofrimento mental está crescendo – a vida moderna traz, junto aos avanços científicos e tecnológicos, a ansiedade, depressão, déficit de atenção e hiperatividade, dentre outras problemáticas. Adultos e crianças estão expostos a estas questões.

O Colégio Santo Antônio de Estrela acompanha essa problemática, identificando um crescente número de crianças e adolescentes que trazem para a escola diagnóstico de Déficit de Atenção, Hiperatividade, Depressão, Síndrome do Pânico, Transtorno Desafiador Opositor, dentre outras questões. O Projeto Político Pedagógico traz ações com o intuito de promover o autoconhecimento e o desenvolvimento socioemocional dos educandos, procurando amenizar os sintomas descritos, auxiliando na construção de uma sociedade justa e fraterna, vivenciando o carisma franciscano.

Frente às questões postas, esta pesquisa traz a seguinte problemática: Como são construídas e evidenciadas as práticas meditativas e de Yoga, incluídas no currículo do 3º ano do Ensino Fundamental do Colégio Santo Antônio de Estrela, a partir das memórias dos docentes, pais e ex-alunos?

O objetivo geral do estudo é Cartografar as memórias e evidências da prática meditativa e de Yoga, incluídas no currículo do 3º ano do Ensino Fundamental, do Colégio Santo Antônio de Estrela, a partir das memórias coletivas dos docentes, pais e ex-alunos.

O Produto Técnico constitui-se de um Documentário intitulado “Para além do conhecer, o conhecer-se” que traz a trajetória e importância da prática meditativas e de Yoga inseridas no currículo do Colégio Santo Antônio.

Revisão

A Revisão Teórica aborda as palavras chaves do Referencial Teórico da comunicação oral: Educação e Currículo, Memória e a Transmissão de Saberes e Fazeres de uma Prática Educativa, Práticas Meditativas e de Yoga.

O currículo escolar constitui todo o fazer da instituição, é uma prática dinâmica que retrata a função social e cultural de cada escola, reflete o modelo educativo de cada espaço considerando o sistema social, a missão, princípios e particularidade de cada contexto. Por meio dele realiza-se praticamente todas as funções da escola, retrata as questões sociais, formativas e culturais (SACRISTÁN, 2000).



É necessário pensar qual conhecimento é essencial, refletindo sobre o tipo de ser humano e sociedade que se deseja, pois a intenção do currículo é transformar as pessoas que irão segui-lo. Tem-se uma questão de “identidade e/ou subjetividade”, a etimologia da palavra currículo, do latim curriculum “pista de corrida” possibilita dizer que essa trajetória que é o currículo, torna cada um o que é. Em geral ainda associa-se o currículo apenas ao conhecimento, porém esse conhecimento está intrínseco com o que somos, com o que nos tornamos; constitui nossa identidade, nossa subjetividade (SILVA, 2010). A educação básica deve compreender componentes culturais amplos, como as questões que implicam numa educação integral, ampliando os currículos para além dos componentes culturais tradicionais/intelectuais (SACRISTÁN, 2000).

O currículo definido pela instituição de ensino norteia o caminho que pretende percorrer para obter o desenvolvimento integral do educando, ou seja, a escola precisa desenvolver competências cognitivas e socioemocionais. A Base Nacional Comum Curricular e o Referencial Curricular Gaúcho – documento elaborado por cada estado à luz da BNCC, reforçam a importância e trazem a obrigatoriedade da reformulação curricular das escolas a partir do ano de dois mil e vinte.

As memórias de um fazer pedagógico diferenciado que consiste na prática meditativa e de Yoga como atividade curricular são aqui cartografadas. HALBWACHS (2006), traz as expressões “gatilho da memória” e “semente de rememoração” que consiste em algo que desperta a lembrança, as memórias de algo vivido. Traz, ainda, a ideia de “comunidade afetiva” onde a memória de um inicia com sua lembrança, ouvindo o outro essa lembrança complementa-se, então a memória individual, enraizada num contexto, transforma-se em coletiva.

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outra para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2006).

As lembranças nutrem-se na mesma questão, porém, cada ser é único, cada cérebro segue um caminho - o que para uns pode ter sido relevante e lembrado, para outro pode não ter significado e não ser lembrado (CANDAU, 2018).

Acredita-se que as memórias da educação humanizadora, que contribuem para o desenvolvimento do carisma franciscano caracterizam o Colégio Santo Antônio como referência na região – instituição que propaga a Filosofia Franciscana a mais de 120 anos. A prática meditativa e de Yoga que integram o currículo desse estabelecimento, segue sendo estudada e implementada, com a intenção de contribuir na formação e memória coletiva do município de Estrela e região.

A educação é espaço profícuo para o desenvolvimento humano, ou seja, deve ultrapassar a dimensão cognitiva ampliando aspectos socioemocionais. Gardner, criador da teoria das Inteligências Múltiplas, em 1980, no século passado, desenvolveu um novo projeto “Trabalho do Bem”, por acreditar que promover o bem é indispensável na sociedade atual (AVANCINI, 2019). Reforça a necessidade da escola olhar o indivíduo integralmente, valorizando as diferentes habilidades, inclusive a inteligência emocional.

A alfabetização emocional deve ser trabalhada diariamente, planejada como parte do currículo; repetir experiências que contribuem para que o aprendizado emocional se concretize faz com que o cérebro as tenha como um forte caminho a ser percorrido quando colocado em provação. A alfabetização emocional pretende desenvolver a autoconsciência emocional, o controle e a canalização produtiva das emoções, a empatia e como lidar com os relacionamentos (GOLEMAN, 1995). As práticas meditativas e de Yoga contribuem para a alfabetização emocional mencionada por Goleman.

Ter consciência do momento presente, focar a atenção no agora, permite libertar-se dos pensamentos e vivenciar a essência da meditação. Esta experiência pode ser realizada no fazer diário, atentando, por exemplo,



à respiração, aos movimentos e passos ao subir uma escada (TOLLE, 2002). Parece simples, porém quanto mais evoluímos como sociedade consumista fica mais evidente a necessidade do ser humano fazer várias coisas ao mesmo tempo para garantir sua sobrevivência, seu espaço no mundo.

Pesquisas indicam que a prática meditativa diária reduz o estresse e aumenta a tolerância a dor, pois aumenta a conectividade funcional nas áreas do cérebro responsáveis pela emoção e área da amígdala. A meditação também auxilia na melhora da atenção, porém, para que essa melhora seja constante, a prática meditativa também deve ser (GOLEMAN; DAVIDSON, 2017).

O Colégio Santo Antônio vem aprimorando o trabalho de desenvolvimento emocional dos educandos através das práticas meditativas e de Yoga. A “Aula de Yoga” é esperada com alegria pelas crianças, que, em geral, participam com inteireza e concentração.

São inúmeros, igualmente, os benefícios do Yoga integrado à educação nas escolas. Embora esse campo de atuação esteja só brevemente florescendo, as experiências que existem são suficientes para a demonstração de uma melhora no aprendizado, um apaziguamento de crianças hiperativas, uma melhora no relacionamento com os colegas e com os professores em classe. Pois a criança aprende a lidar melhor com suas dores físicas e emocionais, a se mover com maior agilidade no espaço e tempo escolar através de uma percepção mais adequada de si mesma, do outro e do seu entorno (VÉRAS, 2018 <https://yogacomhistorias.com.br>).

“A palavra Yoga vem da raiz sânscrita yuj, cujo significado é precisamente jugo, junção, união, comunhão, integração... Exatamente o que você deseja” (HERMÓGENES, 2009a p.36). Toda escola tem esse desejo de união, integração, mas poucas utilizam-se da prática da Yoga para atingir tal meta. Pouco a pouco tem se avançado nesse sentido, timidamente algumas instituições de ensino tem se encorajado a transformar currículos, integrando a Yoga em seus Projetos Políticos Pedagógicos.

Existem várias técnicas e estratégias de se trabalhar habilidades para que as crianças desenvolvam a emoção e cognição, alcançando as competências previstas na Base Nacional Comum Curricular e/ou Referencial Curricular Gaúcho, no que tange as questões de desenvolvimento integral. Este referencial teórico da comunicação oral traz a prática Meditativa e de Yoga como alternativa potente para transformar a escola, formando crianças inteiras, conscientes, capazes de viver emocionalmente saudáveis consigo, com o outro e com a natureza.

Método

Para realizar a pesquisa, grande percurso foi percorrido – entrevistas, questionários, observações, escutas, trocas de experiências, leituras, estudo, coleta de dados, cartografia, dentre outros. Foram realizados estudos referentes a educação integral e humanizadora, inteligência emocional, meditação e Yoga para compreender como são construídas e evidenciadas as práticas meditativas e de Yoga. A observação, o diálogo, entrevista e aplicação de questionários, também compuseram esta pesquisa qualitativa.

As práticas meditativas e de Yoga foram acompanhadas pela pesquisadora, a qual observou essas práticas e entrevistou professores, pais e ex-alunos para compreender a trajetória da prática meditativa e de Yoga, focando nos dados fornecidos, relações, perspectivas e sensações.

Foi cartografada a trajetória da prática meditativa e de Yoga no Colégio Santo Antônio de Estrela, para tanto foram realizadas observações e filmagens das atividades descritas, entrevistas e questionários com os envolvidos, compreendendo um Estudo de Caso. Esta pesquisa contou com diversas técnicas, porém, a observação direta e as entrevistas com os envolvidos tiveram destaque dentre as diferentes técnicas utilizadas.

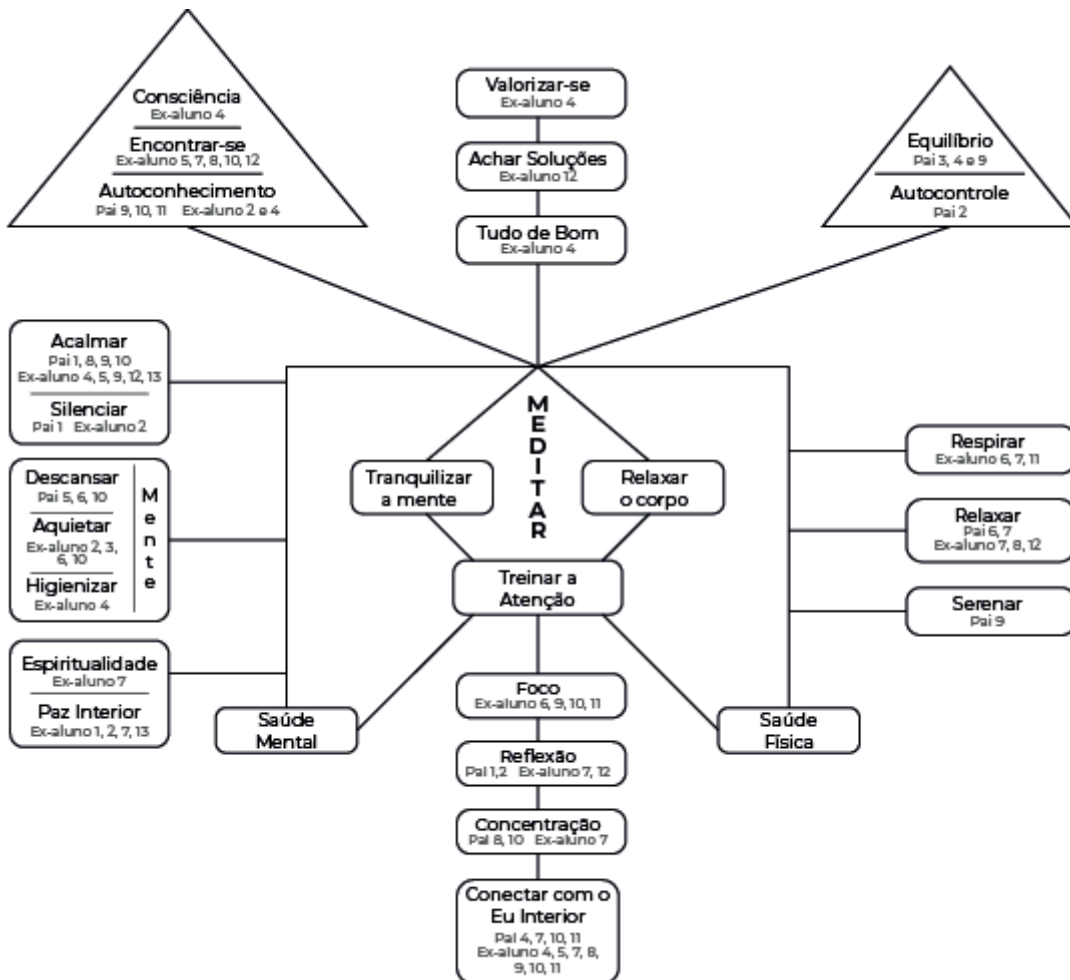


O Colégio Santo Antônio, unidade de análise da pesquisa, localiza-se no Centro do município de Estrela, atende em torno de 460 alunos da Educação Básica - Berçário ao Ensino Médio. Esta instituição educacional que segue a Filosofia Franciscana, acolheu a pesquisadora proporcionando a realização da dissertação e do produto do Mestrado Profissional – Documentário “Para além do conhecer, o conhecer-se” disponibilizado no link <<https://www.youtube.be/9--FTYqKkh8>>.

Cartografando Memórias de Uma Prática Educativa

Memórias, recordações, lembranças, impressões e constatações de diferentes atores que, de alguma maneira, acompanharam a prática meditativa no CSA, compõem esta seção. Para dar sentido aos relatos trazidos por estes atores nas entrevistas e questionários possibilitando a problematização e interpretação dos dados optou-se por fazer uso da Cartografia (MEIRESSE, 2003). Foram construídos quatro mapas com base nos dados coletados para este estudo, a fim de analisá-los com maior veracidade e precisão. Estes mapas apresentam os achados da pesquisa de forma dinâmica possibilitando a visualização do percurso e dos sujeitos envolvidos nesta trajetória (MEIRESSE, 2003).

Figura 1 – Mapa 1 - Meditar: Conceitos e Percepções



Fonte: Autoria Própria, Dados da pesquisa, 2019/2020.

Cartografando o primeiro mapa, que traz os conceitos e percepções dos pais e ex-alunos referente ao que é meditar, pode-se afirmar que cada um dos entrevistados traz recortes que se encaixam com o que diz Goleman (1999): Meditar é repousar o corpo enquanto a mente se mantém alerta, trazendo inúmeros benefícios para a saúde

física (regula a pressão arterial, reforça o sistema imunológico, alivia dores) e mental (paz interior, calma, energia). Existem vários métodos e técnicas, mas todos procuram tranquilizar a mente e relaxar o corpo; em sua essência meditar é treinar a atenção promovendo uma melhor percepção.

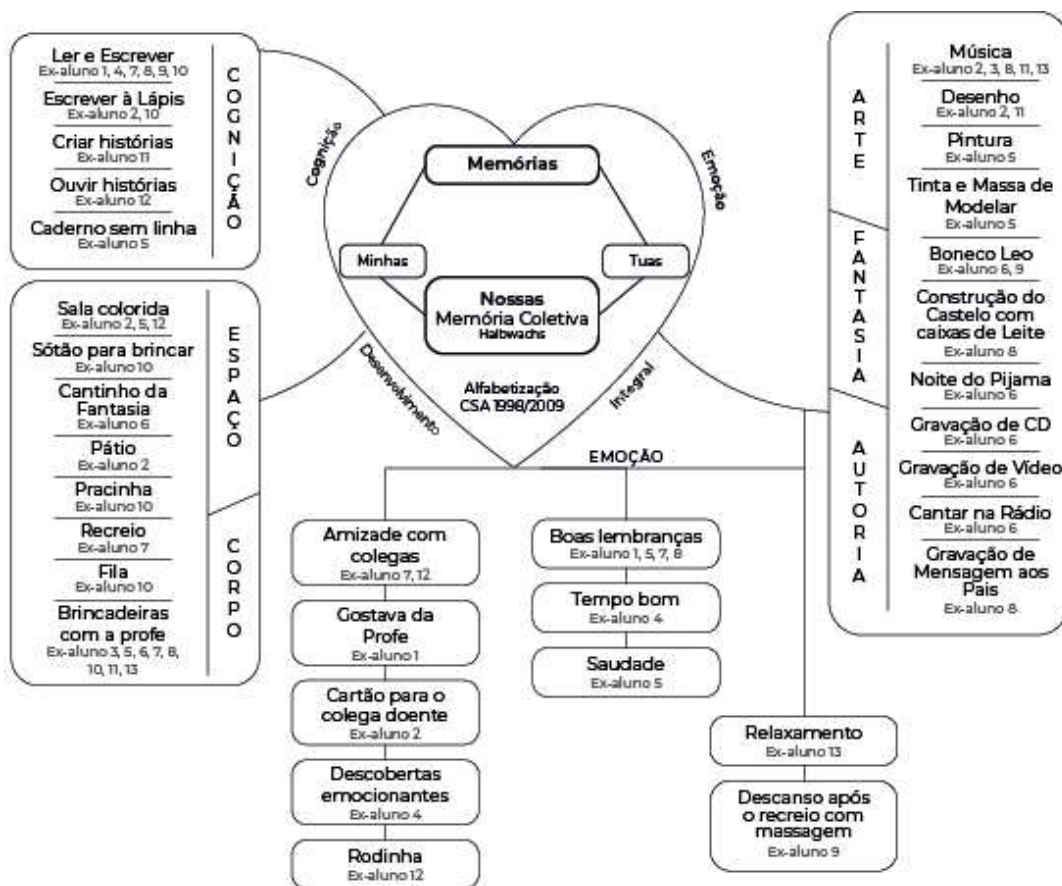
Sabe-se que os benefícios proporcionados pela prática meditativa são duradouros, ou seja, permanecem mesmo depois da prática, aquele que pratica frequentemente tende a desenvolver traços positivos de empatia, tranquilidade, bondade, dentre outros, mesmo durante situações desafiadoras (GOLEMAN, 1999).

Vê-se, a partir dessa perspectiva, o quão valorosa é a inserção da prática meditativa diária na escola, inserindo e fortalecendo um hábito saudável na vida dos pequenos, que, muito provável, levarão consigo para além da infância: “*Hábitos são criações que se propagam, e, ainda que se tornem constantemente repetidos, iniciam-se com uma experiência marcada pela novidade e pelo inesperado*” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 26). O início da prática meditativa integrando o currículo do CSA foi inusitado, inédito e incomum, porém, com o passar do tempo tornou-se um hábito que foi crescendo e aperfeiçoando-se.

Finalizando a análise do primeiro mapa, pode-se afirmar que a prática meditativa diária traz benefícios para o corpo e para a mente, contribuindo, também, para a aprendizagem, à medida que desenvolve a atenção e a saúde física e mental.

A turma analisada realizou as práticas meditativas diariamente e de Yoga quinzenalmente, desde a Educação Infantil. As famílias valorizam estas práticas e notam crescimento das crianças nas questões que tangem a educação emocional e reconhecem que o colégio tem grande interferência neste feito.

Figura 2 – Mapa 2 – Memórias do Tempo de Alfabetização – CSA 1998 a 2009



Fonte: Autoria Própria, com base em dados da pesquisa, 2020.

O segundo mapa (figura 2) retrata o tempo de alfabetização dos ex-alunos entrevistados compondo as memórias individuais - minhas e tuas, que resultam nas nossas memórias, ou seja, na memória coletiva (HALBWACHS, 2006).

Ao analisar a expressão voluntária das memórias daquele tempo, retratadas no segundo mapa, percebe-se que os ex-alunos mencionaram o que lhes veio à lembrança, ou seja, uma infinidade de recordações que remetem ao desenvolvimento integral, pois traz memórias voltadas à cognição e emoção. O currículo do colégio em análise engaja-se nesta ideia de amplitude em busca do desenvolvimento integral.

Em relação aos currículos que compõem a identidade da escola (SILVA, 2010), devem estes compreender componentes culturais amplos, como as questões que implicam numa educação integral, ampliando-se para além dos componentes culturais tradicionais/intelectuais (SACRISTÁN, 2000).

Como mostra o segundo mapa, emergiram lembranças diferenciadas, que marcaram, por assim dizer, aquela época na vida de cada um. O indivíduo, mesmo integrante de um grupo, mantém suas lembranças específicas, separando seu próprio passado, sofre interferências dos diferentes grupos dos quais participa, combinando essas memórias, constituindo, assim, sua memória individual (HALBWACHS, 2006).

Analisando o segundo mapa (figura 2), constata-se que apesar de todos terem vivenciado a prática de relaxamento, apenas dois entrevistados trouxeram essa memória ao falar das lembranças daquele tempo, conforme trechos que seguem:

[...] Também lembro que tínhamos alguns minutos para descansar depois do intervalo, tu colocava uma música mais tranquila e tinha aquele negócio de fazer massagem na cabeça, para acalmar a turma. (Ex-aluno 9, 2020). [...] Eu lembro de fazer relaxamento depois do Recreio (Ex-aluno 13, 2020).

Os demais ex-alunos entrevistados não mencionaram a prática meditativa, apesar de terem vivenciado durante o mesmo tempo que os que lembraram. O esquecimento também está presente na reconstrução da memória, pois a lembrança e o esquecimento inter-relacionam-se e estão ligados a questões particulares do indivíduo que pode envolver a cultura, afetividade, poder (TEDESCO, 2014).

Para concluir a análise do segundo mapa entende-se que memórias revelam um currículo orgânico que contempla o desenvolvimento integral com ênfase no afeto, nas relações e no prazer em aprender. Aspectos que estão em consonância com a filosofia e o carisma franciscano.

O terceiro mapa (figura 3) traz as memórias de uma prática pedagógica, ou seja, da prática meditativa. Os ex-alunos foram questionados referente às lembranças da prática que ocorria diariamente, “atividade especial que acontecia após o recreio”, estas palavras despertaram a lembrança para rememorar as práticas vividas, ou seja, representaram o “gatilho da memória” necessário para que essas memórias viessem à tona (HALBWACHS, 2006).



Os achados no segundo (figura 2) e terceiro (figura 3) mapas, trazem as memórias, percepções, lembranças e recordações dos ex-alunos (os mais antigos há vinte e dois anos e os mais recentes, onze anos) de um tempo de suas infâncias, que tiveram em comum a mesma professora alfabetizadora e o mesmo colégio.

Além das questões já mencionadas como o desenvolvimento integral, a ludicidade, afeto, dentre outros, destaca-se a percepção dos ex-alunos referente à valorização do trabalho humano realizado no Colégio Santo Antônio, expressam gratidão em relação a uma escola que preparou para a vida, que junto com as famílias, procurou educar para a paz e o bem, para a razão e emoção.

A memória preenche o sujeito, capacita-o a refletir sobre suas experiências além do momento presente, trazendo à tona sua identidade, sua essência, contribuindo, assim, para o autoconhecimento, para a consciência de quem se é (CANDAUI, 2018).

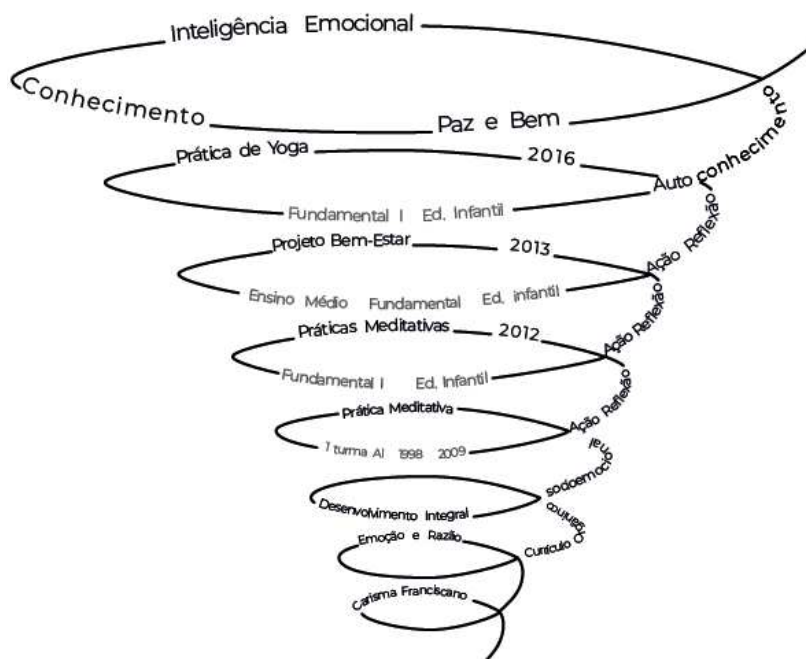
As memórias trazidas pelos ex-alunos deixam transparecer o carisma franciscano - base sobre a qual foram construídas, pois verifica-se a consciência do que foi vivido e aprendido no tempo de CSA, mesmo que para alguns, ainda difícil de ser colocado em prática.

Estes achados legitimam o início das práticas meditativas no Colégio Santo Antônio no final dos anos noventa, ainda no século passado, à medida que convergem com as memórias da pesquisadora. Pode-se afirmar, então, que as práticas meditativas que passaram a integrar o currículo do educandário em questão, a partir de 2012, alicerçaram-se nas memórias coletivas da pesquisadora e seus ex-alunos.

Constata-se, através dos dados mencionados, que apesar dos ex-alunos e pais entrevistados evidenciarem que a prática meditativa e de Yoga trata-se de um recurso eficiente para a saúde mental e física, não é hábito dentre a maioria dos entrevistados.

O quarto mapa (Figura 4) traz a síntese da trajetória das práticas meditativas e de Yoga, construído a partir das memórias da pesquisadora, professoras e coordenadoras entrevistadas. O Regimento Escolar e Projeto Político Pedagógico do Colégio Santo Antônio também foram considerados para esta construção.

Figura 4 – Mapa 4 - A Trajetória de uma Prática Pedagógica



Fonte: Autoria Própria, com base em dados da pesquisa, 2020.

A trajetória da prática meditativa e de Yoga vem representada no mapa 4 através de um espiral simbolizando esse percurso em movimento, iniciado pela essência - Carisma Franciscano que vem ligado ao CSA desde o princípio, ou seja, desde a fundação. Entende-se que para conduzir o carisma franciscano por esse trajeto, a emoção precisa compor o currículo, além da razão; o currículo, por sua vez, deve ser orgânico, estar em movimento para desenvolver os educandos integralmente, inclusive o desenvolvimento socioemocional.

O espiral do quarto mapa segue a trajetória mostrando que este currículo aberto que previa o desenvolvimento integral, possibilitou o início das práticas meditativas através do Relaxamento em uma turma do colégio, desde a década de noventa, no século passado. A reflexão sobre essa ação satisfatória possibilitou a ampliação desta prática meditativa aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil. O Projeto Bem-Estar proporcionou práticas pedagógicas de desenvolvimento socioemocional para todos os alunos do colégio e, posteriormente, a introdução das práticas de Yoga.

Toda a prática segue sendo analisada e avaliada, estando hoje consolidada, desenvolvendo nas crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental o autoconhecimento, a inteligência emocional e o conhecimento, fazendo educação para a Paz e o Bem, deixando o espiral em aberto para, quem sabe, ampliar este fazer dentro e fora da instituição.

Referências

- ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ASSMANN, A. **Espaços de Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2011.
- AVANCINI, M. Howard Gardner por um mundo melhor, sim! **Revista Mundo Escolar**. São Paulo: FTD Educação, ano 3, n. 7, 2019.
- BAUER, W. M.; GASKELL G. (Ed). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.
- BAUMAN, Z. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BENTES, A. Ministério da Saúde. **TDAH atinge de 3 a 6% da população mundial**. Saiba mais sobre o transtorno. 2014. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/34273-tdah-atinge-de-3-a-6-da-populacao-mundial-saiba-mais-sobre-o-transtorno.html>>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- BERND, Z.; KAYSER, P. (Org.). **Dicionário de Expressões da Memória Social, dos Bens Culturais e da Cibercultura**. 2. ed. Canoas/RS: Editora Unilasalle, 2017.
- BORGES, M. de L.; TELLES, T. C. K. (Org.). **Memória e Gestão Cultural: Aspectos Conceituais, Competências e Casos Práticos**. Canoas/RS: Editora Unilasalle, 2017.
- BOY, P. P.; SARMENTO, M. (coord). **O futuro alcançou a escola?** São Paulo, SP: Editora do Brasil, 2019.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases Nacional - LDBEN. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. 1996. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em: 16 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de 9 anos**. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ensino-fundamental-de-nove-anos/313-programas-e-aco-es-1921564125/ensino-fundamental-de-nove-anos-515321662/12378-ensino-fundamental-de-nove-anos-legislacao>>. Acesso em: 20 jun. 2020.



- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <<https://www.pne.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&categoryslug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192f>. Acesso em: 01 dez. 2018.
- CAMPOS, G. J. C. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Bras. Enf.**, Brasília/DF, v. 57, n. 5, p. 611-4, set/out. 2004.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2018.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. 2019. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- CORTELLA, M. S. **Família: Urgências e Turbulências**. São Paulo/SP: Cortez Editora, 2017.
- COSTA, I. T. M. Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. **Tese (Doutorado)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. (CNPq/IBICT/UFRJ/ECO), Rio de Janeiro/RJ, 1997.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs** Vol. 1. 34. ed. Rio de Janeiro: Letras, 2011.
- DELORS, J. **Educação Um Tesouro a Descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. São Paulo/SP: Cortez, 1998.
- EYNG, A. M. **Currículo Escolar**. Curitiba/PR: ed. Ibpx, 2007.
- GENTILE, P. Antonio Nóvoa: “professor se forma na escola”. **Revista Nova Escola**. 2001. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/179/entrevista-formacao-antonionovoa?gclid=CjwKCAjwmf_4BRABEiwAGhDfSRs4eIQLwpEAp_UZOPWKD6bW4Y42U744_8sLjO3UFnV8gLYVbm7HWwBoCJT8QAvD_BwE>. Acesso em: 28 jul. 2020
- GOLEMAN, D. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que define o que é ser inteligente**. 66. ed. Rio de Janeiro/RJ: Objetiva Ltda, 1995.
- GOLEMAN, D. **A arte da meditação: um guia para a meditação**. 4. ed. Rio de Janeiro/RJ: Sextante, 1999.
- GOLEMAN, D.; DAVIDSON, J. R. **A Ciência da Meditação: como transformar o cérebro, a mente e o corpo**. Rio de Janeiro/RJ: Objetiva, 2017.
- GONDAR, J.; DODEBEL, V. **O que é memória social**. Rio de Janeiro/RJ: UNIRIO, 2005.
- HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 17. ed. São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- HERMÓGENES. **Autoperfeição com Hata Yoga: um clássico sobre saúde e qualidade de vida**. 50. ed. Rio de Janeiro, Nova Era, 2009a.
- HERMÓGENES. **Yoga caminho para Deus**. 16. ed. Rio de Janeiro, Nova Era, 2009b.
- HERMÓGENES. **Yoga para Nervosos: Aprenda a administrar seu estresse**. 44. ed. Rio de Janeiro, Nova Era, 2009c.
- HERNÁNDEZ, F; VENTURA, M. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho: O Conhecimento é um Caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.
- JÉLVEZ, J. A. Q. **História da Educação**. Canoas, Editora Ibpx, 2008.

- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Piso Salarial Para o Magistério**. 2019. Disponível em: <<https://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 29 jul. 2019.
- MAIRESSE, D. Cartografia do método à arte de fazer pesquisa. In: **Cartografias e devires: a construção do presente**. FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. (orgs) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 259-27.
- NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1992.
- NÓVOA, A. **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995.
- NÓVOA, A. **O professor pesquisador e reflexivo**. Entrevista concedida em 13 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- PUEBLA, Eugenia. **Educar com o coração: uma educação que desenvolve a intuição**. São Paulo/SP: Petrópolis, 1997.
- QEdU. **Brasil IDEB 2017**. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=4&grade=1&edition=2017>>. Acesso em: 16 jun. 2019.
- REDAÇÃO. Pâmela Bruening por valores e virtudes. **Revista Mundo Escolar**. FTD Educação, v. 3, n. 7, 2019.
- SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: Uma Reflexão sobre a Prática**. 3. ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.
- SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.
- TEDESCO, J. C. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. 2. ed. Passo Fundo/RS: UPF Editora, 2014.
- TOLLE, E. **O Poder do Agora: um guia para a iluminação espiritual**. Rio de Janeiro, RJ: Sextante, 2002.
- VÉRAS, K. M. **Por que Yoga para crianças?** 2015. Disponível em: <<https://Yogacomhistorias.com.br/por-que-Yoga-para-criancas/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre/RS: Bookman, 2001.



DEMOSCENE: O PRIMEIRO PATRIMÔNIO DIGITAL RECONHECIDO PELA UNESCO

*Maria Elena Medeiros Marcos**Fernando Cesar Sossai***Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)****Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo precípua discutir o processo de patrimonialização da *Demoscene*¹ como o primeiro patrimônio de cultura digital reconhecido pela UNESCO, em que serão analisados a ativação patrimonial realizada pelos *Demosceners*² e quais enunciados da UNESCO estão relacionados com essa patrimonialização.

Segundo a Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital (UNESCO, 2003), o patrimônio (cultural) digital consiste em expressão do conhecimento humano criado digitalmente ou convertido para formato digital a partir de recursos analógicos já existentes, ou seja, pode ser nascido ou convertido em digital.

Segundo a UNESCO, a “*herança digital é composta de materiais de computação de valor duradouro que valem a pena preservar para as gerações futuras e que vêm de diferentes comunidades, indústrias, setores e regiões*”. Ainda segundo esse enunciado, “[...] *nem todos os materiais digitais têm valor duradouro, mas aqueles que exigem metodologias ativas de conservação para manter a continuidade do patrimônio digital*” (UNESCO, 2003). Frente a isso, o conceito de patrimônio digital deriva da ideia de que o patrimônio é algo que é transmitido de geração em geração em razão do seu valor e por esse motivo deve ser preservado.

Importante ressaltar a variedade de formatos de arquivos quando se produz patrimônio digital demonstrando uma nova dicotomia entre original e cópia, uma vez que recursos produzidos (nascidos) digitalmente existem somente no formato digital, e o fato do patrimônio digital se constituir a partir da efemeridade, do não lugar, com constantes atualizações e modificações, sem que possamos precisar o que é original e o que é réplica.

Como parte do conceito de patrimônio digital, temos a noção de preservação dessa tipologia incentivada pela UNESCO com a intenção de fortalecer:

[...] processos que garantem a acessibilidade permanente de objetos digitais. Para fazer isso, é necessário encontrar maneiras de representar o que foi originalmente apresentado aos usuários por meio de um conjunto de computadores e softwares que permitem o processamento dos dados (UNESCO, 2003).

Nessa direção, a UNESCO salienta que “*o objetivo de preservar objetos digitais é manter sua acessibilidade, ou seja, a capacidade de acessar sua mensagem ou finalidade essencial e autêntica*” (UNESCO, 2003), e isso pode acontecer, inclusive, com a mudança do suporte original para um digital convertido em outro formato e colocado em nuvem.

Para que se possa compreender o patrimônio digital em sua complexidade faz-se necessário ligá-lo ao conceito de cultura digital, um conceito associado às discussões sobre a era da informação, ou era digital, conforme proposto por Castells (2017). A Cultura Digital envolve a existência de interatividade, interconexão e inter-relação entre homens, informações e máquinas. Assim, a cultura digital é marcada de forma expressa pela virtualidade,

1 Link de acesso ao Demoscene: <<http://demoscene-the-art-of-coding.net/>>.

2 Demosceners são como se denominam as pessoas que compõe a comunidade virtual Demoscene.



pelas relações fluídas, pela impermanência e pela imaterialidade. Isso afeta a forma como estamos nos relacionando e comunicando com o outro e com o mundo, como percebemos o outro e interpretamos o mundo.

Castells (2017, p. 455) nos provoca dizendo:

Então, o que é um sistema de comunicação que, ao contrário da experiência histórica anterior, gera a virtualidade real? É um sistema em que a própria realidade (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo faz de conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência (CASTELLS, 2017, p. 455).

Assim, o principal vetor dessa cultura digital, ou seja, a experiência que se caracteriza pelas mídias digitais está no papel de reconfigurar o mundo e a forma como o vemos e como deixamos nossos registros, nossos patrimônios culturais imateriais. Barbosa nos traz a reflexão de que “*o mundo digital, a rigor, confrontou a imersão de cada um de nós numa temporalidade marcada pela aceleração, em relações marcadas pela imaterialidade de um tempo veloz*” (BARBOSA, 2018, p. 40), em que a efemeridade do patrimônio digital fica evidenciada e em constante risco de desaparecimento.

Ainda segundo Castells (2017), os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais, fortalecendo, assim, seus costumes. E, como forma de salvaguardar esse bem efêmero e abstrato, a Demoscene buscou a patrimonialização da expressão da cultura digital que vivenciamos na atualidade.

Metodologia

A investigação aqui trabalhada foi desenvolvida por meio dos seguintes procedimentos teórico-metodológicos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

Conforme estudo de Boccato (2006, p. 266),

[...] a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Assim, a pesquisa bibliográfica, bem como a documental, realizada neste trabalho, foi baseada nas documentações públicas da comunidade Demoscene e da UNESCO, disponíveis em seus sítios eletrônicos, sobre as temáticas do patrimônio cultural digital e a patrimonialização da Demoscene.

Utilizamos também a produção intelectual de Manuel Castells na perspectiva da cultura digital e explicitamos como se deu o reconhecimento da Demoscene como primeiro patrimônio cultural mundial imaterial (digital) reconhecido pela UNESCO.

Estudo de Caso: A patrimonialização do Domescene

A Demoscene é uma comunidade internacional focada na criação de demos, apresentações audiovisuais criativas em tempo real que combinam softwares elaborados com gráficos e áudio, e sua formação remonta à década



de 1980, quando do acesso aos primeiros computadores domésticos. Essa comunidade iniciou, em 2019, dois processos de reconhecimento da Demoscene como patrimônio cultural imaterial na Finlândia e na Alemanha. Em outubro de 2019, iniciou o processo de reconhecimento como Patrimônio Mundial Imaterial pela UNESCO, o que veio a ser efetivado em abril de 2020.

A fim de organizar a mobilização da comunidade para a ativação patrimonial e prestar informações sobre os processos de patrimonialização, a comunidade Demoscene, em seu sítio eletrônico³, afirma que o objetivo do reconhecimento desse bem de cultura digital é “colocar o Demoscene na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco como uma prática cultural e social, que inclui muitos elementos centrais do mundo digital” (DEMOSCENE, 2020).

Um segundo objetivo da comunidade “é desafiar a lista da Unesco pela primeira vez com uma cultura digital original”, tornando, assim, a Demoscene a pioneira a abrir um caminho para outras culturas digitais, pois a “natureza descentralizada e procedimental de toda cultura digital obedece muito bem à definição de patrimônio imaterial” (DEMOSCENE, 2020).

Em outras palavras, a comunidade Demoscene e seus colaboradores propuseram a discussão em níveis nacionais e internacionais, e abriram um caminho para que outras culturas digitais possam ter seus patrimônios reconhecidos e salvaguardados pelos enunciados da UNESCO. Assim, segundo informações prestadas pela Demoscene, “a campanha tem o objetivo de contar histórias, ajudar a preservar o patrimônio e apoiar a cena para atrair novos e antigos talentos para viver por muito tempo e prosperar como uma cultura absolutamente única no mundo digital” (DEMOSCENE, 2020).

Ainda em seus documentos relativos à campanha de patrimonialização a comunidade nos convida a discutir a mudança provocada pela cultura digital enfrentada em nossas sociedades e, como consequência, buscar “ajudar a adaptar as estruturas existentes às demandas dos participantes ativos das culturas digitais e aumentar a consciência da necessidade de apoiar a salvaguarda e preservação da cultura digital” (DEMOSCENE, 2020).

A Demoscene busca, com o seu reconhecimento, uma forma de trazer luz sobre os aspectos do patrimônio digital e potencializar, de forma concreta, a definição de políticas apropriadas para a sua proteção, uma vez que a cultura digital se apresenta de forma descentralizada, anônima e auto-organizada, e para ajudar a garantir a diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável em um sentido amplo e abrangente (DEMOSCENE, 2020).

Como argumento para reconhecimento, o movimento de patrimonialização da Demoscene evocou a Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital (UNESCO, 2003) no artigo 2, que nos diz:

1. O “patrimônio cultural imaterial” significa as práticas, representações, expressões, conhecimentos, habilidades – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados a eles – que comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado por comunidades e grupos em resposta ao seu meio ambiente, sua interação com a natureza e sua história, e lhes proporciona um sentido de identidade e continuidade, promovendo assim o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana. Para os fins desta Convenção, será dada consideração exclusivamente ao patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes,
2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, manifesta-se, inter alia, nos seguintes domínios:
 - (a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como veículo do patrimônio cultural imaterial;
 - (b) artes cênicas;
 - (c) práticas sociais, rituais e eventos festivos;

3 Disponível em: <<http://demoscene-the-art-of-coding.net/core-facts-f-a-q/>>.



- (d) conhecimentos e práticas relativos à natureza e ao universo;
- (e) habilidade tradicional. (UNESCO, 2003).

Com base no citado anteriormente, a Demoscene afirma que “está instalada em todos os domínios definidos pela UNESCO” e que “*seu fundamento essencial está nos encontros pessoais e sociais, e em colocar a Demoscene na área das práticas intangíveis tradicionais, mesmo que sua prática central esteja na codificação que é claramente localizada no mundo digital*” (DEMOSCENE, 2020).

Assim, a comunidade se caracteriza por uma realidade híbrida, em que as esferas digital e analógica se tornam cada vez mais interligadas. Além da interconexão *on-line/off-line*, a Demoscene considera a criatividade como forma de expressão da sua cultura, considerando que:

Sua autolimitação em relação aos recursos técnicos é um propulsor típico da criatividade, particularmente em contextos digitais. Na verdade, as limitações técnicas são e continuarão sendo um problema central para toda produção digital. Ao decidir concordar com certas limitações, os Demosceners colocam no centro de sua cultura o desafio de encontrar soluções para certas tarefas que ninguém encontrou antes (DEMOSCENE, 2020).

Ainda segundo a Demoscene e como argumentação de forma a caracterizar a cultura do grupo, teve sua formação “*desde o início em uma filosofia clara sem fins lucrativos, tornando todos os demos disponíveis gratuitamente, e todos os demos são criados em trabalho colaborativo, que são modelos centrais de produção cultural em contextos analógicos e digitais*” (DEMOSCENE, 2020).

E reforça também “*a natureza internacional da Demoscene – e sua autoidentificação como cultura transnacional*” (DEMOSCENE, 2020), reforçando, assim, não só seu carácter digital, mas seu carácter internacional.

Considerações finais

Com vistas a tudo o que foi exposto, da emergência do conceito e preservação do patrimônio digital e do reconhecimento do primeiro bem de cultural digital patrimonializado pela UNESCO, percebe-se que se trata de uma conquista de uma comunidade híbrida, porém baseada no meio digital, uma vez que as interações se dão através da internet.

Como diria Castells (2013, pos. 2.790), “*eu afirmo que a internet fornece a plataforma de comunicação organizacional para traduzir a cultura da liberdade na prática da autonomia*” e a comunidade Demoscene, através do seu processo de ativação patrimonial, demonstrou, ainda segundo Castells, a mais profunda transformação promovida pela internet, indo da passagem da interação individual para uma construção autônoma de redes sociais controladas, guiadas pelos seus usuários e com poder político e decisório na atualidade.

Que o caminho aberto e trilhado pela Demoscene seja uma crescente. Que todas as comunidades de cultura digital se sintam representadas e encorajadas a buscarem seu reconhecimento como patrimônio imaterial pelos seus países e pela UNESCO.

Referências

BARBOSA, M. Cultura digital e democracia: um olhar histórico sobre um presente ultraveloz. **Confluências Culturais**, Joinville, v. 7, n. 2, 2018.

BOCATTO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: <http://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. 629 p.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na Era da Internet**. São Paulo: Zahar, 2013.

DEMOSCENE. Art of Coding. **Breakthrough of Digital Culture: Finland accepts the Demoscene on its national UNESCO list of intangible cultural heritage of humanity**. 15 Apr. 2020. Disponível em: <<http://demoscene-the-art-of-coding.net/2020/04/15/breakthrough-finland-accepts-demoscene-on-their-national-list-of-intangible-cultural-heritage-of-humanity/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

DEMOSCENE. Art of Coding. **Core Facts & F.A.Q.** Disponível em: <<http://demoscene-the-art-of-coding.net/core-facts-f-a-q/>>. Acesso em: 09 set. 2020.

DEMOSCENE. Practitioners and people who know the tradition well. **Perinto**. Disponível em: <<https://wiki.aineetonkulttuuriperinto.fi/wiki/Demoscene>>. Acesso em: 09 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital**. Paris, 2003.

RODRIGUES, A.; GENARI, E. Patrimônio Digital e Memória na Internet. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina. (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2020.

TEXT of the German application of Art of Coding. **DEMOSCENE – Art of Coding**. Disponível em: <http://demoscene-the-art-of-coding.net/wp-content/uploads/2020/01/AoC_German_appliaction_Oct2019_pub.pdf>. Acesso em: 09 set. 2020.

UNESCO. **Concept of Digital Heritage**. Disponível em: <<https://en.unesco.org/themes/information-preservation/digital-heritage/concept-digital-heritage>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

UNESCO. **Digital Heritage**. Disponível em: <<https://en.unesco.org/themes/information-preservation/digital-eritage>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

UNESCO. **Digital Heritage: Background**. Disponível em: <<https://en.unesco.org/themes/information-preservation/digital-heritage/background>>. Acesso em: 05 ago. 2020.



REFLEXÕES SOBRE BOAS PRÁTICAS DE SECRETÁRIAS DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Silvia Adriana da Silva Soares

Tamara Cecilia karawejczyk Telles

Universidade La Salle

Introdução

O artigo problematiza a função das Secretárias⁴ de Programa de Pós-Graduação em Educação, portanto, faz um recorte acerca do perfil e das competências das secretárias e tem como base o fato de que há mais de quinze anos, secretárias dos PPG's em Educação da Região Sul do país se encontram nos Fóruns de Secretárias de forma regular para compartilhar experiências de boas práticas, estabelecer redes de cooperação e se qualificarem profissionalmente.

A pesquisa envolve este público e a coleta de dados realizou-se entre 26 e 29 de outubro de 2014, durante o VII Fórum de Secretárias de PPG's em Educação da Região Sul, previsto na programação da X ANPED Sul - Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - realizada na UDESC.

A Secretária de um Programa de Pós-Graduação tem função estratégica no assessoramento do Colegiado, da coordenação, dos corpos docente e discente quanto às dimensões pedagógicas e administrativas da produção do conhecimento científico. Em consequência, o profissional que nela atua se constitui num gestor acadêmico e, visto sob esta perspectiva, precisa dominar um conjunto de conhecimentos, procedimentos e técnicas que viabilizem sua atuação. Sendo assim, a Secretária da Pós-Graduação, necessita ter um perfil empreendedor com competências que lhe permitam agir e tomar decisões num ambiente em contínuas transformações e sob permanentes processos de autoavaliação e de avaliação externa que caracterizam o Sistema Nacional de Pós-Graduação no Brasil.

Em pesquisa já realizada e publicada, produziram-se dados sociodemográficos destas profissionais, registraram-se suas opiniões sobre a profissão e se mapearam as principais atividades laborais que exerciam nos PPG's. Sendo assim, o objetivo deste artigo é analisar esses dados e fazer uma reflexão na perspectiva das boas práticas que foram identificadas neste grupo de secretárias. A estratégia orientadora para análise dos dados foi uma abordagem qualitativa e quantitativa e ser um estudo de caso. Utilizando-se da descrição de atividades cotidianas, utilizando-se de textos compondo "falas" que referem-se a memórias, sentimentos, pensamentos e discursos (BAUER; AARTS, 2002).

A pós-graduação brasileira

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi instituída em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº 29.741. No início do segundo mandato do governo Vargas, retomou-se o desenvolvimento da nação através da industrialização que, por sua vez, aumentou a complexidade da administração pública vindo à tona a urgência "*de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividades: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais*" (CAPES, 2014, s/p). O Ministro da Educação designa Anísio Spínola Teixeira para organizar a CAPES, da qual se torna o primeiro presidente de 1951 a 1964. No contexto do golpe militar, surge o famoso parecer 977/65, do Conselho Federal de Educação, de autoria do Conselheiro Newton Sucupira (SUCUPIRA, 2005). Este Parecer fixou conceitos e critérios para a classificação

4 Devido ao fato de esta categoria profissional ser formada em sua maioria por mulheres usaremos o termo secretárias.

dos cursos de pós-graduação no Brasil, com base nos quais a CAPES fez um “levantamento” reunindo dados de 157 entidades cujos resultados demonstram “a presença de 286 cursos de aperfeiçoamento e especialização e 96 cursos de pós-graduação dos quais 22 eram de doutorado, 67 de mestrado e 7 de características que não se enquadravam nos critérios estabelecidos para verificação” (GUTERRES, 2002, s/p).

Com este primeiro levantamento se inicia o processo de avaliação da Pós-Graduação no Brasil. Assim, conforme Cury, o Parecer Sucupira “passou a conceituar e normatizar os cursos de pós-graduação no Brasil” (2005, p. 10). Esses critérios básicos são utilizados até hoje, razão pela qual, a CAPES denominou de Plataforma Sucupira, o aplicativo “Coleta de Dados” que reúne e processa os dados necessários à avaliação da pós-graduação. Ainda, segundo Sucupira, os interesses práticos e imediatos vão além da pós-graduação e têm por finalidade proporcionar, “dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária” (2005, p. 164).

Em 2014, o aplicativo Coleta evoluiu para a Plataforma Sucupira. O Fórum de Secretárias dos PPG's em Educação da Região Sul, foi criado em 1998 justamente para promover a troca de experiências sobre o preenchimento do relatório Coleta, porém, na atualidade o Fórum tem como objetivo discutir questões concernentes ao trabalho nas secretarias dos PPG's em Educação, assim como, instrumentalizá-las para o contínuo aperfeiçoamento da sua eficiência nos Programas (ANPEDSUL, 2012).

A Plataforma Sucupira pressupõe a participação direta de cada integrante dos PPG's no processo de avaliação da pós-graduação. A responsabilidade pelo preenchimento do relatório na Plataforma é pessoal de cada docente e discente dos PPG's quando preenche seu Currículo Lattes. A articulação orgânica entre a produção acadêmica individual dos docentes, das linhas de pesquisa do PPG e dos discentes é responsabilidade do Colegiado, personificado na Coordenação. Na prática, no entanto, as secretárias dos PPG's partilham dessa responsabilidade quando: a) verificam se os registros acadêmicos e curriculares de discentes e docentes estão lançados adequadamente nos Lattes individuais; b) lançam ou informam os Coordenadores sobre os registros acadêmicos; c) lançam ou informam os registros de participantes externos; d) controlam os relatos quanto a convênios internacionais ou nacionais, etc. Na vida cotidiana dos PPG's, a Coordenação é “passageira”, pois é eleita pelo Colegiado e, conforme o costume da área, geralmente, exerce mandato de dois anos. Na prática, as secretárias formam um quadro “permanente” entre os quadriênios das avaliações.

Talvez com melhores condições que a Coordenação, a Secretária acumula expertise na gestão das informações administrativas do Coleta. Desse modo, parece que o *modus operandi* dos PPG's é que a Secretária opere na Plataforma a inserção de informações relacionadas aos dados cadastrais do PPG, os financiadores de projetos de pesquisa, os discentes (matrícula nas disciplinas, bolsistas, registro de defesas, cadastro dos avaliadores externos, turmas, e divulgação dos textos de teses e dissertações) e as vinculações entre Linhas de Pesquisa, projetos de pesquisa e produções. Em contrapartida, a Coordenação articula com o Colegiado os textos analíticos e a autoavaliação que compõem a Proposta do Programa, tendo como base empírica a produção intelectual vinculada às Linhas e à inserção acadêmica e social que o PPG realiza de forma coletiva.

Resultados e discussão

A divisão de gênero é marcadamente feminina, entre as 17 secretárias presentes, 16 eram do sexo feminino e 1 do sexo masculino.

A maioria das secretárias – 10 pessoas - situa-se na faixa etária de 30 a 49 anos, caracterizando um grupo de servidores com experiência laboral de alguns anos. Apenas 3 secretárias possuem idade inferior a 24 anos e 3 secretários com 25 a 29 anos e 1 secretaria com mais de 50 anos.

A maioria dos PPG's em educação é secretariada por servidores com formação na área administrativa. Das 16 secretárias, a menor escolaridade é de uma pessoa com formação de nível médio em curso Técnico em Administração, no final de 2014 prestará vestibular para graduar-se em Administração. Há quatro secretárias com formação superior concluída nos cursos de Engenharia Mecânica; Direito; Letras e Secretariado executivo. Duas secretárias possuem o nível superior incompleto e estão cursando Administração.

Quanto à formação continuada, quatro secretárias não realizaram nenhuma atividade nesse sentido e 13 participaram de algum curso de formação continuada nos últimos dois anos. Parece, portanto, que os PPG's da Região Sul, incentivam a qualificação permanente de suas secretárias.

A questão seguinte perguntou: há quanto tempo atua como secretário da Pós-graduação? Três secretárias atuam na pós-graduação há menos de um ano; sete atuam entre 1 a 3 anos; entre 7 e 10 anos de atuação no PPG estão quatro secretárias; entre 11 e 15 anos há uma secretária em atuação; dois atuam há mais de 20 anos.

Para a análise da questão sobre: quais são os conhecimentos que acha necessário para desenvolver suas atividades? As secretárias atribuíram uma nota conforme grau de relevância para o seu desempenho profissional, com os números 1, 2, 3, 4, 5, considerando 1 para menor relevância e 5 para maior relevância. Então, para determinar o valor de importância das respostas utilizou-se a seguinte padronização: valores menores que 3 não são relevantes, o 3 podemos dizer que é pouco relevante, o valor 4 é relevante e o valor 5 é muito relevante. As respostas desta questão receberam um tratamento quantitativo para constituir o *Ranking* Médio (RM) empregando a escala de Likert de 5 pontos para determinar o grau de relevância para determinados conhecimentos necessários para atuação das secretárias. "Para o cálculo do RM utilizou-se o método de análise de escala do tipo Likert apresentado por Malhotra (2001) e utilizado por Tresca e de Rose Jr (2004) e por Cassiano (2005)" (BARBOSA; CAMPANHOL, 2006, p. 12).

Ao responderem sobre como melhor desenvolver suas atividades, o cálculo da RM indicou: Domínio de Língua Estrangeira (2,8); Conhecimento de Design (2,7); Noções de Contabilidade (2,7) e Conhecimento a partir de intercâmbio nacional e internacional com outras instituições (2,9). Os demais conhecimentos tiveram nota superior a 3, que indica serem relevantes para o desenvolvimento das atividades. O mais relevante na opinião de todos foi o Domínio da Língua Portuguesa e o Conhecimento da Plataforma Sucupira, com média de 4,8. Essa relevância atribuída representa a preocupação das secretárias com a escrita na redação de documentos. Outra preocupação era conhecer a Plataforma Sucupira porque em muitos Programas são as secretárias que a preenchem.

Outra questão pedia aos depoentes que assinalassem todas as atividades que realizavam, podendo marcar mais de uma. Foram relacionadas 27 diferentes atividades, listadas a partir da experiência como secretária da primeira autora. O questionário pedia as secretárias que assinalassem todas as atividades que realizaram: sete atividades todas fazem igualmente. Outras dez atividades são feitas por 16 secretárias. Foram 15 Secretárias que identificaram seis atividades realizadas. Outras 14 secretárias realizaram duas atividades. Outras 13 respostas apontavam para duas atividades realizadas. O questionário, nessa questão, deixava um espaço ao final para indicarem outras atividades realizadas por elas, permitindo que acrescentassem alguma que não houvesse sido relacionada. Foram relacionadas mais 9 atividades diferentes das que já tinham sido relacionadas, totalizando assim 36 diferentes atividades realizadas em nosso dia-a-dia.

A questão seguinte: O seu Regimento prevê a existência de uma Secretaria Exclusiva para o Programa de Pós-Graduação em Educação? As respostas se dividem, em dez deles a secretaria é compartilhada por vários PPG's. Sete secretárias dedicam-se exclusivamente ao PPG da Educação.

Continuando, a questão de número 11 formulou a pergunta: Considerando as atividades descritas no seu Regimento, em que percentual você considera que estas são contempladas?



Uma secretária respondeu que suas atividades estão contempladas em 20% no seu Regimento, dizendo ainda que suas atribuições estão subentendidas na parte da Coordenação, para ele o Regimento não explicita quais são suas funções. O índice de 60% obteve cinco respostas e três secretárias assim justificaram a resposta: muitas atividades da Coordenação são repassadas para a Secretaria, inclusive, a Secretária assume responsabilidades que não são suas e não estão descritas no Regulamento. O índice de 80% obteve três respondentes. O índice 100% obteve cinco respostas e três secretárias responderam que nada.

Apesar dessa diversidade nas suas atividades profissionais, apenas sete PPG's preveem em seu Regulamento a designação de uma secretaria exclusiva. Dez Programas não dispõem desse serviço de forma exclusiva. Os Regimentos dos PPG's, em geral, não regulamentam as atividades da Secretaria. Planos de Carreira específicos existem em apenas quatro IES.

A última questão era descritiva e perguntava: Como se sente em relação a sua função e a Instituição onde trabalha?

Observando as respostas dadas, verifica-se que todas as secretárias gostam do que fazem, mesmo que todas se queixem da quantidade de tarefas, do excesso de trabalho, de fazer coisas além do que deveriam, até mesmo de fazer tarefas que seriam da Coordenação e não suas. Parece que o problema não é fazer além do que deveria, mas é a falta de incentivo e de reconhecimento por parte da Instituição.

O problema de investigação desta pesquisa traça um perfil das Secretárias que atuam nos PPG's da Região Sul, tendo em vista à qualificação de processos e práticas gestoras destes colaboradores junto às Coordenações destes Programas como também, em relação aos corpos docente e discente, no que se refere às questões de cunho administrativo-pedagógico.

Através dos dados coletados na pesquisa, produziram-se dados sociodemográficos destas profissionais, registraram-se suas opiniões sobre a profissão e se mapearam as principais atividades laborais que exerciam nos PPG's. Desta forma, foi possível a análise destes dados na perspectiva das boas práticas que foram identificadas entre o grupo de secretárias.

Considerações finais

Uma informação que deliberadamente não incluímos no questionário de pesquisa, refere-se à conversa informal que ocorre entre as secretárias com maior participação nos Fóruns de Secretárias da ANPED SUL, alguns cuidam, inclusive, do preenchimento do currículo Lattes de docentes e discentes, para garantir que o preenchimento do currículo seja feito de forma correta e que não falte nenhuma informação. Talvez seja prudente que os PPG's ofereçam oficinas para o preenchimento do Currículo Lattes para docentes e discentes. Em todo o caso, os ingressantes no Mestrado que não participaram de projetos de Iniciação Científica, normalmente, não sabem da utilidade acadêmica de planejar o preenchimento do Currículo Lattes, como estratégia fundamental para a projeção de uma carreira profissional na área da pesquisa.

Por outro lado, parece também necessário que a Avaliação Quadrienal da CAPES reconheça uma evidência da prática: as secretárias são, de fato, responsáveis pelo preenchimento de muitas informações administrativas e quantitativas requeridas pela Plataforma Sucupira. Os dados qualitativos e acadêmicos devem ser cuidadosamente preenchidos pelas Coordenações.

O Fórum de Secretárias/os dos Programas de Pós-graduação em Educação da Região Sul (SC, PR e RS) que teve início no ano de 2002, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, idealizado pelos Professores Doutores Lucídio Bianchetti e Maria Célia Marcondes de Moraes (*in memoriam*), ambos do PPGE da UFSC. Desde então o Fórum vem acontecendo paralelamente às reuniões da ANPED-Sul, visando à socialização de experiência



entre docentes, discentes e secretárias, constituindo uma rede de discussão, compartilhando experiências e boas práticas (PORTAL ANPEDSUL, 2012). As Instituições deveriam incentivar a participação de suas secretárias, bem como esta atividade de formação continuada das Secretárias poderia ser mais valorizada pela Avaliação CAPES.

Depois da realização da pesquisa em outubro de 2014, durante o VII Fórum de Secretários/as de Programa de Pós-graduação em Educação da Região Sul foi elaborada uma carta enviada a presidenta da ANPED, solicitando apoio para realização do I Encontro Nacional de Secretárias de PPG's em Educação – ENSEC. O encontro aconteceu de 04 a 07 de outubro de 2015, na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Este encontro foi organizado pelas secretárias dos Programas de Pós-graduação em Educação das Universidades La Salle e Vale do Rio do Sinos.

Este movimento organizado pelas secretárias, através do FORSEC e do ENSEC, encontro regional e nacional demonstra a preocupação destas colaboradoras com a realização de suas atividades laborais com excelência, as sessões de comunicação propiciadas pelas secretárias e a troca formal e informal de experiências entre elas têm contribuído para o aprimoramento de suas atividades e da própria pós-graduação em educação, caracterizando uma boa prática formativa destas profissionais, muitas vezes ignoradas, mas que são estratégicas para o desenvolvimento científico da área da Educação.

Referências

- ANPEDSUL. **Fórum de Secretários(as) de Programas de Pós-graduação em Educação da Região Sul**. Disponível em: <<http://www.portalanpedsul.com.br/home.php?link=secretarios&sublink=secretarios>>. Acesso em: 06 mai. 2014.
- BARBOSA, J. P. P.; CAMPANHOL, E. M. A indústria de confecção de Passos/MG e a capacitação de sua mão-de-obra. **REA - Revista eletrônica de administração**, Franca/SP. v. 5, n. 1, p. 1-16, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/view/193>>. Acesso em: 21 mai. 2015.
- BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis; Vozes, 2002.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **História e Missão**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Caracterização do Sistema de avaliação da Pós-Graduação**. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados/91-conteudo-estatico/avaliacao-capes/6871-caracterizacao-do-sistema-de-avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 07 set. 2014.
- CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 7-20, Set /Out /Nov /Dez 2005.
- GUTERRES, C. R. J. A Faculdade Interamericana de Educação. Cadernos de Educação Especial/Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação/Departamento de Educação Especial/Laboratório de Pesquisa e Documentação – **LAPEDOC**, v. 1, n. 19, 2002, 114 p. - Santa Maria. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2002/01/a11.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- SUCUPIRA, N. (Relator). Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 162-173, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.



AS ATIVIDADES TURÍSTICAS DO CAMINHOS DE PEDRA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Fabiana Tramontin Bonho

Roberto Amaral Schinoff

Judite de Bem Sanson

Universidade La Salle

Introdução

O turismo cultural a muitos anos vem gerando alguns benefícios na localidade que a explora, devido as diversidades de atividades culturais que vem sendo exploradas por turistas em buscas de novas culturas e de novas vivências. Pessoas cada vez mais procuram o interior para fugir da agitação das cidades, assim como resgatar suas identidades. Bento Gonçalves, município da Serra gaúcha possui o Roteiro Turístico Caminhos de Pedra que desfruta da originalidade italiana através da gastronomia, casas históricas, costumes e folclore. Este trabalho tem como problema investigar se o turismo cultural possui estratégias de desenvolvimento e para isto, tem como pergunta norteadora: A gestão das atividades que compõem o Caminhos de Pedra é fomentadora do desenvolvimento local?

Para atingir ao objetivo proposto foi utilizado a pesquisa bibliográfica para contextualizar o Caminhos de Pedras e também os termos de turismo cultural e desenvolvimento local.

Assim, este artigo está desmembrando num primeiro momento na contextualização do turismo cultura e desenvolvimento local. Após uma breve contextualização do Roteiro Turístico Caminhos de Pedra e, por fim, as considerações finais que foram constituídas após a realização deste estudo.

Turismo cultural como fato de desenvolvimento local

O turismo é uma atividade que engloba as três dimensões: social, cultural e econômica sendo uma fonte de renda e emprego. Quando se fala em turismo, percebe-se a necessidade de uma análise sobre os processos de desenvolvimento que a atividade gera sobre esses locais, uma vez que o ser humano é parte fundamental e pertencente do meio ambiente tanto natural e cultural onde ele está inserido (MARCON, 2007).

Barretto (2003, p.19) conceitua turismo cultural como “[...] todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange”.

Corroborando Brasil (2010) traz que o turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas a vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio históricos e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Segundo Marcon (2007) o componente cultural, evidenciado pelos objetos e expressões tangíveis tanto eruditas como populares, dispõe de vasta relevância para a atividade turística, uma vez que é através das mesmas que visitantes e comunidade recebedora poderão estabelecer suas trocas culturais, sendo assim, a cultura um condutor de socialização entre os mesmos.

Os elementos do patrimônio cultural de um determinado lugar se formam em aspectos diferenciais para o desenvolvimento de produtos e para a promoção dos empreendimentos, isto se dá em razão dos restaurantes voltados



à gastronomia tradicional, pelos costumes, pelo artesanato e ambientação dos equipamentos, nas programações de lazer com manifestações culturais autênticas. (BRASIL, 2010)

O turismo cultural é formado por uma diversificação de práticas, podendo estar relacionados a diferentes segmentos, os quais podem estar relacionadas devido as peculiaridades dos territórios, dos serviços prestados aos turistas, através das atividades culturais, como arquitetura, gastronomia, artesanatos.

Assim, destacamos dentro da diversidade do turismo cultural, o chamado, roteiro turístico que é um percurso geográfico determinado, integrado por várias atrações com características comuns ou que gira em torno de uma grande atração e associa outras atividades nos deslocamentos propostos, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística. (BRASIL, 2010)

Os roteiros turísticos têm um papel estratégico para o desenvolvimento regional ou local, pelo fato de descentralizar o fluxo turístico, estimulando a visita entre vários pontos e, desta forma, gerando negócios para o comércio local, como para restaurantes, pousadas, parques, os quais geram aspectos positivos na economia.

Compreende-se o desenvolvimento local como um esforço para promover os diversos fatores que se relacionam dentro de um território limitado por suas características próprias e que provocam mudanças internas. Conforme Büttgenbender (2017), o desenvolvimento endógeno se origina da transformação consciente da realidade local. Vale ressaltar que o desenvolvimento local é o desenvolvimento da localidade, o qual poderá ser endógeno ou exógeno, sendo endógeno quando se utilizam as forças, as características e a estrutura daquele local; exógeno, quando se faz necessário a utilização de elemento externos, pois os do local não são suficientes para suprir as atividades da comunidade (AVILA, 2001).

O conceito de desenvolvimento endógeno está ligado à capacidade dos sujeitos locais, como empresas, organizações, sindicatos ou outras instituições, de impulsionar o processo de desenvolvimento e de crescimento (GUERRA; GÓES, 2007). Pois, para que o turismo cultural possa contribuir efetivamente para as diversas ofertas turísticas, é essencial que os gestores públicos juntamente com os privados tenham conhecimento das especificadas relacionadas ao ordenamento, estruturação, e promoção do segmento. Assim como, devem possuir conhecimento das políticas públicas de turismo, para poderem aplicá-las de forma corretas em todas as atividades dos diferentes segmentos que se constituem no local.

Assim, o desenvolvimento endógeno tem como princípio o foco regional, maiores contribuições para a problemática das desigualdades, melhores instrumentos de políticas para a sua correção e sugestões que caminhem da base para o topo (SANTOS, 2013). Para haver desenvolvimento endógeno, necessita-se de iniciativas locais no processo de desenvolvimento, de produção e competitividade da força local para superar os efeitos da globalização, em que se constata uma maior preocupação com o ser humano, com melhores condições de vida e também com a redução das desigualdades (SANTOS, 2013).

Dessa forma, o desenvolvimento endógeno vai além das medidas puramente ligadas à acumulação e à industrialização. Esse crescimento se evidencia em iniciativas que busquem a melhoria das condições sociais, a liberdade do homem e que ocorra também o desenvolvimento humano (BROSE, 2000).

Zapata e Albuquerque (2004) comentam que o desenvolvimento local onde a esfera social se integra a econômica, sendo a estratégia do desenvolvimento local preconiza além de fortalecer os aspectos produtivos, deverá fomentar as esferas sociais, culturais, ambientais e político-institucionais o qual desenvolvem o bem estar da sociedade. Assim, a percepção dos elementos culturais de identidade territorial compõe informações que irão ajuda no entendimento das relações que se cristalizam no território, sendo seu entendimento essencial para qualquer ação e estratégia de desenvolvimento local.

Os autores ainda colocam que se deve insistir em que a identidade regional não seja compreendida como um ativo preexistente num território, mas seja percebido como um ativo intangível que poderá ser constituído



localmente, por meio de geração de espaços e articulação e confianças entre os atores sociais para enfrentarem os desafios básicos.

O Roteiro Turístico Caminhos de Pedra

O Roteiro Caminhos de Pedra localiza-se em Bento Gonçalves, que se encontra na região do Sul do Brasil, a cerca de 124 km de Porto Alegre. Bento Gonçalves tem a maior parte composta pela ocupação rural, sendo que sua ocupação não seu deu de forma fácil, pois a cultura e as construções relacionadas à imigração eram menosprezadas pela população local (BERTOCO; MEDEIROS, 2015).

O “Caminhos de Pedra” é uma das ações que visam à valorização da imigração italiana, esta ocorreu de forma tardia, apenas nos anos 1990, com a intenção de promover a reabilitação ambiental, o desenvolvimento econômico e humano na comunidade rural por meio de um roteiro turístico. Porém, alguns problemas existiam como a preocupação inicial de preservar e valorizar as antigas edificações que representavam, para a população, naquele momento, a vergonha de sentirem-se brasileiros de segunda categoria. Assim como, o custo de sua manutenção, onde se fazia presente e necessário encontrar uma forma em que a conservação da herança cultural proporcionasse renda aos usuários (BERTOCO; MEDEIROS, 2015).

Desta forma, o arquiteto Julio Posenato e o engenheiro Tarcísio Vasco Michelin, percebendo o grande potencial do local, foram os idealizadores do projeto o qual definiu como objetivo principal a educação da comunidade do Distrito de São Pedro, a valorização da história e do patrimônio cultural herdado dos imigrantes, assim como a gestão deste patrimônio, resgatando a memória do local e transformando-o em um atrativo turístico (CAMINHOS DE PEDRA, 2020).

Julio Posenato e Tarcísio Vasco Michelin foram os primeiros gestores culturais do roteiro Caminhos de Pedra, aqueles que arquitetaram, administraram, desenvolvendo as primeiras regras e normas, os quais os estabelecimentos deveriam cumprir. A gestão destes dois empreendedores, sem grande conhecimento no campo da cultura, criou um roteiro turístico que fomentou o desenvolvimento local, através do resgate da cultura italiana. Além da parte de idealização Michelin utilizou de recursos próprios de seu Hotel Dall’Onder para restaurar as primeiras quatro casas e fazer algumas obras mais emergenciais.

Os gestores culturais são capazes de sistematizar as dimensões, econômica, simbólica e política cultural, na perspectiva de incentivo dos direitos culturais, assim como a solidificação de políticas públicas.

Segundo Rubim (2016) a gestão cultural envolve a operações administrativas e práticas necessárias para dar efetividade as políticas culturais, as quais correspondem aos processos de conjuntos articulados, contínuos e sistemáticos de produções e ações que orientam o desenvolvimento da cultura e atendem as demandas culturais da sociedade.

Assim, o sucesso do projeto animou tanto os idealizadores quanto a comunidade. O projeto contemplava o resgate do patrimônio cultural bem como o arquitetônico, língua, folclore, arte, habilidades manuais, etc. E a partir de 1998 o projeto foi aprovado pelo Conselho Estadual de Cultural e passou a captar recursos das empresas locais através da Lei de Incentivo à Cultura do Estado do RS (CAMINHOS DE PEDRA, 2020).

De acordo com Silva, os patrimônios culturais

também chamados de bens culturais, tanto os materiais quanto os imateriais, são, antes de tudo, um cenário aberto para construções, perpetuações e ressignificações. Como os palimpsestos medievais, os bens culturais tiveram e têm uma gama variada de funções e de usos, contando com narrativas que transitam entre a tradição e a modernidade, a identidade local/nacional e a pertença a uma cultura/comunidade maior, no qual são, por vezes, regionalizados internacionalmente como elementos da cultura ocidental, oriental, latina, europeia, etc., e, em outras ocasiões, universalizados – no sentido iluminista do termo, ou seja, que engloba a humanidade (SILVA, 2018, p. 01).

Hoje, a Associação Caminhos de Pedra conta com cerca de 70 associados, possuindo 28 pontos de visitação, os quais se constituem em seus bens culturais. Destacam-se dois pontos de visitação, os mais antigos do roteiro Caminhos de Pedra, a primeira, apresentada pela imagem 1 é a Pousada Cantelli, de pedra, construída em 1878 que a partir de 2011 começou a receber seus primeiros hóspedes. Esta bem foi a primeira casa de hospedagem do roteiro. E a segunda, também hoje uma pousada, foi construída por volta de 1878 com pedras irregulares, possui um porão, o qual teve a finalidade para funcionar como estábulo, onde no inverno os moradores dormiam juntos com os animais para se aquecerem (imagem 2).

Imagem 1 – Pousada Cantelli



Fonte: Caminhos de Pedra, 2020.

Imagem 2 – Pousada Casa Barp



Fonte: Caminhos de Pedra, 2020.

O roteiro Caminhos de Pedra é considerado pioneiro no Brasil em termos de turismo rural e cultural, recebendo em torno de 100.000 turistas, em média, no ano em seus 28 pontos de visitação. É considerado um promissor na preservação do patrimônio, na consolidação da identidade e na viabilização econômica, e assim no fomento do desenvolvimento local.

Considerações finais

O roteiro Caminhos de Pedra demonstra a importância da imigração italiana, através do resgate de todo o seu patrimônio cultural, isto é, abrangendo desde a parte arquitetônica, o folclore, a arte, a língua, as habilidades manuais, assim como grupos artísticos.

O mesmo fomenta o desenvolvimento da localidade, pois recebe em média anual 100.000 turistas, os quais percorrem e desfrutam dos diferentes pontos de visitação do roteiro, gerando desta forma renda aos proprietários e



componentes da Associação, como, também receita para o município através de impostos sobre as vendas e outras fontes derivadas do turismo.

Por fim, ressalta-se a gestão dos idealizadores que conseguiram criar e manter suas estratégias com sucesso, desenvolvendo uma atividade cultural, através do turismo que alavancou com as visitas turísticas o município, a economia através da geração de receita e assim, o desenvolvimento local.

Referências

- ÁVILA, V. F. de. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2001.
- BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades de planejamento. Coleção Turismo. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- BERTOCCO, C.; MEDEIROS, A. E. **Sustentabilidade, planejamento urbano e instrumentos de gestão do patrimônio e da paisagem cultural em Bento Gonçalves / RS**. Olhares da Reabilitação Ambiental Sustentável. Paranoá: caderno de arquitetura e urbanismo. n. 14. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/issue/view/397>>. Acesso em: 23 mai. 2020.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020
- BROSE, M. Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: **103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- BÜTTENBENDER, P. L. Desenvolvimento local. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mario (Orgs). **Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos**. Porto Alegre: Conceito, 2017.
- CAMINHOS DE PEDRA. Associação Caminhos de Pedra. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.caminhosdepetra.org.br/historico/>>. Acesso em: 21 mai. 2020.
- GUERRA, O.; GÓES, T. R. Desenvolvimento endógeno e teoria evolucionista como fundamentação para políticas públicas em arranjos produtivos locais. ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 3, 2007, Salvador. [Anais...] Salvador: [s. n.], 2007.
- MARCON, E. M. G. O turismo como agente de desenvolvimento social e a comunidade Guarani nas “Ruínas Jesuíticas de São Miguel das Missões”. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 5, n. 3 p. 343-352, 2007. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/5307/PS060307.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2020.
- RUBIM, A. A. C.; CANAL, C. Y.; BAYARDO, R. (Org.) Panorama da gestão cultural na Ibero-américa. Salvador: EDUFBA, 2016. IN: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas e Gestão Cultural no Brasil**. p. 59-84. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23897/1/PanoramaDaGest%c3%a3oCulturalNaIbero-Am%c3%a9rica%28Cole%c3%a7%c3%a3oCult23%29_%20Rubim.Canal.Bayardo.EDUFBA.pdf>
- SANTOS, J. R. R. dos S. **Universidade pública e desenvolvimento local**: a presença da Universidade Estadual e Santa Cruz (Uesc) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008. Bahia: Editus, 2013.
- SILVA, C. A. F.; Rodrigo Christofolletti (org.) – **Bens Culturais e Relações Internacionais**: O Patrimônio como Espelho do ‘Soft Power’, MIDAS [Online]. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/midas/1337>>. Acesso em: 16 set. 2020.



ZAPATA, T.; ALBURQUERQUE, F. A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (Orgs). **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 211–225. Disponível em: <<https://www.sedetur.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20170525/04092540-1353522830-a-20import-c3-a2ncia-20da-20estrat-c3-a9gia-20de-20desenvolvimento-20local-20territorial-20no-20brasil-20-20albu.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.



BRASÍLIA, PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO: A PRESERVAÇÃO DO PLANO PILOTO (1960-1987)

Vinicius José Mira

Fernando Cesar Sossai

Diego Finder Machado

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

Introdução

Este artigo vincula-se ao projeto intitulado “Pelos bastidores da UNESCO: estratégias para uma governança em rede do Patrimônio Mundial (1990-2020)” (PCM-III), financiado pelo Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade da Região de Joinville (Univille), bem como se associa aos atuais estudos empreendidos pelo grupo de pesquisa Cidade, Cultura e Diferença da Univille (GPCCD - <https://gpccd.org/>). O artigo visa socializar os resultados da fase de revisão bibliográfica da pesquisa de iniciação científica intitulada “Brasília, patrimônio mundial da UNESCO: cidade funcional modernista e cidade inteligente? (1981-1990)”, além de procurar evidenciar os caminhos em aberto na historiografia sobre o assunto que a pesquisa almejará dar conta na sua continuidade.

Brasília e seu conceito de Plano Piloto

Inaugurada em 21 de abril de 1960, depois de 3,5 anos de construção, Brasília foi reconhecida como Patrimônio Mundial da UNESCO em 7 de dezembro de 1987, em função de seu suposto valor universal excepcional. Os critérios para sua escolha foram o I e IV que sinalizam, respectivamente, que o bem representa “uma obra-prima do gênio criativo humano” e “um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre um significativo estágio da história humana” (UNESCO, 2019, p.25, tradução nossa).

As principais características excepcionais de Brasília são, segundo as palavras de Lúcio Costa, responsável pela concepção urbana do plano-piloto de Brasília, as quatro escalas urbanas da cidade⁵: monumental, residencial, gregária e bucólica (COSTA, 1987). As escalas são sinalizadas pela bibliografia como uma filiação brasileira à concepção urbana funcionalista dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e de seu manifesto, a Carta de Atenas, de 1933 (REIS, 2011), em que se defendeu que as quatro funções essenciais da cidade são trabalhar, habitar, circular e recrear-se (CIAM, 1933).

Além disso, também são características excepcionais as superquadras: um conceito de quarteirões arborizados com espaços de livre circulação entre as residências familiares (REIS, 2015); a estrutura viária fluída que “funciona como arcabouço integrador das várias escalas urbanas” (COSTA, 1987, p.4); e a arquitetura de Oscar Niemeyer, materializada em diversas construções localizadas no eixo Monumental, a saber, as sedes dos 3 poderes (Palácio

5 “A escala monumental, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do país, está configurada no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti. [...] A escala residencial, proporcionando uma nova maneira de viver, própria de Brasília, está configurada ao longo das alas Sul e Norte do Eixo Rodoviário-Residencial [...]. A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da intersecção dos eixos monumental e rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitais, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte. [...] A escala bucólica, que confere a Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificadas ou institucionalmente previstos para edificação e destinados à preservação paisagísticas e ao lazer [...]” (DISTRITO FEDERAL, 1987).

do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal), o Palácio do Itamaraty, o Palácio da Alvorada e a Catedral Metropolitana, entre outros.

Em se tratando dos estudos urbanísticos de Brasília, um dos conceitos estruturantes é o de “espaço urbano”, tendo em vista que, ao se tratar de Brasília enquanto patrimônio lida-se com uma poligonal urbana tombada, ou seja, um recorte espacial dinâmico nas múltiplas práticas cotidianas. Nesse sentido, concordamos com o entendimento de Sossai e Coelho (2018, p. 122), para quem o “espaço urbano é um lugar praticado e sua existência consiste no conjunto dos movimentos que o animam, ou seja, na multiplicidade de práticas sociais que cotidianamente o produzem”.

Outro conceito fundamental é o de “Plano Piloto” e a sua conotação dicotômica. Nessa direção, vale a pena citar os trabalhos de Thiago Pereira Perpétuo (2015; 2016), que distinguem o plano-piloto de 1956 (concepção urbanística de disposição espacial de Lúcio Costa que venceu o concurso para o “projeto urbanístico” da nova capital) e o Plano Piloto (a realidade físico-territorial que é, parcialmente, decorrente do projeto e que foi contemplada pelas iniciativas de salvaguarda).

Nesse ponto, os conceitos de “espaço urbano” e “Plano Piloto” se cruzam, uma vez que é a prática cotidiana do lugar e o seu conjunto de movimentos que o produzem enquanto realidade físico-territorial.

Uma cidade que já nasceu patrimônio?

Embora se cogitasse transferir a capital do Brasil para o interior do país pelo menos desde o Século XVIII, a mudança definitiva só começou a se materializar a partir da República de 1946, quando as Disposições Transitórias da Constituição determinavam a transferência da capital para o Planalto Central e a elaboração de um grupo de trabalho para proceder com o estudo da localidade da nova capital. A transferência da capital para o Planalto Central do país foi incorporada no plano de governo de Juscelino Kubitschek ainda durante a campanha eleitoral e acabou se tornando a grande bandeira de seu mandato, sendo Brasília a Meta-Síntese do seu Plano de Metas (KUBITSCHKEK, 2000).

Em virtude da dimensão dessa empreitada, que ganhou conotações personalistas na figura de Juscelino, o malogro de Brasília representaria a morte política de JK (PERPÉTUO, 2018). Nesse sentido, há um ímpeto do então presidente em garantir a preservação da capital recém-nascida, que se materializou em dois projetos de leis, sendo apenas um deles aprovado. A pesquisa irá avançar mais na investigação das nuances desse ímpeto preservacionista de JK.

Seja como for, o projeto de Lei nº 1.921, encaminhado ao Congresso em 19 de maio de 1960, criava o Conselho de Supervisão e Controle de Arquitetura, Arte e Urbanismo de Brasília, visando garantir o cumprimento integral do plano-piloto. Apesar de um início de tramitação promissor, o projeto não teve continuidade parlamentar após o governo de JK e acabou sendo arquivado, em 1964, em função da já existência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, criado por meio da Lei nº 4.545, de 1964, cujo regimento foi aprovado pelo Decreto nº 115, de 12 de setembro de 1961 (PERPÉTUO, 2018). Brasília ainda teve um outro mecanismo legal de proteção, qual seja, a Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, também conhecida como Lei San Tiago Dantas, deputado do PTB que foi relator do projeto. O art. 38 da lei, situado nas disposições gerais, legisla que “qualquer alteração no plano-piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de autorização em lei federal” (BRASIL, 1960). Isso quer dizer que mesmo antes de inaugurada, Brasília já tinha um dispositivo legal de defesa do plano-piloto (PERPÉTUO, 2015; 2018).

Brasília Patrimônio Mundial

A noção de patrimônio mundial foi estabelecida pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, de 1972, a qual foi ratificada pelo Brasil em 1977. Trata-se de um mecanismo internacional voltado à proteção de bens de valor universal excepcional cuja preservação é, presumidamente, de



interesse global. Conforme o artigo 1º dessa Convenção, podem ser considerados patrimônios mundiais culturais:

[...] os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, Art. 1º)

De acordo com Scifoni (2017), a Convenção de 1972 impulsionou a mundialização de uma certa experiência de preservação europeia, especialmente francesa, muito pautada na monumentalidade e excepcionalidade dos bens. Peixoto (2002, p. 39) afirma que o status de patrimônio mundial da UNESCO funciona como uma “distinção e a referência simbólica e emblemática por excelência dos processos de patrimonialização”. Assim como Brasília, historicamente, os bens candidatos à Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO foram escolhidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial, composto por 21 integrantes de diferentes países, sazonalmente eleitos.

Em meados em 1985, o recém-nomeado Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, direcionou as atividades do GT-Brasília (1981-1988), um grupo de trabalho composto por profissionais do IPHAN, UnB e Governo do DF incumbido de pensar a preservação de Brasília, para elaborar o dossiê de candidatura da cidade à condição de Patrimônio Mundial (SILVA, 2019). Paralelamente ao trabalho do grupo há uma série de movimentações de bastidores, especialmente as atividades do Ministério da Relações Exteriores (Itamaraty), por meio da embaixada brasileira na UNESCO, de modo a assegurar a indicação de Brasília (PERALVA, 1988). Sinalizamos que tanto os meandros desses bastidores, quanto as motivações de José Aparecido de Oliveira em promover a candidatura de Brasília carecem de uma pesquisa mais detalhada, tendo em vista que existem lacunas na historiografia que aborda o assunto.

Uma das exigências do ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, organismo internacional ligado à UNESCO, para a inclusão de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial era a necessidade de existência de um mecanismo legal que protegesse o Plano Piloto de Brasília (ICOMOS, 1987). A pendência foi sanada com o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, que protegeu as escalas urbanas da cidade (monumental, gregária, bucólica e residencial) e delimitou as dimensões espaciais do Plano Piloto como um bem cultural de valor universal excepcional⁶.

Cabe destacar que o Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, consistiu na regulamentação do art. 38º da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960. A bibliografia sinaliza que há uma indefinição conceitual (PERPÉTUO, 2015; 2016), uma vez que os dois instrumentos legais legislam sobre coisas diferentes. O artigo 38 da lei de 1960 visava garantir a execução do plano piloto (a concepção urbanística de disposição espacial de Lúcio Costa que venceu o concurso para o “projeto urbanístico” da nova capital), especialmente em um momento que a cidade ainda estava sendo construída, enquanto que o Decreto de 1987 protegeu o Plano Piloto (a realidade físico-territorial que é, parcialmente, decorrente daquele projeto).

Seja como for, Brasília logrou a indicação à condição de Patrimônio Mundial em 1987, com uma poligonal urbana de 112,25km², sendo um dos primeiros bens contemporâneos a obter a inclusão na Lista da UNESCO.

6 A poligonal urbana de Brasília reconhecida pela UNESCO e institucionalizada pelo Decreto 10.829, de 1987, tem como limite: a Leste, a orla do Lago Paranoá; a Oeste, a Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA; ao Sul, o Córrego Vicente Pires; ao Norte, o Córrego Bananal.

Considerações finais

Este artigo visou discutir dois momentos distintos de proteção do espaço urbano de Brasília, materializados em seus instrumentos legais, posicionando-os em seus respectivos tempos históricos e em diálogo com a historiografia. Nesse sentido, reforçamos que os resultados parciais ora apresentados dizem respeito à fase de revisão bibliográfica de nossa pesquisa. Desse modo, algumas das questões em aberto poderão ser analisadas a partir do estudo das fontes primárias de nossa investigação (processos de patrimonialização nacional e mundial de Brasília).

Referências

- BRASIL. **Lei nº 3.751**, de 13 de abril de 1960. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. 1960. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3751-13-abril-1960-354316-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- CIAM. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Atenas, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- COSTA, L. **Brasília revisitada, 1985-1987**: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. Anexo I do Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987. Disponível em: <<http://urbanistasporbrasil.weebly.com/uploads/9/4/0/4/9404764/brasiliarevisitada.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 10.829**, de 14 de outubro de 1987. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/2-decreto-10_829-1987.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.
- KUBITSCHKE, J. **Por que construir Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000. 477p.
- ICOMOS. **Advisory Body Evaluation**. World Heritage List. ICOMOS Technical Review Notes. Paris, 1987. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/document/153496>>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- PEIXOTO, P. A corrida ao status de Patrimônio Mundial e o mercado urbano de lazer e turismo. **Veredas**, n 1, p. 23-45, 2002. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/veredas_01_p_023-045.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- PERALVA, O. **Brasília, Patrimônio Da Humanidade**: um relatório. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. 244p.
- PERPÉTUO, T. P. Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). IPHAN, 2015.
- PERPÉTUO, T. P. Revisitando o processo de tombamento de Brasília: uma contribuição historiográfica para novas interpretações do objeto protegido. In: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. **Patrimônio em transformação**: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016. p.52-77. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/patrimonio_em_transformacao_brasilia_r.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020
- PERPÉTUO, T. P. Origens da preservação de Brasília em debate: novas problematizações. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v.10, n.2, p.314-333, maio/ago, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8652098>>. Acesso em: 17 jul. 2020.



REIS, C. M. **Gestão de centros históricos no Brasil**: as cidades patrimônio mundial, o caso de Brasília e São Luís. Tese de Doutorado (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília - UNB, 2011.

REIS, C. M. Superquadras de Brasília: uma nova maneira de morar. In: REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes; PINTO, Ricardo Costa (org.); **Supequadra de Brasília**: preservando um lugar de viver. Brasília: Superintendência do Iphan no Distrito Federal, 2015. p.9-11.

SCIFONI, S. Mundialização e a construção política do Patrimônio Mundial. In: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo (org.) **Bens culturais e relações internacionais**: o patrimônio como espelho do soft power. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2017. p. 87-98

SILVA, J. G. da. **O GT-Brasília na trajetória de patrimonialização da capital**. Dissertação de (Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília - UNB, 2019.

SOSSAI, F. C.; COELHO, I. Patrimônio cultural e turismo: tensões contemporâneas. **Anos 90**, v. 25, n. 48, p. 117-150, dez. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/81665/51364>>. Acesso em: 12 maio 2020.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2019. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/guidelines/>>. Acesso em: 28 set. 2020.



O PAPEL DE UM CENTRO DE MEMÓRIA PARA O NEGÓCIO DA BAGERGS: NOTAS DE IMPLANTAÇÃO

Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves

Moisés Waismann

Universidade La Salle

Introdução

Como bem aborda Gondar (2006), a memória não é considerada similar em nenhuma área de conhecimento, mas contempla uma pluralidade de definições originadas de variadas perspectivas e discursos. Da mesma forma a memória empresarial, é muito além de apresentar uma reconstrução do passado de uma organização, é um marco onde as pessoas revivem e dividem suas experiências e, de certa forma, se aproximam da trajetória da empresa refletindo sobre suas expectativas futuras. (WORCMAN, 2004).

A importância da análise de uma memória empresarial está no argumento de Hobsbawm (1998) quando diz que “todos os seres humanos, todas as coletividades e todas as instituições necessitam de um passado (...)” (HOBSBAWN, 1998, p. 270).

Logo, considerando a relevância do tema, criam-se os Centros de Memória como uma forma de revisitar o passado e difundir as histórias empresariais para o meio onde estão inseridas. Como exemplos dessa aplicação, cita-se o Centro de Memória Bunge criado em 1994 que possui mais de 1.5 milhão de documentos e trazem além da história da organização, a evolução de valores e costumes da própria sociedade brasileira. O acervo pode ser acessado em formato online e tem como principais objetivos a guarda e preservação de documentos, a disseminação do conhecimento e a utilização do acervo para tomadas estratégicas de gestão.

Outra instituição a ser exemplificada é o Museu Banrisul ao qual faz parte da estrutura interna do Banco do Estado do Rio Grande do sul. Situado no Centro Histórico de Porto Alegre, tem o objetivo de pesquisar e divulgar a sua história, preservar o patrimônio histórico do Banco, além de valorizar as identidades profissionais e afetivas das pessoas que construíram e que constroem o Banrisul.

Por conseguinte, tem-se como objetivo desta comunicação verificar como um Centro de Memória pode contribuir para agregar valor a outra frente do Banco: o Banrisul Armazéns Gerais S/A (Bagergs). Para isso, este texto está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na segunda parte apresenta-se e discute-se o papel/função/atividade de um Centro de Memória, na terceira parte apresenta-se um breve histórico da Bagergs, assim como a sua operação atual e na quarta parte rascunha-se algumas breves notas para a implantação de um Centro de Memória na instituição. Na sequência, apontam-se as considerações finais e a bibliografia utilizada.

Centro de Memória

Um Centro de Memória é capaz de descrever e organizar documentos e objetos de uma instituição, isto é, instituir o seu acervo com o objetivo de rememorar o passado apresentado, trazendo-o para o presente e criando novas narrativas a partir desse contexto (SMIT, 2020). Com um acervo, fisicamente representado, a instituição cria uma conexão com a sua comunidade interna (dirigentes e colaboradores) e a sua comunidade externa (clientes, prestadores de serviços e vizinhança), ou seja, há uma proximidade com os seus usuários, levando em conta uma linguagem coesa e adjacente à sua comunidade.



Neste viés, Paulo Nassar (2008) traz a sensibilização ao cumprimento das responsabilidades de uma organização com sua perspectiva histórica onde os acontecimentos passados também fazem parte do comprometimento futuro. Para o autor, quando a organização entende que seu papel vai além do seu segmento de negócio, ela se sente devedora em relação à comunidade e passa a assumir um caráter memorial onde precisa devolver à sociedade parte de sua história, incluindo a comunidade no seu campo cultural.

Em tese, uma instituição organiza um Centro de Memória para produzir, coletar ou acumular documentos e objetos que sirvam como garantia para o funcionamento institucional ou, ainda, para manter coleções relacionadas à sua atuação, constituindo-se uma memória da organização da sua história (passado) e de seu funcionamento (presente). (SMIT, 2020).

Essa organização tem como base ser uma unidade social com a função de justificar suas atividades por meio da legitimidade e estabelecer padrões para avaliar sua eficiência e produtividade, sob um quadro estruturalista onde se constrói e se reconstrói (ETZIONI, 1989). Ainda as organizações consistem em uma associação de pessoas com tarefas particulares às suas funções e que se caracterizam pela produção de bens e/ou serviços para uma sociedade, já as instituições têm por função básica atender uma demanda social, é estruturada por pessoas que se aproximam em suas crenças, valores e comportamentos e que são regidas de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos. (BERNARDES, 1993).

No que diz respeito ao Centro de Memória, este se justifica para a própria instituição, para a pesquisa interna e para a pesquisa histórica sobre a organização no tempo. Outrossim, pode ser considerado como um agente que fortalece a identidade, ou seja, rememora escolhas feitas e caminhos percorridos pela instituição. Traz a consolidação de valores e a fixação de elementos que constituem sua memória e a distingue. Também trazem uma responsabilidade histórica e sustentável, pois as organizações vão além da produção de bens e serviços, elas retêm significados socioculturais. (CAMARGO, GOULART, 2015).

O Centro de Memória pode ser visto como um agente estratégico para as organizações, onde é possível reforçar conexões com seus diferentes públicos “garantindo visibilidade a suas ações e funcionando como um verdadeiro trunfo em situações de crise.” (CAMARGO, GOULART, 2015, p. 22). Busca-se, na sequência, apresentar o Banrisul Armazéns Gerais S/A (Bagergs), como forma de contextualizar a instituição abordada para este estudo.

Bagers

O Banrisul Armazéns Gerais S/A, conhecido como Bagers, está inserido no campo logístico e é um dos Portos Secos do Estado do Rio Grande do Sul. Estes Portos Secos estão localizados nas regiões da Serra (Caxias do Sul), do Vale dos Sinos (Novo Hamburgo), no interior do Estado (Jaguarão, Santana do Livramento e Uruguaiana) e na Região Metropolitana de Porto Alegre (Canoas), se distribuindo entre Estações Aduaneiras Interiores (EADI), Portos Secos de Fronteira e Portos Secos Ferroviários. (SDAERGS, 2020).

A Bagers iniciou suas atividades em 1953, operando no setor de armazenagem e conservação de mercadorias e até o ano de 1974 dedicava-se exclusivamente à armazenagem de cargas nacionais. A partir desta data, começou a operar na exploração de Entrepósito Aduaneiro de Importação e Exportação e como Depósito Alfandegado Certificado/Porto Seco.

Inicialmente fundada no município de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, a Bagers mudou-se para a cidade de Canoas na década de 1980 e dispõe de máquinas e equipamentos de última geração, operando com mercadorias paletizadas e não paletizadas. Sua área total é de 107.300m², com zona coberta para armazenagem de 34.000m². Dentro dessa estrutura há, igualmente, um pórtico para movimentação de contêineres. Fazem parte também de sua estrutura órgãos importantes que atuam na liberação e conferência de cargas e mercadorias. São eles: Receita Federal, Ministério da Agricultura, Anvisa, Representação de Escritórios de Despachantes Aduaneiros,

Escritório de Transportadoras e Agenciadoras de Cargas.

Além disso, a Bagergs possui diversos documentos que representam seus arquivos históricos e entre eles é possível encontrar as Atas de Assembleia, as Atas do Conselho de Administração e as Atas de Estatuto Social desde 1953, ano de sua fundação. Hoje este material está disperso e sem um acervo específico para compilar todos os dados acerca de sua memória e que seja de fácil acesso aos possíveis usuários.

Notas para Implantação

A implantação de um Centro de Memória vem auxiliar a instituição a reunir seus documentos que estão limitados apenas ao público interno a partir de um diagnóstico amplo dos documentos e/ou objetos disseminados pela empresa (CAMARGO, GOULART, 2015).

Porém esse tipo de projeto exige investimentos como um acervo físico e softwares específicos (CAMARGO e GOULART, 2015), além de outros fatores imprescindíveis para a materialização de um Centro de Memória. Como notas para sua implantação, utiliza-se o material de base do Itaú Cultural: “Centros de memória - manual básico para implantação” (2013) e apresenta-se, na sequência, os elementos descritos no quadro 1:

Quadro 1 – Etapas para implantação de um Centro de Memória (ITAÚ CULTURAL, 2013).

1	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Definição de linhas de ação e infraestrutura	3	INFRAESTRUTURA: ESPAÇOS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS	
		Grupo gestor - o envolvimento da alta direção			
		Composição do acervo			
		Definição dos produtos e serviços	4	TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO	Identificação, classificação e descrição
Formação da equipe	Tecnologia da informação: definição do software de banco de dados				
2	FORMAÇÃO DO ACERVO	Os arquivos como locais de preservação da memória	5	CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO	Catálogo do acervo
		Levantamento da produção documental			Vocabulário controlado
		Tipos documentais representativos das diversas funções da instituição			Gestão de documentos digitais
					Controle ambiental
					Embalagens
					Higienização

Fonte: Elaborado pela própria autora

O primeiro passo é a elaboração de um planejamento estratégico definindo objetivos e atividades que o Centro de Memória desempenhará, relacionando este à visão da empresa e focando na amplitude de bens e serviços. Além disso, é necessário definir quais materiais o Centro de Memória comportará (documentos, fotos, gravações, entrevistas, objetos).

Também se faz necessária a definição de quais serviços o Centro de Memória oferecerá, se seu foco é apenas o tratamento do acervo ou para além dele, a produção de conteúdo levando em consideração a contribuição do acervo para a atuação da instituição. A partir daí, é possível desenhar a infraestrutura com base nas atividades que se pretende desenvolver e a figura do gestor da alta direção é fundamental, pois ele precisa estar envolvido no projeto e dar o aval necessário à sua implantação.

Ainda dentro do planejamento estratégico, é necessário definir a composição do acervo, ou seja, estipular quais materiais serão recolhidos para integrá-lo e definir os produtos e/ou serviços que o Centro de Memória poderá oferecer como a produção de conteúdo através de exposições, pesquisas temáticas, atendimento de visitas ou desenvolvimento de sites, por exemplo, tudo isso através de uma equipe multidisciplinar que possa gerir as atividades ao qual o Centro de Memória se propõe.

Quanto à formação do acervo, os arquivos passam a serem vistos como locais de referência sobre a memória e quando estes são preservados em um acervo histórico, tornam-se vivos novamente. Através de uma política de acervo é possível definir quais documentos têm valor histórico para a instituição e precisam ser preservados, quais representam a memória da instituição, quais são compatíveis com a atividade da empresa e quais podem ser recolhidos pelo Centro de Memória sem causar impacto em outras áreas.

Alguns exemplos de documentos que podem compor o acervo são os estatutos, regimentos, atas de assembleia e de reuniões dos conselhos e diretoria, relatórios de planejamento estratégico, organogramas, planos de negócios, normas políticas, jornais internos, boletins, publicações, planos de comunicação, vídeos institucionais, prêmios, diplomas, catálogos de produtos, brindes, projetos de patrocínios, entre outros.

No que diz respeito à infraestrutura de um Centro de Memória, esta dependerá do volume de documentos e/ou objetos que pretendem ser preservados, ou seja, quanto maior a quantidade de elementos, mais complexa será a estrutura como armários, estantes, sistema de climatização ambiental, sistema de segurança e equipamentos técnicos.

Sobre o tratamento técnico do acervo, todas as informações coletadas no levantamento da produção documental necessitam ser consolidadas e identificadas, sistematizadas por ordem de classificação e descritas para que se tornem compreensíveis ao pesquisador.

Ainda, o desenvolvimento de uma ferramenta de base de dados se faz necessária para o controle do acervo, bem como para gerenciá-lo e ampliar as possibilidades de pesquisa. Esse sistema de dados poderá ser adquirido pela empresa através da compra de um software no mercado, da contratação de uma empresa de desenvolvimento de sistemas ou de uma equipe interna de tecnologia da informação (TI).

Já a catalogação do acervo é a elaboração da estrutura de campos do sistema de dados, identificando as informações necessárias ao acervo e criando uma base de informações, desde o início do trabalho. Um controle ou uma planilha de catalogação pode conter informações como código, título, conteúdo, autoria, datas cronológicas, características físicas, estado de conservação e observações pertinentes ao documento/objeto. Isso tudo por meio de um vocabulário estruturado e controlado, ou seja, os termos escolhidos para descrever os documentos devem auxiliar na compreensão do acervo e ampliar o seu desempenho de pesquisa.

Em caso de documentos digitais, a ferramenta de banco de dados utilizada pelo acervo deve ser compatível com a inserção de documentos digitais e imagens garantindo também a preservação dos mesmos.

A última fase aqui exposta diz respeito à conservação e preservação do acervo, ou seja, ao conjunto de medidas destinadas a assegurar a integridade física dos arquivos, reprimindo a ação de agentes de deterioração. Entre essas medidas está o controle ambiental e de armazenamento dos documentos que visam controlar fatores como temperatura, umidade do ar, poluição atmosférica e luminosidade.

Outra medida se refere às embalagens específicas de acordo com as características de cada documento como caixas-arquivos, pastas ou envelopes, que facilitam o manuseio e ajudam na proteção. Os documentos não devem ficar muito tempo expostos e fora de suas embalagens e após finalização de um trabalho ou consulta, devem ser imediatamente acondicionados ao seu lugar de origem. A higienização constante também deve fazer parte do acervo, por meio de uma área de trabalho limpa, aderência de luvas ao manusear os documento, entre outros.

Logo, através de um Centro de Memória é possível detalhar e classificar os documentos inserindo-os em um determinado contexto histórico, mesmo porque como compreende Novafala (Orwell, 1984, publicado em 1949, apud SMIT, 2020) “O passado, refletiu ele, não fora simplesmente alterado; na verdade fora destruído. Pois como fazer para verificar o mais óbvio dos fatos, quando o único registro de sua veracidade estava em sua memória?”



Conclusões

Esta comunicação teve como objetivo verificar como um Centro de Memória pode contribuir para agregar valor ao negócio do Banrisul Armazéns Gerais S/A, (Bagergs). Desta forma, discutiu-se o papel/função/atividade de um Centro de Memória, para além de organizar e difundir documentos e objetos, mas atender uma necessidade estratégica da organização onde essa reforça conexões com a comunidade interna e externa, se destacando de seus concorrentes. Na continuidade apresentou-se a Bagergs, operadora no setor de armazenamento de mercadorias, atuante como Porto Seco na Região Metropolitana de Porto Alegre e ainda se propôs breves notas para a implantação de um Centro de Memória, onde apresentou-se um exemplo de roteiro com o objetivo de, através das etapas discutidas para sua inserção, seja possível reforçar a identidade e a memória da Bagergs perante a sociedade. Finaliza-se aqui este estudo e espera-se com essa comunicação promover o debate para tal iniciativa.

Referências

- BAGERGS. Apresentação Institucional. Disponível em: <<http://www.bagergs.com.br/bmj/link/sitev2/Default.asp?Modulo=Institucional&Page=ApresentacaoInstitucional>>. Acesso em: 1 jun. 2019.
- BERNARDES, C. **Teoria geral da administração**: a análise integrada das organizações. São Paulo: Atlas, 1993.
- BUNGE, Fundação. **Centro de Memória Bunge**. Disponível em: <<http://www.fundacaobunge.org.br/programas/centro-de-memoria-bunge/>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- CAMARGO, A. M.; GOULART, S. **Centros de Memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 61-87.
- CULTURAL, Itaú. **Centros de Memória**: Manual básico para implantação. São Paulo: Itaú Cultural, 2013.
- ETZIONI, A. **Organizações modernas**. 8 ed. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GONDAR, J. **Cinco proposições sobre memória social**. Morpheus, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929>>. Acesso em: 29 maio 2020.
- HOBSBAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução: Maria Célia Paoli. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MUSEUSBR. **Museu Banrisul**. Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/espaco/8183/>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- NASSAR, P. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.
- SMIT, J. W. Funções Endógenas e Exógenas: O Desenho do Acervo - Aula 3. **Curso Centros de Memória: Fundamentos e Perspectivas**. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/outros-eventos/curso-de-actualiza%C3%A7%C3%A3o-centros-de-mem%C3%B3ria-fundamentos-e-perspectivas/>>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- SDAERGS, Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do Estado do Rio Grande do Sul. **Portos Secos do RS**. Disponível em: <<http://www.sdaergs.com.br/portos-secos-rs>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- WORCMAN, K. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, P. (Org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004. p. 23-30.

A GESTÃO DA FERROVIA DO VINHO COMO CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Roberto Amaral Schinoff

Fabiana Tramontin Bonho

Judite de Bem Sanson

Universidade La Salle

Introdução

Dentre os modais de transportes, o ferroviário demonstra ser importante na construção da história econômica, social e política do país. Diante a este fato, coloca-se como importante patrimônio cultural. Os trilhos possuem em seu DNA a atividade de meio para o transporte de cargas e passageiros através das locomotivas e seus vagões, os quais que ao longo dos anos foram e continuam sendo adaptados para uma nova utilização: o trem turístico, possibilitando desenvolver a preservação patrimonial, seja de elementos diretamente relacionados ao transporte ferroviário, ou de outros intrínsecos à cultura do espaço, assim como acontece com ferrovia do vinho no Estado do RS.

Seguindo esta linha de raciocínio, o presente artigo busca investigar quais são as ações e estratégias adotadas pela gestão da ferrovia do vinho para atender e fomentar a preservação patrimonial através de sua linha turística entre os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi/RS. Procurar-se-á responder a pergunta norteadora: A gestão da ferrovia do vinho possui ações que proporcionam a conservação do patrimônio cultural?

Desta forma, para responder o problema de pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para fundamentar e conceituar o patrimônio cultural e para contextualizar a gestão da ferrovia do vinho.

Assim, o leitor primeiramente irá encontrar uma fundamentação teórica e contextualização sobre o patrimônio cultural, as ferrovias turísticas e sua importância, a ferrovia do vinho e a gestão da ferrovia do vinho. E, por último, as considerações finais que foram construídas com a finalização desta pesquisa.

Patrimônio Cultural

Brasil (2010) conceitua patrimônio histórico e cultural como sendo:

[...] os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. Sendo os bens culturais aqueles de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais, manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Assim, o patrimônio cultural pode ser definido como fonte para a formatação de produtos turísticos singulares, a diversidade e a identidade cultural como fator de diferenciação para a oferta de atividades complementares e o posicionamento competitivo dos destinos e roteiros turísticos (BRASIL, p. 48).

Barreto (2006) traz que a conservação do patrimônio cultural é fundamental para os elementos de um determinado território, momento este que, proporciona ao turista um reencontro com o passado e sua identidade além de ser um potencial atrativo cultural no planejamento turístico da região.

Segundo Rubim (2016) a gestão cultural envolve as operações administrativas e práticas necessárias para dar



efetividade às políticas culturais, as quais correspondem aos processos de conjuntos articulados, contínuos e sistemáticos de produções e ações que orientam o desenvolvimento da cultura e atendem as demandas culturais da sociedade.

Diante da afirmação de Rubim, as adaptações e mudanças propostas pela empresa Giordani Turismo, uma empresa do segmento de turismo a qual é a atual administradora do trecho férreo, vão de encontro com a proposta do autor, em renovar, recriar de forma ordenada e cronológica os fatos e os ambientes de passagem do turista.

Os componentes do patrimônio cultural de uma região se formam através de particularidades diferentes, que no seu conjunto irão desenvolver os empreendimentos locais, isso ocorre, devido a diversidade das atividades que poderão ser pelos restaurantes com A gastronomia tradicional, pelo artesanato local na decoração e ambientação dos equipamentos, e também pelas programações de entretenimento através das manifestações culturais autênticas (BRASIL, 2010).

Dando continuidade na abordagem a respeito do patrimônio cultural, à próxima sessão irá abordar as ferrovias turísticas, demonstrando a sua ligação com o patrimônio cultural e sua importância, além dos pontos que devem ser considerados para que uma ferrovia turística seja identificada e qualificada.

As ferrovias turísticas e sua importância

Conforme Di Roná (2002), ao analisar os diferentes meios de transportes utilizados no turismo, o autor explica que o turismo através do transporte ferroviário pode ser dividido em dois grandes segmentos: a utilização das ferrovias como transporte entre duas áreas de interesse turístico, podendo assim determinar origem e destino; e as ferrovias como a própria atração turística, neste caso se dando em função de quatro fatores: áreas que a linha atravessa (com cunhos de preservação ambiental ou interesse histórico), tecnologia avançada apresentada pelo modal, preservação histórica também apresentada pelo modal e serviços oferecidos a bordo.

De acordo com Brasil (2010), a expressão “turismo ferroviário” pode ser considerada em uma análise previa como uma classificação do turismo atrelado ao meio de transporte tendo como finalidade da viagem a utilização dos trens, cujo a sua singularidade corrobora para a diversificação da oferta turística. O turismo ferroviário pode ser considerado um tipo de turismo cultural por estar associado a este segmento.

O turismo cultural está ligado ao patrimônio histórico, e este abrange não só meios edificados e naturais, mas também a riqueza cultural humana, denominada de patrimônio imaterial. Portanto, patrimônio histórico e cultural não se limita apenas ao que está diante à visão, mas também que podem ser ressaltados por outros meios sensoriais (BARRETO, 2006).

Ainda conforme Brasil (2010), o Turismo Cultural possui diversas alternativas de construção de produtos turísticos-culturais sustentáveis sendo eles por meio da valorização do patrimônio cultural, disponibilizando desta forma aos novos consumidores que estão cada vez mais interessados em buscar os conhecimentos sobre a cultura de determinado local.

Alguns pontos devem ser levados em consideração para identificarmos e qualificarmos uma ferrovia turística como atentar para sua localização, extensão e formas de gestão. Essas variáveis servem de balizadores gerais e a conjugação destes fatores nos auxilia a explicar de que formas essas ferrovias são convertidas e comercializadas como produtos turísticos. Em relação a localização, é fundamental que o local seja de fácil acesso ao público para que sejam viavelmente econômicas (ALLIS, 2006).

A próxima sessão irá apresentar a ferrovia do vinho, uma ferrovia turística localizada no Estado do Rio Grande do Sul e alguns atrativos locais, bem como suas locomotivas movidas à vapor.



A ferrovia do vinho

As principais estações turísticas da ferrovia do vinho, são as de Bento Gonçalves e Garibaldi. Estas duas estações tiveram o início de suas atividades econômicas em 1919 com a administração da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) e servia para o transporte de passageiros e mercadorias até o ano de 1976, onde foram encerradas as suas atividades. Com o projeto inicial voltado ao turismo, em 1978, as mesmas linhas que ligavam Garibaldi e Bento Gonçalves retornam suas atividades agora com a administração da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA).

Localizada no Vale dos Vinhedos, mais precisamente entre os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi, a ferrovia do vinho, ou o Trem do Vinho, também conhecido como Trem da Uva ou simplesmente Maria Fumaça, é uma linha ferroviária turística que teve como objetivo inicial na década de 1990 o passeio turístico a vapor, o qual ao longo dos anos foi se remodelando e criando novos atrativos à viagem.

Este atrativo turístico ocorre desde o início da década de 1990, mais precisamente a partir de 1993, atendendo seus turistas em dois sentidos: Bento Gonçalves / Garibaldi e Garibaldi / Bento Gonçalves.

O trem do passeio acontece em uma locomotiva a vapor do século XIX. Para a realização deste passeio, a empresa dispõe de dois modelos de locomotivas, a americana Mikado 156 e a alemã Yung 4 que se alternam conforme a necessidade de cada momento. As duas locomotivas são abastecidas por lenha ou carvão mineral que aquece a água e a transforma em energia através do vapor. Em sua composição, cada locomotiva é composta por seis vagões temáticos (Imagem 1).

Imagem 1 – Locomotiva Mikado 156



Fonte: Ferrovia do Vinho, 2020

O passeio ao longo da ferrovia do vinho, percorre 23 quilômetros entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa, no estado do Rio Grande do Sul mas, até chegar nesta configuração atual, passou por outra fase, onde não haviam participações de grupos artísticos externos. O turista que realizar este passeio irá conhecer e aprofundar aspectos da cultura local, uma vez que o passeio é composto por encenações lúdicas e diversas animações culturais, além do turista poder degustar produtos típicos da região como vinho, champanha, suco de uva e queijo. As animações acontecem no interior do trem e nas plataformas das estações ferroviárias. Tais atividades são realizadas por artistas da própria região, que dividem com os turistas as músicas, os cantos e as histórias lúdicas através do teatro. Os turistas advêm de diferentes regiões do país, inclusive do exterior, em sua grande maioria através de grupos de excursões que adquirem o pacote turístico. Outra parte dos turistas, chegam até o local de forma individual, com suas famílias sem o pacote turístico, uma vez que o local é aberto a todos os públicos.

Gestão da Ferrovia do vinho

Para dar maior originalidade e promover este embarque ao túnel do tempo aos turistas, a gestão da empresa Giordani Turismo identificou como oportunidade uma vez que no passado ali havia trens Maria Fumaça e que já não estavam sendo utilizados, se pensou em reformá-los, preservando sua originalidade. Este trabalho de preservação da caracterização foi realizado na sede da RFFSA, em Porto Alegre, e após sua reforma retornaram a Bento Gonçalves para logo em seguida começarem a circular no trajeto turístico.

No início da realização da série de passeios não acontecia a apresentação dos animadores lúdicos no local, embora sempre houvesse som mecânico com a intenção de despertar o interesse do turista para as músicas gaúcha e italiana.

De acordo com Beni (2004), o turismo cultural, turismo de lazer e turismo lúdico utiliza em razão do tipo de atividade que o turista desenvolve. Além de reconhecer o objetivo a que se propõe o turismo cultural, faz referência a esse tipo de turismo no sentido de que esse possa servir de componente atrativo a regiões potencialmente turísticas por produzir expressões e atividades que servem como fatores motivacionais aos turistas que desejam conhecer os hábitos e costumes de determinada população ou local.

Conforme Smith (1992), o turismo cultural está intimamente relacionado com o turismo histórico, estabelecendo uma relação de afinidade entre eles, servindo como ponte entre ambos.

Buscando tornar o passeio ainda mais lúdico e mais gratificante aos turistas, os gestores da ferrovia do vinho decidiram convidar na localidade pequenos grupos de cantores e corais que emocionam os turistas, cantando músicas dos folclores italiano e gaúcho dentro do trem e nas estações férreas com o objetivo de resgatar e divulgar as culturas italiana e gaúcha.

Dois grupos são responsáveis pelo entretenimento dos turistas, são eles: o grupo de coro Imigrante e Terra Nostra, realizando um revezamento entre turnos para atender a demanda dos turistas. Além do grupo de coral, dividido em duplas, o grupo de teatro realiza um revezamento muito semelhante, podendo atender aos turistas de forma síncrona com o coral em ambos os turnos. O grupo de teatro Dissidentes costuma atuar nos passeios de fim de semana, e o grupo de teatro Orelhas de Abano, durante a semana. Os demais artistas atuam no passeio tanto nos fins de semana como nos demais dias.

Desta forma, surgiu a iniciativa de oferecer aos turistas animações culturais e lúdicas durante o trajeto do passeio. As animações acontecem de forma simultânea em cada vagão e os personagens vão percorrendo os vagões. Entre as atrações (imagem 2) está o grupo teatral Os gaúchos.

Imagem 2 – Os Gaúchos



Fonte: Atração os Gaúchos, 2020

Ao longo do tempo, os gestores da ferrovia do vinho introduziram como atração um mini show nas plataformas das estações férreas de Garibaldi e Bento Gonçalves. Este show aborda uma viagem pelo tempo, proporcionando aos turistas que tirem fotografias à moda antiga caracterizados com roupas de época dos imigrantes italianos.



Considerações finais

A participação da comunidade para a preservação do patrimônio é de fundamental importância, pois através do seu envolvimento e participação, naturalmente o sentimento de pertencimento ao espaço se mantém e prospera.

A ferrovia do vinho demonstra um recorte temporal da imigração italiana, através do resgate do seu patrimônio cultural, retratando de uma forma lúdica o folclore, a arte e os costumes destes através das músicas e encenações teatrais com participação de grupos locais.

A valorização e a preservação da cultura das ferrovias e o envolvimento dos moradores da localidade em resgatar as memórias e culturas típicas, seja como agentes de multiplicação ou através de atrações lúdicas ou de qualquer outra natureza, é um exemplo de coexistência positiva entre a cultura e o patrimônio cultural.

As iniciativas por parte da gestão da empresa de turismo Giordani, em resgatar as características originais, por meios das locomotivas, dos ambientes, das vestimentas, e os adereços e principalmente pela integração com os turistas, foi relevante para a conservação e continuidade do resgate cultural. Outro ponto de vital importância foi a participação e envolvimento da comunidade local em interagir e contribuir na reconstrução destes ambientes e proporcionar aos visitantes este resgate cultural.

As frentes de trabalhos visando buscar a valorização e preservação do patrimônio cultural, mas principalmente o imaterial, abordando formas lúdicas que promovam o imaginário dos turistas e seu envolvimento através de sua participação conforme apresentado neste artigo, retrata a capacidade e o potencial tanto de empresas privadas e associações em contribuir e estimular o envolvimento completo da comunidade.

Referências

ALLIS, T. Turismo, patrimônio cultural e transporte ferroviário: um estudo sobre as ferrovias turísticas no Brasil e Argentina. **Dissertação** Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2006. 232.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 6. ed. Campinas: Papirus, 2006.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Senac, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020

BUENAS Dicas. **Tudo sobre o passeio de Maria Fumaça na Serra Gaúcha**. Disponível em: <<https://www.buenasdicas.com/trem-maria-fumaca-10838/>>. Acesso em: 21 set. 2020.

DI RONÁ, R. **Transportes no Turismo**. Barueri: Editora Manole, 2002.

PORTAL Gramado News. **Maria Fumaça opera com 50% da ocupação e Parque Epopeia Italiana fica fechado até 31 de março**. Disponível em: <<https://portalgramadonews.com.br/maria-fumaca-opera-com-50-da-ocupacao-e-parque-epopeia-italiana-fica-fechado-ate-31-de-marco/>>. Acesso em: 21 set. 2020.

RUBIM, A. A. C.; CANAL, C. Y.; BAYARDO, R. (Org.) Panorama da gestão cultural na Ibero-América. Salvador: EDUFBA, 2016. IN: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas e Gestão Cultural no Brasil**. p. 59-84. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23897/1/PanoramaDaGest%C3%A3oCulturalNaIbero-Am%C3%A9rica%28Cole%C3%A7%C3%A3oCult23%29_%20Rubim.Canal.Bayardo.EDUFBA.pdf>.

SMITH, V. **Anfitriones e invitados**: antropologia del turismo. Madrid: Ediciones Endymion, 1992.



MEMÓRIA DE GESTÃO CULTURAL DURANTE O PERÍODO DO REGIME MILITAR

Thiago Buzatto Storck

Judite Sanson de Bem

Universidade La Salle

Introdução

Este artigo tem por objetivo resgatar a memória da gestão cultural no período do regime militar no Brasil, como objeto de estudo, serão observados os investimentos realizados no Auditório Araújo Vianna, pois o auditório foi reinaugurado no bairro Bom Fim em Porto Alegre no ano de 1964. Como problema de pesquisa, pretende-se investigar se a gestão cultural sofreu algum tipo de repressão neste período e como se deu seu avanço nesta época. Assim a pergunta norteadora deste problema é: houve gestão cultural durante o regime militar ou somente recessão?

Para atingir o objetivo proposto e tentar responder ao problema de pesquisa, optou-se por utilizar o método de pesquisa bibliográfica que, segundo Lima e Mioto (2007) é o meio pelo qual o pesquisador consegue uma base sólida para consolidar os dados apresentados através de pesquisas em materiais publicados como livros, artigos e periódicos. Além destes foram realizadas buscas em documentos publicados que retratem a gestão cultural do período.

Primeiramente o leitor irá encontrar uma breve contextualização sobre o período do regime militar juntamente com um estudo sobre a gestão cultura ao longo deste período e quais documentos registram as memórias desta época. Após, uma breve contextualização sobre o Auditório Araújo Vianna e a gestão do mesmo durante o período estudado. Por fim as considerações finais que puderam ser construídas ao longo da pesquisa realizada.

Regime Militar e a Gestão Cultural

O período do regime militar, também conhecido como ditadura militar ou golpe militar, teve início no ano de 1964 e permaneceu até 1985. Assim no dia 1º de abril o então Presidente João Goulart foi deposto, sendo instaurado no país seu novo regime político.

Este sistema, até hoje divide opiniões, havendo aqueles que defendem como um período de renovação, justiça, combate à corrupção e ao caos dos governos anteriores. Assim como há quem defenda que foi um dos piores momentos da história do país, marcado por censuras, opressões e autoritarismo militar (COUTO, 1999; CARDOSO, 2014).

Anterior ao regime militar, as questões culturais ficavam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) (CALABRE, 2006). Já durante o regime militar uma das propostas do governo foi em relação ao incentivo e promoção à cultura tendo em 1966 sido criado o Conselho Federal da Cultura (CFC) juntamente com o Plano Nacional de Cultura (PNC) que visava incentivos financeiros, planejamentos culturais e a criação de órgãos governamentais para este fim (FERNANDES, 2013).

Independente das controversas opiniões, o regime militar foi instaurado com uma proposta de organizar e regulamentar a produção e a distribuição cultural do país. E estas ações deveriam estar em consonância com o projeto de modernização do território nacional (FERNANDES, 2013; PAIVA, 2014).

Nas décadas de 1960 e 1970 o governo investiu em políticas culturais visando o incentivo ao consumo de bens culturais e em criação de órgãos culturais que até hoje se fazem presentes como a Fundação Nacional de Artes (Funarte), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), além destes foram criados o Conselho



Nacional de Direito Autoral (CNDIA) e o Conselho Nacional de Cinema (extintos em 1990) (SILVA, 2011).

Em contrapartida o governo militar também fechou alguns órgãos populares que até então faziam parte dos movimentos culturais, como os Centros Populares de Cultura (CPC), o Movimento Popular da Cultura, entre outros. (PAIVA, 2014)

Foi durante o governo militar que a telecomunicação avançou através de incentivos financeiros e financiamentos, principalmente canais de televisão atingindo níveis nacionais de audiência, sobretudo emissoras do Rio de Janeiro e São Paulo, transmitindo notícias e entretenimento para todo o país. Além da televisão produções cinematográficas foram incentivadas pelo governo militar (COUTO, 1999, SILVA, 2011).

O que o governo censurava não era a cultura em si, mas o que seria apresentado, principalmente com a criação do AI5 (Ato Institucional número 5), que permitia ao governo intervir em qualquer peça teatral, filme, programas de televisão através de força militar. Para que um espetáculo fosse aprovado, o interessado deveria enviar ao CFC um formulário, especificando o que seria apresentado como roteiro, falas, figurinos, cenários e tudo mais que fosse preciso utilizar no espetáculo ou no produto cultural. Após aprovação pelo CFC o mesmo poderia ser rodado sem problemas (CALABRE, 2006; PAIVA, 2014).

Os movimentos de esquerda representados por artistas, pensadores contrários ao regime e algumas universidades sofreram repressão contra seus manifestos artísticos e culturais pois apresentavam, sobretudo, críticas ao governo militar, e como estava previsto pelo AI5 estes atos e manifestações não seriam considerados parte da cultura do país, pois serviriam apenas para criar insatisfação, confusão, incertezas e revoltas na população (CARDOSO, 2014; COUTO, 1999).

Miceli (1984) e Ortiz (1988) explicam que nesta época o investimento por parte de grandes empresários em cultura se fortaleceu, pois, produções teatrais, programas de televisão rádios e cinema viraram oportunidades de negócios para quem cumpria as regras impostas pela censura do governo.

Como exemplo pode-se destacar os grandes clássicos literários que viraram filmes durante o período analisado, como Macunaíma (1969) O Cortiço (1978), O Guarani (1979), Morte e Vida Severina (1977) e Brás Cubas (1985) (G1, 2013). Outros clássicos do cinema brasileiro surgiram nesta mesma época, como os filmes dos trapalhões que marcaram gerações na década de 70, Dona Flor e seus 2 Maridos (1976) , Xica da Silva (1976) entre outros clássicos. Ramos (2004) relata que a década de 70-80 estava aquecida para produções brasileiras, tanto de televisão quanto cinema e que este período proporcional abrangência e reconhecimento internacional.

Memória Cultural do Regime Militar

Além das leis de criação do CFC e do PNC, tendo como exemplo o decreto número 74 de 21 de novembro de 1966 que cria o Conselho Federal de Cultura, publicado em Diário Oficial da União, existem os relatos gravados por diversos artistas que na época tiveram que ser exilados, pois sofreram com ações da censura do governo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Entre tantos podem-se elencar cantores e compositores:

- Caetano Veloso e Gilberto Gil: Para eles o exílio foi necessário pois sofriam represarias por parte do governo devido suas músicas apresentarem temas com opiniões contrárias ao que pregava às políticas do governo militar (BALDASSARINI JÚNIOR, 2015; VELOSO; GIL, 2016).
- Elis Regina e Chico Buarque narram suas experiências com o exílio na mesma época, e também apresentam os mesmos motivos, pois suas canções e representações artísticas representavam críticas ao governo (MENDES, 2019; MONTEIRO, 2011).

Mas conforme Gondar (2005), Halbawchs (2006) e Nora (2008) somente a existência de narrativas ou documentos não representam uma memória em si, mas sim o que fazemos com estes documentos e relatos, de que forma estes são manipulados para serem lembrados.

E o que se percebe, ao observar as publicações e divulgações realizadas, é que apesar dos documentos legais publicados, da criação de Conselhos e Plano de Cultura e a expansão que as emissoras de televisão, salas de cinemas e estações de rádio tiveram durante o período de governo militar, estes feitos parecem ser anulados das narrativas em detrimento da perseguição e exílio sofrido por estes artistas e o que se memora são apenas as repressões sofridas.

Gestão Cultural do Auditório Araújo Vianna Durante o Regime Militar

Inaugurado no bairro Bom Fim em 1964, o Auditório Araújo Vianna se consagrou nos anos 70 como palco da MPB recebendo artistas renomados como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Elis Regina e Cássia Eller. Tendo sido palco também do tributo aos 90 anos de Luis Carlos Prestes no mesmo período (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019; JORNAL DO COMÉRCIO, 2011).

Conforme documentos encontrados no Arquivo Municipal de Porto Alegre, no dia 05 de agosto de 1974 foi enviada uma comunicação por parte da administração do Auditório para a Diretoria de Divisão de Cultura do Estado informando o valor investido de 4.350,00⁷ Cruzeiros com projeções cinematográficas ocorridas no auditório no período de 9 a 24 de julho do mesmo ano (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019)

Neste mesmo período, o governo iniciou estudos para a proposta de cobertura do Auditório, pois o mesmo apresentava uma estrutura de teatro a céu aberto, no entanto este tipo de teatro no Estado do Rio Grande do Sul, não foi eficaz devido às condições climáticas da região, ficando sem utilização em grande parte do ano devido a épocas de muito frio e chuvas (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019; PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019).

O governo militar realizou em 1978 através do Departamento de Cultura orçamentos para a cobertura do Auditório, tendo encontrado o valor mais acessível de 17.400.000,00⁸ de Cruzeiros (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019).

Em 1972 a Prefeitura de Porto Alegre, juntamente com o Departamento de Cultura do governo, decidem através do Decreto de Lei 4502 que a Banda Municipal teria contrato e remuneração através da prefeitura para realização de shows no Auditório Araújo Vianna. O provento total da banda em 1972 ficou em 145.925,00⁹ Cruzeiros (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019).

O auditório Araújo Vianna divulgava seus eventos por meio de folhetins durante as décadas de 60, 70 e 80. E durante este período conseguiu manter com regularidade suas atividades, entre elas shows de artistas diversos, apresentações da banda municipal e local para reuniões de agentes do governo e moradores do bairro Bom Fim. Somente a partir da década de 90 que o auditório começou a iniciar sua fase de declínio onde teve que encerrar suas atividades no ano de 2005 por falta de verbas e investimentos capazes de mantê-lo em funcionamento (ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2019; PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2019).

7 13.074,72 reais. Valor atualizado pela FEE através do índice INC.

8 17.397.715,66 reais. Valor atualizado pela FEE através do índice INC.

9 793.376,10 reais. Valor atualizado pela FEE através do índice INC. FEE - Fundação de Economia e Estatística: <<https://arquivofee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>>.

Considerações Finais

Estudar o período do regime militar do Brasil e conseguir encontrar artigos e/ou relatos que não expressem juízo de valor, foi uma missão difícil. Mas consideramos este também como um dado científico, pois as diversas opiniões sobre o período ainda se fazem presentes, mesmo para aqueles que não vivenciaram o regime, mas o conhecem apenas pelas memórias relatadas.

Neste sentido, as memórias quanto ao período estudado, no que tange a cultura e gestão cultural, refletem quase sobremaneira as memórias dos artistas e suas obras que objetivavam criticar o governo e por este motivo foram perseguidos e exilados. Pouco se escuta falar, e assim memorar, sobre os avanços culturais da época.

Assim, quando voltamos aos pensadores sobre memória como Gondar, Halbwachs e Nora, percebe-se que a memória social pode ser manipulada de tal forma a refletir somente aquilo que se quer memorar de acordo com quem manipula transmitindo as informações.

Este tema, acredita-se, sempre envolverá esta polêmica política, afinal, o regime militar foi marcado por opiniões controversas que até hoje repercutem nas mídias e discussões políticas.

E retomando a pergunta norteadora deste estudo, pode-se afirmar que apesar da censura e perseguições a artistas, que hoje não seriam mais aceitas pela população brasileira devido termos alcançado mais democracia, houve sim uma gestão cultural por parte do governo militar, incluindo avanços em relação a gestão cultural no período.

A gestão cultural do país conseguiu progresso uma vez que o governo militar criou órgãos governamentais que ainda se fazem presentes e atuantes na cultura do país e permitiram e apoiaram investimentos para a expansão cultural através de mídias televisivas, rádios, cinemas, além de peças de teatros e espetáculos musicais, mesmo sendo somente para os que souberam aproveitar a oportunidade tendo que respeitar as regras impostas pela censura, os investimentos ocorreram e a expansão cultural foi possível nesta época.

Quando analisado os investimentos que foram realizados no Auditório Araújo Vianna, percebe-se que existia um planejamento sobre a gestão cultural, inclusive com a criação do Decreto 4502/72 que contratou a banda municipal para realizar shows no Auditório. E sua periodicidade de eventos durante as décadas de 60 a 80. O declínio do auditório por falta de investimentos iniciou somente a partir da década de 90 quando o mesmo já estava sendo gerido em um novo regime político.

Referências

- ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Documentos fotografados no Arquivo Municipal**. Porto Alegre, 2019.
- BALDASSARINI JÚNIOR, S. **Caetano Veloso exilado pela ditadura militar**. Documentário jovem aos 50: a história de meio século da Jovem Guarda. 2015. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fUM0l_9ZLQ0>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- CALABRE, L. Intelectuais e política cultural: O Conselho Federal de Cultura. **Revista Intellèctus**. v. 2, ano 5. maio, 2006.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 74**, de 21 de Novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. 2020. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-74-21-novembro-1966-375931-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- CARDOSO, C. C. Governo Castelo Branco, Contragolpe e Frente Ampla nas memórias de militares e civis (Brasil: 1964-1968). **Perseu: História, Memória e Política**, n. Especial, 2014.

- COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil 1964 - 1985. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.
- FERNANDES, N. A. M. A política cultural à época da ditadura militar. **Revista Contemporânea**. v. 3, n. 1 p. 173-192. Jan./Jun. 2013.
- G1. **Literatura Brasileira**: livros clássicos que viraram filmes. 2013. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/artigo/literatura-brasileira-livros-classicos-que-viraram-filme.html>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEL, V. (Orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- JORNAL DO COMÉRCIO. **Araújo Viana recebe o Natal da Cidade com shows neste sábado**. 2011. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=81747&codp=104&codni=3>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.
- MENDES, M. **Elis Regina fala sobre a ditadura militar** (parte 2). 2019. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b1hQojliWbE>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- MICELI, S. Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil. **Revista de administração de empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 27-31, 1984.
- MONTEIRO, N. **Chico Buarque e a Ditadura Militar**. 2011. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nWpurtrYnek>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- NORA, P. **Pierre Nora enLeslieux de mémoire**. Ediciones Trilce, 2008. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=jxc1TLskfsC&oi=fnd&pg=PA5&dq=nora+pierre&ots=Jok07wx81x&sig=i2nzB5tIM5lwOzCxf2TbOgT-ZY8#v=onepage&q=nora%20pierre&f=false>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**: Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PAIVA, L. M. L. **Cultura e ditadura**: permanências autoritárias nas políticas culturais. 2014. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=819706c2dff857bc>>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **A história do Auditório Araújo Viana**. 2019. Disponível em: <<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smc/default.php?psecao=271>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- RAMOS, J. M. O. **Cinema, televisão e publicidade**: cultura popular de massa nos anos 1970-1980. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- SILVA, V. M. da. A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978). 2011. 211f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- VELOSO, C.; GIL, G. **As memórias do exílio**. 2016. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6nBk36AGKZ8>>. Acesso em: 16 ago. 2020.



LUZES DA RIBALTA - A (RE)INVENÇÃO DO TEATRO NA PANDEMIA*Márcio Leandro Michel***Universidade La Salle****Introdução**

A ficção, muitas vezes, vai buscar sua inspiração na vida real, reforçando a máxima de que a “arte imita a vida”. Contudo, em 2020 é a vida que está imitando a arte. Quando se fala de ficção logo nos vem a imaginação algum filme em exibição nos cinemas. Mas o teatro também se enquadra nesse contexto.

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o mundo enfrentava uma pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na Europa, ainda em fevereiro, muitos países foram obrigados a fazer um isolamento social, da mesma forma que aqui no Brasil, em março, também foi decretado o isolamento social, com fechamento de escolas, do comércio, dos espaços de lazer – cinema, teatro e outros – restaurantes, indústrias. Com isso, foram adotados protocolos de segurança para evitar a contaminação em larga escala e o colapso do sistema de saúde nos países mais afetados.

Não se pretende discutir, neste artigo, o mérito dos procedimentos adotados, mas sim entender quais foram os seus efeitos sobre as atividades culturais no Brasil e, em especial, no que diz respeito ao teatro. Alguns setores foram mais impactados do que outros, e ainda não conseguiram voltar às suas atividades presenciais, como a educação e o entretenimento. As salas de cinema e os teatros ensaiam o retorno às atividades presenciais, mas de forma tímida e no meio de muitas incertezas.

As luzes da ribalta foram apagadas temporariamente, sem previsão de retorno das apresentações, dos teatros lotados e dos aplausos. Contudo, um fenômeno tecnológico chama a atenção pelo seu amplo uso em diversos segmentos: as *lives*. É nesse cenário que o estudo se desenvolve. Procurando responder ao seguinte questionamento: Como o teatro gaúcho tem se ajustado em tempos de pandemia? O objetivo estabelecido é: analisar como o teatro gaúcho tem se ajustado em tempos de pandemia, através de notícias de jornais online de conteúdo aberto sobre o tema.

Pandemia, isolamento, entretenimento

A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (BRASIL, 2020a).

O Ministério da Saúde divulgou, também, os principais sintomas da covid-19, destacando que se assemelha a um resfriado, podendo evoluir para um quadro respiratório grave, sendo os sintomas mais comuns a tosse, febre, dificuldade de respirar, entre outros. Sua transmissão ocorre pelo contato das pessoas, próximas umas às outras, que estão infectadas. Um simples aperto de mão, um espirro é capaz de levar o vírus para outra pessoa. (BRASIL, 2020a).

Desde março de 2020 até a presente data, os casos confirmados de coronavírus já se aproximam a 5 milhões, como mais de 140 mil mortos, conforme representado pela Figura 1.



Figura 1 – Painel atualizado de casos no Brasil



Fonte: Coronavírus Brasil (2020)

A pandemia que se assoma pelo mundo, trouxe novos questionamentos em relação ao entretenimento. Com o isolamento decretado em todo o território nacional, ainda em março de 2020, o setor de entretenimento foi o que mais sofreu e ainda sofre com essas medidas. Os cinemas, teatros, shows, foram todos cancelados, e ainda não há uma definição quanto ao seu retorno pleno.

Para a psicóloga Ticiano Carnaúba, a indústria do entretenimento representa um espaço de informação, de troca e de fuga nesse momento. “Plataformas digitais e canais de televisão podem auxiliar nesse aspecto se propuserem ideias desviantes do foco da pandemia. O mesmo meio que propaga pânico, pode propagar esperança, basta calibrar o conteúdo fornecido”. Ticiano diz ainda que a indústria do entretenimento tem um poder estruturante na formação do ser social. Daí a relevância do consumo de cultura para o indivíduo em isolamento (LISBOA, 2020).

Dentre as diferentes formas de entretenimento, durante o isolamento, que serve para evitar aglomerações e, por consequência, a transmissão do coronavírus, diversos shows presenciais, foram substituídos por *lives* (expressão utilizada para informar que o show é transmitido ao vivo). Além disso, outro segmento ganhou relevância: o livro. Seja ele impresso, adquirido nas livrarias virtuais e entregue em casa, aos audiolivros, e e-books ganharam força na pandemia.

Num primeiro momento, o teatro ficou fechado, sem espetáculos. Porém, com o passar do tempo, atores, diretores e produtores começaram a utilizar os serviços de *streaming* para apresentar algumas peças e criar novos formatos de encenação.

O teatro como bem cultural

Para chegar à conclusão de que o teatro pode ser considerado um bem cultural é preciso, primeiramente, conceituá-lo. Na concepção de Cebulski (s.d., p. 11)

A palavra teatro remete a dois significados diferentes: a um gênero da arte ou também a edifício ou casa, ou seja, ao espaço no qual podem ser representados vários tipos de espetáculos. Etimologicamente, teatro deriva do grego theatron (theaomai = ver; thea = vista; panorama), mas a forma atual da palavra tem origem latina (theatrum). Porém, não é correto afirmar que o teatro é uma invenção grega.

Samantha Nascimento da Silva (2020) afirma que o teatro, como se conhece hoje, difere dos seus primórdios. Na Antiguidade, as manifestações artísticas eram utilizadas para transmitir a cultura para o povo. A partir de rituais, danças, e encenações, o povo se tornava ciente das regras para o convívio em sociedade. Avançando no tempo, na Idade Média o teatro serve aos propósitos da igreja, que em um primeiro momento condenou-o e no momento seguinte se utilizou dele para educar “seus fiéis”. Para a autora:

(...) o teatro é tão antigo quanto a humanidade, o que coloca esse imaginário em xeque. Transformar-

se em outro é uma das formas mais fundamentais da expressão humana e, desde o período pré-histórico, o homem tem a necessidade da representação e de rituais, muitas vezes até para compreender o mundo que o rodeia. A existência de diversas vertentes na arte teatral, em vários lugares do planeta, como o Teatro do Absurdo, Teatro de Bonecos, Teatro Grego, Kabuki, Teatro Nô, Commedia Dell'Arte, Teatro de Rua, entre muitas outras, significa por si só o caráter universal deste tipo de manifestação. O teatro canaliza a necessidade de expressão inerente à natureza humana e a vida em comunidade (SILVA, 2020).

O Brasil, recém descoberto, passou a utilizar o teatro como catequizador, e principal ferramenta para doutrinar e “civilizar” os índios, através do padre jesuíta José de Anchieta (1533-1597). Com um novo salto no tempo, chega-se ao final do século XX, em que os temas políticos, presença fortemente restringida no período da ditadura militar, foram sendo deixados de lado, dando lugar ao “teatro besteirol”. Nesse cenário, Mauro Rasi, Vicente Pereira, Miguel Fallabela, entre outros são os dramaturgos mais destacados. Por fim, de acordo com José de Melo Alexandrino (2011, p. 228) o conceito de bem cultural, pode ser sintetizado em:

Chegou assim à conclusão de que nem é o valor, nem uma qualidade intrínseca da coisa o que constitui o elemento comum aos diversos bens culturais. O que é então? Trata-se de um interesse e não de um valor: um interesse objectivo, referível a qualquer bem material, que é a circunstância de ele ser testemunho de cultura e civilização (ALEXANDRINO, 2011, p. 228).

Nesse sentido, o teatro é considerado um bem cultural, pois sua representatividade possui uma manifestação universal, sendo “testemunha de cultura e civilização”. A partir dessa breve explanação sobre o teatro, a seguir apresenta-se a metodologia e os resultados iniciais da pesquisa.

Metodologia

Uma pesquisa é um processo de construção, investigação e busca pela compreensão de uma determinada realidade social, no seu tempo e espaço. (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 107). Nesse sentido, este estudo trata da situação do teatro gaúcho, durante a pandemia do Covid-19, e sua forma de se reinventar.

Dentro desse processo, o pesquisador se propôs a identificar conexões entre as variáveis correspondentes ao objetivo do estudo aqui proposto por meio de um estudo teórico-empírico. A parte empírica desta pesquisa refere-se a recortes de matérias jornalísticas disponíveis na mídia online, constituindo-se de dados secundários.

Além disso, para a obtenção dos resultados desejados, foi também realizada uma pesquisa bibliográfica com base numa revisão da literatura a respeito do conceito de teatro. Para Flick (2013, pág. 45) “a literatura teórica é a que engloba as obras sobre os conceitos, definições e teorias usadas em seu campo de investigação.”

A partir da pesquisa das matérias jornalísticas em sites de busca, o passo seguinte foi selecionar matérias que falam do teatro no período da pandemia. Foram selecionados textos, disponíveis em jornais, que são de conteúdo aberto, não necessitando ser assinante para ler as matérias. O Quadro 1 apresenta o resultado dos dados empíricos:



Quadro 1 – Textos selecionados

Título da Matéria	Jornal	Data	Disponível em:
Atores abrem suas casas para virar cenários de séries de TV e teatro gravadas remotamente	O Sul	26/09/20	https://www.osul.com.br/atores-abrem-suas-casas-para- virar-cenarios-de-series-de-tv-e-teatro-gravadas-remotamente/
Teatro da pandemia escancara um novo absurdo, com peças montadas em casa	Folha de Pernambuco	05/07/20	https://www.folhape.com.br/cultura/teatro-da-pandemia-escancara-um-novo-absurdo-com-pecas-montadas-em/146195/
Pela internet e pela cidade: Porto Alegre em Cena divulga programação da edição 2020	Zero Hora	24/09/20	https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/espetaculos/noticia/2020/09/pela-internet-e-pela-cidade-porto-alegre-em-cena-divulga-programacao-da-edicao-2020-ckffk6jib0052014kyuig03d2.html
O teatro do futuro é virtual, aposta pesquisadora e encenadora	Zero Hora	13/08/20	https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/espetaculos/noticia/2020/08/o-teatro-do-futuro-e-virtual-aposta-pesquisadora-e-encenadora-ckdt1voli003i013g7xgxdt70.html
Funarte destinará R\$ 870 mil para projetos de teatro virtual	Zero Hora	12/08/20	https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/espetaculos/noticia/2020/08/funarte-destinara-r-870-mil-para-projetos-de-teatro-virtual-ckdracs5y9000w01h8o2hlgdis.html

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Resultados

Nesta seção são analisadas as matérias selecionadas, a fim de atingir ao objetivo deste artigo. A primeira matéria intitulada “Atores abrem suas casas para virar cenários de séries de TV e teatro gravadas remotamente” foi veiculada no Jornal O Sul (online) no dia 26 de setembro de 2020, conforme a figura 2:

Figura 1 - Rigueti dá vida a Paulo Freire (Foto: Divulgação)



Fonte: O Sul (2020)

A imagem, utilizada na divulgação da peça, associada ao conteúdo da matéria, demonstra as adaptações da própria casa, feitas pelo ator, que além de encenar também faz o papel de produtor, cenógrafo, entre outras atividades. Dessa forma, com o novo contexto e o uso da tecnologia foi possível transmitir o espetáculo.

Uma sala de não estar mais. É com resignação e bom humor que o ator Richard Rigueti, protagonista da peça “Paulo Freire, o andarilho da utopia” descreve a nova formatação do cômodo de sua casa, em Laranjeiras. A decoração atual é o cenário do espetáculo, em cartaz até 25 de outubro, aos sábados (às 21h) e domingos (às 16h e, em outubro, às 17h) pelo Zoom: uma lona que remete à terra árida, uma Lua feita com dois escorredores de macarrão, pendurada em uma vara de pescar, um banquinho de tirar leite e um estandarte com o rosto do educador pendurado em um bambolê e em um cabo de vassoura (O SUL, 2020).

Observa que, ao utilizar a própria casa como cenário para a atividade teatral, o artista realiza uma manifestação artística em que apresenta ao público uma nova realidade, característica do advento da pandemia. Nesse sentido, o artista Rigueti poderia estar, de alguma maneira, transmitindo a seu público uma nova cultura (SILVA, 2020), que é a cultura de ações adaptadas ao contexto da pandemia por Coronavírus.

A segunda matéria analisada foi publicada na versão online da Zero Hora no dia 12 de agosto de 2020, intitulada como “Funarte destinará R\$ 870 mil para projetos de teatro virtual”. Já fica evidente no título que o poder público federal está incentivando, por meio da Fundação Nacional de Artes (Funarte), os projetos de teatro virtual em todo o Brasil:

A Fundação Nacional de Artes (Funarte) vai destinar R\$ 870 mil para cinco projetos de teatro virtual de cada região do Brasil. As peças vencedoras serão incorporadas ao acervo da instituição e exibidas por meio de plataforma digital, compondo a programação do Festival Funarte de Teatro Virtual 2020. Podem se inscrever peças infantis, juvenis e adultas (ZERO HORA, 2020).

Em contraponto ao referencial teórico, nas palavras de Alexandrino (2011, p. 228) o bem cultural não possui um valor específico. Assim, “trata-se de um interesse e não de um valor”. Nesse sentido, o interesse da Funarte em destinar quase 1 milhão de reais para projetos de teatro não é no sentido de mensurar um valor ao teatro, e sim de garantir que o mesmo não se esmaça, no período da pandemia. Esses são os dados iniciais da análise.

Considerações finais

O estudo está em desenvolvimento. De acordo com os textos analisados, já é possível informar que por causa da pandemia e da quarentena, o teatro passou a interagir com o público, por meio da comunicação virtual, estabelecendo uma nova cultura sobre ações que podem ser adaptadas às características da pandemia.

E, também, pelo que já foi visto até o momento, a pandemia, além de gerar um isolamento social, impedindo que as pessoas possam circular e assistir à peças de teatro, proporcionou uma explosão de criatividade. Atores, cantores, empresários, pequeno comerciante, grandes empresas estão se reinventando e este será, certamente, um legado positivo desse ano de 2020.

Referências

ALEXANDRINO, J. A. M. O conceito de bem cultural. In: GOMES, Carla Amado; RAMOS, José Luís Bonifácio. **Direito da Cultura e do Patrimônio Cultural**. Lisboa: AAFDL, 2011. p. 223-244. Disponível em: <<https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/565-466.pdf>>.



GT6

BRASIL. **Coronavírus**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é COVID-19**. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 28 set. 2020.

CEBULSKI, M. C. **Introdução à história do teatro no ocidente dos gregos aos nossos dias**. Paraná: UNICENTRO, s.d.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Penso Editora, 2013.

LISBOA, L. A cultura em tempos de pandemia: como o entretenimento é aliado para a saúde mental. **Agenda, arte e cultura UFBA**. abr. 2020. Disponível em: <<https://www.agendartecultura.com.br/principais/cultura-tempos-pandemia-entretenimento-aliado-saude-mental/>>. Acesso em: 28 set. 2020.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, S. N. da. **Teatro e pandemia**: novas possibilidades de existência para os palcos. Escola de Comunicação e Artes de São Paulo. São Paulo, 26 mar. 2020. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/noticias/teatro-e-pandemia-novas-possibilidades-de-exist-ncia-para-os-palcos>>. Acesso em: 28 set. 2020.



CULTURA, ESPAÇO URBANO E LAZER

*Raquel da Silva Pavin***Universidade La Salle****Introdução**

Com agendas atribuladas, possuímos inúmeras atividades ao longo do dia, e qual momento para problematizarmos sobre o lazer? A temática emerge no Brasil, conforme destaca Nelson Carvalho Marcellino em seu livro *Estudo do Lazer uma introdução* (2002), ligada ao desenvolvimento industrial do país, voltando-se mais profundamente para a década de 50 onde a aceleração do processo de urbanização ganha grande ressonância social. O tema foi ganhando força, segundo, com os seminários promovidos pelo Serviço Social do Comércio (SESC), sobretudo em 1970, com a presença de Jofre Dumazedier, sociólogo francês especialista nessa discussão, associando a necessidade de lazer à industrialização e à urbanização.

As investigações acadêmicas sobre o lazer iniciam, timidamente, ainda na década de 1950, com o foco mais claro em estratégias de recreação. Em 1959, conforme destaca Gomes (2008) referindo uma publicação de José Acácio Ferreira sobre o Lazer Operário, com uma pesquisa empírica com trabalhadores em Salvador/BA. A inspiração para a discussão viria de Gilberto Freyre, que afirmar em uma conferência na cidade, “à medida que a máquina substituiu o homem, a organização do lazer tornava-se mais importante que a organização do trabalho” (FREYRE apud GOMES, 2008, p. 2). Um primeiro Seminário Nacional do Lazer ocorreu em 1974, em Curitiba, e, logo em seguida, o Encontro Nacional de Lazer em 1975, no Rio de Janeiro. Produziu-se nesse período uma abundância de estudos sobre o assunto.

Torna-se emblemático, nesse contexto, o livro de Sarah Strachman Bacal, *Lazer: Teoria e Pesquisa*, de 1988. A obra apresenta distinções entre tempo de trabalho, tempo livre, tempo liberado para atividades não obrigatórias, tempo necessário para as obrigatórias. Uma análise que foca, além do trabalho e do lazer, no turismo, disputando também esse espaço de ocupação do tempo. Além dos conceitos, o livro é contemporâneo da Constituição Cidadã, de 1988, que traz em seu artigo sexto, o lazer como direito social (AQUINO, MARTINS, 2007; GOMES, 2008; WERNECK, 2003).

Dos autores que estudam o tema no país, destacamos o lazer pela ótica de Nelson Carvalho Marcellino, que o entende como o prazer que envolve as atividades de lazer, associado ao imaginário das pessoas que o praticam. Mais que isso, na busca de informações, nas práticas esportivas, na capacidade de manipulação de objetos ou com a natureza, na quebra de rotinas, nas relações e convivência social (MARCELLINO, 2012).

Ainda sobre esta relação, podemos destacar que o lazer sendo fruto das relações sociais ele também é visto como espaço de vivência cultural no tempo que as pessoas têm disponível, fora de suas obrigações, sejam elas profissionais, escolares, familiares e sociais. Espaços privilegiados de expressões do ser humano, ligado à sua existência social e histórica, influenciando também as relações socioculturais e possibilitando contatos sociais, convívio fraterno e criatividade.

Conforme aborda Marcellino (2012, p. 15), “não é possível entender o lazer isoladamente, sem relação com outras esferas da vida social. Ele influencia e é influenciado por outras áreas de atuação, numa relação dinâmica”. Desta forma, entendemos a necessidade de abordarmos esse assunto, juntamente com a discussão de cultura e espaço urbano, que são temáticas que perpassam a vida de todos de forma tão sublime, mas ao mesmo tempo essencial.



Cultura e espaço urbano

A discussão sobre o lazer, pressupõem o atravessamento cultural. Sendo assim, a cultura assume amplas definições, aqui iremos trazer no sentido “ da política, da sociologia, da semiótica, da psicologia, além de não ignorar a carga biológica que influencia a construção sociocultural do homem” (GOULART; FARIAS, 2012, p. 336) A cultura deve ser compreendida, no sentido de abranger o ser humano de forma não individualizada, e sim coletiva, esta categoria irá apoiar a discussão social e participação gradual e organizativa das simbologias e estatutos sociais. O fenômeno urbano, pode ser pensado como um feito cultural, pois toma uma proporção global, e particular, tanto a nível nacional, como em sociedades, mais regionais.

Do ponto de vista universal, é possível afirmar que a humanidade testemunhou muitos povos constituírem diferentes experiências civilizatórias. Durante os últimos duzentos anos, o sistema capitalista mundanizou-se de forma não pacífica e promoveu uma nova modalidade de aglomeração urbana, que pode ser submetida a uma categorização que busque apreender as diferentes expressões daquilo que poderíamos chamar de cultura material urbana (FLORENCE, 2010, p. 17-18).

Desta forma, é possível afirmar que existe uma intenção de uniformização dos espaços urbanos, a partir, principalmente, da produção e reprodução dinâmica das cidades. Para o mesmo autor, existe nesta relação inúmeras diferenças culturais;

A dinâmica econômica no Brasil propiciou condições de urbanização muito similares e a reprodução de características urbanas comuns: crescimento desordenado, segregação classista e étnica, baixa urbanização nas zonas urbanas ocupadas pela população de baixa renda, assim como a constituição de variantes urbanas da estratificação social determinada pela sociedade nacional. Nesta perspectiva, mais do que um fenômeno cultural, a cidade é um fenômeno cultural multifacetado que, tanto possui sua dinâmica de crescimento entrecortada pela lógica de acumulação do capital como, também, por diferentes outros fatores (FLORENCE, 2010, p. 17-18).

Sabe-se que é urgente a preocupação com os efeitos danosos causados pelo processo de industrialização e seus agravos nas cidades. Visto por ações imediatistas que acabam por danificar a qualidade de vida das pessoas que circulam ou vivem nos espaços urbanos. Torna-se difícil, atualmente, perceber o lazer como uma experiência simples, algo que não esteja oposto ao trabalho, quando o lazer assume um papel social do consumo de mercadorias de prazer, culturais, turísticas, entre outros. Concentra-se aí uma relação intensa entre lazer e espaço urbano, das grandes metrópoles. Para a autora;

[...] a cultura da privatização, é evidente o momento de crise do espaço público em que vivemos, onde, recorrentemente, tudo que é público, tudo que é coletivo é entendido como algo menor, como algo desimportante, como algo perigoso, que ameaça e que não responde às ânsias de crescimento econômico, de geração de empregos e de acúmulo e desfrute de riqueza. Nesse sentido está se produzindo, sem sombra de dúvida, uma anticidade, onde os condomínios fechados têm cada vez mais espaço, têm cada vez mais legitimidade cultural, social, econômica, política e jurídica (FERNANDES, 2010, p. 26).

Ao evidenciarmos sobre a privatização da cultura e a crise do espaço urbano se faz urgente pensar sobre estes locais como lugares de aproveitamento do tempo livre. Podemos utilizar como exemplo, um transporte público próximo a um parque, no qual a pessoa que está no neste fica preso em um congestionamento durante duas horas: estamos diminuindo consideravelmente o tempo para o lazer, se levar em consideração as horas que atualmente se dispõem, relacionando ao tempo e carga horária de trabalho, estudos, e ou demais atividades. Neste sentido, quando a cidade se transforma em um lugar difícil de viver de forma sadia e satisfatória, com baixas possibilidades de prazer, ao invés de um lugar onde as pessoas se sintam pertencentes a uma comunidade urbana, o lazer estará



restrito a espaços e tempos determinados. Essa situação intensifica-se pois não se consegue vivenciar o lazer de forma integral, como uma ideia de prazer ao longo do cotidiano, nem mesmo durante o tempo de trabalho e o destinado à convivência social.

A urbanização atribui à cidade ao lugar de lazer, do residir, de trabalho, da educação e de circulação. Dentre essas funções, três ficaram limitadas e localizadas em espaços privados, cada vez mais contidos e homogêneos, cabendo à dimensão pública o papel da circulação. Marcellino, nesse ponto, problematiza sobre democratizar o espaço do lazer, “[...] pode-se dizer que democratizar o lazer implica democratizar o espaço. E se o assunto for colocado em termos de vida diária, do cotidiano das pessoas, não há como fugir do fato: o espaço para o lazer é o espaço urbano” (MARCELLINO, 2012, p. 27). O processo de desresponsabilização do controle e da gestão pública dos papéis da cidade contribui para o desaparecimento do sentido público e político da cidade, dando ênfase quase exclusiva a uma concepção de espaço urbano onde prevalece o modelo privatista e individualista das cidades, e consequentemente da sociedade.

Percebe-se a “perda dos multifatores da cidade, alicerçado pelo urbanismo modernista” (ROLNIK, 2000, p.2) que desconfigurou as funções da cidade. Este delibera para cada um, lugar e missão separada, provocando a diminuição das possibilidades e da quantidade de contatos e misturas de uso que caracterizavam a cidade multifuncional e mais pública. Contudo, estamos frente a um modelo de cidade que nega a possibilidade de utilização do espaço público e reforça a privatização da vida e dos espaços de circulação coletiva, essa negação gera um conflito social e o caos urbano. Faz-se necessário pensar e programar políticas de investimento para a retomada da qualidade do espaço da cidade, propiciando a sua multifuncionalidade e encanto, na busca de uma cidade que liga usos, funções e pessoas. Esse modelo se faz urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, e para quem defende uma maior qualidade de vida da população e o acesso ao lazer.

O lazer e o tempo contemporâneo

Vive-se em uma sociedade com reflexos dos efeitos da urbanização e da industrialização. Depara-se com os interesses imediatistas que afetam consideravelmente a qualidade de vida da população. Ao pensar na realidade visível e concreta, pode-se destacar, conforme sugere Marcellino (2012), o imaginário do que seriam atividades de lazer e o que se acessa de fato, conforme destaca o autor quando remete a pensar nas “cidades de tradição”.

Ao se referir a atividades, usa a cidade do Rio de Janeiro, para exemplificar e problematizar sobre a grande parcela de habitantes que trabalham nos finais de semana. Nesse sentido, a existência do lazer estaria condicionada a categoria trabalho e aos usos do tempo livre em espaços urbanos e industrializados, estes fortemente marcados pela precarização do tempo e do espaço (GOMES, 2011).

Assim, escrever sobre lazer no contemporâneo torna-se um desafio, pois se depara com uma lógica do trabalho que toma conta até mesmo dos dias livres, ou seja, os fins de semana, faz com que atividades prazerosas percam seu sentido. Como destaca, “a livre adesão e o prazer, propiciando condições de descanso, divertimento e desenvolvimento tanto pessoal quanto social” (MARCELLINO, 2002, p.31). A leitura de realidade nessa condição demanda uma análise crítica do ser humano sobre si e seu contexto. É importante relativizar uma construção que define o lazer como antítese do trabalho, como tempo livre ou sem diversas obrigações.

Será preciso diferenciar o lazer enquanto ocupação do tempo livre relacionada ao consumo, de outras compreensões, ainda simples, que destacam a importância do lazer vista como prática social da vida cotidiana que precisa ser estabelecida em um tempo e ou espaço social. Embora as diferentes concepções possam ser vistas como ensaios de se compreender o lazer, tratamos como se sua essência fosse possível somente nos contemporâneos centros urbanos e industrializados.

A desnaturalização do lazer como agenda

A concepção de lazer é diversa, assume diferentes características. Se considerarmos a contemporaneidade, século XXI, em que prevalece, o culto pelo bem-estar, a necessidade de conquistar o lazer a qualquer custo, da luta por um corpo feliz e saudável requer empenho e esforço tão intensos quanto o trabalho. Deparamo-nos, com a necessidade de o lazer fazer parte dos nossos agendamentos diários, criamos hábitos de agendar nossas tarefas, não sabemos mais inserir essas práticas no nosso dia-a-dia de forma natural: construímos um lazer como agenda. Pensar sobre a amplitude desta categoria, é refletir sobre práticas cotidianas, sobre o prazer que envolve as atividades corriqueiras, na quebra de rotinas, nas relações e convívio social. Deparamo-nos com essa necessidade atual, mais fortalecida do que nunca, ao relacionar a onerosa carga de atividades não tão prazerosas que realizamos, em contraponto às atividades que propiciam naturalmente, bem estar biopsicosocial.

Ainda sobre esta relação podemos destacar que o lazer, sendo fruto das relações sociais, também é visto como espaço de vivência cultural no tempo que as pessoas têm disponível, fora de suas obrigações, sejam elas profissionais, escolares, familiares, entre outras. Neste “tempo livre não obrigatório” se desenvolvem formas de autocuidado a potencialidade pelo lúdico (jogos, brinquedos, passatempos e divertimento), cuja essência permeia o campo do lazer como forma de cuidado.

Entre a agenda e o cuidado, o lazer firma-se como categoria e necessidade vital, entre práticas de consumo e turismo, entre espaços medidos e burocratizados, que, nas brechas, também estabelecem a busca por espaços de expressões do ser humano, ligado a sua existência social e histórica, influenciando também as relações socioculturais e possibilitando contatos sociais, convívio harmonioso, criatividade, melhorando a vida dos sujeitos. O lazer relacionado à qualidade de vida, e pensado também na promoção de saúde, vem ao encontro do importante tema que preocupa a agenda dos serviços de saúde, pois no atual contexto vivido nos deparamos com o “stress”, advindo de uma vida corrida, com cotidiano que visa à produção, a resposta rápida as demandas e desafios lançados. Desta forma, pensar em promoção de saúde relaciona-se com a possibilidade do lazer criar formas de bem estar físico, mental e social as pessoas e, desse modo, probabilidade de melhor qualidade de vida.

Tem-se naturalizado que o lazer é a busca pela realização de algo pessoal, mas que pode ser adquirido com moedas e tempo. Uma benesse para o corpo e a alma, que ficam submetidas, maior parte, pelo controle do tempo e do espaço, medindo sua força de trabalho na mesma fração. O lazer, como já foi abordado, configura-se como uma categoria social, urbana, industrial, e dentro dessa categorização possui um determinado mercado no qual os indivíduos se subjetivam por algo idealizado e sonhado. Para Rolnik (1997, p. 23), falamos de “máquinas do desejo: um modo de consumir e se relacionar que responde a um modelo de subjetivação globalizado, capitalístico, que oferece produtos que funcionam como drogas, preenchendo vazios identitários, produzindo os viciados em identidades”. Nesse mercado, identificado “as drogas” materializadas na televisão, nas mídias, nos livros de autoajuda, as tecnologias “diet/light” e as drogas propriamente ditas, “tanto as que visam à volta às identidades locais, quanto as que visam à sustentação das identidades globais, têm uma mesma meta: domesticar as forças” (ROLNIK, 1997, p. 23) as estratégias são muitas.

Considerações finais

Torna-se habitual classificar o lazer como um fenômeno moderno e urbano-industrial que se contrapõe ao trabalho e às obrigações rotineiras. Nessa lógica, o lazer é uma prática social complexa que abrange uma pluralidade de vivências culturais lúdicas contextualizadas e historicamente situadas. O lazer sendo fruto das relações sociais ele também é visto como espaço de vivência cultural no tempo que as pessoas têm disponível, fora de suas obrigações. Espaços privilegiados de expressões do ser humano, ligado à sua existência social e histórica, influenciando também as relações socioculturais e possibilitando contatos sociais. Sendo a concepção de lazer multifacetada, assume

diferentes características muitas vezes pelo estilo de vida contemporâneo, século XXI, em que prevalece, o culto pelo bem-estar, a necessidade de conquistar o lazer, da luta por um corpo feliz e saudável que requer empenho e esforço tão intensos quanto o trabalho. Depara-se, com a necessidade do lazer fazer parte dos nossos agendamentos diários, criamos hábitos de agendar nossas tarefas, não sabemos mais inserir essas práticas no nosso dia-a-dia de forma natural, construímos um lazer programado. Busca-se, ao contrário, evidenciar práticas diárias onde possam exercer atividades relacionadas o bem estar físico, social e mental.

É notória a necessidade pela busca de alternativas à onerosa carga de atividades não tão prazerosas que realizamos no cotidiano, bem como as imposições de consumo para o “tempo livre”. Ao considerarmos o lazer e os multifatores que este abarca, faz-se necessário questionar sobre a liberdade ao pensar essa categoria, ou seja: a escolha pelo lazer, que pode ser visto como tarefas pautadas em agendas diárias ao meio de compromissos, ou até mesmo a escolha por não fazer lazer algum, e isso ser considerado como. Ou até mesmo poder escolher dentre as possibilidades de consumo desse lazer com autonomia, não mais imposto por práticas determinadas e impostas pela sociedade do controle.

Questiona sobre a ordem social, que diz como e de que forma deve-se ter ou obter lazer. Em contraponto, busca o ponto de singularização, que não se situa estritamente num plano macrossocial, microsocial ou mesmo individual (TONELLI, ADRIÃO E CABRAL, 2012), mas num campo de problematização do presente, do tempo e do espaço em que surgem as homogeneizações e, dentro delas, as possibilidades de resistência e de singularidade. Portanto, mais do que estratégias para produzir relaxamento, tranquilidade e qualidade de vida, querer sim, evidenciar a construção de saídas singulares, desnaturalizadas, desburocratizadas, espontâneas. Saídas que, visem momentos de cuidado, autonomia e liberdade.

Referências

- AQUINO, C. A. B; MARTINS, J. A. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. In: Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza, 2007, n. 2, v. 7, p. 479-500. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof_Adalberto_Santos/4ocio_lazer_e_tempo_livre_na_sociedade_do_consumo_e_do_trabalho_22.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.
- BACAL, S. S. **Lazer, teoria e pesquisa**. São Paulo: Loyola, 1988.
- CAMPOS, G. W. In: CAMPOS, G. W. e cols (Org.). **Tratado da Saúde Coletiva**. São Paulo: HUCITEC, 2007; p. 39-78.
- CHAUÍ. M. **Cultura, socialismo e democracia: cultivar ou cultivar**. Teoria & Debate. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 04 de Abril de 2006b. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/cultura-cultivar-ou-cultivar>>. Acesso em: 15 set. 2020.
- FERNANDES, A. Cidade Contemporânea e Cultura: Termos de um impasse? In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: Edufba, 2010. (Coleção cult) Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/526/3/Repositorio_cult-7_politicas_culturais_para_cidades.pdf>. Acesso em: 16. set. 2020
- FLORENCE, A. O Fenômeno Urbano como Fenômeno Cultural. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; ROCHA, Renata (orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: Edufba, 2010. (Coleção cult) Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/526/3/Repositorio_cult-7_politicas_culturais_para_cidades.pdf>. Acesso em: 16. set. 2020
- GOMES, C. L. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **Revista Licere**: Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-25, 2011. Disponível em: <<http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/sumario.html?ed=29>>. Acesso em: 05 set. 2020.

- GOMES, C. M. **Dumazedier e os Estudos do Lazer no Brasil**: Breve Trajetória Histórica. Seminário Lazer em Debate, 9, 2008. Anais. São Paulo, USP/ Leste CELAR/UFMG, 2008. Disponível em: <http://ufsj.edu.br/portalexpositorio/File/dcefs/Prof_Adalberto_Santos/1dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil-_breve_trajetoria_historica_12.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.
- GOULARTE, J.; FARIAS, C. **Cultura, Comunicação e cidadania**: o caso do Centro Cultural do Banco do Brasil de São Paulo, Intercom – RBCC. São Paulo, v.35, n.2, p. 331-349, jul./dez. 2012.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer**: Uma Introdução. São Paulo: Autores Associados, 2012.
- MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e educação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- NUNES, E. D. In: CAMPOS, Gastão W. e cols. (org.). **Tratado da Saúde Coletiva**. São Paulo: HUCITEC, 2007; p. 17-38.
- ROLNIK, R. **O lazer humaniza o espaço urbano**. SESC SP. (org.). Lazer numa sociedade globalizada. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/lazerhumanizaespacourbano.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2020.
- ROLNIK, S. **Toxicômanos de identidade subjetividade em tempo de globalização, Cultura e subjetividade**. Saberes Nômades (org.), Campinas: Daniel Lins Papirus, 1997; p. 19-24.
- RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: Edufba, 2010. (Coleção cult). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/526/3/Repositoriocult-7_politicas_culturais_para_cidades.pdf>. Acesso em: 16. set. 2020.
- TONELLI, M. J. F; ADRIÃO, K. G; CABRAL, A. G. Singularizar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L. do.; MARASCHIN, C. (Orgs.). **Pesquisar na diferença** - um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- WERNECK, C. L. G. **Significados de recreação e lazer no Brasil**: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). Minas Gerais, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/HJPB-5NVJWV>>. Acesso em: 15 out. 2019.



GESTÃO CULTURAL E EDUCAÇÃO: A EXPOSIÇÃO QUEERMUSEU NO ESPAÇO CULTURAL SANTANDER

Nathalie Schneider

Universidade La Salle

Introdução

Este artigo objetiva compreender a relação existente entre gestão cultural do espaço cultural Santander e a educação de identidade de gênero e sexualidade, tendo como base a exposição intitulada *Queermuseu*, realizada no Santander Cultural no ano de 2017, a qual gerou polêmicas sobre as obras apresentadas, resultando no fechamento da exposição.

Na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, atualmente temos um Patrimônio de bens culturais, o Farol Santander Porto Alegre, tendo sua construção concluída no ano de 1931 é considerado um patrimônio histórico. O prédio foi sede de vários bancos da cidade, e em 2001 sob a administração do banco Santander, foi restaurado e inaugurou-se um moderno centro de arte e cultura de nossa cidade. Atualmente contempla diversas exposições de arte contemporânea, shows de música popular e uma imensa diversidade de eventos, inclusive sendo espaço da Bienal do Mercosul (SANTANDER INSTITUCIONAL, 2020).

Como problema de pesquisa, pretendo investigar quais foram os principais argumentos tanto por parte daqueles que se colocaram contrários quanto os que se colocaram favoráveis à exposição, na tentativa de compreender o posicionamento que a gestão cultural do Santander Cultural tomou, ao optar pelo encerramento da exposição. Também pretendo refletir sobre a importância desta exposição no processo educacional em escolas.

Para atingir o objetivo proposto e tentar responder ao problema de pesquisa, optei por utilizar o método de pesquisa bibliográfica através de livros, artigos e noticiários. Segundo Fachin (2017), trata-se da busca por conhecimento através de obras de diferentes naturezas, tendo como objetivo proporcionar ao pesquisador a busca do saber.

Primeiramente o leitor irá encontrar uma breve contextualização sobre o gestor cultural e seu papel, na sequência, uma breve contextualização da expressão *Queer* e do papel da escola no qual tange às relações de identidade de gênero e sexualidade. Por fim pretendo apresentar alguns argumentos referentes à polemica que ocasionou o encerramento da exposição através de algumas fontes jornalísticas do período.

Gestão Cultural e o papel do gestor

Compreender o que é um gestor cultural e quais as suas atribuições é algo relevante para pensarmos este profissional. Para Víctor Vich (2017) a cultura deve ser pensada para além de algo sempre positivo para sociedade, é preciso compreendê-la como “laços humanos, estilos de vida, hábitos estabelecidos na cotidianidade mais comum” (VICH, 2017, p. 49). O autor entende que as políticas culturais devem servir para que possamos pensar o cotidiano e nos desvincilharmos de determinadas hegemonias, é através da cultura que somos capazes de entender o tipo de sociedade em que vivemos (VICH, 2017). Assim um gestor cultural precisa incorporar novas ideias em suas práticas.

Um problema de hoje é que o gestor cultural está se tornando um técnico. Atualmente, os agentes culturais são formados sob o paradigma da administração e do planejamento de projetos. Muitos dos mestres ou bacharéis privilegiam os aspectos referentes à produção de eventos. Tudo é útil,



mas é insuficiente. Reduzida a isso, a gestão cultural torna-se puramente uma “administração do existente” (VICH, 2017, p. 50).

Para o autor, o gestor cultural deve ser mais que um especialista em gestão, “seu trabalho deve ser capaz de realizar atos mais radicais: saber quebrar as formas nas quais uma ideologia sutura o possível, deve saber desencadear novos debates públicos” (VICH, 2017, p. 52). Para esta proposta o autor traz algumas sugestões das identidades que gestores precisariam assumir. São elas: a identidade do etnógrafo, a identidade do curador, a identidade do militante e a identidade do administrador. Vou me ater em trazer o conceito de identidade do etnógrafo por entender que através dela seja possível problematizar como a gestão do Santander Cultural pensou a possibilidade de apresentar em seu espaço a exposição *Queermuseu*.

Vich (2017) entende que um gestor etnógrafo precisa conhecer sua população local, entender quais as emergências culturais deste grupo, suas ideologias, os papéis sociais ali perpassados, entre outros, para o pensador a função de um gestor etnógrafo deve:

[...]consistir em conhecer bem as populações locais, determinar como os antagonismos sociais existentes se manifestam, tornar visíveis as formas como a hegemonia funciona. Desse ponto de vista, o gestor, como etnógrafo, precisa ter uma formação nas disciplinas básicas de ciências sociais: o funcionamento do capitalismo, a teoria da ideologia, o papel dos movimentos sociais, as novas abordagens de gênero, de raça, do problema das classes sociais etc. O gestor deve ser capaz de mostrar as chaves interpretativas do espaço social, dos principais conflitos que nos estruturam como sociedades (VICH, 2017, p. 52).

Neste sentido é possível verificar que parece ter havido, por parte da gestão cultural do Santander Cultural, uma tentativa de trazer uma exposição que contemplasse uma temática emergente em nossa sociedade, as relações de identidade de gênero e sexualidade, afinal, como saliente Vich (2017, p. 53) o trabalho com as políticas culturais “é uma questão de utilizá-las para mudar nossas representações da vida coletiva e oferecer novos modelos de identidade”.

Uma breve contextualização da expressão *Queer*

A Teoria *Queer*, segundo Guacira Lopes Louro (2004) trata-se de uma política pós-identitária que tem como objetivo principal dar visibilidade às pessoas que não se enquadram a uma norma heteronormativa, a expressão também pode ser traduzida por estranho, ridículo, raro, excêntrico, que conotam uma forma pejorativa de designar homens e mulheres homossexuais. *Queer* significa colocar-se contra a normalização de corpos binários, trata-se de uma forma de oposição a heteronormatividade compulsória da sociedade. *Queer* “representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2004, p. 38-39). Neste sentido, a polêmica da exposição *Queermuseu* parece ser algo esperado, pois para muitas pessoas falar sobre questões de identidade de gênero e sexualidade não é algo fácil.

Em uma cultura na qual opera uma explícita definição de masculino/feminino e dos respectivos papéis que cada um deve exercer, reconhecer que estes papéis não são verdades absolutas torna-se algo importante a ser discutido, e por que não através de uma exposição? Ao falar desta divisão binária, masculino/ feminino, Louro (2004) aponta que podemos encontrar uma alternativa ao pensamento essencialista e que há outras possibilidades de se pensar sobre identidades de gênero e sexuais.

Precisamos estar atentos para o caráter específico (e também transitório) do sistema de crenças com o qual operamos; precisamos nos dar conta de que os corpos vêm sendo “lidos” ou compreendidos de forma distinta em diferentes culturas, de que o modo como a distinção masculino/feminino vem sendo entendida diverge e se modifica histórica e culturalmente (LOURO, 2004, p. 76).

Neste contexto, é possível analisar o quanto esta temática tem sido relevante dentro das escolas, e como um



gestor de um espaço cultural, percebendo as necessidades que emergem da sociedade pode proporcionar, através da cultura, formas de esclarecer tais temáticas e oportunizar novas formas de educação para a diversidade.

O papel das escolas na educação de identidade de gênero e sexualidade

Interessante ressaltar a o quanto a problemática de identidade de gênero e sexualidade vem sendo abordada dentro das escolas, uma vez que, algumas delas realizaram a visita à exposição, e por entender que é no espaço escolar, também, que muitas vezes os preconceitos começam a ser fomentados diante de sujeitos que não se identificam com suas identidades de gênero. Embora escolas também tenham sido alvo de críticas, a decisão de algumas em terem realizado a visita pode estar calcada nesta tentativa, de uma educação que contemple a diversidade e que, por vezes, acaba gerando debates em torno da temática no sentido de quem deve ensinar sobre estas questões. Como arena de discussões, formação e socialização, a escola é um espaço no qual é possível presenciar, em seu cotidiano, as constantes mudanças no que se refere à vivência da infância. Muitas vezes, essas vivências da infância envolvem situações relacionadas a gênero e à sexualidade (FELIPE; GUIZZO; BECK, 2014).

Para alguns estudiosos, abordar gênero e sexualidade, especialmente na infância, ainda é uma tarefa difícil e que envolve significações culturais, valores morais e crenças (ora éticas, ora religiosas), que determinarão a forma com que essa abordagem será feita. Sublinho aqui, estes valores, pois entendo que estes possam ter sido propulsores para as manifestações contrárias de alguns grupos, à exposição *Queermuseu*.

A escola pode ser um espaço de múltiplas vivências, de valorização das diferenças e do respeito entre as/os que ali estão, um lugar no qual se constroem identidades e produzem subjetividades. A escola é "(...) um espaço significativo na vida das pessoas, pelos conhecimentos que propagam, pelas condutas que ensinam, pelos padrões que estipulam, pelas vozes que silenciam etc." (FELIPE; GUIZZO; BECK, 2014, p. 24). Ela é, também, um espaço fomentador de normas e regulações que delimitam comportamentos e maneiras de pensar a sociedade. Assim é possível compreender os motivos pelos quais algumas escolas sentiram a necessidade da visita à exposição e, também, porque foram criticadas.

Queermuseu: alguns argumentos prós e contras à exposição

A exposição *Queermuseu* foi inaugurada no Santander Cultural em 14 de agosto de 2017 e iria até dia 8 de outubro do mesmo ano, não fossem as inúmeras manifestações ocorridas através das redes sociais, criticando algumas obras e ocasionando o encerramento da exposição em 10 de setembro de 2017 (G1 RS, 2017).

A exposição intitulada *Queermuseu - Cartografias da diferença na arte brasileira* - tinha como objetivo discutir e valorizar a diversidade do mundo contemporâneo através de importantes artistas como Portinari, Lígia Clark e Adriana Varejão. Porém a exposição acabou sendo alvo de diversas críticas, especialmente de grupos conservadores e religiosos que consideraram algumas obras como inadequadas, resultando no fechamento da exposição, o que também provocou outras polêmicas (G1 RS, 2017).

As visitas ao centro cultural por escolas tem sido uma prática cada vez mais constante, sendo assim, o espaço cultural Santander produziu uma cartilha para os professores como forma de orientar as escolas sobre a exposição, trazendo uma contextualização que pretendia esclarecer "o que é Queer?". Sabe-se que algumas escolas realizaram a visita, porém, ainda pairam dúvidas sobre o total de escolas – e quais foram elas. Segundo o jornalista Maurício Brum (2017), o Santander Cultural manteve silêncio ao ser questionado sobre tais informações. As escolas também foram alvo de críticas ao levarem alunos/as à exposição, pelo fato de alguns grupos mais conservadores acharem que o conteúdo das obras promovia a pedofilia.

Um dos argumentos das pessoas que reivindicaram o encerramento da exposição dizia que a obra



de Lygia Clark estimulava, de alguma forma, a pedofilia. Isto porque supõe-se que as crianças que visitassem a exposição poderiam se portar como o “espectador-autor” idealizado pela artista plástica. Vestindo os macacões, haveria a possibilidade de as crianças estimularem, sexualmente, umas às outras. Ou pior: um adulto poderia vestir um dos macacões e uma criança, o outro, com o mesmo fito interativo (RIBEIRO, s/p, 2017).

Segundo a jornalista Paula Sperb (2017) um dos maiores apoiadores para o encerramento da exposição foi o Movimento Brasil Livre (MBL), um movimento político brasileiro que defende o liberalismo econômico e o republicanismo, ativo desde 2014. Assim que o Santander Cultural decretou o encerramento da exposição o grupo comemorou ressaltando seu posicionamento frente à exposição, em vídeos gravados por blogueiros integrantes do movimento:

Algumas obras expostas fazem apologia à pedofilia e zoofilia. [...] “só tem putaria, só tem sacanagem” que é “reconhecida como arte”. “Há pouco tinha crianças olhando essa ‘arte’ escarnecendo a Cristo”. “O curador dessa obra, Gaudêncio Fidelis, esse cara deveria estar preso”, “Olha o Satanás no meio”. “Isso aqui é praticamente prostituição infantil” (SPERB, s/p, 2017)

Por outro lado, também foi possível verificar argumentos que manifestassem o desejo de permanência da exposição. O colunista João Arias (2017), ressalta que ninguém era obrigado a frequentar a exposição e que o fechamento dela pode ser compreendido como um ato antidemocrático e fascista. O jornalista salienta que a crítica é livre, porém já não é possível concebermos atos de censura e que o medo em falar sobre sexo deve ser desmistificado, ressaltando seu posicionamento:

A arte tem que ser livre em suas expressões e criações. É a diferença entre cultura e doutrina, entre liberdade de ideias e intolerância do pensamento único. Não deve haver altares, laicos ou religiosos, para sacrificar a liberdade. Começamos condenando as diferenças (ou as coisas que nos desagradam) e terminamos nos fornos do extermínio (ARIAS, s/p, 2017).

Embora grupos tenham se manifestado favoráveis à exposição, a gestão do Santander Cultural optou por seu encerramento. Se um gestor precisa compreender o meio social no qual está inserido para promoção da arte e da cultura, o que a gestão do Santander Cultural levou em consideração para encerrar a exposição *Queermuseu*? A pressão de conservadores teria sido maior do que a necessidade de trabalhar questões de gênero e sexualidade dentro de espaços educativos como escola e museus? Cabe aqui pensar em uma análise mais profunda para compreendermos estas questões e deixar aberto futuras pesquisas que possam problematizá-las.

Considerações Finais

Os espaços culturais também podem ser considerados fontes educacionais, para um gestor cultural, pensar nestes espaços não parece ser tarefa fácil. Observar o quanto as escolas em conjunto com espaços que promovem a cultura e arte buscam contemplar assuntos e temáticas que precisam ser debatidas em nossa sociedade contemporânea é algo significativo.

No presente foi possível compreender um pouco sobre o papel do gestor cultural e a relação que os espaços culturais possuem com as escolas. Contextualizar, ainda que brevemente, a expressão *Queer* também se fez necessário para que o leitor pudesse compreender as ideias e desejos que pretendiam ser contemplados na exposição.

O encerramento do *Queermuseu* nos leva a muitos questionamentos que podem ser relacionados com as dificuldades que as escolas também enfrentam quando se propõem a trabalhar os temas de gênero e de sexualidade tão polêmicos ainda hoje, no Brasil. Porém, especialmente neste contexto de espaços culturais e gestão cultural, o que faz dessas discussões tão importantes são: o contexto polarizado, radicalizado e austero, no qual nos encontramos e grassa a intolerância e o ódio no país.

Observa-se que existe uma série de olhares a serem dados para as análises aqui apresentadas; que este é apenas um simbólico exemplar de algumas construções que podem ser feitas e que darão margem para que demais pesquisadoras/res possam contribuir.

Referências

- ARIAS, J. Queermuseum: ninguém é obrigado a visitar uma exposição. **El País**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/opinion/1505420191_321089.html>. Acesso em: 25 set. 2020.
- BRUM, M. Duas semanas após cancelamento do Queermuseum, Santander mantém silêncio sobre escolas. **Jornal Gazeta do Povo**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/duas-semanas-apos-cancelamento-do-queermuseum-santander-mantem-silencio-sobre-escolas-6bqaw4zwdca9mkpa9c664uo6g/>>. Acesso em: 24 set. 2020.
- CULTURAL, Santander. **Cultura**. Disponível em: <<https://www.santander.com.br/institucional-santander/cultura/colecao>>. Acesso em: 22 set. 2020.
- FACHIN, O. **Fundamentos da Metodologia Científica**. Noções básicas em pesquisa científica. 6, ed. São Paulo: Saraiva 2017.
- FELIPE, J.; GUIZZO, B. S.; BECK, D. Q. **Infâncias, gênero e sexualidade**: articulações possíveis. Infâncias, genro e sexualidades: nas tramas da cultura e da educação. Canoas: Ed. ULBRA, 2014. p. 17-27.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- G1 RS. Museu de Porto Alegre encerra exposição sobre diversidade sexual após ataques em redes sociais. **G1 Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/museu-de-porto-alegre-encerra-exposicao-sobre-diversidade-apos-ataques-em-redes-socias.ghtml>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho** – Ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RIBEIRO, C. A rendição ao caos: o caso Queermuseum e a falência da crítica. **Jornal Opção**. Disponível em: <<https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/crivo/rendicao-ao-caos-o-caso-queermuseum-e-falencia-da-critica->>. Acesso em: 29 set. 2020.
- SPERB, P. Museu de Porto Alegre encerra exposição sobre diversidade sexual após ataques em redes sociais. **Revista Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/veja-imagens-da-exposicao-cancelada-pelo-santander-no-rs>>. Acesso em: 23 set. 2020.
- VICH, V. **Políticas culturais**: conjunturas e territorialidades. O que é um gestor cultural. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017.



ENTREVISTAS QUALITATIVAS NOS CAMPO DA MEMÓRIA SOCIAL: DA CONCEPÇÃO AO DOCUMENTO

Ana Lérica Pacheco Gutierrez

UFRGS/ Universidade La Salle

Maria de Lourdes Borges

Artur César Isaia

Universidade La Salle

Introdução

Estudar, em condições reais, trajetórias de vida e seus significados; traduzir perspectivas e opiniões de participantes de um dado estudo; considerar seus contextos de vida; revelar conceitos, existentes ou emergentes, que possam oferecer explicações sobre comportamentos sociais; recorrer a múltiplas fontes de dados que forneçam evidências. Essas são as características da pesquisa qualitativa apontadas por Yin (2016). Segundo este autor, quando um(a) pesquisador(a) vai a campo para coletar dados, as entrevistas tornam-se o principal instrumento na condução de sua pesquisa qualitativa (YIN, 2016), pois tal ponto de vista também recorta e seleciona a realidade a ser investigada.

Por sua vez, Ramos (2015) apresenta o surgimento de um novo paradigma diante das especificidades de investigações nas áreas artísticas e criativas como produção de conhecimento. Em tais pesquisas, participativas, colaborativas e guiadas pela prática, o praticante reflete em concomitância com a ação, produz novos métodos e expressa os resultados por meio de linguagem simbólica. Embora tendo essa característica performativa, Ramos (2015) defende o compromisso com uma narrativa reflexiva sobre o processo criativo e o conhecimento alcançado, a partir do seu registro para disseminação amplificada por meios digitais a outros pesquisadores.

Para Gerhardt (2009, p. 105), na metodologia qualitativa, a informação coletada a partir de um caso específico representa uma forma singular de um fenômeno mais amplo: “Os casos concretos tomados em sua singularidade não são considerados como representativos, mas exemplares”, já que a representatividade possui um sentido quantitativo. Os casos são exemplares porque indivíduos em seus contextos podem ilustrar fenômenos encontrados, ou desconhecidos, em lugares e grupos distintos.

Embora não de modo exclusivo ou obrigatório, a entrevista qualitativa é a técnica mais frequente e amplamente utilizada para coleta de dados em campo (POUPART, 2014; BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017). As discussões sobre a mesma focalizam quase exclusivamente seu planejamento e execução, enquanto método e/ou técnica de coleta de dados, ocorrendo raras menções sobre seu caráter documental em manuais e estudos sobre metodologia de pesquisa. Sob o ponto de vista da memória social, a entrevista também é um importante meio de acesso à perspectivas sobre o passado em investigações qualitativas. Memória que é individual, mas imersa em, e impregnada por, experiências coletivas, sociais, culturais (HALBWACHS, 2006).

Considerando especialmente o campo de estudos sobre memória social e institucional, neste artigo pretende-se tecer algumas considerações sobre a entrevista e suas etapas, especialmente sua transformação em documento. Em termos metodológicos, consiste em uma pesquisa bibliográfica. Os autores citados debruçaram-se em maior ou menor profundidade sobre o estudo da entrevista, de modo que buscou-se destacar neste texto os aspectos mais relevantes, descritos nas seções seguintes a partir de uma aproximação conceitual sobre a entrevista, sua constituição em evento comunicativo e como a mesma se transforma em documento, concluindo ao encaminhar as considerações finais.

Aproximação conceitual

A entrevista é considerada como uma “técnica alternativa” de coleta de dados que ainda não foram documentados sobre algum tema, além de “técnica de interação social” e “forma de diálogo assimétrico” (GERHARDT, et al. 2009, p. 74). Modalidade de interação social entre duas ou mais pessoas, conversação com propósito definido, constituição de relações intersubjetivas entre entrevistado e entrevistador em busca da produção de sentidos são alguns das caracterizações da entrevista apontadas por Minayo (2010) e Batista, Matos e Nascimento (2017).

Como principal vantagem da entrevista, aponta-se a flexibilidade, tanto em relação ao entrevistado quanto às questões que se apresentam ao(a) pesquisador(a); entre as desvantagens encontram-se o tempo de execução requerido, a ausência do anonimato e a influência do(a) entrevistador(a) sobre o(a) entrevistado(a) (GERHARDT et al. 2009). Em termos éticos, é necessário garantir a não discriminação na escolha dos(as) entrevistados(as) e não expô-los(las) a riscos desnecessários, especialmente “grupos de pessoas em estados ou condições especiais”. (GERHARDT, et al. 2009, p. 89).

Quanto à tipologia, a entrevista apresenta um gradiente bastante amplo, cujo recorte de designações varia bastante entre os autores. Gerhardt et al. (2009) identificam: 1) completamente estruturada, com um roteiro fixo de perguntas preestabelecido; 2) semiestruturada, cujo roteiro se abre a desdobramentos do tema principal; 3) não-estruturada ou não-diretiva, que atribui liberdade ao entrevistado para falar sobre o tema proposto; 4) orientada para informações sobre determinadas experiências e seus efeitos; 5) em grupo, no qual as perguntas são respondidas de forma simultânea, oferecendo uma visão global sobre o tema; e 6) informal, que é prospectiva e explora possibilidades de conhecimento mais aprofundado sobre o tema de pesquisa, oferecendo subsídios para as hipóteses de investigação e novos entrevistados.

Chala, Graebin e Pugliese (2016) destacam a entrevista a partir das especificidades da História oral e suas diferentes correntes, considerada uma abordagem biográfica e narrativa para captar as histórias de vida, discutidas mais adiante.

A interação torna-se uma palavra-chave para a compreensão da entrevista como um evento comunicativo e sua relação com os objetivos investigativos, conforme discutido a seguir.

Entrevista como evento comunicativo

Quivy e Campenhoudt (1995, p. 44 *apud* GERHARDT, 2009, p. 52) identificam três tipos de interlocutores que auxiliam o(a) pesquisador(a) a evidenciar questões exploratórias que a própria experiência e aportes teóricos não alcançaram, ultrapassando assim os limites de suas próprias percepções: interlocutores “especialistas científicos” no tema abordado, pessoas-chave que possuem informações relevantes ao estudo, e pessoas que estão diretamente envolvidas no contexto de estudo. A escuta atenta também envolve a escuta dos silêncios, que apesar de não serem diretamente observáveis, não são vazios e podem ser percebidos como presentes nas grandes pausas, hesitações, suspiros (ORLANDI, 2007). Dias (1998, p. 101) refere o caráter “problemático” da informação: “seja sua análise, coleta ou produção, é mais patente no caso do depoimento oral: qualquer palavra é interpretação.”

Ao problematizar a relação entre memória e identidade, Pollak (1992) oferece uma síntese sobre como interpretar o material coletado em entrevistas de História oral a partir do que denomina de pontos invariantes condensados em lugares, pessoas e acontecimentos, que podem ter sido vivenciados pessoalmente, ou “por tabela” quando envolvem situações nas quais o indivíduo considera que o afetam de alguma forma, ou ainda as situações que, mesmo distantes no tempo e no espaço, o indivíduo acredita que ocorreram do modo lembrado e incorpora como verdade. Pollak (1992) aborda as memórias do pós-guerra, memórias dolorosas, por muito tempo reprimidas e silenciadas. As entrevistas podem evocar momentos de profunda comoção ao revisitar experiências e vivências



do passado. Por isso mesmo, o entrevistador precisa respeitar o tempo do entrevistado e buscar compreender os silêncios como momentos de reelaboração de lembranças.

A entrevista envolve etapas e procedimentos prévios e posteriores à realização e requer competências do(a) pesquisador(a), especialmente a elaboração de boas perguntas, o conhecimento do tema, a escuta atenta e o cuidado com os dados (YIN, 2016).

Para Bauer, Gaskel e Allum (2008), a pesquisa social apoia-se em dados sobre o mundo social, resultantes e construídos em processos comunicativos, que podem ser formais, informais, por meio de textos, imagens e materiais sonoros. Bauer e Aarts (2008) abordam a noção de *corpus*, emprestada da linguística e pouco utilizado em metodologia das ciências sociais. A construção do *corpus* indica um princípio alternativo de coleta de dados e uma escolha sistemática, tipificando “atributos desconhecidos” (BAUER; AARTS, 2008, p. 40). Um *corpus* pode ainda tornar-se recurso de investigação para análises secundárias, como coleções de entrevistas e de arquivos textuais, discutidos a seguir.

Como uma entrevista se transforma em documento

A gravação de entrevistas com pessoas participantes ou testemunhas de eventos potencialmente relevantes para a história contemporânea são o objeto da História oral, constituindo-se em fonte de pesquisa de um passado recente (ALBERTI, 2008). As primeiras iniciativas ocorreram no início do séc. XX, nos Estados Unidos, com a publicação de entrevistas com imigrantes poloneses. Com a invenção do gravador a fita em 1948, este ano é considerado o marco temporal da moderna História oral, caracterizada pela gravação de relatos em áudio e/ou vídeo em uma situação formal, com objetivos definidos (ALBERTI, 2008). Inicialmente, considerava-se que a transcrição da entrevista consistia no documento original, mas mais tarde fixou-se a gravação como regra em programas de História oral (ALBERTI, 2008). Dias (1998) reflete que o uso de fontes orais desconstrói a falsa premissa de objetividade da informação.

Ainda conforme Alberti (2008) a primeira fase da História oral teve início com pesquisas a partir de relatos de chefes da Resistência Francesa no pós-Guerra; transcrições de testemunhos sobre a Segunda Guerra Mundial, na Alemanha; registro das recordações dos chefes da Revolução Mexicana (1910-11) pelo Instituto Nacional de Antropologia do México no final da década de 1950; e intensificação de trabalhos por Alicia Olivera e Eugenia Meyer, nas décadas de 1960 e 1970. A fase “militante” teve lugar a partir de 1960. O aperfeiçoamento do gravador portátil promoveu o aumento das entrevistas de história de vida” com membros de grupos sociais de tradição oral, que não transmitiam registros escritos de suas experiências e formas de ver o mundo. Seguiu-se a fase acadêmica, nos anos 1970, de maior sistematização metodológica, com a fundação de associações e publicações americanas e inglesas, surgimento de manuais de História oral e encontros internacionais de pesquisadores. Na França, uma pesquisa de Dominique Aron-Schnapper e Danièle Hanet sobre a previdência social originou um acervo de entrevistas com a preocupação de preservar e dar acesso aos depoimentos, a partir de um projeto de pesquisa (ALBERTI, 2008).

No Brasil, o marco inicial ocorreu em 1975, com o I Curso Nacional de História Oral, promoção conjunta da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Em seguida ocorreram as primeiras entrevistas do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, participante do curso, criou o Laboratório de História Oral do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, e três anos depois, publicou um manual de História oral.

Para Alberti (2008), o reconhecimento à multiplicidade de histórias, memórias e identidades em uma sociedade decorre de um movimento de transformação das Ciências Humanas, na qual a especificidade e relevância da História



oral possibilita registrar e estudar a experiência de um número cada vez maior de grupos. Nessa perspectiva, Dias (1998) aborda a formação de acervos de entrevistas, autobiográficas ou temáticas, a partir de pesquisas em grandes organizações e instituições. O autor registra a abertura desse campo de investigação e a mudança de foco, da vinculação das trajetórias de vida com a história da política brasileira, para a trajetória das organizações e a criação de acervos orais. A aproximação entre História oral e memória é aprofundada por Chala, Graebin e Christmann (2016) especialmente a partir de Halbwachs (2006) e Pollak (1989, 1992), evidenciando questões sociais, simbólicas, identitárias, temporalidades e espacialidades de recordação, entre outras, como contribuições desses entrelaçamentos. Entre as correntes de trabalho com História oral, as autoras mencionam a entrevista enquanto documento oral e a possibilidade de preencher lacunas existentes em relação a documentos escritos. (CHALA; GRAEBIN; CHRISTMANN, 2016)

Os textos, imagens e materiais sonoros produzidos em pesquisas qualitativas suscitam também questões de segurança de dados, armazenamento de suportes e documentação de autorizações, como alerta Yin (2016). Aprofundar essas discussões no âmbito dos estudos em memória e gestão cultural podem indicar caminhos e possibilidades de atuação, tais como a criação de protocolos de gestão desse material produzido.

Considerações finais

Desde que a pós-modernidade esfacelou as frágeis certezas e as grandes narrativas que estruturavam culturalmente as sociedades humanas, as Ciências Humanas voltaram a atenção para questões e grupos sociais até então invisibilizados por visões homogêneas (POUPART, 2014). Nas ciências naturais, lentes macroscópicas mapeiam o universo enquanto lentes microscópicas perscrutam os perigos invisíveis, evidenciando em estudos e clamores a necessária diversidade para a manutenção da vida e nossa sobrevivência futura. Da mesma forma, as Ciências Humanas, e especialmente o campo de estudos de memória social e institucional têm a oportunidade de contribuir lançando suas lentes a esse objeto tão intrigante que é o humano, registrando e buscando compreender sua diversidade e contradições.

Em conclusão, considera-se que a entrevista qualitativa transpõe a questão utilitarista de obtenção de informações. Além de tornar-se uma janela para a produção de sentidos sobre os grupos humanos a partir da memória, ao materializar-se em documento textual, sonoro ou visual, a entrevista transforma-se um documento, suscitando novas discussões sobre protocolos e ações para destinação final, preservação e transmissão de modo seguro e ético.

Referências

- ALBERTI, V. Fontes Oraís. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.155-202.
- BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A Construção do Corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.39-63.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. Evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 15-17.

- CHALA, Â.; GRAEBIN, C.; CHRISTMANN, J. P. História oral e memória. In: BERND, Z.; SANTOS, N. M. W. (Orgs.). **Memória e Patrimônio**. Canoas, RS: Unilasalle, 2016. p. 45-60.
- DIAS, J. L. de M. Registro oral, história e grandes organizações. In: FERREIRA, M. de M. (Coord.). **Entre-Vistas: abordagens e usos da história oral**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 98-123.
- GERHARDT, T. E. A construção da pesquisa. In: GERHARDT, T; E; SILVEIRA, D; T.; (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 43-64.
- GERHARDT, T. E.; RAMOS, I. C. A.; RIQUINHO, D. L.; SANTOS, D. L. dos. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 65-87.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.
- ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: UNICAMP, 2007.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 17 set. 2020.
- POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 03-15, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 17 set. 2020.
- POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, J.; et al. **A Pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 215-253.
- RAMOS, L. F. Pesquisa Performativa: uma tendência a ser bem discutida. In: CERASOLI Jr., U. (Ed.). Seminário de Pesquisas em Andamento PPGAC/USP, 5. 2015, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: PPGAC-ECA/USP, v. 3, n. 1, 2015. p. 73-79.
- YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.



O GESTOR CULTURAL GIANCARLO MECARELLI

Paulo Fernando Pires da Silveira

Universidade La Salle

Introdução

O objetivo desta comunicação é descrever a trajetória de Giancarlo Mecarelli como gestor cultural do Paraty Em Foco (PEF), o Festival Internacional de Fotografia de Paraty, um dos importantes produtos culturais realizados no município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, desde 2005. Devido ao isolamento social ocasionado pelo COVID-19, que manteve a cidade fechada para o turismo, optou-se por dialogar com alguns dos seus personagens e o acompanhamento das redes sociais, onde o foco é Paraty e o seu entorno, assim como também utilizou-se do acervo das saídas de campo realizadas, com inspiração etnofotográfica, durante as edições do PEF2017, PEF2018 e PEF2019.

O que é um gestor cultural

Se o produtor cultural é quem produz, um projeto para o seu acontecimento, ele precisa também estar em contato constante com o gestor cultural, aquele que gerencia o projeto, que dialoga com diretores, fornecedores, que literalmente, coloca um festival em pé, por exemplo, administrando todo projeto, conferindo os documentos, os contratos, inclusive os pagamentos de todos os envolvidos em um evento. *“Em momentos de crise e de aperto financeiro as conversas se tornaram ainda mais difíceis. Mas é preciso ter capacidade e preparo para realizá-las a contento, pois a gestão depende muito destas conversas e deliberações”* (RUBIM, 2019, p. 16). Diante de obstáculos como os grifados acima, cabe ao gestor conversar com todos os envolvidos, então é ele quem exerce o papel mais burocrático.

A gestão cultural se consolida no mundo contemporâneo, apesar dos retrocessos político-culturais vivenciados na atualidade. (...) No país estabeleceu-se uma distinção, ainda que não radical, entre produtores e gestores. Enquanto os produtores, em geral, trabalhavam na realização de eventos e obras culturais, financiados através de via leis de incentivo, os gestores continuavam esquecidos e invisíveis, com poucas exceções. (RUBIM, 2019, p. 9).

Além de questões burocráticas, o gestor é aquela pessoa que concebe os novos desejos de uma comunidade e que acredita na cultura como gerador/promotor essencial de mudança de uma sociedade, capaz de manifestar os seus imaginários (VICH, 2017).

Paraty, entre o mar, matas e cultura

O município de Paraty no Estado do Rio de Janeiro, desde 1945, é declarado Monumento Histórico Estadual (Rio de Janeiro) e em 1958, que a cidade foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o território de Paraty vem colecionando diferentes títulos que somam e ampliam a sua *“indiscutível relevância histórica, social e econômica da cultura”* (DOSSIÊ, 2019, p. 5). Após passar por diversos ciclos comerciais, Paraty vivenciou um isolamento involuntário de quase cem anos, e foi devido a esta incoerência que o contexto arquitetônico urbano da cidade de valor notável, a encantadora beleza natural, bem como os seus bens imateriais, fazeres e saberes se preservaram, preservando sua cultura (SEBRAE, 2002). Até o ano de 2009, o município de Paraty possuía apenas uma secretaria que compartilhava as pastas de Turismo e Cultura. Como resultado principal de duas Conferências Municipais de Cultura, em 2008 e 2009, foi instituída em 2010 a Secretaria Municipal de Cultura, que desde então aderiu ao Sistema Nacional de Cultura.

Hoje a cidade de Paraty é sinônimo de cultura e biodiversidade e desde 2019 é o primeiro sítio misto do Brasil na lista do Patrimônio Mundial Reconhecido pela Unesco. É pela preservação do bioma da Mata Atlântica que rodeia as águas calmas da baía da Ilha Grande, somados à cultura das comunidades tradicionais que “*permanecem autênticos, com suas referências culturais associadas aos saberes, às celebrações, às formas de expressão e aos locais onde essas práticas ocorrerem*”, onde também permanecem vivas “*a relação dos caiçaras com o mar e a pesca artesanal, a cultura afro-brasileira presente no dia-a-dia dos quilombos, bem como os guaranis e sua cosmologia, seus rituais e a manutenção da língua tupi-guarani*” (DOSSIÊ, 2019, p. 6). Todos coabitam em equilíbrio e coesos com uma biodiversidade rica e exuberante, preservando tradições e costumes que são considerados importantes na cultura local. São indivíduos que vivem da relação com a natureza em dois territórios quilombolas, vinte e oito comunidades caiçaras, além de duas terras indígenas, praticando a “*pesca artesanal e o manejo sustentável de espécies da biodiversidade*”. Também, mantêm os modos de vida de seus antepassados, preservando a maior parte de suas relações culturais como ritos, festivais e religiões”, a relação de seu modo de vida com o ambiente natural (DOSSIÊ, 2019 p. 11).

Contemplando o Calendário de Eventos Turísticos e Culturais de Paraty, entende-se por cultura “*um conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização*” (CHAGAS, 2018, p. 34). Os seus costumes, a sua dança, a cachaça, a gastronomia típica, a fotografia, a ciranda caiçara, o teatro, as suas festas religiosas, a forma de falar e pensar... O seu artesanato (indígena, quilombola, caiçara...), enfim, todos os fazeres e saberes da comunidade paratiense. Acredita-se que um dos fatores que leva alguns turistas a se encantarem pela cidade histórica é justamente o respeito pela sua diversidade cultural, reflexo de que há no município uma ação democrática, que não permite que seja determinada uma educação/cultura oficial, mas que exista sim respeito e autonomia dos diversos setores e suas dinâmicas específicas (RUBIM, 2016).

Lamentavelmente, assim como acontece em incontáveis cidades brasileiras, alguns eventos culturais realizados em Paraty têm padecido restrições no orçamento, por causa da carência de patrocinadores. É como aponta Rubim (2016) “*determinadas manifestações culturais têm dificuldades de sobreviver apenas na lógica de mercado, então o Estado tem um papel fundamental com estas, de garantir a diversidade e pluralidade das manifestações culturais da sociedade*”. No caso de Paraty, mesmo em um formato reduzido, alguns eventos continuam acontecendo e tendo a atenção de um público bem específico.

O PEF, tradicionalmente promovido em setembro, é um dos principais festivais de fotografia do país. Por esta razão, a partir da próxima seção, destaca-se brevemente algumas das edições do evento onde Mecarelli (2017, 2018, 2019) enfatizou a importância, para a grandeza de um evento cultural a necessidade – além dos apoios – de patrocinadores.

O Festival Internacional de Fotografia de Paraty

O primeiro Festival, o PEF2005, iniciou ponderado: “com cinco palestras, uma exposição na Igreja Santa Rita com trinta imagens dos jovens alunos do ITAE e um leilão com obras doadas por fotógrafos”. O evento agregou por volta de oitenta pessoas e trouxe convidados como o professor, fotógrafo e arquiteto brasileiro Cristiano Mascaro e o fotógrafo e empresário holandês Thomaz Farkas. Dando um salto histórico, o 13º Paraty Em Foco, o PEF2017 teve como tema “FOTOGRAFIA: DOCUMENTO E FICÇÃO” e instigou os participantes para uma jornada pelo âmbito da imagem fotográfica. Se fez presente nesta edição um número expressivo de mulheres integrantes do Movimento Fotógrafas Brasileiras. O 14º Paraty Em Foco, o PEF2018 teve como tema “FOTOGRAFIA: UTOPIA/DISTOPIA”. A impermanência da vida real, representada com muita arte e técnica através das imagens O 15º Paraty Em Foco, o PEF2019, na sua edição dos 15 anos, teve como tema “MIGRAÇÕES” e conseguiu de forma muito eficiente representar um tema atemporal também na história brasileira.

O Paraty Em Foco também é produto de uma história de migração iniciada em 2005, a de seu diretor “Giancarlo Mecarelli, fotógrafo e diretor de arte”, que elegeu a cidade de Paraty para abrir a Galeria Zoom de



Fotografia e criou o Festival. Embora a Galeria Zoom já não exista fisicamente, continua na concretização do PEF, buscando, constantemente “afirmar-se como um evento para todos os olhares”.-O Festival conta com debates, projeções, workshops e exposições em galerias e principalmente pelas ruas da cidade, reunindo fotógrafos e artistas visuais do Brasil e do exterior. Seja pelo viés da fotografia documental ou pela arte, ambos os caminhos cumprem um papel indubitável afirmando a sua importância para a memória e a preservação dos patrimônios de uma nação. Confiantes na compreensão da comunidade fotográfica, patrocinadores, apoiadores, expressivos parceiros e todas as instituições comprometidas, os organizadores do PEF2020, cientes de sua responsabilidade e em diálogo constante com a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e com outros organizadores de eventos na cidade, estabelecem um novo formato para o Festival e um novo calendário (de 21 a 25 de outubro), para que as celebrações ocorram num ambiente o mais seguro possível. (PEFPARATYEMFOCO.COM.BR).

Com a maior parte da programação online, transmissões pelas redes sociais do PEF e na de parceiros, haverá entrevistas, palestras, cursos e leituras de portfólios virtuais, com o mesmo padrão de edições anteriores. Os festivais de fotografia são propagadores fundamentais dos clássicos e dos novos olhares. E o Paraty em Foco entra em seu 16º ano procurando, através “do documental clássico ou das expressões mais conceituais e artísticas”, retratar o MEIO AMBIENTE, um tema sempre atual e relevante por se tratar do nosso patrimônio natural. Frente ao cenário desafiador a parte presencial do evento (projeções, exposições...) será produzida no entorno da Praça da Matriz e outras principais ruas da cidade, dentro dos protocolos de segurança, guardando o distanciamento físico e acolhendo as normas dos organismos de saúde (PEFPARATYEMFOCO.COM.BR, 2020). Para que ações como estas sejam possíveis, é necessário “empenho não só do gestor, mas de toda equipe. Ou seja, requer trabalho coletivo também no âmbito da gestão cultural, através de periódicas reuniões e discussões que envolvam toda equipe” (RUBIM, 2019, p. 18).

A trajetória de Mecarelli, o gestor cultural

Em 1964, Giancarlo Mecarelli (Imagem 1), iniciou carreira como ilustrador publicitário e assistente na direção de arte em São Paulo. Como diretor de arte, trabalhou em importantes agências de publicidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Na Europa, sempre como diretor de arte trabalhou em Barcelona, Madri e Milão. Decidiu ser fotógrafo e diretor de arte freelancer em Milão em 1987. Foi em junho de 2004 que uma viagem a trabalho ao Brasil o levou a visitar a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP). Nesse encontro não programado, Mecarelli foi seduzido pelo Centro Histórico e a beleza natural que o envolve, e decide radicalmente então em poucos meses trocar a Itália, onde vivia desde 1984, pela cidade histórica do litoral fluminense.

Em janeiro de 2005 se estabelece bem no Centro Histórico de Paraty, onde abriu em parceria da artista plástica e fotógrafa Maxime Demotte, a Galeria Zoom de Fotografia de Paraty e criaram o Paraty Em Foco (PEFPARATYEMFOCO.COM.BR). Na perspectiva de Rubim (2008), para que um sistema cultural funcione, há necessidade de vários atores: os criadores ou inventores, como Mecarelli e Demotte, que seriam os primeiros, por serem os autores/agentes do produto cultural.

Imagem 1 – PEF2017 / Giancarlo Mecarelli



Fonte: Autor – Set. 2017

Desde a primeira edição, em 2005, o PEF preocupa-se em realizar ações junto à comunidade paratiense, legitimando que “a gestão e as políticas culturais devem estar sintonizadas com a construção de outro e melhor mundo possível” (RUBIM, 2019, p. 30). As oficinas para jovens fotógrafos, realizadas por Mecarelli e Delmotte, é um exemplo delas. “As oficinas fotográficas do projeto “Jovens do ITAE” (Instituto Trilha das Artes e Educação) depois se expandiram para a ação de formação na Casa Escola na Ilha das Cobras e, parceria com a Secretaria de Educação e com a ONG Cairuçu”. Além das oficinas, Mecarelli faz visitas guiadas às exposições montadas na Casa de Cultura para os alunos de escolas públicas de Paraty. Hoje constituímos nossa identidade/nossos saberes, além da escola, saindo às ruas, frequentando o cinema, festas religiosas, festivais de gastronomia, fotografia, literatura, música, navegando pelas redes sociais, participando das comunidades/grupos virtuais ou físicos (VICH, 2017), nos enriquecendo e compondo a nossa cultura. Nas últimas edições do PEF, o fotógrafo desenvolveu dois projetos junto à comunidade local, intitulados: “Gente Daqui”, onde ele retratou pessoas de relevância na cidade e “Sonho Meu”, onde fotografou jovens moradores de Paraty segurando um pequeno cartaz no qual estava registrado o que desejavam para o seu futuro. O Festival oferece em todas as edições bolsas para que os moradores e os alunos de escolas públicas de Paraty possam participar dos workshops e das leituras de portfólio (PEFPARATYEMFOCO.COM.BR).

Nas observações realizadas em campo, nas últimas três edições do PEF, percebeu-se que as habilidades de Mecarelli vão ao encontro da perspectiva de Vich (2017, p. 4), quando afirma que os gestores culturais devem assumir quatro identidades: “do etnógrafo, pois sua função deve consistir em conhecer bem as populações locais; do curador; do militante e por fim a do administrador”, pois pelo olhar da autora um gestor cultural precisa saber transitar com eficácia pelo planejamento, gerenciamento de recursos e na solução das questões burocráticas. A gestão cultural exige “habilidades múltiplas, para lidar com as diferentes facetas desses empreendimentos – administrativa, comercial, tecnológica, burocrática, cultural, comunicacional etc” (RUBIM, 2019, p. 40).

Desde a primeira edição do PEF, essas quatro identidades são habilidades que Mecarelli vem desenvolvendo. Na verdade, a sua vivência o permite transitar pelos dois caminhos: de produtor e gestor cultural. “Todo gestor, em qualquer campo de atuação, se defronta com incontáveis desafios e dilemas” (RUBIM, 2019, p. 12). Pois, eventualmente – em outros eventos - pela dimensão do projeto ou falta de previsão uma mesma pessoa acaba assumindo os dois papéis. “A singularidade da gestão cultural não pode, nem deve ser desconsiderada. Sua complexidade torna-se ainda mais pronunciada quando se observa que a cultura é por si mesma um universo amplo e complicado” (p. 13).

#eternoaprendiz

Esta comunicação teve como objetivo descrever a trajetória de Giancarlo Mecarelli como gestor cultural do Paraty Em Foco, sendo o Festival um dos importantes produtos do calendário cultural do município de Paraty. Como metodologia optou-se por dialogar com alguns dos seus personagens, bem como o acompanhamento das redes sociais, onde o foco é a região de Paraty; e também utilizou-se do acervo das saídas de campo realizadas, com inspiração etnofotográfica, durante as três últimas edições do PEF. Na dedicação à administração/planejamento do projeto do PEF, no relacionamento e reconhecimento das populações locais, pode-se perceber que Mecarelli constitui-se como um gestor cultural desde que se estabeleceu em Paraty. Em cada edição do Festival, construiu narrativas que dialogaram – de forma multidisciplinar - com o contexto contemporâneo mundial, tornando-se o apaixonado “militante” da imagem um eficaz organizador cultural.

Referências

- BOLSONARO, J. M. República Federativa do Brasil. **Paraty e Ilha Grande: Cultura e Diversidade**. Disponível em: <<http://paraty.rj.gov.br/conteudo/downloads/paraty-patrimonio-da-humanidade/PARATY-CUL-BIO-POR.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- CHAGAS, J. **A morte e as suas representações**. São Paulo: Paco Editorial, 2018.
- CPF Sesc. **Antônio Albino Rubim** - Curso Sesc de Gestão Cultural. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8utvyjKFE6w>>. Acesso em: 28 set. 2020.
- ISSUU. Observatório 06 - A formação profissional do gestor cultural. **Os fazeres e os saberes dos gestores de cultura no Brasil**. Observatório Itaú Cultural, São Paulo, n. 6, jul./set. 2008. Disponível em: <<https://issuu.com/itaucultural/docs/revista-observatorio-6>>. Acesso em: 28 set. 2020.
- MECARELLI, G. (Paraty Em Foco). **Comunicação Oral**. Paraty, 2017, 2018 e 2019.
- PEF – Paraty em Foco. **Festival Internacional de Fotografia**. Disponível em: <<https://www.pefparatyemfoco.com.br>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- PREFEITURA de Paraty – Cidade Patrimônio de Todos. **Paraty – Patrimônio Mundial**. Disponível em: <<http://www.paraty.rj.gov.br/paraty-patrimonio-mundial>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- PREFEITURA de Paraty – Cidade Patrimônio de Todos. **Secretarias**. Disponível em: <<http://paraty.rj.gov.br/o-governo/secretarias/secretaria-municipal-de-cultura>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- PREFEITURA de Paraty – Cidade Patrimônio de Todos. **Sobre a cidade**. Plano Estratégico do Turismo de Paraty 2002 – SEBRAE/RJ. Disponível em: <<https://paraty.rj.gov.br/a-cidade/sobre>>. Acesso em: 27 set. 2020.
- PREFEITURA de Paraty – Cidade Patrimônio de Todos. Paraty – Patrimônio Mundial. **DOSSIÊ** - Brasil / Paraty, 2019. Disponível em: <<https://www.paraty.rj.gov.br/paraty-patrimonio-mundial>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- RUBIM, A. A. C. (org.). **Gestão Cultural**. Salvador: EDUFBA, 2019.
- VICH, V. O que é um gestor cultural? In: CALABRE, L., LIMA, D.R. **Políticas culturais: conjunturas e territorialidades**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

PRÁTICAS DE UMA ASSOCIAÇÃO CULTURAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Gabriela Goldmeier

UFRGS/ Universidade La Salle

Maria de Lourdes Borges

Universidade La Salle

Introdução

Em junho deste ano, um grupo formado por pesquisadores, sociedade civil, instituições e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020) lançou uma pesquisa para avaliar os impactos da COVID-19 nas cadeias de produção e distribuição dos setores culturais e criativos. De acordo com a pesquisa, os setores culturais e criativos movimentam cerca de R\$ 171,5 bilhões por ano, o equivalente a 2,61% de toda a riqueza nacional, empregando 837,2 mil profissionais (AGÊNCIABRASIL, 2020).

No Brasil, o setor de economia criativa corresponde a 2,64% do Produto Interno Bruto (PIB) e é responsável por 4,9 milhões de postos de trabalho (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2020). Ainda, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o setor criativo emprega aproximadamente 1,9 milhões de pessoas (1,6% dos ocupados), sendo que destes, cerca de 44% atua de maneira autônoma. Portanto, o segmento da cultura abriga muitos profissionais liberais, os quais tiveram perda ou redução de renda com a situação da pandemia, tendo sido bastante afetados com o adiamento ou cancelamento das suas atividades culturais.

Torna-se importante a análise e o estudo da situação neste campo da cultura e da área criativa, porque embasam a criação de políticas públicas relacionadas e informam estratégias de recuperação. Neste contexto, foi promulgada a Lei nº 14.017/2020, ou Lei Aldyr Blanc, dispondo “sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020”.

Como o setor cultural é marcado pela informalidade, carece de muitas informações e pesquisas sobre suas atividades. Isto significa uma dificuldade adicional para delinear novas estratégias de ação e superação deste momento tão crítico.

O objetivo deste artigo é o de apresentar práticas de uma associação cultural no contexto da pandemia. Para isso foi realizado um estudo de caso na Associação Cultural Vila Flores de Porto Alegre, o qual é apresentado a seguir.

Referencial Teórico

No contexto da pandemia provocada por Coronavírus COVID-19, as instituições culturais sofreram alto impacto em seu desempenho. A alternativa para elas, foi a utilização de meios digitais para continuar, de modo adaptado, seu trabalho.

No campo da cultura, as novas tecnologias digitais têm afetado a criação, disseminação e fruição de bens culturais, sobretudo por meio da internet, alterando substancialmente mercados já estabelecidos e, em alguns casos, criando novas formas de consumo e circulação de produtos. (MARANHÃO, 2019, p. 21).

Esta já era uma constatação em estudo publicado em março de 2019, intitulado “TIC CULTURA Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros”.



Figura 1 – Classificação dos setores pelos domínios da UNESCO (2009)

APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CELEBRAÇÕES	ARTES VISUAIS E ARTESANATO	LIVROS E IMPRENSA	MÍDIAS AUDIOVISUAIS E INTERATIVAS	DESIGN E SERVIÇOS CRIATIVOS
Arte de Rua, Circo, Dança, Festas e Celebrações, Música, Teatro	Artes Digitais, Artes Visuais, Artesanato, Fotografia	Livro, Leitura e Literatura	Cinema e Audiovisual, Games, Softwares e Aplicativos, Publicidade, Rádio, Televisão	Arquitetura e Urbanismo, Design, Moda
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL		PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL		
Capoeira, Culnária e Gastronomia, Cultura Popular, Patrimônio Imaterial		Museu, Patrimônio Material		
EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO		EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE APOIO		ARQUIVOS E PRESERVAÇÃO
Formação e Mediação, Pesquisas		Gestão Cultural, Produção Cultural		Arquivos
CULTURAS IDENTITÁRIAS		TEMAS IDENTITÁRIOS		
Cultura Cigana, Cultura do Sertão, Cultura de Matriz Africana, Cultura Indígena, Culturas Identitárias (outras)		Cultura LGBTQI+, Cultura e Infância, Cultura e Juventude, Cultura e Ideias		

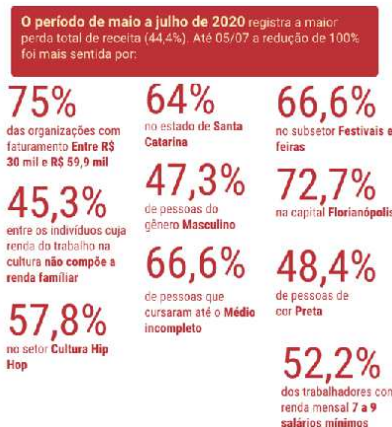
Fonte: Observatório da Economia da Universidade Federal da Bahia (OBEC-BA, 2020)

Com o advento de novos cenários na realidade das pessoas e das cidades, como no caso da pandemia de COVID-19 que estamos atravessando, foi necessário pensar e articular novas formas de disseminar a cultura e o lazer.

Mais especificamente na área cultural, ressalta-se que houve um esforço coletivo nacional de pesquisadores, sociedade civil e instituições parceiras para identificar os efeitos da pandemia nas cadeias de produção e distribuição dos setores culturais e criativos. A pesquisa “Percepção dos Impactos da Covid-19 nos Setores Culturais e Criativos do Brasil”, efetuou a coleta de dados no período de 10 de junho a 16 de julho deste ano (ICCS, 2020). A importância da pesquisa, além de referir-se à sua abrangência nacional, reside no fato de auxiliar a formulação de políticas para enfrentamento dos problemas advindos da pandemia na área de cultura e economia criativa.

Seguindo a mesma linha de pesquisa sobre os impactos da pandemia do novo Coronavírus, o Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA) lançou a pesquisa “Impactos da COVID-19 na Economia Criativa”. Conforme relatório do Observatório de Economia Criativa da Bahia (OBEC-BA, 2020), antes da pandemia, era previsto que os setores culturais e criativos gerassem R\$ 43,7 bilhões para o PIB brasileiro, até 2021. Por outro lado, o mesmo relatório informa que os profissionais da área serão provavelmente os últimos a retomarem suas atividades.

Figura 2 – Pesquisa de Percepção dos Impactos da Covid-19 nos Setores Cultural e Criativo do Brasil



Fonte: ICCS (2020)

Canclini (2009 *apud* MARANHÃO, 2019), menciona que há um processo de desmaterialização da cultura nos meios digitais, que possibilita diferentes práticas de consumo, formas de acesso e construção de sociabilidade. Na atual



situação, destacam-se em diversas áreas as ações colaborativas para a sobrevivência das organizações e dos negócios.

Metodologia

O objetivo da pesquisa é o de compreender como a comunidade criativa Associação Cultural Vila Flores, de Porto Alegre, lidou com as questões relacionadas ao período de isolamento social devido à pandemia. Trata-se de um estudo de caso, com utilização de dados secundários obtidos na internet.

Atividades da Associação Cultural Vila Flores no contexto atual de pandemia

O complexo Vila Flores é um local privado, mas muitas das suas atividades são gratuitas e são abertas ao público em geral, o que caracteriza o local como “um verdadeiro centro cultural alternativo”, onde há espaços para visitantes como o miolo ou pátio, a Biblioteca Lulu Flores; o Café Coletivo e o Galpão do Zé (CATRACA LIVRE, 2019).

No aspecto da memória social, a situação de pandemia que estamos vivenciando pode estar construindo um novo capítulo. Todos os segmentos foram afetados e exigiram de seus gestores, empregados e empregadores novas estratégias de ação, através de novas formas de atuação e mobilização.

Brechenmacher, Carothers e Youngs (2020 *apud* ESCUDERO, 2020), dizem que essa postura (novas formas de mobilização) é natural em tempos de crise humanitária e desastre, uma vez que as organizações da sociedade civil, em geral, têm amplo conhecimento da comunidade e das redes locais, logo ocupam posições estratégicas para alcançar populações vulneráveis com mais agilidade e, conseqüentemente, podem ter boa eficácia.

Segundo Marchi e Borges (2017), a maioria das organizações existe para que metas sejam alcançadas. As metas são atingidas por meio de ações colaborativas de um grupo de pessoas. Desta forma, as ações do grupo são essenciais para as organizações, as quais produzem informação e conhecimento.

A pandemia provocou reflexões sobre a vida, os laços afetivos, os valores, a necessidade de cuidar de si e dos outros. Passamos em revista a nossa história, as relações, o papel da família, dos amigos, da comunidade. Esse evento é um ponto de inflexão e a memória tem sido uma âncora para mantermos o equilíbrio pessoal e institucional. No caso das organizações, ela faz a ponte entre as maneiras de atuar de antes, algumas delas arriscadas a desaparecer, e a construção de novas alternativas. E o mais importante, a memória leva à preservação das fontes históricas que permitem o conhecimento e a interpretação do passado e esse é um compromisso inalienável com as futuras gerações (GOULART, 2020).

No atual contexto de isolamento social, as atividades da ACVF, como comunidade criativa que atua em rede, também sofreram restrições. Foi preciso que os gestores culturais do espaço recriassem as atividades, realizando algumas delas de forma virtual, como o Arraial *online*, as *lives* sobre Economia da Cultura no contexto *online*, e também o Fórum Virtual 1º FAZER Patrimonial - Fórum de Ação, Zeladoria, Educação e Resistência Patrimonial, que é uma iniciativa que busca abordar e discutir perspectivas contemporâneas sobre patrimônio cultural e a educação patrimonial e sua integração na vida social atendendo ao contexto atual. Outros projetos: Apoia-se, Amigos do Vila e Me Conta: Soluções Comunitárias. Este último trata-se de uma plataforma de financiamento coletivo, destinado a lideranças comunitárias, visando avaliar a relevância de suas ideias para suas comunidades. Estas iniciativas preservaram um pouco do cenário cultural, mantendo-o ativo da melhor maneira possível.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi o de apresentar práticas de uma associação cultural, no contexto da pandemia, no caso a Associação Cultural Vila Flores. Observou-se que foram tomadas iniciativas e ações novas para a situação, dentro dos limites que a situação em si já impunha.

O pós-pandemia trará novos desafios aos diversos setores, além dos que já foram enfrentados durante o período. O segmento cultural, carente de políticas públicas, terá um longo caminho para sua reestruturação e reerguimento. Novos tempos e novos rumos, em que a visibilidade e a vulnerabilidade do setor, durante o período crítico, possam alavancar novos investimentos e iniciativas.

O setor da economia criativa pode ter um papel importante no pós-pandemia, no entanto, serão fundamentais políticas públicas para este novo panorama dos setores culturais e criativos. Pois como afirmou o poeta maranhense Ferreira Gullar, “*a arte existe porque a vida não basta*”. Que sejam a arte e a cultura a nos trazerem mais vida.

Referências

- AGÊNCIA Brasil. **Covid-19**: pesquisa revela perda nos setores cultural e criativo. EBC – Empresa Brasil de Comunicação. 2020. Disponível em: <[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/covid-19-pesquisa-revela-perda-nos-setores-cultural-e-criativo#:~:text=Os%20dois%20setores%20movimentam%20R,Bruto%20\(PIB\)%20at%C3%A9%202021](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/covid-19-pesquisa-revela-perda-nos-setores-cultural-e-criativo#:~:text=Os%20dois%20setores%20movimentam%20R,Bruto%20(PIB)%20at%C3%A9%202021)>. Acesso em: 5 out. 2020.
- CATRACA Livre. **Arte, cultura, história e arquitetura**: tudo sobre Vila Flores. 2019. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/agenda/vila-flores-porto-alegre>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- ESCUADERO, C. **Os Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Organizações da Sociedade Civil**: Conjuntura, Desafios e Perspectivas. Maio de 2020. Nota Técnica. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200605_nt_diest_67.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.
- GOVERNO do Estado de São Paulo. **Cultura e Economia Criativa**. Site, 2020. Disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- ICCS. **Percepção dos Impactos da Covid-19 nos setores cultural e criativo do Brasil**. Julho de 2020. Disponível em: <<http://iccscovid19.com.br>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- MARANHÃO, M. S. (org). **TIC Cultura 2018** – Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Equipamentos Culturais Brasileiros. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/tic_cultura_2018_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 06 set. 2020.
- MARCHI, A. S; BORGES, M. L. Memória, cultura e aprendizagem organizacional: mudar para que? In: BORGES, M. L.; TELLES, T. C. K (Org). **Memória e Gestão Cultural**: aspectos conceituais, competências e casos práticos. Canoas: Unilasalle, 2017, v.1, p -123-144.
- OBEC-BA. **Pesquisa Impactos da Covid-19 na Economia Criativa**: relatório final de pesquisa Salvador: Observatório da Economia Criativa: Santo Amaro: UFRB, 2020. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/proext/images/pesquisa_covid19/RELAT%C3%93RIO_FINAL_Impactos_da_Covid-19_na_Economia_Criativa_-_OBEC-BA.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.
- SESCSP. **Para Lembrar e Contar**. 29/09/2020 Disponível em: <<http://www.sescsp.org.br/online/edicoes-sesc/977>>. Acesso em: 14 out. 2020.



UNESCO. Lançamento da pesquisa nacional “Percepção dos Impactos da COVID-19 nos Setores Culturais e Criativos do Brasil”. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/news/lancamento-da-pesquisa-nacional-percepcao-dos-impactos-da-covid-19-nos-setores-culturais-e>>. Acesso em: 5 out. 2020.



DESAFIANDO A IDADE, ROMPENDO PRECONCEITOS: VAMOS FAZER UMA BANDA?*Eliane Jost Blessmann**Patrícia Kayser Vargas Mangan**Tamára Cecília Karawejczyk Telles***Universidade La Salle****Introdução**

A velhice e o envelhecimento estão tendo uma visibilidade cada vez maior face aos fenômenos do envelhecimento populacional e da longevidade em todo o mundo. As pessoas que hoje envelhecem estão tendo novas experiências, atrevendo-se mais e com isto rompendo preconceitos. Um dos preconceitos é o de que idosos não aprendem mais. Mesmo com tantas experiências provando o contrário, como a de idosos que voltam a estudar formando-se em cursos universitários e pessoas mais velhas que começam a praticar esportes, o preconceito ainda existe. Com os programas e cursos para a “terceira idade” e a formação de grupos de idosos, vem sendo construída uma imagem de dinamismo social com visibilidade assegurada pela mídia. A tendência de agregação por grupos de idade que, na sociedade contemporânea, era comum entre os jovens na constituição de “tribos” (MAFFESOLI, 1998) hoje se dá entre os mais velhos. As universidades de terceira idade ampliam os espaços de sociabilidade que podem ser vistos como expressões territoriais da identidade coletiva que neles se formam.

O grupo de percussão, em estudo, surgiu em um projeto de extensão da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - o CELARI - que oferece atividades físicas, culturais e sociais para pessoas a partir dos 60 anos. Rompendo com os preconceitos e desafiando a idade a ideia de criar um grupo de percussão é motivo de orgulho para seus integrantes que dizem: “só com pessoas idosas eu nunca tinha visto” (Iara); “eu acho até que é o primeiro que tem aqui, que eu conheço pelo menos, no Rio Grande do Sul, de percussão eu acho que é o primeiro grupo (Sol)”; “eu também nunca ouvi falar, quando a minha filha fala para os amigos assim, eles ficam admirados, admirados pela idade, porque eles sabem que tenho mais idade (Vivi)”. Entretanto, mesmo sendo motivo de orgulho, observamos que seu histórico está disperso nas lembranças de seus componentes, com algumas divergências. Este artigo tem por objetivo a reconstrução da memória do grupo através de depoimentos gravados e transcritos e consulta a registros fotográficos, embasando sua necessidade em Ricoeur (2007) que diz não termos outro recurso para acessar o passado senão a memória e em Halbwachs (2003) ao afirmar que a memória é um conhecimento atual do passado.

Vamos fazer uma banda? Mas eu não toco nada ...

Conversando com alguns componentes da banda observei que não havia concordância quanto ao seu tempo de existência na evocação de suas lembranças.

A Iara falou de como chegou ao grupo: “A minha chegada e da Olinda foi muito interessante porque, porque sempre que saía de alguma atividade ouvia a banda tocando e um dia nós chegamos na porta e ficamos olhando. Uma pessoa disse entra aí e a gente entrou. E aí a Regina disse: ah, se vocês quiserem fazer parte do grupo, né. E aí a Olinda estava dizendo que não, e eu disse não, nada disso, vamos encarar. E dali para cá a gente está, desde o começo, acho que uns sete anos. É acho que era 2007 ou 2008, é sete anos”. Aqui convém esclarecer que a banda ensaiava no mesmo prédio onde se desenvolviam as oficinas de atividades físicas do projeto. Iara e Olinda, como todos os integrantes da banda são participantes do CELARI, estão sempre juntas porque são vizinhas.

“Se eu não me engano a gente começou em junho de 2011, com o professor Ricardo” falou a Sol que já estava na banda quando a Iara e a Olinda chegaram. Mas a Iara insistiu dizendo “não, bem antes”. A Sol tentou esclarecer que “nós estamos em 2018, não tem mais que 8 anos”. O problema não estava em quantos anos a banda teria, porque aí estava próximo, mas sim no ano que iniciara que divergia entre 2007, 2008 e 2011.

A Vivi entrou na conversa dizendo “quando o Fabiano (filho) morreu eu estava fazendo duas sessões com o psiquiatra e vocês estavam ensaiando em uma quinta-feira e eu não podia assistir. Dava uma voltinha ali, mas não ficava. Comecei com o grupo pequeno que começou. Agora só perguntando para a Eliane o dia que começou. Eu lembro perfeitamente, foi bem na época que o Fabiano morreu. Ele morreu em 2007. Eu tenho a impressão que foi em 2008”. A Eliane sou eu.

Deste pequeno episódio podemos destacar dois aspectos importantes na teoria da memória. O primeiro é a evocação da lembrança que, segundo Viana, se dá pelos sentimentos, pela pressão social e na associação de ideias e o segundo é o trabalho de reconstrução que Bosi (1993) chamou de memória-trabalho, pois a memória é sim um trabalho sobre o tempo vivido, onde o conjunto das lembranças é uma construção social do grupo.

Há divergências em datas, mas ainda há alguma concordância entre as lembranças o que para Halbwachs (2003) é condição necessária para a construção da memória coletiva que deve ter uma base comum, isto é, não basta testemunhos, é preciso identificar pontos em comum.

Mas qual é a história afinal? Começou em 2007, 2008 ou 2011? Começou com um grupo pequeno ou com um grupo grande? É através dos testemunhos de seus integrantes que vamos esclarecer e reconstruir a memória com a intenção de contribuir para a coesão do grupo e garantir sua identidade, pois esta é, segundo Halbwachs (2003) a principal função da memória coletiva.

Quando entrevistei a Edna ela trouxe um caderno e uma foto dizendo que ali estava a ata da reunião deu início a ideia de fazer uma banda. Olhando o caderno vi a data e exclamei: 2004! “É isto aí”, disse a Edna, é para ver como a gente andou, né. É, botei algumas coisas ali no meio, que foram acontecendo na hora, que era a Regina, a Carmen, a Jane, ai meu Deus, quem mais? (...) Eram seis ou sete, eu lembro. Eu lembro que era a Gilka, ela tocava teclado, a Regina, a Sol e ai é difícil lembrar”. Olhei a foto que fora tirada nessa reunião e falei: “As pessoas são estas: Solange, Jane, Rosa, Gilka, Carmen e Regina, só está faltando tu, na mesa tem seis lugares”. A Edna ainda estava insegura quanto as participantes da reunião, então disse: “pode ser que tivesse mais alguém, se tivesse as outras fotos a gente teria como ver. Vou procurar e vou perguntar se alguém tem uma foto destas aí. E daí nós criamos o primeiro grupo”.

Afora esta referência encontramos algumas fotos dos galetoes que são feitos no Projeto CELARI, em um salão, onde a Regina levava seus instrumentos musicais e tocavam informalmente com os acadêmicos, que são seus professores de ginástica; é o que se pode chamar de roda de samba. São fotos de 2004. Junto a ela estavam sempre a Rosa, a Solange e a Dulce.

A Regina foi a mentora da banda, fato que virá a se confirmar pelos demais depoimentos concedidos em entrevista dos quais extraímos alguns trechos.

“Começou com a Regina que tu já sabes, né. Começamos a tocar com o coral, com três, quatro instrumentos só. Era eu e a Regina no começo. Ela começou, pega esse agezinho e toca, toca e ela começou com o tambor, com o tantan que é aquele tamborzinho menor. E começou, na real, eu e ela começamos. Aí depois, quem é que entrou depois de nós duas ... De tanto ela insistir eu comecei a tocar o agezinho com ela desde o coral. Aí depois eu não sei se foi a Jane que entrou. Porque aí a Regina começou a tocar o bongô e a Jane pegou o tantan, se não me engano foi a Jane que pegou o tantan, que é aquele tamborzinho pequeno. Então, nós éramos três pessoas junto com a Carmen. Foi ali que começou. E aí ela começou, nós temos que formar uma banda, nós temos que formar uma banda. Eu disse, mas Regina, não sei se alguém aqui dentro do grupo sabe tocar algum instrumento. Não, porque tu vai comigo



lá pro Fernando do Ó. (...) Aí ele me deu umas dicas assim, mas eu fui em duas aulas só. Aí a Regina continuou a insistir, ah mas eu vou conseguir um professor”.

O Projeto CELARI já tinha um coral que foi formado pela Carmen, participante do CELARI, aluna nas oficinas de atividades físicas, aposentada, mas que trabalhou como professora em escola dando aulas de educação física e música. Ela propôs à coordenação do projeto formar um coral com as idosas e ele existe até hoje, 20 anos depois.

Recorrendo a fotografias antigas e demais registros verificamos que de 2004 até o ano de 2008 o pequeno grupo referido pela Rosa juntou-se ao coral da Carmen que passou a denominar-se “Grupo musical CELARI”. Eram quatro: a Regina, a Rosa, a Solange e a Dulce.

Lembra a Carmen que “a Regina, a Solange e a Jane, tudo estava no meu coral, entendeu, mas aí a Regina por sua vez tinha um professor lá que ela tocava, ela começou a aprender a tocar pandeiro e ela se entusiasmou, (...) o tempo vai passando e mais uma surpresa, a banda da Regina Só juntou seu grupo a fim de engrandecer cada vez mais o grupo musical, no decorrer desses anos já fizemos muitas apresentações em eventos, gravação em CD e vários programas de televisão”.

Na verdade, somente a Rosa e a Carmen lembraram deste tempo em que o quarteto estava junto ao coral se apresentando em ocasiões sociais.

Conta a Regina que quando parou de trabalhar estava muito estressada e resolveu aprender música. “Então o que aconteceu, conhecia o Fernando do Ó, conheci porque eu fui a uma loja comprar um instrumento musical, o bongô, que eu gostava muito de bongô, e perguntei se poderiam indicar um professor. Olha o Fernando do Ó não é professor, mas ele pode te indicar alguém. Então eu liguei para ele e disse: ah Fernando, quem sabe tu começa a dar aula isso seria tão bom para gente, não sei o quê ... e eu fui a primeira aluna dele. Eu comecei com o bongô, depois as gurias (filhas) me deram um pandeiro de presente no dia das Mães até o pessoal todo começou a rir, aí eu comprei o surdo, aí comprei a caixa, a caixetinha, aí eu comecei a entusiasmar a turma (colegas do CELARI) porque como eu tinha todos os instrumentos ninguém ia gastar com instrumento, aí arrumei um professor que era o Ricardo, porque o Ricardo nem era professor, ele tocava em uma banda e tinha noção de música”.

A Solange que era uma das integrantes do pequeno grupo que eu denominei acima de quarteto, que também não fez referência a esse período. Conta que “a Regina que nos convidou porque ela tinha muita vontade de fazer um grupo de percussão. Ela tinha muitos instrumentos em casa e foi convidando a gente para fazer. Ah, mas eu não sei tocar nada, faz muito tempo, tocava *acordeon* quando era criança, muito jovem. Outros instrumentos eu nunca peguei. Ah mas a gente vai treinando, disse ela, a gente pode fazer, eu te levo lá no meu professor no Fernando do Ó que ele ensina e tal algumas coisas. Tá aí eu topei, ela foi convidando outras e a gente foi adquirindo os instrumentos e aí que a gente foi montando, foi fazendo, foi fazendo, aí ela procurou um professor. Aí está até hoje funcionando assim. (...). Olha pelo que eu tenho em casa de fotos, eu costumo botar a data atrás, este dia ainda eu estava olhando, que nós começamos com o professor Ricardo que hoje não está conosco. Acho eu que foi em 2014, mas as gurias acham que foi em 2011. Então eu não tenho muita certeza da data”.

Embora a Sol não tivesse lembrança da data ela apresenta um elemento novo no que diz respeito a lembranças, para ela o grupo começou quando passaram a ter um professor e de certa forma, para a Regina também. Em se tratando de memória coletiva, para Jedlowski o que a constitui não é tanto o caráter comum dos seus conteúdos, “mas o fato de que estes sejam o produto de uma interação social, de uma comunicação que tenha a capacidade de escolher o que é importante e significativo no passado, em relação aos interesses e à identidade dos membros de um grupo” (2003. p. 221). Então aquele embrião que tocava todas as semanas com o auxílio da Carmen, ainda não era o grupo de percussão para elas.

Em algumas fotos encontramos o registro das apresentações do Grupo Musical do Projeto CELARI, como



se denominavam, em que a banda da Regina, como foi referido pela Carmen, se apresentava com o coral. O coral regido pela Carmen vestia camisetas com a identificação do projeto na cor azul e o quarteto da banda na cor branca. Eram elas: Regina, Rosa, Solange e Dulce. Apresentaram-se para os idosos da SPAAN em visita ao local em 2007, na comemoração festiva do aniversário de dez anos do CELARI em 2008 e ainda no primeiro evento “Arte em Cena” promovido pelo projeto congregando vários alunos de terceira idade das Universidades Gaúchas em 2008.

“A gente foi tentando, tentando, até encontrar um professor. A Regina gostava muito de bolero e a gente ia mais ou menos tentando, sabe. E aí, alguém, não sei quem, descobriu o Ricardo. E aí o Ricardo passou a dar aula para nós. Desde esta data a gente não parou, a gente vem engatinhando, aquele engatinhar muito lento ... ninguém tocava nada, nem uma de nós. A única era a Carmen que era professora de música e tudo. E a Carmen também dava as dicas para nós, a Carmen nos auxiliava muito. E assim foi, fomos lutando, lutando, e a gente vai indo desde esta data, a gente nunca parou” (Edna).

Conta a Regina que “eu contratei o Ricardo para me ensinar a tocar órgão porque eu tinha um órgão lá em casa, além dos instrumentos todos que eu comprei eu tinha um órgão, aí ele foi lá para me ensinar o órgão. Aí eu comecei, mas Ricardo tu não te animas a ensinar pessoas assim de 60 para cima e ele ta, tô aí. Então foi aí que eu comecei a convencer todo mundo a tocar”.

Na lembrança da Rosa aconteceu assim: “Aí a Regina entrou em contato com o Ricardo. Aí ela começou a comprar os instrumentos e convidar as pessoas para entrar no grupo. Aí, todo mundo entrando sem saber nada, né. Tá e aí começamos com o Ricardo. Eu acho que nós começamos em 2009 a nossa percussão, se não me engano. Aí ela começou a convidar fulana, sicrana e aí convidou a Vilma Machado para cantar. A Mauren, que naquela época estava aqui no CELARI. O Jurandir, a Dulce. Tá era eu, ela, a Jane, a Dulce, o Jurandir, a Mauren e a Vilma Machado que eu acho que foram as primeiras. A Vilma entrou para cantar, entrou como vocalista, pra cantar. Em uma das primeiras apresentações nossas ela cantou, foi no Teatro São Pedro, se não me engano, ou na UFRGS, estou meio confusa da primeira apresentação fora nossa. Eu, pra mim foi no teatro São Pedro”

Nas fotografias de um galetto realizado em agosto de 2009 o Ricardo, que veio a ser o professor, aparece pela primeira vez junto ao Grupo Musical. Em outras fotos confirmamos a informação da Rosa, vimos que por ocasião da segunda edição do evento promovido pelo CELARI no ano de 2009, o “Arte em Cena” a composição da banda sob a regência do Ricardo já era de 12 elementos: Regina, Rosa, Solange, Dulce, Jane, Mauro, Péia, Edna, Violeta, Jurandir, Vilma e Mauren.

A banda começou a crescer e assumir uma identidade. Em 2013 passaram a usar uma camiseta preta com o nome da banda “Só ritmos”. E de lá para cá firmaram sua composição em 17 integrantes com muito pouca variação.

Considerações finais

Como podemos constatar são as lembranças individuais que dão sustentação a memória coletiva quando vividas pelo grupo, guardadas e transmitidas pela interação de seus membros. Entretanto, as lembranças individuais, mesmo tendo uma base comum, podem ser equivocadas e fragmentadas, mas nas inter-relações elas podem ser substanciadas e corroboradas, ou desafiadas e corrigidas, diz Asmann (2011).

O que fizemos aqui foi um breve estudo de uma memória coletiva, atentos tanto ao conteúdo quanto aos processos de sua formação com o objetivo de auxiliar na sua conservação e transmissão. Verificou-se que a constituição da banda se deu em três etapas: a primeira, seu embrião, o quarteto que persistiu no período de 2004 a 2009, o segundo período com a contratação do professor e da entrada de novos membros de 2009 a 2013 e o terceiro com sua formação completa, com camiseta e nome próprios marcando sua identidade. Há um reconhecimento pelo grupo quanto ao processo de sua constituição, mas para considerar banda, como tal, a referência passa a ser a contratação do professor.

Referências

- ASSMANN, A. Memory, individual and collective. In: GOODIN, R. E.; TILLY, C. (ed.). **The oxford handbook of contextual political analysis**. New York: Oxford, 2011 (volume 5). Tradução/versão de Tanira Rodrigues Soares – Doutoranda do PPGMSBC – Unilasalle – Canoas (RS). p. 210-224.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BOSI, E. A pesquisa em memória social. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167851771993000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2020.
- HALBWACHS. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.
- JEDLOWSKI, P. **Memórias**. Temas e problemas da sociologia da memória no século XX. *Pro-posições*. v. 14, n. 1 (40). jan./abr. 2003. Disponível em:
<<https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2187/40-traducao-jkedlowskip.pdf>>. Acesso em: 19 de out. de 2020.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Apresentação de Luiz Felipe Baêta Neves; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998. 232 p.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François (et al.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. 536 p.



TRABALHADORES IMIGRANTES, POR SEXO, NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO BRASIL NO ANO DE 2018¹⁰

Margarete Panerai Araújo

Moisés Waismann

Judite Sanson de Bem

Universidade La Salle

Introdução

A globalização dos nossos dias permite analisar as mudanças que envolvem os vínculos de mão de obra imigrante frente ao mercado. Conforme a declaração de direitos humanos “[...] toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego” (DDH, Art. 23), contudo, a sociedade, das novas tecnologias, na intensificação e crescente integração de mercados internacionais e regionais, vem presenciando um novo *boom* migratório desde o início do século XXI, obrigando as pessoas a buscarem condições adequadas de vida e inserção no mercado. Segundo Antunes (2014), o trabalho desregularizado e flexibilizado atingiu os imigrantes, que passam a ser um exemplo a ser estudado. Contudo, o objetivo desse capítulo é refletir sobre o número de imigrantes no que diz respeito ao gênero, grau de instrução no Brasil.

Metodologicamente, o trabalho é descritivo fazendo uso de dados estatísticos disponíveis no Ministério de Trabalho e Emprego exclusivamente do ano 2018. Como recorte metodológico selecionou-se o Brasil para realizar a pesquisa, da mesma forma, que se escolheram os níveis relacionados ao gênero, grau de instrução. Este artigo está dividido em seções além desta introdução: primeiramente algumas considerações parciais sobre o mercado e sobre a Lei de Migração Brasileira. Após a caracterização do método, segue às análises e conclusões.

Referencial teórico

A globalização oportunizou o crescimento econômico e transações comerciais de mercadorias e pessoas em várias nações, mas também gerou exclusão social. O século XXI foi palco de transformações junto a blocos econômicos e fortalecimento das relações de comércio e produção. Zapata e Guedes (2017) discutiram sobre isso e descreveram os crescentes movimentos de migrantes internacionais em todo o mundo. O direito a livre circulação de pessoas e ingresso em emprego já estava garantido desde o Tratado de Roma (1957).

Todas essas mudanças resultam em entender que o Estado se retraiu e os capitais privados desempregam sem perspectivas. Logo, para enfrentar essa situação frente aos sistemas de direitos fundamentais, constitucionalmente faz-se necessário, conforme Farena (2008, s.p.) uma “[...] nova lei de estrangeiros deve contemplar com mais firmeza a dignidade dos migrantes socioeconômicos que, muitas vezes, por falta de outro amparo legal, buscam acolhida na Lei 9.474/97¹¹.”

Os últimos anos demonstraram que as guerras, conflitos, causas naturais e outras violações provocaram deslocamento de milhões de populações em todo o mundo e, conforme Eberhardt, Miranda (2017, p. 303) “a migração não implica apenas o deslocamento espacial, pois constitui uma experiência de perda, ruptura e mudança”. Isso, porque os fluxos migratórios de acordo com Coutinho e Oliveira (2010, p. 548), “derivam do termo migração do latim *migrare*, ou seja, passar de um local para outro sendo considerado tão antigo quanto o mundo.” A UNHCR/

10 Este texto é parte de um capítulo de livro Lei da migração brasileira: um diálogo necessário com os direitos humanos e o direito europeu da UCS (2020).

11 A Lei 9.474/97 é o pilar do regime protetivo dos refugiados no Brasil.

ACNUR (2020), bem como, Novo (2018, s.p.) destacaram algumas distinções entre migrantes e refugiados:

- refugiadas são pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais e que não possa ou não queira voltar para casa. [...] aqueles que fogem de seu país de origem por causa de conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos. A Convenção de 1951 também determina casos em que a pessoa não tem direito ao status de refugiado, como quando o migrante é criminoso de guerra.
- Por isso, nem todo migrante possui o status de refugiado (CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS, s.p. 1951).
- Para efeitos da presente Convenção: 1. A expressão “trabalhador migrante” designa a pessoa que vai exercer, exerce ou exerceu uma atividade remunerada num Estado de que não é nacional (CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTECÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS, 1990, ART. 2)

Essas legislações combinadas abriram um leque, que permitiram o acesso ao mercado de trabalho e demais serviços públicos de ambos, tanto refugiados quanto migrantes, foco específico desse artigo. Conforme Farena (2008) o Estatuto, que criou condições para as atividades profissionais (nova lei de estrangeiros) deve contemplar com mais propósitos os migrantes socioeconômicos. Todos os planos de imigração deixam evidentes, que o exercício de uma profissão assalariada deve seguir as legislações adequadas pelos Estados e suas Constituições, evitando processos como vistos em muitos países de escravidão, abusos e/ou desvio nas relações trabalhistas. As migrações representam relações econômicas e foram ao longo da história, tanto estimuladas quanto reprimidas. Frente ao fluxo migratório de ingresso no Brasil nos primeiros anos do século XXI, para atingir ao objetivo proposto de refletir sobre o número de imigrantes no que diz respeito ao gênero, grau de instrução apresenta-se a seguir a análise dos dados coletados.

Análise de dados

A Tabela 1 demonstra a quantidade de trabalhadores imigrantes, por sexo e grau de instrução dividido em médio e superior no mercado de trabalho formal no Brasil no ano de 2018.

Tabela 1 – Quantidade de trabalhadores imigrantes, por sexo, no mercado de trabalho formal por grandes atividades econômicas no Brasil no ano de 2018.

		Masculino					Feminino				
		Médio		Superior		Total	Médio		Superior		Total
		Abs.	%	Abs.	%		Abs.	%	Abs.	%	
África	Angolano	853	56	282	19	1.516	281	54	126	24	522
	Congolês	266	60	68	15	441	105	70	19	13	151
	Ganesa	112	49	18	8	229	4	21	2	11	19
	Senegalesa	170	24	17	2	715	5	31	2	13	16
	Sul-Africano	211	45	81	17	470	37	41	26	29	90
	Outros Africanos	2.120	52	368	9	4.041	202	44	83	18	461
	Total	3.732	50	834	11	7.412	634	50	258	20	1.259

Ásia	Bengalesa	937	45	562	27	2.067	252	36	282	41	693
	Chinesa	796	39	977	48	2.051	528	47	380	34	1.124
	Coreana	118	27	303	69	440	71	27	178	67	264
	Indiano	74	23	215	67	322	10	22	28	61	46
	Japonesa	645	36	931	52	1.774	486	55	303	34	891
	Paquistanês	105	57	26	14	184	6	43	3	21	14
	Outras Asiáticas	423	50	211	25	854	134	47	128	45	286
	Total	3.098	40	3.225	42	7.692	1.487	45	1.302	39	3.318
América Central	Haitiano	16.124	45	607	2	35.684	4.571	41	157	1	11.136
América do Norte	Canadense	58	27	112	52	215	33	24	79	57	139
	Norte-Americana	188	17	694	64	1.091	144	18	462	58	790
	Total	246	19	806	62	1.306	177	19	541	58	929
América do Sul	Argentina	1.884	41	2.016	43	4.651	1.087	41	1.164	44	2.628
	Boliviana	1.752	46	1.322	35	3.797	983	47	710	34	2.103
	Chilena	974	42	1.041	45	2.312	418	35	653	55	1.194
	Colombiano	512	33	805	52	1.547	252	28	542	60	907
	Equatoriano	77	34	118	52	227	30	30	59	60	99
	Paraguaia	2.721	53	319	6	5.102	1.963	54	345	10	3.613
	Peruano	1.096	41	1.132	42	2.667	497	41	576	47	1.221
	Uruguaia	1.340	55	510	21	2.439	882	52	453	27	1.682
	Venezuelano	3.437	65	980	19	5.256	1.223	58	634	30	2.097
	Outras Latino-Americanas	707	16	1.989	44	4.501	304	18	808	48	1.700
Total	14.500	45	10.232	31	32.499	7.639	44	5.944	34	17.244	
Europa	Alemã	175	17	669	66	1.016	82	20	285	68	418
	Belga	31	18	115	67	172	11	15	55	73	75
	Britânica	42	11	308	79	392	24	13	136	76	178
	Espanhola	380	27	846	60	1.413	121	25	295	61	480
	Francesa	146	11	972	75	1.292	52	11	366	77	478
	Italiana	570	31	994	55	1.817	169	31	282	52	546
	Russo	8	9	61	71	86	24	20	86	71	121
	Suíça	37	18	147	73	201	17	23	54	73	74
	Outros Europeus	202	27	398	53	754	83	25	196	59	330
	Total	1.591	22	4.510	63	7.143	583	22	1.755	65	2.700
	Naturalidade Brasileira	1.100	23	2.647	56	4.739	762	24	1.849	57	3.218
	Outros	1.521	35	1.356	31	4.389	457	28	789	48	1.644
	Total sem Brasil	43.893	42	26.113	25	105.719	17.234	39	13.845	31	44.031

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponíveis em <www.pdet.gov.br>.

Nota: Os valores que aparecem no total masculino e total feminino correspondem a todos os níveis de escolaridade do mercado formal de trabalho e não representam a soma dos dados absolutos referente ao nível médio e superior.

A Tabela 2 evidencia a realidade no mercado de trabalho formal para os migrantes no Brasil, inclusive oportunizando uma visão específica de cada continente. Nesse sentido a análise pretende fazer uso dessas divisões:

Assim, vindos da África do Congo (60%), seguida pela Angola (56%), e outras regiões (45%) percebe-se percentuais mais representativos para o gênero masculino de nível médio. Os dados de mais de seis regiões demonstram a grande presença de africanos migrantes representando uma população total em 2018, masculina que reuniu 7.412 de trabalhadores ficando o gênero feminino com 1.259 trabalhadoras.



Vindos da Ásia no Japão (52%), e China (48%) respectivamente com percentuais mais representativos para o gênero masculino de nível superior, os dados de mais de sete regiões asiáticas demonstram a terceira grande presença dos migrantes com um total de 7.692 trabalhadores masculinos e 3.318 trabalhadoras do gênero feminino no Brasil.

Vindos da América Central os Haitianos correspondem a 45% de migrantes com instrução de nível médio e totalizam 35.684 do gênero masculino e a representação é de 41% de instrução em nível médio totalizando 11.136 no gênero feminino. Representam frentes aos demais países a segunda maior parcela populacional de migrantes no Brasil.

Vindos da América do Norte os Norte-Americanos representam com 64% do gênero masculino com nível superior totalizando 1.091 migrantes trabalhadores com 58% do gênero feminino com nível superior totalizando 790 trabalhadoras.

Vindos da América do Sul nas regiões do Paraguai e Venezuela se encontra a primeira maior população de migrantes no Brasil. Os percentuais mais representativos de instrução no nível médio são na Venezuela com 65% para o gênero masculino e 58% feminino; seguido do Paraguai com 53% para o gênero masculino e 54% para o gênero feminino. Totalizam 32.499 homens, seguido de 17.244 mulheres migrantes no trabalho formal.

Vindos da Europa os italianos representam 55% de instrução superior masculina e 54% feminina; em segundo lugar a Espanha com 60% de instrução superior masculino e 61% de instrução superior feminina, em terceiro lugar a França com 75% de instrução superior masculino e 77% de instrução superior feminino. Estes países representam maior contingente de migrantes no Brasil totalizando 7.143 do sexo masculino e 2.700 femininos. Percebe-se que a população feminina vem representando um maior potencial de percentuais. A Europa representa a quarta região com maiores migrantes trabalhando no mercado formal no Brasil.

É possível avaliar que o Brasil no contexto atual está criando condições para as atividades profissionais (nova lei de estrangeiros) contemplando com mais propósitos os migrantes socioeconômicos. Todos esses atos colaboram para tirar da invisibilidade os migrantes com trabalho formal.

Conclusão

Os vínculos de mão de obra imigrante representam vários desafios para uma nova legislação estrangeira e também para a economia. Evidenciaram-se alguns dados que merecem ser reforçados. Os itens que merecem ser lembrados são a vinda da América do Sul nas regiões do Paraguai e Venezuela se encontra a primeira maior população de migrantes no Brasil, sendo a América Central com os Haitianos a segunda maior parcela populacional de migrantes no Brasil no ano de 2018. Os direitos aos termos trabalhistas representam condições essenciais para o migrante e o direito à igualdade de salários e ao vínculo empregatício legal fazem a conexão necessária para os trabalhadores estarem ligados um novo status no país que o acolheu.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho**. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

BRASIL. **Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. Adaptada pela Resolução 45/158, de 18 de dezembro de 1990, da Assembleia-Geral (entrada em vigor a 1 de julho de 2003). Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%2018%20de%20dezembro%20de%201990.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)**. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

CARNEIRO, C. S. Migrações internacionais e precarização do trabalho: o contexto global, os acordos de residência do MERCOSUL e os imigrantes sul-americanos no Brasil. **Argumenta Journal Law**. n. 26 p. 337-374 jan./jun. 2017. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/749/pdf_1>. Acesso em: 15 set. 2020.

EBERHARDT, L. D.; MIRANDA, A. C. de. Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. **Saúde debate**. Rio de Janeiro, v. 41, n. especial, p. 299-312, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042017000600299&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 set. 2020.

FARENA, M. N. F. C. Algumas notas sobre direitos humanos e migrantes. Jura Gentium. **Rivista di filosofia del diritto internazionale e della politica globale**. Disponível em: <<https://www.juragentium.org/topics/migrant/pt/ferretti.htm>>. Acesso em: 16 set. 2020.

LAURELL, A. C. (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

MENDES, A. de A. M.; BRASIL, D. R. **A Nova Lei de Migração Brasileira e sua Regulamentação da Concessão de Vistos aos Migrantes**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552020000100064>. Acesso em: 16 set. 2020.

NOVO, B. N. Direito dos refugiados e a nova lei de migração. **Conteúdo Jurídico**, Brasília/DF: 17 set. 2020. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51464/direito-dos-refugiados-e-a-nova-lei-de-migracao>>. Acesso em: 16 set. 2020.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SALLES, M. do R. R.; ARAÚJO, J. R. de C. **Abdelmalek Sayad**. REVISTA USP, São Paulo, n.41, p. 224-230, mar./maio 1999. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revusp/article/download>. Acesso em: 18 set. 2020.

ZAPATA, G. P.; GUEDES, G. Refúgio e modalidades de deslocamentos populacionais no século XXI: tendências, conflitos e políticas. **Rev. bras. estud. popul.** v. 34, n. 1. São Paulo jan./apr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100005>. Acesso em: 18 set. 2020.



AS PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIAS A CERCA DO ACESSO AOS DIREITOS E BENS CULTURAIS

Estelamaris de Barros Dihl

Universidade La Salle

Introdução

Esta comunicação versa sobre as percepções das beneficiárias do Programa Bolsa família, acerca do acesso aos direitos sociais como instrumento de enfrentamento à situação de pobreza e a inclusão social e cultural. A pesquisa foi desenvolvida com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), referenciadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o qual atende os bairros da região nordeste em Canoas, município do estado do Rio Grande do Sul.

A temática sobre o acesso aos direitos sociais e aos bens culturais é relevante por estarmos inseridos em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, que geram sentimentos de abandono, injustiça, desrespeito e de não pertencer a um coletivo, da sociedade. Sentimentos estes, no primeiro momento, expressados no âmbito individual e, após, no coletivo, em decorrência de situações que levam os sujeitos ao isolamento social por sentirem-se excluídos do tecido social. E, neste contexto, buscamos aporte teórico na Teoria do Reconhecimento de Axel Honnet (2003), por trazer questões pertinentes acerca da realidade atual, na qual se evidencia diferentes situações de humilhação, desrespeito e violação de direitos que os sujeitos, beneficiários do PBF, vivenciam em seu cotidiano. Na primeira parte do trabalho iremos apresentar algumas reflexões acerca da teoria do reconhecimento social, após Perfil das beneficiárias do PBF e finalizamos com as percepções das beneficiárias quanto ao processo de reconhecimento social no que se refere ao acesso aos direitos e bens culturais.

A Teoria do Reconhecimento Social: uma discussão acerca do acesso ao direito e aos bens culturais.

A teoria do reconhecimento de Axel Honneth (2003) nos traz questões pertinentes acerca da realidade atual, na qual se evidenciam diferentes situações de humilhação, desrespeito e violação de direitos que os sujeitos vivenciam em seu cotidiano. Seu potencial explicativo permite compreender contextos de desigualdade social e injustiça nas sociedades democráticas, as quais deveriam segundo suas leis e constituições, garantir os direitos sociais e o acesso de toda a população a bens culturais. Esta discussão tem sua origem a partir dos estudos de Mead (MEAD, apud HONNETH, 2003, p.24), acerca da formação da identidade e das pesquisas de Hegel (HEGEL, apud HONNETH, 2003, p.24) sobre o reconhecimento social. A ideia central discute a identidade dos sujeitos a partir de um processo intersubjetivo mediado pelo mecanismo do reconhecimento. A falha ou ausência do reconhecimento intersubjetivo, no que diz respeito à autoconfiança, ao autorrespeito e à autoestima, segundo Honneth (2003), seria o fator gerador dos conflitos sociais. Esses, então, atuariam como vetores de movimentos e mudanças sociais e, conseqüentemente, da sociedade.

Dentro dos padrões normativos da sociedade moderna, a luta por reconhecimento se justifica na perspectiva do ideal de igualdade social, que impõem a exigência de acesso aos direitos sociais e econômicos, assim aos bens culturais para os sujeitos sentirem-se pertencentes a esta sociedade. Estes padrões ecoam na dimensão simbólica dos sujeitos, com mensagens que fragilizam, marginalizam e excluem por padrões morais pré-estabelecidos por uma sociedade conservadora e uma elite dominante.

A “esfera do direito”, conforme Honneth (2003), ultrapassa a instituição familiar, ampliando as relações e



interações sociais para o todo da sociedade. São as normativas de convivência, as leis, as quais possibilitam olhar para si como uma pessoa jurídica, ou seja, reconhecer-se como sujeitos em igualdade de condições para aderir a normas morais, assim sentindo-se membro da comunidade, adquirindo o autorrespeito. Ao sentirem-se sujeitos de direitos buscam garantir suas demandas e necessidades individuais em um espaço partilhado coletivamente e, a partir destas experiências positivas, ingressam em novas lutas por cidadania. Cabe salientar que essas necessidades precisam ser socialmente aceitas, ou seja, um desejo coletivo, pois a compreensão de direitos perpassa pelo reconhecimento do direito do outro.

A *“esfera da estima social”*, sem a qual o sujeito não teria completo o processo da autorrealização no meio social, o autor prima pelo reconhecimento a partir da valorização das habilidades e das competências do sujeito pelo todo social, a autoestima. Este processo de valorização social enseja lutas coletivas por um bem comum, pelo acesso aos bens materiais e culturais, assim tornando-se pertencente a um grupo, assim reconhecendo a si e ao outro enquanto um ser valioso.

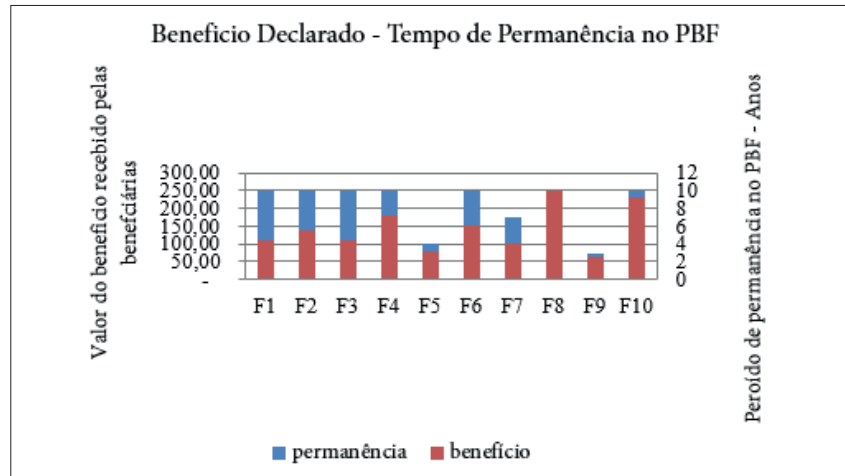
A esfera da estima social traduz na contemporaneidade o conceito de honra como prestígio e reputação, onde Honneth (2003) refere-se ao grau de estima que os sujeitos recebem na sociedade por suas realizações e conquistas, ora material e ou cultural. Para o autor, além das experiências positivas do acesso ao direito, é na esfera da estima social que os sujeitos experienciam um sentimento do próprio valor nos espaços da vida social de forma mais complexa e plural. Aponta esta esfera como central nas lutas por reconhecimento, pois possibilita aos sujeitos espaços de visibilidade e de valoração, projetando-os na coletividade, com representatividade para mobilização social, questionando padrões sociais e morais pré-estabelecidos e, com sua inserção na divisão social do trabalho, ampliando efetivamente as lutas por reconhecimento social. Esta mobilização social, política, econômica e cultural contribui para o avanço dos debates acerca das políticas sociais para inclusão social.

Perfil das beneficiárias do PBF

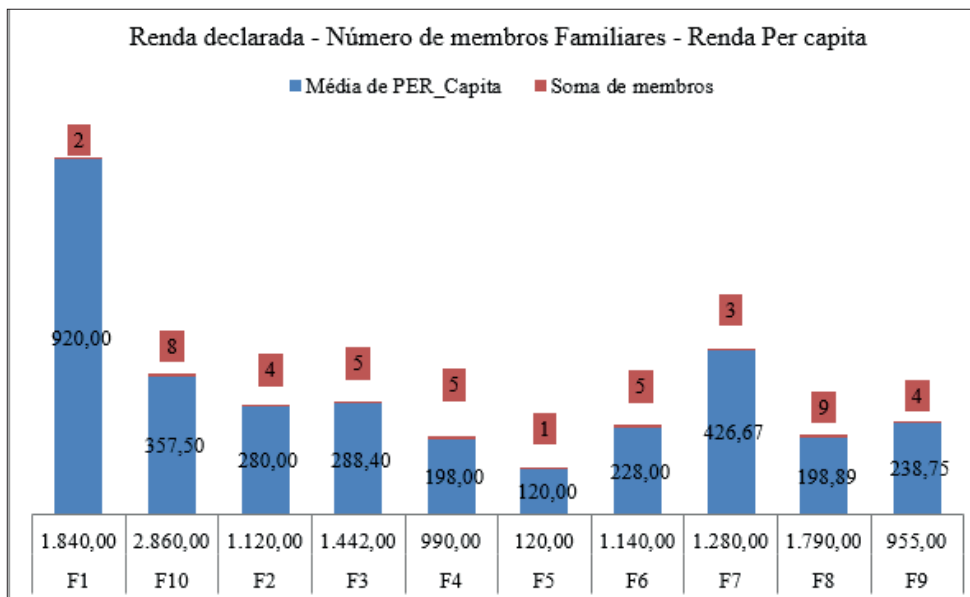
Os dados utilizados neste estudo foram resultado do mapeamento de 10 beneficiárias do PBF, realizado em agosto de 2015 (DIHL, 2015). A amostra constitui-se de mulheres, com idade média de 42 anos. As quais 08 possuem companheiro e residem com seus filhos, média de 04 filhos por família. Todas as mulheres desenvolvem alguma atividade produtiva, onde 80% são responsáveis diretamente pelo sustento financeiro da família e os companheiros complementam a renda. Todas são residentes no bairro Guajuviras, no município de Canoas, nas áreas mais vulneráveis, onde as ruas não possuem asfalto, há ligações clandestinas de água ou luz. As casas são simples, construídas geralmente com restos de madeiras, tapumes. É comum ter outras casas no mesmo terreno, geralmente de familiares, como irmão, filhos ou pais. Esta aproximação, ou seja, o estreitamento das fronteiras entre a vida privada e a pública acaba por misturá-las, sobrepondo a vida privada na pública.

Esta sobreposição da vida privada é identificada no conteúdo das entrevistas, com comprometimento excessivo da vida privada, como se a vida pública não tivesse um papel, uma função diferenciada. Não demonstram uma consciência quanto ao papel da vida pública, pois suas falas remetem a um sentimento de não pertencimento. As experiências que compartilham na vida pública remetem à situação de desrespeito, de violação de direito.

Gráfico 1 – Benefício Declarado – Tempo de Permanência no PBF



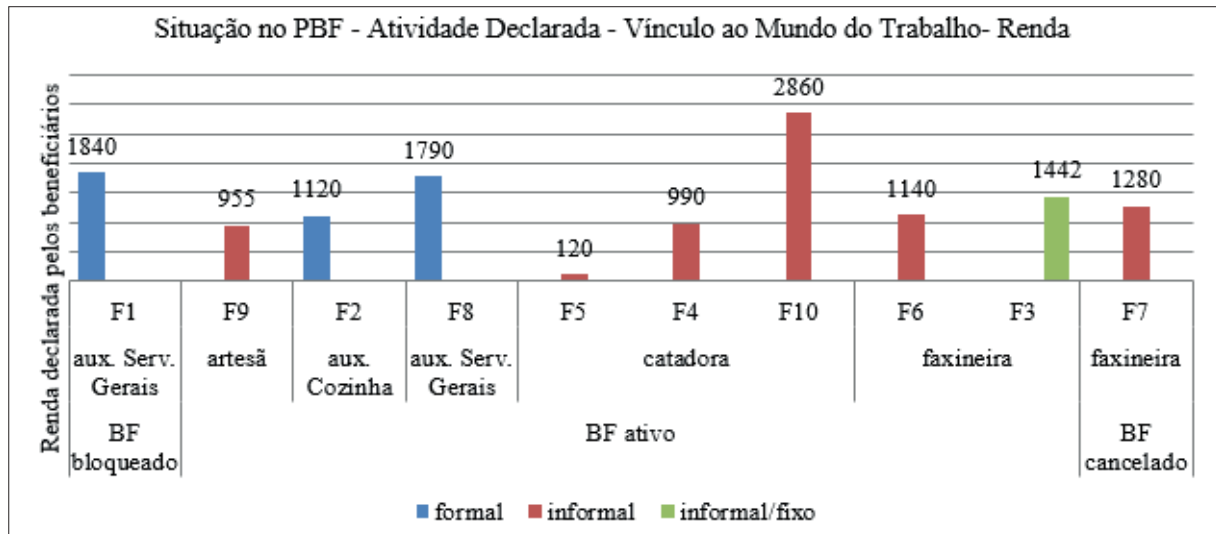
Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 2 – Renda declarada – Números de membros familiares – Renda *per capita*

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma das principais percepções sobre o PBF é que ele “ajuda”, pois mesmo as famílias que são beneficiárias há dez anos, continuam compreendendo o PBF como uma “ajuda” para manter as crianças vinculadas à escola e à saúde. A razão coletiva deste entendimento por parte das usuárias está caracterizada pelas penalidades, ou melhor, pelas condicionalidades que o PBF exige, pois, a ausência das crianças da rede escolar ou a não vacinação e acompanhamento médico das nutrizes, induz à suspensão do benefício. Outro elemento importante que fortalece é a sobreposição da vida privada à vida pública, o que remete a ausência de uma consciência de cidadania, pois mesmo acionando diferentes direitos, como documentação, educação, saúde, habitação e benefícios sociais, mantém a centralidade na vida privada.

Gráfico 3 – Situação no PBF – Atividade Declarada – Renda



Fonte: Elaborado pela autora.

Recebo o Bolsa há mais de 20 anos. [...] ajudou bastante. Eu consegui fazer bastante coisa, comprar uma casinha pra mim. Com madeiras usadas, mas consegui comprar e consegui comprar coisas pra dentro da casa, eu não tinha nada. Continua me ajudando. Compro gás, roupa para as crianças e faz a festinha de aniversário deles. (F4).

A compreensão de o programa estar relacionada à “ajuda” reforça o sentimento de não ser cidadã, pois quando sou merecedora de “ajuda”, e não de “direito”, não tenho assegurado o status de cidadania, de sujeito em condições de igualdade, que garanta a proteção e o acesso aos demais sociais, econômicos e culturais. O PBF é um meio social disponível para esta transição, para possibilitar que as beneficiárias possam acionar e fortalecer suas habilidades, potencialidades, e o acesso aos bens culturais enquanto sujeitos de direitos e deveres.

O PBF, através da transferência de renda com condicionalidades, possibilitou às beneficiárias a saída da situação de extrema pobreza, o enfrentamento à situação de violência, a recuperação da autoestima, prevendo ações que lhes assegurem manter e ou ampliar a qualidade de vida no contexto as quais estão inseridas. (PINZANI; REGO, 2013).

Esta comunicação buscou apresentar as percepções das beneficiárias do Programa Bolsa família, acerca do acesso aos direitos sociais como instrumento de enfrentamento à situação de pobreza e a inclusão social e cultural. E mesclar esta realidade com a Teoria do Reconhecimento Social a partir de Axel Honneth (2003).

O PBF possibilita às famílias beneficiárias a ruptura com a situação da extrema pobreza, sendo indicador importante nos efeitos da dimensão material na vida das beneficiárias como pagamento de água, luz, compra de materiais para escola, roupas, celulares, televisão e melhorias na alimentação e na moradia, como também, nos efeitos simbólicos, sentir-se pertencentes socialmente. Após o alívio imediato da fome e da miséria que a transferência de renda propicia, os sujeitos beneficiários do PBF passam a pensar e a olhar para sua vida de forma diferente, pois passam a ensejar novos desejos e sonhos.

De acordo com Honneth (2003), pensar novos modelos de uma vida melhor é ir além da distribuição de renda. É oferecer, aos participantes das políticas sociais, oportunidades de fato para formar um novo *status* através do desenvolvimento de suas capacidades. É olhar para o que o sujeito tem de melhor, o que sabe fazer, tanto individual como no coletivo, assim desconstruindo modelos cristalizados de relações de produção e construindo novas culturas de bem viver. Para Honneth (2003), a emancipação social é conquistada na participação dos sujeitos em diferentes contextos sociais. E é nestas interações que agregam valores, e se fortalecem, assim permanecendo inseridos socialmente e culturalmente.

Considerações Finais

A presente comunicação presente teve como objetivo mostrar o sentimento de reconhecimento social das beneficiárias, através do Programa Bolsa Família (PBF), objeto empírico deste estudo, considerando as esferas do direito e do acesso aos bens culturais. Os participantes da pesquisa foram 10 mulheres beneficiárias do PBF referenciadas no CRAS Nordeste, uma das unidades onde ocorre a operacionalização da política de proteção social básica no município de Canoas/RS.

Quanto ao vínculo das beneficiárias no PBF, são efetivos, mesmo não compreendendo a totalidade de objetivos do programa, o que leva ao não reconhecimento da vida pública, restringindo sua existência ao mundo privado, pois ao acionarem as políticas de proteção social não relacionam a dimensão de direitos, mas sim de “ajuda”. Mesmo com uma renda *per capita* superior ao critério de situação de pobreza e ou extrema pobreza, sentem-se dependentes e esta dependência acaba por ser condição indispensável para sobreviver (PAUGAM, 2003).

Podemos considerar que as mulheres beneficiárias do PBF ainda não conquistaram sua independência financeira, mas saíram da situação de extrema pobreza e mendicância, passando a ser pobres. Estas conquistaram espaços de liberdade, o que pode ser indicativo da ampliação da vida privada para a pública. Outro fato é o fortalecimento das relações sociais no âmbito familiar e comunitário, atribuindo valor e reconhecimento social às famílias, tanto na dimensão material, pois passam a controlar e gerir seus custos e acessar bens culturais, quanto na dimensão subjetiva, identificada na elevação da autoestima, no poder de escolher o que comprar e onde comprar, reconhecendo suas necessidades e seus desejos. Este desejo pode-se traduzir como sentimento moral de justiça de “luta por reconhecimento” (HONNETH, 2003).

Nesta pesquisa apontamos por aprofundar sobre o Programa Bolsa Família, como um meio social, por possibilitar espaços e condições para que as famílias possam acionar ensejos por reconhecimento na esfera do direito e da estima social. Para o autor, a luta por reconhecimento social está relacionada aos conflitos vivenciados pelos sujeitos em seu cotidiano, bem como aos esforços simbólicos e práticos a fim de alterar e transformar padrões hegemonicamente injustos.

Referências

- DIHL, E. de B. **O Programa Bolsa Família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e limites** / por Estelamaris de Barros Dihl. – Porto Alegre, 2015.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. (Trad. Luiz Repa). São Paulo: Ed. 34, 2003.
- PAUGAM, S. **A desqualificação social: ensaio à nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.
- PINZANI, A.; REGO, W.D.L. **Vozes do Bolsa Família**. Autonomia, Dinheiro e Cidadania. São Paulo: Unesp, 2013.



O PERFIL DO CONSUMIDOR DE CULTURA NO BRASIL E NA CAPITAL DO RIO GRANDE DO SUL

Cleberli Fabiano Costa de Arruda

Judite Sanson de Bem

Universidade La Salle

Introdução

O objetivo deste estudo é trazer a luz o perfil do consumidor de cultura da capital do Rio Grande do Sul comparado com as demais capitais brasileiras, considerando para tal fatores demográficos à exemplo da escolaridade, renda, sexo e raça. Pretende-se a partir destes dados, reconhecer a amplitude e acesso que as políticas de incentivo a cultura e projetos financiados por leis de incentivo à cultura, têm gerado, identificando assim os públicos que estão sendo beneficiados.

Cabe aqui um adendo que cultura neste estudo consideram-se as apresentações artísticas culturais, ou seja, um sentido mais restrito do termo. Fazer uma análise do atual modelo de financiamento da cultura, no que diz respeito aos seus impactos no consumo da cultura, o modelo esta possibilitando o acesso a cultural, a politica cultural tem abrangência? Neste aspecto, a problemática aqui levantada é a seguinte: o modelo atual de financiamento à cultura é considerado eficiente para contemplar os mais diversos públicos, seja em termos de renda, escolaridade, gênero ou até mesmo quanto ao espaço geográfico?

A cultura e seus modelos de fomento

Desse modo, torna-se necessário inicialmente visitarmos sob um aspecto histórico, os modelos de financiamento à cultura, suas origens e caminhos que nos trouxeram até o os modelos atuais. Historicamente, os modelos têm como parâmetros os extremos dos modelos americano e francês, onde tem-se no modelo americano a descentralização da gestão e do financiamento. Temos a Inglaterra onde o estado assume um papel moderador e financiador, equilibrando com o mercado esta função, em outros estados europeus ocorreram semelhanças, por exemplo, a Alemanha que priorizou emissoras públicas de TV, ao invés do consumo privado das transmissões (MCGUIGAN, 2004). No outro extremo, temos o modelo francês com a centralização dos papéis no estado como financiador e mesmo operador de equipamentos culturais (GILLIOLI, 2015).

Nos EUA, percebemos o financiamento das artes terem seu ápice a partir da década de 60 com criação de agências estatais de apoio à arte, mas a principal fonte de financiamento é de origem privada com doações e patrocínios, segundo (NUNES; GILLIOLI; CHAVES, 2015) o aumento no valor destinado ao consumo só viria a crescer a partir da década de 70. Ainda sobre o patrocínio das artes no EUA, Mc Guigam (2004) alerta sobre o interesse dos patrocínios que nunca é despropositado e tem em sua maioria das vezes associar-se o seu produto ou marca ao perfil do consumidor das artes eruditas, concertos ou exposições em galerias. Ou seja, o interesse pelo público alvo pode direcionar os investimentos privados ou subsídios estatais, não levando em conta necessidades de democratização ou acesso.

Marcos que são importantes na construção do modelo americano, a capacitação dos gestores de museus e equipamentos, culturais, pesquisas no setor financiadas por fundações, e principalmente o entendimento das preferências de consumo de arte, uma pesquisa realizada na década de 90 por gestores culturais deu direcionamentos importantes neste sentido. (HEILBRUN; GRAY, 2001, p. 40). Já nos modelos europeus, precisamos dar especial atenção a França, onde a intervenção e financiamento do Estado se inicia antes mesmo da revolução francesa que marcou o entendimento do direito à cultura para a população, o mecenato as artes se dava principalmente como meio de consolidar o status de poder e riqueza dos monarcas e esta herança com uma visão democrata se estendeu,

após a queda desses monarcas, hoje o país tem um arcabouço de incentivos que contempla isenção para organizações ou fundações promotoras da cultura, doadores, financiadores e contrapartidas de grande volume por parte do estado, criando um verdadeiro Estado de Bem Estar Cultura, chegando a dedução de 60% do imposto de renda doado a fundações e as atividades culturais.

Já no Brasil, o mecenato tem origem com Dom João VI, mas de fato só viria a consolidar-se no governo Sarney, e a efetiva regulamentação com a Lei Rouanet, onde o financiador pode deduzir até 100% em imposto de renda, não deixando de ser financiado em última análise pelo estado, porém, sem uma gestão mais criteriosa da região a ser realizada a apresentação, público ou mesmo raça, gênero, linguagem sendo esta a principal crítica do modelo.

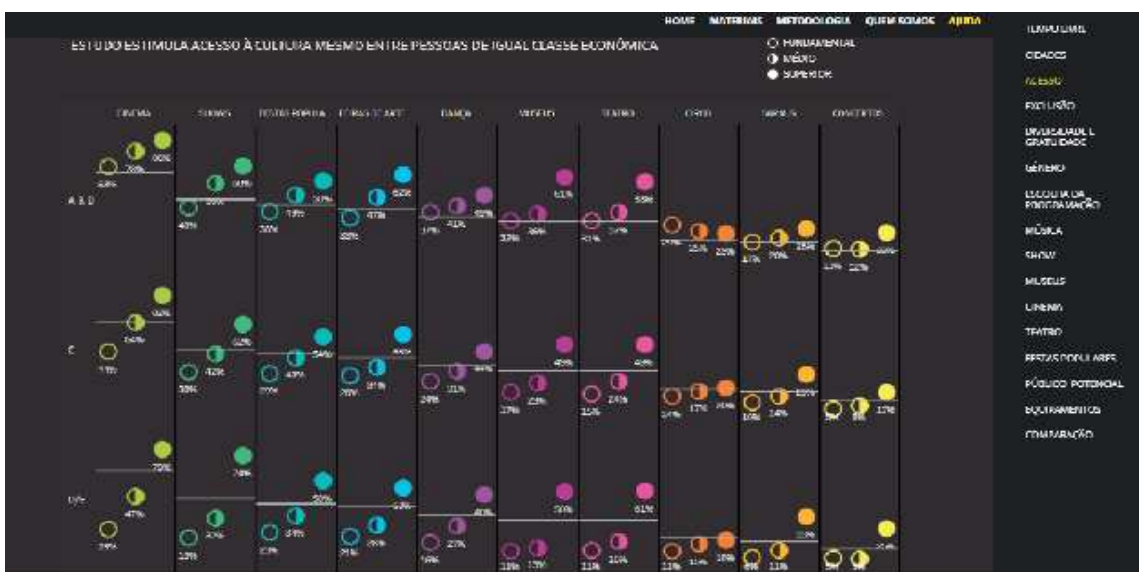
Pesquisas nas capitais brasileiras

Além das críticas de forma empírica, queremos aqui analisar algumas pesquisas que foram realizadas por instituições diferentes, as quais podem mostrar de alguma forma se estas políticas apesar de pouco estruturadas estão tendo algum resultado ou estão, de certo modo, influenciando os hábitos de consumo do brasileiro e do Porto Alegre.

Neste aspecto, a pesquisa intitulada “Cultura nas Capitais” realizada em 2018 pela empresa JLeiva Cultura e Esporte, financiada pelo Ministério da Cultural através de leis de incentivo, buscou identificar nas 12 principais capitais brasileiras o perfil sócio demográfico do consumidor de cultura. Esta pesquisa trouxe achados importantes para reflexão, sendo o primeiro deles quanto a escolaridade, mostrando que este é o principal fator decisivo no consumo de apresentações e cultura no Brasil, como mostra o gráfico 1 apresentado seguir. Desse modo, um cruzamento de consumo das diversas linguagens considerando escolaridade e renda evidenciou que o maior consumidor é o de maior escolaridade destacando-se este achado em todas as linguagens, com um percentual acima de 50%. Quanto a variável renda, também pode-se identificar que o consumo de concertos de música clássica, por exemplo, está ainda mais concentrado nas classes de indivíduos pertencentes as classes sociais AB.

Em relação à inclusão e cor de pele, nota-se ainda uma maior exclusão na apresentação musical de concertos. Porém, no geral, o acesso à cultura por pessoas da cor preta tem crescido principalmente pelo contato e valorização que tem acontecido das religiões afro. A pesquisa ainda destaca que os indígenas e pardos são os que mais acessam atividades gratuitas, em contraponto, o acesso por parte de evangélicos é o menor considerando as religiões como fator de consumo de cultural. Já os cinemas se destacam com a utilização de uma linguagem mais inclusiva.

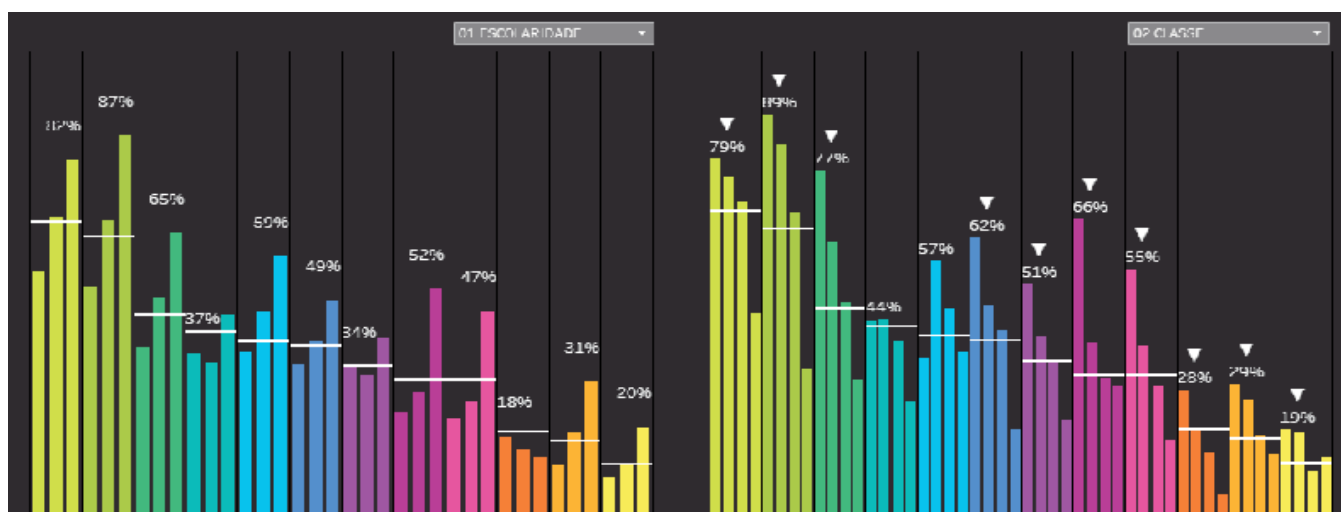
Gráfico 1 – O consumo e as Classes Econômicas



Fonte: Leiva e Meirelles (2018).

No contexto da capital Porto Alegre, essas diferenças na mesma pesquisa são menores, em que o percentual de pessoas com escolaridade menor tem acessado mais as diversas linguagens culturais, da mesma forma que o consumo tem concentração menor no indicador de classe social. Estas variáveis são importantes considerar numa análise contextualizada de acesso a equipamentos culturais, uma vez que na região metropolitana de Porto Alegre concentram-se 47 dos 108 equipamentos culturais do estado do Rio Grande do Sul, a qual concentra as principais escolas de formação de profissionais desta área. Por fim, faz-se necessário também pesquisar a concentração de financiamento e incentivos públicos concentrados nesta região. Em estudo divulgado em 2013 a concentração de recursos via lei Rouanet em Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre chegava a 75% dos recursos disponíveis (SILVA, 2017). Desta forma, a leitura que pode-se fazer destes dados é que sim, o modelo atual tem possibilitado o acesso a negros, pardos e indígenas por meio de atividades gratuitas, mas também tem privilegiado aqueles com maior formação. No caso de Porto Alegre, o acesso a atividades gratuitas por negros, índios também corresponde positivamente, onde identifica-se que nesta capital o modelo tem sido contemplado em tais aspectos. Por outro lado, o modelo comparado a nível nacional não pode ser visto da mesma forma como veremos a seguir, uma vez que apresenta uma redução na participação de negros e indígenas, porém, aumenta o percentual de pessoas que só assistem atividades gratuitas.

Gráfico 2 – Escolaridade e Classe Social



Fonte: Leiva e Meirelles (2018).

Corroboram com estes dados em alguns aspectos a pesquisa Panorama Setorial, realizada por Gisele Jordão (2014), mostrando que o cinema é a linguagem mais popular, consumida em larga escala. Já muito distante estão o teatro e concertos de música, mostrando uma pequena melhora quando se trata de frequentar centros culturais, ou seja, com uma diversidade maior de opções e acesso à uma variedade maior de entretenimento e linguagens culturais. Jordão (2014) também apresenta a concentração do consumo da cultural nas regiões sul e sudeste, trazendo também as práticas culturais menos citadas pelos entrevistados a exemplo do teatro com 9%, musical com 7% e visitas a cidades históricas com 6%.

Também em um estudo realizado por Silva (2017) disponibilizado pelo IPEA o mesmo mostra que existe uma grande concentração de projetos nas regiões Sul e Sudeste, trazendo ainda uma informação muito importante para esta reflexão, que o volume de recursos tem uma concentração nas capitais com maior número de equipamentos culturais.

Conclusões

Diante dos dados e análises apresentadas, pode-se considerar que o modelo atual de financiamento tem obtido êxito ao proporcionar atividades gratuitas a grupos que não teriam disponibilidade financeira, ou seja, não

seria possível a fruição se não por meio da gratuidade como mostrou a pesquisa. Também, fica evidente que parte deste consumo ainda se dá por indivíduos com maior escolaridade, inclusive evidenciando que a renda não é um fator decisivo neste indicador, ou seja, o fator que mais determina o consumo de cultura tanto na capital do Rio Grande do Sul quanto as demais capitais não é financeiro, mas sim, educacional. Porém, evidencia-se para negros e pardos o fator gratuidade exerce influência para estimular este consumo.

Por fim, talvez a mais importante crítica neste estudo se dá pela alta concentração de projetos e recursos na área de cultura em poucas capitais brasileiras, trazendo prejuízos e não permitindo acesso a populações distantes dos principais centros as quais moram em regiões interioranas. Aliada a este aspecto, e por consequência desta realidade, também há a concentração dos equipamentos culturais nestes centros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 43,8% das pessoas até 14 anos viviam em municípios sem cinema e 35,9% delas viviam em municípios sem museu. As crianças e adolescentes do Maranhão por exemplo, têm menos acesso potencial a museu (23,6%), a teatros e sala de espetáculos (30,8%) e a cinema (19,6%).

A desigualdade também se mostra em relação ao gasto médio mensal familiar com atividades culturais, que atingiu R\$ 282,86 em 2017-2018 no Brasil. As famílias com rendimento de até R\$ 1.908,00 comprometiam apenas 5,9% de seus gastos com atividades culturais (R\$ 82,15), abaixo da média nacional de 7,5%, ao passo que aquelas com renda superior a R\$ 23.850,00 destinavam 7,9% de suas despesas à cultura (R\$ 1.443,41) reforçando que o consumo de cultura ainda é pouco acessível. Neste sentido, faz-se necessário um ajuste de regulamentação aliando os incentivos a políticas de inclusão, democratização e acesso às atividades culturais, que não requer necessariamente investimento em equipamentos culturais, mas ainda precisa ser descentralizada para o interior do país para as regiões mais remotas e distantes dos grandes centros.

Referências

- HARVEY, E. R. **Cultural policy in Argentina**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization: Paris, 1979.
- HEILBRUN, J.; GRAY, C. H. **The Economics of Art and Culture**. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ISLAM, R. Preface. In: BOADWAY, Robin; SHAH, Anwar (eds.). **Intergovernmental Fiscal Transfers – Principles and Practices: Public Sector Governance and Accountability Series**. Washington, D. C.: World Bank, 2007.
- KIWON HONG. South Korea. **Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe**. 16th ed. Brussels: International Federation of Arts Councils and Culture Agencies (IFACCA), Lab for Culture, European Heritage Network, Connect CP, 2013. Disponível em: <<http://www.culturalpolicies.net/web/southkorea.php#>>. Acesso em: 8 jul. 2015.
- LEIVA, J.; MEIRELLES, R. (Org.). **Cultura nas capitais: como 33 milhões de brasileiros consomem diversão e arte**. Rio de Janeiro: 17Street Produção Editorial, 2018. 196 p. Disponível em: <<https://www.jleiva.co/cultura-nas-capitais>> Acesso em: 15/09/2020.
- McGUIGAN, J. **Rethinking Cultural Policy**. Maidenhead (England): Open University Press, 2004.
- MICELI, S.; GOUVEIA, M. A. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro: Funarte/Finep/Idesp, 1985.
- NEVES, C.; CHAVES, J.; GILIOLI, R. **Políticas culturais no Brasil e na França: elementos para uma análise comparada**. Brasília, DF: Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, jun. 2015.
- SILVA, D. S. da. **Financiamento da política cultural no Brasil e na França: uma avaliação comparada da Lei Rouanet**. Dissertação (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010.

SILVA, F. A. B. da. **Financiamento Cultural no Brasil Contemporâneo**. IPEA Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2280x.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

TENKAYALA, R.; RADHIKA, P.; RAJADHYAKSHA, A. India. In: Compendium of Cultural Policies and Trends in Europe. 16th ed. Brussels: **International Federation of Arts Councils and Culture Agencies (IFACCA)**, Lab for Culture, European Heritage Network, Connect CP, 2014. Disponível em: <<http://www.culturalpolicies.net/web/india.php>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

VICENTE, A. **Viva a França**: Os prêmios Nobel de Modiano e Tirole devolvem à cultura francesa o esplendor perdido. In: El País, “Brasil”, 24 out. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/23/cultura/1414074087_607224.html>. Acesso em: 01 jun. 2015.

WEINGÄRTNER, J. **The Art as a Weapon of War**: Britain and the Shaping of Nation Moral in the Second World War. London: Tauris Academic Studies, 2006.



CONSUMO DE JORNALISMO E MÍDIAS DURANTE A PANDEMIA: VALORIZAÇÃO DA CREDIBILIDADE DO PROFISSIONAL

Adriana Seibert de Oliveira

Universidade La Salle

Introdução

A pandemia da COVID-19 afetou todos os campos da sociedade mundial, causando incertezas e medo em relação ao futuro; milhares de pessoas infectadas; e um crescente número de pessoas mortas. Além destas lamentáveis consequências, o novo vírus também forçou famílias, empresas, instituições escolares, imprensa, entre outros setores, a modificar sua forma de atuação e convivência, focando no isolamento social para diminuir a sua propagação.

A questão da manutenção da saúde mental em meio ao isolamento é um dos pontos de grande discussão por pesquisadores da área da saúde. Em artigo publicado na revista *Frontiers in Immunology*, pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) estudaram como o novo coronavírus pode afetar a saúde mental. Neste estudo foram verificadas alterações neurais, imunes e endócrinas relacionadas à infecção e ao distanciamento social, o que pode contribuir para distúrbios psicológicos como, estresse pós-traumático, depressão e ansiedade.

Os pesquisadores Ícaro Raony, Camila Saggioro de Figueiredo, Pablo Pandolfo, Elizabeth Giestal-de-Araujo, Priscilla Oliveira-Silva Bomfim e Wilson Savino, constataram que o estresse motivado pelo distanciamento social também pode levar a alterações imunológicas, com maior produção de substâncias inflamatórias mesmo em pessoas que não foram infectadas.

Para amenizar os prejuízos para a saúde mental, os pesquisadores apontam no artigo medidas que podem ser tomadas, como por exemplo, o potencial da informação adequada para reduzir o dano psicológico durante quarentenas, assim como o estreitamento de laços por redes sociais, hábitos de sono e alimentação saudáveis. Também foi citado pelos cientistas, o potencial da música para modular os níveis de citocinas inflamatórias e a resposta neuro-imune-endócrina ao estresse.

Citado pelos cientistas, o potencial da informação adequada para reduzir o dano psicológico no período de isolamento social está intimamente ligado ao trabalho dos jornalistas. Isto posto, colocam-se os questionamentos: Qual o papel do jornalismo neste período? Qual o reflexo para os profissionais e para a população?

Jornalismo e pandemia: mais credibilidade

A busca por notícias neste período pandêmico, fez com que houvesse uma maior procura por veículos de imprensa já consagrados no meio, restaurando a confiança no jornalismo profissional e uma consequente valorização destes profissionais, que têm a sua credibilidade muitas vezes colocada em cheque.

Um levantamento realizado em março de 2020 pela Edelman Trust Barometer (empresa americana de consultoria em relações públicas e marketing), revelou que 64% da população de 10 países, incluindo o Brasil, enxerga o trabalho da imprensa como a fonte mais confiável no contexto da pandemia. O relatório da pesquisa destaca que,

Os principais veículos noticiosos têm quase duas vezes mais credibilidade do que organizações sanitárias globais (OMS) ou autoridades sanitárias nacionais. Amigos e familiares e mídias sociais ficam muito atrás, exceto



em países em desenvolvimento, como é o caso da África do Sul. Jovens confiam igualmente nas mídias sociais (54%) e na mídia tradicional (56%), enquanto as pessoas com mais de 55 anos classificam a mídia tradicional como quase três vezes mais confiável do que as mídias sociais. Há inegável preocupação com fake news e informações falsas sobre o vírus sendo espalhadas (74%).

O Instituto Datafolha em pesquisa realizada em abril também verificou a mesma situação. Com relação à confiança nos meios de comunicação na divulgação sobre o coronavírus, os programas jornalísticos na TV e os jornais impressos seguem como os mais confiáveis entre os meios pesquisados. Conforme o relatório,

Uma fração de 83% confia nas informações divulgadas pelos programas jornalísticos na TV, desses, 54% confiam e 29% confiam em parte, 14% não confiam e 2% não assistem. Os índices são próximos para os jornais impressos, 79% confiam nas informações divulgadas pelo meio, desses, 51% confiam e 28% em parte, 12% não confiam e 9% não leem jornais impressos.

que atingiu o pico histórico de audiência com 235 milhões de acessos e 71 milhões de visitantes apenas em março (até o dia 28 daquele mês); o site da Folha de São Paulo registrou 73,8 milhões de acessos em abril, em comparação com 69,8 milhões no mês anterior. Na televisão, o Jornal Nacional, por exemplo, superou audiência de novelas das 21 horas atingindo 50,3 pontos na medição de audiência do Ibope.

Tendo ciência do seu papel neste momento, a imprensa vem tomando diversas medidas, que representam a função pública inerente ao jornalismo profissional, que englobam o aumento de espaço do jornalismo nas grades de programação de rádios e emissoras de televisão e também nas páginas de jornal e de sites de notícia, e também a produção de um material mais especializado, com entrevistas com profissionais da área de pesquisa científica e da saúde. Também foram disponibilizados mais canais de interação com o público e utilizados recursos tecnológicos que ampliam a facilidade no entendimento do conteúdo, como uso de infográficos didáticos e realização de transmitidas ao vivo com profissionais da área de saúde e pesquisadores sobre a temática.

E essa responsabilidade do seu papel, unida à credibilidade e à busca pela imparcialidade, que vem sendo valorizada pelo público receptor, pois com a emergente onda de fake news que se agravou com a crise da Covid-19, a importância do consumo de informações checadas e de fontes confiáveis se tornou essencial.

Um estudo realizado pelos grupos de pesquisa Cultura Audiovisual e Tecnologia (CAT) e Comunicação, Cultura e Discurso (Grudi), do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), apontou o aumento do consumo de jornalismo e de mídias durante a quarentena.

A maioria das pessoas que respondeu à pesquisa, está trabalhando ou estudando on-line durante o isolamento. Conforme o relatório da pesquisa, a quase totalidade dos que responderam busca se informar sobre a epidemia do novo coronavírus: 75,1% o fazem diariamente e 21,8%, algumas vezes por semana. Apenas 0,8% disse que nunca vai atrás dessas informações. A televisão é o principal meio em que as pessoas buscam informações (73,41%), seguida de sites e blogs jornalísticos (65%) e de redes sociais, sendo as mais usadas o WhatsApp (34,42%) e o Facebook (25,15%).

A pesquisa destacou, ainda, que as respostas indicam a busca por informações mais aprofundadas, qualificadas e também conhecimento de experiências próximas a esta, em artigos, jornais e sites jornalísticos (68,23% dos que responderam ao questionário), artigos científicos (41,64%), documentários (30,32%), literatura (13,96%), livros científicos (8,06%) e até em filmes de ficção (4,57%), entre outros.

Estes dados reforçam a importância de um trabalho jornalístico com mais densidade, levando informações detalhadas e atualizadas sobre a pandemia, reforçando a função essencial do jornalista que consiste em responder ao interesse geral e ao bem da comunidade, pois como coloca Mariano Ure, *“Quando a informação falta, a sociedade sofre um retrocesso em termos da “participação cidadã” e, em consequência, em termos de desenvolvimento”* (2008: p. 116).



A produção jornalística e memória

Seguindo esta mesma linha, adentramos na importância de todo esse material produzido com intuito de informar a população e a sua permanência como um registro que pode ser acessado como fonte de pesquisa no futuro, ou seja, o jornalismo produz diariamente registros utilizados como fonte de informação num sentido amplo e de marcação no sentido histórico.

A produção de material do jornalismo sofre com a efemeridade no seu modo de produção, que está inserido cada vez mais no tempo real. Essas marcas do tempo são especialmente sensíveis nos seus produtos, localizando o receptor em um lugar de duração, com o consumo diário das narrativas jornalísticas. Nessa perspectiva, o jornalismo também é compreendido como importante Lugar de Memória, seguindo a linha de pensamento de Pierre Nora, pois caracteriza-se por ser portador de uma realidade construída a partir dos acontecimentos, que é apresentada como verídica e imparcial.

Todas as produções, narrativas do produto jornalístico, têm espaço destacado no arquivamento e na produção da memória, pois é por meio do jornalismo que são registrados fatos e testemunhos que podem caracterizar diferentes épocas e momentos da história. Nesse sentido, o jornalismo fala do agora, do instante, do que está em desenvolvimento no momento em questão.

Desta forma percebe-se a importância da narrativa escrita na construção da história de uma sociedade, sendo que esta narrativa está estreitamente ligada ao valor do jornalismo e seus produtos sendo caracterizados como documento histórico de um grupo social, desde o surgimento da imprensa, no século XVIII.

Neste contexto, Halbwachs destaca que a escrita foi encarada pelo homem como a maneira única de se conservar lembranças porque *“as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”* (2006:80). Aleida Assmann vai ao encontro desse pensamento ao teorizar sobre a materialidade das mídias memorativas, a escrita como armazenadora, tendo a narrativa o trabalho de ordenar a experiência para que se possa melhor entendê-la e apresenta a escrita como um medium de eternização e metáfora da memória, ou seja, um suporte da memória. A autora coloca: *“Mas a escrita não é só medium de eternização, ela é também suporte da memória. A escrita é, ao mesmo tempo, medium e metáfora da memória. O procedimento da anotação e da inscrição é a mais antiga e, através da longa história das mídias, ainda hoje a mais atual metáfora da memória”* (2018, p.199).

Nesta mesma perspectiva o jornalismo e seus produtos também podem ser estudados a partir do pensamento de Pollak. A memória ligada aos fatos coletivos não precisa necessariamente ter sido experiência do próprio indivíduo, ela pode estar em circulação em um determinado ambiente ou grupo social. É neste território que o jornalismo atua, na experiência de narrar a memória por tabela, como postula Pollak, quando o jornalista noticia aquilo que não experienciou na produção de notícias e reportagens.

Ao noticiar o fato, o jornalismo reconstrói o presente, inscrevendo o que deve ser recordado no futuro – e o que não merece constar do repertório histórico. Essa operação se dá por um processo de classificar os acontecimentos para melhor apresentá-los ao público e dessa forma, o jornalismo fornece as bases identitárias para a própria sociedade, como ressalta Raquel Paiva:

Essa narrativa, quotidianamente composta, é tecida por critérios e postulados paradigmáticos que tentam definir de um modo bastante amplo o perfil da atualidade. Desta maneira, a partir de uma detida análise da produção jornalística podemos não apenas saber o que de presumidamente importante acontece, mas também porque e como assume este patamar o fato histórico que acontece no nosso dia-a-dia. Para o bem e para o mal, esse lugar alcançado pelo jornalismo define quem somos – e não apenas por meio daqueles que produzem a informação jornalística, mas basicamente por meio de todos os participantes desse processo, ou seja, seus meros consumidores (PAIVA, 2006, p. 62).

Diante de todas essas análises, neste período de pandemia, o jornalismo ao fornecer informações para sociedade, além de cumprir seu papel social de levar a notícia de forma isenta e verdadeira para seu público, também



deixa seus registros para o futuro, os quais podem servir de base para pesquisas e assim, também reforçam o papel de agente e suporte de narrativas de memória. Assim, conforme coloca Hérica Lene,

O jornalismo exerce um papel crucial na produção de uma ideia de História, não só porque indica aqueles que, dentre todos os fatos da realidade, devem ser memoráveis no futuro (ou seja, aqueles que teriam relevância histórica), mas também porque se constitui ele mesmo em um dos principais registros “objetivos” do seu tempo (2010: p. 7).

Considerações finais

Diante do que foi exposto, neste período de pandemia vivido em 2020, com a obrigatoriedade do isolamento social e as dúvidas que a população tem diante a esse vírus, verificou-se o crescente consumo de materiais jornalísticos, principalmente a busca por veículos de comunicação com credibilidade na área. Essa crescente busca por materiais evidenciou um aumento na confiança da figura do profissional de jornalismo. E qual o papel do jornalismo neste período? O jornalismo fortaleceu a sua função social, de levar ao seu receptor uma informação verdadeira e com credibilidade, de forma isenta. Assim como demarcou seu espaço como agente de narrativas, carregadas de simbologias memoriais, que poderão servir de fonte para possíveis pesquisas no futuro sobre os fatos que estão acontecendo neste momento.

E qual o reflexo para os profissionais e para a população com essa nova forma de fazer notícia? Aos profissionais coube a tarefa de reforçar ainda mais e cumprir seu papel de agente comunicador, os jornalistas adaptaram-se neste período, tanto com modificações na forma de captar e repassar informações, focando no oferecimento de materiais de fácil compreensão e atualizados sobre o novo vírus. A população, por sua vez, mostrou uma recepção positiva desse trabalho, passando a valorizar o exercício do jornalismo de forma profissional, consumindo de forma mais densa seus conteúdos.

Desta forma, ao jornalismo cabe permanecer repassando a informação precisa como dever e missão. Esse é o papel essencial do jornalista neste momento: combater a desinformação e o vírus, de forma a fortalecer e proteger o jornalismo de qualidade

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços de Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2018.
- ENDELMAN, R. **ETB – Confiança e o Coronavírus**. Disponível em: <<https://www.edelman.com.br/estudos/edelman-trust-barometer-2020-especial-coronavirus>>.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.
- INSTITUTO Data Folha. **78% se consideram bem informados sobre coronavírus**. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/04/1988655-78-se-consideram-bem-informados-sobre-coronavirus.shtml>>.
- LENE, H. Os jornais como lugares de memória e fontes de pesquisas. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Anais**. São Paulo: Intercom, 2010.
- LISBOA, L. A cultura em tempos de pandemia: como o entretenimento é aliado para a saúde mental. **Agenda, arte e cultura UFBA**. Abr. 2020. Disponível em: <<https://www.agendartecultura.com.br/principais/cultura-tempos-pandemia-entretenimento-aliado-saude-mental/>>.

PAIVA, R. Jornalismo comunitário: uma reinterpretação da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático). **Famecos**, Porto Alegre, n. 30, ago. 2006.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RAONY, I.; FIGUEIREDO, C.; PANDOLFO, P.; ARAUJO, E.; BOMFIM, P.; SAVINO, W. Psycho-Neuroendocrine-Immune Interactions. COVID-19: Potential Impacts on Mental Health. **Revista Frontiers. Immunology**. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fimmu.2020.01170/full>>. Acesso em: 10 out. 2020.

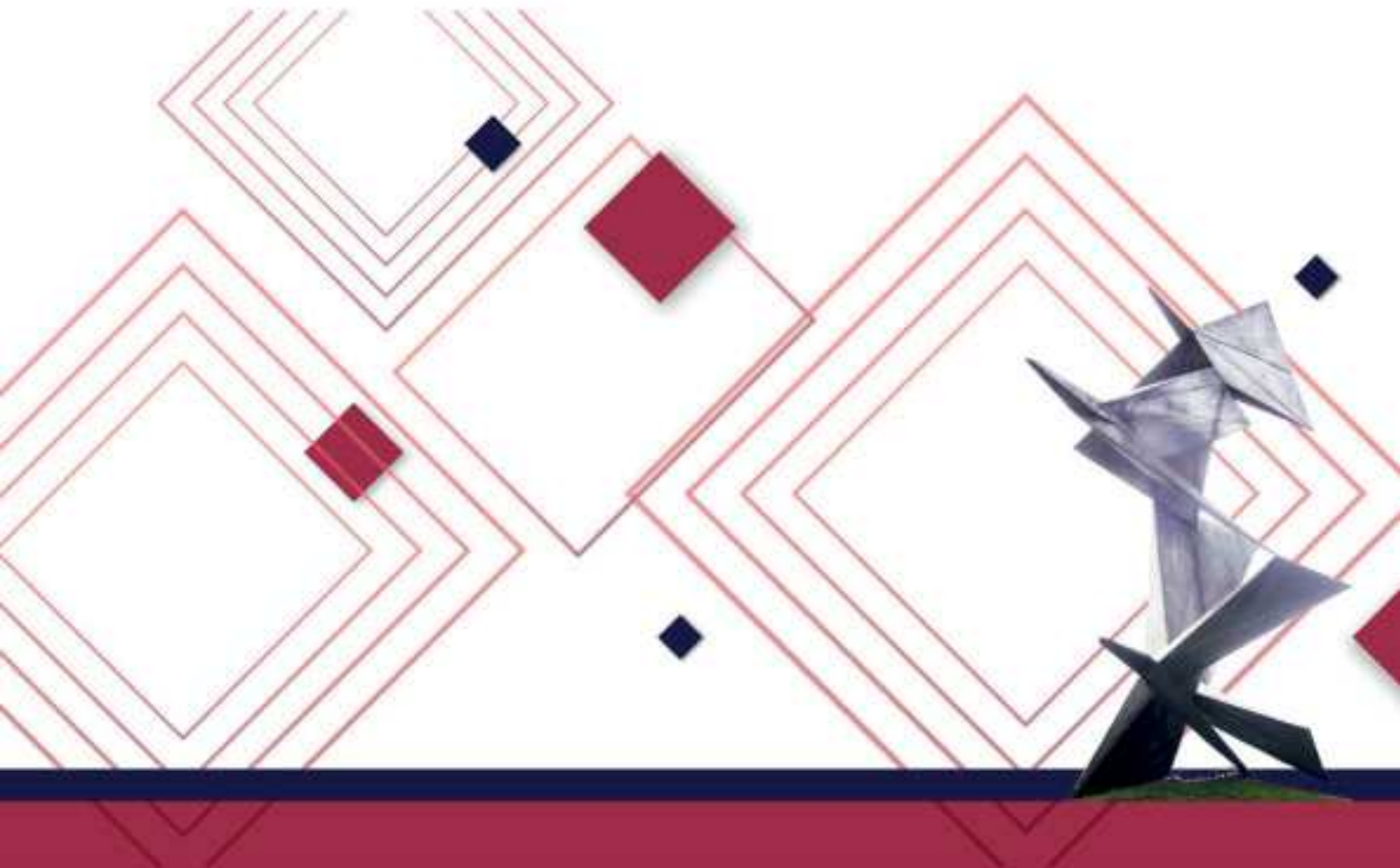
TINEU, R. Consumo e pandemia [1] – Dimensão cultural. **OffLattes**. Disponível em: <<https://offlattes.com/archives/3139>>.

UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **Pesquisa aponta aumento do consumo de jornalismo e de mídias durante a quarentena**. Disponível em: <<https://www.ufes.br/conteudo/pesquisa-aponta-aumento-do-consumo-de-jornalismo-e-de-midias-durante-quarentena>>.

URE, M. A função pública do jornalista: da imparcialidade à coesão social. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 2, 2008, Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n2p113>>.



GT 7



DEMOCRACIA E IMPERIALISMO: O PARADOXO ESTADUNIDENSE

Gabriela Oliveira Elesbão

Universidade La Salle

Introdução

Entre o final do século XX e início do século XXI, percebe-se, no Sistema Internacional, o acirramento de discursos dos Estados Unidos que avançavam a necessidade de conduzir diferentes nações ao caminho das liberdades individuais e da democracia liberal, respaldados pela Teoria da Paz Democrática, cujo princípio básico é a busca por equilíbrio e segurança nas relações internacionais, por meio do entendimento de que não há guerras entre democracias. Todavia, existe a possibilidade de que esses discursos inicialmente de caráter diplomático, na verdade, mascaram interesses econômicos, advindos da sobre acumulação de mercadorias resultantes do modo de produção capitalista.

Teoria da Paz Democrática

A Teoria da Paz Democrática baseia-se no preceito de que democracias não entram em guerra com outras democracias. Dessa forma, haveria maior garantia de segurança e equilíbrio nas negociações entre Estados no Sistema Internacional. Essa mesma lógica sugere que por não estarem condicionados a um aparato institucional democrático, além de conservarem um regime doméstico onde as liberdades democráticas não são devidamente respeitadas, os Estados considerados não-democráticos seriam menos previsíveis e comprometidos com a harmonia das relações no Sistema Internacional, portanto, ofereceriam ameaças ao equilíbrio do sistema. Logo, esta ausência de confiança poderia colocar as democracias em alerta, onde a força seria utilizada nos casos em que as democracias precisam se defender de ações não democráticas prevenir que as não-democracias se tornem agressivas, ou ainda, quando as democracias decidem lutar contra não-democracias pela garantia das liberdades individuais no sistema doméstico de todos os Estados (ROSATO, 2003).

Essa teoria opera com base em duas causas lógicas: a lógica normativa, onde espera-se que as elites políticas de um Estado respeitarão as instituições de outros Estados, na compreensão de que todos são regidos pelos mesmos valores de confiança e respeito diante das negociações e divergências internacionais; e a lógica institucional, cujo funcionamento e aplicação são mais complexos, dependendo de cinco fatores (com maior ou menor peso para a sociedade civil), conhecidos como: opinião pública, movimentos sociais, mobilização lenta, ataque surpresa e informações (ROSATO, 2003).

Os fatores opinião pública e movimentos sociais, funcionam como uma forma de conter as decisões de um líder democraticamente eleito. Uma vez que os setores anti-guerra da sociedade, podem não concordar com intervenções e conflitos de caráter militar em outros países, em nome de não perder seu mandato e legitimidade diante da população civil, os líderes democráticos geralmente, deveriam optar por não entrar em conflitos armados com outros Estados.

A mobilização lenta e o ataque surpresa, são como fatores complementares, ou seja, uma democracia possui diversas instituições burocráticas, responsáveis por garantir a imparcialidade nos processos de um Estado. Desse modo, caso uma democracia decida entrar em guerra com outra, é preciso consultar suas instituições (como o Congresso Nacional, por exemplo) antes de tomar uma decisão concretamente. Assim, como o uso da força estatal por uma democracia implica em uma mobilização necessariamente lenta, o planejamento de um ataque surpresa



seria bastante demorado e por isso, não indicaria vantagens sobre outro país em meio a um conflito de caráter emergencial. Além disso, essas variáveis implicam em possíveis perdas para o Estado durante o conflito – e nenhuma democracia entraria em uma guerra com contingentes humanos, militares e sobretudo, financeiros, com poucas chances de ser bem-sucedida, porque dessa forma, a negociação seria um método mais eficaz. Além disso, os custos políticos advindos do ingresso em um conflito malsucedido, são muito elevados para os líderes democráticos, que encaram o risco de perder seu mandato ao envolver seu Estado e população em um embate internacional.

Por fim, as informações que os Estados liberam sobre si, são entendidas como uma forma de averiguar a situação das diferentes democracias mundiais. Assim, entende-se que democracias são confiáveis quando mantêm canais de informações transparentes sobre as informações produzidas em suas sociedades civis, bem como, quando transmitem de forma clara suas intenções em relação à resolução de conflitos internacionais (ROSATO, 2003).

Apesar das duas diferentes lógicas (normativa e institucional) e das diferentes variáveis envolvidas, parece haver um consenso a respeito da conclusão de que a negociação ainda seria o melhor caminho para evitar um conflito entre Estados. Isso porque, em se tratando das possibilidades relacionadas à opinião pública, mobilização lenta das democracias ou informações liberadas, o tempo gasto convencendo sociedade civil, instituições internas e demais Estados democráticos de que a utilização da força seria necessária, poderia ser usado para a resolução negociada do conflito, trazendo assim, menos riscos em aspectos políticos e econômicos para os líderes e Estados democráticos. No entanto, o que podemos perceber no Sistema Internacional, é que os países centrais - aqui especificamente os Estados Unidos, utilizam de retóricas fundamentadas na lógica institucional da Teoria da Paz Democrática, a fim de defender seus interesses econômicos, garantidos através de intervenções forçosas em outros países, diante da comunidade internacional

Lógicas imperialistas e capitalismo

Ao longo do tempo, o imperialismo foi uma prática largamente utilizada ao longo da história e consiste na intervenção política, militar ou econômica de um Estado sobre outro. No século XIX tratava-se de encontrar novos espaços de exploração de recursos naturais, por meio da expansão geográfica e da reivindicação de uma missão civilizatória, em nome da boa convivência entre os povos; já no século XX, os Estados passaram a utilizar uma retórica baseada nos direitos de liberdade e democracia, aliados à reivindicação do respeito aos Direitos Humanos para justificar as intervenções.

Existem teorias políticas e econômicas acerca do conceito de imperialismo e as motivações para essa prática. Os teóricos políticos, como Herfried Münkler, destacam que as principais razões para interferências externas são a necessidade dos Estados de obterem prestígio e influência no Sistema Internacional, a fim de garantirem maior segurança em situações de conflito ou negociações (MÜNKLER, 2007); os teóricos econômicos do imperialismo, como David Harvey, destacam que o objetivo da política imperialista é a transferência de excedentes de mercadorias de uma região mundial para outra, a fim de evitar crises de sobre acumulação - e conseqüente desvalorização - do sistema capitalista (HARVEY, 2004). Apesar de divergirem em alguns pontos, as duas propostas teóricas concordam sobre os benefícios econômicos advindos das práticas intervencionistas e também, sobre a necessidade de um estado dito imperialista, utilizar de outra localidade para suprir suas necessidades de consumo e organização.

As perspectivas políticas da teoria imperialista consideram a manutenção da hegemonia entre os Estados, como um fator de extrema relevância para a definição das lógicas de poder nas negociações internacionais. Dessa forma, é importante estabelecer uma diferença entre práticas hegemônicas e práticas de dominação imperial exercidas por um Estado ou um grupo de Estados: uma prática hegemônica supõe uma composição formal de um grupo político, sob direitos iguais e defendendo os mesmos interesses, já a dominação imperial, implica na redução dos demais estados a satélites de expansão ou clientes, onde eles não são mais do que nações dependentes



do centro (MÜNKLER, 2007). Desse modo, é preciso também diferenciar Estados e Impérios, através de critérios como relações com os países vizinhos, políticas de fronteira, abertura para negociações e capacidade de influência para garantir seus interesses diante da comunidade internacional. Os Estados - ainda que hegemônicos, costumam compreender e respeitar o alcance de seu papel no Sistema Internacional, buscando manter a ordem desse mesmo sistema. Enquanto os Impérios procuram estender sua influência através da dominação, estruturada por ações como o não respeito às fronteiras estatais, intervenções em conflitos internacionais e o entendimento de que os demais Estados são satélites para o favorecimento de sua expansão.

Assim, a manutenção da hegemonia estadunidense e de seu ethos imperialista, acabam por ser práticas complementares: para manter seu poder dentro do sistema internacional e encontrar respaldo para as intervenções externas que garantam seus interesses econômicos, os Estados Unidos precisam angariar cada vez mais zonas sob sua influência. Desse modo, uma série de mecanismos que possam justificar essas práticas são criados, como por exemplo, a ideia de que em outra localidade mundial os cidadãos vivem sob um regime bárbaro, com guerras frequentes e fanatismo religioso ou, assassinatos em massa, bem como, a reivindicação do dever de um Estado civilizado oferecer ajuda aos povos ditos necessitados. Resulta-se então, em uma nova faceta do imperialismo, bastante difundida no século XXI, conhecida como Imperialismo Democrático, chamada assim, porque utiliza de ideais democráticos domésticos para instrumentalizar suas ações (MÜNKLER, 2007).

Esses argumentos então, encontram respaldo na instrumentalização da lógica institucional da Teoria da Paz Democrática, cujo funcionamento prevê que as democracias possam entrar em guerra com estados considerados ameaças à sua ordem democrática. Tem-se assim, uma justificativa plausível e relevante diante dos demais integrantes do sistema internacional e dos setores domésticos dos Estados para intervenções.

No entanto, para além das motivações alegadas pelos países centrais - aqui especificamente, os Estados Unidos - para suas práticas intervencionistas, consideramos que as crises de sobre acumulação do capitalismo, seriam as grandes motivadoras das intervenções externas, uma vez que haveria a urgência de encontrar novos mercados consumidores para o excesso de mercadorias e mão de obra em um país, através da produção de espaço por meio da exploração de novas regiões, ou seja, a necessidade de escoar os produtos da acumulação capitalista, sem a perda de lucros (HARVEY, 2004). Assim, essas articulações de caráter inicialmente diplomático e político dos Estados Unidos, na verdade, almejam um fim de caráter econômico. Ou seja, através de intervenções que promovem mudanças na condução das políticas de um determinado Estado, busca-se facilitar o acesso dos EUA aos territórios cuja produção econômica garantem benefícios ao país invasor.

Segundo David Harvey (2006), essa prática de intervenções extraterritoriais dos Estados centrais, pode ser chamada de solução espaço-temporal, ou seja, consiste basicamente, em “atrasar temporariamente” a crise de sobre acumulação interna do sistema, a partir da expansão geográfica para regiões que possuam reservas de pagamento (ouro, matérias-primas, dinheiro).

A solução espaço-temporal é uma prática resultante dos processos de acumulação de capital, facilitada pelas instituições mediadoras internacionais, tais como o Estado - que através do monopólio da violência e dos planos de governo de seus líderes confere mais ou menos permissão para intervenções externas - e como as instituições intergovernamentais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BM (Banco Mundial), formadas por poderes financeiros e estatais capazes de assumirem diferentes papéis na acumulação de capital e consequentemente, tornando-se fundamentais na consolidação das lógicas capitalistas e também, na consolidação das negociações assimétricas entre Estados do Sistema Internacional, ou seja, quando os Estados com maior capacidade financeira (centrais) impõem suas condições sobre os Estados periféricos.

Compreendemos portanto, que as práticas imperialistas dos Estados Unidos utilizam-se de coerções econômicas, intervenções políticas e militares e consentimentos diplomáticos para se beneficiarem das crises de



desvalorização e da relativa instabilidade ocorridas em Estados periféricos, para tomar-lhes recursos naturais, mercadorias e usufruir de sua mão de obra disponível a preços muito baixos, ou seja, intervém das mais diversas formas externamente - e quase sempre respaldados pela Teoria da Paz Democrática e sua defesa da democracia liberal, das liberdades individuais e dos direitos domésticos dos cidadãos de Estados invadidos, - para garantir mercados capazes de absorver seus excedentes quando necessário.

A política externa estadunidense pós-Guerra Fria

O final da Guerra Fria foi um momento crucial não só para a consolidação da democracia liberal e da ordem multipolar no Sistema Internacional, mas também, para a consolidação dos EUA como grande potência mundial e conseqüentemente, o surgimento de três grandes características na política externa dos Estados Unidos: o compromisso com a formação de novos Estados democráticos, a tendência neoconservadora e a militarização dos conflitos internacionais. Na prática, isso implicou em maior poder de barganha diante de instituições internacionais e na reorganização de políticas extraterritoriais específicas norteadas pelo militarismo.

No início da década de 1990, diversos novos Estados estavam em processos de criação e consolidação, enquanto a política externa estadunidense era marcada pelo esforço em aproximar-se e conduzir os processos democráticos desses Estados, bem como, estabelecer novas relações com diversos países ou grupos de países ao redor do globo. Toda essa política foi também caracterizada por um grande tom de otimismo diante das nações e pela valorização da ordem multipolar estabelecida em conjunto com as instituições intergovernamentais - principalmente a ONU (Organização das Nações Unidas).

O neoconservadorismo é considerado uma tendência política surgida na década de 1960, porém com grande destaque para a política dos Estados Unidos, durante o governo de George W. Bush (2001-2009). Por compreender a política externa, através de intervenções militares, como grande pilar para a proteção e consolidação do modo de vida estadunidense, o neoconservadorismo acaba por justificar de forma quase perfeita o imperialismo dos Estados Unidos e sua retórica de libertação dos povos por meio da democracia liberal, um argumento que também encontra respaldo nas origens estadunidenses do Destino Manifesto (século XIX) e acaba por mobilizar não apenas instituições, mas também a população civil, a fim de encontrar apoio para essas práticas (GRONDIN, 2005).

A Guerra do Vietnã (1955-1975) e a Guerra do Golfo (1990-1991), foram também momentos cruciais da política externa estadunidense: a primeira porque inicialmente foi considerada pelos estadunidenses como uma intervenção mal sucedida, cujo investimento trouxe grandes prejuízos às instituições e população civil estadunidenses; enquanto a segunda, foi um conflito onde a utilização de um grande contingente militar obteve resultados encarados como positivos para os Estados Unidos e trouxe como consequência a possibilidade de revisitar a memória sobre a Guerra do Vietnã (e assim, elucidar o momento de forma positiva), mas principalmente, demarcar a militarização por parte dos Estados Unidos, como forma de resolver conflitos internacionais (HARVEY, 2004; MÜNKLER, 2007).

Considerações finais

A partir da análise dos conceitos de Teoria da Paz Democrática, imperialismo democrático e hegemonia, bem como, da maneira como esses conceitos relacionam-se com as lógicas de poder estabelecidas dentro do Sistema Internacional e nas características da política externa estadunidense entre o final do século XX e início do século XIX, é possível perceber que as diversas interferências dos Estados Unidos em outros regimes políticos, demonstram que a prática do imperialismo democrático, na verdade, resulta em uma “exportação” de um projeto de democracia liberal, baseado no modelo estadunidense para outros países, sempre diante da alegação de que os governos atuantes



daquele local, não respeitam suficientemente os direitos individuais de seus cidadãos e portanto, não conduzem de maneira transparente suas políticas domésticas, causando insegurança aos demais Estados.

Referências

GRONDIN, D. Mistaking Hegemony for Empire. **International Journal**. Toronto, p. 225-241, 2005.

HARVEY, D. **El Nuevo Imperialismo**. Madrid: Ed. Akal, 2004.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo Fase Superior do Capitalismo**. Campinas: Ed. Navegando, 2011.

MUNKLER, H. **Empires**. Cambridge: Ed. Polity Press, 2007.

ROSATO, S. The Flawed Logic of Democratic Peace Theory. **The American Political Science Review**: Cambridge University Press, Cambridge, v. 97, n. 4, p.585-602, nov. 2003.



PARTIGIANE COMBATTENTI: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA RESISTÊNCIA ITALIANA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Bárbara Manon Rodrigues Munhoz

Universidade La Salle

As mulheres na resistência italiana

Este trabalho busca apresentar, identificar e descrever a participação de mulheres na resistência italiana durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de verificar similaridades e diferenças entre o envolvimento de mulheres italianas e de mulheres soviéticas na Segunda Guerra Mundial. Aqui, uma distinção importante deve ser traçada: as primeiras lutaram em uma frente de resistência, as segundas, além de também performarem em posições de resistência, encontravam-se inseridas em uma estrutura institucional, ou seja, as forças armadas do Estado.

Em estudo anterior¹ foram examinadas as principais características da atuação das mulheres soviéticas durante a II Guerra Mundial, e como estas características podem ser condensadas em arquétipos de mulheres participando da guerra de forma ativa, semiativa, passiva ou até mesmo uma mescla entre elas. Estes arquétipos surgiram por meio da análise dos mitos dos “Guerreiros Justos” representando homens e das “Almas Bonitas” representando mulheres e de como estes mitos são utilizados para manter o *status quo* da posição social de homens como combatentes e de mulheres como pacíficas e pacificadoras. Inseridos neste mito estão os arquétipos denominados Poucas Ferozes e Muitas Não-Combatentes (ELSHTAIN, 1987), referente aos principais arquétipos que descrevem mulheres em contato com a guerra.

Com o intuito de aplicar estes arquétipos nas narrativas de guerra de mulheres soviéticas foi utilizado como referência a obra “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” (ALEKSIÉVITCH, 2016), texto no qual a autora entrevista mulheres soviéticas que tiveram envolvimento, direto e/ou indireto nos conflitos durante a invasão da Alemanha em território soviético na Segunda Guerra Mundial. A partir disso, foi analisado como os discursos das mulheres entrevistadas possuíam características dos dois principais arquétipos. No que se refere às Poucas Ferozes, os aspectos que as representam são o grupo ser de poucas mulheres, normalmente serem eclipsadas pela participação de homens na guerra e por mulheres em posições pacificadoras, exceção à regra e enfrentamento direto contra quem se opõe à participação na guerra, além disso são divididas em três grupos: regulares, terroristas e resistência e podem estar uniformizadas ou sem uniforme. Já as Muitas Não Combatentes são representadas por mulheres que garantem o *status quo* da mulher como pacífica e pacificadora, são mães - e podem ser identificadas e descritas como “mães agressivas” -, irmãs, esposas ou filhas de alguém, participam da guerra por meio de atividades tidas como “femininas” e, com a convocação dos homens à guerra, construíram um novo espaço de pertencimento nos setores públicos, antes tidos apenas como masculinos.

As mulheres soviéticas como Poucas Ferozes e Muitas Não Combatentes

Por meio da análise da teoria das Almas Bonitas/Guerreiros Justos foi possível relacionar as Poucas Ferozes e as Muitas Não Combatentes com as mulheres soviéticas que desempenharam diversos papéis durante a Segunda Guerra Mundial. Entre estes papéis, pôde-se observar as mulheres soviéticas como Poucas Ferozes, principalmente como grupos de resistência e grupos regulares. Na resistência estavam as partisans, que participavam dos conflitos da guerra por meio de ações como espionagem, entrega de panfletos, ataques a locais soviéticos invadidos por nazistas e outras atividades secundárias e irregulares que contribuíram para a expulsão dos alemães do território



da União Soviética.

Nos grupos regulares estavam as mulheres que participaram efetivamente das batalhas, pois se encontravam inseridas na malha estatal das forças armadas da União Soviética. A entrada delas no exército foi lenta, visto que no início da guerra homens militares não aceitavam com facilidade as diversas solicitações de mulheres para entrar nas forças armadas. Um dos motivos que impulsionou essas mulheres a desejar lutar na guerra foi a educação soviética, que ensinou, pregou e instigou que todos deveriam proteger a pátria e que isso era o mais importante. Então as mulheres soviéticas, assim como os homens, desejavam proteger sua terra e suas casa. A partir disso, é possível perceber como a insistência dessas mulheres garantir que próximo da derrota da Alemanha em território soviético e do fim da guerra, as soviéticas adentraram no exército em diversas posições, desde funções tidas como mais femininas, como enfermeiras e telefonistas, a funções até então estritamente masculinas, como franco-atiradoras, chefes de batalhão e batedoras.

Entre as mulheres em grupos regulares e em grupos de resistência ainda existe a diferença relacionada aos uniformes e de como o uniforme representa uma noção de pertencimento, legitimidade e ruptura de padrão. Diante disso, foi possível perceber uma diferenciação na questão de uniformes, do que Elshtain constatou e do que foi encontrado nas mulheres soviéticas: para Elshtain a diferença está em mulheres uniformizadas e mulheres vestidas de homem (*crossdressing*), enquanto as primeiras acabam se tornando uniformes, as segundas acabam se tornando surpresas e pontos de ruptura do inesperado. Já ao analisar os depoimentos em “A Guerra Não Tem Rosto de Mulher” foi possível perceber como a questão de uniformes se torna importante não apenas entre resistência e exército, mas também como uma problemática dentro do exército. Foram encontradas diversas narrativas em que mulheres abordam o fato de não se sentirem incluídas ou parte de seus batalhões por seus uniformes não serem servirem. Muitas utilizavam botas com tamanho maior do que seus pés, além de terem que adaptar algumas peças de roupa para que servissem como peças íntimas, por exemplo. Roupas e acessórios no tamanho correto foram entregues para as mulheres em campo apenas no final da guerra. Receber roupas femininas desempenhou um papel importante no que tange a ideia de pertencimento e reconhecimento dessas mulheres em serviço militar.

Em relação às Muitas Não Combatentes foi analisado a percepção de que algumas profissões, mesmo que pertencentes à guerra não eram violentas e por isso, tidas mais propícias e proporcionais para mulheres. Ao analisar relatos das mulheres soviéticas que foram enfermeiras do *front* durante a guerra, foi possível perceber que essas mulheres também estavam em constante estresse e em situações de violência e perigo. Muitas enfermeiras, embora sempre impelidas pela educação soviética e do desejo de proteger a pátria, possuíam uma noção romantizada da profissão - criadas principalmente por narrativas cinematográficas. Ir à guerra alterou de forma permanente a maneira como mulheres e homens enxergavam a realidade, antes idealizada, da guerra. As Mães Agressivas também fazem parte do arquétipo, As Muitas Não Combatente e, ao analisar os relatos na obra de Aleksiévitich referente à essas mulheres foram encontrados exemplos demonstrando que mesmo não indo aos campos de batalha ou fazendo parte da resistência, demonstravam sua aversão à invasão nazista em seu território e tomavam atitudes, mesmo que individuais, para proteger suas casas e à pátria. São denominadas Mães Agressivas pois usualmente são representadas por mães, avós ou tias que acompanharam a ida de seus familiares à guerra e permaneceram em casa e, ainda assim, resistem de alguma maneira.

Ao fim desta pesquisa foi possível perceber como os arquétipos apresentados por Elshtain podem ser encontrados e diluídos entre as mulheres soviéticas entrevistadas, principalmente nas narrativas de mulheres na guerra sendo lidas como não convencionais, definidas como temporárias, exceção à regra e como experiências “não naturais”. A forma como as Poucas Ferozes são mescladas em uma só personagem de guerra - o que traz invisibilidade para outras narrativas e experiências de mulheres na guerra também é um ponto relevante, visto que contribui para a perpetuação do *status quo* de mulheres pacificadores e pacíficas. A forma como as, Muitas Não Combatentes é romantizadas e lida como não violentas e não propagadoras de violência, mesmo estando inseridas neste meio



também contribui para o status quo, além de criar uma falsa realidade referente a forma como essas mulheres são recebidas e tratadas no período pós-guerra.

A análise da participação das *partisans* italianas

A partir da análise e da conclusão da participação das mulheres soviéticas durante a Segunda Guerra Mundial, o questionamento referente a experiência das mulheres italianas que lutaram na resistência durante o mesmo período surgiu. O objetivo principal é identificar e analisar as similaridades e as diferenças entre a participação das mulheres nesta mesma guerra. As mulheres soviéticas e as mulheres italianas estão inseridas em uma mesma geografia - a Europa - no mesmo período histórico e contexto político: a Segunda Guerra Mundial, e com uma luta comum: e a luta antifascista. Além disso, estão representadas pelo mesmo recorte de gênero, embora sejam de nacionalidades e passado histórico diferentes.

Embora os dois grupos de mulheres apresentem similaridades, elas também possuem diferenças, principalmente no que tange a participação efetiva na guerra. Como salientado anteriormente, as mulheres soviéticas lutaram em duas frentes simultaneamente: em grupos de resistência e dentro de uma estrutura institucional, as Forças Armadas do Estado. Enquanto isso, a principal participação das mulheres italianas na guerra foi por meio de grupos de resistência (*partisans*). A partir disso, busca-se analisar se as diferentes posições destas mulheres alteram a forma como elas são vistas e inseridas nas narrativas da história da Segunda Guerra Mundial e de como isso pode contribuir para construção de uma memória política e coletiva da guerra. Em adição à esta análise, também serão aprofundadas as diferenças dos posicionamentos das resistências quanto à sua posição direta referente ao governo e ao status da guerra. Isso significa que enquanto as mulheres da resistência soviética num período pré-guerra utilizavam esse meio para realmente resistir e se posicionar contra o governo soviético, durante a guerra, estavam agindo junto ao posicionamento do governo quanto ao fascismo e ao nazismo que tentava invadir a região. Já as mulheres da resistência italiana no período pré-guerra também utilizam esse meio para se posicionar contra o governo italiano e, durante a guerra, permaneceram contra o governo e ao posicionamento do eixo, junto a Alemanha e o Japão.

Para analisar as diferenças das realidades entre as mulheres soviéticas e as mulheres italianas, será utilizado como base a obra de “Diário Partisan: a vida de uma mulher na Resistência Italiana”, de Aba Gobetti (2014), uma jornalista e líder antifascista que lutou na Resistência Italiana e documentou em forma de diário e memória sua participação a partir de setembro de 1943 até 28 de abril de 1945, data da execução de Benito Mussolini por parte da resistência partisan. Além da obra de relato da história oral como forma primária de análise e base para este trabalho, também será utilizado outras referências, como o livro “Opposing Fascism: Community, Authority and Resistance in Europe”, de Tim Kirk e Anthony McElligott, que aborda a participação das mulheres na resistência italiana acima de uma imagem das mulheres como santas e heroínas.

Ainda que se trate de uma pesquisa em desenvolvimento, é possível identificar conclusões preliminares, principalmente no que tange o grau de periculosidade das ações das mulheres na resistência em detrimento da posição delas contra o governo de forma direta. Embora não seja mensurável o nível de perigo que mulheres e homens enfrentam em situações de guerra e resistência, é possível perceber a diferença de perigo quando se trata de enfrentar não somente o inimigo que está do outro lado, mas também o seu próprio Estado, que acaba se tornando um inimigo dentro da própria pátria.

Além disso, é possível concluir preliminarmente como a participação das mulheres na resistência italiana alterou a forma como elas eram vistas no período imediato pós-guerra, seja positiva ou negativamente. Essa nova forma permanece até os dias atuais e modificou a trajetória da história dessas mulheres, além de contribuir, por meio da divulgação das narrativas de história oral, para alterar a história das mulheres na guerra e da sua participação como um todo em ambientes não só privados, mas de esferas públicas, garantindo maior integração, visibilidade e



reconhecimento destas mulheres e de outras como um todo.

Referências

ELSHTAIN, J. B. **Women and war**. New york: basic books, inc., publishers, 1987. p. 1-288

GOBETTI, A. **Partisan Diary: a Woman's Life in the Italian Resistance**. New York: Oxford University Press, 2014, 358p.

KIRK, T.; MCELLIGOTT, A. **Opposing Fascism: Community, Authority and Resistance in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, 260p

MUNHOZ, B. Narrativas silenciadas: Uma análise dos perfis e da participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial. In: Semana Científica da Unilasalle (SEFIC), XVI, 2019, Canoas, **Anais**. SEFIC, Canoas: Unilasalle, 2019. Disponível em: <<https://anais.unilasalle.edu.br/index.php/sefic2019/article/view/1357/1589>>. Acesso em 30 de set. de 2020.



TELEDRAMATURGIA E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NO HORÁRIO DAS NOVE DA GLOBO NOS ANOS 2000

Talles Garcia Santana

Universidade La Salle

Introdução

Segundo Martín-Bárbero (1997), a teledramaturgia é considerada o produto cultural de maior rentabilidade na televisão aberta na América Latina, sendo sua produção iniciada a partir da década de 50 e tendo Brasil e México como precursores e líderes nesse processo. É um produto que encontra presença garantida no audiovisual das principais emissoras latino-americanas e tem um caráter transnacional, à medida que um país importa a trama de outro e o produtor original encontra mercados não apenas nos países latinos, mas na Europa e na Ásia, principalmente. Dados de uma pesquisa da Zenith Optimedia de 2016, apontam que a TV Globo, a única empresa brasileira a figurar no *ranking* das maiores organizações de mídia do mundo, é a segunda maior produtora de telenovelas na América Latina, perdendo apenas para a Televisa do México que mantém no ar diariamente cinco produções inéditas, enquanto que a Globo mantém três novelas e um produto em formato de *soap opera american* que é “Malhação”, de mais longa duração e contabilizando até mais que trezentos episódios.

Segundo Fachel Leal (1983), é comum algumas pessoas encararem a novela como um produto de mera distração ou mesmo refutá-la como forma de não admitirem que consomem esse produto tão popularesco, risível, cheio de fantasias e de entrecos que sequer se aproximam da realidade, o que não lhe vem a imputar ainda mais a condição de cotidiana e presente nas vidas das pessoas, sobretudo no Brasil, onde faz tanto sucesso.

Ainda segundo Fachel Leal (1983), a novela cria tanto uma identidade cotidiana no telespectador que ele se vê capaz de vincular os horários de exibição aos seus ritos diários como a novela das oito/nove que representa a hora de reunir a família para o jantar ou mesmo a hora de pôr as crianças para dormir para a dona de casa, a mais assídua desse produto. Isso cria um elo de ligação abstrato forte que de certa forma impede que se perca o capítulo do dia tornando o telespectador fiel entendido do assunto. E os comentários tecidos sobre cada capítulo terão reflexo no cotidiano diário e no juízo de valores de cada um, sobre o que um personagem fez de errado, sobre suas escolhas, seus meios para atingir um fim, sobre um (a) vilão (ã) perverso (a) que não tem escrúpulos, sobre um romance, uma cena de beijo, uma cena de sexo, etc.

Na mesma perspectiva, a novela das oito/nove (até 2000 era exibida às 20:30 hs, passando às 21 hs depois desse período), na visão de Fachel Leal (1983), é o produto que mais gera receita, mais assistido, o que mais causa frisson, o de mais caro custo publicitário, o que mais provoca discussões, que cria mais moda e principalmente que mais molda comportamentos, ainda que estejamos no clímax da era da internet e das redes sociais.

Sabendo que a novela é capaz de criar uma identidade cotidiana no telespectador e é capaz de moldar comportamentos, é interessante discutir como esse produto discute a diversidade sexual e de gênero, uma vez que na visão de Connell e Pearse (2015, p. 25), “o gênero é uma dimensão central da vida pessoal, das relações sociais e da cultura, uma arena em que enfrentamos questões práticas difíceis no que diz respeito à justiça, à identidade e até à sobrevivência”.

Nesse sentido, esse resumo expandido se propõe essencialmente a discutir e a evidenciar como esse produto cultural tão famoso, difundido e cotidiano na vida dos brasileiros, enxerga as questões de diversidade e de gênero especialmente na telenovela do horário das oito/nove da TV Globo dos anos 2000 em diante, sendo trinta e três



produções elegíveis e filtradas as que realmente discutiram e abordaram nas suas narrativas concretas o assunto.

A metodologia para análise baseia-se em dados documentais e bibliográficos contidos em livros, artigos e em sites dedicados a memória da teledramaturgia nacional como meio para responder à questão central proposta.

Compreendendo a diversidade sexual e de gênero

Segundo Connell e Pearse (2015), o gênero pode ser percebido como algo dado, pois um homem é identificado como homem pela sua forma de vestir assim como uma mulher, os casamentos convencionais demonstram isso com clareza, fazendo com que esses arranjos familiares pareçam naturais e quando algo destoia dessa “naturalidade”, escandaliza, choca, vira objeto de discussão, levando a crer que a homossexualidade, por exemplo, seja vista como algo ruim muitas vezes.

Connell e Pearse (2015) entendem que é a identidade que inclui nossas ideias sobre pertencimento e ela não vem pronta no recém-nascido como se fosse algo biologicamente constituído e sim se desenvolve e vai sendo detalhada ao longo dos anos num processo formativo. Nesse sentido, o desenvolvimento da identidade de gênero em algumas situações resulta em um padrão intermediário ou mesmo nitidamente contraditório como é o caso dos transgêneros ou dos *queers*, por exemplo.

A maioria das discussões sobre gênero na sociedade enfatiza uma dicotomia, isto porque é comum definir-se gênero pela concepção biológica do ser – homem ou mulher – e também pelas diferenças culturais características, o que exclui veementemente as reais diferenças entre homem e mulher no tocante ao gênero e provoca a reflexão de que é preciso compreender gênero como “uma questão de relações sociais dentro das quais indivíduos e grupos atuam” e não somente pelos padrões culturais expressados nas diferenças corporais (CONNELL, PEARSE, 2015).

Por fim, Connell e Pearse (2015, p. 84) entendem que “as diferenças de gênero operam em muitas esferas que não são tipicamente rotuladas como questões de gênero”, uma vez que a abordagem das diferenças requer considerar bem mais que as simples diferenças corporais ou categóricas do ser humano. É preciso compreender que existem relações, fronteiras, práticas, identidades e imagens ativamente criadas em processos sociais que passam a existir em “circunstâncias históricas bastante particulares que moldam a vida das pessoas de maneira profunda e igualmente contraditória sujeitas a mudanças e lutas históricas”.

Memória e cotidiano

Segundo Baldissera (2006), a questão da identificação de um indivíduo numa sociedade em que está inserido passa por uma ideia de imagem-conceito, algo simbólico e construído notoriamente pelo contato com o outro ou pela alteridade, o que leva a crer que o indivíduo busca um contexto para se identificar e para construir sua cotidianidade.

Sabendo disso, a ideia defendida por Halbwachs (2006) de que a memória é um processo socialmente construído encontra sentido e se exemplifica pelo cotidiano onde necessariamente passam as relações sociais e os hábitos diários, como, por exemplo, assistir novela. Mais que sentido, a teoria de Halbwachs se complementa com a ideia de Assmann (2011) que entende que a memória do indivíduo está fortemente ligada ao cotidiano onde se fazem vitais os sentimentos como amor e ódio, intensificando o processo de construção de memória e vinculando-a com fatos marcantes e que lhes despertaram esses sentimentos tão fortes.

Nessa mesma linha, Gondar (2005) afirma que “a memória é tecida pelos nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir”, explicando perfeitamente a questão do vínculo que o telespectador cria com determinados produtos de teledramaturgia e os armazena em sua memória individual, refutando o esquecimento



e permeando o imaginário além do encerramento da narrativa apresentada durante a exibição.

O próprio Ricoeur (2007) contribui com essa perspectiva uma vez que entende que por mais que individualmente uma determinada novela possa cair no esquecimento, os rastros da discussão proposta quando profundos deixam marcas constituídas nos afetos das pessoas e essas tendem a ser duradouras e aflorar ao consciente através de associações de ideias e da memória involuntária que se organiza ao nível do subconsciente.

Entretanto, Heller (2016) alerta que o cotidiano se apresenta cercado de obscuridades, como o preconceito que se medulariza na estrutura social e se cristaliza quanto mais alienada for a sociedade em questão e tamanha for a circunstância. E esse preconceito encontra-se acima da cotidianidade e influencia diretamente no comportamento e na aceitação do indivíduo a determinadas apresentações que lhe são imputadas.

As questões sexuais e de gênero na teledramaturgia

Nos últimos vinte anos, a TV Globo produziu para o horário das oito/nove (mais das nove desde o ano 2000) trinta e três novelas, sendo que destas, dezoito não abordaram questões de diversidade sexual e de gênero ou mesmo apresentaram mas sem nenhuma profundidade ou debate relevante, ainda que abordassem outros temas tão polêmicos e de ampla repercussão como “Laços de Família” (2000-2001) que com merchandising social em torno da doação de medula, conseguiu fazer aumentar as doações em 4.400% segundo o Portal Teledramaturgia mantido pelo pesquisador Nilson Xavier. Restadas quinze produções, promove-se uma análise resumida de como se deram as abordagens nessas telenovelas com base em consultas nos portais Memória Globo e Portal Teledramaturgia na internet.

Em 2003, a novela “Mulheres Apaixonadas” de Manoel Carlos trouxe Clara e Rafaela, duas adolescentes de famílias de classe média-alta do Rio que começam a se relacionar afetivamente transcendendo a amizade colegial a contragosto dos pais de Clara e alimentando o preconceito da personagem Paulinha.

Em 2004, a novela “Senhora do Destino” de Aguinaldo Silva abordou o relacionamento lésbico de Eleonora e Jeniffer a contragosto do pai da última e desconfiança e indiferença do pai da primeira.

Em 2005, Glória Perez, na novela “América”, trouxe a história de Júnior, filho de uma importante pecuarista de interior, que se envolve com um dos peões, contrariando os sonhos da mãe e imaginários heteronormativo de filho macho e fazendeiro herdeiro. O beijo dos dois não foi exibido por decisão da emissora, mas chegou a ser gravado.

Na novela “Duas Caras” de 2007, de Aguinaldo Silva, Bernardinho é afeminado, delicado, diferente dos irmãos e do pai machistas. Sofre nas mãos da madrasta, é expulso de casa e espancado pelos irmãos quando descobrem seu envolvimento com outro homem. Porém se descobre bissexual quando se envolve com Dália, uma ex-viciada, e protagoniza uma espécie de triângulo com Heraldo que se vê envolvido com Dália também.

Em 2008, João Emanuel Carneiro em “A Favorita” abordou duas tramas em sua narrativa. Uma foi a de Orlandinho, um homossexual reprimido que assume uma relação de fachada e a outra de Catarina, mulher oprimida e vítima de violência doméstica que, traumatizada das relações heteroafetivas, assume um relacionamento com uma mulher declaradamente lésbica.

Em 2011, a novela “Insensato Coração”, de Gilberto Braga e Ricardo Linhares, fez três abordagens sobre diversidade sexual e de gênero, sendo que a mais marcante fora no tocante a homofobia e violência do personagem Vinícius que chega a assassinar, junto com uma gangue, um jovem assumidamente gay, na praia. No mesmo ano, a novela “Fina Estampa” aborda em tom menos carregado e mais caricato o assunto com o personagem Crô, mais estereotipado e sem um relacionamento afetivo explícito.



O ano de 2014 marcaria a exibição do mais aguardado beijo gay explícito em novelas das nove (apesar de outras ocorrências em emissoras e horários distintos, mas sem nenhuma ressonância). Em “Amor à Vida” de Walcyr Carrasco, estreando no horário após sucessivas tramas bem-sucedidas nos horários das seis e das sete, trouxe o personagem Félix que beija o personagem Niko e selam a sua união, após o último ter tido um relacionamento fracassado com o bissexual Eron e ter concebido um filho com uma barriga solidária feminina. Félix era caricato, inicia como vilão e se redime, mas marca a trama pelos bordões e pelo seu drama em ser oprimido por um pai machista que o obriga a casar com uma mulher. O beijo deu recorde de audiência para o último capítulo segundo o Portal Teledramaturgia no ano de 2014.

Ainda em 2014, Manoel Carlos, um autor conhecido pela sua forma de narrar o cotidiano, traz, na novela “Em Família”, o drama de Clara, casada com Cadu, mas que se descobre apaixonada por Marina, separando-se do marido e assumindo um relacionamento estável com a última. A novela exibiu o beijo lésbico das duas e mostrou as duas celebrando a união estável em cartório um ano depois do CNJ exigir o cumprimento da decisão do STF de 2011.

Também em 2014, a novela “Império” de Aguinaldo Silva, abordou três histórias na narrativa. Xana Summer, um homem *cross-dresser* (vestia-se como mulher, mas não era homossexual); Cláudio Bolgari, um marido e chefe de família, bissexual com um relacionamento extraconjugal com Leonardo, a quem sustentava, passando a ser rejeitado pelo filho e apoiado pela esposa, curiosamente; e Téo Pereira, um jornalista, homossexual, caricato, propenso a trejeitos e histrionismos.

Em 2015, Gilberto Braga e outros autores juntos trouxeram em “Babilônia” o primeiro beijo lésbico na terceira idade com duas atrizes consagradas do teatro, Fernanda Montenegro e Nathália Thimberg, já nos primeiros capítulos. A repercussão à época soou negativa num momento em que o Brasil atravessava uma profunda crise política e uma ascensão da direita conservadora nos espaços de poder protagonizando um novo discurso moralista atingindo o telespectador.

Em 2017, “A Força do Querer” de Glória Perez, um enorme sucesso de público e crítica, trouxe o drama de Ivana que nasceu mulher, mas não se identifica com o sexo. Sofreu com a rejeição da mãe Joyce e do pai indiferente Eugênio. Filha única, modelo de princesa da mãe e do pai, passa a viver um drama pela busca da sua verdadeira identidade de gênero até fazer pequenos procedimentos cirúrgicos e médicos como a retirada dos seios e os tratamentos hormonais. Nos capítulos finais ainda sofre um espancamento numa rua pública.

No mesmo ano, Walcyr Carrasco traz em “O Outro Lado do Paraíso” o personagem Samuel, médico, oprimido pela mãe e pela sociedade, que se casa, mas é descoberto por todos. A novela, ainda que de forma mais rasa, levanta a questão da existência ou não de uma “cura gay”.

Em 2018, João Emanuel Carneiro aborda em “Segundo Sol” o drama de Maura, uma policial civil que se interessa pela vizinha Selma. Selma é casada enquanto se relaciona secretamente com Maura e ao enviuar assumem o relacionamento. O pai de Maura é machista, violento e expulsa a filha de casa. Maura ainda convive com o assédio do delegado de polícia, colega de trabalho e se apaixona por Ionan quando este se candidata a pai do filho que as parceiras desejam ter.

Por fim, em 2019, mesmo em meio a controvérsias e inverossimilhanças, Walcyr Carrasco traz em “A Dona do Pedaço” um personagem transexual interpretado por uma atriz transexual, Glamour Garcia. Na trama, Britney nasceu Rarisson e, após um tempo longe da família, retorna mulher transexual. Se apaixona por Abel, um confeitiro português cheio de amor e carregado de preconceitos sem saber que se trata de uma transexual. Sofre preconceitos na empresa por parte da chefe, Fabiana, criada num convento e repleta de preconceitos e ideais religiosos, sendo obrigada a usar seu nome verdadeiro, usar roupas masculinas e usar o sanitário masculino da fábrica, se rebelando contra isso.



Considerações finais

Analisadas as telenovelas selecionadas, ainda que de forma sintética e sem muita profundidade, foi possível constatar que a produção teledramatúrgica brasileira dos últimos vinte anos dedica relevante interesse na discussão pelas questões de diversidade sexual e de gênero.

Entretanto, algumas mais se propuseram a condicionar a existência da diversidade sexual e de gênero a estereótipos fáceis e caricatos para conferir certa animação aos textos ou mesmo para que ficassem fincados na memória do telespectador pelas personalidades marcantes e histriônicas como o caso dos personagens Crô, Téo Pereira e Félix.

Por outro lado, algumas narrativas se colocaram a serviço de discutir de forma responsável e mais voltada ao realismo cotidiano como no caso da personagem Ivana de “A Força do Querer”, da união estável jurídica de Clara e Marina de “Em Família” ou mesmo como a discussão sobre a violência urbana a que os LGBTQIA+ estão submetidos diariamente tratada na novela “Insensato Coração”.

Em termos de memória do telespectador, é inegável que algumas discussões ficaram na recordação e no imaginário, sendo até hoje lembrados como o caso do personagem Félix e o beijo gay aberto exibido no último capítulo de “Amor à Vida”. Porém, o preconceito ainda é velado, presente e se manifesta com alguma intensidade na cotidianidade do brasileiro, o que será mais bem abordado na pesquisa que resultará em dissertação na conclusão do mestrado em Memória Social e Bens Culturais.

Referências

- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011
- BALDISSERA, R. Comunicação, identificações e imagem-conceito. In: **Anais**. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2006.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero uma perspectiva global**: compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. 3 ed. São Paulo: nVersos, 2015.
- FACHEL LEAL, O. A leitura social da novela das oito. **Dissertação**. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) 167 p. UFRGS, 1983.
- GONDAR, J. Quatro Proposições sobre Memória Social. In: GONDAR, J; DODEBEI, V. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- MARTÍN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- PORTAL MEMÓRIA GLOBO. Site mantido pelo Grupo Globo na Internet. Disponível em: <memoria.globo.com>. Acesso em 7 set. 2020.
- PORTAL TELEDRAMATURGIA. Site idealizado e mantido por Nilson Xavier. Disponível em: <www.teledramaturgia.com.br>. Acesso em 7 set. 2020.
- RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: editora Unicamp, 2007.



RACISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA RESOLUÇÃO 3379 DA ONU

Joice da Silva Ferreira

Universidade La Salle

Introdução

O estudo apresenta uma análise sobre o racismo nas Relações Internacionais por meio do exame da Resolução 3379 de 1975, que equiparou o sionismo - movimento nacionalista judaico - ao racismo. O objetivo geral consiste em mapear, descrever e analisar as conjunturas políticas internacionais que possibilitaram a aprovação dessa resolução, em 1975, e sua subsequente anulação, em 1991, com o intuito de compreender como o racismo e o discurso sobre o racismo estrutura e condiciona as Relações Internacionais. A Resolução 3379, aprovada em 10 de novembro de 1975, é oriunda da trigésima Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas para a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Em 16 de dezembro de 1991, a Resolução 3379 foi anulada por meio da Resolução 4686 que, capitaneada por George W. H. Bush, então presidente dos EUA, condenava o posicionamento da comunidade internacional de “igualar o sionismo ao pecado imperdoável do holocausto”.

A hipótese desta pesquisa afirma que as Resoluções 3379 e 4686 serviram como ferramentas ideológicas de manipulação diplomáticas exercidas por grandes potências ocidentais em regiões consideradas não civilizadas - manipulando, sobretudo, as regiões africanas e asiáticas. A partir deste recorte, onde constata-se a condenação (1975) e a revogação (1991) da compreensão de que a conduta sionista praticada pelo Estado de Israel equivalia a formas de discriminação racial, proponho uma análise de conjuntura histórica que busca identificar as condições ideológicas e políticas que se formaram ao redor do tema do sionismo e que permitiram a aprovação e a anulação da Resolução 3379, bem como pretendo investigar, a partir da análise qualitativa de documentos oficiais referentes às Assembleias Gerais entre os anos de 1975 e 1991, as dinâmicas de dominação ocidental exercidas no período de análise. Percebeu-se, então, a inevitabilidade de incorporar não somente as construções científicas a respeito das questões raciais, identitárias e ideológicas na formação da política internacional, mas também de fazer a intersecção desses temas com o período da Guerra Fria. Em outros termos, investiga-se a influência do referido período nas problemáticas raciais, identitárias e ideológicas.

Assim, a presente pesquisa objetiva encontrar evidências históricas que corroborem e confirmem a hipótese apresentada, bem como sejam capazes de confirmar, igualmente, a percepção de que questões raciais, identitárias e ideológicas foram, por um longo período, descartadas do núcleo das produções científicas dentro das Relações Internacionais.

Do racismo, da construção do campo das relações internacionais e da criação de uma agenda anti racista

É passada a hora de criar e guiar debates dentro do campo das Relações Internacionais que não surjam, em sua maioria, do ocidente; sobretudo aqueles produzidos por homens brancos em situação social e política privilegiada. Devemos compreender que a questão racial não deve ser vista única e exclusivamente como uma das possíveis abordagens das relações internacionais enquanto disciplina, mas como ponto central para a compreensão da organização e da hierarquização dos sistemas políticos (ZVOGBO; LOKEN, 2020).

A fim de convergir as questões raciais junto à evidência histórica de discriminação racial percebida a partir da aprovação e da anulação da Resolução 3379 no âmbito da Organização das Nações Unidas, compreende-se o período



da Guerra Fria como principal recorte à análise de conjuntura histórica, contribuindo para a identificação de doutrinas e discursos racistas que criaram raízes profundas na construção do campo no decorrer do século XX. Da mesma forma, compreende-se o período da Guerra Fria como um dos principais elementos na formação do momento político que possibilitou a catalisação de movimentos pró-independência e autodeterminação dos povos submetidos à colonização ocidental, período caracterizado - para além da polarização internacional - por lutas violentas em favor da liberdade e contra o *status quo* que fragmentava o globo entre Norte e Sul, sistematicamente dividido entre brancos e não brancos (DU BOIS, 1903). Assim, o que se observa neste texto são as circunstâncias políticas que possibilitaram a ascensão dessas lutas pela liberdade dentro do Sistema Internacional, capazes de romper o padrão colonialista e imperialista do século XX até meados dos anos 1950. No entanto, isso não significa dizer que os atores coloniais do período foram intrinsecamente favoráveis à liberdade dos povos colonizados, mas sim que as circunstâncias políticas do período possibilitaram tal realidade. Não obstante, conforme pontuado na introdução deste resumo, ainda que se reconheça a importância dos movimentos em favor da liberdade e as suas árduas lutas pela autodeterminação dos povos, as problemáticas raciais foram excluídas dos centros de análises históricas e dos debates de Relações Internacionais por um longo período que durou, vagarosamente, até o início dos anos 1960, quando é possível observar a ascensão de produções que buscavam dar suporte científico à autodeterminação dos povos. No entanto, o fato de negar ou não deliberar sobre as questões raciais como tema capaz de moldar papéis e hierarquizar os diferentes povos dentro do Sistema Internacional não quer dizer que a questão não estruturou, ainda que de forma subliminar, as políticas ideológicas e materiais no que tange às formas de organização social (SEYMOUR, 2015).

Para Du Bois (1903), ainda que enfrentemos essa ausência de debates sobre as questões raciais dentro do campo das Relações Internacionais, devemos observar que a imensa maioria dos grandes conflitos mundiais se deram por conta do desejo de dividir, ocupar e colonizar os espaços tidos como vazios - ordinariamente territórios africanos e asiáticos - pelos colonizadores brancos. Em outras palavras, a grande questão do século XX, para o autor, foi a divisão dos povos pela linha de cor global, isto é, a segmentação das etnias não brancas na África, na Ásia e nas Américas criou um vínculo impiedoso com a questão da colonização e da exploração de povos nessas regiões (DU BOIS, 1940). Neste sentido, cabe destacar o trabalho de Du Bois não somente em suas contribuições acerca da divisão do mundo pela linha de cor global, mas também pelo seu esforço em criar uma agenda de pesquisa sobre o tema dentro do campo das Relações Internacionais. Ainda, para o autor, a história dos séculos XIX e XX revela não somente as operações escravagistas e deploráveis dos territórios colonizados durante o período, mas também como a linha de cor global foi constituída por meio de uma combinação multidisciplinar entre as dimensões geográficas, políticas, econômicas, psicológicas e sociais (ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015). Seguindo essa percepção, compreende-se que as “construções predominantes acerca das questões raciais delinearão as abordagens e as perspectivas da política internacional, assim como ajudaram a manter e a reproduzir um sistema global profundamente injusto e estratificado” (BELL, 2013, p. 2 apud, ANIEVAS; MANCHANDA; SHILLIAM, 2015).

Conforme sugerido nos trechos acima, faz-se necessário trocar as lentes que analisam os grandes períodos históricos entre os séculos XIX e XX, assim como cabe empregar maior atenção ao caráter interdisciplinar do campo das Relações Internacionais. Ainda, compreende-se que mesmo sendo expurgada até o limite das construções convencionais no campo das Relações Internacionais, as questões raciais permanecem sendo relevantes, haja vista que continuam a estruturar e a hierarquizar as políticas de organização mundial.

Terceiro mundismo e o movimento dos não-alinhados

A Conferência de Bandung, que aconteceu em 1955, marca o momento em que os países associados ao Terceiro Mundo - países subdesenvolvidos - decidem ingressar na arena internacional, autodeterminados como Movimento dos Não-Alinhados. O momento é profundamente marcado pela necessidade desses países de conquistarem a sua autodeterminação, independência e participação no Sistema Internacional como atores reconhecidamente

soberanos, capazes de atuar, sem intervenção externa, nas principais deliberações dentro do Sistema Internacional.

A importância de escrever e incorporar sobre o movimento dos não-alinhados se dá, sobretudo, pela contribuição desses países na formação de uma oposição contra as duas ideologias dominantes durante o período da Guerra Fria - capitalismo e socialismo. Estados novos que recém haviam conquistado a sua independência após anos de colonização, imperialismo e exploração das mais distintas formas, e que não se identificavam com nem uma das ideologias dominantes, forçando-os a criarem o seu próprio espaço de atuação dentro do Sistema Internacional. É este movimento que deu força, ainda que não tenha sobrevivido ao século XX, para a identificação de que o que acontecia na região da palestina - e em outras partes do Norte e Sul da África e da Ásia - deveria ser considerado crime, não sendo passíveis de tolerância à comunidade internacional.

Muito mais do que ilustrativo ou simbólico, o alinhamento desses Estados mostra a força daqueles que tinham o objetivo comum de não sucumbir diante das duas forças que polarizaram o período, articulando formas de apoio mútuo para obtenção da independência daqueles ainda submetidos a processos de colonização (como aconteceu na Argélia, por exemplo, que contou com um massivo apoio do Movimento dos Não-Alinhados) e criando formas alternativas para o desenvolvimento econômico e social das regiões devastadas pela exploração ocidental, que agora se viam livres de seus exploradores, sem apoio da comunidade internacional, uma vez que agora eram livres e precisavam conquistar o seu espaço como atores reconhecidamente soberanos.

Entre as resoluções

Em 29 de novembro de 1947, por meio da Segunda Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovou-se a Resolução 181, que desenhou o Plano de Partida da Palestina e preveu a divisão da região em dois Estados, um árabe (Estado da Palestina) e um judeu (Estado de Israel), assim como a co-habitação mútua na área de interesse de ambos os lados, pressupondo um regime internacional especial para a cidade de Jerusalém, coordenado pela ONU e que seria vigente por até dez anos, a contar a partir de 01 de outubro de 1948.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o sentimento de criar um lar para os judeus submetidos ao terror do holocausto pairou sobre a Sociedade Internacional. Ainda que frequentemente associemos a intenção de criação de um Estado judeu somente após a aprovação da Resolução 181 que, após aprovada, estabeleceu a criação do Estado de Israel, em 1947, já era possível perceber uma moção que, ainda em 1922, buscava o estabelecimento de um Estado judeu na região da Cisjordânia. A Declaração de Balfour² torna público o sentimento do Reino Unido - que mantinha o protetorado britânico na Palestina -, conduzido pelo Secretário Britânico de Assuntos Estrangeiros, Arthur Balfour, de estabelecer um modelo de colonização Sionista no Estado da Palestina que daria início ao Estado nacional judeu. Requerida pelo poder mandatário da Palestina - Império Britânico -, a Assembleia Geral que deu origem à Resolução 181 foi convocada por meio de um comitê ad hoc³, chamado de Comitê Especial das Nações Unidas para as Questões da Palestina, a fim de discutirem demandas sobre o futuro Estado da Palestina, que resultou na anexação de parte do território palestino destinado aos judeus que migravam da Europa para o Oriente Médio, dividindo o território em dois Estados, um árabe e um judeu.

Em síntese, a Resolução 181, marca o desejo de criar, apressadamente, um Estado para os judeus, prometendo-lhes a partilha da região considerada sagrada tanto para judeus quanto para árabes. No entanto, o fato é que não podemos reduzir a criação do Estado de Israel somente ao desejo de satisfazer as vontades religiosas do Estado de

2 Carta enviada por Arthur Balfour, em 1917, ao líder da comunidade judaica do Reino Unido, Barão Rothschild, onde o Balfour prometia facilitar a criação de um Estado Judeu Nacional na Palestina, caso o Império Otomano fosse derrotado, abrindo espaço para as dominações europeias na região do Norte e Sul da África e da Ásia.

3 Tribunais Temporários, criados para a discussão de assuntos e casos específicos que são compreendidos como urgentes em resposta a fatos. Também chamados de Tribunais de Exceção ou *post facto*.

Israel. Devemos compreender, então, que as discussões e decisões acerca da partilha da Palestina foram guiadas pelos interesses comuns das sociedades ocidentais que exerciam poder na região, resultando em estratégias geopolíticas, fronteiriças e ideológicas que ajudam a compreender que a partilha da Palestina - assim como o conflito israelo-palestino - não se reduz única e exclusivamente à oposição religiosa.

A Resolução 3379, aprovada em 1975, é oriunda da trigésima Assembleia Geral das Nações Unidas, que resolveu que o sionismo - movimento nacionalista judaico - equivalia à formas de discriminação racial. Sendo aprovada com 72 votos a favor, 35 votos contra e 32 votos de abstenção.

O alto número de abstenções durante a votação da Resolução 3379 ilustra o receio de alguns atores em assumir uma posição no Sistema Internacional polarizado, isto é, existia o temor de sofrer com o constrangimento internacional advindo da tomada de decisão em um tema tão polêmico e sensível à época. Esse receio foi influenciado, majoritariamente, pelo medo de concordar com a ideia de que o Sionismo praticado pelo Estado de Israel, e endossado pelos Estados Unidos da América, deveria ser condenado e igualado crimes de discriminação racial ou genocidas (ex.: Holocausto), uma vez que o texto da Resolução 3379 abria margem para interpretações distintas, uma vez que o texto sucinto “determinava que o Sionismo era uma forma de racismo e discriminação racial”.

Desde a adoção da Resolução 3379, o Estado de Israel nutria um sentimento de revolta contra as organizações internacionais, sobretudo a Organização das Nações Unidas, alegando que a organização era pautada em uma “moralidade seletiva a respeito dos direitos humanos” e que era possível perceber, no âmbito da Organização das Nações Unidas, “referências hostis sobre o Sionismo”.

Todavia, o que se percebe é que mesmo o Estado de Israel não tolerando a aprovação da Resolução 3379, a mesma serviu como uma espécie de “pano quente” sobre o conflito entre israelenses e palestinos, uma vez que é possível observar a queda na anexação dos territórios palestinos ao Estado de Israel durante o período que dura até 1994, após a revogação da Resolução 3379 em 1991.

Conclusão

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, as conclusões e percepções sobre o estudo são preliminares. Todavia, é possível apontar algumas assimilações que lançam luz sobre a questão pesquisada.

A primeira conclusão importante para o tema é que o período da Guerra Fria teve profundas influências sobre a formação do Movimento dos Não-Alinhados, uma vez que nem o socialismo e nem o capitalismo eram ideologicamente satisfatórios para as potências recém independentes que começavam a emergir, forçando-as a criarem o seu próprio espaço dentro do Sistema Internacional. Neste sentido, é possível observar, também, que a Guerra Fria pode ser lida como um período profundamente marcado pela guerra de influências dentro do Sistema Internacional, mas que, em alguma medida, não conseguiu cativar as potências decolonizadas.

Devemos compreender, também, que a questão racial não deve ser vista única e exclusivamente como uma das possíveis abordagens das relações Internacionais enquanto disciplina, mas também como ponto central para a compreensão da organização e hierarquização dos sistemas políticos.

Também observamos que a posição dos países do Terceiro Mundismo em buscar suportar a independência e a autodeterminação dos povos de uma forma autônoma, isto é, sem a interferência de agentes externos, possibilitou que a Resolução 3379 fosse aprovada em 1975, e que a sua queda no final dos anos de 1980 contribuíram para a nova ordem internacional, onde o Sionismo não era mais reconhecido, a partir da anulação da Resolução 3379, como uma forma de racismo e discriminação racial.



Referências

ALEXANDER, A.; MANCHANDA, N.; SHILLIAN, R. **Race and racism in international relations**: Confronting the global colour line. Abingdon: Routledge, 2015.

AMERICAN JEWISH YEAR BOOK. UN Resolution on Zionism. 1977. Disponível em: <<https://www.bjpa.org/content/upload/bjpa/77re/77resolution.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

BOIS, W. E. B. Du. **The souls of Black Folk**. Chicago: Candace Ward, 1994.

SAID, E. **A questão da Palestina**. Ed. Unesp, 2012. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

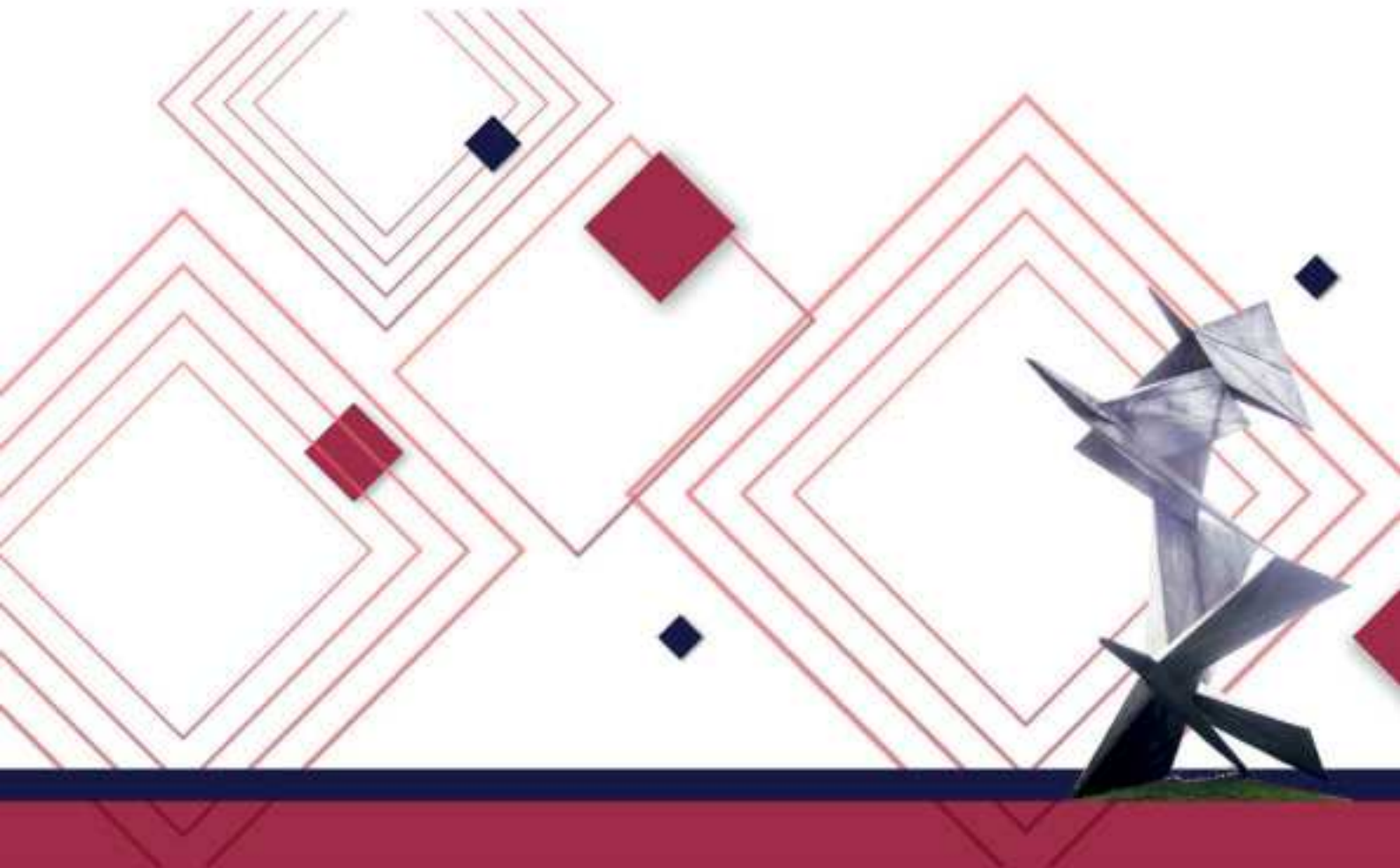
SAID, E. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

UNITED NATIONS. Resolution Adopted on the Report of the AD HOC Committee on the Palestinian Question. 1948. Disponível em: <[https://undocs.org/A/RES/181\(II\)](https://undocs.org/A/RES/181(II))>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

UNITED NATIONS. 3379 (XXX). Elimination of all forms of racial discrimination. 1975. Disponível em: <<https://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/761C1063530766A7052566A2005B74D1>>. Acesso em: 26 de março de 2020.



GT 8



TRADIÇÃO E HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DAS SANTIDADES DE UM EREMITA E UMA CRUZ NO NORTE PERUANO ¹

Alexandre Karsburg

Autônomo

Introdução

Uma fonte de “água benta” é um dos motivos que faz com que milhares de pessoas subam uma montanha que fica localizada no norte peruano, na cidade de Motupe.² A água da fonte é um alívio após horas de caminhada, incentivo para que os peregrinos continuem até atingir o objetivo final, que é chegar à gruta onde repousa uma cruz de madeira: a Santíssima Cruz de Chalpón.³ Tal símbolo religioso é reverenciado há mais de cento e cinquenta anos na região, fazendo com que a Festa a Santíssima Cruz seja uma das mais importantes em todo o Peru.

O interesse por escrever a respeito desta festa, muito conhecida no Peru, mas praticamente ignorada fora do país, nasceu a partir de minha participação como consultor histórico para a produção de um documentário sobre as inúmeras devoções existentes nas três Américas que se originaram das pregações religiosas de um eremita italiano chamado *Giovanni Maria de Agostini* (1801-1869).⁴ Este indivíduo, conhecido no sul do Brasil como monge João Maria, havia percorrido a totalidade do continente americano no século XIX. Assim, sabendo que uma das tantas paradas que este eremita fez ao longo de sua jornada havia sido em Motupe – por provas documentais que adiante apresentarei –, partimos, então, para o Peru a fim de registrar, por fotos e vídeos, as manifestações de fé a Santíssima Cruz de Chalpón.⁵

O método que utilizei nesta pesquisa foi o de observador participante, ou seja, fiz os mesmos caminhos dos peregrinos, frequentando os mesmos espaços, participando das procissões e conversando com quem queria dialogar. Enquanto a equipe filmava e fazia as entrevistas, eu anotava em um caderno as minhas impressões sobre o que via e ouvia, atento aos depoentes, aos depoimentos e ao contexto geral que nos cercava. Para complementar, visitei arquivos e bibliotecas a fim de pesquisar documentos e adquirir livros. Como chave interpretativa para analisar o material e escrever, inspirei-me na obra de Carlos Alberto Steil (1996), bem como utilizei outros autores que discutem como a memória e a tradição oral podem ser tomadas como objetos da história.⁶

-
- 1 Uma versão ampliada deste texto foi recentemente publicada na Revista Brasileira de História das Religiões sob o título: “Tradição e história de uma devoção católica no norte peruano: Santíssima Cruz de Chalpón” (KARSBURG, 2020). Para a presente versão retirei todas as fotografias, bem como resumi muito o texto.
 - 2 Motupe está localizada a oitocentos e cinquenta quilômetros ao norte de Lima, capital do Peru. O município fica em região semiárida, com baixíssima frequência de chuvas.
 - 3 Chalpón é o nome da montanha (quase dois mil metros de altura) onde fica a gruta com a cruz em seu interior.
 - 4 A produtora de cinema Plural Filmes, por meio de verba proveniente de um edital da Fundação Catarinense de Cultura, estava para iniciar a realização do documentário quando a diretora, Márcia Paraíso, entrou em contato comigo para participar como consultor histórico.
 - 5 O longa-metragem tem por título: “A Maravilha do Século: a incrível jornada de Giovanni Maria de Agostini pelas Américas no século 19”. Ele foi lançado em diversos locais do Brasil no ano de 2019.
 - 6 A discussão sobre memória, tradição oral e história é, de fato, bastante ampla, como prova o artigo de Ângelo e Siqueira (2018), cuja análise é feita dentro da perspectiva do Patrimônio Cultural. Porém, como esse não é o foco central do presente artigo, indico aqueles que me serviram para pensar o material empírico: Meneses (1992), Pollak (1992), Nora (1993), Meneses (2018), Mauad (2018).

A festa da Santíssima Cruz de Chalpón

Comemorada na primeira semana de agosto, talvez a festa a Santíssima Cruz de Chalpón, em Motupe, seja uma das poucas no mundo em que se exalte a Santa Cruz fora do mês de setembro.⁷ São milhares de pessoas que circulam pela região durante os dias do evento. Do local onde a cruz repousa o ano todo – no alto da montanha Chalpón – até o centro da cidade de Motupe, são pouco mais de dez quilômetros de percurso, percorridos em três dias respeitando os pontos de parada para que em cada povoado se façam missas e devidas honrarias à cruz.⁸

A cruz é levada de um local a outro por meio de organizada procissão. No dia dois de agosto, ela é retirada de sua morada no alto da montanha para ir até a primeira capela, na comunidade de *Zapote*: o transporte é feito pela escadaria, com muito cuidado, em descenso. Uma quantidade limitada de devotos (entre oito e dez pessoas) sustenta a cruz nos ombros por certo tempo até dar lugar para o próximo grupo. Atrás vem a banda de música da Irmandade. A cruz é recebida com fogos de artifício, aplausos e louvações; após, há realização de missa campal. Ela pernoita na capela de *Zapote* para, no dia seguinte, seguir caminho até o povo de *El Salitral*, onde tudo se repete. No percurso feito no dia três de agosto, entre *Zapote* e *El Salitral*, a cruz passa por um cemitério antigo (*Nuestro Señor de la Resurrección*) e por um pequeno povoado, fazendo com que a procissão aumente cada vez mais. Sempre caminhando, pessoas formam fila atrás da cruz, aguardando sua vez para assumir o lugar daqueles que estão a carregá-la. Esse revezamento é controlado por membros da Irmandade da Santa Cruz de Chalpón, que fazem um cordão de isolamento para garantir a segurança de quem leva a cruz e do próprio símbolo religioso que vai aos ombros dos fiéis. Uma pessoa pode entrar na fila quantas vezes quiser, pois não há regra para isso. Porém, dificilmente alguém que não tenha transportado a cruz consegue tocá-la, a não ser quando a mesma está diante do altar dentro de uma capela ou igreja.

Oralidade e história na construção da santidade da cruz de Chalpón

No meio da subida da longa escadaria da montanha encontramos um homem, com deficiência física nas pernas, que vendia um pequeno livro sobre a história da Santíssima Cruz de Chalpón. O preço de um *Sole* pelo livreto (cerca de R\$ 1,30 em agosto de 2018) era o que de mais barato se podia encontrar entre tudo o que se vendia no lugar. Folheando-o rapidamente, percebemos que era um manual para turistas/peregrinos que queriam se inteirar, minimamente, de *La Historia de la Milagrosa Santisima Cruz de Motupe* e da *Vida y Milagros del Padre Fray Juan de Abad*.

O livreto apresenta a tradição oral que se perpetua há muitas décadas na região, e é dividido em três partes: lendas e mistérios daquele que construiu a cruz, no caso o “padre” *Juan Agustín de Abad*; a descoberta e os primeiros milagres atribuídos à cruz; e o roubo da mesma em 2011. Excetuando este último caso – felizmente resolvido pela polícia alguns dias após a cruz ter desaparecido de seu sítio no alto da montanha – os outros dois gravitam entre fatos e alguma especulação.

O principal mistério diz respeito ao personagem que deu vida à Santíssima Cruz de Chalpón, o tal “padre” *Juan Agustín de Abad*. Conta a tradição que, por volta de 1850, mais ou menos, chegou à região um sacerdote não se sabe de onde, buscando o ermo da montanha para viver em reclusão, em oração e penitência. Descia à vila todos os finais de semana para rezar e curar as pessoas. Após algum tempo vivendo por ali, tomou o caminho da capital

7 A festa acontece em agosto porque a cruz fora “descoberta” por moradores de Motupe em cinco de agosto de 1868, segundo a tradição local acredita.

8 Os lugares de parada da cruz são: *Zapote*, *El Salitral* e igreja matriz *San Julian*, no centro de Motupe. O cronograma exato dos festejos obedece a uma ordem que é aceita pela Igreja católica: descenso da cruz, a procissão, a missa, a adoração da cruz, a música, os fogos de artifício e o regresso da mesma ao alto da montanha. Entre o dia de descenso (dois de agosto) e o seu retorno (doze de agosto) são dez dias de festa.

Lima, não sem antes deixar como marco de sua passagem uma cruz feita de um tipo de madeira extraída de uma árvore muito comum na região: *Guayacán*. A cruz, com oitenta quilos de peso, medindo dois metros de largura por dois e meio de altura, foi deixada na gruta que serviu de morada ao sacerdote, e dali só poderia ser removida para celebrações, devendo retornar ao seu ermo quando terminados os festejos (BACHMANN, 1921, p. 350). Sem saber exatamente o destino de *Juan Agustín de Abad*, os moradores preencheram as lacunas com lendas e especulação.⁹

O que nos parece relevante destacar é que as lendas criadas sobre *Juan Agustín de Abad* e a respeito da cruz não estão desvinculadas dos fatos que lhes deram origem, pois sabemos que houve um eremita que por Motupe passou e lá habitou por alguns anos na primeira metade do século XIX (KARSBURG, 2014). Sem conhecer o destino dele, os moradores sentiram a necessidade de respostas, e o que se escuta atualmente nos depoimentos é um eco distante ou indício dos questionamentos daqueles que ficaram se interrogando sobre o paradeiro de *Juan Agustín de Abad*. Mas há detalhes que tornam essa história ainda mais interessante.

Segundo tradição oral, *Juan Agustín de Abad* construiu três cruzes antes de deixar a região. Contudo, as três cruzes ficariam “perdidas”, ou esquecidas, por vários anos, sem que os moradores de Motupe, Olmos e outras vilas das redondezas soubessem o local exato onde repousavam. E o primeiro impulso para que as três fossem descobertas aconteceu em agosto de 1868, quando um grande terremoto atingiu o Peru, deixando muitos mortos e feridos.¹⁰ No entanto, houve outro evento que fez recrudescer a fé nas cruzes.

Em 1869, onze meses depois do grande terremoto, previsões catastróficas de um “astrólogo alemão”, chamado Rudolf Falb (1838-1903), chegaram aos ouvidos dos peruanos.¹¹ Diziam que ele previra que tanto o Peru quanto o Equador e o México seriam abalados por grandes tremores de terra, maiores que o de um ano antes. Isso fez com que os habitantes de Motupe se lembrassem das cruzes do eremita e de seu recado antes de desaparecer. De acordo com a tradição oral local, o “padre santo” havia dito que, quando o “fim do mundo” estivesse próximo, os habitantes poderiam se valer das cruzes para protegê-los do mal. Para isso, deveriam encontrá-las e levá-las para o centro das vilas, pois, uma vez lá estando, nada aconteceria aos moradores dos povoados.¹² Expedições foram organizadas para explorar as montanhas próximas a Motupe e Olmos em busca das cruzes. Por fim, depois de alguns dias, encontraram-nas, porém, somente duas delas resistiram ao manuseio.¹³

Certamente amedrontados com o terremoto de um ano antes, os peruanos associaram as previsões do astrólogo alemão a um cataclismo mundial, ao verdadeiro “fim do mundo”. Absolutamente inseguros, abandonaram casas, esvaziaram cidades, deixaram seus negócios para trás e foram buscar abrigo em lugares ermos ou nas igrejas.¹⁴

O vaticínio do astrólogo alemão, contudo, não se confirmou, ou antes, pequenos e corriqueiros tremores aconteceram, mas de baixa intensidade e sem vítimas. No norte, mais precisamente em Motupe, os moradores

9 De acordo com o livreto, padre *Juan Agustín de Abad* faleceu próximo a Lima. Seu corpo fora enterrado em um cemitério nas cercanias da capital. (Livreto: *La Historia de la Milagrosa – Vida y Milagres del Padre*, s/d, p. 7-8).

10 Sobre o terremoto de treze de agosto de 1868, acompanhamos as notícias em várias edições do Jornal *El Comercio*, a partir de quatorze de agosto daquele ano. Hemeroteca, Biblioteca Nacional do Peru, Lima.

11 Jornal *El Comercio*, quatro de agosto de 1869, p. 2. Hemeroteca, Biblioteca Nacional do Peru, Lima.

12 O pesquisador Carlos Bachmann foi um dos primeiros a coletar informações mais precisas sobre a presença de certo eremita por Motupe, bem como a respeito das origens da cruz e da festa. Para isso, se valeu de entrevistas com moradores mais velhos do lugar, como o próprio descobridor da cruz: José Mercedes Anteparra (1839-1921), assim como de pesquisas anteriores de um arqueólogo/etnólogo alemão chamado Hans Henrique Brüning. Ver em: Bachmann (1921, p. 349-350) – Arquivo Regional de Lambayeque, Motupe, Peru.

13 Essa história de busca pelas cruzes faz parte da tradição oral dos habitantes de Olmos, Motupe e outras cidades vizinhas. Muito dessa tradição foi registrada em livro por Carlos Bachmann (1921, p. 351-352), sendo seguido por tantos outros que acrescentaram uma ou outra novidade, tal como: Del Castillo Niño, 1967; Ibáñez, 1976; Fernández, 2007; Schmelz, 2013.

14 As notícias deste novo e mais aterrador terremoto foram publicadas nos jornais peruanos a partir de julho de 1869, sempre vinculadas aos estudos do astrólogo alemão Rudolf Falb.



acreditaram que nada lhes aconteceu pela santa presença da cruz na praça central.¹⁵ O fato é que a fama da cruz começou a crescer desde então, organizando-se uma festa em sua homenagem que, em 2018, completou cento e cinquenta anos. Inicialmente tímida, a mesma passou por distintas fases até se tornar uma das mais concorridas e conhecidas de todo o país.

Juan Agustín de Abad: o santo ermitaño

Ao buscarem respostas em arquivos locais e na tradição oral que esclarecesse quem foi o construtor das cruzes, pesquisadores peruanos e peruanistas não avançaram muito nos últimos cem anos. Basicamente, o que de mais importante se sabe sobre tal personagem foi publicado no livro de Carlos J. Bachmann, de 1921, que escreveu:

(...) apareceu na vila de Motupe, sem saber-se de onde e nem quando, um peregrino cujo nome, segundo dizem, respondia ao de Juan Agustín de Abad. Este ermitaño prontamente se rodeou de boa reputação por suas raras virtudes (...). Raramente o viam, não mais de uma vez por semana [ele aparecia] em Olmos e Motupe, ignorando-se onde residia, como vivia e de que se ocupava. Quando chegava ao povoado, visitava a igreja, fazia compras, repartia as esmolas, dava conselhos aos afligidos, curava enfermos, e mais de um milagre dos que lhes atribuem são relatados

hoje mesmo com marcante fé (...). Um belo dia desapareceu este justo homem sem que ninguém soubesse para onde havia se dirigido; alguns o davam como morto (1921, p. 113).

Pelos depoimentos colhidos por Bachmann, dizia-se que o *ermitaño* recitava o rosário nas igrejas, capelas e residências de Motupe e Olmos, trocando objetos sagrados feitos por ele por comida. Nunca aceitava dinheiro, era um andarilho resistente que ninguém conseguia seguir ou acompanhar, descobrindo um olho de água “santa” e deixando como presente um manto – por muito tempo venerado na igreja de Santo Domingos de Olmos e, posteriormente, em uma casa particular na mesma cidade.¹⁶

Ainda que pesquisadores tenham tentado encontrar novas informações sobre o *ermitaño*, pouco ou quase nada foi acrescentado ao que Carlos Bachmann apresentou em 1921. Com tantas dúvidas, surgiu certa confusão ao retratar o personagem: o etnólogo alemão Hans Henrique Brüning, em 1907, escreveu que quem havia construído as cruzes em Motupe e Olmos era um sacerdote franciscano chamado “Padre Guatemala” (BRÜNING, apud SCHMELZ, 2013, p. 10-11). Pesquisas posteriores como a de Bachmann (1921) e León Baradiarán y Paredes (1935) notaram a confusão de nomes, concluindo que a maior parte dos relatos se referia a *Juan Agustín de Abad* como aquele que fizera as cruzes (SCHMELZ, 2013, p. 11-12).

Mesmo que tenha acontecido alguma sobreposição de sujeitos, todos os autores aqui citados, de Brüning (1907) até Schmelz (2013), passando por León Baradiarán y Paredes (1935), Del Castillo Niño (1967), Ibañez (1976) e Fernández (2007), elencaram algumas características para *Juan Agustín de Abad*: peregrino catequizador de almas; grande orador; aparecia e desaparecia quando queria, sem que ninguém soubesse de onde vinha e para onde ia; curava os enfermos, dava conselhos, repartia as poucas esmolas que possuía; ninguém duvidava de sua santidade; benfeitor religioso, diretor espiritual; de vida simples, era bondoso; porém, às vezes era duro em seus discursos; sóbrio no comer e modesto no vestir; severo e sereno, honesto de costumes. Por muito tempo seu desaparecimento inesperado foi tema obrigatório de todas as rodas de conversa na cidade e no campo, reunindo-se fragmentos das principais

15 Entrevista de Carlos Bachmann com o senhor José Mercedes Anteparra (BACHMANN, 1921, 351; Fernández, 2007, p. 133).

16 Talvez um dos últimos pesquisadores a visualizar tal manto tenha sido Bernd Schmelz, antropólogo alemão que esteve no norte do Peru no final da década de 1980. Ele relata ter visto o manto na casa da senhora Angélica León Adrianzén, então com 91 anos de idade em 1989 (SCHMELZ, 2013, p. 13-14). Em entrevista para o autor deste artigo, a senhora María Altemira Andonaire Huertas também afirmou que o manto do eremita estava sob a guarda de Angélica León. Porém, desconhecia, na atualidade (2018), o destino do manto. Entrevista com María A. A. Huertas, cinco de agosto de 2018 e por e-mail.

atuações do eremita “percursor da fé” naquela região do Peru. Sem respostas e aflitos com o repentino desaparecimento do eremita, “os moradores mandaram rezar missas por sua alma, pedindo sua intervenção diante do Todo Poderoso” (Ibid.).

Em entrevista para o documentário “A Maravilha do Século”, o presidente da Irmandade da Santa Cruz de Chalpón, José Maria Cabrejos Sandoval, afirmou que muito do que se fala sobre o tal *frayle Juan Abad* não passam de lendas inventadas pela população. Outra entrevistada em Motupe foi Socorro Ruiz Chully,¹⁷ que atendia em uma das centenas de barracas de produtos religiosos que encontramos ao longo da escadaria da montanha Chalpón, ajudando a mãe na venda de *souvenirs* para os turistas/peregrinos. Foi para esta jovem que tive de responder se o corpo de *Juan Agustín de Abad* estava enterrado em Roma e se ele havia sido canonizado. Para ambas as perguntas a resposta foi a mesma, e, assim como a reação do senhor Cabrejos, a jovem não mostrou desapontamento.

Considerações Finais

Não há como negar que as devoções iniciadas pelo personagem se desenvolveram em um fundo cultural religioso comum, qual seja: o catolicismo latino-americano, “região do mundo em que o tamanho do clero sempre foi inversamente proporcional à força de alcance da fé” (MENEZES, 2004, p. 132). Contudo, apesar deste fundo cultural religioso que aproxima populações das três Américas, definitivamente não há como acreditar em uma crença homogênea em torno do eremita e das devoções a ele atreladas, pois nem em Motupe assim ela se apresenta.

Tradições foram sendo construídas e transmitidas pela oralidade e pela experiência, de geração em geração, sendo vividas pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história. Mesmo que tenha sido a história a dar o escopo instrumental que fundou as devoções, a narrativa hegemônica que tornou objetos, lugares e símbolos verdadeiros patrimônios culturais foi uma construção comunitária, local, atrelada a valores dos grupos sociais ao longo do último século e meio.¹⁸ Essa constatação serve como problema ou pergunta geral que pode ser feita a outras devoções ligadas ao eremita italiano nas Américas, não para generalizar respostas, mas para, justamente, alcançar suas particularidades.

Referências

- ÂNGELO, E. R. B.; SIQUEIRA, E. D. de. “Patrimônio cultural na contemporaneidade: discussões e interlocuções sobre os campos desse saber”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 51-86, dez. 2018.
- BACHMANN, C. J. **Monografia histórico-geográfica**. Imp. Torres Aguirre, Lima, 1921.
- BRÜNING, H. H. **Estudios monográficos de Lambayeque**. Compilado por James M. Vreeland, Jr. Sican. Lima: Editorial Grafica Pacific Press S.A., 1922.
- DEL CASTILLO NIÑO, C. **La Cruz del Chalpón: Leyenda, Tradición, Relato**. Lima: Segunda Edición, 1967.
- FERNÁNDEZ, J. C. **Motux: Historia, Tradición y Fe en el Norte del Perú**. Chiclayo: Facultad de Humanidades, Universidad Católica Santo Toribio de Mogrovejo, 2007.
- IBAÑEZ, E. W. **Los Chimús, La Cruz de Chalpón, em la leyenda de los siglos**. Enrique Vera: Lima, 1976.

17 Socorro Ruiz Chully, 26 anos (2018), moradora de Motupe. Entrevista feita pessoalmente em três de agosto de 2018 e por e-mail.

18 Hipótese amplamente amparada nas afirmações de Meneses (2018, p. 69-75), que aborda o patrimônio cultural como uma forma de história pública.



KARSBURG, A. **O Eremita das Américas: a odisséia de um peregrino italiano no século XIX**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014.

KARSBURG, A. Tradição e história de uma devoção católica no norte peruano: Santíssima Cruz de Chalpón. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano. 13, n. 38, 2020, p. 09-36. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/53482>>.

LÉON BARADIARÁN, A.; PAREDES, R. **A golpe de arpa: Folk-lore lambayecano de humorismo y costumbres**. Lima, 1935.

MAUAD, A. M. Usos do passado e História Pública no Brasil: trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). **História Crítica**, n. 68, 2018, p. 27-45. Disponível em: <<https://doi.org/10.7440/histcrit68.2018.02>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

MENESES, J. N. C. “Todo patrimônio é uma forma de história pública?”. In: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T. (Orgs.). **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 69-75.

MENEZES, R. de C. **A Dinâmica do Sagrado**. Rituais, Sociabilidade e Santidade num Convento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

MENESES, U. B. de. História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. n. 34, 1992, p. 9-24. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>>.

NORA, P. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993, p. 7-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>>.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>.

SCHMELZ, B. **El nacimiento de un símbolo de identidad: La Santísima Cruz de Chalpón de Motupe (Perú) y la protohistoria de su fiesta**. Museum für Völkerkunde, Hamburgo, 2013.

STEIL, C. A. **O Sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o Santuário de Bom Jesus da Lapa – Bahia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.



A TRANSMISSÃO DO SABER-BENZER DO ORAL AO DIGITAL

*Mariana de Carvalho Ilheo***Universidade Estadual de Campinas****Introdução**

No século XXI, o benzimento tem ganhado evidência na esfera pública diante do que se configura como uma virada para o resgate do ritual e dos conhecimentos tradicionais a ele associados. Isso se dá através da institucionalização enquanto prática alternativa de Saúde e Patrimônio Cultural (MIWA, 2014; TONDATO, MACHADO, 2012; SANTOS, 2009); e também de outras iniciativas para além do Estado, com o engajamento de benzedoras e benzedores, pesquisadores e coletivos autônomos.

Esse ofício tradicional contempla um conjunto de problemas que determina verbos, ações e materiais específicos que, através da habilidade de benzedoras e benzedores, são costurados com base em uma percepção holística do “ser” no mundo (ILHEO, 2019 a; 2018). Uma etnografia multissituada tem sido realizada desde o sul de Minas Gerais,¹⁹ pensando em como as coisas importam, direta ou indiretamente, os usos e suas propriedades em potencial (Cf. MEYER E HOUTMAN, 2019; INGOLD, 2015; 2010; CSORDAS, 2008; MARCUS, 1995). Uma concepção alargada de mídia dá margem para entender os processos de mediação através dos quais o invisível e o visível se conectam e tomam forma (MEYER, 2015; 2011). Com isto, é possível perceber sua expressão material, incluindo corpos; espaços; gestos ou palavras; elementos naturais, objetos e artefatos; anúncios, santinhos ou orações escritas; ou as mídias digitais.

Baseando-se na relação entre mudanças nos modos de vida e nos modos de benzer, alguns deslocamentos desta trajetória de pesquisa ajudam compreender um processo mais amplo que atravessa diferentes escalas, incidindo diretamente nas formas de iniciação, transmissão e organização da benzedura. O primeiro reflete mudanças culturais, demográficas, econômicas; duas delas são centrais aqui. A passagem de um ambiente rural para o contexto urbano, alterando os arranjos sociais estabelecidos, e a dinâmica do campo religioso brasileiro (ILHEO, 2018; OLIVEIRA, 1985). O segundo deslocamento vai da “religião” à “espiritualidade” – deixando de estar a prática exclusivamente associada ao catolicismo popular, por si só uma categoria abrangente e internamente diversa (Cf. FRIGERIO, 2018; DE LA TORRE, 2009; STEIL, 2001), e incorporando a Nova Era e outras vertentes alternativas, esotéricas, mágicas ou místicas (SUSSOL, 2020; TULLIO, 2017). Um terceiro aspecto aponta para a diferenciação entre a economia de dádiva – relacionada a um dom divino e praticada em nome de caridade, sem compensação monetária direta, mas considerando prestações e contraprestações sistemáticas (Cf. MAUSS, 2015) – e outros regimes, como o mercado de bens espirituais (CALVELLI, 2009). No que toca à sua organização, deixam de ser somente agentes autônomos (Cf. BRANDÃO, 2007), e passam a integrar equipes corporadas, organizando-se em espaços de atendimento, vivência, relatos e estudos coletivos. Por fim, um último deslocamento contempla a incorporação de plataformas digitais como uma possibilidade de estabelecer comunicação, de divulgação, realização e produção de conteúdo (ALVES, s/d); disto, emergem novas situações para a formação de novos agentes, como a realização de cursos e oficinas na internet (ILHEO, 2019 b).

Esta comunicação visa analisar comparativamente as condições de transmissão do saber-benzer para o desenvolvimento da habilidade técnica em função de três contextos tecnológicos não antagônicos, mas complementares: a oralidade, associada a um dom ou à iniciação guiada por um(a) mestre; o uso de textos relacionados às fórmulas rituais e meio para sua continuidade; os recursos digitais e as novas modalidades de comunicação em massa, como as redes sociais.

19 Dissertação em andamento, intitulada Benzimento em movimento: materialidade, bênçãos e curas no sul de Minas Gerais – com financiamento do CNPq (2018-2020). N° CAAE 04437318.3.0000.8142.



Reza falada, reza escrita e reza na rede

O imaginário da benção evoca sua presença desde o período colonial (SOUZA, 1994), como uma modalidade de cura e bênção através de palavras proferidas com o intuito de reza, associadas a procedimentos específicos. O fenômeno é enquadrado a partir do “sincretismo” entre as tradições de matriz africana, indígena e ibérica. E associado com as medicinas tradicionais e concepções não hegemônicas de doenças, corpo e saúde; e com o catolicismo dito popular, mas também esbarra nas noções de feitiço e de bruxaria, atuando contra embruxamentos (MALUF, 1993). Se por ora é oposta à magia, outrora pode desta se aproximar sob a égide do estigma social.

Aproximando ciência, magia e religião diante da capacidade de alteração de situações concretas e cotidianas por meio da dimensão técnica de práticas rituais, Luís da Câmara Cascudo (2012) enquadra esse fenômeno como uma das facetas da “ciência do povo”: um sistema de conhecimentos empiricamente verificados que versa, entre outros assuntos, sobre saúde e doenças. Segundo ele, sua repetição ritual no âmbito da teologia popular lançaria bases para a continuidade, sendo convencionada e transmitida geracionalmente através da oralidade a partir de representações culturais e espaços de socialidade coletivos – como a casa e a família e, por isto, mulheres e crianças eram vistas como principais os vetores. O ato de benzer é lido como uma forma de comunicação anterior à comunicação verbal, uma “linguagem oro-gestual” através da qual a mensagem transmitida é reiterada, permanecendo inalterada (CASCUDO, 2003). É notável sua importância da oralidade para a reprodução da prática diante de mudanças estruturais em instituições através das quais é transmitida e exercida; as orações são atravessadas por uma concepção geral de que “(...) pertencem à tradição oral e não são aprendidas em livros” (POEL, 2013, p. 120).

No giro do folclore para a cultura popular, a palavra ganha destaque e passa a ser “o eixo de tudo” (Cf. PEREIRA E GOMES, 2018, p. 33 ss). As rezas proferidas pelos benzedores são lidas como fórmulas mágicas; invocando representações mentais, metáforas e narrativas míticas, através de analogias as benzedoras e benzedores estabelecem relação entre o homem e a natureza para localizar as doenças de forma integrativa. Já Edimilson Pereira e Núbia Gomes (2018) consideram que a cura ocorre através da palavra, associada à crença no ritual, no poder divino e no agente. O segredo, por sua vez, faz parte da tensão entre o que pode e o que não pode ser revelado, mantendo o acesso restrito às pessoas iniciadas no ofício. Em uma publicação seminal, Elda Rizzo de Oliveira (1985) coloca a especificidade da benção em um modo artesanal de produzir bênção e cura – cujo ofício os detentores estariam localizados nas classes populares e à margem da Igreja e da medicina científica – e considera diferentes modos de iniciação conforme as vertentes religiosas. Também nota a ampla difusão entre todos os segmentos de uma sociedade até pouco tempo majoritariamente iletrada; assim como antecipa aspectos sobre o impacto dos processos de urbanização, industrialização e da reorganização do campo religioso para sua ocorrência (Cf. BOURDIEU, 2004). Ela considera que nas periferias de grandes cidades, as práticas se aproximam mais de uma perspectiva tradicional associada a um contexto rural e à religiosidade popular (Cf. ILHEO, 2019a; ILHEO, 2018). Já nos grandes centros, estariam cada vez mais próximas da chamada Nova Era, atravessadas por elementos “esotéricos” e “neo-esotéricos” e dinâmicas transacionais (DE LA TORRE, 2009). Além da relação com o Reiki e outras práticas alternativas, há uma aproximação com a astrologia e o tarô, numerologia, orientação holística, constelação sistêmica, entre outras. Com isto – além da ampliação e diversificação da oferta de bens espirituais – são cada vez mais impactadas pela lógica neoliberal, total ou parcialmente monetizados (CALVELLI, 2009).

Com uma etnografia no sul de Minas Gerais, três formas de iniciação são verificadas: a revelação religiosa do dom divino, a transmissão hereditária ou aquisição pela experiência vivida dentro do sistema de dádivas (ILHEO, 2018, p. 154). Dessa forma, o saber-benzer é mediado pela experiência sensível e o desenvolvimento da habilidade se desdobra em um sistema de classificação de mediadores divinos, plantas, animais e minerais, doenças e seus sintomas, ou ainda orações para tratá-las. Por isto, estudiosos e praticantes notam que “(...) fica difícil sistematizar o saber das rezas numa “receita” e simplesmente repassar o “como fazer” às outras pessoas” (SANTOS, 2009, p. 31).

Esses deslocamentos incidem nos espaços de realização – que antes se restringiam a espaços de atendimento doméstico, e agora incluem shoppings, instituições, espaços, associações, lojas – e meios de divulgação, indo além da informação corrida na boca miúda e incorporando anúncios impressos, estratégias de propaganda multimídia e marketing digital. Diante da crescente tecnologização da experiência ritual, novas mídias para mediação da comunicação acelerada pelo desenvolvimento tecnológico (Cf. SANTAELLA, 2015; GOODY, 2012 b). Mais recentemente, além da iniciação auto-guiada ou mediada por outro agente, surgem publicações de compilações de rezas e orações e manuais práticos para a realização do benzimento, sem mediadores (SUSSOL, 2020; TULLIO, 2017) – fato que chama atenção, entre outras coisas, para um nicho de mercado em expansão, o do mercado editorial para o segmento espiritualidade; a benzedura, por sua vez, é um dos assuntos recorrentes.

Outra novidade são cursos para o “despertar” dessa habilidade, nos quais a informação é enviada aos sujeitos benzedores em formação através de vídeos, tutoriais, áudios, links, imagens, arquivos em PDF, etc (Cf. ILHEO, 2019 b). Reivindicando relações afetivas ou parentais com benzedoras tradicionais, se sobrepõem as figuras da “bruxa moderna” e da “benzedora moderna”, evocando representações coletivas como curandeiras e parteiras, bem como a transmissão da prática através de espaços femininos (Cf. ILHEO, 2017). Deslocando, o sagrado de um plano transcendente para o imanente, a iniciação, neste sentido, deixa de estar condicionada ao dom divino e passa a ser trabalhada a nível subjetivo, com o “despertar” de uma consciência não somente corporal, mas cósmica. Seu caráter de dádiva é mantido pela sacralidade deste processo como uma forma de autoconhecimento, associada ao equilíbrio energético, físico, psíquico e espiritual. Mas, ocasionalmente, pode envolver atividades remuneradas secundárias – como elaboração de material, realização de palestras, consultorias e etc (Cf. ALVES, s/d).

Ao pensar na passagem da oralidade para a escrita em sociedades tradicionais, Jack Goody (2012 a) aponta para a “criatividade oral” a partir da relação complementar entre criação e invenção, diante do fato de que algumas coisas são esquecidas e outras lembradas. Assim, as variações “(...) vão se introduzindo parcialmente porque a memória é imperfeita e as pessoas fazem o melhor que podem” (GOODY, 2012 a, p. 63). Enquanto em certos segmentos da vida social a mudança é mais lenta, em outros, como a religião e o ritual, é mais evidente. Neste contexto, ao internalizar a palavra escrita como forma de memorização e depois reproduzi-la, essa se torna oral; assim atenta para que a palavra pode ser adquirida pela mediação oral de um texto escrito, menos sujeito à variação, e incorporada através de técnicas mnemônicas (GOODY, 2012 b, p. 148s). Questionando pressupostos cognitivistas – que tomam a transmissão geracional de um conteúdo mental pré-determinado em forma de representações mentais – e fugindo da dicotomia entre capacidades inatas e competências adquiridas, Tim Ingold (2010) privilegia o conceito de habilidade (*skill*), desenvolvida por um processo de “educação da atenção” que articula percepção e ação, cuja compreensão reside “(...) na capacidade de improvisação com que os profissionais são capazes de desmontar as construções da tecnologia, e criativamente reincorporar as peças em suas próprias esferas de vida” (INGOLD, 2015 a, p. 110).

Considerações finais

Conforme pretendeu-se argumentar, a relação entre os diferentes tipos de mediação e os diferentes arranjos tecnológicos para sua realização é construída por meio das formas como são encarnadas e incluídas na dinâmica da produção de bênção e cura – que, por sua vez, articula à experiência corporificada múltiplas subjetividades e processos técnicos relacionados à problemas biopsicossociais. À guisa de uma conclusão interessa assinalar três pontos. Primeiro, é importante ressaltar que abordagens sustentadas por dicotomias entre simbólico/material, sagrado/profano, real/virtual, tradicional/moderno, entre outras, não dão conta de abarcar estes deslocamentos. Segundo, endossar as expressões materiais de uma prática associada a uma dimensão imaterial, que acaba por invisibilizar a constituição de corpos, espaços, coisas em fluxo. Isso ajuda a pensar em como categorias como religião, religiosidade e espiritualidade se materializam, por exemplo, no âmbito de políticas públicas que regulam sua ocorrência e em como estas impactam a prática. Terceiro, que uma forma de mediação não exclui a outra, nem

os tipos de mídia estão colocados em uma escala progressiva linear; isso rompe com tentativas de enquadrar sua fluidez, complexificando o cenário diante de casos como a presença de modalidades textuais em regimes associados à transmissão oral, subvertidas em função desta – como por meio de versos ouvidos e decorados. Portanto, é mais fortuito compreender como estas categorias se inter-relacionam no âmbito da prática, modulando diferentes tipos de experiência. Tudo isto aponta para aspectos como o acesso e os usos dos diferentes tipos de mídia; estratégias de comunicação e difusão de informação, por meio de conteúdo autoral produzido; e o potencial criativo relacionado à sua execução, ressignificando e inventando a benzedura conforme a executam.

Referências

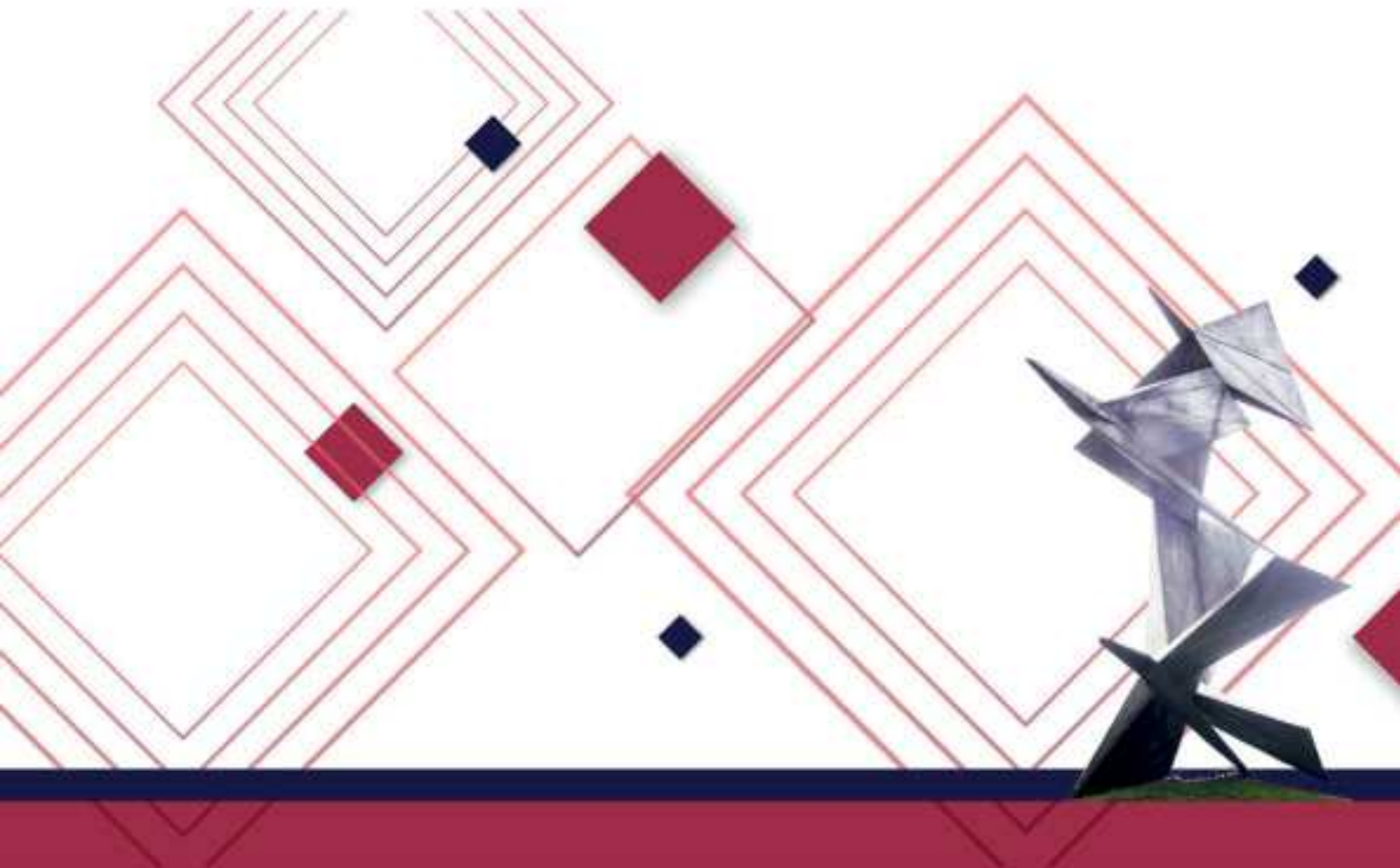
- ALVES, F. G. **Curso de Benzimento**. Edição da autora, s/d, 29p.
- APPADURAI, A. Introdução: Mercadorias e a política de valor. IN: APPADURAI, A. (Org.), **A vida social das coisas**. Niterói, RJ: EDUFF, 2008, p. 15-88.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BRANDÃO, C. R. **Os Deuses do Povo: um estudo sobre religião popular**. 3ª. Ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2007.
- CALVELLI, H. G. O fenômeno da Benzeção Moderna à luz da teoria do consumo moderno. **Interações: Cultura e Comunidade** (Faculdade Católica de Uberlândia. Impresso), v. 4, p. 49-64, 2009.
- CASCUDO, L. da C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12ª ed. São Paulo: Global, 2012.
- CASCUDO, L. da C. Gestos Mágicos. **História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Global, 2003, p. 79-80.
- CSORDAS, T. J. A corporeidade como paradigma para a antropologia. **Corpo / significado / cura**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2008, p. 101-147.
- DE LA TORRE, R. De la globalización a la transrelocalización de lo religioso. **Debates do NER**, n. 16, 2009, p. 9-34.
- FRIGERIO, A. Por que não podemos ver a diversidade religiosa: questionando o paradigma católico-cêntrico no estudo da religião na América Latina. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 34, ago./dez. 2018, p. 75-121.
- GOODY, J. **A domesticação da mente selvagem**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012 a.
- GOODY, J. **O mito, o ritual e o oral**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012 b.
- ILHEO, M. de C. Senhoras do sagrado, médicas do povo: a atuação das benzedoras em Campestre (MG). **Koan – Revista de Educação e Complexidade**, 5. ed., 2017, p. 109-130.
- ILHEO, M. de C. Tradição e prática: um estudo etnográfico do benzimento em Campestre (MG). **Coleção Monografias**, n. 27. Campinas: Publicações IFCH, 2018.
- ILHEO, M. de C. Entre queijo e benzimento: coisas e cura no sul de Minas Gerais. In: DUARTE, Luciano Chinda (org.). **O Patrimônio Cultural entre as teorias e as práticas – reflexões de teoria e prática patrimonial**. Curitiba, PR: Instituto Memória, 2019 [a], p. 205-223.
- ILHEO, M. de C. “A Arte de benzer pelo Whatsapp” e a constituição dos corpos em rede. **Comunicação oral** apresentada na XII Reunião da Associação Brasileira de Cibercultura, Porto Alegre, jul./2019 [b].
- INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.



- INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Revista Educação**, v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.
- MALUF, S. W. **Encontros noturnos**: bruxas e bruxaria na Lagoa da Conceição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnograph. **Annual Review of Anthropology**, n. 24, 1995, p. 95-117.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. IN: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 181-312.
- MEYER, B. Medium. **Material Religion: The Journal of Art, Objects and Belief**, v. 7, n. 1, 2011, p. 58-64.
- MEYER, B. Mediação e Imediatismo: formas sensoriais, ideologias semióticas e a questão do meio. **Revista Campos**, v. 16, n. 2, 2015, p. 145-164.
- MEYER, B.; HOUTMAN, D. Religião material: como as coisas importam. In: GIUMBELLI, Emerson; RICKLI, João; TONIOL, Rodrigo (org.). **Como as coisas importam**: uma abordagem material da religião – textos de Birgit Meyer. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2019, p. 81-114.
- MIWA, M. J. Do benzimento ao reiki: um estudo de caso. **Cadernos de Naturologia e Terapias Complementares**, v. 3, n. 4, 2014, p. 75-84.
- OLIVEIRA, E. R. **O que é Benzeção**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- SANTAELLA, L. A grande aceleração & o campo comunicacional. **Revista Texto** (UFRGS), v. 34, 2015, p. 46-59.
- SANTOS, F. V. dos. O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar. **Revista CPC**, São Paulo, n. 8, mai./out. 2009, p. 6-35.
- SOUZA, L. de M. e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- STEIL, C. A. Pluralidade, modernidade e tradição. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 3, n. 3, 2001, p.115-129.
- SUSSOL, M. **O livro dos benzimentos brasileiros**. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2020.
- TONDATO, A. L.; MACHADO, C. E. Profissão de benzedor: considerações sobre a oficialização da profissão de benzedor e a inserção de terapias alternativas no atendimento público de saúde. **Diversidade Religiosa**, v. 1, 2012, p. 1-14.
- TULLIO, T. **O livro das rezas**. Manual da Benzedeira. 2. ed. Clube de Autores, 2017.



GT 9



GERMANIDADE E ETNICIDADE: O CASO DE ESTRELA/RS

Josemir José Gregory

Universidade La Salle

Introdução

Localizado no Vale do Taquari, zona central do estado do Rio Grande do Sul, o município de Estrela possui laços de memória e de identidade expressivos no que diz respeito à colonização germânica. Atualmente, Estrela possui uma população estimada de 34.116 habitantes, distribuídos em treze bairros e quatro distritos em um território de 118,963 Km². Todavia, foi durante o século XIX, quando se tornou a primeira colônia no processo imigratório europeu da região do Vale do Taquari (1856) e a décima do estado do Rio Grande do Sul (ROCHE, 1969, p. 9), “que a localidade percebeu algumas de suas mudanças territoriais e populacionais mais significativas, tendo sido emancipada de Taquari em 20 de maio de 1876”.

Habitada inicialmente por posseiros e grupos indígenas, a sub-região Alto Taquari passou a integrar o processo de colonização por imigrantes germânicos e descendentes por meio das colônias particulares que se estabeleceram a partir de 1850. Um dos aspectos mais notáveis desse processo foi, justamente, a existência de igrejas protestantes e católicas, cuja localização esteve alinhada com a própria ocupação territorial da localidade, que se deu por meio das chamadas picadas, nome dado aos primeiros lotes de terras para colonização alemã (BLUME; WITT, 2014).

No âmbito espacial e social, algumas práticas e espaços de memória acabaram gerando o ideal de germanidade e etnicidade, ou o *deutschtum*, algumas vezes em forma monumental, alguns históricos e outros mais recentes, resultado da mercantilização do turismo, que ocorreu a partir de 1990, “re”construindo e “re”formulando parte da identidade que sofreu impactos com a política de Nacionalismo durante o período varguista que ocorreu entre os anos 1937-1945 ou a partir de eventos, como o tradicional baile do *Chucrute*, que ocorre anualmente junto às comemorações de aniversário do município de Estrela. Porém, neste estudo serão considerados apenas alguns dos espaços, sendo que no município, assim como em municípios vizinhos, existem vários monumentos ditos como “celebrativos” relacionados aos teuto-brasileiros.

Memória social dos teuto-brasileiros em Estrela: uma breve discussão de espaços e práticas alinhadas a germanidade

Desde o início de sua instalação em território brasileiro, os grupos de imigrantes preocuparam-se com a preservação da memória, tanto familiar quanto coletiva e estava presente na fundação de associações culturais. (MEYRER; NEUMANN; GEVEHR, 2016, p. 413). Nesse sentido, o *Deutschtum* foi um elemento articulador da identidade germânica tanto na própria Alemanha pós-unificação, tanto em práticas e espaços que pretendiam requerer vínculos identitários germânicos. Trata-se, portanto, de um projeto socialmente construído conforme diferentes interesses, que podem variar de casos políticos, como caso do nazi-fascismo, ou da formação de comunidades imigrantes nas Américas.

Em Estrela, “é perceptível espaços de reprodução de memória, uma forte preocupação com a expressão e afirmação de representações associadas à identidade étnica” (MEYRER; NEUMANN; GEVEHR, 2016, p. 410). De imediato, identifica o monumento chamado “*Chuck e Ruth*”¹ (similar ao monumento “*Fritz e Frida*”, em Santa Cruz do Sul/RS), localizado às margens da BR 386, no trevo de acesso ao município de Estrela. Trata-se do monumento de

1 O nome masculino é originado no chucrute, um prato típico alemão, à base de repolho fermentado.

um casal de imigrantes segurando um copo de cerveja e uma linguiça, com vestimenta típica de origem bávara. Tal monumento busca uma identificação com a cultura germânica, ainda que de forma estereotipada e restritiva.

Imagem 1 – Monumento *Chuc e Ruth*



Fonte: Blog do Airton, 2020.

Um segundo exemplo a ser citado é o pórtico da cidade, remetendo ao enxaimel, técnica construtiva que, embora seja bastante heterogênea e difundida em toda a Europa, convencionou-se estar associada à presença germânica no Brasil, com certo objetivo de anunciar a presença imigrante no local.

Imagem 2 – Pórtico em *enxaimel*



Fonte: Blog do Airton, 2019.

Outro exemplo é o obelisco em comemoração ao centenário da imigração em Estrela, localizado na praça central da cidade. Conforme Stocker Jr. (2019, p. 117), “o processo de construção de monumentos que visavam a perpetuar a germanidade teuto-brasileira se deu de forma bem tumultuada, em contexto de tensão social e política, logo após a 1ª GM (1914-1918), em que Alemanha e Brasil estavam de lados opostos”. Bakos et al., (2004, p.197)

cita que os “obeliscos são monumentos erigidos para uma comunidade a fim de comemorar ou relembrar as futuras gerações de *eventos, sacrifícios, práticas e crenças*”. As autoras (2004, p. 197) mencionam que “os obeliscos brasileiros, norte-americanos e argentinos foram suportes para o registro de fatos históricos, ao lembrar, para quem a história pode se fazer com *palavras e sinais*, mas, também, com *paisagens e telhas*”.

Imagem 3 – Obelisco em homenagem ao centenário da imigração alemã no Brasil



Fonte: O autor, 2020.

Além dos monumentos citadinos, existem no comércio de Estrela alguns espaços com nomes que remetem à germanidade. Este é o caso da *Sorvehaus* (casa do sorvete), uma sorveteria que está localizada na área central de Estrela, também, da *Brodhaus* (casa do pão), que se trata de um mercado e padaria, também no centro da cidade. Cabe citar, também, algumas práticas e festividades em alusão à imigração germânica no município. Em Estrela, existe o “Festival do Chucrute”, cuja atração principal é um grupo de danças germânicas que no ano de 2019 comemorou seu 54º evento que ocorre junto às comemorações de emancipação do município em dois finais de semana com o tradicional baile “típico”. Para Nicolini (2012, p. 79), o “festival do Chucrute em Estrela se diferencia das demais feiras e festividades que acontecem no Vale do Taquari por não ser promovida pela administração pública nem pela privada, pois foi criada e é mantida pelos próprios membros da comunidade”.

Considerações finais

Mesmo que existam muitos elementos que contribuem para identificação étnica teuto-brasileira em Estrela, ainda que de forma estereotipada, assim como nas demais colônias de origem germânica, tal constatação não está oficializada na dimensão patrimonial, durante muito tempo marcada pela matriz luso-brasileira. Em consulta ao



site do IPHAN (Instituto do Patrimônio histórico e artístico nacional), foi constatada a ausência de patrimônios culturais relacionados à imigração alemã no Vale do Taquari. No site do IPHAE (Instituto do Patrimônio histórico e artístico do Estado do Rio Grande do Sul), apenas a prefeitura municipal de Lajeado e o jornal o Taquaryense² estão entre os bens tombados, sendo que ambos remetem ao período republicano e não correlacionam-se com a memória da imigração teuto-brasileira. Os patrimônios culturais associados à cultura teuto-brasileira estão localizados, majoritariamente, no Vale dos Sinos,³ berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul.

Em Estrela, a maior parte do patrimônio relacionado à imigração se concentra na zona rural devido aos lotes que foram disponibilizados aos imigrantes, assim como nas demais colônias germânicas, e não foi realizado nenhum levantamento com a finalidade de identificar este patrimônio fora da área central. Deve-se levar em consideração que o levantamento do patrimônio na pesquisa de Schnack (2012) não tinha como objetivo identificar o patrimônio relacionado a colonização germânica, e por isso seu recorte espacial foi na área central. Porém, é contraditório que exista uma preocupação em uma “re”construção, tanto de espaços como de práticas associadas a colonização germânica e a ausência de patrimônio histórico relacionado a este grupo.

Referências

- BAKOS, M.; BRITO, M. R. de; SILVA, B. M. da. Obeliscos americanos: polêmicos da Gênese a forma. **PHOINIX**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1 p. 195-199, 2004.
- BLUME, W. A.; WITT, M. A. Organização social e mobilidade espacial: estudo sobre imigrantes alemães e descendentes no Brasil e na Argentina. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 7-18, jul./dez. 2014.
- MEYRER, M. R.; NEUMANN, R. M.; GEVEHR, D. L. Ambiências, expografias e seus objetos: a imigração alemã no sul do Brasil a partir das narrativas museológicas. **História: Debates e Tendências**, v.16, n. 2, p. 408-425. jul./dez. 2016.
- NICOLINI, C. Manifestações culturais e identidade germânica no Vale do Taquari: os grupos de danças folclóricas de Estrela e o festival do Chucrute. **XII Encontro De História**, FURG, 2012.
- OCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- SCHNACK, A. C. **Patrimônio arquitetônico de Estrela, RS: diagnóstico para preservação**. Dissertação, Santa Maria, 2012.
- STOCKER JR., J. L. Sob o Königsberg: Paisagem e Patrimônio Cultural da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo. **Dissertação** de mestrado em Planejamento urbano e Regional, UFRGS, 2019.

2 A prefeitura municipal de Lajeado foi tombada no ano de 1984 e o jornal “O taquaryense” no ano de 2013, porém, ambos os bens tombados no Vale do Taquari não possuem vínculo com a colonização germânica. Ambos tombados pelo IPHAE.

3 Entre os bens tombados relacionados a imigração germânica no Rio Grande do Sul está a Casa da Feitoria Velha (atual Museu do Imigrante) em São Leopoldo, na qual parte da casa desabou no ano de 2019. Em Novo Hamburgo, a casa Schmitt-Presser, inscrita no livro tombo de Belas Artes em 1985. e em 1986, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Seu tombamento está vinculado a sua importância na técnica construtiva enxaimel e também por ser ponto de referência no desenvolvimento socioeconômico por ser uma das “vendas” mais antigas da região. Além do espaço citado acima, no portal do IPHAN consta que em 2015 foi tombada uma área com cerca de 70 imóveis em Novo Hamburgo. Entre os imóveis preservados estão igrejas, um cemitério, e o Parque Henrique Luiz Roessler, conhecido como Parcão, considerado o último lote íntegro da colonização alemã nessa área. Segundo a história local, esse é o primeiro núcleo urbano, gerado pela dinâmica da imigração alemã e isso graças ao patrimônio material e imaterial consolidado ao longo dos anos. (IPHAN, 2019).

ESCOLA DE CAMPO: IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL*Shirlei Alexandra Fetter***Universidade La Salle***Raquel Karpinski***Universidade Federal do Rio Grande do Sul****Introdução**

A presente discussão parte, inicialmente, de reflexões realizadas no campo patrimonial cultural fazendo parte do percurso investigativo durante a produção do presente artigo. Partindo do interesse em se investigar práticas educativas no caminho da valorização das identidades culturais, compreendendo-se o patrimônio histórico material e imaterial, a partir das escolas de campo como percurso produtivo na discussão dos referidos aspectos.

Segundo Tomaz (2010) tal trabalho se concretiza pela proposta da Educação Patrimonial, na perspectiva pedagógica que visa um processo de valorização, conhecimento e preservação cultural da identidade e dos valores locais.

A Educação do Campo vem abrangendo um espaço político cada vez maior na sociedade contemporânea, como uma conquista dos movimentos sociais e, fomentadas pelas iniciativas governamentais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 ressalta aspectos que apontam a escola de campo inserida na comunidade local, favorecendo o desenvolvimento no sentido de considerar o campo como espaço voltado não só à economia, mas também como elemento fundamental para garantir qualidade de vida daqueles que vivem no meio rural (BRASIL, 1996).

Compreendemos que a escola do campo ao atuar pela qualidade, resguarda aquilo que é cultural, isto é, conserva os valores próprios da cultura vivida pela população do campo. Acreditamos que, ao proporcionar ações práticas dentro da realidade cultural do campo, os/as estudantes entram em contato com algo concreto e não somente com conceitos teóricos típicos de uma educação bancária e descontextualizada. Dessa forma, afirma-se a possibilidade da escola de campo como trabalho de cunho cultural, através da contextualização da prática e do fazer educativo.

Patrimônio local e escola de campo

Faz-se necessário um esboço histórico sobre a concepção de Patrimônio, para entender o que está assim proposto pelo desenvolvimento deste trabalho. Segundo Tomaz (2010), o conceito de Patrimônio, refere-se, excepcionalmente ao legado paterno, isto é, aos bens transmitidos de uma geração a outra. O autor também define o Patrimônio como bens que perpassam a sociedade atribuindo significado à história vivenciada pelos ancestrais de cada povo. Segundo Maia (2003), Patrimônio Histórico: “Pode-se conceituar como as diferentes maneiras de viver de um povo, transmitidas de geração a geração recebidas por tradição” (MAIA, 2003, p. 39).

Logo, torna-se importante observar que, em seu sentido peculiar, o conceito de Patrimônio inclui não apenas os pertences materiais, mas também os imateriais de um povo. Compreende desde construções, acervos destinados à consultas e visitas; documentos e objetos, bem como os valores, costumes e tradição de um determinado grupo social. Perante a necessidade de fortalecer a história e a tradição dos povos, afirma-se o patrimônio cultural como a identidade de um povo. Segundo Peralta e Anico (2006), patrimônio cultural se constitui como identidade por suas variadas relações com a sociedade. Sua coletividade está na construção homogênea da identidade social e cultural e, pela concretização perante o grupo. Como vimos, patrimônio cultural é um conjunto material e imaterial, que pertence ao interesse coletivo de uma comunidade (MAIA, 2003).

Com isso, educação do campo vem contemplar o ensino voltado à realidade dos estudantes, onde o conteúdo curricular e as metodologias de ensino do professor devem ser adequados às necessidades e interesses dos mesmos na zona rural, os quais necessitam de um ensino que valorize, dentre outros aspectos, a cultura da criança que vive no campo e seu modo de vida (ARROYO, 2004).

Compreende-se, aqui, a importância do patrimônio da humanidade, porque nele se reconhece que em uma determinada cidade ou região há tanta riqueza cultural preservada. Os conceitos de patrimônio cultural acrescentam o meio ambiente, aqui denominado meio ambiente cultural, que pode afirmar-se como as - “riquezas” - culturais de um local. Não se pode excluir o meio ambiente da abrangência do patrimônio cultural, sendo esse considerado como uma derivação dos estudos e conhecido como meio ambiente cultural de vivências e do desenvolvimento comunitário local (VARINE, 2013).

Diante do processo de discussão que surgiram ao longo dos anos sobre a educação do campo, priorizou-se a valorização dos seus saberes enquanto patrimônio cultural, na perspectiva sustentável local, entrelaçando o fazer pedagógico às raízes do patrimônio cultural. Os conhecimentos produzidos relacionam-se com o incremento da escola participativa na comunidade e nas relações com outras instituições de ensino, valorizando os saberes do campo que fortalecem e aproximam os sujeitos da comunidade.

A escola do campo recebe a comunidade de estudantes que se caracterizam pelo trabalho rural, desde onde, se valoriza os saberes da vida no campo no ambiente escolar e, prioriza-se à aprendizagem significativa para a comunidade do campo (ARROYO, 2004). Sua definição enquanto instituição - situada no espaço rural - é definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *como identidade e referência ao lugar à que pertence*.

Segundo Galdart (2002) na educação do campo é preciso refletir sobre como se ajuda a construir, desde a infância, uma visão de mundo crítica e histórica, como se aprende e como se ensina nas diferentes fases da vida a olhar para a realidade enxergando seu movimento, sua historicidade e as relações que existem entre uma coisa e outra, como se aprende e como se ensina a tomar posição diante das questões do seu tempo, como se aprendem e como se ensinam valores sociais e como se educam valores humanistas, como se educa o pensar por conta própria e o dizer a sua palavra e como se respeita uma organização coletiva. Atesta Peralta e Anico (2006) que a escola de campo precisa não deixar desflorar o cultivo de suas identidades culturais.

Uma das funções da escola de campo é trabalhar a identidade cultural, no sentido de ajudar a construir a visão que a pessoa tem de si mesma - autoconsciência de quem é e com o que ou com quem se identifica - identidade campesina de trabalhador, identidade de gênero, de cultura, de povo, de nação (GALDART, 2000). Compreende-se que este é um aprendizado humano essencial, assumir a identidade pessoal, social e cultural. Educação do campo com raízes é considerada por Arroyo (2004) como a constituição e o fortalecimento das identidades culturais, isto é, valores, modo de vida e memória. Em consequência, a escola do campo será tanto mais significativa se ela estiver em sintonia com os processos e as realidades vivenciados pelos seus educandos - se ela mesma consegue constituir um processo social - cumprindo a tarefa da socialização de que tratamos antes - capaz de ajudar a construir e fortalecer identidades.

Pensando sobre a intencionalidade política e pedagógica da educação do campo, a escola ao trabalhar com ênfase no cultivo de identidades, memória e resistência cultural (MALTÊZ, 2010). A mesma tem como finalidade - que não pode ser subestimado - na formação de seus educandos importância da educação do campo, já que em comunidades camponesas existe o traço cultural que a escola assume, além de todo um trabalho ligado à memória, à cultura, aos valores culturais locais.

Considerações

Nestas reflexões considera-se a importância de preservar, os aspectos que engrandecem a presença da escola no campo enquanto fomentadora do patrimônio cultural do campo. Tendo em vista a Educação do Campo como potencializadora da articulação e (re) construção da cultura rural, considerando os aspectos de vida, os significados e saberes das pessoas que vivem nesta localidade, buscando valorizar suas relações culturais e econômicas, evidenciar-se a sua importância na construção de valores que sejam significativos à humanidade, tais como: solidariedade, democracia, justiça e transformação social da sua realidade.

Procurando aprofundar o debate em questão, o estudo apresentou algumas questões educacionais que consideram propostas de educação do campo condizentes com a preservação de patrimônio cultural. Entretanto, para preservar o patrimônio serão necessárias ações sólidas e eficazes entre escola e vida real da comunidade escolar, de forma que é primordial que cada indivíduo tenha consciência da importância do patrimônio cultural herdado e, ao mesmo tempo, se comprometa em qualificá-lo.

Para a garantia dessas ações é fundamental a ampliação de trabalhos de pesquisa envolvendo a realidade educacional do campo patrimonial, desde onde a comunidade poderá ter acesso ao conhecimento do seu passado, para que a partir de então, aprenda a valorizar e respeitar as suas raízes.

Preocupar-se com os bens patrimoniais e culturais é uma questão essencial para a qualificação da sociedade como um todo. Entender o patrimônio como um bem, não só de interesse público, mas no intuito de mobilizar a comunidade para a necessidade de preservá-lo e qualificá-lo através da educação e da prática cidadã é fundamental para a qualificação da comunidade humana.

O patrimônio imaterial é fundamental à comunidade que o produziu e o reproduz. Se a comunidade souber reconhecer, valorizar e preservar o patrimônio cultural no seu entorno, terá dado um gigantesco passo para garantir o bem-estar social. Para isso é imprescindível que, desde a escola, se promovam ações e atividades que qualifiquem o desenvolvimento, em específico da região e da localidade, objetivando a melhoria da qualidade de vida da comunidade e a garantia do exercício da memória e da identidade.

Pensar a educação vinculada à cultura significa construir uma visão de educação em uma perspectiva de longa duração - isto tem a ver, especialmente, com a educação de valores culturais - a educação do campo, além de se preocupar com o cultivo da identidade cultural camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais, buscando emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem como a integração das novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas e humanas.

O vínculo com as matrizes de trabalho e cultura nos remete a pensar em outro traço muito importante para a educação do campo, neste sentido o trabalho e a cultura são produções e expressões necessariamente coletivas e não individuais. Raiz cultural, que inclui o vínculo com determinados tipos de processos produtivos, significa pertença a um grupo, identificação coletiva. Compreender o lugar da escola na educação do campo é ter claro que ser humano ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que se constituem no campo. A escola precisa cumprir a sua vocação universal de ajudar no processo de humanização, com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva. Ao mesmo tempo é chamada a estar atenta à particularidade dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações.

Referências

ARROYO, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M.G., CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. (orgs.) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 out. 2016.

GALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

MAIA, F. A. Direito à Memória: O Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural e o Poder Econômico. **Movendo Ideias**, Belém, v. 8, n. 13, p. 39-42, jun. 2003.

MALTÊZ, C. R.; *Et al.* **Educação e Patrimônio: O papel da Escola na preservação e valorização do Patrimônio Cultural. Pedagogia em ação**, v. 2, n. 2, p. 1-117, nov. 2010.

PERALTA, E.; ANICO, M. (org.). **Patrimônios e Identidades: ficções contemporâneas**. Oeiras: Celta Editora, 2006.

TOMAZ, P. C. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória no Brasil. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. v. 7, n. 2, maio/jun./jul./ago. 2010.

VARINE, H. de. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.



EDUCAÇÃO COMO DIREITO: A INSERÇÃO DE IMIGRANTES NO ESPAÇO ESCOLAR*Maisson da Silva Berg**Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli**Ana Cristina Tomasini***Faculdades Integradas de Taquara - FACCAT****Introdução**

O Brasil tem recebido nos últimos tempos um grande número de imigrantes oriundos, sobretudo, de países periféricos. Se pensarmos historicamente, o Brasil foi no passado um país que recebeu muitos imigrantes, porém, os fluxos migratórios das últimas décadas possuem aspectos peculiares, visto que, são marcados pela crise humanitária que atingiu vários países ao redor do planeta (SCHWINN; COSTA, 2015).

Nesse contexto de mudança e desafios, os acessos a determinados direitos garantidos por lei aos imigrantes, como a educação, merecem a atenção da sociedade e da comunidade científica. Pensando nessas questões, busca-se com esse artigo verificar como se dá o acesso efetivo à educação da população imigrante no município de Igrejinha, no estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim, o artigo está dividido da seguinte forma: na seção 2, discutiremos o referencial teórico sobre a temática; na seção 3, consta a metodologia empregada na realização da pesquisa; na seção 4, os resultados e a discussão; e, por fim, as considerações finais.

Referencial Teórico

A Constituição Federativa do Brasil de 1988, no seu 6º artigo, consagra que o acesso à educação é um direito social e que deve ser garantido a todos os residentes no país, sejam eles brasileiros ou estrangeiros (BRASIL, 2019). O responsável e garantidor desse inquestionável e consagrado direito é o Poder Público. Em pleno século XXI, não cabe assistir crianças e adolescentes enfrentando restrições quanto ao alcance desse direito. Quando a questão aborda às populações de imigrantes contemporâneos, a exemplo da saúde e moradia, a educação, por vezes, também é inatingível para alguns cidadãos, nesses casos, exigem-se do Estado, prestações positivas de universalização e acesso à educação (WALDMAN, 2012).

Por meio dos movimentos migratórios contemporâneos, faz-se necessário entender que garantir o direito efetivo à educação é absurdamente maior que garantir o direito à matrícula na escola e ter acesso à sala de aula. É a inserção social a verdadeira régua para identificar em qual medida o direito à educação está sendo garantido. Vial (2004) alerta para a possibilidade de termos uma sociedade que inclui todos e ao mesmo tempo exclui os ditos incluídos. Para o autor, a diferença entre inclusão e exclusão pode, sutilmente, ser manifestada pelo modo como a sociedade consente aos indivíduos serem verdadeiramente pessoas humanas que gozam plenamente de seus direitos e garantias legais (VIAL, 2004).

Quanto à educação podemos refletir sobre outro “estágio interpretativo”, que se apresenta entre “o direito à educação e os direitos na educação” e nos remete a outra importante consideração “de que a educação é também compreendida como um direito de todos” sem distinção de raça, gênero, classe social ou qualquer outro tipo de diversidade (RANIERI, 2009, p. 270-271). Sob esta ótica, é necessário entender que simplesmente garantir o acesso das populações imigrantes às instituições de ensino não representa conduzir de forma adequada o direito à educação, faz-se necessário inserir efetivamente esse indivíduo no ambiente educacional, romper as barreiras que dificultam esse acesso e prepará-lo para viver e conviver dignamente em sociedade.

Metodologia

Portanto, para a elaboração do estudo, foi realizado um questionário com profissionais da coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. O período de coleta de dados foi no mês de setembro de 2020. Utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Minayo (2014), onde elucidou em três categorias temáticas: Dados documentais quantitativos do acesso de imigrantes na rede de ensino no município de Igrejinha; processo de inserção e acesso à educação dos imigrantes; barreiras para o ensino e aprendizagem dos alunos imigrantes matriculados, as quais elucidam os principais aspectos encontrados no questionário aos profissionais. Com isso, o estudo possui a seguinte problemática: Como é o acesso efetivo da população imigrante matriculada na rede de ensino municipal? Para responder a esse questionamento, estruturou-se como objetivo geral: Analisar o acesso efetivo ao direito à educação escolar por parte de crianças e adolescentes imigrantes que vivem em Igrejinha/RS e refletir sobre a extensão deste direito fundamental.

Quanto ao município do estudo, pode-se destacar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Igrejinha está localizado na Encosta Inferior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. O município se localiza no Vale do Paranhana, distante cerca de 85km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. A área territorial do município é de 136,784 km² e a população estimada em 2020 é de 37.340 pessoas.

Resultado e Discussão

Dados quantitativos do acesso de imigrantes na rede de ensino

Na rede municipal de educação de Igrejinha foi possível perceber, a partir do questionário realizado junto à secretaria de educação, que existem 21 estudantes de outra nacionalidade, que não a brasileira, matriculados na rede. Além de estudantes de outras nacionalidades, estão matriculados na rede 14 crianças que são filhos de imigrantes haitianos, mas que já nasceram no Brasil. A maior parte dos alunos imigrantes matriculados na rede municipal de ensino de Igrejinha possuem a nacionalidade haitiana. Segundo dados do questionário realizado junto à Secretaria de Educação, a faixa etária dos estudantes imigrantes é entre 6 meses e 14 anos. Os alunos imigrantes estão distribuídos em 5 escolas de Ensino Fundamental e em 3 escolas de Educação Infantil do município.

Barreiras para o ensino e aprendizagem dos alunos imigrantes matriculados

Os imigrantes trazem consigo um universo cultural com referências sociais, religiosas e escolares. Imigrar pressupõe uma troca de saberes, um diálogo com as experiências da vida anterior ao novo jeito de viver. Desse ambiente experimental, algumas barreiras podem impor limites às populações imigrantes e sob o ponto de vista educativo, a comunicação parece ser o maior entrave e desafio a ser superado.

De acordo com Costa (2016) a comunicação é a base para a convivência, daí a necessidade da criação e fortalecimento dos laços de confiança e empatia entre os envolvidos do contexto educacional. Segundo a autora, “trazer as famílias imigrantes para as escolas implica aprender a viver juntos, o que, por sua vez, implica viver experiência de contato com o diferente, experiência de solidariedade, de respeito, de tolerância e de diálogo” (COSTA, 2016, p. 5).

Foi assim a experiência verificada entre os familiares dos alunos imigrantes junto às instituições de ensino no município de Igrejinha/RS, um grande esforço ocorria para que a comunicação adequada acontecesse e o diálogo fluísse entre a escola e as famílias. Conforme o questionário, a respeito da pergunta sobre a inserção das famílias dos alunos imigrantes no cotidiano escolar, observou-se a seguinte resposta:

*É complicado, principalmente o contato por telefone com os familiares.
Mas, no presencial, um da família geralmente fala um pouco o português.*

Assim como acontece com os seus familiares, os próprios alunos imigrantes enfrentam a barreira da comunicação no dia a dia escolar. O fato de não dominarem totalmente a língua portuguesa pode distanciar a criança ou o adolescente dos seus pares. No município pesquisado, quando perguntado sobre a inserção dos estudantes no espaço educacional, a barreira da comunicação foi novamente o fator de maior relevância. A resposta para a indagação foi a seguinte:

A grande maioria dos alunos imigrantes fala um pouco de português.

De acordo com Crochík (1997), em se tratando dos alunos imigrantes, é necessário que sejam criadas estratégias pedagógicas adaptadas às condições destes discentes e espaços para a valorização da cultura que esta população traz junto consigo, somente assim será possível a superação da condição de invisibilidade dos imigrantes. A escola é uma instituição inserida em uma sociedade multicultural. É necessário que a organização escolar ultrapasse os seus muros para se tornar uma instituição cultural e preparada para receber os mais diversos alunos, e os atenda de acordo com as suas singularidades. Somente assim, serão plenamente rompidas as barreiras que interferem no efetivo ensino e aprendizagem dos alunos imigrantes.

Processo de inserção e acesso à educação dos imigrantes

O uso de tecnologias para o auxílio da educação é um assunto emergente e que se faz cada vez mais presente nos meios escolares como estratégia de ensino e aprendizagem por parte de professores e alunos nos variados níveis. A utilização de ferramentas tecnológicas que facilitam esse processo é incentivada pelo meio acadêmico e nas produções científicas (CONTE, 2015). Essa inserção de ferramentas tecnológicas auxilia, inclusive, na integração de alunos imigrantes, como foi possível observar a partir da análise do questionário respondido pela Secretaria de Educação de Igrejinha onde consta que,

Os [imigrantes] que ingressaram na escola sem saber o nosso idioma, os professores usam recursos, como por exemplo, o Google Tradutor.

Podemos observar no discurso acima, que o idioma pode demonstrar-se um dificultador para o ensino, porém consegue também apontar novas estratégias e possibilidades dentro da sala de aula, onde o professor utiliza-se de sua capacidade de se adaptar para inovar e transformar a educação em algo dinâmico, com o uso da tecnologia.

A tecnologia no ambiente escolar é um assunto que nos faz refletir sobre a importância do acesso a bases tecnológicas por parte dos alunos, sendo eles imigrantes ou não, em todos os níveis de ensino. Porém no Brasil, barreiras como a desigualdade racial e o racismo institucional ainda podem ter uma estreita relação com essa dificuldade de acesso a bases tecnológicas de aprendizagem.

A desigualdade racial na Educação também se faz muito presente, conforme dados apontados no Boletim 7º do Observatório das Desigualdades publicados no ano de 2020, pois a frequência escolar, taxa de conclusão do ensino fundamental e médio e índices de aprovação, são expressivamente menores em pessoas de pele preta/parda. Entretanto, no estudo foi possível perceber que esses dados e expressivos indicadores de desigualdade racial na educação e o racismo institucional, não foram citados.

Enquanto Secretaria de Educação nunca chegou nenhuma situação de preconceito, bem pelo contrário, são bem acolhidos.

Na resposta, podemos observar que enquanto Secretaria de Educação, as informações de situações de preconceito e discriminação no ambiente escolar com os alunos imigrantes de Igrejinha, não são notificadas. Isso pode estar relacionado a sua inexistência ou se existente, este conflito é resolvido na própria instituição de ensino.

Além da questão do preconceito em relação aos alunos imigrantes, outro fator que chama a atenção é a assiduidade escolar. A assiduidade no espaço escolar ocorre, além do próprio processo de ensino-aprendizagem, com questões relacionadas à alimentação escolar.

A alimentação escolar adequada é considerada um direito fundamental do ser humano. De acordo com a Resolução nº 26 de 17/06/13, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar dos alunos da Educação Básica, o emprego da alimentação saudável adequada contribui para o crescimento e desenvolvimento dos alunos e também para a melhoria do rendimento escolar.

A relação existente entre alimentação escolar e educação é vista não apenas na legislação sobre o assunto, mas também em estudos sobre a temática. De acordo com pesquisas realizadas, uma alimentação escolar de qualidade está estritamente relacionada à fatores que favorecem uma educação de qualidade. De acordo com Padilha, Trajano Júnior e Santos (2019), a alimentação escolar está relacionada não apenas com a aprendizagem e com o desempenho escolar, mas também com a disposição e com a assiduidade do educando. Sobre a assiduidade, os dados do questionário realizado juntamente com a Secretaria de Educação evidenciaram que os alunos imigrantes:

Eles [alunos imigrantes] são assíduos. Muitos até pela questão da merenda escolar.

Como citado anteriormente, a alimentação escolar é um importante recurso que incentiva a assiduidade na escola e favorece uma educação de qualidade. Além desse fator, a sociabilidade é um importante estímulo para a integração escolar. Sobre a convivência e a sociabilidade dos alunos imigrantes com alunos da comunidade local, os dados fornecidos pela Secretaria de Educação evidenciaram que:

Eles [alunos imigrantes] conseguem acompanhar a turma, principalmente pelo bom relacionamento, todos ajudam... E o fato da assiduidade nas aulas também contribui.

Fazer-se presente, assíduo nas aulas, contribui para uma construção da aprendizagem significativa, além de aproximar os educandos imigrantes da cultura local, promovendo assim mais respeito, entendimento e tolerância. Isso incentiva o processo de inserção e o acesso efetivo à educação dos alunos imigrantes.

Considerações Finais

O direito à educação deve ser universalmente garantido, sendo assim, essa pesquisa teve como foco principal verificar como se dá o acesso efetivo à educação pela população imigrante no município de Igrejinha, no estado do Rio Grande do Sul. Os resultados evidenciaram que a totalidade da população de imigrantes em idade escolar estão inseridos no contexto educacional do território pesquisado.

A inserção desse grupo de imigrantes não exclui barreiras no cotidiano escolar. Conforme a pesquisa realizada, foi possível verificar que um dos desafios enfrentados se relaciona com a comunicação, sobretudo, ao idioma. Foi possível observar através dos resultados da pesquisa que, no ambiente escolar, são utilizadas ferramentas tecnológicas, como o Google Tradutor, que contribuem na aproximação da relação entre aluno imigrante e educador, e também entre aluno imigrante e aluno brasileiro.

Apesar de existir no Brasil evidências de desigualdade racial e racismo institucional, não se identificaram no estudo situações relacionadas ao tema que foram notificadas para a Secretaria de Educação. Partindo dessa perspectiva e dos resultados encontrados, entende-se que futuras pesquisas possam ser realizadas junto à comunidade imigrante e com a comunidade escolar para uma melhor compreensão do campo pesquisado.



Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 set. 2020.
- BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>> Acesso em: 14 set. 2020.
- CONTE, E.; MARTINI R. M. F. As tecnologias na educação: uma questão somente técnica?. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, out./dez. 2015.
- COSTA, Graça dos Santos. Educação e imigração: oficinas interculturais como dispositivos para apoiar a participação das famílias imigrantes. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 22, p. 39-61, maio/agosto 2016.
- CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe editorial, 1997.
- IBGE. **Portal do Governo Brasileiro**. Panorama da cidade de Igrejinha. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/igrejinha/panorama>>. Acesso em 30. set. 2020.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.
- Observatório das Desigualdades. **Falando sobre racismo**: Alguns apontamentos acerca das desigualdades raciais no Brasil. Boletim Nº 7, Fevereiro de 2020.
- PADILHA, Bruna Merten; TRAJANO JÚNIOR, Salatiel Braga; SANTOS, Javan Sami Araújo dos. Histórico da alimentação escolar e sua relevância para a Educação Básica Pública. In: IX Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas (EPEAL), 2019, Maceió. **Anais do Evento: IX Encontro de Pesquisa em Educação de Alagoas (EPEAL)**, 2019.
- RANIERI, Nina Beatriz Stocco. O estado democrático de direito e o sentido da exigência de preparo da pessoa para o exercício da cidadania, pela via da educação. **Tese (Doutorado)** - Universidade de São Paulo, 2009. São Paulo: N.B.S. RANIERI, 2009.
- SCHWINN, Simone Andrea; COSTA, Marli M. M. da. Migrações contemporâneas: o Brasil e as políticas públicas para migrantes - análise a partir do projeto de lei 288/2013. In: **XI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea e I Mostra Nacional de Trabalhos Científicos**. 2015.
- VIAL, Sandra Regina Martini. Direito Fraternal na Sociedade Cosmopolita. **RIPE: Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**, Bauru, v. 1, n. 46, p. 119-134, jul/dez. 2006.
- WALDMAN, Tatiana Chang. O acesso à educação de imigrantes em São Paulo: a trajetória escolar de imigrantes em São Paulo: a trajetória de um direito. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade de São Paulo, 2012. São Paulo: T.C. Waldman, 2012.

HISTÓRIA DE VIDA DE MULHERES QUILOMBOLAS COMO PATRIMÔNIO

*Bruna de Souza Medina**Raquel Alvarenga Sena Venera***Universidade da Região de Joinville- Univille****Introdução**

Este trabalho tem como intuito apresentar uma pesquisa de dissertação que está em andamento, que pretende compreender as narrativas de acadêmicas do curso de Licenciatura Educação Escolar Quilombola da Universidade da Região de Joinville – Univille, nos seus processos formativos por meio das suas reflexões (auto)biográficas perpassadas pela experiência de memória. Desta forma, trata-se de uma pesquisa-formação, ou seja, não se trata apenas de coletar dados e analisá-los mediados por um método, mas é uma investigação que, intencionalmente, oferece uma experiência formativa, assim, o principal dado que se investiga é o processo de compressão de si no ato de narrar-se a si mesmo nos arranjos de tempo passado, presente e futuro. Por meio deste processo o projeto problematizará a memória e identidade que permeiam a construção identitária dessas mulheres, por meio da mobilização de suas memórias ancestrais como base neste processo, e que suscita políticas públicas, como a do curso superior do qual fazem parte.

A comunidade a qual essas mulheres pertencem é chamada de “Beco do Caminho Curto”, localizada no distrito de Pirabeiraba em Joinville, SC, e enfrenta problemas já conhecidos nas periferias das cidades como ausência de escola nas proximidades e falta de transporte público para que crianças, adolescentes e jovens acessem à educação; falta de saneamento básico; e de instalação elétrica⁴ e habitações precárias. Através do certificado de remanescente quilombola concedido no primeiro semestre de 2019 ao Beco do Caminho Curto, a comunidade em parceria com a Universidade da Região de Joinville – Univille, que já realiza com ela projetos de extensão desde 2018, conseguiu abrir o curso de Licenciatura Educação Escolar Quilombola, por meio do edital 1009/SED/19⁵ do Governo do Estado de Santa Catarina. A grande maioria das acadêmicas são mulheres, pretende-se então, propiciar as estas mulheres em formação acadêmica universitária, a experiência também de auto formação a partir da reflexividade da sua própria vida, agora também na universidade e aprender com elas acerca da compreensão sobre suas identidades. A pesquisa, a qual se trata esse artigo, é vinculada ao Grupo de Pesquisa “Subjetividades e (auto)biografias”, pretende contribuir para as discussões no campo do Patrimônio Cultural contribuindo para os demais estudos e pesquisas já iniciados e realizadas pelo grupo de pesquisa acerca das histórias de vida como patrimônio e com a discussões sobre populações negras na cidade de Joinville.

No primeiro momento vou apresentar um breve mapeamento realizado no banco de teses e dissertações da Capes e como a pesquisa se insere na história da cidade e as aproximações com outras pesquisas que dialogam com esta. No segundo momento eu discuto as histórias de vida e sua relação com o patrimônio e defino como pretendo trabalhar com o campo patrimônio cultural. E ao final apresento algumas considerações finais acerca da pesquisa.

Quilombo e Joinville

Para situar essa pesquisa sobre os trabalhos envolvendo comunidades quilombolas foi realizado um

4 Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/noticias/projetos-de-universidades-estao-mudando-a-comunidade-do-beco-curto-em-joinville>> Acessado em: 06 de mar. 2020.

5 Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/images/Edital%201009.SED.2019%20-%20Resultado.pdf>>. Acessado em: 19 de mai. 2020.

mapeamento no banco de dissertações e teses da capes usando a palavra quilombola como descritor. A partir desta busca inicial foram encontrados um pouco mais de 1500 trabalhos⁶. A pesquisa foi concentrada nas áreas da antropologia, sociologia, história e educação, e a maior parte dos trabalhos se refere aos últimos dez anos. Decorrente desta análise inicial, percebe-se que o número de trabalhos que abordam a questões quilombolas ainda é pouco, visto que de acordo com a Fundação Cultural Palmares⁷ mais de 3100 comunidades já forma certificadas como quilombolas. Quando se trata da região sul, em especial Santa Catarina o número de trabalhos não chega a dez, e nenhum sobre Joinville, considerando que a comunidade “Beco do Caminho Curto” teve o seu certificado em abril de 2019 e que a outra comunidade quilombola da cidade chamada “Ribeirão do Cubatão” recebeu seu certificado em dezembro de 2019⁸. Este será o primeiro trabalho acadêmico a abordar quilombolas em Joinville.

O estado de Santa Catarina tem uma grande diversidade étnica, entretanto construiu sua narrativa histórica com enfoque nos imigrantes europeus, minimizando a presença negra, ou então deixando sem mencionar. Deste modo, é possível perceber, como aponta a autora Ilka Boaventura Leite (1991, p.35) que *“Enquanto a identidade brasileira é inclusiva, procura contemplar a diferença étnica, a identidade do sul, se constrói pela negação do negro [...] Um dos fortes componentes da identidade étnica da região Sul no âmbito da Nação é sua branquidade, a sua europeização”*. Devido ao fato de os registros dos números de escravos na região Sul ser menor se comparado ao Sudeste e demais regiões do Brasil, e do tipo de trabalho realizado pelos escravos, é que se construiu o argumento de que praticamente não havia negros em Santa Catarina, e que o estado foi construído apenas pelos imigrantes europeus, em especial os alemães.

Em Joinville esta narrativa é muito evidente e é possível perceber várias tentativas de perpetuar essa retórica em uma incansável busca por uma identidade germânica, assim como também há um forte investimento por parte dos governantes em manter essa narrativa. A história da cidade é contada a partir do episódio de chegada dos imigrantes, em 1851, quando era chamada de colônia Dona Francisca. O território da província era o dote de casamento da princesa Francisca Carolina com o francês François Ferdinand Philipe. O príncipe contratou a Companhia Colonizadora de Hamburgo, que foi a responsável por trazer os imigrantes europeus para colonizar a província. Entre os primeiros imigrantes a chegarem à colônia Dona Francisca estavam alemães, noruegueses e suíços, e foi com base nessa imigração que a história da cidade foi construída. Deste modo, assim como Guedes (2007, p.2) aponta em seu estudo sobre *“A escravidão em uma colônia de ‘alemães”*, que *“as origens de Joinville foram afirmadas sobre o imigrante europeu, procurando-se minimizar a participação daqueles que os antecederam, quer fossem indígenas, brasileiros ou negros”*. Devido a isso, a história dos escravos na cidade foi omitida na narrativa oficial, a fim de que a identidade alemã, dos colonizadores europeus se tornasse preponderante frente as outras várias que também fazem parte da construção da cidade. No entanto como revela a autora que ao analisar a história da cidade, a partir de documentos eclesiais e outros documentos não produzidos pela administração na colônia, é possível perceber que o número de escravos era significativo, contudo, estes assim como os luso-brasileiros não eram contabilizados no censo oficial da companhia colonizadora. Todavia segundo Fernandes, Carelli e Meira (2020) nos últimos anos o movimento negro da cidade, em conjunto com pesquisas mais recentes, trabalha para que a discussão das populações negras de Joinville tenha espaços no debate público.

6 A pesquisa foi realizada na plataforma de catálogo de teses e dissertações da Capes, durante o mês de abril. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acessado em: abr. 2020.

7 A fundação criada a partir da Constituição Federal de 1988, vinculada ao Ministério da Cidadania, tem como intuito promover políticas culturais para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras como patrimônios nacionais. Assim como, compete a fundação a emissão de certidão às comunidades quilombolas, por meio do § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=95> Acessado em: 19 de mai. 2020.

8 Disponível em: <<https://omirantejoinville.com.br/2020/03/05/comunidades-remanescentes-quilombolas-resgatam-historia-negra-em-joinville/>>. Acessado em: 30 de jun. 2020.

Histórias de Vida e Patrimônio

A metodologia a ser trabalhada na pesquisa é inspirada no Ateliê Biográfico da metodologia Pesquisa-Formação, comumente usada no campo (auto)biográfico, proposta por Delory-Momberger (2014); Josso (2010); Abrahão (2016), que consiste num processo coletivo de construção e escuta da narrativa de si, buscaremos propiciar às mulheres envolvidas, experiências narrativas de compreensão de si pela reflexividade do seu processo de construção de identidades e de formação, seja formal ou informal. Para Delory-Momberger a narrativa de vida *“precisa entrar num dispositivo de formação pelo qual o autor da narrativa vai poder tornar-se o ator de sua história, isto é, reapropriar-se do sentido de sua vida”* (2014, p.318). Ao trabalhar as narrativas na perspectiva de formação, possibilita que além do sujeito poder pensar a si mesmo pela sua trajetória de vida, esse ato de pensar e refletir sobre ele mesmo seja já uma formação de si, que lhe permitirá *“agir sobre si mesmo e sobre as estruturas sócio-históricas nas quais ele evolui, dando-lhe os meios de inserir sua história no sentido e na finalidade de um projeto”* (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 315).

O sujeito está sempre em construção, ele não tem um fim, e está sempre se projetando no futuro, essa projeção se traduz nos projetos do sujeito, que são revelados na narrativa, na sua história, que por sua vez, está sempre a ser feita, é *“a emergência desse sujeito, que intenciona sua história, que conta a história de vida”* (DELORY-MOMBERGER, 2014, p.346). Sendo assim, a oficina aborda a história de vida na dinâmica de passado, presente e futuro, a fim de que o sujeito pense sobre seu futuro e faça emergir seu projeto de vida, com isso a história do sujeito se torna vetor de movimentação para executar um projeto concreto. Esses projetos podem ser esboços, já abandonados ou realizados, de realização pessoal, seja profissional, social, existencial, entre outras. Assim, as aprendizagens que o sujeito tem ao longo da sua vida, sejam profissionais, com a família, as afetividades, e as pertencas articulam, compõe nosso ser, evidenciando, então, a subjetividade do sujeito e a sua construção identitária, pois *“A experiência implica a pessoa na sua globalidade de ser psicossomático e sociocultural, isto é, ela comporta sempre as dimensões sensíveis, afetivas e conscienciais”* (JOSSO, 2010, p. 49).

Trabalhar com histórias de vida numa perspectiva de formação pode ser um caminho autônomo e colaborativo onde os sujeitos experimentam um processo de aprendizagem existencial, com destaque para as memórias de momentos disruptivos que modificaram suas vidas e que, no processo de reflexão, compartilhamento e escuta, possam levar a uma consciência de si. A oportunidade de autoformação e conhecimento de si possibilita experiências em nível existencial de forma holística, oferecendo ao sujeito reflexões de si para si, mas também de si para o grupo social e de si com a natureza em articulações humanas mais amplas. Acreditamos nas narrativas de vida dessas mulheres como patrimônio imaterial, e o GP “Subjetividades e (auto)biografias” vem trabalhando na discussão de Patrimônio Cultural e Histórias de Vida.

O campo do patrimônio cultural vem se alargando com o tempo, a Convenção do Patrimônio Cultural e Imaterial em 2003 contribuiu para essas mudanças assim como dos seus sentidos. Segundo Venera (2017, p.98) *“Patrimônio Cultural é um conceito em movimento e aparece todas as vezes em que a condição social oferece demandas de passados, ou quando existe em pauta a ideia de desaparecimento, de ameaça de uma perda”*. Atualmente se observa muitos grupos reivindicando seu passado, afim de terem no presente sua identidade representada, ou seja, de *“diferentes formas ou intensidades, existe um arranjo de tempo e memória, um desejo de herança, de lutar pela afirmação no presente e contra a finitude da vida”* (VENERA, SZYMCZAK, 2017, p.22). No entanto, essa vontade de participar do patrimônio não é garantida, visto que quando se determina o que é ou não patrimônio, o que tem valor ou não, e quem define isso, está-se lidando com a exclusão. Ao lidarmos com a memória do outro, ao escutarmos a história do outro, podemos perceber novas formas de olhar para a história, assim, como a nós mesmos, *“ao fazer isso, ao mesmo tempo em que expõe sua diferença também compartilha o comum humano com a potência da linguagem e da comunicação”* (VENERA, SZYMCZAK, 2017, p.24). Somos seres sociais, vivemos, aprendemos, nos constituímos nas relações com o outro, entender a realidade do outro, permite a consciência das desigualdades, das diferenças

que existem, mas também permite que eu veja esse outro não como melhor ou pior que eu, mas tão humano, tão vulnerável quanto eu. De acordo com Venera (2017, p.102) as histórias de vida “*são capazes de conectar em redes um conjunto de emoções, práticas que identificam vidas humanas em um mesmo tempo e registram as formas de vida comuns em um tempo*”. O bem mais precisos é a vida, sem ela nada tem sentido, olhar a história de vida como patrimônio é uma possibilidade de rever os valores atribuídos e as estruturas do campo.

Considerações finais

Considerando que se trabalhará (auto)biográficas num processo de partilha de narrativa e de escuta, os resultados da pesquisa dependerão das memórias que serão mobilizadas na construção narrativa produzidas durante o processo do ateliê biográfico. Contudo, espera-se que o material de pesquisa possibilite refletir sobre o processo de autoformação, da construção identitária dessas mulheres e sua articulação com a as memórias ancestrais. Ao trabalhar com (auto)biografias de mulheres quilombolas na perspectiva de autoformação, espera se contribuir nos estudos acerca de identidades quilombolas, de identidades de mulheres negras e na visibilidade das populações negras em Joinville. O projeto de pesquisa de dissertação, vinculado ao Grupo de Pesquisa (GP) “Subjetividades e (auto)biografia” espera contribuir com produções inéditas ao GP e ao campo da pesquisa (auto)biográfica. Através da construção de um corpus empírico e teórico que vai além de uma dissertação, mas oferece ao grupo sistematizações de experiências que ampliam as discussões no campo do Patrimônio Cultural, na defesa das histórias de vida como patrimônio, e contribuindo para os demais estudos e pesquisas já iniciados e realizadas pelo GP.

Referências

- ABRAHÃO, M. H. M. B. Intencionalidade, reflexividade, experiência e identidade em pesquisa (auto)biográfica: dimensões epistemo-empíricas em narrativas de formação. In: BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; FERREIRA, Márcia Santos. (Org.). **Perspectivas epistêmico-metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**. Curitiba: CRV, 2016.
- DELORY-MOMBERGER, C. **As histórias de vida: da invenção de si ao projeto de formação**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB, 2014. 362 p.
- FERNANDES, R. C.; CARELLI, M. N.; MEIRA, R. B. Insurreições patrimoniais: os espaços negros no cemitério do imigrante em Joinville, SC. SOSSAI, Fernando (et al). **Patrimônio e sociedade: desafios a futuro**. Joinville – SC: Editora da Univille, 2020. Disponível em: <<https://enipac2019.com/index.php/e-book/>>.
- GUEDES, S. P. L. de C. A escravidão em uma colônia de “alemães”. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. **Anais [...]**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. Disponível em: <https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/ce32f47f210eaa845be52b665f264754.pdf>.
- HALBWCHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990. Tradução de: Laurent Léon Schaffter.
- HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.
- JOSSO, M. C. **Experiências de vida e formação**. Natal: UFRN; São Paulo: Paulus, 2010.
- LEITE, I. B. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. **Textos e Debates: Núcleo de estudos sobre identidades e relações interétnicas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5-42, 1991.

REBELATTO, M. **Fugas escravas e quilombos na Ilha de Santa Catarina, século XIX**. 2006. 160 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Tradução de: Alain François [et. Al].

SZYMCZAK, M. B. **Histórias de vida e patrimônio cultural: desafios do Museu da Pessoa**. 2018, 189 f. **Dissertação** (Mestrado) – Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville - Univille, Joinville, 2018.

VENERA, R. A. S. **Histórias de vida e patrimônio**. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 87-104, jan. 2017.

VENERA, R. A. S.; SZYMCZAK, M. B. **O poder do comum: comunidades narrativas, comunicação de vidas**. **Panorama**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 20-25, ago./dez. 2017.



INDÚSTRIA CALÇADISTA, MIGRAÇÕES E OPERARIADO EM IGREJINHA/RS (1960-1970)*Gabriel Osmar Wilbert de Bortoli***Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT****Introdução**

A presente pesquisa foi, inicialmente, realizada como parte de um trabalho de conclusão de curso em História. O principal objetivo desse artigo é compreender como se formou o operariado que veio a trabalhar nas fábricas de calçados do município de Igrejinha/RS entre as décadas de 1960 e 1970, considerando principalmente os movimentos migratórios que influenciaram a formação desse grupo.

Ao se pensar a indústria calçadista em Igrejinha é de extrema importância a situação dos trabalhadores que fizeram parte desse processo. Diante disso, acredita-se que seja essencial observar como se formou o operariado que atuou nas fábricas de calçados, levando em consideração aspectos como movimentos migratórios, laços de solidariedade, divisão do trabalho nas fábricas, entre outros. Todas essas questões são importantes para a compreensão desse processo de industrialização que se observou em Igrejinha durante as décadas de 1960 e 1970.

A formação do operariado: do meio rural ao meio urbano

Ao estudar as relações de trabalho observadas na indústria calçadista do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região do Vale do Rio dos Sinos, o sociólogo Sergio Schneider (2004) destacou três tipos específicos de mão de obra utilizada no setor calçadista, sendo elas: os operários antigos, os migrantes proletarizados e os colonos-operários. Da mesma forma que no Vale dos Sinos, a partir das fontes consultadas para essa pesquisa pode-se considerar que a formação do operariado no Vale do Paranhana seguiu o mesmo processo. Em virtude de nosso recorte temporal, nessa pesquisa serão abordados os dois primeiros “tipos” de mão de obra do setor industrial calçadista.

A produção de calçados no Rio Grande do Sul recebeu características propriamente industriais apenas na década de 1960 e os primeiros trabalhadores do setor eram, em sua maioria, filhos de pessoas que trabalhavam em áreas rurais da região do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana. Muitas pessoas acabaram iniciando a vida profissional nas fábricas em virtude da impossibilidade de divisão das terras cultiváveis, pois os lotes ficaram cada vez menores conforme passavam por herança para os filhos dos colonos, o que impedia que o campo absorvesse toda a força de trabalho disponível para a agricultura (SCHNEIDER, 2004). Sobre essa questão ainda pode-se destacar que

[...] mais do que atraídos pelos empregos assalariados, os filhos dos colonos viam nas fábricas uma alternativa ao trabalho agrícola. De certa maneira, pode-se afirmar que a possibilidade de assalariamento desses jovens na indústria de calçados representou uma sobrevida ao já decadente sistema agrícola colonial. Pois, inexistindo a possibilidade de expansão da fronteira agrícola, a absorção da força de trabalho excedente das propriedades rurais pelas empresas postergou, por mais um período, as mudanças estruturais que estrangulavam a agricultura familiar da região (SCHNEIDER, 2004, p. 38).

Com os problemas que a região rural enfrentava devido à falta de áreas cultiváveis para toda a mão de obra ociosa no campo, as fábricas passaram a abarcar esse contingente populacional que buscava melhores condições de trabalho assalariado. Para exemplificarmos, citamos o caso de uma senhora que saiu da área rural de Canela e fixou residência com sua família em Igrejinha em 1968:

A gente veio porque era mais fácil, porque tinha fábricas... A minha filha já estava com dezesseis



anos e estava convidada para trabalhar, a mais velha... E a gente veio de muda para trabalhar na fábrica, e meu marido também para encontrar um trabalho (A.H.W., ex-operária, Igrejinha).

Como se pode perceber nesse relato, o trabalho na fábrica ocasionava certo interesse nos filhos de colonos, isso se dava devido ao aumento no número de estabelecimentos industriais na região do Vale do Paranhana a partir da década de 1960 e também porque era uma oportunidade de ascensão financeira devido ao trabalho assalariado que a indústria promovia. Através do relato citado anteriormente, pode-se perceber que a maioria dos operários que iniciaram sua vida profissional nas fábricas de Igrejinha na década de 1960 eram pessoas que saíram das áreas rurais, da “roça”, em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Em grande parte, eram de regiões próximas, mas muitos deslocavam-se com toda sua família, o que exigia grande reorganização financeira. É interessante observar que “antes de a industrialização instaurar formas típicas de assalariamento, as relações entre operários e empregadores eram fortemente perpassadas pelo parentesco e pela origem étnica germânica em comum” (SCHNEIDER, 2004, p. 38). De fato, no início da produção de calçados em Igrejinha, muitas empresas optavam por contratar pessoas já conhecidas para trabalhar, isso se dava, como citado anteriormente, pelas relações de amizade e/ou parentesco, ou seja, muito das relações que se observavam na pequena produção agrícola familiar foram redefinidas no espaço fabril, entretanto, com o passar dos anos as relações de trabalho foram sendo alteradas, isso se deu em virtude do aumento da demanda de produção e também da chegada de migrantes para a região (SCHNEIDER, 2004).

No final dos anos 1960, a indústria calçadista do Rio Grande do Sul, inclusive de Igrejinha, passou a exportar sua produção. Essa “abertura” do setor às exportações gerou um impacto de modernização, além disso, esse momento da indústria calçadista rio-grandense foi

[...] marcado por acúmulo de pedidos dos importadores de calçados, gerando um intenso crescimento extensivo do setor com incorporação de recursos e mão-de-obra. Esse caminho foi facilitado pelas encomendas dos importadores de altos volumes de calçados – atingindo, em alguns casos, de 100 a 150 mil pares por pedido – padronizados e a preço baixo (até cinco dólares o par), permitindo uma maior mecanização da produção e a difusão de técnicas tayloristas-fordistas de organizar o processo de trabalho (COSTA, 2004, p. 14).

Com as transformações transcorridas das exportações do calçado sul-rio-grandense, principalmente a partir do início da década de 1970, pode-se dizer que houve um aumento no número de “[...] empregos de milhares de migrantes, oriundos das áreas de pequena agricultura das regiões norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul” (SCHNEIDER, 2004, p. 41). O emprego de migrantes se deu em virtude do esgotamento da absorção dos trabalhadores da região do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana. Sobre isso, ainda se destaca que,

[...] os migrantes que buscaram trabalho nas empresas de calçados do Vale dos Sinos eram jovens (até 30 anos), filhos de colonos (pequenos agricultores, parceiros, meeiros, sem-terra e outros), com pouca ou nenhuma terra ou filhos de meeiros, agregados ou posseiros que haviam perdido suas terras. Em geral, foram poucos os que migraram diretamente do meio rural para as cidades maiores ou pólos industriais. A grande maioria cumpriu um longo itinerário, que, muitas vezes, iniciou com o deslocamento da moradia do meio rural, local de origem, ao núcleo urbano mais próximo e deste para as cidades menores localizadas nas intermediações dos centros urbanoindustriais mais desenvolvidos [...] (SCHNEIDER, 2004, p. 41).

Para exemplificarmos esse processo migratório à região do Vale do Paranhana, em especial à Igrejinha, destacamos o relato de um senhor que começou a trabalhar na fábrica de calçado em Igrejinha no ano de 1973 e que migrara para a região do Vale do Paranhana em busca de trabalho:

Antes de vir para cá eu trabalhei em “serviço de mato”: cortando madeira, carregando caminhão de madeira, arrastando madeira no mato, essas coisas... Sai do mato e vim para cá, só sabia de sapato que era de colocar no pé: o direito e o esquerdo... Porque tu usava às vezes né, muito pouco, mas usava... E quando eu cheguei que me falaram de montar sapato eu pensei: “Uh, o que é isso?”... E daí quando



me deram na mão que eu fui aprender, meu amigo, foi um “baile” (J.M., ex-operário, Igrejinha).

Como se pode perceber através desse relato, muitos migrantes que se dirigiram para Igrejinha não trabalhavam no setor calçadista anteriormente, obviamente, porque provinham de regiões onde o calçado não predominava economicamente. Nesse sentido, a aprendizagem da nova profissão tornava-se um desafio para os migrantes-operários, como confirma outra parte do depoimento desse senhor:

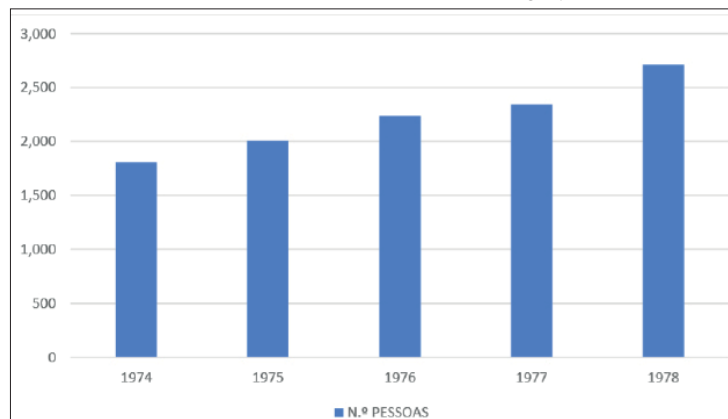
É que na época que eu vim para cá o que mais tinha era calçado e as fabricas de cepa, porque eram feitas muitas sandálias com cepa e os tamancos... Mas o que predominava era o calçado... Para entrar na fábrica, eu tive que aprender a fazer o sapato, não era assim que nem hoje que tem essas facilidades e tudo... Hoje, as fábricas estão pagando para te ensinar a trabalhar, naquela época não, ou tu ia pagar alguém para te ensinar ou tu ia trabalhar de graça para aquela pessoa que ia te ensinar, tu trabalhava um mês ou dois até tu aprender... E eu não me arrependo de ter feito isso, eu trabalhei, o “cara” me ensinou a montar o sapato, fazer o corte, a fôrma e montar todo o sapato a mão, o sapato infantil ainda... Do zero ao trinta e dois a gente fazia... Tu pegava o corte e a fôrma e fazia todo o processo, tudo manual, rebater, fazer cama de salto, tudo no martelo... Eu trabalhei com esse rapaz, ele me ensinou e ele me colocou dentro dos Calçados Clarice, porque ele trabalhava para eles e eu fiquei quatorze anos lá... (J.M., ex-operário, Igrejinha).

Como se pode perceber a trajetória desses migrantes-operários nem sempre era favorável, pois além de estarem longe de sua cidade de origem, muitos não conheciam o ofício do trabalho na fábrica de calçados e tiveram que aprender. Em uma pesquisa realizada por Medianeira Hartmann Naissinger (2009) sobre o processo migratório para o município de Sapiranga, também no estado do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1970 e 1990, a autora discute as dificuldades enfrentadas por migrantes que vieram a esse município também em busca do trabalho nas fábricas de calçados. Sobre isso, Naissinger destaca que

[...] devemos lembrar que os migrantes, em qualquer tempo, lugar e contexto são sempre vistos como “o outro” e por isso, muitas vezes tornam-se objeto de curiosidade, medo, desprezo e preconceito. A hostilidade contra “os de fora” é histórica e não aconteceu apenas em Sapiranga (NAISSINGER, 2009, p. 41).

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos migrantes, a adoção dessa força de trabalho no setor calçadista em todos os municípios do Vale dos Sinos e do Vale do Paranhana foi essencial para que as empresas conseguissem aumentar seu volume de produção, fator imprescindível para a continuação do desenvolvimento das exportações (SCHNEIDER, 2004). Além disso, apesar dos “[...] trabalhadores fossem pouco qualificados e sem conhecimentos prévios de atividades fabris, formavam uma força de trabalho capaz de ser absorvida no processo produtivo” (SCHNEIDER, 2004, p. 42). Com a chegada dos migrantes-operários aumentou o contingente da força de trabalho nas fábricas do município de Igrejinha, conforme mostra o gráfico abaixo da década de 1970:

Gráfico 01 – Mão de obra do setor calçadista de Igrejinha (1974 – 1978)



Fonte: gráfico criado pelo autor com base nas informações contidas no 8º Censo do Calçado do Rio Grande do Sul do ano de 1978.

A partir da análise do gráfico 01 verifica-se que entre os anos de 1974 e 1978 o número de pessoas empregadas no setor calçadista em Igrejinha teve um aumento constante. Ainda de acordo com o 8º Censo do Calçado, realizado em 1978, o maior aumento de funcionários nesse período foi do ano de 1977 para 1978 quando 367 pessoas ingressaram no setor. O desempenho da força de trabalho nesses anos também aumentou significativamente: em 1974 foram produzidos 1.449 pares de calçados e em 1978 foram produzidos 2.302 pares, o que demonstra um aumento significativo na produção em poucos anos. A maioria dos trabalhadores do setor que trabalhavam como mão-de-obra direta eram homens, entretanto, essa predominância era pequena, visto que, os homens representavam 54,43% e as mulheres 45,57% dos trabalhadores.

Conforme o gráfico demonstra, houve um aumento significativo de trabalhadores no setor calçadista em Igrejinha durante a década de 1970. Isso vem de encontro ao que foi salientado anteriormente sobre o processo migratório no qual a região esteve inserida. Muitos migrantes-operários ajudaram a formar esse quadro da força de trabalho do setor calçadista igrejinense na década de 1970.

O aumento de pessoas que trabalhavam na indústria calçadista de Igrejinha refletiu-se também no aumento populacional do município. De acordo com dados apresentados por Schneider (2004), Igrejinha tinha em 1970 cerca de 7 mil habitantes; esse número aumentou para 12 mil pessoas em 1980; para 18,3 mil pessoas em 1991 e para 26,8 mil pessoas no ano 2000. Esse aumento populacional foi o reflexo de um desenvolvimento econômico e social que Igrejinha passou, em grande parte, por influência do setor calçadista.

Considerações finais

De uma forma geral, pode-se considerar que a formação do operariado no Vale do Paranhana, em especial no município de Igrejinha, seguiu um longo percurso. Inicialmente, as pessoas que formaram a mão de obra no início da fabricação de calçados nos moldes industriais durante a década de 1960 eram pessoas oriundas da área rural da própria região, que viam nas fábricas uma oportunidade de melhores condições de trabalho assalariado. Posteriormente, com a entrada do setor no mercado internacional e com o aumento da demanda de produção, muitos migrantes, principalmente da região norte e noroeste do Estado do Rio Grande do Sul passaram a fazer parte do cenário industrial calçadista de Igrejinha. A presença desse grupo acabou alterando também o perfil da sociedade igrejinense, que antes era fortemente marcada pela presença de descendentes de alemães e que com a chegada dos migrantes acabou se diversificando.

Referências

COSTA, A. B. da; PASSOS, M. C. (Orgs.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

NAISSINGER, M. H. **Cenário, personagens e enredo de um processo migratório**: Sapiranga (1970 – 1990). Taquara: Faculdades Integradas de Taquara, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso em História.

SCHNEIDER, S. O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento. In: COSTA, A. B. da.; PASSOS, M. C. (Orgs.). **A indústria calçadista no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

A LÁPIDES E OS ESCANDINAVOS: O CEMITÉRIO DO IMIGRANTE DE JOINVILLE COMO UM LOCAL DE MEMÓRIA

Rebeka Hilda Rodrigues

Dione da Rocha Bandeira

Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE

Introdução

Os estudos acerca do Cemitério do Imigrante em Joinville têm sido voltados ao apagamento histórico de grupos étnicos na cidade. A escolha por trabalhar com um cemitério vem do forte teor simbólico e apego à memória que estes invocam. Como pontuado por Marcelina das Graças de Almeida em “Memórias, lembranças, imagens: o cemitério” (2004), os cemitérios são locais de memórias e de compartilhamento humano. Outrossim, as lápides “[...] são ‘representantes materiais’ dos que já morreram” (KEISTER, 2004, p. 7). Dilney Cunha, em sua monografia, “O Luteranismo em Joinville nos primórdios da colonização: 1851-1889”, apresenta depoimentos de visitantes que destacam esse compartilhamento humano. Ainda, Henry Rodrigues Bellomo (2000), elucida que os cemitérios também são fontes históricas por, entre outros fatores, projetam as diferenças sociais de uma comunidade, desde a formação étnica, passando por ideologias políticas e crenças religiosas, até indicadores econômicos e gostos artísticos.

O Cemitério do Imigrante de Joinville foi aberto em 1851 com a vinda do pastor alemão Jacob Daniel Hoffmann. Por conseguinte, os primeiros registros foram de dezembro de 1851, quando o pastor Hoffmann passou a redigi-los e após a mudança para o atual terreno. Desde março do mesmo ano os mortos da Colônia Dona Francisca, atual Joinville, eram enterrados “no final da clareira, onde o caminho Jurapé atravessava o Ribeirão Matia” (FICKER, 1965, p. 94). Funcionando como um cemitério protestante por volta de 62 anos, foi fechado em 1913 quando da abertura do cemitério municipal, tendo havido ainda um último sepultamento em 1961. No ano seguinte, o Cemitério do Imigrante foi tombado em uma reunião do Conselho Consultativo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por unanimidade, sob o pretexto de ser um monumento funerário de valor paisagístico e histórico.

Entre listas e lápides, seria o Cemitério dos Imigrantes um local de memória da imigração escandinava?

Sendo que cemitérios são locais de memória e o Cemitério dos Imigrantes de Joinville é um local de memória dos primeiros imigrantes e dos negros escravizados à época de colonização, pareceu lógico, inicialmente, que uma pesquisa sobre a imigração e presença escandinava em Joinville passasse por um estudo das lápides de imigrantes que, por ventura, fossem encontradas nesse cemitério. Intitulada “As lápides e os escandinavos: o Cemitério do Imigrante como local de memória”, esta pesquisa recebeu apoio do financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Para essa pesquisa foi utilizado, primeiramente, as publicações “Joinville – os pioneiros”, volume 1 (abarca o período de 1851 a 1866) e 2 (abarca o período de 1867 a 1881), de Maria Thereza Böbel e Raquel San Thiago. Os dois volumes, publicados respectivamente em 2001 e 2005, trazem um compilado de listas de imigrantes que vieram para a Colônia Dona Francisca, atual Joinville. As informações foram retiradas das listas de embarque e desembarque dos navios e, em alguns casos, de publicações no *Kolonie Zeitung* (Jornal da Colônia). Todas as fontes se encontram no Arquivo Histórico de Joinville.

As tabelas, publicadas por Böbel e S. Thiago, com as informações dos imigrantes contêm um cabeçalho com o nome do navio, data de partida e chegada, nome do capitão, procedência e destino do navio e número de passageiros.

Em algumas há ainda informado nascimentos e/ou falecimentos durante a viagem. Abaixo do cabeçalho, a tabela é dividida em sobrenome e nome do passageiro, idade, profissão, cidade, região/país, religião, dados coletados pela tradutora, anotações no Diário de Imigração (Jornal da Colônia) e listas às quais foram encontrados os imigrantes. Destaco, ainda, as mesmas observações de Böbel e S. Thiago tais como o fato de que nem todos os passageiros estão ao mesmo tempo nas listas do jornal, elaborado pelo Diretor da Colônia, e na lista oficial do navio, elaborada pelo Agente de Emigração em Hamburgo. Em alguns casos, principalmente o de mulheres e crianças, no item profissão consta o grau de parentesco com algum imigrante – na maioria das vezes, masculino (pai ou noivo) – e/ou estado civil (aparece como “solteira”, “viúva” etc.). Também ressalto que nas observações de Böbel e S. Thiago (2001) há informação que os imigrantes noruegueses muitas vezes usavam como sobrenome a localidade de onde vinham.

Todos esses dados foram colhidos novamente por mim e postos em uma nova tabela, com a diferença que destaquei, propositalmente, os imigrantes escandinavos que são foco da pesquisa. Aqui é necessário fazer uma ressalva. Segundo Carlos Sá (2015), em seu artigo “Por uma busca de dinamarqueses no Brasil: um estudo de caso inicial”, os imigrantes que vieram de Schleswig e Holstein, na segunda metade do século XIX, não sabiam qual era sua nacionalidade. Nas listas publicadas por Böbel e S. Thiago isto fica claro quando alguns imigrantes se identificam apenas como vindos de Schleswig, apenas de Holstein ou como vindos de alguma cidade de um desses ducados e ao mesmo tempo da Dinamarca.

Considerando que a primeira publicação de Böbel e S. Thiago se restringe às imigrações ocorridas entre 1851 e 1866, e que neste meio tempo houve mudanças geopolíticas nos países escandinavos, minha pesquisa abrange todos os imigrantes que vieram de Schleswig-Holstein, entre 1851 e 1866, que foram destacados como dinamarqueses porque constavam “Dinamarca” no item “região/país” – independentemente da cidade informada, pois entendo que uma vez que há tantas diferenças partindo de um grupo vindo do mesmo lugar, a nacionalidade tenha sido autodeclarada. Nos casos em que marcavam somente “Jutlândia” e “Islândia” também considerei como dinamarquês por permanecerem como território da Dinamarca por todo século XIX – no caso da Islândia – e até os dias de hoje – no caso da Jutlândia.

Nesta nova tabela também incluí dados coletados durante a pesquisa, “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação”. Este projeto de pesquisa financiado pela FAPESC e coordenado pela historiadora Arselle de Andrade Fontoura, foi um trabalho conjunto entre o Arquivo Histórico de Joinville, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e o Centro de Conservação de Bens Culturais que resultou, além de outros materiais, em dois registros de óbitos: um católico e um evangélico. Escolhi para minha pesquisa utilizar o registro de óbitos evangélico, visto que os imigrantes escandinavos vêm de países protestantes. A base para formação deste registro foram os dados coletados da Comunidade Evangélica de Joinville, estes são: n° e ano de sepultamento, tomo em que foi registrado, nome do defunto, idade, naturalidade, religião, data de falecimento, período do dia em que faleceu e hora, data e hora do enterro, local do enterro, causa mortis, residência do defunto, estado civil e nome de nascimento (no caso de mulheres), profissão do defunto, nome e profissão do pai do defunto, nome de nascimento e de casada da mãe do defunto, local de residência dos pais do defunto e algumas observações (quando há).

Como um dos objetivos em minha pesquisa é localizar e analisar as lápides dos escandinavos no Cemitério do Imigrante de Joinville, eu também utilizei o levantamento de sepultamentos do Cemitério produzido por Dilney Cunha, atual diretor do Arquivo Histórico, em 1995. No levantamento é informado o nome do defunto, data de nascimento e falecimento, n° da sepulta e do jazigo. Quando há observações, geralmente informa o nome de solteiro das mulheres – isto ocorreu porque o registro de óbitos, embora muito detalhado, têm no item “local_enterro” outros cemitérios além do Cemitério do Imigrante – o qual aparece como “Cemitério Evangélico de Joinville”. Em alguns casos apenas informa que o defunto foi enterrado em Joinville. Segundo Hilda Anna Krisch (1991, p. 10) “nem todos os registrados no Registro de Óbitos [da Igreja Evangélica Luterana] foram sepultados no Cemitério dos Imigrantes, constando outras localidades como: Dona Francisca, no terreno do pai, etc”.



Em virtude de todos os aspectos mencionados, contabilizei 545 imigrantes escandinavos. São 258 imigrantes dinamarqueses, 219 suecos e 68 noruegueses. Destes 545 imigrantes que consegui, encontrei no registro de óbitos evangélico da pesquisa “Cemitério do Imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” os seguintes: Peter Gustav Petersen (Noruega, sepultamento nº 166, no ano de 1857, em Joinville), Christopher Larsen Talemoe (Noruega, sepultamento nº 193, no ano de 1857, no Cemitério do Interior), August C. Wickstrom Görresen (Noruega, sepultamento nº 14, no ano de 1867, em Joinville), Jörgen G. Nielsen Sliperen (Noruega, sepultamento nº 19, no ano de 1866, no Cemitério Evangélico de Joinville), Gjerth Ohlsen, sepultamento nº 19, no ano de 1888, no Cemitério Evangélico de Joinville), Ulrich Ulrichsen (Noruega, sepultamento nº 58, no ano de 1890, no Cemitério Evangélico de Joinville), Jon Einardson (Islândia, sepultamento nº 27, no ano de 1866, no Cemitério da Estrada Blumenau), Catharina C. Christiana Herbst (Dinamarca, sepultamento nº 45, no ano de 1870, em Joinville), Niels Jensen (Dinamarca, sepultamento nº 73, no ano de 1873, em Joinville), Elisabeth M. Johanna Höpfner (Dinamarca, sepultamento nº 50, no ano de 1913, no Cemitério Evangélico de Joinville), Franz Oscar Rapp (Suécia, sepultamento nº 6, no ano de 1866, em Joinville) e Carl Johann Brolin (Suécia, sepultamento nº 36, no ano de 1897, no Cemitério Evangélico de Joinville).

Encontrei, ainda, no registro de óbitos evangélico, mais 13 imigrantes que não constavam nas publicações de Böbel e S. Thiago. São estes: Andreas Ludwigsen (Dinamarca, sepultamento nº 13, no ano de 1885, em Joinville), Ingberg Petersen (Dinamarca, sepultamento nº 25, no ano de 1890, em Joinville), Johann Fibiger (Dinamarca, sepultamento nº 24, no ano de 1890, em Joinville), Christian Fibiger (Dinamarca, sepultamento nº 68, no ano de 1893, no Cemitério Evangélico de Joinville), Emilie Valentin (Dinamarca, sepultamento nº 47, no ano de 1873, em Joinville), Carlamine Ericksen (Dinamarca, sepultamento nº 2, no ano de 1873, em Joinville), Karl Hansen (Dinamarca, sepultamento nº 13, no ano de 1883, em Joinville), Albert Olaf Ulsen (Dinamarca, sepultamento nº 3, no ano de 1893, no Cemitério Evangélico de Joinville), Anna Christensen (Dinamarca, sepultamento nº 9, no ano de 1882, em Joinville), Johanne Charlotte Anderson (Suécia, sepultamento nº 61, no ano de 1906, na Estrada Catarina L. Schützler, Joinville), Maria Sofia Anderson (Suécia, sepultamento nº 45, no ano de 1869, em Joinville), Johann Joensson Oedmann (Suécia, sepultamento nº 36, no ano de 1896, no Cemitério Evangélico da Estrada Catarina) e Niels Nielson (Suécia, sepultamento nº 55, no ano de 1912, no Cemitério Evangélico de Joinville).

De todos os 545 imigrantes que coletei informações através de Maria Thereza Böbel e Raquel San Thiago, mais os 13 encontrados no registro de óbitos e não publicados pelas autoras mencionadas, apenas um sepultamento foi levantado por Dilney Cunha, em 1995: o de Johanna Höpfner, nascida Brockmann, sepultada em 1913 no jazigo nº 50.

Me permito, aqui, fazer algumas considerações sobre o túmulo de Johanna Brockmann (Höpfner), a imigrante dinamarquesa enterrada no Cemitério do Imigrante. O sepultamento é duplo, de matéria-prima simples (alvenaria de pedra), com epitáfio em metal e nas línguas portuguesa e latim. Tanto o jazigo quanto a lápide são em formato retangular, sendo que esta última possui um relevo em cruz. O epitáfio em latim diz “Honrar pai e mãe”, já as inscrições confirmam as informações coletadas no livro “Joinville – os pioneiros”, de Böbel e S. Thiago, referentes a data e local de nascimento. Portanto, reitero que a imigrante seria de nacionalidade dinamarquesa, embora não signifique que ela não seja etnicamente alemã. É interessante destacar que o sepultamento se encontra na área sudeste do Cemitério, visto que a já mencionada monografia de Dilney Cunha, “O Luteranismo em Joinville nos primórdios da colonização: 1851-1889”, o autor fala em uma disposição dos jazigos definida por uma hierarquia social: os sepultamentos ao centro do cemitério pertenciam a uma elite, aos “personagens ilustres” da Colônia – o que não é o caso de Johanna Brockmann (Höpfner).

Imagem 1 – Sepultamento de Johanna Brockmann no Cemitério do Imigrante em Joinville.



Fonte: Rebeka Hilda Rodrigues

Considerações finais

Com os primeiros resultados da minha pesquisa em mãos, levantei algumas hipóteses quanto a falta de sepultamentos no Cemitério do Imigrante, assim como quanto a falta de representação social dos imigrantes escandinavos - alguns mais do que outros, como é o caso dos suecos. Primeiramente, não descarto a possibilidade de haver sepulturas soterradas no Cemitério do Imigrante e destas poderem pertencer à imigrantes escandinavos, visto que a pesquisa “Cemitério do imigrante: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação” (2006, p. 101), cujo banco de dados utilizo, encontrou 26 novos jazigos “com evidências de enterramentos perdidos e sobrepostos, num contexto em que se pensava em jazigos perpétuos”. Da mesma forma, não descarto a possibilidade de que as lápides não identificadas por Cunha, mas que estão de pé, também possam pertencer a imigrantes escandinavos. E, é claro, há registrado sepultamentos em cemitérios no interior de Joinville.

Em segundo lugar, a emigração desses grupos escandinavos me parece ter sido muito forte, junto de casamentos com grupos germânicos. Com isso quero dizer que é possível que os imigrantes escandinavos não tenham permanecido em Joinville por muito tempo, podendo ter emigrado para outras colônias da região em busca de emprego, por exemplo. Ellen Woortmann (2016) traz como exemplo o caso de imigrantes suecos que após chegarem ao Brasil, optaram por se reestabelecer na Argentina, formando a colônia Oberá. Para esses imigrantes suecos a questão era só mais uma fronteira para atravessarem. Há, ainda, os casos dos noruegueses, em que Woortmann traz a perspectiva de eles serem apenas considerados parte de um “mito de origem multicultural” da cidade ou, então, tenham se tornado parte da comunidade teuto-brasileira - aí entrando os casamentos. Vejo que os imigrantes dinamarqueses também se encaixam nessas perspectivas considerando que ser juridicamente dinamarquês no século XIX não garante ser etnicamente dinamarquês - ainda mais quando entendemos que tanto Schleswig quanto Holstein eram povoados por diferentes grupos étnicos.

Por último, pensei nos casos de naturalização. Böbel e S. Thiago trazem no segundo volume de “Joinville - os pioneiros: documento e história” (2001, p. 115) um trecho de uma reportagem do Kolonie Zeitung (Jornal da Colônia) de 22 de janeiro de 1881 em que dizia que “com a agora legalização de igualdade de direitos dos naturalizados com os brasileiros natos, garantida politicamente e sem distinção de religião, é de se esperar uma naturalização em massa [...]”.

O Cemitério do Imigrante em Joinville é um importante patrimônio para a memória dos grupos migratórios da cidade. Ficou evidente com a pesquisa que os números de sepultamentos no Cemitério não condizem com a leva de

imigrantes escandinavos que Joinville recebeu. Por fim, a falta de representações desses imigrantes na historiografia local, provavelmente, advém de uma assimilação à grupos teutos-brasileiros - devido a fatores já mencionados.

Referências

- ALMEIDA, M. das G. de. Memórias, lembranças, imagens: o cemitério. **Estudos iberos-americanos**. Porto Alegre: PUCRS, v. 30, n. 1, jun. 2004, p. 105-122.
- BÖBEL, M. T.; THIAGO, R. S. **Joinville - os pioneiros**: documento e história, v. 2, 1867 a 1881. Joinville: UNIVILLE, 2005.
- BELLOMO, H. R. (org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul**. Arte, sociedade, ideologia. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2000.
- CUNHA, D. O Cemitério. In: CUNHA, Dilney. **O Luteranismo em Joinville nos primórdios da colonização: 1851-1889**. Monografia. Joinville: UNIVILLE. 1996.
- FICKER, C. **História de Joinville**: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. 2 ed. Joinville: Letradágua, 1965.
- FONTOURA, A. de A. da. et al. **Cemitério do Imigrante**: pesquisa, interdisciplinaridade e preservação. Joinville: FAPESC, 2007.
- KEISTER, D. **Stories in stone**: a field guide to cemetery symbolism and iconography. Salt Lake City: Gibbs Smith, 2004.
- KRISCH, H. A. **História dos Cemitérios dos Imigrantes e da Casa da Memória do Imigrante**. Joinville: Arquivo Histórico, 1991.
- SÁ, C. A. T. de. Por uma busca de dinamarqueses no Brasil: um estudo de caso inicial. **Revista Historiador**, n. 5, ano 5, dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- WOORTMANN, E. F. From adventures to settlers: norwegians in southern Brazil. In: SÆTHER, S. A. **Expectations Unfulfilled**: norwegians migrants in Latin America, 1820-1840. Holanda: Brill, 2016, p. 57-76.



DESIGUALDADES CULTURAIS E O CONTEXTO DOS QUILOMBOLAS

*Jorge Nascimento**Cleusa Maria Graebin**Maria de Lourdes Borges***Universidade La Salle****Introdução**

Contemporaneamente, as comunidades quilombolas da Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul são espaços titulados. Mesmo com limitação tecnológica as Comunidades Remanescentes Quilombolas (CRQs) produziram um revés histórico ao desenvolver uma nova intensidade na sua comunicação, ao se conectar com pesquisadores e quadros sindicais e, por isso, passaram a ser parte integrante no quadro das políticas públicas brasileiras (NASCIMENTO, 2016). Nesse panorama, ainda temos a participação política de suas lideranças e instituições, como a Federação das Comunidades Remanescentes de Quilombos - FACQ e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONACQ, que nos apresentam o protagonismo que rompe com a experiência de segregação e invisibilidade social, mostrando o seu trabalho rural que tende em acompanhar a nova conjuntura do País.

Apesar desses avanços, as desigualdades em formato de preconceitos e invisibilidades para com os quilombolas e outros grupos específicos continua. Segundo Moreno (2007) a cultura pode ajudar a promover uma cristalização de pequenas e grandes violências, uma vez que está associada à (re)produção social e à organização do mundo. Por outro lado, é a própria cultura que pode ajudar a romper essa realidade (MORENO, 2007). Mais especificamente, o fenômeno aqui existente demarca espaço e posições estratégicas para o desenvolvimento da cultura agrária da etnia negra, que pressupõe um novo fator social político e econômico. Dessa forma, o negro retoma a sua memória e a própria identidade para construção de um novo universalismo.

Juntamente com os estudiosos e com os dirigentes sociais do mundo sindical, as comunidades remanescentes de quilombo da Metade Sul, entre os anos de 1990 e 2016, estiveram em processo de regularização fundiária e obtenção de políticas públicas de desenvolvimento à luz da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Por outro lado, é possível destacar o fenômeno do etnodesenvolvimento praticado por descendentes das matrizes africanas instaladas em terras brasileiras, como inovadoras formas de organização laboral e de relações de produção, de venda-compra e de troca, matizando a reprodução social das mazelas históricas produzidas pelo capitalismo. As estratégias de organização comunitária operam, ainda, na atualização de uma memória social, compartilhada, e simbolicamente significativa para outros grupos étnicos (SILVA; SILVA, 2011).

Diante deste contexto, a questão de pesquisa que este artigo busca investigar é: Quais possíveis inter-relações podem haver entre a vivência quilombola e as desigualdades culturais?

Para responder a esta questão de pesquisa, o desenvolvimento deste artigo teórico apresenta uma discussão sobre memória social e os quilombolas, em seguida sobre culturas e desigualdades, finalizando-se com as considerações finais.

Desenvolvimento**Memória Social e as CRQs**

Para Pollak (1992) a memória não é apenas eletiva, mas define limites e exalta fatos. Disso decorre que a



memória, individual ou coletiva, remete-se a fatos vividos, a experiências narradas, a discursos institucionalizados e a lembranças “vivas por tabela”. Esses últimos são aqueles que nem sempre são presenciados pela pessoa que lembra, mas que habitam um imaginário coletivo e são atualizados em circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis (POLLAK, 1992).

Talvez seja por isso que se possa dizer, com Gondar (2005), que a memória é uma construção. Não porque possa ser arbitrariamente definida por cada pessoa, mas porque necessita desses temas, valores e marcos para se materializar. Constrói-se a memória pelas questões que um dado ser humano faz no presente e que dependem desses rastros do passado para serem respondidas. Portanto, a memória vai além dos arquivos representativos de um povo, de um acontecimento, ou de uma cultura. Como diz Gondar (2005), a memória é parte viva dos processos sociais; é constante, pulsante; está sempre em mudança. Como exemplo, pense-se nos esquecimentos: a abrangência conceitual da memória é tal que os esquecimentos representam as invenções e as criações próprias ao conceito de memória que abarca a mudança, a vivacidade (GONDAR, 2005).

Sob os pontos de vista colocados até aqui, pode-se dizer que a memória social das comunidades de Canguçu e Pelotas são atravessadas pela memória cultural e as matrizes dos povos de origem africanas. Como a organização das CQRs é baseada em uma estrutura social e familiar existente na África, supõe-se que essa transposição foi feita por meio das memórias culturais, transmitidas de geração a geração (SÁ, 2007). As comunidades quilombolas utilizam as suas terras para sua reprodução social, tematizando memórias coletivas e culturais. Assim, mantêm-se vivas as práticas culturais que evidenciam a ancestralidade negra do grupo. É disso tudo que se trata memória. Sua marca identitária inscreve-se nas significações – de uma memória familiar ou institucional, por exemplo – em que operam marcos e que organizam a experiência de um passado.

Com relação ao desenvolvimento cultural Moreno (2007) entende que exclusões e desigualdades são diariamente definidas por significados, entendimentos e pelas categorias culturais que são transmitidas e atribuídas dentro da sociedade. Categorias culturais como relações de poder, quando tangenciados pelos de cultura ou desenvolvimento podem instrumentalizar alguns grupos sociais específicos em detrimento de outros, o que acaba por determinar “quem está fora ou dentro de um sistema, quem tem privilégios ou quem é omitido na conversa, quem é definido como sujeito ou como objeto e, a partir disso, de qual equidade ou igualdade estamos falando” (MORENO, 2007, p. 120).

Cultura e desigualdades

O protagonismo para o desenvolvimento sócio econômico de comunidades quilombolas depende de inúmeros fatores contextuais políticos e culturais, visando o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas. Segundo Moreno (2007) para haver avanços são necessários progressos em nível cultural a fim de que hajam “seres humanos e cidadãos melhores, profundamente preocupados também com o bem-estar dos demais, compartilhando os privilégios e, finalmente, assumindo posições para passar de um conceito de equidade e bem-estar etéreo e ideal para um que possibilite o avanço humano” (MORENO, 2007, p. 120).

Paula Moreno (2007) trata de uma realidade de exclusão que enfrenta, uma vez que é fundadora da Organização Não Governamental *MANOS VISIBLES* (<http://www.manosvisibles.org/es/sobre-nosotros/que-es-manos-visibles>) na Colômbia, que tem por objetivo capacitar e conectar atores para gerar ecossistemas de transformação efetiva e promover uma nova narrativa de e para regiões (colombianas) em condições de exclusão, onde os afrodescendentes e indígenas são o foco principal, por meio da capacitação para a liderança.

Nesse sentido, o que Moreno (2007) coloca pode ajudar a compreender a realidade que quilombolas enfrentam no que se refere à desigualdade cultural. Moreno (2007) entende que é necessário enfrentar as desigualdades que são produzidas pela cultura hegemônica que discrimina e exclui, assim como observa que a “cultura” também é um mecanismo de reivindicação organização e de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, a cultura (ou as culturas) estão associadas à produção e reprodução social, bem como à maneira como as relações sociais se estabelecem na maneira como o “mundo é organizado, “a partir de uma perspectiva de tempo e espaço e da definição do que é humano e do que não é.» (MORENO, 2007, p. 120). Além disso, a cultura “tem sido a base para organizar a experiência, registrar a memória, analisar que parte dessa memória se torna história e, nessa história, quem são os protagonistas, as vítimas ou os invisíveis” (MORENO, 2007, p. 120).

A literatura é pródiga em exemplos de invisibilidade e preconceito com quilombolas. Miranda (2018) cita que em pesquisa sobre quilombolas em idade escolar a “tonalidade da pele e a linguagem eram frequentemente tidas como alvo de discriminação” (SILVA, C. R., 2008, p. 17 apud MIRANDA, 2018, p. 201) e também sobre dificuldades que “os jovens [quilombolas] enfrentam é que na escola da cidade são percebidos através do estereótipo da origem e experimentam “a diferença que os inferioriza” (SILVA, K. I. M., 2014, p. 131). Porém não são somente os jovens que sofrem pela desigualdade e discriminação.

Para Grossi, Oliveira e Oliveira (2018) há relações de desigualdade e opressão que são vivenciadas pela população negra, mas que essa situação recai mais sobre as mulheres. As mulheres quilombolas também sofrem discriminação.

Existem poucos estudos sobre violência com mulheres quilombolas no Brasil. Sequer consta nos dados do IBGE, o indicador referente à identidade quilombola, contribuindo para a invisibilidade deste segmento populacional. Um dos poucos estudos qualitativos, realizado com mulheres quilombolas de Alagoas (RISCADO; OLIVEIRA; BRITO, 2010), financiado pelo Ministério da Saúde, revelou que um acentuado contingente de mulheres padece de violência doméstica em níveis físico, sexual, psicológico, patrimonial e moral. Quanto ao racismo, as mulheres quilombolas disseram ser vítimas de preconceito racial, com expressões de subestimação, humilhação na rua, na escola, em festas e em atendimento em postos de saúde (GROSSI; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 938).

A invisibilidade social e a desigualdade andam de mãos dadas, uma vez que ocorrem cruéis desigualdades cotidianas por meio da concentração da pobreza em “grupos específicos por causa de suas condições e avaliações identitárias, que marginalizam suas oportunidades na sociedade.” (MORENO, 2007, p. 120). Ao marginalizar as oportunidades, tal como no exemplo em que estudantes quilombolas são tratados com inferioridade (MIRANDA, 2018), faz com a condição de invisibilidade e desigualdade permaneça por gerações.

Exemplos como esses trazem os aspectos políticos da cultura, onde, muitas vezes, ela desempenha um papel opressor e promotora de exclusões, quando rejeita “a diversidade de formas, modos e expressões, gerando categorias estéticas que negam a humanidade em seus múltiplos modos e manifestações” (MORENO, 2007, p. 120), mas pode ser libertadora quando, ao contrário, funciona como mecanismo de reivindicações. (MORENO, 2007). Portanto, “a cultura é contextual conjuntural e marcado pelo político”, consequentemente sendo um campo de negociação e tensões permanentes e dinâmicos (MORENO, 2007, p. 120).

Durante a pandemia, os quilombolas também sofrem de invisibilidades. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONARQ) lançou a plataforma do Observatório da COVID-19 nos Quilombos com o objetivo de reunir dados epidemiológicos da pandemia do coronavírus entre quilombolas de todo o Brasil (<https://quilombosemcovid19.org/>). Até 22 de setembro de 2020 foram 165 óbitos de quilombolas. O que mais preocupa é “a invisibilidade da doença nos territórios quilombolas”, pois

a maioria dos territórios está distante de hospitais estruturados e próxima a municípios onde a saúde é sucateada e onde não chegam nem mesmo os testes rápidos. Mais uma vez, deliberadamente, a população quilombola desse país é colocada no esquecimento, na invisibilidade e é excluída do processo de distribuição das políticas públicas. Neste sentido, a plataforma tem o objetivo de concentrar as informações em um espaço com frequentes atualizações (CONARQ, 2020).



Moreno (2007) coloca que o que precisa ser combatido não é somente combater a pobreza material, mas sim a pobreza dos sentidos. Nesse ponto, uma compreensão ampliada da cultura envolve vê-la como “infraestrutura de sentido individual e coletivo, mas também seu papel na qualidade e na dignidade do ser humano, o que implica uma reflexão mais ética” (MORENO, 2007, p. 123).

Considerações finais

Para pensar sobre possíveis inter-relações que podem haver entre a vivência quilombola e as desigualdades culturais, recorreremos ao entendimento de Moreno (2007). Em resumo a autora Moreno (2007), nos convida refletir sobre os elementos sociais, econômicos e políticos sobre as quais ocorrem a construção das identidades, participação das pessoas, consumo de bens e produtos entre outros, os quais se embasam na cultura, que pode ser voltada para o desenvolvimento econômico e material e crescimento humano ou para a cristalização de um modo de vida de pobreza material e de sentidos. Nesse sentido, as desigualdades culturais na vivência dos quilombolas aparecem nos estereótipos da origem que jovens enfrentam nas escolas, na invisibilidade de mulheres quilombolas que não tem para onde recorrer diante da violência em níveis físico, sexual, psicológico, patrimonial e moral, bem como invisibilizados diante da pandemia do coronavírus, com dificuldade de acesso a tratamento.

Sendo assim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem-se empiricamente nas relações entre a vivência quilombola e as desigualdades culturais, uma vez que a invisibilidade característica desta população precisa fazer parte do passado.

Referências

- CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **COVID-19: Boletim epidemiológico**. Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/covid-19-boletim-epidemiologico>>. Acesso em: 29 set. 2020.
- GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Contra-capa, p. 11-26, 2005.
- GROSSI, P.; OLIVEIRA, S.; OLIVEIRA, J. Mulheres Quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas** (UFMA), v. 2, n. 2, 2018.
- MIRANDA, S. A. de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. **Educ. rev. Curitiba**, v. 34, n. 69, p. 193-207, June 2018.
- MORENO, P. As desigualdades culturais: o ético, o étnico e a comunidade. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 27, abr. 2020/out. 2020. São Paulo: Itaú Cultural, 2007. Disponível: <https://issuu.com/itaucultural/docs/revista_obs27_final>. Acesso em: 29 set. 2020.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.



MEMÓRIAS DE DUAS ARTISTAS PLÁSTICAS IDOSAS VINCULADAS A ASSOCIAÇÃO CHICO LISBOA

Arlete Caye

Universidade La Salle

Introdução

O número de trabalhos que envolvem o tema idoso, além de pesquisas sobre o processo de envelhecimento humano, tanto na área da saúde, humanas, social, etc., têm crescido nas últimas décadas. No que tange à arte e aos usos do tempo livre, a mesma constatação se impõe: não são poucos os trabalhos acadêmicos sobre o tema. A dificuldade aumenta ao acrescentar à busca o termo “artistas idosos”, os trabalhos listados nas bases de dados SCIELO cai drasticamente.

A velhice, ou a chamada “terceira idade” como é referenciada pela autora Guita Debert (1997), passou por ressignificações nas últimas décadas, entre as mudanças percebidas é a gestão do tempo na velhice, com novas atividades e experiências que deixaram de lado a visão, por vezes desfavorável, do envelhecimento. Ocupar o tempo livre e desenvolver atividades que geram bem-estar e prazer tende a ocupar uma parcela menor do tempo dito “livre”, de modo que a relação entre trabalho e lazer nem sempre são associados ou executados com prazer (ELIAS; DUNNING, 1992). As memórias narradas deflagram muito além do fluxo de palavras, os gestos, tom da voz, as emoções estão presentes no processo de narração tanto que Benjamin observa que: “Quem escuta uma história está em companhia do narrador, mesmo quem a lê partilha dessa companhia” (BENJAMIN, 1987, p 213).

A arte, neste estudo, proporcionou as entrevistadas uma profissão, artistas de formação com suas obras expostas e comercializadas a décadas.

Artistas plásticos vinculados a Associação Chico Lisboa

Buscar uma associação se mostrou o melhor caminho para esta pesquisa. A partir da visita a sede da Associação Rio-grandense de Artes Plásticas Francisco Lisboa – Associação Chico Lisboa em meados de 2017, tendo o entendimento que uma associação contribui para a legitimação do segmento, no caso de artistas plásticos, e dando maior visibilidade aos profissionais e aos trabalhos dos artistas. Outro fator decisivo para realizar o estudo foi a abertura por parte da direção e o cadastro e catálogos com as informações dos associados o que facilitou o contato com as artistas.

Ao falar de identidade trago o saudoso Bauman (2005) defendia que o indivíduo deve sentir-se parte de um grupo também deverá ser aceito para ser legitimado por ele. Neste contexto artístico pertencer a uma associação colabora diretamente para o sentimento de identidade – sou uma artista plástica -, além de outros papéis sociais exercidos, como o de mãe, esposa, avó ou idosa.

Foi no final dos anos 1930 que a Associação Chico Lisboa foi inaugurada, reunindo artistas plásticos, historiadores, produtores, professores e alunos de arte. São mais de 75 anos em atividade, pois houve períodos de inatividade. Com o intuito de fortalecer a categoria e difundir a produção artística do sul, foram realizados salões de arte que proporcionaram a abertura no circuito de arte no país. Segundo dados coletados em 2019, a associação reunia 270 cadastros de artistas ativos, destes 159 considerados idosos, com 60 anos ou mais, também se percebe a presença majoritária de mulheres, entre os idosos 81% são mulheres e 19% de homens (ASSOCIAÇÃO CHICO LISBOA, 2019).

Para esta pesquisa, as entrevistas foram definidas por conveniência, partindo de indicação da própria associação. Neste recorte foram selecionadas duas entrevistas com mulheres, a entrevista seguiu um roteiro semiestruturado, sendo gravado e posteriormente transcrito pela autora. Para este trabalho nos debruçamos sobre as lembranças que entrelaçam sua trajetória de vida a sua identidade no meio artístico. O método de análise adotado para este projeto foi difundido por Jean-Claude Kaufmann (2013) nomeado de “Entrevista Compreensiva”, que perpassa diferentes métodos, mas de forma específica busca por uma coerência interna:

[...] não existe um método único de entrevista, mas muitos, tão diversos entre si que os instrumentos que propõem têm definições contraditórias. Os ensaios de generalização, por mais competentes que sejam, tem como efeito produzir confusão ao atenuar suas contradições. Eis por que o aperfeiçoamento do método é tão difícil. (KAUFMANN, 2013, p. 26)

A trajetória de vida das artistas plásticas entrevistadas

Optei por conservar o nome artístico das artistas plásticas, o que de certo modo auxilia a difundir e fixar o nome das artistas. Ambas possuem uma carreira longa, tendo o reconhecimento por parte de seus pares além colecionar participações em exposições nacionais e internacionais. As artistas também são mães, avós e se reconhecem e se apresentam como artistas plásticas.

Tabela 1 – Identificação dos participantes da pesquisa

Nome Artístico	Ano de nascimento	Cidade em que Reside	Anos em atividades como artista plástica (2020)
Zoravia Bettiol	1935	Porto Alegre/RS	66
Clara Pechansky	1936	Porto Alegre/RS	65

Fonte: Elaborado pela autora.

Com mais de 60 anos de carreira a porto-alegrense Zoravia Bettiol nascida em 1935, sendo a segunda geração nascida no Brasil, tendo descendência, italiana, austríaca e sueca. Conta que desde a juventude se identificava com o meio artístico passando a produzir obras de artes. Frequentou cursos de artes e posteriormente ingressou na Faculdade de Belas Artes na capital. O incentivo familiar e o respeito por suas obras fizeram a diferença nos primórdios de sua carreira. Neste momento ressalta o respeito por seu trabalho “comecei a viver a vender arte em 1955, porque a minha família comprava o meu trabalho, e minha família não pedia de presente meu trabalho, respeitava” (BETTIOL, 2017). Ao longo da vida, teve a oportunidade de morar em várias cidades, estados e países, onde buscou por cursos e aperfeiçoamento de técnicas de pintura, tecelagem. Sendo que produz em qualquer lugar, não se sente compelida a fazer arte apenas no atelier. Nos 15 anos que morou fora de Porto Alegre, manteve o vínculo com a cidade com a família: “nunca me desvinculei das raízes, que eu acho importantíssimo as raízes culturais e afetivas”.

Clara Pechansky, nasceu em 1936 e viveu duas décadas na cidade natal de Pelotas, filha de pais imigrantes, naturais do norte da Europa, onde atualmente é a Ucrânia. Desde criança demonstrava gosto e aptidão para desenhar, algo que fazia por longas horas, desenhava nos papéis de embrulho disponíveis nas lojas da família. Ainda na adolescência ingressou para cursos de artes, o que a levou a faculdade de Belas Artes, como bacharel em pintura. Passou a trabalhar com pintura de bancos de praça, seu primeiro emprego: “já trabalhava lá com ilustração, tinha um amigo que vendia bancos de pedra para praças. Aqueles bancos que tem um anúncio no encosto, então ele buscava as empresas e pedia para eu fazer um anúncio bem lindo, colorido que ele vendia para o futuro banco de praça...” (PECHANSKY, 2018). A partir deste emprego nunca mais parou de trabalhar com arte “Sempre trabalhei só em arte, vivi de arte, arte é minha Razão de ganhar alguma coisa” (PECHANSKY, 2018).

Ambas as artistas relataram ter o apoio de seus familiares desde cedo, foram incentivadas a desenvolver a

aptidão artística, ingressarem em oficinas e cursos profissionais de arte e passando a produzir e vivendo da venda das obras de arte.

O autorretrato das artistas através das suas trajetórias

O fato de pertencer a uma família que aprecia arte em suas diferentes esferas, tendo como patriarca um professor que apreciava os livros, música, cinema, espetáculos e exposições de arte proporcionou um cenário favorável para Zoravia. A artista cresceu neste meio recebendo o incentivo necessário para trabalhar suas aptidões artísticas. Tanto que defende que “para algumas áreas, eu acredito que o ambiente familiar pode ajudar para que ele desenvolva estas áreas ou abafe, e no meu caso foi um ambiente propício, para todas elas” (BETTIOL, 2018). O meio onde cresceu a incentivou a buscar por formação acadêmica, um ponto defendido por seu pai, que desejava que todos os filhos tivessem autonomia para viver e trabalhar no que escolhessem. Clara Pechansky (2018) também pontua a influência da família, que desde criança proporcionava acesso a equipamentos de cultura na cidade de Pelotas, e em especial a literatura e música, gosto que transmitiu a seus filhos e tem reparado que os netos também gostam e tocam algum instrumento musical. Para Walter Benjamin (1987, p. 108) as semelhanças compartilhadas interferem e influenciam diretamente uma vez que “é o homem que tem a capacidade suprema de produzir semelhanças. Na verdade, talvez não haja nenhuma das suas funções que não seja decisivamente codeterminada pela faculdade mimética”.

A arte sempre foi a prioridade das artistas entrevistadas, produzindo e envolvendo-se em atividades vinculadas a arte, participando de associações e projetos culturais. O engajamento com a produção e difusão da arte é defendido por ambas, pois tem sua profissão como essencial para suas vidas. Tanto que Clara expõe a importância do seu trabalho, da necessidade de se expressar através de seus quadros, de suas pinturas. A entrevista já se encaminhava para o final quando a artista fala da sua vontade de criar, de estar na ativa:

Eu produzo porque eu preciso produzir, por que a arte é a minha forma de impressão [...] então não importa se ali tá cheio de Quadros, que nunca foram para alguma galeria porque aqui tá cheio de desenho que nunca irão para uma galeria, quem decide isso sou eu, mas este é meu trabalho, e eu não trabalho para vender arte, eu trabalho porque eu preciso disso, entendi. Não é porque minha fonte de renda, Isto é uma fonte de vida, por isso eu te digo, segunda-feira é o dia de lançar é um dos momentos mais maravilhosos do dia da semana, senão mais maravilhoso porque eu não sei o que vai acontecer, tu rabisca... e vamos ver o que... (PECHANSKY, 2018).

Para se tornar um artista é necessário tempo e segundo Clara:

Mas ser artista é uma identidade que tu vai adquirir que tu vais construindo através do teu trabalho, e não é uma atividade de fins de semana, de forma nenhuma, tu tens que estudar, tu tens que ler muito, tu tens que pesquisar muito. Se possível tu tens que viajar, ir a museus ver exposições e olhar ao vivo e isto te ensina. E depende muito, evidentemente do que a pessoa almeja, eu não acho que dependa de sorte eu acho que depende do trabalho, dedicação sim, trabalho sério. Como eu te disse sem concessões, sempre com um rumo, com essa baliza ética sempre, sempre e sempre na tua vida. (PECHANSKY, 2018).

O trabalho do artista, por vezes, é solitário e segundo Zoravia trabalhar de forma autônoma vem “com as vantagens que isso tem, e as desvantagens que isso tem também. E no meu caso eu sempre tive no meu trabalho um envolvimento muito grande com as associações culturais artísticas e depois sociais. e agora mais recentemente com associações políticas” (BETTIOL, 2018).

Conclusão

O breve estudo das entrevistas realizadas com as artistas pode analisar a relação intrínseca com a arte. O incentivo familiar se mostrou fundamental para dar início aos estudos em Belas artes, além do respeito ao trabalho desenvolvido. Construir uma carreira como artista plástica demanda tempo, estudo, empenho e muito trabalho, pois o mercado de artes não é estável, o que torna difícil manter-se nesta área e segundo Zoravia, é raro um artista viver exclusivamente do seu trabalho.

Pertencer a um grupo, manter-se associada a uma instituição que busca valorizar e divulgar o trabalho dos artistas gaúchos é considerado importante pelas artistas, pois entendem que desta forma estão fortalecendo a categoria. Além da Associação Chico Lisboa, ambas estão vinculadas a outros projetos paralelos, se mostram engajadas em difundir o trabalho de outros artistas também, e mais, estão engajadas em diversas ações sociais e culturais.

Ao longo das décadas trabalharam com diferentes técnicas, ora produzindo mais ora menos, mas sempre produzindo e apreciando arte. As artistas têm percebido o avanço da idade com certo desdém, pois se consideram artistas e não artistas “idosas”. A chegada da velhice não as impediu de produzir e trabalhar, também reconhecem que ganharam mais paciência e experiência com os anos, mas também reconhecem que estão ficando mais “lentas”. Entendem que a arte é o que as move, alimenta e as mantém ativas. Assim, as lembranças da trajetória artística e de vida ficam marcadas sempre positivamente.

Referências

- ASSOCIAÇÃO Rio-grandense de Artes Plásticas Francisco Lisboa. **Chico Lisboa**. Disponível em: <www.chicolisboa.com.br>. Acesso em: abr. 2017.
- BAUMAN, Z. **Identidade**, Zahar. 2005.
- BENJAMIN, W. O Narrador - considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Obras escolhidas** - Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 1987, p. 197-222.
- BETTIOL, Z. **Entrevista Compreensiva**. [Entrevista cedida a] Arlete Caye. 2018. (55 min.).
- DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: Debert, G. G. (org.) **Textos didáticos: Antropologia e Velhice**. IFCH/Unicamp, n 13. Mar.1994.
- DEBERT, G. G. A invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, p. 39-56, 1997.
- DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. 2. reimp. São Paulo: EDUSP – FAPESP, 2012.
- DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. A. A aposentadoria e a invenção da “Terceira Idade”. **Textos didáticos**. Campinas, SP: IFCH/ UNICAMP, v. 1, n. 13, p. 31-48, mar. 1994.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa, Difel, 1992.
- KAUFMANN, J. C. **A entrevista compreensiva**. Editora Vozes; Edufal, 2013.
- PECHANSKY, C. **Entrevista Compreensiva**. [Entrevista cedida a] Arlete Caye. 2018. (90 min).

PATRIMÔNIO EM DISPUTA: MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E SEUS TENSIONAMENTOS EM URUSSANGA/SC (1990-2010)

Liziane Acordi Rocha

Michele Gonçalves Cardoso

Universidade do Extremo Sul Catarinense

Introdução

O presente trabalho analisou as relações e o impacto entre as migrações internacionais na cidade de Urussanga-SC, iniciada com fluxo mais representativo na década de 1990 e as tensões e litígios no Centro Histórico da cidade, especialmente, relacionados aos bens patrimonializados. Urussanga possui um discurso étnico fomentado por alguns fatores, tais como, as festividades (Festa *Ritorno Alle Origini*, Festa do Vinho, *Sagra dela polenta* e Festa *Madonna dei campi*) e acordos políticos (*Gemellaggio*), ações que buscam evidenciar os processos de colonização, durante a década de 1870, por grupos oriundos da Itália. Os vínculos consanguíneos e as memórias são trazidas como elementos de italianidade, justificativa que ocasionou a busca por uma descendência europeia que possibilitasse aos brasileiros/as descendentes, um caminho para a migração na contemporaneidade. Essa migração muitas vezes tem como meta ganhos financeiros e o retorno à cidade de origem, sendo a construção civil um dos campos para o investimento. Buscamos nos processos de tombamentos da cidade de Urussanga, realizados pela Fundação Catarinense de Cultura - FCC, as justificativas empregadas pelos proprietários e proprietárias para o não tombamento das edificações, observando ainda, possíveis relações com o processo de verticalização da cidade no período de intensa migração.

Fluxos migratórios na cidade de Urussanga/SC.

Urussanga, se localiza a 185 km da capital Florianópolis, foi fundada enquanto núcleo colonial pelo Engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, no dia 26 de maio de 1878. Durante a década de 1870, se intensificou em Santa Catarina a ocupação de terras para o interior do estado, ação fundamentada no discurso do ‘vazio demográfico’. Nesse contexto, temos as primeiras levas de ocupação em Urussanga, provenientes da Península Itálica, sobretudo da região de Vêneto. Estas famílias buscaram construir suas primeiras residências no núcleo central e próximo ao rio que leva o mesmo nome. Urussanga possui hoje, um total de vinte e quatro (24) bens tombados em nível estadual e federal, sendo muitos deles localizados na Praça Anita Garibaldi (centro da cidade) e entorno, com grande valor no mercado imobiliário. É na relação entre o retorno de migrantes da Europa e seus investimentos na construção civil, que procuraremos observar as tensões e litígios relacionados aos bens patrimonializados na cidade.

Por volta de 1990, o cenário político nacional se apresentava como um fator motivador para busca da cidadania e a migração para países como Estados Unidos e/ou para o continente Europeu, objetivando a tentativa de melhores condições de vida e de ganhos financeiros. O ‘retorno’ dos/as descendentes de italianos para Europa se deu em grande parte por meio da obtenção da dupla cidadania, acionando o *Jus Sanguinis*⁹ como “sinônimo de italianidade” (SAVOLDI, 1998, p.35). Esse ‘novo’ movimento de migração transcorreu por conta da valorização de elementos étnicos, culturais e identitários que moldaram o imaginário em torno do discurso de italianidade. Que de acordo com Bauman (2005, p. 27):

9 *Jus Sanguinis* ou “direito de sangue”, é um direito evocado por indivíduos em países que passaram pelo processo de imigração, vinculados principalmente com países europeus como no caso da Itália. Pode ser reconhecido o direito por descendência a aquele que for filho/a de cidadão italiano conforme a Lei 91/92 em seu art. 1º, primeira parte que define como cidadão italiano nato “o filho de pai ou mãe cidadãos”. No mesmo artigo, na disposição *b* menciona que filhos/as em que pai ou mãe tenha sido apátrida não tem o direito à cidadania.

Não fosse o poder do Estado de definir, classificar, segregar, separar e selecionar, o agregado de tradições, dialetos, leis consuetudinárias e modos de vida locais, dificilmente seria remodelado em algo como os requisitos de unidade e coesão da comunidade nacional.¹⁰

Também é durante a década de 1990 que Urussanga firma o acordo do *Gemellaggio* (PEREIRA, 2011), que se configura em um acordo político, econômico e tecnológico entre o município e a cidade italiana de Longarone. Essas duas cidades de acordo com o projeto, seriam “cidades irmãs”, já que teriam migrado de Longarone um grande número de imigrantes e estes se fixaram em Urussanga. Os vínculos consanguíneos e as memórias são trazidas como elementos para uma identidade italiana. Com o projeto *Gemellaggio* firmado na década de 1990 criou-se de acordo com Tomasi (2012, p. 34):

[...]oportunidades de emprego na Europa. Com isso, Urussanga, a cidade de imigração italiana do final do século XIX, tornou-se nas últimas duas décadas “terra de emigrantes”, visto que muitos urussanguenses veem a emigração para a Europa, em especial para a Itália e a Alemanha, como um projeto de vida e um meio de ascensão social.

Esse movimento de ida ou de ‘retorno’ para a Itália tinha entre os objetivos a volta ao Brasil uma vez que o sentimento de “ser” italiano não os configurava “ser” italiano na Itália (mesmo com a dupla cidadania). Ao partirem rumo a terras dos nonos/as todo um leque de imaginários são acrescidos por meios de uma rede informações. E ao chegarem, confronto e estranhamentos com a realidade imaginada e a realidade vivida produzem novas configurações, com isso uma:

[...] ruptura do mito de uma Itália encantadora, por suas paisagens e por seu comportamento humano, construído a partir de narrativas familiares ou de programas e filmes, impulsiona em direção a um novo olhar sobre o Brasil. Neste sentido, e olhando desde o exterior, em um processo de estranhamento, aquele país, que parecia tão distante, quando vivido exatamente em seu seio apresenta uma nova coloração, um novo encantamento. (BENEDUZI, 2014, p. 103).

Muitos dos/as migrantes contemporâneos não tinham como objetivo se fixar na Europa, mas apenas buscar recursos que possibilitassem uma melhora de vida. Durante o processo migratório e o retorno ao Brasil umas das ações destes migrantes seria o investimento na construção civil. Esse retorno contemporâneo fez com que um grande número de investimentos fosse feito na cidade de origem, principalmente no mercado imobiliário (CARDOSO, 2011).

Nos dados obtidos na DEPLAN (Tabela I), observamos um crescimento na área da construção civil mais elevado entre os anos de 2007 a 2010 nas edificações residenciais e/ou residenciais e comerciais num comparativo com aquelas com a terminologia de prédios e edifícios; estes tiveram um número reduzido se comparado com os anos de 1994 a 1996. Isso pode ter ocorrido com o “controle” estabelecido pelo Plano Diretor em 2008, que instituiu o controle das edificações na cidade, mas principalmente próximo à Praça Anita Garibaldi. Outro fator que pode ter contribuído para o aumento após 2007 é a crise que se iniciou nos Estados Unidos, abarcando a Europa, o que acarretaria no retorno de brasileiros/as a cidade e o investindo nesse setor. Não podemos deixar de mencionar que o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, criado em 2009, também permitiu que muitas pessoas adquirissem seus imóveis com mais facilidades.

10 BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** entrevista à Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2005. Bauman ainda menciona que identidade não é algo natural, mas que nasceu “da crise do pertencimento”, que o Estado auxilia na remodelagem e criação de uma unidade imaginada e que fixam para dar sentido para um “nós”.

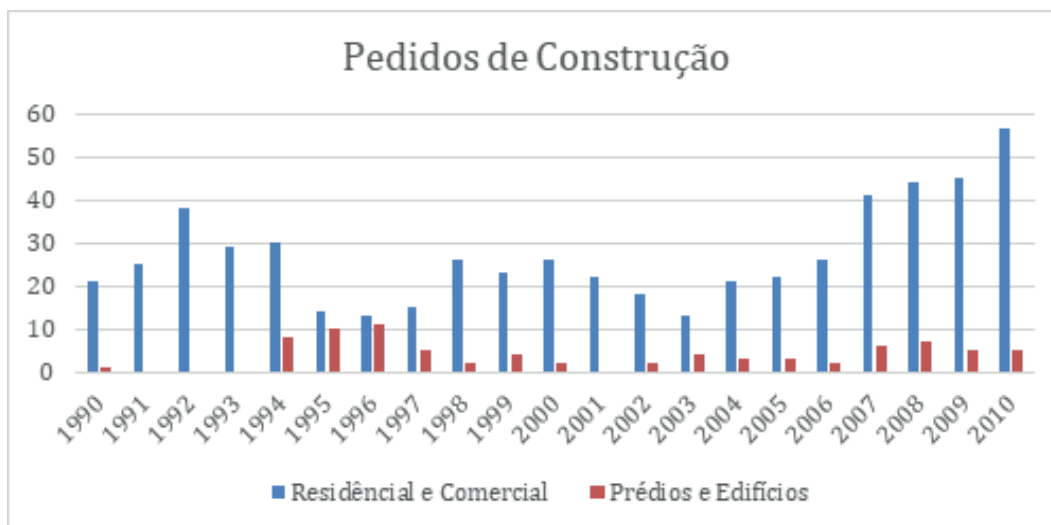


Tabela 1 - Dados de construções civil 1990 - 2010.

Fonte: Departamento de planejamento de Urussanga, 1990-2010. Modificado pela Autora.

Não conseguimos estabelecer os locais e as regiões em Urussanga com maior índice de construção, devido ao grande número de documentos que necessitariam olhar um a um, pois o sistema do Departamento de Planejamento apenas compreende o número do processo, o nome do solicitante, a tipologia e a data. No período analisado entre 1990 e 2010, encontramos 12 processos de construção de loteamentos na cidade, o que pode evidenciar que a ocupação do solo está sendo feita em outros locais que circundam a cidade. A relação da construção civil e os bens tombados se configuram no Plano Diretor do município, quando se intenta controlar o processo de verticalização na Zona Urbana Central, que, de acordo com Alice Pieri (2015, 141) “constatou-se também um crescimento do número de edificações em altura, inclusive nas áreas do entorno imediato da Praça Anita Garibaldi, que alteraram significativamente a leitura da paisagem e a relação de escala com o pedestre.”

Portanto, o centro histórico preservado também foi motivo de interesse da construção civil, colocando em disputas valores identitários/étnicos e econômicos. Além das fontes historiográficas relacionadas a migração internacional e as tensões que envolvem o patrimônio cultural em Santa Catarina, analisamos os processos de tombamentos da cidade de Urussanga que estão disponíveis na Fundação Catarinense de Cultura. Nosso foco incidiu sobre as justificativas de impugnação promovidas pelos advogados dos proprietários, que nos propiciou compreender em que medida os bens tombados refletem no mercado imobiliário, sua relação com o retorno dos/as emigrantes e os discursos existentes em torno do Patrimônio Cultural.

Análise das justificativas dos bens patrimonializados.

Dos 24 processos analisados, treze (13) tiveram contestações ou ações de impugnação (esse recurso está previsto no Decreto-lei nº 25/37), entre 1994 e 1998, realizados de modo autônomo ou com auxílio de advogados. Nas justificativas presentes nos processos de impugnação, de forma sutil, mas expressiva, percebe-se a falta de conhecimento sobre os tombamentos, pois este é “frequentemente compreendido como sinônimo de desapropriação ou ‘congelamento’, alimentando disputas que opõem a permanência do ‘passado’ à lógica necessariamente destruidora do ‘progresso.’” (GONÇALVES, 2012, p. 5).

Dos treze processos em que os proprietários/as contestaram o tombamento de suas edificações, quatro foram feitos pelos proprietários/as ou representantes da família, e nove com auxílio de advogados. Entre algumas

justificativas feitas pelos advogados Odivaldo Bonetti (representou em 3 processos de impugnação) e o advogado Mauro Felipe (esteve presente em 7 processos de impugnação). alegaram que os tombamento “não possuem elementos memoráveis para a História do Brasil”¹¹ isso se relaciona com Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937 e a Constituição Federal de 1988 que traz a noção e o entendimento de bem patrimonial ligados ao valor estético, memorável, intrínseco ou notável. O conceito de Patrimônio foi sendo reformulado e apesar de ainda termos na legislação a percepção de bens ligados somente a eventos considerados significativos para o país, compreendemos que o Patrimônio é um representativo para diferentes grupos e está relacionado a prática social, tal como um campo de conflito material e simbólico. Sobre essa ótica somente mereciam ser tombados e preservados elementos que estivessem vinculados a fatos memoráveis da história do Brasil, ou que tivesse excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico ou, ainda, que se tratasse de sítios ou paisagens de feição notável, por obra da natureza ou do homem.

Outro ponto abordado nas justificativas apontados pelos advogados é quanto as características arquitetônicas os imóveis “não teriam características italiana”, se observa que deveria haver uma característica única para arquitetura italiana (como a arquitetura enxaimel que evoca a identidade e a memória alemã) e que as memórias selecionadas devem ser estar ligadas a um contexto amplo e de destaque nacional. Ainda se constatou a menção a nacionalização de Getúlio Vargas¹² de 1938, que procurava banir questões étnicas no país. A evocação das políticas de nacionalização de Getúlio Vargas, de 1938, para justificar que as questões étnicas inferidas sobre os bens tombados não existiriam mais, torna as tensões em torno do patrimônio muitas vezes complexas. A identidade e as memórias evocadas se diferem daquelas que permeiam os discursos das festas e a justificativa para o próprio *Gemellaggio*. Nesses processos de revisitação de memórias, as histórias são reinterpretadas e revisitadas, e também utilizadas como estratégia. Afinal, para os que almejam a migração para a Europa, ter a descendência italiana é uma estratégia bem cabível aos seus interesses, enquanto que, para os/as proprietários/as que teriam em suas edificações uma representação da migração, isso se torna desfavorável.

No processo P.T. 192/2000¹³ situadas na Praça Anita Garibaldi o advogado Mauro Felipe menciona que a referida casa está em um local “estratégico” da cidade e o tombamento prejudicaria o desenvolvimento de Urussanga impedindo o “progresso”. Não nos cabe mencionar todos os processos, mas algumas já são suficientes para que compreendamos que as justificavas propostas pelos advogados possuem elementos que buscam apresentar uma concepção de patrimônio bastante particular e que está diretamente vinculada aos interesses dos proprietários, que tendo em vista, a valorização da parte central da cidade, não aceitam o tombamento de seus bens, entendendo o processo como um possível problema para transações comerciais.

O que nos apresentam alguns elementos das justificativas já mencionadas é que os bens tombados na cidade seriam considerados como um “atraso” para o município, principalmente as edificações na Praça e na zona urbana. Pelas justificativas podemos também observar as dificuldades por parte da Fundação Catarinense de Cultura em propiciar ações e políticas públicas que fomentem a preservação do Patrimônio Cultural. Um distanciamento entre o órgão responsável e a comunidade em questão é visivelmente percebido, ao promover o tombamento, algumas pessoas foram surpreendidas com a ação demonstrando quase total desconhecimento sobre o assunto.

11 No Processo P.T. 182/2000 o advogado Mauro Felipe, menciona que a construção teria sido construída após o período de colonização na cidade e que a mesma não teria sido residência de moradores pertencentes aos primeiros imigrantes italianos que se fixaram em Urussanga. Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. Processo de Tombamento. P.T. n°: 182/2000.

12 Em todos os processos de impugnação representados por Mauro Felipe é mencionado o período de nacionalização como justificativa para o não tombamento do bem.

13 Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural. Processo de Tombamento. P.T. n°: 192/2000.

Considerações finais

O patrimônio pode ser entendido como um espaço de “*luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos*” (CABRAL, 2004, p.38). Discursos de progresso e desenvolvimento em contrapartida com o “velho” ainda reverberam no imaginário. Concluímos que as tensões e litígios em torno do patrimônio estão em constantes movimentos e são palco para disputas das memórias e reinvenção das identidades. Em nossa análise, a identidade italiana somente é evocada quando necessário, como ao buscar uma ascendência europeia como forma de conquistar a dupla cidadania, em acordos políticos e como marketing para as festas. Manter a memória “viva” e o discurso da italianidade não contempla a todos/as; isso é algo perceptível nas justificativas apresentadas nos processos de tombamentos. O núcleo central da cidade virou palco de constantes disputas e tensões, para os/as proprietários/as o tombamento acarretou a desvalorização do imóvel, ou seja, o valor mercadológico é muito mais lucrativo para esses do que investir na preservação do bem ou para a memória da cidade. O processo de tombamento realizado em pela Fundação Catarinense de Cultura ao que nos apresenta foi algo de cima para baixo e os sentidos de pertencimentos para alguns proprietários/as está ligado as questões financeiras, sejam, para empreender novas edificações sejam para realizar o processo de restauro e manutenção. Ainda que nos é plausível de crítica a invenção de uma identidade em um ambiente que apesar de muitos serem descendentes de italianos, outros ainda, não se conhecem nesse discurso e para essas edificações não lhes representariam. O valor do patrimônio em Urussanga se liga a diferentes campos sociais, políticos e culturais e que podem vir a ser instrumentos de desenvolvimento econômico em prol do turismo e de uma educação para patrimônio se bem traçado.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi, tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- BENEDUZI, Luís Fernando. O que significa ser ítalo-brasileiro na Itália? Entre experiências e expectativas, três leituras. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; BENEDUZI, Luís Fernando (Org.). Os pequenos pontos de partida: novos e(i)migrantes rumo à Itália no século XXI. 1ed. Curitiba/PR: CRV, 2014, v. 1, p. 83-110.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 nov. 2017.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 13 nov. 2017.
- CABRAL, Magaly. Memória, Patrimônio e Educação. **Resgate**, Campinas, SP, n.13, p.35-42, 2004.
- CARDOSO, Michele Gonçalves. **De volta para a casa**: A inserção dos retornados à cidade de Criciúma/SC (1995-2009). 2011. 133 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- GONÇALVES, Janice. Patrimônio em litígio: conflitos e tensões nos tombamentos estaduais catarinenses. **Anais do XIV encontro estadual de história – tempo, memórias e expectativas**, 2012, UDESC, Florianópolis, SC.
- SAVOLDI, Adiles. **O caminho inverso**: a trajetória dos descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania. Florianópolis, 1998. 170 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFSC.
- TOMASI, Julia Massucheti. **Ritornandoalleorigini: a identidade italiana em Urussanga (SC) no final do século XX e início do XXI**. Fronteiras (Florianópolis), v. 20, p. 33-52, 2012.

PEREIRA, Lara. Rodrigues. **O Gemellaggio entre Urussanga e Longarone: Irmandade Intercontinental.** Temporalidades, v. 5, p. 349/-360, 2011.

PIERI, Alice. **Um olhar sobre o conceito de paisagem cultural:** o caso de Urussanga/sc. 2015. 209 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

